

FAIANÇA PORTUGUESA NAS ILHAS BRITÂNICAS

(DOS FINAIS DO SÉCULO XVI AOS INÍCIOS DO SÉCULO XVIII)

Tânia Manuel Casimiro

Dissertação de Doutoramento em História,
especialidade de Arqueologia

(DEZEMBRO, 2010)



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Doutor em História, especialidade de Arqueologia,
realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Rosa Varela Gomes

Apoio financeiro da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

DECLARAÇÃO

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O candidato,

Lisboa, 28 de Dezembro de 2010

DECLARAÇÃO

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A orientadora,

Lisboa, 28 de Dezembro de 2010

À minha Leonor

Agradecimentos

Geralmente assume-se que a finalização de uma tese de Doutoramento é a chegada ao fim de um período. Devo dizer que sinto precisamente o contrário. É como se um novo capítulo da minha vida profissional se aproximasse, mais maduro e confiante. Foram quatro anos intensos onde conheci muita gente, não apenas a nível profissional, mas pessoal. Mas mais importante que conhecer gente foi ter consolidado laços com todos os que já conhecia, criando amizades que espero manter durante muitos e muitos anos.

Numa tese desta envergadura existem dezenas de pessoas a quem reconhecer a ajuda prestada e nem sempre é fácil recordar todos aqueles que cruzaram o nosso caminho ao longo destes quatro anos.

Em primeiro lugar não existem palavras para agradecer à Professora Doutora Rosa Varela Gomes. Mais que uma orientadora foi mentora e amiga. Não apenas pelo tempo que nos dedicou, aquando da realização desta tese, mas sobretudo pela amizade, paciência, apoio e dedicação à nossa pessoa, sempre pronta a esclarecer dúvidas e a pensarmos em conjunto nas melhores soluções para esta investigação. Mas igualmente pelo apoio moral e pessoal que nos deu, sempre presente para qualquer eventualidade.

Ao arquitecto Mário Varela Gomes, não apenas pelos conselhos que nos foi dando acerca desta tese, a qual se tornou mais rica e completa, mas por nos ensinar coisas novas sempre que nos reuníamos.

Mais que em separado devemos agradecer ao Professor Mário e à Professora Rosa em conjunto, por nesta última década terem sido mais que professores, mas amigos e conselheiros, com quem trabalhamos em mais de meia dúzia de arqueossítios, tais como o Castelo de Silves, Ribat da Arrifana, Castelo Belinho, Torre de Odeceixe, Vale do Tejo, Monte de Góios, entre outros.

Ao John Allan, sem quem esta tese teria sido muito mais complicada. Desde que o conhecemos, em 2006, tem sido incansável na sua dedicação a este projecto, fornecendo todas as informações que necessitamos ao cumprimento das nossas informações. Possui este investigador conhecimentos acrescidos de todas as descobertas

de Faiança Portuguesa em Devon, as quais sempre nos facultou. Os anos de trabalho que partilhou com John Hurst, levaram-no a desenvolver um gosto especial em torno da Arqueologia Moderna. Pela amizade que nos dedicou nestes quatro anos, convidando-nos para com ele publicar as peças exumadas em diversas cidades, abrindo-nos a porta de sua casa, aumentando o conforto da nossa estadia em Devon.

Estudar Faiança Portuguesa espalhada por diversas cidades só foi possível devido ao apoio de diversas pessoas em museus e empresas de arqueologia. Uma das pessoas mais prestáveis tratou-se certamente de Chris Jarret, pottery specialist, na empresa Pre-Construct Archeology. No seu estilo inconfundível, que muito consideram excêntrico e irreverente, fico agora com saudades das muitas conversas que tivemos em torno da Faiança Portuguesa, e outras produções, exumadas em muitos contextos londrinos que aquele estudou. Visualizando milhares de fragmentos de cerâmica com revestimento estanífero, de todas as nacionalidades europeias, aprendemos muito um com o outro, ele colmatando as suas lacunas sobre cerâmica espanhola, italiana e portuguesa e eu sobre cerâmica holandesa e alemã. O estudo das peças portuguesas guardadas no Museu de Londres, não teria sido possível sem a ajuda do Roy Stephenson, Lyn Blackmore e Jaquie Pierce que disponibilizaram parte do seu tempo, guiando-nos pelos “corredores do tempo” que é o imenso arquivo arqueológico londrino.

Em Exeter temos de agradecer as diferentes tardes que Thomas Cadbury, do Museu daquela cidade, perdeu connosco nos diversos depósitos da cidade, recolhendo e analisando as colecções dos locais onde Faiança Portuguesa foi identificada. Ao Graham Langman da Exeter Archaeology, sobretudo por ter suportado as temperaturas negativas do depósito de Arqueologia, em Fevereiro de 2009, e por ter efectuado uma lista de todos os achados dos últimos 20 anos, naquela cidade.

Em Plymouth as portas do museu foram-nos abertas por Fiona Pitt. A sua ajuda foi preciosa na visualização dos milhares de fragmentos de cerâmica esmaltada e cerâmica comum, que nos foram disponibilizados e no qual foram isolados largas dezenas de achados portuguesas. Ainda no County Devon temos de agradecer a Ruth Spires, em Barnstaple por se ter disponibilizado para nos mostrar as peças ali exumadas.

Em Bristol não teria sido possível uma correcta visualização de todas as colecções sem a ajuda do arqueólogo Les Good, a trabalhar naquela cidade há mais de três décadas. O seu perfeito conhecimento de todas as intervenções arqueológicas em

Bristol levou a que nos indicasse e disponibilizasse as faianças portuguesas exumadas naquela cidade. No dia que não nos pode receber agradecemos a Kate Iles que nos disponibilizou as peças.

Ainda que poucas peças tenham sido exumadas em Poole, o nosso agradecimento a Catherine Gardiner, por nos ter cedido um dia do seu trabalho na sua visualização.

Em Southampton o nosso obrigado dirige-se a Duncan Brown. Ainda que poucas peças tenham sido exumadas naquela cidade, o seu contacto foi fundamental, sobretudo por nos ter apresentando toda a gente no Medieval Pottery Research Group, do qual é presidente. Ali conhecemos investigadores de todo o Reino Unido, com os quais muito aprendemos sobre Arqueologia.

Na Irlanda muitas foram as pessoas que nos ajudaram. Primeiramente agradecemos a Roseane Meannen e Clare Macutcheon por nos terem dado todas as informações possíveis sobre os locais onde faianças foram recuperadas naquela ilha. Agradecemos ainda o envio de diversos artigos.

Em Dublin, onde se encontram os arquivos nacionais de Arqueologia e onde se acham depositadas as peças exumadas naquela cidade, e nas escavações de Galway e Cork, temos de agradecer a Nessa O'Connor. Foi ela que nos guiou pelas reservas do museu, ajudando-nos a visualizar todas as peças. Agradecemos ainda a Edward Bourke, que participou na escavação do Castelo de Dublin e, na ausência de um relatório, nos forneceu informações acerca dos trabalhos ali desenvolvidos.

Em Waterford, as cerâmicas portuguesas foram visualizadas com a ajuda de Rosemary Ryan que nos recebeu de forma excepcional. Em Limerick, agradecemos a Brian Hodgkinson por nos ter mostrado os fragmentos de faiança descobertos naquela cidade.

Na Irlanda do Norte todo o material proveniente das mais diversas escavações encontra-se em Belfast. Nesta cidade temos de agradecer a Ruari O'Baoill que nos disponibilizou todas as peças e informações das suas escavações em Carrickfergus. Agradecemos ainda em Paul Logue que fez o mesmo com as peças exumadas em Londerry.

No entanto, esta tese não vive apenas das peças identificadas nas Ilhas Britânicas. De modo a garantir uma correcta identificação e interpretação das peças aqui

presentes, tivemos de recorrer à visualização de cerâmicas dos três centros produtores. Só assim foi possível determinar onde aquelas tinham sido produzidas.

Em Lisboa temos de agradecer à ERA Arqueologia, na pessoa da Dra. Inês Santos, por nos ter dado acesso aos materiais encontrados nas escavações do Largo de Santos, onde foram identificados vestígios de restos de produção. As peças encontradas na Rua de Buenos Aires foram-nos disponibilizadas pela Neoépica, a quem agradecemos, na pessoa do Dr. Nuno Neto, que nos facultou o seu acesso. Quanto ao Largo de Jesus, as peças encontram-se nos depósitos do Museu da Cidade e foram-nos cedidas pelo Dr. António Marques. No entanto, devido à proximidade que esta cidade tem dos locais onde temos trabalhado nos últimos anos, a maior parte das faianças exumadas abaixo do Tejo foram ali produzidas, pelo que diversas colecções têm sido visualizadas ao longo dos anos em cidades como Santarém, Lisboa, Évora e Almada.

Em Coimbra, o único contexto de produção ao qual tivemos acesso foi identificado na Garagem Avenida. Agradecemos à Dra. Helena Moura, na extensão do ex-IPA de Pombal por nos ter facultado a visualização das peças ali guardadas, visita na qual fomos acompanhadas pelo Dr. Luis Sebastian. No entanto, outras colecções exumadas naquela cidade foram por nós visualizadas, nomeadamente a do Mosteiro de Celas, escavado pela ERA Arqueologia e que a Dra. Inês Santos igualmente nos concedeu.

As peças exumadas em Vila Nova de Gaia foram a que nos revelaram de mais difícil acesso, sobretudo devido ao facto de se encontrarem arquivadas no Norte do país. Os nossos agradecimentos vão para o Dr. Luís Sebastian que nos forneceu todas as informações sobre as peças identificadas naquele arqueossítio a que ele teve acesso. A sua tese de doutoramento, também em torno da Faiança Portuguesa, levou-o a visitar diversas colecções, espalhadas pelo país, e a tornar disponível informações sobre as cerâmicas de Vila Nova.

Finalmente, no contexto dos centros de produção nacional, agradecemos ao Dr. António Camarão, arqueólogo da Câmara Municipal do Barreiro, por nos ter recebido e mostrado as peças escavadas no forno da Mata da Machada. Aquela visita foi da maior importância pois trata-se do mais antigo núcleo oleiro a produzir louça de revestimento estanífero identificado em Portugal.

Uma tese em Arqueologia Moderna necessita, sempre que possível, de documentação que comprove os dados fornecidos pelas escavações arqueológicas. O meu muito obrigado aos funcionários da sala de leitura do National Archives of England, em Londres, pela paciência e ajuda, nos meses que ali passei a ler milhares de fólios dos Port Books ingleses. Em Dublin, o meu muito obrigado a Mary Buckley, por nos disponibilizar todos os registos daquele porto, ainda que nenhuma referência tenha sido ali identificada.

Ainda aos meus amigos e colegas de trabalho, com quem mantive algumas conversas interessantes, mais ou menos arqueológicas e com os quais passei momentos divertidos. Obrigada Paulo, Tânia, Telmo, Joana, Filipe, Sara, Belinha, Marta, Ana, André, Andreia, Zé, Diana, Luís, Paula e Victor, não necessariamente por esta ordem.

Se aqui me esqueci de alguém, desde já as minhas desculpas. As vicissitudes provocadas pela última etapa de redacção desta dissertação foram mais que muitas e nem sempre nos recordamos de todos aqueles que passaram no nosso caminho.

À Fundação para a Ciência e Tecnologia que patrocinou esta tese. Sem o seu financiamento teria sido impossível desenvolver a presente investigação.

Finalmente à minha família. Sem o seu incondicional apoio não seria possível ter levado esta investigação a termo. À minha mãe que ainda não sei como me continua a aturar, com quem mantenho a melhor amizade e cumplicidade de todos os tempos. Ao Hugo que, quando me conheceu, “não imaginava onde se estava a meter” e que aguenta o meu vício pelo trabalho e pelos estudos com o maior dos orgulhos, espicaçando-me a mente todos os dias e apoiando todos os meus projectos. Não poderia terminar estes agradecimentos sem mencionar a minha Maria Rita, que se portou exemplarmente de Fevereiro a Agosto e revelando-se demasiado traquinas a partir de Setembro, o suficiente para me tirar noites de sono.

RESUMO

A Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas

Tânia Manuel Casimiro

A presente dissertação tem como objectivo a identificação, análise, registo e estudo das evidências de Faiança Portuguesa recuperadas nas Ilhas Britânicas. Reconheceram-se 737 peças, distribuídas por vinte e três cidades e setenta e nove arqueossítios, em contextos de finais do século XVI a inícios do século XVIII. Aquelas foram, sempre que se justificou, com base na sua dimensão, estado de conservação e importância, registadas graficamente, descritas e organizadas em *corpus*, que se aqui se apresenta. Foram igualmente considerados os contextos arqueológicos que as ofereceram, bem como a cultura material que as acompanhava, inserindo as peças lusas em contextos sociais, económicos e culturais.

A fraca incidência de trabalhos em torno da Faiança Portuguesa, tanto em Portugal como no estrangeiro, fez-nos iniciar este estudo com *tabula rasa* de conhecimentos. Saber como era produzida, por quem e com que recursos foi fundamental na compreensão das peças e na sua interpretação. Matérias-primas, métodos de produção, olarias e artífices foram analisados, tentando desvendar todas as possíveis informações técnicas e artísticas que nos ajudassem na sua compreensão. Estas informações foram obtidas através de tratados estrangeiros descrevendo a elaboração de cerâmica estanífera em Itália, Países Baixos e França, mas também de informações retiradas directamente dos centros produtores. Só a visualização de cerâmicas oriundas das oficinas seiscentistas de Lisboa, Coimbra e Vila Nova, podiam confirmar a origem das peças exumadas nas Ilhas Britânicas, fornecendo paralelos seguros. Neste sentido, foram observadas colecções arqueológicas em contexto de produção, determinantes na caracterização dos objectos em estudo.

A decoração foi sempre uma das principais características destas produções e aquela que mais interesse suscitou aos investigadores desde o século XIX, todavia, esses trabalhos encontravam-se quase exclusivamente efectuados por Historiadores de Arte. Nos últimos anos, a Arqueologia deu um contributo valioso no estudo das faianças, sobretudo através das peças oferecidas pelos contextos arqueológicos. Aquelas, constituídas maioritariamente pelo que podemos designar de cerâmica de utilização quotidiana, diferem dos objectos sumptuosos existentes nas colecções museológicas, fornecendo novos dados ao estudo da tipologia decorativa. A Faiança Portuguesa recuperada nas Ilhas Britânicas deu igualmente o seu contributo na determinação de formas e tipos decorativos, mas sobretudo na sua evolução cronológica.

Conclui-se qual a importância que as peças estudadas tinham nos contextos ingleses e irlandeses, mas igualmente as consequências da exportação nas olarias portuguesas e em que tipo de comércio estariam envolvidas. Para chegar a essas ilações foi necessária a leitura e interpretação das novidades oferecidas por diversos documentos onde se registaram as mercadorias exportadas pelas cidades portuguesas e importadas pelas urbes britânicas. Cruzaram-se assim informações arqueológicas e documentais, concluindo que a Faiança Portuguesa, ainda que uma importação constante e reconhecida naquelas latitudes, não seria adquirida em grandes quantidades.

ABSTRACT

Portuguese Faience in the British Isles

Tânia Manuel Casimiro

The present dissertation aims to identify, analyze, register and study the evidences of Portuguese Faience recovered in the British Isles. Seven hundred and thirty seven sherds were recovered, spread across twenty three cities and seventy nine sites, from late 16th century to early 18th century. Whenever their size, conservation and importance justify it, the vases were drawn, described and organized in the present *corpus*. The archaeological environment and recovered material culture allowed to include the Portuguese Faience sherds in social, economical and cultural British contexts.

The shortness of studies concerning Portuguese Faience, in Portugal and abroad, forced us to start the analyses of the evidences in a *tabula rasa* of knowledge. Knowing production, resources and people involved were fundamental in the comprehension and interpretation of the archaeological evidences. Raw materials, production techniques, workshops and manufacturers were analyzed, trying to reveal all the technical and artistic information, which would help in the study of Portuguese Faience in the British Isles. Such information were taken from foreign treaties, describing the making of tin glaze ware in Italy, Low Countries and France, but equally from data taken directly from production areas. In this sense only the visualization of pots recovered in the production centres workshops, namely Lisbon, Coimbra and Vila Nova could confirm the origin of the vessels recovered in England and Ireland, giving secure parallels.

The decoration was one of the most important features of Portuguese Faience and the one that researchers, especially Art Historians, dedicated more time since late 19th century. In the last decade, archaeology has given an important contribute to the Portuguese Faience studies, since new forms and decorations have been exhumed from archaeological contexts. These vessels differ from the sumptuous pieces stored in museums and private collections, considered as every day pots and giving a new insight to Post-Medieval pottery productions.

The Portuguese Faience recovered in the British Isles has also contributed to the study of shapes and decorations, but especially to the chronology of vessels.

The goal is to conclude the importance of the Portuguese tin glaze ware in English and Irish contexts, but also the consequences of the exportation to the Portuguese workshops and the type of trade. In pursuit of that goal it was necessary to read several documents registering the exit of pottery from Portuguese ports and its entrance in British cities. Archaeological and historical information were crossed, concluding that Portuguese Faience, although a recognized and frequently imported into England and Ireland was not acquired in large amounts.

Índice

Capítulo I. Introdução e objectivos.....	1
I.1. Metodologia.....	9
I.2. O estado da arte.....	19
Capítulo II. A Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas.	
Sítios e contextos.....	34
II.1. Inglaterra.....	35
II.1.1. Barnstaple.....	35
II.1.2. Bideford.....	42
II.1.3. Bristol.....	47
II.1.4. Camarthen.....	82
II.1.5. Colchester.....	84
II.1.6. Crediton.....	88
II.1.7. Exeter.....	92
II.1.8. Exmouth.....	121
II.1.9. Faversham.....	125
II.1.10. Great Torrington.....	130
II.1.11. Londres.....	134
II.1.12. Plymouth.....	246
II.1.13. Poole.....	316
II.1.14. Southampton.....	327
II.1.15. Totnes.....	334
II.2. Irlanda.....	347
II.2.1. Carrickfergus.....	347
II.2.2. Cork.....	374

II.2.3. Dublin.....	383
II.2.4. Galway.....	395
II.2.5. Limerick.....	403
II.2.6. Londerry.....	410
II.2.7. Waterford.....	423
II.2.8. Wexford.....	431
Capítulo III: Portugal e as Ilhas Britânicas no século XVII.....	436
III.1. O Portugal de seiscentos: economia, sociedade, política e cultura.....	436
III.2. Inglaterra.....	442
III.3. Irlanda.....	455
Capítulo IV: A produção de faiança em Portugal.....	461
IV.1. Matérias-primas.....	461
IV.2. Técnicas de produção.....	472
IV.3. A olaria. Localização e organização do espaço.....	496
IV.4. Organização do ofício.....	519
IV.5 Origens da produção.....	531
IV.6. Centros produtores. Formas e decorações.....	541
IV.6.1. Lisboa.....	543
IV.6.2. Coimbra.....	559
IV.6.3. Vila Nova.....	572
IV.7. Formas	580
IV.8. Decorações.....	587
IV.8.1. Proposta de terminologia decorativa.....	595
IV.8.2. Evolução crono-estilística.....	648
IV.9. O consumo de faiança	674
Capítulo V. Integração cultural.....	683

Conclusões.....	733
Bibliografia.....	743
Sítios na internet.....	790
Apêndice 1: Regimento dos oleiros de Lisboa (1572).....	791
Apêndice 2: Regimento dos oleiros de Coimbra (1623).....	798
Apêndice 3: Regimento dos oleiros e malagueiros de Coimbra (1573).....	800
Apêndice 4: Livro da Portagem do Cabido da Sé do Porto.....	802
Apêndice 5: English Port Books.....	811
Apêndice 6: Quadro com os nomes dos oleiros presentes na documentação	
Lisboa.....	819
Coimbra.....	836
Vila Nova.....	847

Lista de abreviaturas

BW – Border Ware

FP – Faiança Portuguesa

FSW – Frenchen Stone Ware

GSW – German Stone Ware

GW – Glazed Wares

LDW – London Delftware

MIL – Majolica Italiana Liguria

MIM – Montelupo Italian Maiolica

MOLAS – Museum of London Archaeological Service

MTW – Merida Type Ware

NDGTW – North Devon gravel-tempered ware

NDS – North Devon Sgraffito Ware

OLJ – Olive Jar

PC – Porcelana Chinesa

PMFRW – Post-Medieval Fine Red Ware

PMRW – Post-Medieval Red Ware

PMSRW - Post Medieval Slipped Redware

PMSW – Post Medieval Slipped Ware

PWBGR – Post Medieval Black Glazed Redware

RBW – Red Border Wares

RCW – Redcliffe Wares

RMV – Reflexo metálico valenciano

RSW – Renish Stone Ware

SHW – Surrey-Hampshire wares

STG – Saintonge

STSW - Staffordshire Ware

TBW – Tudor Brown Wares

WBW – White Border Wares

WSW – West Sommerset Ware

Capítulo I. Introdução e objectivos

O estudo da Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas começou em 2005 como tema de tese, quando nos encontrávamos em Londres a realizar o mestrado em Artefact Studies, na University College of London. Naquela altura, restringimos o nosso estudo à capital inglesa, orientados pelo Prof. Clive Orton, encontrando-se parcialmente publicado no *London Archaeologist*. A escolha do tema prendeu-se com a necessidade pessoal de realizar um trabalho que nos aproximasse da Arqueologia Portuguesa, ainda que através dos métodos, técnicas e teorias anglo-saxónicas.

Aquando da realização da dissertação, ainda que aquela fosse geograficamente bem delimitada, diversas informações foram surgindo que nos indicavam a existência de evidências daqueles objectos um pouco por toda a Inglaterra e Irlanda, bem como nas colónias inglesas. Desta forma, não foi difícil definir o tema da nossa tese de doutoramento que, naturalmente, nos sugeriu a continuação da investigação. O alargamento da área de estudo, permitiu-nos entender como aquela cidade, enquanto capital de um imenso império ultramarino, era representativa da forma como a cerâmica portuguesa foi encarada no comércio e nas relações políticas entre ambos países. A presença da Irlanda na nossa tese consiste no facto de a Inglaterra e este país, hoje política e economicamente independentes, se encontrarem sob o mesmo domínio no período que aqui analisamos, como avançado na resenha histórica traçada, permitindo compreender as relações, dependências e autonomias de cada território.

Neste estudo surgirão igualmente referências a outras regiões sob domínio inglesas tais como Barbados (Antilhas), Nova Inglaterra ou Terra Nova e Canadá, na medida em que a exportação de louças portuguesas para estas localidades era efectuada por mercadores ingleses. Quanto à Escócia, devido à ausência de evidências arqueológicas de Faiança Portuguesa, será apenas ocasionalmente mencionada, sempre que a contextualização política, económica e social o exigir.

Mais que estudar a dispersão da produção portuguesa nas Ilhas Britânicas, interessava-nos contestar a ideia generalizada que circulava naqueles países de que em Portugal nunca tinha existido uma indústria de cerâmica capaz de ultrapassar as suas próprias fronteiras.

Na verdade, poucas eram as referências a materiais portugueses na bibliografia inglesa ou mesmo na de outros países anglo-saxónicos, pelo que esse reconhecimento encontrava-se por realizar. Só no últimos anos do século XX e primeiros da centúria seguinte, alguns investigadores ingleses reconheceram a presença destes materiais, mas sempre secundarizando-os em relação a espólios franceses, holandeses e, sobretudo a italianos e espanhóis. Destacam-se aqui os nomes de John Hurst e John Allan, os únicos a publicarem materiais portugueses há mais de duas décadas e cujos apontamentos e ajuda foram fundamentais nesta tese. No entanto, mesmo reconhecendo a existência de Faiança Portuguesa, nunca aqueles investigadores foram além dessa identificação e ficou por estudar a importância que poderiam ter em certos contextos. No que concerne aos estudiosos portugueses a trabalharem além-fronteiras, notícias de achados fora do país eram frequentes, sobretudo desde 1988, quando Jan Baart exumou uma grande colecção de faianças portuguesas do solo de Amesterdão e convidou Rafael Salinas Calado a participar nesse estudo. No entanto, a colaboração com arqueólogos estrangeiros ficou-se por essa experiência, não se indo mais longe no estudo da sua dispersão europeia ou mesmo mundial.

Mas o que é a Faiança Portuguesa? Na presente dissertação, assumiu-se como Faiança Portuguesa todos os corpos cerâmicos, independentemente da forma, revestidos a esmalte estanífero, produzidos em Portugal desde a segunda metade do século XVI. O termo foi adoptado em Portugal, desde os finais do século XIX, descrevendo sobretudo louça decorada. Além disso entendeu-se o esmalte utilizado no revestimento não apenas como uma opção estética, mas igualmente funcional, ao impermeabilizar e aumentar a resistência da peça.

O termo faiança foi utilizado na literatura portuguesa somente a partir da segunda metade do século XIX (Vasconcelos, 1875; 1884), tendo-se generalizado entre os historiadores de arte e intelectuais que importaram a palavra de publicações francesas às quais tinham acesso. Para estes estudiosos o termo significava um corpo cerâmico, revestido a esmalte estanífero e ricamente decorado, tornando-se comum na Europa a partir de meados do século XVI. Na verdade, não afiançamos que a palavra fosse utilizada pelo consumidor português em geral, sendo as denominações louça branca ou louça vidrada as mais frequentemente empregues.

O termo foi criado, certamente, com base nas produções da cidade de Faenza que, desde o século XV, circulavam pela Europa, nomeadamente, em França, atendendo

à sua aproximação geográfica e cultural durante o Renascimento, com as cidades e artistas italianos. Aquelas satisfaziam as elites da altura. Contudo, outras designações foram empregues na Europa, sobretudo “majólica”, que passou a designar as produções espanholas e italianas, a partir de quatrocentos. A denominação surgiu não com base num centro produtor como havia acontecido com Faenza, mas através da ilha de Maiorca que funcionou como entreposto comercial deste tipo de louça esmaltada. De um modo geral, faiança ou majólica designava as ricas produções europeias onde o corpo cerâmico, revestido a esmalte estanífero e opaco, se encontrava profusa e ricamente decorado. Esta foi a designação generalista dos nossos autores até ao século XX (Musacchio, 2004, 14).

Até recentemente (Calado, 2003), as peças mais modestas eram conhecidas como malagueiras, termo adoptado através das produções espanholas que não apresentavam decoração ou que apresentavam apenas uns breves traços.

Com o desenvolvimento dos estudos cerâmicos em Portugal e, sobretudo, com os novos trabalhos arqueológicos, o termo de faiança nunca foi abandonado, mas alargou-se e passou a designar generalistamente toda a louça revestida a esmalte estanífero que se produziu no nosso país a partir do século XVI.

Na literatura inglesa o termo faiança regista-se apenas para as louças francesas a partir do século XVIII. Para produções mais recuadas, nomeadamente espanholas e italianas, emprega-se comumente a designação de majólica. O termo *delftware* é igualmente utilizado, mas como referência às produções holandesas, cujo maior centro produtor foi efectivamente Delft. A designação aplica-se também às produções inglesas a partir do século XVII, atendendo à influência que as produções holandesas tiveram na louça inglesa. Por outro lado, no que concerne a bibliografia arqueológica, generalizou-se a expressão *tin glaze ware* que resume a técnica do esmalte sem atribuir uma proveniência ou datação.

No entanto, todos estes termos surgiram na bibliografia a partir do século XIX. Os registos anteriores referem a produção de louça esmaltada como *gally ware*, *galye ware* ou *galley ware*, *earthenware* e *white ware*, presentes na documentação desde o século XVI (Tyler, Betts e Stephenson, 2008, 3).

Registar, analisar, compreender e interpretar a presença da Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas são os propósitos deste trabalho. A procura deste objectivo passou

por uma interdisciplinaridade arqueológica, histórica e antropológica. A produção, consumo e exportação de faiança passavam por diversos processos, para os quais o registo arqueológico não consegue fornecer todas as respostas, apesar de fundamental num trabalho onde se procuram estabelecer padrões de comércio e relações económicas que se traduzam na cultura material.

Tentámos perceber até que ponto aquelas exportações eram ocasionais, ou se as poderíamos incluir como bem autónomo no frequente e imenso comércio entre Portugal e Inglaterra. São sobejamente conhecidas as exportações de vinho, azeite, fruta ou cortiça, entre outros bens, para Inglaterra e Irlanda e interessava-nos saber até que ponto o comércio de faiança era igualmente importante.

O sudoeste da Inglaterra revelou ser a zona mais profícua em achados, ainda que os possamos reconhecer um pouco por todo o sul do país. Na Irlanda a dispersão é maior, tendo sido registados de norte a sul, embora apenas nas zonas costeiras.

Ainda que existam algumas peças portuguesas perfeitamente conservadas em museus ingleses e irlandeses, essas serão apenas brevemente referidas ao longo deste trabalho. Dedicámos este estudo apenas às peças portuguesas exumadas em contextos arqueológicos que nos podiam fornecer informações acerca da sua utilização e valor no quotidiano das populações dos séculos XVI, XVII e XVIII. Os objectos adquiridos em leilões e posteriormente inseridos em exposições, ainda que com interesse artístico e valor económico, não irão contribuir para as conclusões aqui avançadas.

A atribuição da origem portuguesa às peças recolhidas nem sempre se encontra livre de dúvidas. Vemos muitas vezes cerâmicas holandesas ou italianas identificadas como portuguesas ou produções lusas publicadas como holandesas ou alemãs. Desmistificar a ideia de que se tratam de objectos holandeses ou alemães com base em pressupostos técnicos e decorativos foi um dos nossos propósitos. Quando chegámos a Inglaterra havia muita cerâmica mal identificada, classificada como oriunda de outras nações europeias, sobretudo Países Baixos, Itália e Espanha.

As cronologias em que nos movimentamos nesta tese têm início em meados da centúria de quinhentos, sensivelmente quando se inicia a produção portuguesa destes materiais. Contudo, será o século XVII o período em que mormente incidiremos o nosso estudo, tendo em conta que é a altura em que se regista a exportação de louça branca e azul para as Ilhas Britânicas. Esta cronologia foi apurada com base em evidências

arqueológicas e documentais ou, quando estas falhavam, nas próprias peças e nas datações que a sua forma e decorações nos podem fornecer.

Na demanda por esse propósito foi primordial a integração história e cultural dos objectos. Os contextos de onde se exumaram os artefactos foram analisados tendo em atenção a sua localização geográfica, a sua importância cultural, económica e política no momento em que a peça entrou no registo arqueológico. Todos os locais foram cuidadosamente observados, no que diz respeito à sua estratigrafia, metodologia que nos forneceu datações mais apuradas. Nas intervenções realizadas há mais de vinte anos e cujo espólio se encontrava depositado em museus, tornou-se difícil o acesso a relatórios, muitas vezes inexistentes, ou aos arqueólogos que tinham efectuado as escavações. Nesse sentido, foram consultadas todas as informações possíveis, ficando aquelas, muitas vezes, aquém das necessidades informativas necessárias.

Pretende-se, por outro lado, apresentar um catálogo completo dos lugares e materiais para que, de futuro, outros investigadores possam aceder indirectamente àqueles artefactos, complementando ou avançando novas teorias da presença da Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas.

A existência de faianças nas Ilhas Britânicas irá tornar possível a tentativa de responder a diversas questões que contribuirão para o estudo da importância deste material nos contextos internacionais, e, igualmente, da forma como a sua presença no comércio externo pode ter contribuído para o desenvolvimento e incremento da produção nacional. Assim, procuraremos avaliar que tipo e qualidade de bens eram exportados e em que quantidade.

Interessa-nos também investigar qual a natureza da sua exportação para a Inglaterra e Irlanda, ou seja, com que intuitos foram para ali remetidos. Seriam eles apenas mais um produto do intenso e perfeitamente documentado comércio entre Portugal e a Grã-Bretanha? Cabe-nos ainda averiguar quem foi o responsável pela sua exportação. Estariam estas movimentações nas mãos dos portugueses, que haviam encontrado espaço no mercado britânico para estes materiais, ou seriam os ingleses e irlandeses os interessados em adquirir estes produtos no nosso território e levá-los para os seus países? Fariam parte de um sistema comercial permanente e altamente especializado, preenchendo as necessidades de mercado da sociedade inglesa, ou por outro lado, podemos encará-las apenas como um subproduto do comércio luso-inglês, algumas transacções esporádicas, cujos valores de troca constituiriam apenas uma

ínfima parte das constantes relações comerciais, onde predominavam bens como o açúcar, vinho ou azeite, entre dezenas de outros produtos que oportunamente revelaremos?

Não podemos ainda descartar a suposição de a presença de alguns objectos ultrapassar a transacção económica. Pretenderemos avançar a hipótese de poderem ter entrado nas Ilhas Britânicas com outros propósitos sociais ou políticos, como ofertas destinadas a famílias com relações com Portugal e os seus mercadores.

Procuraremos ainda reconstituir os roteiros destas peças. Onde eram produzidas, como seriam transportadas e por que portos saíam do país e qual o percurso percorrido até chegarem ao seu destino. A ausência de estudos em torno destas cidades, enquanto centros produtores de louça esmaltada, obrigou-nos a procurar e analisar diversos espólios exumados de contextos conotados com olarias ou caqueiros que nos pudessem fornecer essas informações, nomeadamente em Lisboa, Coimbra e Gaia, doravante designada de Vila Nova. Aliando as informações arqueológicas à documentação existente, foi possível esclarecer como se efectuava a produção destes centros, quando começou e quais as principais características dos seus produtos. Só depois daquele trabalho tornou-se viável estabelecer paralelos para as peças exumadas nos contextos ingleses e irlandeses e perceber de onde eram oriundas e qual dos três centros produtores era o maior exportador. Durante essa pesquisa surgiram diversas informações sobre oleiros e olarias que, embora não sendo o propósito deste trabalho, pareceu-nos importante divulgar.

A Faiança Portuguesa tem sido abordada por muitos autores, essencialmente na perspectiva da História de Arte. Tendo em conta que a decoração é uma das suas principais características, será sempre objecto de descrição, procurando-se mencionar as suas origens e influências e mesmo sistematizá-la. Do mesmo modo, tentámos colmatar a ambiguidade dos conceitos e a ausência de um trabalho de seriação das decorações no capítulo dedicado à Proposta de Terminologia Decorativa, fundamental na discussão das decorações da faiança identificada nas Ilhas Britânicas.

Não apenas a decoração, mas também as formas foram contempladas. Não é de todo fácil demonstrar todos os exemplos formais e variações das peças de Faiança Portuguesa, sobretudo devido à enorme quantidade de objectos que têm surgido nos últimos anos, nas mais variadas escavações arqueológicas. No entanto, sempre que possível apresentamos os formatos conhecidos, criando tabelas de formas e a sua

evolução desde o século XVI ao século XVIII, quando a produção oleira é superada pela produção industrial. Não duvidamos que nos tenham escapado peças como caixas ou garrafas, apresentando pequenas variações no seu feitio.

Outra grande dificuldade passou pela atribuição cronológica das peças. Ainda que muito tenha sido escrito em torno de datações, a maior parte dos achados é generalistamente atribuído ao século XVII e todas as tentativas de as datar foram efectuadas por historiadores de arte, pelo que faltava um trabalho que assentasse nas peças presentes nos acervos dos museus e que combinasse essas informações com os dados que a arqueologia tem fornecido nas últimas duas décadas. Também esse foi um dos nossos objectivos, resultando na apresentação de uma evolução crono-estilística.

No presente estudo certas considerações históricas e geográficas têm de ser tidas em atenção. Primeiramente, porque estamos a analisar a presença destas peças em localidades, por vezes, separadas por centenas de quilómetros. Por outro lado, estes sítios tinham diferentes importâncias quando analisados segundo pressupostos económicos, sociais e políticos, com biografias divergentes, necessariamente presentes nas nossas interpretações. Presenciou-se que não são apenas diferentes arqueossítios que oferecem distintas quantidades de objectos, mas a sua abundância é ainda díspar no que concerne às distintas cidades, dependendo da sua importância económica no trato internacional. Procuraremos interpretar por que alguns núcleos urbanos ingleses ofereceram maior quantidade de artefactos que outros, ou porque tais achados são mais frequentes nas cidades inglesas do sudoeste e nem sequer reconhecidos no centro ou norte do país.

Numa perspectiva mais cultural, ambicionaremos interpretar o significado e importância destes objectos nos sítios arqueológicos que os ofereceram. Neste sentido, surge a necessidade da identificação do local e da sua dinâmica económica, social e cultural. Tendo sido reconhecidas em sítios tão distintos como casas, armazéns, igrejas, fábricas ou portos fluviais, qual o significado da sua presença nestes diferentes ambientes? Decerto não teriam a mesma importância e simbolismo em todos os lugares onde eram usadas. Com base nas interpretações dos locais que as ofereceram iremos avançar algumas conjecturas acerca de quem eram os consumidores destas peças, no que toca ao seu poder económico e estatuto social. Interpretar a sua função no ambiente em que foram utilizadas é um dos principais intentos. Qual o seu significado numa casa,

num castelo, num mosteiro, num armazém ou numa fábrica de cerâmica? E, sobretudo, qual o papel social e económico destas peças nos contextos ingleses e irlandeses?

I.1. Metodologia

A Arqueologia Moderna e os estudos de colecções relativas a cronologias mais recentes encontram-se ainda a dar os primeiros passos, pese embora os trabalhos desenvolvidos nas colecções exumadas em Silves, Palmela, São João de Tarouca ou Casa do Infante. Todavia, esta é apenas uma pequena amostra dos numerosos conjuntos cerâmicos modernos que existem no nosso país, recuperados nos últimos anos e foram sem dúvida uma ajuda preciosa no desenvolvimento da metodologia a utilizar na presente dissertação.

Contudo, a natureza deste trabalho não se prende com a identificação ou estudo de determinada colecção inserida em determinado arqueossítio. É seu objectivo compreender o papel e impacto que a Faiança Portuguesa teve enquanto bem exportado para as Ilhas Britânicas e de que forma se reflecte na cultura material recuperada dos contextos ingleses e irlandeses. Assim sendo, foi fundamental o desenvolvimento de uma metodologia própria que respondesse às nossas necessidades.

Ao contrário do que acontece com a maioria dos sítios portugueses, onde Faiança Portuguesa foi reconhecida, o arqueólogo responsável pelo estudo e publicação das Faianças nas Ilhas Britânicas não foi o mesmo que realizou a intervenção arqueológica. Desta forma, todas as informações acerca dos contextos arqueológicos apresentados nesta dissertação foram fornecidas pelos coordenadores daqueles trabalhos ou através de relatórios, quando o acesso directo a informações já não estava disponível.

Sempre que uma peça portuguesa foi identificada, não encontrámos qualquer dificuldade ou impedimento, por parte do responsável pela escavação ou museu onde estava depositada, em aceder àqueles objectos. De facto, em muitas dessas colecções foi solicitada a nossa ajuda para o estudo daqueles materiais, tal como aconteceu em Credinton ou Great Torrington (Casimiro, 2010; 2010a). Foram-nos disponibilizadas tanto as plantas da escavação, com a respectiva localização do achado, como as matrizes estratigráficas que nos ajudaram a compreender as unidades onde as peças portuguesas se encontravam inseridas, bem como todos os outros materiais que as acompanhavam.

Apesar dos trabalhos dos últimos anos, que nos ajudam a compreender a cultura material produzida e consumida em algumas cidades portuguesas, a informação existente está muito aquém das nossas necessidades para a presente dissertação. Era

essencial compreender o que cada centro produtor manufacturava. Só assim poderíamos determinar com clareza a origem das peças identificadas nas Ilhas Britânicas. Essa necessidade levou-nos à procura de colecções arqueológicas recuperadas em zonas que sabíamos terem albergado olarias, ou zonas ligadas a momentos produtivos tentando estabelecer genericamente o que cada centro oleiro produzia, associando as novidades arqueológicas às informações documentais conhecidas, de forma a esclarecer a origem das peças encontradas no ambiente geográfico que estudávamos. Assim nasceu um dos capítulos da presente tese relativo às produções de Lisboa, Coimbra e Vila Nova.

A visualização destas colecções mostrou-nos, além das peças já esmaltadas e decoradas, os seus diferentes estádios de produção. A ausência de estudos que nos pudessem auxiliar na compreensão das etapas produtivas da Faiança Portuguesa, exigiu-nos a redacção de um capítulo denominado Métodos de Produção, no qual traçámos as fases de construção de uma peça em faiança, desde a recolha do barro à sua comercialização. Às informações arqueológicas obtidas através dos arqueossítios conotados com centros de produção, juntámos informações documentais, tanto nacionais como estrangeiras. Um dos documentos mais úteis tratou-se do *Tre Libri dell arte del Vasaio*, redigido no século XVI por Cipriano Piccolpasso, que descreve, passo a passo, os métodos e técnicas das produções de majólica italiana nas oficinas de Castel Durante e que sabemos serem bastante semelhantes às da Faiança Portuguesa. Aquele foi certamente o primeiro tratado europeu a dedicar-se à produção de louça cerâmica. No entanto, recorremos ainda a outros trabalhos europeus mais recentes, nomeadamente o *De plateelbakker of Delftsch aardewerkmaaker* de G. Paape, datado de 1794 e que descreve como se processava a produção de louça esmaltada na cidade de Delft, indústria que utilizava as mesmas técnicas que a Faiança Portuguesa. Dois trabalhos franceses de finais do século XVIII e traduzidos em Portugal em 1804 e 1805, respectivamente a *Arte do Louceiro* e a *Arte da Louça Vidrada*, foram igualmente fundamentais na compreensão das produções europeias. São escassas as informações acerca do que se passava nas olarias portuguesas, contudo, sempre que possível, essa documentação foi acedida tanto para períodos mais recuados, como para as produções industriais dos séculos XVIII, XIX e mesmo XX, nomeadamente as fábricas do Rato, Miragaia, Massarelos e Caldas da Rainha. Este trabalho de pesquisa e interpretação foi fundamental na compreensão das diferenças que as peças recuperadas nas Ilhas Britânicas mostram e da forma como aquelas foram produzidas. Só assim podíamos

clarificar os diferentes cuidados que aquelas tiveram no seu momento produtivo e como isso pode ter influenciado o seu valor.

Como complemento deste capítulo não podíamos ignorar as matérias-primas nem mesmo a própria organização das olarias que descobrimos fundamentais na produção de faiança, influenciado a sua qualidade e consequentemente valor. Desta forma, procurámos traçar o perfil de uma unidade de produção artesanal portuguesa, descrevendo os espaços que aquela necessitaria para a produção de peças.

Durante a leitura da documentação foram surgindo diversas informações acerca de oleiros e agentes envolvidos na produção. Assim, surgiu um dos capítulos desta tese, em torno da organização do ofício onde destacámos o papel social do oleiro e da sua olaria e a organização familiar daquela unidade, bem como o reflexo social e cultural nos ofícios portugueses de então.

Ainda que surjam evidências de faianças sem decoração, ou onde se apresenta muito singela, não indo além de algumas linhas concêntricas, a Faiança Portuguesa tem na decoração um dos seus elementos fundamentais. Todos os autores que se dedicaram a este assunto tendem a designar os motivos decorativos que surgem nas peças que analisam. São sobejamente conhecidas as definições de “famílias decorativas” (Calado, 1992), ou as designações generalistas de decoração vegetalista que têm sido utilizadas por arqueólogos e historiadores de arte. Contudo, faltava um trabalho de fundo sobre a decoração das Faianças Portuguesas que identificasse, serialasse e caracterizasse o máximo de decorações possível que se identificam nesta produção.

O mesmo se passava relativamente às formas, pelo que decidimos dedicar um capítulo aos formatos que a Faiança Portuguesa de produção artesanal apresenta, antes da explosão de formas registada pelas fábricas do século XVIII.

A análise de peças portuguesas oriundas de contextos selados e datados, não apenas ingleses, mas de outros países, permitiu-nos traçar uma evolução cronostilística da Faiança Portuguesa. Ainda que a datação de peças, sustentada pela sua forma e decoração, seja uma das principais preocupações de todos os investigadores que a ao seu estudo se dedicaram, cremos que, pela primeira vez, conseguimos estabelecer uma divisão que alia evidências fornecidas pelos contextos arqueológicos à informação fornecida pelos próprios objectos, sobretudo, quando datados.

Ainda que seja uma tese essencialmente arqueológica, o facto de tratarmos produções modernas, produzidas e consumidas durante os séculos XVI, XVII e XVIII, implica a existência de documentação nacional e estrangeira que corrobora as informações arqueológicas. Por isso, foram analisados documentos e tratados que nos pudessem auxiliar a definir etapas de produção e matérias-primas e, especialmente, fontes relacionadas com a exportação. Os arquivos portuários portugueses das cidades produtoras, nomeadamente Lisboa, Figueira da Foz (que fazia a exportação das produções de Coimbra) e Porto (escoando a mercadoria vilanovence) foram integralmente lidos na procura de registos da exportação de faianças para Inglaterra. A esta documentação juntou-se a leitura de registos portuários dos portos ingleses que se revelaram bastante profícuos, ao permitirem o acesso a informações que escapam aos contextos arqueológicos, nomeadamente, expressões que designavam a Faiança Portuguesa, bem como os agentes envolvidos e valores alfandegários. A ausência de trabalhos anteriores que identificassem a exportação de faiança para as Ilhas Britânicas obrigou-nos a ler toda a documentação existente. Esta tarefa revelou-se morosa e difícil com a consulta de milhares de fólios. Após um ano passado em diversos arquivos nacionais e estrangeiros, o resultado foi compensatório.

Embora todos os capítulos mencionados sejam essenciais no estudo e interpretação das peças recolhidas nas Ilhas Britânicas, o presente trabalho tem como tema principal a análise daquelas peças e não a produção de faiança em Portugal. Na exploração deste objectivo, foi premente a observação de toda a cultura material que acompanhava as peças de Faiança Portuguesa. Só através da visualização das produções inglesas e europeias recolhidas nos contextos foi possível determinar a natureza e riqueza do local.

Numa tentativa de contextualização histórica foi traçada resenha do ambiente político, económico e social de Portugal e das Ilhas Britânicas durante o século XVII, onde se tentou estabelecer o tipo de relações entre os dois países e de que forma essa relação influenciou o consumo de cerâmica portuguesa por parte das populações insulares.

Apesar de não ser nossa intenção inicial inserir o azulejo na presente tese, ainda que o mesmo fosse produzido com as mesmas técnicas que a Faiança Portuguesa, nas mesmas oficinas e até, quiçá, pelos mesmos oleiros, a descoberta de um destes

exemplares no País de Gales, obrigou-nos a tratá-lo como um produto de exportação das oficinas portuguesas.

Todas as informações recolhidas mostraram-se indispensáveis no estudo das peças esmaltadas portuguesas identificadas em Inglaterra. Foi nosso propósito perceber porque razão umas cidades apresentam mais peças que outras ou porque predominam os contextos domésticos em detrimento dos comerciais ou industriais e porque há formas e decorações mais comuns que outras.

A maioria dos materiais aqui estudados encontra-se à guarda dos museus das cidades onde foram escavados, ainda que alguns, como é o caso da Irlanda do Norte, tenham sido depositados em instituições regionais.

O processo de pesquisa que tornou possível a identificação de quinze localidades na Inglaterra e oito na Irlanda, que ofereceram um total de 737 artefactos, passou por algumas fases. Primeiramente, foram analisadas cuidadosamente todas as publicações existentes onde estes objectos apareciam mencionados. Após aquela recolha, contactámos, via e-mail, por escrito ou telefonicamente, todos os museus ou núcleos arqueológicos das sedes dos county ingleses, bem como as principais cidades irlandesas. À maioria dos pedidos de informação, quanto à existência de materiais portugueses, pelo menos identificados, a resposta foi negativa. Curioso será mencionar o caso de Southampton, em que o arqueólogo local, o Dr. Duncan Brown, perante o seu desconhecimento no que dizia respeito a materiais portugueses, no disponibilizou amavelmente um espaço no museu, onde depositou todas as peças esmaltadas com decoração possivelmente portuguesa. Quanto aos demais sítios pareceu não existir dúvidas quanto à origem dos materiais, pelo que analisámos todos os que nos foram disponibilizados.

Foram contactadas as mais importantes e reconhecidas empresas de arqueologia em ambos os países, acerca dos possíveis achados de Faiança Portuguesa. A resposta surgiu apenas por parte da Pre-Construct Archaeology, a maior empresa de arqueologia inglesa e que opera tanto na Inglaterra como na Irlanda, que os havia exumado em Londres, Kent e Bristol, materiais que nos foram fornecidos de imediato.

Publicámos ainda uma pequena nota no boletim nº 56 da Medieval Pottery Research Group, na qual pedíamos informações a todos quantos tivessem conhecimento acerca destes achados. Recebemos diversas respostas de reconhecidos investigadores

acerca de achados não apenas nas Ilhas Britânicas mas igualmente nos Estados Unidos, Brasil e Canadá. Finalmente lançámos algumas mensagens para *mailing lists* inglesas e irlandesas, dedicadas a assuntos arqueológicos, acção muito proveitosa, sobretudo para o território irlandês.

Em seguida, contactámos directamente as instituições responsáveis pelas escavações que haviam oferecido Faiança Portuguesa e que nos confirmaram a veracidade dos achados, revelando ainda o local do seu depósito.

Cremos que, com este trabalho, tivemos acesso a cerca de 90% de todas as peças em Faiança Portuguesa recuperadas nas Ilhas Britânicas. Ficaram por analisar aquelas cuja atribuição a outras nacionalidades as tenham colocado em sacos há muito esquecidos. Por outro lado, quedaram ainda por visualizar os três fragmentos encontrados numa escavação em Chester, os quais não nos foi possível visitar por uma questão de logística, atendendo a que o museu local, onde as peças se encontram depositadas, esteve encerrado para remodelações no ano que nos deslocámos a Inglaterra, pelo que não foi realizável a sua visualização.

Ainda que notícias nos tenham chegado da identificação de pequenos fragmentos em Chivenor e Dartmouth, através dos relatórios de John Hurst relativamente a outras escavações em Devon, ocorridas nos anos 70, tais achados não foram encontrados. Contactando os museus e arqueólogos locais, aqueles revelaram um perfeito desconhecimento acerca do assunto.

Como havíamos calculado, muitos dos objectos com os quais nos deparámos foram erradamente interpretados como portugueses, tratando-se claramente de produções holandesas. Pedimos então para observar todas as peças holandesas, onde nos apercebemos, de igual forma, que algumas delas eram, na verdade produções lusas. O facto de as primeiras produções portuguesas, de meados do século XVI, serem semelhantes às produções espanholas sevilhanas, fez com que as mesmas não fossem incluídas neste trabalho. Seriam necessárias análises químicas de pastas e vidrados que pudessem garantir com certeza que as peças em questão eram portuguesas e não espanholas, como se tem vindo a reconhecer até ao momento. A identificação macroscópica que foi efectuada na classificação de peças de Faiança Portuguesa não é suficiente para a distinção entre centros produtores portugueses e espanhóis.

No âmbito deste estudo interessava-nos não apenas o acesso directo aos materiais, mas também a informações precisas acerca do contexto onde haviam sido exumados. Recorremos aos relatórios das escavações, ou mesmo a publicações das mesmas, ainda que os materiais estivessem ou não publicados como portugueses. Compilámos a informação referente à identificação do tipo arqueossítio, bem como a unidade estratigráfica em que o objecto foi exumado. Foi nossa preocupação a datação da camada, processo efectuado com base nos materiais encontrados na mesma unidade estratigráfica. Produções cerâmicas inglesas ou irlandesas (delftware, border wares, white wares, tudor green glazes), importações orientais (chinesas, persas e turcas) e europeias (italianas, espanholas, alemãs, francesas, holandesas e mesmo portuguesas), bem como cachimbos em cerâmica ingleses e holandeses, vidros (sobretudo venezianos e norte europeus), materiais metálicos e em osso, contribuíram para o apuramento das datações. Quando este método, devido à insegurança relativa à selagem do contexto (revolvimentos posteriores, construções ou terraplanagens do local), não era aplicável, as atribuições cronológicas tiveram como base a própria peça em Faiança Portuguesa que estávamos a estudar, comparando-a a peças exumadas em contextos portugueses ou estrangeiros bem datados.

As informações quanto aos sítios arqueológicos são apresentadas à parte onde colocámos igualmente o *corpus* dos materiais. O inventário encontra-se dividido em duas partes, a primeira referente a Inglaterra e a segunda à Irlanda em que cada cidade onde faiança foi encontrada será apresentada por ordem alfabética. Dentro de cada um dos centros urbanos o catálogo foi organizado por arqueossítios, também apresentados por ordem alfabética. As peças foram introduzidas com base no seu número de inventário. Optámos por uma organização onde, após uma breve resenha histórica da cidade, identificamos os arqueossítios e apresentamos um mapa do centro urbano com a localização daqueles.

Seguidamente, dedicámo-nos a cada contexto específico, identificando-o e, sempre que possível, apresentando a planta do mesmo, resultado da intervenção arqueológica e identificação da unidade estratigráfica onde as peças foram exumadas. Atendendo que algumas das peças são oriundas de escavações com mais de 30 anos ou de camadas de revolvimento, nem sempre as plantas das escavações nos foram disponibilizadas. Sempre que se justificou procedemos ao registo gráfico das peças apresentando a descrição dos artefactos recolhidos naquele contexto. Peças de reduzidas

dimensões, sem esmalte ou com decoração muito semelhante a outros objectos recolhidos no mesmo contexto não foram representadas, ainda que se apresente a sua descrição e, por vezes, registo fotográfico. Relativamente à decoração, a existência de diversos elementos de diferentes características, fundamentais na identificação, análise e interpretação destes materiais levou a que fossem isoladamente representados criando um catálogo com os motivos decorativos.

A descrição morfológica dos objectos terá em consideração os seguintes passos:

1. Observação e descrição das formas, tendo em vista a análise formal e funcional. Considerações relativas ao tipo de bordo, forma do corpo fundo e, quando registadas, asas;
2. Visualização macroscópica e descrição das pastas. O material que serviu para construir a peça será observado no que concerne à sua homogeneidade e compactação e à existência, ou não, de elementos não plásticos. Será, igualmente, observada a sua coloração com base no catálogo de cores *Munsell Soil Color Chart* (1975), devendo entender-se como aproximadas;
3. Observação e descrição do tratamento de superfície. A análise da composição do esmalte, da sua qualidade e durabilidade. A observação da tonalidade e qualidade dos componentes utilizados na decoração, de forma a recorrer a diferentes colorações;
4. Descrição da decoração: a análise pormenorizada dos elementos decorativos de cada peça, não só per si, mas no ambiente decorativo, ou seja, como se distribuem no objecto, podendo vir a ser identificados grupos decorativos, análogos, muitas vezes, às *famílias decorativas*, identificadas segundo as considerações tomadas por outros autores (Calado, 2003).
5. Observação das dimensões da peça relativamente ao diâmetro do bordo e/ou fundo, altura da peça, espessura média das paredes, bem como de outros elementos que justifiquem o registo.
6. A análise formal estruturar-se-á através de catálogo, onde cada artefacto possuirá uma entrada onde serão apresentadas as características formais das peças, segundo a organização enumerada.

Foram reconhecidas diversas formas, às quais foi atribuída uma funcionalidade teórica e cuja classificação foi efectuada com objectos actualmente registados nos quotidianos domésticos, ou em peças descritas por outros autores. Foram identificados os seguintes formatos que, embora possuindo diversas funcionalidades, dificilmente foram utilizadas senão com função decorativa:

Prato – recipiente aberto, de forma hemisférica ou troncocónica, de diâmetro largo, mas pouco profunda, assente em fundos diversos, utilizado para dali se consumir os alimentos.

Taça/tigela – recipiente aberto, de forma hemisférica ou troncocónica, de diâmetro largo, não muito profunda, assente em fundos diversos, utilizado no consumo directo de alimentos.

Garrafa – recipiente fechado, bojudo, de corpo globular ou ovóide, possuindo gargalo estreito e assente em fundo plano ou pé anelar, destinado a conservar ou servir líquidos.

Jarro – recipiente fechado, bojudo, de corpo globular ou ovóide, com asa, colo e gargalo, assente em base plana ou pé anelar, destinado a servir líquidos.

Manga de farmácia – recipiente alto e fechado, de forma cilíndrica, assente em base plana ou anelar. A sua função primordial seria a de conservar ervas ou preparados farmacêuticos, pelo que, muitas delas, possuem legenda pintada no seu corpo.

Tampa – objecto plano, com pega, destinado a tapar recipientes fechados como garrafas, jarras ou caixas.

Pia de água benta – recipiente hemisférico ou em forma de concha, no qual era colocado uma pequena quantidade de água benta. Destinado a ser fixado numa parede, a maioria das vezes apresenta dois orifícios na parte anterior que serviam para esse efeito.

A presente tese, atendendo à homogeneidade da colecção, não justificava a divisão da análise da cerâmica por pastas ou mesmo por tipologia decorativa, criando grupos. Optámos por apresentá-la por arqueossítios, demonstrando a quase totalidade dos fragmentos, deixando, apenas, aqueles que se revelavam ou demasiado pequenos ou completamente amorfos, sem possibilidade de identificação formal ou decorativa.

A identificação e descrição da decoração basearam-se, primeiramente, na observação directa dos motivos e, em segundo lugar, na terminologia definida por

outros autores, que a este assunto já se haviam dedicado (Santos 1960; Sandão, 1965; Calado, 1992), ou por nós próprios, com base numa proposta de terminologia decorativa.

A identificação e quantificação de formas e decorações permitiram a sua análise estatística, apresentada sob a forma de gráficos.

Finalmente, na última parte são apresentados em apêndice os documentos que mencionamos no texto e cuja leitura julgamos imprescindível para a confirmação das afirmações feitas ao longo desta dissertação. Apresentamos ainda uma lista de todos os oleiros que identificámos nos três centros oleiros, ao longo dos documentos, livros e artigos que lemos, referentes à produção de cerâmica, a maioria já identificada em estudos anteriores (Queirós, 1907; Correia, 1918; Carvalho, 1921; Leão, 1999).

I.2. O estado da arte

O primeiro tratado europeu que menciona a produção de louça esmaltada remonta ao século XVI, escrito entre 1556 e 1559, o *Tri Libri Dell'Arte del Vasaio*. Foi escrito por Cipriano Piccolpasso, natural de Castelo Durante, próximo de Urbino, um dos mais importantes centros de produção de cerâmica, desde finais da Idade Média. O seu autor era pintor de louça esmaltada, tendo compilado um manuscrito onde refere as técnicas de execução, desde a recolha do barro à venda da louça, passando por todos os processos de formação. É um livro muito valioso, pois como o próprio autor escreveu “*Ne quai si tratta non solo la pratica ma brevemente di tutti li secreti di essa*”, “no qual são tratados não só as técnicas, mas brevemente todos os segredos dela.” (Piccolpasso, 2006, 21).

No século XVIII, a intensa produção que se desenvolveu nos Países Baixos também promoveu a redacção de interessantes obras acerca dos métodos, técnicas e decorações da louça esmaltada, congénere da produção portuguesa. Em 1794, G. Paape publica o *De plateelbakker of Delftsch aardewerkmaaker*, no qual relata a organização da indústria e do ofício em Delft.

O interesse pelo estudo da cerâmica e faiança em Portugal surgiu algumas centúrias depois e remonta ao século XIX. As primeiras obras indicando trabalhos e técnicas cerâmicas surgem em 1804 e 1805, traduzidos do francês, respectivamente *A Arte do Louceiro* e *A Arte da Louça Vidrada*, que trazem à luz do dia as técnicas de fabricação de louça comum e vidrada, mas sem qualquer tipo de referência a produções portuguesas.

A primeira referência a argilas portuguesas vai igualmente surgir em França, em 1844. Alexander Brongniard publicou, naquele ano, o *Traité des arts ceramiques ou des poitiers*, dividindo as produções cerâmicas em classes e ordens e dando conta de alguns barros portugueses, nomeadamente, de Ílhavo e Estremoz. Dividiu as faianças em duras ou brandas (quando se deixavam, ou não, rascar pelo ferro), porém poucos anos depois, esta obra recebeu críticas, pois as faianças começaram a ser interpretadas mais pelo seu vidrado que pela pasta, interpretada como simples suporte. Foi uma importante influência na obra de Charles Lepierre, *Estudo chimico e technológico sobre a ceramica portugueza moderna*.

Em 1844, o Conde de Raczinski publica nas *Lettres* informação do Visconde de Juromenha sobre azulejos. Tal registo pode ser considerado a primeira intenção de divulgação de cerâmica em Portugal, ainda que com uma completa ausência de referências a técnicas ou centros produtores, enumerando apenas alguns painéis. Teríamos de esperar cerca de quatro décadas para que surgisse um interesse pela cerâmica portuguesa com publicações que a ela se referissem.

Em 1882, promoveu-se, em Lisboa, a exposição *Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola*, albergada pelo palácio do Marquês de Pombal, nas Janelas Verdes, numa tentativa de imitação da *Exposição de Arte Ornamental Luso-Espanhola* que havia ocorrido no ano transacto no South Kensington Museum em Londres, hoje Victoria & Albert. Um catálogo ilustrado foi publicado onde mereceram destaque as produções espanholas esmaltadas e as produções portuguesas azuis e brancas. Aquela, segundo relatos estrangeiros, foi um sucesso e não ficou aquém das grandes exposições que marcavam a vida cultural europeia de finais do século XIX (Rosas e Pereira, 1991).

A exposição mencionada surgiu como consequência da movimentação europeia que procurava dar um novo valor às artes tradicionais que acreditava terem sido destruídas e secundarizadas durante a revolução industrial, promovendo o progresso e valorizando produções nacionais. Nascido em Inglaterra e adoptado pela França, este movimento, porém, não escapou aos intelectuais portugueses e o país recebeu de braços abertos esta nova influência. Previsivelmente, outras exposições tiveram lugar em diversas cidades portuguesas. Nesse mesmo ano, Aveiro recebeu a *Exposição Districtal de Aveiro*, mostrando as artes e ofícios da região, e, em 1884, a *Exposição Districtal de Coimbra* reúne obras do centro do país. No mesmo ano, a *Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental* ocupa o espaço do recentemente inaugurado Museu Nacional de Bellas Artes e Archaeologia (Calado, 2005).

Em 1888, realizou-se, em Lisboa, a *Exposição Industrial* e publicou-se o *Catálogo da Exposição Nacional de Indústrias Fabris* onde se mostrava o que se produzia em cerâmica na capital. Cinco anos depois, Lisboa recebe uma nova *Exposição Industrial* com o mesmo tema, mas de maiores dimensões. Em 1895, Joaquim de Vasconcelos organiza a *Exposição Cerâmica de Aveiro* e, em 1896, a *Exposição Cerâmica de Viana do Castelo* que incidiu sobre as indústrias locais e produções mais recuadas. Em 1898, o *Catálogo da Exposição Ornamental do Distrito de Viana do Castelo* mostra já um interessante texto do Dr. Luís de Figueiredo da Guerra, contendo

elevado número de imagens, revelando-se, por isso, uma das primeiras obras de destaque relativas a cerâmica (Sandão, 1965, 16).

Porém, a maior parte daquelas mostras estavam longe de incidir exclusivamente na indústria cerâmica, abordando também todas as indústrias antigas como a escultura, pintura, olaria, iluminura, mobiliário, entre outras, como ainda mostravam o que de mais recente se fazia no país. No que concerne a Faiança Portuguesa propriamente dita, ela foi uma presença constante em todas estas mostras, muitas vezes a par das produções de cerâmica comum. Foi classificada como artes decorativas e muitas vezes merecedora de exposições exclusivas, tais como a *Exposição de Cerâmica do Porto*, promovida pela Sociedade de Instrução do Porto, em 1882.

Como resultado daquelas exposições surgiram diversos catálogos, ainda que uns mais ilustrados que outros, onde a cerâmica passou a ocupar um merecido lugar no seio das artes decorativas e ornamentais. A par destes catálogos, várias notícias surgiram nos jornais portugueses revelando e noticiando os acontecimentos. Aquelas eram redigidas por investigadores que tinham um particular interesse por estes assuntos. No entanto, ainda que existisse um entendimento acerca das cronologias da louça pré-industrial e das faianças industriais, estas exposições ainda as misturavam muitas vezes nos mesmos expositores. Separavam-se genericamente as louças mais antigas das mais recentes.

Um dos primeiros nomes a dedicar-se com algum empenho à Faiança Portuguesa foi Joaquim Vasconcelos. Entre 1883, ano em que publicou os *Exposição de Cerâmica. Sociedade de Instrução do Porto*, e 1909, quando assinou o *Catálogo da Antiga Coleção de Moreira Cabral*, diversos foram os temas que divulgou em torno deste assunto das louças portuguesas, com participação em exposições e livros sobre as diversas fábricas de todo o país, como o Porto, Lisboa, Gaia, Viana do Castelo ou mesmo Caldas da Rainha, valendo-lhe mesmo a designação, dada por Santos Simões, de o fundador dos estudos ceramológicos em Portugal (Simões, 1990, 24). Publicou, em 1883, a *Exposição de Cerâmica*, que foi a primeira aproximação em Portugal ao assunto, consequência da exposição de 1882, na cidade invicta, seguido por *A Cerâmica Portuguesa*, em 1884, e a *Fábrica de Faiança das Caldas da Rainha*, em 1891. Curiosamente, no mesmo ano, Ramalho Ortigão publicou *A Fábrica das Caldas da Rainha*, subordinado ao mesmo tema.

Uma das cidades que mais beneficiaram deste interesse acerca das produções cerâmicas em Portugal foi, certamente, Coimbra. A este fenómeno não ficou alheia a

classe de intelectuais que habitavam naquela cidade, a maioria ligada à Universidade. Destaca-se a obra de José Acúrcio das Neves, *Variedades sobre Objectos Relativos às Artes, Comércio e Manufacturas*, de 1814, referindo as fábricas existentes na primeira década daquele século e os produtos que Vandelli produziu na sua fábrica, embora numa perspectiva económica. Este autor tratou ainda, em pequeno artigo, das produções da Real Fábrica do Rato e publicou alguns documentos que encontrou no arquivo de Coimbra que mencionavam diversos oleiros.

No seguimento da já mencionada *Exposição Distrital de Coimbra*, abordou-se a questão da produção da louça artística nesta cidade. A cerâmica aí representada constituía-se de faiança de diversas colecções e olarias locais e de materiais de construção. Esta apresentação originou diversas publicações e reacções, tais como os artigos na *Revistas e Conferências* e na *Revista Ilustrada da Exposição* e o catálogo *Cerâmica na Exposição distrital de Coimbra*, de António Augusto Gonçalves. Este autor foi, efectivamente, um dos homens que mais se dedicaram aos estudos cerâmicos naquela cidade, redigindo, em 1898, o texto “Breve Noção sobre a História da Cerâmica em Coimbra” que se encontra incluído na obra de Charles Lepierre, *Estudo Chímico e Tecnológico sobre a Cerâmica Portuguesa Moderna*, onde menciona brevemente as produções da fábrica do Rossio de Santa Clara, da responsabilidade de Vandelli, denominada produção Bioso.

Em 1886, foi publicado *Apontamentos para a História da Cerâmica em Coimbra* de Adelino António das Neves e Melo. Mas os estudos sobre cerâmica continuam, não apenas nesta cidade, como veremos, mas relativamente a outros locais do país. No mesmo ano Gabriel Pereira publica nos *Estudos Eborenses* uma nota sobre a cerâmica, dando à estampa o Regimento dos oleiros de Lisboa, de 1572. Três anos depois, Sousa Viterbo escreve *Cerâmica Lisbonense nos princípios do século XVII*, onde menciona a existência de diversos oleiros na capital, nomeadamente, em Santos-o-Velho.

De 1898, a já mencionada obra de Charles Lepierre é dos mais importantes estudos efectuados em Portugal relativamente às indústrias cerâmicas, conseguindo mesmo distinguir quimicamente algumas pastas nas diferentes oficinas do país, aspecto bastante inovador para os estudos ceramológicos nacionais, incidindo sobre as matérias-primas e os barreiros utilizados por diversas olarias. O seu trabalho estava longe de ser puramente teórico ou documental. O autor revela como foi solicitado pela *Manufacture*

Nationale de Sévres para recolher amostras de peças e matérias-primas utilizadas na produção em Portugal. Ofereceu ao museu de Sévres 250 exemplares de produções portuguesas e cerca de 450 amostras de barro, certificadas por oleiros, que eram utilizadas na confecção de louça. De destacar ainda que, pela primeira vez, são documentadas as técnicas de produção de diversas fábricas e olarias portuguesas, tanto de faiança como de cerâmica comum, que ainda hoje se revelam muito úteis no estudo das produções mais recuadas. Esta inovadora obra, seguindo as investigações que surgiam na Europa, particularmente em França, tentou, nas palavras do autor, reunir informações “sob o ponto de vista da tecnologia cerâmica, isto é, as pastas cerâmicas, os vidrados, os processos usados na pintura das louças, etc,” (Lepierre, 1898, 3).

Também em finais do século XIX começa a surgir um interesse no desenvolvimento de museus que reunissem as obras de arte mais emblemáticas do país onde, faianças e porcelanas, existentes em algumas colecções foram destacadas.

O museu mais antigo do país é o Museu Nacional Soares dos Reis, inaugurado em 1833, tendo sido transferido para a sua actual morada em 1940, albergando principalmente os bens oriundos da extinção das ordens religiosas (Correia, 2001), mas também o espólio da colecção Moreira Cabral. As cerâmicas vieram sobretudo das colecções do Museu Municipal, nele integrado.

O Museu Nacional de Bellas Artes e Archaeologia, actual Museu Nacional de Arte Antiga, inaugurado em 1884, aquando da *Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental*, e no activo até hoje, possui como colecção de cerâmicas peças oriundas de algumas colecções privadas, da colecção real e do espólio dos conventos extintos em 1836. Esta compilação de cerâmica foi alvo de diversas remodelações e acrescentos, pelo menos, até aos anos 90 (Calado, 2005, 13).

O Museu de Viana do Castelo surge em 1888 com a presença de grandes quantidades de Faiança Portuguesa, na sua maioria originárias da extinção das ordens religiosas no século XIX. Em 1923 muda para as actuais instalações.

Em 1885 António Augusto Gonçalves torna-se conservador do Museu do Instituto de Coimbra, abrindo-o ao público no ano seguinte. Em 1911 abre oficialmente ao público o Museu Nacional Machado de Castro reunindo colecções de faiança, azulejaria, mobiliário, lápides, esculturas e peças arqueológicas, assumindo a função social de “influenciar a educação e o trabalho”.

Em 1907 é publicada uma das maiores obras de referência dos estudos de faiança em Portugal. A *Cerâmica Portuguesa* de José Queirós revelou-se o ensaio que congregou o conhecimento até então adquirido em torno destas peças. A Faiança era já uma produção apreciada neste período e foi este livro, reconhecido pelos seus pares, que reuniu um vasto inventário de peças, apesar de desactualizado hoje em dia. É o primeiro autor a desenvolver um catálogo de tipos decorativos, ainda que misture símbolos dos séculos XVII, XVIII e XIX. Nos seus diversos capítulos consegue recuar às produções romanas e islâmicas, passando pelas produções do século XVII, e ainda pelas diversas fábricas que, no período pombalino, nasceram no país. Mais de um século depois continuam úteis as informações recolhidas, sobretudo o nome dos oleiros e ceramistas, obtido através da análise dos testamentos das freguesias de Santa Catarina e Anjos. De igual interesse é o inventário dos nomes e datas que observou nas mais de oito mil peças de cerâmica e azulejos embora as marcas da produção artesanal e industrial, não tenham sido tidas em conta como diferentes.

Esta não foi o único livro do autor. Anos mais tarde, em 1913, publica *Olarias do Monte Sinai*, em que consegue circunscrever um estilo de cerâmica que atribui a uma oficina. Ainda hoje, mesmo que essa atribuição possa não ser a mais correcta, destacamos a tentativa deste autor em atribuir um estilo a determinada zona de produção e ao facto de ter caracterizado um estilo decorativo.

Estes foram, efectivamente, os homens que se dedicaram aos estudos de cerâmica em Portugal, em finais do século XIX e inícios da centúria seguinte. Formavam um grupo coeso, reunindo-se e correspondendo-se. Não são raras as vezes em que são feitas menções directas a outros autores, recordando conversas e discussões pessoais que estes homens tinham. Eram poucos no país e deviam frequentar os mesmos sítios. Eram reconhecidos pelos seus pares e mencionados por toda a gente que se dedicava a faiança. Matos Sequeira refere como foram os pioneiros de uma “arqueologia estilística”, referindo-se às interpretações que estes autores, sobretudo José Queirós, fizeram das faianças (Sequeira, 1967).

Em 1914, realiza-se a Exposição Olissiponense no Convento do Carmo, com vários exemplos de cerâmica.

Em 1915, surge a obra de Virgílio Correia em torno de *Azulejos Datados* na qual especifica alguns pormenores produtivos e referencia diversos painéis com datas que lhe permitem alguma atribuição cronológica. Este autor, nos anos que se seguiram,

publicou mais três obras de referência, *Azulejadores e Pintores de Azulejos de Lisboa, olarias de Santa Catarina e Santos* e *Oleiros e pintores de louça e azulejo, de Lisboa: olarias (Anjos)* que continuaram o estudo dos oleiros em Lisboa, iniciado por José Queirós. Aquele autor apenas voltará a publicar obras relevantes para o estudo das faianças na década de cinquenta. Na mesma altura, surgem alguns trabalhos de Luís Oliveira que se debruçou sobre a faiança produzida por todo o país, com especial incidência para os finais do século XVIII e XIX, nomeadamente a *Extinta Fábrica Cerâmica de Viana e Subsídios para a História da Faiança Portuguesa*, em 1916, *Faiança Lisbonense dos séculos XVI e XVII* e *A Exposição retrospectiva de Cerâmica Nacional em Viana do Castelo*, em 1920, e ainda, criticando *A Cerâmica Coimbrã* do século XVI em 1922, com a *Origem da Faiança Portuguesa e as Teorias do Dr. J. Martins Teixeira de Carvalho*.

Em 1921, Joaquim Martins Teixeira de Carvalho havia publicado *A Cerâmica Coimbrã no século XVI*, uma das obras mais importantes na compreensão da organização da indústria cerâmica tanto no século XVI, como na centúria seguinte. Através da leitura de documentação camarária guardada no arquivo de Coimbra, o autor oferece numerosas informações acerca de matérias-primas e técnicas de fabrico, bem como acerca da organização do ofício, dados que podem certamente ser utilizados na interpretação e compreensão de outros centros oleiros do país. Revela informações fundamentais para o entendimento da génese da grande produção oleira que aquela cidade incrementou a partir de finais do século XVI. Mesmo não abordando o tema da faiança directamente, defende que, em Coimbra, a produção de cerâmica com revestimento estanífero teve início nos começos de setecentos, revelando a organização das olarias e a origem das produções de louça branca. O assunto já havia sido sumariamente mencionado em 1910 pelo mesmo autor em um capítulo de *Algumas horas na minha livraria*.

No mesmo ano surge a obra de Carolina Michaelis de Vasconcelos *Algumas Palavras a Respeito dos Púcaros em Portugal* que, apesar de não visar a produção nacional de faiança, merece ser destacada pelo trabalho de recolha das diversas formas e funções dosúcaros em Portugal e por se inserir neste movimento de estudos cerâmicos que havia começado em finais do século XIX.

A partir desta altura o número de estudos e exposições começa a diminuir, continuando, timidamente, ao longo do século XX.

Em 1923, publicam-se os *Documentos para as Biografias dos Artistas de Coimbra*, pelo cónego Prudêncio Quintino Garcia, onde se destacam alguns nomes de oleiros, maior parte já mencionados na obra de Joaquim Carvalho.

Nos anos 20, surge o nome de Luís Keil com a obra *Faianças e Tapeçarias*. Contudo, o seu mais importante texto para o estudo da Faiança Portuguesa seria publicado quase vinte anos depois, em 1938, *Faianças de Hamburgo e as suas analogias com a Cerâmica Portuguesa do século XVII*. A importância deste estudo prendeu-se com o facto de, pela primeira vez, terem sido identificadas, fora de Portugal, Faianças Portuguesas do século XVII, e, sobretudo, por se confirmar que, ao contrário do que se pensava desde 1894, devido ao Guia do Museu de Artes Decorativas de Hamburgo, publicado por Justus Brinckmann, aquelas serem produções portuguesas e não alemãs. Constatou o autor que os pratos e garrafas existentes no museu de Hamburgo, ainda que apresentando brasões de famílias alemãs, bem como legendas naquela língua, se tratavam de peças produzidas em Portugal, possivelmente encomendadas aos oleiros lisboetas, pelos mercadores que constantemente faziam a ligação mercantil entre Lisboa e Hamburgo. Apesar disso, foi mais além e, na procura da confirmação de que se tratavam de peças portuguesas, reuniu alguns fragmentos recuperados em Lisboa e, levando-os para a Alemanha, procedeu a análises comparativas que confirmaram a veracidade das suas afirmações.

Em 1930, Pedro Vitorino Publica a *Cerâmica Portuense*, onde revela alguns documentos inéditos sobre a indústria de cerâmica naquela cidade e Vila Nova. Vasco Valente publica igualmente alguns temas sobre a indústria portuense com *Jerónimo Rossi, Fidalgo Ceramista* (1931), *Uma Dinastia de Ceramistas* (1936) e *A Cerâmica Artística Portuense dos séculos XVIII e XIX* (1949). Em 1942, surge, no *Boletim Cultural da Câmara do Porto*, a obra de António da Cruz *Oleiros do Porto e d'Além Rio*, que recupera documentos antigos que remontam ao século XV.

António Nogueira Gonçalves e José Correia da Fonseca publicam, em 1947, o *Guia da Secção de Cerâmica do Museu Machado Nacional de Castro*, onde identificam e distinguem as produções do Bioso do que designam ser a Primeira e Segunda Épocas e a cerâmica popular de Coimbra que vinha dos inícios do século XVIII.

Feliciano Guimarães publica, em 1932, *Azulejo de figura avulsa*, onde fala dos azulejos do Bioso e da obra de Salvador de Sousa, pintor de azulejos no século XVIII. Trabalhos mais desenvolvidos sobre esta temática devem-se a Amadeu Ferraz de

Carvalho, em 1933, no artigo *Azulejos da Universidade* incluído na Revista *Cerâmica e Edificação*.

Diversas obras continuaram a ser publicadas ao longo do século XX, fundamentais ao estudo da cerâmica portuguesa moderna, a nível regional, com o aspecto de monografias locais, mas nenhuma, contudo, atingiu o estatuto de obra imprescindível nesta área. Isso só voltará a acontecer com os estudos de Reynaldo dos Santos. Em 1956 publica, na Revista *Panorama*, o artigo “A Faiança do século XVI nos primitivos portugueses”, onde defende que a produção de louça esmaltada remonta à primeira metade do século XVI. Hoje a veracidade dessa afirmação está confirmada arqueologicamente, todavia, aquele autor não apresentou argumentos convincentes para corroborar as suas afirmações, pelo que a sua representação em pinturas portuguesas não pode ser considerada suficiente. Por outro lado, algumas das peças que defende serem portuguesas são claramente produções espanholas.

Em 1960 publica *Faiança Portuguesa, Séculos XVI e XVII* onde, pela primeira vez na história dos estudos cerâmicos em Portugal, tenta traçar um quadro cronológico das produções nacionais, baseado nas diferentes decorações, considerando a influência chinesa como o despertar da faiança que vai adquirindo influências europeias, perdendo a inspiração oriental apenas em finais do século XVII. Traça uma cronologia que divide em quatro momentos, correspondendo cada um, grosso modo, aos quatro quartéis do século XVII, baseando-se, a maior parte das vezes, em peças datadas. Não deixa de ser curioso que, este autor, que poucos anos antes tinha defendido a produção de faiança no século XVI, não estabeleça nenhum ciclo para a centúria de quinhentos, pois afirma que não consegue definir concretamente uma tipologia decorativa mais recuada, ainda que acredite numa produção mais antiga. Dez anos depois, em *Oito Séculos de Arte Portuguesa*, continua a defender a sua evolução crono-estilística, inserindo a faiança nas artes decorativas.

É de louvar a sua tentativa de datação das peças que, durante muitos anos e ainda actualmente, continua a ser usada por diferentes autores, principalmente historiadores de arte. As informações fornecidas pela arqueologia tornaram possível, por outro lado, apurar essas datações, criando períodos mais restritos cronologicamente. Trataremos com mais veemência deste assunto no capítulo referente à decoração, quando definiremos, efectivamente, uma evolução crono-estilística para a produção de faiança em Portugal.

Em 1965, Artur Sandão publica *Faiança Portuguesa dos séculos XVIII e XIX*, em dois volumes, onde, além de sintetizar os estudos e os temas desenvolvidos desde o século XIX, tenta traçar a própria história da produção, definindo centros produtivos, técnicas e estilos. Nos anos subsequentes os artigos “Singularidade da Faiança Portuguesa” e “Cerâmica da Antiga Botica Portuguesa”, ambos publicados na revista *Colóquio*, demonstram o interesse deste autor nos estudos cerâmicos, pese embora a ausência de rigor cronológico das peças que apresenta, produções que Reynaldo dos Santos já tinha identificado.

Surgem outras obras nos anos setenta e oitenta, a maior parte catálogos de exposições em diferentes cidades do país. Porém, uma mudança no estilo de trabalhos desenvolvidos em torno da Faiança Portuguesa começava a esboçar-se. Devem-se a Rafael Salinas Calado, na altura conservador do Museu do Azulejo e, mais tarde, do Museu Nacional de Arte Antiga, as primeiras aproximações contemporâneas à Faiança Portuguesa. Com base nas colecções dos diferentes museus portugueses que possuíam peças datadas, desenvolveu estudos que permitiram apurar cronologias de produção, tal como Reynaldo dos Santos efectuou em 1960.

Além de publicar alguns trabalhos em torno do azulejo desde os anos 80, foi sem dúvida em 1988, com a parceria que desenvolveu com Jan Baart, no estudo das peças exumadas do solo de Amesterdão, que a sua produção bibliográfica em torno da Faiança Portuguesa se desenvolveu. Data de 1992 a sua principal obra *Faiança Portuguesa, sua evolução até ao início do século XX* que, durante alguns anos, foi um dos principais manuais de historiadores de arte e arqueólogos. Definiu uma cronologia de produção no seguimento da que já havia sido avançado por Reynaldo dos Santos, com base na decoração, onde os quatro quartéis do século XVII correspondem a quatro momentos de produção. Não deixou de ser um participante activo nos estudos cerâmicos, interessando-se por peças de museus e, sempre que possível, tomando conhecimento das peças recuperadas em escavações arqueológicas um pouco por todo o país. Manteve uma política de publicações frequentes até à sua morte, em finais de 2006.

É, analogamente, em finais da década de oitenta e inícios da seguinte que começa a despertar o interesse no estudo e conservação destas peças quando encontradas em contextos arqueológicos. As primeiras faianças publicadas de contextos arqueológicos correspondem a achados efectuados nos Paços do Conselho (Almada), Mosteiro São Vicente de Fora (Lisboa) e Nossa Senhora da Orada (Reguengos de

Monsaraz), apesar de pouco poderem ajudar na definição de cronologias, pois a datação dos contextos não permitiu uma datação específica daqueles objectos, generalizando a sua produção ao século XVII (Barros, 1984; Ferreira, 1983; Gomes *et. all.*, 1991). A comunidade científica começa então a tentar compreender a importância desta produção no século XVII, bem como a sua dispersão nacional e mundial.

O Encontro da Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental, em 1987, traz à luz do dia algumas peças dos contextos modernos, mas será apenas nos anos 90 que surgem as primeiras publicações arqueológicas onde a Faiança Portuguesa, a par de outras produções modernas, é finalmente tida em conta. Destacam-se os trabalhos apresentados nas *Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval de Tondela* que contou com quatro sessões, onde colecções de faiança exumadas no Porto, Palmela ou Funchal foram dadas a conhecer. Estas primeiras publicações procuraram demonstrar apenas o que alguns dos contextos arqueológicos ofereciam, traçando breves cronologias. Teriam de passar alguns anos para que, pela primeira vez, os arqueólogos se debruçassem sobre a temática das oficinas, produção local e distribuição regional e internacional.

A Faiança Portuguesa foi, claramente, uma produção massiva durante o século XVII como revelado em diversos contextos arqueológicos. Por isso destacaram-se no panorama arqueológico português as quantidades daquele material recuperado em locais como a Casa do Infante (Porto), Santa Clara a Velha (Coimbra), Mosteiro São Vicente de Fora (Lisboa) ou Mosteiro de São João de Tarouca (Lamego), os quais foram já amplamente apresentados e mostrados em diversas exposições (Real *et. all.*, 1992; Côrte-Real, 2001; Ferreira, 1983; Castro e Sebastian, 2008).

Na actualidade, os estudos da faiança estão em franco desenvolvimento, pelo que a presença de faianças e outras cerâmicas modernas são uma constante nas revistas de arqueologia nacional. De destacar ainda que, recentemente, o interesse em torno destes achados levou ao aparecimento de alguns projectos que ensaiam técnicas científicas no seu estudo, onde laboratórios de química trabalham em conjunto com diversos museus, tentando identificar as assinaturas químicas das produções. Falta, ainda assim, a relação destes projectos com a vertente arqueológica que pode, efectivamente, demonstrar o que era utilizado nos quotidianos das populações e não necessariamente nas peças elitistas que os museus reservam. A única aproximação a realidades arqueológicas prendeu-se com o trabalho de Fernando de Castro em 2001

(Castro, 2001; Castro, Dórdio e Teixeira, 2003), que, recorrendo a espectrometria de fluorescência de raios X, visualizou os componentes que constituem as cerâmicas. Infelizmente nenhuma das publicações conseguiu oferecer informações que ultrapassassem a distinção dos fabricos, faltando a integração cultural, tão cara à Arqueologia.

Um projecto desenvolvido sobretudo pelo INT, em Sacavém, propôs-se a analisar peças provenientes de museus nacionais pelo país. Apesar de este projecto, financiado pela FCT, esteja em desenvolvimento desde 2006, não foram, ainda, apresentados à comunidade arqueológica portuguesa os seus resultados. Por outro lado, sabemos do desenvolvimento de um novo projecto do gabinete de Química da Universidade de Lisboa que procurou estudar as peças provindas de Coimbra. Não obstante o interesse destes projectos, sentimos que lhes falta a componente arqueológica, o que seria útil à integração destes dados no estudo das populações modernas. Os resultados retirados destas análises não nos foram muito úteis no presente estudo, considerando que não nos permitiam fazer quaisquer tipos de análises de proveniência (Guilherme, Corado e Carvalho, 2009).

Com o intento de colmatar estas falhas, encontra-se formulado e aprovado, implementado pela Universidade Nova de Lisboa, aguardando financiamento, projecto de que as peças presentes nesta dissertação farão parte, cujo objectivo passa pela identificação das composições das pastas das oficinas de Lisboa, Vila Nova e Coimbra, através de técnica de ICP, que permite determinar com precisão a composição das pastas e comparar esses resultados com as das peças exumadas em contextos estrangeiros, identificando a sua proveniência que, até ao momento, foi feita somente através de análise macroscópica.

Nos dias de hoje o estudo das faianças é maioritariamente desenvolvido por arqueólogos, mas não podemos negar a actividade levada a cabo pelos historiadores de arte, que continuam motivados pela análise estilística e formal das peças museológicas. De facto, devemos a estes investigadores os catálogos, com os quais temos trabalhado nos últimos anos e que têm servido de referência para as peças que encontramos nos contextos arqueológicos, bem como as exposições de faiança que ocorreram nos anos 90, nomeadamente *A Influência Oriental na Cerâmica Portuguesa do século XVII*, em 1994, que reuniu diversas peças de colecções públicas e privadas, ou a *Cerâmica em Coimbra*.

Devem ainda ser tidos em consideração diversos trabalhos académicos, desenvolvidos tanto nas licenciaturas em Arqueologia, como nas de História de Arte, que muito têm contribuído para o aumento dos conhecimentos sobre Faiança Portuguesa. Infelizmente, a maior parte daqueles nunca foi publicado, pelo que o seu conhecimento encontra-se confinado a grupos restritos, no seio das universidades.

É também de enfatizar o papel dos antiquários e leiloeiras na divulgação de algumas peças de Faiança Portuguesa. Note-se o excelente livro publicado por Miguel Cabral Moncada, em 2008, em torno da colecção Miranda, em que foi ensaiada a tentativa de estabelecer uma cronologia para as peças daquela colecção.

Internacionalmente, as primeiras referências a Faiança Portuguesa foram feitas em naufrágios lusos. A nacionalidade do barco foi uma mais-valia na identificação daquelas cerâmicas, nomeadamente no Santo António de Tanná, descoberto no Quênia (Sansson, 1981), e o Sacramento, na costa brasileira (Mello, 1979). No que concerne a descobertas terrestres a primeira foi, certamente, a do Forte Jesus, uma fortificação portuguesa, também na costa do Quênia, escavada nos anos 70 (Kirkman, 1974). Na Europa, havia muitos anos que estavam a ser identificadas peças em museus e colecções particulares, mas apenas nos inícios dos anos 80, em Amesterdão, foi posta a descoberto uma colecção considerável (Baart, 1987).

No que diz respeito ao espaço inglês e irlandês, o desenvolvimento da Arqueologia Moderna efectuou-se ainda nos anos setenta. Um dos nomes mais importantes nestes estudos foi o de John Hurst que, desde cedo, se preocupou com as importações de cerâmica. Em relação, especificamente, às produções portuguesas, é deste autor a designação de *Merida-type ware* que, ainda hoje, acompanha a cerâmica comum portuguesa encontrada nas Ilhas Britânicas. Admitindo alguns anos depois, o erro na designação (Hurst, 1999), o nome ainda hoje é empregue, tendo que “colado” àquele tipo de cerâmica, ainda que a designação de *portuguese coarseware* comece, timidamente, a ser reconhecida (Gutierrez, 2007; Barbosa, Casimiro e Manaia, 2009). Ainda assim, a primeira referência à cerâmica portuguesa nas Ilhas Britânicas data, extraordinariamente, de 1855, quando se referenciou que a cerâmica empedrada que chegava às ilhas era, nitidamente, feita em Portugal, na zona do alto Alentejo. Desconhece-se como este autor chegou a esta conclusão. Muitos anos depois, John Hurst (2000) admitiu não conhecer esta referência quando, nos anos 60, identificou as produções portuguesas em Inglaterra como produzidas em Mérida.

John Hurst publicou, inicialmente, Faiança Portuguesa como produção holandesa, designando-a de *delftware* (Fanning e Hurst, 1979). Porém, sentiu que os arqueólogos ingleses tinham de estar a classificar mal essas produções, pois como comentou muitas vezes no seu círculo de amigos, era impossível não haver mais cerâmica proveniente do “*England’s oldest ally*”. Após uma viagem a Portugal em finais dos anos 70, reconheceu o que eram produções portuguesas e que existia uma clara influência oriental nas decorações de cerâmica portuguesa, tendo publicado, em 1986 um livro de referência sobre importações mediterrânicas no norte da Europa. A publicação do sexto volume do *Rotterdam Papers, Pottery Produced and Traded in North-West Europe. 1350-1650* (Hurst, 1986) entre os mais diversos tipos de cerâmica europeia importada, da Itália a Espanha e França, menciona a Faiança Portuguesa como rara na Europa, devido à concorrência que os restantes centros produtores europeus ofereciam. Estudando várias colecções arqueológicas, sobretudo as de Plymouth e Poole, nas décadas de sessenta e setenta reconhece as faianças cuja decoração é efectivamente inspirada na porcelana Ming.

Estes estudos continuaram e, é da autoria de John Allan, a primeira publicação de Faiança Portuguesa interpretada como tal, nas escavações de Exeter (1984), mesmo que alguns fragmentos não tenham sido correctamente identificados. A confusão na classificação das peças persiste actualmente e vemos muita cerâmica italiana e holandesa publicada como portuguesa e mesmo a situação inversa. Mas as peças mais clássicas, azuis e brancas, com motivos orientais, encontram-se perfeitamente identificadas.

Na Irlanda, as primeiras identificações cabem, igualmente, a John Hurst, que chegou a afirmar que existia mais faiança nesta ilha do que em Inglaterra. À luz dos achados actuais, sabemos que tal afirmação não se confirma, embora essa declaração mostre o empenho na interpretação há já algumas décadas. Hoje em dia, Roseanne Meanan é, possivelmente, a arqueóloga que mais se debruçou sobre o tema das importações ibéricas. Participou no estudo das grandes colecções arqueológicas da ilha, designadamente em Waterford e Galway. Um dos seus artigos mais conhecidos (Meanan, 2000) sistematiza a localização dos achados, ainda hoje perfeitamente actualizado.

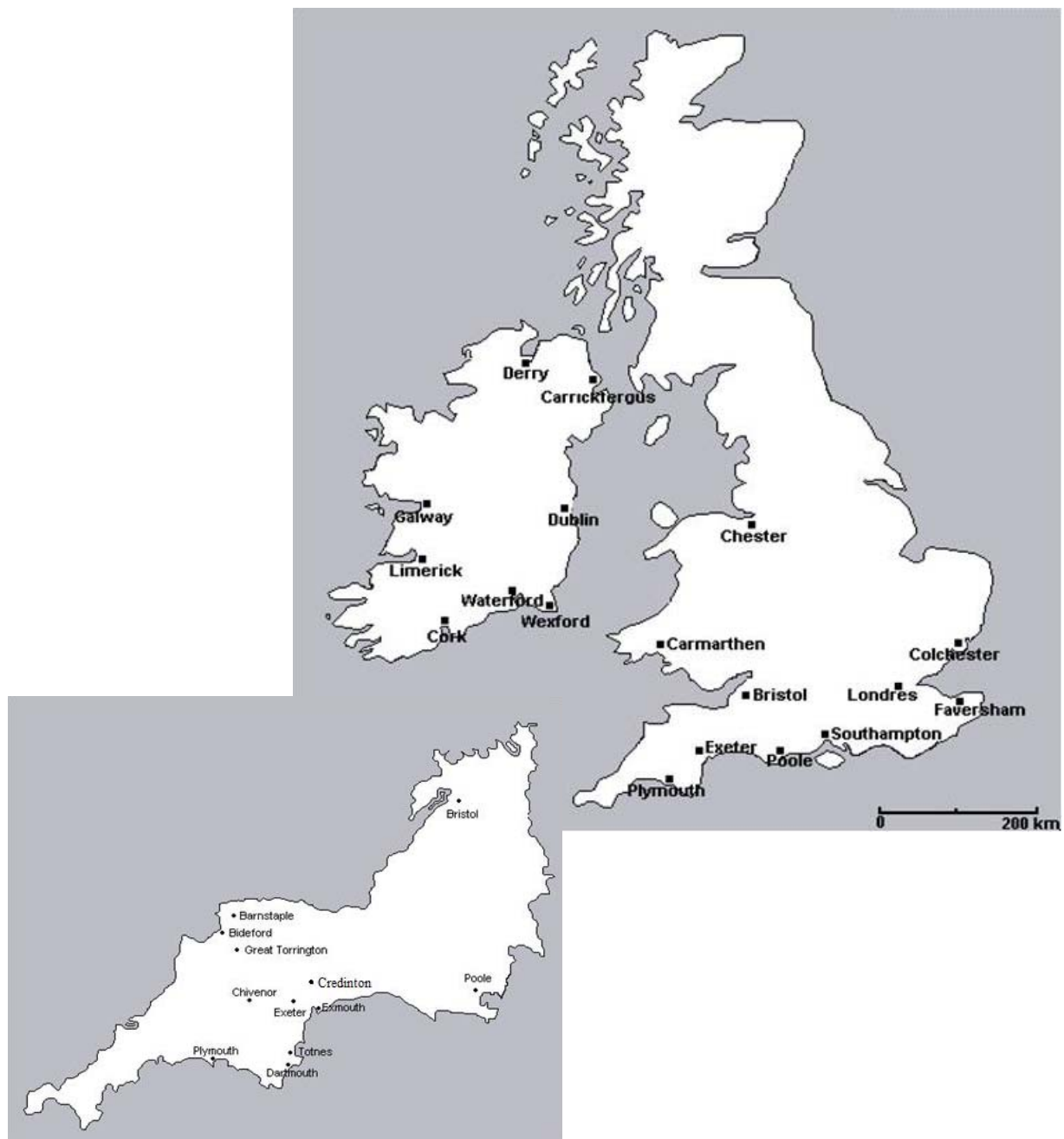
No final dos anos 90, a cerâmica portuguesa começou a ser reconhecida também no outro lado do Atlântico. Os contactos entre estudiosos ingleses, norte-americanos e

canadianos, permitiram um maior reconhecimento destas produções nos países anglo-saxónicos. Destaca-se em 2000 a tese de mestrado de Eleonor Stoddart sobre as cerâmicas esmaltadas descobertas em Ferryland, na Terra Nova. Aquela autora, entre diversas produções europeias, menciona e descreve as faianças portuguesas ali recuperadas, apontando para a sua importância, apesar de alguns erros de atribuição cronológica. Salientam-se os achados arqueológicos em Cupids e St John's e, segundo informações recentes, mesmo no Quebec, que tornam aquele país um dos maiores receptores de faianças portuguesas.

Mais a sul, já nos estados Unidos, o ano de 1999 oferece dois importantes artigos acerca da Faiança Portuguesa. Por um lado, Steven Pendery, num trabalho interessante, identifica diversas cerâmicas na Nova Inglaterra apresentando datações dos locais onde foram exumadas. Por outro lado, Charlotte Wilcoxen publica outro artigo no qual sistematiza todos os achados nos Estados Unidos que, de facto, vão da Virgínia ao Maine. Uma das principais queixas destes autores é a ausência de estudos publicados em inglês relativamente a uma produção que se encontra generalizada por todo o Atlântico.

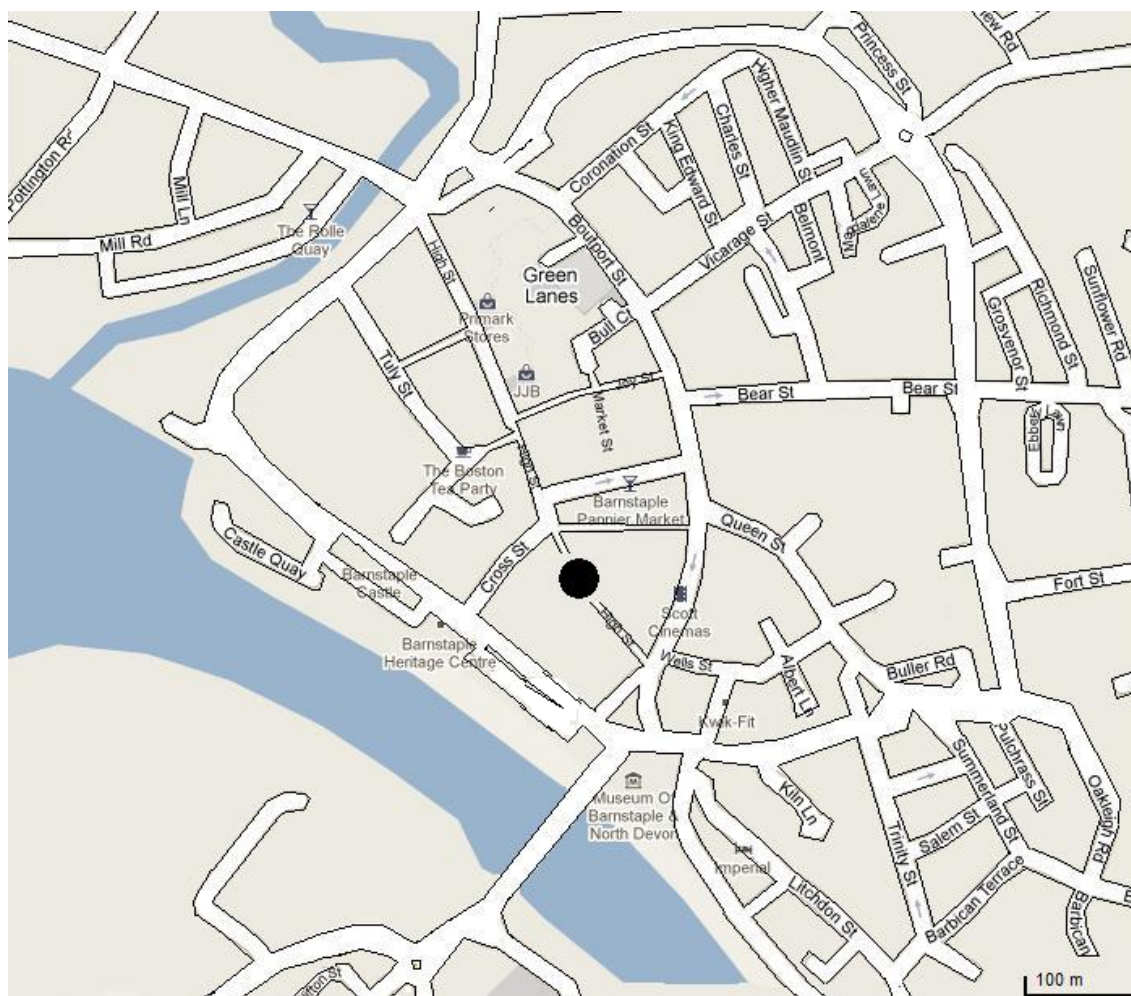
Anos antes haviam sido identificadas faianças, todavia mal classificadas e consideradas como importações espanholas, em diversas localidades mais a sul, sobretudo em Jamestown e nas colónias espanholas da América do Sul. Em 1968, John Goggin classificou-as como "Ichtuchnee Blue on White" sem se aperceber da sua origem portuguesa. Esta designação continua ainda hoje a ser utilizada e, em 1987, Kathleen Deagan reafirmou-a no seu estudo sobre os artefactos das colónias espanholas.

No que toca às colónias portuguesas no mundo, enquanto maior receptor de louça fora de Portugal, o achado de Faianças Portuguesas está perfeitamente documentado. Há muitos anos que aquelas foram identificadas no Brasil (Albuquerque, 2008), Costa Africana (Kirkman, 1974) e recentemente em Cabo Verde.



II.1. Inglaterra

II.1.1. Barnstaple



Mapa de Barnstaple com a localização do arqueossítio.

Barnstaple está localizada nas margens do rio Taw, a cerca de 14 km da foz daquele curso de água. É, desde há muitos séculos, o centro administrativo, comercial e agrícola de North Devon., com contactos directos com Tauton, Exeter e Bideford.

As primeiras notícias que temos da localidade remontam ao século X, com a permissão de cunhar moeda pelo rei Aethelstan, pelo que, aquando da conquista normanda no século XI, já devia deter alguma importância regional (Teague e Hammett, 2000). Em 1100, Judhel, tornou-se o primeiro senhor normando a viver na cidade, tendo construído um castelo em pedra, substituindo vetusta estrutura em madeira. Não existem evidências superficiais da existência de tal fortaleza mas, no século XII, um documento referindo-se à cidade fala de *outside the walls between the north gate and the east gate*,

que se julga terem sido destruídas no século XIX mas, que em 1500, já estariam em ruínas (Teague e Hammett, 2000).

Em 1086, foi registada no Domesday Book como *borough* de Devon, ou seja, capital administrativa, pertença régia. Possuindo os mesmos estatutos que Londres, podia eleger o seu próprio Mayor, tendo ainda representação no Parlamento, pelo menos desde 1295 até 1885.

No período medieval foi uma cidade importante, a terceira mais rica em Devon, a seguir a Plymouth e Exeter, começando a perder a sua importância em 1680 quando Bideford ocupou o seu lugar, devido ao assoreamento do Taw (Baxter e Baxter, 1980). Foi durante a Idade Média que cresceu economicamente. Em 1154, recebe carta de direitos (*charter*) que autoriza a realização de feira anual (Baxter e Baxter, 1980). Em 1274, novo *charter* revela a existência de um mercado todas as sextas-feiras. É por esta altura, talvez devido ao crescimento urbano, que a actual ponte é construída, substituindo estrutura em madeira. Aquelas feiras, para além de locais de comércio seriam pontos de diversão. Em 1622 é feita uma petição à câmara para “matar o touro que não havia morrido na luta”, pelo que são certos combates de animais (Baxter e Baxter, 1980).

O desenvolvimento económico foi tal que, no tempo de Edward III (1327-1377), foi o seu porto utilizado tanto por navios comerciais de grande porte, bem como pela marinha real, chegando mesmo a contribuir com alguns navios na frota que destruiu a Invencível Armada, em 1588.

Nos inícios do século XVII, alguns dos mercadores da cidade tornaram-se gente importante. Note-se o caso de dois dos seus mais famosos habitantes, os mercadores Richard Dodderidge e John Delbridge, cuja riqueza advinha, sobretudo, das viagens de corso, atacando barcos de outras nacionalidades (Delderfield, 1952). Em Dezembro de 1590 o *Prudence*, navio possuído por alguns mercadores de Barnstaple, regressou a casa com os seus porões cheios de riquezas saqueadas, inclusive quatro cestos de ouro, valendo 16,000 libras o que tornou alguns habitantes muito ricos (Delderfield, 1952).

A cidade prosperou devido à sua ligação com o rio Taw e chegou mesmo a concorrer com Bristol e Liverpool no comércio com a América, negociando roupa, lã, peixe, vinho, cerâmica e tabaco. Desenvolveram-se dois pequenos portos, Little Quay e Great Quay, substituídos pelo New Quay, construído em 1600, talvez devido ao facto de

os antigos ancoradouros não suportarem o crescente comércio internacional. No entanto aquelas estruturas, mesmo desactivadas, foram apenas destruídos em 1872, aquando a construção da linha férrea. O porto seria uma área de intensa actividade, não apenas comercial, mas humana. Em 1620, o navio Swan levou 70 imigrantes para as novas colónias na Virgínia, pelo que podemos avançar que a sua ligação aos novos domínios ingleses ultrapassava os limites económicos (Delderfield, 1952).

Foi palco de conflitos directos durante a Guerra Civil e alguns buracos provocados pelas balas dos confrontos ainda podem ser vistos nas paredes de Penrose Almshouses e nas portas de carvalho das Meeting Rooms desse mesmo edifício (Andriette, 1971). Apoiente do Parlamento, um centro económico com tamanha importância não podia ser ignorado, pelo que os apoiantes do rei tomaram-na em 1643, logo no início dos conflitos, mas foi retomada pelo Parlamento, no ano seguinte. Alguns meses depois, os *Royalists* reconquistaram a cidade e, no Verão de 1645, Carlos II estabeleceu-se ali algumas semanas. Testemunhos desta época revelam que o ambiente andava tenso, mas o porto continuou a funcionar e não houve falta de abastecimentos. Voltou a apoiar o Parlamento entre 1646 até 1660, quando a monarquia foi restabelecida (Andriette, 1971).

A cidade albergou muitos mercadores no século XVII, relacionados com o comércio europeu e americano como pode ser comprovado pelos retratos destes comerciantes e das suas mulheres num dos corredores da igreja de São Pedro, obra do século XIV.

O século XVII é profícuo na fundação de Almshouses, ou seja instituições de apoio aos pobres, cujos princípios são muito semelhantes às nossas Misericórdias, fundadas, sobretudo por mercadores e suas mulheres, canalizando para a comunidade alguns dos seus lucros, como foi o caso de Horwood's Almshouses, fundada em 1650, pelo mercador Thomas Horwood, ao lado de uma escola aberta pela sua mulher, em 1659. A riqueza arquitectónica destes edifícios, aliado à vistosa decoração em estuque dos seus tectos, mostra que durante o século XVII Barnstaple viu dias prósperos (Delderfield, 1952).

A urbe aposta na sua localização estratégica, suportada por um ambiente agrícola e pecuário que permitem criar ovelhas para a produção de lã. Em 1822 refere-se que “*when bonded warehouses were established here, the port has had an increasing*

foreign trade [importing] goods from the Baltic, France, Spain, Portugal, North America, etc." (White, 1850).

No século XVIII abandona o seu instinto mercantilista e desenvolve uma economia agrícola, aumentando a produção nos campos em seu redor. Mesmo durante o período medieval era o maior produtor de lã e panos, a seguir a Exeter.

HST – 65-67 High Street

Tratava-se de uma das principais vias de circulação de Barnstaple desde o século XV. Ali se concentravam a maior parte das casas e lojas dos mercadores que traziam riqueza à cidade, algumas das quais, ainda hoje de pé.



Vista da High Street, em 1930 (seg. Post Card Even).

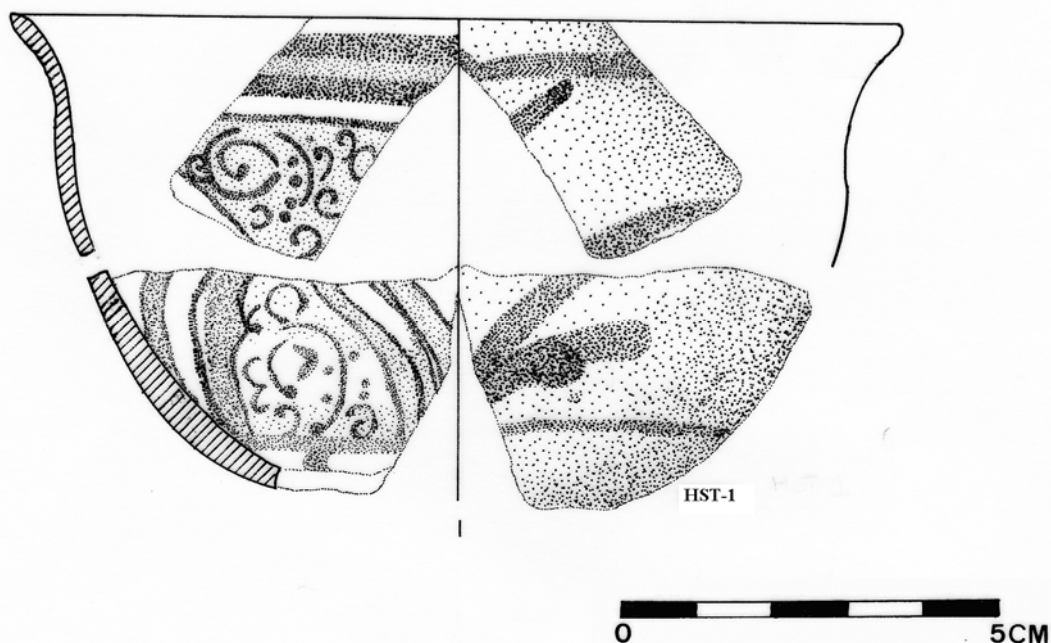
Em 1982, foi efectuada escavação de emergência durante a construção de casa naquela rua. Aquando da chegada dos arqueólogos, cerca de dois terços do local já havia sido destruído pelas máquinas e a maior parte do espólio recolhido, é oriundo dos revolvimentos, sendo impossível inseri-los em qualquer estratigrafia (Farrel, 1985). As peças portuguesas foram recolhidas naquele ambiente. Contudo, em cerca dos 10% do local, foi possível efectuar escavação arqueológica, identificando-se estrutura que se conotou com a parede de casa de grandes dimensões, aparelhada em pedra na base, sendo o resto edificado em madeira.

Os materiais recolhidos permitiram atribuir uma cronologia de ocupação em torno da segunda metade do século XVII. Foram identificadas diversas produções locais e regionais, nomeadamente Redwares e North Devon Sgraffito Ware, mas igualmente variadas importações, sobretudo vidrados de sal alemães, cerâmica italiana de Montelupo e um fragmento de cerâmica com reflexo metálico, oriunda das oficinas valencianas. Acompanhando os achado foi recolhido numisma cunhado durante o reinado de Carlos II, entre 1665 e 1670 (Farrel, 1985).

As peças recuperadas tratam-se de taça e fundo de garrafa, apresentando uma excelente qualidade física e estética. As características daqueles objectos são semelhantes ao que identificámos nas oficinas lisboetas. Destacamos o fundo de garrafa que, pelas suas especificidades, pode ser considerado com um objecto distinto, não muito frequente nos contextos nacionais e semelhante a objectos identificados em diversos museus europeus, correspondendo a peças destinadas às elites europeias.

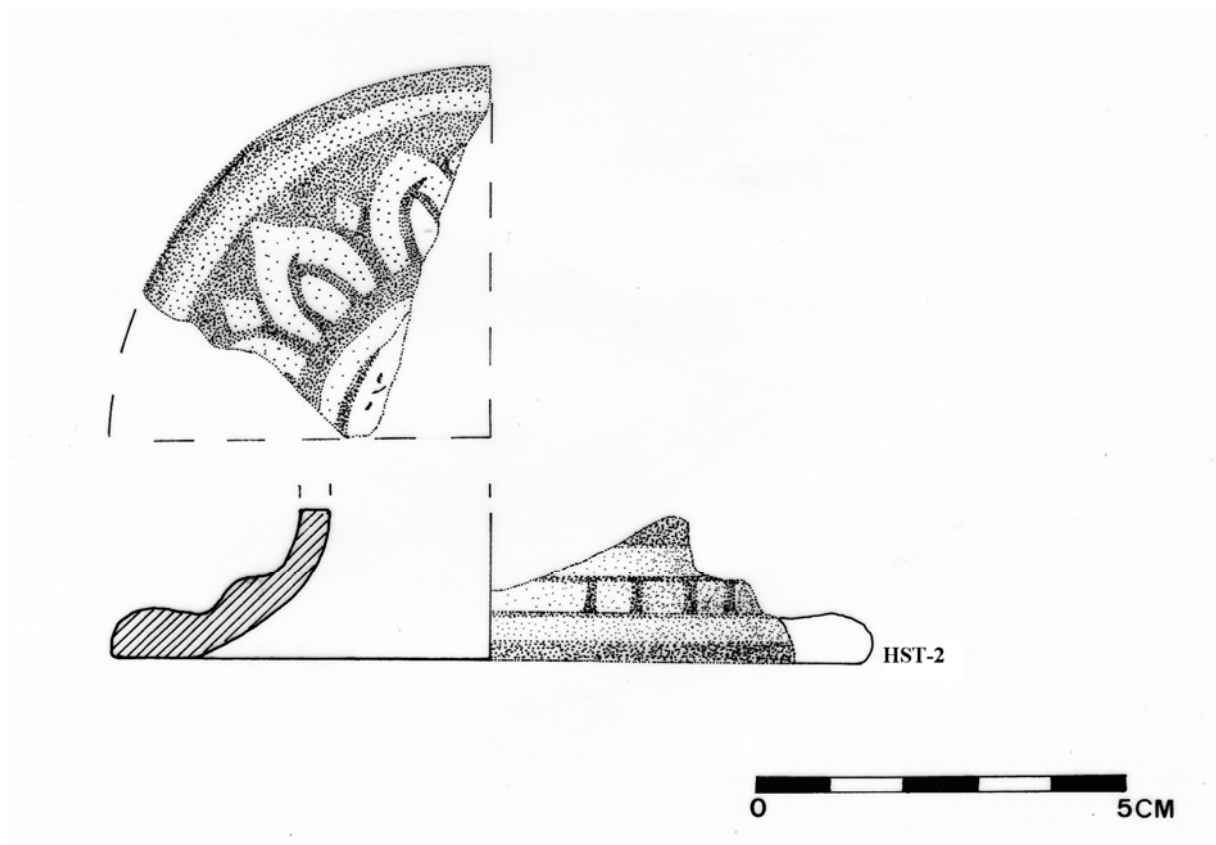
Catálogo

Taça (HST-1). Fragmentos correspondendo a porção do bordo e corpo. O bordo era extrovertido com lábio de perfil semicircular e o corpo hemisférico. Foi produzida com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície externa apresenta vestígios de decoração vegetalista. O bordo encontra-se demarcado internamente por duas linhas concêntricas paralelas, a partir da qual se desenvolve decoração com pequenas espirais inseridas em cartelas subtriangulares. Media 0,116 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,003.

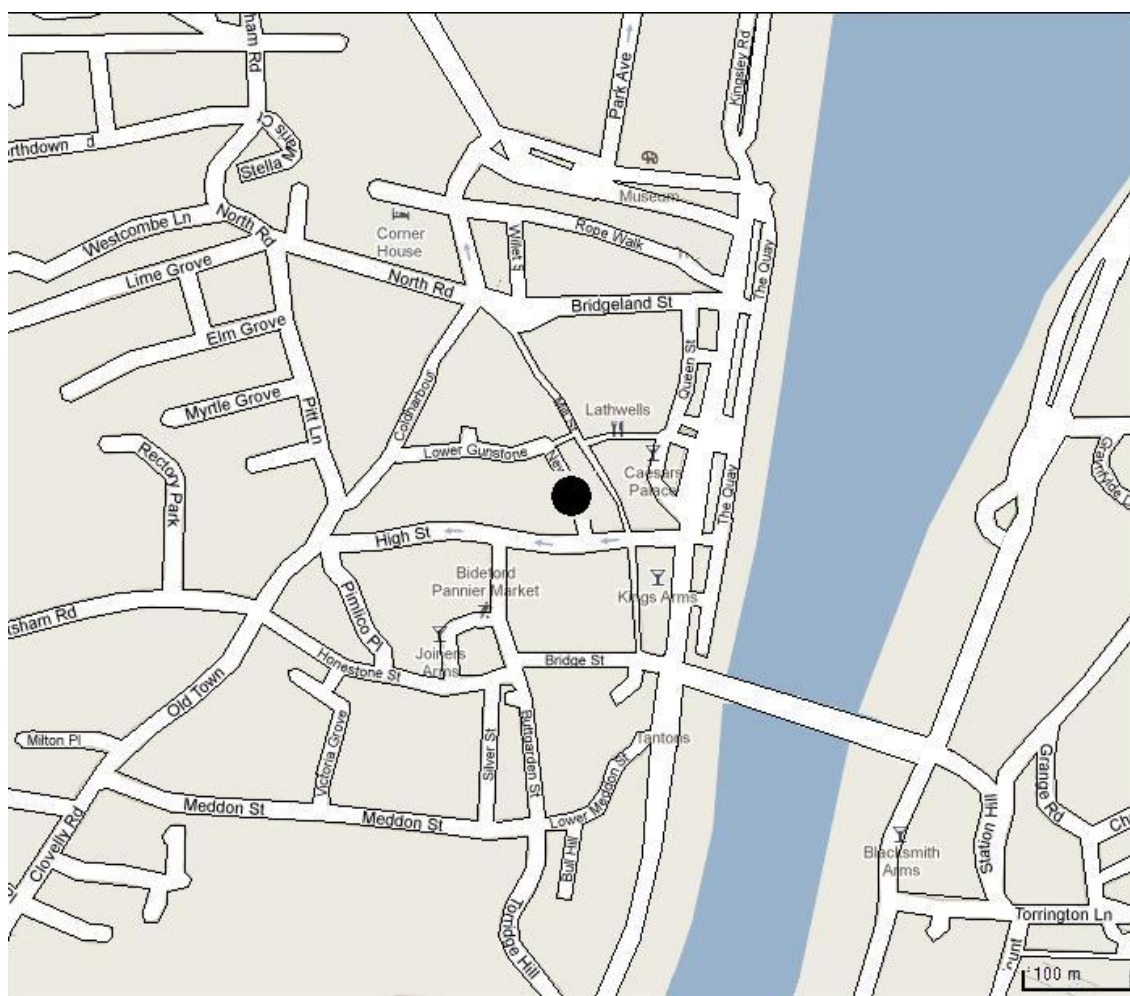


Garrafa (HST-2). Fragmento correspondendo a porção do fundo. Foi produzida com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e

quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto e amarelo de antimônio. Apresenta decoração vegetalista junto ao fundo. Media 0,101 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



II.1.2. Bideford



Mapa de Bideford com a localização do arqueossítio.

Localizada numa pequena colina nas margens do rio Torridge, a cidade sempre apostou nesta localização estratégica para o desenvolvimento do seu estatuto mercantilista. A sua primeira ponte data de 1286 e desde este momento que o aglomerado urbano se desdobrou em ambas margens do rio. A estrutura de Madeira foi substituída em 1474 por uma de pedra. Em 1854, Charles Kingsley menciona que *"Everyone who knows Bideford cannot but know Bideford Bridge for its very soul..... around which the town, as a body, has organised itself..."* (Collinge, 1986).

A primeira fixação humana no local data da ocupação romana, possivelmente já utilizada como porto. Será, no entanto, durante o século XIII, que a localidade se desenvolve rapidamente, sobretudo no apoio à pesca. O edifício da casa da Alfândega remonta ao século XIII. No século XVI aproveita a sua localização geográfica, para se

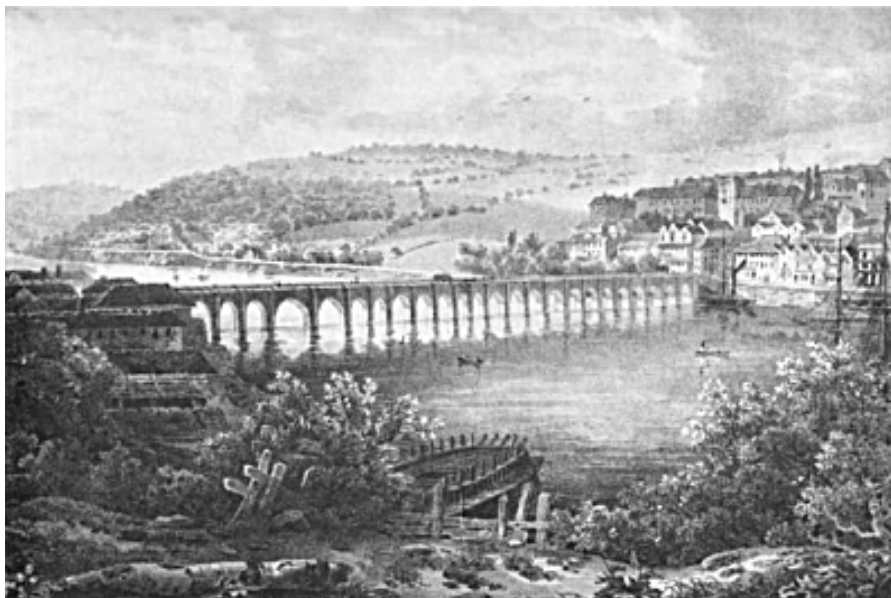
tornar um dos centros de maior contacto com a Terra Nova, com o apoio de Sir Richard Grenville, importante mercador com influência na corte de Isabel I, a quem a regência de Bideford havia sido concedida, pelos favores prestados à Coroa. No entanto, a sua família já estava ali fixada desde, pelo menos, 1271 quando Henry III, deu autorização a um outro Richard Grenville para realizar uma feira cinco dias por ano (Fielder, 1895). Richard Grenville foi igualmente xerife de Cork, na Irlanda, pelo que ambas cidades possuíam fortes vínculos comerciais, exportando grandes quantidades de mercadorias. Foi regida pelos Grenville até 1744. O primeiro nativo americano a visitar Inglaterra, trazido por Richard Grenville, em 1585, desembarcou neste porto. A rainha Isabel concedeu-lhe privilégios de comércio com as colónias americanas, Virgínia e Carolina, visto Grenville ter sido um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento das colónias americanas. Com o tabaco americano, a lã irlandesa e o peixe da Terra Nova era das cidades mais ricas do país (Fielder, 1895).

Em 1588, cinco dos seus navios juntaram-se à esquadra de Drake contra a Invencível Armada. No ano seguinte, a coroa proporcionou a esta cidade a capacidade de comercializar com as colónias, que foi excepcionalmente aproveitada, tornando-se no terceiro maior porto de Inglaterra, com o maior volume de negócios, sobretudo com a Nova Inglaterra e Terra Nova, a seguir a Londres e Topsham, importando a maior quantidade de tabaco no país, bem como grandes quantidades de algodão. Assim continuou pela centúria seguinte, chegando a ter 28 navios com tonelagem superior a 3860 toneladas no comércio com as colónias, enquanto Barsntaple tinha apenas seis (Delderfield, 1952).

O comércio com a Irlanda era igualmente muito importante, sobretudo o negócio da lã, que importavam da ilha, e que seria depois distribuída pelas localidades em redor e trabalhada na florescente indústria têxtil. Em contrapartida, era exportada grande quantidade de louça em direcção a este país, especialmente para Dublin, Limerick e Galway. O comércio da manteiga, produzida na Irlanda, aumentou as relações entre estas cidades e é possível que alguns habitantes de Bideford se tenham deslocado para Ulster, fortalecendo ainda mais as relações comerciais (Fielder, 1895).

Como consequência deste comércio, a cidade atraiu gentes e mercadores, ligados ao comércio e à construção naval, que ali edificaram as suas casas, organizando-se em bairros. As casas de Bridgeland Street, pertença de mercadores e construídas no seguimento do porto, e o hotel em East-the-Water, anteriormente casa de mercadores,

testemunham a riqueza daquela época. A doca foi construída em 1663 e ampliada em 1692, como comprovam as placas comemorativas desses eventos, existentes no local.



Vista de Bideford, em 1850, por E. Turle (seg. Collinge, 1986).

Tal como aconteceu com Barnstaple, também esta cidade apoiou o Parlamento durante a Guerra Civil e também ela foi palco de conflitos em 1643 e no ano seguinte (Andriette, 1971).

Apenas por curiosidade, as últimas execuções por bruxaria em Inglaterra foram ali cumpridas em 1682, com a execução de três mulheres: Temperance Lloyd, Mary Trembles e Susannah Edwards (Gent, 1982).

Desenvolveu um importante centro oleiro em finais do século XVII com constantes exportações para Gales, Irlanda e colónias americanas. A cerâmica ali produzida trata-se de louça esgrafitada (*Sgraffito ware*) com motivos navais, influenciadas pela história da cidade e com o auge da sua produção entre 1630 e 1690, chegando a existir 40 fornos de louça. A indústria utilizava os barros brancos de Fremington e Peters Marland, apenas alguns quilómetros de distância. Assumiu uma tal importância, que algumas famílias de oleiros eram tão reconhecidas e ricas como algumas famílias de mercadores (Grant, 1983).

Apenas no século XVIII aquele centro conheceu uma diminuição do seu comércio. O aumento do calado dos navios que se dedicavam ao comércio internacional, não permitia que os mesmos navegassem o Torridge.

NST – New Street.

Em 1988, o arqueólogo A. Lovatt foi chamado para efectuar o acompanhamento arqueológico de casa a construir na New Street. Ainda que desconhecendo a ocupação dos seus moradores aquela rua encontrava-se no centro do núcleo urbano pelo que seria habitada por gentes endinheiradas, certamente ligadas a actividades industriais e económicas.

As escavações revelaram vestígios de estrutura habitacional, edificada em madeira, em finais do século XVI e ocupada até meados de setecentos, quando foi destruída pelo fogo (Lovatt, 1989). Devido à elevada devastação do local e a sua reocupação, por nova estrutura habitacional, edificada em tijolo, por volta de 1720, foi apenas identificada espessa camada de cinzas nas quais foram recuperadas sobretudo cerâmicas, poucos vidros ou objectos metálicos.

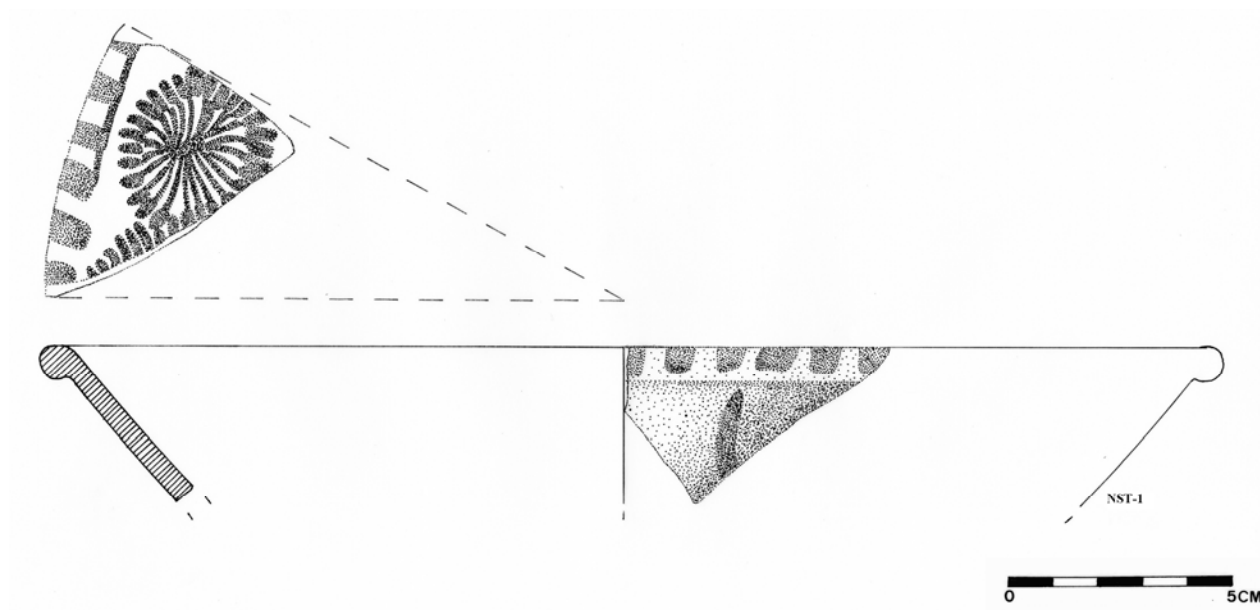
A cultura material mostrou evidências de diversos contactos internacionais, com cerâmicas importadas do norte de França, como uma garrafa produzida em Saintonge, Alemanha, com vidrados de sal, Itália, com majólicas de Montelupo e Portugal, tendo sido identificado um fragmento de púcaro e a taça em Faiança Portuguesa.

No entanto, e apesar da estratigrafia bem preservada daquele local, a peça estanífera portuguesa foi recuperada em camadas superficiais, afectadas pela construção de outro edifício durante a segunda metade do século XIX, pelo que não é possível relacioná-la com os demais materiais. Todavia, os seus atributos físicos e estéticos datam-na do período entre 1635 e 1660, pelo que podia ter pertencido à habitação ali identificada. Oferece decoração de influência oriental com vestígios de um crisântemo estilizado que, por norma, alterna com aranhões inspirados nas folhas de artemisia.

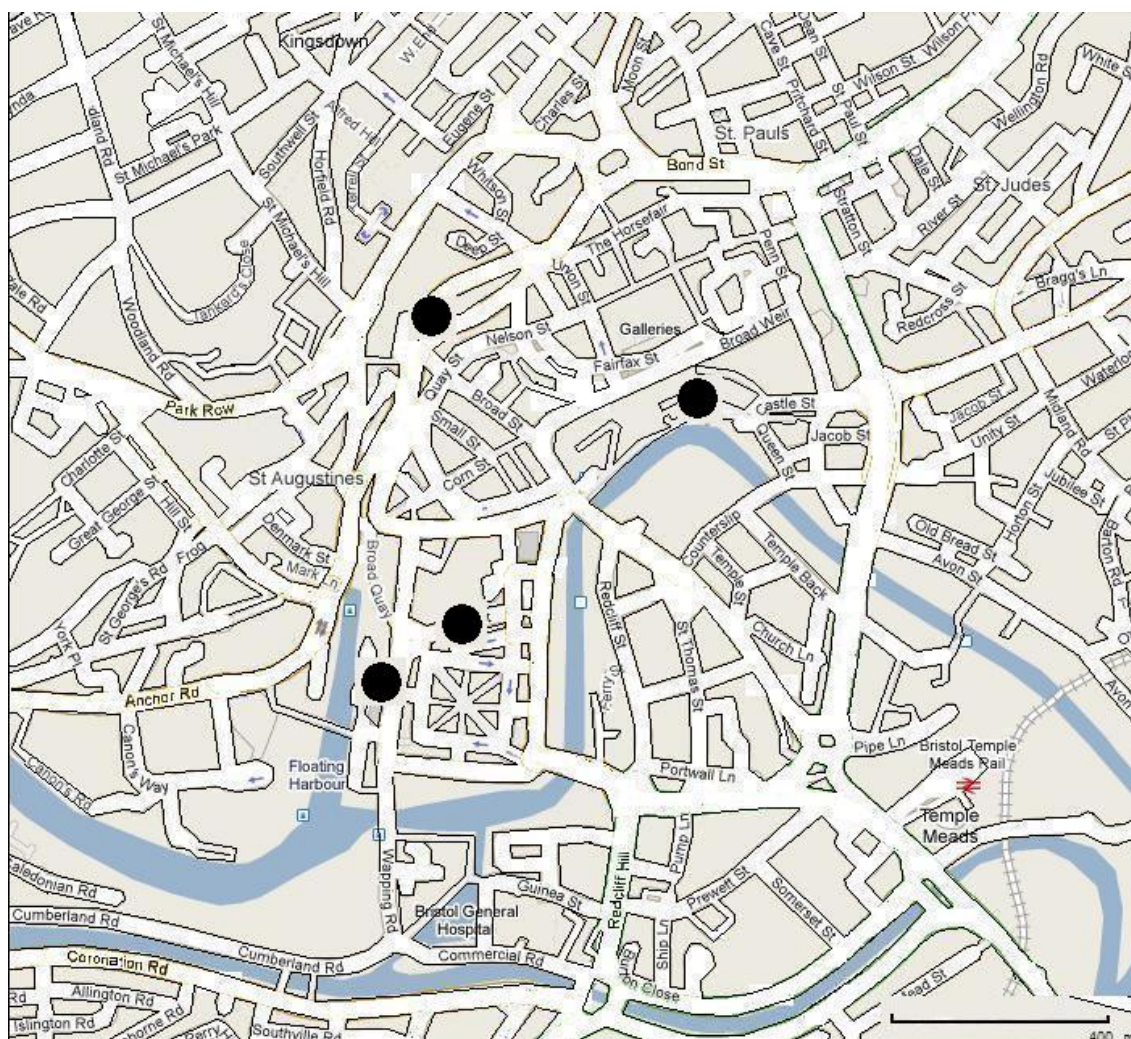
Catálogo

Prato (NST-1). Fragmento contendo porção do bordo, espessado com perfil semicircular. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Apresenta nas paredes internas decoração vegetalista com flor central ladeada de flores de menores dimensões. Sobre o bordo foram pintadas pequenas linhas oblíquas. As paredes externas

mostram restos de pincelada na cor azul de cobalto. Media 0,262 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



II.1.3. Bristol



Mapa de Bristol com a localização dos arqueossítios.

Bristol começou por ser uma pequena aldeia nas margens do rio Avon, no local onde aquele se encontra com o seu afluente, o Frome. No século XII era uma pequena vila, possivelmente já fortificada, cujas muralhas de pedra substituíram as construídas por King William, com uma população que rondaria os 4 mil habitantes (Aughton, 2007). Pelos padrões da altura era uma localidade com importância. Na centúria seguinte, a carta de direitos da cidade, de 1155, menciona a existência de um mercado anual. Durante a Idade Média as suas principais exportações foram a lã e o couro. No século XIII desenvolverá relações comerciais com a França e Península Ibérica, importando vinho francês, português e espanhol (Aughton, 2007).

O próprio emblema da cidade implantado nos finais da Idade Média, revela esta relação com o sul da Europa pois é inspirado na cruz de Malta ou *scarlet lychnis* (*lychnis chalcidica*) e foi trazido por mercadores a viverem na cidade (Aughton, 2007).

Em 1171 aquando da conquista da Irlanda pelos normandos, Bristol recebeu como direito o controle e exploração de Dublin, pelo que muitos dos seus habitantes se fixaram na nova ilha. Esta acção fortaleceu as relações comerciais entre ambas cidades.

Entre 1239 e 1247 o Frome foi desviado, de modo a facilitar a navegação do porto. O novo canal tinha mais de 700 metros e a sua construção custou cerca de 5 mil libras. O esforço técnico e financeiro demonstra a importância que os canais e estruturas portuárias tinham na vida da cidade. No final da Idade Média Bristol mandava embarcações para pescarem junto à Gronelândia, mas com a descoberta da Terra Nova, em 1497, a sua estratégia mudou para as costas americanas (Aughton, 2007).

Diversas igrejas, mosteiros e hospitais surgiram durante os séculos XII e XIII, sobretudo com o aparecimento de frades franciscanos e carmelitas, controle que terminou em 1538, com a extinção das ordens monásticas por Henrique VIII (Aughton, 2007).

Nos finais do século XV os mercadores em Bristol juntaram-se numa corporação, a *Merchant Adventure* que foi reconhecida pela Coroa em 1552. No século XVI, as maiores exportações de Bristol eram estanho, chumbo, peles, peixe, manteiga e queijo. Em 1496 John Cabbot sai desta cidade em direcção a Ocidente, descobrindo a Terra Nova (Evan, 2008). A sua frota mercante era já considerável e em 1588, mandando três dos seus navios a juntarem-se na luta contra a Invencível Armada (McKee, 1963).

Durante a Guerra Civil, a cidade foi tomada por um exército do Parlamento em 1642, ao qual deu o seu apoio. Atendendo à importância estratégica da cidade enquanto porto, surgiu a necessidade de reforçar as suas defesas. A muralha medieval foi reaproveitada, mas foram construídos novos bastiões durante os confrontos do século XVII (Jeremiah, 2005). Em Julho de 1643, os adeptos do rei cercaram Bristol e rapidamente a capturaram, ocupando-a por mais de dois anos. Foi este um momento de grandes vicissitudes, não apenas devido às ofensivas das tropas do Parlamento, mas sobretudo devido ao surto de peste que despolotou, matando cerca de $\frac{1}{3}$ da população. Em 1645, o exército do Parlamento voltou a atacar e, em 1656, perante o estado de destruição, Cromwell mandou que o castelo fosse demolido, evitando que os Royalists

tomassem a cidade novamente, forçando oito navios mercantes, previamente apoiantes do rei, a tornarem-se na sua frota militar. Também alguns comerciantes da cidade, menos afectos à causa de Cromwell, foram forçados a abastecer o exército do Parlamento (Jeremiah, 2005).

Com o crescimento das colónias norte americanas, a cidade conheceu um intenso desenvolvimento. A sua localização privilegiada na costa ocidental inglesa levou a um rápido contacto com os novos territórios, sobretudo com a importação de tabaco da América e açúcar das Antilhas. Muitos habitantes da cidade deslocaram-se para a Terra Nova, procurando novas oportunidades. O crescimento comercial levou ao desenvolvimento da indústria naval, suportada por madeira importada da Escandinávia. Em meados do século XVI importava ainda da Europa vinho, azeite, ferro, figos e outros frutos secos, bem como pigmentos para colorir roupa (Carus-Wilson, 1933).

Em 1688, o *Society*, um navio de Bristol, é multado por não respeitar o monopólio da Royal African Company ao transportar escravos e dentes de elefante da Guiné (Carus-Wilson, 1933). Contudo, no século XVIII a cidade estava fortemente envolvida no comércio negreiro. Bens manufacturados na cidade tais como roupa de lã, latão e objectos em ferro eram trocados por escravos. Os escravos eram levados para a América e aí vendidos para trabalharem nas plantações de algodão. Os barcos traziam tabaco, açúcar e rum de volta a Bristol, formando um triângulo comercial (Carus-Wilson, 1933).

Muita da riqueza adquirida no comércio colonial foi empregue na construção de edifícios na cidade, tais como as casas nas artérias principais. As casas em King Street, que ali actualmente ainda se conservam, foram edificadas entre 1640 e 1660. Muitos dos habitantes mais ricos da cidade, a maioria deles mercadores, também construíram jardins em redor daquelas habitações. O século XVII terminou, tal como em outras cidades inglesas, com os mercadores a ocuparem um determinante papel económico, social e político. Foram edificadas diversas construções de caridade, as Almshouses, como a St. Michael's Hill em 1691, ou a da Society of Merchant Venturers para veteranos do mar em King Street no ano de 1696 (Aughton, 2007). No mesmo ano, a corporação de Bristol para os pobres fundou o St. Peter's Hospital no local que, em 1620, tinha sido a casa do mercador Robert Aldworth (Aughton, 2007).

STNA – St Nicholas Almhouses, King Street.

St Nicholas Almhouses é um edifício histórico, construído entre 1652 e 1656, aumentado no século XVIII, e restaurado em 1961, após ter sido atingido por bomba alemã durante a II Guerra Mundial, sendo hoje património protegido pela *English Heritage*.

Foi edificado com o objectivo de fornecer amparo aos pobres e sem-abrigo que ali procurassem apoio, na onda de caridade que parece ter existido um pouco por toda a Inglaterra, mas sobretudo nas cidades onde os mercadores foram uma classe influente.

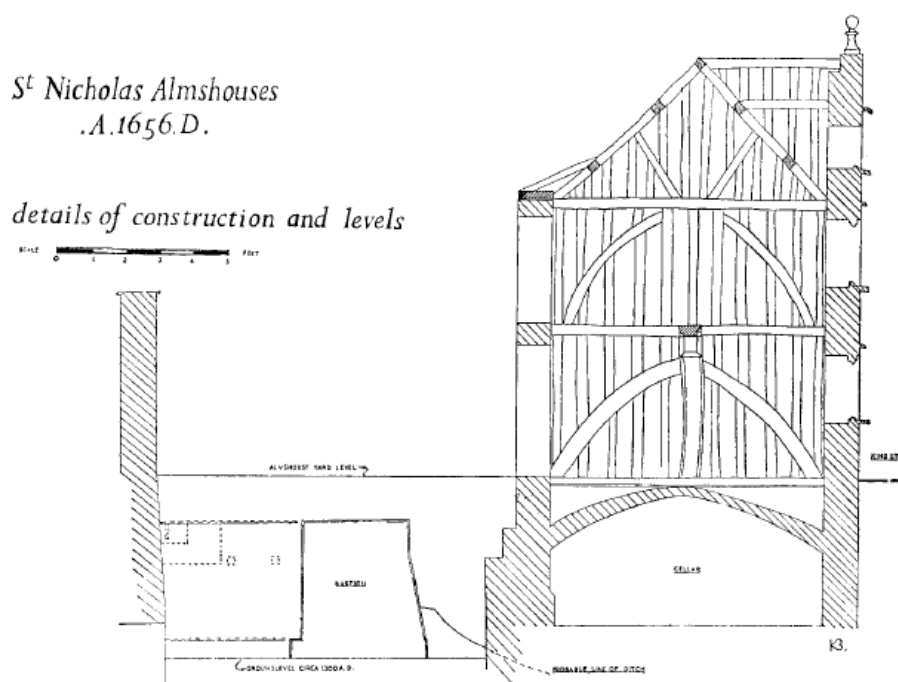


St. Nicholas Almshouses na actualidade (foto T. Casimiro).

Tem a particularidade de ter sido edificado adossado à muralha medieval da cidade, mesmo por cima de um dos antigos bastiões, construído no século XIII e em uso até aos finais do século XVI, como mostrou a intervenção arqueológica ali realizada em 1960, aquando do seu restauro (Barton, 1984). A última fase de ocupação da torre ofereceu cerâmicas de produção local (RW), importações regionais (WSW) e importações alemãs (FSW).

O bastião permaneceu abandonado durante cerca de 50 anos e os terrenos foram doados pela administração local à paróquia de St. Nicholas, promotor das Almshouses. Contudo, quando em meados de seiscentos se queria iniciar a obra, verificou-se que muitas casas particulares, algumas de gente abastada, tinham ocupado os terrenos do antigo bastião. Estas habitações foram identificadas durante a intervenção, associadas a

espessas camadas de cinzas que sugerem a sua destruição pelo fogo algures entre 1650 e 1652, aquando do início da construção das Almshouses. Uma delas, resistindo ao cataclismo, ainda permanece em pé (Barton, 1984).



Secção das Almshouses (seg. Barton, 1984).

A cerâmica portuguesa exumada, incorrectamente publicada como faiança alemã de Hamburgo (Barton, 1964), provém maioritariamente de camada estratigráfica caracterizada por cinzas, na qual foram identificadas habitações, estruturadas em madeira, pelo que, desta forma, anteriores a 1652 ou desse mesmo ano. É acompanhada por majólica italiana de Montelupo (MIM), vidrados de sal germânicos (GSW), bem como produções locais (RW) e regionais, North Devon Sgraffito Ware (NDS).

1652-1656		construção	das	Almshouses	
1645-1650	FP	MIM	GSW	NDS	RW
1580-1645		Época	de	abandono	
1500-1580		RW	FSW	WSW	

Esta é uma das colecções mais interessantes encontrada numa localidade em Inglaterra, não apenas por podermos conotar a sua utilização com um sítio específico, excepcionalmente bem datado, mas sobretudo devido ao aparecimento de peças interessantíssimas. A maioria da colecção apresenta peças abertas, taças e pratos, cuja

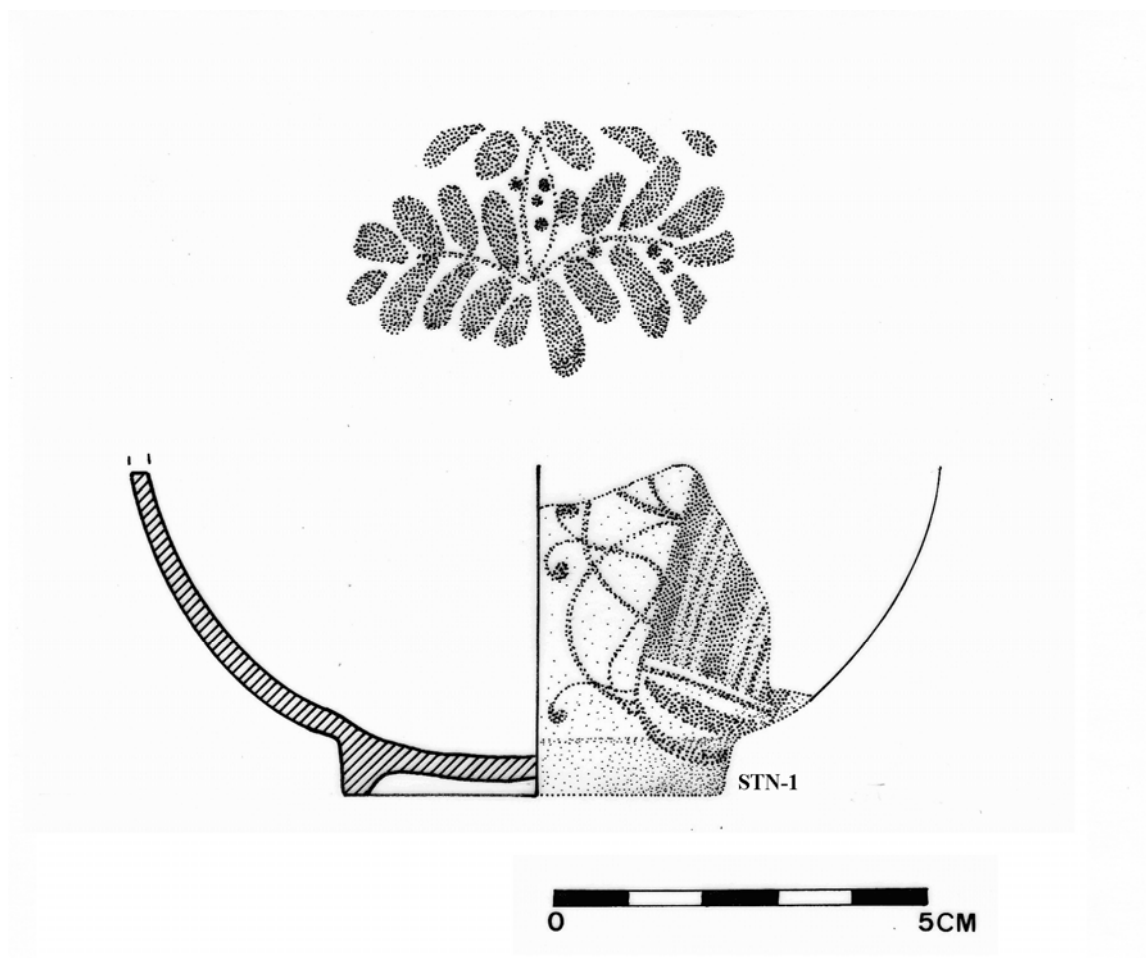
decoração demonstra uma clara influência oriental, ao gosto do que estaria a ser importado em outros locais ingleses e irlandeses. Predominam os aranhões, alternando com crisântemos, inseridos em cartelas. Ainda na mesma colecção surgem outras peças onde se destaca a ornamentação vegetalista. Cremos tratar-se de dois conjuntos distintos, adquiridos em momentos diferentes.

Entre as vinte e três peças aqui apresentadas, destacamos a presença de seis garrafas. Todas elas apresentam excelente qualidade, classificando-as como peças destinadas às elites endinheiradas. No entanto, destacam-se em dois exemplares a presença de brasões, que sabemos terem pertencido a famílias europeias, visto não corresponderem a nenhum exemplar dedicado a famílias portuguesas. Esta realidade demonstra arqueologicamente que as oficinas de Faiança Portuguesa produziam cerâmicas destinadas ao mercado inglês, satisfazendo encomendas de famílias daquela nacionalidade. As peças presentes em diversos museus europeus, contendo brasões de famílias não portuguesas já o haviam confirmado para as famílias alemãs. Um dos exemplares brasonados mencionados apresenta ainda a inscrição 1652, a única peça datada recuperada nas Ilhas Britânicas.

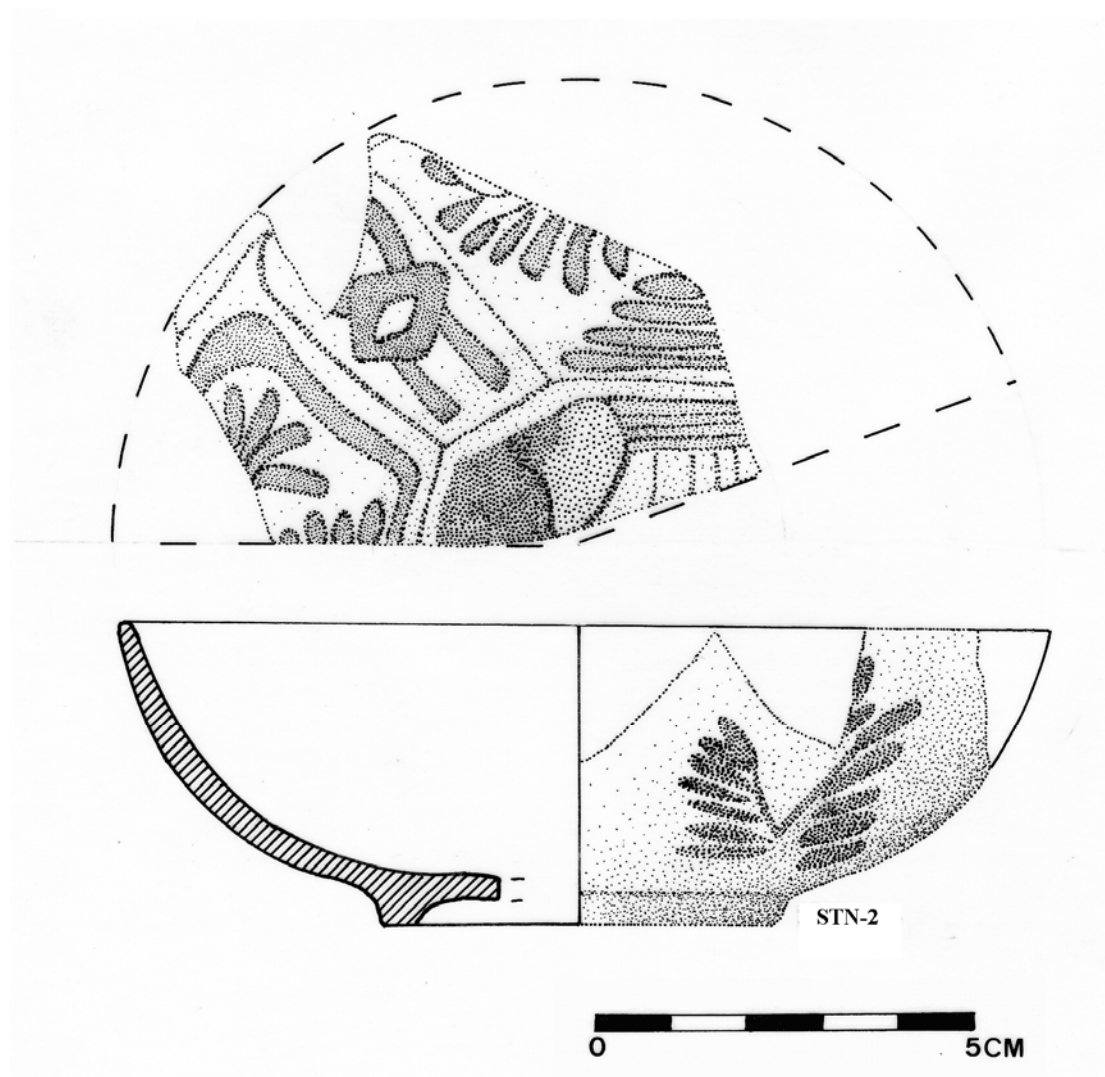
A Faiança Portuguesa exumada em St Nicholas Almshouses, acompanhada pela qualidade do restante espólio, com cerâmicas importadas de outros países europeus, demonstra que estamos perante a casa de alguém muito abastado. Desconhecendo a natureza da sua actividade, é possível que, devido à sua localização, no seio de um bairro de mercadores, os seus habitantes adquirissem a sua riqueza do comércio internacional, facilitando ainda a aquisição de produções exógenas.

Catálogo

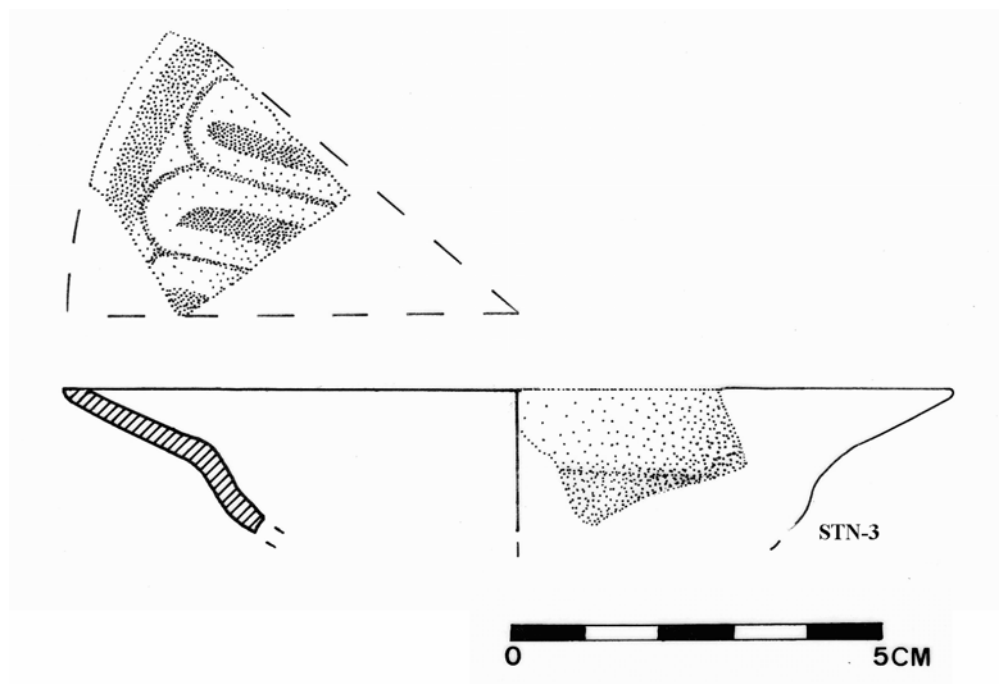
Taça (STN-1). Fragmentos contendo porção do fundo, plano, assente em pé anelar e corpo, hemisférico. Foi produzida com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A decoração externa é composta por composição com grandes folhas, dita de “aranhões”. O interior do fundo apresenta grande motivo vegetalista. Medida 0,051 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,003 m.



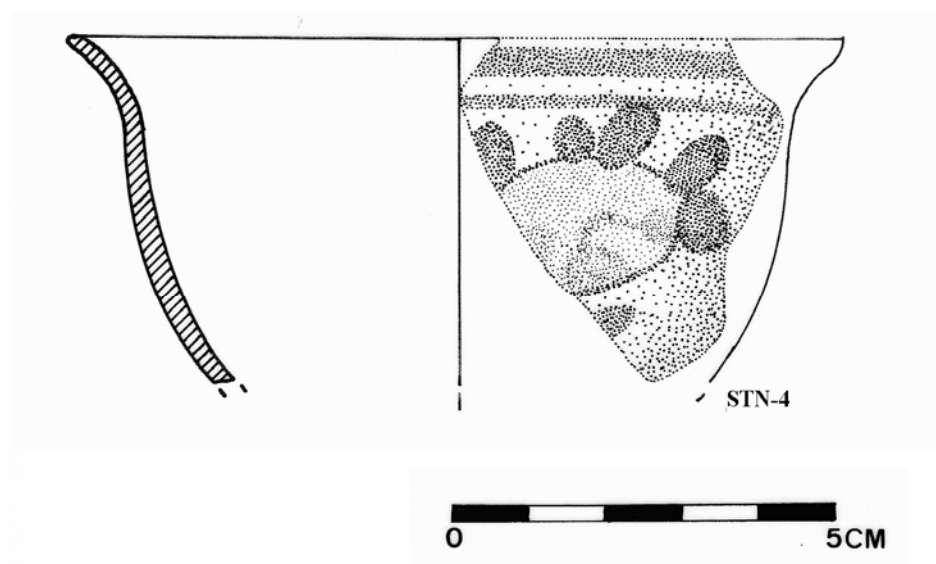
Taça (STN-2). Fragmentos contendo porção do bordo, corpo hemisférico e fundo. O bordo apresenta perfil semicircular e o fundo é plano, assente em pé anelar. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior das paredes está subdividido em cartelas, onde intercalam composições com grandes folhas, ditas de “aranhões”, com outras constituídas por flor central, circular, rodeada por pétalas e com folhas junto ao caule. Entre as cartelas referidas observam-se laços. Junto ao fundo apresenta linha concêntrica que ladeia a decoração central composta por vestígios de decoração vegetalista. Mede 0,039 m de altura máxima, 0,122 m de diâmetro no bordo e 0,051 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0,004 m.



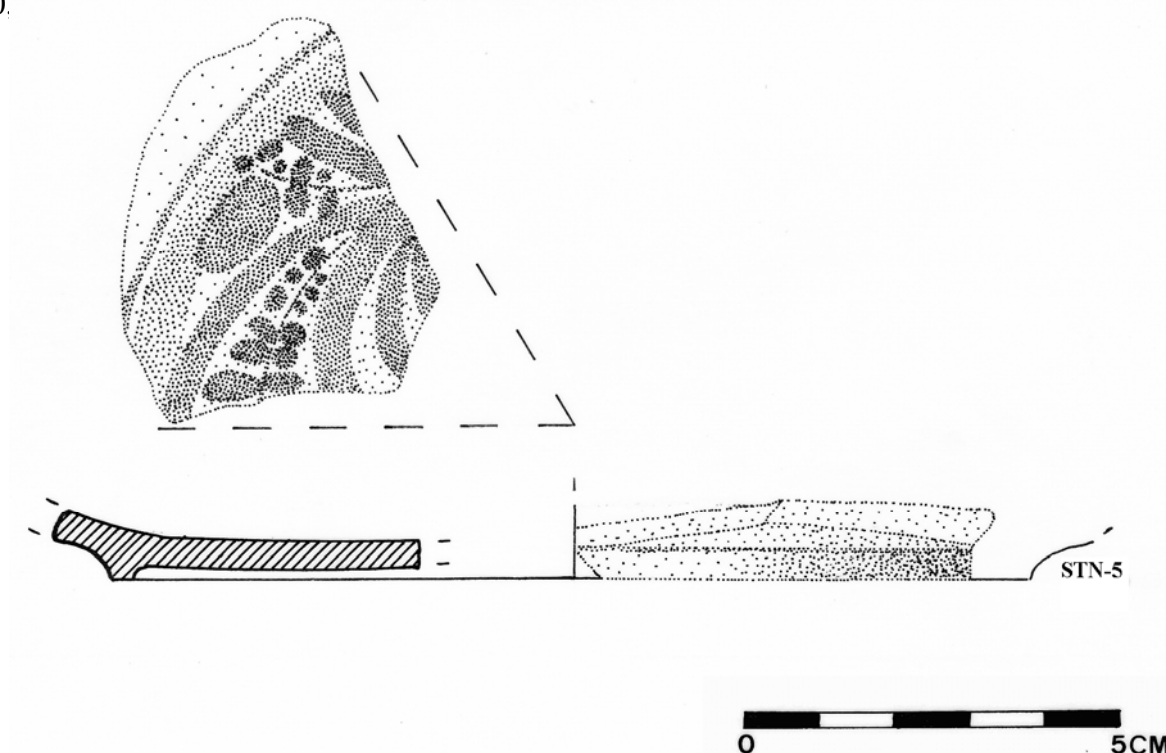
Taça (STN-3). Fragmento correspondendo a porção do bordo e corpo. Teria forma troncocônica e bordo extrovertido com lábio de perfil semicircular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por linha concêntrica, a partir da qual se desenvolve temática vegetalista sugerindo pétalas. Media 0,121 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.



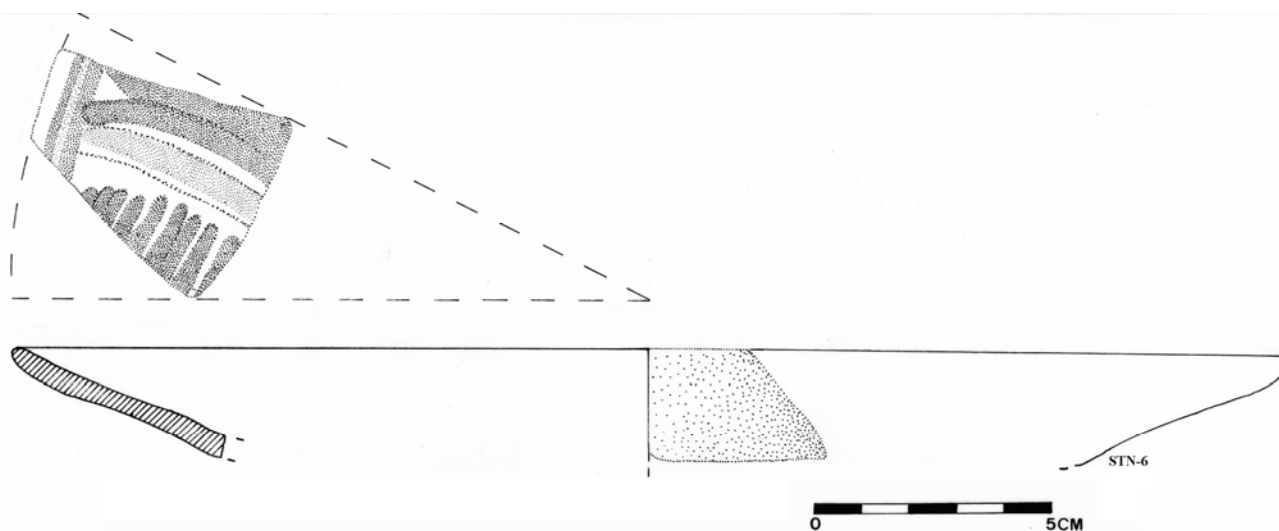
Taça (STN-4). Fragmento correspondendo a porção do bordo. O bordo era extrovertido de perfil semicircular e as paredes oblíquas mostrando forma hemisférica. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O bordo encontra-se demarcado internamente por duas linhas concêntricas, junto às quais se desenvolve decoração floral com uma corola subcircular de onde partem pequenas pétalas, em dois tons de azul. Media 0,102 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,003 m.



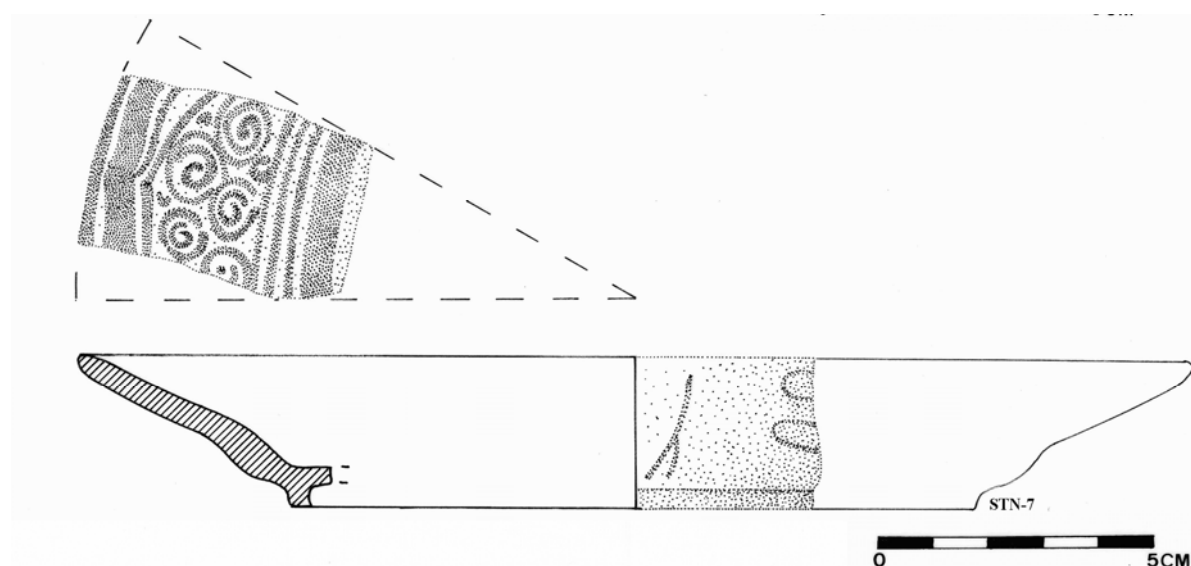
Prato (STN-5). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano, assente em pé anelar e do corpo. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo encontra-se demarcado por duas linhas concêntricas, no interior das quais surge decoração de temática vegetalista com bolbos e caules de flores. Mede 0.



Prato (STN-6). Fragmento correspondendo a porção do bordo, com lábio de perfil semicircular e aba. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por duas linhas concêntricas. No interior desenvolve-se densa decoração, de temática vegetalista. Mede 0,266 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.

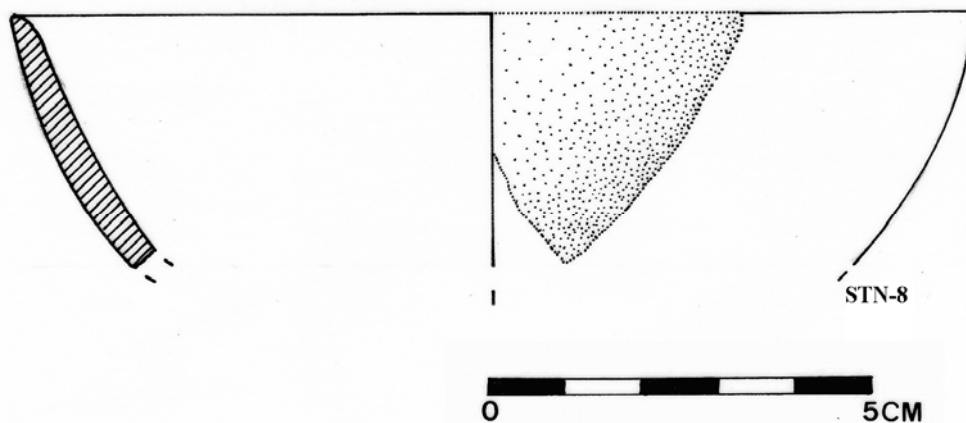


Teria forma subtruncocônica, lábio de perfil semicircular e fundo plano, assente em pé anelar. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por linha concêntrica. A superfície interior apresenta decoração de temática geométrica onde, inseridas em pequenas cartelas de forma subtriangular, se encontram pequenas espirais. O fundo encontrar-se-ia igualmente delimitado com linha concêntrica. Media 0,203 m de diâmetro no bordo, 0,122 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.

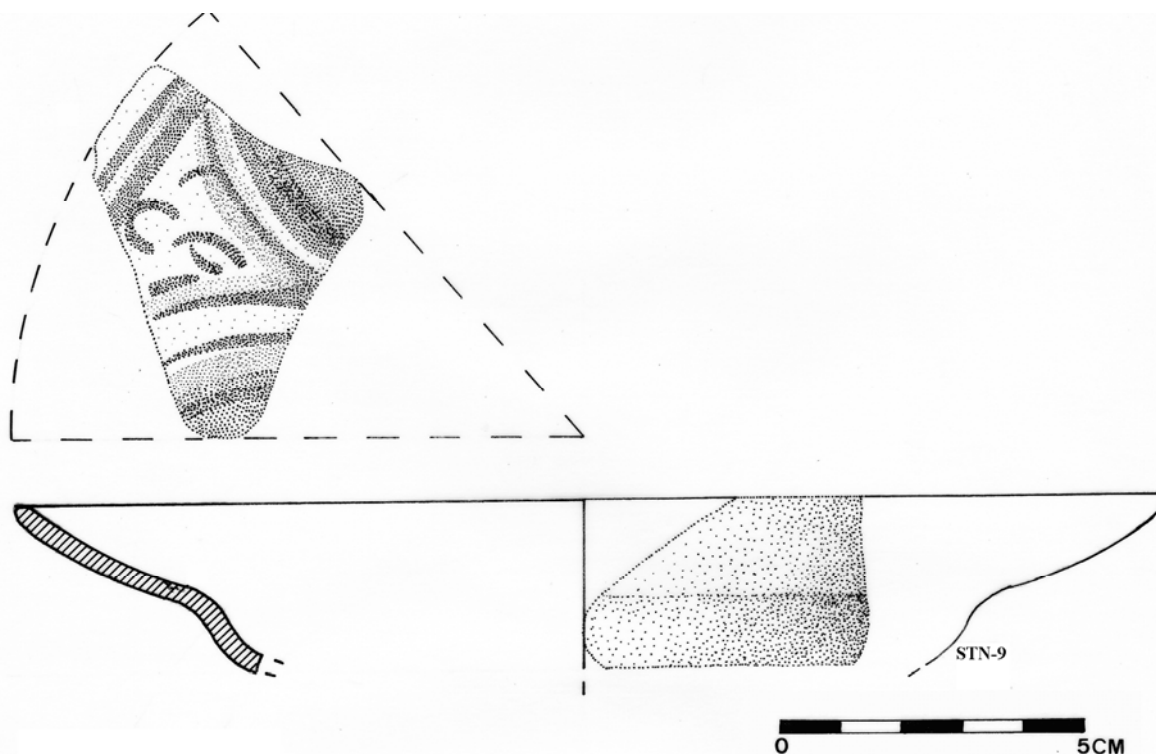


Taça (STN-8). Fragmento correspondendo a porção do bordo. O bordo era apontado de perfil semicircular e as paredes oblíquas mostrando forma hemisférica. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos,

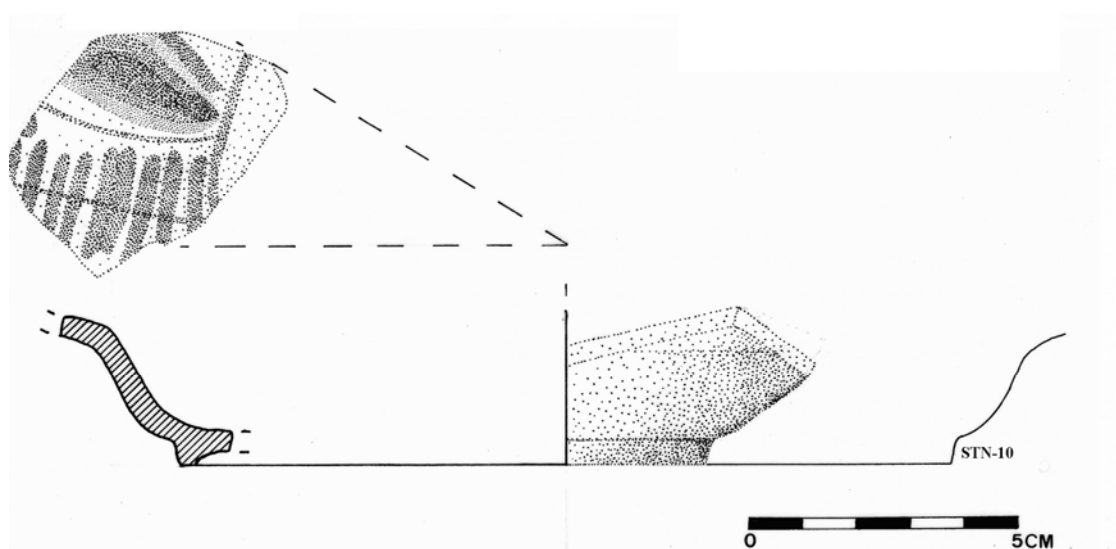
micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte. Não apresenta decoração. Média 0,124 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.



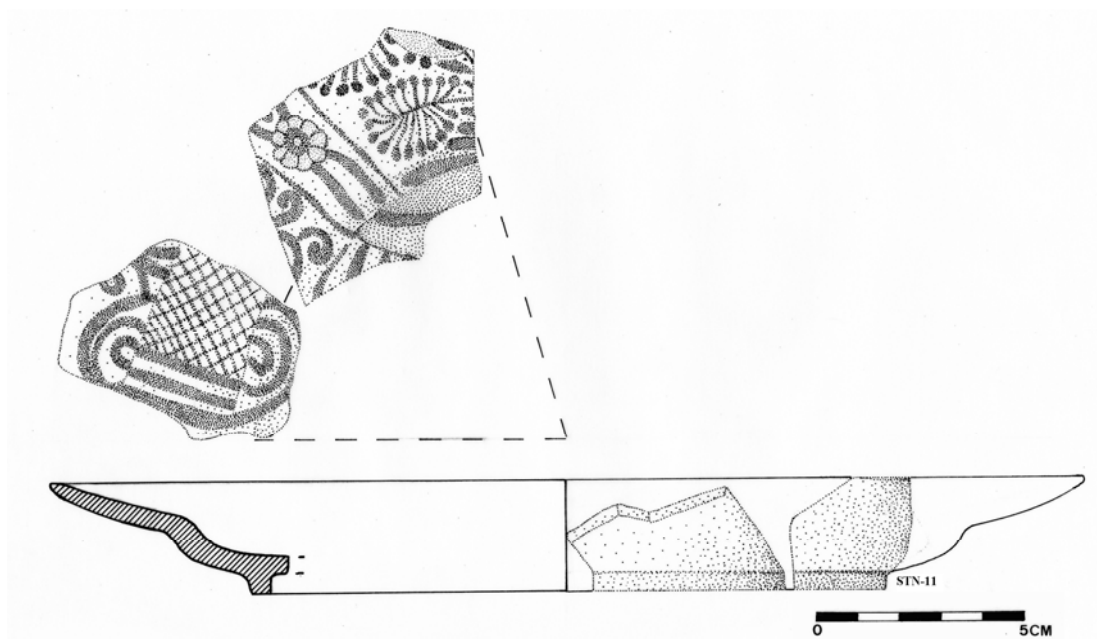
Prato (STN-9). Fragmento correspondendo a porção do bordo e corpo. Oferece forma subtruncocônica com aba oblíqua. O bordo apresenta lábio de perfil semicircular. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca, e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por linha concêntrica. No interior desenvolve-se densa decoração, de temática vegetalista onde alternam folhas de diversos tons e tamanhos. Mede 0,187 m de diâmetro no bordo e espessura média das paredes é de 0,004 m.



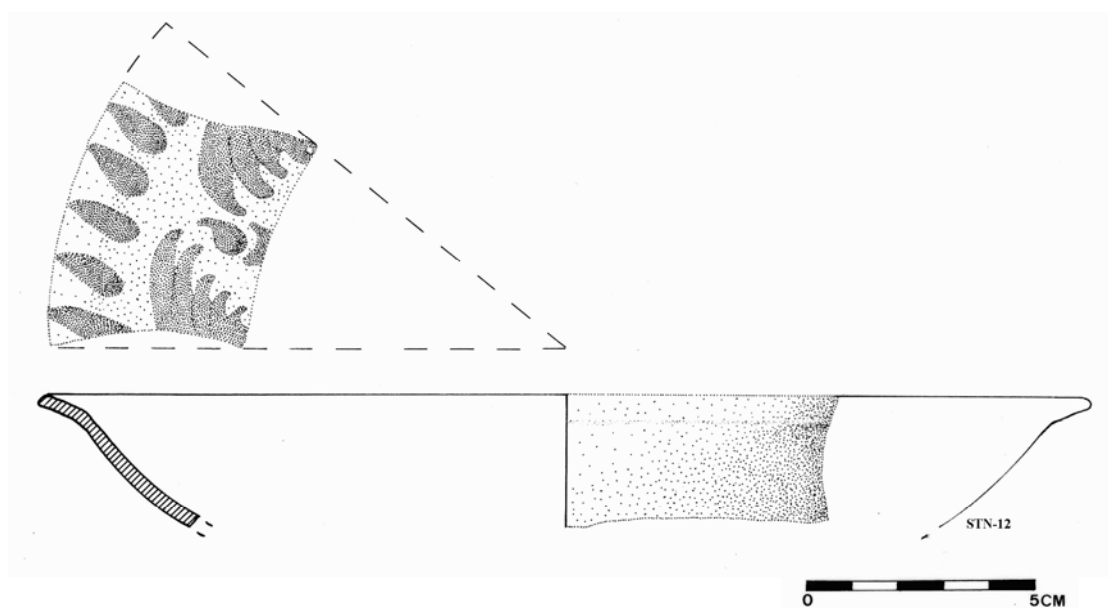
Prato (STN-10). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano, assente em pé anelar e do corpo. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo encontra-se demarcado por linha concêntrica. Na aba desenvolve-se densa decoração, de temática vegetalista. Mede 0,142 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



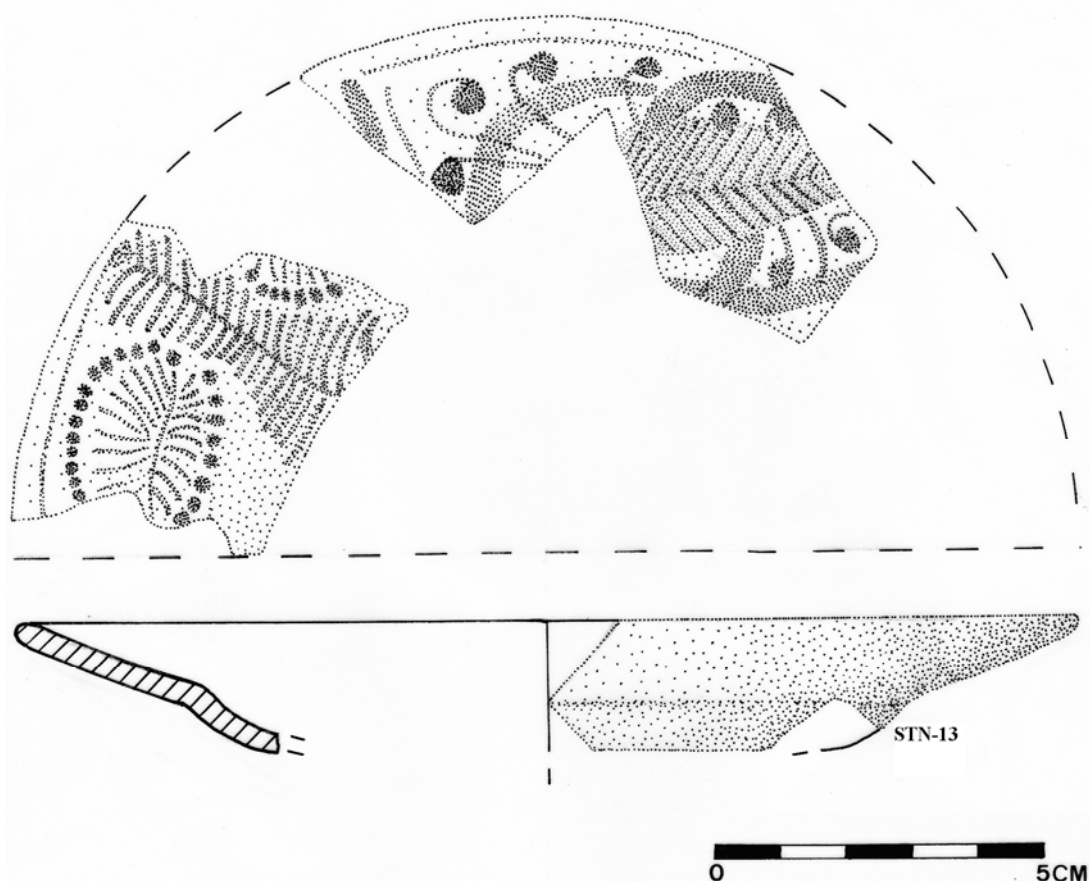
Prato (STN-11). Fragmentos contendo porção do bordo, corpo subtruncocônico e fundo. O bordo apresenta perfil semicircular e o fundo é plano, assente em pé anelar. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior das paredes está subdividido em cartelas, onde intercalam composições com grandes folhas, ditas de “aranhões”, com outras constituídas por flor central, circular, rodeada por pétalas e com folhas junto ao caule. Entre as cartelas referidas observam-se laços. Junto ao fundo apresenta linha concêntrica que ladeia a decoração central composta por vestígios de decoração vegetalista. Mede 0,027 m de altura máxima, 0,247 m de diâmetro no bordo e 0,153 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0,004 m.



Taça (STN-12). Fragmento correspondendo a porção do bordo e do corpo. Mostra forma troncocónica, bordo extrovertido, com lábio de secção semicircular. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto, assim como algumas porosidades. Apresenta decoração de temática vegetalista. A parte superior do bordo foi decorada por séries de traços curtos e oblíquos, em forma de gota. Mede 0,229 de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.

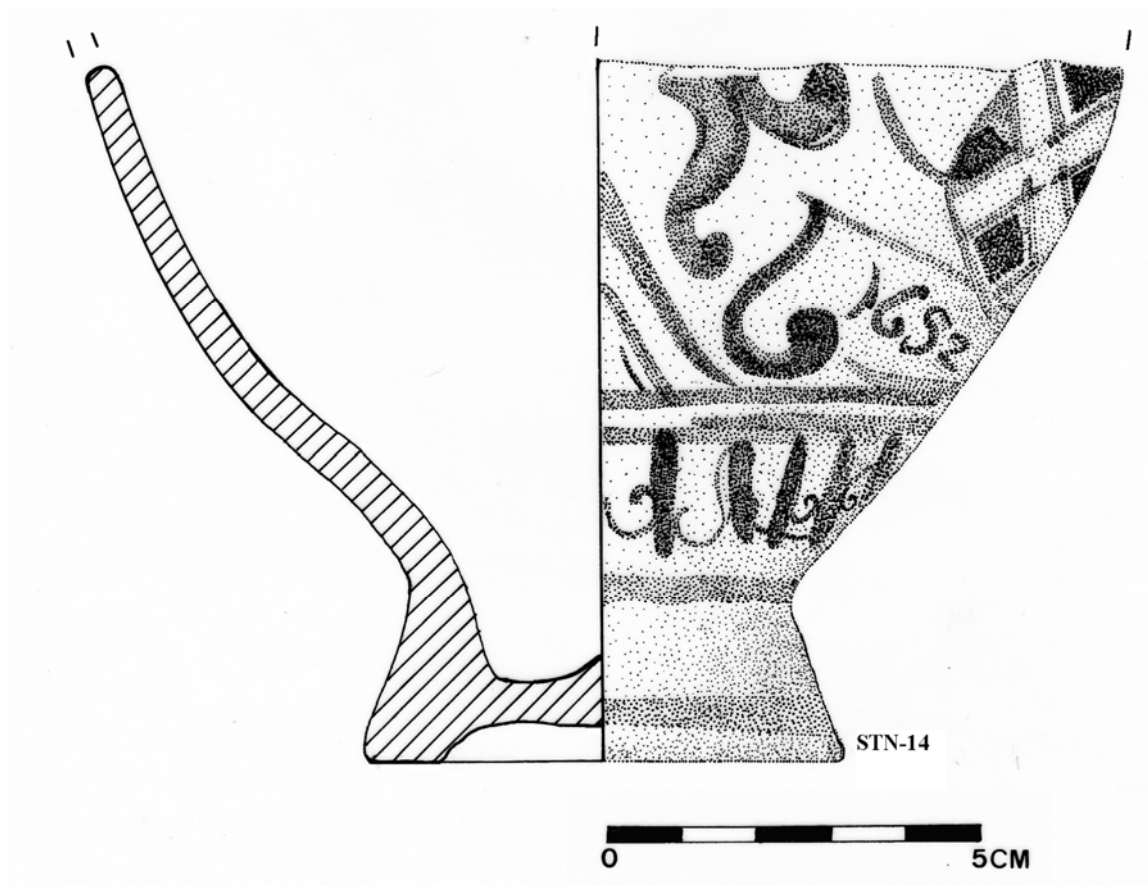


Prato (STN-13). Fragmentos contendo porção do bordo e corpo. Este é subtruncocônico e o bordo apresenta perfil semicircular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior das paredes está subdividido em cartelas, onde intercalam composições com grandes folhas, ditas de “aranhões”, com outras constituídas por flor central, circular, rodeada por pétalas e com folhas junto ao caule. Entre as cartelas referidas observam-se laços. Mede 0,159 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.

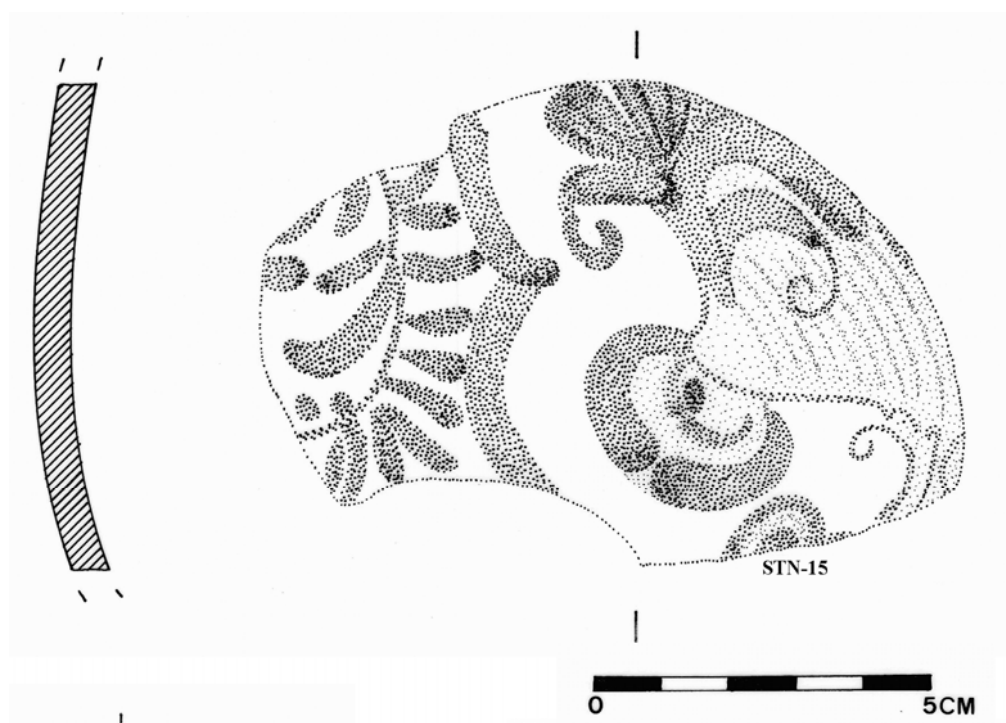


Garrafa (STN-14). Fragmento correspondendo ao fundo e parte do corpo. O fundo é plano, assente em pé anelar e o corpo globular. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Encontra-se decorado com um motivo heráldico europeu de

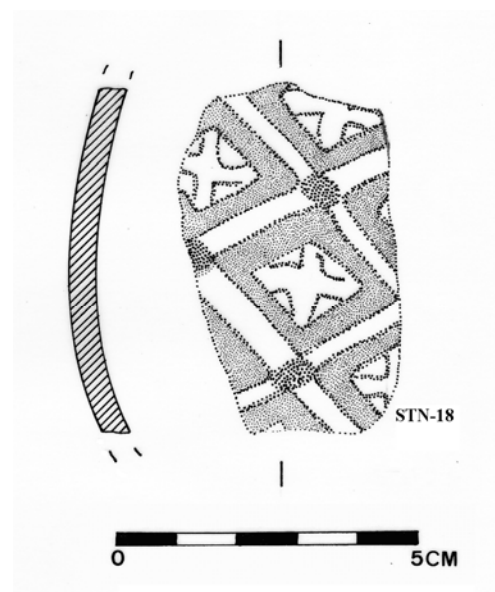
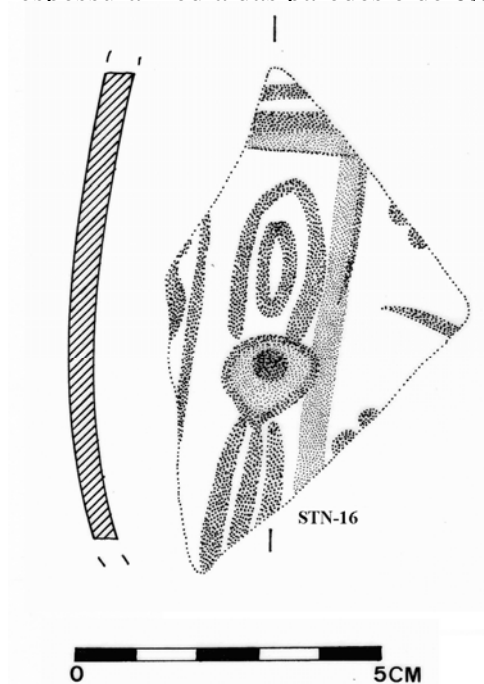
forma ogival, esquadrelado em aspa, que pode ser identificado com diversas famílias inglesas e mesmo alemãs. Junto ao fundo apresenta a data “1652”. Envolvendo ambas representações encontram-se elementos vegetalistas. Mede 0,064 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005.



Garrafa (STN-15). Fragmento correspondendo a parte do corpo globular. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Encontrar-se-ia decorado com motivo heráldico, observando-se parte do suporte lateral do mesmo. A espessura média das paredes é de 0,005.

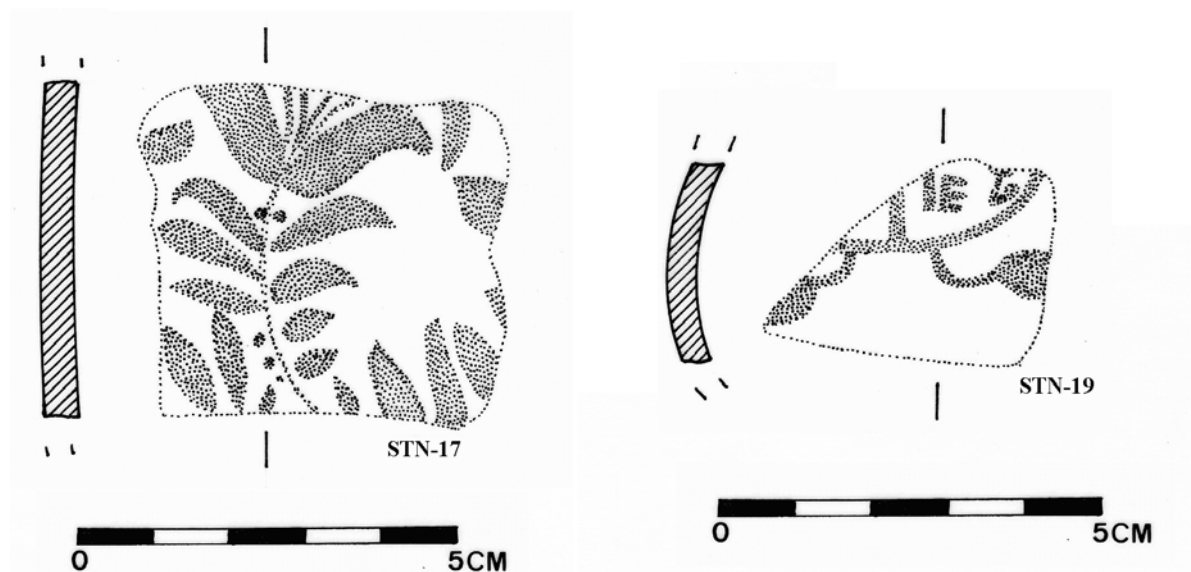


Garrafa (STN-16). Fragmento correspondendo a parte do corpo globular. Foi produzida com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Encontrar-se-ia subdividido em cartelas, onde intercalavam composições com grandes folhas, ditas de “aranhões”, com outras constituídas por flor central, circular, rodeada por pétalas e com folhas junto ao caule, das quais observamos vestígios. Entre as cartelas referidas observam-se laços. A espessura média das paredes é de 0.005.



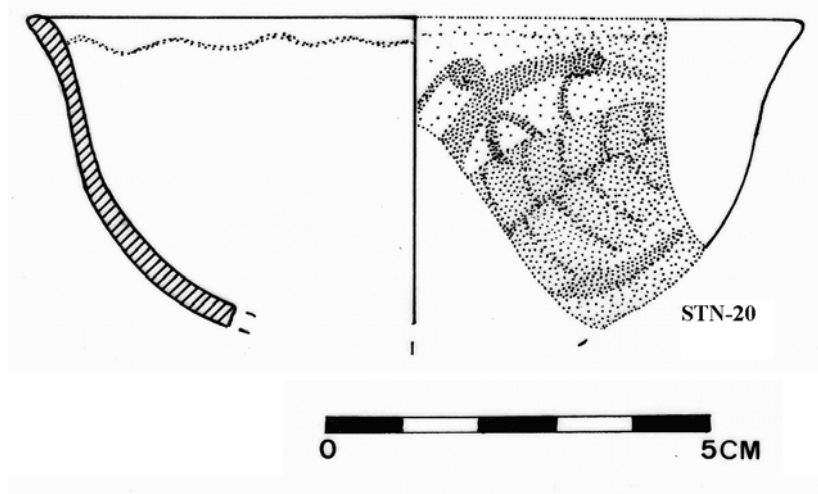
Garrafa (STN-17). Fragmento correspondendo a parte do corpo globular. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A decoração consistia em linhas diagonais cruzadas decoradas com pequenas cruzeiras. A espessura média das paredes é de 0,005.

Garrafa (STN-18). Fragmento correspondendo a parte do corpo globular. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Apresenta vestígios de decoração heráldica. A espessura média das paredes é de 0,005.

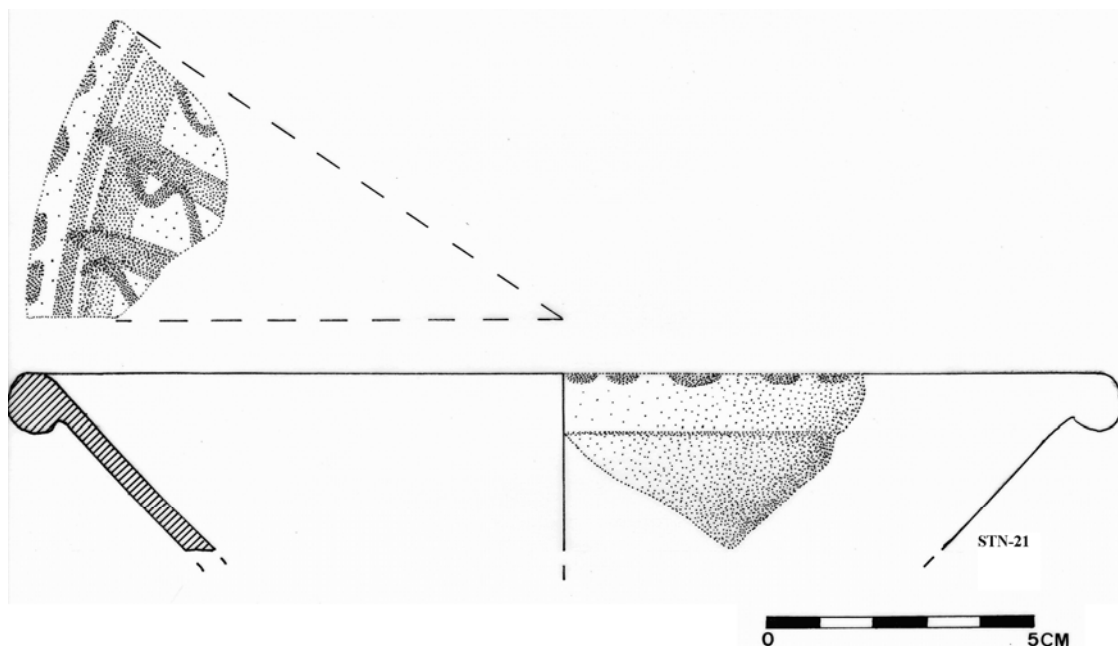


Garrafa (STN-19). Fragmento correspondendo a parte do corpo. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Apresenta decoração vegetalista. A espessura média das paredes é de 0,005.

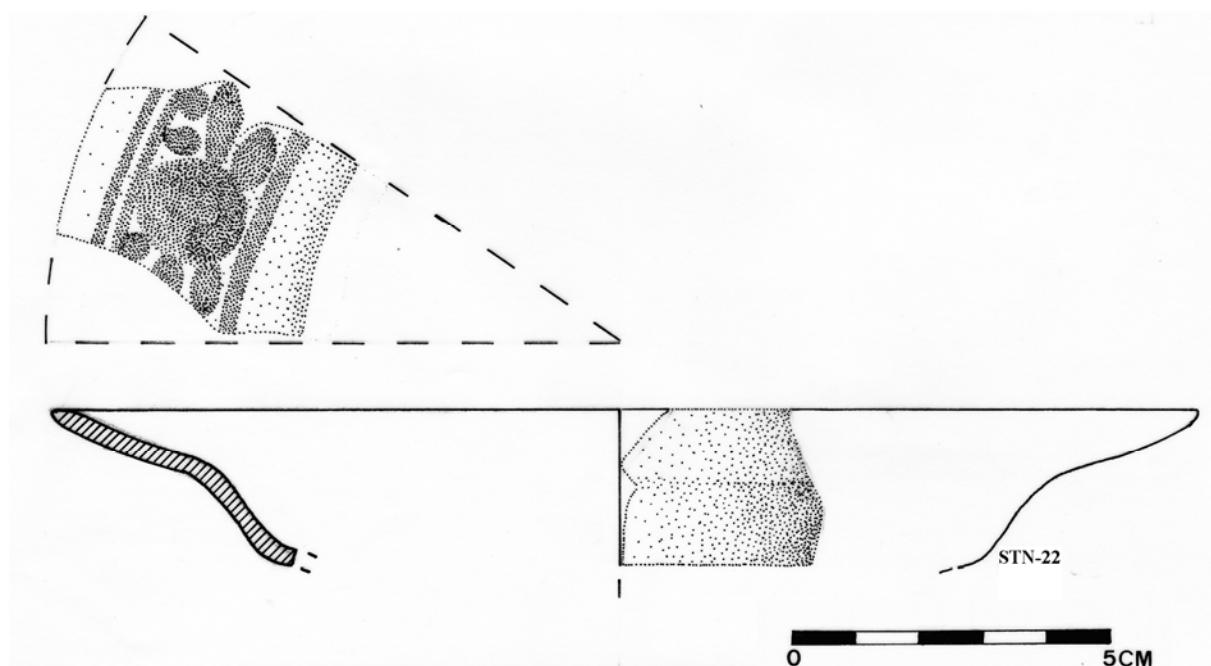
Taça (STN-20). Fragmento correspondendo a porção do bordo e do corpo. O bordo era extrovertido com lábio de perfil semicircular e o corpo hemisférico. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. As paredes externas encontraram-se decoradas com um grande aranhão e na superfície interna, junto ao bordo surge linha ondulada. Medida 0,098 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes era de 0,003 m.



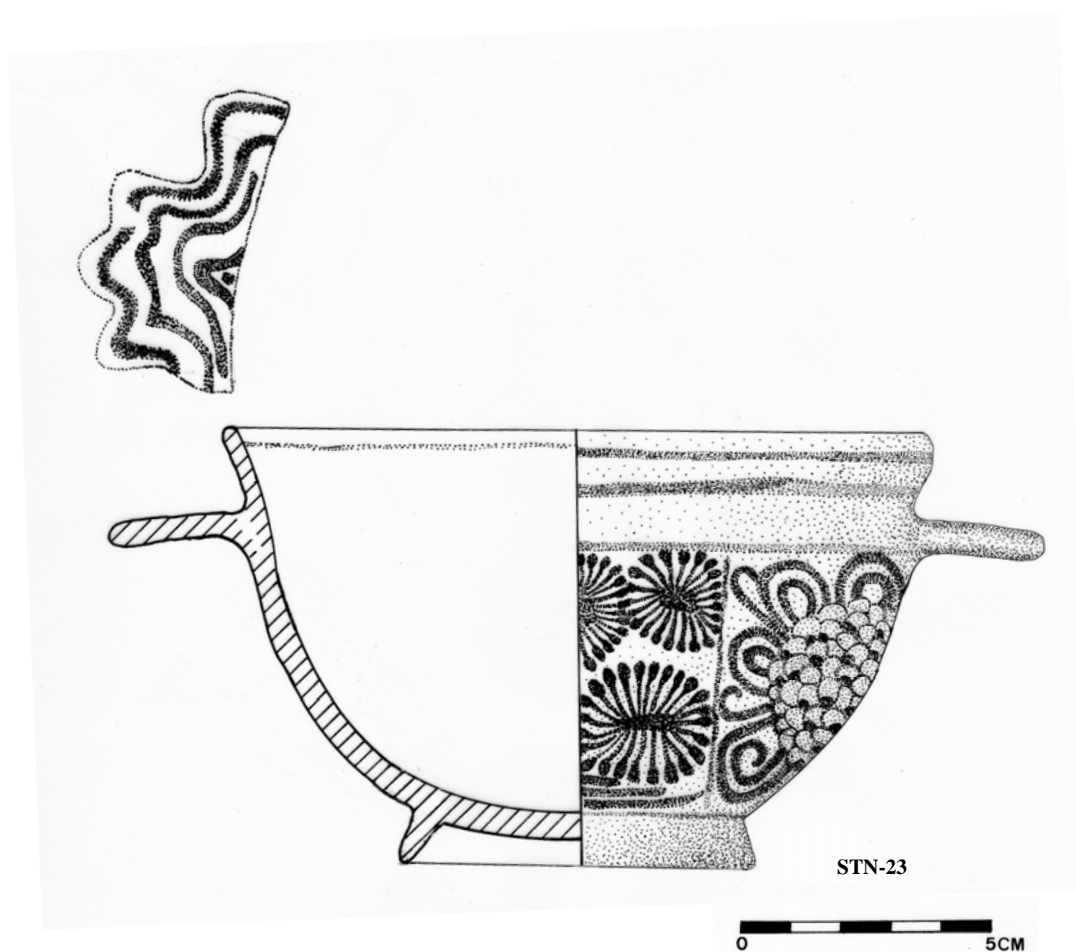
Taça (STN-21). Fragmento correspondendo a porção do bordo e das paredes. Mostra forma troncocônica, bordo espessado, com lábio de secção semicircular. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por duas linhas concêntricas, paralelas. No interior desenvolve-se densa decoração, de temática geométrica com linhas oblíquas. A parte superior do bordo foi decorada por séries de traços curtos e oblíquos. Mede 0,207 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



Prato (STN-22). Fragmento correspondendo a porção do bordo e corpo. Oferece forma subtruncocônica com aba oblíqua. O bordo apresenta lábio de perfil semicircular. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca, e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por linha concêntrica, a partir da qual se desenvolve densa decoração, de temática vegetalista. Mede 0,178 m de diâmetro no bordo e espessura média das paredes é de 0,004 m.



Escudela (STN-23). Fragmentos correspondendo ao bordo, corpo, fundo e asas. O bordo é extrovertido, com lábio de perfil semicircular, o fundo plano, assente em pé anelar. O corpo é hemisférico e as asas planas. Foi fabricada com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca, e com decoração na cor azul de cobalto. Abaixo do bordo, nas paredes exteriores surgem duas linhas concêntricas. A decoração está subdividido em cartelas, onde intercalam composições com grandes folhas, ditas de “aranhões”, com outras constituídas por flor central, circular, rodeada por pétalas e com folhas junto ao caule. Entre as cartelas referidas observam-se laços. O interior do bordo encontra-se demarcado por linha concêntrica e a parte superior das asas com teoria de linhas onduladas. Media 0,0071 m de altura, 0,116 m de diâmetro no bordo, 0,058 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005m.



NWQ – Narrow Quay

A construção de novo edifício junto ao rio Avon, em 1978, permitiu escavar zona portuária das Idades Média e Moderna. Foram identificadas duas das docas da cidade, a Aldworth's Dock, construída em 1625 pelo mercador Robert Aldworth, remodelada em 1660, e a St. Clement's Dock, que adquiriu o seu nome devido à proximidade com igreja com o mesmo nome, em uso desde finais do século XVI. Foi uma zona privilegiada para a construção de navios desde finais da Idade Média, desactivada em finais do século XVIII, quando o crescimento da cidade obrigou à sua deslocação mais para sul (Good, 1987).

Tendo em atenção à dimensão dos cais, foram aquelas duas as principais estruturas ligadas ao comércio internacional da cidade, enquanto as restantes docas, se dedicavam ao comércio local, visto os seus barcos, de menores dimensões, exigirem estruturas menos desenvolvidas.

A escavação pôs a descoberto as duas zonas portuárias que se sabiam ter ali existido, a par das zonas onde atracavam e se construíam os navios. Foram ainda identificados diversos armazéns para aprovisionamento de mercadorias.



Narrow Quay, por Sydney Goodwin, 1899 (seg. My art prints).

Na Aldworth's Dock foi identificada sequência estratigráfica desde finais do século XVI. As camadas mais antigas (1550-1600) são caracterizadas por numismas dos

Tudor e cerâmicas como Redcliffe Wares, Saintonge e diversas produções locais como Red Wares e Glazed Wares. As camadas acima desta mostram o início das importações germânicas e a continuação do comércio com França características dos primeiros 25 anos do século XVII. A construção da Aldworth's Dock encontra-se documentalmente confirmada em 1625 (Good, 1987). Foi efectivamente identificado este momento com a abertura de duas largas trincheiras estruturadas em madeira, onde os barcos entravam. O porto começou imediatamente a registar um intenso movimento internacional, identificado com o aparecimento de majólicas italianas oriundas de Montelupo (MIM), vidrados de sal da Renânia, associadas a produções locais e importações de outras cidades no Somerset. As camadas onde as peças em Faiança Portuguesa foram exumadas, estavam divididas em unidades datadas entre 1640 e 1650, com base nas diversas cerâmicas e cachimbos recolhidos. Foram identificadas produções inglesas locais que correspondem a Red Wares, importações regionais de Somerset, Majólica Italiana de Montelupo e alguns fragmentos de Porcelana Chinesa. A camada imediatamente acima apresenta produções muito semelhantes, com importações italianas, produções locais e regionais, bem como algumas importações da Renânia, ainda que em menor quantidade do que na camada anterior (1625-1640) e um único exemplo de anforeta.

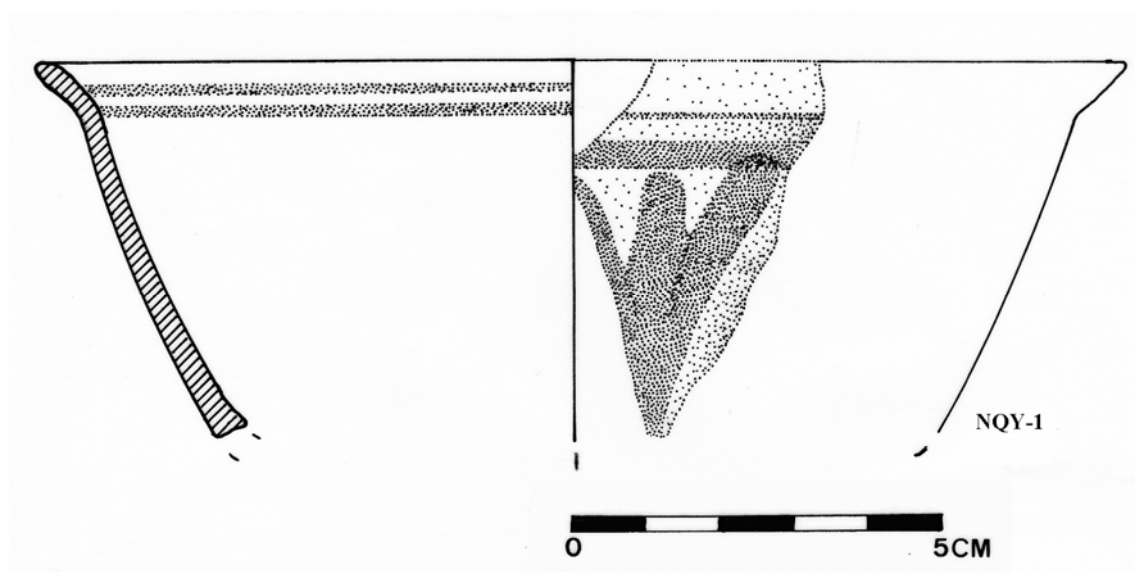
1660		Remodelação do cais			
1650-1660	MIL	WSW	RSW	OLJ	
1640-1650	FP	MIM	WSW	RW	PC
1625-1640	MIM	PMRW	GW	WSW	RSW
1625		Construção do cais			
1600-1625		STG	FSW	RCW	
1550-1600	RCW	STG	PMRW	GW	

Das dez peças portuguesas exumadas, apenas duas apresenta decoração de influência oriental, com aranhões inseridos em cartelas. As restantes oferecem decoração vegetalista. As características físicas das peças exumadas, com esmalte aderente e brilhante e pastas homégenas e compactas com tonalidades claras,

demonstram que se tratam de produções das oficinas lisboetas, cuja qualidade as coloca ao nível das peças destinadas à exportação.

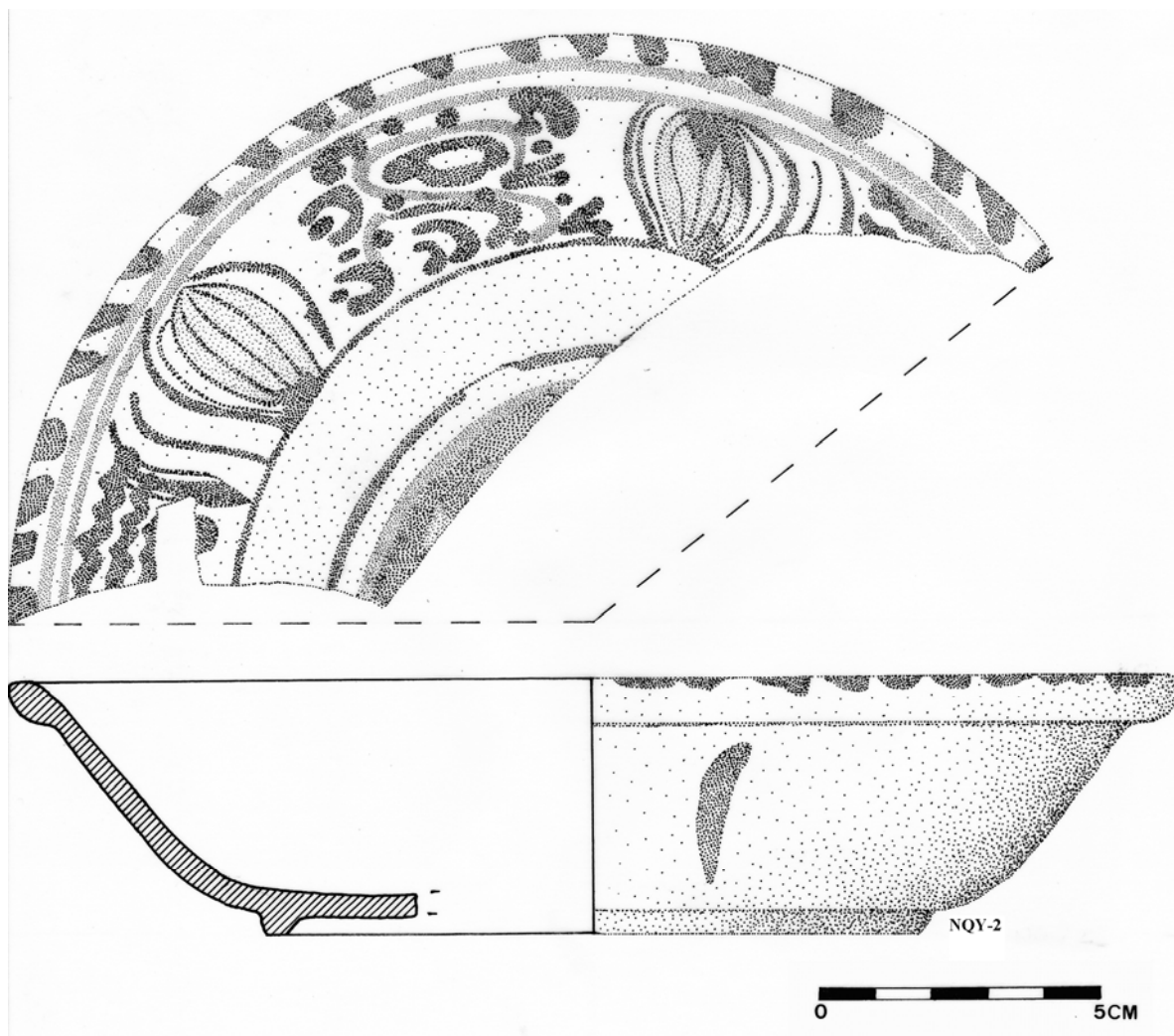
Catálogo

Taça (NQY-1). Fragmento correspondendo a porção do bordo e do corpo. Oferecia forma trococónica. O bordo era extrovertido com lábio de secção semicircular. Foi produzida com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície exterior apresenta duas linhas concêntricas, paralelas, junto ao bordo e, abaixo destas, surge decoração vegetalista. No interior, junto ao bordo, apresenta mais duas linhas concêntricas, paralelas. Medida 0,146 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.



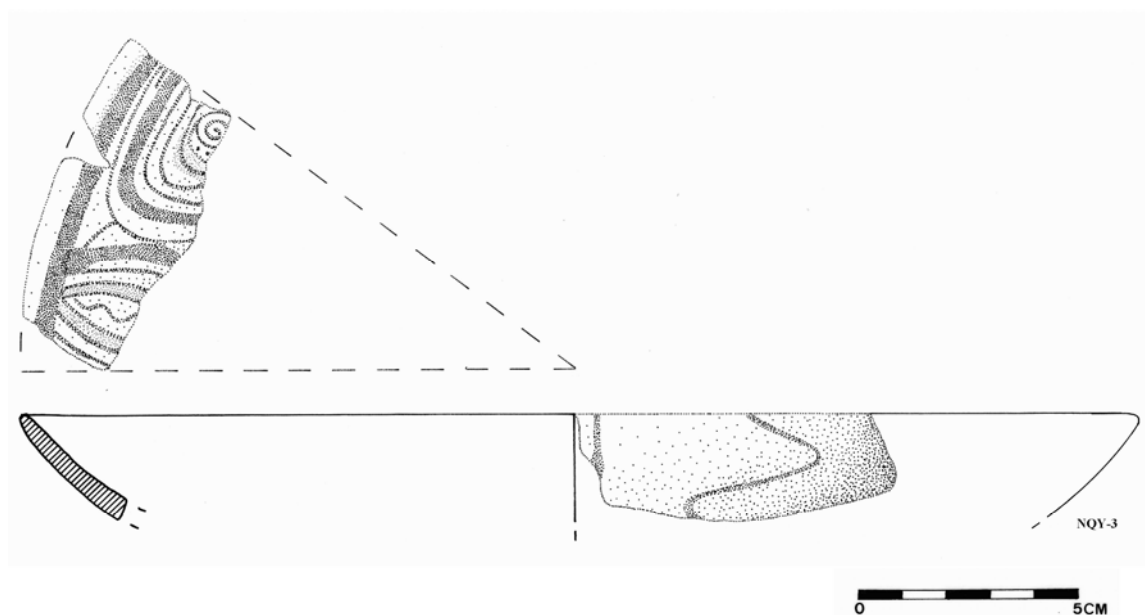
Taça (NQY-2). Fragmento correspondendo a porção do bordo, das paredes e do pé. Mostra forma troncocónica, bordo espessado, com lábio de secção semicircular, fundo plano, assente em pé baixo e anelar. Foi produzida com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto, assim como irregularidades e pequenos defeitos de fabrico. O interior do bordo encontra-se demarcado por duas linhas concêntricas, paralelas, e, entre estas e

outras duas que delimitam o fundo do prato, desenvolve-se densa decoração, de temática vegetalista e geométrica onde alternam folhas e bolbos, associados a traços curvos. A parte superior do bordo foi decorada por séries de traços curtos e oblíquos. Sobre as paredes exteriores observa-se três pinceladas, oblíquas, de cor azul de cobalto. Mede 0,045 m de altura máxima, 0,208 de diâmetro no bordo e 0,114 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0,005 m.

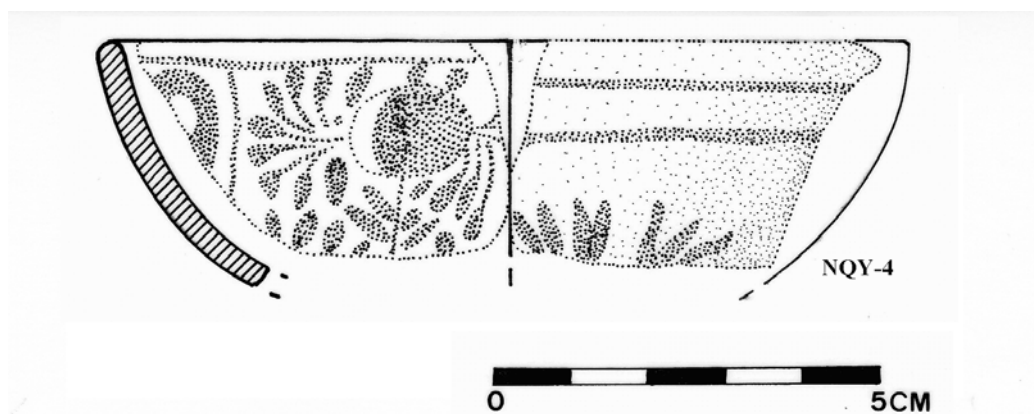


Prato (NQY-3). Fragmento correspondendo a porção do bordo e corpo. Teria forma subtruncocônica e lábio de perfil semicircular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por linha concêntrica. A superfície interior apresenta decoração de temática geométrica onde, inseridas em

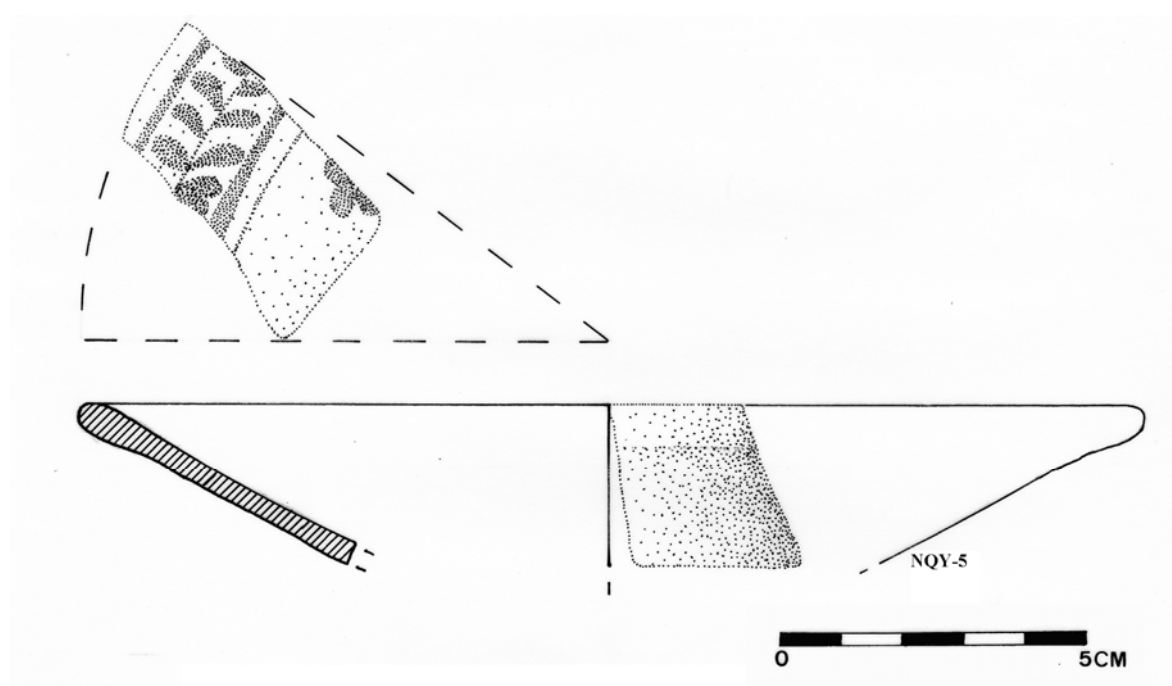
pequenas cartelas de forma subrectangular, se encontram pequenas espirais. Media 0,252 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.



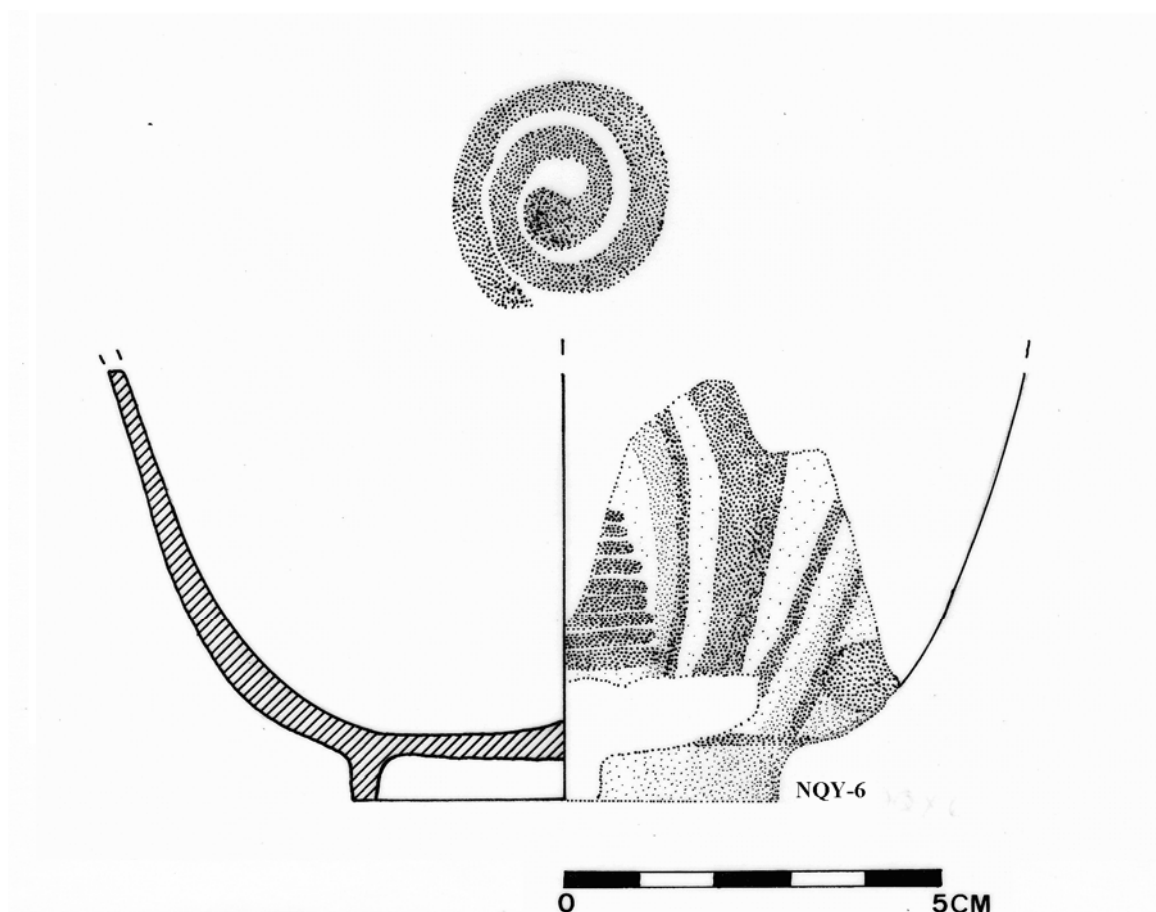
Taça (NQY-4). Fragmento correspondendo a porção do bordo e do corpo. O bordo oferece secção semicircular e o corpo é hemisférico. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície interior está subdividida em cartelas, onde intercalam composições com grandes folhas, ditas de “aranhões”, com outras constituídas por flor central, circular, rodeada por pétalas e com folhas junto ao caule. A superfície externa mostra duas linhas concêntricas, paralelas, junto ao bordo e vestígios de decoração vegetalista. Mede 0,099 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,003 m.



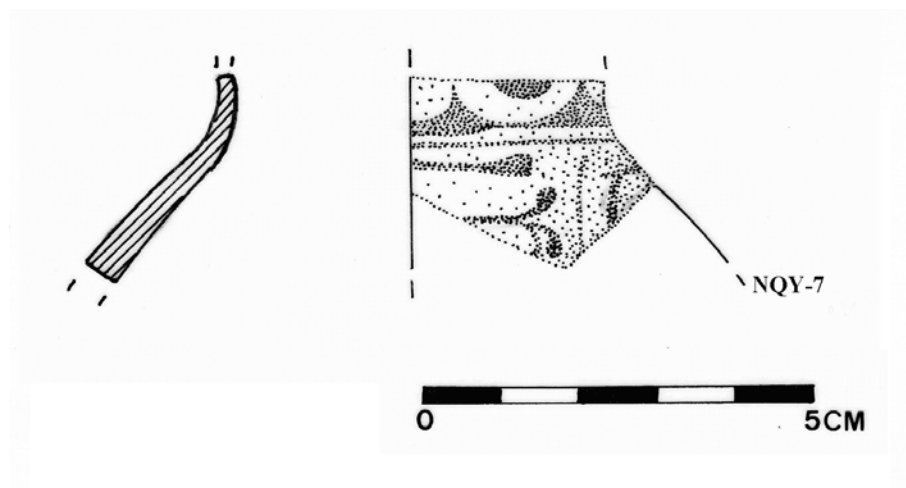
Prato (NQY-5). Fragmento correspondendo a porção do bordo e corpo. Teria forma subtruncocônica e lábio de perfil semicircular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por duas linhas concêntricas, entre as quais se desenvolve temática vegetalista. Media 0,172 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.



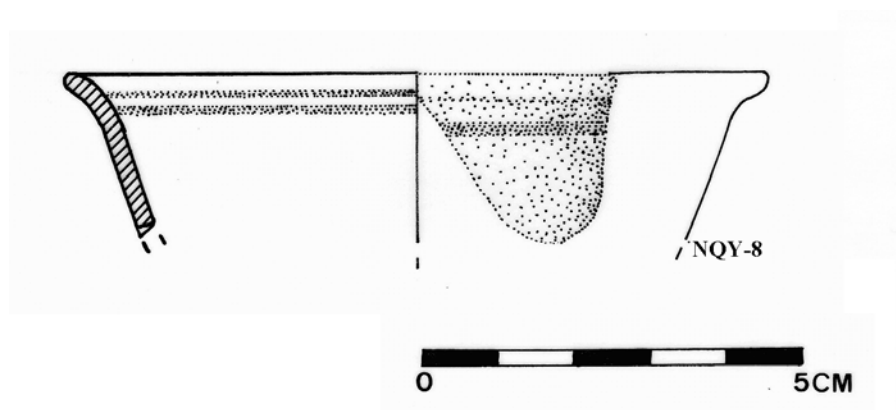
Taça (NQY-6). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano, assente em pé anelar e do corpo com forma hemisférica. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície exterior apresenta decoração vegetalista. O interior do fundo apresenta pequena espiral. Media 0,063 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.



Garrafa (NQY-7). Fragmento correspondendo a porção do gargalo e corpo, globular. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O gargalo seria decorado com círculos de menores dimensões em azul de cobalto no interior de círculos maiores, brancos. O corpo estaria dividido em cartelas as quais ofereciam, no seu interior, decoração vegetalista. O gargalo media de diâmetro 0,0532 m de diâmetro e a espessura média das paredes é de 0,004 m.

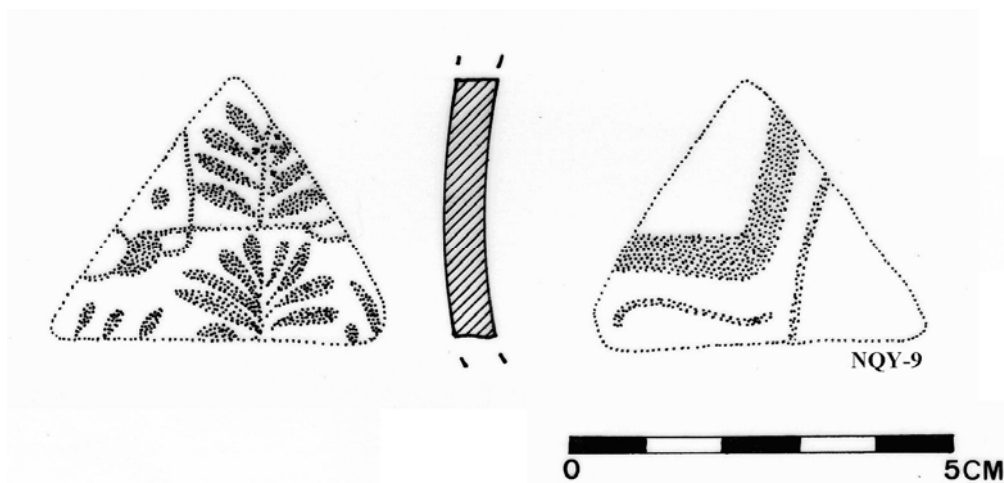


Taça (NQY-8). Fragmento correspondendo a porção do bordo, extrovertido, com perfil semicircular. Foi produzida com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície exterior encontra-se queimada devido a acção de calor intenso após cozedura. Apresenta uma linha concêntrica junto ao bordo na parede exterior e duas linhas concêntricas na parede interior. Media 0,092 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,003 m.

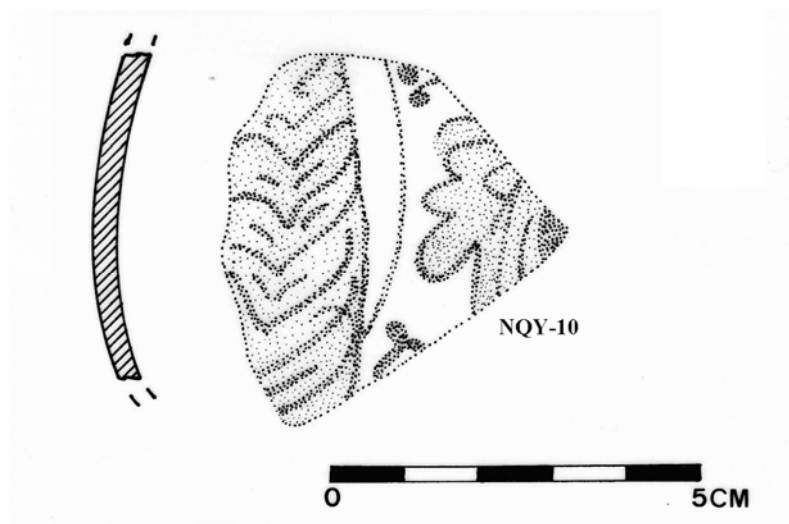


Taça (NQY-9). Fragmento correspondendo a porção de parede. Foi produzida com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor

branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície externa apresenta linhas curvas e a interna, decoração vegetalista. A espessura média das paredes é de 0,005 m.



Garrafa (NQY-10). Fragmento correspondendo a porção de parede. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície externa encontra-se decorada com motivos vegetalistas. A espessura média das paredes é de 0,003 m.



GFLM – Greyfriars Building Lewin’s Mead.

As obras reabilitação desta zona da cidade ocorreram entre 1970 e 1973 e trouxeram à luz do dia estruturas identificadas com mosteiro franciscano de origem medieval, demolido no século XIX. No exterior do edifício, próximo de local onde foram escavadas cinco sepulturas, reconheceu-se o que terá sido um esgoto a céu aberto, que deixou de ser usado na segunda metade do século XVII (1650-1660), momento em que foi entulhado. Inicialmente as obras não tiveram qualquer acompanhamento arqueológico, tendo o arqueólogo do museu local sido chamado apenas aquando o aparecimento das inumações. Atendendo à falta de metodologia arqueológica a datação do esgoto foi efectuada com base nos materiais exumados.

Entre diversas produções, locais e inglesas, surgiram igualmente importações europeias, espanholas, italianas e holandesas. Erradamente classificada, no seio das peças atribuídas a produções de Delft reconhecemos prato em Faiança Portuguesa decorado com o motivo das rendas e, ao centro do fundo, coração atravessado por setas. A sua presença em vitrina do museu, cuidadosamente arrumada desde a década de 80, tornou impossível o seu registo gráfico, apresentando-se apenas o registo fotográfico. As medidas foram retiradas com a peça no sítio.

As características do prato em questão colocam-no nas produções lisboetas com esmalte aderente e brilhante e pasta homogénea e compacta de tom claro. Note-se que prato com decoração muito semelhante foi recuperado em casa escavada na Rua dos Bacalheiros em Lisboa.

Catálogo

Prato (GFLM-1). Fragmentos oferecendo o fundo e porção do corpo. Teria forma subtruncocónica. O pé assenta em fundo baixo e anelar. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície interior apresenta decoração com a temática das rendas. Media 0,103 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



Prato recuperado em Greyfriars Building (Bristol) (foto Tânia Casimiro).



Prato exumado na Rua dos Bacalhoeiros (Lisboa) (foto Luís Sebastian).

MBQ05 – Quakers Friars North.

A Pre-Construct Archaeology efectuou aqui uma escavação nos jardins deste edifício do século XVII, edificado em 1656, no ano de 2005, aquando da reabilitação de área junto ao rio Avon.



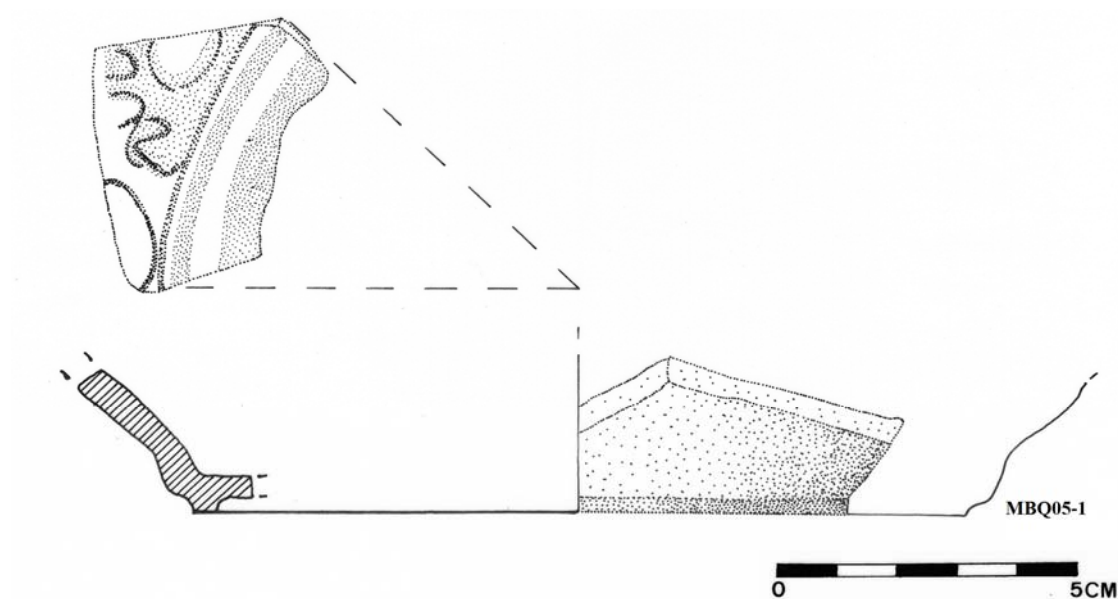
Vista da escavação em Quakers Friars (foto Pre-Construct Archaeology).

Foram identificadas diversas estruturas em madeira e pedra, conotadas com cais seiscentista, onde barcos de grande calado podiam atracar. Ainda que em utilização durante grande parte do século XVII a camada que ofereceu os fragmentos de Faiança Portuguesa pode ser datada, com base em outros achados cerâmicos, entre 1640 e 1670.

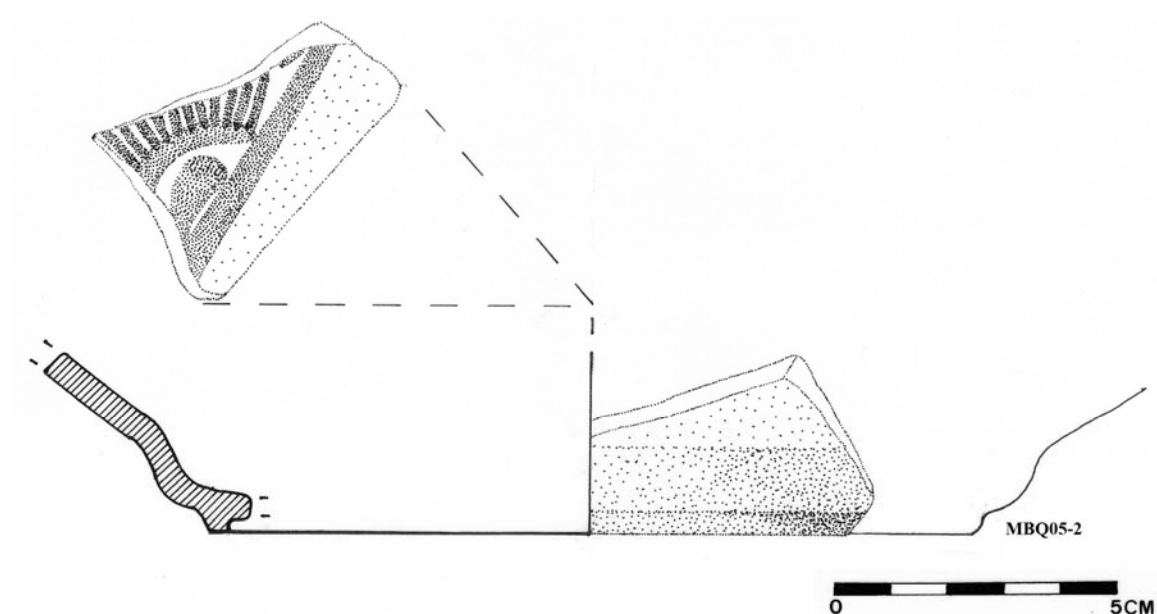
Conflitos entre a empresa de arqueologia e o dono de obra levaram a que o relatório da presente escavação não tivesse sido efectuado aquando do presente estudo, pelo que fotografias e parcas informações acerca do contexto, foram cedidas por Chris Jarret, especialista em cerâmica da Pre-Construct Archaeology.

Catálogo

Prato (MBQ05-1). Fragmento correspondendo a porção do fundo. Tinha forma subtruncocónica e fundo plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto e violeta de manganês. O interior da aba estaria decorado com faixas barrocas. Media 0,126 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.



Prato (MBQ05-2). Fragmento contendo porção do fundo. Tinha forma subtruncocônica e fundo plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor rosada (10R 6/6) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba estava decorado com o motivo das rendas. Media 0,134 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.



II.1.4. Carmarthen

ABG – Aberglasney, País de Gales.

Construída nos campos do país de Gales, a propriedade é registada na história local desde o século XIII, ocupação confirmada por numismas cunhados em 1280, recolhidos no seu jardim (Blockley e Halfpenny, 2002). O edifício propriamente dito é referido pela primeira vez em 1470 quando o bardo Lewis Glyn Cothi, viajando pelo País de Gales e pedindo hospitalidade a várias casas, refere como foi bem recebido pelo senhor Llangathen, que ali habitava. A família teve a casa em sua posse até cerca de 1600, quando Sir William Thomas a vende à família Rudd, que na altura comprou diversas propriedades na zona (Davies, 2006). O edifício foi reconstruído atendendo, às diversas informações que falam de uma nova casa e igreja. A fortuna da família estava relacionada com o seu membro mais eminente, o bispo Rudd, cuja abastança e estatuto provinham da Igreja. Morre em 1614, sendo enterrado nos jardins da casa. Sucede-lhe o seu filho, Sir Rice Rudd, que teve sucesso na corte de James I e feito barão por Carlos I em 1628, tornando-se seu favorito. Com a morte deste, a casa passa para Rice Rudd que fez algumas obras de remodelação na década de 1630, mas nesta altura a família já estava mergulhada em dívidas e a casa foi vendida em 1710 para pagamento parcial daquelas (Blockley e Halfpenny, 2002).



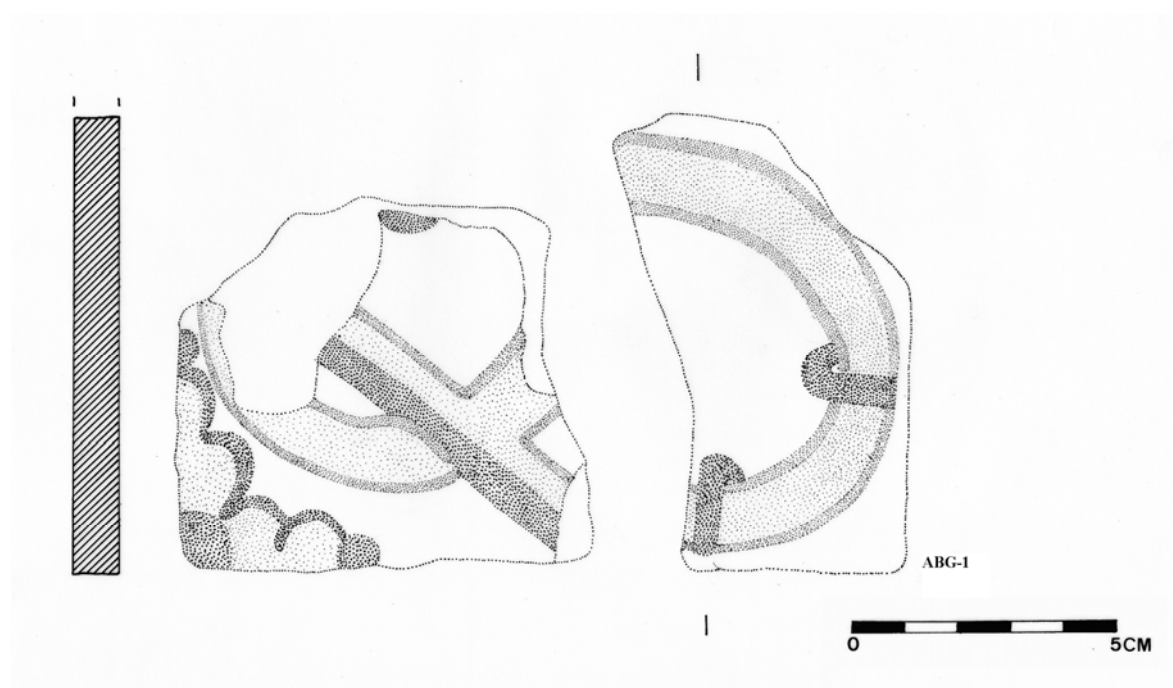
Vista geral de Aberglasney e dos seus jardins (foto Aberglasney house and gardens).

O comprador foi Robert Dyer, um eminente advogado local que, de acordo com os poemas do seu filho, John, fez obras de remodelação da casa, dando-lhe um estilo mais contemporâneo, que ainda hoje conserva. Morreu em 1720, deixando os seus bens, incluindo a propriedade ao seu filho mais velho. Mas também esta família não conseguiu aguentar os gastos que o património exigia e, em 1740, já havia partes do jardim hipotecadas.

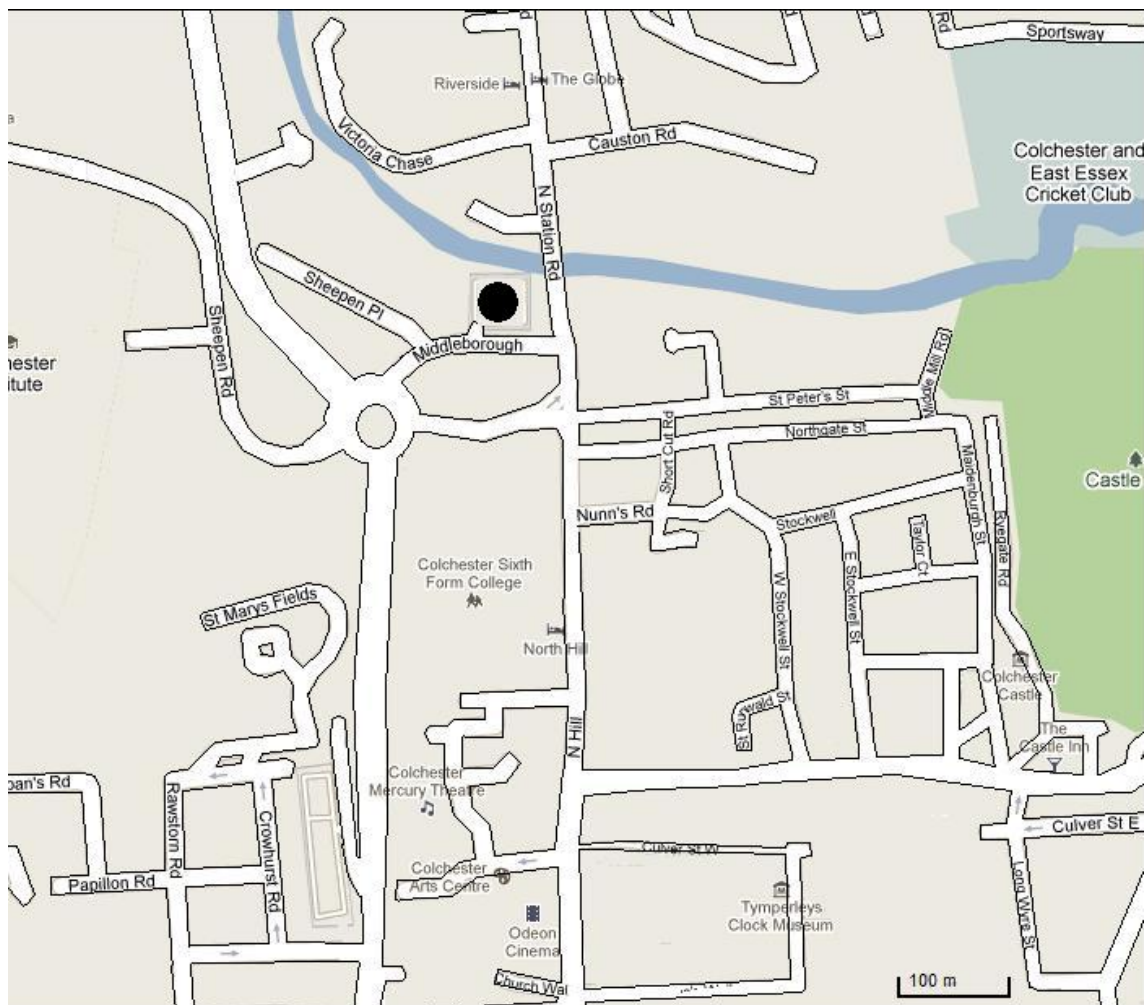
Foi o único local em Inglaterra onde azulejos portugueses foram descobertos. Aqueles foram datados, de acordo com a cronologia de Santos Simões, entre 1630 e 1650, pelo que devem ter sido colocados durante a presença de Rice Rudd. A sua descoberta avulsa nos jardins da casa não nos permite reconhecer se aqueles se encontravam a revestir paredes interiores (removidos aquando de qualquer renovação), ou elementos exteriores como paredes ou bancos de jardim, pelo que pouco podemos inferir acerca da sua utilização (Blockley e Halfpenny, 2002).

Catálogo

Azulejo (ABG-1). Fragmentos correspondendo a cerca de metade da peça. Foi produzido com pasta homogénea e pouco compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor bege clara (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, pouco aderente e pouco brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto e amarelo de antimónio. Corresponde à classificação B62 de Dos Santos Simões (1997, 186).



II.1.5. Colchester



Mapa de Colchester com a localização do arqueossítio.

Foi uma cidade de extrema importância durante a ocupação romana das Ilhas Britânicas, tendo reduzido o seu interesse político e económico durante os primeiros séculos da Idade Média. Em finais do século XI, os normandos construíram um castelo, pelo que seria um ponto estratégico na defesa do território (Ashdown-Hill, 2009). A urbe aumentava a sua dimensão, registando-se a fundação de algumas estruturas eclesiásticas tais como a abadia de St John's, em 1095, a abadia St Botolphs, em 1100, bem como um hospital para leprosos no início do século XII (Ashdown-Hill, 2009).

A sua primeira carta de direitos data de 1189, na qual se destaca a realização de uma feira de duas semanas. Em 1413 recebe nova carta, pela mesma altura que ganha o

seu brasão. Finalmente em 1635 uma nova carta de direitos permite a eleição de um mayor o que lhe confere alguma independência jurídica (Phillips, 2004).

As indústrias da lã e do couro foram as suas mais bem sucedidas produções. A pesca de ostras do rio Colne foi igualmente importante durante séculos (Phillips, 2004).

Foi assolada por diversas pestes durante a centúria de seiscentos, que se calcula terem morto cerca de metade da população. No entanto, a cidade depressa recuperou atendendo à muita quantidade de gente que gostaria de ali viver e trabalhar. Em 1642, 1500 libras foram gastas na reparação das muralhas da cidade (Phillips, 2004).

Escapou aos conflitos da primeira Guerra Civil, estando sob o controlo do Parlamento, protegido pela população. Em 1648, as tropas apoiantes do rei entram na cidade e imediatamente as hostes do Parlamento cercaram-na durante vários meses até à completa ausência de mantimentos. Muitas casas ficaram danificadas com balas de canhão. Inevitavelmente a cidade rendeu-se e foi obrigada a pagar 12,000 libras de multa por ter apoiado as forças monárquicas.

Em finais do século XVII é descrita como *“Colchester is a large town. You enter the town by a gate. There are 4 in all. There is a large street which runs a great length down to the bridge; it’s nearly a mile long. Through the middle of it runs another broad street nearly the same length in which is the Market Cross and Town Hall and a long building, like stalls, on which they lay their bays, exposed for sale. Great quantities are made here and sent in bales to London. The whole town is employed in spinning, weaving, washing, drying and dressing their bays in which they seem very industrious. The town looks a thriving place judging by the substantial houses. It has well paved streets, which are broad enough for 2 coaches to go abreast”*. Como podemos depreender destas palavras a cidade era já um vasto local de comércio nacional e internacional (Defoe, 1959).

Em 1565 a rainha Isabel I autorizou que alguns refugiados holandeses se estabelecessem na cidade, onde se dedicaram à produção de roupa e panos. Em 1575, pelo menos quinhentos colonos holandeses se haviam ali fixado. A área a norte da High Street ficou conhecida como Quarteirão Holandês. Durante este período a cidade sobressaía pela sua indústria de lã (Phillips, 2004). O tecido social era assim essencialmente composto por estrangeiros e homens de negócios, sobretudo mercadores ligados ao comércio mundial. Tal como noutras cidades também estes homens

propiciam o desenvolvimento de diversas estruturas de apoio à comunidade e, em 1678, é fundada a Winnock's Almshouses na Military Road (Phillips, 2004).



Casa de mercador do século XVII em Colchester (foto T. Casimiro).

AF15 – Middleborough.

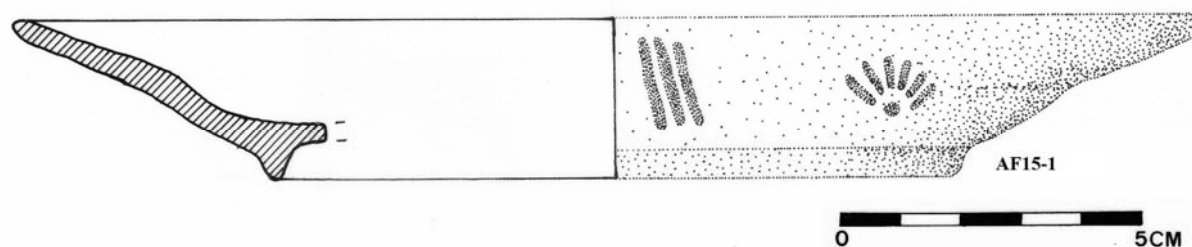
A intervenção arqueológica nesta rua foi efectuada em 1973. Foram ali identificados diversos vestígios de olarias medievais, em actividade desde o século XIII e até ao século XVI, quando a produção se desloca para a periferia da cidade. O crescimento urbano levou a que a área fosse ocupada, desde inícios do século XVII, por estruturas domésticas, cuja cultura material mostra que os seus habitantes detinham algum poder económico (Cotter, 2000).

Nas traseiras de uma destas estruturas habitacionais foi encontrada fossa séptica cujo enchimento se deve ter processado entre 1680 e 1700, datado através dos cerca de 100 cachimbos ali identificados. As peças recuperadas naquele contexto tratam-se de London Delftware e Creamware, de produção inglesa, Low Countries red wares e diversos pratos em Delftware e um único caso de Faiança Portuguesa.

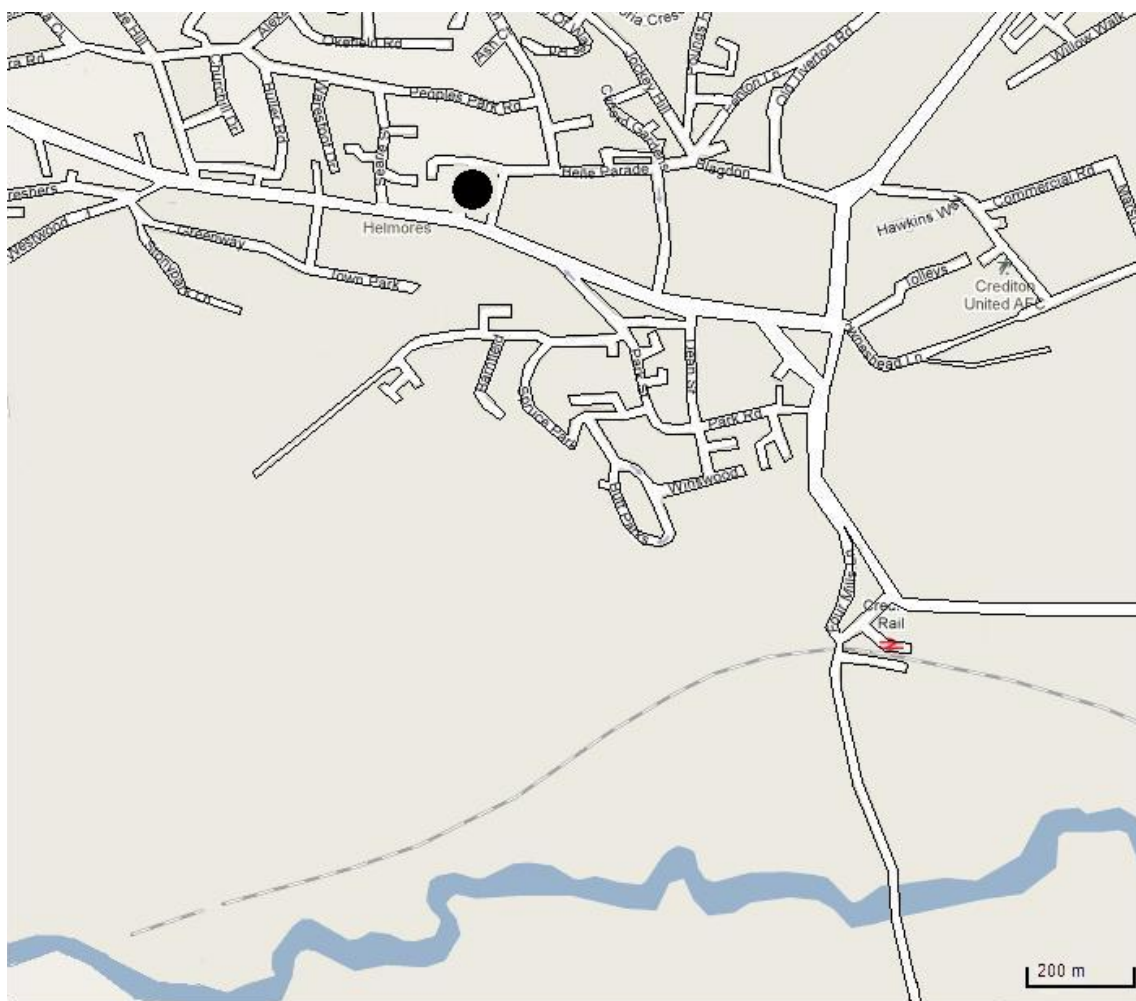
A quantidade de louça oriunda dos Países Baixos não foi considerada estranha, atendendo ao elevado número de holandeses que habitavam a cidade, a qual mantinha intensos contactos com o continente europeu.

Catálogo

Prato (AF15-1). Fragmentos correspondendo a porção do bordo, corpo e fundo. O bordo era extrovertido, com lábio de perfil semicircular. O fundo era plano, assente em pé baixo e anelar. O corpo apresenta forma subtroncocónica. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, pouco aderente e pouco brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo revela vestígios de decoração de temática vegetalista, ainda que imperceptível devido ao elevado estado de degradação do esmalte. O interior das paredes apresenta vestígios de cartela. As paredes exteriores mostram vestígios de pinceladas verticais e elemento fitomórfico. Media 0,031 m de altura, 0,190 de diâmetro no bordo, 0,108 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,004 m (des. seg. Cotter, 2000).



II.1.6.Crediton



Mapa de Crediton com a localização do arqueossítio.

A primeira indicação da presença humana neste território data de 672, com a figura de Santo Bonifácio, que ali espalhava a fé cristã. A sua importância religiosa foi tal que, em 909, foi ali estabelecida sede episcopal que, em 1050, se mudou para Exeter, a cerca de 10 km de distância (Venn, 1955). No entanto continuam aqueles terrenos a ser propriedade de diversos bispos até que, em 1595, Isabel I concede a governação da cidade a Robert Killigrew, ainda que aquele nunca ali tenha habitado (Venn, 1955).

O seu crescimento económico esteve sempre ligado a Exeter, a cidade portuária mais próxima.



Vista geral de Crediton, em inícios do século XX (seg. Venn, 1955).

O território era vasto e propício à criação de ovelhas que suportavam o comércio de lã. Contudo, a cidade não possuía grandes estruturas de apoio pois em 1644 é descrita por Richard Symons, capitão do exército do Rei como *a big lousy town ... the houses be mostly of clay, without any timber in the walls except the roof, doors and windows* (Venn, 1955, 28). Nesse mesmo ano, o rei passa pela localidade, inspeccionando o exército (Andriette, 1971).

Ainda que contendo certa importância regional, não era uma cidade ligada ao comércio internacional, não se conhecendo nenhuma família política ou economicamente importante que ali habitasse. As suas relações comerciais eram essencialmente com Exeter, cidade que comprava a maior parte da lã ali produzida.

Em 1743, um grande incêndio deflagrou tendo destruído 450 casas, a maioria das habitações, tendo a localidade sido reconstruída alguns anos depois, mantendo o mesmo aspecto rural, com casas com telhados de colmo.

CHST – 14, High Street

Era a artéria urbana mais importante durante os séculos XVI e XVII, com a presença de diversas casas. Durante a abertura de vala foi identificada lixeira que pode efectivamente ter recebido os detritos daquelas habitações. Foi utilizada durante os últimos anos de seiscentos e inícios da centúria seguinte (1680-1730), datada com base nos diversos cachimbos cerâmicos ali recuperados.



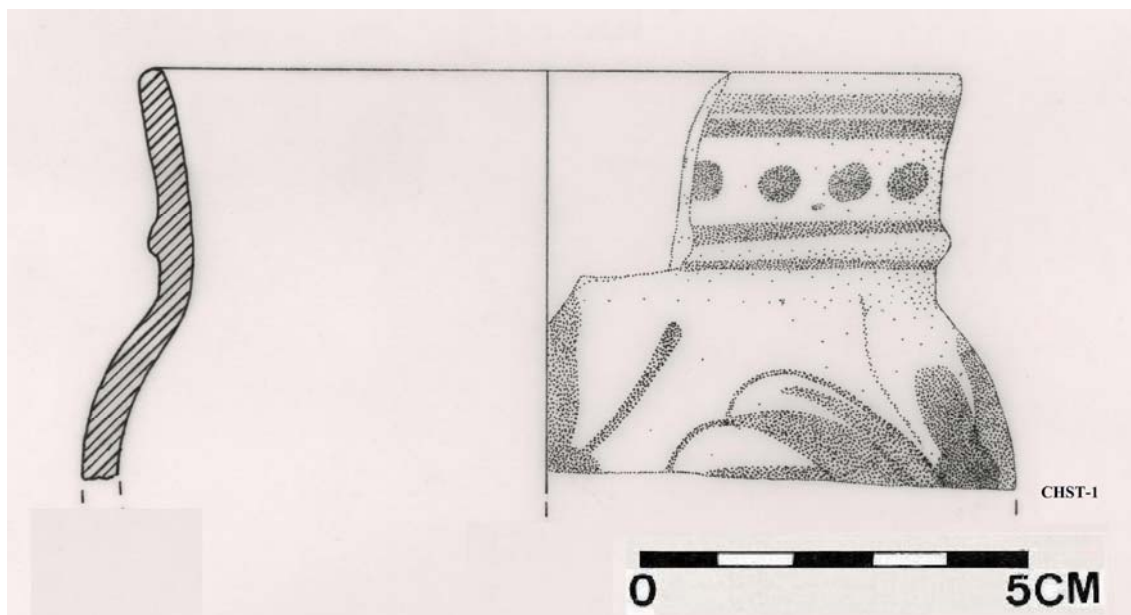
Vista da High Street, em 1896 (foto Francis Frith).

O pote ali recuperado trata-se de produção das oficinas lisboetas, conclusão retirada das suas características físicas. No entanto, o seu maior interesse prende-se com o facto de ser em tudo semelhante a forma análoga recuperada a cerca de dez quilómetros de distância na Goldsmith Street, em Exeter. Ambas peças foram certamente produzidas na mesma oficina e, possivelmente, trazidas para Inglaterra no mesmo navio, exportadas pelo mesmo mestre oleiro. Não podemos descartar a hipótese de algum comerciante de lã a ter adquirido numa loja em Exeter, trazendo-a para a sua casa, em Crediton. No entanto, o contexto arqueológico da Goldsmith Street ofereceu cronologia mais recuada o que pode demonstrar que as peças possuíam um tempo útil de vida que podia ascender até 40 anos, antes de serem descartadas.

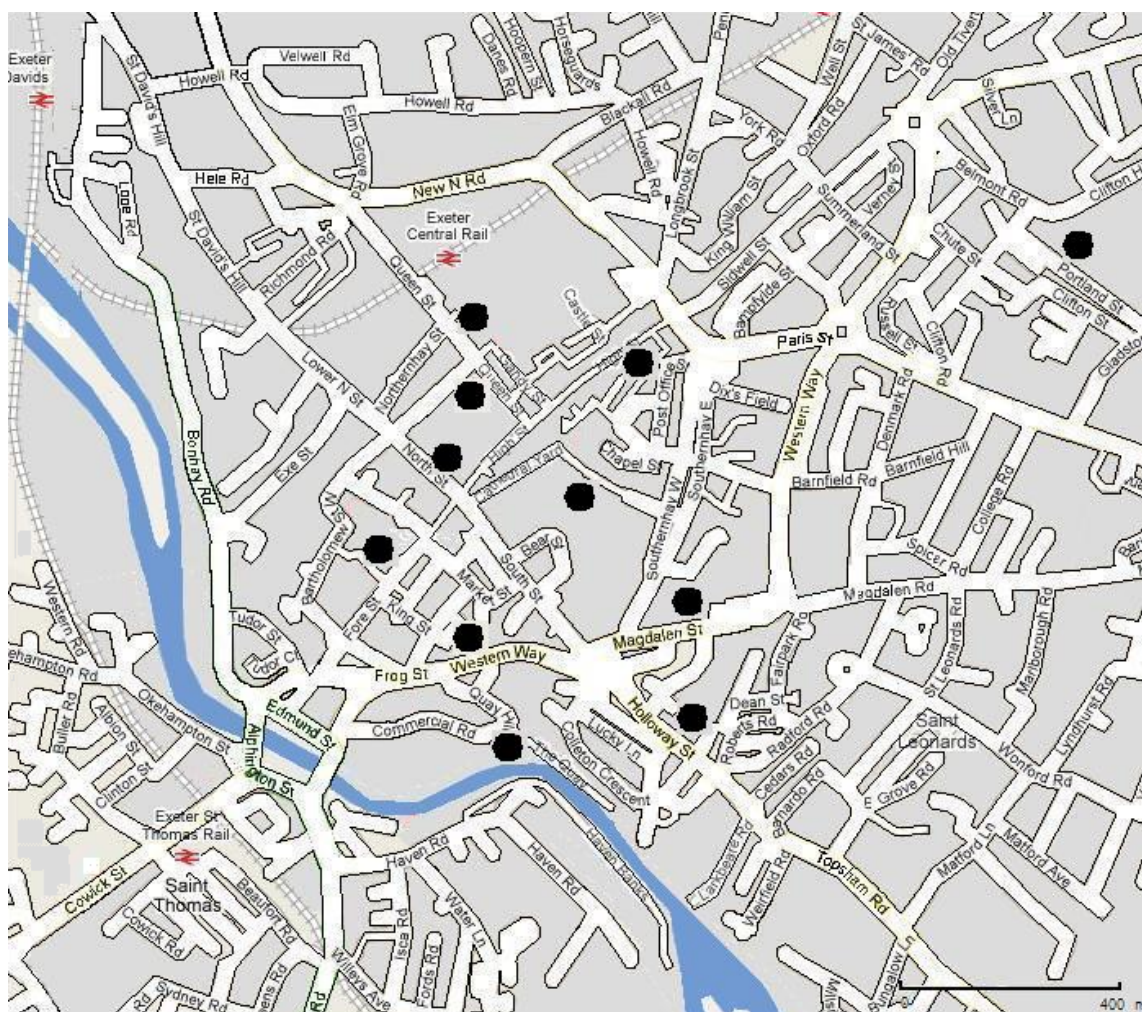
Catálogo

Pote (CHS-1). Fragmentos correspondendo a porção do bordo e do corpo. O bordo é apontado com perfil de forma semicircular e o corpo globular. Foi fabricado com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca

(10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Oferece densa decoração vegetalista com diversas folhas. Media 0,062 m de diâmetro no bordo, 0,053 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.



II.1.7. Exeter

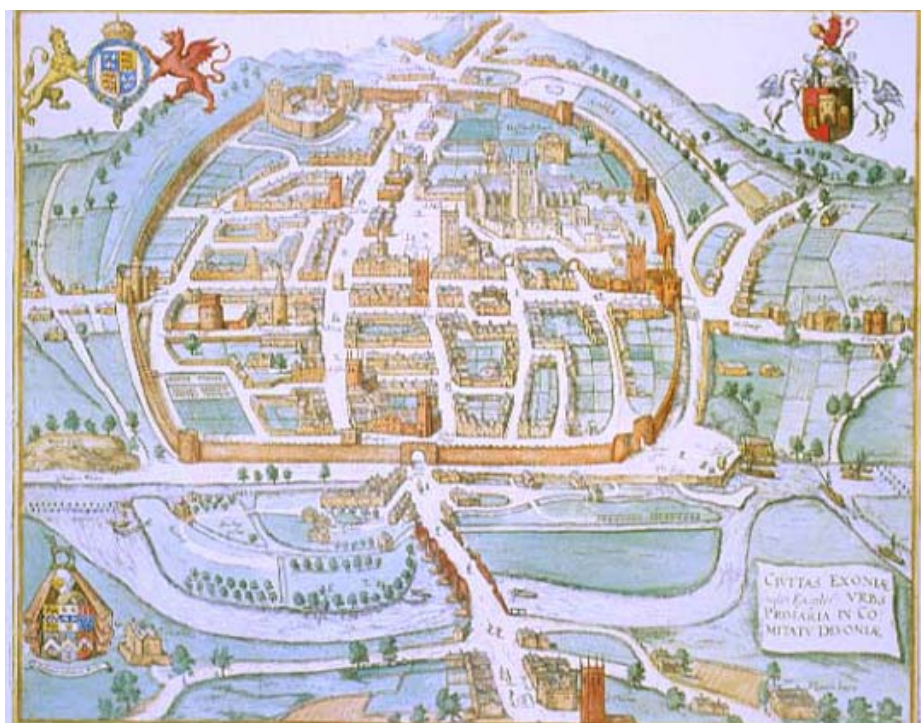


Mapa de Exeter com a localização dos arqueossítios.

A cidade de Exeter está localizada num planalto na margem Oeste do rio Exe, junto à sua confluência com o rio Creedy, a zona navegável do Exe mais a norte. A sua situação geográfica beneficiava assim de características que tornavam a cidade defensável e localizada num local onde podia tirar proveitos da situação, junto a um curso de água navegável, apostando na possibilidade das trocas comerciais. Em 1861, na primeira história escrita sobre esta cidade, George Oliver defendia que a sua localização tinha sido escolhida devido à "*fertility of the surrounding countryside*" e "*beautiful and commanding elevation [and] its rapid and navigable river*" A sua floresta circundante seria ainda ideal na recollecção e caça (Oliver, 1861, 1).

A primeira ocupação humana data da presença romana nas Ilhas Britânicas, tornando-se uma cidade próspera. No século XII, rende-se a William o Conquistador, que promete defendê-la, ali construindo o seu primeiro castelo (Oliver, 1861).

A proximidade do rio fez com que apostasse, durante séculos, no comércio regional e internacional. No entanto, em 1280, a condessa de Devon, construiu uma barragem numa zona do rio que lhe pertencia e a navegação foi impossibilitada a barcos de grande calado. Desta forma, Exeter passou a contar com o porto de Topsham, apenas a pouco mais de três quilómetros, para a exportação internacional das suas manufacturas. O benefício desta alteração ficou nas mãos da condessa que passou a cobrar direitos da utilização do novo porto (Oliver, 1861).



Mapa de Exeter, em 1580 (seg. Gray, 2000).

No entanto, em 1563, foi construído um novo canal que permitia o acesso directo de barcos a Exeter, ainda que Topsham tenha continuado como porto de referência, sobretudo no comércio com os Países Baixos e Península Ibérica. Era já nesta altura uma das três cidades mais importantes de Devon, juntamente com Plymouth e Dartmouth, chegando mesmo a igualar Southampton, mantendo contactos regulares sobretudo com o norte de França (Allan, 1994, 45).

O desenvolvimento económico observa-se não apenas nos monumentos que nos chegaram até hoje, como a grande catedral, mas também na informação de um mercado

anual que duraria três dias, bem como sete feiras ao longo do ano, demonstrando que bens oriundos de diversos países atraíam diferentes compradores. Em 1537 é-lhe dada autonomia governativa (Oliver, 1861).

O número de cerâmicas importadas, registado para os últimos momentos da Idade Média, reflecte o crescimento que a cidade assistiu. De poucas importações, exclusivamente francesas, registadas no século XIV, o século XV e inícios da centúria seguinte, mostram crescente número de importações italianas e ibéricas, mostrando que o comércio, inicialmente exclusivo com a França, se alargou à Europa do Sul. As razões deste desenvolvimento já foram abordadas por John Allan (1994), que defendeu que o desenvolvimento industrial da cidade em torno da lã e roupa, bem como a sua relação directa com as colónias norte americanas e o comércio de peixe, pode ter feito disparar o seu interesse para o sul da Europa.



Casas do século XVII, em Exeter (seg. Cossins, 2010).

Ainda em finais do século XVI, os barcos europeus chegariam à cidade carregados de vinho, azeite e açúcar, carregando lã e bacalhau, provindos da Terra Nova. Só mais tarde, no século XVII, é que os barcos ibéricos começaram a comercializar directamente com as novas colónias (Allan, 1994, 47).

Em finais do século XVI, sabe-se da fixação de alguns judeus provenientes da Península Ibérica, nomeadamente Portugal, na cidade. Podem ter chegado antes, no entanto, em 1600, o bispo da cidade queixa-se, numa das suas cartas, da crescente presença de judeus na comunidade. Estas famílias, ainda que sem grande protagonismo social até meados do século XVIII, instalaram-se em casas perto do porto da cidade, vivendo do comércio local e internacional (Roth, 1978, 149).

Em 1617, a cidade coloca no governo local personagens demasiado puritanas, controlando os costumes da população que as proibia de beber, praguejar e ter condutas menos impróprias (Oliver, 1861). Esta classe puritana era apoiante do Parlamento sendo a maioria deles mercadores. Durante a Guerra Civil começa por apoiar o Parlamento, mas é capturada pelas forças apoiantes do rei em 1643, ficando no seu poder até ao fim

da guerra e sendo uma das últimas cidades de Inglaterra a ser tomada pelas tropas do Parlamento. Com a restauração da monarquia, Carlos II beneficiou os seus apoiantes. Em Exeter um dos principais privilegiados foi Hugh Crocker, mercador influente de Exeter, que chegou a ter quinze navios ao seu serviço (Andriette, 1971).

Durante este período desenvolveu as suas capacidades económicas, sobretudo com o crescimento do comércio de lã. Este largo comércio apoiava-se no vasto território circundante, que fornecia matéria-prima. O Conde Lorenzo Magalotti, um filósofo italiano que viajou por toda a Europa, visitou a cidade em 1663, afirmando que mais de trinta mil pessoas trabalhavam em Devon na indústria da lã e que era vendida para as colónias americanas, Espanha, França e Itália (Gray, 2000, 16).

Exeter é efectivamente uma das cidades que maior número de arqueossítios ofereceu com Faiança Portuguesa. As peças apresentam excelente qualidade, inserindo-se nas produções lisboetas. Todas elas mostram excelentes atributos físicos, com esmaltes aderentes e brilhantes, sobre pastas homogénas e compactas com tonalidades claras. Estilisticamente predominam as decorações de inspiração oriental, com peças bastante delicadas, que, como podemos ver no exemplo da taça recuperada em Trichay Street, apresentavam uma delicadeza quase semelhante à porcelana chinesa. Foram exumadas peças de grandes dimensões, claramente destinadas à decoração dos ambientes domésticos, não apresentando quaisquer marcas de uso.

Os destinatários destas peças eram certamente as elites locais, atendendo que na maior parte dos contextos foram igualmente recuperadas peças oriundas de outras oficinas europeias. Contudo, ainda que a Faiança Portuguesa seja frequente, predominam nesta cidade as importações alemãs, sobretudo, os vidrados de sal. Esta importação é a mais frequente nos contextos arqueológicos, mas igualmente na documetação portuária.

TST – 316, Trichay Street

Até ao século XX, tratava-se de rua estreita e secundária ocupada por pessoas menos abastadas, ainda que muito próximo da High Steet, a via onde se localizavam as melhores lojas e habitavam gentes ligadas ao comércio nacional e internacional. Em 1349 a construção de uma casa, anexa à igreja de St. Kerrian bloqueou a artéria urbana, transformando-a num beco, o qual permaneceu até ao século XX.

A intervenção arqueológica, de emergência e não obedecendo a uma metodologia correcta, data da construção do Guildhall Shopping Centre, em 1974, que afectou enormemente aquela zona. Foram identificadas diversas estruturas habitacionais de finais da Idade Média e inícios da época Moderna. Associadas às casas foram reconhecidas diferentes fossas sépticas, dentro das quais foi identificado interessante conjunto cerâmico, oriundo dos despejos domésticos de uma delas e no qual estavam as peças em faiança. Os objectos recuperados apresentam uma discrepância cronológica de, pelo menos, cem anos, entre 1550 e 1660, pelo que é possível que aquela não tivesse sido preenchida num único momento. A ausência de estratigrafia, ou sequer plantas da escavação, não nos permite ir além do que as cerâmicas nos indicam.



Vista geral da intervenção arqueológica, em 1974 (foto Exeter Archaeology).

Foram recuperadas peças de diversas origens, sobretudo produções locais, regionais e outras importações italianas, holandesas, germânicas e ibéricas.

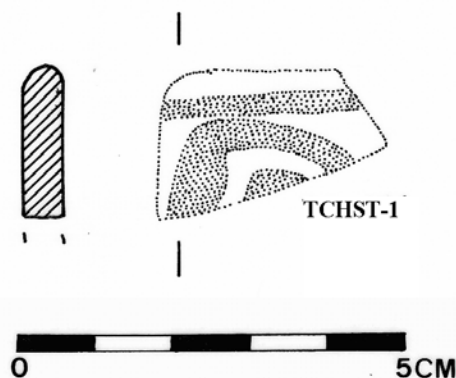
Este arqueossítio ofereceu uma das peças mais frágeis em Faiança Portuguesa recolhidas nas Ilhas Britânicas, revelando a mestria dos oleiros lisboetas na execução de peças comparáveis à porcelana chinesa.



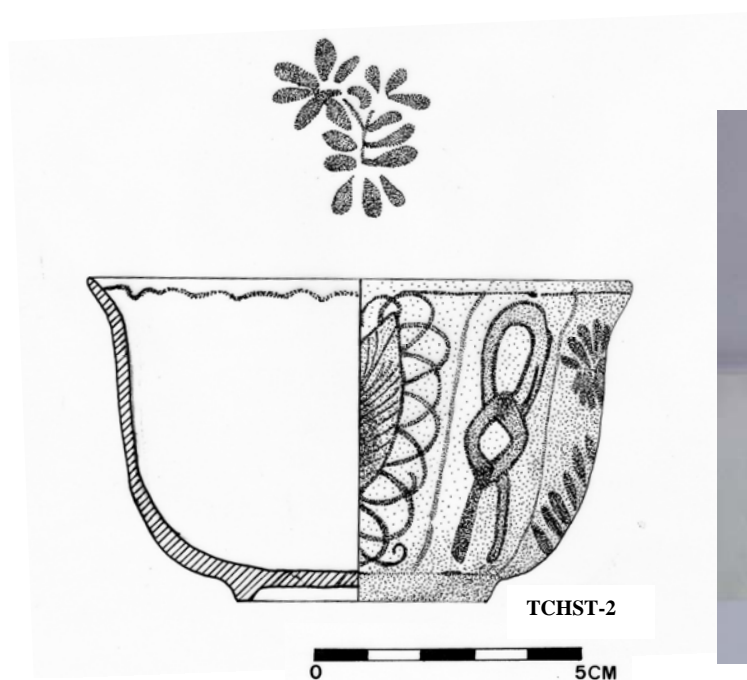
Totalidade do espólio recolhido da fossa séptica onde se recolheram as peças portuguesas (foto Exeter Archaeology).

Catálogo

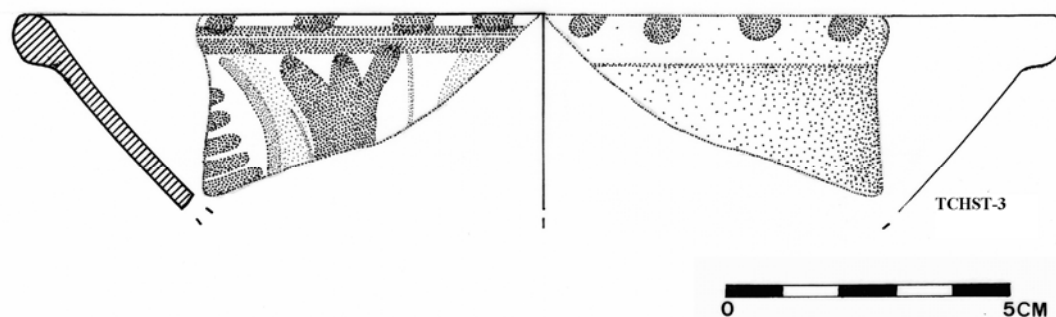
Prato (TCHST-1). Fragmento correspondendo a porção do bordo, com lábio de perfil semicircular. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por duas linhas concêntricas, paralelas. No interior observa-se restos de decoração de “aranhão”. A espessura máxima das paredes é de 0,005 m.



Taça (TCHST-2). Completa (restaurada). O bordo é extrovertido, com lábio de perfil semicircular, o fundo plano, assente em pé baixo e anelar. O corpo é hemisférico. Foi fabricada com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca, e com decoração na cor azul de cobalto. A decoração está subdividido em cartelas, onde intercalam composições com grandes folhas, ditas de “aranhões”, com outras constituídas por flor central, circular, rodeada por pétalas e com folhas junto ao caule. Entre as cartelas referidas observam-se laços. O interior do bordo encontra-se demarcado por linha ondulada. Media 0,0056 m de altura, 0,095 m de diâmetro no bordo, 0,046 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,002 m.



Taça (TCHST-3). Fragmento correspondendo a porção do bordo e das paredes. Mostra forma troncocónica, bordo espessado, com lábio de secção semicircular. Foi produzida com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por duas linhas concêntricas, paralelas. No interior desenvolve-se densa decoração, de temática vegetalista. A parte superior do bordo foi decorada por séries de traços curtos e oblíquos. Mede 0,184 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



NST – 38, North Street.

Era uma das principais ruas da cidade desde finais do século XVI seguindo na direcção da porta norte da muralha. A North Street albergou, durante os séculos XVI e XVII, diversos mercadores que se dedicavam, sobretudo ao comércio com o norte de França, mas igualmente com o Mediterrâneo. Era uma rua estreita, com apenas três metros de largura, com casas muito próximas e com dois ou três pisos.

Em 1974, obras levadas a cabo nesta rua com recurso a retroescavadores, durante a construção do Guildhall Shopping Centre, destruíram, pelo menos, duas casas do século XVI que ainda se encontravam em pé. Puseram igualmente a descoberto diversas estruturas arqueológicas cujo salvamento ou registo foi impossível, atendendo à celeridade dos trabalhos. No entanto, membros do recém fundado Exeter Archaeology Group, conseguiram recolher as peças associadas a uma fossa séptica, estruturada com pedra. Após a sua lavagem e tratamento este revelou ser um dos grupos de peças modernas mais espectacular recolhido em Devon, descartado em torno de 1680, e certamente relacionado com casa abastada, oferecendo variados exemplos de porcelana



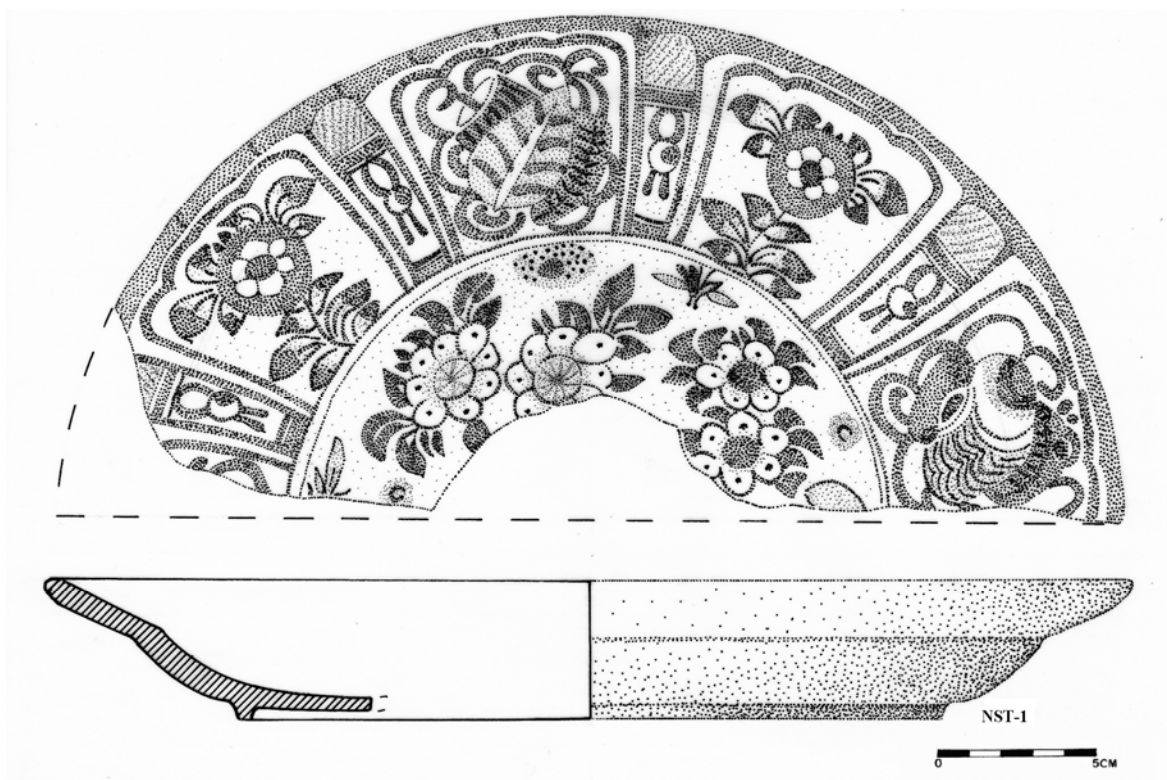
Colecção de cerâmicas e vidros recuperados da escavação da North Street em 1974 (c. 1680) (foto Exeter Archaeology).

chinesa, vidro veneziano, louça alemã, faiança holandesa e portuguesa, a par de produções locais e regionais, e diversos recipientes de produções londrinas.

As peças portuguesas recuperadas são igualmente produções lisboetas. Grande prato foi certamente uma aquisição dispendiosa, visto não ser muito comum, nem no estrangeiros, nem nos contextos nacionais, sendo excepção os arqueossítios conotados com gente abastada. A qualidade decorativa tanto deste objecto como da pequena taça recuperada, ambos ao estilo oriental, mostram que deviam pertencer às elites mercantes ali residentes. Como se pode verificar através do restante espólio exumado, trata-se de uma colecção onde predominam as peças importadas de elevado valor.

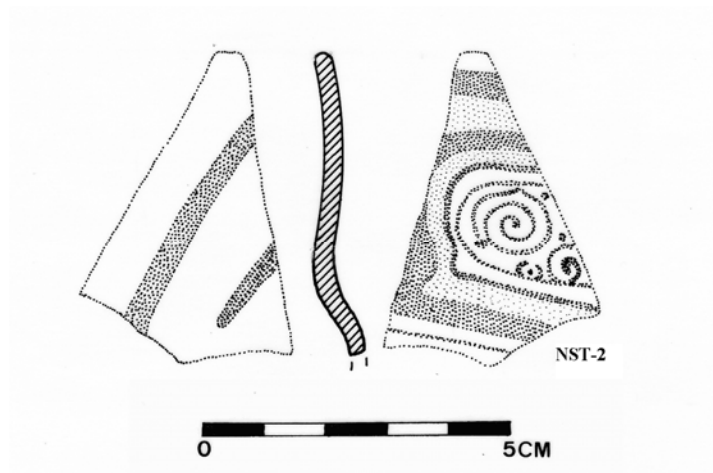
Catálogo

Prato (NST-1). Fragmentos correspondendo a porção do bordo, da aba e ao fundo. Tinha forma troncocónica com aba oblíqua. O bordo oferece secção semicircular. O fundo era plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi fabricado com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/1) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba está subdividido em cartelas, onde intercalam composições com grandes folhas, ditas de “aranhões”, com outras constituídas por flor central, circular, rodeada por pétalas e com folhas junto ao caule. Entre as cartelas referidas observam-se laços. Junto ao fundo apresenta duas linhas concêntricas que ladeiam a decoração central. O interior do fundo apresenta elementos vegetalistas sugerindo flores de diversos tamanhos, bem como elemento zoomórficos sugerindo pequenas abelhas. Mede 0,048 m de altura máxima, 0,382 m de diâmetro no bordo e 0,250 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0,007 m.

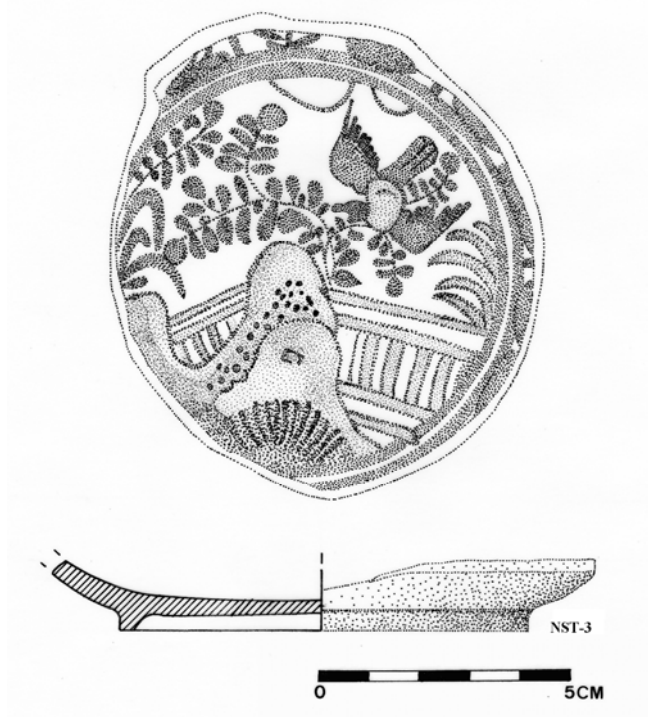


Prato (NST-2). Fragmento correspondendo a porção do bordo, com lábio de perfil semicircular. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba estaria decorado com cartelas subrectangulares dentro das quais foram

desenhadas pequenas espirais. No exterior da aba observam-se vestígios de pinceladas na cor azul de cobalto. A espessura média das paredes seria de 0,004 m.



Prato (NST-3). Fragmento correspondendo ao fundo, plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo apresenta paisagem bucólica na qual se identificam montes, cercas, plantas e representação zoomórfica sugerindo ave. No arranque das paredes observa-se vestígios de decoração vegetalista dividida em cartelas. Mede 0,081 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



QST – Queen Street.

A rua existe apenas, desde 1835. Foi aberta para albergar a nova estação do comboio, edificada em 1860, em torno da qual se construíram casas.

No local que actualmente acolhe a loja Marks & Spencer encontrou-se, em 1979, aquando da construção daquele edifício, fossa séptica associada a habitação de finais da Idade Média, na qual foi recolhido grupo de objectos datáveis entre 1610 e 1630, nomeada como Pit 314. A emergência da intervenção não permitiu uma correcta avaliação estratigráfica ou gráfica, sendo a ausência de registos denominador comum das intervenções em contextos modernos, anteriores a 1985.

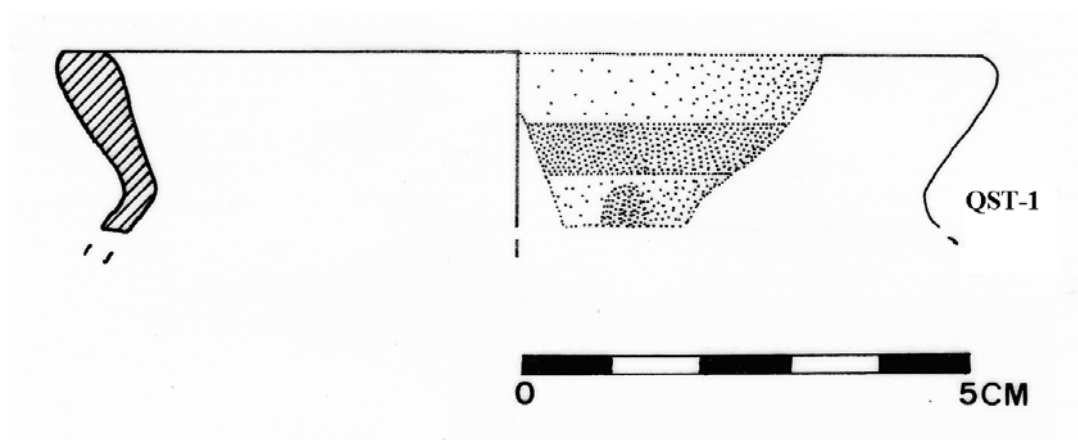
Ainda que não de uma riqueza extraordinária, predominando as peças de origem local ou nacional, dois pequenos fragmentos de pratos em Faiança Portuguesa faziam parte do conjunto, bem como o único exemplo de manga de farmácia recolhida nesta cidade. Outras importações foram alguns grés germânicos e uma taça em porcelana chinesa.



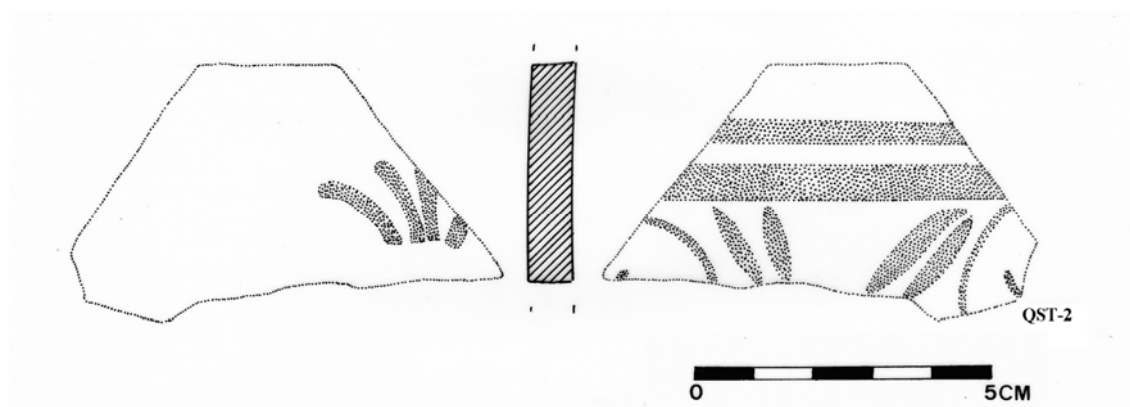
Espólio recolhido da escavação da fossa séptica da Queen Street (foto Exeter Archaeology).

Catálogo

Manga de farmácia (QST-1) Fragmento contendo porção do bordo e arranque do corpo. O bordo é extrovertido, aplanado superiormente. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Apresenta linha concêntrica abaixo do bordo e vestígios de decoração no corpo. Media 0,104 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.



Prato (QST-2). Fragmento correspondendo a porção da parede. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Apresenta vestígios de decoração vegetalista. A espessura média das paredes é de 0,006 m.



PCH – Princesshay.

A edificação de novo centro comercial e reabilitação daquela área da cidade, levou a uma grande campanha de escavações em 2005, desenvolvida pela Exeter Archaeology.

Devido às dimensões do local foram identificadas algumas estruturas associadas a edifícios religiosos, mais precisamente a um priorado dominicano que ali existiu no século XIII, mas muito destruído. Apenas a alguns metros identificou-se a capela e Almshouses de St Catherine construídas em 1467 por Canon John Stevens. Em 1539 a casa religiosa fechou e Lord John Russel, transformou-a numa casa privada, conhecida como Bedford House. Após a guerra civil a casa foi dividida em pequenos apartamentos e finalmente destruída em 1710 (Rigby, 2006).



Aspecto geral da escavação com as diversas fossas sépticas de período moderno, associadas à Bedford House (foto Graham Langman).

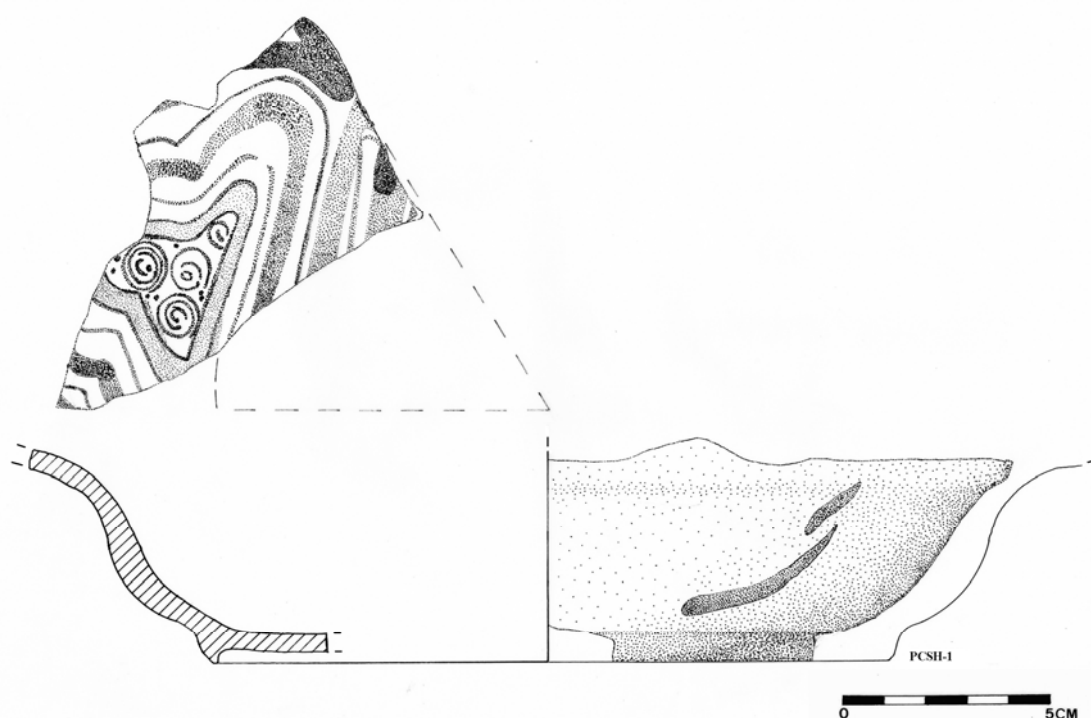
Próximo daquela habitação estava a casa de Richard Bampfylde, construída ao estilo “elizabetiano” a partir de 1590 que, devido à sua morte prematura foi acabada

pelo seu filho, tornando-se a residência da família por alguns séculos até que, em Maio de 1942 ficou completamente destruída devido aos bombardeamentos alemães.

As peças recuperadas foram identificadas no quarteirão referente à casa Bedford, em fossa séptica, cujo enchimento foi datado entre 1600 e 1630. O enchimento foi processado todo ao mesmo tempo e foram recuperados exemplares de grés germânicos, majólica italiana de Faenza, porcelana chinesa e dois fragmentos de cerâmica com reflexo metálico, das oficinas valencianas.

Catálogo

Prato (PCSH-1). Fragmento correspondendo a porção do fundo e corpo. Teria forma subtruncocónica e fundo plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por linha concêntrica. A superfície interior apresenta decoração de temática geométrica onde, inseridas em pequenas cartelas de forma subtriangular, se encontram pequenas espirais. As paredes exteriores apresentam duas pinceladas a azul de cobalto. Media 0,182 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



CTH – Customs House

A casa que albergou a Alfândega, desde 1681, ano da sua construção, é o edifício construído em tijolo mais antigo de Exeter. Está localizada num local estratégico, junto ao canal, onde chegavam as mercadorias que ali seriam revistas e taxadas antes de entrarem na cidade. Curiosamente, foi neste edifício que foram escritos os livros alfandegários que consultámos nos arquivos nacionais, em Londres, e onde efectivamente encontrámos uma referência à importação de louça portuguesa nesta cidade.



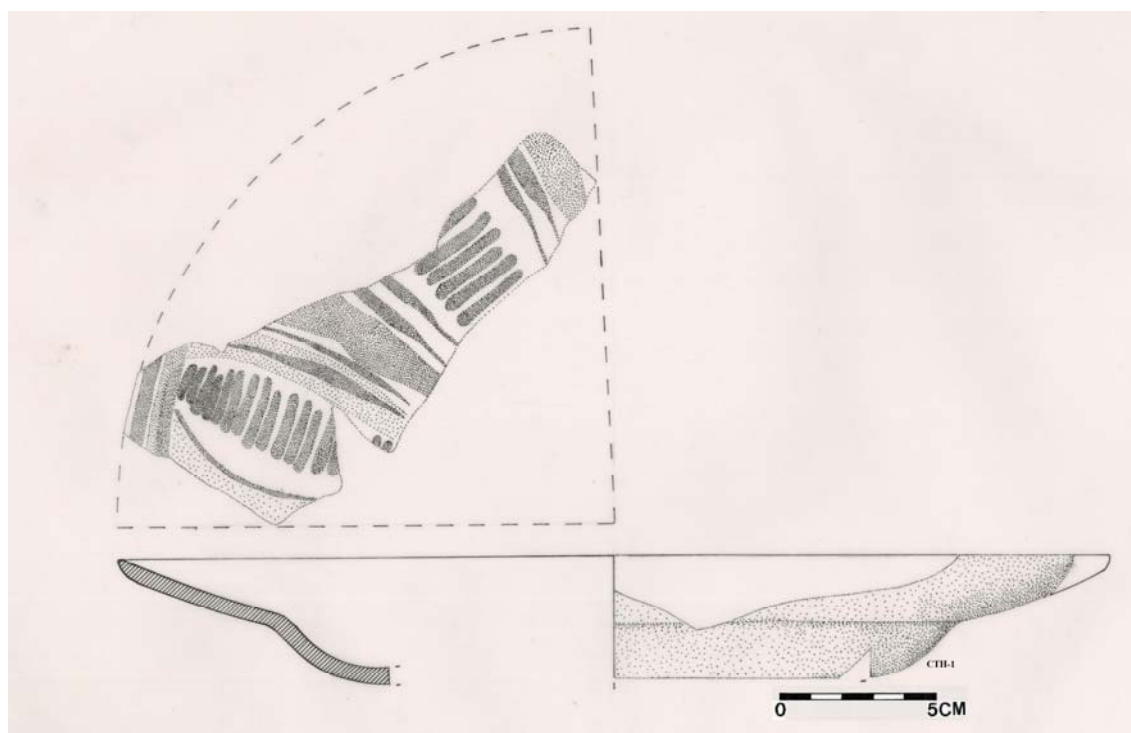
Fachada da Customs House (foto Graham Langman).

Celia Fiennes descreve-a do seguinte modo em 1698 *".... just by this key is the Custom House, an open space below with rows of pillars which they lay in goods just as its unladen out of the ships in case of wet, just by are several little rooms for Landwaiters, etc., then you ascend up a handsome pair of stairs into a large room full of desks and little partitions for the writers and accountants, its was full of books and files of paper, by it are two other rooms which are used in the same way when there is a great deal of business;"* (Fiennes, 1968)

Durante as obras de remodelação, em 2006, com o intuito de albergar a Exeter Archaeology, no único metro quadrado escavado, destinado a baixar o elevador 20 cm, foi identificado grande prato em faiança, claramente ali depositado aquando da construção da casa. Apenas mais um fragmento de North Devon Sgraffito foi igualmente recuperado.

Catálogo

Prato (CTH-1). Fragmento correspondendo a porção do bordo e corpo. Teria forma subtruncocônica e bordo de perfil semicircular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por duas linhas concêntricas. A superfície interior apresenta decoração de temática vegetalista com a presença de fetos. Media 0,350 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



MYD – Mermaid Yard

Localizava-se numa zona de grande potencial económico que em finais do século XVI começou a atrair elevado número de mercadores e comerciais que ali construíram as suas casas e desenvolveram indústrias, acompanhadas necessariamente por estalagens e pubs. Uma das mais importadas casas tratava-se da Mermaid Inn que, juntamente com a sua cervejaria, atraía centenas de pessoas.



Mermaid Yard, em 1920 (seg. Cossins, 2010).

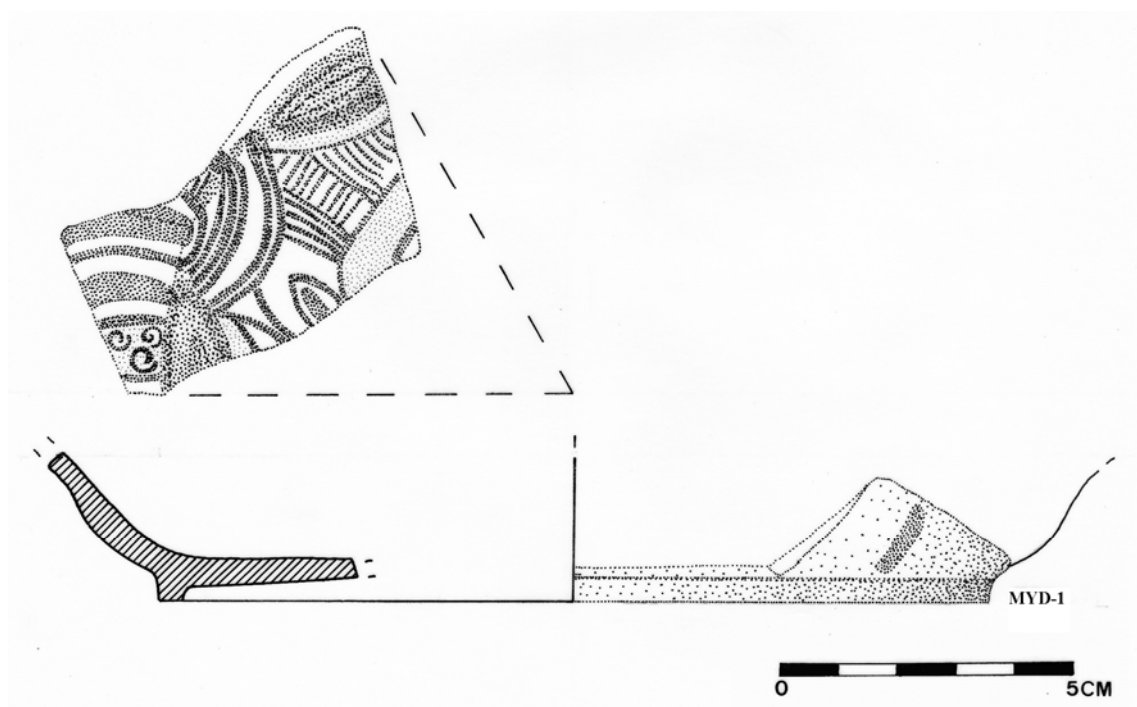
Nesta rua ainda se situava uma importante fábrica de cachimbos que laborou entre 1690 e 1710, tendo enviado grande quantidade destes bens para Espanha e Portugal, como revelam os arquivos da mesma (Allan, 1994).

A variedade dos produtos vendidos neste quarteirão, no qual se destacavam as laranjas e os limões pode apontar relações directas com Portugal, pelo que, o aparecimento de um prato em faiança, não é de estranhar (Allan, 1994).

O fragmento foi exumado durante a abertura de vala para a colocação de cabos eléctricos, não possuindo nenhuma estratigrafia ou estrutura associada. Os materiais ali recuperados revelaram uma larga diacronia, desde o período romano à actualidade.

Catálogo

Prato (MYD-1). Fragmento correspondendo a porção do fundo e do corpo. O fundo é plano, assente em pé anelar e o corpo teria forma subtroncocônica. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O fundo apresenta densa decoração vegetalista e no arranque das paredes pode observar-se pequena cartela subrectangular com pequenas espirais no seu interior. Media 0,142 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



PST – Paul Street

Antes das obras que abriram a Queen Street, no século XIX, Paul Street era uma das vias principais de Exeter, tendo sido encerrada naquela altura. Adquirindo o seu nome a partir da Igreja de St Paul, a rua era um acumulado de casas, estalagens e tavernas. O edifício religioso era o centro deste quarteirão e o centro da comunidade, tendo sido destruído em 1936. Era uma artéria urbana muito movimentada pois uma determinação do governo local, no século XVIII, refere que todas as carroças que fossem para o mercado entrassem pela Waterbeer Street e saíssem pela Paul Street (Cossins, 2010).



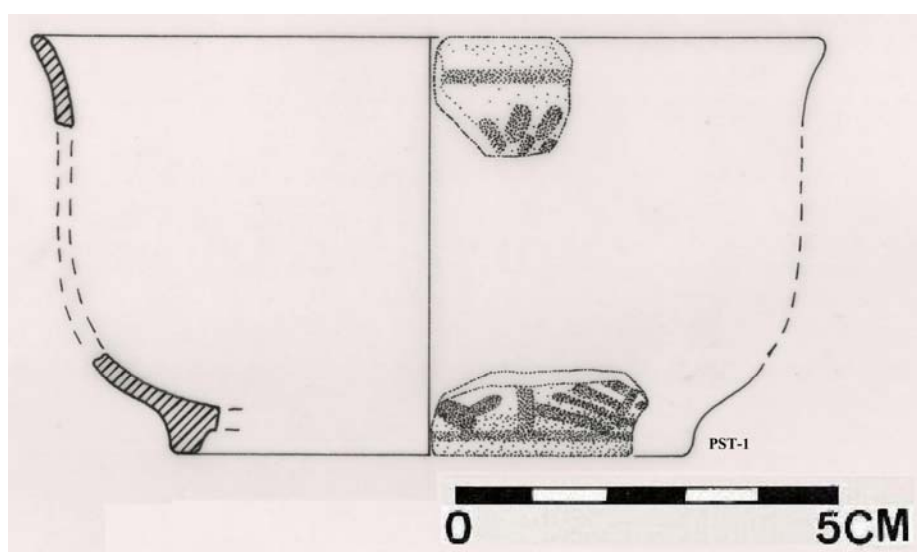
Paul Street, em 1911 (seg. Cossins, 2010).

Durante a escavação arqueológica, aquando a construção do Harlequins Shopping Centre, em 1986, foi identificada casa datada de finais do século XVI, inícios do século XVII (1575-1610), onde se reconheceram diversos tipos de cerâmica europeia e inglesa. A natureza das formas, normalmente associadas à farmacêutica, sugeriu tratar-se da casa de um boticário. A mesma parece ter sido abandonada durante alguns anos e reocupada por volta de 1620. O prato português aqui recuperado provém deste nível, onde foram recolhidas outras importações, nomeadamente Frenchen Stone Ware,

North Devon Gravel Tempered e ainda um fragmento de majólica italiana de Montelupo, datando a colecção de meados do século XVII.

Catálogo

Taça (PST-1). Fragmentos correspondendo a porção do bordo e fundo. O bordo é extrovertido, com lábio de perfil semicircular, o fundo plano, assente em pé baixo e anelar. O corpo é hemisférico. Foi fabricada com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca, e com decoração na cor azul de cobalto. A decoração estaria subdividido em cartelas, onde intercalam composições com constituídas crisântemo circular, rodeado por pétalas e com folhas junto ao caule. Entre as cartelas referidas observam-se laços. Media 0,0055 m de altura, 0,104 m de diâmetro no bordo, 0,064 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,002 m.



GSST – Goldsmith Street

Até à construção do Guildhall Shopping Centre, em 1974, esta rua ligava a High Street à Paul Street, sendo conhecida por acolher os ourives da cidade desde, pelo menos, o século XIII. Os seus moradores, gente de posses e grande reconhecimento social, foram dos poucos em Exeter que apoiaram a monarquia contra o Parlamento durante a Guerra Civil (Andriette, 1971). Uma das mais importantes construções tratava-se de pequena igreja, no topo da rua, que cruzava igualmente com a Paul Street, destruída em 1936.



Vista da igreja no topo da Goldsmith Street, em 1911 (seg. Cossins, 2010).

Durante os trabalhos arqueológicos da construção do Shopping foi aqui identificada fossa séptica, associada a estrutura habitacional que, tal como nos outros locais identificados nesta obra, foi alvo de um parco registo, tendo-se recuperado apenas os materiais. Foi ali exumado pequeno pote em Faiança Portuguesa, muito semelhante à peça recuperada em Crediton, a 10 quilómetros de distância e certamente produzido na mesma oficina. Naquele contexto foi ainda recuperado prato esmaltado, possivelmente feito em Londres, com a data de 1660, bem como alguns vidrados de sal germânicos, cuja datação recua, no máximo, até 1650.

Catálogo

Pote (GSST-1). Fragmentos correspondendo a porção do bordo, fundo e do corpo. O fundo é plano, assente em pé anelar muito baixo e o corpo teria forma globular. Apresenta arranque de asa na sua parte mesial. O bordo é apontado com perfil de forma semicircular. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Oferece densa decoração vegetalista com diversas folhas. Media 0,062 m de diâmetro no bordo, 0,053 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.



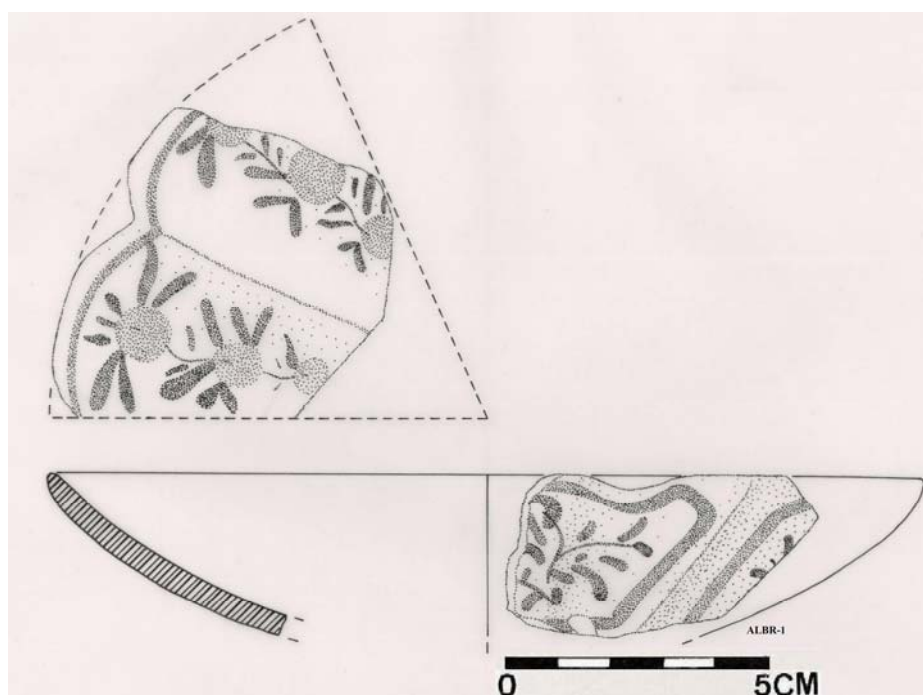
ABR – Albany Road

Localizada na margem sul do Exe era uma zona pobre da cidade, afastada dos centros de poder. As peças foram recuperadas por um habitante local durante a abertura de uma vala para a colocação de um esgoto em 1985 e dadas à Exeter Archaeology.

Estranhamente, foram aqui recolhidas diversas importações, não apenas portuguesas, mas também italianas e alemãs, o que não seria de esperar nesta área, ainda que a proximidade do rio e do porto possam de alguma forma ter influenciado a sua presença. No entanto, a sua localização, junto ao rio e afastado da zona nobre, pode sugerir que se tratava de uma das lixeiras da cidade onde seriam depositados os detritos retirados das diversas fossas sépticas urbanas.

Catálogo

Prato (ALBR-1). Fragmento correspondendo a porção do bordo e corpo. Teria forma hemisférica, ondulada e o bordo lábio de perfil semicircular.. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do corpo apresenta cartelas, no interior da qual estão representados pêssegos. As paredes exteriores apresentam decoração vegetalista. Media 0,182 m de diâmetro no bordo 0,165 m e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



HST – High Street

É possivelmente das mais antigas artérias da cidade, acreditando-se que remonta ao período romano. Foi, durante os Períodos Medieval e Moderno, a principal rua da cidade, com o desenvolvimento de diversas lojas e casas de mercadores influentes. Algumas daquelas ainda hoje se encontram de pé, ainda que muitas tenham sido destruídas no bombardeamento de 1942, levando a que mais de metade da rua fosse reconstruída a partir de 1950. A sua importância revela-se através dos seus edifícios pois ali se encontra a Guildhall, onde se desenrolavam diversas actividades políticas e económicas, a maioria desenvolvida pela classe mercantil. Era ainda o local do mercado anual onde os mais diversos produtos oriundos dos campos em redor e do comércio internacional, ali se vendiam a céu aberto (Cossins, 2010).

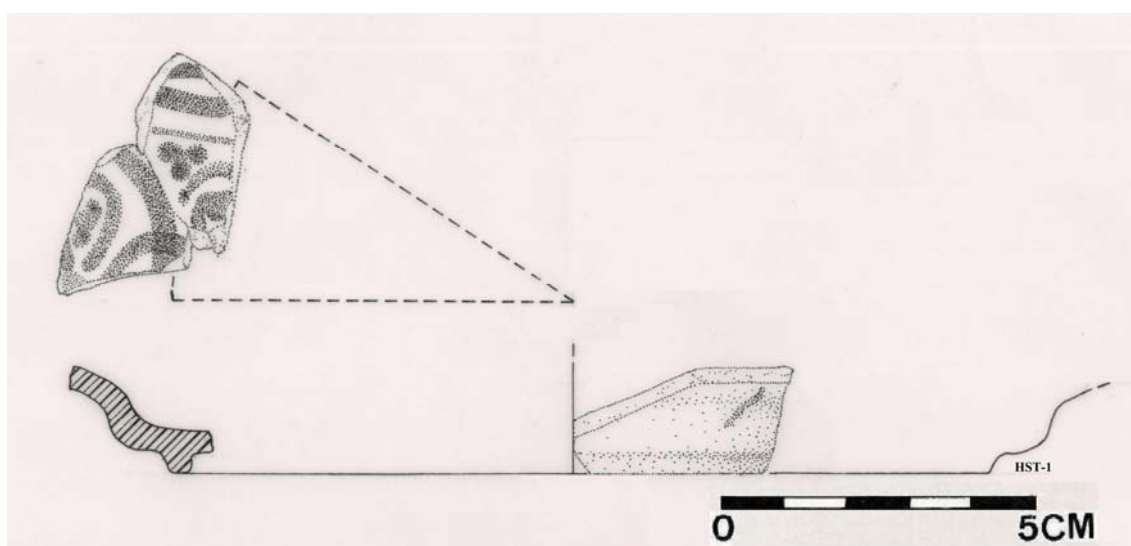


High Street, em 1925, onde se podem observar algumas casas do século XVII, bem como a Guildhall, à esquerda (seg. Cossins, 2010).

Tal como aconteceu com as peças recuperadas na Trichay Street e North Street, também estas foram exumadas em 1974, aquando da construção do Guildhall Shopping Centre, pelo que não é possível atribuir-lhes uma estratigrafia concreta ou sequer relacioná-la com outros materiais, visto que a recolha não obedeceu a uma metodologia precisa.

Catálogo

Prato (HST-1). Fragmento correspondendo a porção do fundo e do corpo. O fundo é plano, assente em pé anelar e o corpo teria forma subtroncocônica. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A decoração estaria subdividida em cartelas, onde intercalam composições com constituídas aranhão. Entre as cartelas referidas observam-se laços. Media 0,126 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



HLS – 38, Halloway Street

Evidências arqueológicas mostram que esta rua serviu como estrada militar, utilizada pelo exército romano entre Exeter e Topsahm. A sua localização fora das muralhas da cidade levou a que os seus edifícios sofressem grandes danos durante a segunda metade do século XVII, aquando dos conflitos da Guerra Civil, libertando espaço para as tropas apoiantes da monarquia estabelecerem os seus acampamentos (Cossins, 2010).

Poucos anos após o fim das hostilidades, a rua recebeu uma importante estalagem que dava apoio aos viajantes que, chegando aos portões da cidade, os encontravam fechados, sobretudo durante a noite ou períodos de pestes.

Tal como havia acontecido mil e quinhentos anos antes, nos finais do século XVII, a cidade aposta novamente neste eixo como uma das principais saídas da cidade, exportando o resultado da intensa indústria de lã para Topsham, onde seria exportada para a Europa e colónias, atendendo à parca nevegabilidade do Exe (Cossins, 2010).

O número 38 alberga a casa mais antiga daquela rua, datada do século XV, renovada no século XVII, destinada a albergar mercadores de lã que ali se juntavam para tratarem dos seus negócios. Conhecida como Larkbeare House, em 1977 a cidade conseguiu evitar a sua demolição, procedendo a obras de restauro. Durante aquelas, ainda que poucas zonas tenham sido escavadas, limitando-se ao desenterrar da canalização, foram recolhidos diversos fragmentos cerâmicos.



Representação gráfica da Larkbeare house e a sua presença no mapa de Hoghenbegh (1587) (seg. Cossins, 2010).

Foram recuperados dois pequenos fragmentos em Faiança Portuguesa cuja dimensão não nos permite inferir acerca da sua natureza formal ainda que fariam certamente parte de formas abertas apresentando decoração ao estilo oriental.

Catálogo

Prato (HLS-1). Fragmento de parede. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/1) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Apresenta vestígios de decoração vegetalista com grande folha e feto. A espessura média das paredes é de 0,004 m.



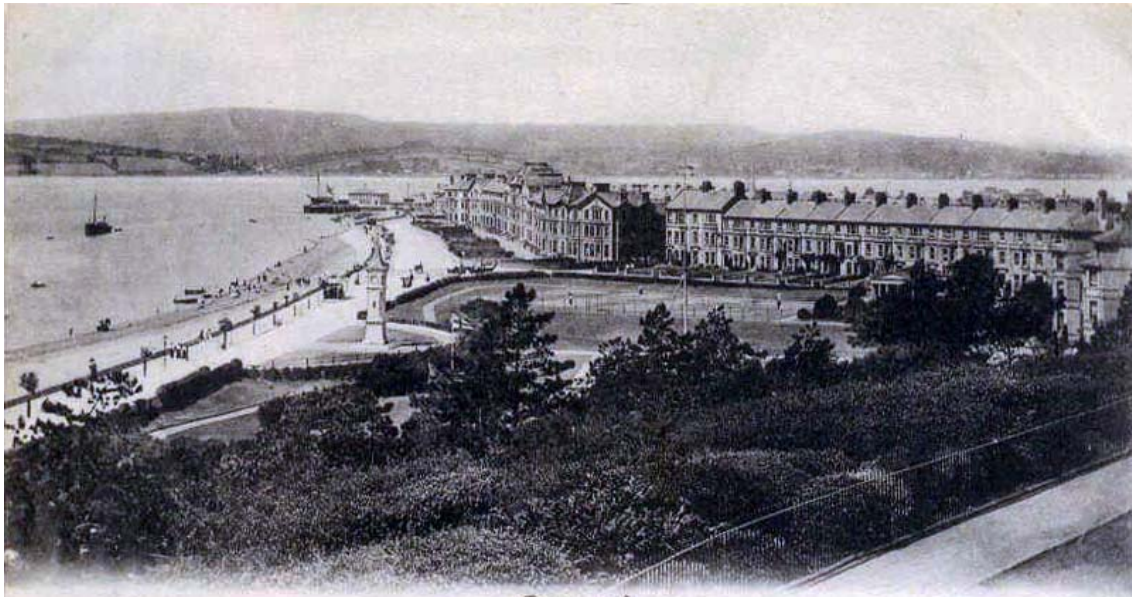
II.1.8. Exmouth



Mapa de Exmouth com a localização dos arqueossítios.

Situada na foz do Rio Exe, a cidade aproveita localização geográfica que lhe permite retirar benefícios da proximidade do curso de água que liga Topsham a Exeter, bem como a sua capacidade como porto de mar. Beneficiando destas condições, a primeira ocupação humana remonta ao Neolítico, com diversos assentamentos, continuando durante o período romano e Idade Média (Mitchell e Smith, 1992).

Todavia, só se desenvolve, enquanto centro urbano, a partir do século XIII quando, devido à fraca navegabilidade do Exe, a cidade de Exeter adquire a concessão da foz do rio, para ali estabelecer um acesso ao mar, no qual passavam os barcos que se dirigiam a Topsham e Exeter. Exmouth cresce assim em torno do porto, controlando muito do tráfego internacional daquela zona (Mitchell e Smith, 1992).



Vista de Exmouth, em inícios do século XX (Mitchell e Smith, 1992).

É uma das mais antigas cidades litorais de Devon, muito apreciada pelos habitantes de Exeter, desde finais do século XVII, que ali iam para se banharem no mar. Este interesse, enquanto zona balnear, cresce ainda mais na centúria seguinte. Muitos ingleses, impossibilitados de se dirigirem ao norte de França para aproveitarem as praias (em voga desde finais do século XVIII), estabelecem-se ali. São conhecidas as casas da família de Lord Byron e de Lord Nelson. O turismo das classes altas, favorável ao desenvolvimento da cidade, rapidamente atraiu outras gentes de classes menos elevadas, culminando na construção do caminho-de-ferro. Este novo turismo em massa rapidamente afastou as classes mais abastadas (Books, 1870).

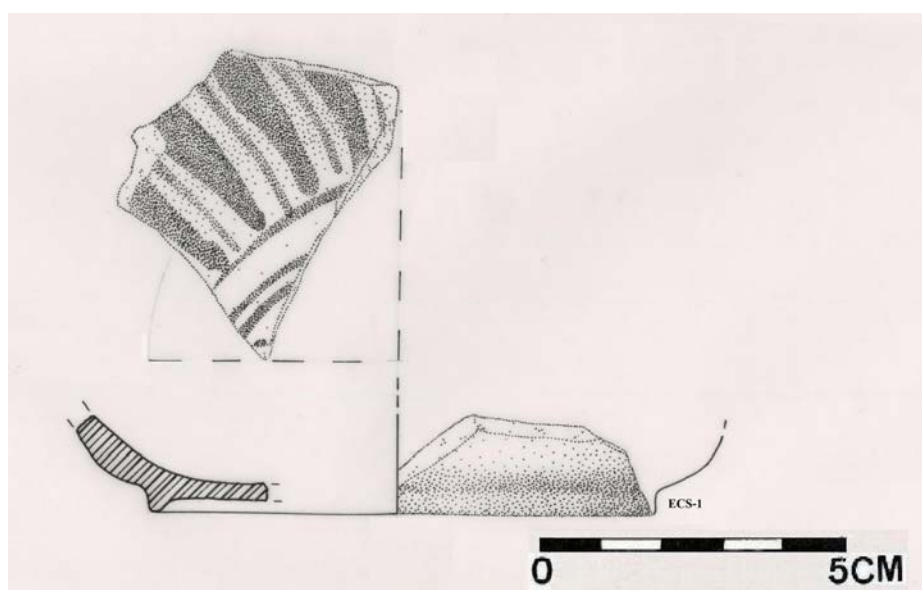
A sua importância estratégica durante os séculos XVI e XVII leva a que ali se fixem residência diversos mercadores que faziam a ligação entre as cidades interiores e a Europa e colónias americanas, pelo que não é de estranhar o aparecimento de cerâmicas importadas, com peças de excelente qualidade (Mitchell e Smith, 1992).

123, Chapel Street

Em 1984 foi remodelada habitação no número 123 daquela rua, em Exmouth. A escavação esteve a cargo da Exeter Archaeology, contudo, aquela entidade só foi chamada depois do início das obras, pelo que muitas das estruturas, sobretudo positivas, já haviam sido arrasadas. Foi identificada fossa séptica, possivelmente servindo casa que ali se encontrava, estruturada em madeira, atendendo à falta de pedra presente na terra já revolvida. No seu interior foi recolhido diminuto número de cerâmicas, datadas de meados do século XVII, onde se identificaram produções regionais como North Devon Sgraffito Ware e importações italianas de Montelupo e Faiança Portuguesa.

Catálogo

Prato (ECS-1). Fragmento correspondendo a porção do fundo e do corpo. O fundo é plano, assente em pé anelar e o corpo teria forma subtruncocónica. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O fundo apresenta duas linhas concêntricas e o arranque das paredes mostra decoração de grandes pétalas. Media 0,082 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



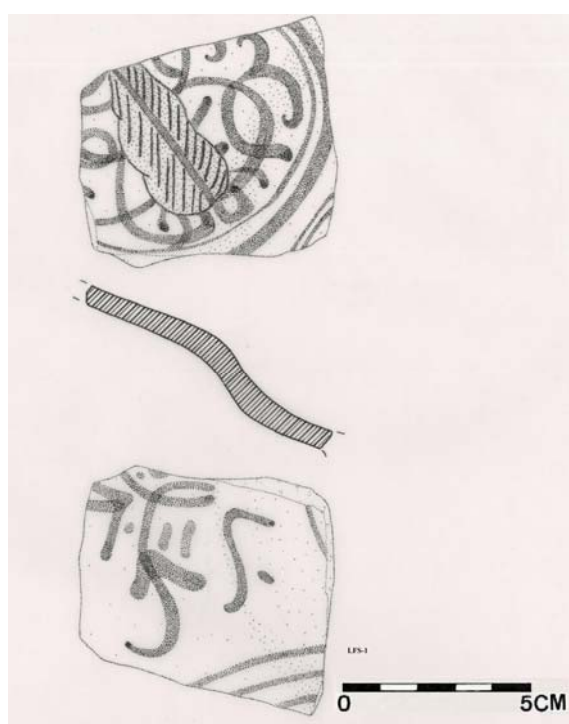
3-5- Lower Fore Street

No ano de 1976, Peter Weddel foi chamado para acompanhar de urgência as obras numa propriedade urbana em Exmouth. Quando lá chegou, a maior parte das obras já havia sido efectuada e as cerâmicas foram recolhidas dos montes de terra provocados pela escavação mecânica. De acordo com as evidências documentais, foi uma zona habitacional durante os séculos XVI e XVII, possivelmente habitada por gente com elevado poder de compra. Atendendo às características económicas daquela cidade, é provável que fossem mercadores (Weddel, 1980).

A peça portuguesa ali identificada foi retirada desses revolvimentos, não sendo possível inseri-la em qualquer cronologia, ainda que, de acordo com todas as outras peças exumadas deva pertencer a uma ocupação entre 1630 e 1660.

Catálogo

Prato (LFS-1) – Fragmento correspondendo a porção do corpo, subtruncocónico. Foi fabricado com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. No interior das paredes surge aranhão, inserido em cartela subcircular. A parede exterior apresenta decoração fitomórfica, muito estilizada. A espessura média das paredes é de 0,007 m.



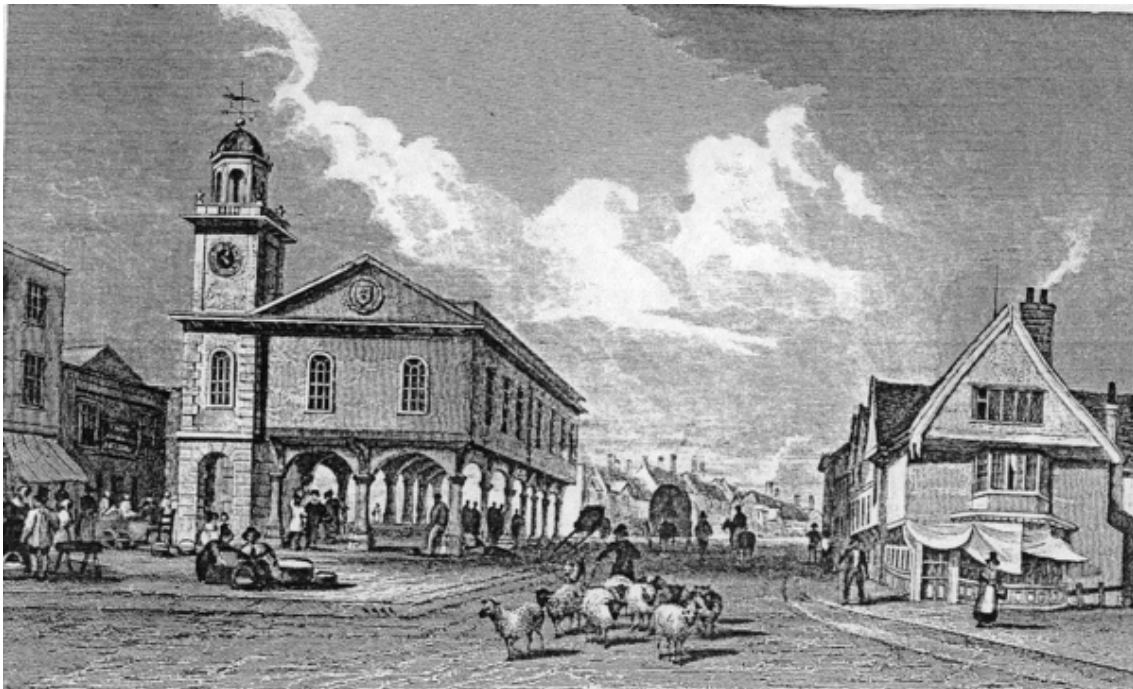
II.1.9. Faversham



Mapa de Faversham com a localização do arqueossítio.

Faversham reúne determinadas condições naturais que, desde cedo, atraíram populações humanas. A abundância de água potável, associada a um dos climas mais amenos de Inglaterra e terrenos férteis, viabilizaram a fixação humana desde a pré-história cultivando, trigo, cevada e fruta, sendo, no século XVII, o maior centro abastecedor de trigo para Londres (Wilkinson, 2006).

Um estuário natural, navegável por barcos de grande calado, permitiu que se tornasse uma zona privilegiada, com condições naturais ao desenvolvimento económico e a pouca distância do continente europeu (Wilkinson, 2006).



Faversham, em 1830 (seg. Faversham market town of kings).

Na dependência de Dover, fazia parte da congregação dos Cinco Portos que formavam tipo uma liga de defesa contra os ataques costeiros e, na qual, integrou desde o século XII. No século XVI, devido ao assoreamento do porto de Dover, substituiu aquela cidade em importância económica (Wilkinson, 2006).

Uma abadia foi ali fundada em 1148 pelo rei Stephen, o último governante normando de Inglaterra, com monges originários de Londres, da Bermondsey Abbey. O monarca está ali sepultado, com sua mulher e um dos filhos. Faversham chegou mesmo a ocupar o estatuto de capital inglesa durante um breve período de tempo (Wilkinson, 2006).

Em 1536, durante a dissolução dos mosteiros, a abadia é entregue a Sir Thomas Culpeper, tendo sido desmantelada e as suas pedras levadas para Calais, reforçando as fortalezas na defesa contra os franceses. Algumas das casas anexas à abadia foram poupadas e só destruídas em 1671. No entanto em Abbey Street ainda se podem observar algumas casas de cariz medieval.

A cidade alberga a mais antiga fábrica de cerveja de Inglaterra, a Sheperd Neame, fundada em 1698, por Richard Marsh, rentabilizando a sua intensa produção de cevada e abundância de água fresca.

Foi ali estabelecida igualmente a primeira fábrica de pólvora do mundo, ainda no século XVI, talvez motivada pela proximidade geográfica com a França, onde a Inglaterra combatia constantemente e detinha fortalezas que precisavam de ser protegidas. Aquela indústria manteve-se próspera até ao início da II Guerra Mundial, quando foi mudada para a Escócia. A sua proximidade do continente, outrora estratégica, atraía agora os bombardeiros alemães (Percival, 1985).

O seu porto, próximo do continente, permitiu que se tornasse um importante interposto comercial, especialmente desde o século XVI. Desenvolveu ainda um próspero mercado e foi a cidade inglesa que mais lã e ostras exportou durante o século XVII (Wilkinson, 2006).

O século XVII é mais um período de consolidação, depois do grande crescimento verificado na centúria anterior. No entanto, não é ausente de novas construções, sobretudo casas, tal como a habitação que se construiu em 1610 para John Trowts, um próspero mercador na Court Street, a pouco mais de 200 m do local que ofereceu o fragmento de Faiança Portuguesa. Este foi um apoiante do rei Carlos II, pelo que o rei jurou protegê-lo e propiciá-lo depois da Restauração, o que fez em 1660, com uma visita à cidade de Faversham. No entanto, aquele mercador foi um raro exemplo, pois a cidade apoiou, na sua maioria, as tropas do Parlamento (Wilkinson, 2006).

KFBR03 – Belvedere Feeds (Provender Mill).

Em 2003, a Pre-Construct Archaeology foi contratada para a realização de sondagens de diagnóstico em área destinada à construção de edifício. O local encontra-se localizado junto aos canais onde funciona o primitivo porto da localidade, bem como a sua zona comercial.

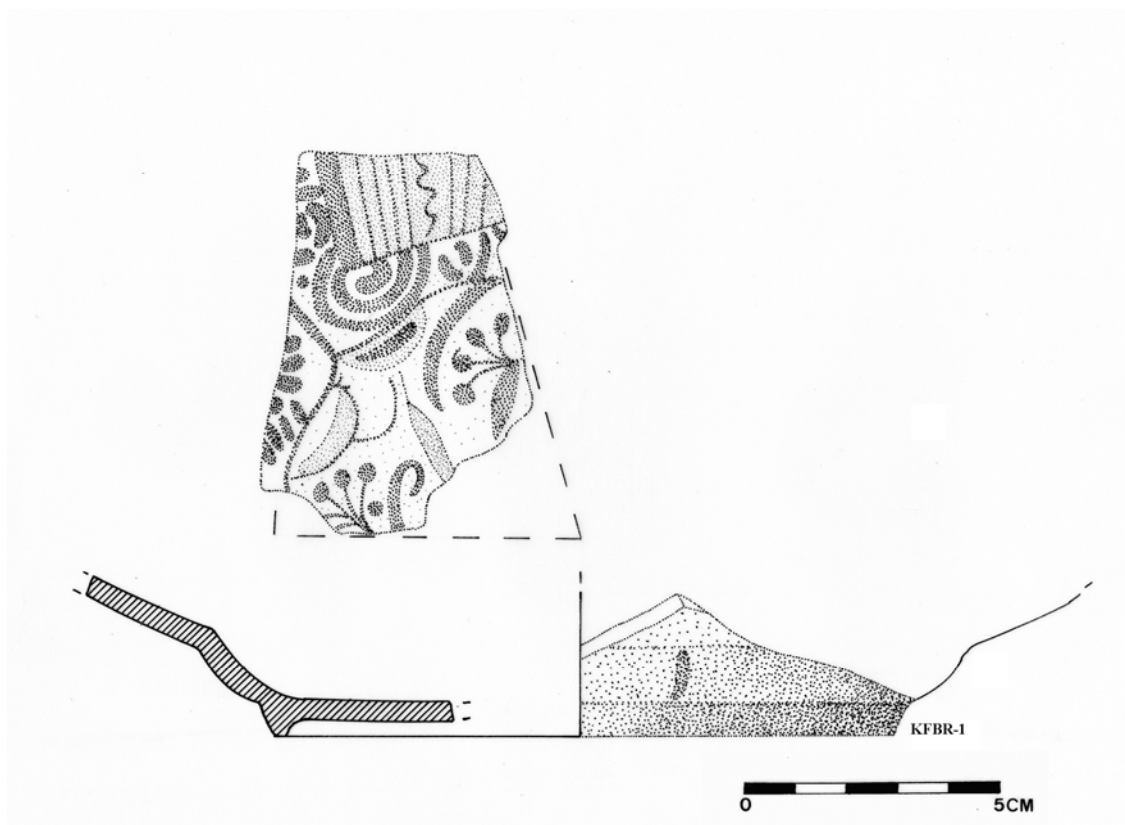
Na sondagem 3, imediatamente acima de uma camada natural de aluvião, foi identificada ocupação de inícios do século XVII. Ainda que nenhuma estrutura tenha sido identificada naquele quadrado, as outras sondagens abertas em seu torno revelaram a presença de grande edifício que funcionaria certamente como armazém de bens que chegavam diariamente ao porto daquela cidade. A unidade estratigráfica encontrava-se selada por pavimento posterior, possivelmente construído aquando obras de remodelação do edifício, na segunda metade de seiscentos. Penetrando em ambas camadas encontrava-se bolsa de material cuja origem se desconhece, mas que foi seguramente datada entre 1685 e 1705, contendo lixos domésticos. Duas das peças mais emblemáticas aqui recolhidas tratam-se de pratos com a representação de William de Orange (1694-1702), acompanhando fragmentos de louça de produção local, mas igualmente produções londrinas, grés germânicos e Faiança Portuguesa (Haslam, 2004).

Ainda que este depósito apresente datação tardia é nossa crença que o prato em questão chegou a Faversham alguns anos antes, possivelmente nos meados do século XVII. A riqueza e singularidade do espólio recolhido naquela estrutura negativa levam-nos a concluir que se tratava de gentes com elevado poder económico e com simpatias políticas pelo novo rei protestante. Possivelmente um qualquer mercador ligado ao comércio internacional e com relações com diversos países europeus.

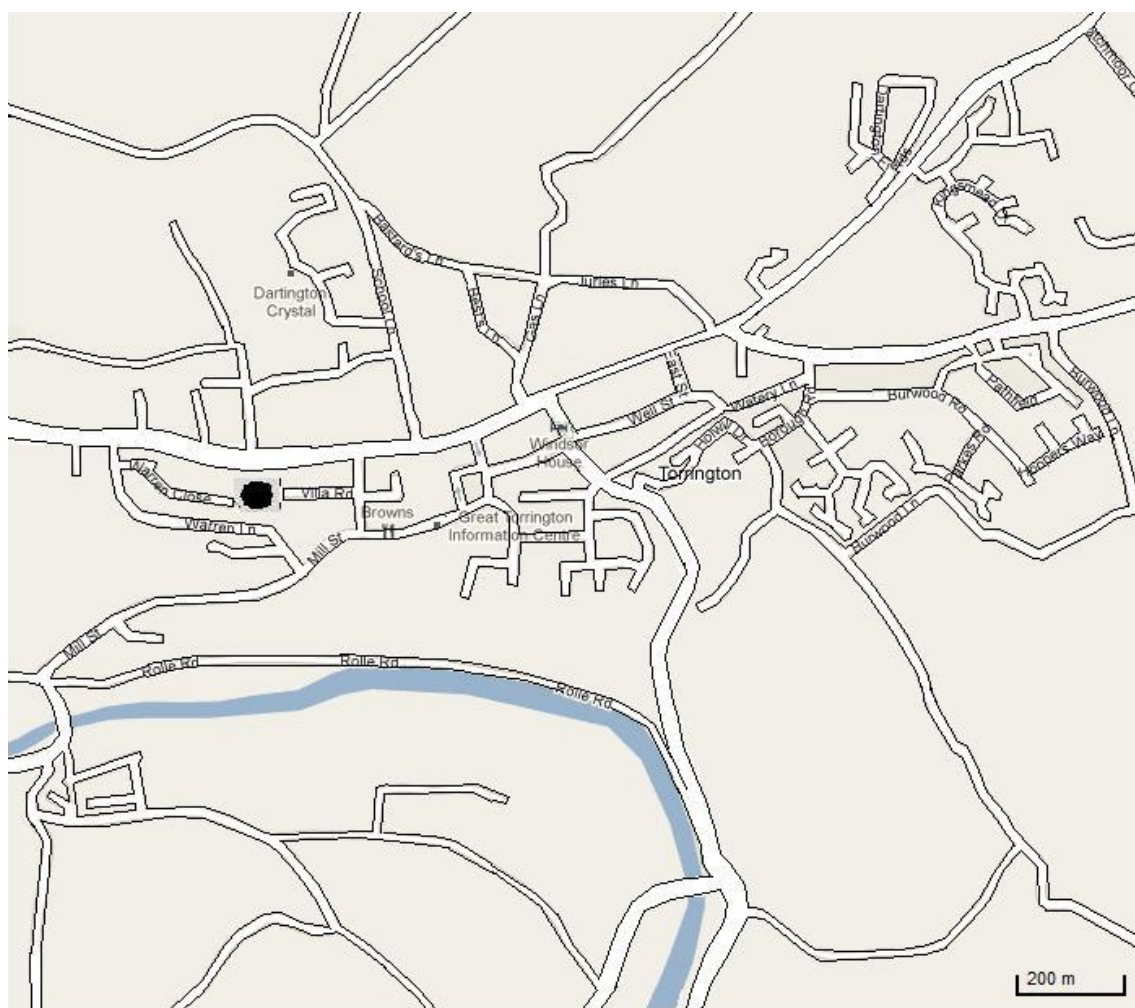
Catálogo

Prato (KFBR03-1). Fragmento correspondendo a porção do fundo e corpo. Apresentava forma subtruncocônica com aba oblíqua. O fundo seria plano, assente em pé baixo, e anelar. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O

interior do fundo revela vestígios de decoração de temática vegetalista. O interior da aba estaria subdividido em seis cartelas, onde intercalariam três composições com grandes folhas, ditas de “aranhões”, com três outras constituídas por flor central, circular, rodeada por quatro conjuntos de pétalas, dispostas radialmente. Media 0,122 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0,005 m.



II.1.10. Great Torrington



Mapa de Great Torrington com a localização do arqueossítio.

Esta pequena cidade foi desde sempre, devido à sua localização, nas margens do rio Torridge, um importante porto no interior do território. Ainda que de pequena largura, a sua profundidade permitia a navegabilidade de barcos de grande calado, considerada de extrema importância.

Localiza-se numa pequena colina concedendo-lhe naturais características de defesa. A comunidade foi criada ainda durante a ocupação dos Saxões, tendo-se desenvolvido na Idade Média. A primeira referência escrita à cidade remonta a 1086 quando é referenciada no Domesday Book, ainda que a sua dimensão fosse pequena. No século XIV foi ali construído um castelo no topo da colina e a cidade desenvolveu-se em seu redor (Alexander, 1948).



High Street, em finais do século XIX (seg. Alexander, 1948).

Teve uma enorme importância durante a Guerra Civil Inglesa. Os apoiantes do rei fixam-se na cidade em 1643. Mas, em 1646, dá-se a batalha de Torrington, que marcou o fim da resistência das tropas monárquica naquela zona do país. O exército do Parlamento, liderado por Sir Thomas Fairfax, entrou na cidade onde se encontrava Lord Hopton, líder dos apoiantes do rei, derrotando-o (Andriette, 1971). Um dos acontecimentos mais marcantes trata-se do aprisionamento das tropas de Hopton dentro da Igreja local, utilizada como paiol. Pouco tempo depois, uma violenta explosão matou mais de 300 homens. A igreja foi reconstruída em 1651. O crescimento económico da cidade decresceu nos anos a seguir ao fim da Guerra Civil, sobretudo com o abrandamento das suas relações com as colónias americanas, implementado pela família Rolle nos finais do século XVI (Andriette, 1971).

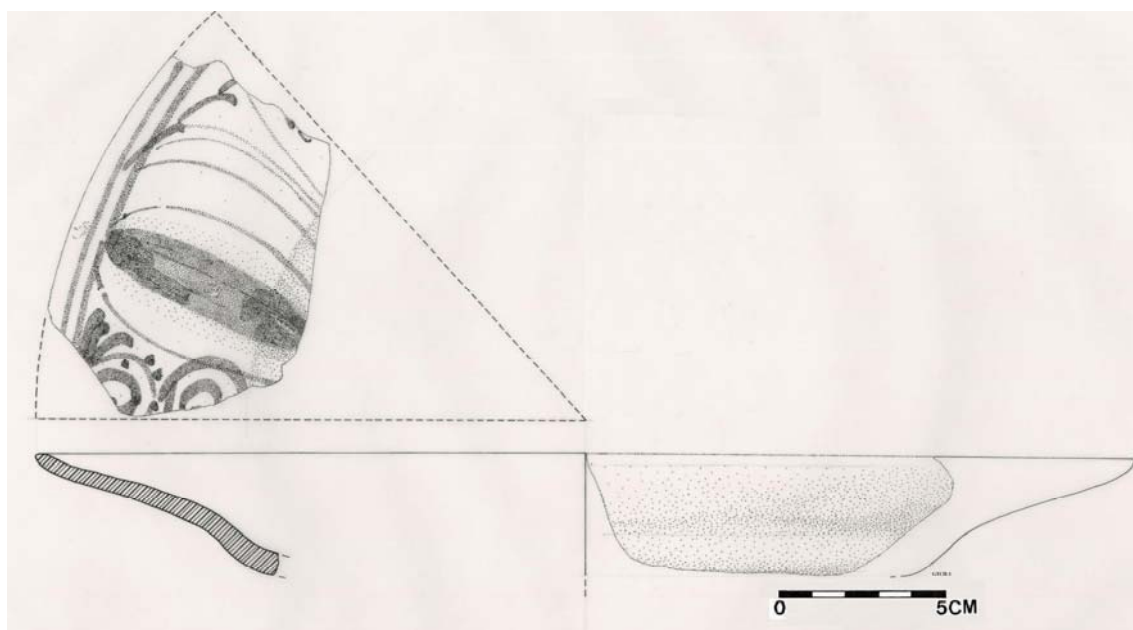
No século XII a Coroa deu à cidade vários hectares de terra comum para que a pudessem explorar. Esta terra ainda hoje existe evitando que grandes desenvolvimentos ou cadeias de produção se pudessem ali estabelecer, mantendo o seu aspecto rural (Alexander, 1948).

Castle Hill

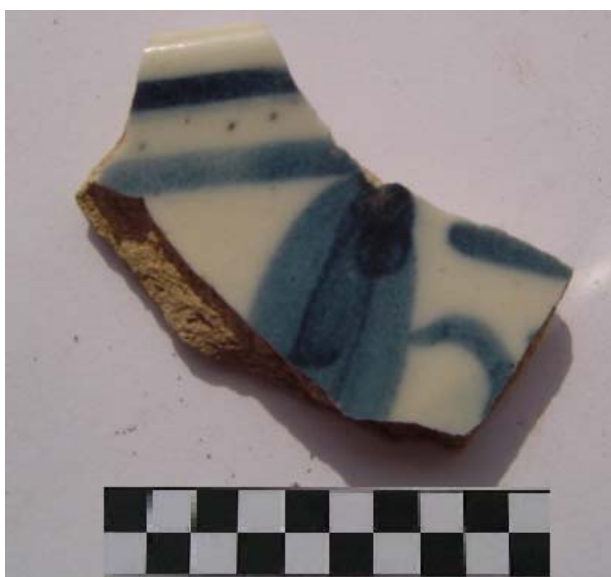
Foi efectuado pequeno acompanhamento arqueológico na colina do castelo em 2005. A abertura da vala não ofereceu nenhuma estrutura, no entanto foram recolhidos alguns fragmentos de cerâmica, de cronologia dispersa, no qual se inserem dois fragmentos de Faiança Portuguesa. Um daqueles trata-se de uma das mais espectaculares peças portuguesas recuperada nas Ilhas Britânicas. A sua enorme dimensão, associada às excepcionais qualidades físicas e estéticas, torna-o uma peça rara, claramente destinada a gente endinheirada.

Catálogo

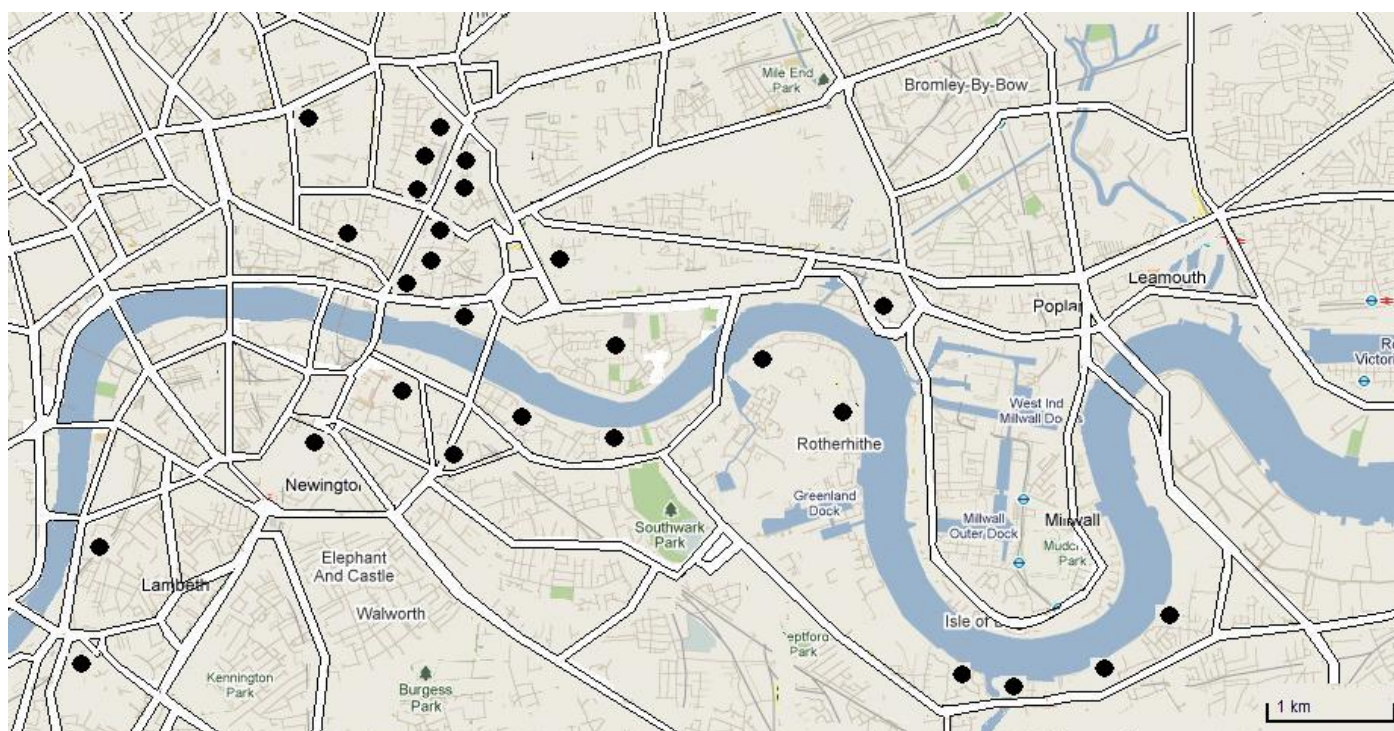
Prato (GTCH-1). Fragmento correspondendo a porção do bordo e corpo. Apresentava forma subtruncocónica com aba oblíqua e lábio com perfil semicircular. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba apresenta decoração com grandes folhas. Media 0,322 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,006 m.



Prato (GTCH-1). Fragmento correspondendo a porção do bordo e corpo. Apresentava lábio com perfil semicircular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba apresenta decoração com grandes folhas. A espessura média das paredes é de 0,005 m.



II.1.11. Londres



Mapa de Londres com a localização dos arqueossítios.

A história de Londres sempre se confundiu com a história da própria Inglaterra. Ocupada permanentemente desde a Pré-história, foi uma grande urbe muralhada no período romano, a partir do século II já a capital administrativa da ilha, substituindo Colchester (Bilings, 1994).

Após a presença romana, a cidade diminuiu em tamanho e a maior parte dos edifícios públicos romanos, ainda que não abandonados, começaram a decair. No entanto, sabe-se que os contactos com o mediterrâneo continuaram, com base nas inúmeras ânforas recolhidas na cidade em contextos do século VI. É um período obscuro, sem muitas informações (Bilings, 1994).

Os Vikings atacam a cidade no século IX, tendo sido repelidos pelo rei Alfred, que motiva um novo crescimento económico e social de Londres. A cidade cresce no século X com relatos do seu intenso comércio internacional com o continente e mediterrâneo (Ackroyd, 2001).

A conquista normanda dá-se em 1066 e Londres é imediatamente alvo de William, Duque da Normandia, que a poupa à destruição, aguardando a sua rendição. A presença normanda trouxe a construção de monumentos importantes, nomeadamente, a

Torre de Londres, Westminster Hall e a London Bridge. É o momento em que a urbe se “divide” entre o centro administrativo, em Westminster, e o económico, na City (Clout, 1999).

A cidade cresce durante a Idade Média, ganhando autonomia política e administrativa. Economicamente, comercializava com o resto do país e Europa, sobretudo com o norte do continente, tendo os mercadores e outros ofícios sido organizados em corporações e guildas. A cidade recebia grandes quantidades de lã oriunda de cidades interiores que a partir dali seriam exportadas. Em cerca de dois séculos passou de 15,000 para 80,000 habitantes, no século XIV (Bilings, 1994).

Todavia, o grande desenvolvimento urbano dá-se com a dinastia Tudor, sobretudo Henrique VIII e Isabel I, tornando-a a capital de um grande império mundial, com relações comerciais com todos os parceiros possíveis. A dissolução das ordens monásticas a partir de 1530, levada a cabo por Henrique VIII, trouxe benefícios a muitas famílias laicas inglesas, que se apropriaram dos seus bens, e mesmo edifícios, adaptando-os às suas novas casas (Pevsner, 1962). Esta extinção, associada à reforma religiosa que tornou o rei chefe da igreja anglicana, levou de algum modo a uma mudança das mentalidades, atendendo ao facto que o lucro não era condenado, pelo que a cidade se tornou um sítio privilegiado para mercadores ingleses e mesmo estrangeiros. Estes habitantes, devido ao seu elevado poder económico, construíram casas opulentas, algumas vezes rivalizando com a própria nobreza (Barret, 1998).

Com o desenvolvimento comercial, os mercadores tornam-se elementos fundamentais na sociedade da época. De facto a maior parte das escolas e Almshouses desenvolvidas, não apenas na capital, mas nas muitas cidades inglesas, foram criadas através do patrocínio da classe mercantil. Londres altera-se com o desenvolvimento do comércio internacional, sobretudo na zona ribeirinha. São criados espaços necessários à construção de navios e indústrias anexas, tais como cordame, breu ou mesmo mantimentos. Crescem armazéns destinados à guarda de produtos importados ou destinados à exportação (Porter, 2000).

A criação da Companhia das Índias Orientais marcou profundamente as características urbanas, atendendo que a zona de Deptford vai ser quase exclusivamente dedicada à sua construção de navios e armazéns (Andrews, 1985).

Em 1584 foi feito um levantamento dos portos que se dedicavam ao comércio internacional. Enquanto uns estavam abertos a todo o comércio de mercadorias, com os mais diversos países, outros dedicavam-se exclusivamente a alguns países. Os bens importados de Portugal entravam sobretudo no Youngs Quay e Bear Quay, perto de Billingsgate, onde havia armazéns que eram pertença de mercadores portugueses (Blackmore, 1994). Desde 1303 que a *Carta mercatória* permitia que todos os mercadores estrangeiros se estabelecessem em Londres e ali comercializassem. Estas posições mantiveram-se até ao Grande Incêndio pois após a catástrofe foram deslocadas para a zona de Limehouse (Blackmore, 1994).

Com a morte de Isabel I, em 1603, e o início da dinastia Stuart, a cidade continua a crescer, sobretudo, devido às relações internacionais crescentes com a Europa, Oriente e colónias americanas. Ultrapassa pela primeira vez as suas muralhas, ainda que os arrabaldes sejam ocupados por gentes de menos posses. De destacar durante o reinado de James I, a construção de um canal que transportava água limpa para a cidade, facilitando o seu crescimento (Inwood, 1998). Em 1605, um grupo de católicos ingleses tentou matar James I e rebentar com o edifício do Parlamento, mas a conspiração, conhecida como Gunpowder Plot foi descoberta e os seus intervenientes condenados à morte (Fraser, 2005).

Durante a Guerra Civil a cidade, como seria de esperar atendendo ao envolvimento dos mercadores na política urbana e contra as medidas de Carlos I, que basicamente apoiavam exclusivamente as classes nobres, apoiaram o Parlamento. A nível económico uma das mais importantes medidas de Cromwell passou pela permissão de judeus na cidade, que haviam sido banidos no século XIII. Havia uma comunidade de judeus oriundos de Portugal e Espanha que ali se havia fixado, poucos anos antes da Guerra Civil, e Cromwell apoiou os seus negócios tornando, Abraham Israel Carvalhal, de origem portuguesa, líder oficial deste grupo (Samuel, 1958).

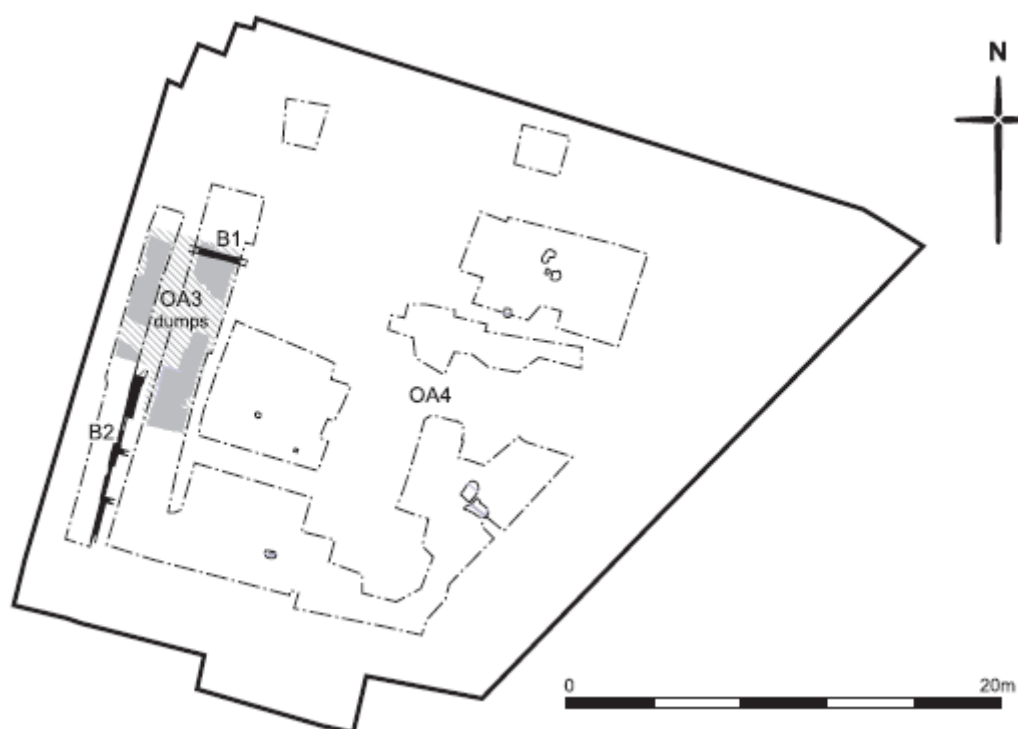


Panorama da cidade de Londres, em 1606, por Claes Jansz Visscher (seg. Barret, 1998).

A cidade assiste a duas catástrofes na década de 60. A primeira tratou-se de um dos maiores surtos de peste de sempre que, Samuel Pepys, membro do Parlamento, relatou no seu diário, mencionando a morte de 8000 habitantes por semana. Em 1666 deflagrou o Grande Incêndio, destruindo cerca de 60% da cidade. A reconstrução tornou-a bastante diferente, sobretudo porque se até ali maior parte dos edifícios eram em madeira, exceptuando as casas dos habitantes mais ricos, surgiu a necessidade de os tornar mais resistentes. Com o Rebuilding London Act de 1666, determina-se que as casas tinham de ser construídas em tijolo: *building with brick [is] not only more comely and durable, but also more safe against future perils of fire*. A cidade recupera rapidamente e poucos anos depois torna-se a capital financeira do mundo, ultrapassando Amsterdão que, nos inícios do século XVI ocupava essa posição (Hanson, 2002).

Londres desenvolve toda uma vida através do crescimento do porto, expandido o número e género de actividades relacionadas com o comércio ultramarino e com a construção de barcos. Mercadores, marinheiros, serventes, descarregadores, carpinteiros, ferreiros, serralheiros, fabricantes de cordas e de velas, bem como da indústria da alimentação levada a bordo, surgem a pouca distância do rio e deixaram a sua marca no registo arqueológico. Desenvolvem-se bairros onde esta população tinha tendência a reunir-se, levando a distinções sociais entre as diversas áreas da cidade, e mesmo, entre os quarteirões. A escavação de Narrow Street (NHU99), presente neste trabalho, revela essa tendência para a congregação das actividades, embora, neste exemplo, se tratassem de piratas e corsários, no fundo, gentes relacionadas com o comércio internacional e com o desenvolvimento de Inglaterra como uma potência marítima (Killock *et al*, 2006).

ABK00 – Queensborough House, 19 Albert Embankment, Lambeth, SE11.



Planta da escavação em Queensborough House (seg. Tyler, 2004).

Cinco campanhas arqueológicas foram realizadas nesta zona da cidade, nomeadamente em 1978, 1980, 1987, 1988 e 2000, visto ter estado aqui prevista a construção de um hotel desde 1975, que iria afectar por completo o subsolo. As primeiras duas intervenções foram executadas em pontos estratégicos do terreno, identificando a presença de olarias e fornos de louça medievais, cuja utilização foi datada entre 1480 e 1620 (Tyler, 2004). Este complexo industrial, progressivamente abandonado na década de 20 do século XVII, encontrava-se sobreposto por edifícios datados entre 1620 e 1720 que funcionaram como estruturas de apoio de novas unidades de produção oleira, alterados e aumentados a partir daquela data, como unidades de apoio da produção de *delftware*. Em 1987 uma equipa do Museu de Londres decide intervir no número 19 da Albert Embankment, atendendo que este edifício havia sido representado no mapa de Londres, desenhado por John Rocque em 1746, como uma fábrica de louça esmaltada. A escavação do local, embora não identificando nenhum forno, ofereceu grandes quantidades de despejos industriais de louça quebrada, atribuível às primeiras décadas do século XVII, perdurando até ao século XIX. A escavação daquele mesmo local continuou em 1988 onde, em níveis superiores, foi

identificado forno de garrafas de grés, atribuível ao século XIX. Só passados 12 anos é que a equipa de arqueologia do Museu voltou ao local para terminar a escavação, visto que nos anos transactos haviam escavado o centro do edifício, ignorando os cantos do mesmo. Nesta intervenção foram recolhidas muitas peças em chacota e vidradas, mas com diversos acidentes de cozedura, oferecendo formas como pratos, taças, garrafas e chávenas, cuja decoração era maioritariamente de inspiração Ming. Entre os despejos foram ainda recolhidas diversas caixas ou casetas e grande percentagem de trempes e cravilhos.

Crê-se que a origem destes produtos tenha sido maioritariamente a Lambeth High Street House, fábrica de louça esmaltada, seguindo as mesmas técnicas da Faiança Portuguesa, que operava nas proximidades, a cerca de 50 metros, e que se sabe ter recorrido às áreas em seu redor para despejar os resultados de más produções. O período de funcionamento desta unidade ocorreu entre 1732-1786 e 1789-1793. Posteriormente foram construídas casas, ocupadas durante o século XIX.

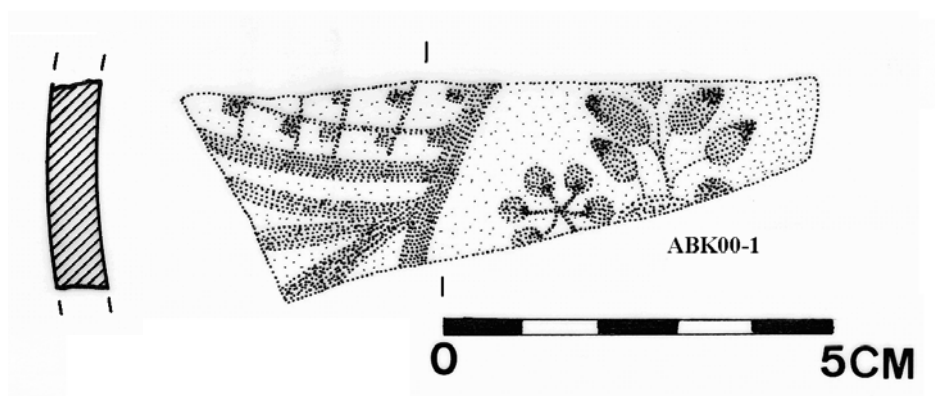


Fotografia da EU 90 onde foi recuperada a peça em Faiança Portuguesa, junto a restos de produção (seg.Tyler, 2004).

Na EU 90, cronologicamente localizada entre 1732 e 1740, ou seja, os primeiros anos de laboração da fábrica, foi identificada pequena taça em Faiança Portuguesa. O estilo e decoração da mesma sugerem uma datação mais recuada, inserida no período 1630 a 1660. O seu aparecimento num contexto tão tardio como este, pode de facto ter várias explicações. A justificação mais lógica é que, tratando-se de uma zona de despejos, podia ter vindo de um qualquer ambiente doméstico e ali descartada na primeira metade do século XVIII. Contudo, a explicação mais correcta assenta na teoria que peças importadas seriam utilizadas pelos oleiros como modelos para as suas produções. As fábricas londrinas de cerâmica esmaltada produziram ainda nestes anos, peças de inspiração chinesa, como era o presente caso, pelo que uma taça com a delicadeza e características da aqui recolhida pode perfeitamente ter sido utilizada como fonte de inspiração.

Catálogo

Taça (ABK00-1). Fragmento correspondendo a porção de parede. Esta apresentaria forma hemisférica. Foi produzida com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície externa apresenta decoração com temática floral e geométrica. A espessura média das paredes é de 0,005 m.



BA84 – Bermondsey Abbey, Abbey Street, Long Walk, SE1.

O local foi intensamente ocupado e edificado desde o século VIII, ainda que as informações seja muito parcas. Só a partir do século XI é que surgem notícias de um novo mosteiro na área, fundado em 1082, com consentimento real e papal, que recebia alguns privilégios da cidade. Estava sob a dependência directa da Ordem de Cluny, a quem respondia, pelo menos até 1390, altura em que se torna independente e se liga à Igreja de Inglaterra, adoptando as regras da ordem beneditina. Até meados do século XV, há notícias de contactos entre este mosteiro e as mulheres da família real, pelo que era um local de intensa actividade religiosa (Stenton, 1970). Os seus compartimentos foram identificados durante a intervenção arqueológica que aqui decorreu entre 1984 e 1988 e em 2006.



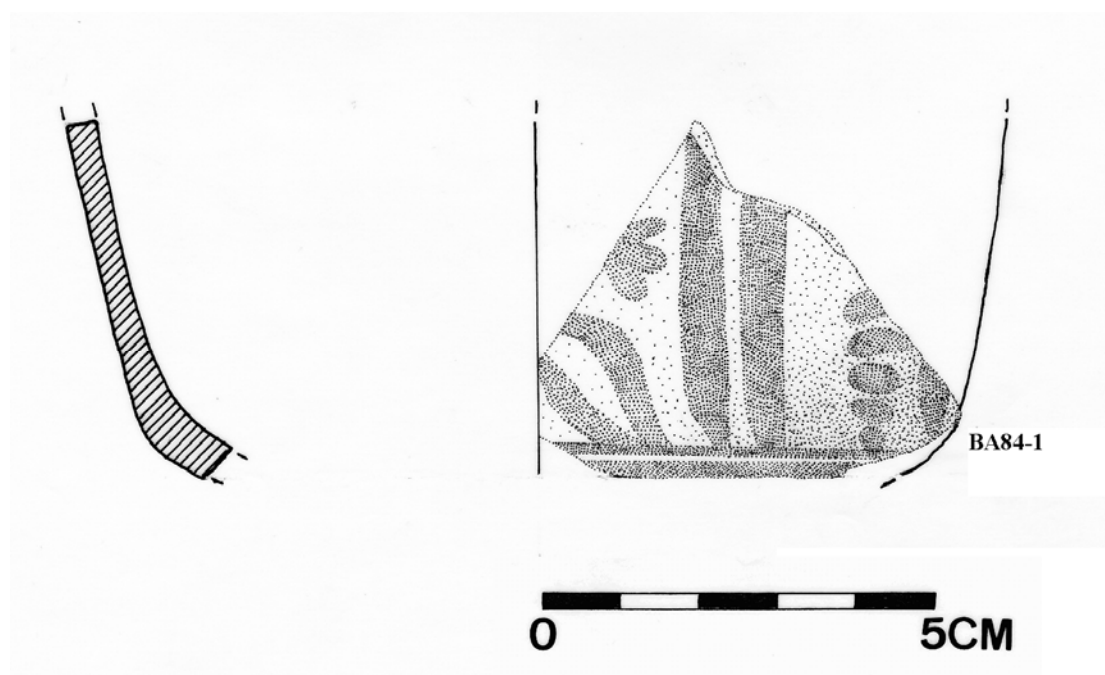
Intervenção arqueológica da fase de ocupação moderna em Bermondsey Abbey (foto MOLAS).

Foi abandonado em 1537, quando Henrique VIII pôs fim às ordens religiosas e comprado à coroa por Sir Thomas Pope, um influente nobre da corte daquele monarca. Os materiais oriundos do desmantelamento dos edifícios religiosos foram reutilizados na construção da casa Bermondsey de Thomas Pope que, após a sua morte em 1559, ficou na posse da família até à sua demolição em finais do século XVII (Stenton, 1970). No entanto, desconhecemos até que ponto foi a abadia completamente arrasada, atendendo que em 1601, quando Isabel I passa pela Abbey Street “*the bell-ringers at the old church on this occasion rang a merry peal*” e a intervenção arqueológica revelou que muitos dos compartimentos do mosteiro foram reaproveitados na casa nobre e suas dependências (Phillips e Philips, 1868). Nos finais do século XVII, consequência da peste e do grande incêndio, as famílias mais abastadas saem do centro da cidade, estabelecendo-se na periferia, que consideram mais saudável, pelo que a zona conhece algum desenvolvimento.

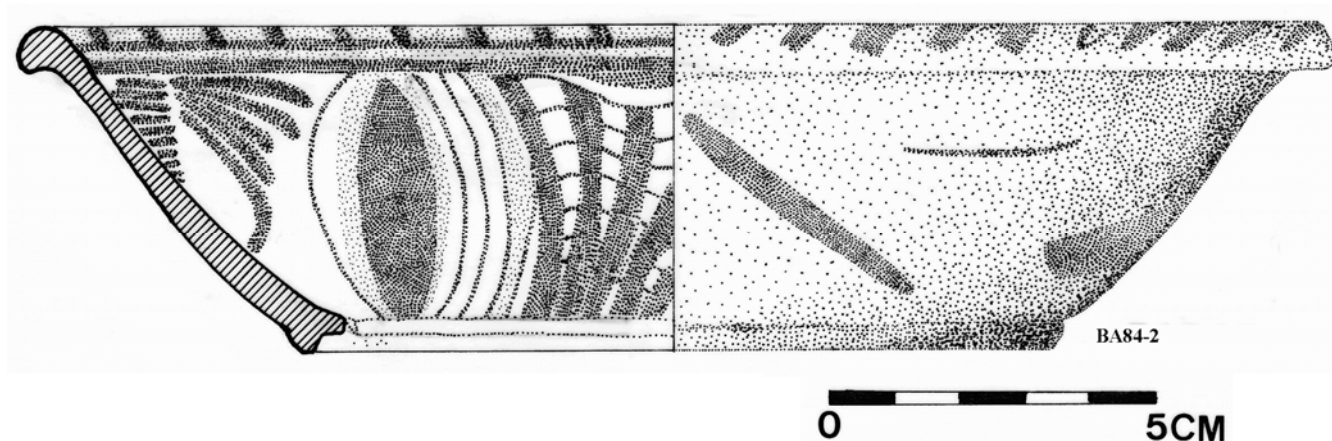
As unidades estratigráficas 375 e 3376 correspondem à ocupação moderna do local, identificáveis com o complexo erigido no século XVI por ordem de Thomas Pope. A primeira unidade foi identificada nas camadas superiores e as movimentações a que foi sujeita não permitem atribuir cronologias correctas ao fragmento aqui identificado, ainda que estilisticamente possa ser colocado entre 1610 e 1640. Contudo, a unidade 3376 pertencia à ocupação de cozinha, pertencente àquela família nobre, cuja datação é atribuída aos meados do século XVII. A peça portuguesa foi recuperada em cima do pavimento daquele compartimento e trata-se de taça de grandes dimensões, oferecendo decoração vegetalista. Oferece esmalte aderente e brilhante e pasta clara, características que a remetem para as produções das oficinas lisboetas.

Catálogo

Taça (BA84-1). Fragmento correspondendo a porção das paredes e arranque do fundo. Apresentaria forma troncocónica. Foi produzida com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície externa demonstra decoração com temática vegetalista. Media um diâmetro de 0,113 m na zona das paredes e a espessura média das paredes é de 0,004 m.



Taça (BA84-2). Fragmento correspondendo a porção do bordo, das paredes e do pé. Mostra forma troncocónica, bordo espessado, com lábio de secção semicircular, fundo plano, assente em pé baixo e anelar. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto, assim como irregularidades e pequenos defeitos de fabrico. O interior do bordo encontra-se demarcado por duas linhas concêntricas, paralelas, e, entre estas e outras duas que delimitam o fundo do prato, desenvolve-se densa decoração, de temática vegetalista e geométrica onde alternam folhas e bolbos, associados a traços curvos. A parte superior do bordo foi decorada por séries de traços curtos e oblíquos. Sobre as paredes exteriores observa-se três pinceladas, oblíquas, de cor azul de cobalto. Mede 0,049 m de altura máxima, 0,202 de diâmetro no bordo e 0,116 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0.004 m.



BHB00 – Former York Clinic, 117 Borough High Street, Long Walk, SE1.

A área de Southwark é referenciada nos séculos XVII e XVIII, como zona residencial, como revelam os mapas de Newcourt (1658) e Rocque (1746). O local exacto desta intervenção arqueológica mostra, no primeiro mapa, o jardim traseiro de uma habitação e, quase um século depois, no segundo caso, uma casa bem localizada entre Chriftopher Alley e Spur Inn Alley, que os arqueólogos identificaram na escavação. Os vestígios das habitações seiscentistas foram efectivamente descobertos, com as suas paredes e fossas sépticas (Pickard, 2000).

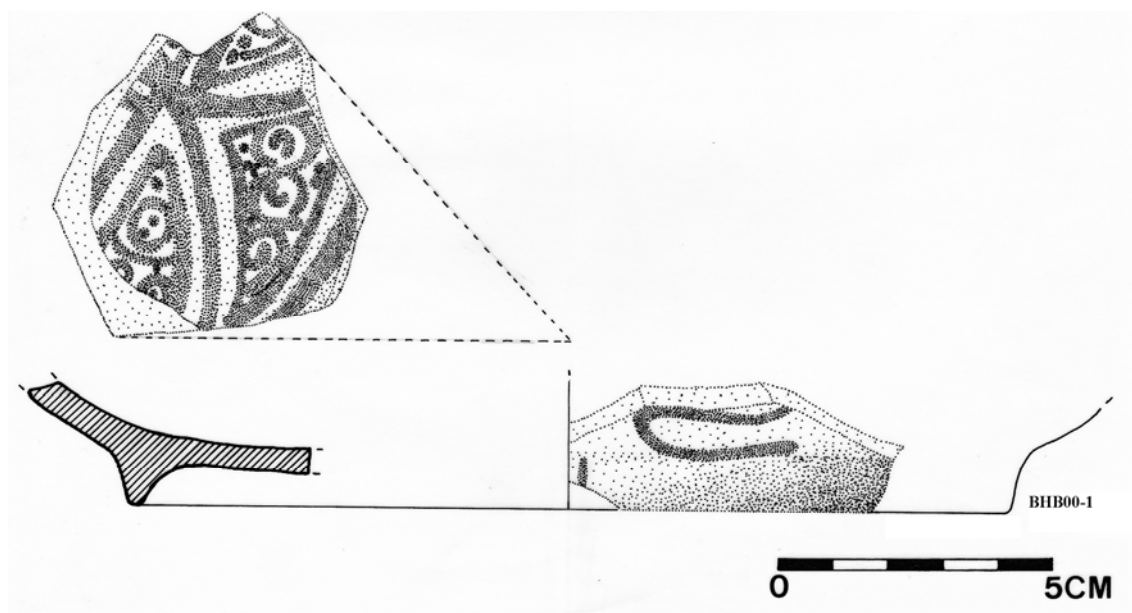
A unidade 1615 é resultado do incêndio de Southwark em 1667 que destruiu aquelas residências e cujas evidências demonstram peças produzidas desde pelo menos 1630, tais como vários fragmentos de recipientes em Post Medieval Slipped Ware, London Delftware e Post Medieval Red Ware. Imediatamente abaixo estavam o pavimento dessa mesma habitação, identificado como edifício 16 (UE 1616), sendo coberta pela camada que ofereceu o fragmento português. A quantidade de cinzas identificada, associada a entulhos, confirma que ali foram efectuados trabalhos de terraplanagens depois do incêndio. Poucos anos passados, foram reconstruídas novas habitações, imediatamente por cima das destruídas, seguindo a mesma orientação anterior, mas densificando a ocupação, com evidências de paredes (UE's 1609 e 1610) e um pavimento (UE 1613), sobre o qual se encontraram peças datáveis de inícios do século XVIII (UE 1612).

A taça recuperada apresenta características físicas e estéticas que a inserem nas produções das oficinas lisboetas com esmalte aderente e brilhante, sobre pasta homogénea e compacta de tons claros e azuis intensos.

UE 1610		Paredes		
UE 1609		Paredes		
UE 1612	LDW	PMRW		
UE 1613		Pavimento		
UE 1614		Paredes		
UE 1615	LDW	PF	PMRW	PMSW
UE 1616		Pavimento		

Catálogo

Taça (BHB00/1615-1). Fragmento correspondendo a porção das paredes e do fundo. Este é plano assentando em pé alto e anelar. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície interior apresenta decoração de temática geométrica e vegetalista onde, inseridas em pequenas cartelas de forma subtriangular, se encontram pequenas espirais. Sobre as paredes exteriores observa-se pincelada curva de cor azul de cobalto. Media 0,162 m de diâmetro no pé e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



BIG82 – Old Billingsgate Fish Market, Lorry Park, Lower Thames Street, EC3.

Este edifício trata-se do Mercado de Peixe mais antigo de Inglaterra. Uma lei do Parlamento em 1699 declara mesmo Billingsgate “*a free and open market for all sorts of fish whatsoever*”, pelo que a população local se encontrava ligada a esta actividade. A zona era evitada pela população londrina mais abastada, devido ao mau cheiro que exalava diariamente (Schofield, 2002).



Billingsgate Fish Market, em 1876 (seg. Borer, 1978).

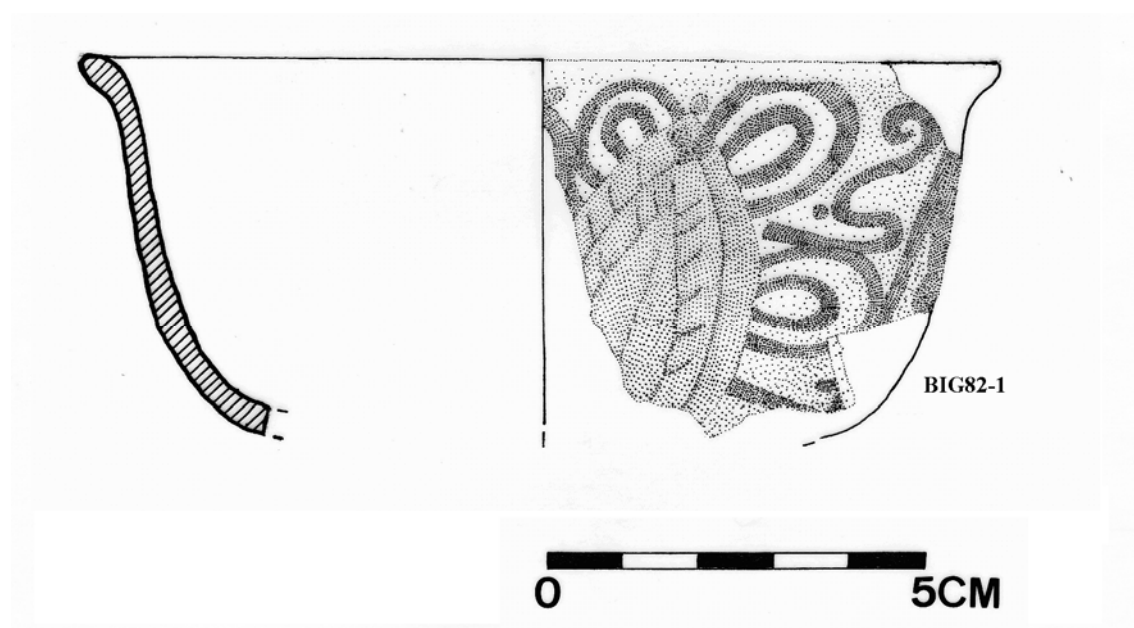
No entanto, a área era ainda conhecida por comercializar outros bens, inclusive, objectos que chegavam de outras nações e ali encontravam um porto de desembarque, pelo que casas de habitação coexistiam com lojas que vendiam os mais variados tipos de mercadorias.

A camada 1389 correspondia a unidade estratigráfica dentro de edifício, propriedade de Thomas Soane, um membro importante da Grocer's Company, que o utilizaria enquanto armazém. Identificaram-se diversos fragmentos de outras cerâmicas,

tendo o contexto sido datado entre 1630 e 1660. Foram recuperados três fragmentos correspondendo a pratos e taça que se inserem dentro da família dos aranhões. Contudo, o relatório menciona cinco peças, duas das quais produções holandesas e identificadas como portuguesas. O espólio que acompanhava as produções portuguesas era constituído por cerâmicas de produção local, nomeadamente Red Wares e Delftware, bem como por outras importações europeias, sobretudo produções holandesas e majólica italiana de Montelupo. A sua localização dentro de armazém sugere que aquelas peças podiam ali estar reservadas, aguardando distribuição no mercado londrino.

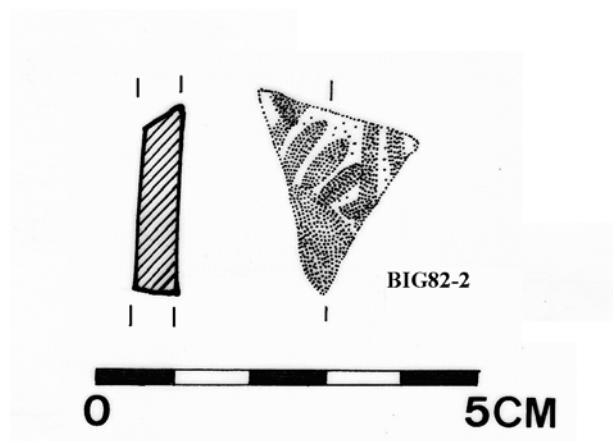
Catálogo

Taça (BIG82/1389-1). Fragmento correspondendo a porção do bordo e do corpo. Este apresentava forma hemisférica e o bordo, extrovertido, possuía lábio de secção semicircular. Foi produzida com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície exterior estaria subdividida em cartelas, pelo menos uma das quais, apresentando composição com grande folha, dita “aranhão”. Media 0,122 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.

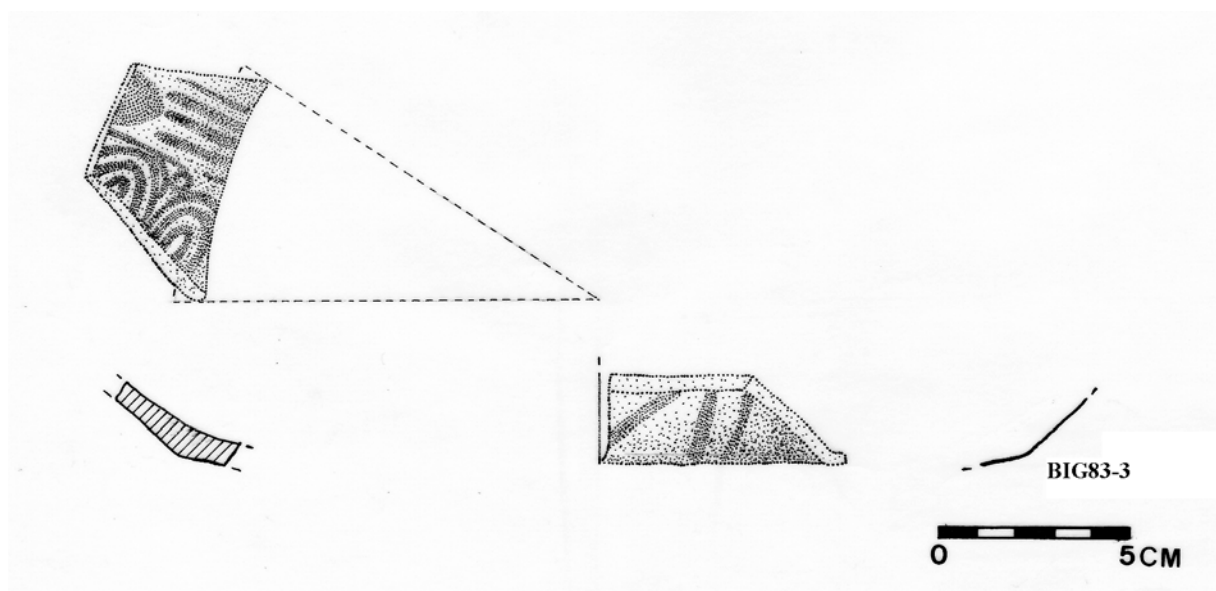


Prato (BIG82/1389-2). Fragmento correspondendo a porção da aba. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos,

micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A aba estaria subdividida em cartelas, pelo menos uma das quais, constituída por flor central, circular, rodeada por quatro conjuntos de pétalas, dispostas radialmente. A espessura média das paredes é de 0,005 m.



Prato (BIG82/1389-3). Fragmento correspondendo a porção das paredes e de carena. Esta era acusada e as paredes oblíquas. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A aba estaria subdividida em cartelas, onde intercalariam composições com grandes folhas, ditas de “aranhões”. Entre as cartelas encontram-se outros motivos vegetalistas. Sobre as paredes exteriores observam-se pinceladas, verticais e oblíquas, de cor azul de cobalto. Media 0,224 m de diâmetro na zona da carena e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



BPL95 – Monument House, 30-35 Botolph Lane, 29-31 Monument Street, EC3.

Arqueologicamente a ocupação moderna do local revelou a existência de diversas casas, muitas delas ainda assentes em estruturas medievais. Nas representações da cidade de 1553 e 1560 esta rua aparece já densamente edificada com casas de ambos lados. O grande incêndio de 1666 começou apenas a poucos metros dali em Pudding Lane, pelo que todos os edifícios ali existentes foram completamente arrasados. No entanto, o mapa de Ogiulby e Morgan mostra que, em 1676, a área já se encontrava reconstruída e em franco desenvolvimento (Jeffery, 1996).



Botolph Lane, em 1830, por G Shepherd (seg. London's Guide).

A documentação existente acerca do local revela que essas mesmas habitações albergavam diferentes classes de mercadores desde, pelo menos, o século XV, tradição que se mantém pelos séculos XVII e XVIII adiante, quando o sítio se transforma no pátio de uma casa de mercadores com relações com a Companhia das Índias Orientais, a

casa dos Lombard ou Lumbarde, que se supõe ter sido identificada na intervenção arqueológica. Os mercadores italianos eram protegidos por Cromwell e vários fixaram residência em Londres, desde a Idade Média, onde se encontravam num posto privilegiado para o contacto com os mercados do Norte da Europa onde os bens italianos e orientais eram muito solicitados. No século XIV, foram mesmo registados vinte mercadores italianos como cidadãos ingleses, tal era a sua aceitação (Blackmore, 1994, Bowsher, 2007).

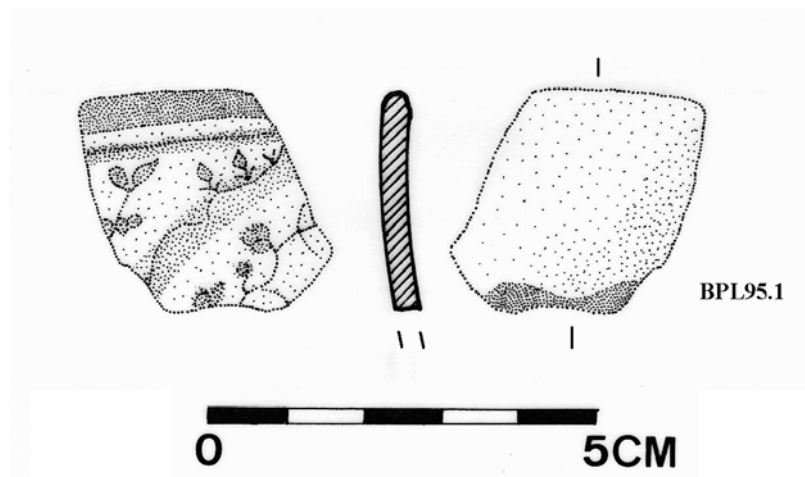
A unidade 248 constituía o enchimento de fossa séptica (UE247), aparelhada com blocos de calcário, anterior ao ano de 1666, visto que se encontrava selada por camadas com vestígios do incêndio, nomeadamente a camada 202 que ofereceu diversos vestígios de casas e dos seus conteúdos queimados. No interior da mesma encontravam-se diversos fragmentos de peças que podem ser datados entre 1630 e 1660, nomeadamente um Belarmini com a data de 1645 e alguns fragmentos de Slipped ware.

UE 202	LDW	PMRD		
UE 247		Fossa séptica		
UE 248	FSW	FP	LDW	PMSW

O bordo de prato aqui recuperado mostra o único fragmento recuperado nas Ilhas Britânicas apresentando decoração de desenho miúdo. De facto, aquela não parece ter sido uma tipologia decorativa muito solicitada no mercado externo, ainda que no que concerne a contextos portugueses, fosse efectivamente um estilo decorativo destinado às elites. Esta ausência dos contextos estrangeiros prende-se com o facto de as oficinas lisboetas, de onde estas peças eram oriundas, terem iniciado a sua produção apenas a partir de meados do século XVII, época em que a Faiança Portuguesa era cada vez menos solicitada pelos parceiros comerciais. Esta é possivelmente a explicação necessária para o facto de peças ditas do Monte Sinai estarem igualmente ausentes dos contextos arqueológicos estrangeiros, exceptuando, obviamente, as colónias portuguesas.

Catálogo

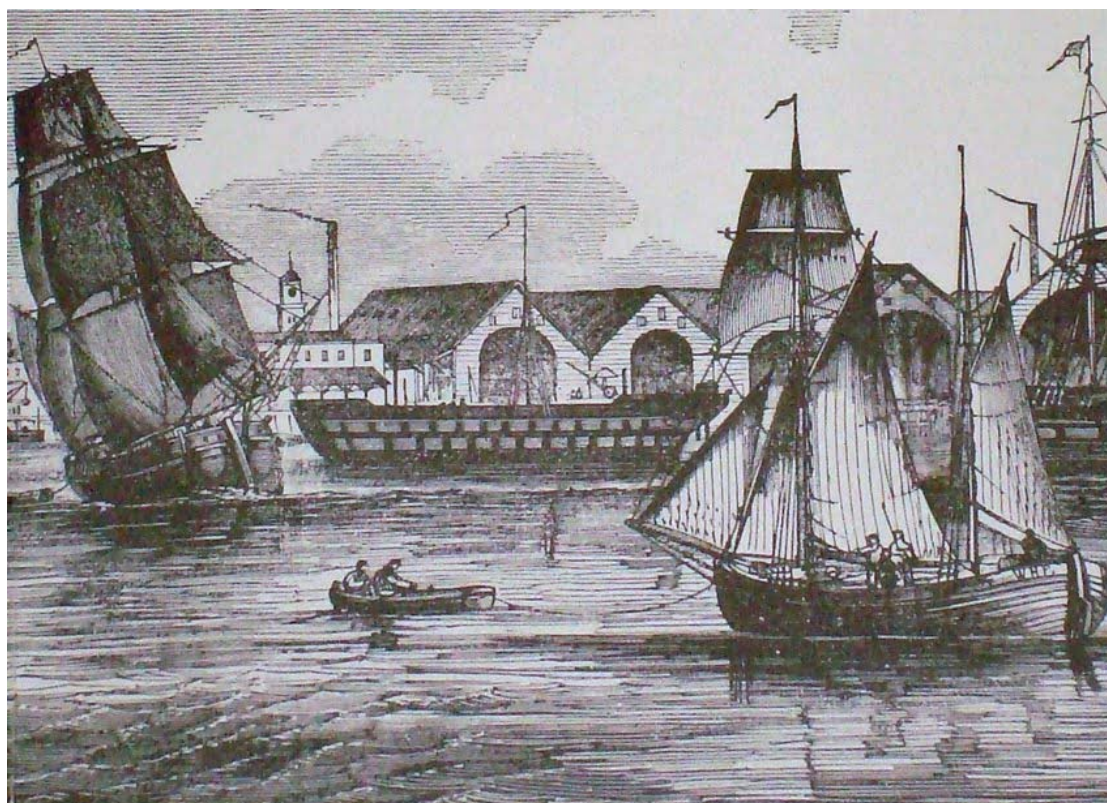
Prato (BPL95/248-1). Fragmento correspondendo a porção do bordo. Este seria apontado, de perfil semicircular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto e na cor violeta. O interior do bordo encontra-se demarcado por duas linhas concêntricas, paralelas, na cor azul de cobalto. Junto a estas, encontra-se decoração com temática vegetalista de reduzidas dimensões desenhada com traço fino violeta formando pequenas folhas, preenchidas na cor azul de cobalto. Sobre as paredes exteriores observa-se uma pincelada, horizontal, na cor azul de cobalto. A espessura média das paredes é de 0,005 m.



BPZ06 – Borthwick and Paynes Wharf, Borthwick Street, Deptford, SE8.

Em finais do século XVI e inícios do século seguinte, esta zona da cidade assiste a um enorme desenvolvimento relacionado com o crescimento dos negócios da Companhia das Índias Orientais, que ali tinha os seus armazéns e docas (Divers, 2004).

O local revelou tratar-se de cais, estruturado em madeira, identificado com a estrutura que ali existiu entre 1700 e 1860.



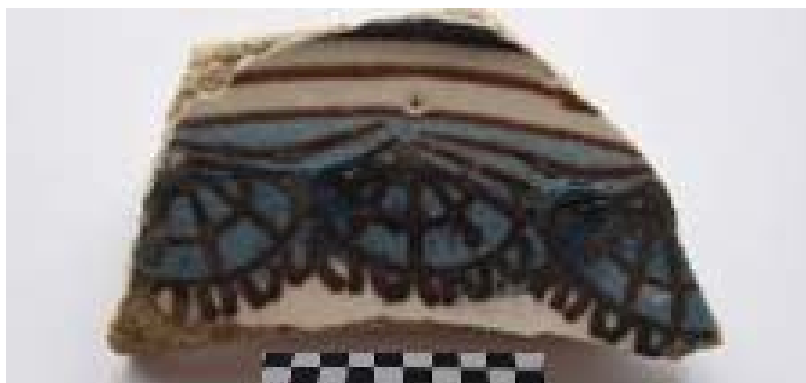
Vista de Deptford e dos seus armazéns, em inícios do século XVIII (seg. Monteyne, 2007).

Foram recolhidos milhares de fragmentos de cerâmica, não apenas ingleses, mas oriundos de quase todos os países europeus, claramente descartados quando chegaram à cidade.

Os fragmentos aqui identificados tratam-se das peças mais tardias recolhidas em todos os contextos ingleses ou irlandeses podendo ser datadas entre 1720 e 1760, com recurso a rendas.

Catálogo

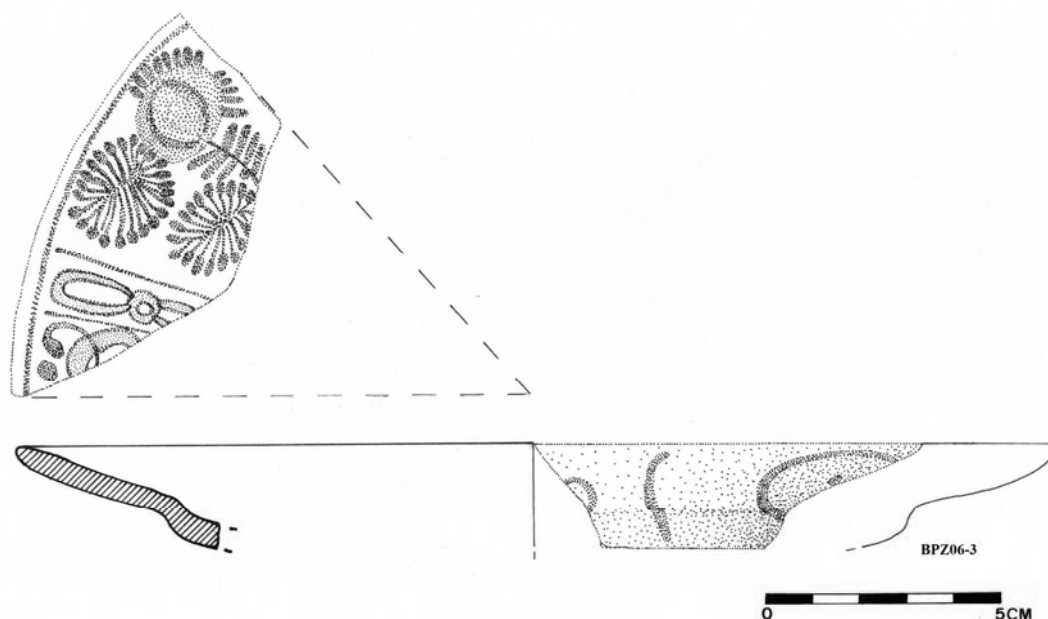
Prato (BPZ06-1). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano assente em pé anelar. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto e violeta de manganês. O interior do fundo encontra-se demarcado com linha concêntrica na cor violeta de manganês, a partir da qual se desenvolve decoração coma temática das “rendas”. Media 0,092 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



Prato (BPZ06-2). Fragmento contendo porção fundo e corpo. Tinha forma subtruncocônica. O fundo é plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e pouco brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Apresenta marcas de fogo, que danificaram o vidrado. Tanto a aba como o interior do fundo foram preenchidos o motivo de “rendas”. Media 0,152 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0,006 m.

Prato (BPZ06-3). Fragmento correspondendo a porção do bordo e corpo. Tinha forma subtruncocônica com aba oblíqua. O bordo possuía lábio de secção semicircular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de

cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba estaria subdividido em seis cartelas, onde intercalam três composições com grandes folhas, ditas de “aranhões”, com três outras constituídas por flor central, circular, rodeada por quatro conjuntos de pétalas, dispostas radialmente. Entre as cartelas referidas observam-se laços. Na superfície exterior da aba observa-se círculo com pequeno elemento vegetalista central, constituído por traços paralelos. Medida 0,221 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



Prato (BPZ06-4). Fragmento contendo porção do bordo, com lábio de perfil semicircular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor bege, com uma tonalidade ligeiramente rosada (10R 6/6) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba estaria subdividido em cartelas, onde intercalam composições com grandes folhas, ditas de “aranhões”, com outras cuja decoração desconhecemos. Entre as cartelas referidas observam-se laços. Na superfície exterior observam-se restos de decoração. Mede 0,212 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.

CPN03 – Spitalfields, Providence Row, Crispin Street, E1.

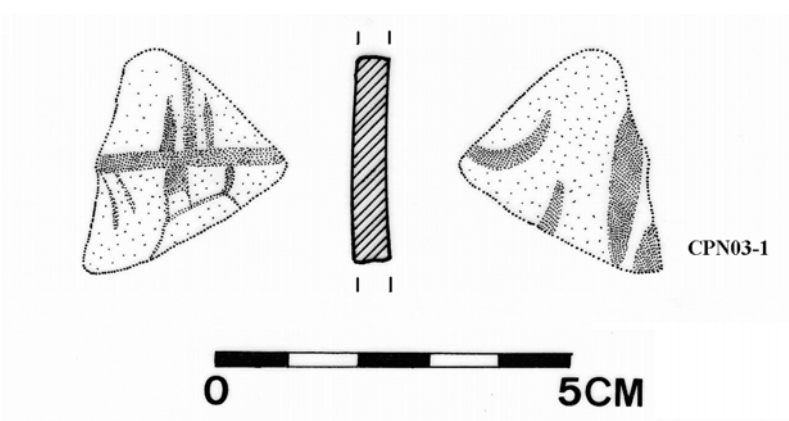
Embora oferecendo ocupações de períodos anteriores, desde o século XVII que o local se encontra preenchido por casas, cujo número aumentou pela centúria de setecentos adiante, tornando-se em zona densamente ocupada, contando-se ainda com a presença de algumas Almshouses, certamente fundadas por gente endinheirada que ali habitava.

A unidade 314 revelou ser uma camada de despejos domésticos, identificada na sondagem 6, datada de meados do século XVII, tendo em conta a estratigrafia e a presença de outros materiais, nomeadamente produções locais, tais como London Delftware e London Fine Red Ware. Não foi identificada mais nenhuma importação nesta camada.

As reduzidas dimensões do fragmento permitem a sua atribuição formal à categoria dos pratos. Ainda que se identifiquem vestígios de decoração vegetalista é impossível conferir este pequeno fragmento qualquer tipologia decorativa.

Catálogo

Taça (CPN03/314-1). Fragmento correspondendo a porção da parede. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície externa encontrava-se decorada com temática vegetalista e a exterior apresenta pinceladas oblíquas e verticais na cor azul de cobalto. A espessura média das paredes é de 0,005 m.



DUK77 – St James Passage Subway, 2-7 Duke's Place. EC3.

A escavação desta área revelou uma estratigrafia ocupacional que abrange os séculos XII a XVII, com a presença de convento da ordem da Santíssima Trindade, o primeiro edifício religioso a ser fundado dentro das muralhas da cidade ainda no século XII, após a conquista normanda e dissolvido em 1532 por Henrique VIII. Mais tarde foi adquirido pelo duque de Norfolk, homem de confiança de Isabel I (Schofield e Lea, 2005).

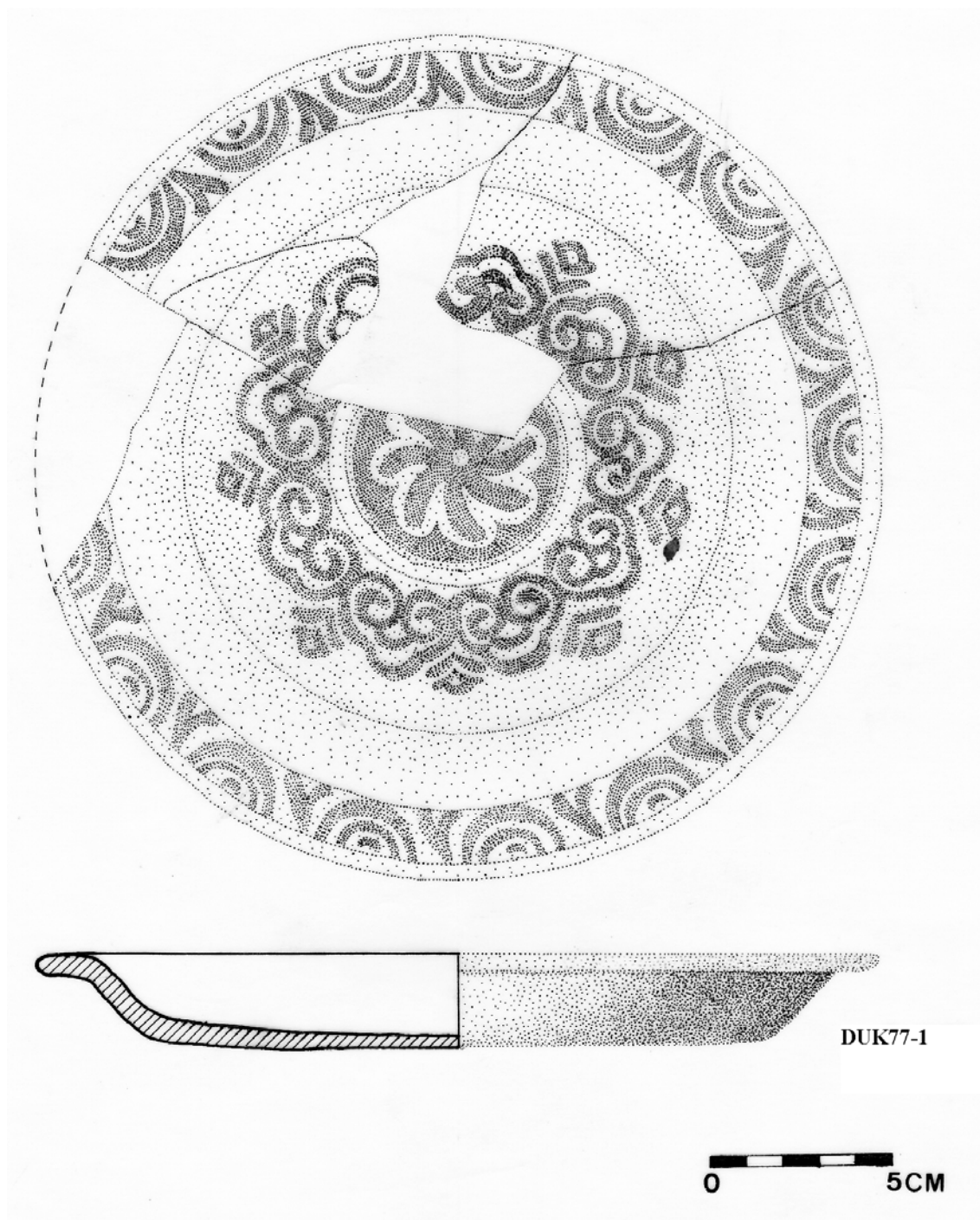
A unidade 212 correspondia ao enchimento de fossa séptica de lixos domésticos relacionados com a ocupação do local, já habitação de Norfolk que, tendo em conta os demais materiais recuperados, nomeadamente garrafa em grés, datada de 1591 e cerâmica esmaltada de produção londrina, pode ser datado de finais do século XVI e inícios do século XVII.

A peça recuperada insere-se estilisticamente entre 1570-1610, sobretudo devido à simplicidade da sua decoração e à inspiração oriental das suas cabeças de *ruiy*, imitando claramente as peças orientais. Este é ainda um momento de poucos conhecimentos no que concerne à produção de Faiança Portuguesa com escassos arqueossítios seguramente datados que nos possam fornecer informações acerca das tipologias decorativas mais relevantes. No entanto, as características da peça em questão, não deixam dúvidas acerca da sua origem nas oficinas lisboetas que, possivelmente, naquele momento, estariam mais preocupadas com a exportação do que com o abastecimento do mercado interno.

Catálogo

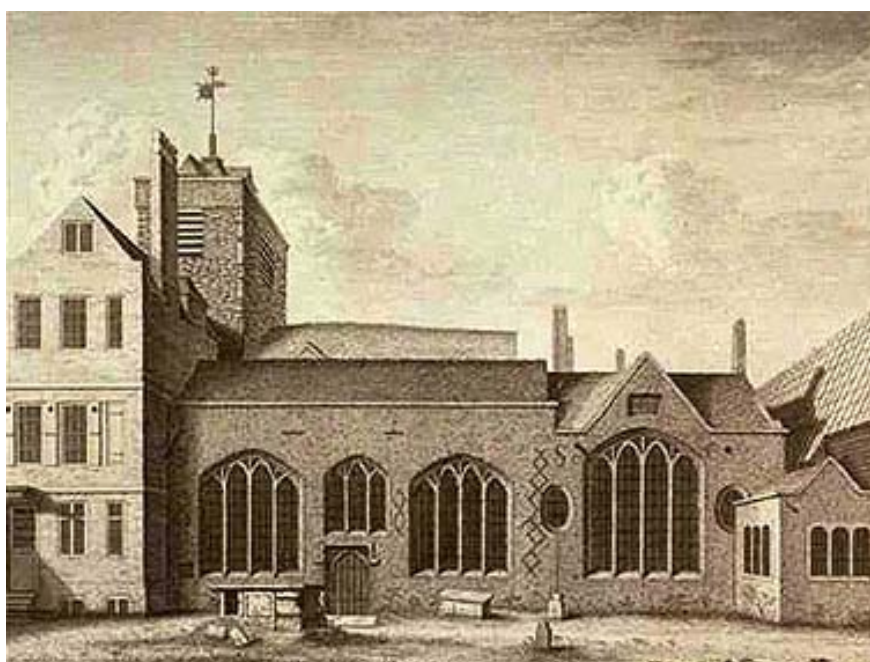
Prato (DUK77/212-1). Quase completo. O bordo é extrovertido e plano possuindo lábio de secção semicircular. As paredes são oblíquas e o fundo plano. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo encontra-se decorado com motivo fitomórfico pintado, constituído por oito pétalas dispostas

radialmente. Ao redor daquele foram pintados nove motivos de inspiração oriental seguindo as ditas cabeças de *ruiy*. A aba apresenta decoração fitomórfica, onde foram pintados dezanove elementos constituídos por três arcos de círculos concêntricos e, entre aqueles, dois traços oblíquos. Mede 0,026 m de altura máxima, 0,232 de diâmetro no bordo e 0,172 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0,005 m.



FCC95 – Lloyd’s Register of Shipping, 68-71 Fenchurch Street, 1-7 Railway Place, EC3.

No século XII foi erguida no local a Igreja de St Katherine, demolida em 1925 e presente nas representações londrinas de 1560 e numa gravura de 1736 onde se observa um acrescento a sul, datado de 1620. Foi uma das sobreviventes do grande incêndio de 1666 (Brigham e Nielsen, 2006).



Gravura de Robert West da Igreja de Saint Katherine, em 1736 (seg. Monteyne, 2007).

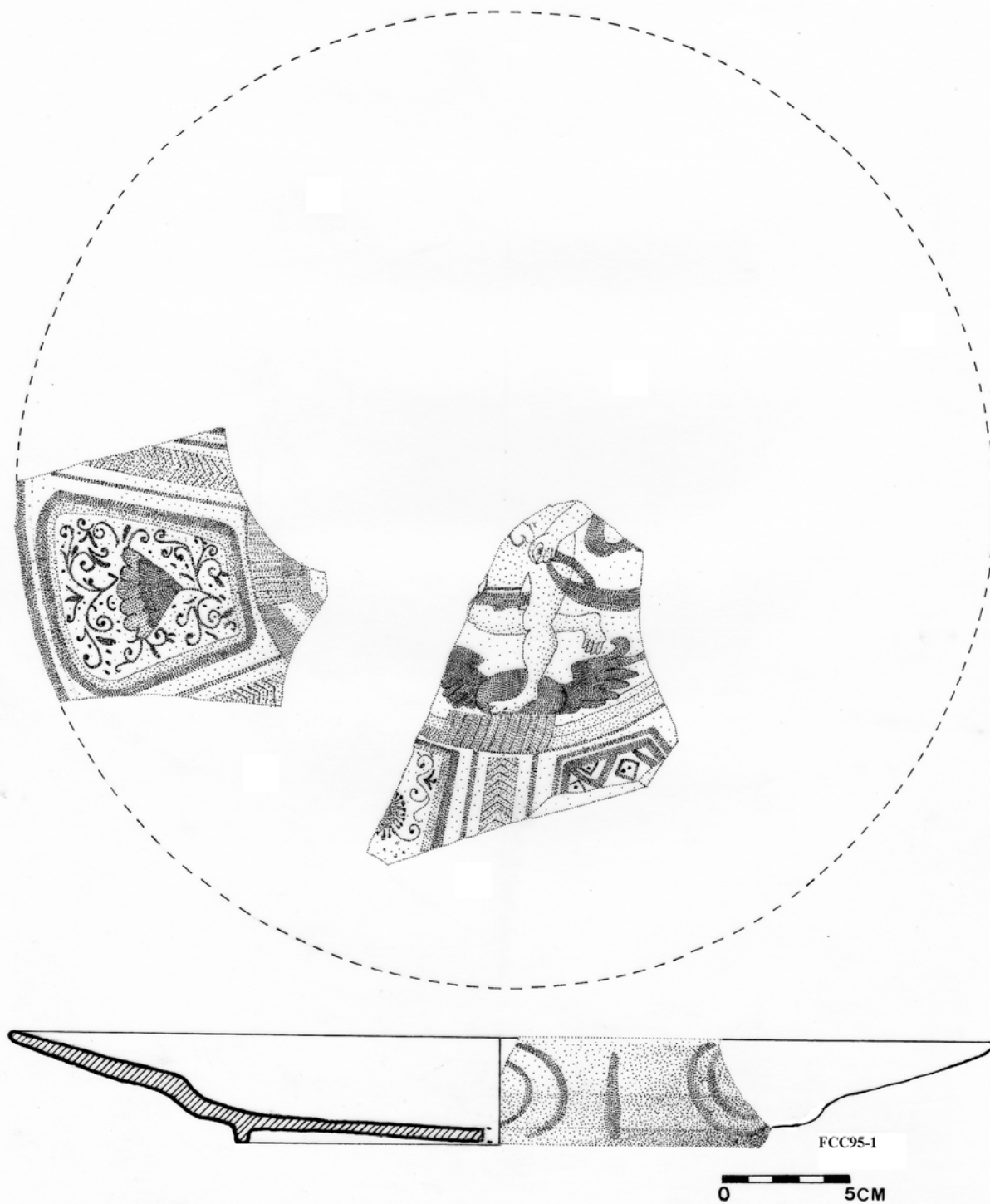
Embora esta ocupação religiosa se torne atraente para a contextualização do grande prato de Faiança Portuguesa aqui recuperado, a unidade 1399 tem de ser associada às inúmeras remoções de terra que a zona sofreu. De facto, desde inícios do século XVIII que esta Igreja havia sido alvo de diversas remodelações, chegando mesmo a ser construído, apenas a alguns metros de distância, do lado oposto da rua, um armazém da Companhia das Índias Orientais, no início de setecentos (Brigham e Nielsen, 2006).

Desta forma, devido às terraplanagens e solos trazidos de outros locais, após o Grande Incêndio, torna-se complicada uma avaliação cronológica do local, ainda que não se descure a possibilidade de ter efectivamente provindo de alguma casa ali perto. Com base no seu estilo, cartela dividida em abas com flores e uma Vénus nua, correndo

pelos campos, sugere-se que possa ser datada de meados do século XVII. É claramente uma peça produzida nas oficinas de Lisboa, evidência retirada através da análise do seu esmalte, pastas e estilo decorativo.

Catálogo

Prato (FCC95/1399-1). Dois fragmentos correspondendo a porção do bordo, da aba e do fundo. Tinha forma subtruncocónica com aba oblíqua. O bordo possuía lábio de secção semicircular. O fundo tem ligeira carena exterior junto ao pé. Este é baixo e anelar. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície interior oferece, no centro do fundo, motivo antropomórfico feminino, constituído pelas pernas, e um dos braços e véu de Vénus nua e descalça colocada em motivo subcircular com representação de asas. Integra-se numa cartela formada por duas linhas concêntricas onde se encontrariam quatro motivos subrectangulares preenchidos por linhas verticais. O interior do bordo encontra-se demarcado por linha concêntrica, na cor azul de cobalto. A aba estaria internamente subdividida em cartelas, onde intercalariam algumas constituídas por flor central, subtriangular, rodeada por motivos fitomórficos de menores dimensões e outras, preenchidas com motivos geométricos. Sobre as paredes exteriores observa-se quatro linhas semicirculares e uma pincelada vertical, de cor azul de cobalto. Mede 0,042 m de altura máxima, 0,392 m de diâmetro no bordo e 0,208 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0.008 m.



HOF04 – Wood Wharf, Horseferry Place, Thames Street, Greenwich, SE10.

A zona de Deptford, onde se localizou esta intervenção, foi o local eleito nos inícios do século XVI, para a instalação das infra-estruturas de apoio à Companhia das Índias Orientais, presença documental e toponimicamente provada. Foram ali construídos docas, cais, armazéns, zonas de construção de navios, lojas e escritórios de apoio, numa grande extensão que alcançava Greenwich (Divers, 2004).

A construção naval está comprovada, pelo menos, desde 1418, quando um documento refere que o Thomas está pronto para se fazer ao mar, aguardando em Deptford Strand. A área era mesmo designada como o estaleiro real e cresceu de tal forma com o aumento do comércio internacional que, em 1724, Daniel Defoe escreveu que “*the docks and building yards on the riverside between the town of Deptford and the streets of Redriff or Rotherhithe are effectually joined and the buildings daily increasing*” (Divers, 2002). A companhia, fundada em 1600, zarpou pela primeira vez para as suas viagens do estaleiro real em Deptford, mas em 1614, já haviam construído os seus próprios estaleiros e portos, que a escavação arqueológica identificou.



Vista geral da escavação em Wood Wharf (seg. Divers, 2004).

A área conheceu as suas primeiras construções em finais da Idade Média, visto que ali não foram identificados nenhuns vestígios de ocupação anteriores. Sobrevive ainda hoje a torre da igreja de St Nicholas, de finais do século XV. Em 1630, a Companhia das Índias Orientais pagou obras de reconstrução no edifício (Divers, 2004).

A intervenção arqueológica trouxe à luz do dia o que se pode classificar de zona de porto, destinado a cargas e descargas, estruturado em madeira e edificado em inícios do século XVII. Aquela construção foi ainda várias vezes remodelada ao longo da centúria, muitas das quais reaproveitando madeiras de barcos desactivados e desmantelados.

Associadas à estrutura do porto, foram identificadas seis unidades estratigráficas (3, 4, 5, 7, 16, 26) contendo Faiança Portuguesa, datáveis ao longo da centúria de seiscentos, cronologia confirmada por outros materiais cerâmicos aqui identificados (Blackmore, 2006).

As unidades 3, 4, 5 e 7 foram reconhecidas no lado este do arqueossítio, inseridas dentro de estruturas de madeira, classificadas como cais. A pouca profundidade a que estas unidades se encontravam está relacionada com o facto terem sido conservadas debaixo das estações de electricidade que ali foram colocadas em finais do século XIX e demolidas apenas em finais do século XX. A última fase de ocupação deste cais pode ser datada de finais de seiscentos, inícios da centúria seguinte, muito possivelmente desactivado pela estrutura ali construída a poucos metros, onde foi igualmente recuperada Faiança Portuguesa e cujo início corresponde ao abandono desta (Blackmore, 2006). Nesta camada (UE 2) foram identificadas cerâmicas e vidros datáveis de finais de seiscentos e inícios de setecentos, bem como London Delftware, Border Wares, Post Medieval Red Wares e Post Medieval Fine Red Wares. Encontrava-se depositada em cima de estrutura de madeira (UE 1). As UE's 3, 4 e 5 podem efectivamente ser consideradas como depostas em anos muito próximos, atendendo à similaridade dos seus materiais, sendo possível que a sua distinção tenha sido provocada por qualquer obra de consolidação da estrutura. Assim estas camadas forneceram, além dos fragmentos de Faiança Portuguesa, Porcelana Chinesa, London Delftware, Staffordshire Ware, Majólica Italiana de Montelupo e Liguria, Slipped Ware e Post Medieval Red Ware, que as permitiu datar entre 1630-1670.

Algures entre 1620 e 1630 a estrutura portuária sofreu algumas remodelações e foram adicionadas mais madeiras (UE 6) que sobrepunham as camadas 7 e 8, datáveis

entre 1600 e 1620, onde foram recuperados três fragmentos de prato com fundo plano. A estas peças encontravam-se associados fragmentos de Frechen Stone Ware, Post Medieval Red Ware e Slipped Ware. Esta é possivelmente a primeira estrutura portuária construída pela Companhia das Índias Orientais nesta zona de Londres.

Camada					
1		Estrutura	em	madeira	
2 (1680-1700)	PMRW	BW		LDW	PMFRW STSW
3 (1630-1670)	FP	PMRW		PMSW	LDW SFW
4 (1630-1670)	FP	PMSW		MIM	LDW PC
5 (1630-1670)	FP	PMRW		MIL	LDW PC
6		Estrutura	em	madeira	
7 (1680-1750)	FP	SPW		FSW	PMRW
8 (1680-1750)		FSW		PMRW	SPW

As restantes (UE's 16 e 26) foram identificadas em estrutura homónima, mas no lado oeste do local, a cerca de 100 metros de distância. O funcionamento desta apenas se iniciou em finais do século XVII, tendo perdurado até finais do XVIII. Este cais, cujas técnicas de construção se revelaram mais cuidadosas que o anterior, tornando-o mais resistente, ofereceu cerâmicas e vidros datáveis entre 1680 e 1750. Foram aqui identificadas duas peças portuguesas, uma contendo o brasão dos Silvas e outra, uma manga de farmácia. Juntamente com aquelas foram identificadas evidências de London Delftware, inclusive uma peça datada de 1728, Post Medieval Red Ware e Post Medieval Fine Red Ware.

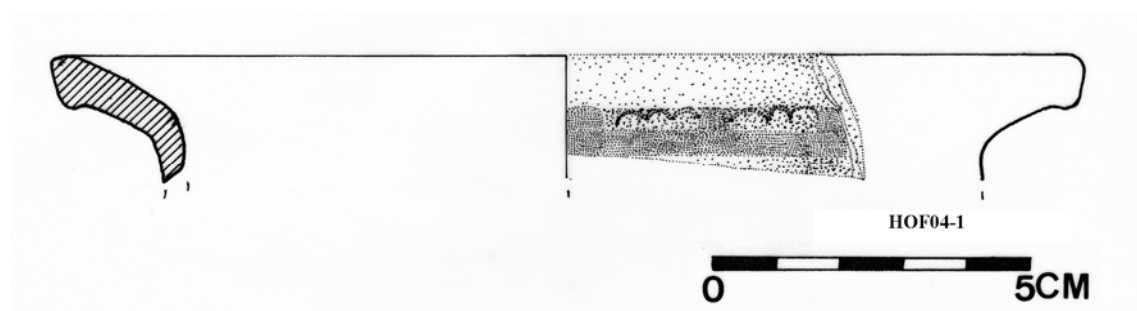
A poucos metros deste arqueossítio foi escavada área em 2002 onde foi igualmente identificado cais, bem como uma Almshouse (Divers, 2002), ainda que, curiosamente, não tenham sido identificadas peças portuguesas.

Os recipientes portugueses apresentam, na sua maioria, decoração de influência oriental, com a presença de diversos aranhões, inseridos em cartelas que alternam com outros motivos, tais como crisântemos e pêsegos. Estas surgem nas camadas datadas da primeira metade do século XVII. Nas UE's cronologicamente atribuídas aos finais de seiscentos foram identificadas peças contendo sobretudo decoração vegetalista e uma

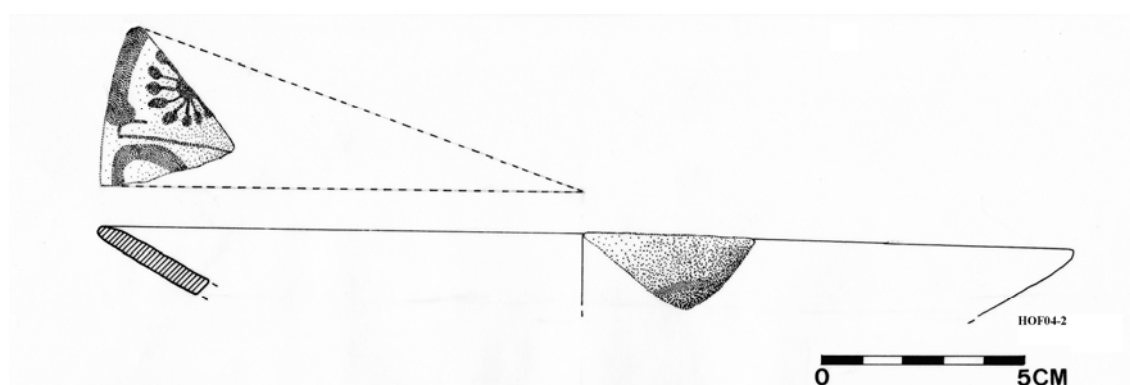
taça decorada com rendas. Foi aqui igualmente identificado bordo de manga de farmácia.

Catálogo

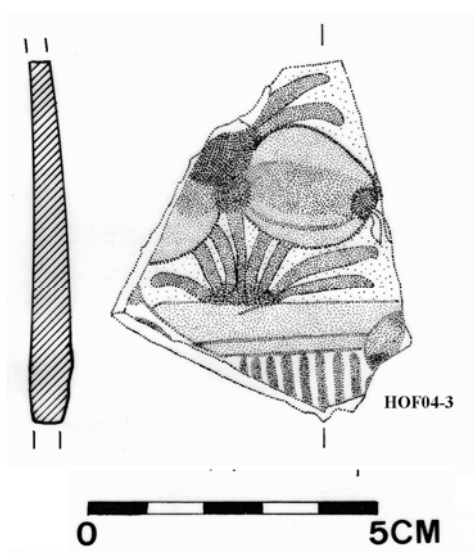
Manga de Farmácia (HOF04/3-1). Fragmento correspondendo a porção do bordo. Este é extrovertido, espessado de perfil subrectangular. Foi produzida com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto e violeta. Na superfície exterior, abaixo do bordo apresenta linha azul com a sobreposição de linhas onduladas a violeta. Media 0,160 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.



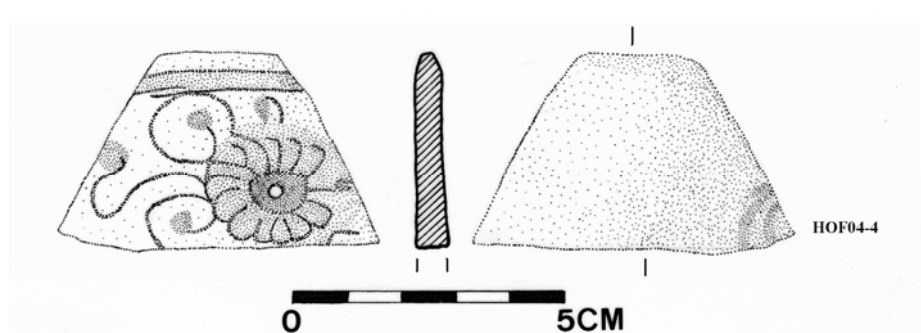
Prato (HOF04/3-2). Fragmento correspondendo a porção do bordo, de perfil semicircular. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/1) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba está subdividido em cartelas, onde intercalam composições com grandes folhas, ditas de “aranhões”, com outras constituídas por flor central, circular, rodeada por quatro conjuntos de pétalas, dispostas radialmente. Sobre as paredes exteriores observam-se linhas subcirculares na cor azul de cobalto. Media 0,240 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



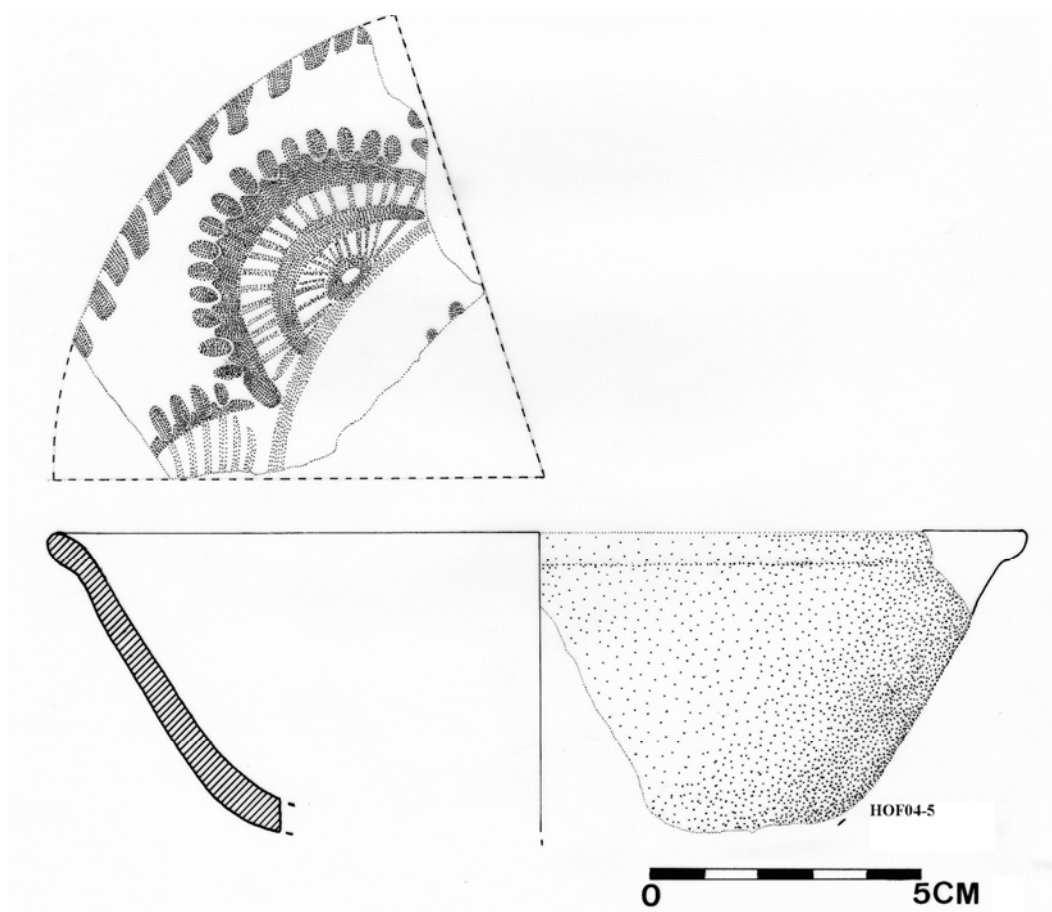
Prato (HOF04/3-3). Fragmento correspondendo a porção de fundo plano. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Apresenta decoração vegetalista com dois pêssegos de inspiração oriental rodeados por algumas folhas. Possui ainda algumas linhas horizontais e verticais. A espessura média das paredes é de 0,006 m.



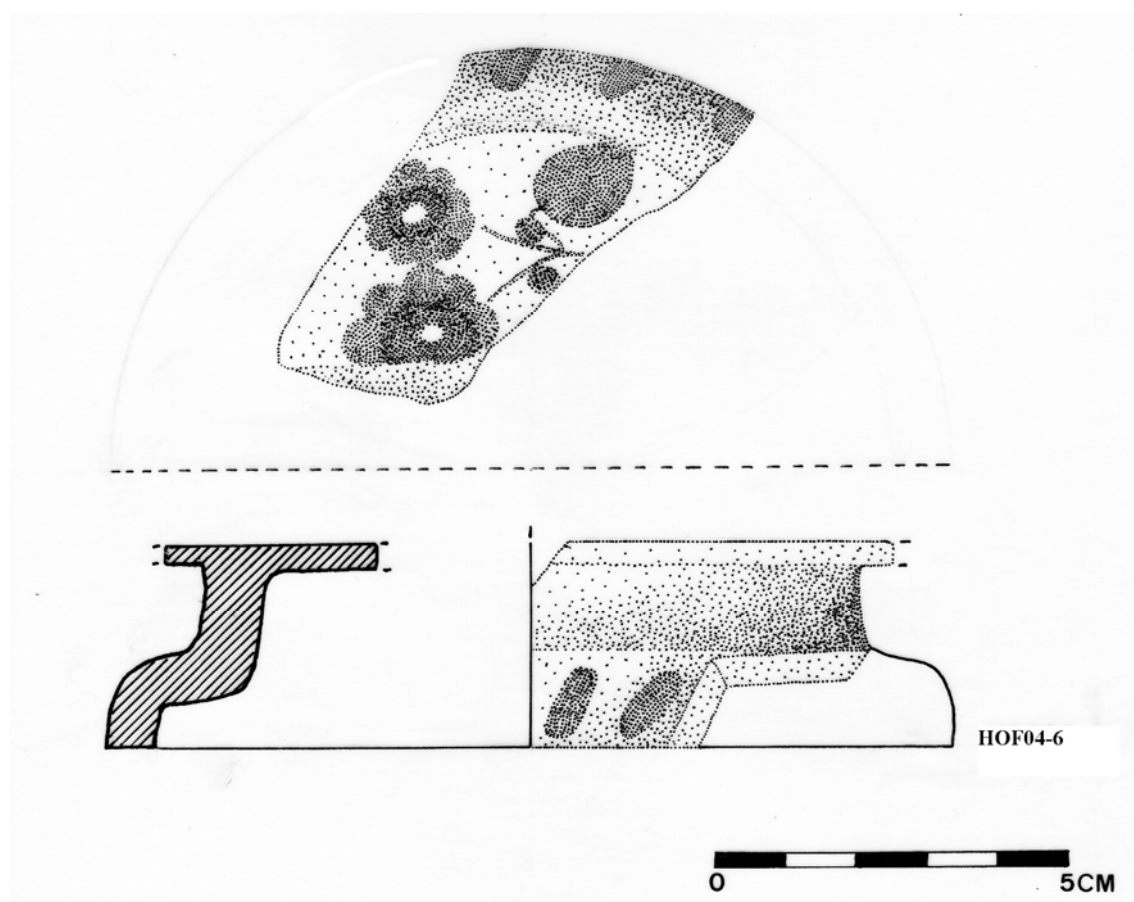
Prato (HOF04/3-4). Fragmento correspondendo a porção da aba e do bordo, com perfil semicircular. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto e violeta. Apresenta decoração floral com flor central de onde surgem pequenos traços violeta, como pétalas, finalizados com um ponto na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por linha concêntrica, na cor azul de cobalto. Sobre as paredes exteriores observam-se linhas semicirculares, de cor azul de cobalto. A espessura média das paredes é de 0,005 m.



Taça (HOF04/3-5). Fragmento correspondendo a porção do bordo e do corpo. Apresenta forma troncocónica e o bordo, extrovertido e espessado, apresenta lábio de secção semicircular. Foi produzida com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior das paredes apresenta decoração de rendas. Junto ao arranque do fundo situa-se linha concêntrica e o interior do fundo revela vestígios de decoração. A parte superior do bordo foi decorada por séries de traços curtos e oblíquos. Media 0,182 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.

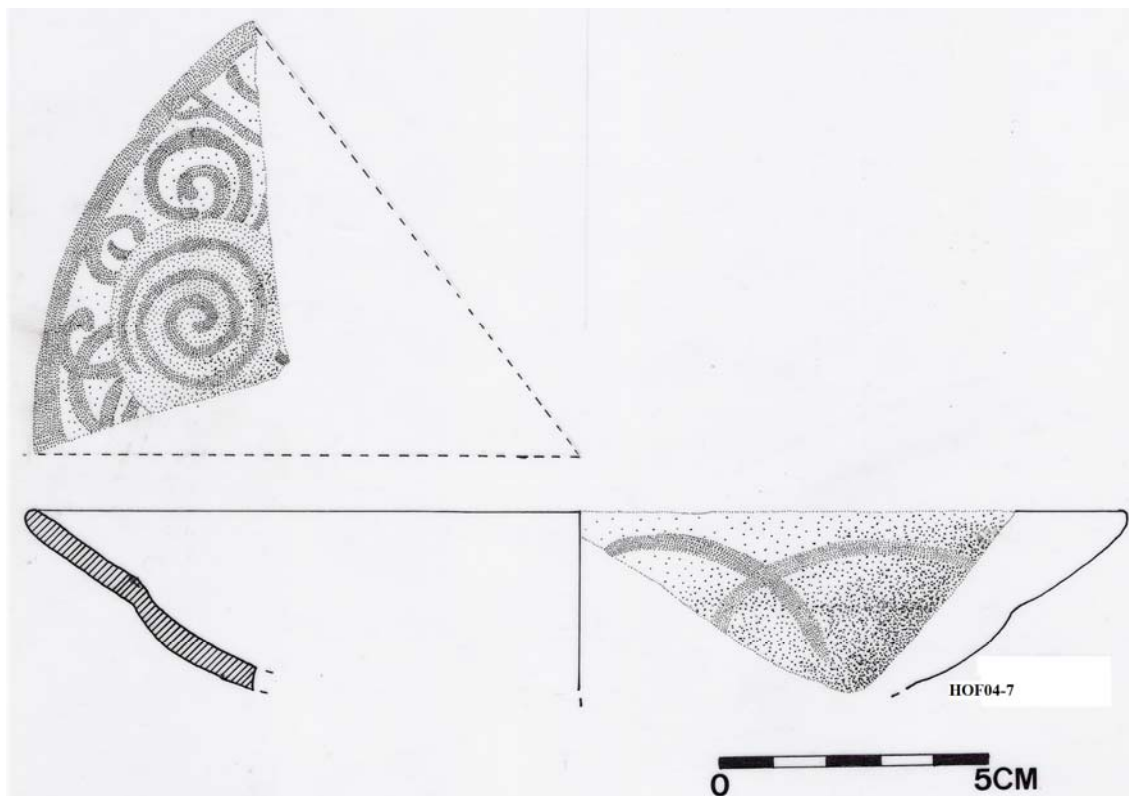


Taça (HOF04/4-6). Fragmento correspondendo a porção do fundo. Este é plano e assente em pé, alto e anelar. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície interior oferece, no centro do fundo, motivos vegetalistas com bolbos e flores. A parte exterior e externa do pé foi decorada por séries de traços curtos e oblíquos. Media 0,118 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.

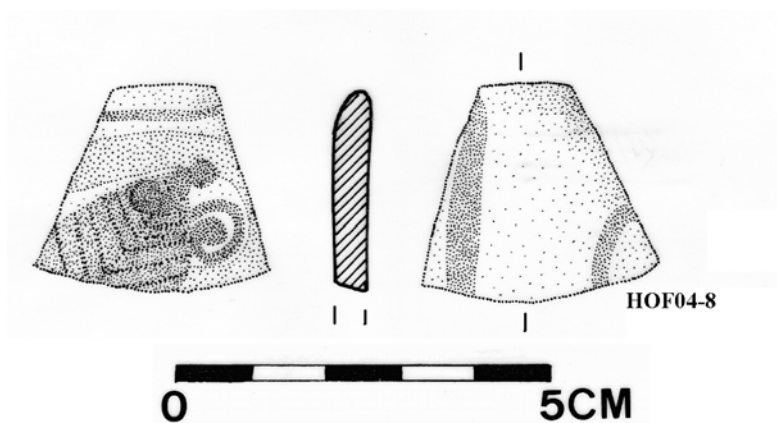


Prato (HOF04/4-7). Fragmento correspondendo a porção do bordo e da aba. Esta é oblíqua e o bordo apresenta secção semicircular. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por linha concêntrica, na

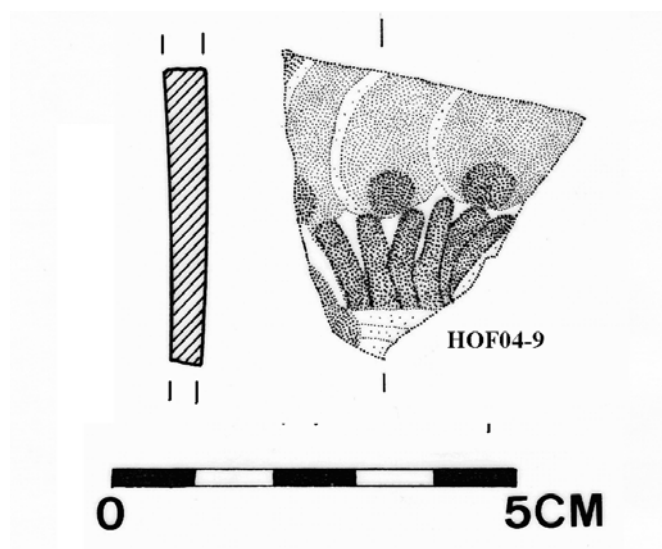
cor azul de cobalto. O interior da aba está subdividido em cartelas, onde pelo menos uma delas possuía uma decoração com grandes folhas, ditas de “aranhões”. Sobre as paredes exteriores observam-se linhas semicirculares, de cor azul de cobalto. Media 0,206 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



Prato (HOF04/4-8). Fragmento correspondendo a porção da aba e do bordo apresentando perfil semicircular. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por linha concêntrica, na cor azul de cobalto. O interior da aba estaria subdividido em cartelas, onde pelo menos uma delas possuía uma decoração com grandes folhas, ditas de “aranhões”. Sobre as paredes exteriores observam-se vestígios de linhas semicirculares e verticais, de cor azul de cobalto. A espessura média das paredes é de 0,005 m.

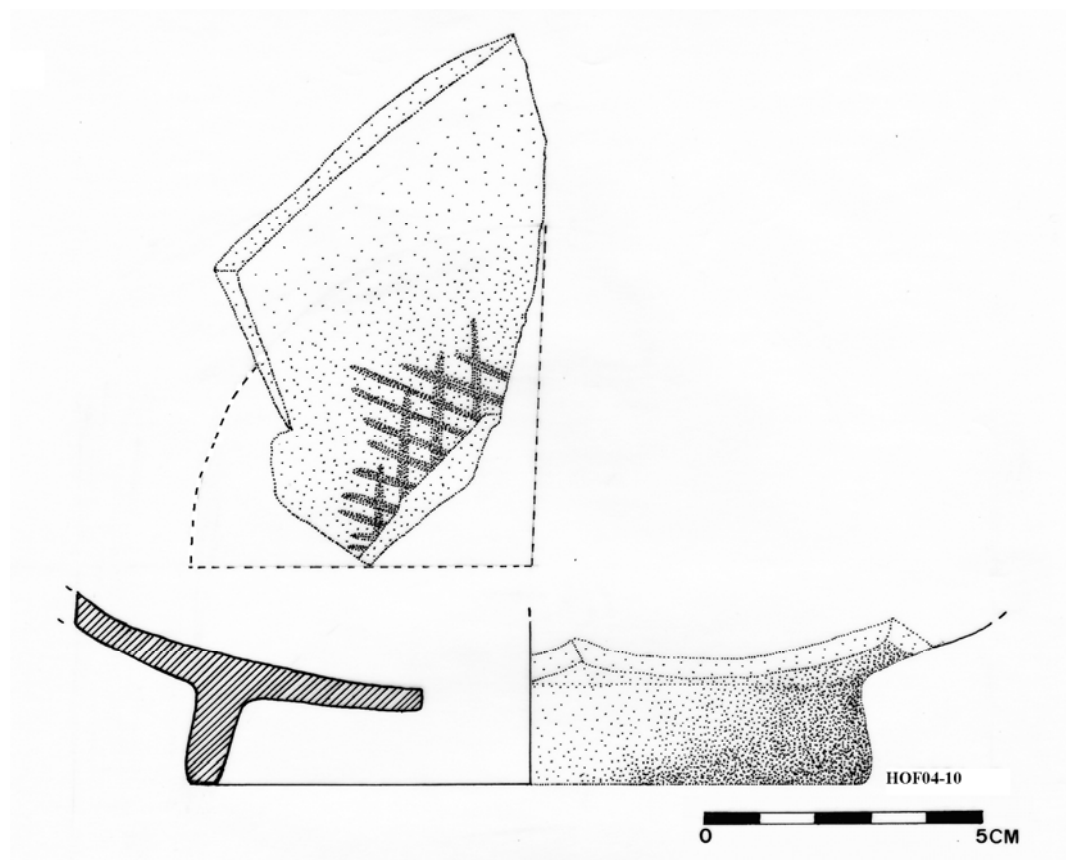


Prato (HOF04/5-9). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Apresenta decoração vegetalista com algumas flores de forma subcircular. Possui ainda algumas linhas horizontais e verticais. A espessura média das paredes é de 0,004 m.



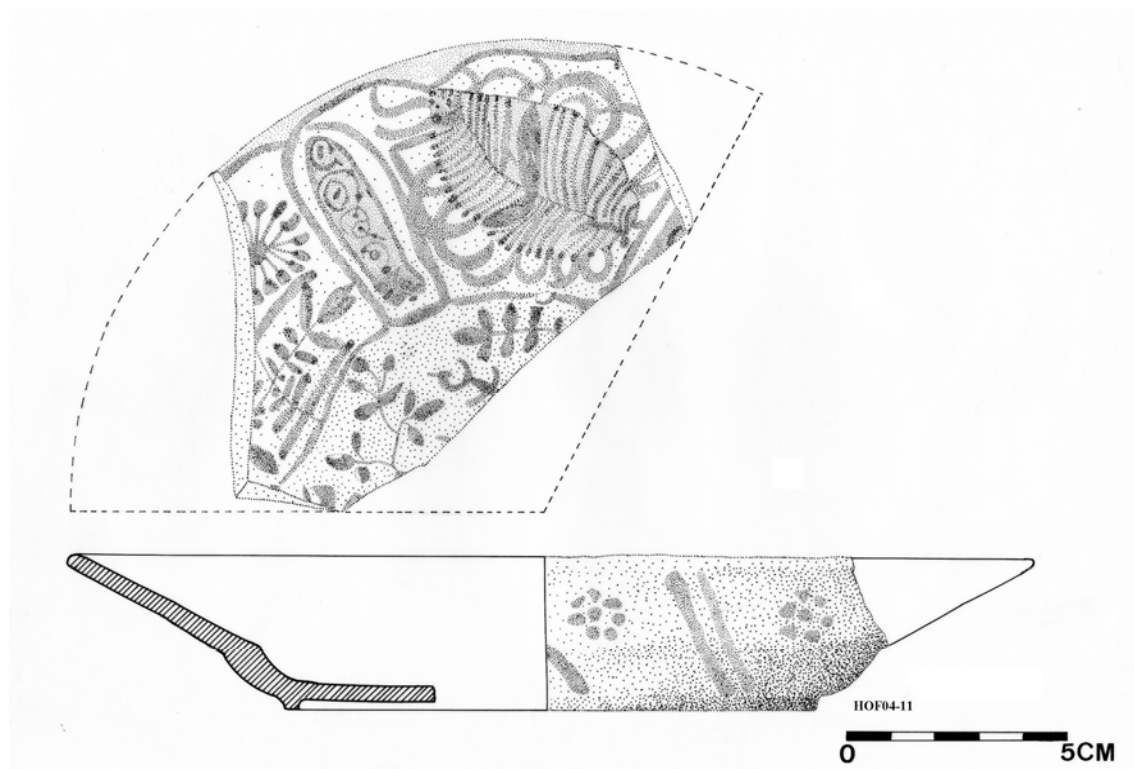
Taça (HOF04/7-10). Fragmento correspondendo a porção do fundo e do arranque das paredes. O bordo era plano e assentava em pé, alto e anelar. Foi fabricada com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície interior oferece, no centro

do fundo, motivo geométrico onde diversas linhas se cruzam. Media 0,122 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.

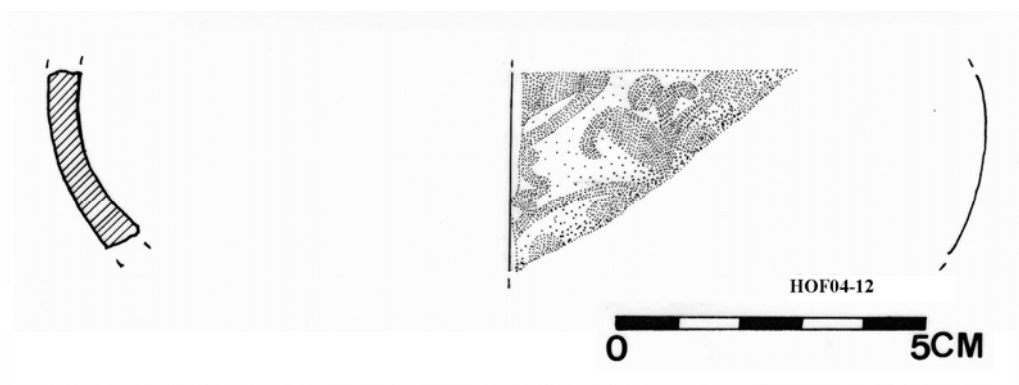


Prato (HOF04/7-11). Fragmento correspondendo a fragmento de bordo, aba e fundo. Apresentava forma subtruncocônica com aba oblíqua. O bordo oferece lábio de secção semicircular. O fundo seria plano, assente em pé baixo, e anelar. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo revela vestígios de decoração de temática vegetalista circundada por linha concêntrica, paralela a outra existente na zona interior do bordo. O interior da aba estaria subdividido em seis cartelas, onde intercalam três composições com grandes folhas, ditas de “aranhões”, com três outras constituídas por flor central, circular, rodeada por quatro conjuntos de pétalas, dispostas radialmente. Sobre as paredes exteriores observam-se linhas oblíquas e pequenos pontos arrumados numa decoração floral, de cor azul de cobalto. Media

0,218 m de diâmetro no bordo e 0,122 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0.005 m.

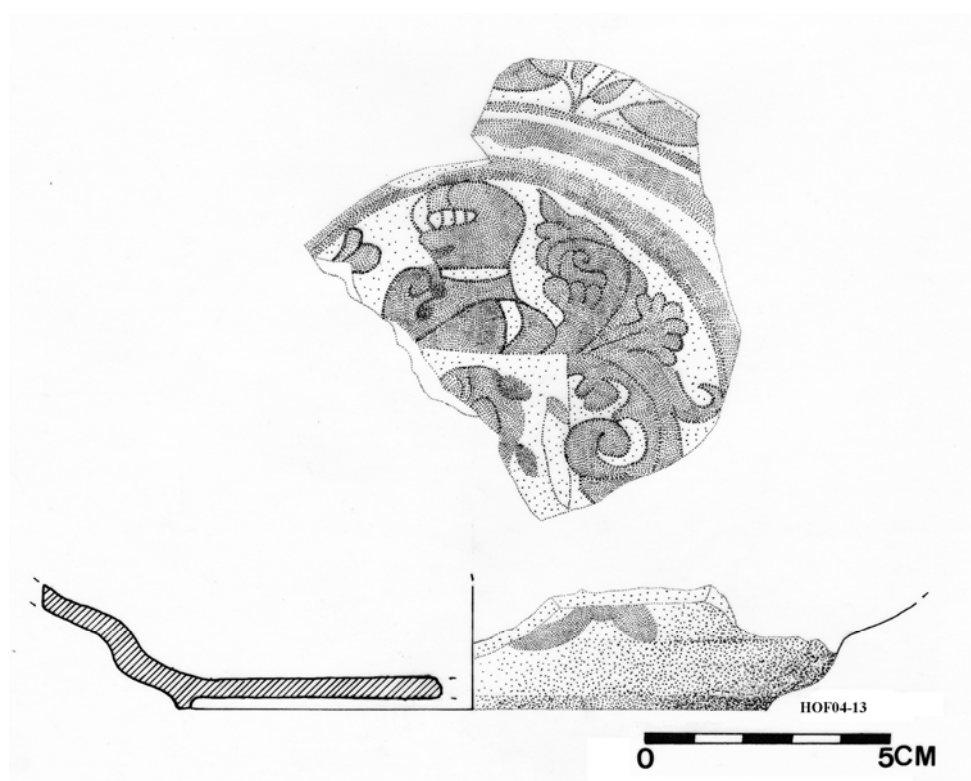


Taça (HOF04/7-12). Fragmento correspondendo a porção do corpo com forma hemisférica. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O exterior das paredes encontra-se decorado com motivos vegetalistas. Media 0,148 m de diâmetro na zona central do corpo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.

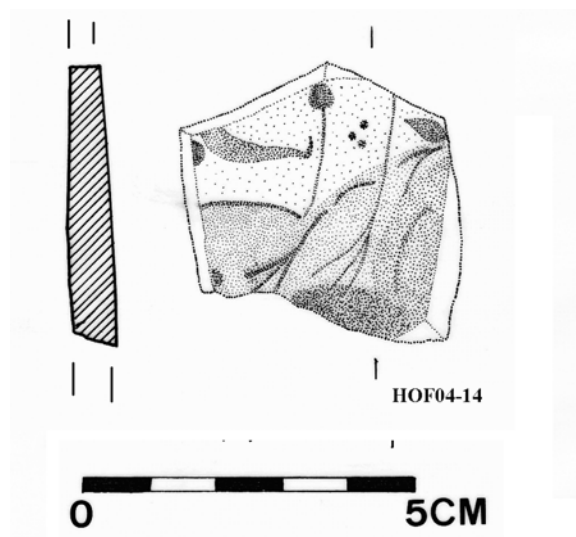


Prato (HOF04/7-13). Fragmento correspondendo a porção da aba e do fundo, assente em pé, baixo e anelar. Apresentaria forma subtruncocónica. Foi produzido com

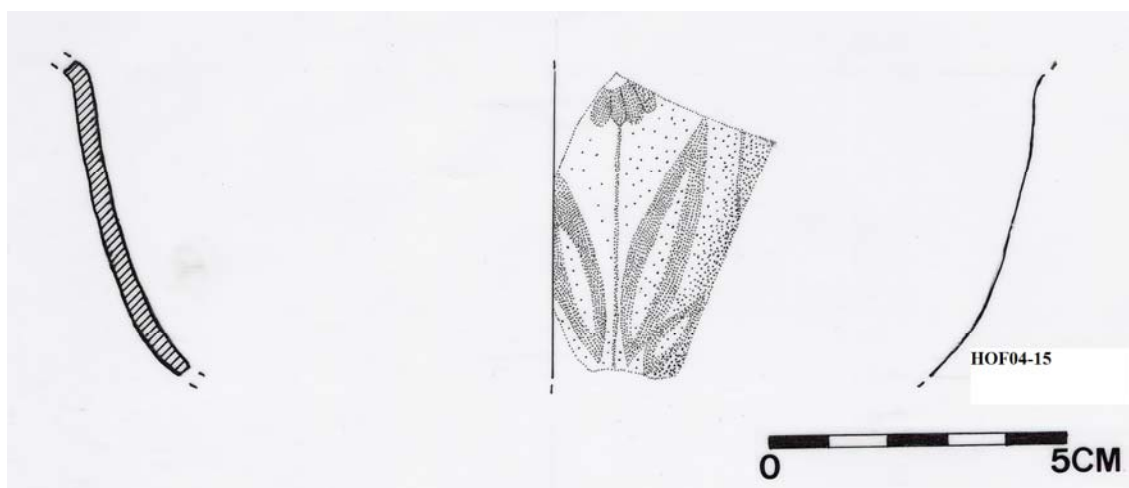
pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto e violeta. O interior do fundo revela os restos de um leão rompante, utilizado nas armas da família Silva, assim como as volutas e a armadura que, em geral, envolvem aquele signo heráldico, pintadas na cor azul de cobalto e violeta. Esta decoração encontra-se circundada por duas linhas concêntricas, paralelas. A aba apresentaria decoração vegetalista em ambas cores referidas. Sobre as paredes exteriores observam-se linhas semicirculares, de cor azul de cobalto. Média 0,122 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



Prato (HOF04/7-14). Fragmento correspondendo a porção de fundo plano. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Apresenta decoração vegetalista e representação de formas que sugerem uma iconografia de paisagem. A espessura média das paredes é de 0,006 m.

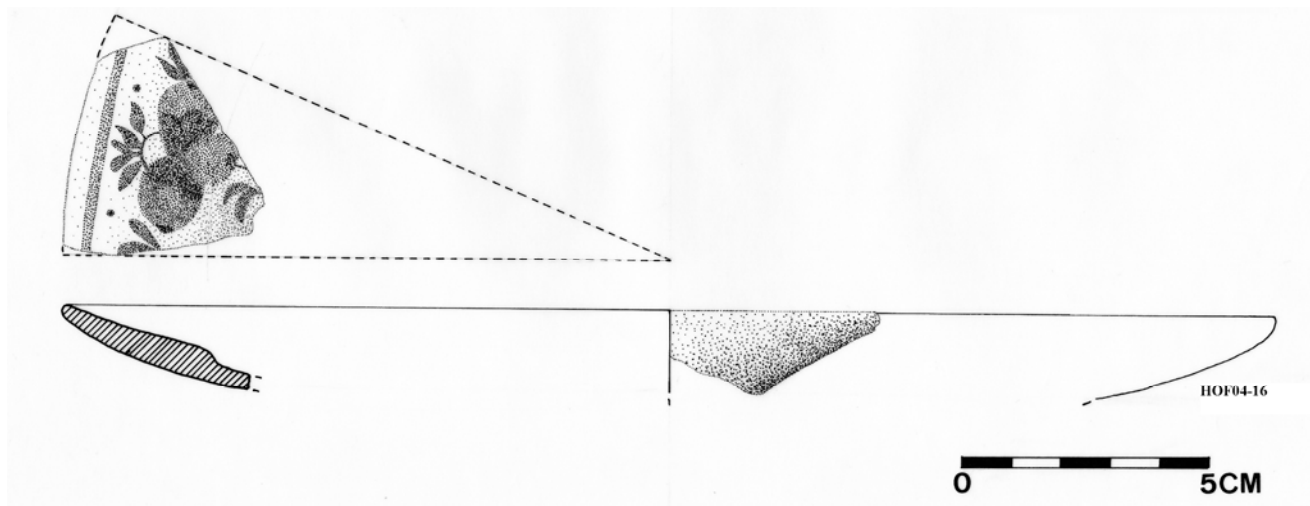


Taça (HOF04/16-15). Fragmento correspondendo a porção do corpo com forma hemisférica e arranque do bordo. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O exterior das paredes encontra-se decorado com motivos vegetalistas. Media 0,156 m de diâmetro na zona central do corpo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.

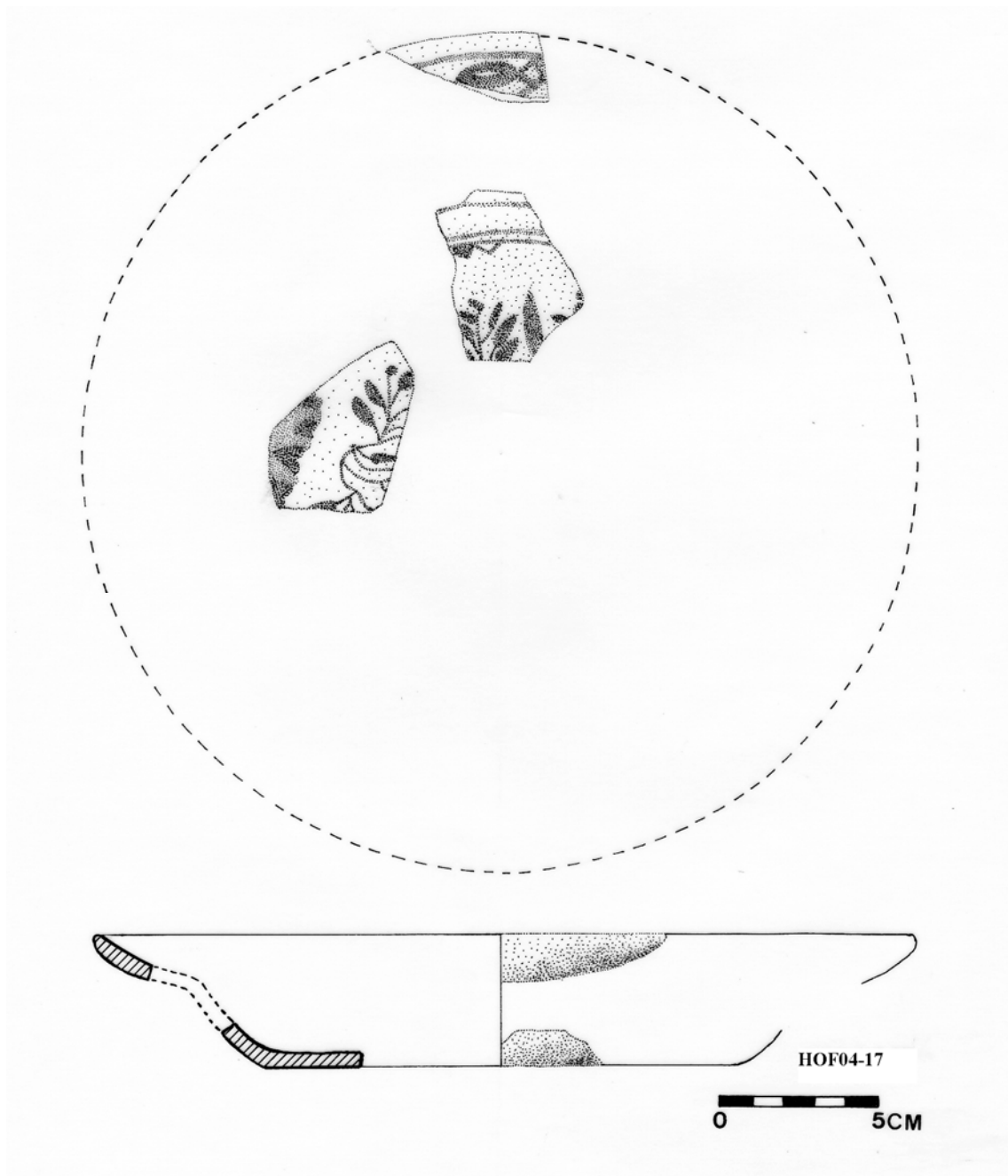


Prato (HOF04/16-16). Fragmento correspondendo a porção do bordo, de perfil semicircular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo apresenta linha concêntrica junto à qual se desenvolve decoração vegetalista com

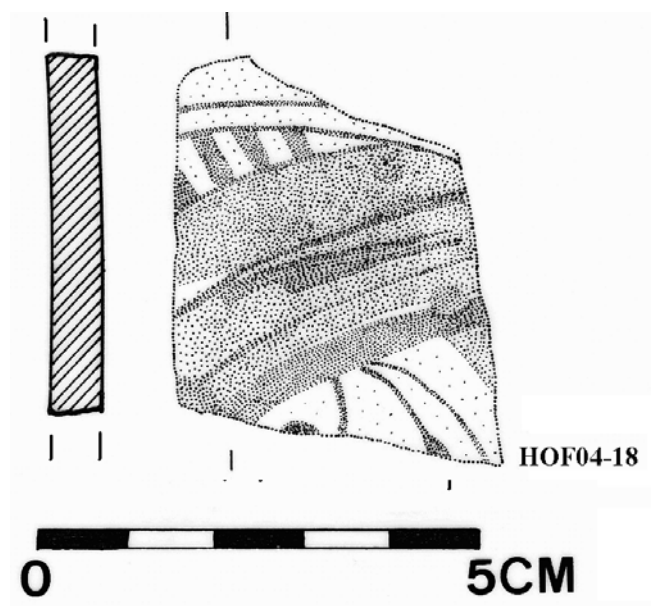
a representação de três pêssegos de inspiração chinesa. Media 0,245 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



Prato (HOF04/16-17). Três fragmentos correspondendo a porção do bordo e do fundo. Apresenta forma subtruncocônica, bordo oblíquo de secção semicircular e fundo plano. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo revela vestígios de decoração de temática vegetalista circundada por duas linhas concêntricas, paralelas a outra existente na zona interior do bordo. A aba estaria descorada com motivos geométricos. Media 0,260 m de diâmetro no bordo e 0,152 m de diâmetro no fundo. A espessura média das paredes é de 0.005 m.



Prato (HOF04/26-18). Fragmento correspondendo a porção de fundo plano. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Apresenta decoração vegetalista. Possui ainda algumas linhas horizontais e verticais. A espessura média das paredes é de 0,005 m.



JAC96 – Jacob’s Island, Bermondsey Wall West, SE1.

A característica principal deste local é o facto de se tratar de uma ilha no rio Tamisa, rodeada por canais, alargados e aprofundados durante o século XVII, entre 1660 e 1680. É ainda a época em que as suas peculiares construções de madeira foram edificadas, nomeadamente os seus edifícios assentes em arcos, destinados a sobreviver a cheias fluviais.

Em 1610, como se verifica no mapa de Londres de Faithorne, a zona possuía apenas um moinho, uma casa com jardim e uma estrada, com construções em ambos lados, bem como três armazéns. No mapa de Newcourt de 1658 já se identifica intensa vida industrial e comercial, com diversas casas, lojas e fábricas. Os canais, funcionando através do sistema de marés, traziam água e evacuavam despejos (Mayhew, 1965).



As casas em Jacob’s Island em 1813 (seg. Monteyne, 2007).

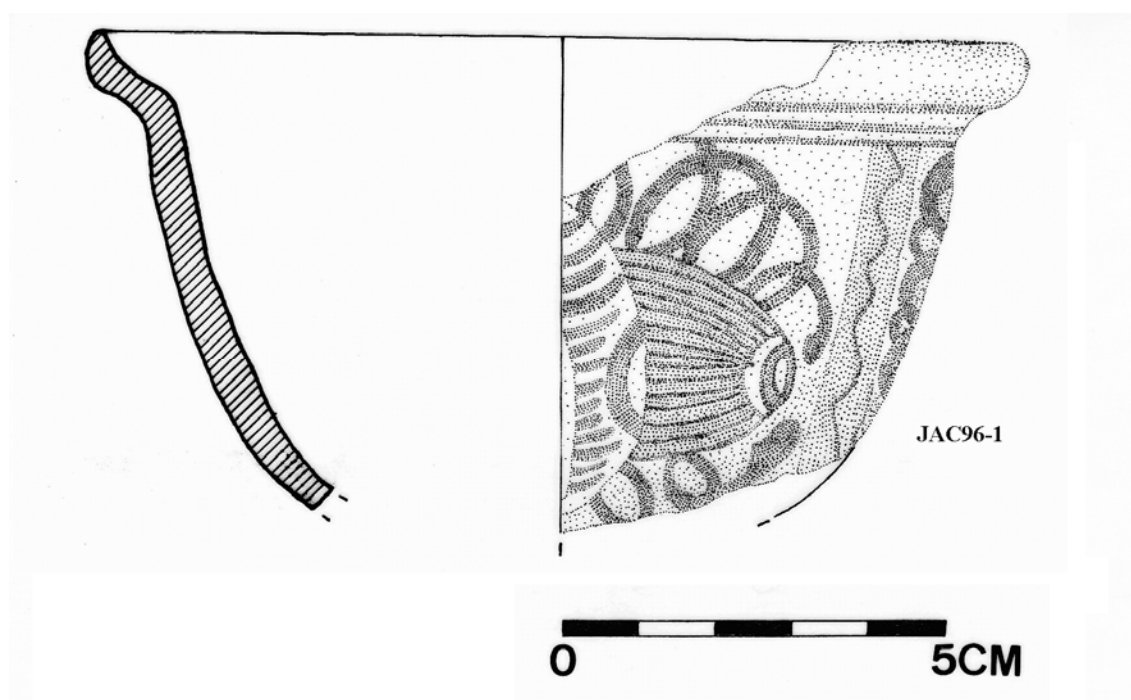
A sua construção mais duradoura e emblemática tratava-se de moinho, destinado à moagem de milho ainda observável nas representações da ilha no século XVI. A par desta estrutura, as restantes construções aqui localizadas eram edifícios comerciais e industriais relacionados com actividades como madeira, papel, têxteis, couros e cerâmicas. Foram aqueles edifícios reestruturados diversas vezes recorrendo à reutilização de madeiras de barcos, cuja análise dendrocronológica localizou no século XVII (Mayhew, 1965).

A dinâmica do século XVII e inícios do XVIII parece ter-se perdido a partir de meados de oitocentos. Uma das referências literárias mais famosas a este local trata-se de passagem de *Oliver Twist* de Charles Dickens em 1847 quando refere Jacob's Island como um dos piores locais de Londres para viver, onde milhares de almas se arrastavam pelas ruas, pernoitando em buracos infestados e imundos, mas recordando que anos antes o local tinha sido alvo de uma vida comercial intensa (Mayhew, 1965).

A escavação foi realizada pelos serviços arqueológicos do museu de Londres em rua a poucos metros do Tamisa e em local que, no mapa de 1658, mostra a existência de armazém. Contudo, a unidade estratigráfica 2, tratando-se de uma camada superficial, é de difícil atribuição cronológica pois assistiu a diversos revolvimentos desde, pelo menos, o século XVIII (Saxby, 2010). Todavia, a presença em área comercial pode sugerir a intenção de comercialização. Por outro lado, considerando que muitos dos edifícios da zona foram construídos com as madeiras provenientes da desmontagem e reutilização de navios, não deve ser ignorada a possibilidade de se encontrar a bordo de algum navio oriundo de Portugal.

Catálogo

Taça (JAC96/2-1). Fragmento correspondendo a porção do bordo e do corpo. Oferecia forma hemisférica. O bordo era extrovertido e apontado com lábio de secção semicircular. Junto ao bordo apresenta pequena carena interna. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto e violeta. A superfície exterior encontrar-se-ia subdividida em cartelas pelo menos, uma das quais, apresentando composição com grande folha, dita “aranhão”, separada das restantes por linhas espessas verticais na cor azul de cobalto, preenchidas por linhas verticais violeta em ziguezague. Entre as cartelas encontram-se ainda elementos fitomórficos dispostos verticalmente. Media 0,122 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



KIG95 – 15-17 King Street, 42-46 Gresham Street, EC2.

As escavações do local revelaram vestígios romanos e medievais. A ocupação moderna ofereceu apenas algumas estruturas, visto que diversas caves de edifícios construídos durante o século XIX destruíram a maior parte dos edifícios modernos entre as quais, os vestígios de uma cave e fossa séptica (UE 87) que revelou dois momentos de enchimento, correspondendo às unidades estratigráficas 88 e 112 (Blair, 2005).



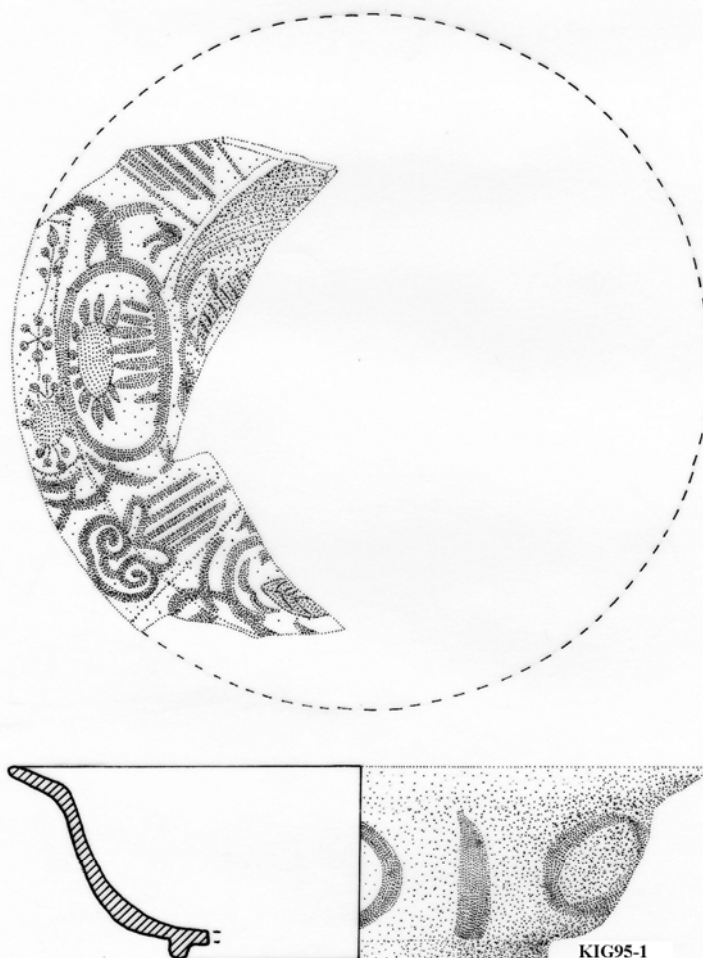
Planta da escavação em King Street (seg. Blair, 2005).

Aquele depósito foi caracterizado como servindo um edifício cuja frente se orientava para a Ironmonger Lane. A riqueza e variedade do espólio sugerem que pode ter resultado dos despejos de uma taberna/estalagem ou da casa de algum mercador abastado, destruída completamente no incêndio de 1666. A datação daquelas duas unidades, com base nos materiais como London delftware, Post Medieval Red Ware e Slipped Redware, cachimbos e importações como alguma porcelana kraak e majólica de Montelupo, sugerem uma cronologia em torno de 1640, à qual corresponde a taça portuguesa recolhida, integrando-se no nosso período IV.

Camada					
87		fossa	séptica		
88 (1640)	LDW	PMRD	SPW	MIM	FP
112 (1640)	LDW	PMRW	MIM	PC	

Catálogo

Taça (KIG95/88-1). Fragmentos correspondendo a porção do bordo, das paredes e do fundo. Apresentava forma hemisférica e o bordo, extrovertido e oblíquo possuía lábio de secção semicircular. O fundo assentava em pé anelar. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície interior oferece, no centro do fundo, vestígios de decoração que sugerem a representação do casco de um barco. A superfície interior das paredes encontrar-se-ia subdividida em cartelas pelo menos, uma das quais, apresentando composição com grande folha, dita “aranhão”, alternava com cartelas preenchidas com motivos vegetalistas com uma flor de corola subcircular possuía onze pétalas. Estes motivos encontravam-se separados por elementos fitomórficos sugerindo uma cabeça de *ruiy*. A superfície do bordo possui decoração vegetalista com flores subcirculares e diversas folhas. Media 0,226 m de diâmetro no bordo, 0,122 de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



0 5CM

LAS01 – Anchor Iron Wharf, Lassel Street, Hoskins Street, SE10.

Em 2001, os serviços arqueológicos do Museu de Londres foram contratados para avaliarem o potencial do local em apreço, atendendo a projectos futuros que irão afectar o subsolo.

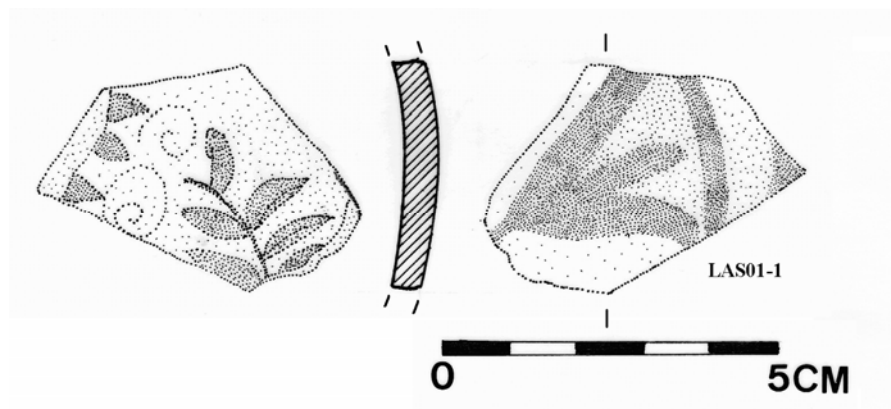
Os vestígios arqueológicos deste local correspondem exclusivamente a ocupação moderna que ocorre, sensivelmente, desde meados do século XVI ao século XIX. Entre os edifícios foram identificados os Hobby Stables, mandados construir por Henrique VIII, em 1533. Em 1676, estas propriedades são oferecidas a William Boreman, por Carlos II, consequência do seu apoio durante a Guerra Civil.

São diversos os vestígios que denunciam esta ocupação, entre os quais se destacam paredes, pavimentos e fossas.

A unidade estratigráfica 152 correspondia ao enchimento de uma daquelas últimas estruturas onde foi igualmente retirado um jarro completo e alguns fragmentos de pratos em porcelana chinesa que permitiu datá-los de cerca de 1650, cronologia que terá o pequeno fragmento de taça de Faiança Portuguesa.

Catálogo

Taça (LAS01/152-1). Fragmento correspondendo a porção da parede. Foi produzida com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície interna apresenta decoração de temática vegetalista com folhas e ainda pequenas volutas. Exteriormente apresenta igualmente motivo vegetalista. A espessura média das paredes é de 0,005 m.



LCM04 – Former London City Mission, Paradise Street, Cathay Street, SE16.

A zona de Rotherhithe conheceu intenso e acelerado crescimento a partir dos finais do século XVI, com o desenvolvimento de docas, cais, armazéns, moinhos, celeiros e, naturalmente, casas que albergavam a população que se dedicava a estas actividades (Stuart, 2004).

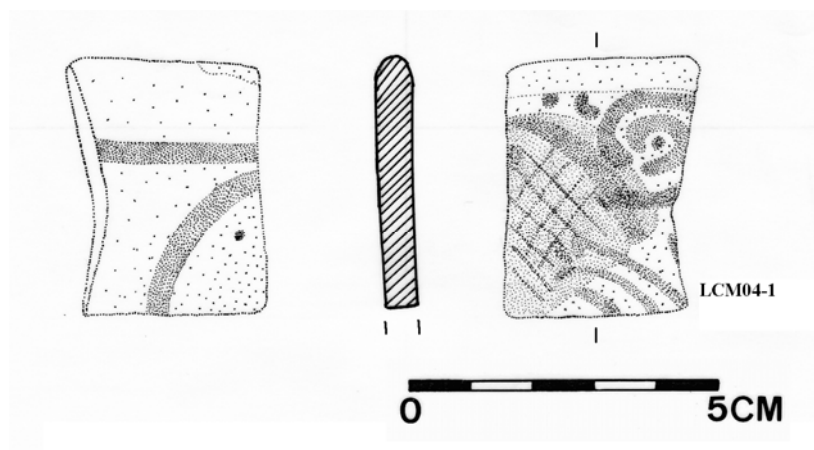
Este local ofereceu cinco fragmentos em Faiança Portuguesa, identificados no relatório, contudo apenas dois daqueles nos foram disponibilizados. No mapa de Londres de Newcourt (1658), a área da escavação aparece referenciada como pátios traseiros de habitações onde são comuns localizar-se as fossas sépticas que recebiam os lixos domésticos dessas mesmas casas (Sayer, 2004).

A unidade estratigráfica 9, identificada como enchimento de fossa rasa (UE 8), sem qualquer tipo de aparelhamento, ofereceu um fragmento de bordo de prato em Faiança Portuguesa, com decoração na cor azul de cobalto e foi datada, com base nos fragmentos de Frenchen stoneware, um fragmento de Raeren Stone Ware, cuja produção ocorreu entre 1480 e 1610, Post Medieval Fine Red ware, cujas peças aqui presentes podem claramente ser datadas dos primeiros vinte anos do século XVII e majólica italiana produzida nas oficinas de Montelupo, entre 1600 e 1630. A peça portuguesa recuperada corresponde efectivamente a esta datação. Ainda que de pequena dimensão, consegue identificar-se parte de rolo de papel característico do período entre 1610 e 1630. Esta unidade encontrava-se selada por muro construído em inícios do século XVIII correspondente a nova habitação (UE 154 e 155).

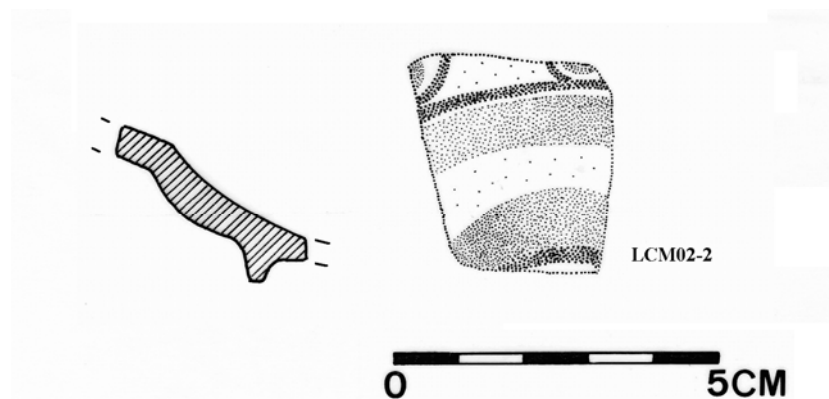
As unidades estratigráficas 42 e 53 (enchimentos de fossas: EU 41 e 52), foram atribuídas a despejos realizados entre 1680 e 1720. Entre as peças recuperadas foram identificadas London Delftware produzido entre 1680-1710 correspondendo ao estilo F da tipologia de Britton (Britton, 1980) e London Stonewares enquadrando a mesma cronologia. O fragmento em Faiança Portuguesa apresenta decoração com contas, em manganês e azul, que pode ser claramente atribuído à cronologia indicada para a sua deposição. Com cronologias semelhantes só o prato de rendas recuperado em BPZ06.

Catálogo

Prato (LCM04/42-1). Fragmento correspondendo a fragmento do bordo e da aba. Este apresenta lábio de secção semicircular. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície interna da aba apresenta decoração fitomórfica com vestígios de esperais. A superfície exterior mostra vestígios de pinceladas semicirculares e horizontais. A espessura média das paredes é de 0.005 m.



Prato (LCM04/42-2). Fragmento correspondendo a porção do fundo, assente em pé baixo e anelar, e ao arranque da aba, oblíqua. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto e violeta. Oferece vestígios de linhas concêntricas, paralelas, no início do fundo e arranque da aba. Oferece restos de decoração em violeta, identificada como pertencendo à família das contas ou das pérolas. A espessura média das paredes é de 0,004 m.



LMD97 – Lambeth Bridge House, Lambeth Road, London, SE1.

Em 1997, a Pre-Construct Archaeology foi contractada para realizar sondagens arqueológicas na Lambeth Road de modo a avaliar a importância do local. Devido ao elevado número de vestígios, a escavação foi alargada em área, identificando diversas estruturas medievais dos séculos XIV, XV e XVI, com a recuperação de elevadas quantidades de cerâmica (Jarret, 2002).

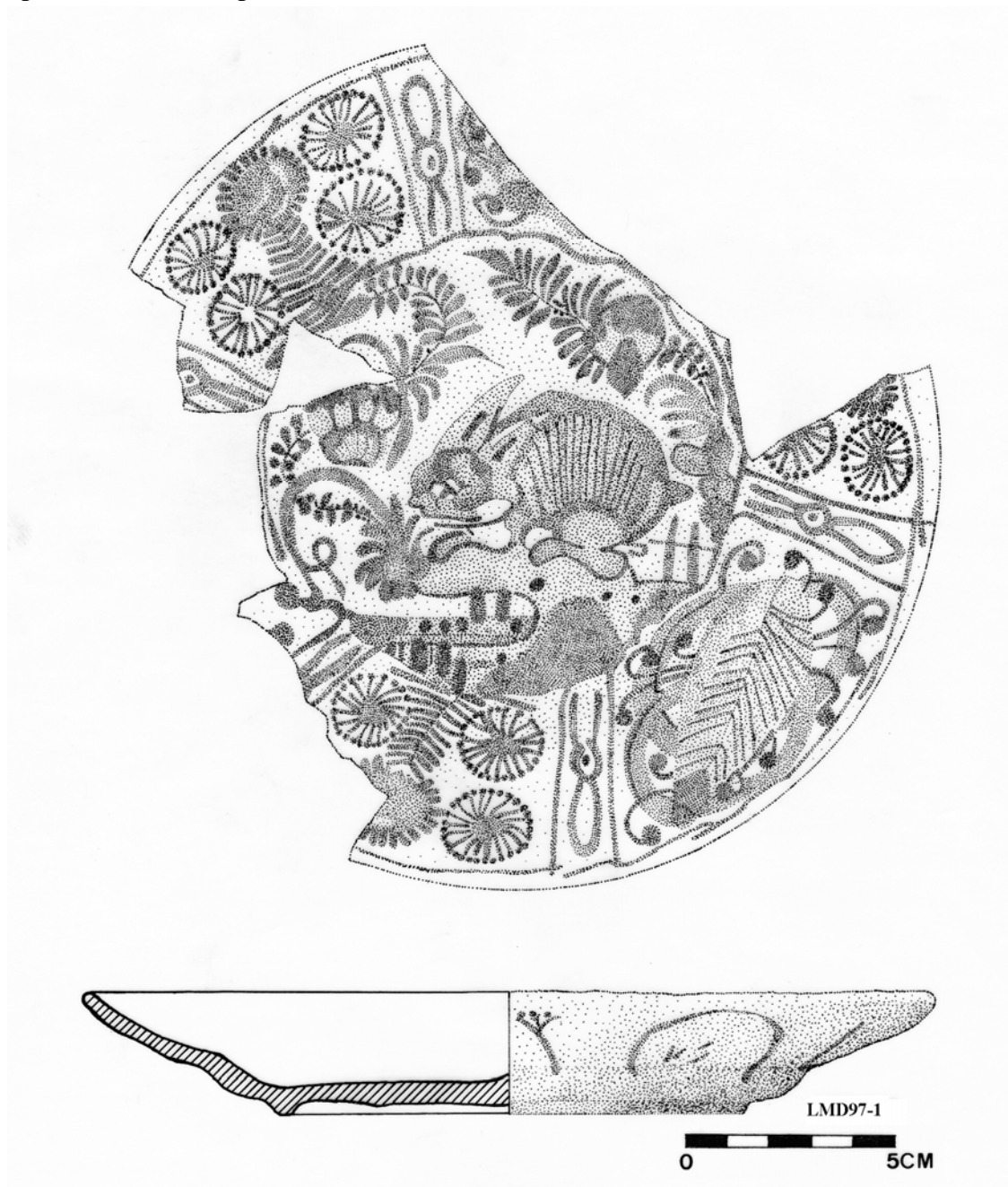
No que concerne à ocupação moderna do local, foi identificado momento de intensa construção, nos inícios do século XVII, quando a zona começa a crescer e albergar trabalhadores do porto de Londres, bem como gente que laborava nas indústrias de cerâmica e vidro, que ali se começaram a desenvolver. A sequência estratigráfica desta intervenção arqueológica revela assim, a passagem de um subúrbio medieval para um centro industrial e produtivo.

A unidade estratigráfica 1172 constituía o enchimento de fossa séptica, próxima de casa virada para a Lambeth High Street, que possivelmente a utilizaria. Dentro da cavidade foram recuperadas peças cuja tipologia as permite datar entre 1625-1680, datação afinada devido à presença de alguns cachimbos que, de acordo com Atkinson e Oswald, foram produzidos entre 1670 e 1680, bem como por alguns fragmentos de Werra Ware, datáveis do primeiro quartel do século XVII. O prato em Faiança Portuguesa apresenta característica decoração de inspiração oriental, onde uma lebre tristonha repousa em cima de rochedo, ladeada por intensa decoração vegetalista. Na aba surgem cartelas onde se inserem aranhões que intercalam com crisântemos. O prato aqui presente corresponde ao período entre 1630-1660, pelo que calculamos que tenha sido descartado aquando de limpeza de recheio de casa, possivelmente uns 30 anos após a sua aquisição.

Catálogo

Prato (LMD97-1). Quase completo. Tinha forma subtruncocónica com aba oblíqua. O bordo possuía lábio de secção semicircular. O fundo tem ligeira carena exterior junto ao pé. Este é baixo e anelar. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies

oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo foi preenchido com composição onde se destaca, ao centro, a representação de uma lebre, sobre rochedo, ladeado por motivos fitomórficos, claramente ao gosto chinês. O interior da aba está subdividido em seis cartelas, onde intercalam três composições com grandes folhas, ditas de “aranhões”, com três outras constituídas por flor central, circular, rodeada por quatro conjuntos de pétalas, dispostas radialmente. Entre as cartelas referidas observam-se laços. Na superfície exterior da aba viam-se seis círculos com pequeno elemento vegetalista central, constituído por traços paralelos, separados por elementos vegetalistas arrumados verticalmente. Mede 0,029 m de altura máxima, 0,218 m de diâmetro no bordo e 0,110 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0.005 m.



MGS96 – 26 Magdalen Street, SE1

Desde as últimas décadas do século XVI que se reconhece a existência desta rua, ladeada por diversas casas, construídas nessa época, pois em mapas anteriores, nomeadamente em 1544 e 1562, surge como zona de pastos comuns de animais. No mapa de Newcourt, em 1658, aquele espaço é já assinalado com diversas casas e mesmo algumas estalagens e pubs (Chew e Pearce, 1999). No Boot's Poverty Map, de 1898, é classificada como zona onde habita uma classe média elevada. Estas populações abastadas já aqui deviam habitar desde finais do século XVI, atendendo às cerâmicas recuperadas. A par de diversos materiais de produção local, em cerâmica comum, vidrada e esmaltada, foram identificadas importações oriundas de Montulupo (MIM), Sevilha (SEV) e Valência (RMV), fragmentos de pichéis de Saintonge (STG) e obviamente de Portugal (FP), desde meados do século XVI a finais do século XVII (Chew e Pearce, 1999).



Planta da ocupação do século XVII em 26, Magdalen Street (seg. Chew e Pearce, 1999).

Entre outras estruturas, nomeadamente construções habitacionais e fossas sépticas, bem como o pavimento original da rua, foi identificado esgoto a céu aberto que ali existiria, pelo menos, desde finais do século XVI e abandonado em finais da centúria seguinte, momento a partir do qual foi sendo preenchido com lixos domésticos, até

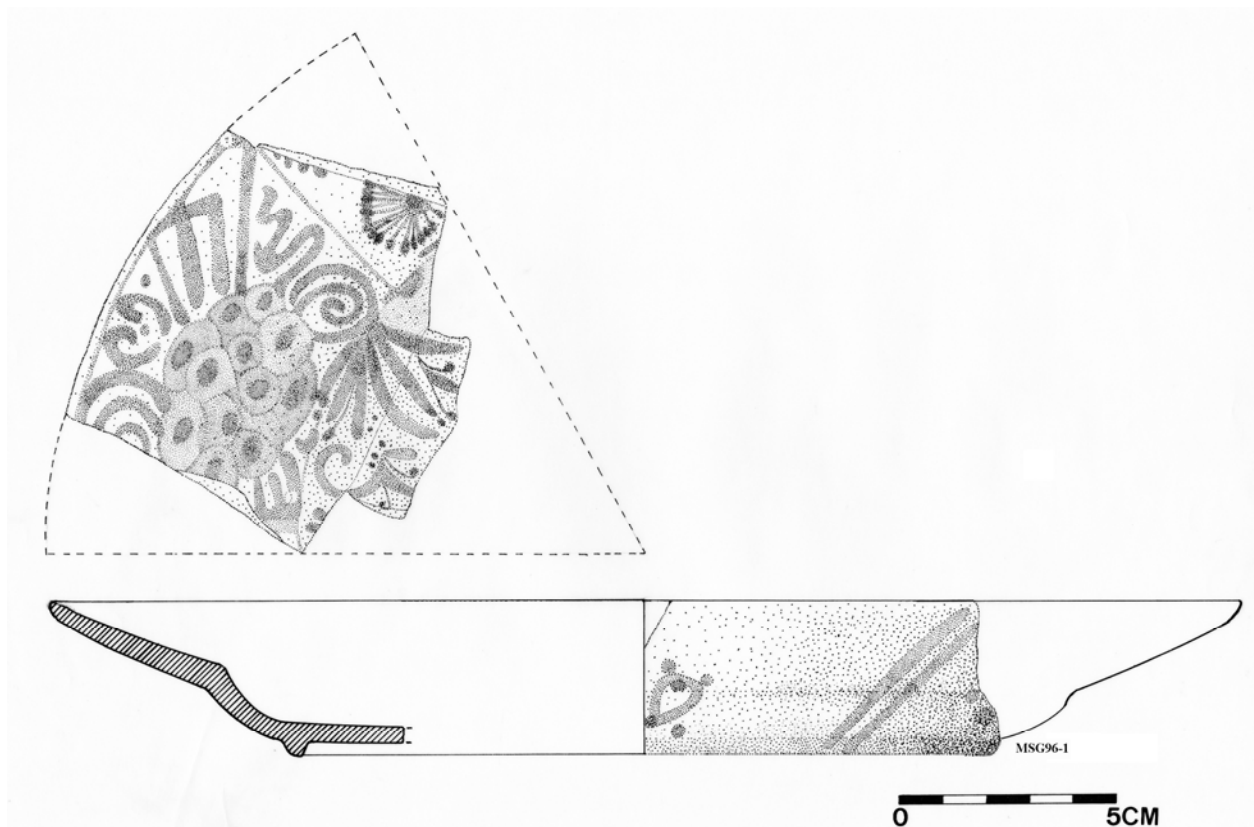
inícios do século XVIII. Este processo foi arqueologicamente documentado através de seis unidades estratigráficas. A unidade estratigráfica 207, que ofereceu prato em Faiança Portuguesa, integra um desses momentos, desenvolvido entre 1630 e 1650. A camada encontra-se bem datada através da estratigrafia onde está inserida, identificando-se peças de London Post Medieval Slipped Redware, cuja produção terminou por volta de 1645. Nas camadas inferiores foram identificadas produções locais como Surrey-Hampshire wares, Tudor Brown Wares e Frenchen Stone Wares importações valencianas de reflexo metálico e majólica italiana de Montelupo, de finais do século XVI e inícios do século XVII. Nas camadas superiores encontraram-se White Border Wares e Red Border Wares, cuja produção marcou o consumo londrino entre 1650 e 1700, bem como London Delftware, uma das quais datada de 1653, Fine Red Wares e Post Medieval Black Glazed Redware, produzidos entre 1650-1680 e 1680-1700 (Chew e Pearce, 1999).

Camada			
1700-1680 (205)	LDW	PMFRW	PMFGR
1680-1650 (206)	LDW	WBW	RBW
1650-1630 (207)	PMSRW	FP	PMRW
1630-1600 (208)	SHW	MIM	
1600-1580 (209)	TBW	FSW	RMV
1580-1550 (210)	STG	SHW	

Catálogo

Prato (MSG96-1). Fragmento correspondendo a porção do bordo, corpo e fundo. Apresentava forma subtruncocónica com aba oblíqua. O bordo oferece lábio de secção semicircular. O fundo seria plano, assente em pé baixo, e anelar. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo revela vestígios de decoração de temática vegetalista circundada por linha concêntrica, paralela a outra existente na zona interior do bordo. O interior da aba estaria subdividido em seis cartelas, onde intercalam

três composições com grandes folhas, ditas de “aranhões”, com três outras constituídas por flor central, circular, rodeada por quatro conjuntos de pétalas, dispostas radialmente. Media 0,272 m de diâmetro no bordo e 0,162 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0.005 m.



MIR84 – 12-14 Mitre Street, EC3.

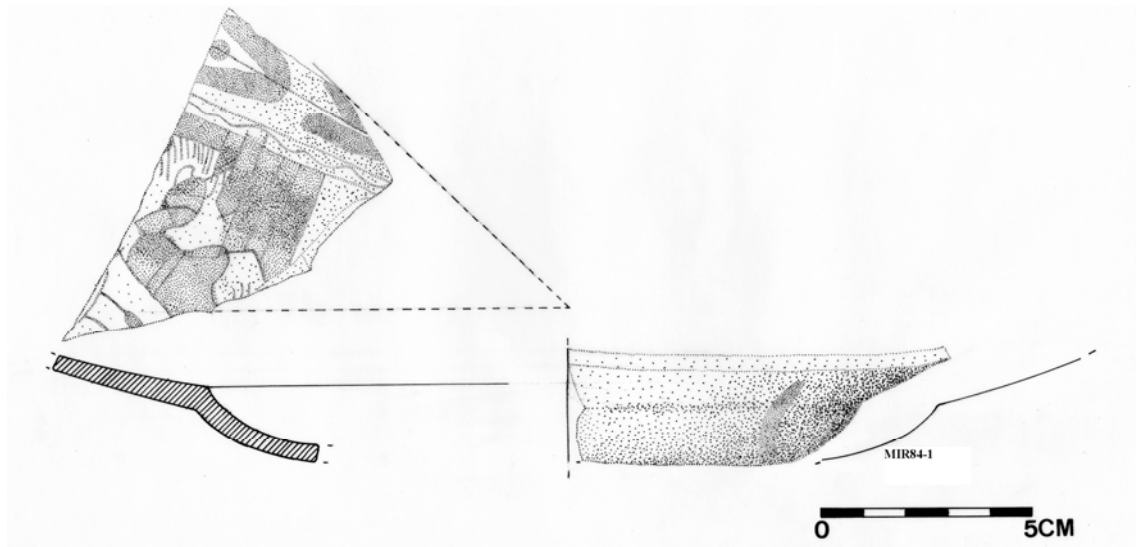
Esta intervenção, a par da identificada com a sigla DUK77, foi realizada dentro do recinto de convento da Ordem da Santíssima Trindade, em área habitacional. A unidade 65 constituía o enchimento de uma fossa séptica, aparelhada com tijolo e foi datada como pertencendo aos finais do século XVII, inícios da centúria seguinte. A peça de Faiança Portuguesa foi exumada aquando da recolha de um outro prato (*delftware*) que continha a palavra hebraica para “leite”, ao centro, produção das fábricas de Lambeth, datada de inícios do século XVIII. A par desta peça foram ainda recolhidos diversos fragmentos de louça comum local e outras peças estaníferas, bem como uma larga colecção de cachimbos, que corroboram a cronologia das cerâmicas (Pearce e Schofield, 1998).

A presença do prato epigrafado revela que estamos num contexto ocupado por uma família de judeus o que se declara estranho, atendendo ao ambiente religioso circundante. Esta é certamente mais uma evidência que a presença de Faiança Portuguesa se encontra relacionada com esta comunidade, ligada ao comércio internacional e com pleno conhecimento das produções portuguesas.

A peça em faiança apresenta decoração a azul e manganês, manufacturada na segunda metade do século XVII nas oficinas de Lisboa, como demonstra a análise da sua pasta, esmalte e decoração.

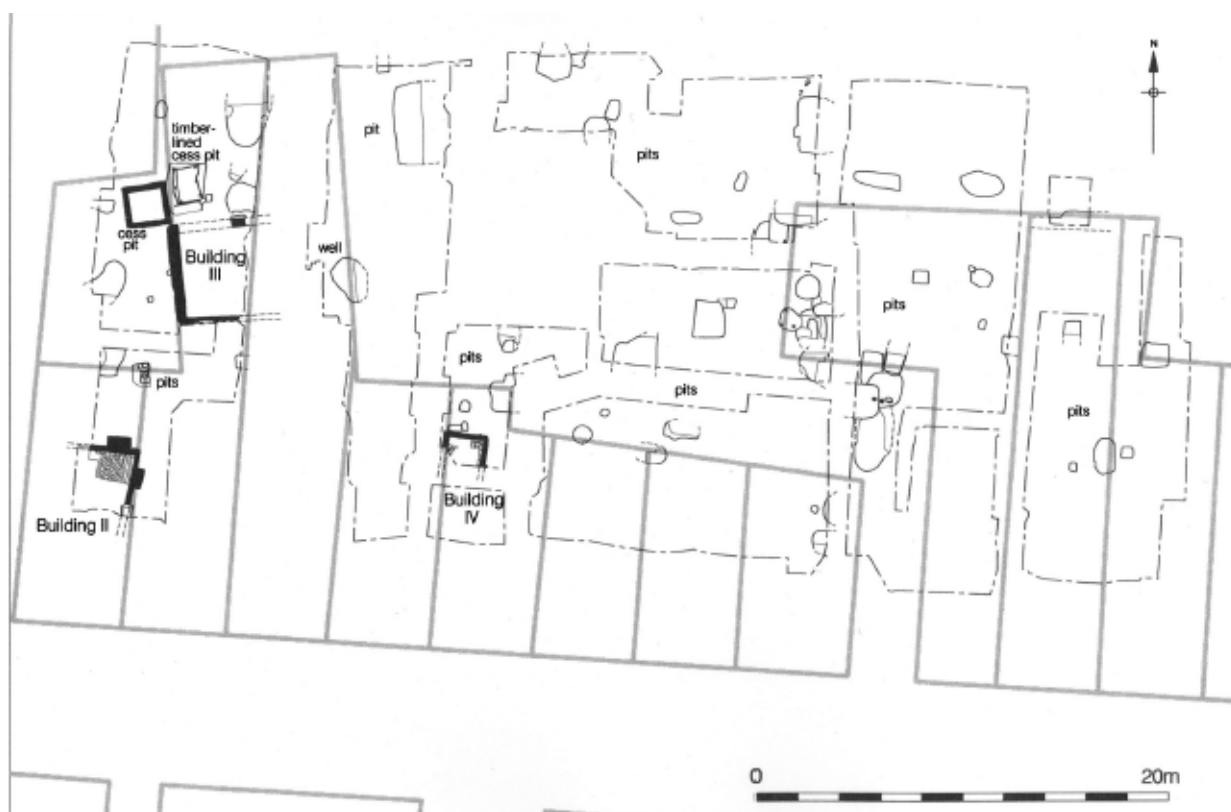
Catálogo

Prato (MIR84-1). Fragmento correspondendo a porção da aba. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba estaria subdividido em cartelas separadas por elementos vegetalistas. Uma daquelas apresentaria representação antropomórfica ao estilo chinês. Na superfície exterior da aba regista-se pincelada vertical na cor de azul de cobalto. Media 0,176 m de diâmetro na zona média do corpo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



NHU99 – 43-53 Narrow Street, Limehouse Basin, E14, Tower Hamlets.

Durante os séculos XVI e XVII, o desenvolvimento das viagens e comércio internacional levou a que as zonas ribeirinhas de Londres se ampliassem, albergando gentes ligadas às actividades marítimas, construção naval e negócios. A escavação arqueológica, efectuada na zona de Ratcliff, identificou diversas casas, relativamente bem preservadas. O bairro escavado nesta intervenção desenvolveu-se nos finais de quinhentos e durante a centúria seguinte. Em 1590, John Stow refere que *“Ratcliff itself hath also increased in buildings eastwards (in place where I have knowne a large highway, with fayre Elme trees on both sides) that the same hath now taken hold of Lime Hurst, Lime Host, corruptly called Lime house (...) but of late years shipwrights and (for most part) other marine men, have builded many large and strong houses for themselves, and smaller for saylers, from thence almost to Poplar”* (Beame, 1852). O mapa de Newcourt de 1658 mostra uma rua ladeada por casas de diversos tamanhos.



Planta da escavação em Narrow Street (seg. Killock e Meddens, 2005).

A documentação existente acerca da área revelou que a maioria dos seus habitantes se dedicavam às actividades marítimas, nomeadamente Suzanne Cross ou Nicholas Hobbs, o capitão John Crowder, dono de dez casas alugadas, ainda que não seja possível indicar quais seriam, ou Robbert Denis, morador perto do Three Foxes Inn e onde maior quantidade de cerâmica importada foi recolhida (Killock e Meddens, 2005). Um dos mais reconhecidos moradores foi John Vassal que, em 1588, armou dois barcos contra a Invencível Armada. Por outro lado, existe ainda alguma documentação relatando que muitos dos habitantes desta rua se dedicariam ao corso, pirataria e a outras actividades marítimas ilegais, cuja remuneração seria sempre superior ao de uma carreira legal a bordo de navios internacionais (Killock e Meddens, 2005). Estes ataques conheceram o seu pico durante os diversos períodos de hostilidade com Espanha e os Países Baixos. John Limery, morador numa casa que se julga ter sido identificada no local, é conhecido por ter atacado alguns navios espanhóis e portugueses na década de 20 do século XVII (Killock e Meddens, 2005). Este mesmo capitão esteve em Espanha em 1637 importando tabaco para Inglaterra. William Swanley, também morador no bairro e capitão de alguns navios da Companhia das Índias Orientais, morreu num combate com um galeão português no Índico (Killock e Meddens, 2005).

O século XVII foi uma época próspera para estes homens, cujas casas de madeira foram substituídas por estruturas mais resistentes e recheios opulentos, com bens oriundos de diversas partes do mundo. Cerâmicas de produção local e importações, vidros, materiais em osso, metais e mesmo jóias, revelaram origens de uma ponta à outra do globo, da China às Caraíbas, cuja quantidade não encontra paralelos no Reino Unido.

A estrutura mais antiga contendo Faiança Portuguesa tratou-se da fossa 849. Esta, repleta de lixo doméstico, sobretudo ossos e conchas, foi certamente preenchida entre 1600 e 1625, atendendo que, imediatamente acima dela, estava a base de habitação construída por volta de 1630 (UE 846), visto que, o item mais tardio identificado sobre aquele chão, foi um cachimbo de 1640. No seu interior foram recuperados 34 fragmentos de cerâmica, apenas 14 dos quais produzidos em Inglaterra. As importações tratavam-se de peças produzidas nos Países Baixos, Itália, Alemanha, França, Espanha e obviamente, Portugal. A par deste conjunto foi ainda recuperado copo de vidro produzido na Renânia.

Imediatamente abaixo do pavimento da habitação, foi identificada nova camada (UE 845), datada entre 1625 e 1630, na qual foram recuperados alguns fragmentos de Faiança Portuguesa, acompanhada de cerâmicas provenientes de Espanha, Itália, Alemanha, Países Baixos e mesmo do Oriente, com um fragmento de martabã. Foi igualmente recuperado um jarro de vidro dos Países Baixos.

Duas grandes fossas sépticas estavam associadas a uma casa virada para a Narrow Street. Uma delas (UE 875), estruturada em madeira, foi utilizada durante cerca de 20 anos, entre 1620 e 1640 e, no seu interior (UE 963), ofereceu peças de Surrey e Hampshire, Espanha, Portugal, Itália, Alemanha, Países Baixos, França (Saintonge), bem como Post Medieval Red Ware, London Delftware e Slipped wares. Foi igualmente recuperado um pequeno copo de vidro veneziano e um copo *cristallo*, ambos datados de finais do século XVI e inícios do século XVII (Killock e Meddens, 2005).

Um dos contextos mais bem datados trata-se da fossa 912 (enchimentos UE's 913 e 914) que se calcula datar entre 1660 e 1670. Ainda que de pequena profundidade (0,600 m), surgiram no seu interior algumas porcelanas chinesas de meados do século XVII, a par de Faianças Portuguesas, italianas e cerâmica espanhola, bem como duas anforetas, com a mesma datação. As produções locais são vidrados estaníferos e cerâmica comum vermelha e de manufactura inglesa de Hampshire e Surrey. Um dos objectos mais extraordinários desta escavação foi aqui recolhido, tratando-se de grande prato de produção persa, produzido no sul do Irão, por volta de 1660.

A fossa 308 foi preenchida entre 1650 e 1660 (EU's 306 e 307). O seu conteúdo ofereceu Faiança Portuguesa, a par com cerâmica espanhola, italiana, francesa, alemã e holandesa. As produções locais tratam-se de Post Medieval Red Wares, peças de Hampshire e Surrey e London Delftware, uma delas com a inscrição 'SEARVE GOD', muito comum no período de Cromwell.

Com cronologia semelhante (1640-1660), foi escavada a fossa 214, associada à casa de Thomas Harrison. No seu interior (UE's 211 e 212) foi recolhida uma colecção muito semelhante às das fossas anteriores. Cerâmica portuguesa e espanhola com faianças, ânforetas e reflexo metálico, Frenchen Stone Ware e majólica italiana. As produções inglesas resumiam-se a London Delfware, Hampshire/Surrey borders, cerâmicas de Essex e Post Medieval Red Wares.

Peças portuguesas datadas de meados do século XVII foram ainda recuperadas das UE's 304, 372, 480, 733, 948, 1030, 1085, ainda que em menores quantidades.

Com o aproximar das últimas décadas do século XVII, a construção de novas casas diminui em Narrow Street e consequentemente também os despejos de cerâmica. A maioria das importações vê os seus números diminuírem drasticamente. As exceções são claramente as porcelanas chinesas e as Faianças Portuguesas.

O edifício 5, datado por cachimbos entre 1660 e 1680, era de uma grande riqueza e opulência. Servindo esta construção foi encontrada fossa rectangular, pouco profunda (UE 875), aparelhada com madeira, que inicialmente pode ter servido a função de canteiro. No seu interior (UE 864 e 865), foram exumadas Faianças Portuguesas e majólicas italianas, bem como London Delftware e majólica holandesa que datam este enchimento entre 1670 e 1680.

Junto ao edifício III foi encontrado dentro de fossa séptica (934) um extraordinário conjunto de cerâmica datável entre 1680 e 1690 (enchimento UE 933). A maioria dos achados tratou-se de London Delftware, sobretudo pratos octogonais, muito em voga neste período, Hampshire/Surrey borders, cerâmicas de Essex, mas com algumas importações alemãs, holandesas e italianas, mas onde se destacam as portuguesas, com uma grande percentagem.

As conclusões gerais retiradas pelos arqueólogos que escavaram este local aponta para que a maior parte das peças tivessem sido adquiridas por métodos ilícitos de corso e pirataria. No entanto, grande parte das peças portuguesa é oriunda de meados do século XVII, altura em que a paz entre Portugal e Inglaterra estava estabelecida (Killock e Meddens, 2005). Como se pode comprovar pelos registos portuários da cidade do Porto, os mercadores ingleses eram uma constante naquela cidade, pelo que o acesso a cerâmicas ali produzidas seria fácil. Os inícios do século XVII, época de conflito anglo-espanhol, demonstraram uma maior incidência de peças italianas. Contudo, com o avançar da centúria aumentam as importações de Faiança Portuguesa e cerâmicas espanholas. Poderá esta mudança em meados do século estar relacionada com o gosto da população. Todavia, a explicação para essa mutação pode ser encontrada na alteração das estratégias de negócio. Ainda que poucos mercadores tenham sido referenciados nesta zona, com o fim do domínio espanhol, os portos portugueses abriram-se à Inglaterra, facilitando a entrada de bens. Mudam as fontes de negócio, mudam os sítios

de onde as peças são oriundas, pelo que a sua aquisição através do corso e pirataria terá de ser reconsiderada.

Na maioria dos locais ingleses onde cerâmica importada tem sido recuperada, o seu consumo e utilização era sobretudo estético. São raras as marcas de uso, chegando as peças a possuírem orifícios destinados à sua fixação em paredes. No entanto, Narrow Street apresentou-se como uma excepção. A análise física da extraordinária colecção aqui recuperada, demonstrou que os recipientes de produção exógena, independentemente do seu valor económico, eram utilizados quotidianamente nas casas, possivelmente servindo à mesa. Esta conclusão foi retirada da análise das diversas marcas de uso que revelam um acentuado desgaste nos bordos e fundos das peças, demonstrando que estamos perante uma comunidade com elevada capacidade monetária.

A Faiança Portuguesa aqui recuperada demonstra uma maior incidência cronológica a partir da segunda metade do século XVII. Ainda que surjam algumas peças decoradas com motivos orientais, sobretudo aranhões, inseridos em cartelas, predominam as rendas. Curiosamente, e atendendo às cronologias apresentadas, foi registado apenas um fragmentos de taça com decoração a manganês. A ausência desta cor, que sabemos de grande incidência na faiança consumida em Portugal a partir de 1660, pode estar relacionada com exigências estéticas, não satisfazendo o gosto dos habitantes de Narrow Street.

De facto, é o único local nas Ilhas Britânicas onde podemos considerar a presença de “serviço” de mesa, com diversos pratos e taças. Estes recipientes foram claramente produzidos nas oficinas de Vila Nova. O seu esmalte aderente, mas pouco brilhante, apresentando característico craquelê, revela a sua origem. As restantes peças podem ser consideradas produções lisboetas. Uma das garrafas aqui exumadas (NHU99-23), apresenta características físicas e decorativas, semelhantes a objecto homónimo recuperado na intervenção arqueológica do Largo de Santos (Lisboa) onde foram identificados despejos de olarias.

Catálogo

Prato (NHU99/123-1). Fragmento correspondendo a porção do corpo. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba apresentava decoração vegetalista. Na superfície exterior da aba regista-se linha ondulada. A espessura média das paredes é de 0,005 m.

Jarro (NHU99/123-2). Fragmento correspondendo a porção da parede. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície exterior foi decorada com linhas verticais e oblíquas de diferentes espessuras e tons. A espessura média das paredes é de 0,008 m.

Taça (NHU99/202-3). Fragmento correspondendo a porção do bordo, extrovertido e de perfil semicircular e das paredes. Estas são oblíquas e apresenta forma troncocónica. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O exterior das paredes apresenta duas linhas concêntricas, paralelas, junto ao bordo, das quais parte intensa decoração vegetalista que recorre a diferentes tons de azul. Media 0,220 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.

Taça (NHU99/211-4). Fragmento correspondendo a porção do bordo, extrovertido e de perfil semicircular e das paredes. Estas são oblíquas e apresenta forma troncocónica. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e

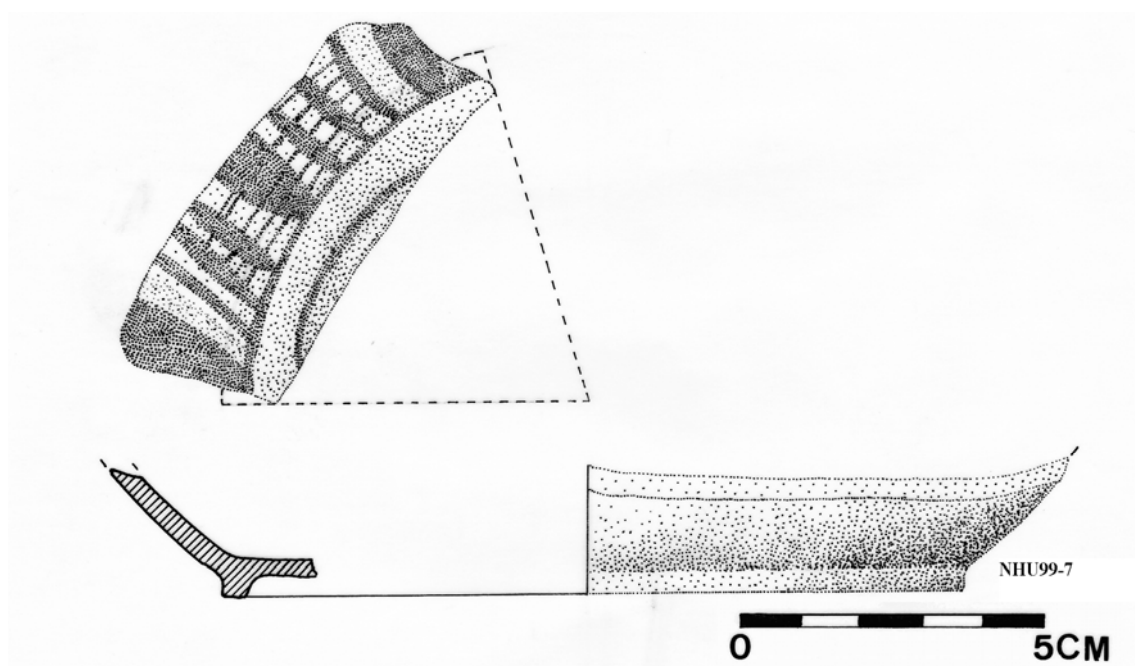
muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O exterior das paredes apresenta duas linhas concêntricas, paralelas, junto ao bordo, das quais partem linhas verticais, alternando direitas com onduladas formando um padrão geométrico. Media 0,120 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.

Taça (NHU99/211-5). Fragmento correspondendo a porção do bordo, extrovertido e de perfil semicircular e das paredes. Estas são oblíquas e apresenta forma troncocónica. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O exterior das paredes apresenta linha concêntrica, junto ao bordo, da qual partem linhas oblíquas. Media 0,120 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.

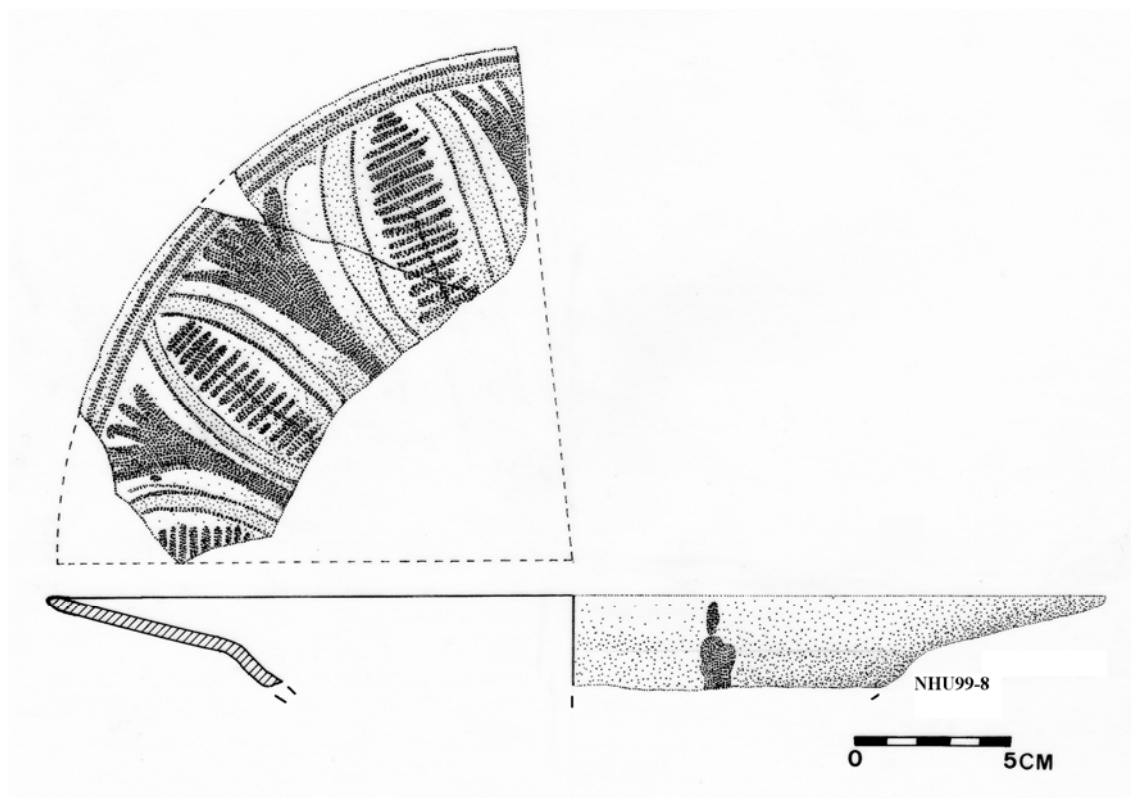
Taça (NHU99/211-6). Fragmento correspondendo a porção do corpo e do fundo plano, assente em pé, baixo e anelar. Tinha forma troncocónica e paredes oblíquas. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo revela vestígios de linha concêntrica, paralela a outra que se situa na base do arranque das paredes e a partir da qual se desenvolve decoração de carácter vegetalista e geométrico. Media 0,122 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.

Prato (NHU99/211-7). Quase completo. Conjunto de fragmentos contendo cerca de dois terços da peça. Tinha forma troncocónica com aba oblíqua. O bordo possuía lábio de secção semicircular. O fundo é plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi produzido com pasta homogénea, mas pouco compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor creme (10YR 7/4) e ambas superfícies oferecem esmalte, pouco aderente, mas brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Ocupando o interior do fundo encontra-se uma cartela, definida por duas linhas circulares,

concêntricas, onde se inscreveu motivo floral, constituído por semicírculos, assente em caule de onde partem doze pares de folhas simétricas. O interior do bordo foi demarcado por linhas concêntricas, paralelas, e entre estas e a outra que delimita o fundo do prato encontram-se grupos de linhas semicirculares, cujos centros se encontram no arranque da aba do prato. A separá-los existem conjuntos de linhas horizontais e abaixo dos semicírculos linhas verticais. Mede 0,031 m de altura máxima, 0,212 m de diâmetro no bordo e 0,114 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0.005 m.



Prato (NHU99/211-8). Fragmento correspondendo a porção da aba e do bordo de perfil semicircular. Tinha forma subtruncocónica com aba oblíqua. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo apresenta duas linhas concêntricas, paralelas. Na superfície interna da aba desenvolve-se densa decoração, de temática vegetalista, onde alternam folhas e traços curvos. Media 0,340 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0.004 m.



Taça (NHU99/211-9). Fragmento de parede. Foi produzida com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície exterior apresenta linhas verticais de diferentes tons. A espessura média das paredes é de 0,007 m.

Prato (NHU99/211-10). Fragmento de parede. Foi fabricado com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície exterior apresenta linhas verticais de diferentes tons. A espessura média das paredes é de 0,004 m.

Taça (NHU99/222-11). Fragmento correspondendo a fundo plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi produzida com pasta homogénea e compacta, contendo elementos

não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo foi decorado com grande espiral. O exterior das paredes apresenta arranque de decoração vegetalista ladeada por linhas verticais. Média 0,091 m de diâmetro no pé e a espessura média das paredes é de 0,007 m.

Taça (NHU99/275-12). Fragmento contendo metade da peça. O bordo é extrovertido e espessado com lábio de secção semicircular. Apresenta forma subhemisférica e o fundo, plano, assenta em pé, baixo e anelar. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo foi decorado com reticulado, contido por linha concêntrica paralela a outras duas, uma junto ao arranque das paredes e, outra na parte interna do bordo. A superfície interna das paredes foi decorada com motivos vegetalistas alternando com conjuntos de linhas horizontais arrumados verticalmente. A parte superior do bordo foi decorada por séries de traços curtos e oblíquos. Sobre as paredes exteriores observam-se pinceladas, oblíquas, de cor azul de cobalto. Mede 0,067 m de altura máxima, 0,152 m de diâmetro no bordo e 0,092 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0,005 m.

Prato (NHU99/306-13). Fragmento correspondendo a porção do bordo, de perfil semicircular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo apresenta linha concêntrica, junto à qual se desenvolve motivo vegetalista do qual se observam três folhas. A espessura média das paredes é de 0,005 m.

Prato (NHU99/307-14). Fragmento correspondendo a porção do bordo, de perfil semicircular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não

plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo apresenta linha concêntrica, junto à qual se observa os vestígios de conjuntos de linhas semicirculares em conjuntos de quatro. A espessura média das paredes é de 0,005 m.

Prato (NHU99/307-15). Fragmento correspondendo a porção do bordo, de perfil semicircular e do corpo. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba encontrar-se-ia dividido em cartelas, pelo menos uma das quais decorada com grandes folhas, ditas de “aranhões”. Entre as cartelas referidas observam-se laços. Na superfície exterior da aba vê-se elemento vegetalista, constituído por traços oblíquos e paralelos. A espessura média das paredes é de 0.004 m.

Prato (NHU99/307-16). Fragmento correspondendo a porção da parede. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior das paredes apresenta decoração geométrica reticulada. Na superfície exterior observa-se linha oblíqua. A espessura média das paredes é de 0,005 m.

Prato (NHU99/307-17). Fragmento correspondendo a porção do corpo e do fundo plano, assente em pé, baixo e anelar. Tinha forma subtruncocónica e aba oblíqua. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo foi decorado com paisagem onde se observam restos dos membros inferiores de figura

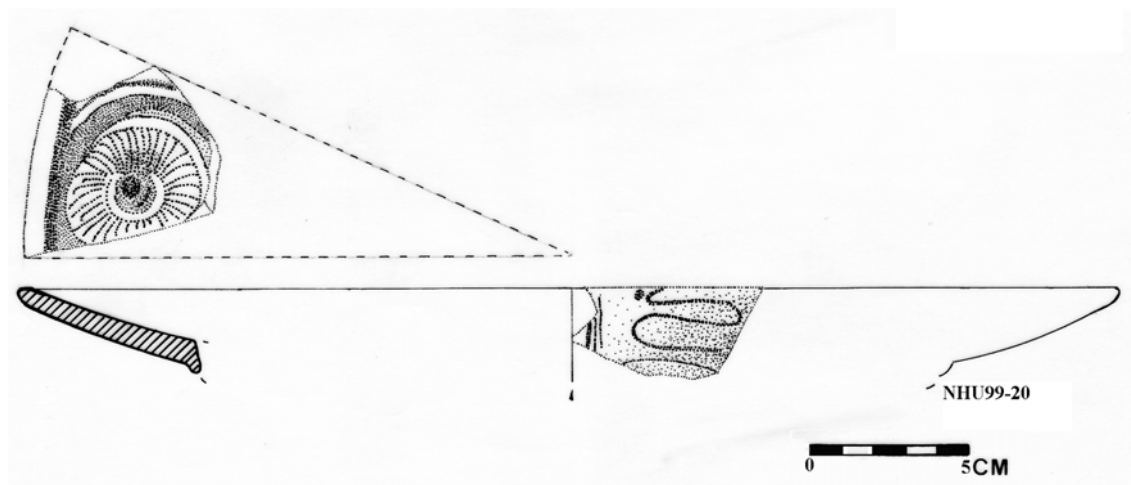
antropomórfica. O interior da aba estaria subdividido em cartelas, onde intercalariam composições com grandes folhas, ditas de “aranhões”, com outras constituídas por flor central, circular, rodeada por quatro conjuntos de pétalas, dispostas radialmente. Entre as cartelas referidas observam-se laços. Na superfície exterior da aba viam-se linhas oblíquas. Media 0,220 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0.005 m.

Prato (NHU99/307-18). Fragmento contendo porção de fundo e corpo. Apresentaria forma subtruncocónica. Assenta em fundo plano, baixo e anelar. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba apresenta decoração composta por pequenas espirais, escamas e semicírculos. Na superfície exterior da aba viam-se círculos com pequenos elementos vegetalistas centrais, separados por traços verticais. Media 0,142 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0.006 m.

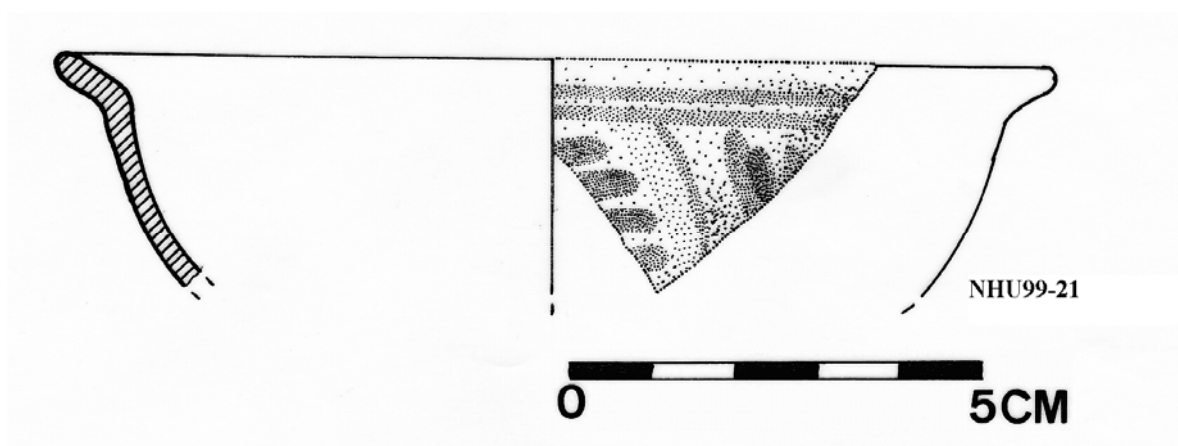
Jarro (NHU99/307-19). Fragmento correspondendo a porção do corpo. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Apresenta decoração com linhas verticais, intercalando linhas simples com linhas onduladas. A espessura média das paredes é de 0,004 m.

Prato (NHU99/307-20). Fragmento correspondendo a porção da aba oblíqua e do bordo de perfil semicircular. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo apresenta linha concêntrica, junto à qual se desenvolve motivo

fitomórfico que sugere uma corola. A superfície exterior da aba apresenta restos de linhas onduladas. Média 0,344 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0.008 m.

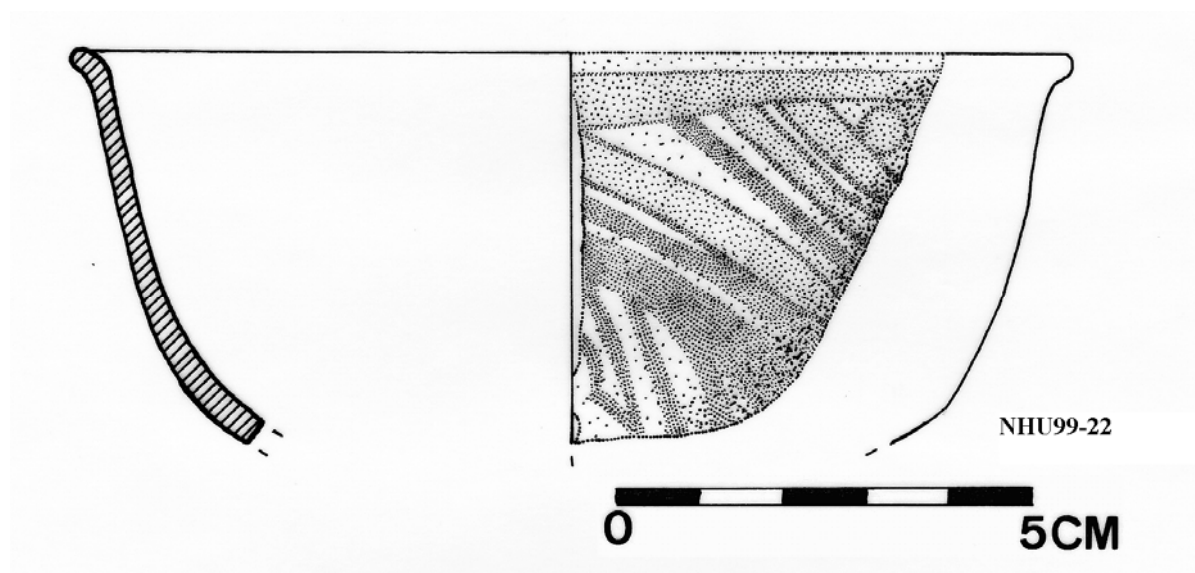


Taça (NHU99/307-21). Fragmento correspondendo a porção do bordo. O bordo é extrovertido, com secção semicircular. Apresenta forma hemisférica. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Junto ao bordo existem duas linhas concêntricas e paralelas, a partir das quais se desenvolve intensa decoração de carácter vegetalista em dois tons de azul de cobalto. Média 0,122 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0.003 m.

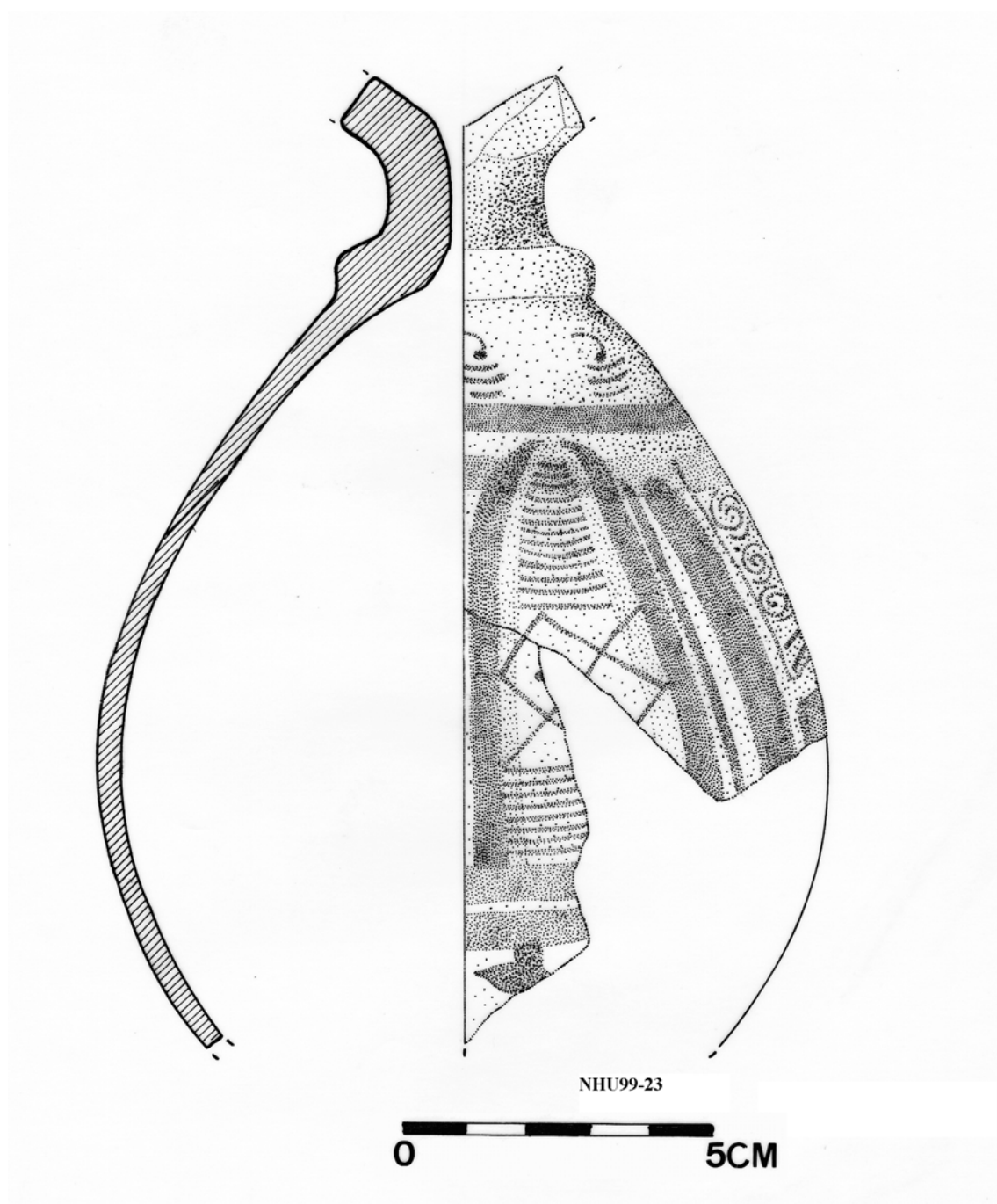


Taça (NHU99/307-22). Fragmento correspondendo a porção do bordo. O bordo é extrovertido, com secção semicircular. Apresenta forma hemisférica. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e

quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Junto ao bordo existe linha horizontal, mas irregular na sua espessura. A partir desta parte uma sucessão de linhas oblíquas com diferentes espessuras e tons de azul de cobalto. Media 0,123 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0.004 m.

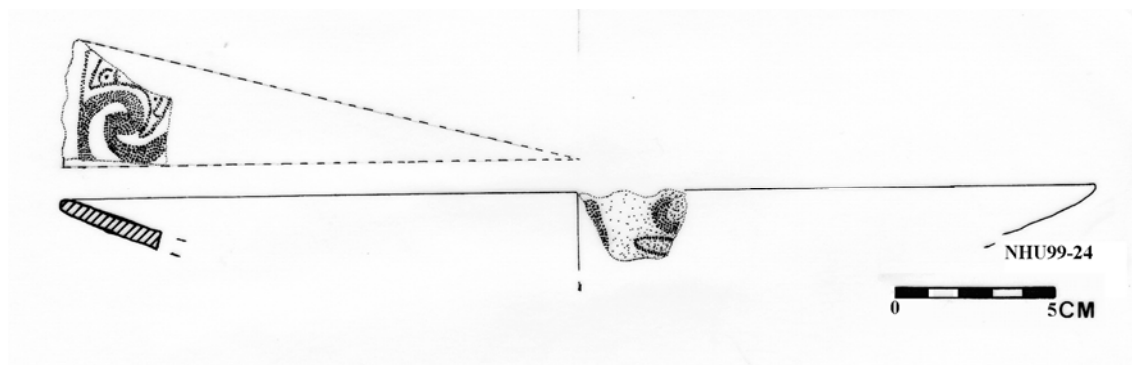


Garrafa (NHU99/307-23). Quatro fragmentos correspondendo a porção do corpo e do colo. Mostra corpo de forma globular e gargalo estreito com o arranque do bordo, extrovertido. Mostra espessamento na zona que liga o corpo ao colo. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Apresenta decoração de inspiração geométrica, alternando linhas verticais com horizontais e oblíquas formando algumas cartelas onde se inserem pequenas espirais. Media 0,117 m de diâmetro na zona mais larga do corpo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.



Prato (NHU99/389-24). Fragmento correspondendo a porção do bordo, de perfil semicircular e recortado. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo apresenta linha concêntrica, junto à qual se desenvolve motivo fitomórfico e pequena cartela, preenchida com espirais. A superfície exterior da aba

apresenta restos de linhas onduladas. Medida 0,321 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0.006 m.

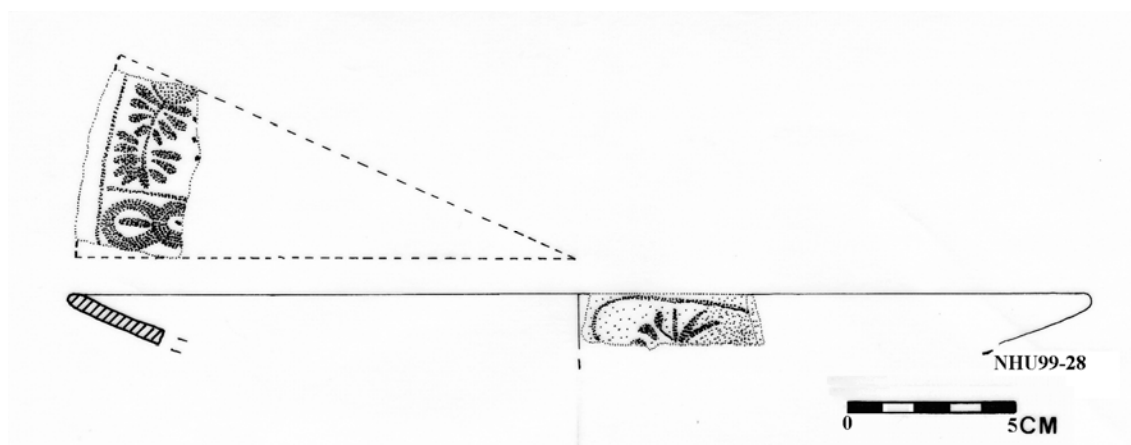


Taça (NHU99/479-25). Fragmento contendo metade da peça. O bordo é extrovertido com perfil semicircular. Apresenta forma hemisférica e o fundo, plano, assenta em pé, baixo e anelar. Foi fabricada com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo apresenta grande espiral, enquanto a superfície exterior das paredes foi decorado com grupos de semicírculos. Cada grupo é formado por quatro a seis semicírculos. O interior destes grupos apresenta séries de pequenos traços, rectos e unidos, em forma de pirâmide, com o vértice voltado para o bordo da taça. Mede 0,066 m de altura máxima, 0,126 m de diâmetro no bordo e 0,046 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0.003 m.

Prato (NHU99/479-26). Fragmento correspondendo a porção da aba oblíqua e do bordo de perfil semicircular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba estaria subdividido em cartelas, onde intercalavam com outras, algumas por rolos de inspiração chinesa. Entre as cartelas referidas observam-se laços. Na superfície exterior da aba viam-se traços subcirculares com decoração vegetalista central. A espessura média das paredes é de 0.004 m.

Taça (NHU99/479-27). Fragmento correspondendo a porção do bordo e do corpo. As paredes são oblíquas. O bordo, espessado exteriormente, apresenta perfil semicircular. Foi fabricada com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície interna das paredes apresenta decoração geométrica e dentro de cartela, subtriangular, surgem pequenas espirais. A superfície exterior foi decorada com linha curva. A parte superior do bordo foi decorada por séries de traços curtos e oblíquos. Medida 0,234 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.

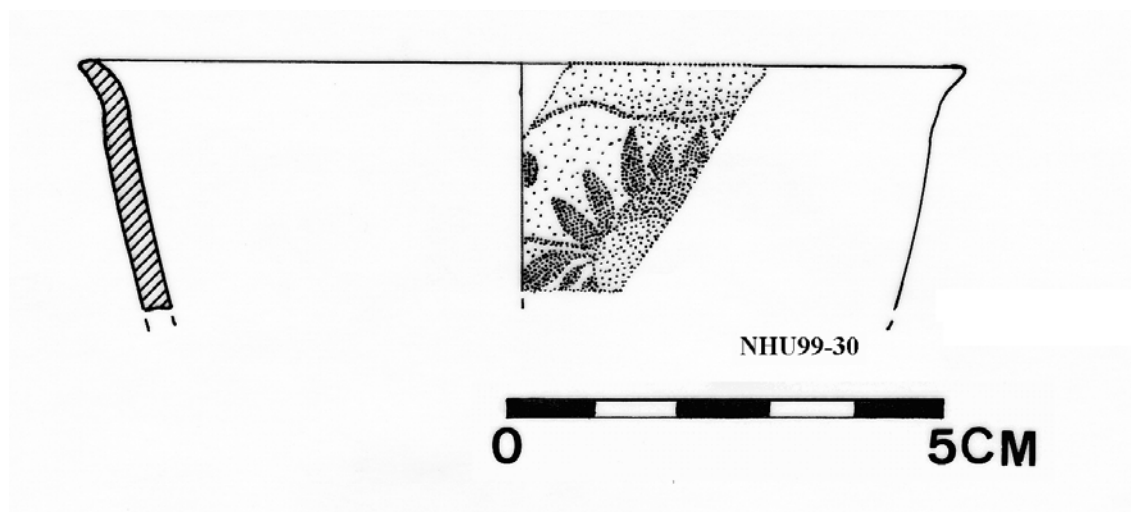
Prato (NHU99/498-28). Fragmento correspondendo a porção do bordo, de perfil semicircular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba estaria subdividido em cartelas, onde intercalavam com outras, algumas constituídas por flor central, circular, rodeada por quatro conjuntos de pétalas, dispostas radialmente. Entre as cartelas referidas observam-se laços. Na superfície exterior da aba viam-se seis círculos com pequeno elemento vegetalista central. Medida 0,302 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



Prato (NHU99/627-29). Fragmento contendo porção de fundo. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e

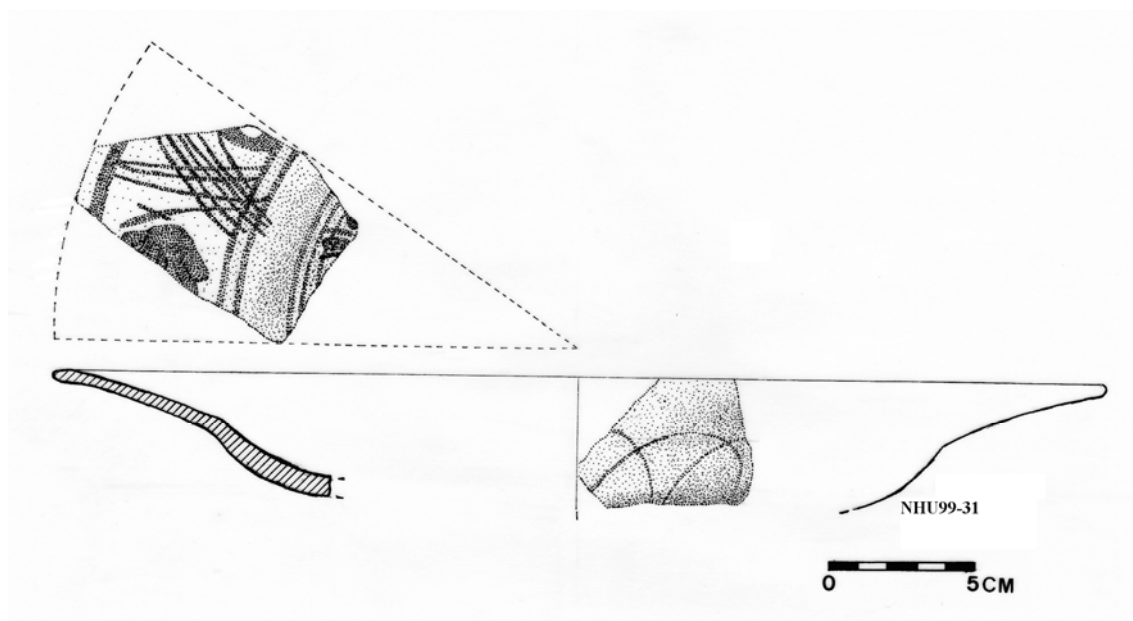
quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto e violeta. A superfície interior revela vestígios de pêssego delimitado a violeta e preenchido na cor de azul de cobalto. A espessura média das paredes é de 0,004 m.

Taça (NHU99/683-30). Fragmento correspondendo a porção do bordo. O bordo era ligeiramente extrovertido e as paredes oblíquas mostrando forma troncocônica. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Junto ao bordo existe fina linha ondulada. Junto à qual se desenvolve decoração floral com uma corola subcircular de onde partem pequenas pétalas, em dois tons de azul. Media 0,120 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0.004 m.



Prato (NHU99/699-31). Fragmento correspondendo a porção da aba e do bordo de perfil semicircular. Tinha forma subtroncocônica com aba oblíqua. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo apresenta linha concêntrica, paralela a outras quatro que se desenvolvem em torno do fundo. A

superfície interna da aba apresenta decoração vegetalista e geométrica. Na superfície exterior da aba observam-se linhas subcirculares na cor azul de cobalto. Média 0,360 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0.004 m.

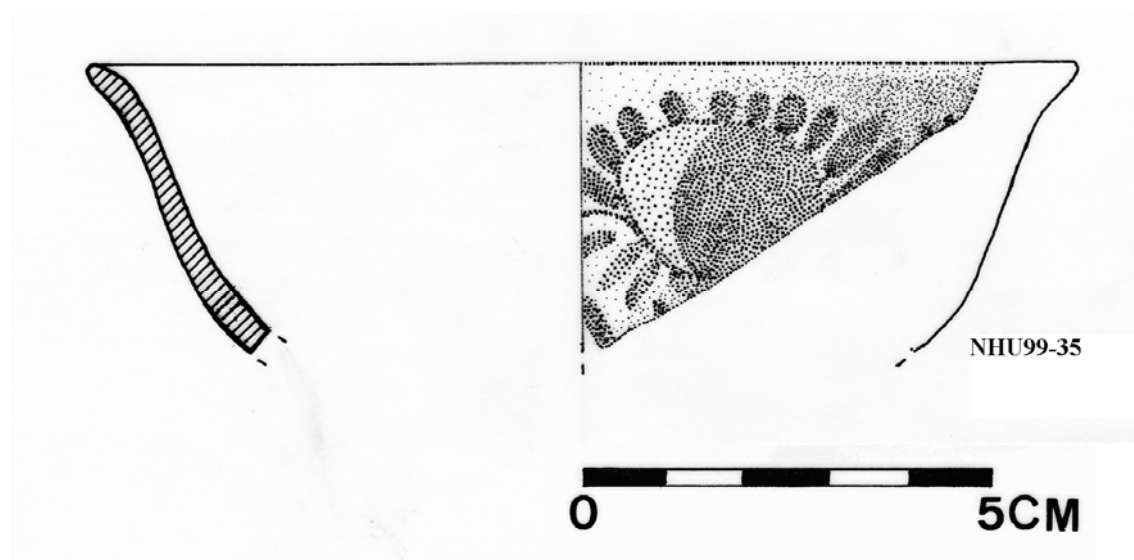


Prato (NHU99/699-32). Fragmento correspondendo a porção do bordo, de perfil semicircular. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo apresenta duas linhas concêntricas de diferentes espessuras. Junto a estas desenvolve-se temática vegetalista. Média 0,282 m de diâmetro no bordo, e a espessura média das paredes é de 0,005 m.

Prato (NHU99/864-33). Fragmento correspondendo a porção do corpo. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba foi decorado recorrendo ao tema das contas ou pérolas num agrupamento de cinco, envolvido por linhas verticais e subcirculares. O exterior do corpo apresenta linhas onduladas. A espessura média das paredes é de 0,005 m.

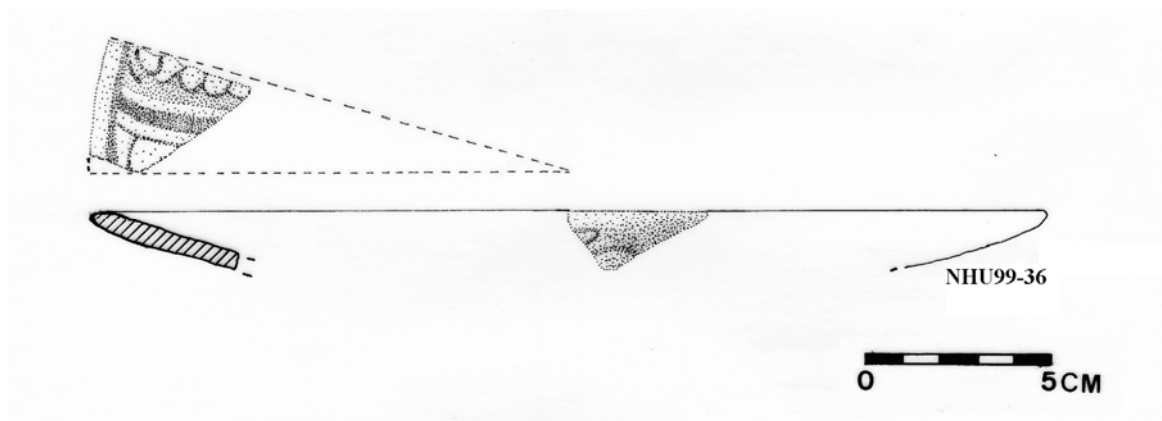
Prato (NHU99/864-34). Fragmento correspondendo a porção do bordo, com secção semicircular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. No interior do bordo existem duas linhas concêntricas, paralelas mas de diferentes espessuras. Junto a estas vê-se os vestígios voluta. A espessura média das paredes é de 0,005 m.

Taça (NHU99/865-35). Fragmento correspondendo a porção do bordo. O bordo era ligeiramente extrovertido e as paredes oblíquas mostrando forma troncocônica. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Revela, junto ao bordo, restos de decoração floral, onde uma corola subcircular, pintada em dois tons diferentes de azul de cobalto, encontra-se rodeada por diversas pétalas e folhas. Media 0,122 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0.004 m.

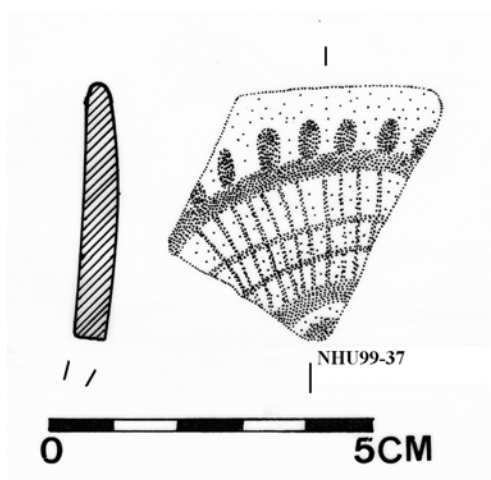


Prato (NHU99/865-36). Fragmento correspondendo a porção da aba oblíqua e do bordo de perfil semicircular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes

apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo apresenta linha concêntrica. A superfície interna da aba apresenta decoração vegetalista. Na superfície exterior da aba observam-se linhas subcirculares na cor azul de cobalto. Media 0,256 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0.004 m.

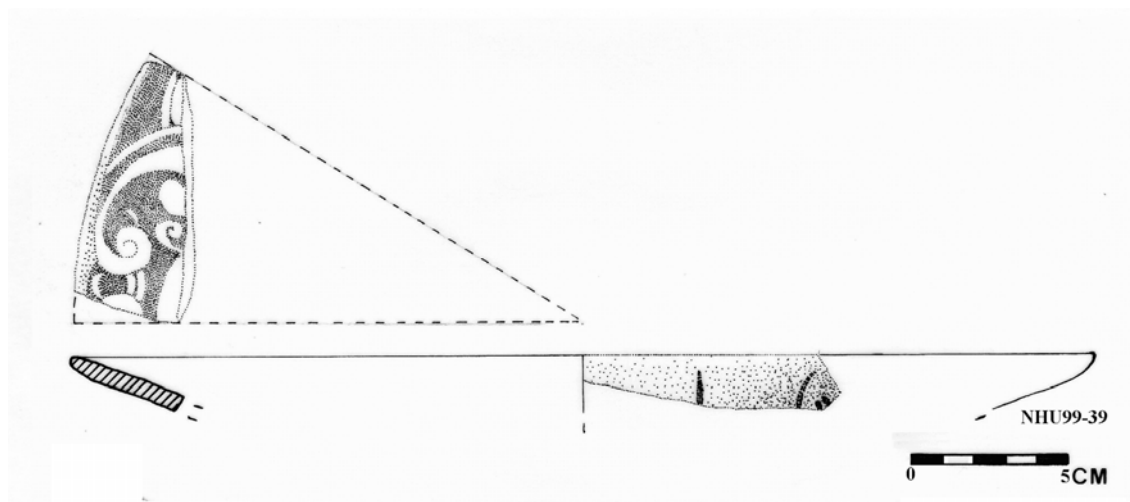


Prato (NHU99/865-37). Fragmento correspondendo a porção do bordo, com secção semicircular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície interior da aba, junto ao bordo, apresenta vestígios das designadas “rendas”. A espessura média das paredes é de 0,005 m.



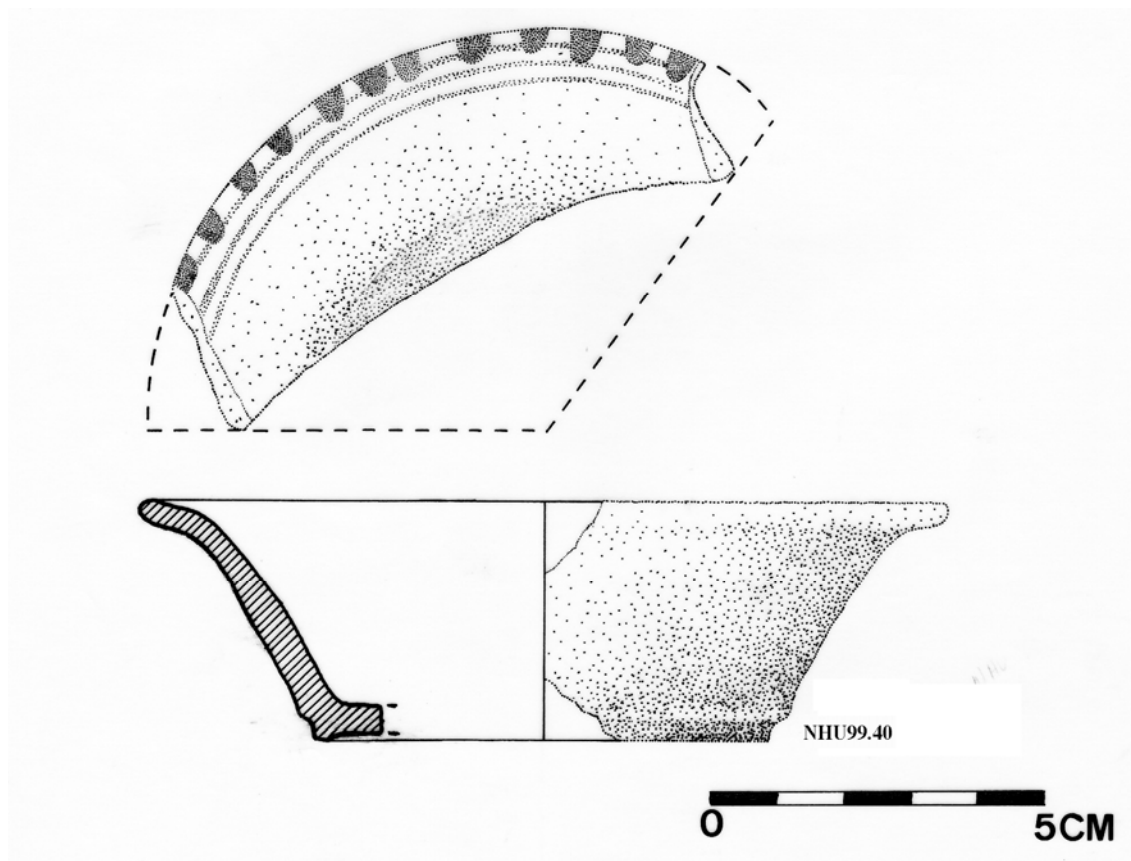
Prato (NHU99/911-38). Fragmento correspondendo a porção da parede. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície interior mostra decoração geométrica reticulada em diferentes tons de azul. A espessura média das paredes é de 0,004 m.

Prato (NHU99/917-39). Fragmento correspondendo a porção da aba oblíqua e do bordo de perfil semicircular. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A aba apresenta volutas brancas contornadas na cor azul de cobalto. Na superfície exterior da aba observam-se linhas verticais e subcirculares, dentro das quais se inscrevia decoração floral, na cor azul de cobalto. Media 0,324 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0.005 m.

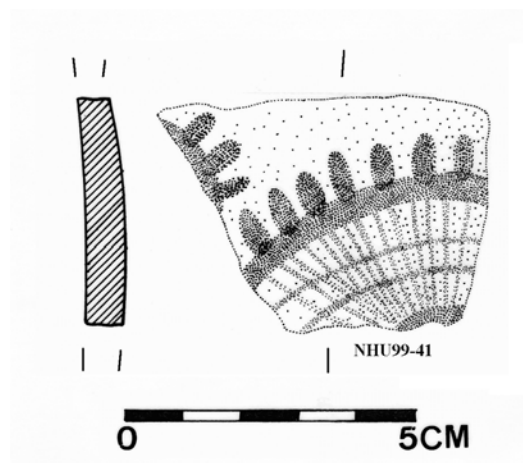


Taça (NHU99/933-40). Fragmento correspondendo a porção do bordo, corpo e pé. O bordo é extrovertido com secção semicircular, as paredes oblíquas e o fundo plano, assente em pé, baixo e anelar. Apresenta forma troncocónica. Foi produzida com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração

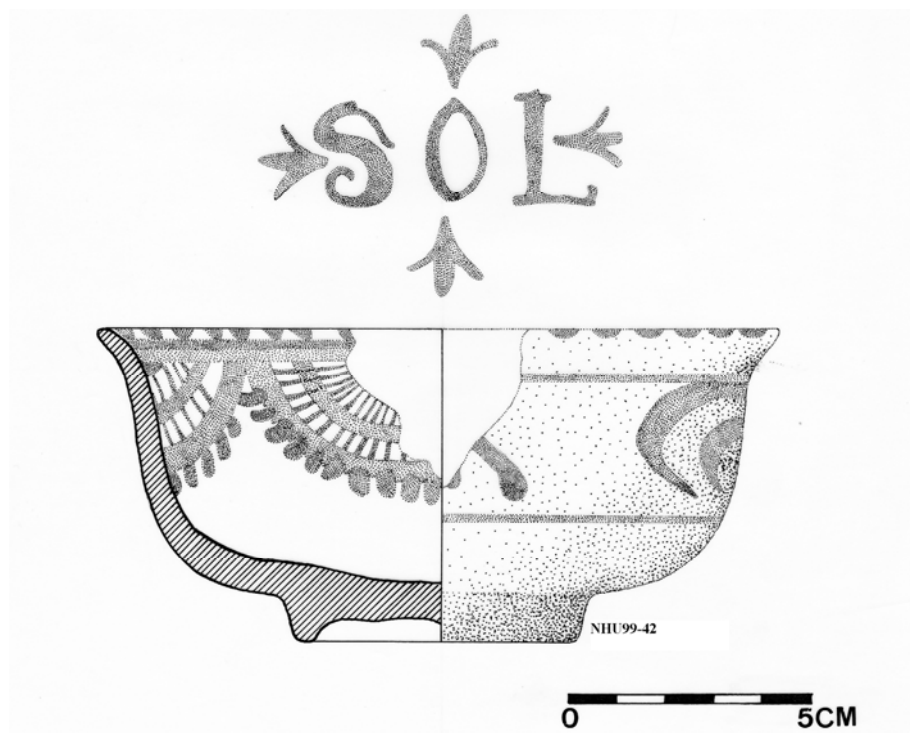
na cor azul de cobalto. A parte superior do bordo foi decorada por séries de traços curtos e oblíquos, não apresentado qualquer outra decoração. Media 0,123 m de diâmetro no bordo, 0,068 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



Prato (NHU99/933-41). Fragmento correspondendo a porção da aba. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto e violeta. A superfície interior da aba, apresenta vestígios das designadas “rendas” desenhadas em ambas cores referidas. A espessura média das paredes é de 0,005 m.



Taça (NHU99/933-42). Quase completa. Possui forma hemisférica, bordo extrovertido de perfil semicircular e fundo plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo foi preenchido com a palavra “SOL”, rodeada por quatro motivos fitomórficos. O interior das paredes apresenta-se decorado com uma repetição do motivo das “rendas”, enquanto o exterior possui decoração de linhas subcirculares inseridas entre duas linhas paralelas e concêntricas, em torno do corpo. A parte superior do bordo foi decorada por séries de traços curtos e oblíquos. Mede 0,064 m de altura máxima, 0,140 m de diâmetro no bordo e 0,062 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0.006 m.



Taça (NHU99/933-43). Quase completa. Possui forma hemisférica, bordo extrovertido de perfil semicircular e fundo plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo foi preenchido com motivo floral. O interior das paredes apresenta-se decorado com uma repetição do motivo das “rendas”, enquanto o exterior possui decoração de linhas subcirculares inseridas entre duas linhas paralelas e concêntricas, em torno do corpo. A parte superior do bordo foi decorada por séries de traços curtos e oblíquos. Mede 0,072 m de altura máxima, 0,142 m de diâmetro no bordo e 0,064 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0.005 m.

Taça (NHU99/933-44). Quase completa. Possui forma hemisférica, bordo extrovertido de perfil semicircular e fundo plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de

cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo foi preenchido com motivo floral. O interior das paredes apresenta-se decorado com uma repetição do motivo das “rendas”, enquanto o exterior possui decoração de linhas subcirculares inseridas entre duas linhas paralelas e concêntricas, em torno do corpo. A parte superior do bordo foi decorada por séries de traços curtos e oblíquos. Mede 0,069 m de altura máxima, 0,132 m de diâmetro no bordo e 0,054 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0.004 m.

Taça (NHU99/933-45). Quase completa. Possui forma troncocônica, bordo extrovertido de perfil semicircular e fundo plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior das paredes apresenta-se decorado com uma repetição do motivo das “rendas”. A parte superior do bordo apresenta linha concêntrica. Mede 0,061 m de altura máxima, 0,164 m de diâmetro no bordo e 0,103 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0.004 m.

Prato (NHU99/933-46). Fragmento contendo porção de fundo plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo apresenta decoração vegetalista. Mede 0,103 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.

Taça (NHU99/933-47). Fragmento correspondendo a porção do bordo e das paredes. O bordo era extrovertido de perfil semicircular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior das paredes apresenta-se decorado com uma repetição

do motivo das “rendas”, enquanto o exterior possui decoração de linhas subcirculares inseridas entre duas linhas paralelas e concêntricas, em torno do corpo. A parte superior do bordo foi decorada por séries de traços curtos e oblíquos. A espessura média das paredes é de 0,006 m.

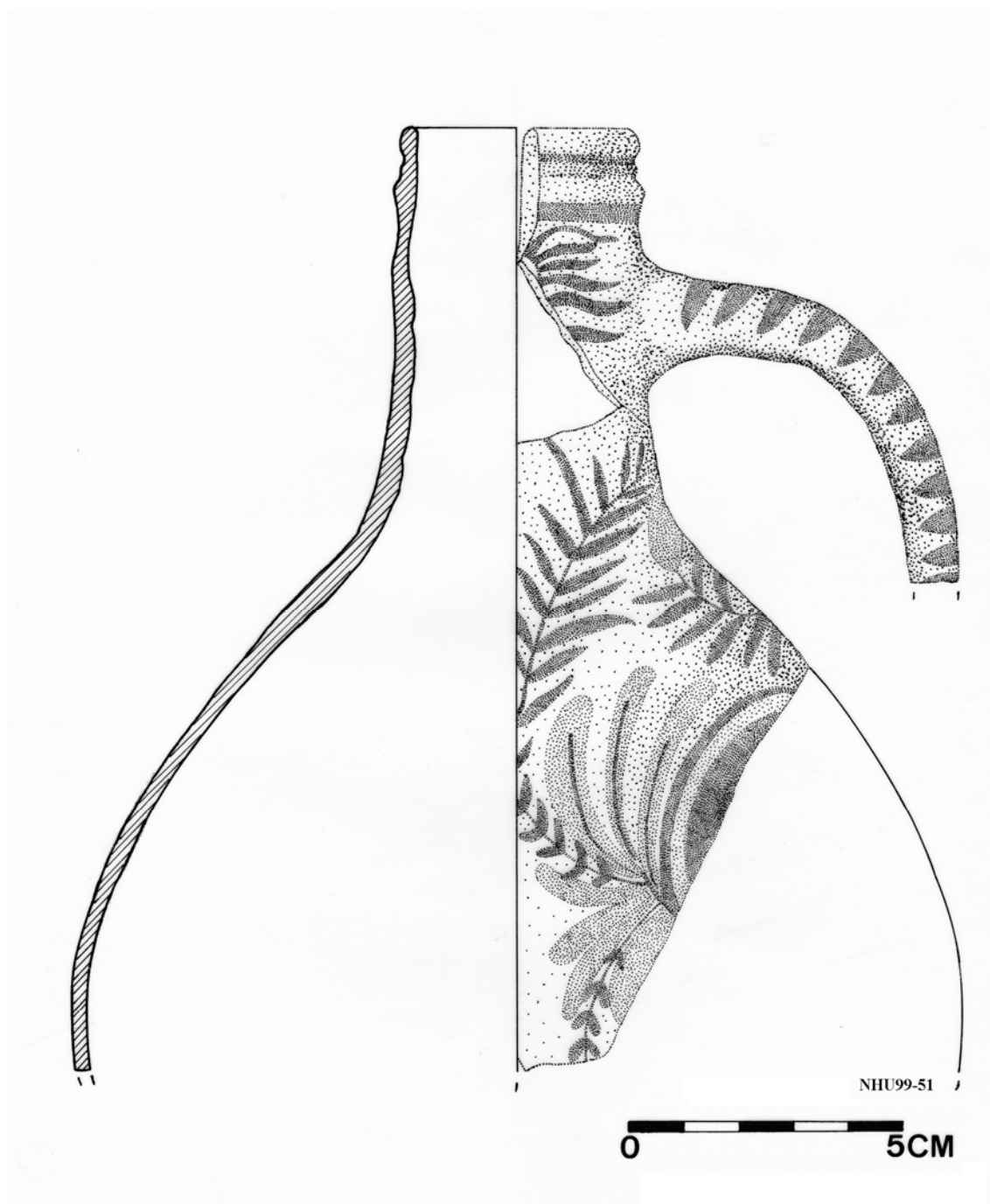
Prato (NHU99/933-48). Fragmento contendo porção de fundo plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo apresenta decoração vegetalista e a aba revela arranque de “rendas”. Média 0,150 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,006 m.

Prato (NHU99/933-49). Fragmento contendo porção de fundo plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo apresenta vestígios de decoração vegetalista e a aba revela arranque de “rendas”. Média 0,120 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.

Taça (NHU99/933-50). Dois fragmentos correspondendo a porção do bordo, corpo hemisférico e fundo. O bordo era extrovertido, espessado exteriormente com secção semicircular. O fundo era plano e assentava em pé, baixo e anelar. Foi produzida com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo foi preenchido com composição de onde sobrevivem vestígios de elementos vegetalistas. O interior da aba estaria subdividido em cartelas, onde intercalariam composições constituídas por flor central, circular, rodeada por conjuntos de folhas. Entre as cartelas referidas observam-

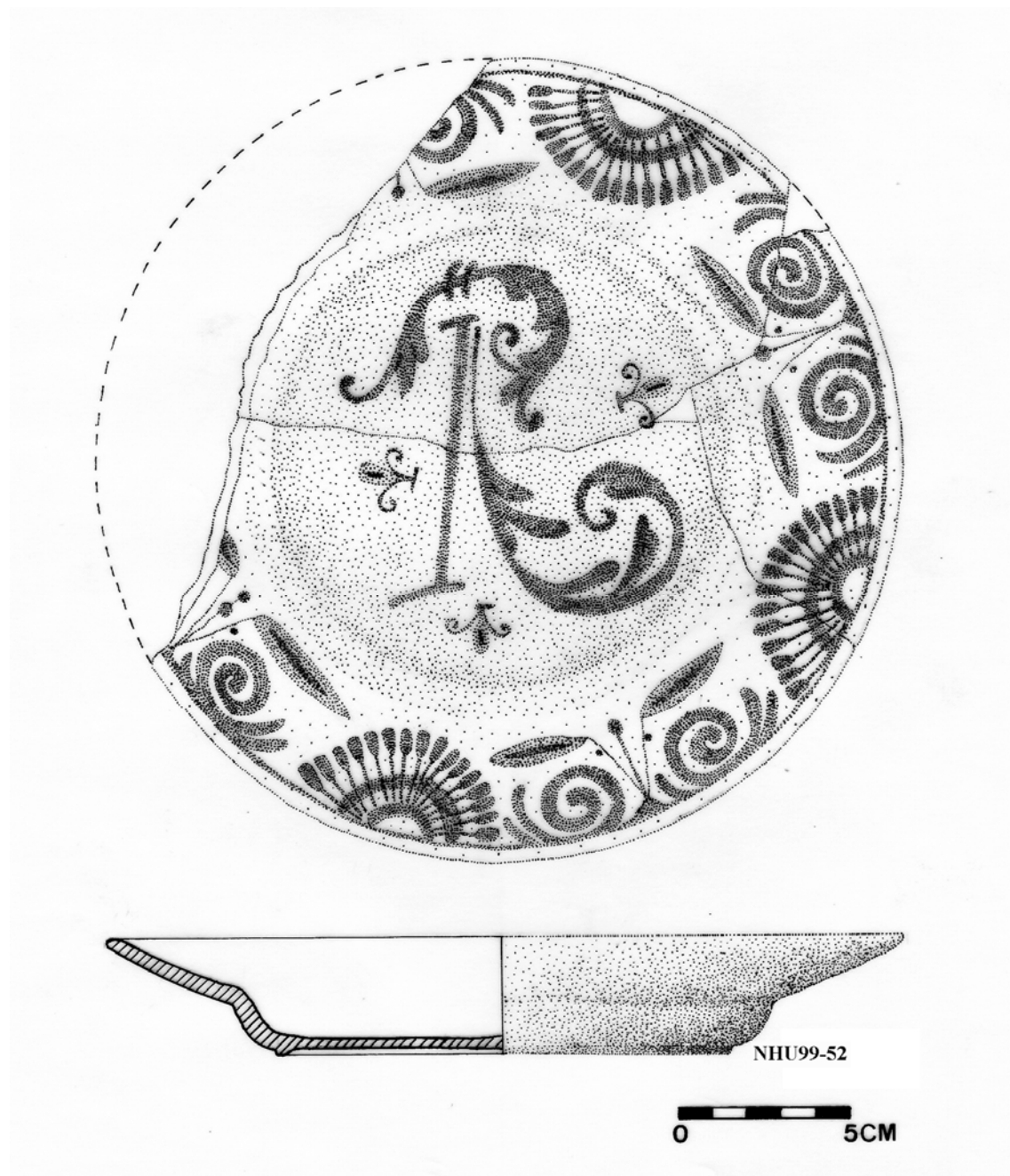
se motivos circulares e espirais. Na superfície exterior da aba viam-se linhas oblíquas. Mede 0,088 m de altura máxima, 0,348 m de diâmetro no bordo e 0,204 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0.012 m.

Jarro (NHU99/933-51). Conjunto de fragmentos correspondendo ao bordo, gargalo, corpo e asa que, partindo do colo deveria terminar no volume mesial do corpo. O bordo tem secção semicircular, o corpo é ovóide e a asa apresenta perfil suboval. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Apresenta linha concêntrica junto ao bordo e pequenos traços horizontais ao longo da asa. O corpo foi decorado com motivos vegetalistas e a sua zona frontal denuncia arranque de decoração onde, geralmente, se insere decoração heráldica. Mede 0,044 m de diâmetro no bordo, 0,164 m de diâmetro na zona mais larga do corpo e a espessura média das paredes é de 0,003 m.



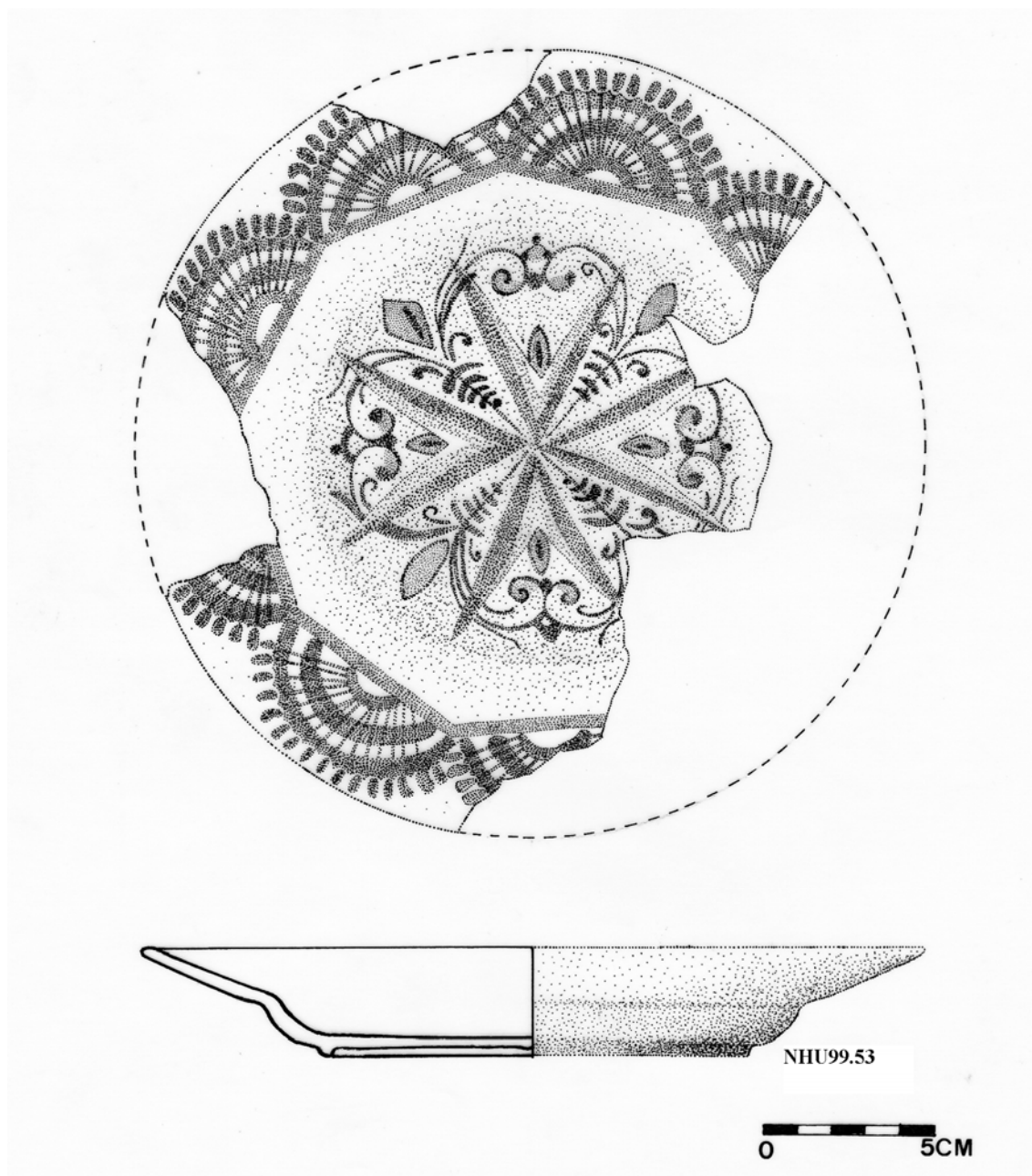
Prato (NHU99/933-52). Conjunto de fragmentos contendo cerca de dois terços da peça. Tinha forma subtruncocônica com aba oblíqua. O bordo possuía lábio de secção semicircular. O fundo é plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo foi preenchido com a letra “R”,

rodeada por três elementos fitomórficos. O interior da aba apresentaria uma alternância do motivo das “rendas” com um motivo vegetalista, possuindo volutas, em número de quatro cada. Mede 0,026 m de altura máxima, 0,232 m de diâmetro no bordo e 0,132 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0.005 m.



Prato (NHU99/933-53). Conjunto de fragmentos contendo cerca de dois terços da peça. Tinha forma subtruncocônica com aba oblíqua. O bordo possuía lábio de secção semicircular. O fundo é plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e

ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo foi preenchido com símbolo representando a cruz da ordem de Malta, pintado em dois tons diferentes de azul de cobalto, complementado por motivos fitomórficos. O interior da aba apresentaria nove motivos de “rendas”. Mede 0,025 m de altura máxima, 0,228 m de diâmetro no bordo e 0,124 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0.005 m.

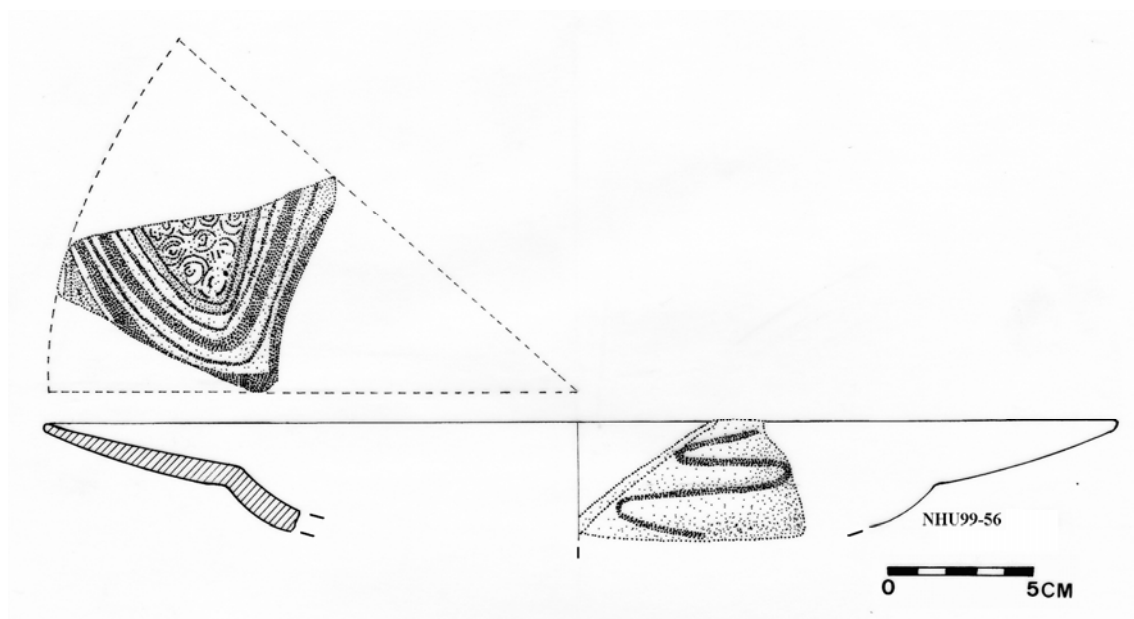


Prato (NHU99/933-54). Fragmento correspondendo a porção do bordo, espessado exteriormente e de perfil semicircular. Foi produzido com pasta homogênea e

compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/1) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A decoração revela vestígios de volutas. A parte superior do bordo foi decorada por séries de traços curtos e oblíquos. A espessura média das paredes é de 0,007 m.

Prato (NHU99/933-55). Fragmento correspondendo a porção do corpo. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície interior mostra decoração vegetalista. A espessura média das paredes é de 0,005 m.

Prato (NHU99/947-56). Fragmento correspondendo a porção da aba e do bordo de perfil semicircular. Tinha forma subtruncocônica com aba oblíqua. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Apresenta uma multiplicidade de linhas sucessivas formando uma cartela de forma subtriangular, preenchida com pequenas espirais. Na superfície exterior da aba observam-se linhas onduladas na cor azul de cobalto. Media 0,370 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0.006 m.



Taça (NHU99/963-57). Fragmento correspondendo a dois terços da peça. O bordo é extrovertido e apresenta secção semicircular. A forma é hemisférica e possui fundo plano, assente em pé anelar. Foi fabricada com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície interior do bordo apresenta linha ondulada e o interior do fundo planta de corola circular com pétalas e folhas. O exterior das paredes encontrar-se-ia dividido em quatro cartelas, onde intercalam duas composições com grandes folhas, ditas de “aranhões”, com duas outras constituídas por flor central, circular, rodeada por quatro conjuntos de pétalas, dispostas radialmente. Mede 0,059 m de altura máxima, 0, 122 m de diâmetro no bordo e 0,054 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0.005 m.

Prato (NHU99/1029-58). Fragmento correspondendo a porção do corpo, aba e fundo. Apresenta forma subtruncocônica. O fundo é plano assente em pé, baixo e anelar. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo foi decorado

com uma temática paisagística com a presença de montanhas e elementos florais. Este tema encontra-se circundado por um motivo composto por uma série de pequenos traços sugerindo uma cerca de arbustos. O interior da aba estaria subdividido em cartelas, onde intercalariam com outras composições, algumas compostas por flor central, da qual só se observam as folhas. Entre as cartelas referidas observam-se laços. Na superfície exterior da aba encontram-se linhas oblíquas. Media 0,180 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0.006 m.

Jarro (NHU99/1029-59). Fragmento correspondendo a porção do corpo. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Apresenta decoração vegetalista e geométrica onde, de um conjunto de linhas verticais e horizontais que se cruzam num reticulado, surgem pétalas organizadas horizontalmente. A espessura média das paredes é de 0,004 m.

Taça (NHU99/1129-60). Fragmento correspondendo a porção do corpo. Foi produzida com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior das paredes apresenta decoração geométrica com um reticulado onde se sobrepõem linhas verticais e horizontais e o exterior. O exterior daquelas revela decoração de inspiração vegetalista. A espessura média das paredes é de 0,004 m.

PW86 – Platform Wharf, Rotherhithe

Ainda que possuindo ocupação medieval, o sítio conhece um enorme desenvolvimento no segundo quartel do século XVII, com a instalação de fábrica de *delftware*, que funcionou entre 1638 e 1663 e das primeiras a produzir louça esmaltada na cidade de Londres. Foram identificados vestígios de um forno, aparelhado com tijolo. Esta indústria originou um enorme número de despejos, enterrados em torno do complexo industrial (Stephenson, 1999).

Entre os milhares de fragmentos que foram recolhidas, identificados como as lixeiras daquele complexo industrial, foram reconhecidas cerâmicas produzidas nos Países-Baixos, Itália, Espanha, Alemanha e Portugal.

Esta recolha foi debatida num pequeno artigo, (Stephenson, 1999) que avança as hipóteses para tal achado. A primeira suposição passa pela possibilidade de se tratar de lixo doméstico. Atendendo que era uma zona de despejos industriais podia ali ter sido colocado lixo oriundo de habitação. A segunda hipótese avança tratar-se de aquisições dos oleiros locais que, inspirados naquelas peças, criavam cerâmicas semelhantes. Contudo, esta teoria foi descartada com a análise dos vestígios das lixeiras, visto que as peças ali exumadas não obedeciam ao estilo das diversas importações, não apresentando qualquer semelhança, contrariamente ao que foi registado em ABK00. Assim sendo, a hipótese que o autor avança trata-se do facto de os oleiros locais não se dedicaram exclusivamente à venda das suas peças, mas igualmente à venda de peças importadas doutro país, pelo que certamente as teriam de ter em stock.

As peças portuguesas apresentam excepcionais características físicas e estéticas, conotadas com as oficinas lisboetas. Foram recuperados dois pratos. Um deles apresenta decoração de inspiração oriental com a aba preenchida com aranhões e crisântemos inseridos em cartelas. Ao centro do fundo, representação zoomórfica de ave, introduzida em ambiente bucólico. No segundo caso, grande prato oferece decoração com a temática das rendas e, ao centro do fundo, coração alado.

O elevado número de artefactos recolhido neste local tornou impossível aceder às peças portuguesas, algures guardadas entre milhares de caixas. Desta forma, impossibilitada a sua representação gráfica, apresentamos as fotografias que nos foram disponibilizadas pelo Museum of London Archaeological Service, tiradas em 1999.

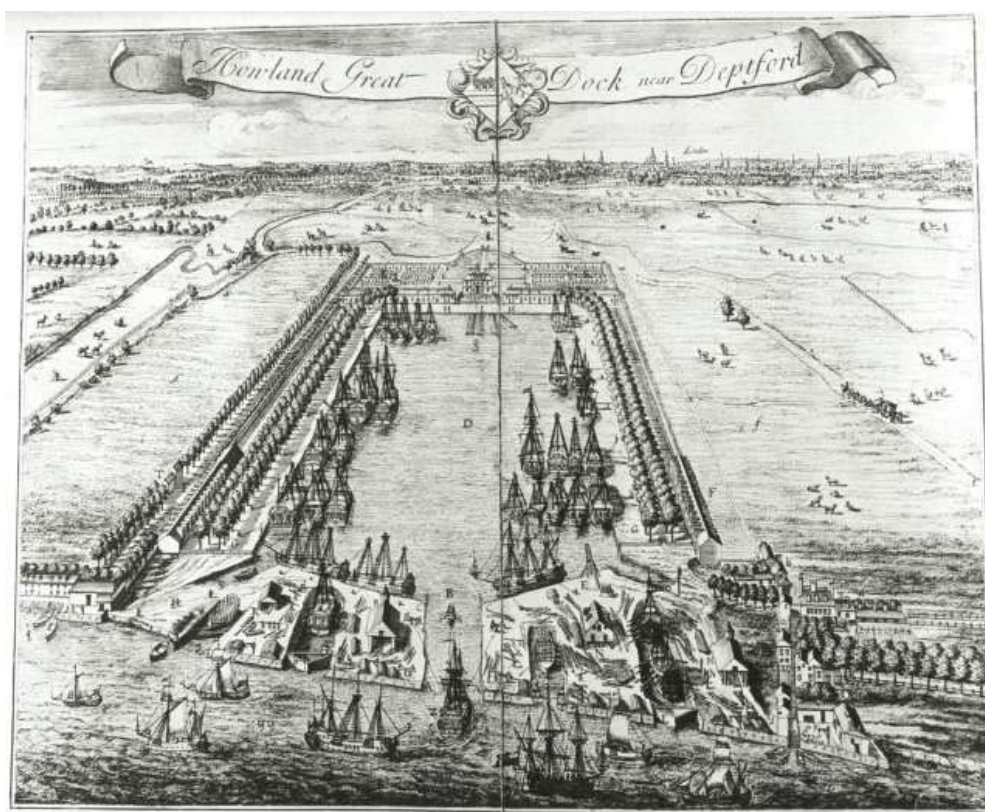


Pratos recolhidos em PW86. (Fotos MOLAS)

RHE01 – Bombay Wharf, Ceylon Wharf, East India Wharf, 101-105 Rotherhithe Street, St Mary Church Street, SE16.

Durante o século XVII, a zona de Rotherhithe tornou-se o centro da indústria marítima e do comércio londrino. Docas, portos, cais de embarque, áreas destinadas à construção de navios, indústrias complementares e áreas de comércio, eram frequentes nesta parte de Londres (Stuart, 2004).

As zonas intervencionadas encontravam-se, durante o século XVII e XVIII, inseridas nas propriedades da Companhia das Índias Orientais e, naturalmente, ligadas ao comércio internacional. A pouco metros existia a Igreja St Mary de Rotherhithe, centro da comunidade.



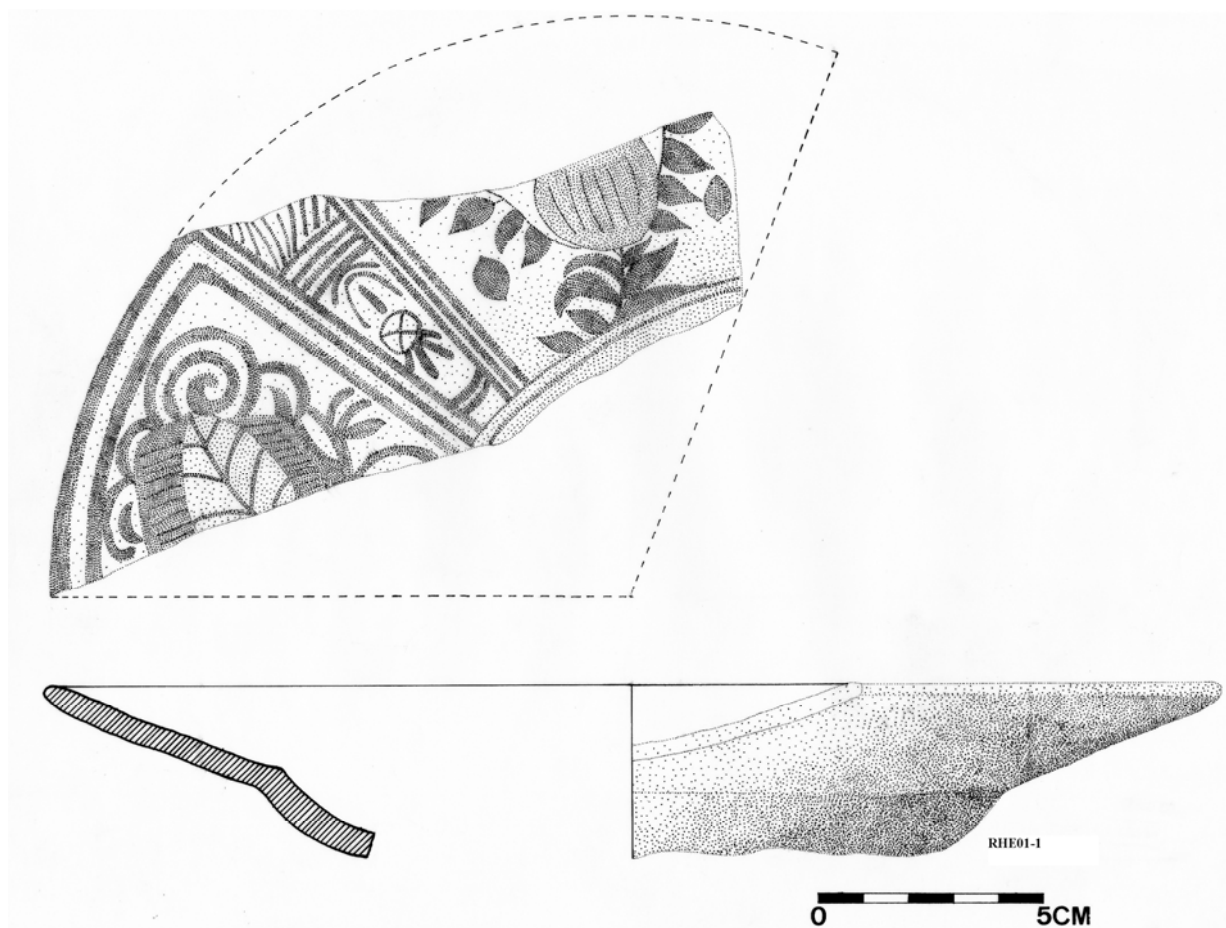
Vista da zona de Rotherhite, desenhada por T.Badslade, em 1728

Junto a Bombay Warf foi identificada estrutura de madeira, reaproveitando partes de navios, que serviu de esquadro a grande edifício identificado como armazém. A unidade 1017 insere-se nessa estrutura, que se julga ter sido construída por

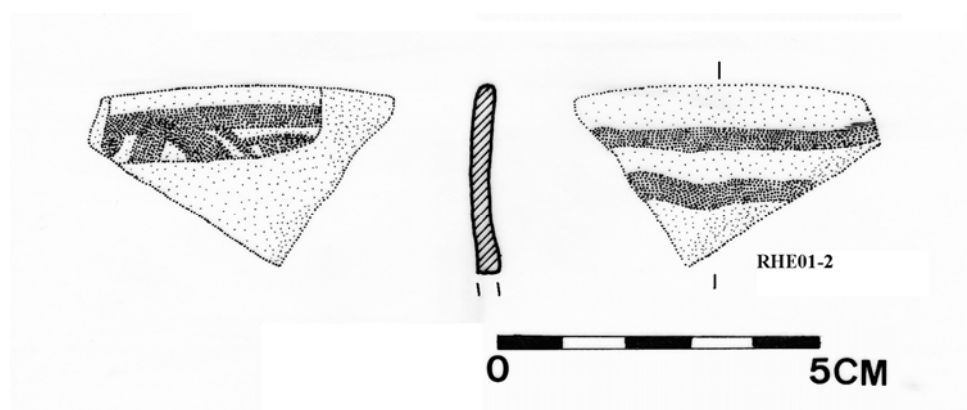
volta de 1620 e abandonada em 1640, datação confirmada por alguns numismas. Os materiais associados a esta camada tratavam-se de Post Medieval Slipped Ware, London delftware e alguma majólica italiana de Montelupo, datável da primeira metade do século XVII, entre 1630 e 1650, pelo que o prato em Faiança Portuguesa insere-se na cronologia da estrutura em questão.

Catálogo

Prato (RHE01-1). Fragmento correspondendo a porção do bordo, da aba e arranque do fundo. Tinha forma subtruncocónica com aba oblíqua. O bordo oferece secção semicircular. Foi fabricado com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba está subdividido em cartelas, onde intercalam composições com grandes folhas, ditas de “aranhões”, com outras constituídas por flor central, circular, rodeada por pétalas. Entre as cartelas referidas observam-se laços. Junto ao fundo apresenta duas linhas concêntricas que ladeariam a decoração central. Media 0,262 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0.005 m.



Prato (RHE01-2). Fragmento correspondendo a porção do bordo. Este apresenta secção semicircular. Foi fabricado com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca, e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba apresenta restos de subdivisão em cartelas e o exterior, linhas horizontais. A espessura média das paredes é de 0,004 m.



RNP99 – Royal Naval College (former): Pepys Building, Romney Road, Greenwich, SE10.

O sítio regista a sua primeira ocupação humana no século XVII (Bold, Guillery e Kendall, 2001). A intervenção arqueológica identificou significativas estruturas relacionadas com habitações e fossas sépticas. Todavia, a estrutura mais emblemática tratou-se de destilaria de bebidas alcoólicas, ali construída em meados de seiscentos. As habitações eram certamente ocupadas por trabalhadores daquela indústria.

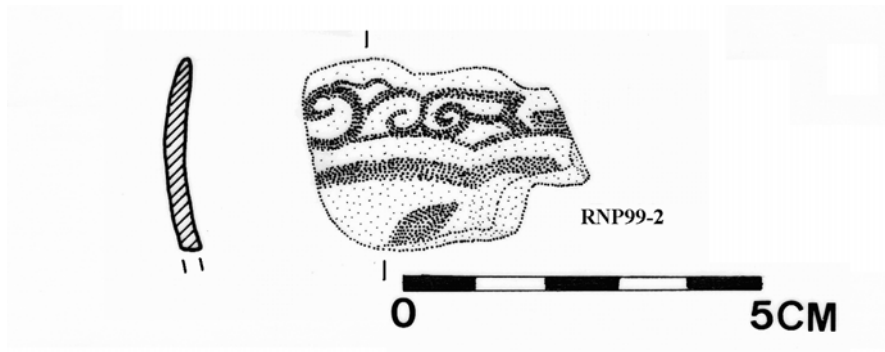


Antigo Royal Naval Colege

A unidade 36 correspondia ao enchimento de fossa séptica, contendo cerca de 20 fragmentos de cerâmica. A natureza dos materiais, cuja maioria pode ser classificada como louça de mesa, corresponde a despejos de lixo doméstico. Entre aqueles foram recolhidos London Delftware, North Devon gravel-tempered ware e London Post-Medieval Redwares, cujas formas os permitem datar entre 1650 e 1680.

Catálogo

Prato (RNP99/36-1). Fragmento correspondendo a porção do bordo, recortado e de perfil semicircular. Foi fabricado com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca, e com decoração na cor azul de cobalto. Apresenta decoração fitomórfica junto ao bordo e vestígios de decoração floral com o arranque de pequena folha. A espessura média das paredes é de 0,003 m.



SJU99 – 48 St John’s Square.

Até 1538, quando Henrique VIII tomou a decisão de encerrar todos os mosteiros e conventos, o local era ocupado por uma destas casas religiosas, carácter que foi mantendo até aos finais do século XVI. A intervenção arqueológica identificou parte da necrópole daquela casa religiosa, abandonada após 1540 (Casson e Cowan, 1999).

Em 1549, o convento foi dividido e transformado em dois recintos habitacionais e sobre o antigo cemitério desenvolveu-se jardim. Uma dessas grandes casas, identificada na escavação, foi concedida a Lord Burleigh, em 1616, filho de William Cecil, um dos conselheiros de Isabel I. Aquela casa encontrava-se servida por diversas fossas sépticas.

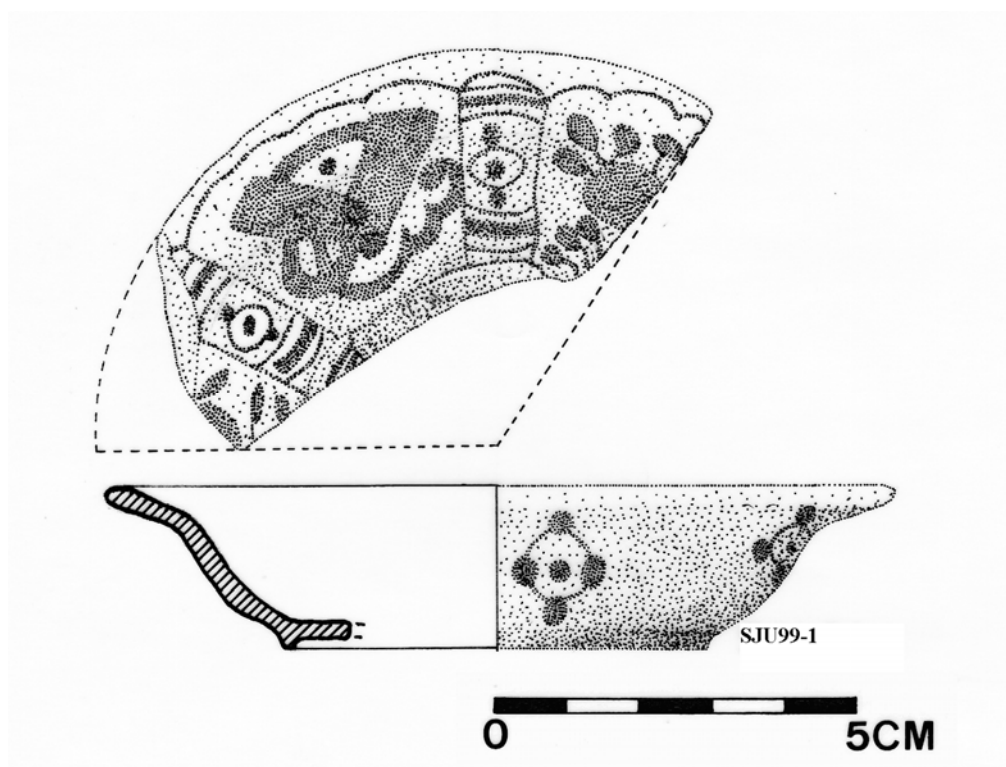
Com base em representações iconográficas e mapas da cidade, sabemos que as proximidades daquele espaço foram ocupadas por casas de classes abastadas, ainda em finais do século XVIII (Casson e Cowan, 1999).

Em 1999, a equipa de arqueologia do Museu de Londres foi contactada para a realização de sondagens de diagnóstico, em área que iria receber um novo bloco de apartamentos. A identificação de diversas estruturas obrigou ao alargamento e prolongamento da escavação. A unidade estratigráfica 14 caracterizou-se como enchimento de fossa séptica (EU 28), associada à casa de Lord Burleigh, não existindo nenhuma outra camada dentro daquela estrutura. A homogeneidade da colecção, entre as quais contamos com Post Medieval Slipped Ware, cuja produção terminou na segunda metade do século XVII, Post Medieval Red Ware e London Delftware, datam o contexto entre 1630 e 1650. Selando o fossa encontrava-se parede de habitação datável de finais daquela centúria, quando foram efectuadas algumas remodelações e acrescentos.

Foi recuperada apenas uma pequena taça em Faiança Portuguesa. Aquela, ainda que de pequenas dimensões, apresenta elevada qualidade estética e decorativa, característica das produções lisboetas.

Catálogo

Taça (SJU99-1). Fragmento correspondendo a porção do bordo, do corpo e do fundo. Apresenta forma subtruncocônica e o bordo, oblíquo possuindo lábio de secção semicircular. O fundo é plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior das paredes está subdividido em cartelas, onde intercalam composições muito semelhantes aos “rolos” de origem chinesa, com outras preenchidas por flor central, circular, rodeada por conjuntos de pétalas. Entre as referidas cartelas observam-se elementos circulares. Na superfície exterior da aba observam-se círculos que circundam pequeno ponto também eles acompanhados de quatro pontos na cor azul de cobalto. Mede 0,023 m de altura máxima, 0,109 m de diâmetro no bordo e 0,059 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0.003 m.



SQU94 – Spitalfields Market (former), Spitalfields Residential Development, Spital Square, Lamb Street, Nantes Passage, Folgate Street, E1.

Durante a Idade Média o local foi ocupado pela Priory and Hospital of St Mary Spital, dissolvida em 1598. A partir dos séculos XVI e XVII, passa a ser ocupada por casas e jardins, como revelam os mapas da época, possivelmente na dependência ou como edifícios de apoio do dito hospital. O desenvolvimento de um mercado semanal ali perto, foi fundamental no desenvolvimento da zona, com o aparecimento de diversas estruturas habitacionais orientadas para a Spital Square e Folgate Street. Em finais da centúria de seiscentos assiste-se à construção de uma Igreja, cuja área envolvente, abrangia o local da escavação, apenas demolida em 1913 (Thomas, 1994).

Em 1994, equipa do Museum of London foi contratada para a realização de diversos acompanhamentos aquando da substituição de esgotos. Foram identificados dois fragmentos em Faiança Portuguesa. A unidade estratigráfica 1598 tratou revelar-se de uma camada de revolvimentos, com materiais cronologicamente atribuíveis aos séculos XVII e XVIII e mesmo com algumas peças posteriores, pelo que a sua atribuição cronológica não foi possível. Tipologicamente a taça portuguesa aqui exumada, apresentando decoração vegetalista, atribuível às oficinas lisboetas, pode ser datada de meados de seiscentos.



Spitalfields, em finais do século XIX (seg. Thomson, 1994).

À unidade estratigráfica mais interessante foi atribuído o número 101, na sondagem 5, tratando-se de enchimento de fossa séptica (UE 109), cujas produções britânicas e exógenas datam seguramente entre 1600-1630. Foram identificadas produções de London Delftware, Post Medieval Red Ware, Post Medieval Slipped Ware e majólicas de Montelupo

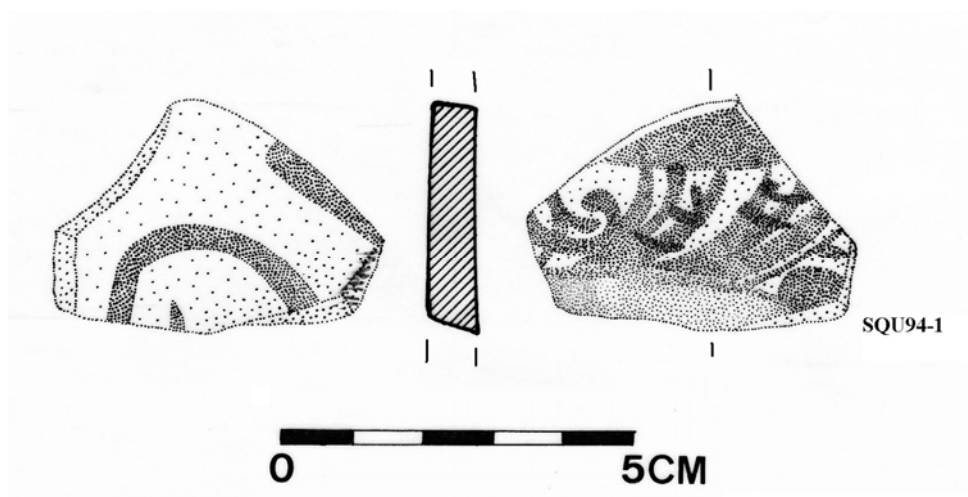
Aquela estrutura negativa encontrava-se selada por camada de terra cinzenta (UE 99), argilosa, que ofereceu diversos fragmentos de cerâmica e vidro datáveis de 1650 a 1700, tais como Border Wares e London Delftware.

O fragmento de Faiança Portuguesa constitui porção de parede de prato com decoração vegetalista e amarela, cor não muito frequente nos materiais exportados.

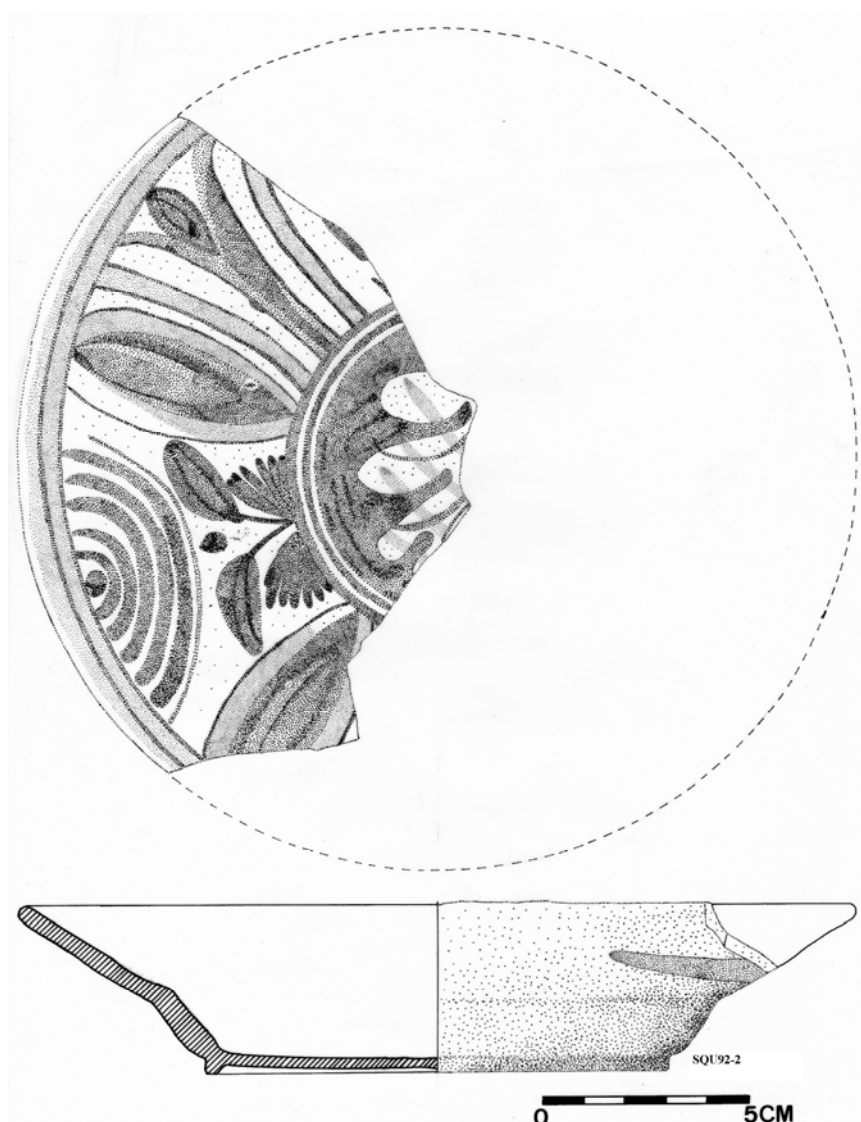
UE				
1650-1700 (99)	LDW	PMRW	PMFGR	BW
(109)		Cess Pit		
1600-1630 (101)	PMSW	FP	MIM	PMRW

Catálogo

Prato (SQU99-1). Fragmento correspondendo a porção da aba. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca, e com decoração na cor azul de cobalto e amarelo. A superfície interior da aba apresentaria decoração vegetalista combinando as referidas cores. Na superfície exterior da aba observam-se pinceladas semicirculares e oblíquas. A espessura média das paredes é de 0,006 m.



Prato (SQU99/1598-2). Fragmento correspondendo a porção do bordo, aba e fundo. Oferece forma subtruncocônica com aba oblíqua. O bordo apresenta lábio de perfil semicircular. O fundo é plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca, e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo foi preenchido com composição fitomórfica onde se observam restos de algumas pétalas e linhas. O interior do bordo encontra-se demarcado por duas linhas concêntricas, paralelas, e, entre estas e outras duas que delimitam o fundo do prato, desenvolve-se densa decoração, de temática vegetalista e geométrica onde alternam folhas e bolbos, associados a traços curvos. Mede 0,041 m de altura máxima, 0,220 m de diâmetro no bordo e 0,113 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0.004 m.



SRP98 – Spitalfields (Ramp), Spital Square, 280 Bishopgate, E1.

No período medieval o local foi ocupado pela Priory and Hospital of St Mary Spital, fundada em 1197 e extinta em 1539. Vários compartimentos do convento e da igreja, bem como o cemitério da comunidade, foram ali identificados (Thomas, 2004).

Após aquela ocupação, a história do sítio pode ser resumida à presença de diversas casas, documentalmente provada, desde o século XVI, com jardins e ruas anexas. Entre 1538 a 1682, a propriedade pertenceu ao Old Artillery Ground, inserindo-se os domicílios neste contexto. As casas encontravam-se orientadas para a Lamb Street and Spital Square (Thomas, 2004).



Casas em Spitalfields, nos finais do século XIX (seg. Thomas, 2004).

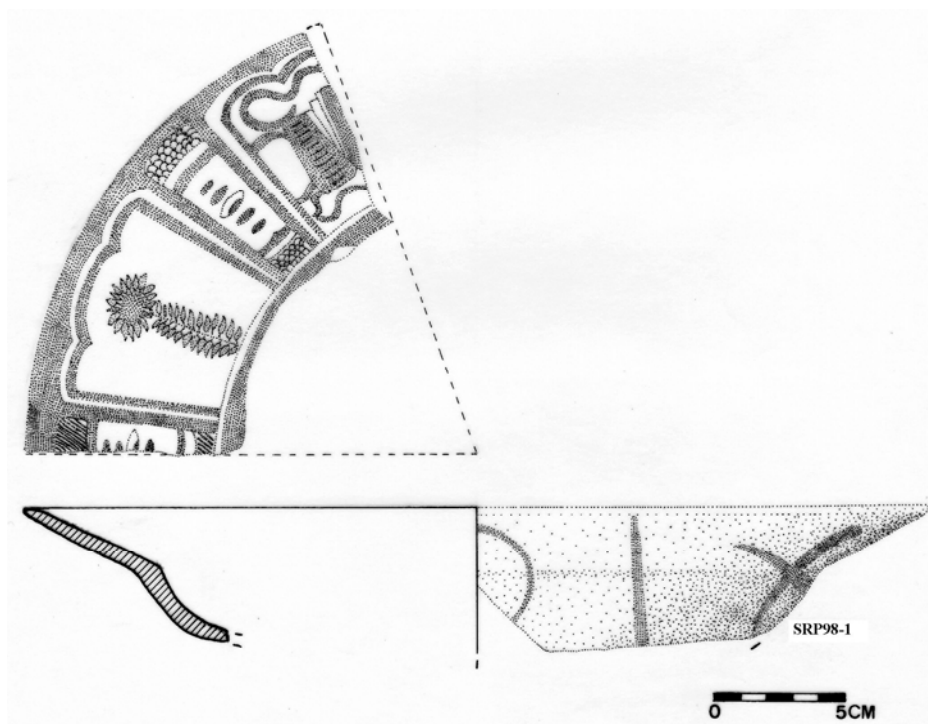
Desde o momento do fim da ocupação religiosa, que a zona atraiu muitos comerciantes, oriundos de países estrangeiros sendo, tradicionalmente, área de fixação de imigrantes. Com o incêndio de 1666, Londres ficou muito destruída, pelo que Carlos II, tentando motivar a economia, deu a John Balch o privilégio de realizar uma feira às terças-feiras e sábados em Spital Square. O sucesso do mercado levou a que muita gente para ali se mudasse, a partir de 1685. Antes do édito de Nantes (1598), muitos dos

huguenotes perseguidos em França, estabeleceram-se aqui, trazendo negócios relacionados com sedas e têxteis (Thomas, 2004).

As unidades estratigráficas 35145 e 35183 foram identificadas como camadas do enchimento da mesma fossa séptica, preenchida com lixo doméstico entre 1620 e 1640, cronologia atribuída com base nas produções britânicas de London Delftware, Post Medieval Red Ware e Post Medieval Slipped Ware.

Catálogo

Prato (SRP98-1). Fragmento correspondendo a porção do bordo, da aba e arranque do fundo. Tinha forma subtruncocónica com aba oblíqua. O bordo oferece secção semicircular. Foi fabricado com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior das paredes está subdividido em cartelas, onde intercalam composições muito semelhantes aos “rolos” de origem chinesa, com outras preenchidas por flor central onde a corola circular se encontra rodeada por pequenas pétalas o mesmo acontecendo ao caule. Entre as referidas cartelas observam-se pequenos elementos de forma suboval. Na superfície exterior da aba observam-se linhas verticais, círculos e linhas que se cruzam. Mede 0,344 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0.006 m.



**STE95 – 250 Bishopgate, Steward Street (car park), Brushfield Street, E1;
240-276 Bishopgate, EC2.**

Após a ocupação romana, o período medieval ficou marcado pela presença das estruturas de um convento, fundado no século XIII, o Priory and Hospital of St Mary Spital. Depois da sua desactivação em 1538, quando Henrique VIII tomou como medida a dissolução de todos os edifícios monásticos, a área passou a ser conhecida por Old Artillery Ground or Garden e controlada pela Honourable Artillery Company, um dos mais antigos regimentos do exército britânico, que a utilizaria com campo de treinos. Os vestígios desta ocupação revelaram diversas balas de mosquete e restos de armas, bem como diversos fossos de apoio a exercícios bélicos (Thomas, 2004).

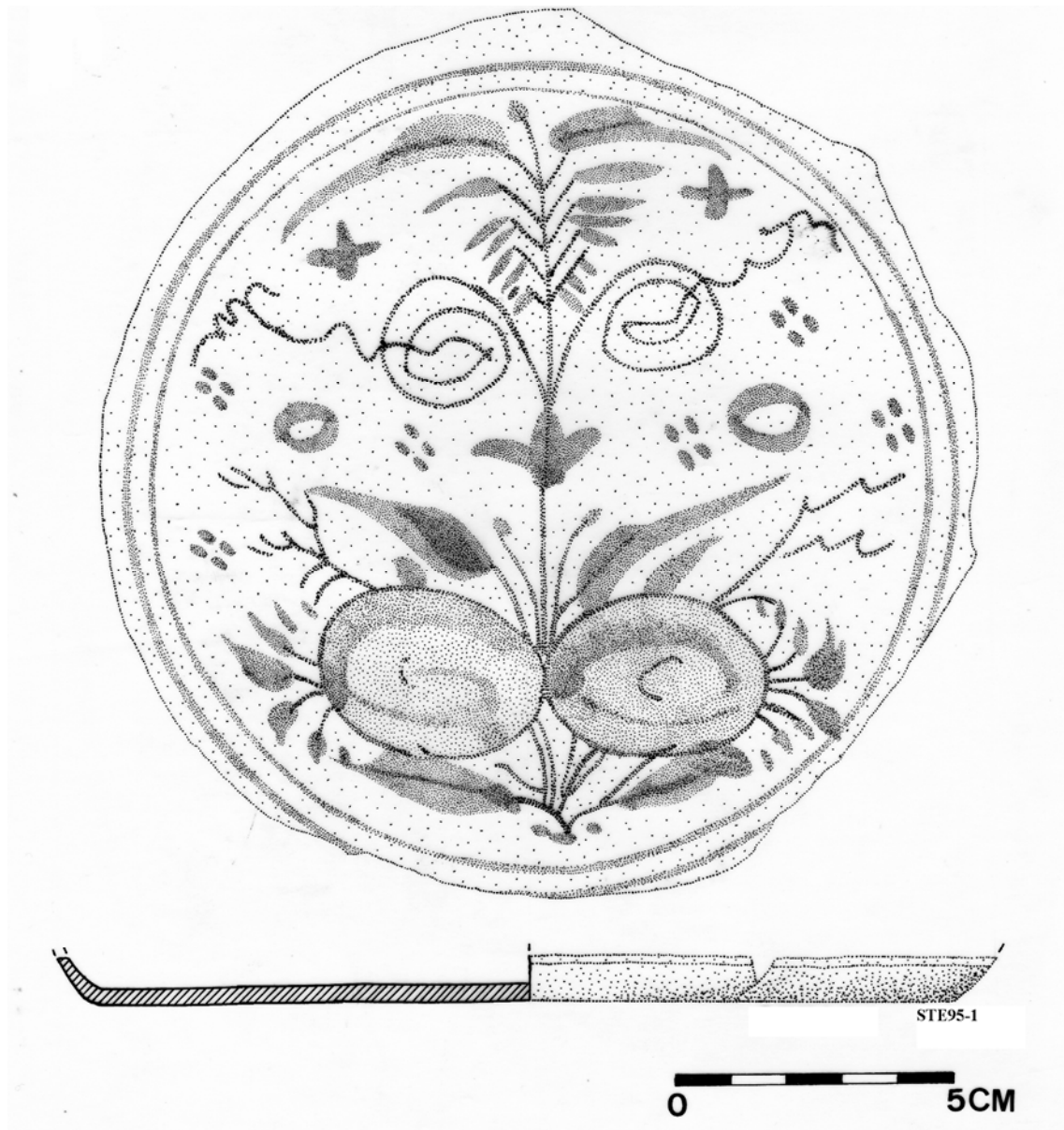


Bishopsgate em 1910, por J. C. Maggs (seg. Thomas, 2004).

Dentro de um destes fossos foi identificada a unidade estratigráfica 377, preenchida com lixo doméstico e datada da fase de abandono do local pela referida instituição, em 1682. Após este período foram construídas casas que ali permaneceram até ao século XIX. O prato em Faiança Portuguesa, produção lisboeta, apresenta decoração de temática oriental, com dois pêssegos no centro do fundo. Peças semelhantes foram recuperadas na escavação subaquática do Santo António de Tanná, naufragado em 1697, apenas alguns anos após o descarte da peça londrina.

Catálogo

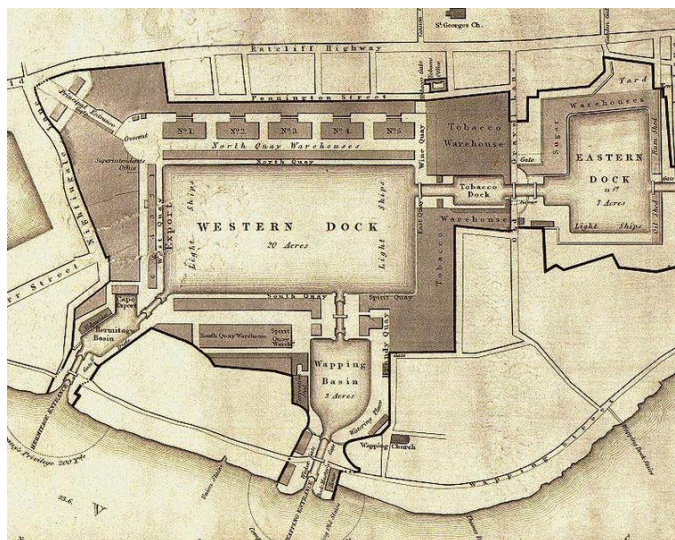
Prato (STE95/377-1). Fragmento correspondendo ao fundo, plano e arranque das paredes. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto e violeta. O interior do fundo foi preenchido com composição onde se destacam dois pêssegos rodeados por motivos fitomórficos em ambas cores. Esta composição foi circundada por duas linhas concêntricas e paralelas na cor azul de cobalto. Mede 0,158 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0.004 m.



TOC02 – Tobacco Dock, 130-162 The Highway, E1.

O seu nome advém de armazém, construído no século XIX, com o intuito de guardar exclusivamente o tabaco importado que chegava a Londres. Durante o século XVII, a zona encontrava-se ocupada por diversas casas.

A escavação foi realizada através de uma única sondagem que mostrou os vestígios de duas casas, cujas frentes se orientavam para a Pennington Street e que foram habitadas até inícios do século XVIII. Entre as habitações, foram identificados diversas fossas sépticas, aparelhadas com tijolo (Douglas, 2002).



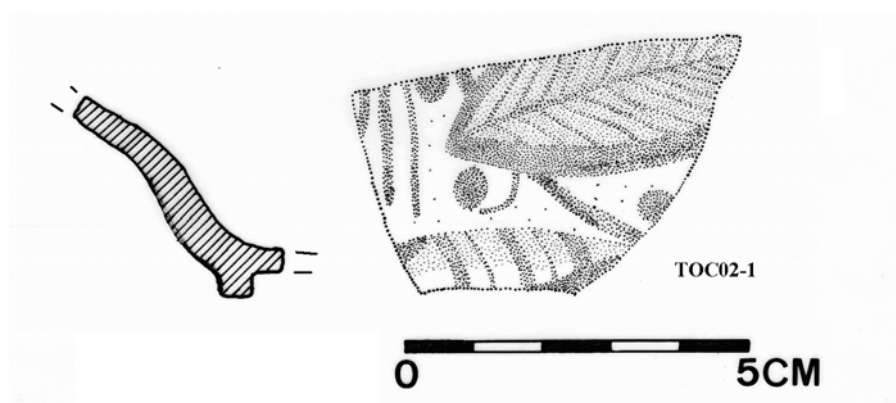
Tobacco Dock, em 1831, por Henry Palmer (seg. Douglas, 2002).

Numa das habitações, foram reconhecidas as unidades estratigráficas 10 e 431, dispostas sobre pavimentos, associadas a diversas paredes, que compunham os compartimentos. Os objectos cerâmicos recolhidos, associados a dois numismas de James II, demonstram que aqueles espaços foram abandonados e destruídos algures entre 1670 e 1690. Entre diversas tipologias cerâmicas foram recolhidos fragmentos de London Delftware, cujas produções demonstram uma cronologia de finais do século XVII, Post Medieval Red Ware e Post Medieval Fine Redware (Douglas, 2002).

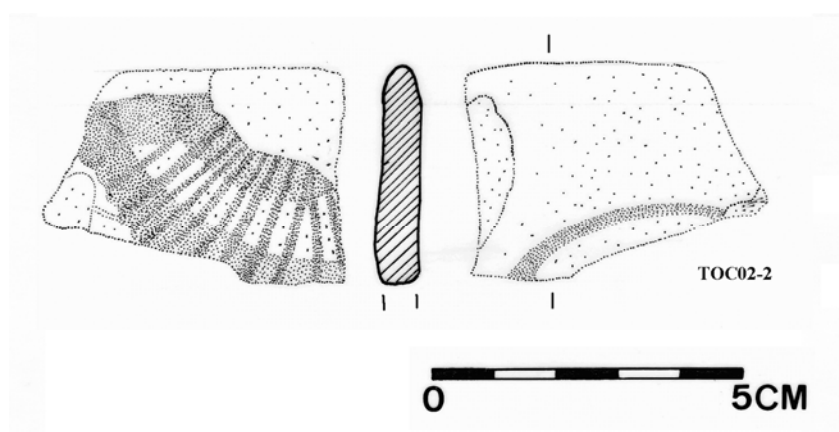
As peças portuguesas, produções de Lisboa, correspondem a dois pratos, um dos quais de inspiração oriental (UE 431), oferecendo aranhão e outro com vestígios de rendas (UE 10), ambos em azul, sem vestígios de manganês, cor característica destas cronologias mais tardias.

Catálogo

Prato (TOC02/10-1). Fragmento correspondendo a porção da aba e do fundo, assente em pé, baixo e anelar. Foi fabricado com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície interior da aba apresenta vestígios de decoração de grandes folhas, ditas de “aranhões”. A espessura média das paredes é de 0,004 m.



Prato (TOC02/10-2). Fragmento correspondendo a porção da aba e do bordo, com secção semicircular. Foi fabricado com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície interior da aba apresenta restos de “rendas”, enquanto a superfície exterior revela linha curva. A espessura média das paredes é de 0,005 m.



WSN00 – 25, West Tenter Street, E1

O número 25 desta Rua pode ser identificado no Boot's Poverty Map (1890), que referencia a zona como ambiente onde habitava uma classe média com rendimentos que permitiam uma vida estável. *“Higher class labour and the best paid of the artisans. Earnings exceed 30s per week. Foremen are included, city warehousemen of the better class and first hand lightermen; they are usually paid for responsibility and are men of good character and much intelligence”*, características que mantinha desde o século XVIII.

A escavação do local ofereceu fossos resultantes da extracção de pedra, possivelmente escavados em inícios do século XVII. Tal como acontecia com as covas que os oleiros abriam para retirarem barro, também estas pedreiras tinham de ser tapadas, geralmente com entulhos e lixos domésticos.

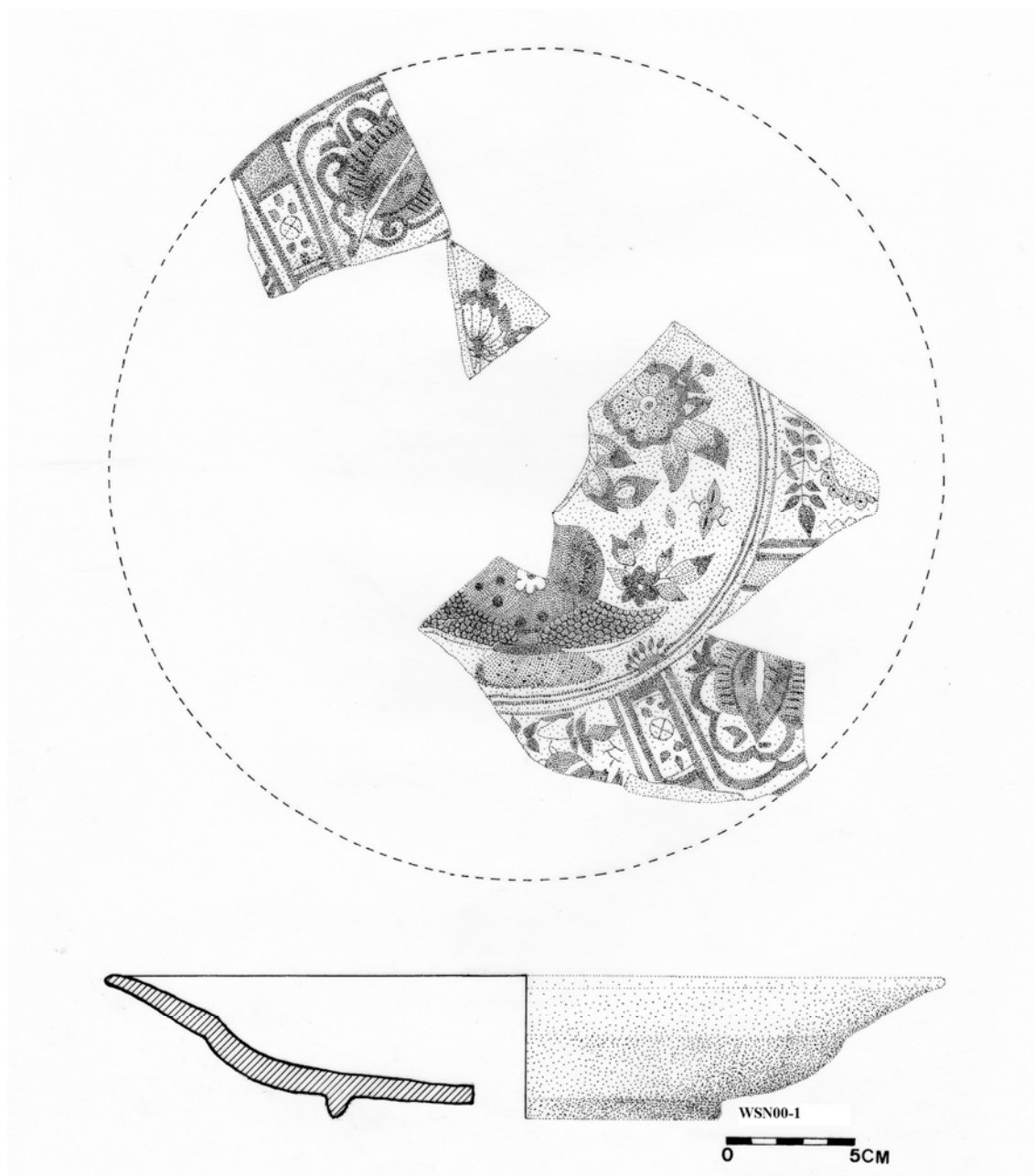
A unidade estratigráfica 6 preenchia uma daquelas estruturas negativas. Os materiais exumados revelaram que o seu despejo ocorreu algures na década de 60 de seiscentos, oriundos de lixos domésticos. Outra possibilidade avançada pelos arqueólogos é que o resultado destes achados seja oriundo das terraplanagens para a limpeza de ambientes, destruídos no Grande Incêndio de 1666, com a presença de algumas cinzas.

Os objectos recuperados, em conjunto com a peça portuguesa, correspondem igualmente a esta cronologia atendendo às diversas peças de grés, bem como produções londrinas de cerâmica esmaltada e uma peça de louça de Delft produzida entre 1640 e 1660.

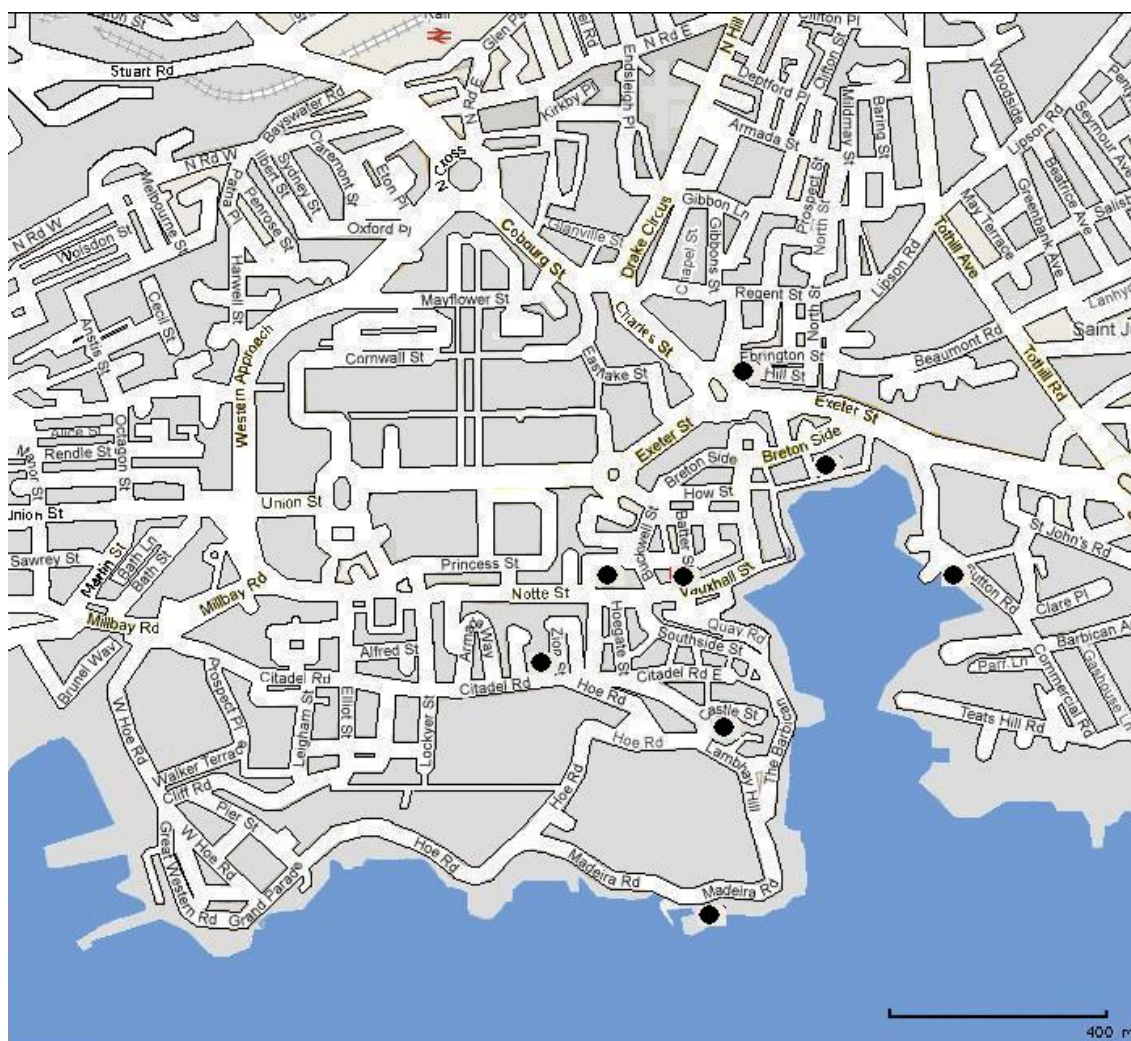
Catálogo

Prato (WSN00-1). Fragmentos correspondendo a porção do bordo, da aba e ao fundo. Tinha forma subtruncocónica com aba oblíqua. O bordo oferece secção semicircular. O fundo era plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi fabricado com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração

na cor azul de cobalto. O interior da aba está subdividido em cartelas, onde intercalam composições com grandes folhas, ditas de “aranhões”, com outras constituídas por flor central, circular, rodeada por pétalas e com folhas junto ao caule e, ainda outras, apresentando representação zoomórfica de pássaro apoiado em pequenas ramagens. Entre as cartelas referidas observam-se motivos circulares. Junto ao fundo apresenta duas linhas concêntricas que ladeiam a decoração central composta por motivos vegetalista com jarra de flores onde podem igualmente ser vistas pequenas representações zoomórficas de abelhas. Mede 0,054 m de altura máxima, 0,328 m de diâmetro no bordo e 0,152 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0.008 m.



II.1.12. Plymouth



Mapa de Plymouth com a localização dos arqueossítios.

Plymouth localiza-se na foz de dois rios, o Plym, de onde retira o seu nome, e o Tamar que, na sua confluência, criam uma baía. A acessibilidade de recursos naturais levou a que as comunidades humanas ali se desenvolvessem desde o Paleolítico Superior (Kiste, 2009).

Em 1086, no Domesday Book, regista-se apenas a presença de uma pequena comunidade pesqueira, denominada Sutton, que cresce durante os séculos seguintes, sobretudo devido ao facto de, muitos territórios circundantes terem sido dados à família Valletorts. Durante a Idade Média era a cidade de Plympton que controlava as entradas e saídas do estuário do Plym, mas o assoreamento do rio levou a que os barcos passassem a utilizar Sutton, na foz do Plym. A cidade adquiriu a sua independência municipal, através de carta de direitos, em 1439 (Fleming, 1995). A designação de

Plymouth começa a ser utilizada em finais da Idade Média, ainda que o nome Sutton ainda prevaleça na zona dos seus mais antigos portos (Jewitt, 1873).



Plymouth, em 1640 (seg. Fleming, 1995).

O crescimento da localidade, em finais do século XIII, levou a que caísse na mira dos inimigos, começando a ser atacada ainda no século XIV, durante a Guerra dos Cem Anos. Em 1406, um exército francês entrou na cidade e destruiu parte dela. No entanto, a existência de uma baía, eliminava o efeito surpresa, minimizando os riscos (Gill, 1979). Durante o século XVI e XVII, foram construídas diversas torres ao longo da costa, de modo a garantir o aviso, em caso de ataque. Por volta de 1600, Plymouth tinha cerca de 3500 habitantes e, cem anos depois, cerca de 5000. Nos séculos seguintes alcançou estatuto como promotor de descobertas e comércio (Gill, 1979).

Albergou, desde o século XVI, inúmeros mercadores, alguns dos quais bastante reconhecidos, tais como William Hawkins que, em 1530, partiu para a primeira viagem de exploração inglesa às costas africanas, e o seu filho Sir John Hawkins, grande responsável pelo desenvolvimento do tráfico negreiro (Fleming, 1995). Foi a cidade de Francis Drake, onde aquele planeou a derrota da Invencível Armada e foi aqui que, provavelmente, se arquitectou a colonização do novo mundo, visto que foi Drake quem fundou a primeira colónia inglesa no novo continente, em Roanoke, Virginia. A cidade

foi ainda o porto de entrada de personagens importantes em Inglaterra, nomeadamente Catarina de Aragão, mulher de Henrique VIII, em 1501, e Pocahontas, em 1616 (Gill, 1979). É ainda palco da partida do Mayflower, em 1620, que levava a bordo os colonos que estabeleceram a segunda colónia no Novo Mundo. Beneficiava de uma norma que obrigava a que todos os colonos em direcção à Terra Nova saíssem de Plymouth ou Dover, lei em vigor desde finais do século XIV (Gill, 1979).

O desenvolvimento do porto levou à aposta na reestruturação de muitas das construções de apoio aos grandes navios que navegavam o Atlântico e Índico. Durante o século XVII, são construídos novos portos e armazéns junto aos cais. Na verdade, só no início do século XVIII a zona portuária começa a albergar casas pois, anteriormente, todas as construções junto a Sutton Pool seriam armazéns e estruturas de apoio ao comércio. Os habitantes da cidade, sobretudo, os mais abastados, viviam dentro das muralhas (Fleming, 1995).

No início da Guerra Civil, a cidade tomou o lado do Parlamento, ficando isolada na sua escolha, atendendo que maior parte das cidades de Devon e da Cornualha tomaram o partido do rei. Esta decisão fez com que fosse quase que permanentemente cercada entre 1642 e 1646. A sua resistência deveu-se em muito ao facto de as armadas mercantes estarem do lado do Parlamento, fornecendo mantimentos à cidade e reforços sempre que havia necessidade de tropas. Fortemente protestante, sempre lutou pelo direito de se auto-regulamentar. Foi a primeira cidade inglesa a apoiar a chegada ao trono de William de Orange (Andriette, 1971).

Em 1497 John Cabot descobriu a Terra Nova e as suas enormes reservas de peixe. A partir de então, diversos pescadores de Plymouth exploravam os seus recursos. O peixe chegou a tornar-se mesmo uma das mais importantes indústrias da cidade, muito embora, outras indústrias como o couro, fossem também importantes. O seu comércio efectuava-se sobretudo com a Península Ibérica e França, importando vinho, fruta, açúcar e papel (Gill, 1979). Muitos dos barcos que saíam de Plymouth, ou doutros portos para pescar na Terra Nova, não iam a casa antes de desembarcarem o bacalhau. Dirigiam-se imediatamente para a Península Ibérica ou Mediterrâneo, descarregando o peixe e carregando outros produtos e, quando voltavam, atendendo que eram barcos pesqueiros, passavam sem parar na Alfândega (Gill, 1979).

No século XVII, desenvolveu-se um intenso negócio com as colónias americanas e as Índias Ocidentais. Importava-se açúcar e tabaco, exportando-se lã e

estanho. Celia Fiennes descreveu Plymouth em 1692: *“The streets are good and clean. There are a great many though some are but narrow. They are mostly inhabited by seamen and those which have affairs of the sea (...) The mouth of the river is a very good harbour for ships, the dockyards are about 2 miles from the town. It’s one of the best in England, a great many good ships are built there.”* (Fiennes, 1698).



Parish Church, em 1930 (seg. Bowden, 2006).

Em 1665, foi construída a cidadela defensiva, em muito devido à guerra com os Países Baixos e o medo de invasão. Nos inícios do século XVIII, a cidade cresce, com a edificação de habitações junto das docas, que albergavam os seus trabalhadores. A muralha caiu em desuso e foi destruída em inícios de oitocentos, pois travava o crescimento urbano (Bracken, 1931).

Quando falamos de Faiança Portuguesa na Europa, é-nos impossível alhear da presença judaica nas cidades que a ofereceram. Não apenas devido ao bairro judeu em Amsterdão que, efectivamente ofereceu de centenas de peças, mas, sobretudo, devido aos agentes comerciais responsáveis pela grande parte do comércio entre Portugal e Inglaterra que eram, efectivamente, judeus (Roth, 1978).

Uma das comunidades mais importantes de Plymouth era judaica. A localização dos seus bairros está inteiramente ligada à sua actividade económica. Viviam perto das docas e comercializavam com mercadores estrangeiros e locais. Ainda que tenham sido banidos de Inglaterra por Edward I, Cromwell permitiu que se estabelecessem na ilha,

pelo que algumas famílias oriundas da Península Ibérica são conhecidas por se fixarem em Plymouth, durante o século XVII. Estas famílias sefarditas rapidamente ganharam importância económica (Roth, 1978).

Em 1617, António da Costa de Oliveira, cristão-novo português, estava em Plymouth a negociar por parte do embaixador ibérico no Reino Unido, o conde de Gondomar, residente em Londres (Roth, 1978). Em 1634, um dos professores mais influentes da Universidade de Exeter era Jno. Lawrenson, um judeu alemão, com ligações a Plymouth (Roth, 1978).

Após 1656, os judeus passaram a ter permissão de circular livremente pelo país, tratando dos seus negócios. Uma importante parte dos seus tratos tratava-se do comércio com as Índias Orientais. Em 1685, por ocasião de uma denúncia aos judeus de Plymouth, acusados de burlar a alfândega da cidade, são descritos como “*a very Rich sort of People, their trade is very great, they employ many ships etc. and should that be cut off, abundance of people, both here and in the Plantations, would feel the want of them. Moreover, the King would be much lessened in the Customs by the breaking off of their trade*” (Samuel, 1961, 37).

Ainda que não o possamos comprovar documentalmente, acreditamos que uma comunidade de mercadores portugueses estava instalada nesta cidade, como acontecia em Londres. A presença de mercadores pode ser conotada com a visita do judeu português, António da Costa Oliveira que, em 1617, pernitoou na cidade, mas igualmente pelos capitães dos navios portugueses que ali se dirigiam carregados das mais diversas mercadorias. Não podemos ainda ignorar o facto de uma das mais importantes vias urbanas da cidade ostentar, desde finais do século XVII, o nome de Madeira Road. É possível que essa designação seja apenas uma referência ao comércio de bens, sobretudo vinho, oriundos daquela ilha atlântica. Contudo, acreditamos que ali, junto ao porto e muito próximo da cidadela, onde se sabe que os mercadores habitavam desde o século XVI, podia ser o núcleo de marcadores portugueses e madeirenses.

No entanto, é curioso que, atendendo que esta é certamente a cidade do Reino Unido que mais fragmentos de Faiança Portuguesa ofereceu, apenas em um dos locais, o Kitto Institute, pode ela ser identificada especificamente com uma habitação em concreto, onde conseguimos atribuir a utilização destas peças a uma família específica. No entanto, a sua presença no local que se julga ter sido a principal lixeira da cidade, Castle Street, revela que devia ser de uso quotidiano nas casas mais abastadas de

Plymouth, visto que na sua companhia foram recuperadas várias centenas de peças de outras origens, tais como França, Itália e China, cujo valor devia ser elevado. Todos os outros locais onde estes objectos foram recuperados, tratam-se de estruturas de apoio ao comércio internacional, como portos e armazéns, pelo que concluímos que, este tipo de bens, chegava quotidianamente à cidade.

Plymouth, cidade de construção naval bélica, foi uma das mais fustigadas cidades inglesas durante a II Guerra Mundial, alvo de intensos bombardeamentos que a descaracterizaram, destruindo a maior parte das suas casas e monumentos.

PC – Castle Street.

Nos anos 60, a zona onde se julgava ter existido o castelo medieval, que controlaria a baía de Sutton Pool, foi reabilitada e planeada a construção de novos edifícios. Não foram identificadas quaisquer estruturas medievais, e apenas um grande número de fossas sépticas de enormes dimensões, escavadas no solo, sem qualquer tipo de aparelhamento, o que levou a que o local fosse identificado como zona de despejos de lixos domésticos, possivelmente recebendo todo o tipo de vazadura da cidade por mais de cem anos, entre os séculos XVI e XVII.

O facto de este não ser o resultado que os arqueólogos responsáveis pelo projecto almejavam, levou a que o registo estratigráfico do conteúdo das fossas fosse parcamente realizado, tendo sido apenas atribuída uma estratigrafia geral que datou as peças da primeira metade do século XVII (Brown, 1986). Ainda que a cerâmica importada de países como Itália, Espanha ou Alemanha seja frequente, sobressai o número de peças oriundas de Portugal, não apenas faiança, mas igualmente milhares de fragmentos de cerâmica comum (Brown, 1986). A tipologia das peças portuguesas, associadas às datações fornecidas pelas demais peças recuperadas, sugere uma baliza entre 1600 e 1640 para a sua deposição. Majólica de Montelupo, cerâmica comum portuguesa, anforêtas, vidrados de sal gerâmicos, cerâmicas comuns de produção local, e produções regionais, foram as peças recuperadas. Esta datação corresponde, grosso modo, ao período áureo do comércio de Plymouth com a Península Ibérica, como se regista nos Port Books daquela cidade. É então possível que aquela lixeira tenha ficado saturada de despejos naquele momento e que se tenha utilizado outro local da cidade.

A colecção revelou peças que são claramente oriundas das oficinas lisboetas e coimbrãs. A maioria delas corresponde ao que podemos designar de cerâmica quotidiana e utilitária com pratos e taças, destinados a servir alimentos à mesa. As peças de maiores dimensões tratam-se de pratos e garrafas, oferecendo esmalte aderente e brilhante, revestindo pastas homogêneas e compactas de tonalidade clara, características semelhantes às peças de Lisboa. As peças de menores dimensões, sobretudo taças, oferecem esmalte menos aderente, pouco espesso e sem brilho, sobre pastas rosadas, compactas, mas pouco homogêneas. A sua decoração insere-se na temática vegetalista, muito semelhante ao que foi recuperado nas escavações da Garagem Avenida, em Coimbra, depejo de olarias, bem como nos arqueossítios

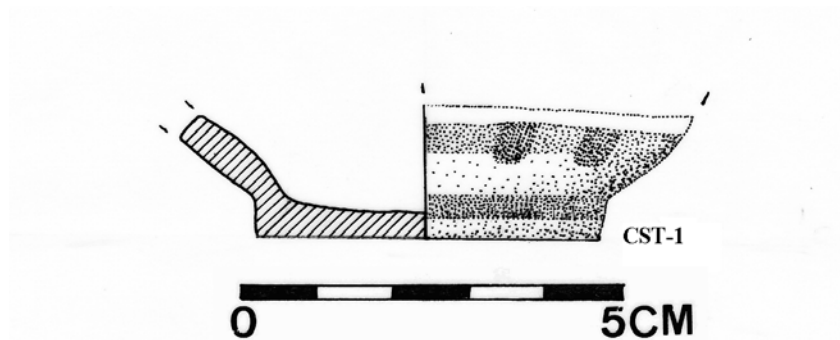
abastecidos por aquele centro oleiro, tais como São João de Tarouca (Castro e Sebastian, 2009).

A par da colecção exumada em Narrow Street (Londres), este é o único local onde as peças em faiança ofereceram marcas de uso, com elevado desgaste no bordo e fundo dos recipientes. Esta constatação permite corroborar a sua utilização por mercadores de origem portuguesa, residentes na cidade que, ao contrário dos estrangeiros, que importavam Faiança Portuguesa devido as suas características estéticas, apostariam na sua funcionalidade.

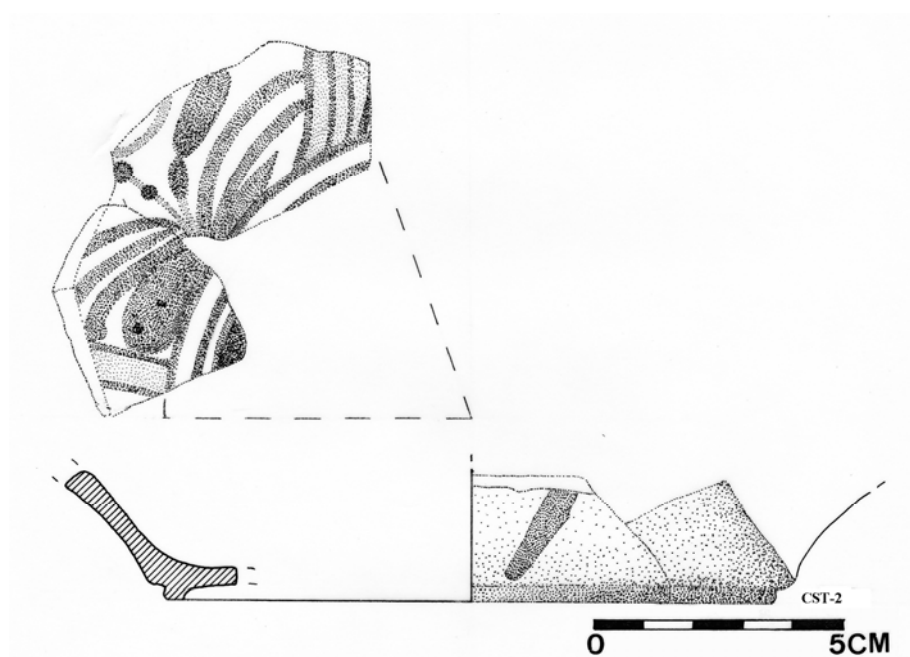
O contexto arqueológico data a faiança ali recuperada entre 1600 e 1630. A presença de apenas dois fragmentos com decoração a manganês permite confirmar a sua datação dentro das cronologias apresentadas, podendo o seu aprecio ser apenas residual. Por outro lado, predominam as decorações atribuíveis à primeira metade do século XVII onde apenas três fragmentos com decoração de rendas, frequentes a partir de 1640, foram recuperados.

Catálogo

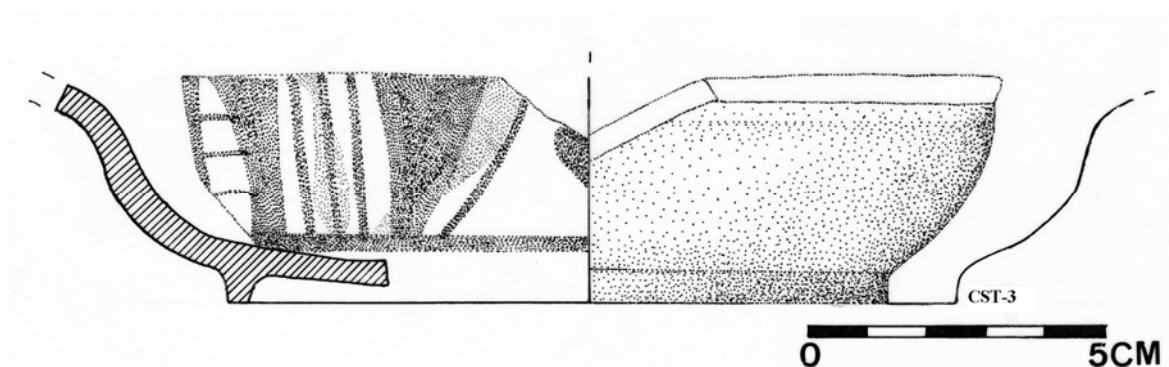
Taça (CST-1). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano. Foi fabricado com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. As paredes exteriores foram decoradas com duas linhas horizontais. A linha superior encontra-se sobreposta pelo arranque de duas linhas verticais. Media 0,045 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



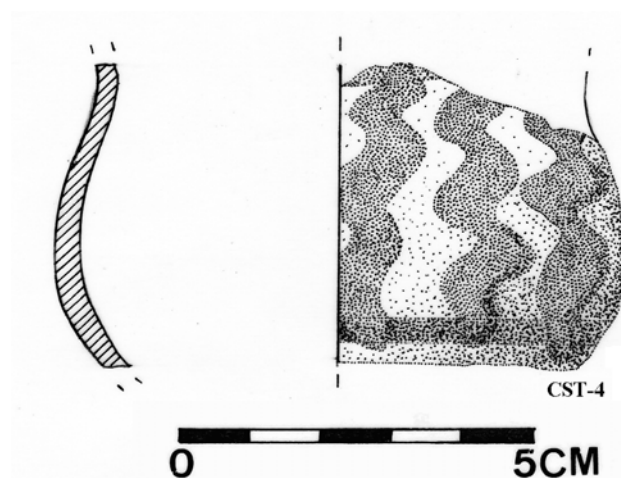
Taça (CST-2). Fragmento correspondendo a porção do corpo e do fundo plano, assente em pé, baixo e anelar. Tinha forma troncocónica e paredes oblíquas. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo revela vestígios de linhas concêntricas, paralelas a outra que se situa na base do arranque das paredes e a partir da qual se desenvolve decoração de carácter vegetalista com flor onde se conseguem identificar as folhas e vestígios da corola. Media 0,122 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



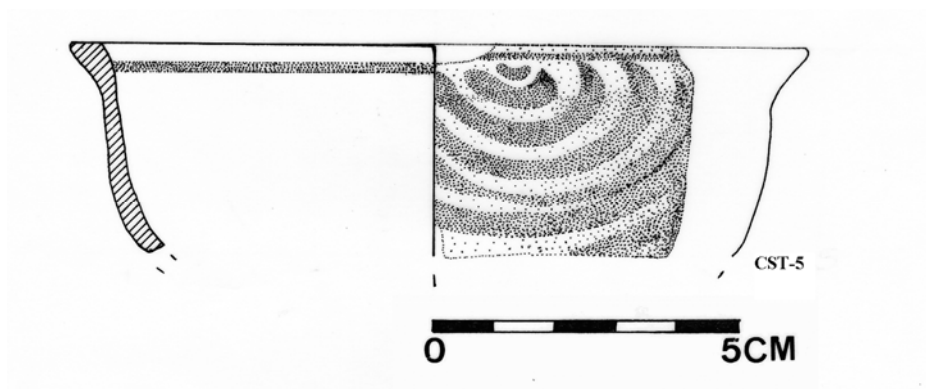
Taça (CST-3). Fragmento correspondendo a porção do corpo e do fundo plano, assente em pé, baixo e anelar. Tinha forma troncocónica e paredes oblíquas. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo revela linha concêntrica, paralela a outra que se situa na base do arranque das paredes e a partir da qual se desenvolve decoração de carácter vegetalista e geométrico. Media 0,124 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



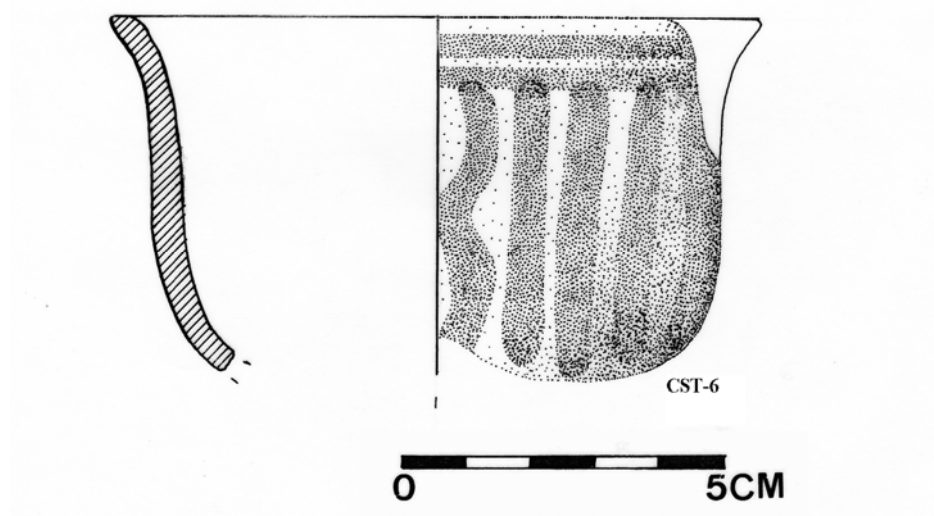
Taça (CST-4). Fragmento correspondendo a porção das paredes e arranque do fundo. Apresentaria forma troncocônica. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície externa encontra-se decorada com linhas verticais onduladas. O diâmetro do corpo seria de 0,082 m na zona das paredes e a espessura média das paredes é de 0,004 m.



Taça (CST-5). Fragmento correspondendo a porção do bordo e do corpo. Este apresentava forma hemisférica e o bordo, extrovertido, possuía lábio de secção semicircular, aplanado superiormente. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície exterior apresenta decoração de teoria de conjuntos de círculos concêntricos. Interiormente apresenta, junto ao bordo, linha concêntrica. Media 0,121 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.

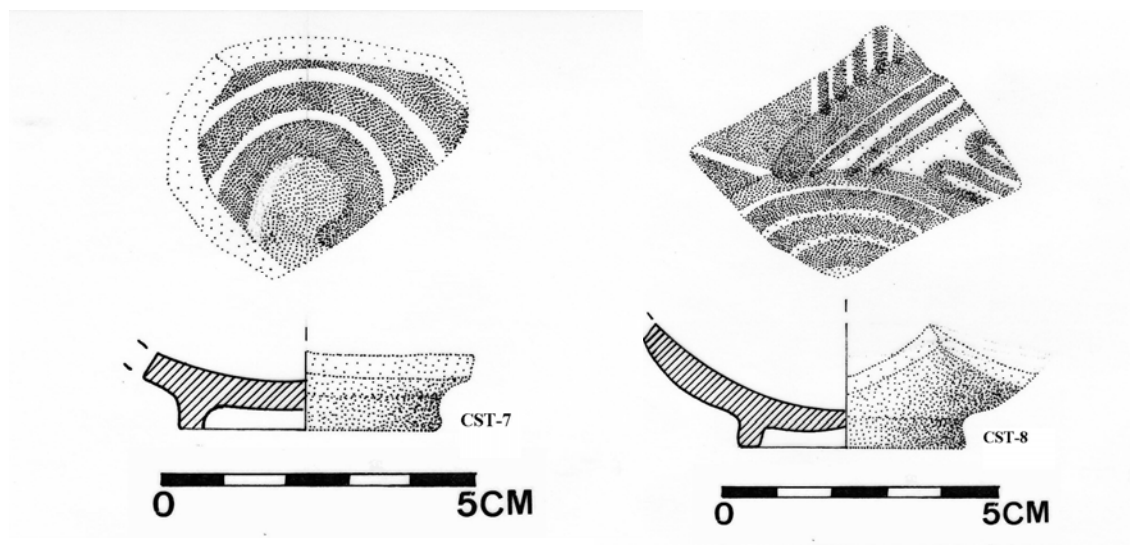


Taça (CST-6). Fragmento correspondendo a porção do bordo e do corpo. Este apresentava forma hemisférica e o bordo, extrovertido, possuía lábio de secção semicircular. Foi produzida com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície exterior apresenta-se decorada com duas linhas concêntricas, paralelas, junto ao bordo, das quais partem linhas verticais direitas e onduladas em direcção ao fundo. Media 0,102 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



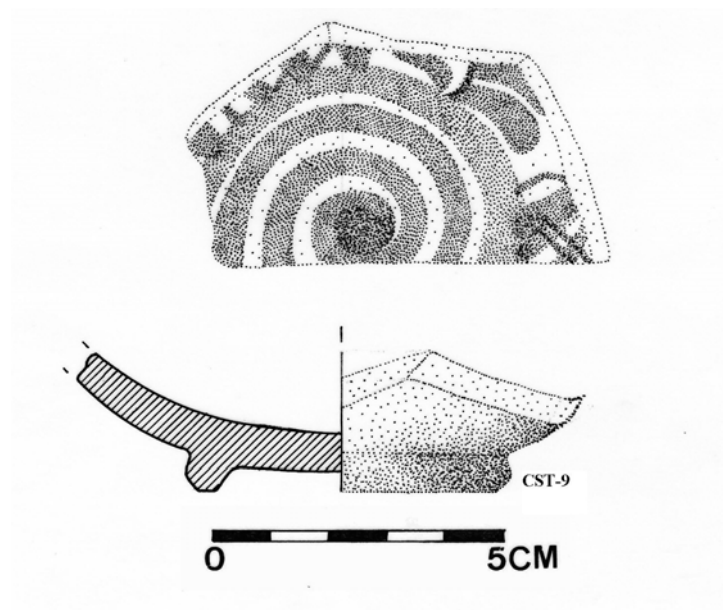
Taça (CST-7). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano, assente em pé anelar. Foi produzida com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. No interior do

fundo apresenta espiral com diferentes tonalidades de azul. Media 0,042 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.

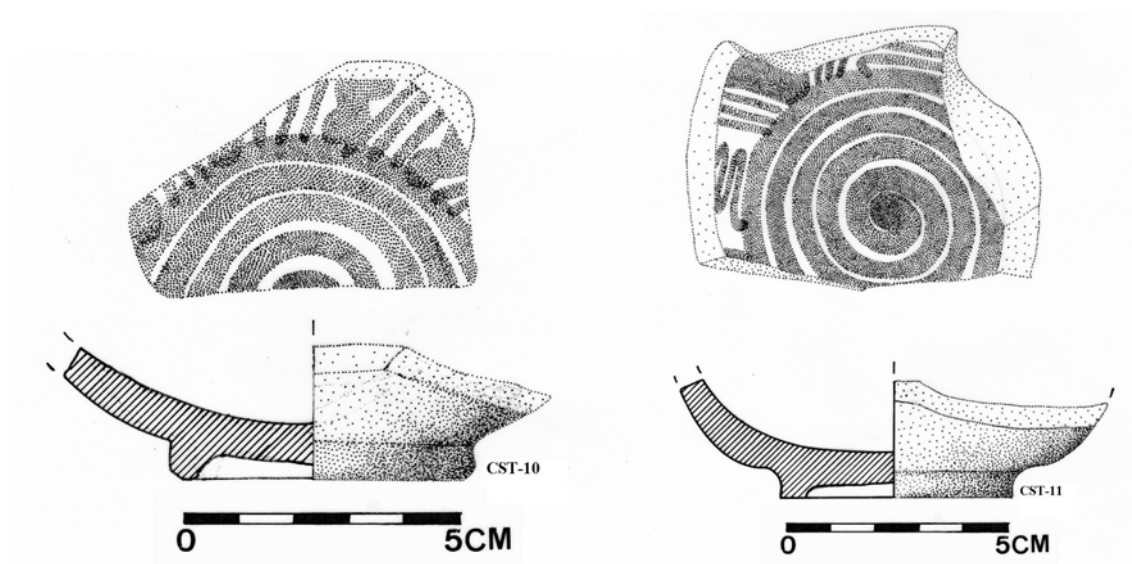


Taça (CST-8). Fragmento correspondendo a porção do fundo e do corpo. O fundo era plano, assente em pé anelar e apresentaria forma hemisférica. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. No interior do fundo apresenta espiral a partir da qual parte a decoração geométrica nas paredes. Media 0,039 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,006 m.

Taça (CST-9). Fragmento correspondendo a porção do fundo plano, assente em pé anelar, e do corpo com forma hemisférica. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. No interior do fundo apresenta espiral com diferentes tonalidades de azul, a partir da qual se desenvolve decoração vegetalista nas paredes. Media 0,056 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,006 m.



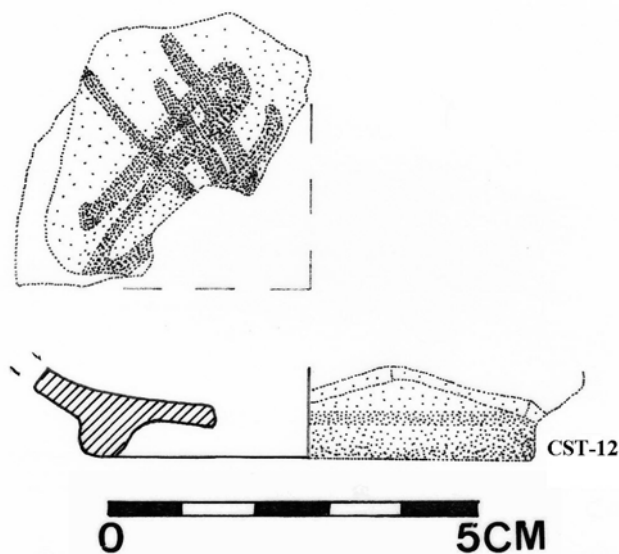
Taça (CST-10). Fragmento correspondendo a porção do fundo e do corpo. O fundo era plano, assente em pé anelar e apresentaria forma hemisférica. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. No interior do fundo apresenta espiral a partir da qual parte a decoração geométrica e vegetalista nas paredes. Média 0,055 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,006 m.



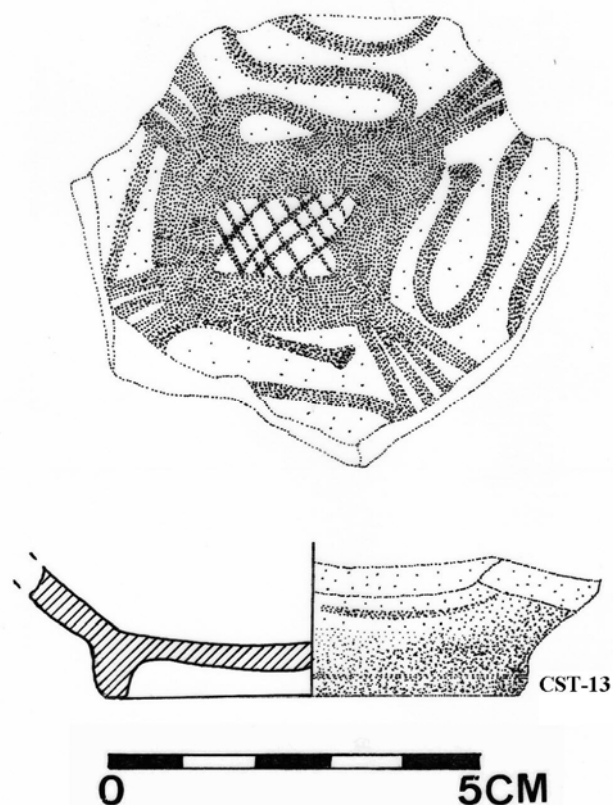
Taça (CST-11). Fragmento correspondendo a porção do fundo e do corpo. O fundo era plano, assente em pé anelar e apresentaria forma hemisférica. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e

quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. No interior do fundo apresenta espiral a partir da qual parte a decoração geométrica nas paredes. Media 0,053 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,006 m.

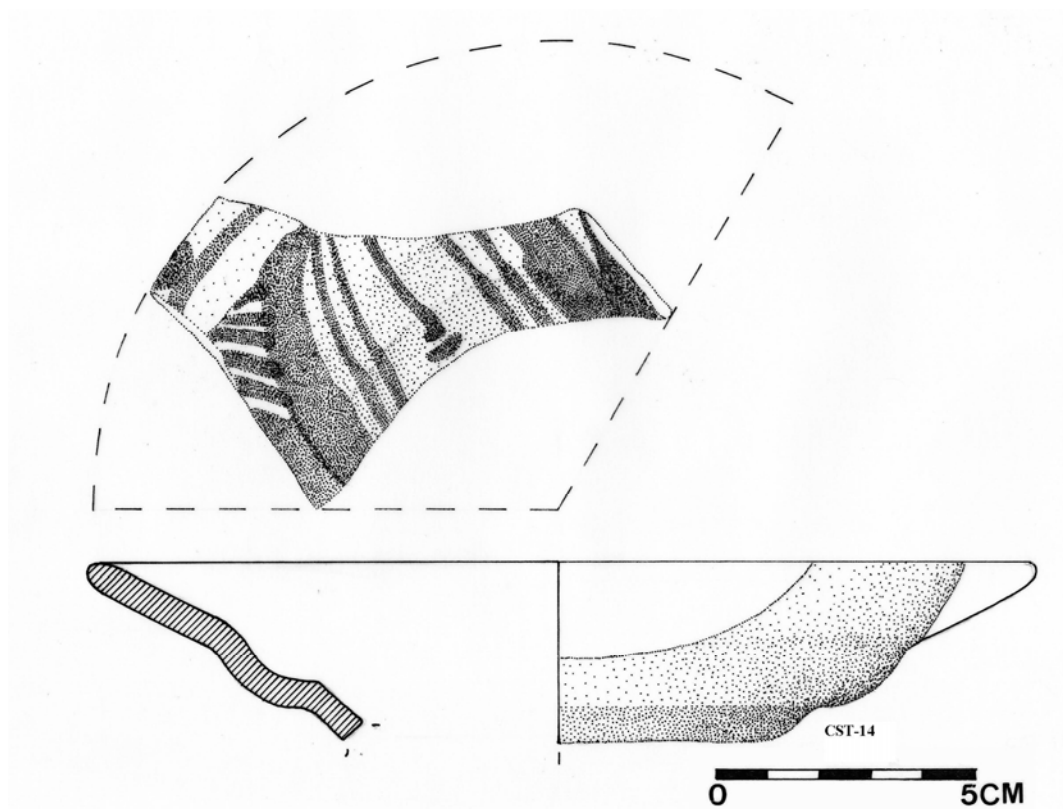
Taça (CST-12). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano, assente em pé anelar. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. No interior do fundo apresenta marca geométrica e no exterior linha concêntrica junto ao pé. Media 0,059 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.



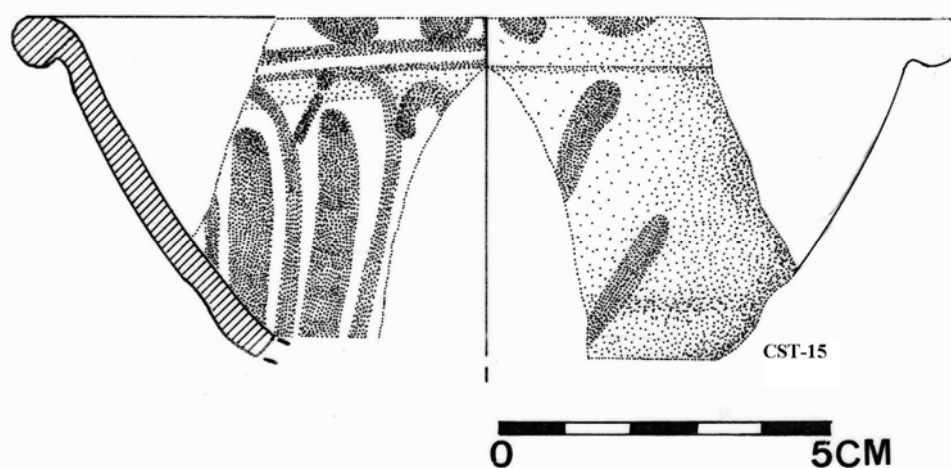
Taça (CST-13). Fragmento correspondendo a porção do fundo e do corpo. O fundo era plano, assente em pé anelar e apresentaria forma hemisférica. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. No interior do fundo apresenta decoração vegetalista e geométrica e no exterior linha, junto ao fundo. Media 0,058 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



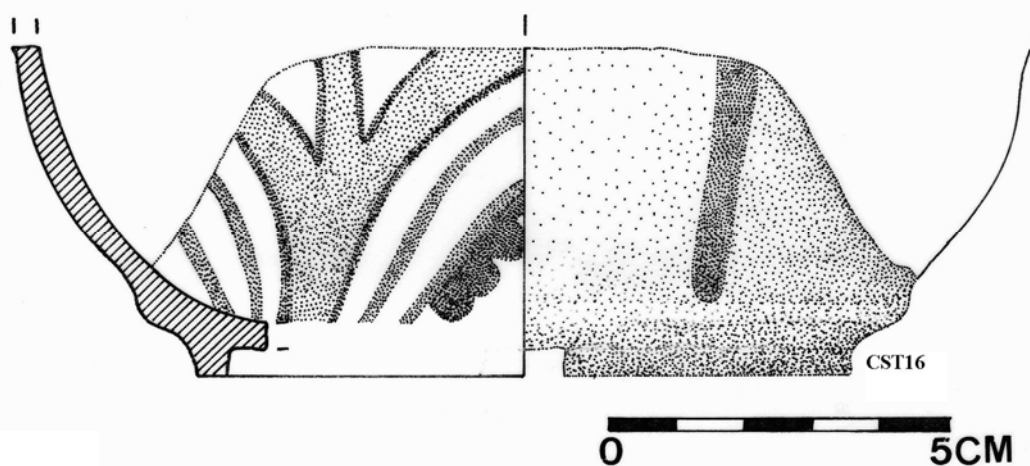
Prato (CST-14). Fragmento correspondendo a porção do bordo e corpo. Oferece forma subtruncocônica com aba oblíqua. O bordo apresenta lábio de perfil semicircular. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca, e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por linha concêntrica. A parte superior do bordo foi decorada por séries de traços curtos e oblíquos. No interior desenvolve-se densa decoração, de temática vegetalista e geométrica onde alternam folhas e bolbos, associados a traços curvos. Mede 0,182 m de diâmetro no bordo e espessura média das paredes é de 0,005 m.



Taça (CST-15). Fragmento correspondendo a porção do bordo e das paredes. Mostra forma troncocónica, bordo espessado, com lábio de secção semicircular. Foi produzida com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto, assim como irregularidades e pequenas porosidade. O interior do bordo encontra-se demarcado por duas linhas concêntricas, paralelas. No interior desenvolve-se densa decoração, de temática vegetalista. A parte superior do bordo foi decorada por séries de traços curtos e oblíquos. Sobre as paredes exteriores observa-se duas pinceladas, oblíquas, de cor azul de cobalto. Mede 0,142 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0.005 m.

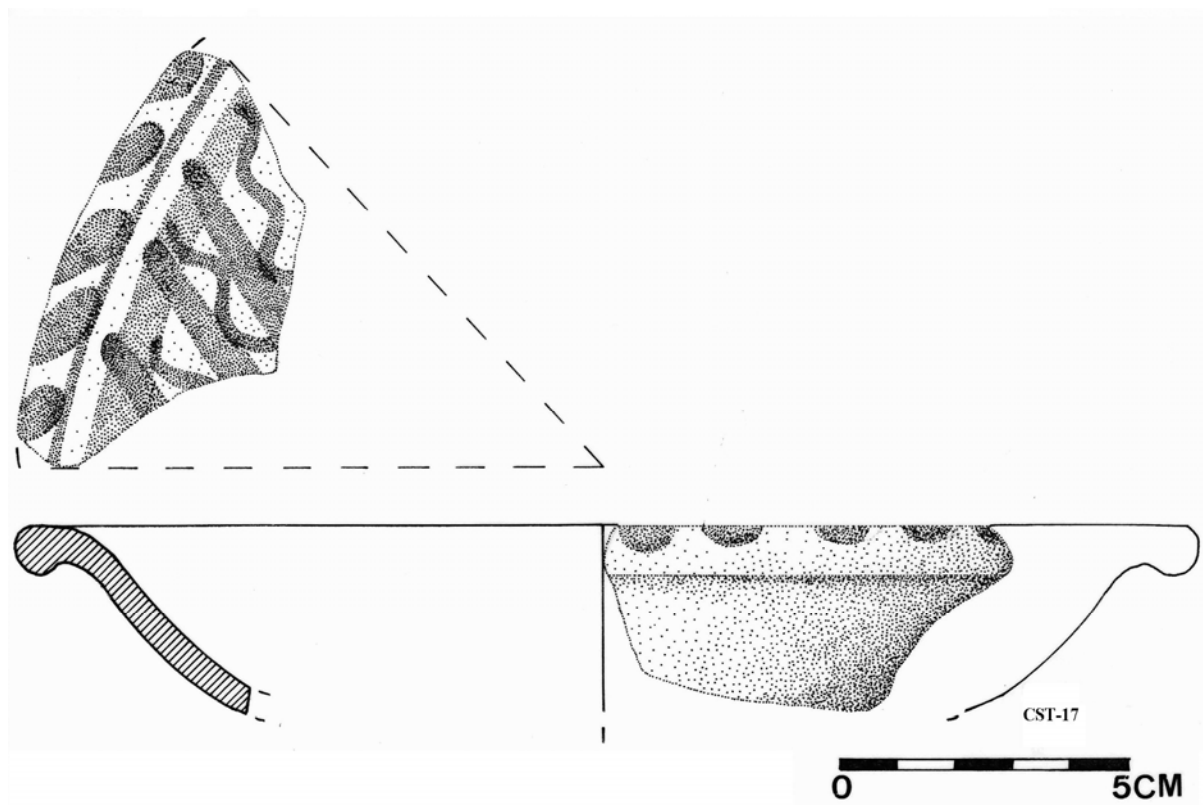


Taça (CST-16). Fragmento correspondendo a porção do fundo e das paredes. Mostra forma troncocónica, fundo plano, assente em pé anelar. Foi produzida com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. No interior desenvolve-se densa decoração, de temática vegetalista. Sobre as paredes exteriores observa-se pincelada, oblíqua, de cor azul de cobalto. Mede 0,105 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0.004 m.

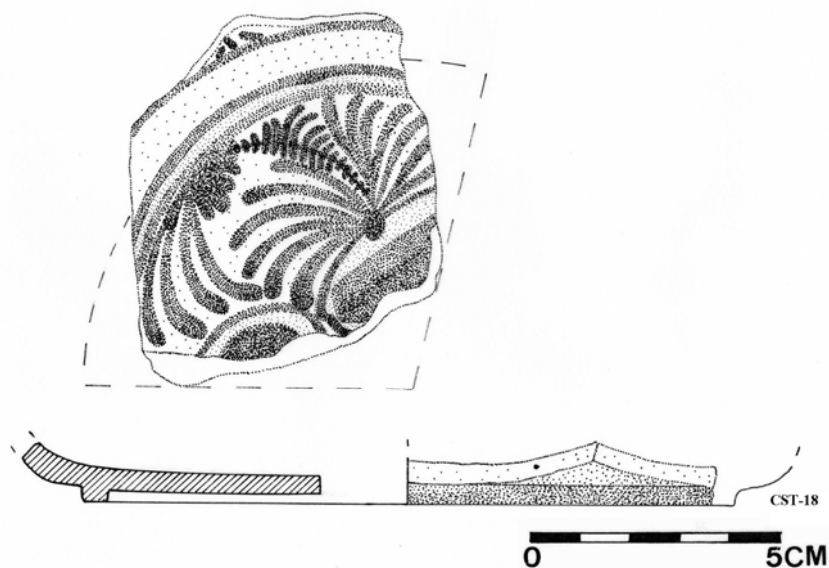


Taça (CST-17). Fragmento correspondendo a porção do bordo e das paredes. Mostra forma subtroncocónica, bordo espessado, com lábio de secção semicircular. Foi produzida com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de

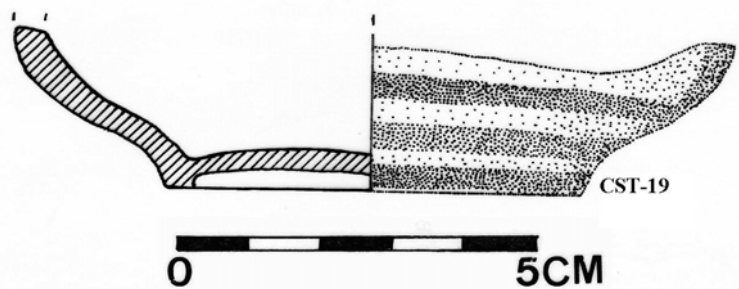
cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por duas linhas concêntricas, paralelas. No interior desenvolve-se densa decoração, de temática geométrica com linhas oblíquas. A parte superior do bordo foi decorada por séries de traços curtos e oblíquos. Mede 0,240 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



Prato (CST-18). Fragmento correspondendo a fragmento do fundo, plano, assente em pé anelar e arranque das paredes. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto e violeta. A superfície interior oferece, no centro do fundo, motivos vegetalistas com bolbos e flores. Esta composição foi circundada por duas linhas concêntricas e paralelas na cor azul de cobalto. No arranque das paredes surge o início da decoração das paredes. Media 0,130 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.

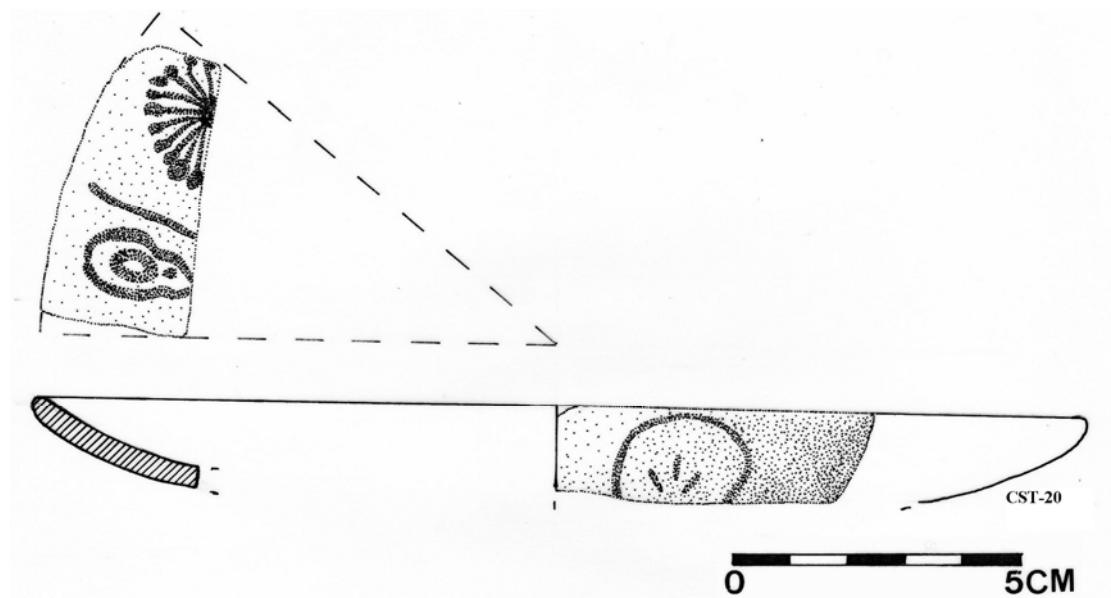


Taça (CST-19). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano, assente em pé anelar. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. As paredes exteriores foram decoradas com três linhas horizontais. A linha superior encontra-se sobreposta pelo arranque de linha vertical. Media 0,058 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m

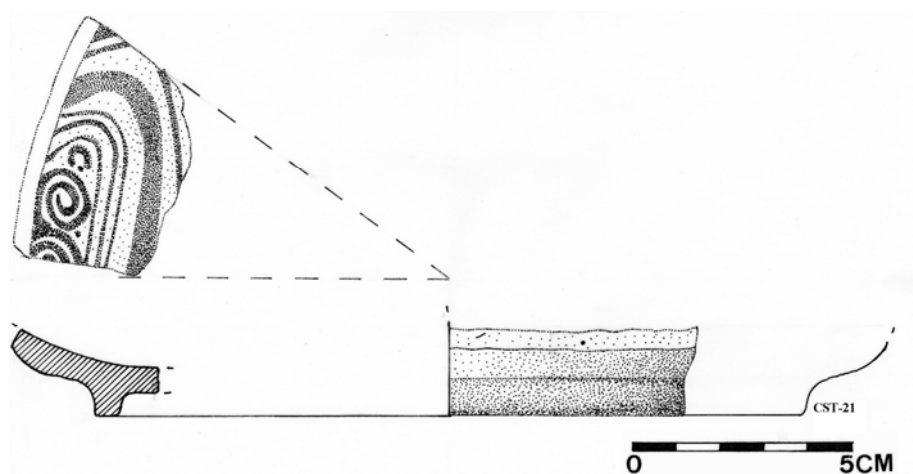


Prato (CST-20). Fragmento correspondendo a porção do bordo, de perfil semicircular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba estaria subdividido em cartelas, onde intercalavam com outras, algumas constituídas por flor central, circular, rodeada por quatro conjuntos de pétalas, dispostas radialmente.

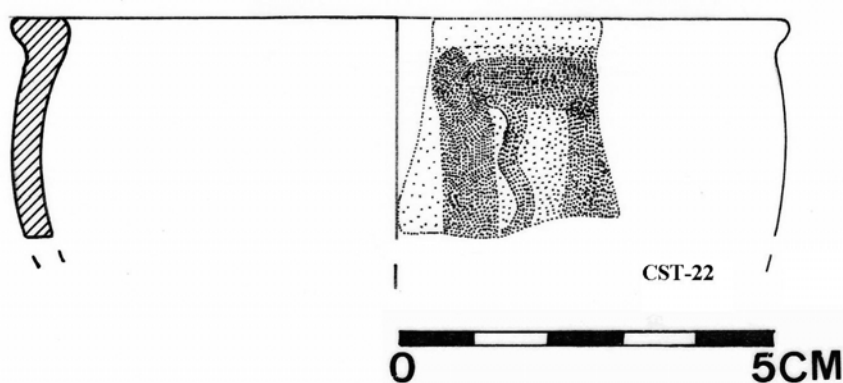
Entre as cartelas referidas observam-se laços. Media 0,182 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0.005 m.



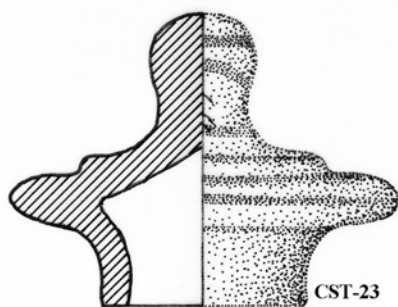
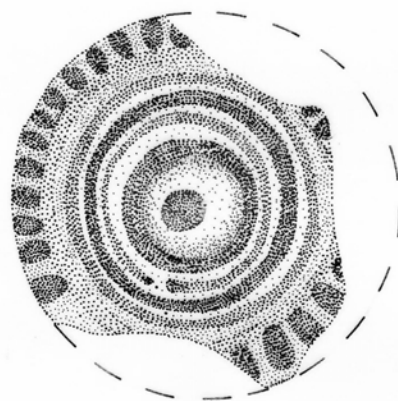
Prato (CST-21). Fragmento correspondendo a porção das paredes e do fundo. Este é plano assentando em pé alto e anelar. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície interior apresenta decoração de temática geométrica onde, inseridas em pequenas cartelas de forma subtriangular, se encontram pequenas espirais. Media 0,160 m de diâmetro no pé e a espessura média das paredes é de 0,006 m.



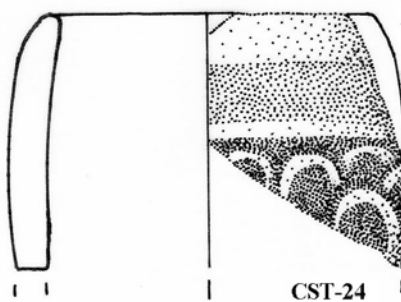
Taça (CST-22). Fragmento correspondendo a porção do bordo e do corpo. Este apresentava forma hemisférica e o bordo, extrovertido, possuía lábio de secção semicircular, aplanado superiormente. Foi produzida com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície exterior apresenta-se decorada com linha concêntrica, junto ao bordo, da qual partem linhas verticais direitas e onduladas em direcção ao fundo. Media 0,104 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.



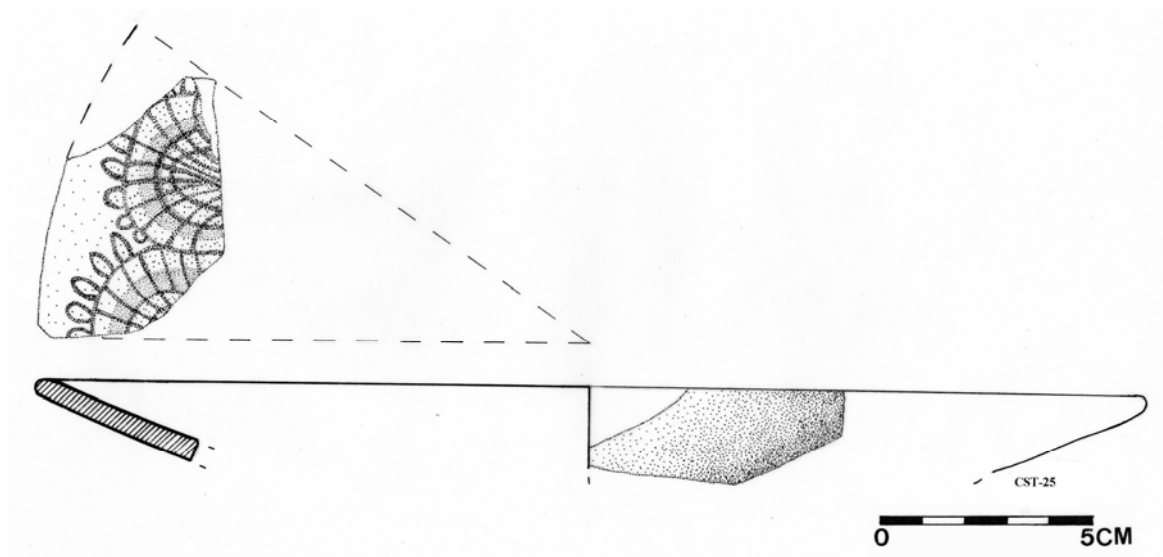
Tampa hermética (CST-23). Quase completa, faltando-lhe apenas parte do bordo. O bordo oferece lábio de secção semicircular e pega em forma de botão. Foi produzida com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Media 0,031 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



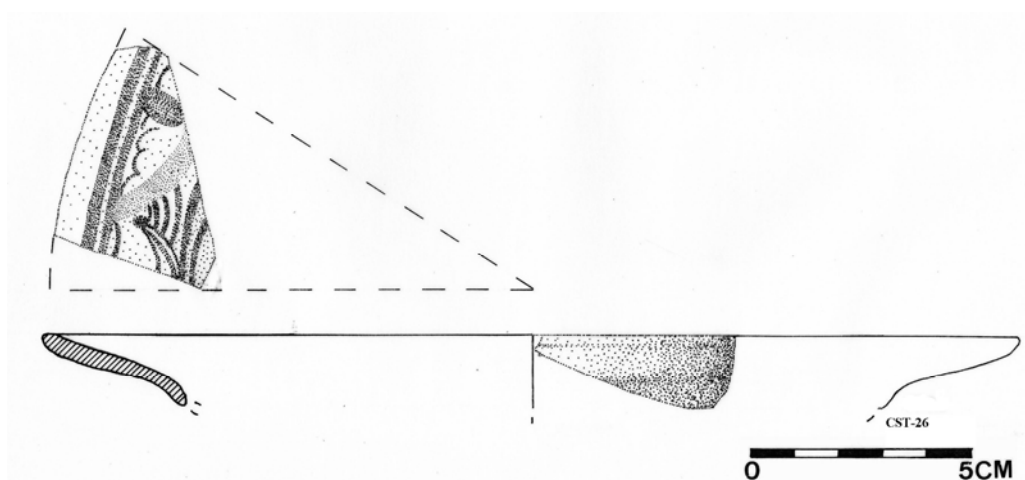
Garrafa (CST-24). Fragmento correspondendo a porção do bordo, apontado de perfil semicircular e gargalo. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Apresenta linha concêntrica, junto ao bordo e, abaixo desta decoração com escamas. Media 0,043 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



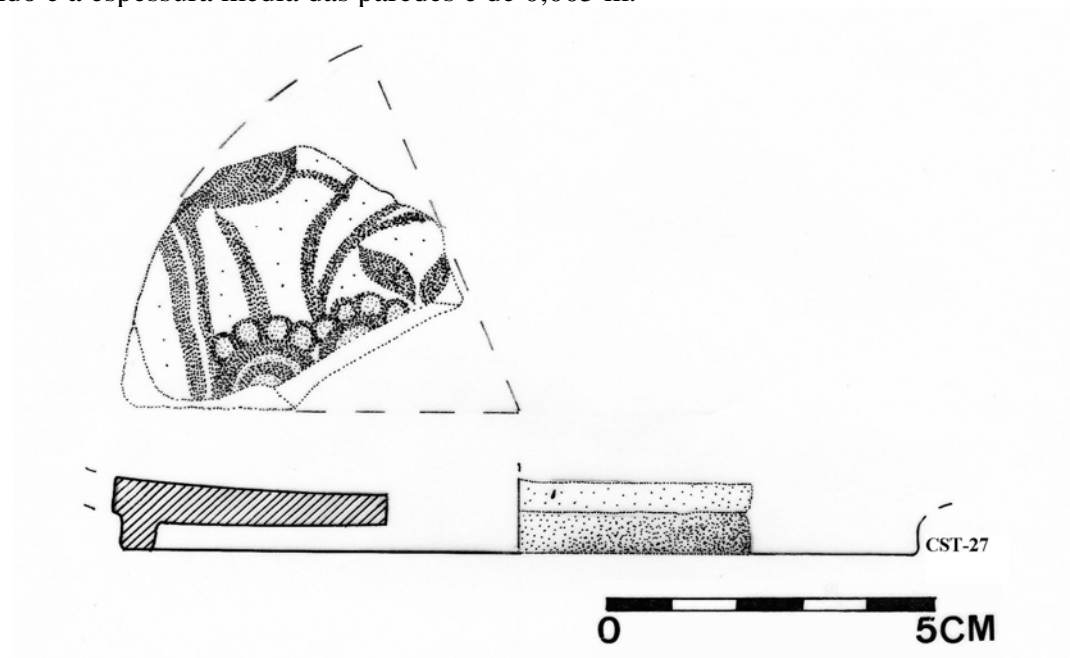
Prato (CST-25) Fragmento contendo porção do bordo com lábio de secção semicircular e aba oblíqua. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto e violeta de manganês. O interior da aba apresentaria motivos de “rendas”. Media 0,244 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



Prato (CST-26) Fragmento contendo porção do bordo com lábio de secção semicircular e aba oblíqua. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/1) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba apresentaria motivos vegetalistas em diferentes tonalidades de azul. Media 0,220 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.

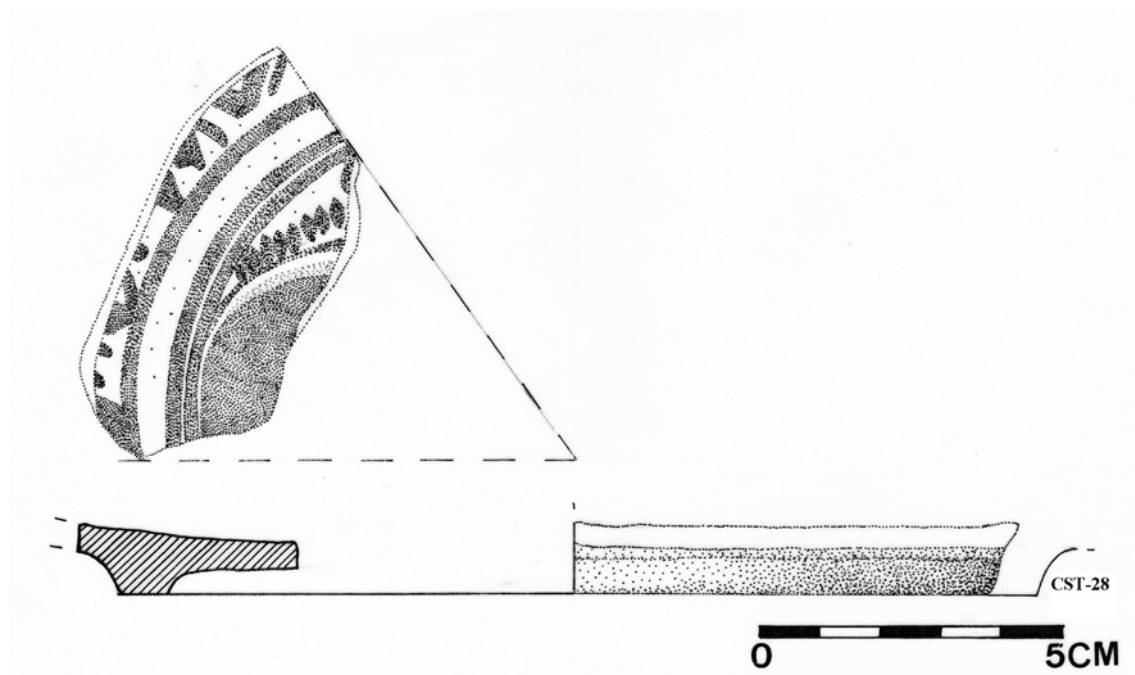


Prato (CST-27). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano, assente em pé anelar. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo mostra vestígios de decoração vegetalista com a presença de duas flores de pequenas dimensões envoltas num ambiente de folhas. Media 0,120 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.

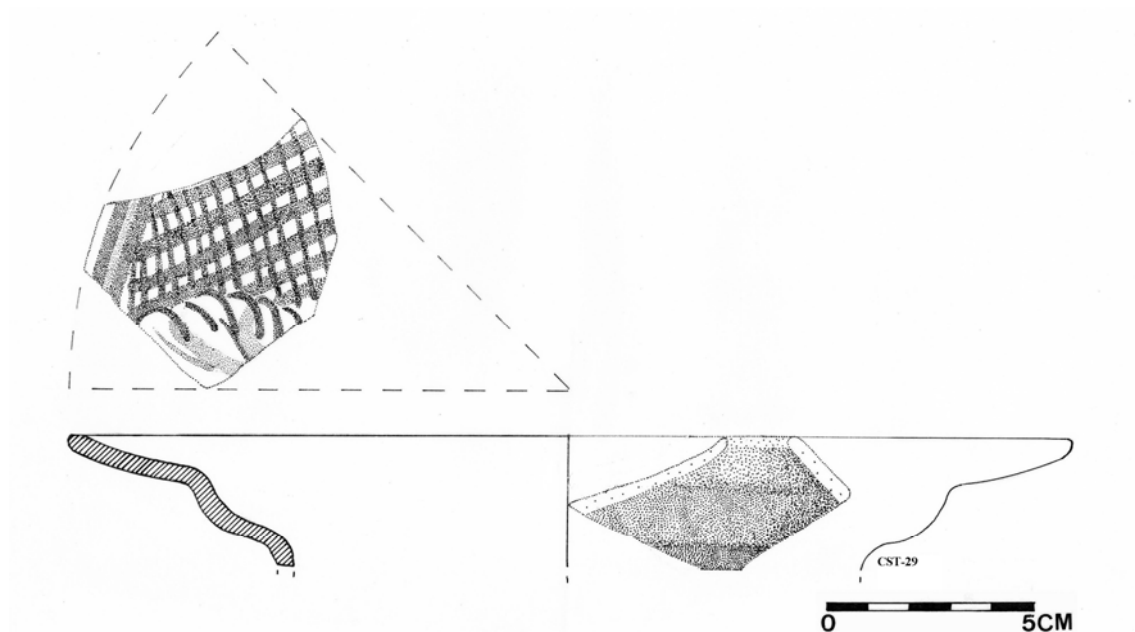


Prato (CST-28). Fragmento contendo porção do fundo, plano, assente em pé anelar. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e

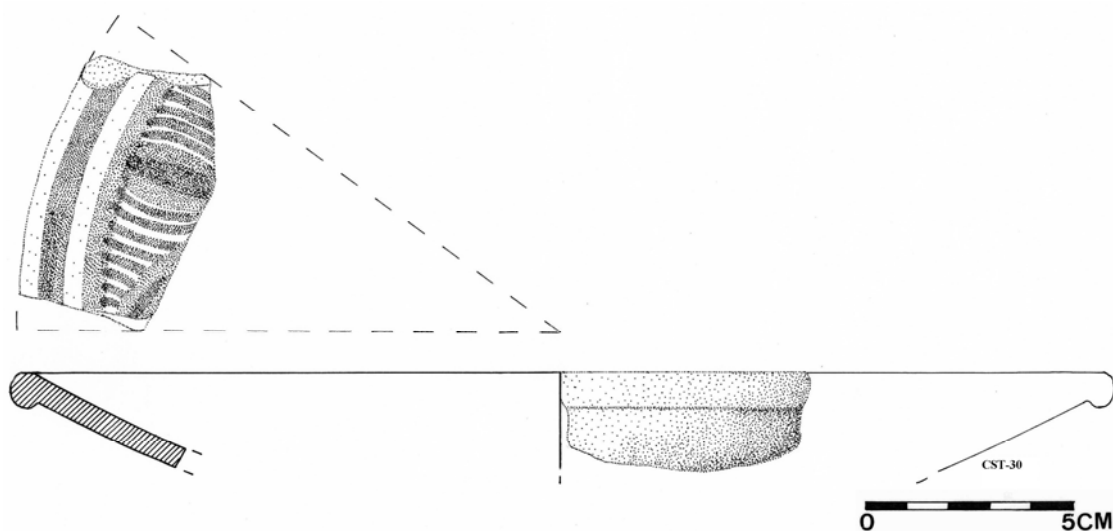
muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo encontra-se decorado com duas linhas concêntricas, paralelas, no interior das quais se desenvolveria decoração de temática vegetalista com a presença de pequenas folhas. No arranque das paredes surge outra linha concêntrica a partir da qual surgem vestígios de decoração vegetalista. Mede 0,152 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



Prato (CST-29). Fragmento correspondendo a porção do bordo e corpo. Oferece forma subtruncocônica com aba oblíqua. O bordo apresenta lábio de perfil semicircular. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca, e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por linhas concêntricas. No interior desenvolve-se densa decoração, de temática vegetalista e geométrica. Mede 0,244 m de diâmetro no bordo e espessura média das paredes é de 0,005 m.

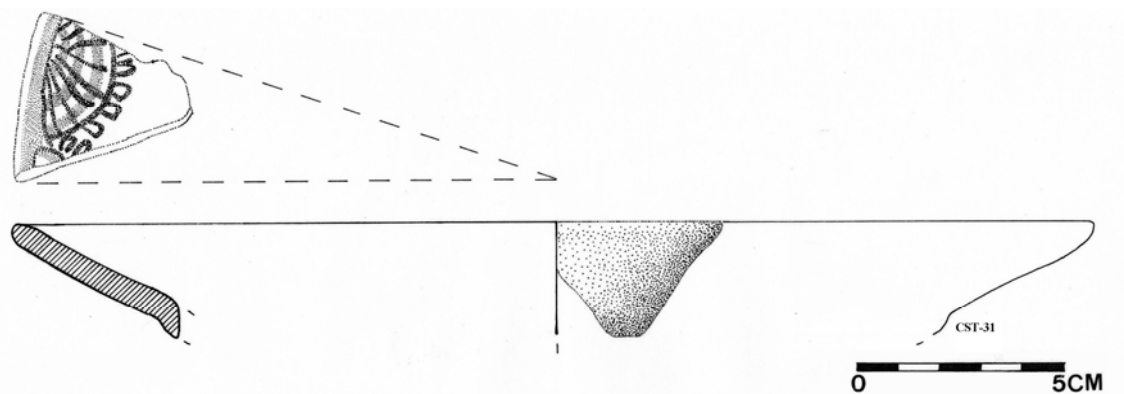


Prato (CST-30). Fragmento correspondendo a porção do bordo e aba. O bordo, espessado, possui lábio de secção semicircular. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por duas linhas concêntricas, paralelas. No interior desenvolve-se densa decoração, de temática vegetalista. Mede 0,264 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,006 m.

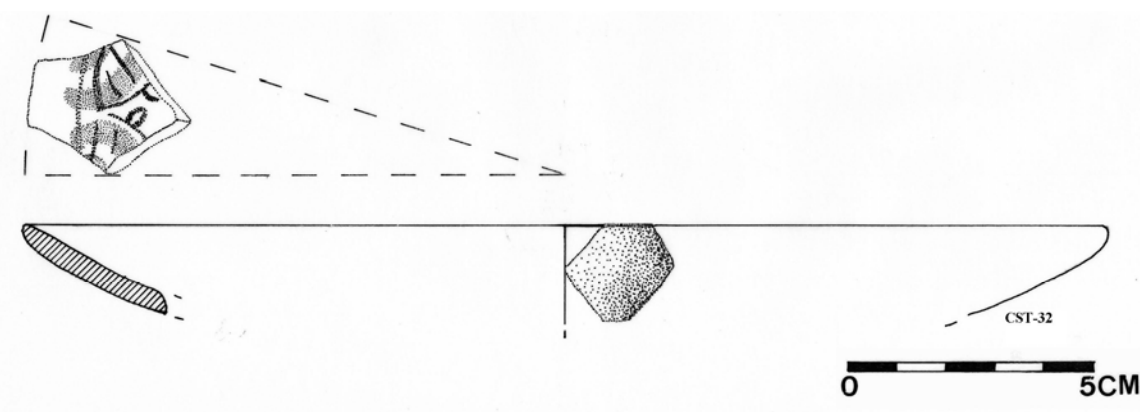


Prato (CST-31) Fragmento contendo porção do bordo com lábio de secção semicircular e aba oblíqua. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes

apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto e violeta de manganês. O interior do bordo encontra-se demarcado por linha concêntrica a partir da qual se desenvolvem motivos de “rendas”. Medida 0,261 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.

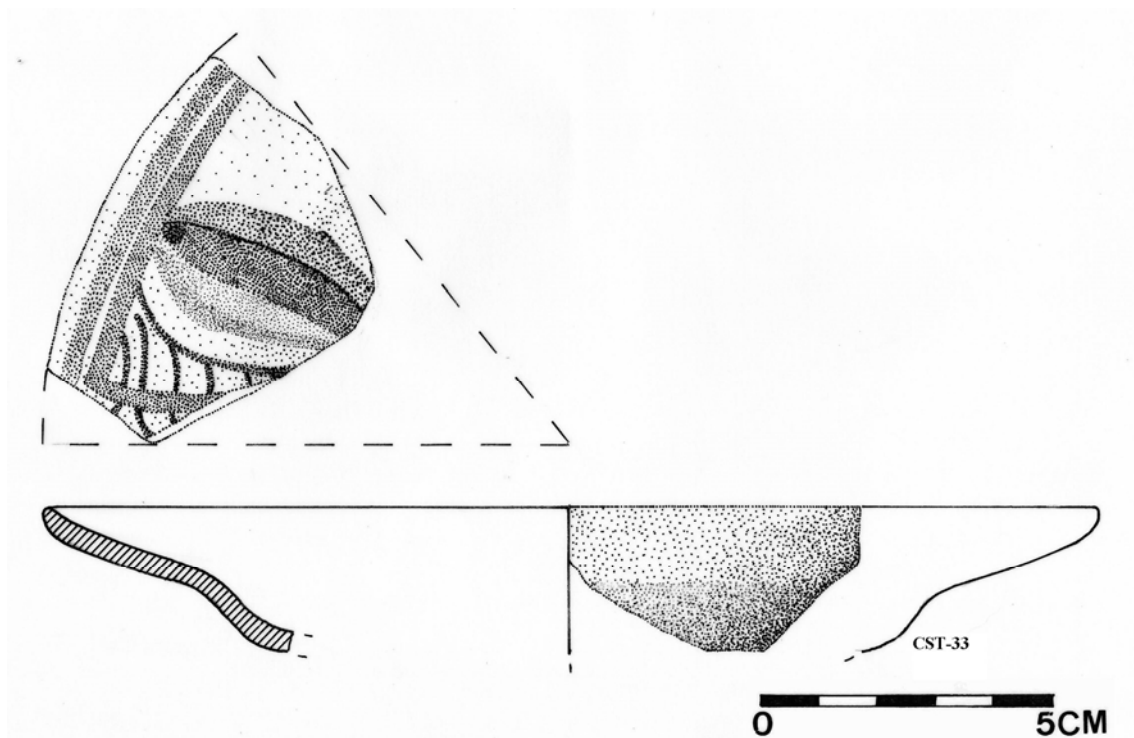


Prato (CST-32) Fragmento contendo porção do bordo com lábio de secção semicircular e aba oblíqua. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto e violeta de manganês. O interior da aba apresentaria motivos de “rendas”. Medida 0,122 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.

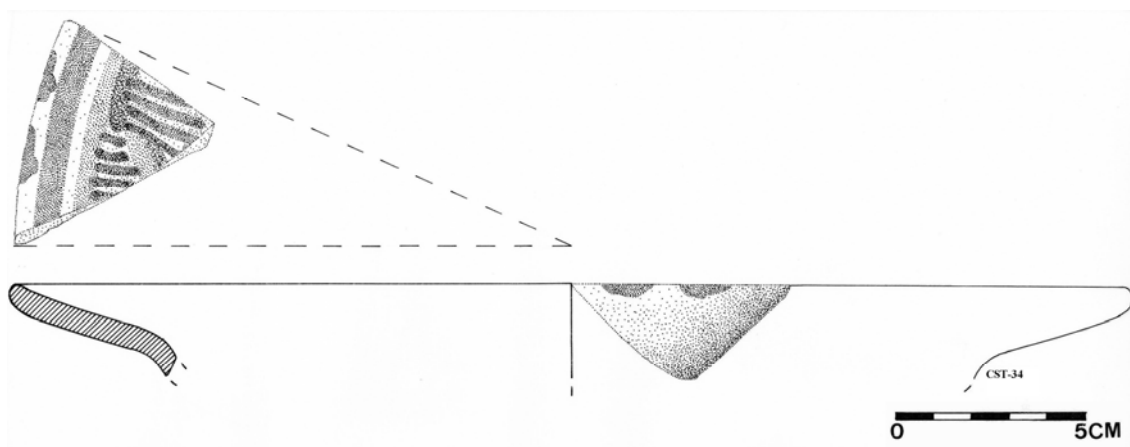


Prato (CST-33). Fragmento correspondendo a porção do bordo e corpo. Oferece forma subtruncocônica com aba oblíqua. O bordo apresenta lábio de perfil semicircular. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de

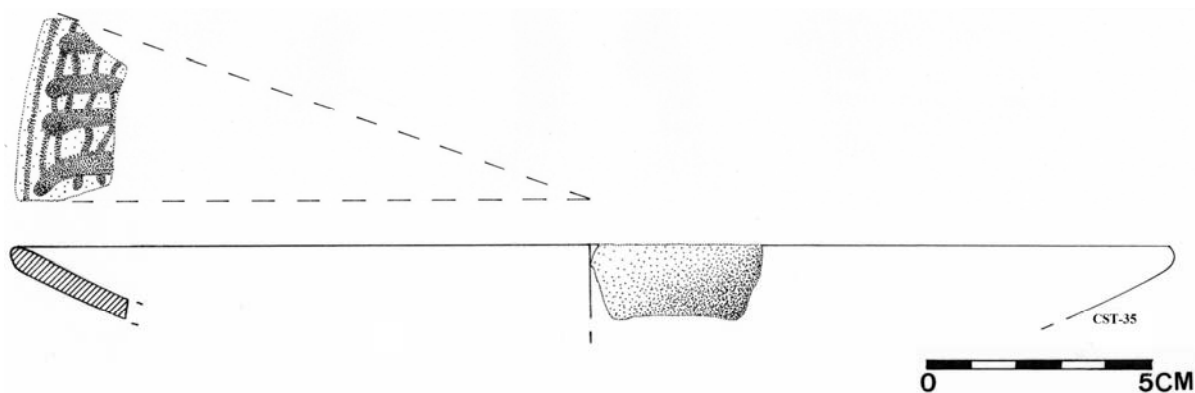
cor branca, e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por duas linhas concêntricas, a partir das quais se desenvolve densa decoração, de temática vegetalista e geométrica. Mede 0,180 m de diâmetro no bordo e espessura média das paredes é de 0,004 m.



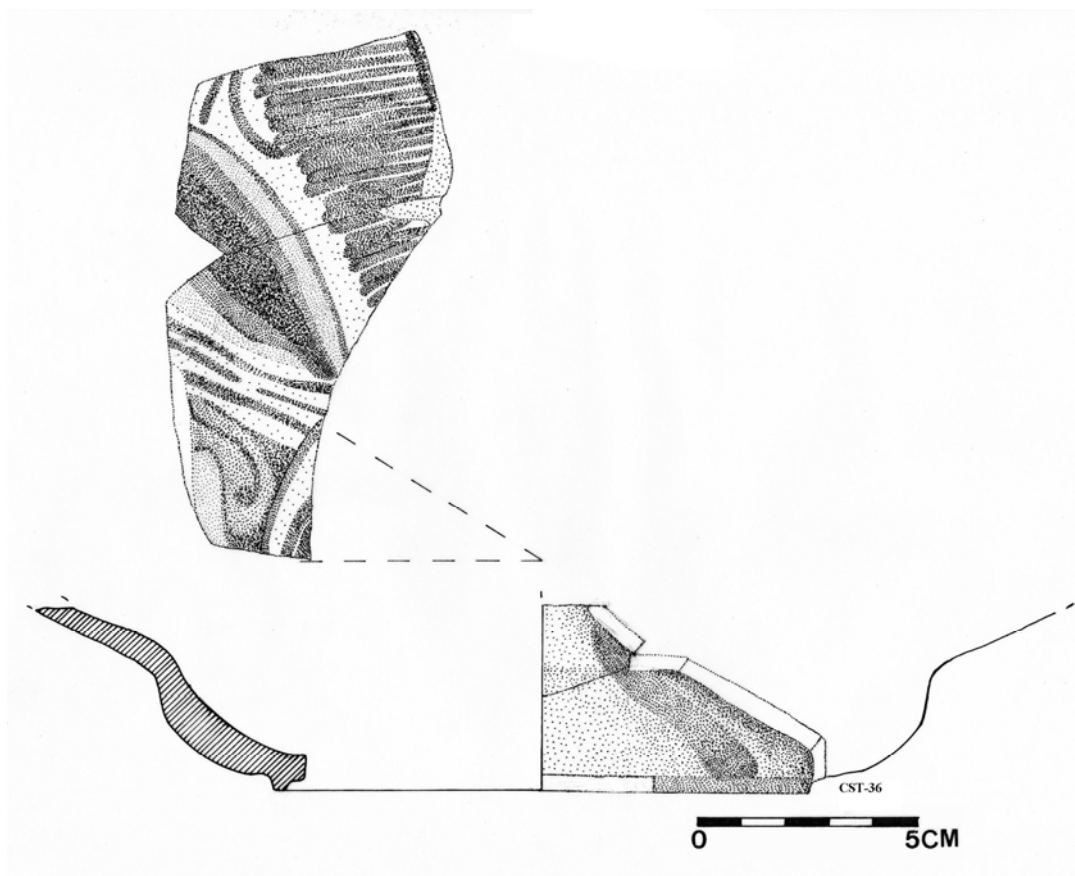
Prato (CST-34). Fragmento correspondendo a porção do bordo e da aba. Teria forma troncocônica e lábio de perfil semicircular. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por duas linhas concêntricas, paralelas. No interior desenvolve-se densa decoração, de temática vegetalista. A parte superior do bordo foi decorada por séries de traços curtos e oblíquos. Mede 0,294 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



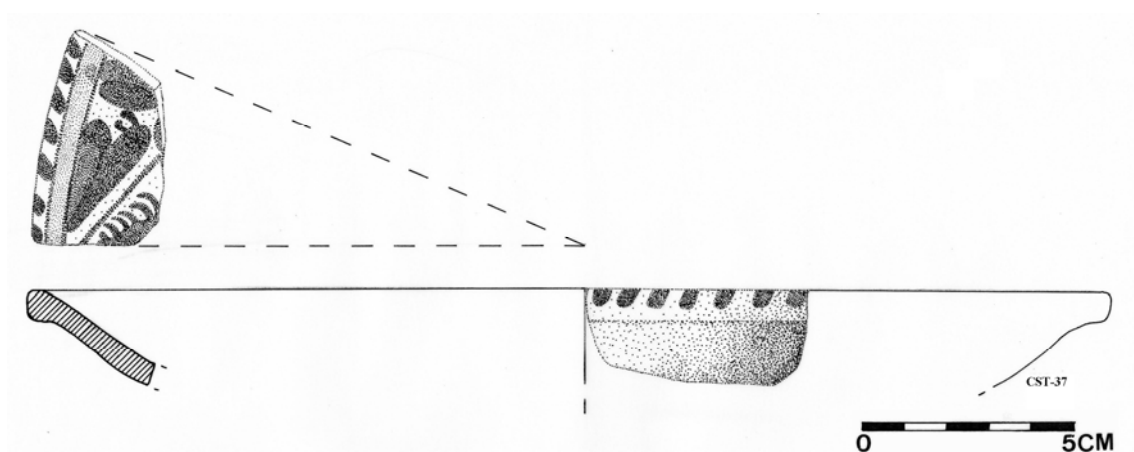
Prato (CST-35). Fragmento correspondendo a porção do bordo, com lábio de perfil semicircular e aba. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por linha concêntrica. No interior desenvolve-se densa decoração, de temática geométrica. Mede 0,260 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



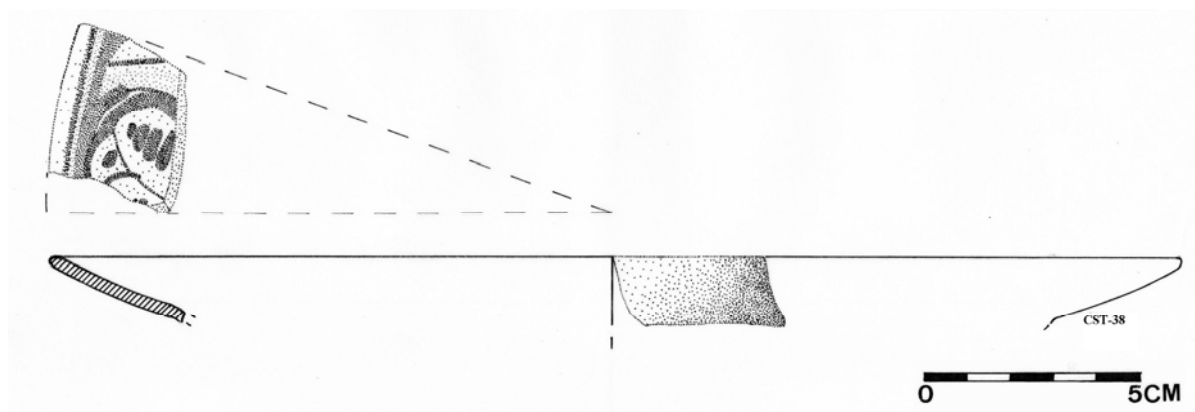
Prato (CST-36). Fragmento correspondendo a porção do fundo e do corpo. O fundo era plano, assente em anelar e apresentaria forma troncocônica. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por linha concêntrica, paralela a outra que demarca o início das paredes, a partir da qual se desenvolve densa decoração vegetalista com bolbos e pétalas. Media 0,121 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,006 m.



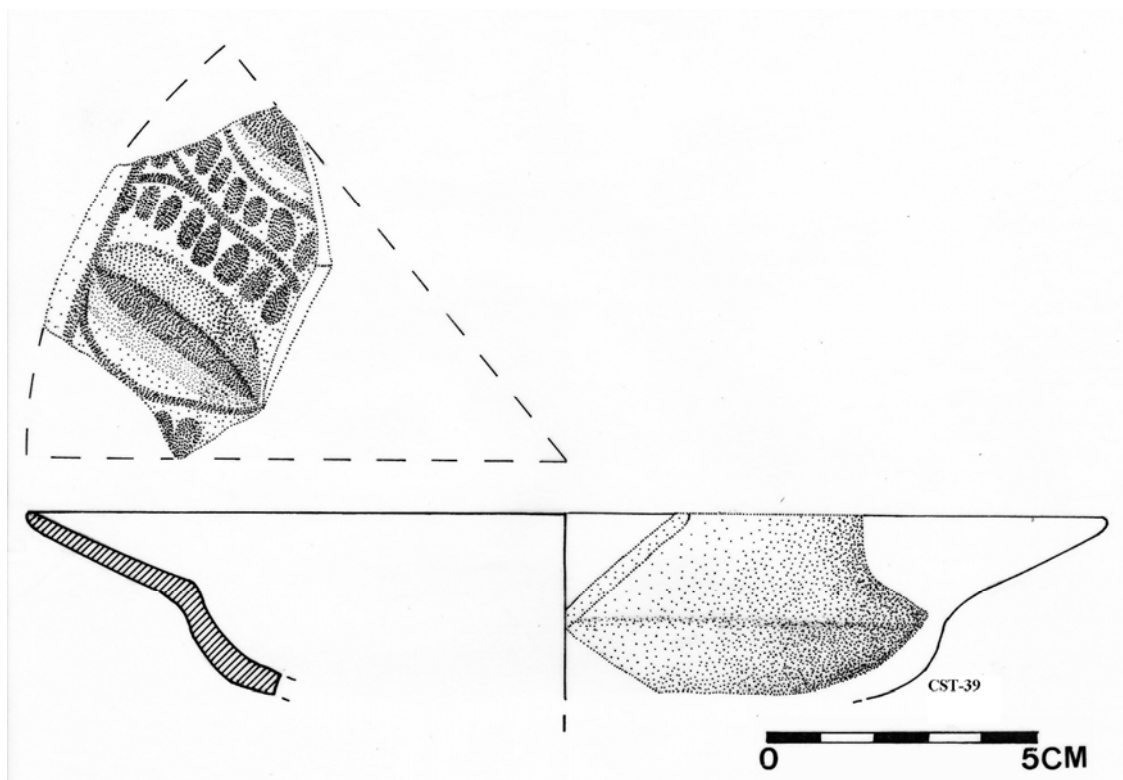
Prato (CST-37). Fragmento correspondendo a porção do bordo, espessado, com lábio de secção semicircular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por linha concêntrica. No interior desenvolve-se densa decoração, de temática vegetalista. A parte superior do bordo foi decorada por séries de traços curtos e oblíquos. Mede 0,154 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



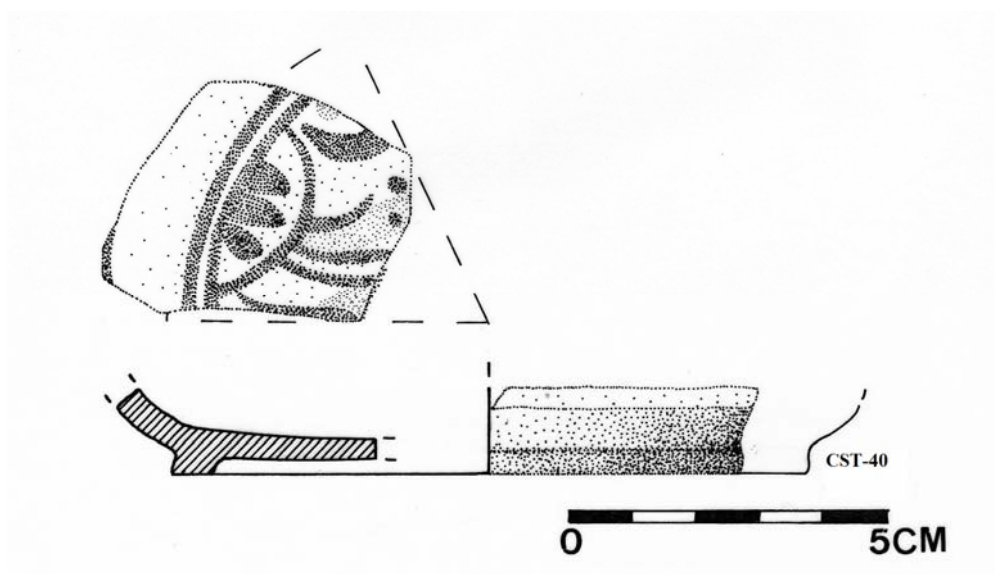
Prato (CST-38). Fragmento correspondendo a porção do bordo, com lábio de perfil semicircular e aba. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por linha concêntrica. No interior desenvolve-se densa decoração, de temática vegetalista. Mede 0,260 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,003 m.



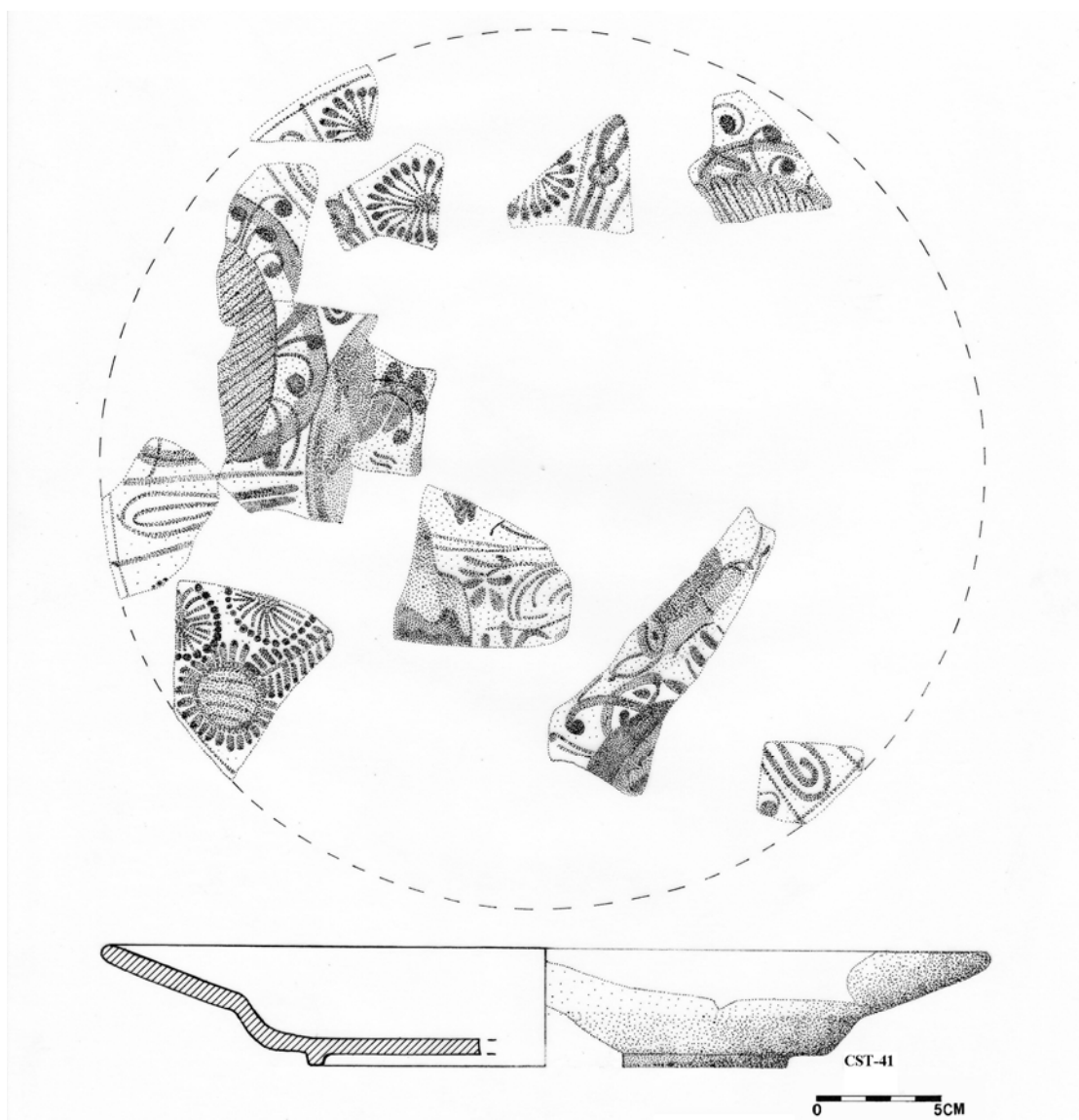
Prato (CST-39). Fragmento correspondendo a porção do bordo e corpo. Oferece forma subtruncocônica com aba oblíqua. O bordo apresenta lábio de perfil semicircular. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca, e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por linha concêntrica, a partir da qual se desenvolve densa decoração, de temática vegetalista. Mede 0,200 m de diâmetro no bordo e espessura média das paredes é de 0,004 m.



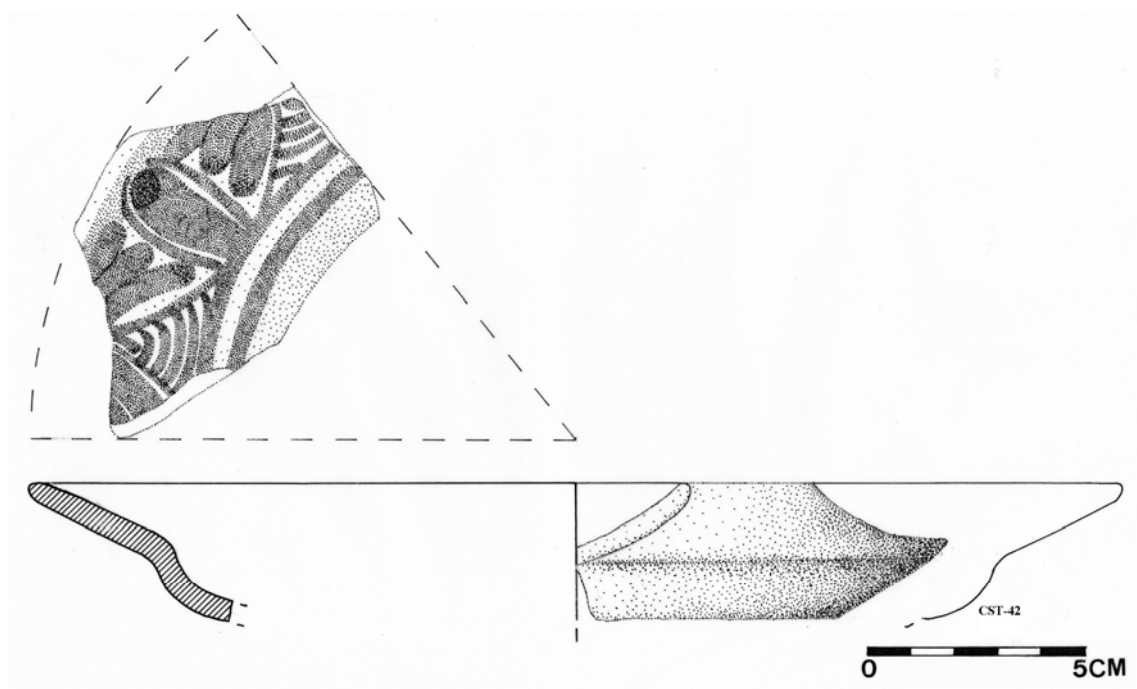
Taça (CST-40). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano, assente em pé anelar. Foi fabricada com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca, e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por duas linhas concêntricas, paralelas, no interior das quais se desenvolve densa decoração, de temática vegetalista. Mede 0,098 m de diâmetro no fundo e espessura média das paredes é de 0,004 m.



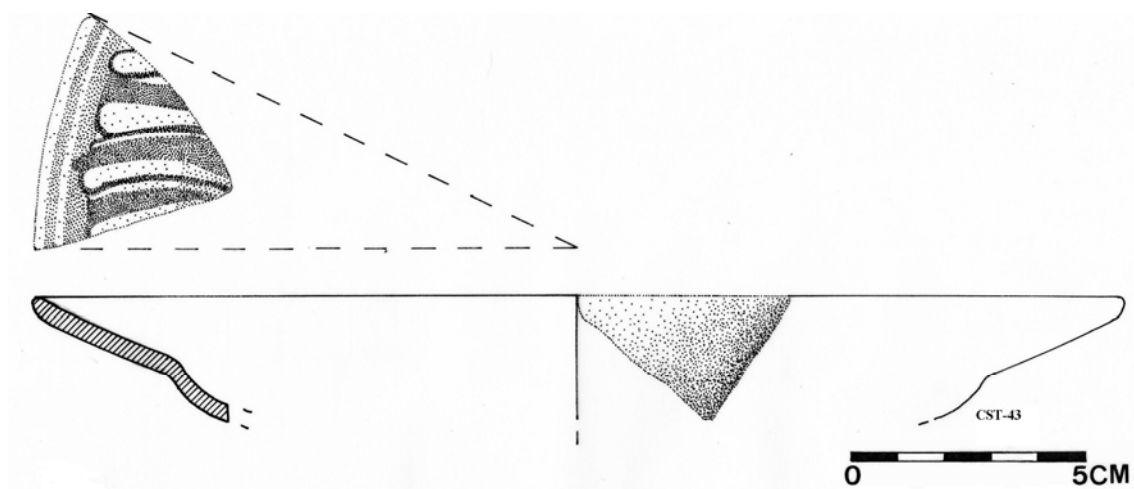
Prato (CST-41). Fragmentos correspondendo a porção do bordo, da aba e ao fundo. Tinha forma troncocónica com aba oblíqua. O bordo oferece secção semicircular. O fundo era plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba está subdividido em cartelas, onde intercalam composições com grandes folhas, ditas de “aranhões”, com outras constituídas por flor central, circular, rodeada por pétalas e com folhas junto ao caule. Entre as cartelas referidas observam-se laços. Junto ao fundo apresenta duas linhas concêntricas que ladeiam a decoração central composta por vestígios de paisagem com montes e plantas. Mede 0,046 m de altura máxima, 0,340 m de diâmetro no bordo e 0,184 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0,007 m.



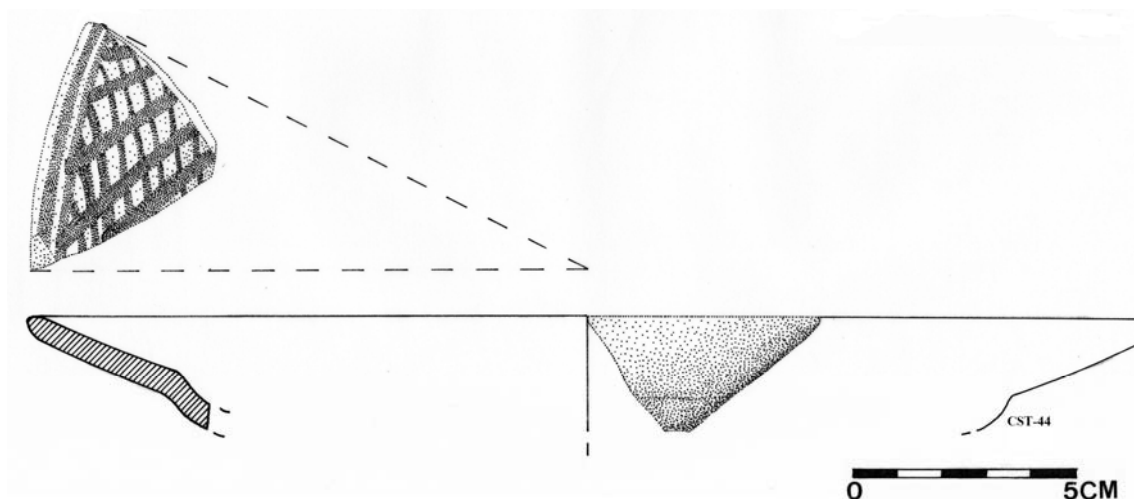
Prato (CST-42). Fragmento correspondendo a porção do bordo e corpo. Oferece forma subtruncocônica com aba oblíqua. O bordo apresenta lábio de perfil semicircular. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca, e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por linha concêntrica, a partir da qual se desenvolve densa decoração, de temática vegetalista. Mede 0,148 m de diâmetro no bordo e espessura média das paredes é de 0,005 m.



Prato (CST-43). Fragmento correspondendo a porção do bordo e do corpo. Teria forma troncocônica e lábio de perfil semicircular. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por duas linhas concêntricas, paralelas. No interior desenvolve-se densa decoração, de temática vegetalista. Mede 0,132 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.

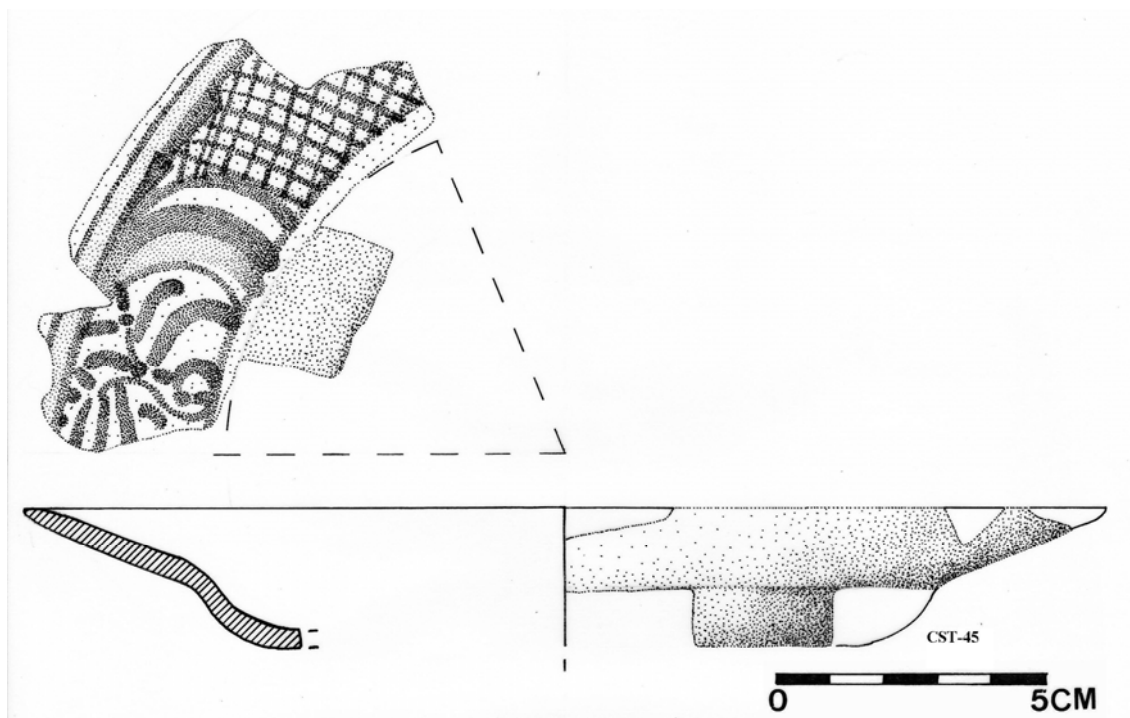


Prato (CST-44). Fragmento correspondendo a porção do bordo e do corpo. Teria forma troncocônica e lábio de perfil semicircular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por linha concêntrica. No interior desenvolve-se densa decoração, de temática geométrica. Mede 0,148 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.

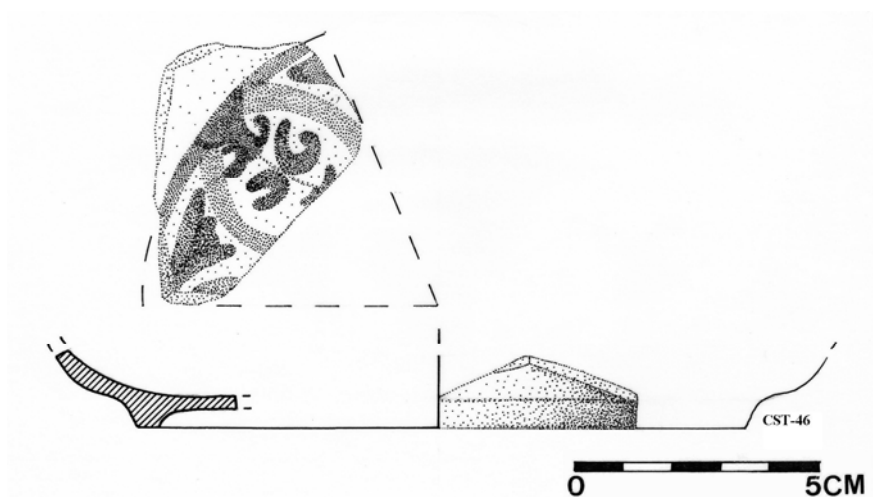


Prato (CST-45). Fragmentos correspondendo a porção do bordo e do corpo. Teria forma troncocônica e lábio de perfil semicircular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por duas linhas concêntricas, paralelas. Na interior desenvolve-se densa decoração, de temática

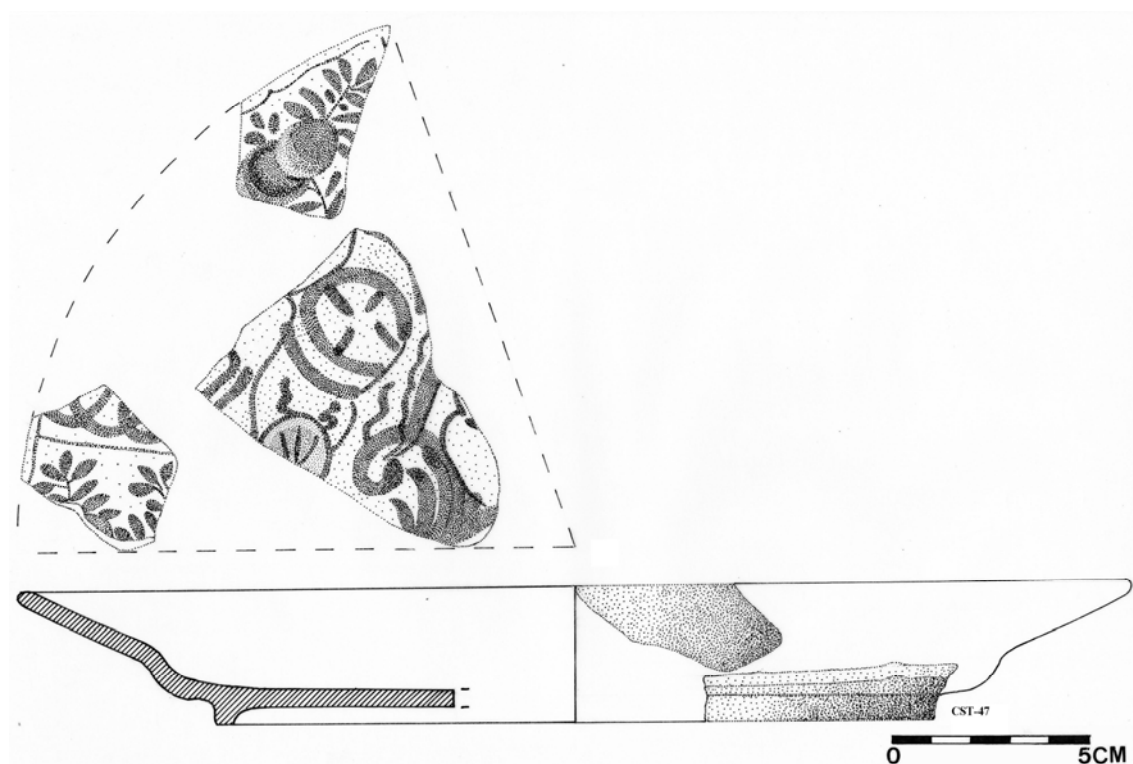
geométrica e vegetalista inserida em cartelas semicirculares. Mede 0,200 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.



Prato (CST-46). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano, assente em pé anelar. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo encontra-se demarcado por linha concêntrica, o interior da qual se desenvolve decoração de temática vegetalista. Mede 0,123 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.

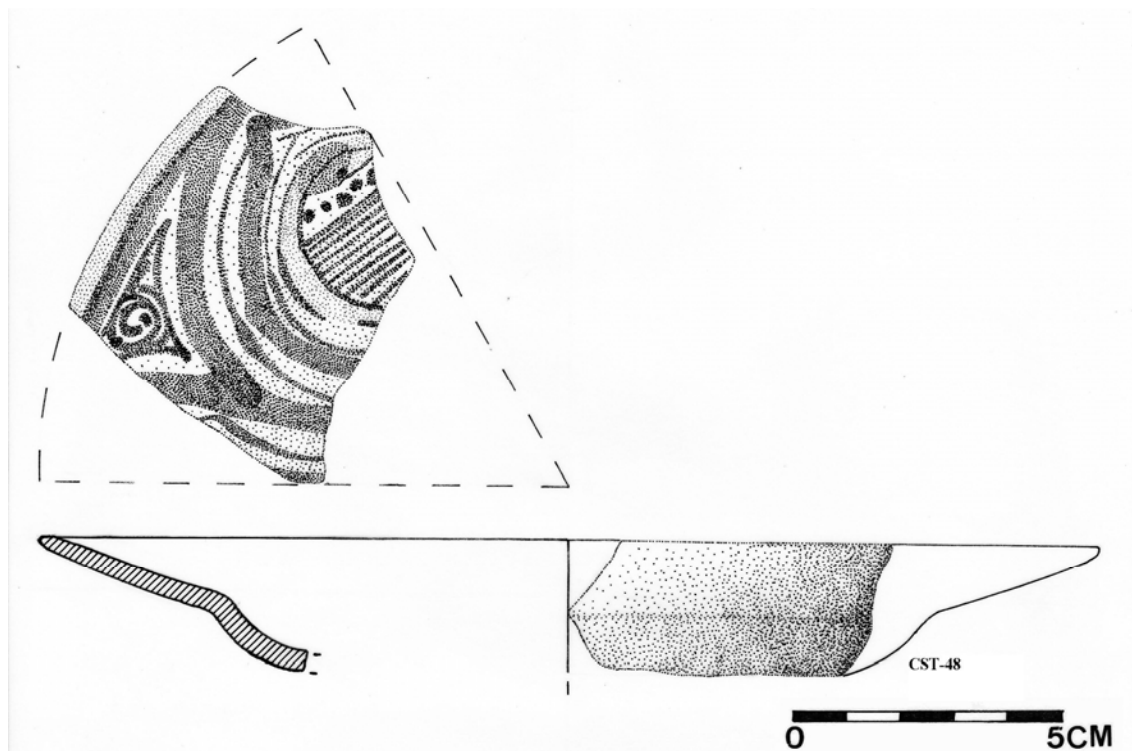


Prato (CST-47). Fragmentos correspondendo a porção do bordo, da aba e ao fundo. Tinha forma troncocônica com aba oblíqua. O bordo oferece secção semicircular. O fundo era plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba está subdividido em cartelas, onde intercalam composições com grandes folhas, ditas de “aranhões”, com outras constituídas por flor central, circular, rodeada por pétalas e com folhas. No interior do fundo desenvolve-se decoração central de temática vegetalista. Mede 0,035 m de altura máxima, 0,282 m de diâmetro no bordo e 0,182 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0,006 m.

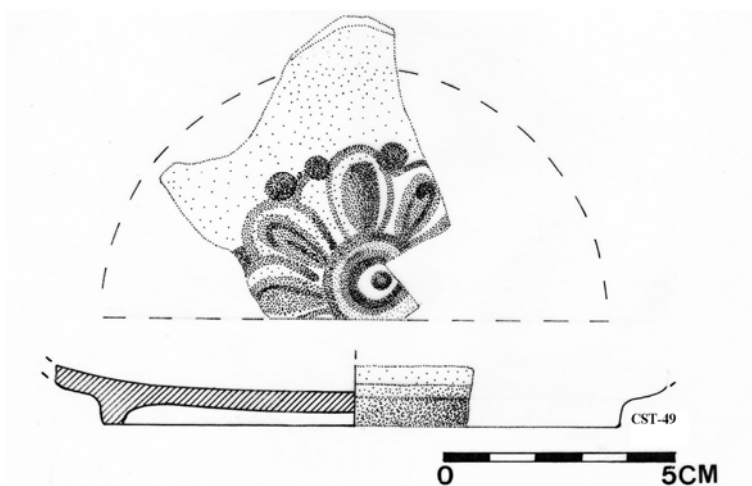


Prato (CST-48). Fragmento correspondendo a porção do bordo e corpo. Teria forma troncocônica e lábio de perfil semicircular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por linha concêntrica. A

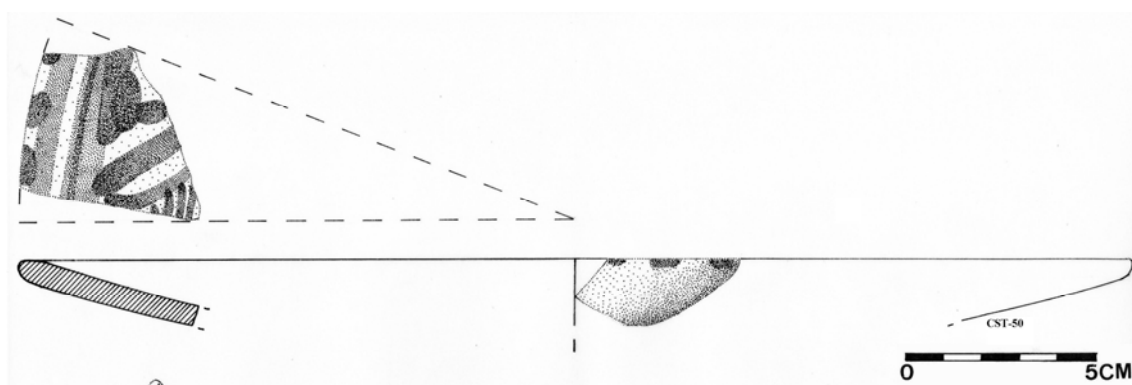
superfície interior apresenta decoração de temática geométrica onde, inseridas em pequenas cartelas de forma subtriangular e subcircular, se encontram pequenas espirais e linhas horizontais. Media 0,196 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.



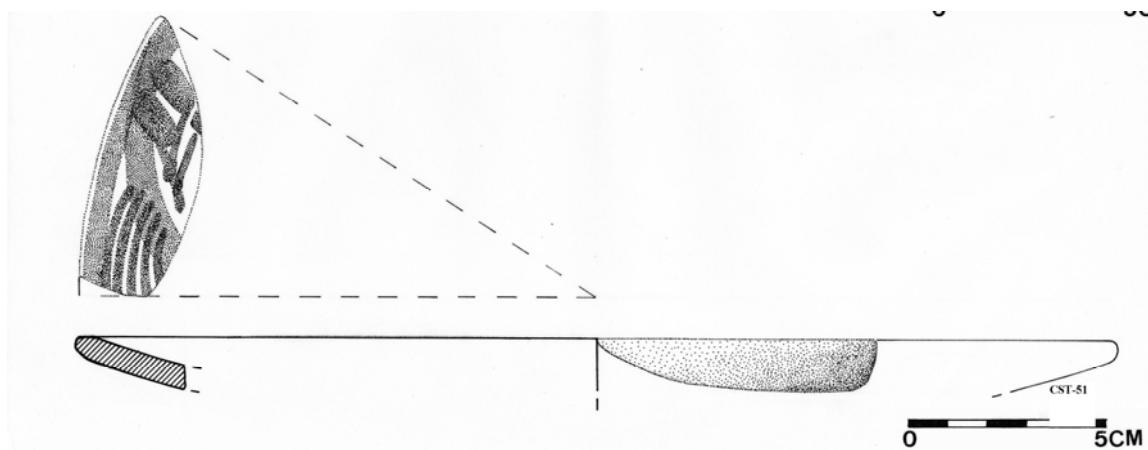
Prato (CST-49). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano, assente em pé anelar. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo foi decorado por motivo vegetalista que sugere flor com pétalas. Media 0,112 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



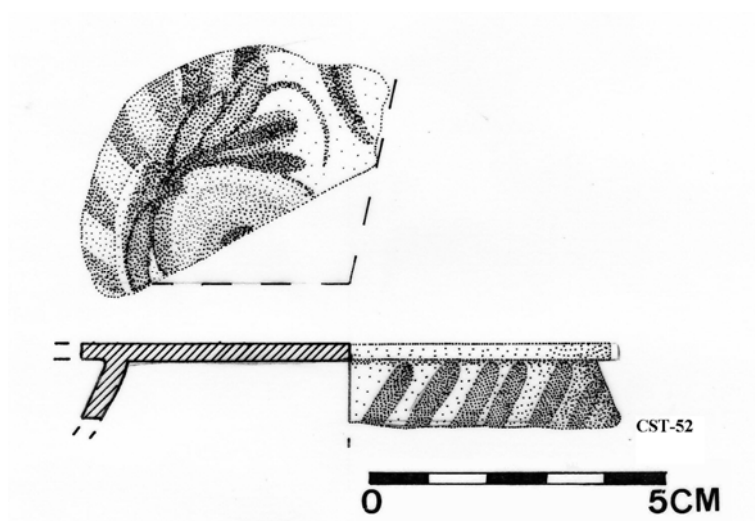
Prato (CST-50). Fragmento correspondendo a porção do bordo e da aba. Teria forma troncocônica e lábio de perfil semicircular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por duas linhas concêntricas, paralelas. No interior desenvolve-se densa decoração, de temática vegetalista. A parte superior do bordo foi decorada por séries de traços curtos e oblíquos. Mede 0,292 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



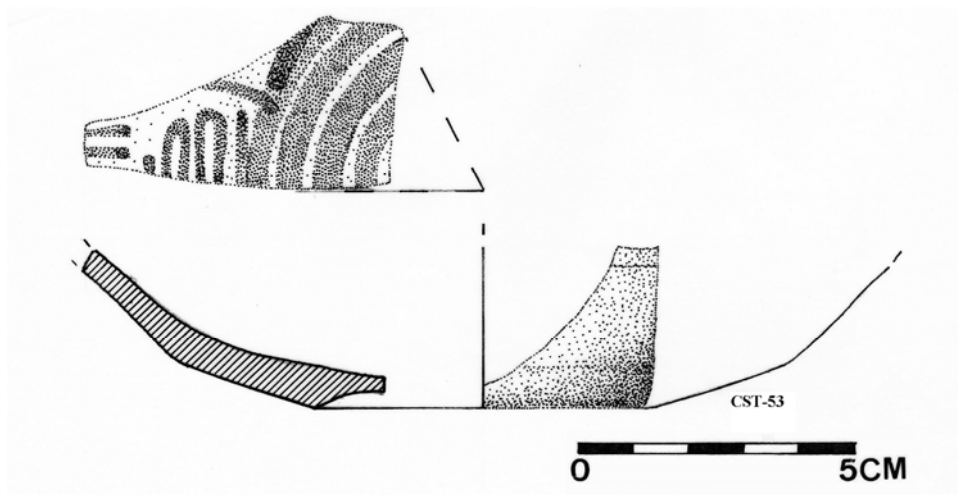
Prato (CST-51). Fragmento correspondendo a porção do bordo, com perfil semicircular e da aba. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por linha concêntrica. No interior desenvolve-se densa decoração, de temática vegetalista. Media 0,261 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



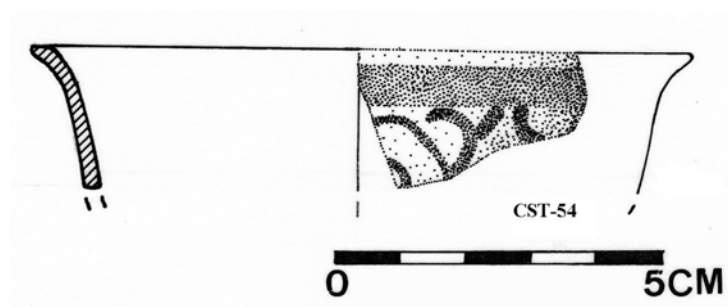
Taça (CST-52). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano, assente em pé anelar alto. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo mostra decoração vegetalista com bolbo ladeado de pétalas. No exterior do pé apresenta linhas oblíquas. Media 0,090 m de diâmetro no pé e a espessura média das paredes é de 0,004 m.



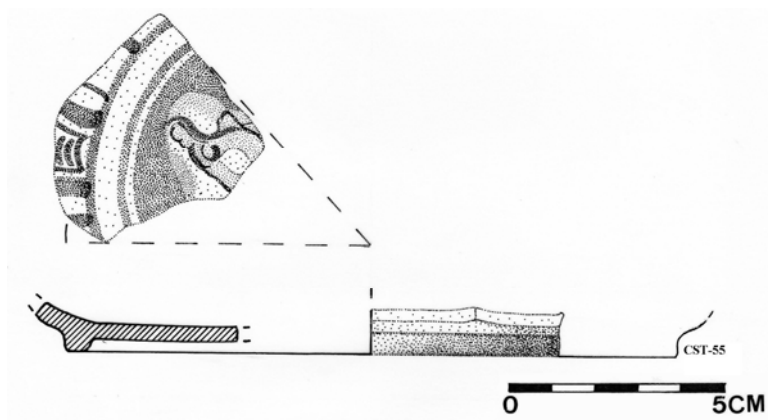
Taça (CST-53). Fragmento correspondendo a porção do fundo e corpo de forma hemisférica. O fundo apresenta ônfalo. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e mas pouco brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. No interior do fundo apresenta espiral a partir da qual parte decoração geométrica nas paredes. Media 0,060 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



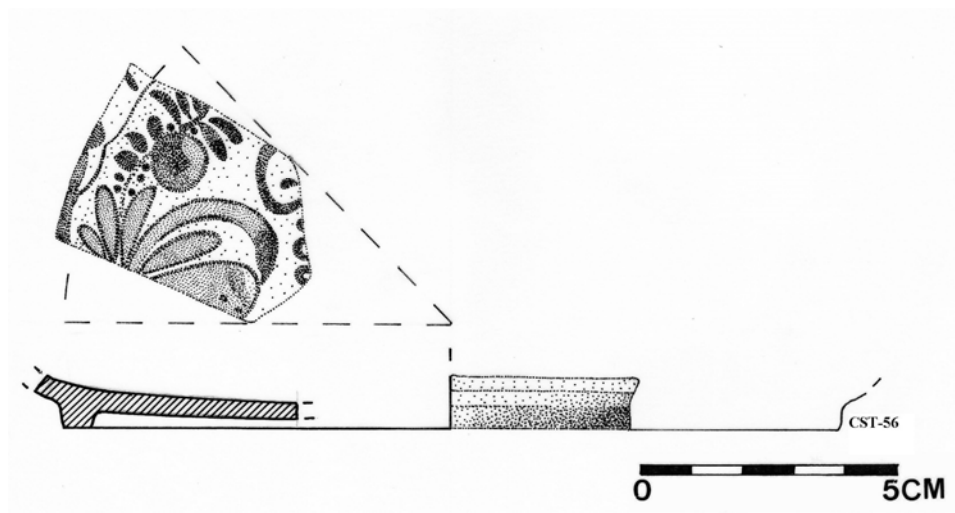
Taça (CST-54). Fragmento correspondendo a porção do bordo e do corpo. Este apresentava forma hemisférica e o bordo, extrovertido, possuía lábio de secção semicircular, aplanado superiormente. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície exterior apresenta-se decorada com linha concêntrica, junto ao bordo abaixo desta surgem linhas onduladas de inspiração vegetalista. Medida 0,100 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,003 m.



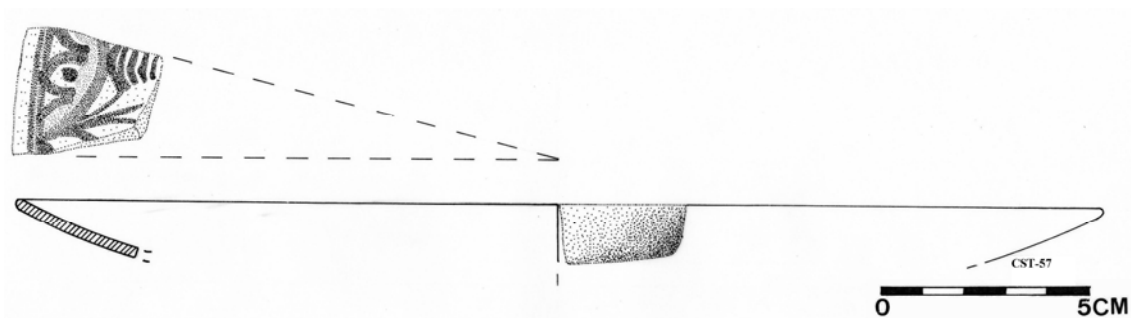
Prato (CST-55). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano, assente em pé anelar. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo encontra-se demarcado por linha concêntrica, no interior da qual se desenvolve decoração de temática vegetalista. No arranque das paredes surge decoração com a mesma temática. Mede 0,142 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



Prato (CST-56). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano, assente em pé anelar. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo oferece decoração de temática vegetalista com pétalas e frutos. Mede 0,151 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.

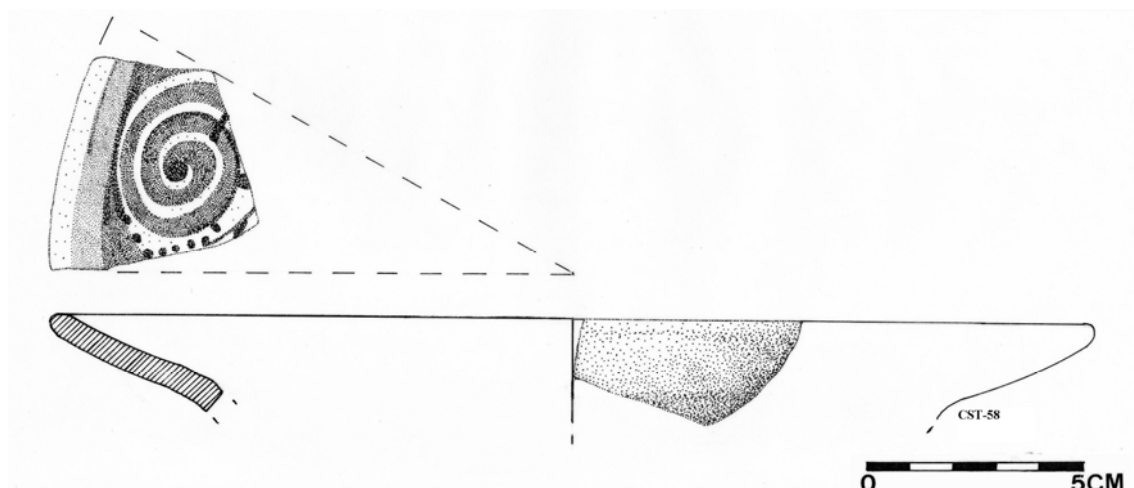


Prato (CST-57). Fragmento correspondendo a porção do bordo, com lábio de perfil semicircular e aba. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por duas linhas concêntricas. No interior desenvolve-se densa decoração, de temática vegetalista. Mede 0,260 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,003 m.

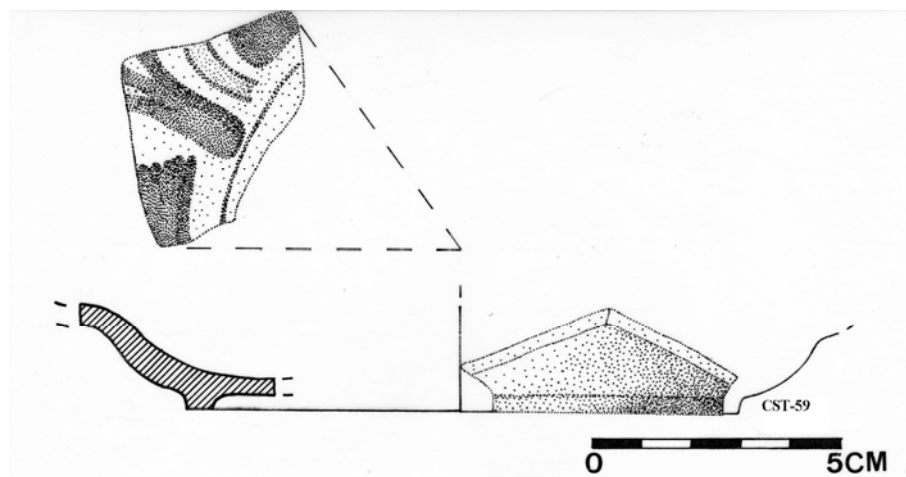


Prato (CST-58). Fragmento correspondendo a porção do bordo, com lábio de perfil semicircular e aba. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo

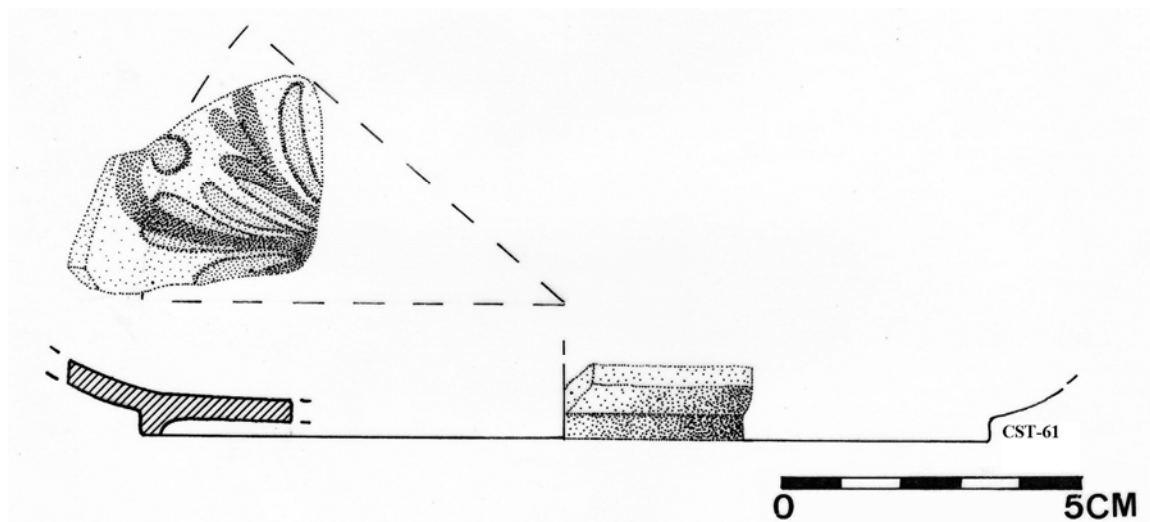
elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por linha concêntrica. No interior desenvolve-se decoração, de temática vegetalista com espiral. Mede 0,240 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



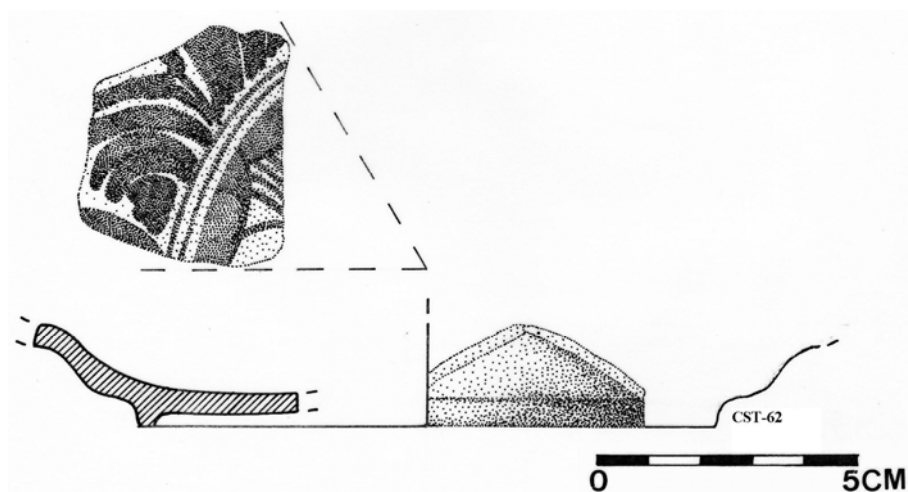
Prato (CST-59). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano, assente em pé anelar e do corpo. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo encontra-se demarcado por linha concêntrica. No arranque das paredes surge decoração com temática vegetalista. Mede 0,111 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,006 m.



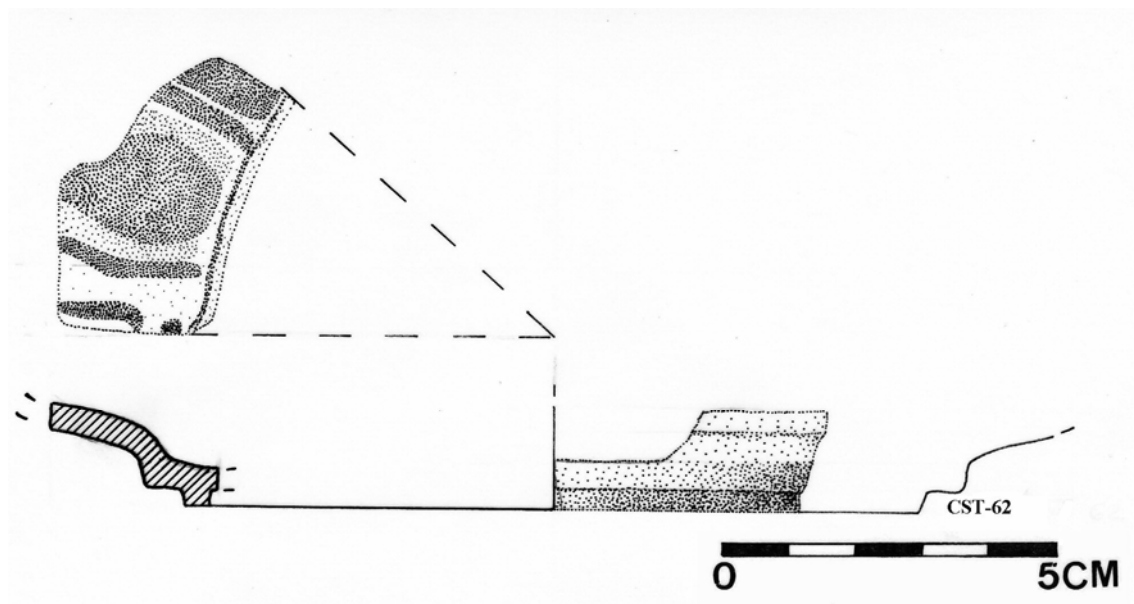
Prato (CST-60). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano, assente em pé anelar. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo apresenta decoração com temática vegetalista. Mede 0,142 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.~



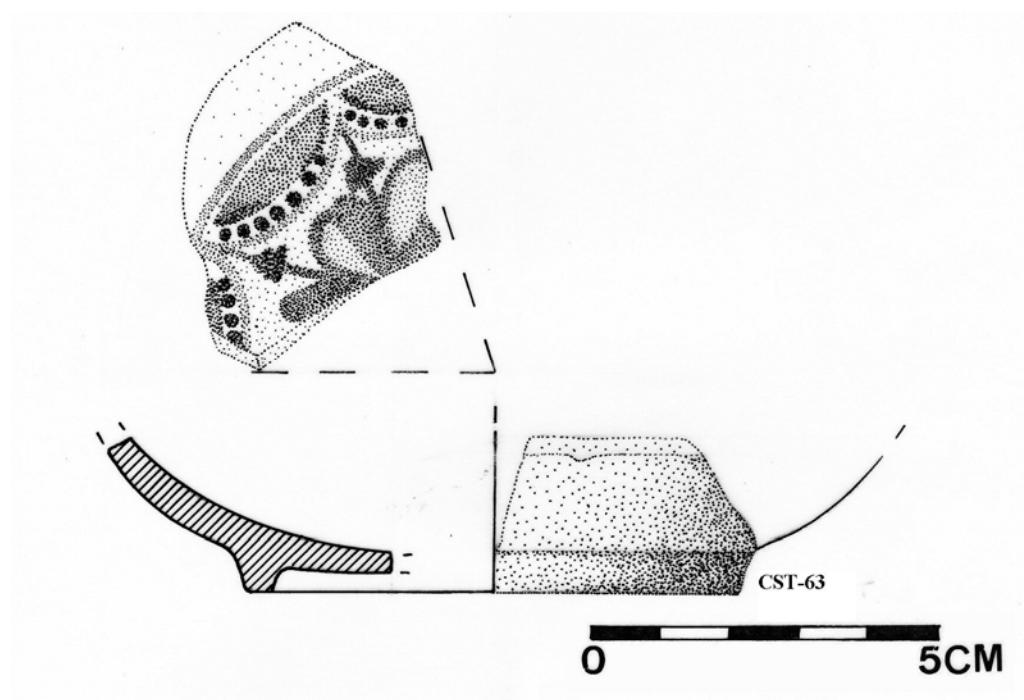
Prato (CST-61). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano, assente em pé anelar e do corpo. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo encontra-se demarcado por duas linhas concêntricas, no interior das quais surge decoração de temática vegetalista com bolbos e caules de flores. No arranque das paredes surge decoração com temática vegetalista. Mede 0,100 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



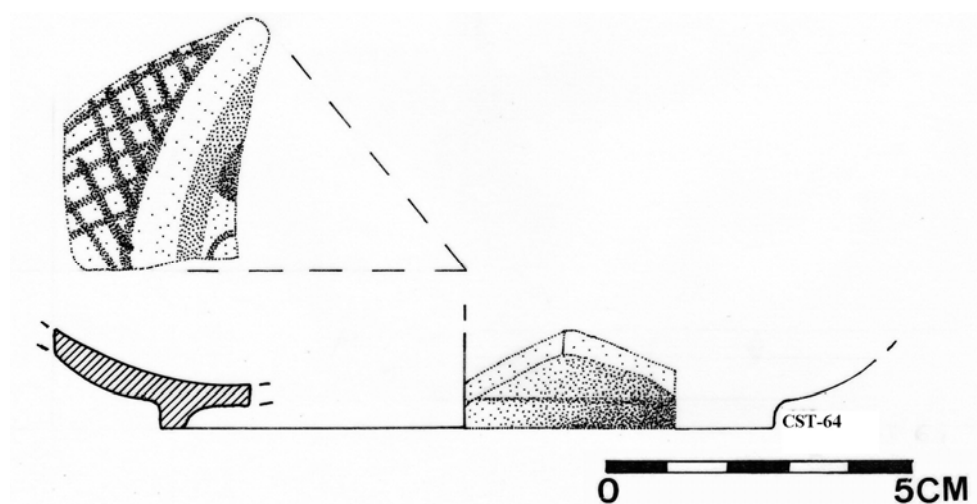
Prato (CST-62). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano, assente em pé anelar e do corpo, com carena bem demarcada. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo encontra-se demarcado por linha concêntrica. No arranque das paredes surge decoração com temática vegetalista. Mede 0,098 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



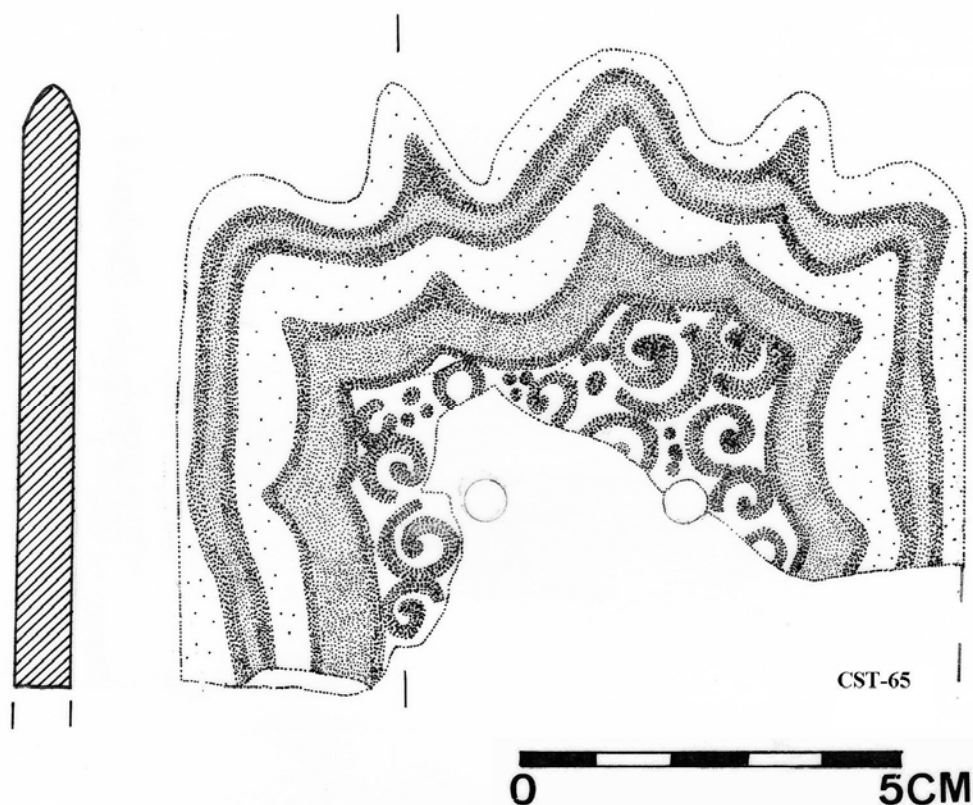
Taça (CST-63). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano, assente em pé anelar e do corpo com forma hemisférica. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O fundo encontra-se demarcado por linha concêntrica, junto à qual se desenvolvem semicírculos e decoração vegetalista central sugerindo uma flor. Media 0,071 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



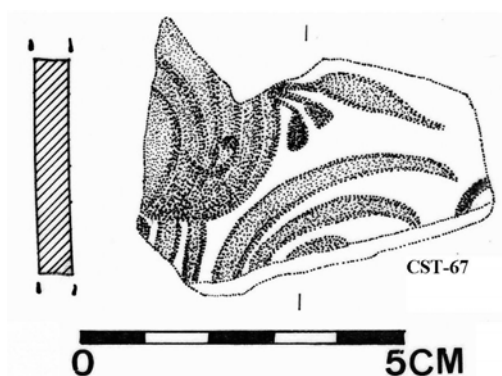
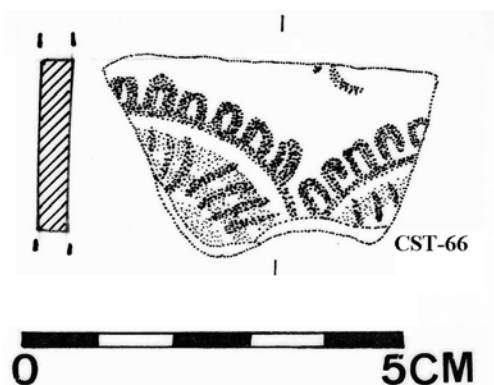
Taça (CST-64). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano, assente em pé anelar e do corpo com forma hemisférica. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O fundo encontra-se demarcado por linha concêntrica, paralela a outra que marca o início da decoração geométrica presente nas paredes. Media 0,098 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



Pia de água benta (CST-65). Fragmentos correspondendo à parte superior, de bordo recortado, identificando-se um dos orifícios destinado à sua suspensão em parede. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, pouco aderente e pouco brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Foi decorada com pequenas espirais, inseridas em cartela. A espessura média das paredes é de 0,006 m.



Prato (CST-66). Fragmento correspondendo a porção de parede. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto e violeta de manganês. A superfície externa apresenta decoração com temática de “rendas”. A espessura média das paredes é de 0,004 m.

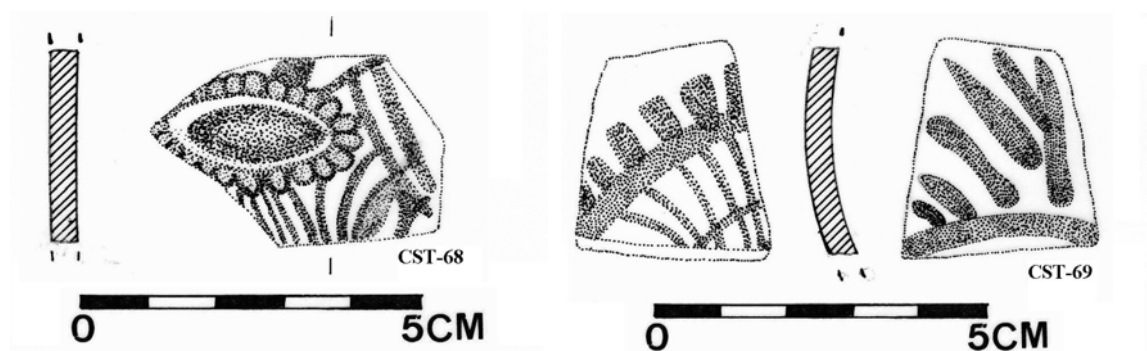


Prato (CST-67). Fragmento correspondendo a porção de parede. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície interna apresenta decoração com temática vegetalista onde se observa um bolbo e folhas. A espessura média das paredes é de 0,005 m.

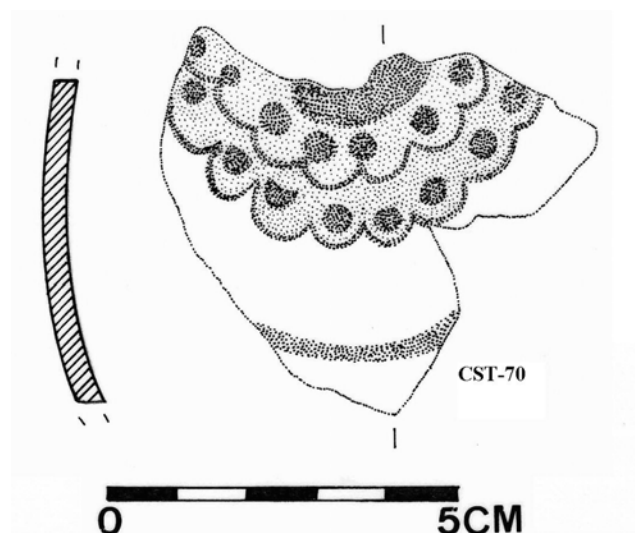
Prato (CST-68). Fragmento correspondendo a porção de fundo. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície interna apresenta decoração com temática vegetalista onde se observa uma flor e folhas. A espessura média das paredes é de 0,005 m.

Taça (CST-69). Fragmento correspondendo a porção de parede. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e

quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície interna apresenta decoração com temática de “rendas” e a externa motivos vegetalistas. A espessura média das paredes é de 0,004 m.

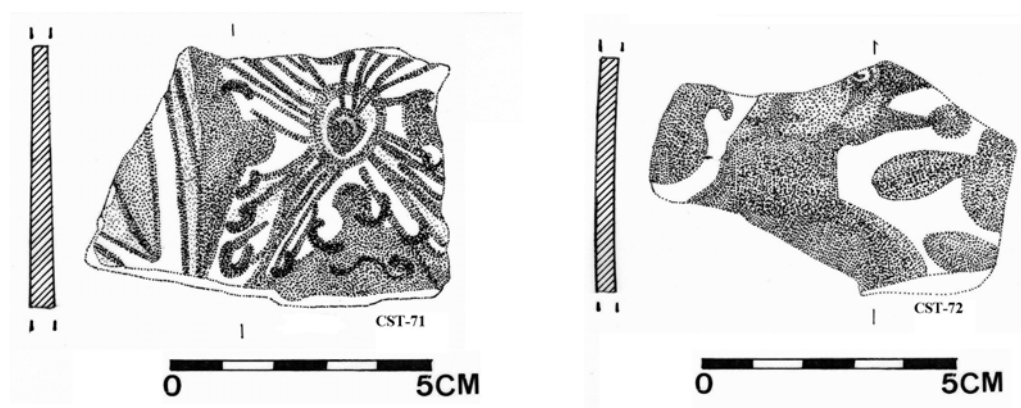


Garrafa (CST-70). Fragmento correspondendo a porção de parede de corpo globular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície externa apresenta decoração com temática vegetalista. A espessura média das paredes é de 0,004 m.



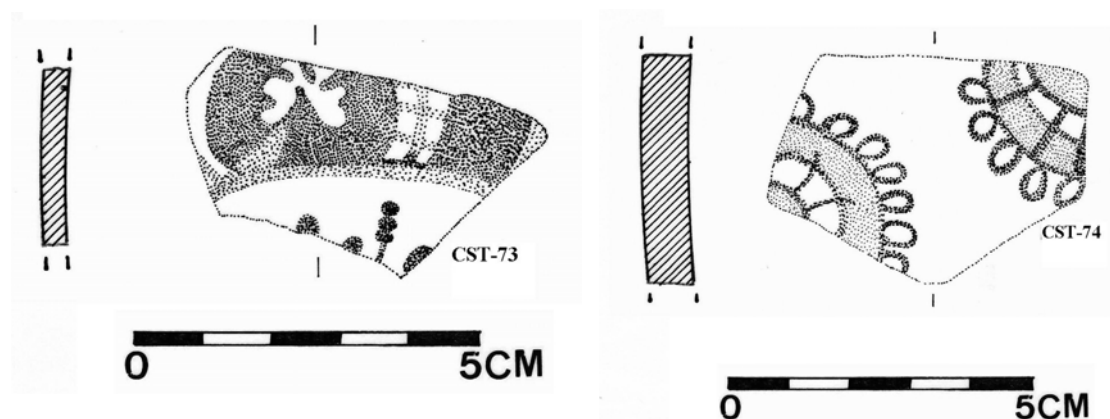
Prato (CST-71). Fragmento correspondendo a porção de fundo. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor

branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície interna apresenta decoração com temática vegetalista onde se observa uma flor e folhas. A espessura média das paredes é de 0,005 m.



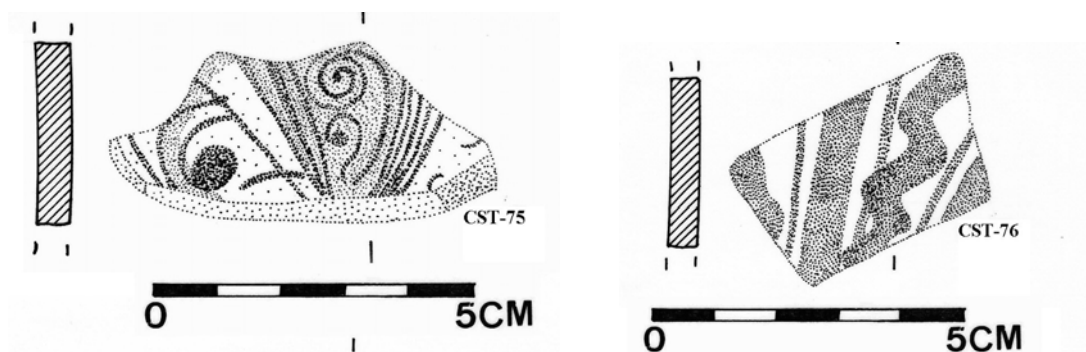
Prato (CST-72). Fragmento correspondendo a porção de fundo. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície interna apresenta decoração com temática zoomórfica onde se observa um pássaro. A espessura média das paredes é de 0,005 m.

Taça (CST-73). Fragmento correspondendo a porção de parede. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície externa apresenta decoração com temática vegetalista. A espessura média das paredes é de 0,004 m.



Prato (CST-74). Fragmento correspondendo a porção de parede. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície interna apresenta decoração com “rendas”. A espessura média das paredes é de 0,006 m.

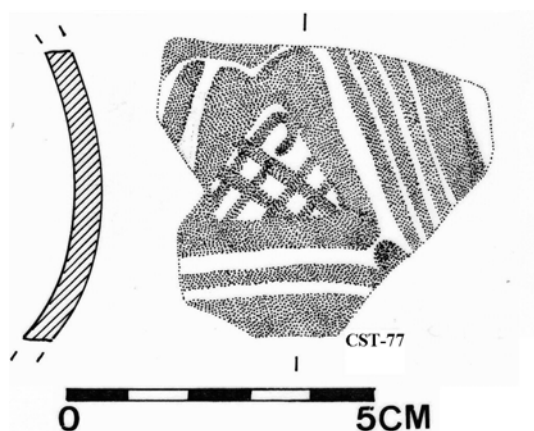
Prato (CST-75). Fragmento correspondendo a porção de parede. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície interna apresenta decoração com vegetalista. A espessura média das paredes é de 0,005 m.



Prato (CST-76). Fragmento correspondendo a porção de parede. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície interna apresenta decoração geométrica. A espessura média das paredes é de 0,005 m.

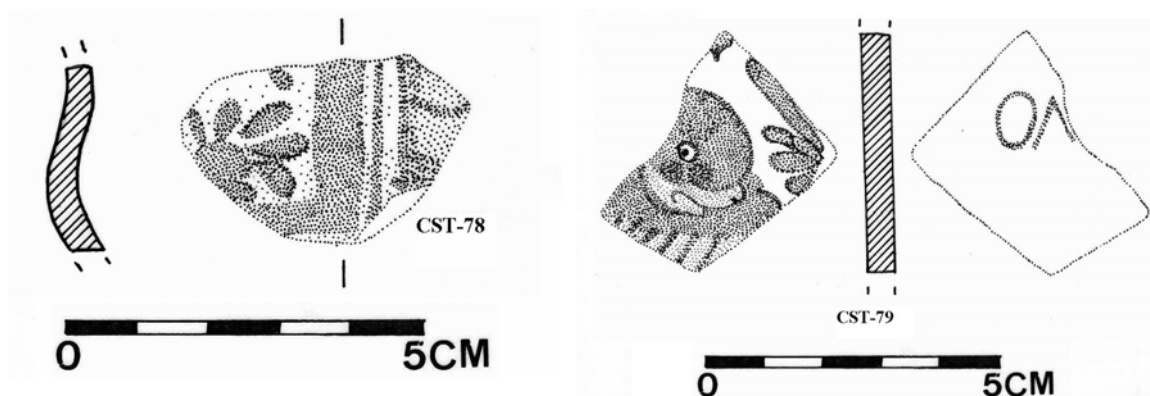
Garrafa (CST-77). Fragmento correspondendo a porção de parede de corpo globular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície

externa apresenta decoração com temática geométrica onde no interior de cartela subtriangular surgem linhas oblíquas que se cruzam. A espessura média das paredes é de 0,004 m.



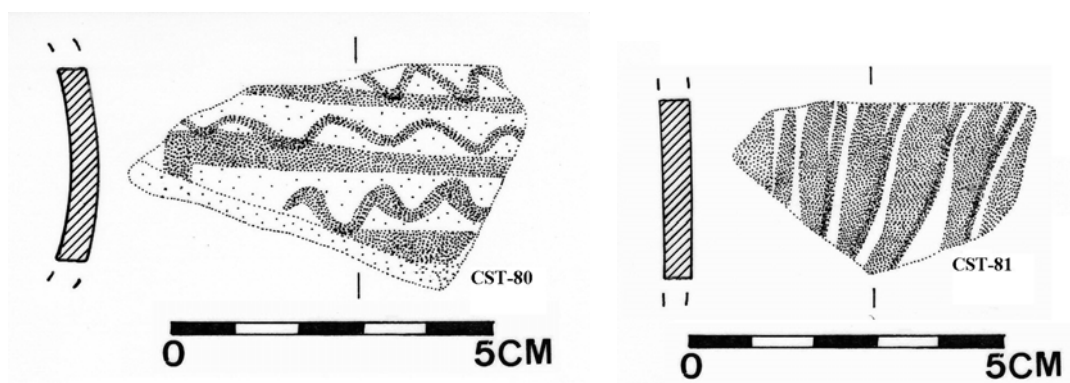
Prato (CST-78). Fragmento correspondendo a porção de parede. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície interna apresenta decoração com temática vegetalista. A espessura média das paredes é de 0,005 m

Prato (CST-79). Fragmento correspondendo a porção de fundo. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto e violeta de manganês. A superfície interna apresenta decoração com temática zoomórfica, através da representação de coelho rodeado de elementos vegetalistas. Na zona exterior surgem dois leteriformes “VO”. A espessura média das paredes é de 0,005 m



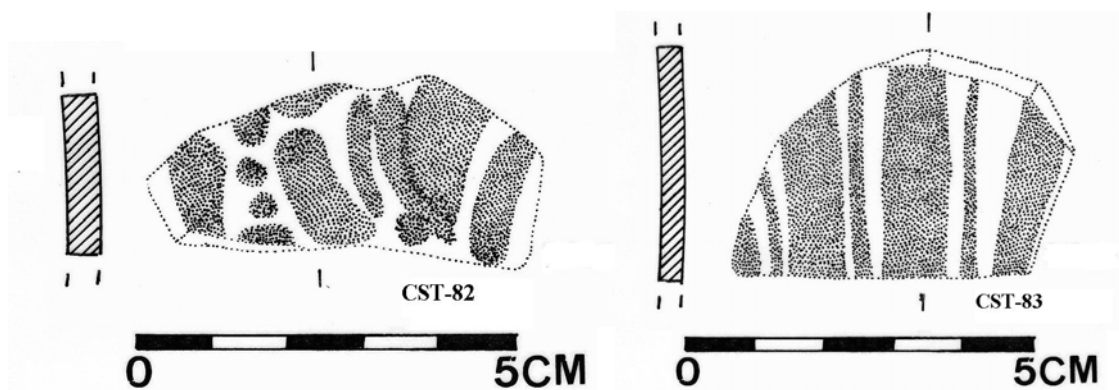
Garrafa (CST-80). Fragmento correspondendo a porção de parede de corpo globular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície externa apresenta decoração com temática geométrica com linhas horizontais. A espessura média das paredes é de 0,004 m

Prato (CST-81). Fragmento correspondendo a porção de parede. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície interna apresenta decoração com temática vegetalista. A espessura média das paredes é de 0,005 m.



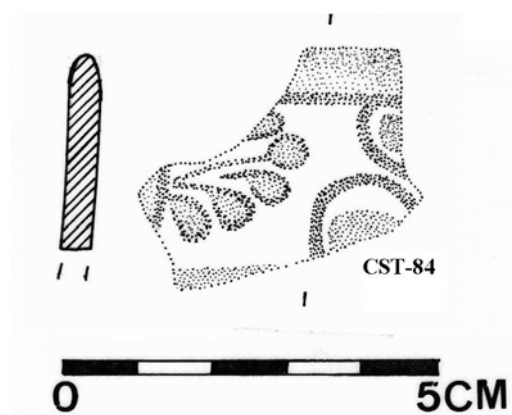
Prato (CST-82). Fragmento correspondendo a porção de parede. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor

branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície interna apresenta decoração com temática vegetalista. A espessura média das paredes é de 0,005 m



Prato (CST-83). Fragmento correspondendo a porção de parede. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície interna apresenta decoração geométrica. A espessura média das paredes é de 0,005 m

Prato (CST-84). Fragmento correspondendo a porção do bordo, de perfil semicircular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto e violeta de manganês. O bordo encontra-se demarcado por duas linhas concêntricas em azul e violeta de manganês, após as quais surge na superfície interna, decoração de inspiração vegetalista e “contas”. A espessura média das paredes é de 0,005 m



WST – Wolster Street

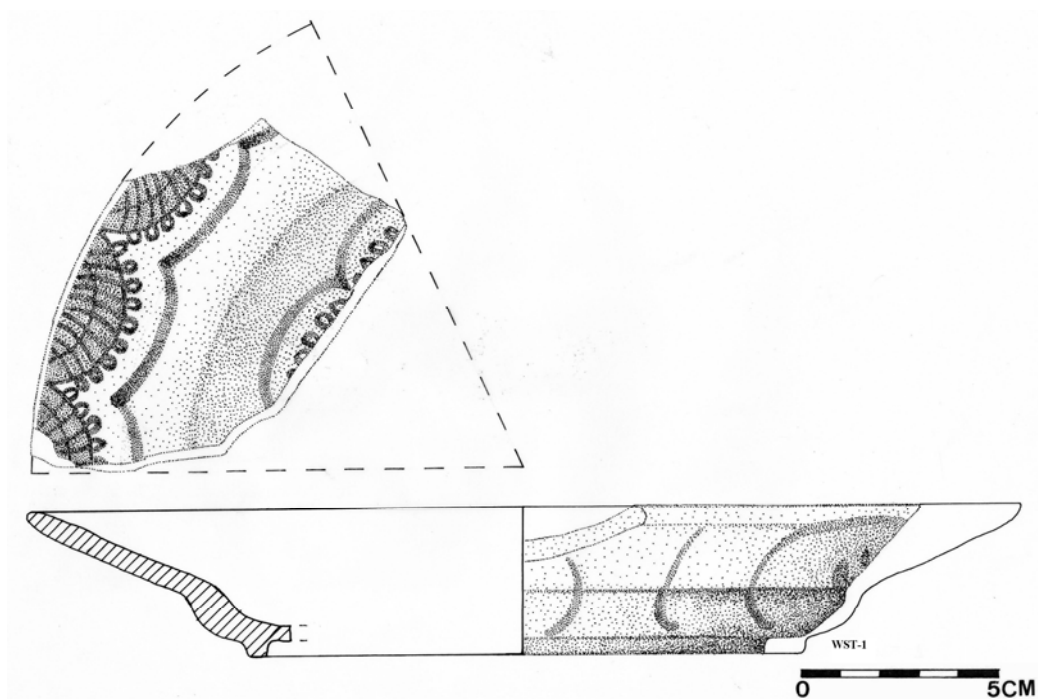
Entre 1963 e 1969 foi levada a cabo escavação que investigou a área que havia sido conquistada à baía de Sutton Pool, entre os séculos XIII e XVII. Aqui foram identificados diversos edifícios em pedra, de fundações robustas, que se desenvolveram a partir de finais do século XV (Brown, 1986). Muitos deles foram utilizados por frades franciscanos que ali habitavam. No entanto, os edifícios modernos que ali foram registados, foram utilizados como armazéns de bens que chegavam todos os dias ao porto, sobretudo da Terra Nova e Península Ibérica. Recentemente e a poucos metros desta escavação foi identificada e escavada uma refinaria de açúcar, a Sugar House, cujo espólio não ficou aquém das expectativas dos arqueólogos com a recuperação de centenas de formas de pão de açúcar, algumas das quais produzidas em Portugal.

A sua localização na frente costeira, associada à quantidade de materiais importados, orientou a sua interpretação para armazéns que guardariam bens oriundos de França, Espanha e Portugal, a bordo dos diversos navios que ali atracavam diariamente.

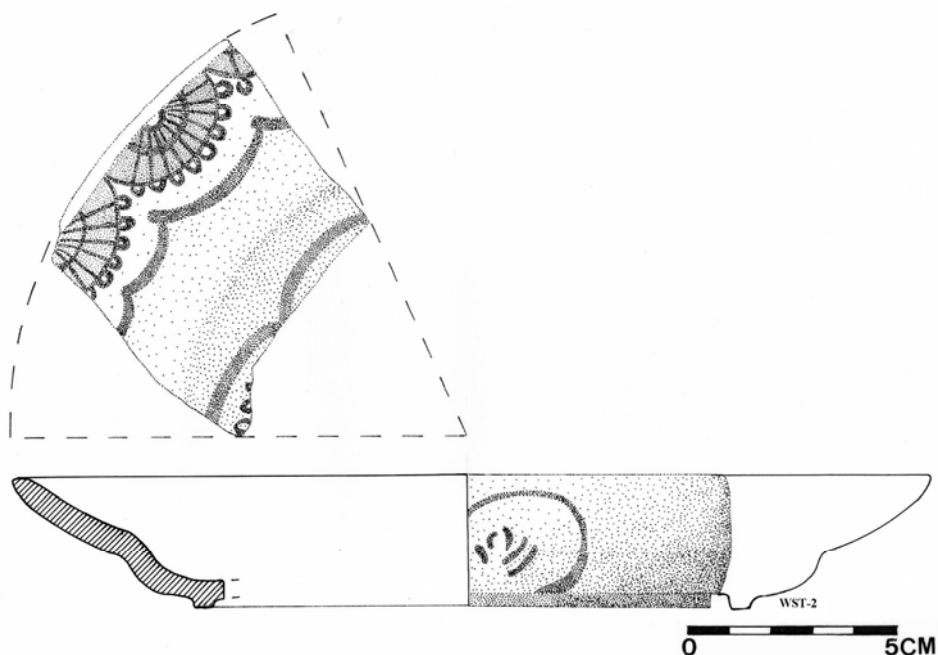
A colecção pode ser datada entre 1630 e 1660 devido aos diversos materiais recuperados na camada onde as peças em Faiança Portuguesa foram recolhidos. Entre estes destacam-se produções locais e regionais, bem como importações italianas, holandesas e alemãs.

Catálogo

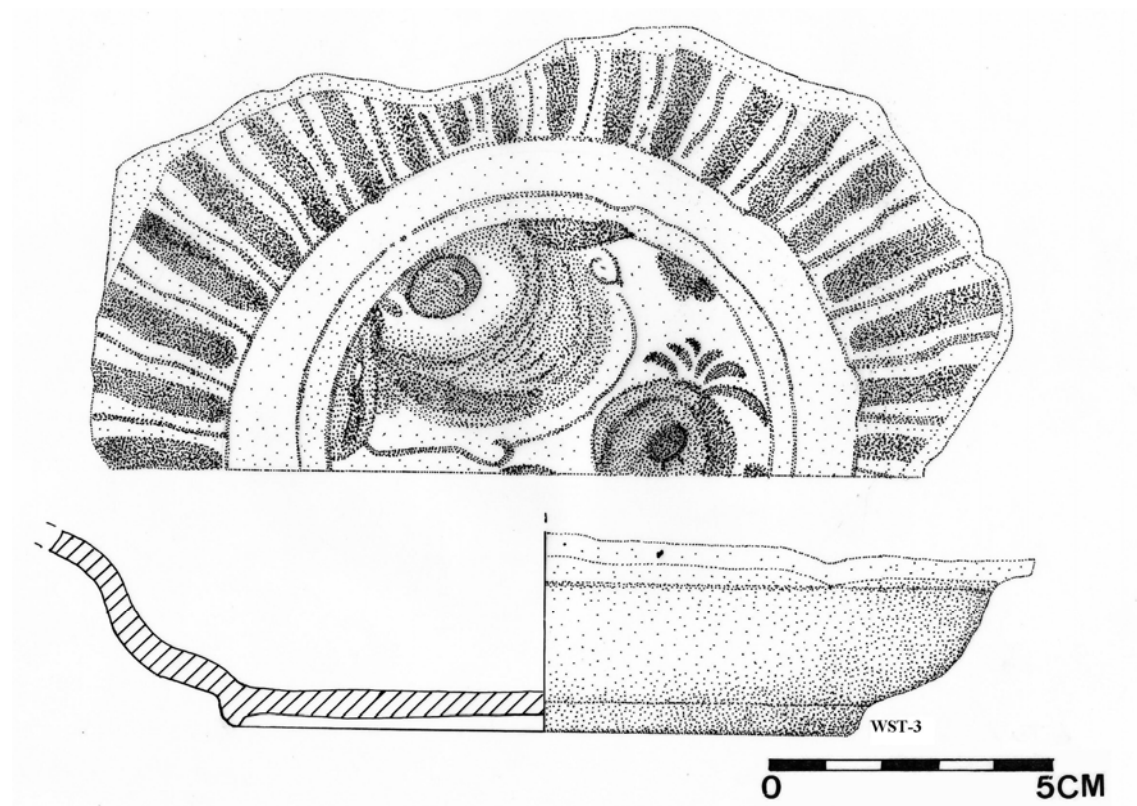
Prato (WST-1). Fragmento contendo porção do bordo, corpo e fundo. Tinha forma subtruncocónica com aba oblíqua. O bordo possuía lábio de secção semicircular. O fundo é plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Tanto a aba como o interior do fundo foram preenchidos o motivo de “rendas”. Sobre as paredes exteriores observam-se duas linhas semicirculares e alguns motivos vegetalistas, de cor azul de cobalto. Mede 0,037 m de altura máxima, 0,248 m de diâmetro no bordo e 0,140 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0.005 m.



Prato (WST-2). Fragmento contendo porção do bordo, corpo e fundo. Tinha forma subtruncocônica com aba oblíqua. O bordo possuía lábio de secção semicircular. O fundo é plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Tanto a aba como o interior do fundo foram preenchidos o motivo de “rendas”. Sobre as paredes exteriores observam-se alguns motivos vegetalistas, de cor azul de cobalto. Mede 0,031 m de altura máxima, 0,218 m de diâmetro no bordo e 0,132 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0,006 m.

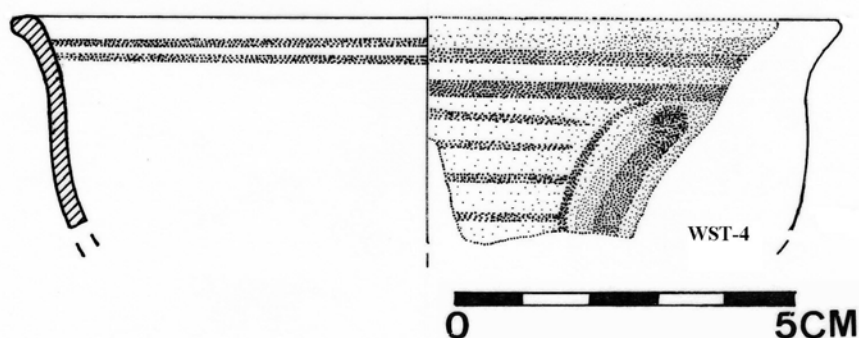


Prato (WST-3). Fragmento contendo porção do fundo e do corpo. Tinha forma subtruncocônica com aba oblíqua. O fundo é plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A aba apresenta linhas verticais de diferentes dimensões intercaladas. O interior do fundo apresenta motivos vegetalistas sugerindo bolbos de flores e folhas. Mede 0,114 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.

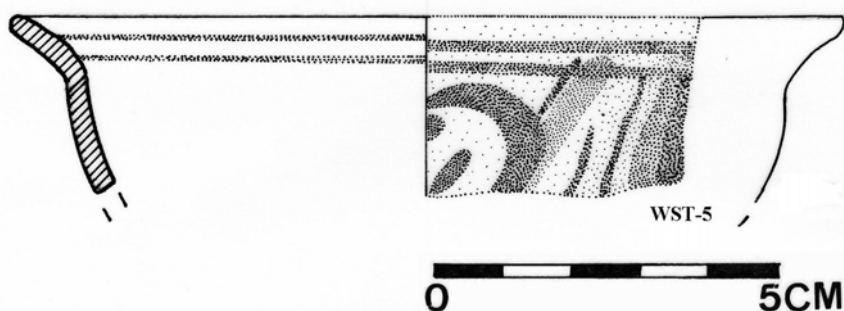


Taça (WST-4). Fragmento correspondendo a porção do bordo e do corpo. Oferecia forma hemisférica. O bordo era extrovertido com lábio de secção semicircular. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície exterior apresenta duas linhas concêntricas, paralelas, junto ao bordo e, abaixo destas, surge decoração vegetalista. No interior, junto ao bordo, apresenta mais duas linhas concêntricas,

paralelas. Média 0,122 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,003 m.

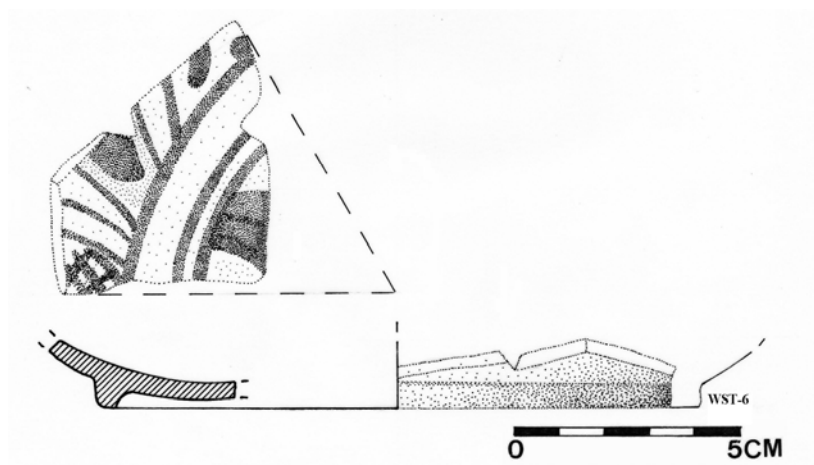


Taça (WST-5). Fragmento correspondendo a porção do bordo e do corpo. Oferecia forma hemisférica. O bordo era extrovertido com lábio de secção semicircular. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície exterior apresenta duas linhas concêntricas, paralelas, junto ao bordo e, abaixo destas, surge decoração vegetalista. No interior, junto ao bordo, apresenta mais duas linhas concêntricas, paralelas. Média 0,120 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,003 m.

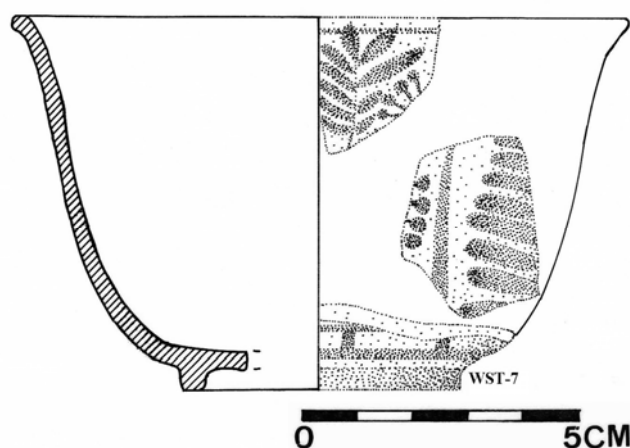


Prato (WST-6). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano, assente em pé anelar e do corpo. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo encontra-se demarcado por linha concêntrica, no interior da qual se desenvolveria decoração. No arranque das paredes surge decoração com temática

vegetalista e geométrica. Mede 0,132 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.

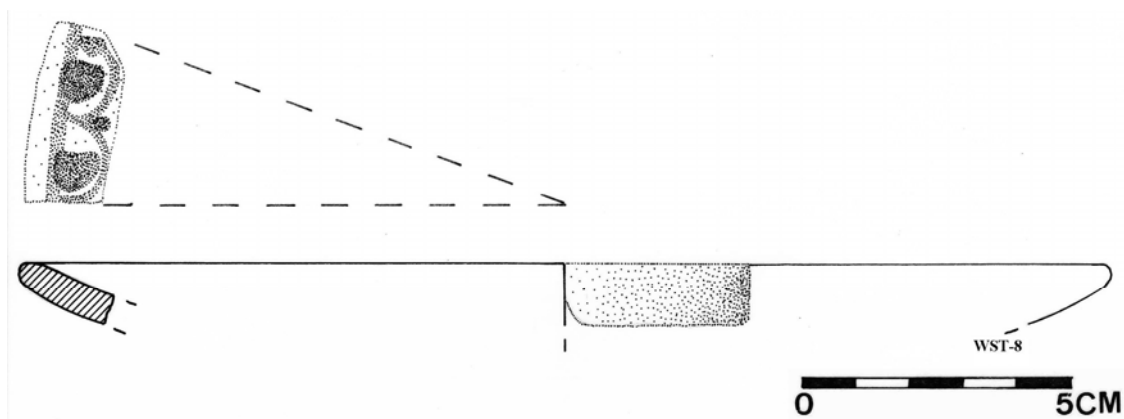


Taça (WST-7). Fragmentos correspondendo a porção do bordo, fundo e do corpo. Oferecia forma hemisférica. O bordo era extrovertido com lábio de secção semicircular. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície exterior encontrar-se-ia subdividida em cartelas preenchidas por flor central, circular, rodeada por pétalas e com folhas e outras com decoração de folhas estilizadas. Media 0,112 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,003 m.



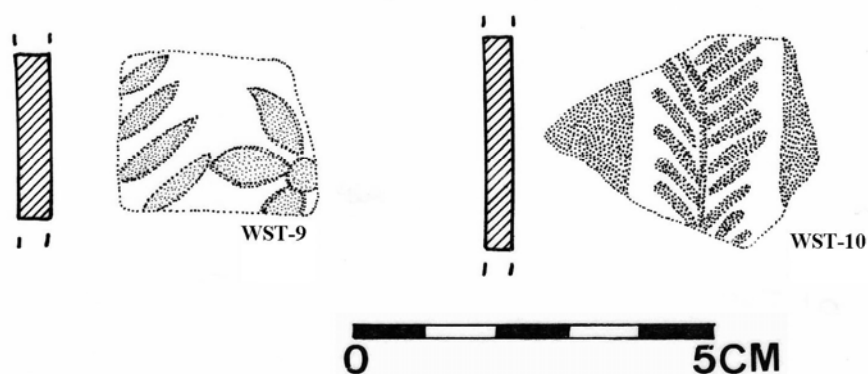
Prato (WST-8). Fragmento correspondendo a porção do bordo, extrovertido, de perfil semicircular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes

apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O bordo encontra-se demarcado por linha concêntrica, junto à qual se desenvolve decoração de contas. Media 0,202 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



Prato (WST-9). Fragmento correspondendo a porção de parede. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície interna apresenta decoração com temática vegetalista. A espessura média das paredes é de 0,005 m.

Prato (WST-10). Fragmento correspondendo a porção de parede. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície interna apresenta decoração com temática vegetalista. A espessura média das paredes é de 0,005 m.



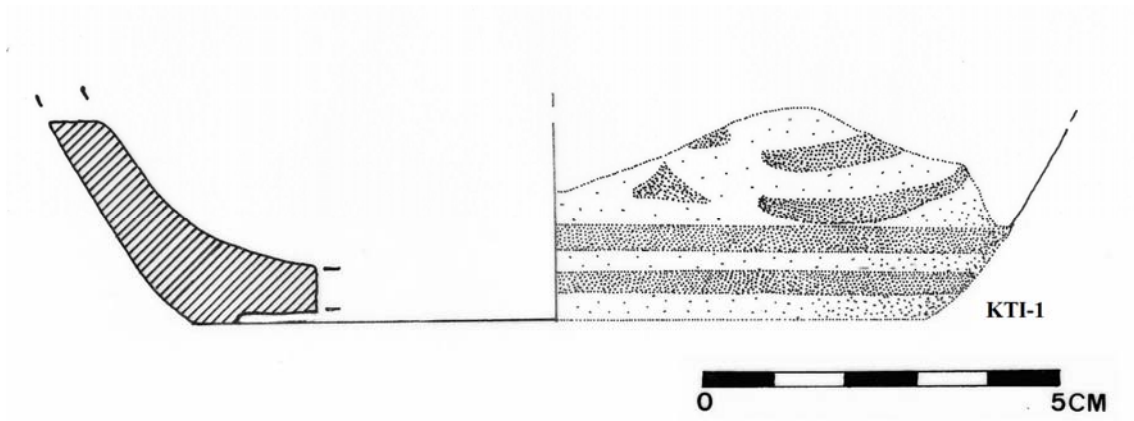
KIT – 50, Palace Street, former Kitto Institute.

Em 1971, após a demolição do Kitto Institute, foram desenvolvidas, pela Exeter Archaeology, sondagens de avaliação do local.

A história do sítio encontra-se documentada desde 1590 quando foi adquirido, juntamente com os terrenos envolventes, pela família Coade a qual ali construiu uma casa, sucessivamente alugada até 1650, sobretudo a mercadores e comerciantes como Peter Sylvester até 1631 e Thomas Diptford até 1645 que, ainda que não os mercadores mais ricos, pertenciam à oligarquia mercante que governava a cidade, revelando o seu elevado *status* social e económico (Allan and Barber, 1992). Num dos cantos da casa foi identificado poço no interior do qual foram recolhidos materiais que apontam para uma deposição por volta de 1650, possivelmente aquando da mudança de inquilinos, pelo que a taça em Faiança Portuguesa ali exumada pode certamente ser atribuída ao ambiente doméstico de Diptford (Allan and Barber, 1992). No enchimento deste poço, imediatamente selado nesta época encontravam-se produções locais, regionais, cerâmica comum portuguesa e holandesa e vidrados de sal germanicos.

Catálogo

Taça (KTI-1). Fragmento contendo porção do fundo e corpo. Foi fabricada com pasta homogénea e compacta contendo elementos não plásticos, quartzosos e cerâmicos, micáceos e quartzosos, de grão fino a médio. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e mas pouco brilhante brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto e violeta de manganês. Na superfície exterior apresenta duas linhas concêntricas junto ao fundo na cor azul de cobalto e vestígios de decoração a violeta de manganês no corpo. O interior do bordo apresenta duas linhas concêntricas. Media 0,102 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,006 m.



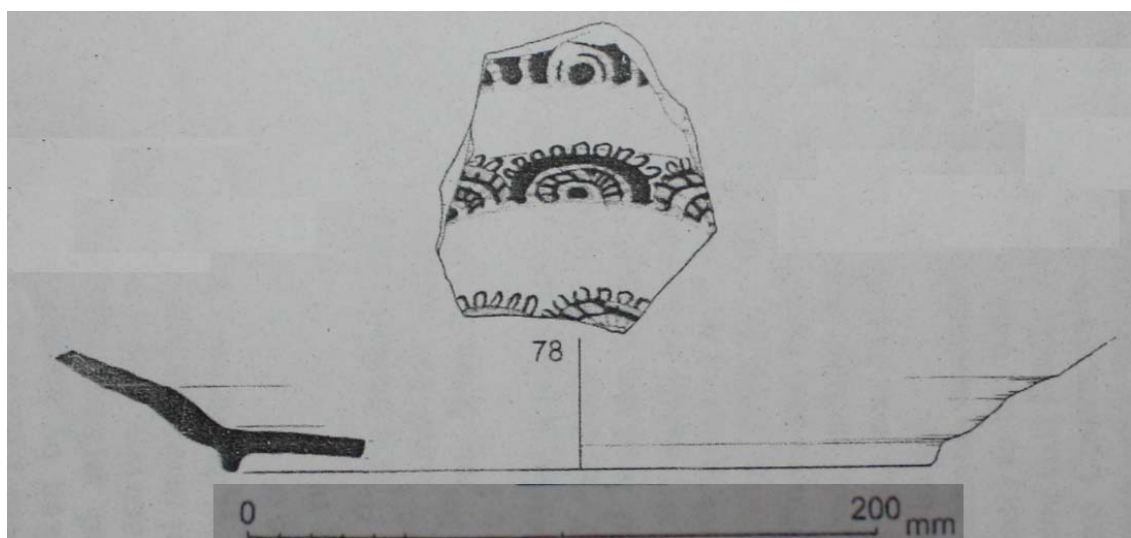
DQY – Dung Quay.

A conquista da baía de Sutton Pool levou à criação de muitas zonas portuárias, sobretudo durante o século XVII, quando Plymouth se torna uma das cidades mais importante de Inglaterra no trato com a Europa e Terra Nova. Este foi o caso de Dung Quay, onde um cais de grandes dimensões, estruturado em madeira foi edificado por volta do ano 1645 (Stead, 2003).

O contexto 588 foi identificado como uma camada depositada antes de algumas obras de remodelação do Porto, documentalmente referenciadas em 1730. Os achados numismáticos, cerâmica inglesa e outras importações, nomeadamente majólica italiana e vidrados de sal alemães, dataram a camada sensivelmente entre os anos 1690 e 1720. Foi identificado grande prato de rendas, cujas características físicas e decorativas, indicam ter sido feito nas oficinas lisboetas (Stead, 2003).

Catálogo

Prato (DGQ-1). Fragmento contendo porção do fundo e corpo. Tinha forma subtruncocónica. O fundo é plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/1) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Tanto a aba como o interior do fundo foram preenchidos o motivo de “rendas”. Mede 0,237 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0,006 m (des. Stead, 2003).



PSW – Shepherd's Wharf

Foi um dos portos em utilização durante o século XVII, recebendo os barcos oriundos da Europa e Terra Nova. Em 1649 era explorado pela Corporation of Plymouth, mas foi alugado a George Rattenbury, um proeminente mercador local que ali construiu a sua residência, armazéns e uma nova doca, com capacidade para aportar barcos de grandes dimensões. Esta actividade manteve-se, pelo menos, até 1690, quando se identificou a presença de um forno de cachimbos que pode ter substituído a actividade mercantil, ou simplesmente, complementado a mesma (Freeman, 2000).

Durante a intervenção arqueológica, efectuada em 1980, aquando obras de construção de edifício, as escavações não obedeceram a uma metodologia que permita datar as peças portuguesas convenientemente. Foram ali identificadas três paredes que pertenceram a um edifício de grandes dimensões, certamente um armazém para bens oriundos do comércio internacional, bem como vestígios do cais do século XVII, estruturado em madeira. As ilações retiradas desta escavação tiveram de ser retiradas das próprias peças, cuja colecção se revelou bastante heterogénea (Freeman, 2000).

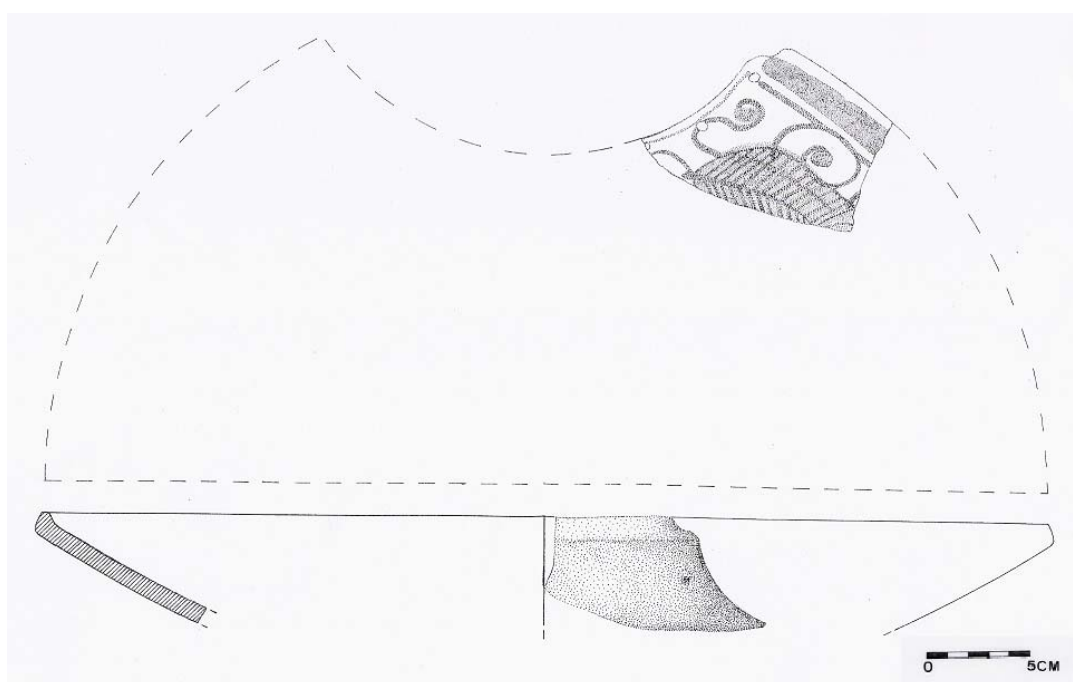


Shepherd's Wharf (seg. Moseley, 2010).

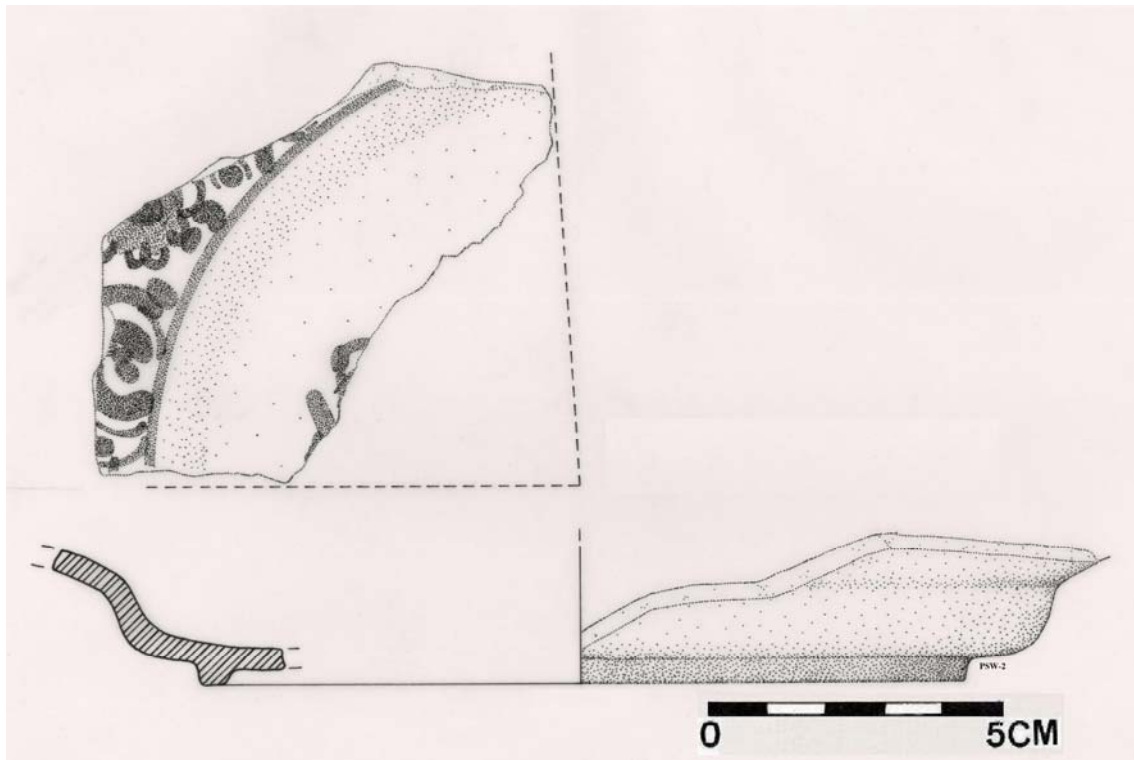
Foram recuperadas algumas taças e um prato que podem ser conotados com as produções lisboetas e de Coimbra. Uma das peças mais marcantes trata-se da única bacia de barbeiro recolhida nas Ilhas Britânicas. Aquela apresenta uma decoração de inspiração oriental, com um aranhão contornado a manganês, característico da segunda metade do século XVII, sobretudo a partir de 1660.

Catálogo

Bacia de barba (PSW-1). Fragmento contendo porção do bordo, introvertido. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/1) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto e violeta de manganês. O interior das paredes foi preenchido com aranhões característicos do período IV da nossa evolução crono-estilística. Medida 0, m de diâmetro no bordo. A espessura média das paredes é de 0,006 m.

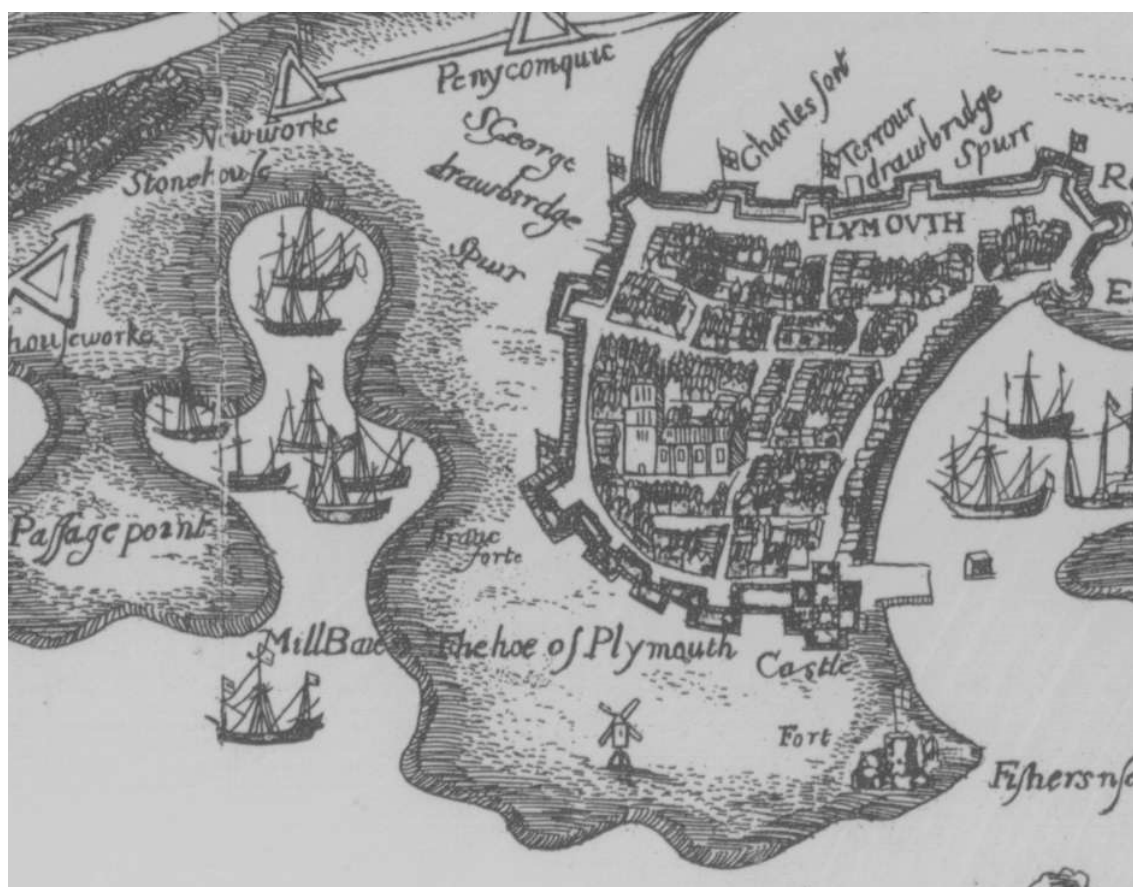


Prato (PSW-2). Fragmento contendo porção do fundo e corpo. Tinha forma subtruncocônica. O fundo é plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/1) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Tanto a aba como o interior do fundo foram preenchidos com motivos vegetalistas. Medida 0,129 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0,004 m.



PDS – Stonehouse Durnford Street

A zona de Stonehouse começa a crescer no século XIII como uma localidade independente de Plymouth que, no período moderno se anexa. Era habitada por gente importante, sobretudo mercadores, políticos e clérigos. Existem notícias de que, em finais do século XVII, ali se passou a organizar um mercado semanal. Não subsistem evidências arqueológicas que o comprovem, mas documentalmente há diversos diplomas no arquivo de Plymouth que registaram as multas pelo lixo ali deixado depois da feira (Gardiner, 2000).

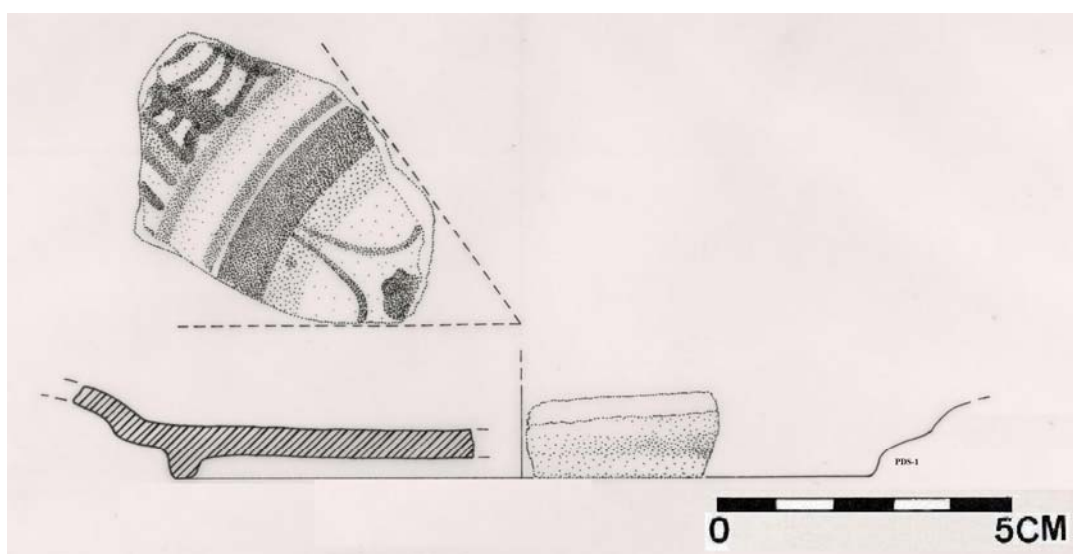


Zona de Stonehouse, afastada do núcleo central da cidade em 1640 (seg. Gardiner, 2000).

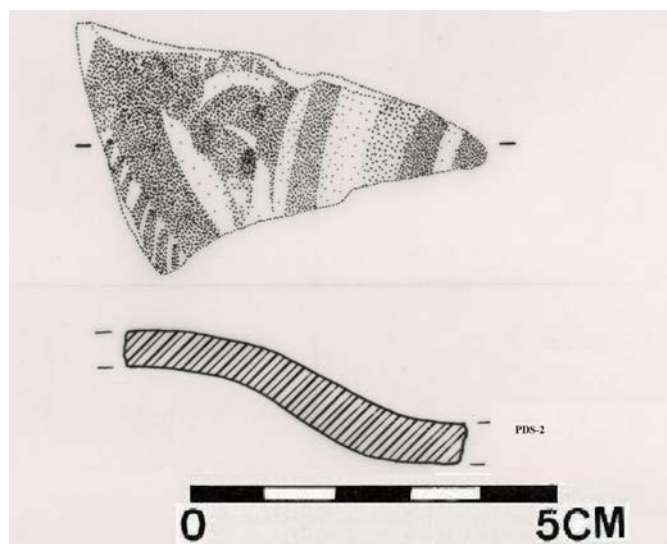
A intervenção arqueológica, realizada em 1998, incidiu num edifício denominado Stonehouse. As estruturas identificadas foram conotadas com zona portuária, tendo sido recuperados diversos fragmentos em Faiança Portuguesa, a par de centenas de peças de outras nacionalidades, datando o contexto entre 1650 e 1680.

Catálogo

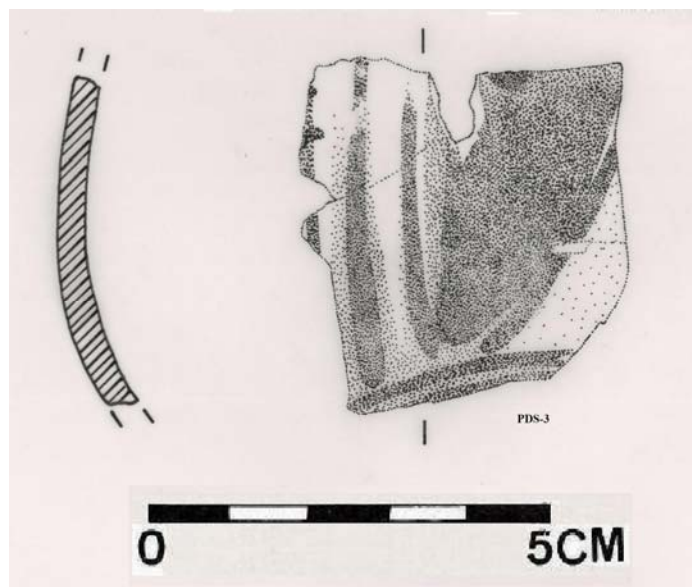
Prato (PSD-1). Fragmento contendo a porção do fundo e corpo. Tinha forma subtroncocónica. O fundo é plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/1) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo apresenta vestígios de decoração vegetalista. Media 0,120 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0,004 m.



Prato (PSD-2). Fragmento correspondendo a porção corpo. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/1) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. A espessura média das paredes é de 0,005 m.



Taça (PSD-2). Fragmento correspondendo a porção corpo, hemisférico. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/1) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Apresenta decoração vegetalista, com uma grande folha. A espessura média das paredes é de 0,003 m.



PNQ – North Quay

Em 1995, a Exeter Archaeology ficou encarregue do acompanhamento arqueológico da zona de North Quay. À superfície, afloravam restos de edifícios de grandes dimensões, identificados com estruturas portuárias dos séculos XVII e XVIII.

A doca em pedra aqui identificada é resultado de uma reconstrução efectuada em 1850. Anteriormente, a chegada de navios era suportada por estrutura em madeira, ainda que não recebesse barcos de grande calado. Foi remodelada por volta de 1660, ganhando uma nova construção em madeira e diversos armazéns, destinados a receber barcos oriundos das colónias americanas e do sul da Europa (Gardiner, 2000).

O contexto onde as peças portuguesas foram recuperadas é datado entre 1650 e 1660, pois corresponde à camada imediatamente abaixo desta remodelação. A par dos objectos portugueses foram recolhidos fragmentos de Marbled Wares italianos e produções locais.

Nas proximidades localizavam-se as casas de muitos mercadores ricos.

Catálogo

Prato (PNQ-1). Fragmento de parede. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/1) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Apresenta vestígios de decoração vegetalista. A espessura média das paredes é de 0,004 m.



II.1.13. Poole



Mapa de Poole com a localização do arqueossítio.

É uma cidade portuária na costa sul de Inglaterra que aproveitou o maior porto natural do país. No entanto aquele é pouco profundo, possuindo apenas um canal onde barcos de grande calado podem navegar. A sua localização privilegiada fez com que o povoamento começasse na Pré-história, no entanto, não pode ser considerada mais que um pequeno assentamento sazonal de pescadores até à Idade Média (Cullingford, 1988).

O primeiro registo da urbe data do século XII. É possível que tenha sido desenvolvida por mercadores de Wreham, quando aquela foi destruída em 1139, por ocasião da guerra civil, passando a ser utilizada como porto marítimo, prosperando na exportação de lã, tendo, em 1433, recebido o estatuto de porto de Satele, os únicos que podiam exportar lã. No século XV, constrói a muralha, bem como a Wollhouse, hoje o museu local, destinada a guardar lã e panos que iriam ser exportados. A casa da

alfândega data apenas do século XVIII. Em 1568 recebe uma carta de direitos de Isabel I que lhe dá autonomia do County Dorset (Legg, 2005).

Em 1540, Leland visita Poole que relata da seguinte forma: *“Poole was not, in the past, a trading town but it was, for a long time a poor fishing village. There are men living who remember when all the buildings in the town had thatched roofs. It now has many more substantial buildings and much more trade. It stands like an island in the harbour and is joined to the mainland by a piece of land no wider than an arrow shot.*



Poole em 1930 (seg. Leg, 2005).

It also has a ditch (outside the town walls), which is often filled with water from the harbour. There is a stone gate at the entrance of the town. The town lies north to South. There is a substantial stone house by the quay” (Smith, 1906).



Casa com telhado em colmo, na High Street, em 1900 (seg. Old Picture Post Cards).

Desenvolve importantes laços comerciais com a Terra Nova e, no século XVIII, é um dos portos mais atarefados de Inglaterra. Barcos carregados de sal, muitos deles oriundos do sul da Europa, chegavam a Poole, seguindo cheios deste bem e outras manufacturas para a Terra Nova. Depois de atestados de bacalhau passam por Portugal, Espanha e Itália, regressando depois para Poole, carregados de azeite, vinho, açúcar,

frutos secos e sal. Estes contactos comerciais são confirmados pela quantidade de cerâmica exógena que foi exumada na cidade (Sydenham, 1986).

O seu instinto comercial e a sua população, maioritariamente mercantil, apoiou o Parlamento durante a Guerra Civil. Com a derrota da República, o rei Carlos II manda destruir a fortificação.

PM2 – Old Orchard

Durante a construção do Old Orchard Car Park, nos anos 60, assistiu-se à destruição de diversas evidências arqueológicas, cujo mediatismo originou um esforço para que uma equipa de arqueólogos pudesse recolher os materiais e analisar as estruturas. O local não revelou ocupações anteriores ao século XVI, supondo-se que tenha sido habitado quando a cidade, devido à sua importância e participação no comércio internacional, sobretudo com a Terra Nova e Mediterrâneo, foi obrigada a expandir-se. Diversas casas, contendo pátios traseiros e fossas sépticas haviam sido a morada de famílias de mercadores abastados organizando-se num bairro de gentes ligadas ao trato internacional (Horsey, 1992).

As peças portuguesas foram todas exumadas na mesma fossa séptica (PM2 VII, UE L1) pelo que certamente foram utilizadas na mesma casa, pela mesma família. Do mesmo contexto são oriundas outras peças que datam claramente a deposição das produções portuguesas entre 1640 e 1660. Foram recuperados objectos de produção local, algumas importações londrinas, bem como majólica italiana de Liguria e vidrados de sal germânicos. O depósito encontrava-se selado por muro de casa, datável através de numismas de 1770-1780.



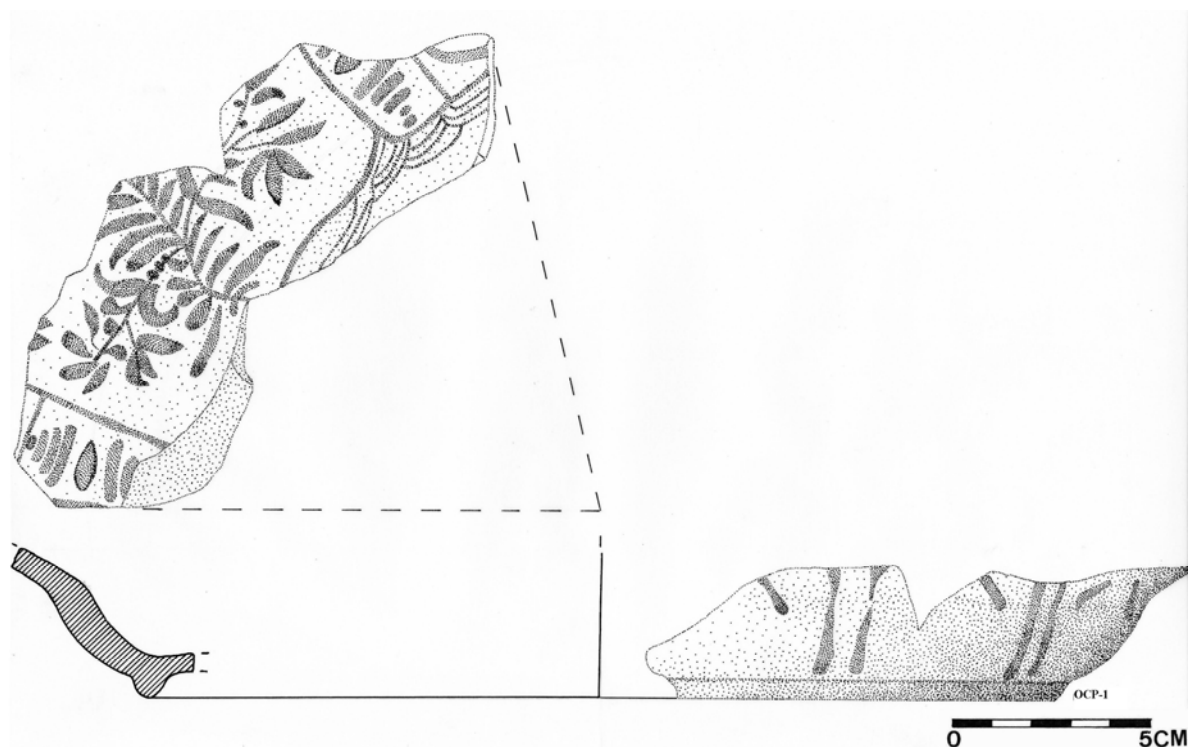
Localização do sítio PM2, na malha urbana de Poole (seg. Horsey, 1992).

Das peças portuguesas recuperadas, apenas dois exemplares podem ser atribuídos às oficinas lisboetas, sendo o restante clara e indubitavelmente produções de Coimbra. A ausência de conhecimentos por parte dos arqueólogos responsáveis pela intervenção levou a que a maior parte delas fosse identificada como produções espanholas.

UE 202		Muro	de	casa		
VII		fossa		séptica		
L1	PMRW	LDW		FP	MIL	GSW

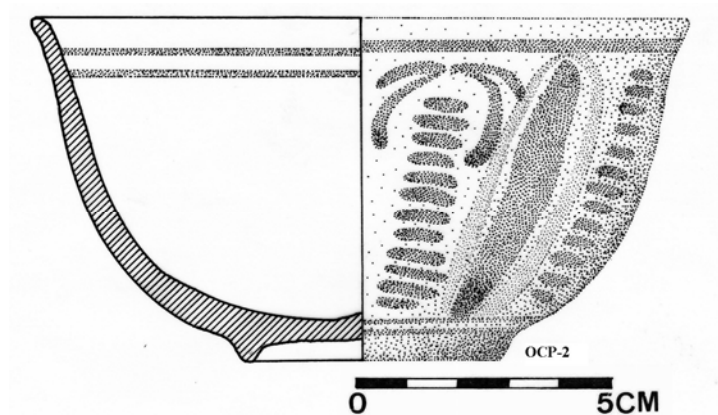
Catálogo

Prato (OCP-1). Fragmento correspondendo a porção do fundo e do corpo. Tinha forma troncocónica e o fundo era plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba está subdividido em cartelas, onde intercalam composições com grandes folhas, ditas de “aranhões”, com outras constituídas por flor central, circular, rodeada por pétalas e com folhas junto ao caule. Entre as cartelas referidas observam-se pequenas teorias de semicírculos. Junto ao fundo apresenta o início da decoração central. Nas paredes exteriores apresenta séries de pequenas pinceladas oblíquas, alternando com pinceladas mais longas na vertical. Mede 0,232 m de diâmetro no pé e a espessura média das paredes é de 0,007 m.

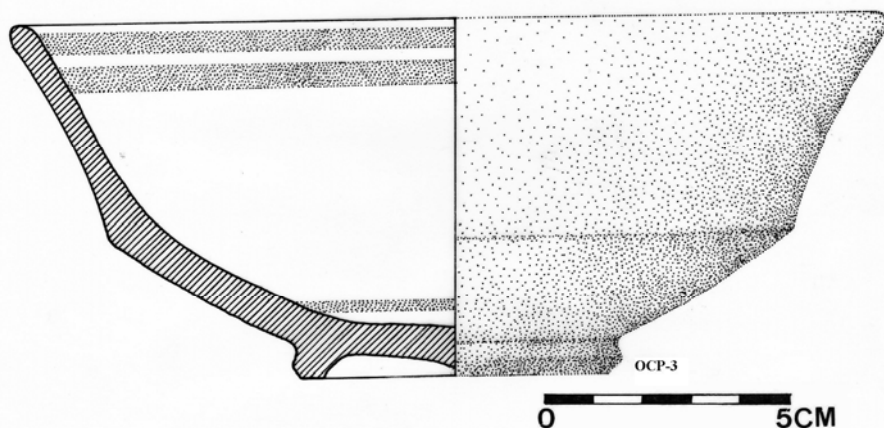


Taça (OCP-2). Quase completa. O bordo é extrovertido e apresenta lábio de secção semicircular. O corpo é hemisférico e o fundo plano, assente em pé baixo e

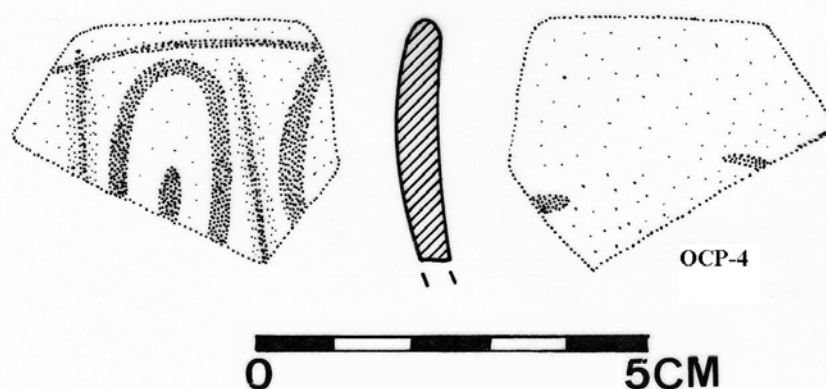
anelar. Foi fabricada com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. As paredes externas apresentam decoração vegetalista com diversas formas de pétalas. O bordo encontra-se demarcado interiormente por linha concêntrica. Media 0,067 m de altura, 0,128 m de diâmetro no bordo, 0,052 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



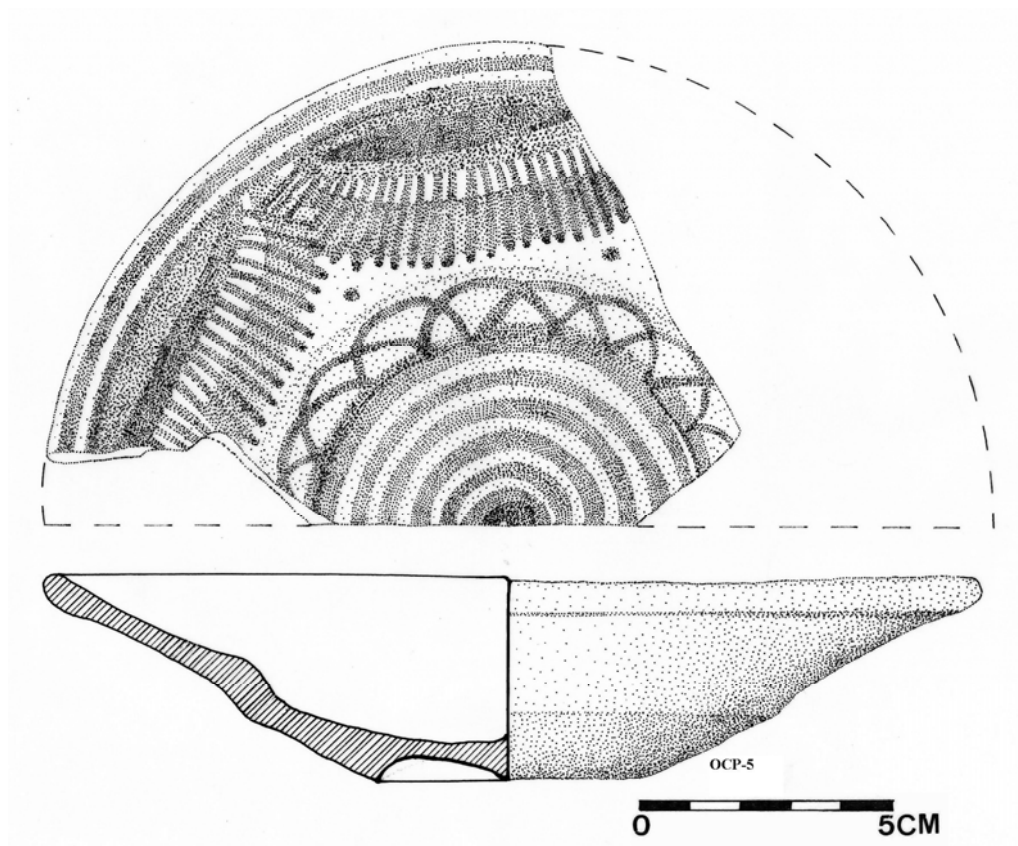
Taça (OCP-3). Quase completa. O bordo é extrovertido e apresenta lábio de secção semicircular. O corpo é trocócónico apresentando carena, assente em pé anelar. Foi fabricada com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor rosada (10R 6/6) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O bordo encontra-se demarcado interiormente por duas linhas concêntricas, paralelas. Linha com semelhantes características marca o interior do fundo. Media 0,073 m de altura, 0,178 m de diâmetro no bordo, 0,067 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



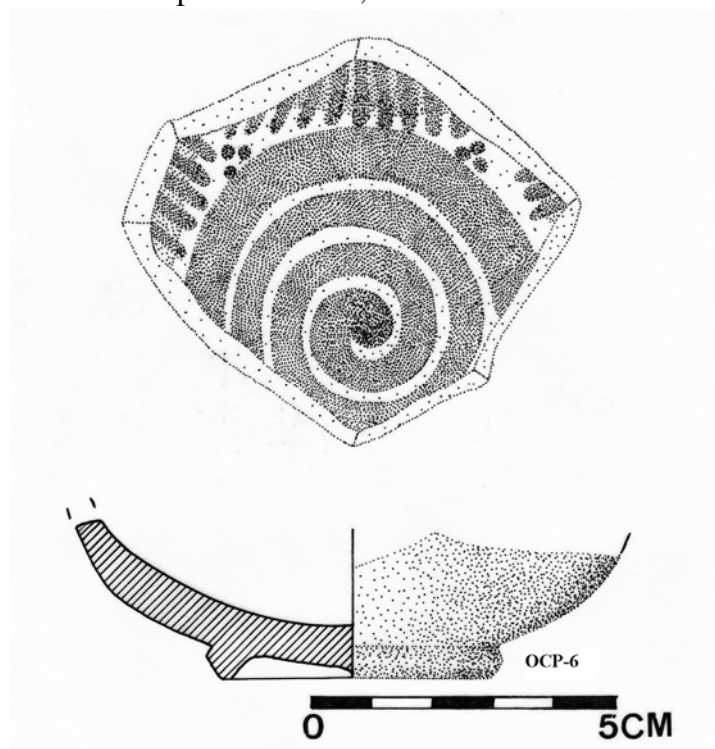
Prato (OCP-4). Fragmento contendo porção do bordo com lábio de perfil semicircular. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba estaria subdividido em cartelas, onde intercalariam composições com grandes folhas, ditas de “aranhões”, com outras cuja decoração se desconhece. Entre as cartelas referidas observam-se laços. Nas paredes exteriores surgem vestígios de pinceladas. A espessura média das paredes é de 0,005 m.



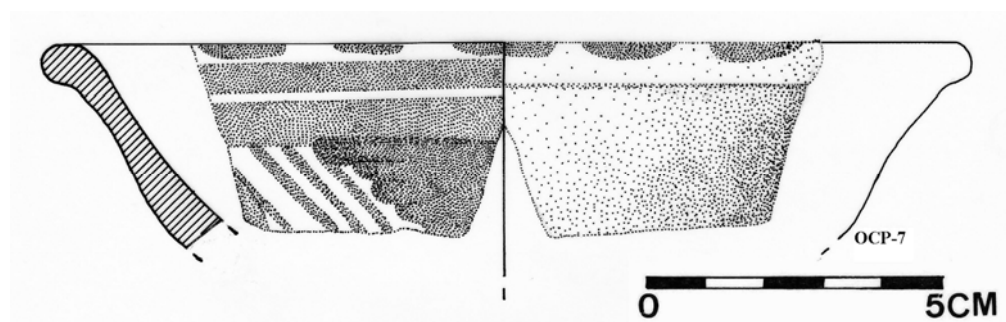
Prato (OCP-5). Fragmento contendo porção do bordo, corpo e fundo. O bordo é espessado com lábio de perfil semicircular. O corpo é troncocônico, com pequena carena, assente em ônfalo. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor rosada (10R 6/6) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente mas pouco brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo foi preenchido com espiral no exterior da qual foram delimitados pequenos semicírculos que se intercalam. O interior do bordo foi demarcado por linha concêntrica a partir da qual surge decoração com a temática das “rendas”. Mede 0,040 m de altura, 0,185 m de diâmetro no bordo e 0,052 m de diâmetro no fundo. A espessura média das paredes é de 0,005 m.



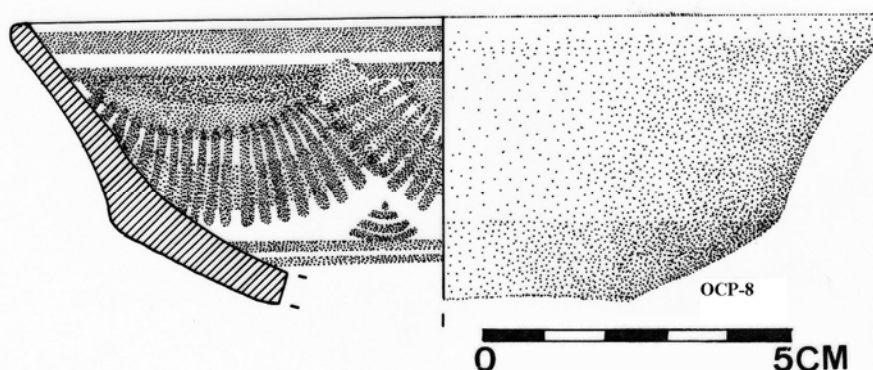
Taça (OCP-6). Fragmento contendo porção do fundo, plano, assente em pé anelar e do corpo hemisférico. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor rosada (10R 6/6) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente mas pouco brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo foi preenchido com espiral e as paredes internas demonstram decoração com a temática das “rendas”. Media 0,049 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,006 m.



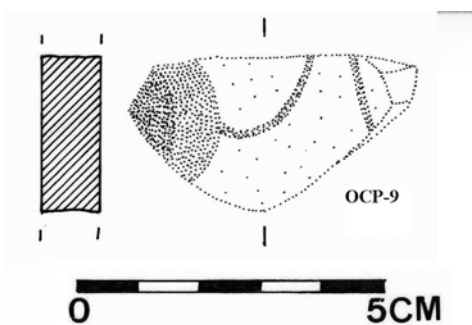
Taça (OCP-7). Fragmento correspondendo a porção do bordo e das paredes. Mostra forma troncocónica, bordo extrovertido, com lábio de secção semicircular. Foi produzida com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor rosada (10R 6/6) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente mas pouco brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto, assim como pequenas porosidades. O interior do bordo encontra-se demarcado por duas linhas concêntricas, paralelas, e, entre estas e outras duas que delimitam o fundo do prato, desenvolve-se densa decoração, de temática vegetalista. A parte superior do bordo foi decorada por séries de traços curtos e oblíquos. Mede 0,157 de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



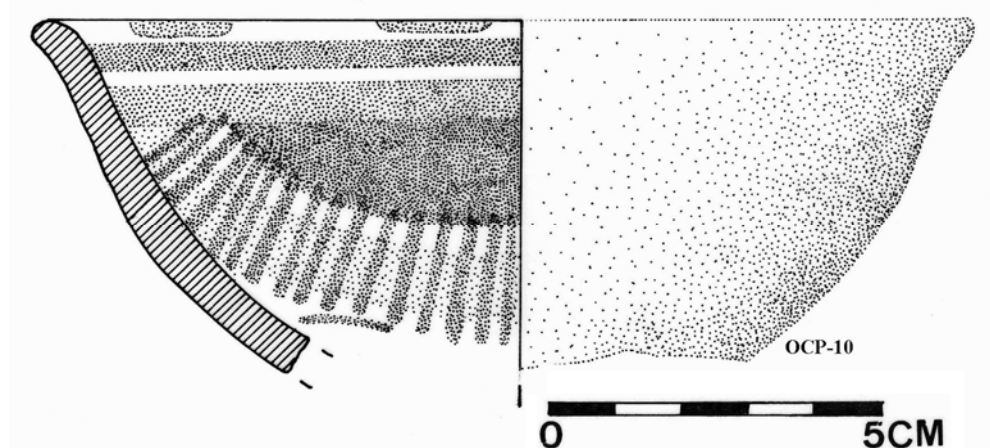
Taça (OCP-8). Fragmento contendo parte do bordo e do corpo. O bordo é extrovertido e apresenta lábio de secção semicircular. O corpo é troncocónico apresentando carena. Foi fabricada com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor rosada (10R 6/6) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O bordo encontra-se demarcado interiormente por duas linhas concêntricas, paralela, a partir da qual se desenvolve decoração com a temática das “rendas”. Junto ao fundo surgem mais duas linhas concêntricas e pequenos conjuntos de semicírculos. Media 0,142 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



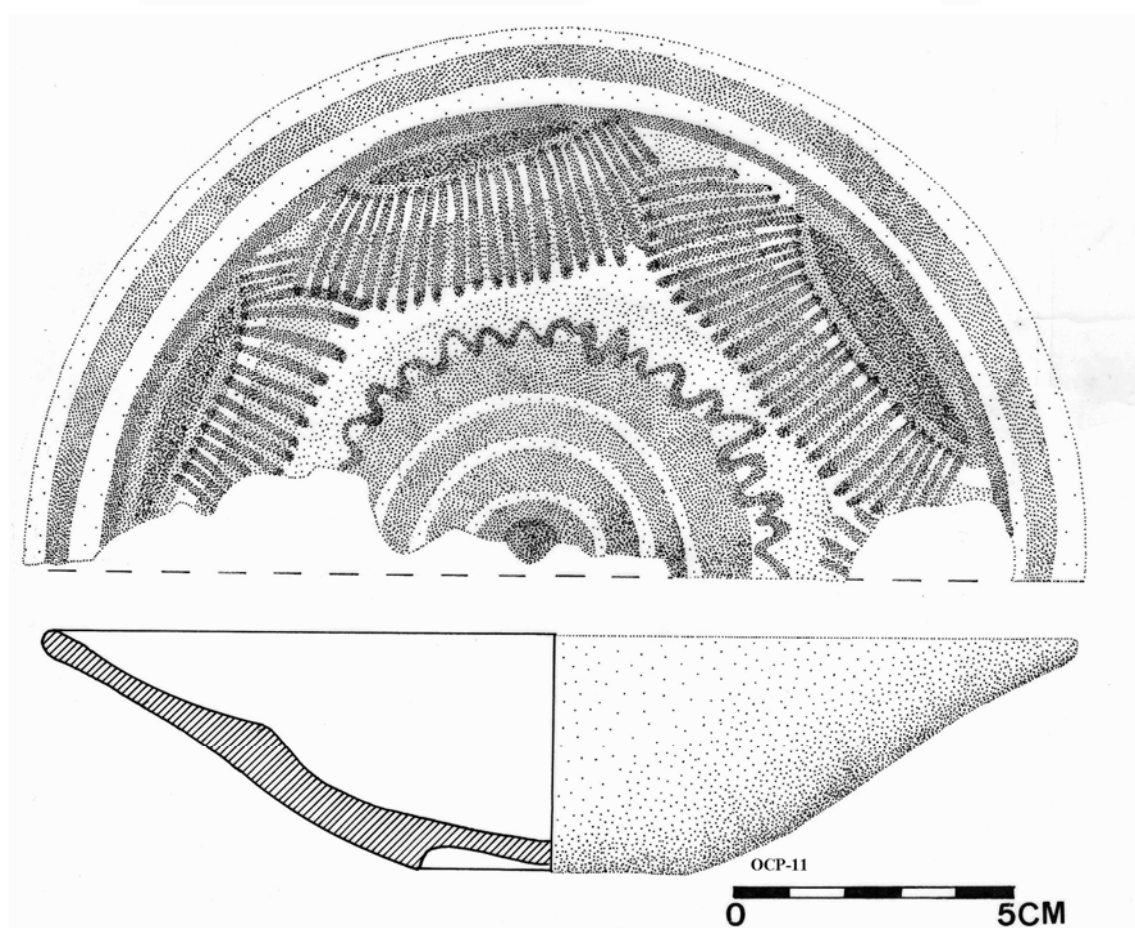
Prato (OCP-9). Fragmento contendo porção do fundo. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Apresenta vestígios de decoração vegetalista. A espessura média das paredes é de 0,007 m.



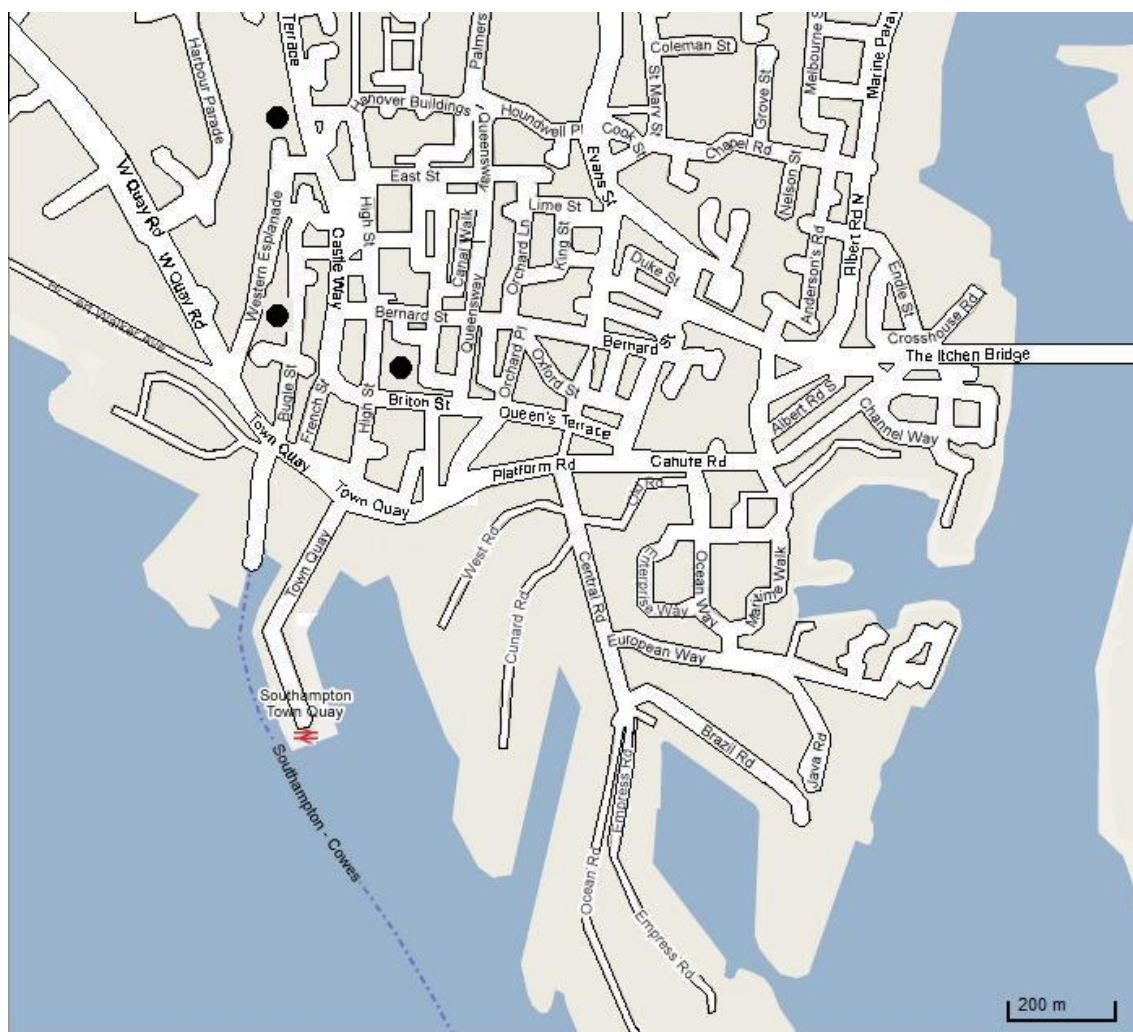
Taça (OCP-10). Fragmento correspondendo a porção do bordo e do corpo. O bordo é extrovertido com lábio de perfil semicircular e o corpo era hemisférico. Foi fabricada com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente mas pouco brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O bordo encontra-se demarcado interiormente por duas linhas concêntricas, paralela, a partir da qual se desenvolve decoração com a temática das “rendas”. A parte superior do bordo foi decorada por séries de traços curtos e oblíquos. Mede 0,141 de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



Prato (OCP-5). Fragmento contendo porção do bordo, corpo e fundo. O bordo apresenta lábio de perfil semicircular. O corpo é troncocónico, com pequena carena interna, assente em ônfalo. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor rosada (10R 6/6) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente mas pouco brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo foi preenchido com espiral no exterior da qual foi desenhada linha ondulada. O interior do bordo foi demarcado por linha concêntrica a partir da qual surge decoração com a temática das “rendas”. Mede 0,040 m de altura, 0,185 m de diâmetro no bordo e 0,052 m de diâmetro no fundo. A espessura média das paredes é de 0,005 m.



II.1.14. Southampton



Mapa de Southampton com a localização dos arqueossítios.

A cidade encontra-se localizada no sul de Inglaterra, próximo do Canal da Mancha e do continente, pelo que a sua imediação fez com que tivesse relações privilegiadas, sobretudo com a França.

Um importante assentamento saxão, denominado Hamwic, conhece diversos ataques Vikings no século IX, que quase a destroem, contribuindo para o seu declínio. Contudo, no século seguinte, surge uma já bem fortificada aldeia que se irá transformar na Southampton medieval. Após a conquista normanda no século XII, a cidade tornou-se num importante entreposto entre o sudoeste e Londres. Estabeleceu-se um comércio com a França, importando sobretudo vinho e exportando lã (Rance, 1986). Por esta altura alguns mercadores franceses estabeleceram-se entre a French Street e Bugle Street, evidência recolhida do Domesday Book. A população inglesa vivia na English

Street, mais tarde adquirindo o nome de High Street que, no século XVI, vai ser um dos principais locais onde os negociantes vão colocar as suas casas, algumas delas ainda hoje sobrevivendo (Rance, 1986).



Bargate, uma das mais conhecidas entradas da cidade (foto D. Brown).

A principal exportação daquela cidade foi a lã e a principal importação o vinho, de França ou da Península Ibérica. A cidade cresce devido ao comércio com a Europa, chegando a realizar uma feira anual e alguns mercados semanais durante o ano. Após a Guerra dos Cem Anos o comércio com os portos franceses floresce. Este crescimento comercial estimulou a indústria da construção naval. No final da Idade Média, o porto desenvolve igualmente relações comerciais com Itália. Troca lã por itens de luxo como especiarias ou seda (Sandell, 1980).

No entanto, a cidade decai nos inícios do século XVI, mantendo algum comércio com a Península Ibérica, mas não o suficiente para desenvolver um grande porto. A classe mercantil tinha importância na cidade, mas os seus negócios não chegavam tão longe como os de mercadores de Londres ou Bristol. Esta centúria é de algum declínio, contudo, recupera com a chegada de alguns fugitivos religiosos europeus, mas não conseguindo readquirir o seu esplendor comercial medieval. Ainda que tenha servido de porto de embarque dos primeiros peregrinos em direcção à Terra Nova, em 1623, os seus contactos comerciais com este continente foram limitados (Sandell, 1980).

Durante a Guerra Civil as tropas do Parlamento tomam a cidade. As tropas do rei ainda tentam reconquistá-la dois anos depois, mas não alcançam tal objectivo.

SOU105 – 61 - 64 High Street.

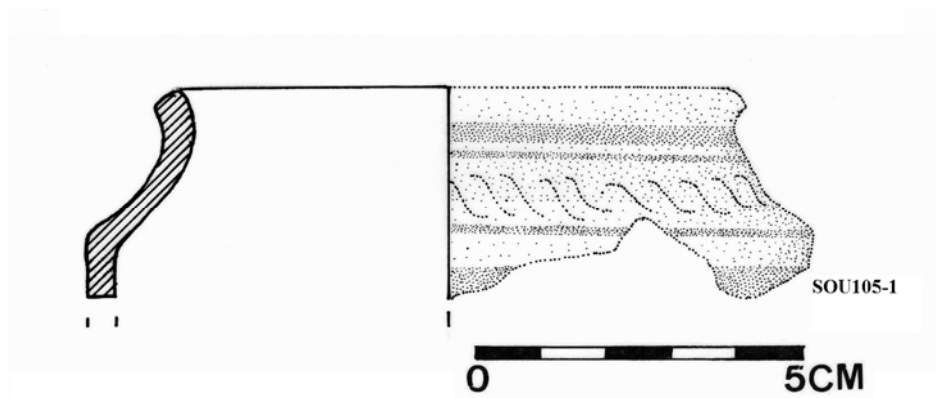
Na Baixa Idade Média, o local albergava algumas olarias e fornos, cujas zonas de despejo foram identificadas. Este complexo industrial foi destruído por enorme casa estruturada em pedra, construída em finais do século XVI e ocupada pelo menos durante dois séculos, revelando claramente a riqueza das pessoas que ali habitavam, por oposição às tradicionais casas de madeira, que albergavam a população de condição mais baixa. Esta suposição encontra-se confirmada pela quantidade de cerâmica importada recolhida tal como produções ibéricas, italianas, francesas e holandesas.



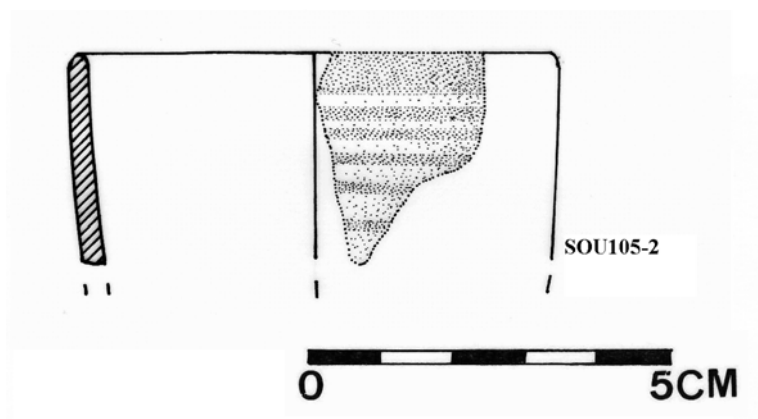
High Street em 1839, por G. F. Sargent (seg. Sandell, 1980).

Catálogo

Manga de farmácia (SOU105-1). Fragmento correspondendo a porção do bordo, algo biselado e do corpo, cilíndrico. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O bordo é demarcado por linha concêntrica após a qual surge conjunto de pequenos traços, sugerindo um “cordão”. Media 0,090 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



Pote (SOU105-2). Fragmento contendo porção do bordo, com lábio de perfil semicircular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Encontra-se decorado com uma sequência de linhas concêntricas.

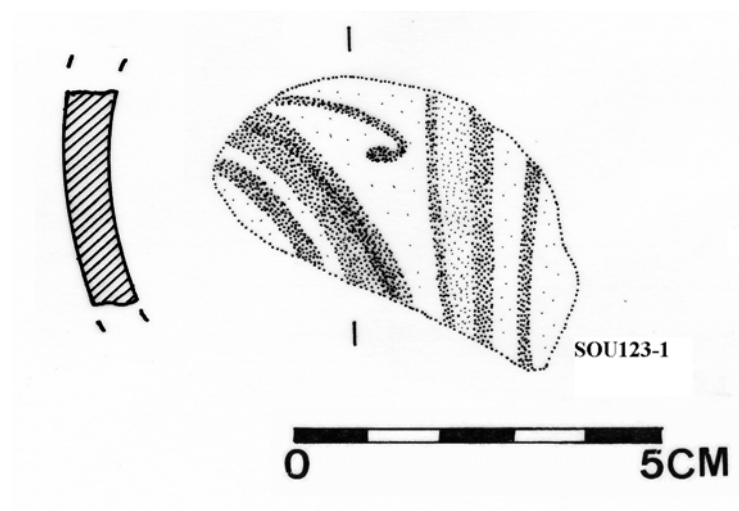


SOU123 – Upper Bugle Street

Durante o século XIV, são construídos dois edifícios, aparelhados em pedra, utilizados até inícios de seiscentos, sofrendo diversas remodelações. Encontravam-se associados a diversas fossas sépticas contendo os lixos domésticos ali produzidos. A enorme quantidade de cerâmica importada exumada, associada à localização do arqueossítio junto ao porto da cidade, levou à sugestão que aqueles edifícios possam ter sido utilizados como armazéns (Gutierrez, 2007). Nas escavações foram encontradas diversas peças em cerâmica comum, produzidas em Portugal, possivelmente apenas rivalizando em quantidade com o espólio exumado na intervenção arqueológica de Castle Steet, em Plymouth (Gutierrez, 2007). No seio dessas centenas de fragmentos apenas foi recuperada parte do bojo de garrafa em Faiança Portuguesa.

Catálogo

Garrafa (SOU123-1). Fragmento contendo porção de parede. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Apresenta vestígios de decoração vegetalista. A espessura média das paredes é de 0,005.

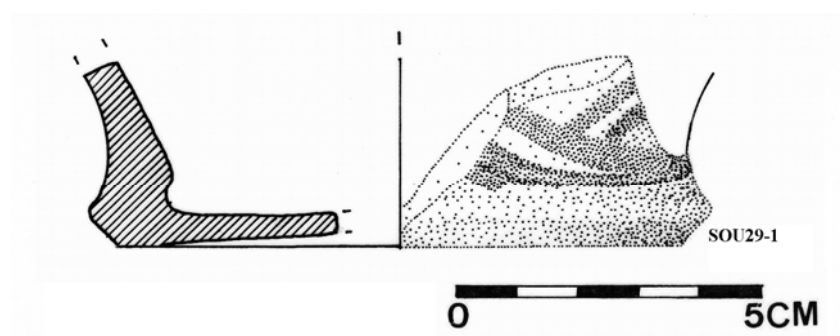


SOU29 – Madisson Street.

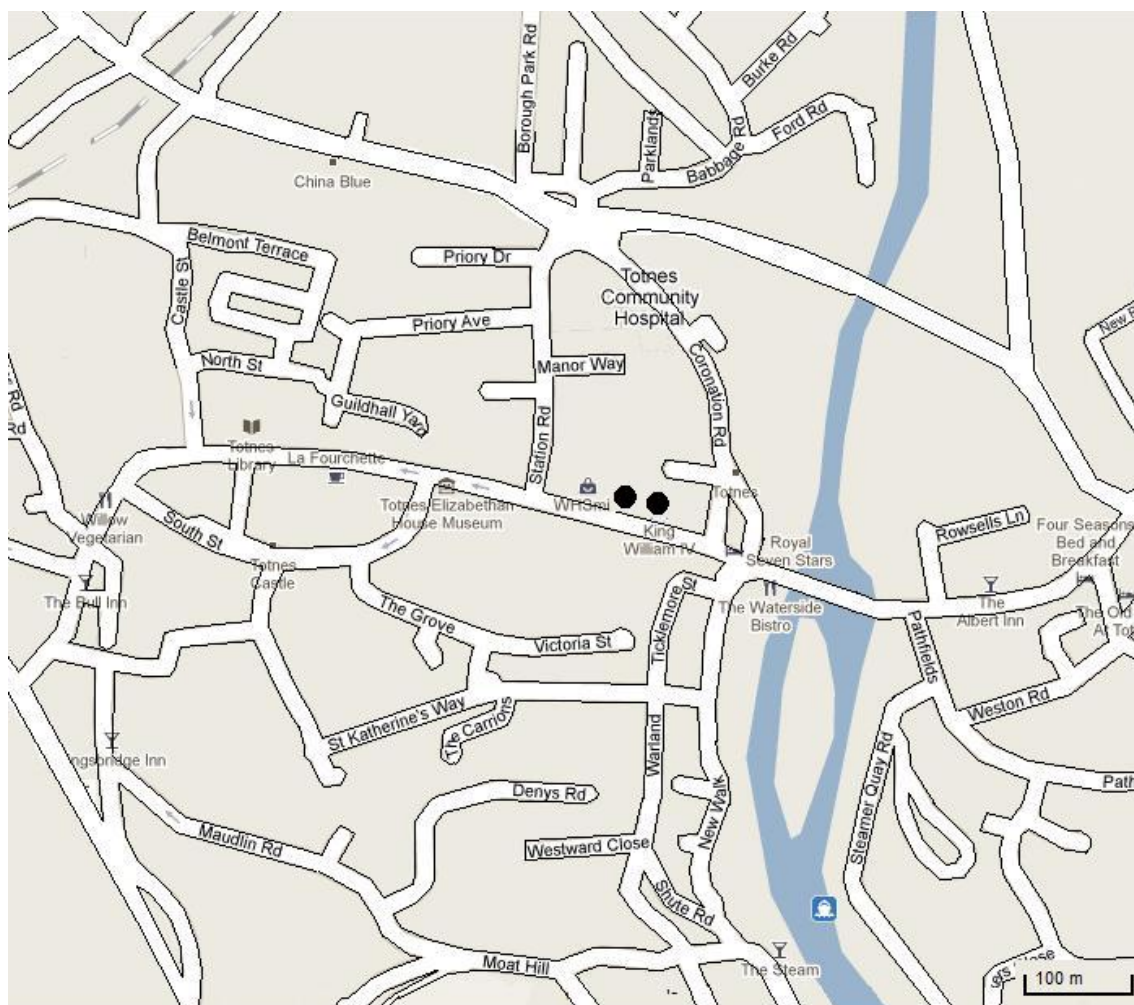
Localizada encostada à muralha da cidade, a intervenção nesta rua remonta a 1980 e consistiu numa única sondagem, de grandes dimensões. Ainda que se tenham identificado diversas estruturas medievais, a partir de finais do século XV, o local passou a ser utilizado como zona de despejos dos lixos domésticos das residências no noroeste da cidade, com a abertura de diversas fossas sépticas (Brown, 2002). Tal como em Upper Bugle Street, apenas um fragmento de garrafa foi recuperado, desta vez correspondendo ao fundo. A cultura material associada revelou a existência de diversas peças produzidas localmente e importações italianas e francesas, datando o contexto de meados do século XVII.

Catálogo

Garrafa (SOU29-1). Fragmento contendo porção do fundo, plano com pequena carena. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Apresenta vestígios de decoração a junto ao fundo. Média 0,092 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005.



II.1.15. Totnes



Mapa de Totnes com a localização dos arqueossítios.

A primeira referência escrita a esta cidade remonta a 907, quando King Edward the Elder fortificou a pequena povoação que ali existia. O sítio era importante, pois localizava-se num importante eixo comercial. No século XII era já um importante mercado, situado numa das estradas mais importantes da região, conjugando o acesso naval com a rápida chegada ao interior do território. Em 1206 recebe a sua primeira carta de direitos, que lhe concedeu individualidade (Kowaleski, 1992).

Em 1523, de acordo com a taxa de impostos, Totnes era a segunda cidade mais rica de Devon, a seguir a Exeter e a sexta na Inglaterra. A riqueza provinha da exportação de lã, produzida na zona rural, e da exploração de estanho (Kowaleski, 1992).

A rua mais importante trata-se claramente da Fore Street onde habitariam os membros mais influentes da comunidade, bem como onde se situariam as lojas mais interessantes. A maior parte dos edifícios ali presentes foi edificado nos séculos XVI e XVII. De facto, existem 66 casas em Totnes anteriores a 1700, algo raro numa cidade inglesa (Hoskins, 1956).

Durante a Guerra Civil a cidade apoiou as tropas do Parlamento que ali chegaram em 1646, ainda que não proporcionando quaisquer batalhas (Andriette, 1971).

FST – 39, Fore Street.

Totnes é uma das cidades do sudoeste inglês que melhor preservou o seu centro histórico, sobretudo nas ruas principais como a Fore Street, onde construções em madeira dos século XVI e XVII, ainda hoje mostram todos os detalhes da sua arquitectura.

O número 39 não é excepção e apresenta casa de três andares, possivelmente ocupada por mercador abastado, pois encontramos na zona comercial da cidade moderna.

Durante obras de remodelação do edifício e abertura de cave, escavações arqueológicas foram ali realizadas. A estrutura manteve-se até aos dias de hoje e os materiais recolhidos revelaram um rico espólio com diversas cerâmicas e vidros importados da Europa, no seio do qual se recolheu peça em Faiança Portuguesa entre achados espanhóis, holandeses, alemães, italianos e franceses. O contexto foi datado entre 1610 e 1630 (Griffiths e Griffiths, 1984).

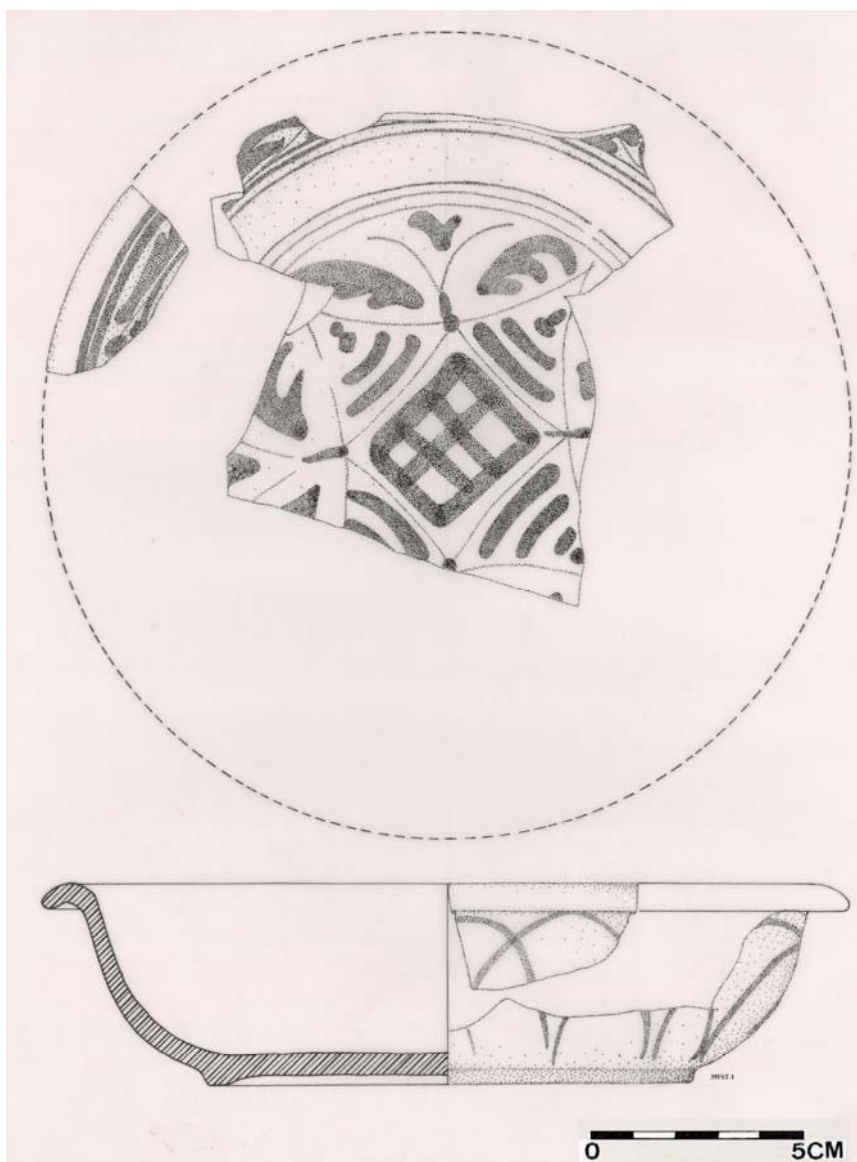


Vista da Fore Street com o número 39 do lado esquerdo (foto Totnes Museum).

Catálogo

Taça (39FST-1). Fragmentos correspondendo a porção do bordo, corpo e fundo. O bordo é extrovertido e o corpo globular. O fundo é plano, assentando em pé baixo e anelar. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam

núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo foi preenchido com composição geométrica e fitomórfica, bastante estilizada. O interior da aba está preenchido com representações vegetalistas de flores e pétalas. Na superfície exterior observam-se pinceladas na cor azul de cobalto. Mede 0,188 m de diâmetro no bordo, 0,112 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



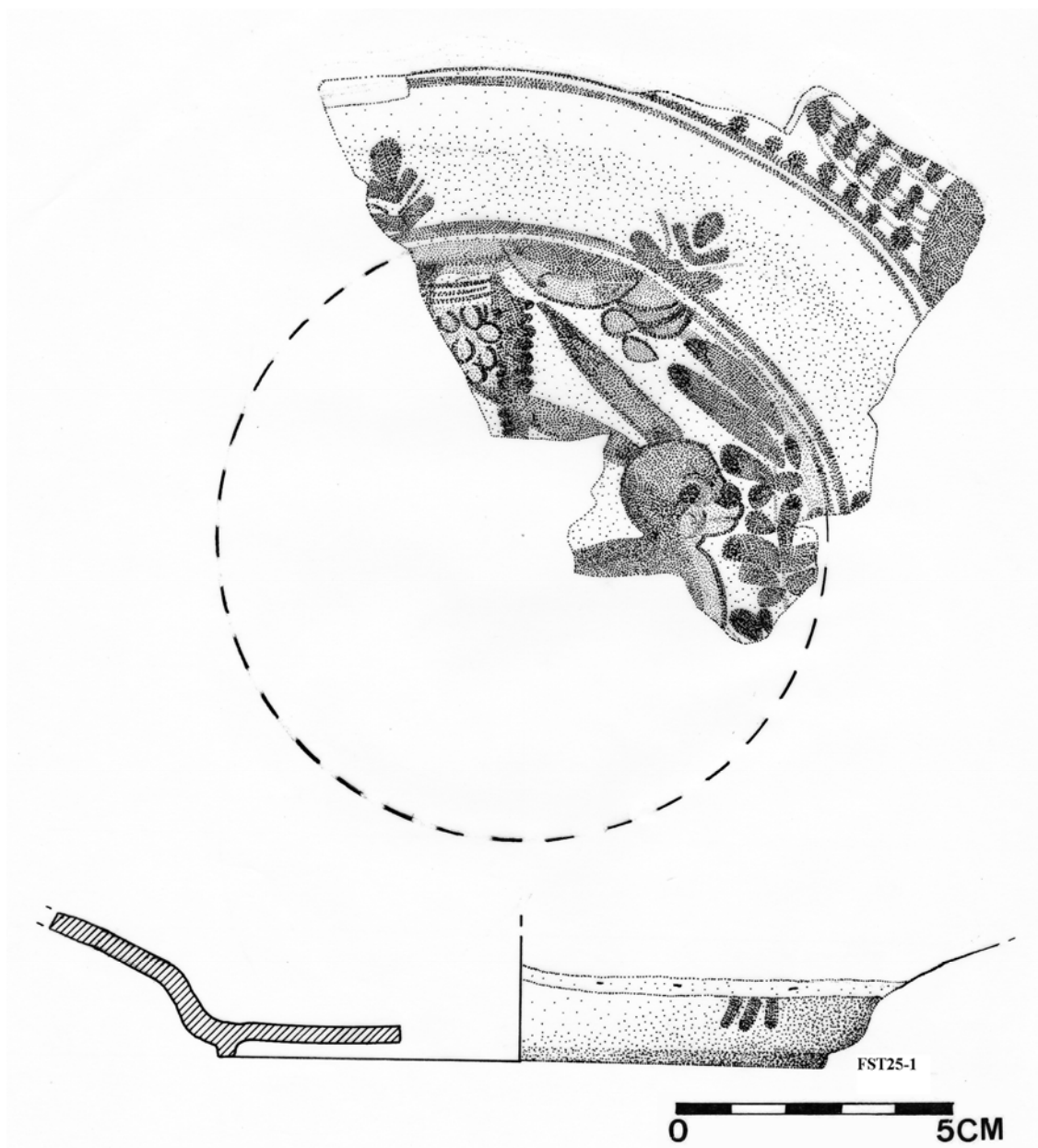
FST – 25, Fore Street

Tal como ocorreu no número 39, também o número 25 foi alvo de intervenção arqueológica, com o intuito de construir uma cave. Foram identificados estratos correspondentes aos séculos XVI, XVII e XVIII. O século XIX assistiu à colocação de um pavimento que se manteve até à actualidade.

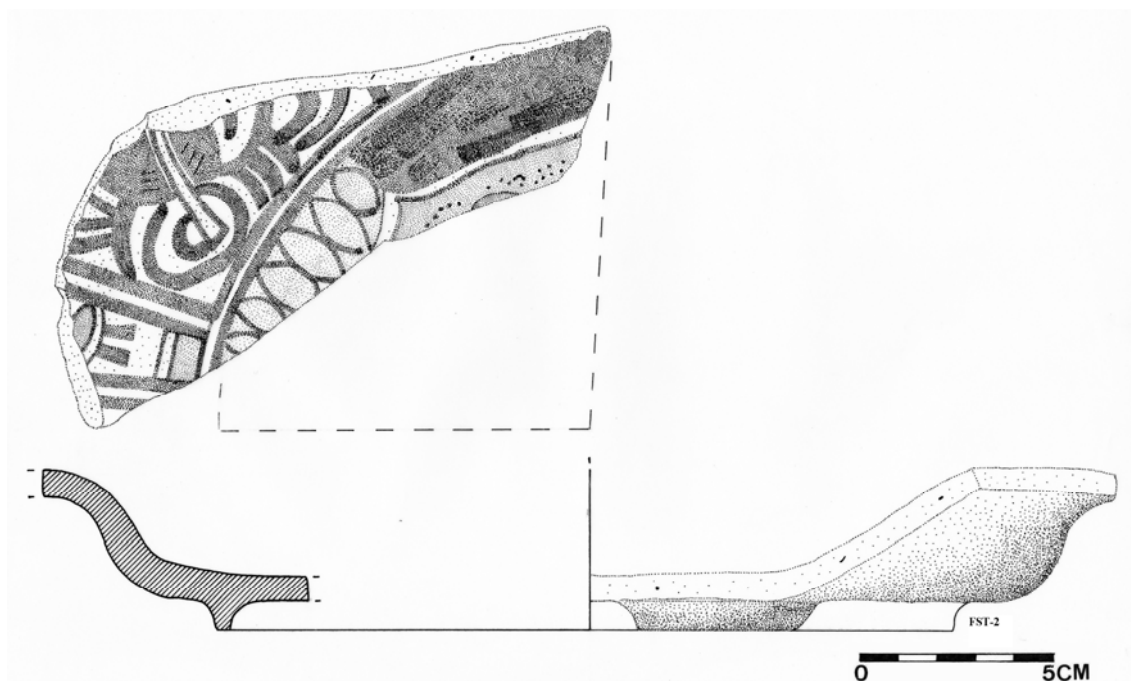
Na estratigrafia referente ao século XVII não foram identificadas quaisquer estruturas, pelo que se supõe que a arquitectura da casa se tenha mantido desde a sua construção, em meados de quinhentos. As faianças recuperadas estão inseridas em estrato datado entre 1630 e 1660, confirmado pela recolha de produções locais e importações ibéricas e italianas, acompanhadas de diversos numismas de Carlos I (Langham, 2006).

Catálogo

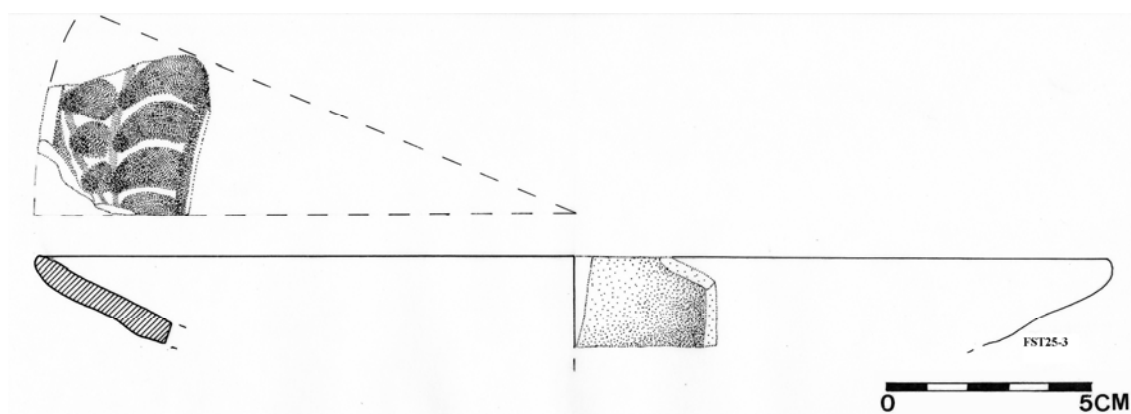
Prato (25FST-1). Fragmentos correspondendo a porção do fundo e do corpo. Tinha forma subtruncocónica com aba oblíqua. O fundo é plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo foi preenchido com composição onde se destaca, ao centro, a representação de lebre, ladeado por motivos vegetalistas. O interior da aba está preenchido com representações vegetalistas de flores e pétalas. Na superfície exterior observam-se os restos de três pinceladas na cor azul de cobalto. Mede 0,110 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.



Prato (25FST-2). Fragmento contendo porção do fundo e do corpo. Tinha forma subtruncocónica com aba oblíqua. O fundo é plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba está subdividido em cartelas, onde intercalavam composições com grandes folhas, ditas de “aranhões”, com outras cuja decoração desconhecemos. Entre as cartelas referidas observam-se laços. Mede 0,191 m de diâmetro no pé e a espessura média das paredes é de 0,007 m.

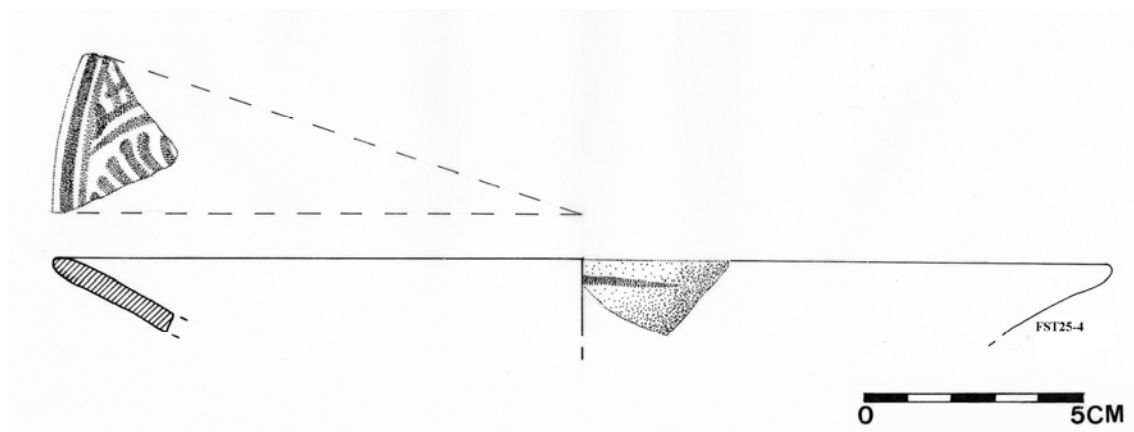


Prato (25FST-3). Fragmento correspondendo a porção do bordo com lábio de perfil semicircular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. A superfície interior da aba apresenta decoração de temática vegetalista. Media 0,262 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.

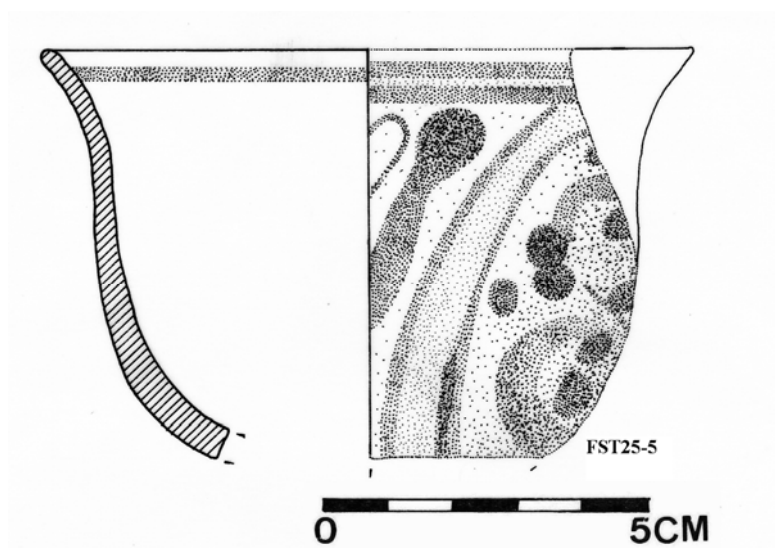


Prato (25FST-4). Fragmento correspondendo a porção do bordo com lábio de perfil semicircular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. A

superfície interior da aba apresenta decoração de temática vegetalista. Medida 0,241 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.

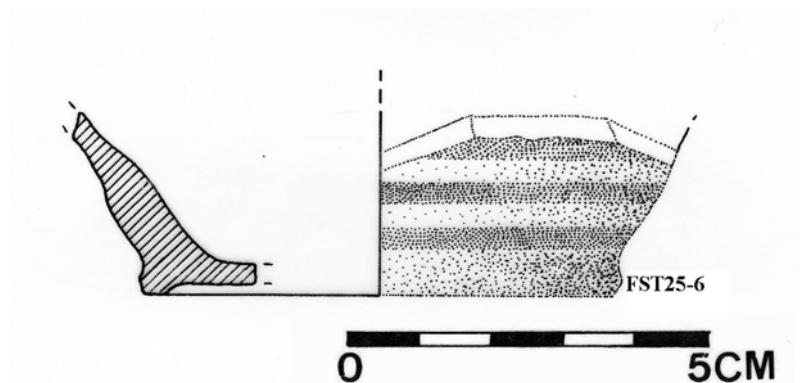


Taça (25FST-5) – Fragmento correspondendo a porção do bordo e corpo. O bordo é extrovertido, com lábio de perfil semicircular e o corpo hemisférico. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O bordo encontra-se demarcado por duas linhas concêntricas, paralelas, a partir das quais se desenvolve densa decoração vegetalista. Mede 0,101 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005.

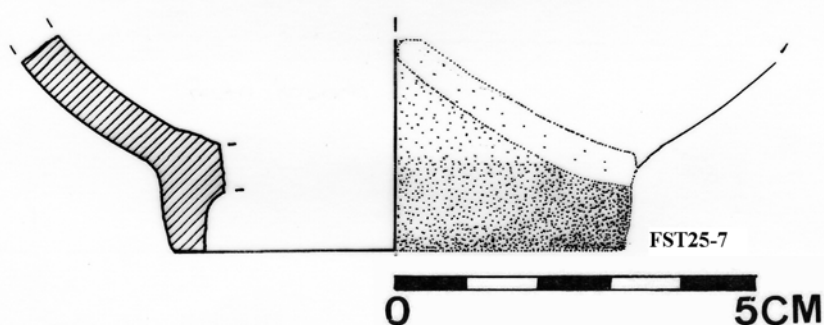


Pote (25FST-6). Fragmento contendo porção do fundo, plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam

núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. Encontra-se decorado com três linhas concêntricas. Mede 0,066 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



Taça (25FST-7). Fragmento contendo porção do fundo, plano, assente em pé anelar. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor rosada (10 R 6/6) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme. Não apresenta decoração. Mede 0,066 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



DTHL – Dartington Hall.

Palácio rural edificado em finais do século XIV pertenceu à família real até 1559, quando foi adquirida por Sir Arthur Champernowne, chefe de uma rica e influente família de Devon, tendo ficado na posse destes até ao século XX, quando foi comprada por Leonard e Dorothy Elmhirst (Books, 2010). Em 1962, algumas escavações arqueológicas foram levadas a cabo nos jardins da propriedade. Ainda que não revelando nenhuma estrutura, foram descobertas lixeiras medievais e modernas pertencentes à casa, nas quais um fragmento de prato em Faiança Portuguesa foi recuperado, datado entre 1630 e 1650 (Hurst, 1985).

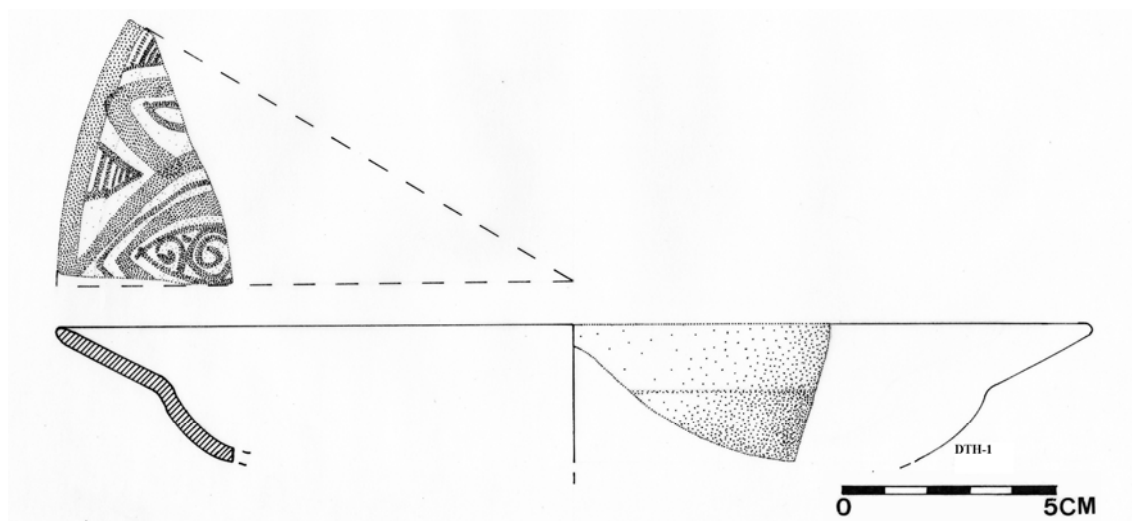


Dartington Hall na actualidade (foto John Allan).

Catálogo

Prato (DTH-1). Fragmento correspondendo a porção do bordo e corpo. Teria forma subtruncocónica e lábio de perfil semicircular. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontra-se demarcado por linha concêntrica. A superfície interior apresenta decoração de temática geométrica onde, inseridas em

pequenas cartelas de forma subtriangular, se encontram pequenas espirais. Media 0,252 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.



BPC – Berry Pomeroy Castle

A existência de um castelo naquela área remonta ao século XIII quando as terras foram doadas a Ralph Pomeroy por William the Conqueror, como recompensa pela lealdade do primeiro durante a invasão normanda. Manteve-se a casa nas mãos da família Pomeroy até 1547, quando foi adquirido por Edward Seymour, Lord Protector e irmão de Jane Seymour, terceira mulher de Henrique VIII (Brown, 1997).

Mesmo com a morte de Edward em 1552, o castelo manteve-se na família Seymour até 1688, quando foi desocupado, permitindo a sua ruína. No entanto a família manteve-o como sua propriedade até inícios do século XIX. Em 1977 foi adquirido pela English Heritage que o restaurou e preservou até hoje (Brown, 1997).



Vista das ruínas do Berry Pomeroy Castle em 1831, por J. R. Davies (seg. Brown, 1997).

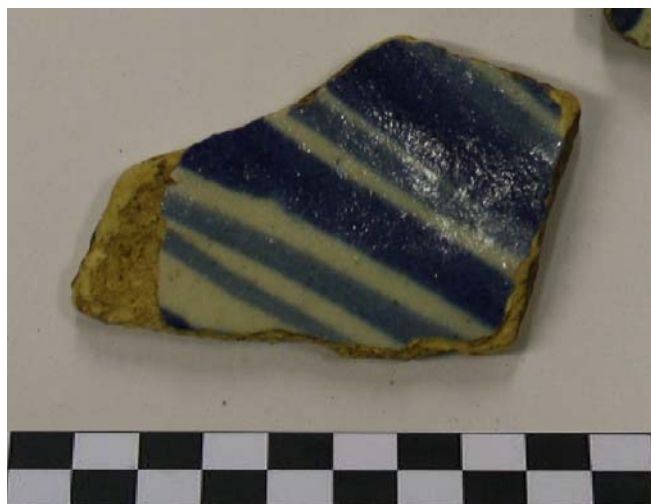
No entanto, ainda que as terras tenham sido propriedades dos Pomeroy desde a Idade Média, o primeiro documento a falar desta estrutura em nome daquela família remonta apenas ao século XVI. A existir, é provável que a estrutura medieval fosse algo afastada da actual, pois a intervenção arqueológica nos jardins da casa não ofereceu nenhuma evidência de cerâmica medieval, tendo todos os fragmentos sido datados apenas a partir de finais de quatrocentos (Brown, 1996).

A intervenção arqueológica ocorreu nos jardins da casa, durante obras de reabilitação. Foram recolhidos alguns fragmentos de cerâmicas portuguesas, acompanhadas por diversas porcelanas chinesas mas, estranhamente, reduzida

quantidade de majólica italiana, o que não é comum em arqueossítios de Devon. O contexto, certamente de despejos, foi datado entre 1640 e 1650.

Catálogo

Prato (BPC-1). Fragmento de parede. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/1) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Apresenta vestígios de decoração vegetalista. A espessura média das paredes é de 0,004 m.



II.2 IRLANDA

II.2.1. Carrickfergus



Mapa de Carrickfergus com a localização dos arqueossítios.

A cidade localiza-se no lado norte do golfo de Belfast e existem notícias de uma comunidade humana ali localizada desde o século VI. Em 1169, Henry II mandou Richard Clarke ajudar o rei de Leinster e o assentamento normando na Irlanda teve o seu início. Oito anos depois, John de Corcy, cavaleiro normando, invadiu o Ulster fixando o seu castelo em Carrickfergus, construído em 1180 e excepcionalmente preservado. Em 1205, o castelo é conquistado por Hugh de Lacy, que terminou a sua construção, tendo ainda estabelecido a Igreja de St. Nicholas (O'Sullivan e Breen, 2007).

O clero sempre teve importância na história da cidade. A Igreja de St Nicholas foi construída em 1182. A cidade teve ainda outras ocupações, nomeadamente, em 1210, pelo King John, em 1315 por Edward de Bruce, sofrendo grandes destruições aquando destas batalhas (O'Sullivan e Breen, 2007).



Castelo de Carrickfergus, em inícios do século XX (seg. O'Boaill, 2007).

Ainda que Belfast seja a capital da Irlanda do Norte e a maior cidade actualmente, Carrickfergus precede cronologicamente em importância aquela outra urbe. O próprio golfo de Belfast foi, até finais do século XVII, identificado como baía de Carrickfergus. As muralhas da cidade foram apenas construídas a partir de finais do século XVI.

Em 1597 a cidade e os seus arredores são palco da Batalha de Carrickfergus, inserida na Guerra dos Nove Anos, que opôs as forças leais de Isabel I aos chefes irlandeses. No entanto, nesse ano, a cidade estava no poder dos escoceses do Clã MacDonell, que haviam morto John Chichester, o governador da cidade e derrotaram os ingleses. Nos anos seguintes constrói-se uma nova linha de muralhas e restaura-se a igreja de St. Nicholas, obras incentivadas por Artur Chichester, Lord Deputy entre 1605 e 1615 (O'Boaill, 2007).

Mas os ingleses ganharam a guerra e Isabel I determinou que todos os governadores de Carrickfergus deviam ser ingleses. Era uma ocupação importante, mas o salário apenas de 40 libras ao ano.

Em 1637, um relatório sobre os portos irlandeses declara Carrickfergus como o mais importante de Ulster. Nesse mesmo ano a cidade vendeu a Belfast os seus direitos alfandegários que iam desde Groomsport até Lame, perdendo a sua importância económica e política na província do Ulster. É então construído um castelo em Belfast, substituindo a importância económica e social de Carrickfergus (Smith e Dickson, 1981).

Durante a rebelião de 1641, a cidade albergou muitos protestantes foragidos.

O castelo aguentou vários dias de cerco em 1689 pelas forças de William of Orange, rendendo-se em 28 de Agosto. Os apoiantes de James II tinham-se ali refugiado. O próprio rei entrou na cidade em 1690 e tomou a coroa Inglesa na guerra contra James II (Smith e Dickson, 1981).

CF20 – Essex Street.

A escavação do antigo cinema da cidade, construído em 1970, teve como objectivo descobrir a muralha construída em finais do século XVI (c.1596) e respectivo fosso, desactivado aquando da sua remodelação em inícios da centúria seguinte (1608-1613), estruturas detectadas aquando da construção do edifício (O’Boaill, 1993).

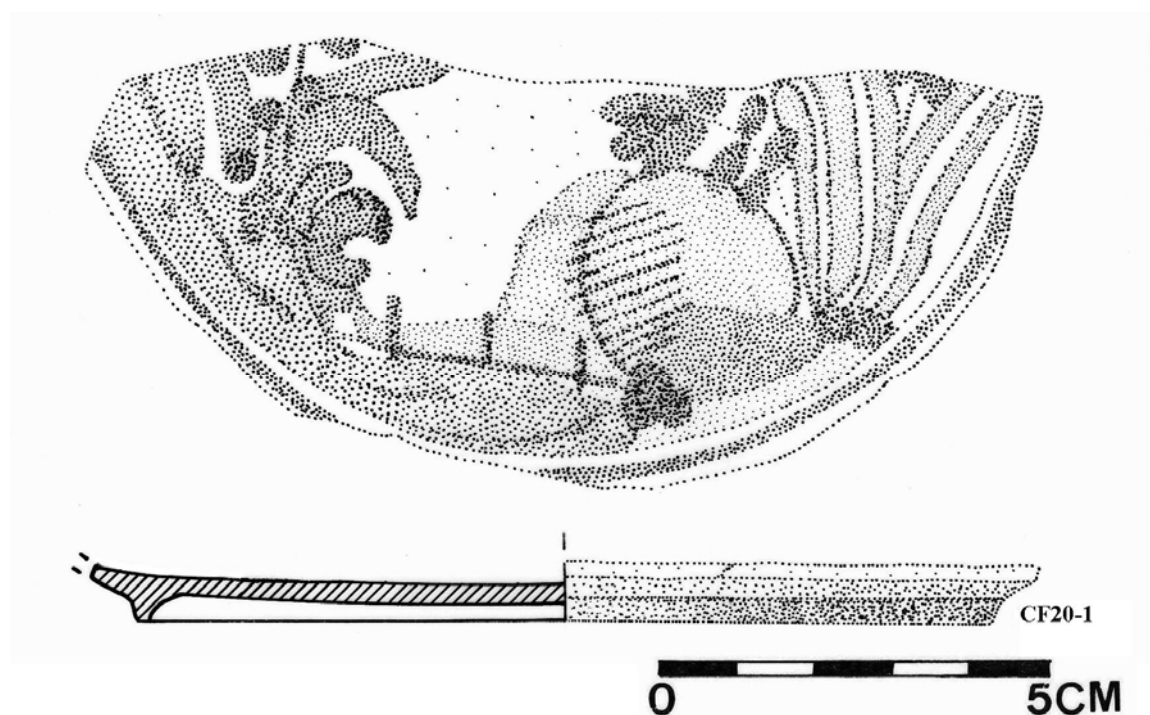


North Gate, uma das zonas preservadas da muralha do século XVI (seg. O’Boaill, 2007).

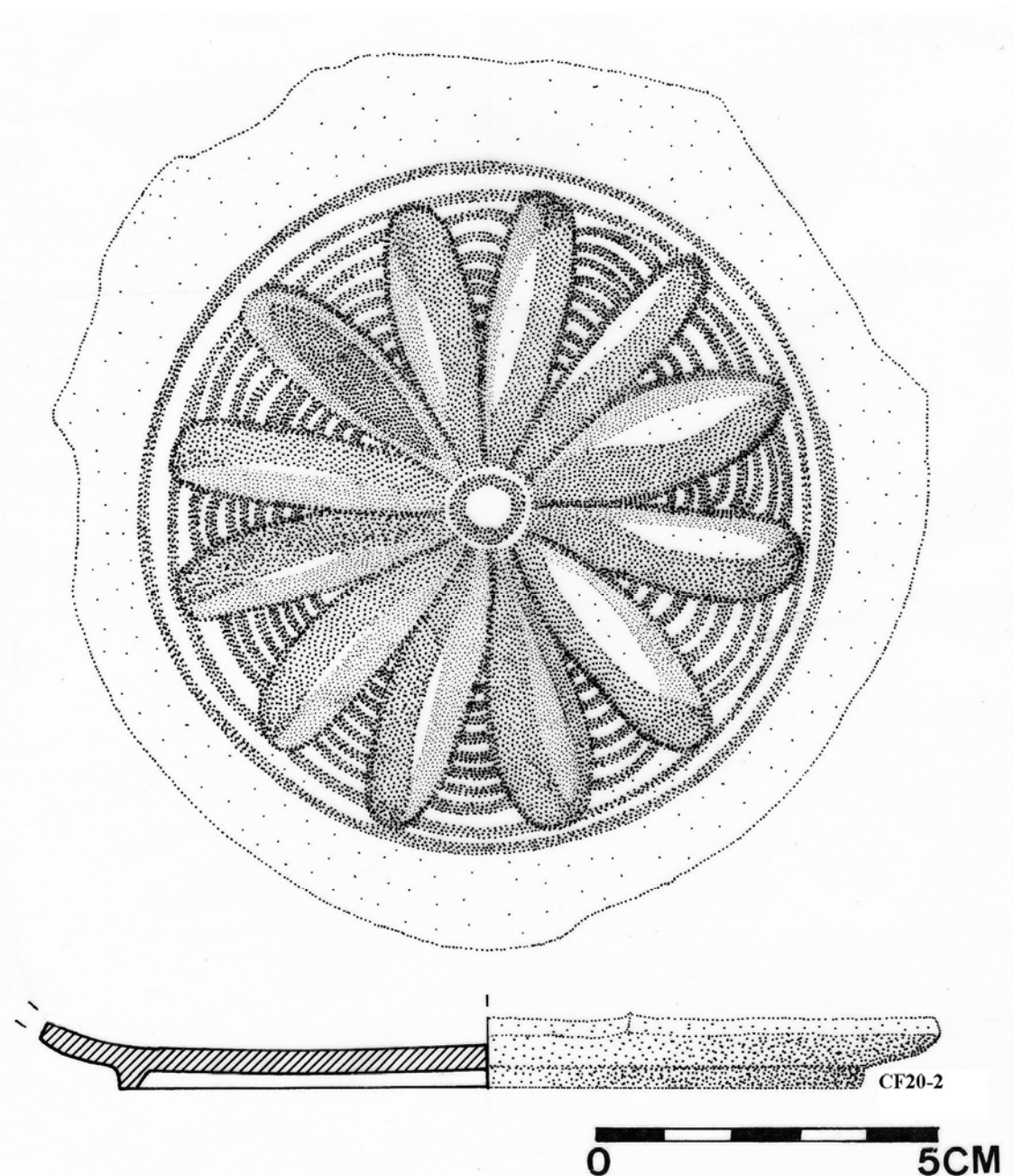
O enchimento do dito fosso revelou ser contemporâneo da alteração mencionada. No seio de centenas de fragmentos de cerâmica de fabrico local, inglesas, alemãs e francesas, foram recuperadas 211 peças em Faiança Portuguesa. No entanto, a muitas das quais, devido ao reduzido tamanho dos fragmentos, não foi possível atribuir forma, ou mesmo verificar se pertencem às peças já classificadas. A datação do local, para além da cronologia das cerâmicas, foi apurada através da análise dos numismas exumados, entre os quais, vinte e uma moedas correspondendo ao reinado de Elisabeth I e cunhadas entre 1602 e 1603. Salvaguardando uma margem de circulação de cerca de dez anos, este contexto arqueológico não pode ultrapassar o ano de 1613, pelo que as peças aqui recolhidas têm necessariamente de ser anteriores.

Catálogo

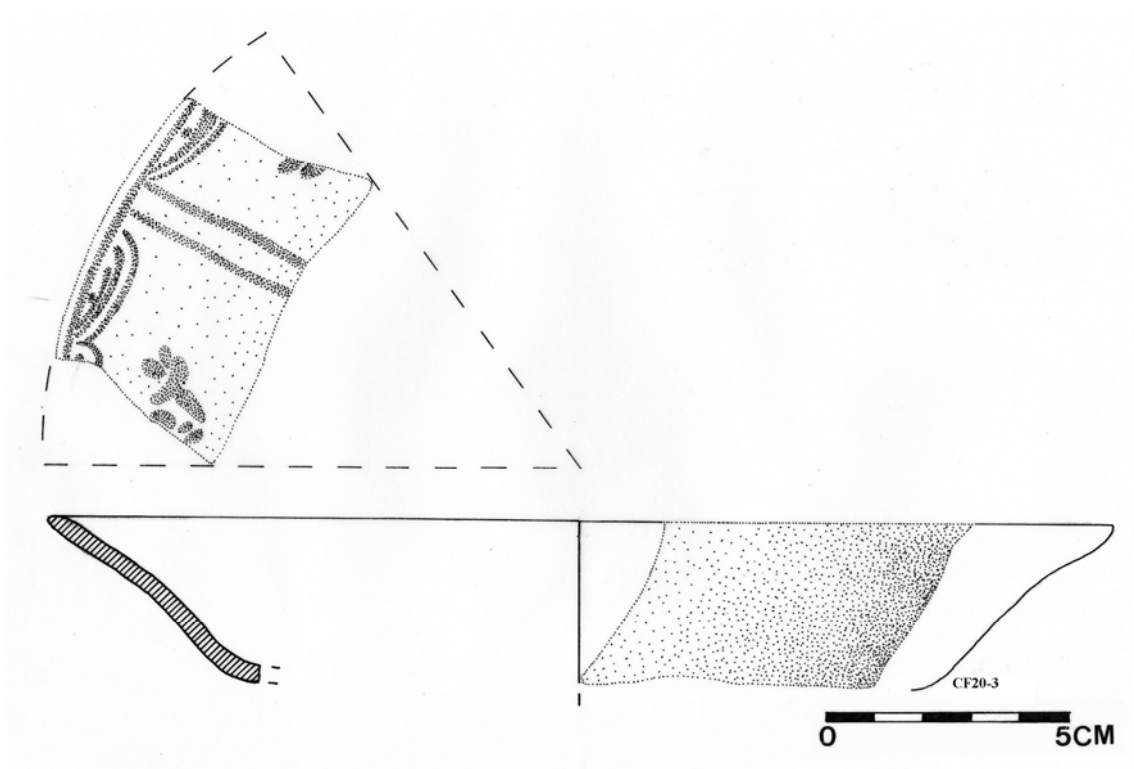
Prato (CF20-1). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano, assente em pé anelar. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo apresenta decoração com temática vegetalista com paisagem bucólica. Media 0,110 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,003 m.



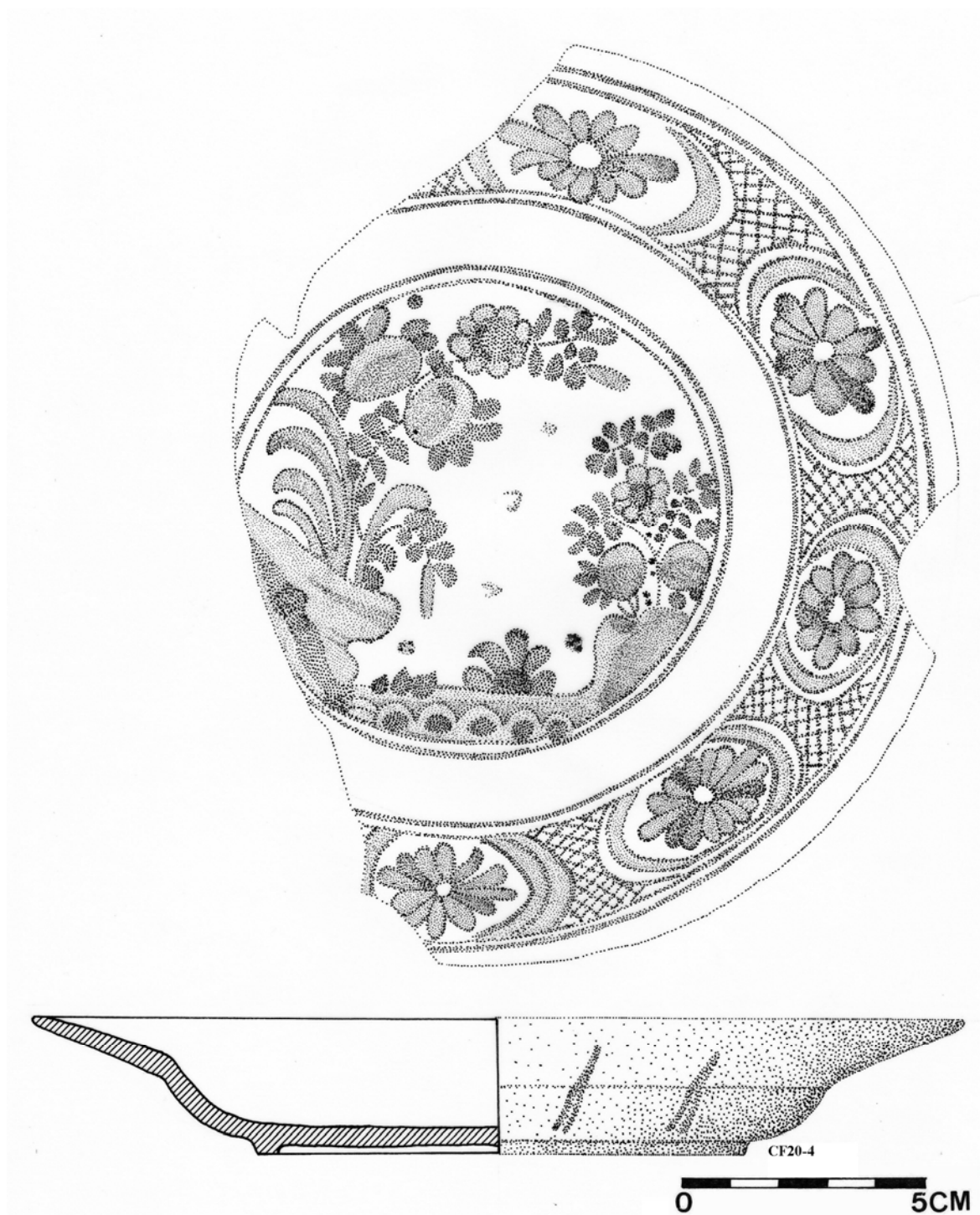
Prato (CF20-2). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano, assente em pé anelar. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo apresenta decoração com temática vegetalista onde se destaca grande composição floral. Mede 0,108 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.



Prato (CF20-3). Fragmento correspondendo a porção do bordo, extrovertido e com lábio de secção semicircular. O corpo é subtruncocónico. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O bordo foi demarcado com linha concêntrica junto da qual se desenvolvem grupos de três semicírculos. O interior das paredes mostra decoração com temática vegetalista. Media 0,218 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.

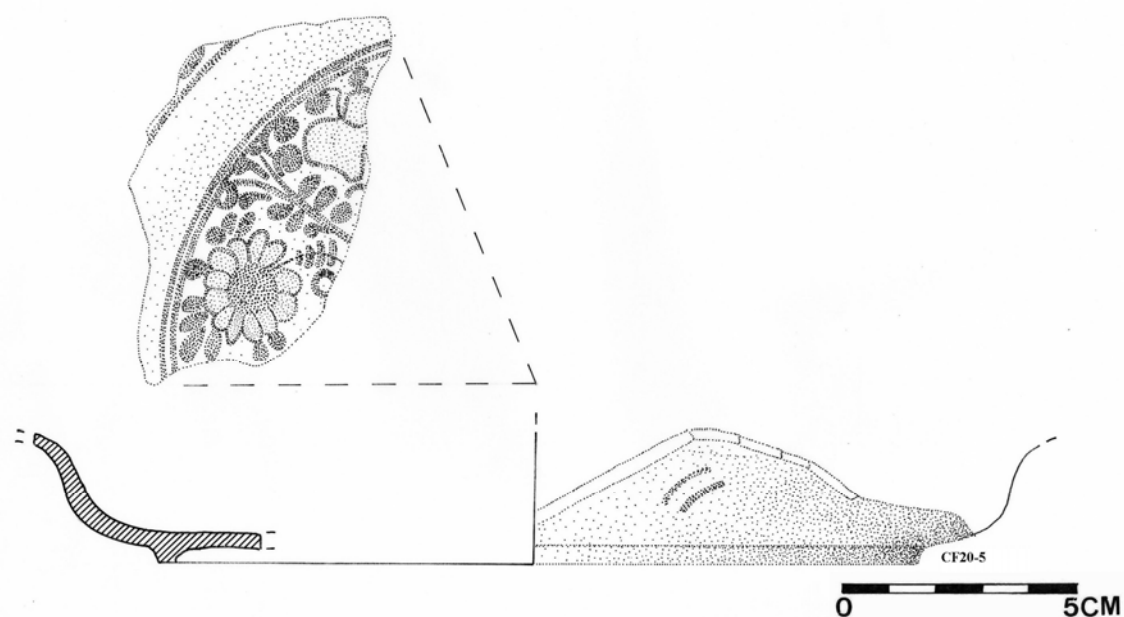


Prato (CF20-4). Quase completo. O bordo é extrovertido e com lábio de secção semicircular. O fundo é plano, assente em pé baixo e anelar. O corpo é subtruncocônico. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O bordo foi demarcado com duas linhas concêntricas. O interior da aba apresentaria oito cartelas, no interior das quais se desenvolve decoração de temática vegetalista representando flores e pétalas. O espaço entre aquelas cartelas foi preenchido com reticulado. O interior do fundo encontra-se demarcado por linha concêntrica dentro da qual se desenvolve paisagem Media 0,000 de altura, 0,000 m de diâmetro no bordo, 0,000 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.

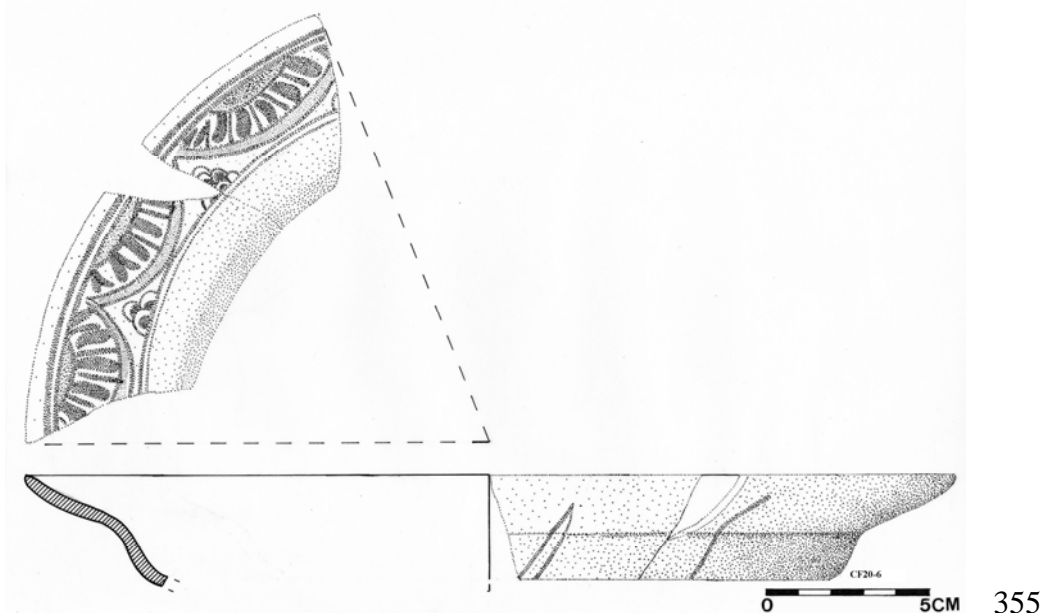


Prato (CF20-5). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano, assente em pé baixo e anelar. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo foi demarcado com duas linhas concêntricas, paralelas, dentro das

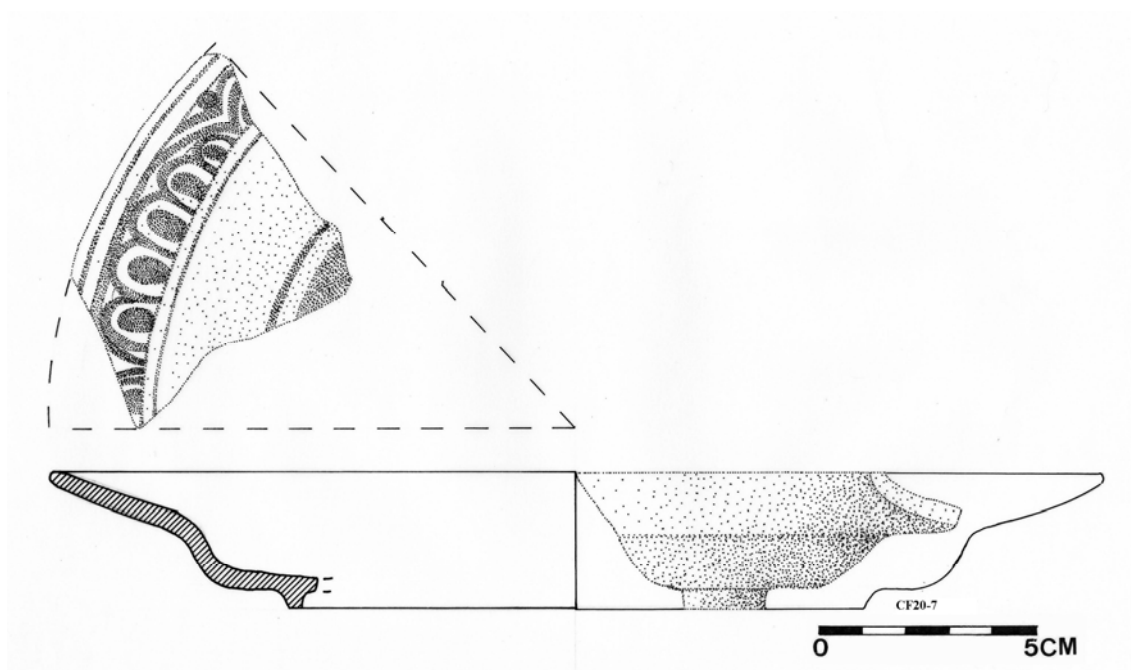
quais se desenvolve decoração vegetalista com flores e folhas. Media 0,161 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.



Prato (CF20-6). Fragmento correspondendo a porção do bordo, extrovertido e com lábio de secção semicircular. O corpo é subtruncocônico. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O bordo foi demarcado com duas linhas concêntricas, paralelas. O interior da aba apresenta decoração que, de alguma forma, se assemelha à temática das “rendas”. Entre cada daqueles elementos forma colocados conjuntos de três contas. Media 0,284 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.

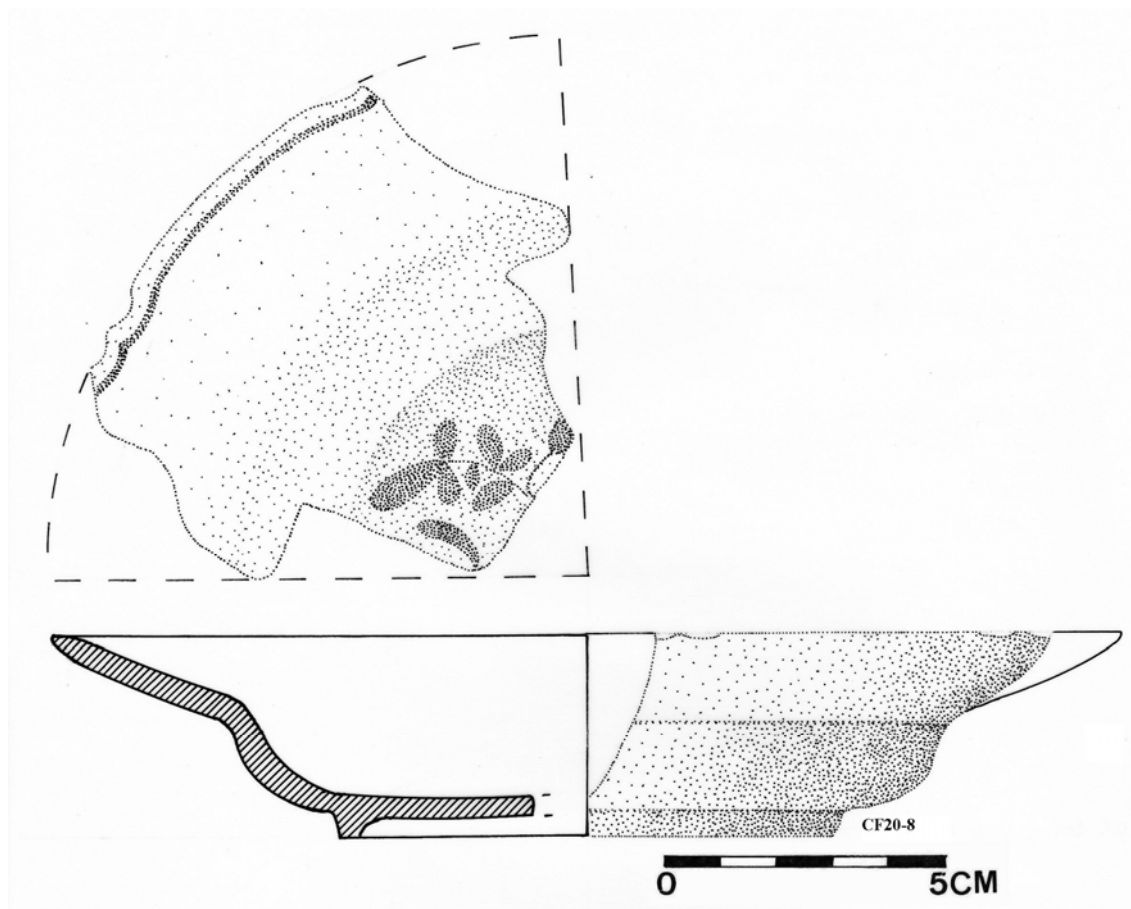


Prato (CF20-7). Fragmento correspondendo a porção do bordo, corpo e fundo. O bordo era extrovertido, com lábio de secção semicircular. O fundo seria plano, assente em pé anelar. O corpo apresenta forma subtruncocónica. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O bordo foi demarcado com duas linhas concêntricas, paralelas. O interior da aba apresenta dividida em cartelas semicirculares no interior das quais se desenvolvem conjuntos de cinco elementos subovais com o interior parcialmente preenchido na cor azul de cobalto. Entre cada cartela foi desenhado pequeno ponto. Media 0,031 m de altura, 0,242 m de diâmetro no bordo, 0,133 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.

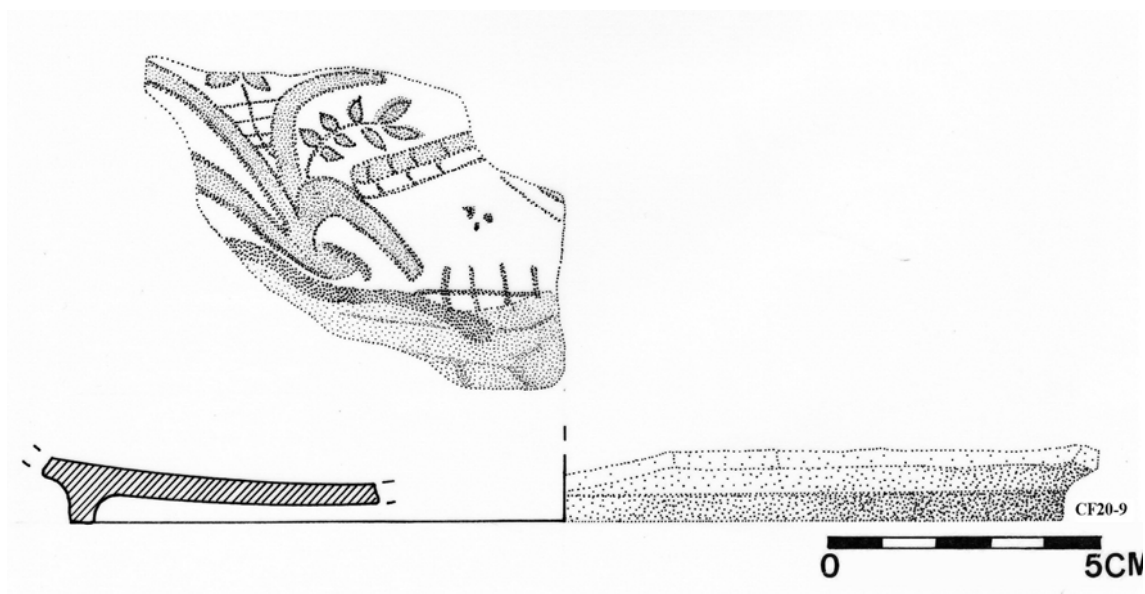


Prato (CF20-8). Fragmento correspondendo a porção do bordo, corpo e fundo. O bordo era extrovertido, recortado, com lábio de secção semicircular. O fundo seria plano, assente em pé anelar. O corpo apresenta forma subtruncocónica. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O bordo foi demarcado com linha concêntrica. O

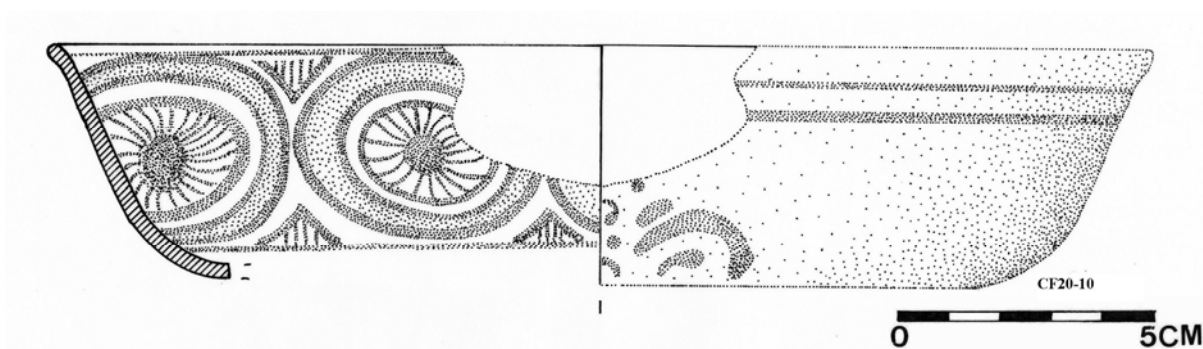
interior do fundo apresenta decoração com temática vegetalista onde se observam folhas. Media 0,036 m de altura, 0,192 m de diâmetro no bordo, 0,088 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



Prato (CF20-9). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano, assente em pé anelar. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo apresenta decoração com paisagem bucólica onde se observa plantas e vestígios de cerca. Media 0,182 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.

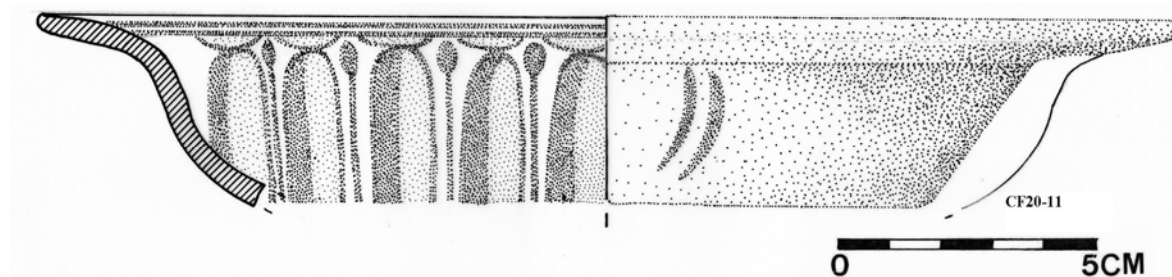


Prato (CF20-10). Fragmento correspondendo a porção do bordo e do corpo. O bordo é extrovertido, apresentado lábio de perfil semicircular. O corpo é hemisférico. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior das paredes apresenta decoração geométrica com diversos círculos. O interior daqueles encontra-se dividido em círculos de menores dimensões no interior dos quais foram pintadas linhas sugerindo interior de flores. As paredes exteriores mostram vestígios de pinceladas a azul de cobalto. Media 0,214 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.

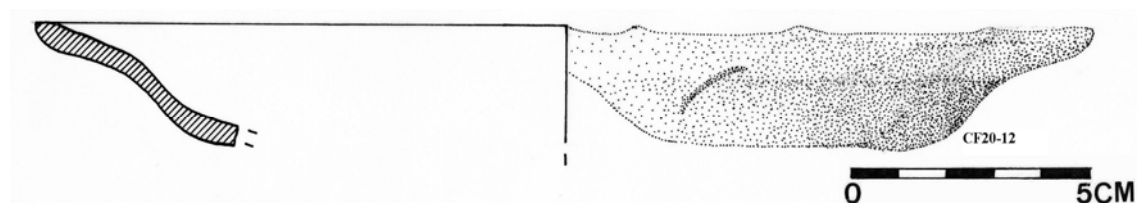


Taça (CF20-11). Fragmento correspondendo a porção do bordo e do corpo. O bordo é extrovertido, apresentado lábio de perfil semicircular. O corpo é hemisférico. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor

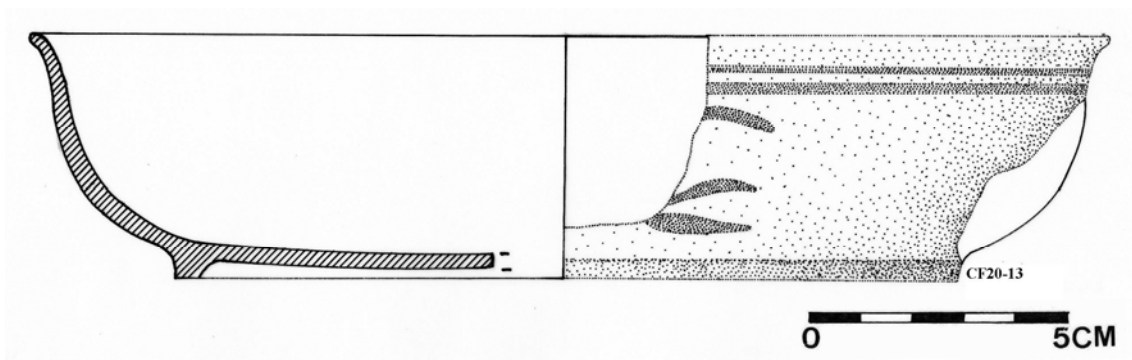
branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior das paredes apresenta decoração de temática vegetalista sugerindo pétalas. As paredes exteriores mostram vestígios de pinceladas a azul de cobalto. Media 0,222 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m



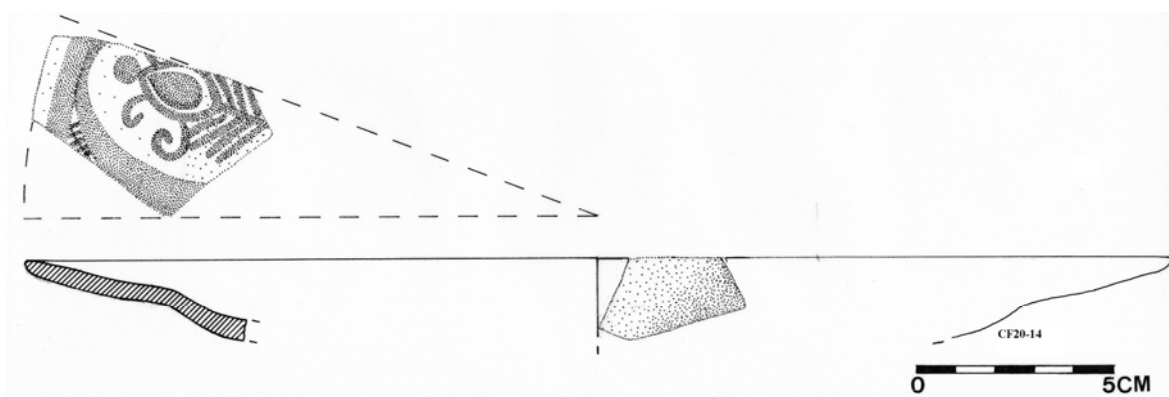
Prato (CF20-12). Fragmento correspondendo a porção do bordo e do corpo. O bordo é, recortado, extrovertido, apresentado lábio de perfil semicircular. O corpo mostra forma subtruncocônica. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. As paredes exteriores mostram vestígios de pinceladas a azul de cobalto. Media 0,224 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m



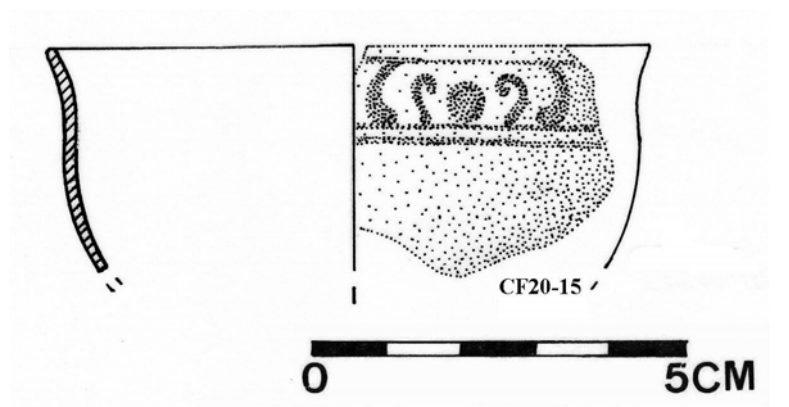
Taça (CF20-13). Fragmento correspondendo a porção do bordo, fundo e do corpo. O bordo é extrovertido, apresentado lábio de perfil semicircular. O fundo é plano, assente em pé, baixo e anelar. O corpo é hemisférico. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. As paredes exteriores mostram vestígios de pinceladas a azul de cobalto. O interior do fundo apresenta restos de decoração. Media 0,047 m de altura, 0,211 m de diâmetro no bordo, 0,152 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,004 m



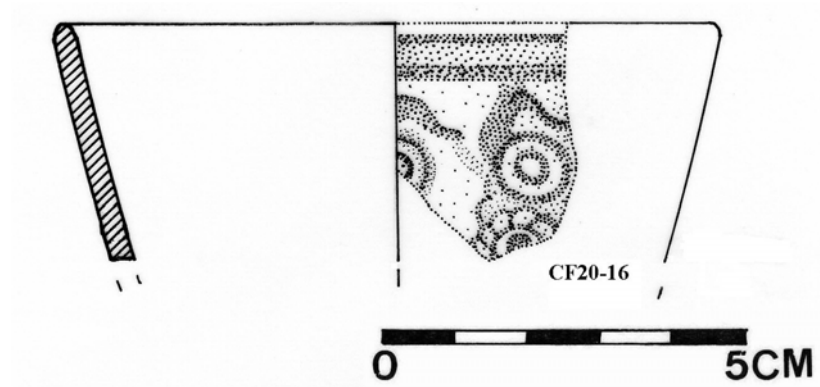
Prato (CF20-14). Fragmento correspondendo a porção do bordo, extrovertido, com lábio de perfil semicircular e corpo de forma subtruncocônica. O fundo é plano, assente em pé, baixo e anelar. O corpo é hemisférico. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba foi decorado com motivo vegetalista, inserido em cartela suboval. Media 0,291 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



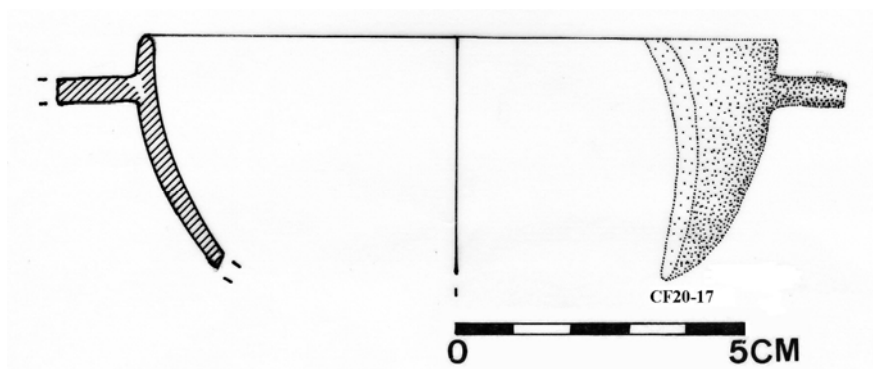
Taça (CF20-16). Fragmento correspondendo a porção do bordo, extrovertido, apresentado lábio de perfil semicircular e do corpo, hemisférico. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. As paredes exteriores apresentam decoração junto ao bordo. Media 0,080 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,002 m.



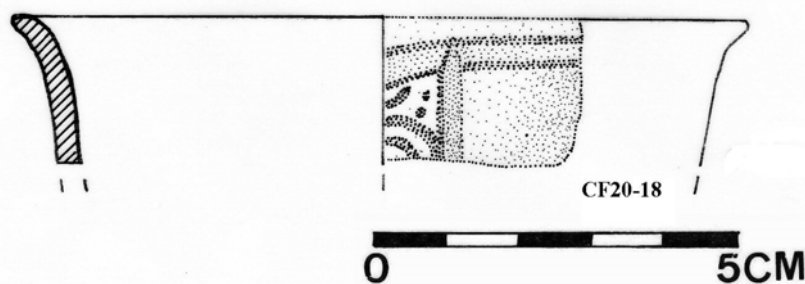
Taça (CF20-15). Fragmento correspondendo a porção do bordo com lábio de perfil semicircular e do corpo, troncocónico. Foi produzida com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. As paredes exteriores apresentam decoração vegetalista. Media 0,091 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.



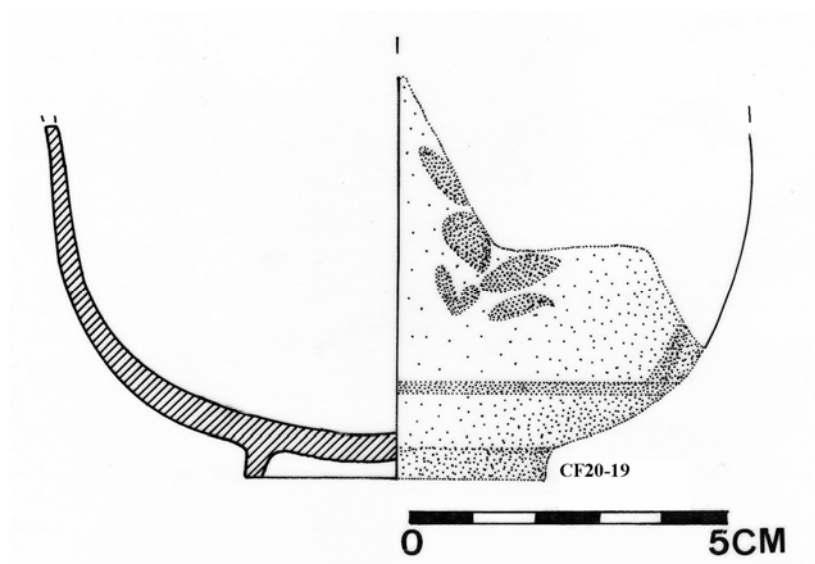
Escudela (CF20-17). Fragmento correspondendo a porção do bordo, corpo e asa plana. O bordo oferece lábio de perfil semicircular e o corpo é hemisférico. Foi produzida com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto, com linhas paralelas, na parte superior das asas. Media 0,102 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m



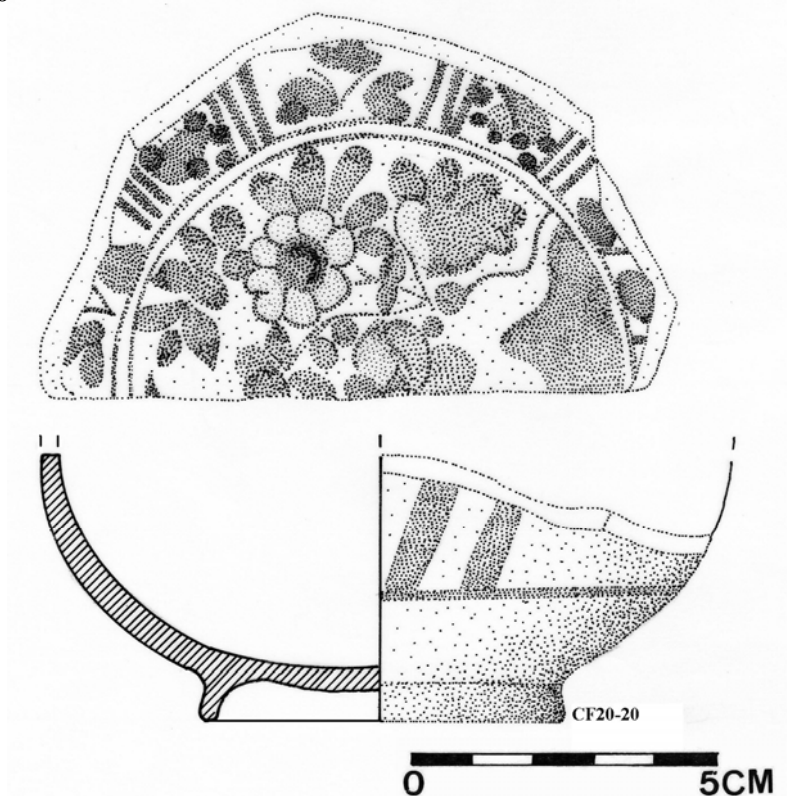
Taça (CF20-18). Fragmento correspondendo a porção do bordo, extrovertido, apresentado lábio de perfil semicircular e do corpo, hemisférico. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. As paredes exteriores apresentam decoração vegetalista. Media 0,099 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.



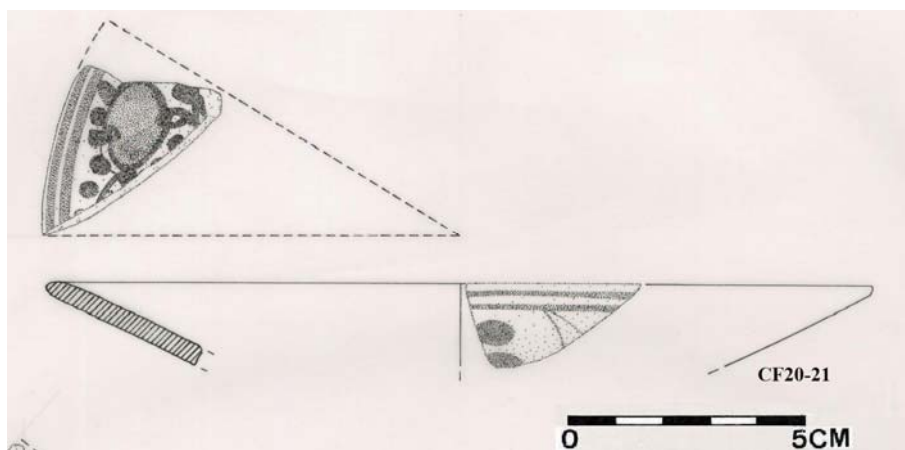
Taça (CF20-19). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano assente em pé, baixo e anelar e corpo hemisférico. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. As paredes exteriores apresentam decoração vegetalista e no interior do fundo regista-se vestígios de paisagem onde se identifica os quartos traseiros de uma lebre. Media 0,048 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.



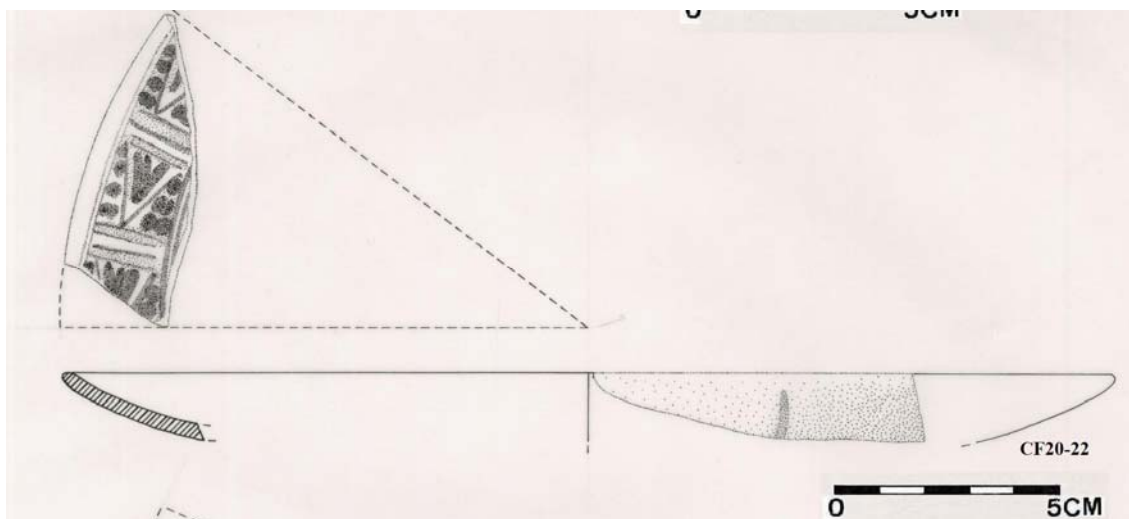
Taça (CF20-20). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano assente em pé, baixo e anelar e corpo hemisférico. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. As paredes exteriores apresentam decoração geométrica e no interior do fundo regista-se decoração vegetalista com diversas flores e bolbos. O arranque das paredes mostra restos de decoração onde diversos elementos vegetalistas estariam separados por cartelas. Media 0,059 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,0



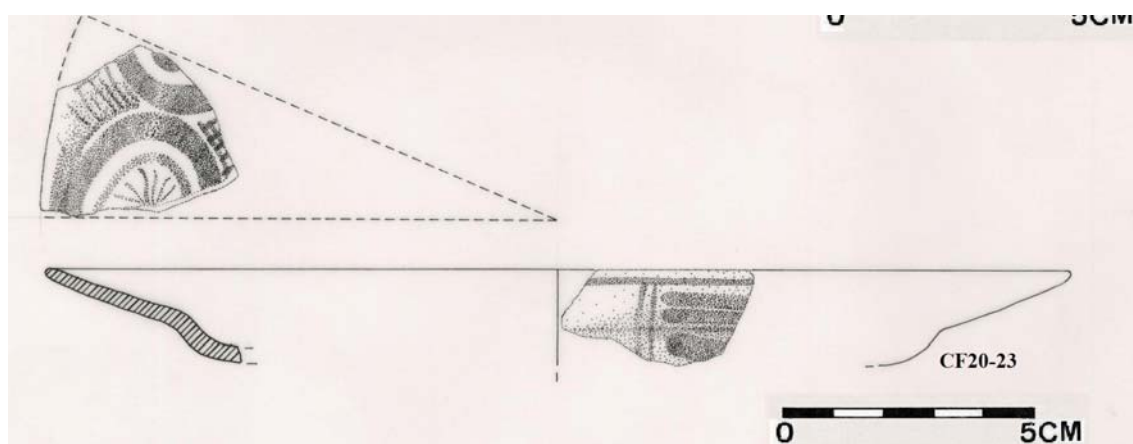
Prato (CF20-21). Fragmento correspondendo a porção do bordo, extrovertido, com lábio de perfil semicircular e corpo de forma troncocónica. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba foi decorado com motivo vegetalista. Media 0,238 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.



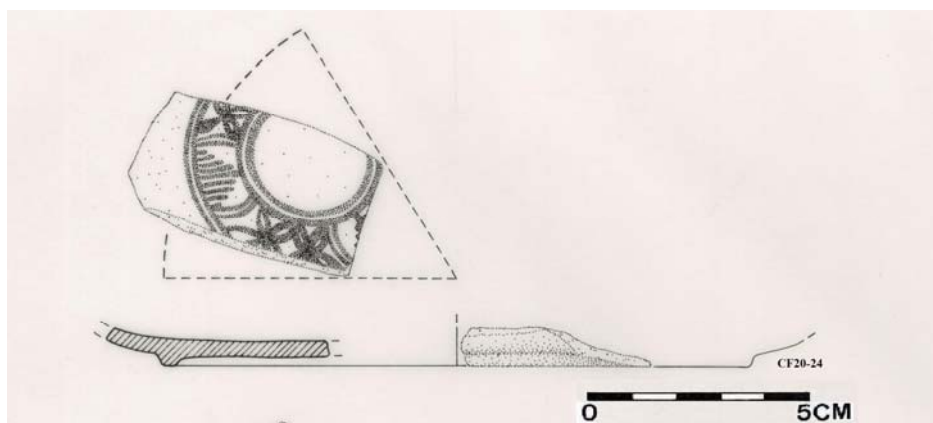
Prato (CF20-22). Fragmento correspondendo a porção do bordo, extrovertido, com lábio de perfil semicircular e corpo de forma subtroncocónica. O corpo é suntroncocónico. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba foi decorado com motivo vegetalista, inserido em cartela suboval. Media 0,291 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,003 m.



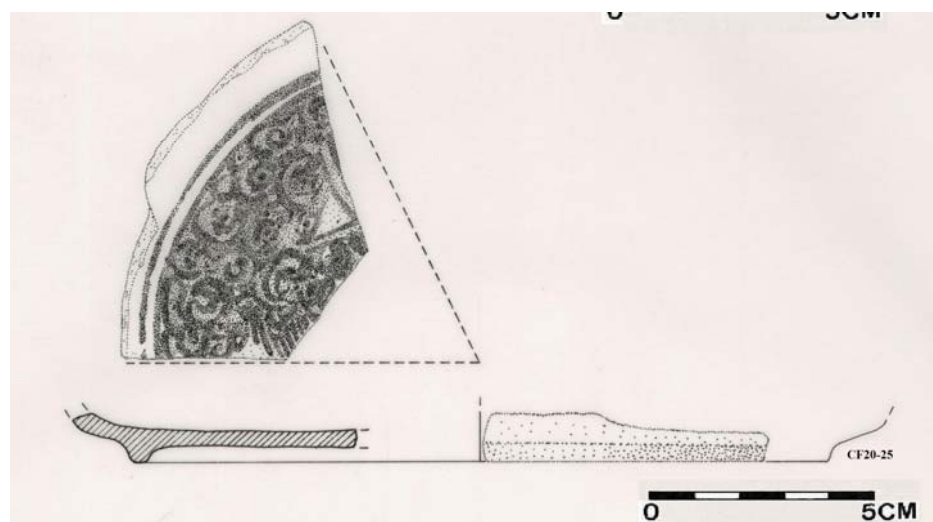
Prato (CF20-23). Fragmento correspondendo a porção do bordo, extrovertido, com lábio de perfil semicircular e corpo de forma subtruncocónica. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba foi decorado com motivo geométrico circular. Media 0,208 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,003 m.



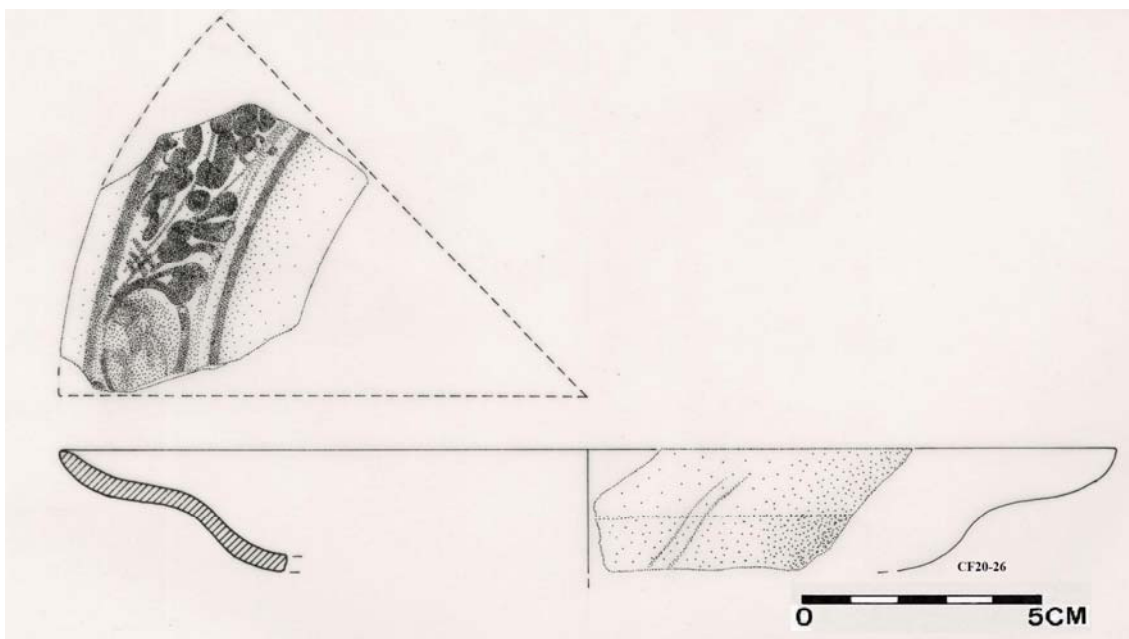
Prato (CF20-24). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano, assente em pé, baixo e anelar. O corpo teria forma subtruncocóniaca. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo foi decorado com elemento circular, geométrico. Media 0,119 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.



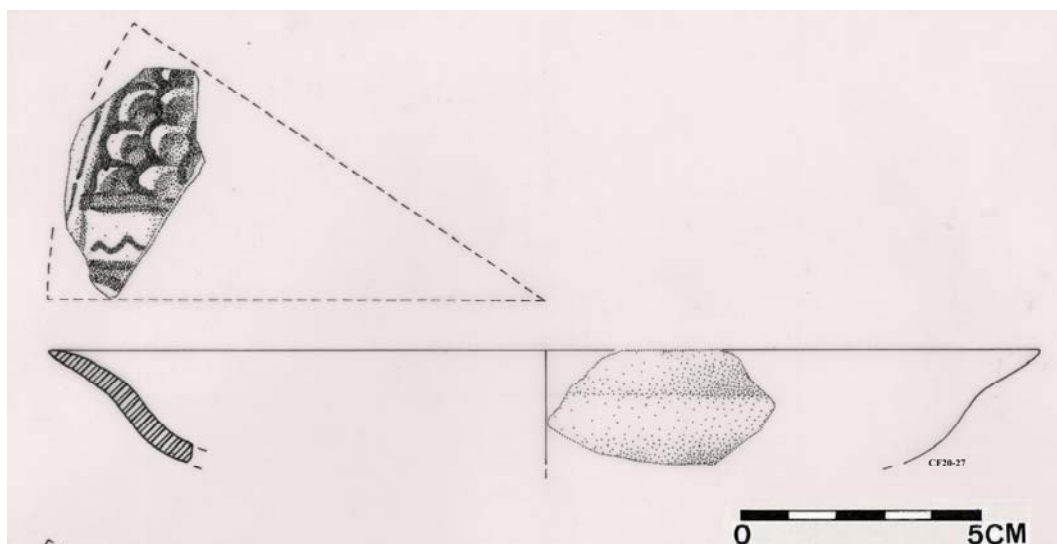
Prato (CF20-25). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano, assente em pé, baixo e anelar. O corpo teria forma subtruncocóniaca. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo foi decorado pequenas espirais. Media 0,140 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



Prato (CF20-26). Fragmento correspondendo a porção do bordo, extrovertido, com lábio de perfil semicircular e corpo de forma troncocónica. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba foi decorado com motivos vegetalistas. Media 0,200 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,003 m.

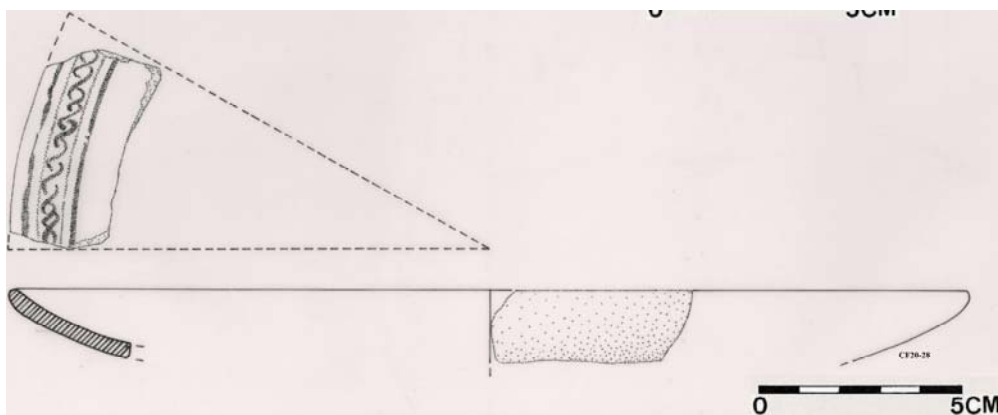


Prato (CF20-27). Fragmento correspondendo a porção do bordo, extrovertido, com lábio de perfil semicircular e corpo de forma troncocónica. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba foi decorado com escamas. Media 0,198 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.

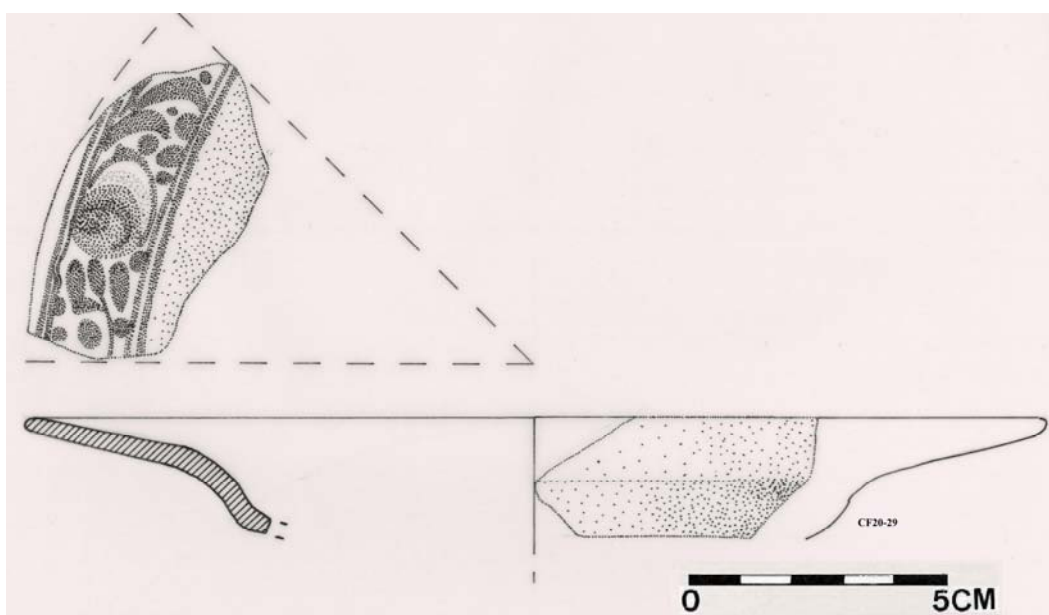


Prato (CF20-28). Fragmento correspondendo a porção do bordo, extrovertido, com lábio de perfil semicircular e corpo de forma troncocónica. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e

ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba foi decorado com cordão. Media 0,230 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.

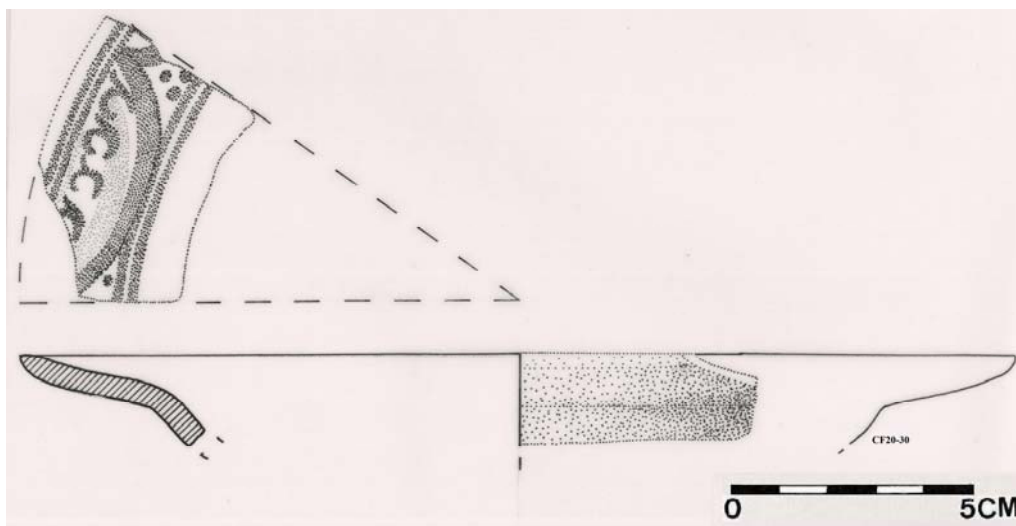


Prato (CF20-29). Fragmento correspondendo a porção do bordo, extrovertido, com lábio de perfil semicircular e corpo de forma troncocónica. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba foi decorado com motivos vegetalistas. Media 0,182 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.

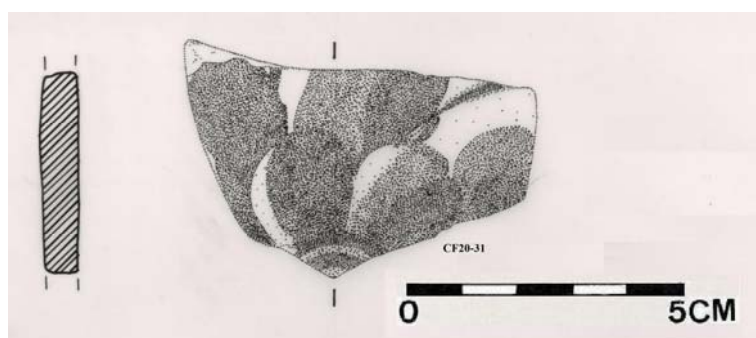


Prato (CF20-30). Fragmento correspondendo a porção do bordo, extrovertido, com lábio de perfil semicircular e corpo de forma troncocónica. Foi produzido com

pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba foi decorado com motivos vegetalistas. Media 0,200 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.

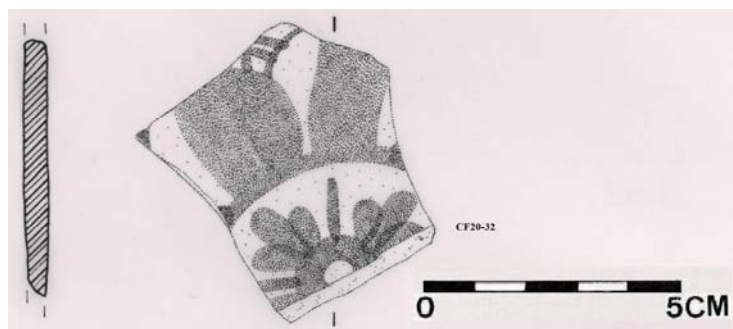


Prato (CF20-31). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo foi decorado com motivos vegetalistas. A espessura média das paredes é de 0,005 m.



Prato (CF20-32). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de

cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo foi decorado com motivos vegetalistas. A espessura média das paredes é de 0,003 m.



Prato (CF20-30). Fragmento correspondendo a porção de parede. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Oferece decoração com motivos vegetalistas. A espessura média das paredes é de 0,005 m.



CF22 – Albert Road

Apenas uma sondagem foi aberta neste local, junto à intercepção entre a muralha e um dos bastiões. Esta zona revelou ter sido alvo de revolvimentos em finais do século XVIII de modo a preparar o terreno para alguns edifícios aqui construídos. O único fragmento de Faiança Portuguesa é oriundo destes revolvimentos não podendo ser datado através do contexto, ainda que a sua tipologia revele pertencer a inícios do século XVII.

Prato (CF22-1). Fragmento de parede. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Apresenta vestígios de decoração vegetalista. A espessura média das paredes é de 0,004.



CF26 – 17, Lancasterian Street.

O objectivo desta intervenção passou por identificar a muralha medieval, bem como o fosso aberto em finais do século XVI.

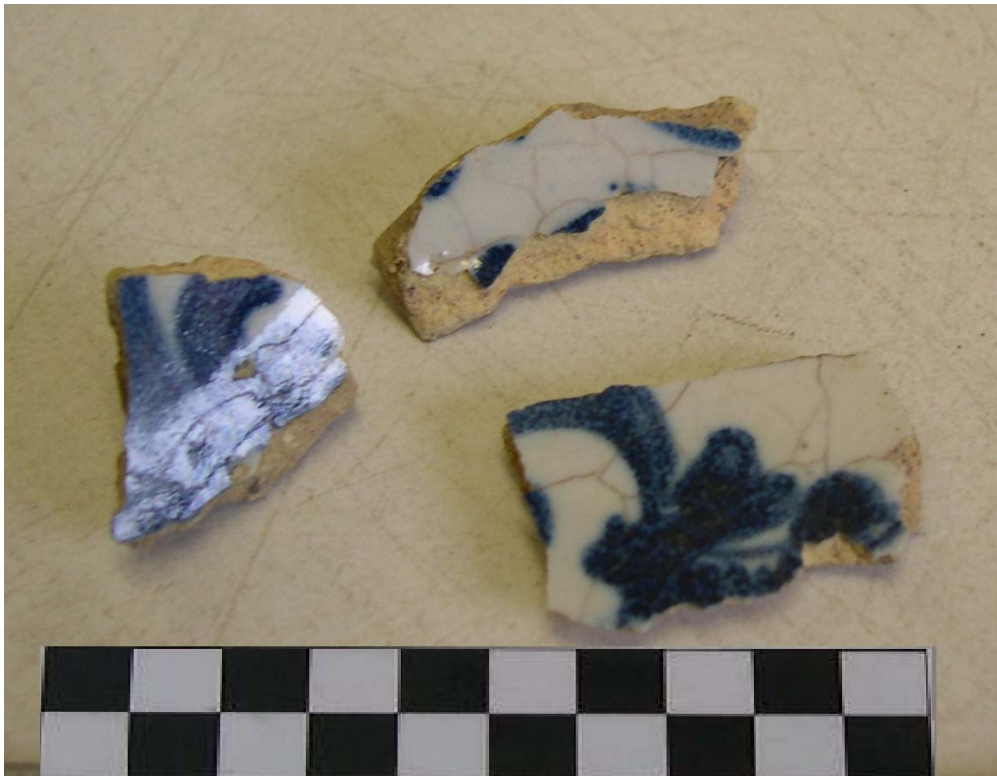
No topo destas estruturas foram identificadas camadas, cujos artefactos exumados (cerâmicas, vidros e cachimbos), as fazem corresponder à primeira metade do século XVII, ainda que mais nenhuma estrutura ali fosse encontrada. Três pequenos fragmentos de pratos em Faiança Portuguesa foram recuperados, cuja decoração corresponde à cronologia sugerida para os outros locais.

Catálogo

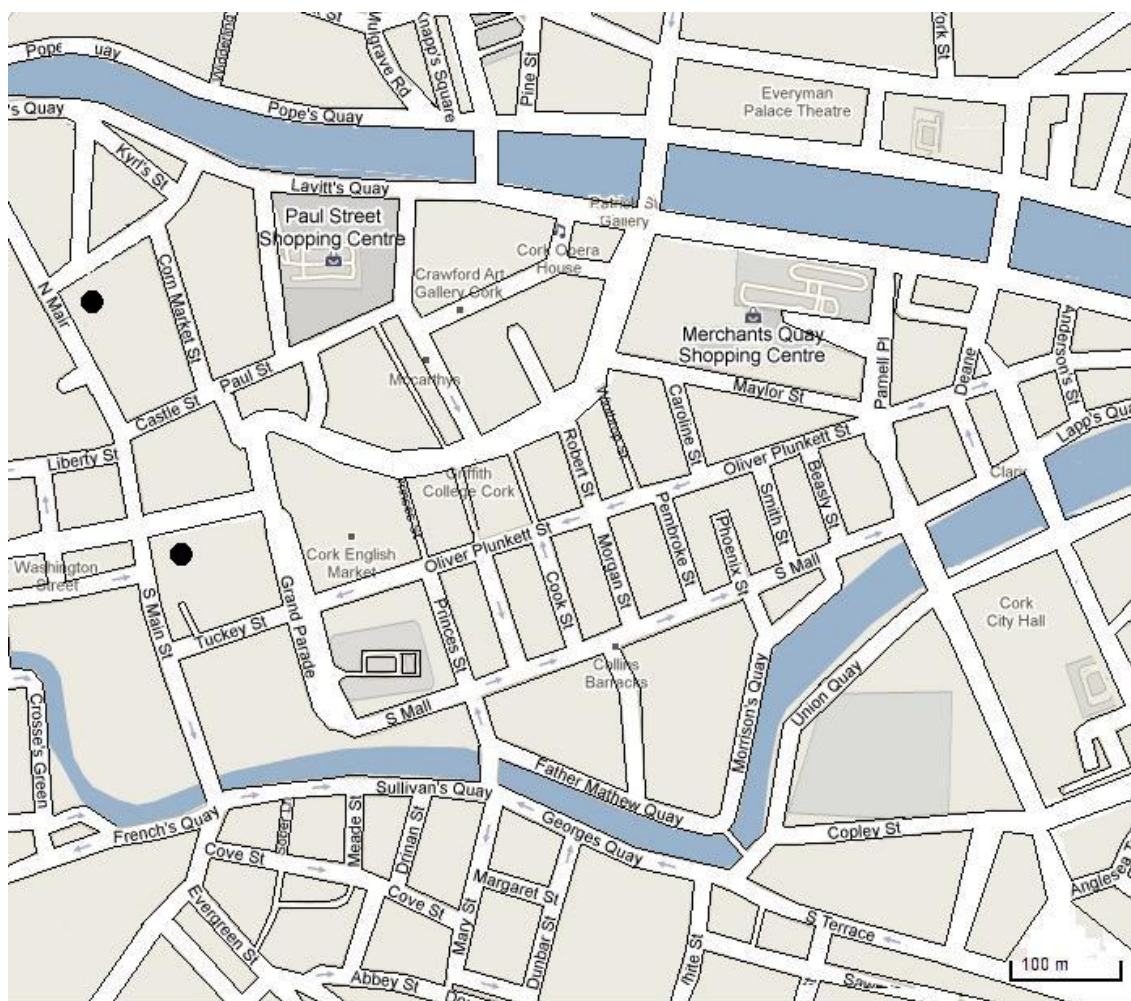
Prato (CF26-1). Fragmento de parede. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Apresenta vestígios de decoração vegetalista. A espessura média das paredes é de 0,004.

Taça (CF26-2). Fragmento de parede. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Apresenta vestígios de decoração vegetalista. A espessura média das paredes é de 0,003.

Prato (CF26-3). Fragmento de parede. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Apresenta vestígios de decoração vegetalista. A espessura média das paredes é de 0,005.



II.2.2. Cork

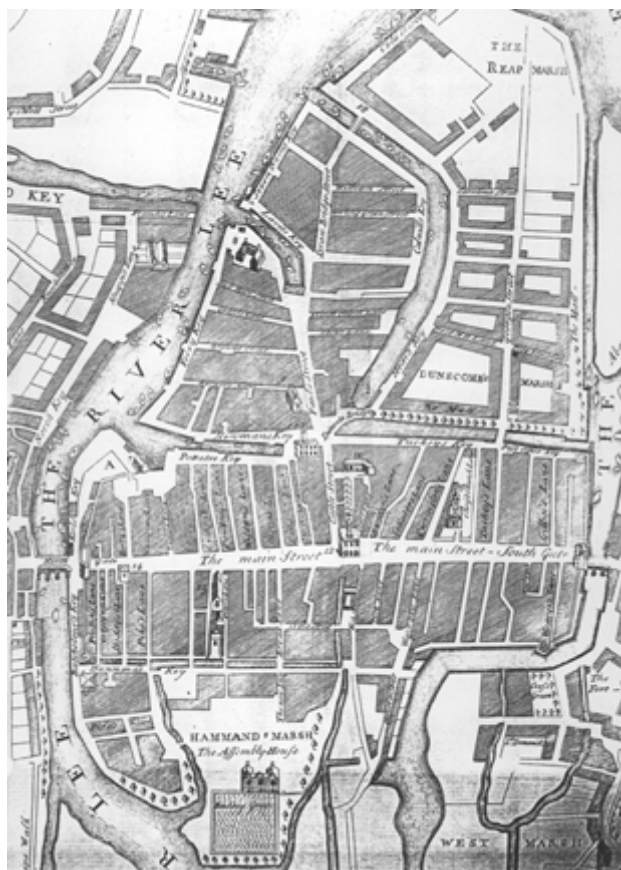


Mapa de Cork com a localização dos arqueossítios.

A cidade de Cork nasceu em torno de uma comunidade monástica, fundada por São Finbarr, no século VI, mas apenas se organizou enquanto vila no século X, quando um porto comercial foi ali fundado por colonizadores vikings (Lennon, 1994).

É formalmente constituída cidade, em 1185, com carta concedida pelo rei João de Inglaterra, mas apenas desenvolve o posto de Mayor em 1318.

Foi completamente amuralhada em finais do século XVI, por parte das forças inglesas, ainda que a maior parte da população vivesse fora do perímetro amuralhado da cidade. Aquela estrutura sofreu danos consideráveis em 1603, tendo sido novamente reconstruída durante o século XVII (Lennon, 1994).



Mapa de Cork em 1750, por Charles Smith (seg. Lennon, 1994).

Durante grande parte da Idade Média, a cidade de Cork albergou grande comunidade de Old English, num território onde convivia uma comunidade gaélica rural, muito aguerrida, e o poder inglês estabelecido nas cidades. O governo municipal de Cork era dominado por cerca de uma dúzia de famílias de mercadores ricos, cujos rendimentos advinham do comércio com a Europa. Exportavam lã e peles, importando vinho, sal e ferro. De todas estas famílias, apenas uma, a dos Ronayne, era de origem gaélica, pelo que eram todos os outros ingleses.

A cidade rebelde ganhou esse nome pelo apoio que o mayor da cidade, bem como os seus mais eminentes habitantes, deram a Perkin Warbeck, um pretendente ao trono inglês, em 1491, contra Henrique VII. A cidade é descrita em 1577 como *“the fourth city of Ireland, so encumbered with evil neighbours, the Irish outlaws, that they are fayne to watch their gates hourly...they trust not the country adjoining [and only marry within the town] so that the whole city is linked to each other in affinity”* (Coughlan, 1975).

Aquando a conquista da Irlanda pelos ingleses, em 1540, as autoridades inglesas passaram a dominar o território e a cidade, implementando radicalmente o protestantismo.

Durante o reinado de Isabel I, as famílias de mercadores que controlavam a cidade eram declaradamente católicas, pelo que a Coroa Inglesa sempre manteve reticências com as mesmas. Com a morte da rainha, aquelas mesmas famílias recusaram-se a reconhecer James I como rei protestante, pelo que a cidade temporariamente restabeleceu os cultos católicos. Em 1603, juntamente com Waterford e Limerick, expulsaram os padres protestantes e clamaram por poder professar a religião católica (Coughlan, 1975).

A carta de direitos de 1608 alargou a área de influência da cidade, mas atendendo às más relações que a coroa inglesa tinha com as famílias de mercadores católicos, determinava como privilégios reais os direitos de portagem e alfândega dos bens que entravam e saíam do porto de Cork. Isto foi um importante golpe financeiro nas contas das famílias mercantes (Coughlan, 1975).

Durante a rebelião de 1641 a cidade torna-se quase um local seguro para os protestantes, visto não ter caído nas mãos dos católicos. Em 1644, Murrough O'Brien, Earl Inchiquinn, chefe do exército inglês, expulsou as forças católicas da cidade. Ainda que muitos deles não tenham sido escorraçados, assim começou o domínio exclusivo dos protestantes na cidade, que durou dois séculos. A cidade foi capturada por Cromwell em 1649. Os conflitos continuaram até finais do século XVII e, em 1690, a cidade foi cercada por William de Orange durante cinco dias, após os quais se rendeu e as muralhas destruídas (Coughlan, 1975).

Com a proibição da exportação de gado para Inglaterra, a cidade adaptou-se ao novo comércio, optando por exportar carne e manteiga, comércio na qual foi bem sucedida, exportando igualmente para a Europa e América do Norte. Bristol era a principal cidade com a qual Cork mantinha relações comerciais (Coughlan, 1975).

Mesmo com todos os conflitos políticos, religiosos e militares de que a cidade foi palco, cresceu em meados do século XVII. Esta teoria foi atestada com base em diversos mapas que revelam o aparecimento de novas ruas e quarteirões, não apenas dentro da cidade amuralhada, mas sobretudo nos seus subúrbios, estimando-se que ali vivessem em 1640, nove mil pessoas.

Nos inícios do século XVIII, protestantes franceses chegam a Cork, fugindo das perseguições do rei Luís XIV de França. A sua influência ainda pode ser vista nos nomes de ruas e quarteirões da cidade. Muito da cidade medieval e moderna foi destruída no século XVIII para dar lugar a edifícios mais modernos.

DNBC – Dunboy Castle.

Construído no século XV, controlava a baía de Bantry e o porto de Castletownberehaven. Foi alvo de diversas remodelações e acrescentos até aos meados do século XVII quando lhe foi associada fortificação pentagonal. Até 1602 a sua história encontra-se directamente relacionada com a da família O’Sullivan Beare, nas terras da qual estava localizado. Durante os séculos XV e XVI funcionou como local de controlo e obtenção de impostos aos pescadores irlandeses e europeus que recolhiam as suas embarcações naquele porto. Pouco mais se sabe sobre a história do sítio até ao fim da Guerra dos Nove Anos, quando O’Sullivan se rebelou contra o poder de Isabel I, com apoio dos espanhóis, que sabemos terem estado no local. As tropas inglesas cercaram-no durante semanas aniquilando o seu contingente de 140 soldados e exigido a sua rendição (Sullivan, 1978). O castelo ficou então ao abandono pelo menos até meados do século XVII, controlando novamente a costa e assegurando a recolha de impostos dos barcos que ali aportavam. Esta foi a altura em que aqui surgiram as peças portuguesas

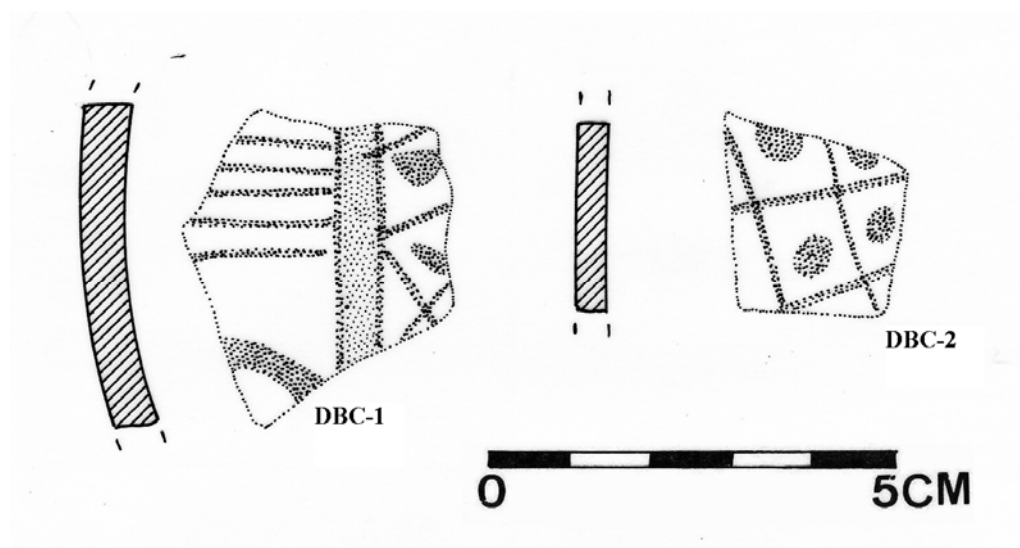
A intervenção arqueológica ocorreu em finais da década de 60, coordenada por D.M. Fahy, revelando diversos aspectos da primitiva fortaleza medieval, bem como a reestruturação levada a cabo em 1601 e a destruição do cerco de 1602 (Gowen, 1978). Foi efectivamente a escavação que permitiu concluir acerca da sua recuperação em meados de seiscentos com o registo de uma habitação com cerâmica local e três fragmentos de cerâmica importada.



Vista actual de Dunboy Castle (foto wikipedia Dunboy Castle).

Catálogo

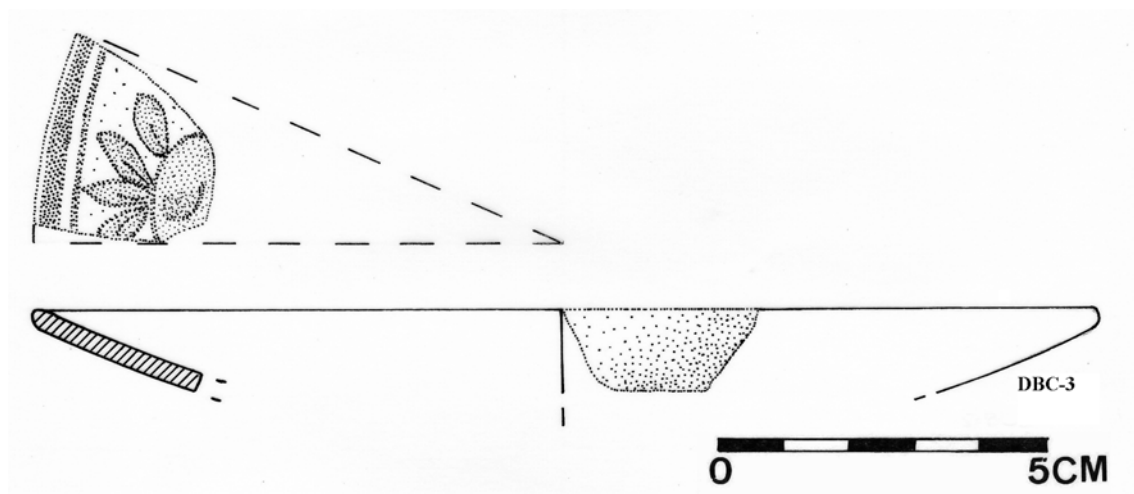
Taça (DBC-1). Fragmento correspondendo a porção de parede. Foi fabricada com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior das paredes mostra vestígios de decoração geométrica. A espessura média das paredes é de 0,005 m.



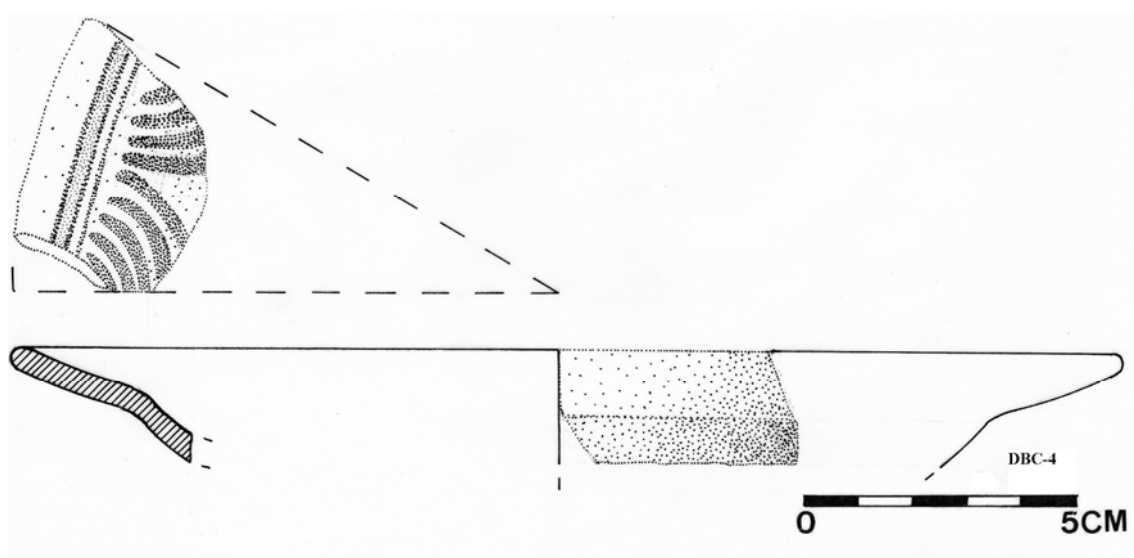
Prato (DBC-2). Fragmento correspondendo a porção de parede. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior das paredes foi decorado com reticulado, onde dentro de cada quadrado foi inserido ponto. A espessura média das paredes é de 0,004 m.

Prato (DBC-3). Fragmento correspondendo a porção do bordo, com lábio de perfil semicircular. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo foi demarcado com duas linhas concêntricas, paralelas, junto das quais se desenvolve decoração vegetalista onde se identifica corola subcircular acompanhada

de pétalas. Media 0,162 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,002 m.



Prato (DBC-3). Fragmento correspondendo a porção do bordo, com lábio de perfil semicircular e do corpo, com forma subtruncocônica. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo foi demarcado com duas linhas concêntricas, paralelas, junto das quais se desenvolveria teoria de semicírculos. Media 0,106 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.



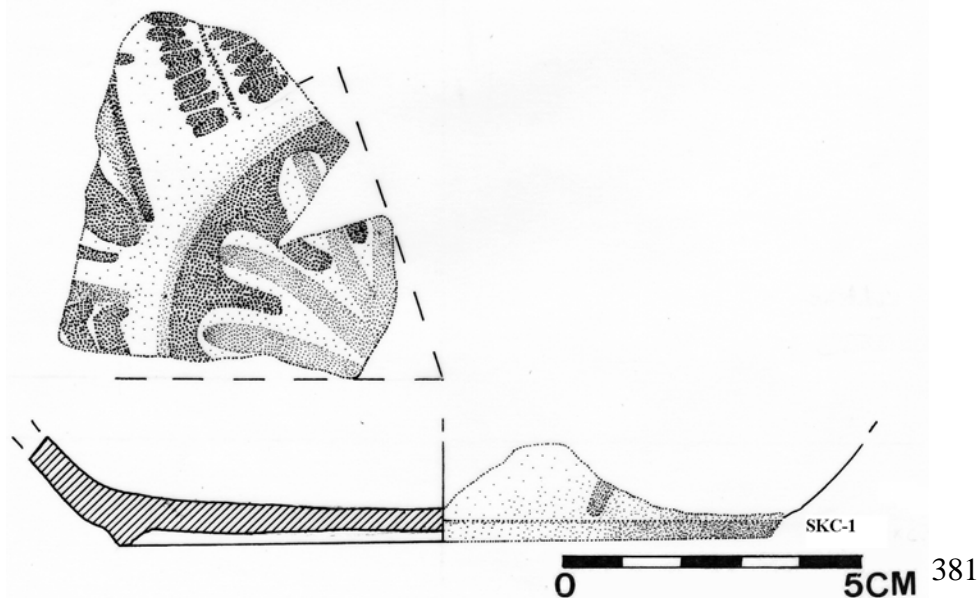
SKDC – Skiddy’s Castle, North Main Street.

Ainda que a sua nomenclatura possa sugerir tratar-se de fortificação militar, esta estrutura mais não foi que uma casa-torre, construída no século XV, pela família Skiddy, mercadores muito ricos de Cork, cujas estruturas desapareceram nos finais do século XIX. A partir de 1601 passa a pertencer à coroa inglesa, funcionando como paiol e albergando um pequeno contingente militar (Cleary, Hurley e Twohig, 1997).

Contudo, perdurou na memória a sua localização e, em 1974, foi feito um esforço para a sua localização, tendo sido identificadas as suas fundações, bem como diverso espólio associado, revelando o alto estatuto dos seus habitantes nas centúrias de quinhentos e seiscentos. A peça portuguesa corresponde ao período de ocupação inglesa, podendo ser datada entre 1640 e 1660, encontrando-se no mesmo contexto de outra cerâmica de produção local, mas com importações apenas de Merida Type Ware e Frechen Stoneware.

Catálogo

Taça (SKC-1). Fragmento correspondendo a porção do fundo e arranque das paredes. O fundo era plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi fabricado com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo apresenta decoração de temática vegetalista sugerindo pétalas. O arranque das paredes mostra igualmente decoração de temática vegetalista. Medida 0.112 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



CHC – Christ Church, South Main Street.

A igreja que se encontra actualmente no local trata-se de edifício construído na segunda década do século XVIII, no entanto, existem descrições que revelam a presença de edificação mais antiga, exactamente no mesmo local, desde finais do século XVI, danificada em 1649, pelas tropas de Cromwell e completamente destruída em ataque inglês em 1690, originando a sua demolição (Cleary, Hurley e Twohig, 1997).

Em 1974 escavações foram efectuadas nas suas imediações, identificando não apenas a necrópole medieval, mas igualmente as bases da primitiva igreja. Num destes locais foi recolhido pequeno fragmento prato em Faiança Portuguesa com decoração vegetalista de zona onde não foi possível identificar estratigrafia.

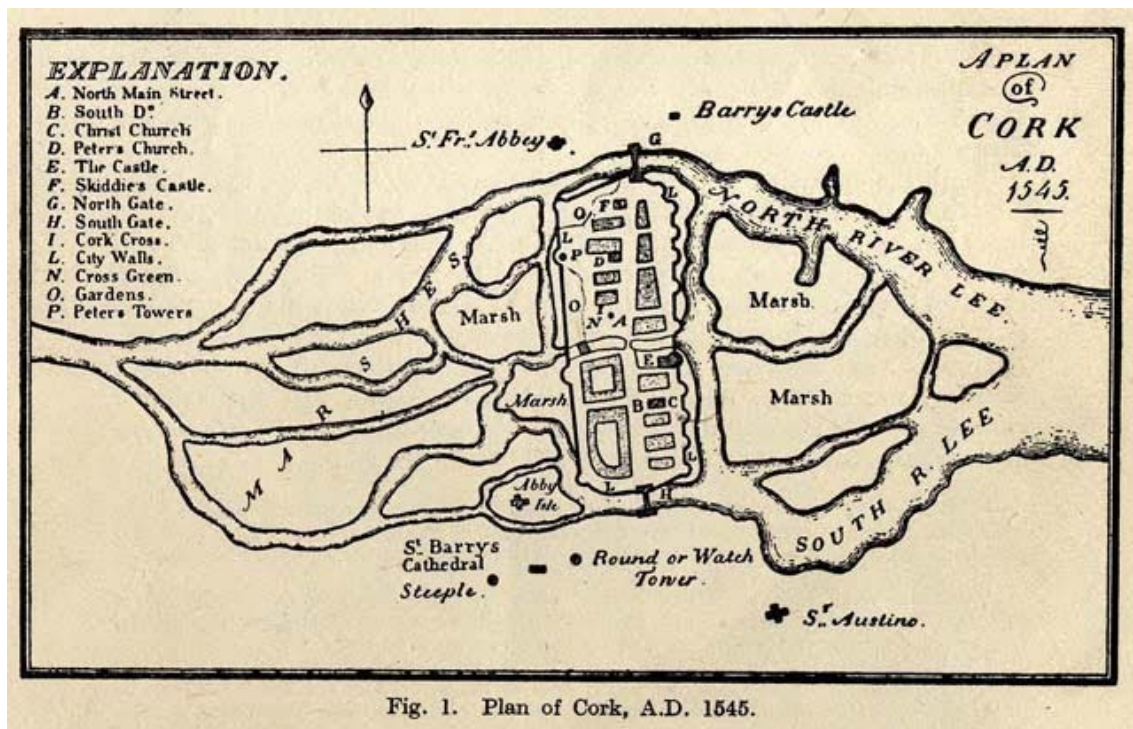
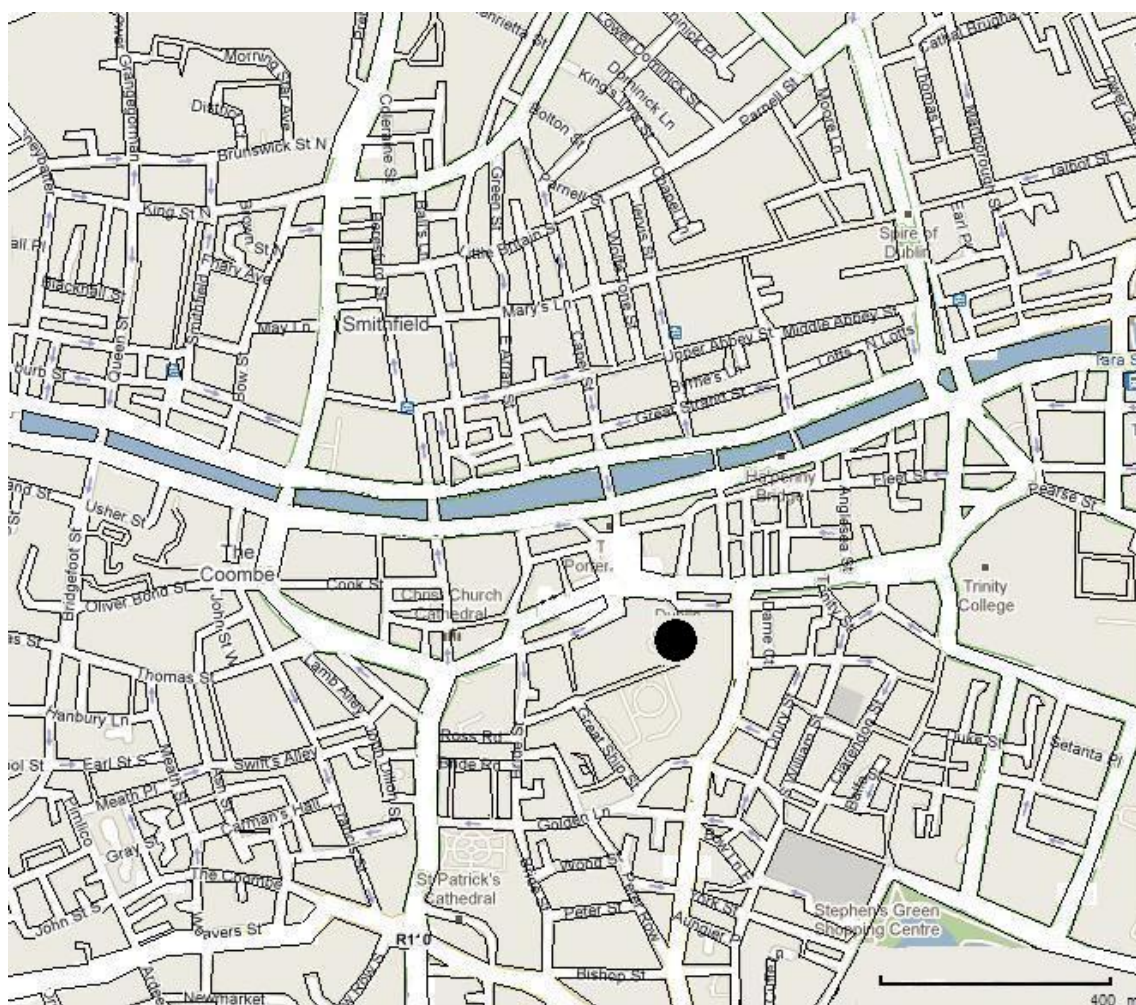


Fig. 1. Plan of Cork, A.D. 1545.

Mapa de Cork, em 1545, com a indicação da Crist Church, no centro da cidade (seg. Cleary, Hurley e Twohig, 1997).

A sua reduzida dimensão não justificou a descrição ou registo gráfico.

II.2.3. Dublin



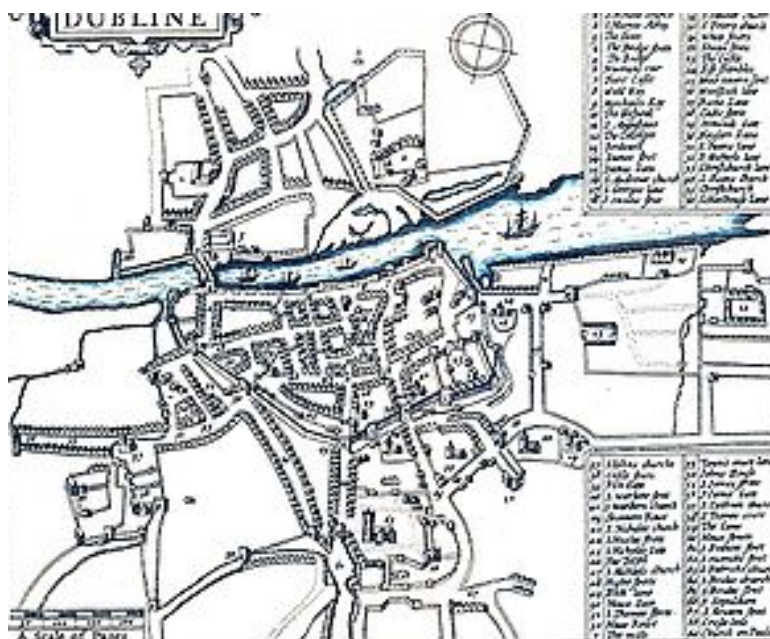
Mapa de Dublin com a localização do arqueossítio.

Dublin esteve sempre ligada à história da Irlanda. Foi convertida ao cristianismo em cerca de 450 por Patrick, que mais tarde se tornaria Santo Padroeiro da ilha. Foi palco de diversas batalhas e conquistada pelos Danes no século IX, ocupação que termina definitivamente em 1171, quando este povo é expulso por Henrique II, rei de Inglaterra, que coloca a cidade sobre o controle directo de Bristol (Collin, 1913).

O domínio inglês não sofreu qualquer tentativa de sobreposição pelo menos, até 1534, quando Thomas Fitzgerald cercou a cidade.

A reforma da Igreja foi bem aceite em Dublin, visto que foi quase totalmente ignorada tendo as pessoas continuado a manter a religião católica. Nem mesmo o encerramento de conventos e mosteiros provocou ondas de descontentamento atendendo

que muitos dos habitantes desta cidade não concordavam com a vida opulenta que os monges e freiras detinham.



Dublin, em 1610 (seg. Colin, 1913).

Durante o século XVI cresceu e prosperou. As classes média e alta conheceram um incremento de vida “*so far exceeding their ancestors that they have thought rather to be another and new people than descendants of the old*” (Colin, 1913). Estas alterações registaram-se a nível das construções, sobretudo com o aparecimento de chaminés e vidros nas janelas, anteriormente um luxo exclusivo aos mais ricos. O crescimento da cidade é visível na primeira carta de direitos concedida a uma universidade irlandesa, em 1591, e aceitando os seus primeiros alunos em 1594 (Colin, 1913).

O seu crescimento durante o século XVII deve ter sido notável. Não apenas contaria com 20000 habitantes em 1640 como, em 1641, foi construída a Alfândega. No entanto este cenário muda quando em 1650 a cidade é atingida por um violento surto de peste, dizimando a metade da população.

Durante a Guerra Civil a cidade rendeu-se às tropas do Parlamento, com o intuito de não cair nas mãos dos chefes gaélicos, acabando por expulsar a maior parte dos católicos. Em 1649, Cromwell conquistou a cidade tornando-se receptiva a ingleses que aspirassem a uma vida política longe da corte (Colin, 1913).

Após estes eventos Dublin continuou a crescer. De tal forma que, em 1670, uma lei proibiu que os telhados das casas fossem de colmo, tendo de ser em telha, evitando incêndios. As novas casas teriam de ser em tijolo e telhadas. O comércio com a Inglaterra e o continente europeu aumentou muito nesta centúria, especialmente exportando lã e linho (Colin, 1913).

O castelo de Dublin pode ser interpretado como o centro administrativo da Irlanda, onde se encontrava o representante da coroa Inglesa, pelo que a sua história sempre esteve relacionada directamente com as vicissitudes da relação entre ambas ilhas. Existindo desde a conquista da ilha pelos normandos, foi ali mandada erguer uma estrutura sólida, em pedra, em 1204, pelo rei João de Inglaterra (Costello, 1999).

Em 1565, Henry Sidney, representante de Isabel I, mudou a sua residência para o castelo, a partir do qual controlou a Irlanda e as investidas dos chefes gaélicos e dos católicos. Foi responsável pela reconstrução daquela estrutura que havia sido negligenciada havia pelo menos dois séculos. Infelizmente um violento incêndio em 1684, destruiu grande parte do castelo (Costello, 1999).

Diversos nomes se seguiram. Uma das figuras mais iminentes foi o Visconde de Wentworth que ali permaneceu de 1633 até 1641, ano da sua execução. Grande impulsionador das artes e cultura proporcionando grandes encontros e festas, foi ainda um grande defensor das potencialidades do comércio internacional. De facto, durante o século XVII, os homens mais influentes e poderosos da cidade eram os seus mercadores, tendo-lhes sido dada residência dentro das muralhas do castelo (Costello, 1999).

DCT – Dublin Castle.

A escavação, realizada em 1987, revelou que durante o século XVII muita da área do castelo estava coberta de árvores. No que concerne a construções, a maior parte era de madeira, no entanto, surgiram algumas, edificadas em pedra, às quais estavam associadas fossas sépticas e sistemas de esgotos. Da fossa séptica (E296), na zona mais ocidental do recinto amuralhado, foram recuperadas algumas peças esmaltadas, cerca de metade das quais identificadas como Faiança Portuguesa.

Este foi um dos poucos contextos preservados no Castelo atendendo ao elevado nível de destruição que foi alvo devido a obras realizadas nos anos 70.



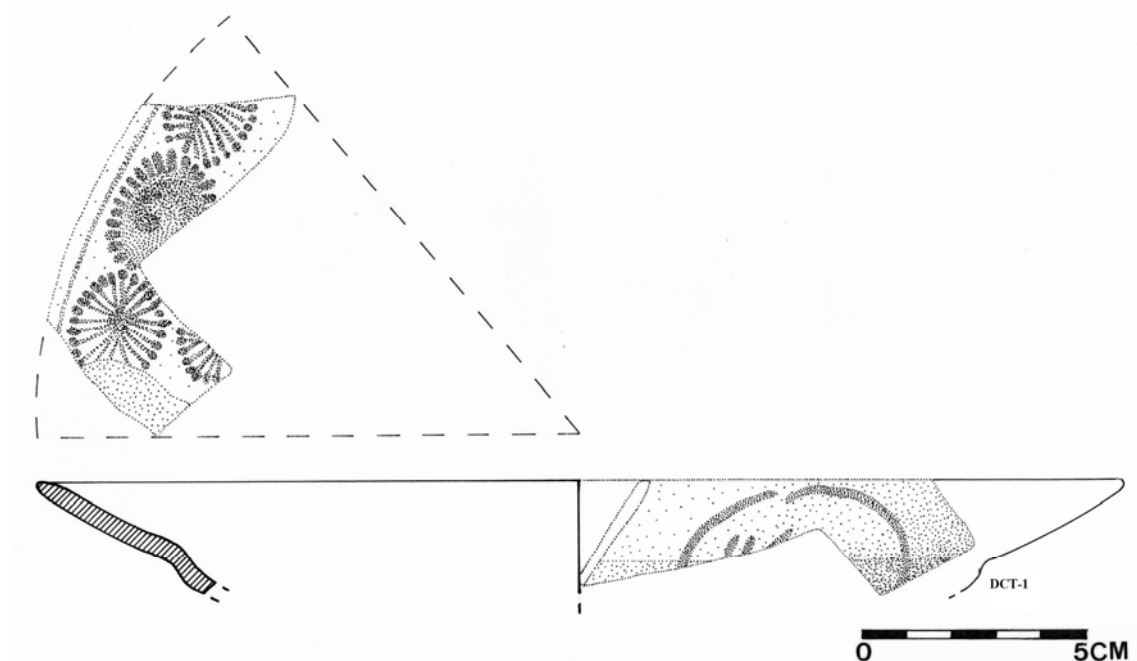
Castelo de Dublin em 1728, por Charles Brooking's (cortesia Dublin Castle Museum).

Os fragmentos recuperados são na sua totalidade formas abertas, nomeadamente taças e pratos, demonstrando uma grande incidência de decorações de inspiração oriental. Apenas duas taças demonstram ornamentação com a teoria de semicírculos. São produções lisboetas atendendo à sua elevada qualidade física e estética.

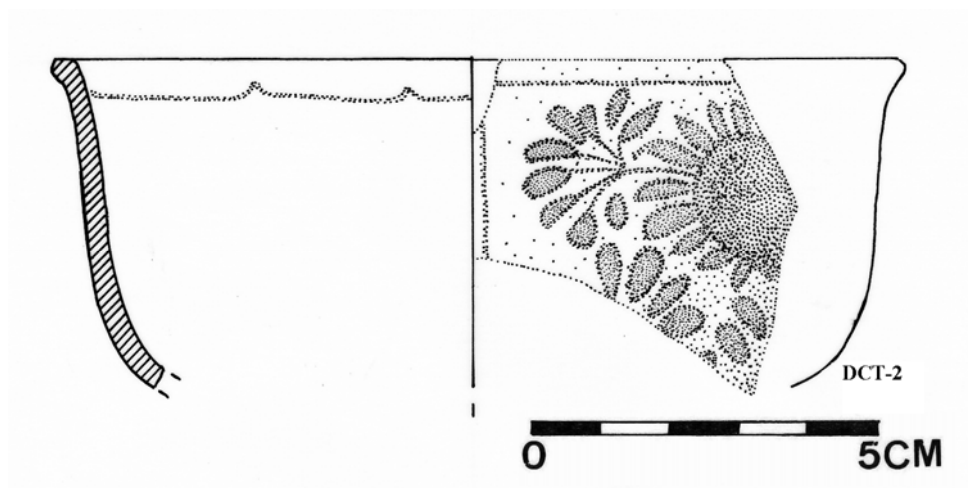
Catálogo

Prato (DCT-1). Fragmento correspondendo a porção do bordo e do corpo. O bordo é extrovertido, com lábio de secção semicircular e o corpo apresenta forma subtruncocónica. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior das paredes encontrar-se-ia subdividido em cartelas, constituídas por flor central, circular, rodeada por pétalas e com folhas junto ao caule, alternando com outras, cujo motivo se

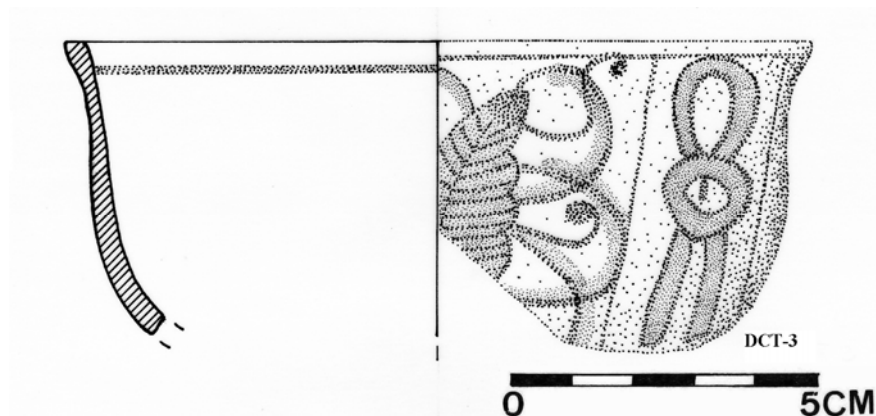
desconhece. A parede exterior apresenta vestígios de pinceladas sugerindo motivos vegetalistas. Media 0,239 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



Taça (DCT-2). Fragmento correspondendo a porção do bordo e do corpo. O bordo é extrovertido, com lábio de perfil semicircular e o corpo é hemisférico. Foi fabricada com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca, e com decoração na cor azul de cobalto. Apresenta decoração vegetalista com flor de corola circular, rodeada por pétalas e com folhas junto ao caule. O interior do bordo encontra-se demarcado por linha ondulada. Media 0,124 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,003 m.

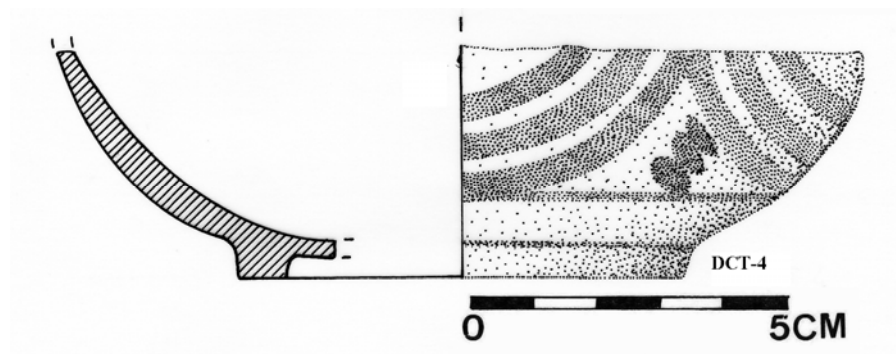


Taça (DCT-3). Fragmento correspondendo a porção do bordo e do corpo. O bordo é extrovertido, aplanado superiormente e o corpo é hemisférico. Foi fabricada com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca, e com decoração na cor azul de cobalto. A decoração está subdividido em cartelas, onde intercalam composições com grandes folhas, ditas de “aranhões”, com outras constituídas por flor central, circular, rodeada por pétalas e com folhas junto ao caule. Entre as cartelas referidas observam-se laços. O interior do bordo encontra-se demarcado por linha concêntrica. Media 0,128 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.

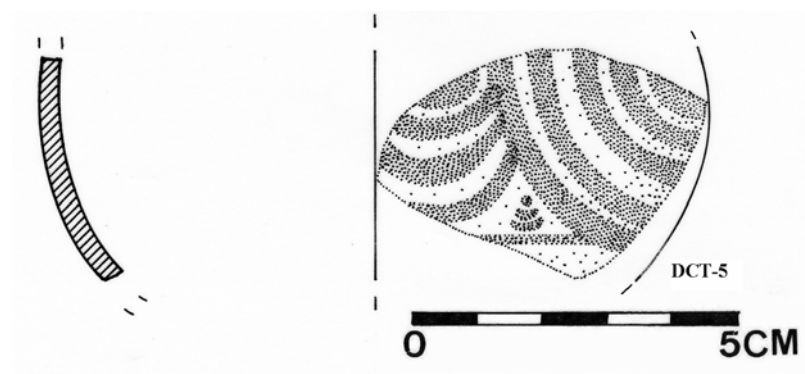


Taça (DCT-4). Fragmento correspondendo a porção do fundo e do corpo. O fundo era plano, assente em pé, baixo e anelar e o corpo é hemisférico. Foi fabricada com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor

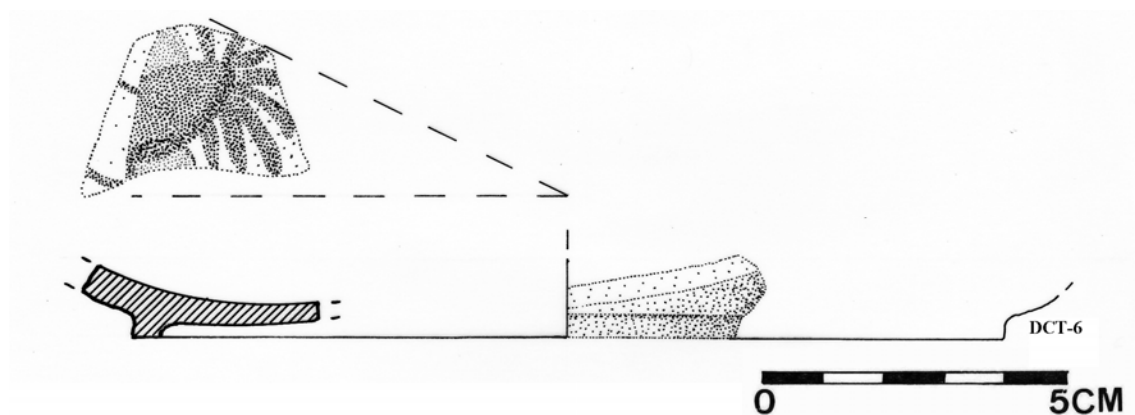
branca, e com decoração na cor azul de cobalto. As paredes exteriores oferecem decoração com teoria de semicírculos. Media 0,070 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.



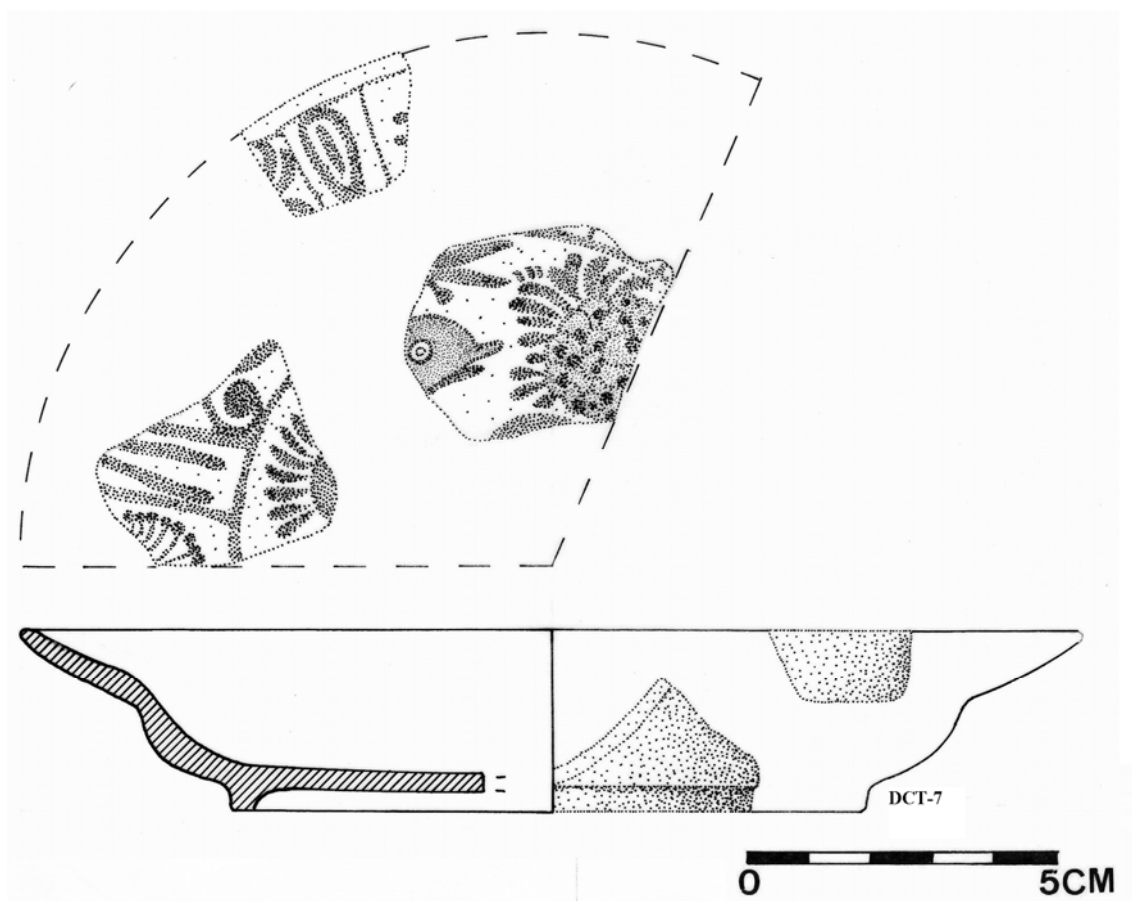
Taça (DCT-5). Fragmento correspondendo a porção do corpo hemisférico. Foi fabricada com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca, e com decoração na cor azul de cobalto. As paredes exteriores oferecem decoração com teoria de semicírculos. A espessura média das paredes é de 0,003 m.



Prato (DCT-6). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca, e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo mostra decoração vegetalista. Media 0,143 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.



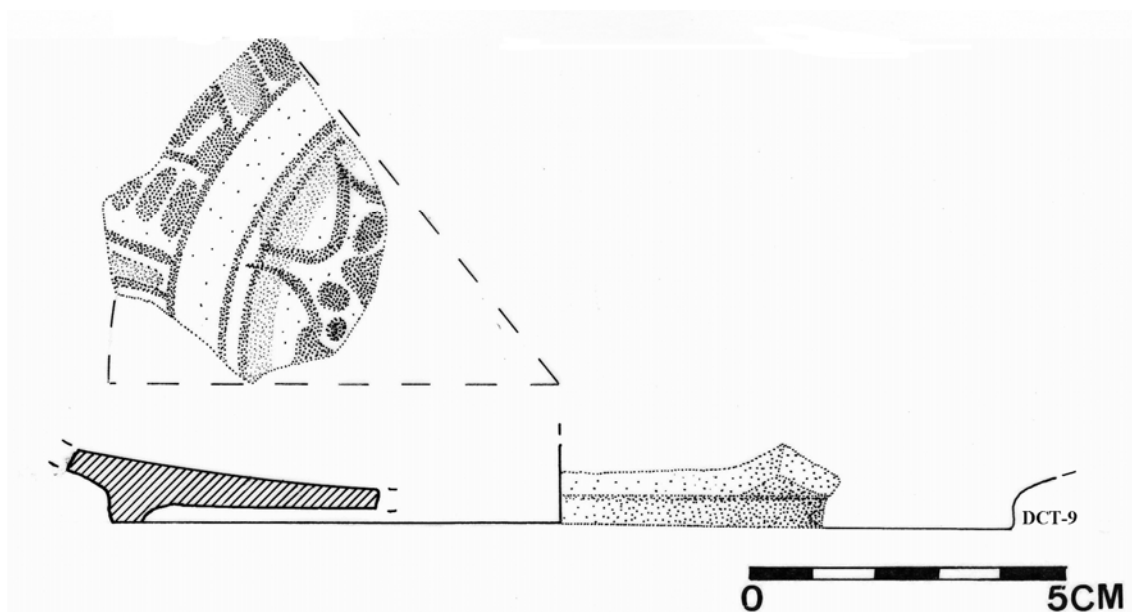
Prato (DCT-7). Fragmentos correspondendo a porção do bordo, do corpo e do fundo. Tinha forma troncocónica com aba oblíqua. O bordo oferece secção semicircular. O fundo era plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi fabricado com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba está subdividido em cartelas, onde intercalam composições com grandes folhas, ditas de “aranhões”, com outras constituídas por flor central, circular, rodeada por pétalas e com folhas junto ao caule. Entre as cartelas referidas observam-se laços. Junto ao fundo apresenta linha concêntrica que ladeia a decoração central composta por elemento zoomórfico identificado com ave, rodeado por ambiente vegetalista. Mede 0,029 m de altura máxima, 0,170 m de diâmetro no bordo e 0,102 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0,004 m.



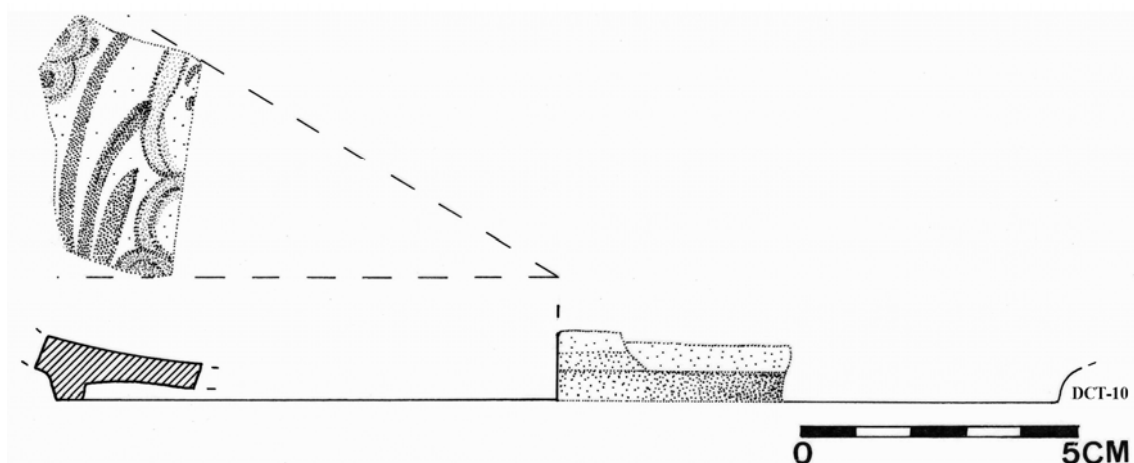
Prato (DCT-8). Fragmento correspondendo ao fundo, plano, assente em pé, baixo e anelar e arranque das paredes. Foi fabricado com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba está subdividido em cartelas, onde intercalam composições com grandes folhas, ditas de “aranhões”, com outras constituídas por flor central, circular, rodeada por pétalas e com folhas junto ao caule. Entre as cartelas referidas observam-se laços. Junto ao interior do fundo apresenta duas linhas concêntricas, paralelas, que ladeiam a decoração central composta por motivos vegetalistas. Media 0,067 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,003 m.



Prato (DCT-9). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano, assente em pé, baixo e anelar e arranque das paredes. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo apresenta duas linhas concêntricas, paralelas, que ladeiam a decoração central composta por motivos vegetalistas. O arranque das paredes mostra igualmente decoração de temática vegetalista. Media 0,144 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,003 m.



Prato (DCT-10). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano, assente em pé, baixo e anelar e arranque das paredes. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo apresenta linha concêntrica ladeando decoração central composta por motivos vegetalistas. O arranque das paredes mostra o motivo das contas. Media 0,182 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.



Prato (DCT-11). Fragmentos correspondendo a porção do bordo, do corpo e do fundo. Tinha forma troncocônica com aba oblíqua. O bordo oferece secção semicircular. O fundo era plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a

finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior da aba está subdividido em cartelas, onde intercalam composições com grandes folhas, ditas de “aranhões”, com outras constituídas por flor central, circular, rodeada por pétalas e com folhas junto ao caule. Entre as cartelas referidas observam-se laços. A reduzida dimensão dos fragmentos permite apenas avançar que a espessura média das paredes é de 0,004 m.

II.2.4. Galway

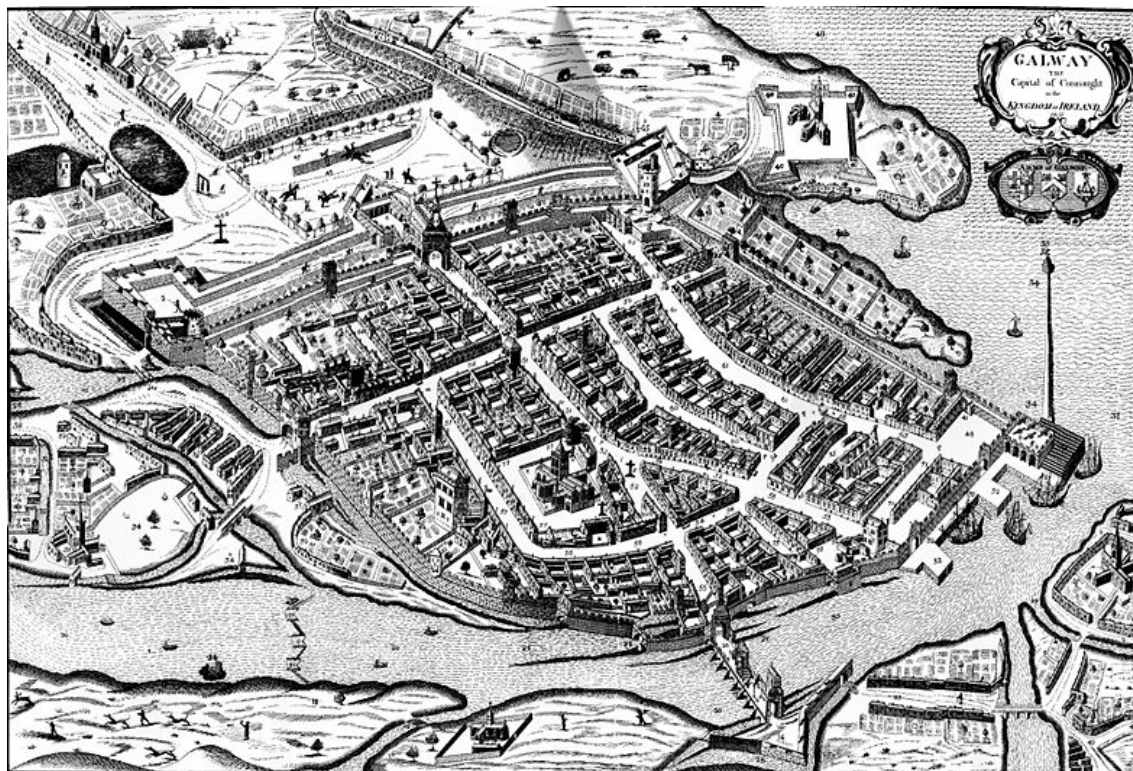


Mapa de Galway com a localização dos arqueossítios.

A terceira maior cidade da Irlanda encontra-se situada na costa oeste da ilha. A sua construção data de 1124 pelo Rei de Connacht (Hardiman, 1988). Foi capturada em 1232 por Richard Burke, tendo crescido na centúria seguinte, ganhado as suas próprias muralhas. Com a presença inglesa, começa a ser controlada pelos mercadores ingleses, que se aproveitaram da sua localização estratégica. É por esta altura que a zona comercial começa a surgir com a construção das casas destes mercadores. Recebe a sua primeira carta de direitos em 1484, concedendo-lhe independência relativamente aos Burke (Hardiman, 1988).

Durante a Idade Média a cidade foi governada por uma espécie de oligarquia de catorze famílias mercadoras, cujo poder económico se traduzia no poder político. A maior parte delas eram inglesas e apenas duas de origem irlandesa. Esta governação orientou-a para o trato internacional, sobretudo com Espanha, Portugal e França. A

principal importação era o vinho, azeite e fruta fresca, sobretudo a partir de portos espanhóis, exportando lã, peles e couros.



Galway em 1651 (seg. Fitzpatrick, O'Brien e Walsh, 2004).

Em 1579 Sir William Pelham chega a Galway descrevendo-a: *“The towne is well bulte, and walled, with an excellent good haven, and is replenished with many welthie merchants”* (Hardiman, 1988, 87). Os mercadores estrangeiros são sobretudo espanhóis, portugueses e franceses que ali se fixam. A partir desta altura nota-se claramente, não só através das evidências arqueológicas, mas também arquitectónicas e documentais, que a classe de mercadores começa a ganhar dinamismo na cidade. As suas relações internacionais fazem chegar a Galway objectos oriundos dessas novas paragens, sobretudo onde comercializam.

A cidade prospera desde inícios do século XVI, até meados do século XVII, conhecendo apenas problemas aquando da Rebelião de 1641, devido ao apoio prestado à fracção irlandesa. Ainda que Galway se encontrasse bem fortificada e protegida contra um eventual ataque inglês, não conseguiram repelir as tropas de Cromwell após um cerco de nove meses, em 1652. Após a Restauração de Carlos II, voltou a ter alguma dinâmica internacional, mas perde-a novamente após a deposição de James II, o rei

católico, e a chegada ao trono de William de Orange. O seu apoio aos católicos levou a uma desconfiança das autoridades inglesas que proibiram a entrada de católicos na cidade, exceptuando gente ligada ao trato internacional. Em 1715 todos os católicos foram ordenados a sair da cidade, ainda que o mesmo não se tenha verificado (Hardiman, 1988).

QST – Quay Street.

Em 1990, perante a hipótese de edificação de um hotel nesta rua, escavações arqueológicas foram efectuadas minimizando o impacto daquela construção. Documentação cartográfica seiscentista registava a existência de uma casa-torre e dois moinhos no local, estruturas identificadas aquando da intervenção, remontando as fundações de ambas aos finais do século XV. Foram ainda identificados dois troços da muralha medieval que ali passava (Fitzpatrick, O'Brien e Walsh, 2004).

Ainda que o registo estratigráfico não tenha sido o mais preciso, atendendo às escavações mecânicas efectuadas, foram encontradas zonas de lixeiras de depósitos orgânicos, nas quais foi recolhida muita cerâmica local e de importação. Ainda que essa seja a conclusão geral é difícil afirmar se este espólio se encontrava directamente associado à ocupação da casa-torre ou se terá sido oriundo de outras zonas da cidade e ali despejado.

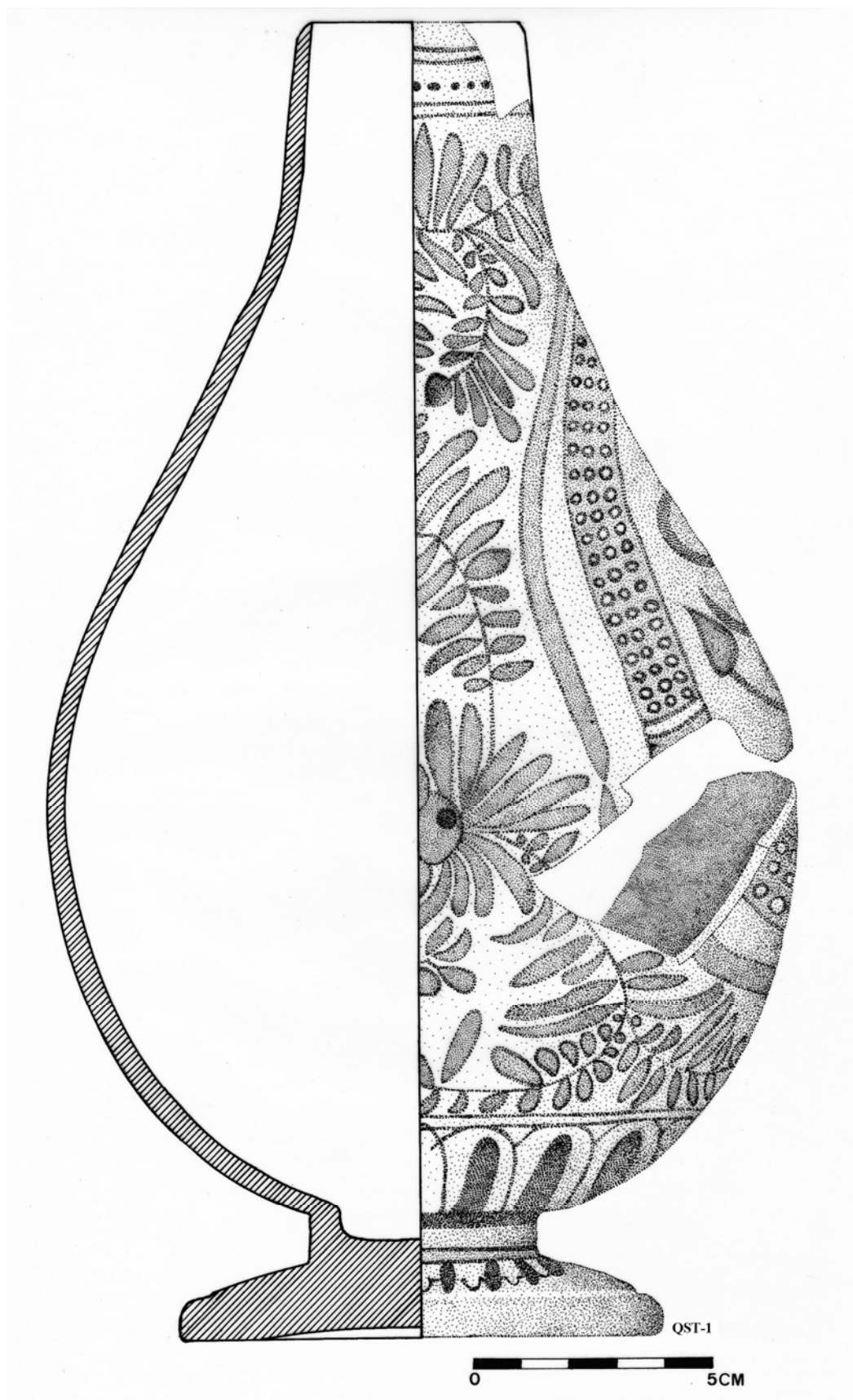
A bolsa de material onde as peças portuguesas foram recuperadas sugere uma datação entre 1630 e 1650, aliadas a outras importações portuguesas e espanholas, alemãs e inglesas, sobretudo London Delftware.

Ainda que esta seja a data de deposição do conjunto acreditamos que as peças portuguesas devem pertencer ao período anterior de produção, nomeadamente entre 1610 e 1630. Esta conclusão prende-se com o requinte dos objectos em questão, que acreditamos estarem em uso durante pelo menos uns 10 a 15 anos.

Catálogo

Garrafa (QST-1). Fragmentos correspondendo ao bordo, corpo e fundo. O bordo era apontado com lábio de secção semicircular, o corpo globular e o fundo, plano e destacado. Foi fabricada com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/1) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Foi integralmente decorada com elementos vegetalistas sugerindo folhas e flores, onde se demarcou cartela, no interior da qual surge representação zoomórfica representando

dragão. Mede 0,272 m de altura, 0,046 m de diâmetro no bordo, 0,101 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.



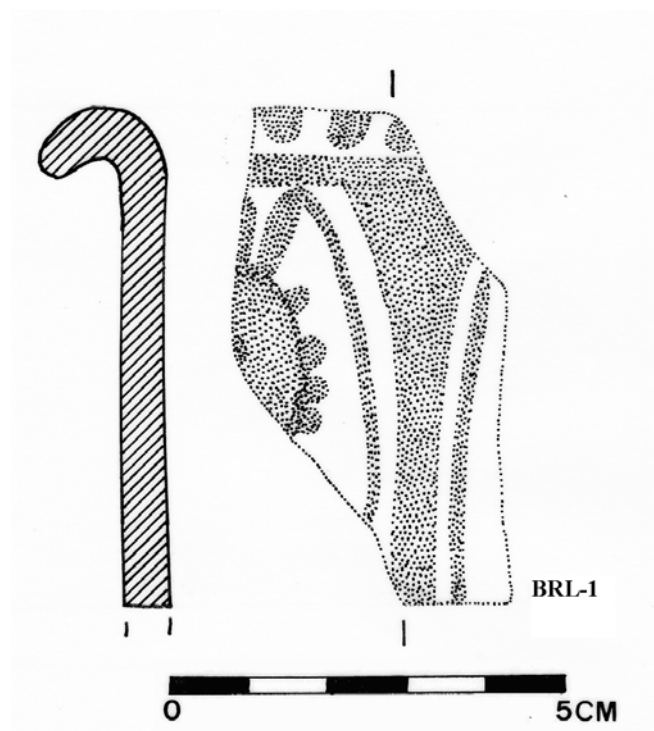
BRL – Barrack Lane.

Em 1652, depois da rendição da cidade às tropas de Cromwell é construído bastião adossado à zona este da muralha da cidadela. Esta estrutura foi identificada na intervenção arqueológica em 1989. Junto à parede daquela torre foi descoberta bolsa de materiais, cuja tipologia indicava terem sido descartados na década de 1640 e selados pela construção do edifício. É provável que se tratasse de lixos domésticos oriundos das casas identificadas aquando a intervenção arqueológica e datadas de finais do século XVI e meados da centúria seguinte, destruídas muito possivelmente aquando da tomada da cidade pelas tropas de Cromwell (Fitzpatrick, O'Brien e Walsh, 2004).

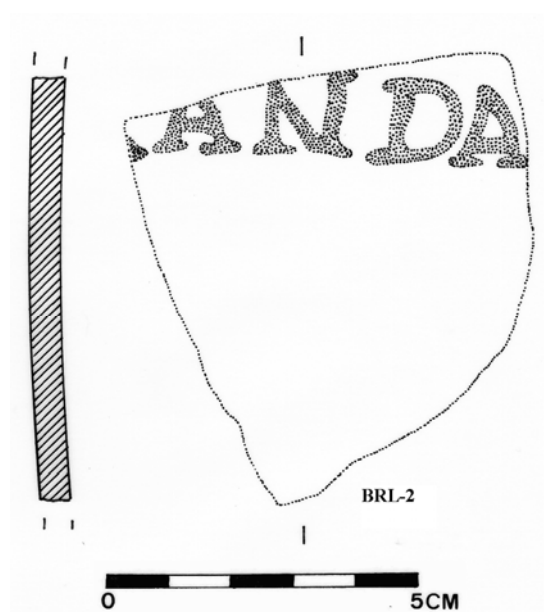
Neste conjunto predominavam cerâmicas de importação portuguesas e espanholas, confirmando a relação daquela cidade com a Península Ibérica, nomeadamente Faiança Portuguesa, cerâmica comum e anforetas, mas também com França com diversas vasilhas de cerâmica de Saintonge. Destacam-se ainda as importações inglesas, nomeadamente London Delftware e um fragmento de gravel-tempered ware cuja datação pode ser avançada para 1640-1650.

Catálogo

Prato (BRL-1). Fragmento correspondendo a porção do bordo, extrovertido com lábio de secção semicircular e parede. Foi fabricado com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo foi demarcado com linha concêntrica dentro da qual se desenvolve decoração vegetalista onde se identifica corola subcircular ladeado por pétalas. A parte superior do bordo foi decorada por séries de traços curtos e oblíquos. A espessura média das paredes é de 0,006 m.

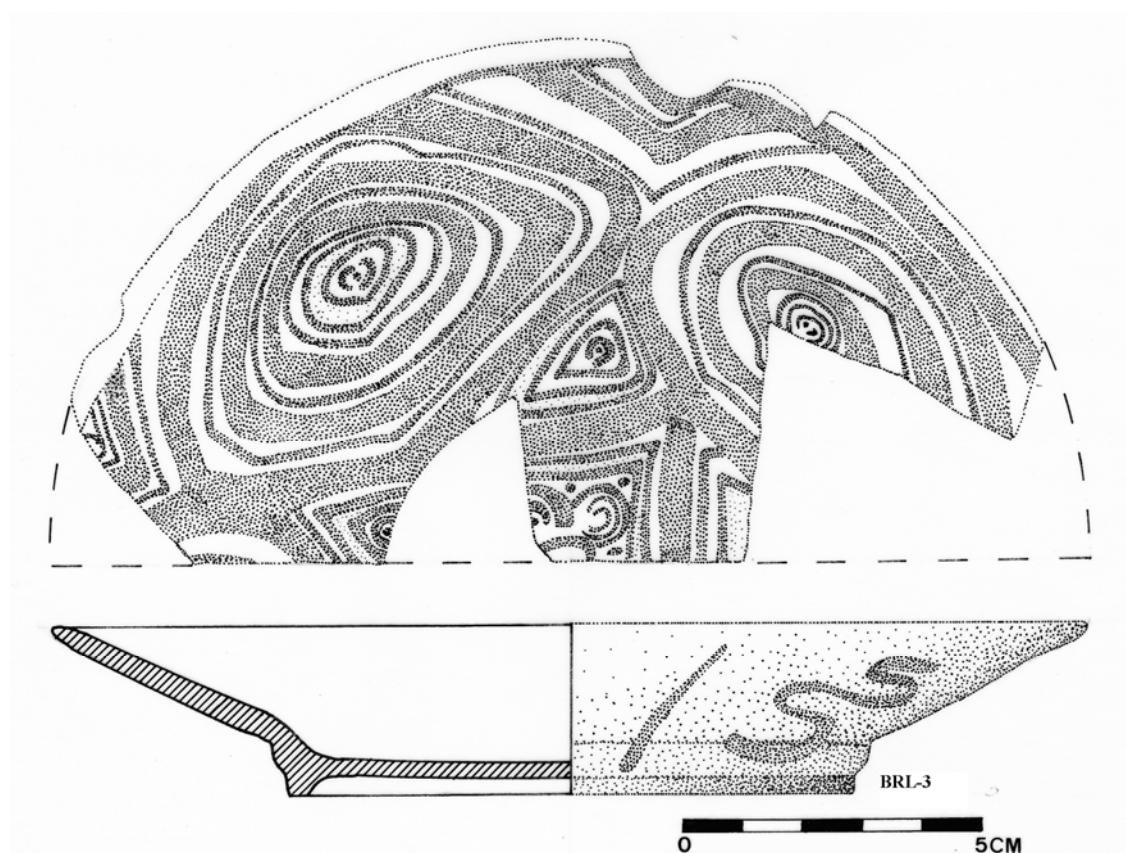


Prato (BRL-2). Fragmento correspondendo a porção do fundo. Foi fabricado com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo mostra os leteriformes ANDA. A espessura média das paredes é de 0,005 m.



Prato (BRL-3). Fragmentos correspondendo a porção do bordo, do corpo e do fundo. Tinha forma troncocónica com aba oblíqua. O bordo oferece secção semicircular.

O fundo era plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi fabricado com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior encontra-se decorado com pequenas espirais rodeadas por linhas que formam cartelas subcirculares. Mede 0,034 m de altura máxima, 0,216 m de diâmetro no bordo e 0,121 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0,005 m.



II.2.5. Limerick



Mapa de Limerick com a localização dos arqueossítios.

As primeiras notícias remontam ao século VII, com a existência de uma comunidade religiosa e com a população que cresceu na sua dependência. A cidade foi ocupada permanentemente em 922, novamente pelos Vikings, embora notícias da sua presença remontem a inícios do século IX. Era um sítio óbvio para a construção de uma cidade, atendendo ao facto de se tratar de uma ilha natural no meio do rio Shannon e facilmente defensável. Em 968, a cidade foi capturada pelos irlandeses, matando a maioria dos habitantes. Gradualmente a comunidade viking foi sendo absorvida (Spellissy, 1998).

Em 1194, os ingleses capturam a cidade. Nesse mesmo ano é construída a igreja de St. Mary. Em 1197 recebe uma carta de direitos. A paz instaurada neste período faz com que a cidade prospere enquanto porto comercial (Spellissy, 1998).

O castelo de King John é construído entre 1200 e 1210, bem como uma das primeiras pontes de acesso à ilha. Muitos colonos ingleses vieram habitar na cidade na Idade Média e fixaram-se num bairro conhecido como Englishtown, na ilha, enquanto os irlandeses atravessaram o rio e fixaram-se na Irishtown. A compartimentação e divisão do espaço era tal que, no século XIII, foi construída uma muralha em torno do local onde os ingleses habitavam, afastando-os dos irlandeses (Spellissy, 1998).



St John's Castle, em Limerick (foto, Limerick Museum).

A cidade cresceu em tamanho e importância exportando muita da sua produção local que se desenvolvia nos campos em redor e importando sobretudo vinho da Península Ibérica.

Foi a captura por Edward Bruce, irmão do lendário Robert Bruce, que levou os escoceses à libertação dos ingleses em 1316, mas a ocupação durou pouco tempo pois, em 1318, os ingleses expulsam os ocupantes matando o seu líder (Potter, 2006).

No século XV a importância da cidade começa a crescer a ponto de, em 1467 abrir a sua própria casa da moeda. Durante o século XVI, mantém-se pequena e ocupada com as suas produções locais. A diminuição do poder dos ingleses leva, tal como outras cidades irlandesas, a uma certa auto-gestão, sem nunca recusar o domínio da Coroa Inglesa. As tensões crescem apenas no reinado de Henrique VIII com a cisão com Roma e a instauração do protestantismo como religião oficial (Potter, 2006).

O século XVII foi marcado por confrontos em toda a Irlanda e esta cidade não foi exceção, registando quatro cercos.

Em 1574, um documento do embaixador irlandês em Espanha relata a riqueza da cidade: *“Limerick is stronger and more beautiful than all the other cities of Ireland, well walled with stout walls of hewn marble...there is no entrance except by stone bridges, one of the two of which has 14 arches, and the other 8 ... for the most part the houses are of square stone of black marble and built in the form of towers and fortresses”* (Binchy, 1921).

Em 1641, rebentou a rebelião irlandesa contra o jugo inglês. Um ano depois o exército irlandês chegou à cidade e as tropas inglesas refugiaram-se no castelo. Os irlandeses puseram um cerco que os ingleses suportaram durante um mês até se aperceberem que os irlandeses estavam a perfurar a paredes do castelo para depois queimar os alicerces de madeira que as suportavam (Potter, 2006).

Em 1649 Oliver Cromwell iniciou a reconquista da Irlanda. Em Junho de 1651 um exército inglês cercou Limerick. Incapazes de a tomarem viram-se agraciados pela peste que deflagrou no interior das muralhas, e os irlandeses, passados 5 meses e sob as ordens de Hugh O'Neil, viram-se obrigados a entregar armas. Foram executadas dezenas de pessoas acusadas de traição ao estado inglês (Binchy, 1921).

Em 1690 a cidade foi novamente cercada pois prestou apoio a James II, o rei católico. Mesmo depois da sua fuga, o seu exército continuou a resistir à ocupação por parte de William de Orange. O cerco começou a 25 de Agosto mas rapidamente uma brecha foi aberta nas muralhas. Como os homens do rei ficaram sem munições o bloqueio foi levantado, mas retomado no ano seguinte. Liderado por um holandês, o exército inglês chegou a Limerick e começou a bombardear a cidade. Os soldados irlandeses foram dizimados e a cidade rendeu-se (Potter, 2006).

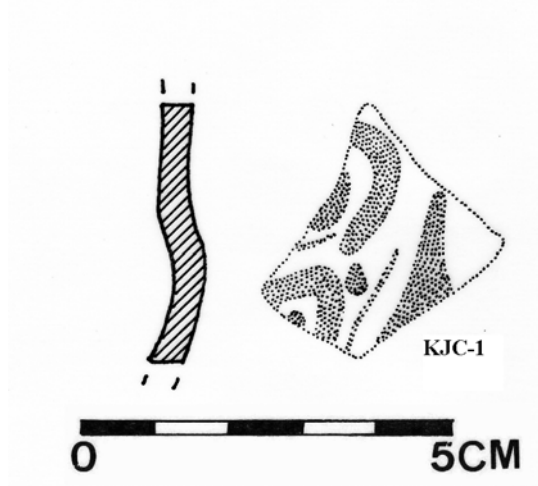
KJC – King Jonh’s Castle.

Edificado no século XIII, foi o centro de poder desta cidade, tendo a malha urbana crescido em seu torno. Sofreu grandes remodelações durante o século XVII com a destruição de uma torre e a sua substituição por um novo bastião. Aqui habitavam os governantes da cidade.

A intervenção arqueológica identificou diversas estruturas medievais. No que concerne a ocupação moderna não se identificaram estruturas. Contudo, foram descobertos diversas evidências do cerco de 1642, sobretudo com a destruição de paredes e casas. No seio destes derrubes foram recuperados dois pratos em Faiança Portuguesa, cuja decoração corresponde ao estilo oriental, muito requisitado nesta ilha.

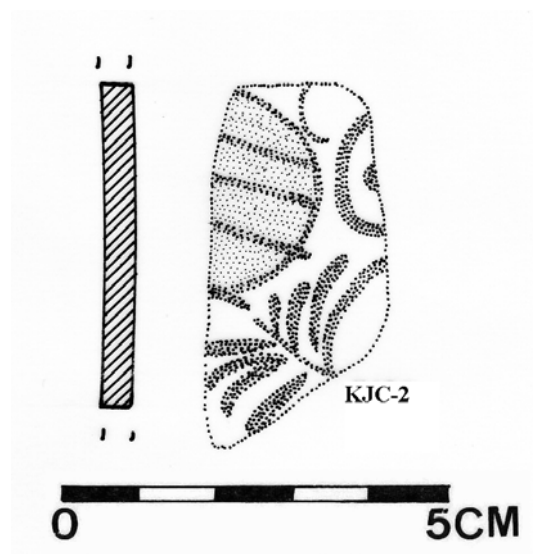
Catálogo

Prato (KJC-1). Fragmento correspondendo a porção de parede. Foi fabricado com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/1) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior das paredes mostra decoração de temática vegetalista. A espessura média das paredes é de 0,005 m.



Prato (KJC-2). Fragmento correspondendo a porção de parede. Foi fabricado com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo, bem como uma inclusão ferruginosa de tamanho pequeno. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies

oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior das paredes mostra decoração de temática vegetalista. A espessura média das paredes é de 0,005 m.



ODST – Old Dominic Street.

Esta escavação foi efectuada dentro de casa com a intenção de construir cave. Contudo, durante a intervenção descobriu-se que a casa, edificada em finais do século XVI, já havia possuído tal compartimento subterrâneo, entulhado e selado em finais do século XVII, época em que a taça aqui recuperada foi descartada. Localizada a menos de 100 metros do castelo da cidade, a sua localização na *Old Englishtown* coloca-a na zona mais nobre da cidade.

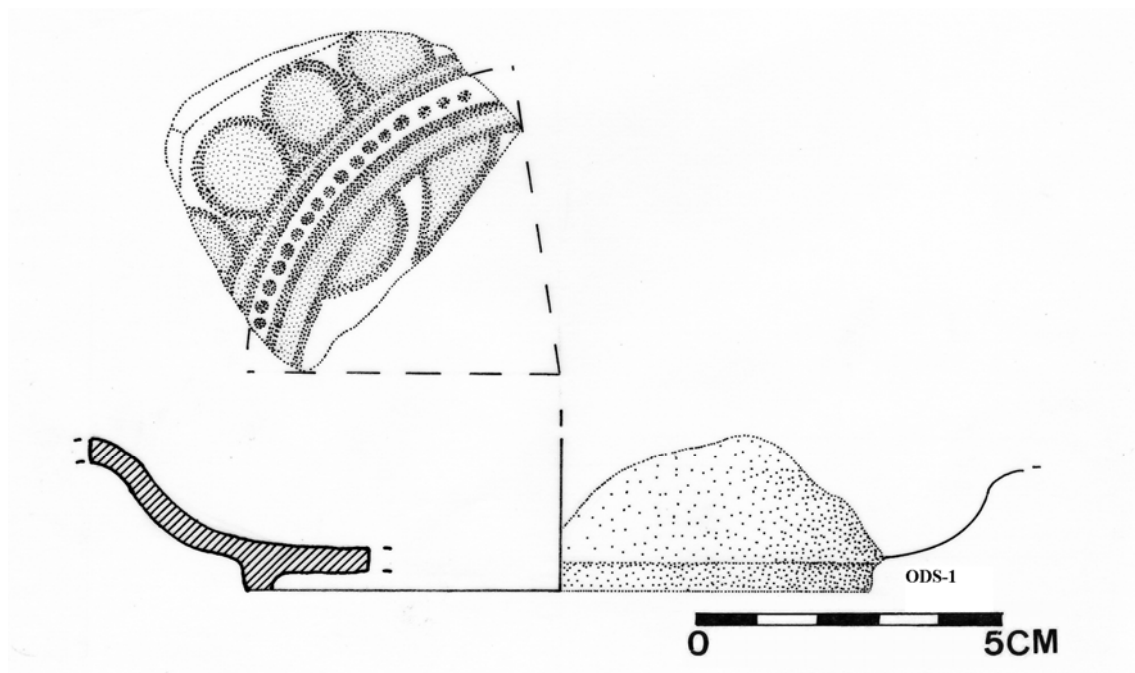


Mapa de Limerick (1690) com a representação da *Englishtown* e *Irish Town*, ambas muralhadas (cortesia Museu de Limerick)

Catálogo

Taça (ODS-1). Fragmento correspondendo a porção do fundo e paredes. O fundo é plano, assente em pé, baixo e anelar. Foi fabricado com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As

paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto e violeta de manganês. O interior das paredes foi decorado com círculos. Media 0,102 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



II.2.6. Londerry



Mapa de Limerick com a localização do arqueossítio.

A cidade cresceu numa ilha onde se elevava pequena colina na foz do rio Foyle. Naturalmente defensável e fértil, o terreno foi seleccionado no século VI para a construção de um mosteiro e comunidade dependente. Facilmente acessível por mar encontra-se no interior do território o que, de alguma forma, a livrava das tempestades que fustigavam o mar do norte (Lacey, 1988).

Durante a segunda metade do século XVI, tropas inglesas, sob o comando de Isabel I, tentam conquistar o Ulster, a única província da Irlanda ainda não completamente sob domínio inglês. Os ingleses chegaram a Derry em 1566, durante o reinado de Isabel I, mas os conflitos duraram apenas alguns anos, conquistando temporariamente a cidade (Lacey, 1990). Regressaram em 1600, durante a guerra dos nove anos e conseguiram controlar a cidade. Os conflitos terminaram em 1603 e foi

conferido ao lugar o estatuto de cidade. Em 1608 foi atacada por um chefe irlandês e virtualmente arrasada (Lacey, 1990).



Derry nos inícios do século XX (seg. Lacey, 1990).

Em 1604 recebeu uma carta de direitos de James I, referindo-a como “*a place very convenient to be made both a town of war and a town of merchandize*” (Logue e O’Neill, 2006)

É a única cidade irlandesa onde a sua muralha original se mantém intacta. Os muros foram construídos entre 1613 e 1619 como defesa para os colonos ingleses e escoceses. A sua construção foi completamente planeada e a muralha obedece aos novos padrões de construções europeus de defesa contra artilharia.

Conheceu uma grande campanha de construções no século XVII, como por exemplo a catedral de São Columb em 1633, a primeira igreja protestante a ser erguida depois da Reforma eclesiástica nas Ilhas Britânicas. Foram as únicas muralhas da Europa que nunca foram tomadas, nem mesmo em 1689, quando a cidade foi alvo de um cerco que durou 105 dias (Lacey, 1990).

Foi uma cidade de grande importância na Idade Média, sobretudo nos séculos XII e XIII quando os MacLochlainn se mudaram para a região. Defendendo serem reis da Irlanda a urbe prosperou, a população cresceu, o mosteiro e a escola vingaram. Quando a sua família declinou também declinou a cidade.

Com o final do reinado de Isabel I o novo rei, James I, surge com o plano das plantações para conquistar o Ulster, para onde manda colonos ingleses e escoceses que professassem o protestantismo. Muitos destes imigrantes seriam mandados de Londres,

pelo que a cidade foi reconstruída, fortificada e rebaptizada como Londerry (Lacey, 1990).

Quando se dá a Rebelião Irlandesa em 1641, a cidade torna-se um ponto forte na defesa dos colonos protestantes. A maioria dos seus habitantes apoiava as tropas do Parlamento. As tropas apoiantes do rei, aliadas a tropas escocesas conquistaram a cidade. A guerra no Ulster acabou quando, em 1650, as tropas do Parlamento esmagaram a resistência católica. Em 1680 a cidade continha apenas dois mil habitantes mas era a maior cidade do Ulster, tendo demorado a prosperar (Lacey, 1988).

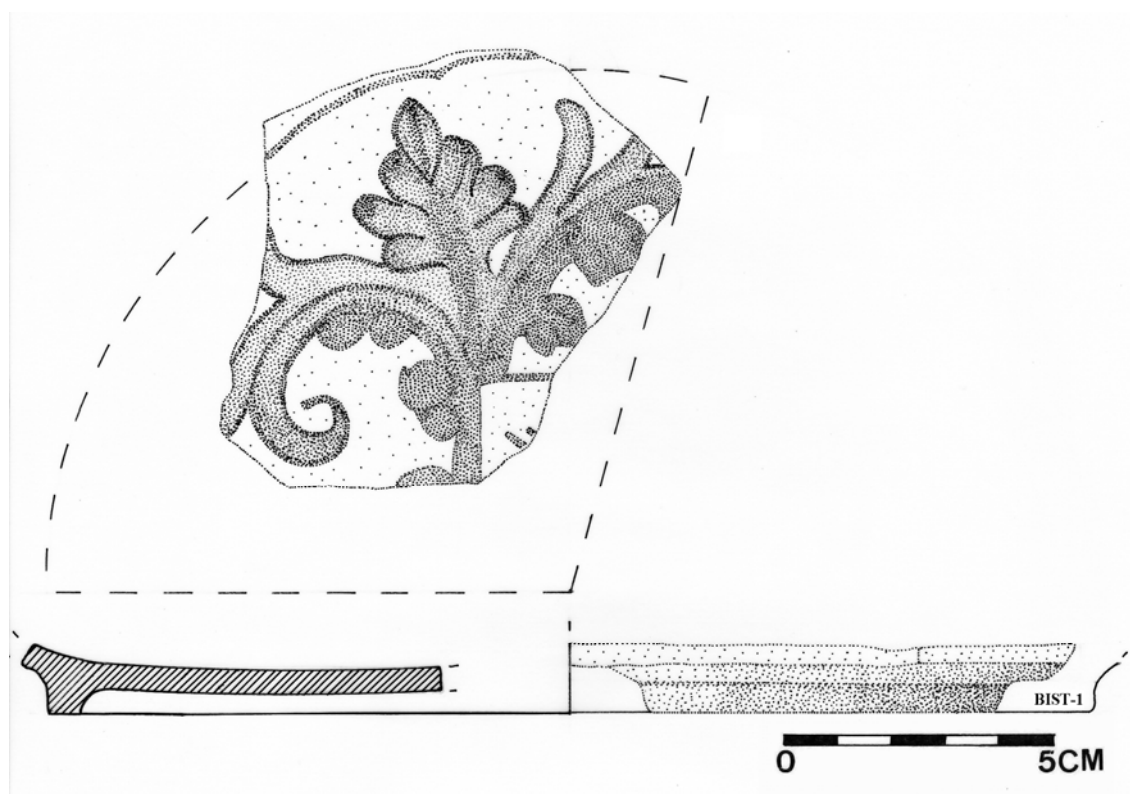
Com a deposição de James II, Londerry apoia William de Orange. Tropas inglesas católicas apoiadas por escoceses e comandadas pelo próprio rei deposto avançam para Londerry cercando a cidade em 1689. Mesmo após 105 dias de cerco, com bombardeamentos constantes e a muralha quase destruída, fome e pestes, a cidade não se rendeu. O interior das muralhas foi reconstruído no século XVIII.

BIST99 – Bishop Street.

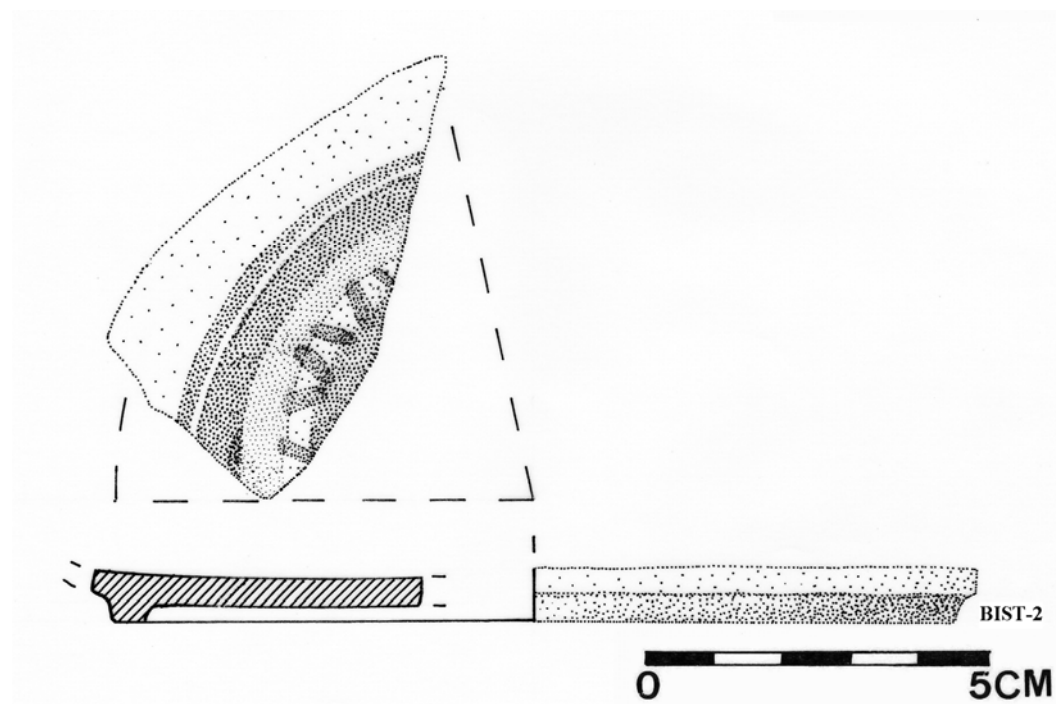
A escavação desta rua tornou-se um ponto fundamental na identificação de estruturas e acontecimentos durante o cerco de 1689. Foi mesmo reconhecida uma trincheira que, o arqueólogo Paul Logue, supõe tratar-se de um dos túneis destinados a perfurar a parte inferior da muralha, destabilizando os seus alicerces e tapada no mesmo ano, quando as tropas de William de Orange chegam à Irlanda. De entre centenas de artefactos datáveis entre 1670 e 1690 foram identificados alguns fragmentos de Faiança Portuguesa (Logue e O'Neill, 2006).

Catálogo

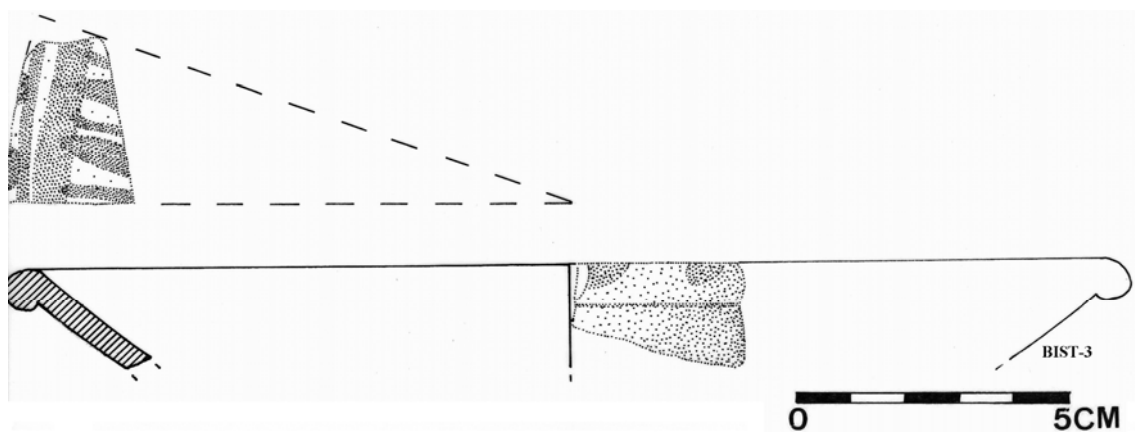
Prato (BIST-1). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano, assente em pé anelar. Foi produzido com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo encontrar-se-ia decorado com motivo heráldico, observando-se parte do suporte lateral do mesmo. Media 0,193 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



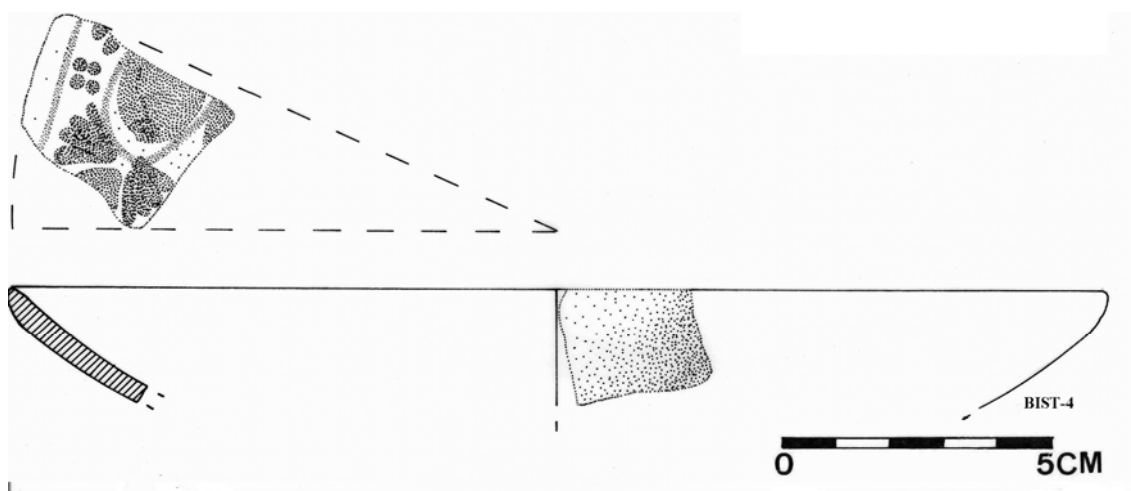
Prato (BIST-2). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano, assente em pé anelar. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo apresentava decoração geométrica com vestígios de círculos concêntricos. Media 0,193 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



Taça (BIST-3). Fragmento correspondendo a porção do bordo e do corpo. Mostra forma troncocônica, bordo espessado, com lábio de secção semicircular. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto, assim como algumas porosidades de reduzida dimensão. O interior do bordo encontrar-se-ia demarcado por linha concêntrica, a partir da qual se desenvolve decoração, de temática vegetalista sugerindo folhas. A parte superior do bordo foi decorada por séries de traços curtos e oblíquos. Media 0,205 de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.

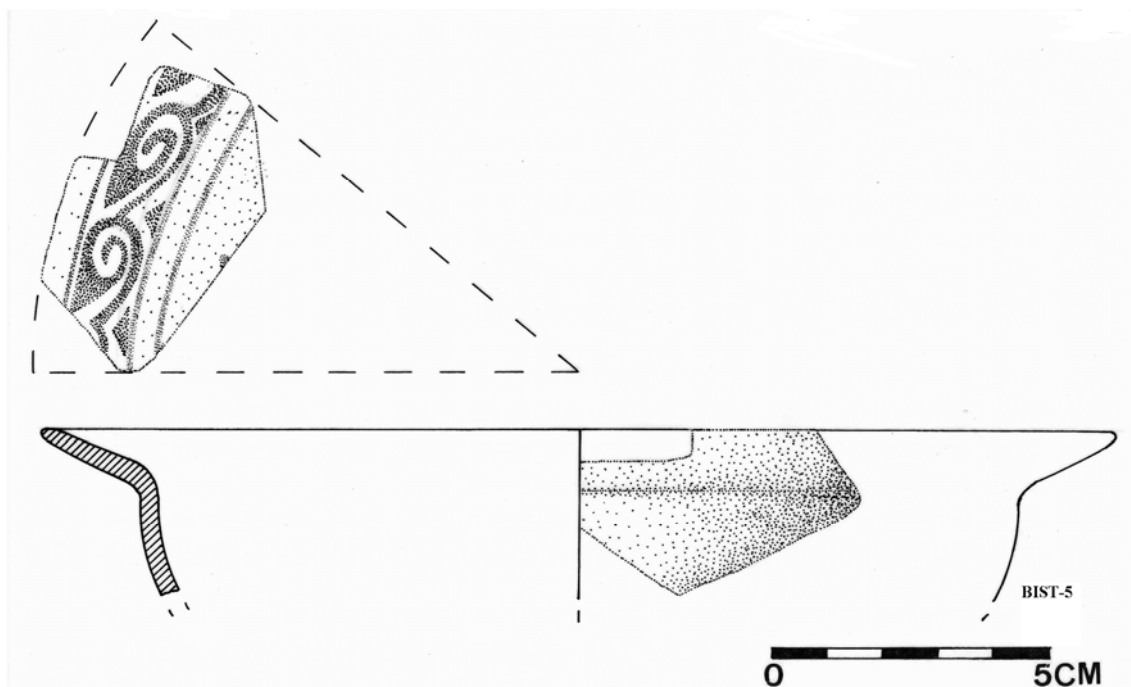


Prato (BIST-4). Fragmento correspondendo a porção do bordo, com lábio de secção semicircular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontrar-se-ia demarcado por linha concêntrica, a partir da qual se desenvolve decoração, de temática vegetalista. Medida 0,202 de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.

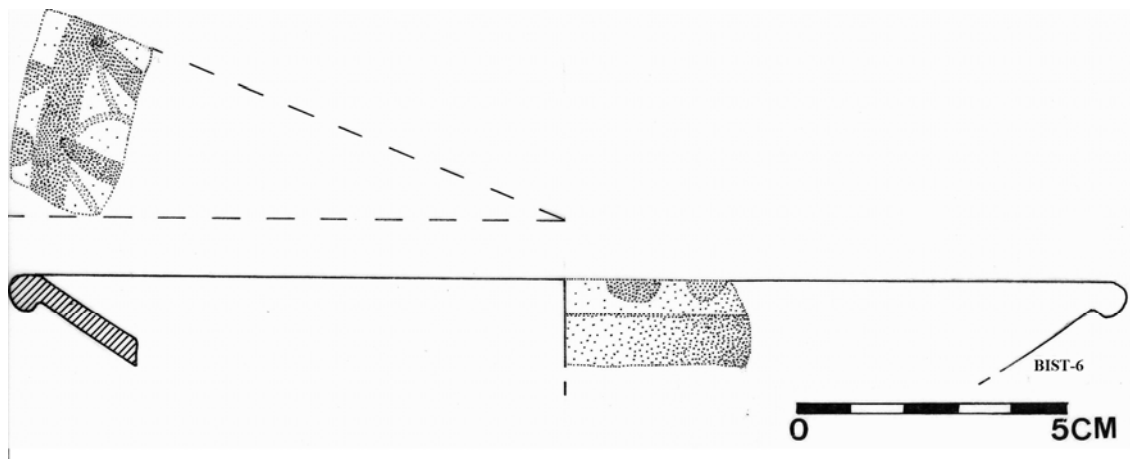


Taça (BIST-5). Fragmento correspondendo a porção do bordo e do corpo. Mostra forma hemisférica, bordo extrovertido, com lábio de secção semicircular. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontrar-se-ia demarcado por linha concêntrica, a partir da qual se desenvolve banda onde foram

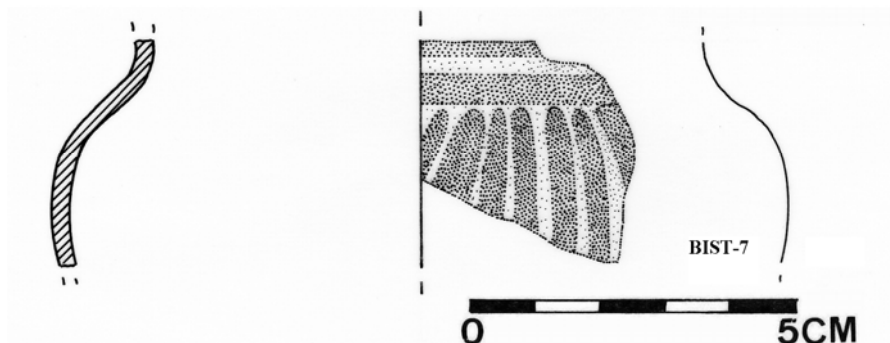
desenhadas volutas. Média 0,198 de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



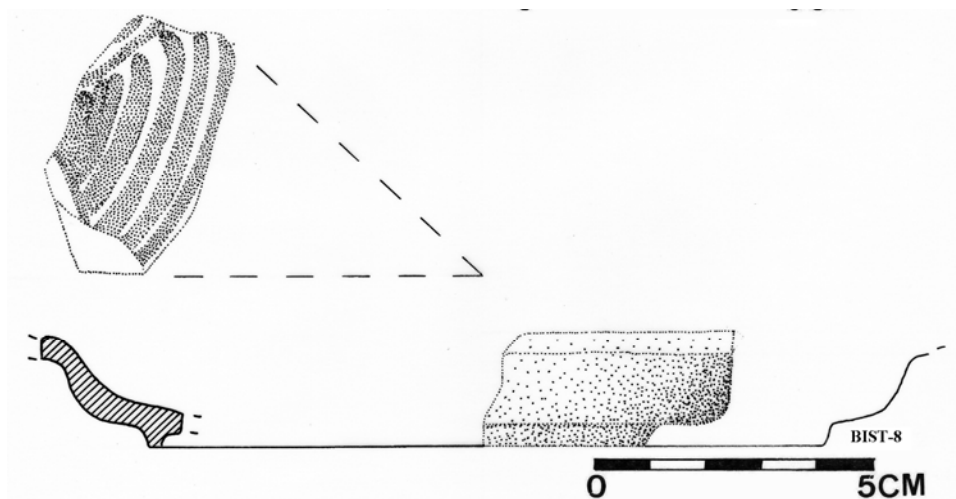
Taça (BIST-6). Fragmento correspondendo a porção do bordo e do corpo. Mostra forma troncocônica, bordo espessado, com lábio de secção semicircular. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontrar-se-ia demarcado por linha concêntrica, a partir da qual se desenvolve decoração, de temática vegetalista sugerindo bolbos. A parte superior do bordo foi decorada por séries de traços curtos e oblíquos. Média 0,206 de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



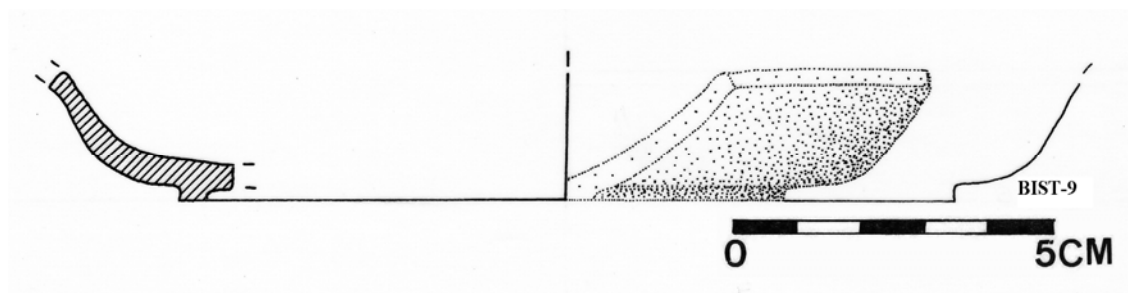
Pote (BIST-7). Fragmento correspondendo a porção do corpo, globular e gargalo. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O corpo foi decorado com traços verticais que terminam no gargalo onde surgem duas linhas concêntricas, paralelas. A espessura média das paredes é de 0,004



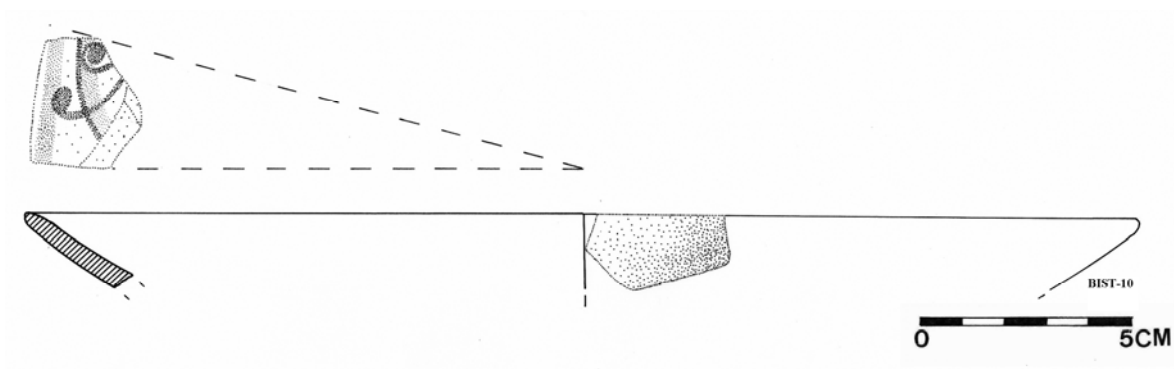
Prato (BIST-8). Fragmento correspondendo a porção do fundo e do corpo. O fundo é plano, assente em pé, baixo e anelar e o corpo mostra forma subtruncocônica. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior das paredes estaria decorado com teoria de semicírculos. Medida 0,122 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



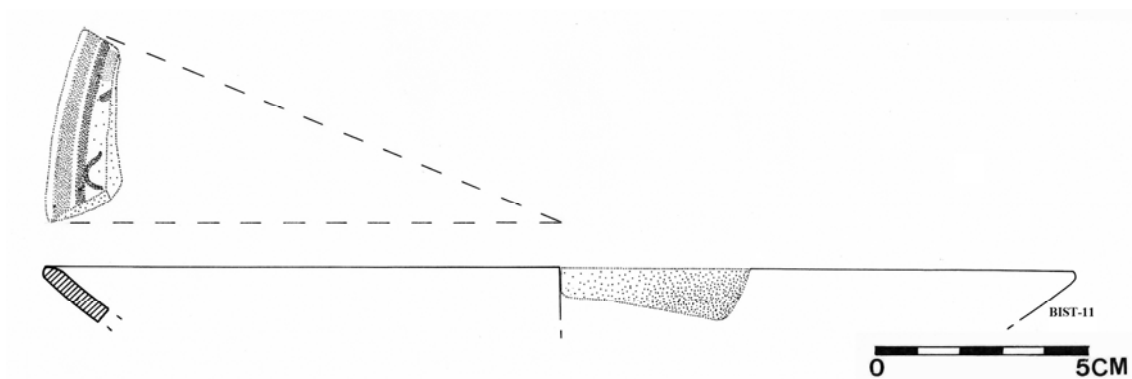
Prato (BIST-9). Fragmento correspondendo a porção do fundo e do corpo. O fundo é plano, assente em pé, baixo e anelar e o corpo mostra forma subtruncocônica. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. Identifica-se apenas pequeno traço junto ao interior do fundo. Medida 0,121 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



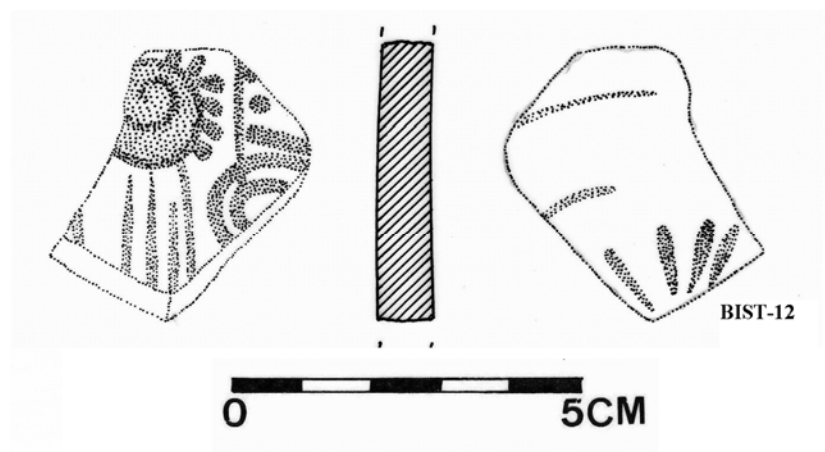
Prato (BIST-10). Fragmento correspondendo a porção do bordo, com lábio de secção semicircular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontrar-se-ia demarcado por linha concêntrica, a partir da qual se desenvolve decoração, onde se observa elemento identificado como “aranhão”. Medida 0,262 de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



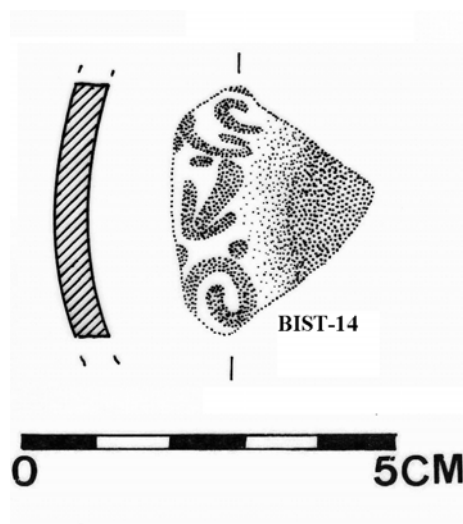
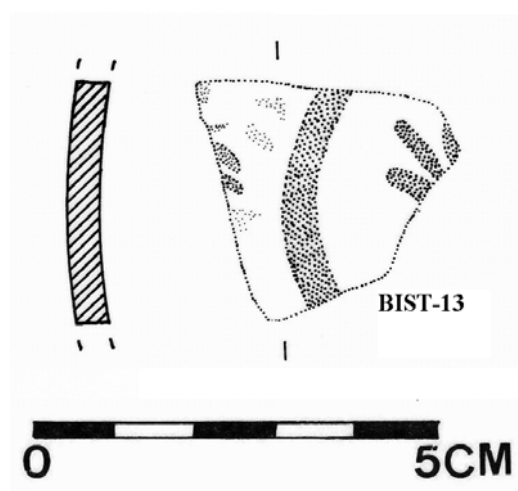
Prato (BIST-11). Fragmento correspondendo a porção do bordo, com lábio de secção semicircular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto e violeta de manganês. O interior do bordo encontrar-se-ia demarcado por duas linhas concêntricas, paralelas, a externa em azul de cobalto e a interna em violeta de manganês. Média 0,262 de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.



Prato (BIST-12). Fragmento correspondendo a porção de parede. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior das paredes encontrar-se-ia subdividido em cartelas, onde intercalariam composições com grandes folhas, ditas de “aranhões”, com outras constituídas por flor central, circular. A parede exterior apresenta vestígios de pinceladas sugerindo motivos vegetalistas. A espessura média das paredes é de 0,007 m.

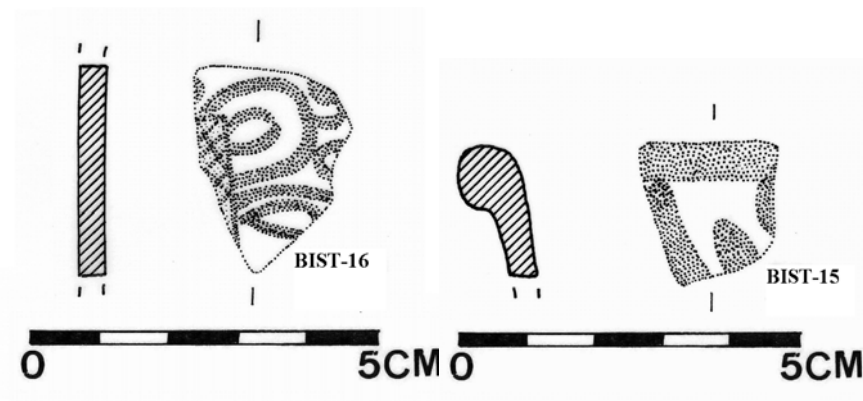


Garrafa (BIST-13). Fragmento correspondendo a porção de parede. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O exterior das paredes apresenta motivos vegetalistas. A espessura média das paredes é de 0,004 m.



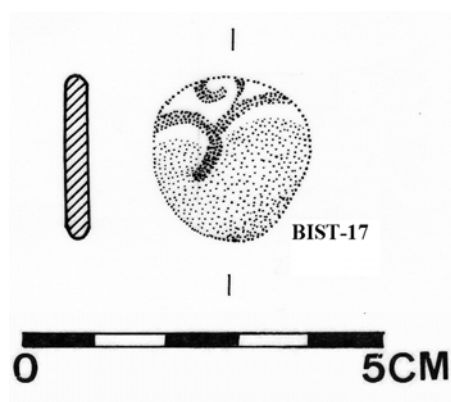
Garrafa (BIST-14). Fragmento correspondendo a porção de parede. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O exterior das paredes apresenta motivos vegetalistas. A espessura média das paredes é de 0,004 m.

Taça (BIST-15). Fragmento contendo porção do bordo, espessado, com lábio de perfil semicircular. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, micáceos e quartzosos, contendo elementos não plásticos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo apresenta motivos vegetalistas. A espessura média das paredes é de 0,004 m.

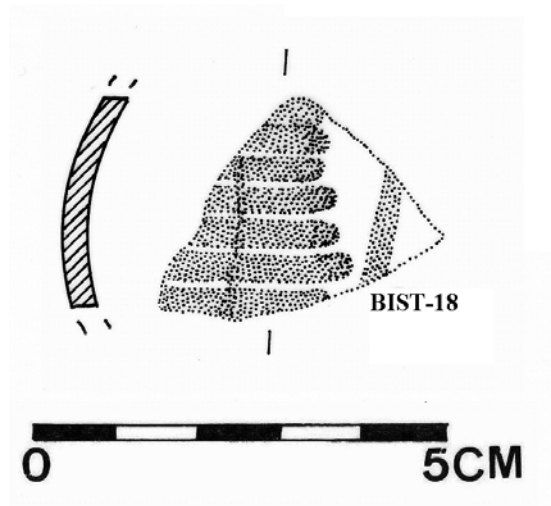


Prato (BIST-16). Fragmento correspondendo a porção de parede. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior das paredes oferece composição com grande folha, dita de “aranhão”. A espessura média das paredes é de 0,004 m.

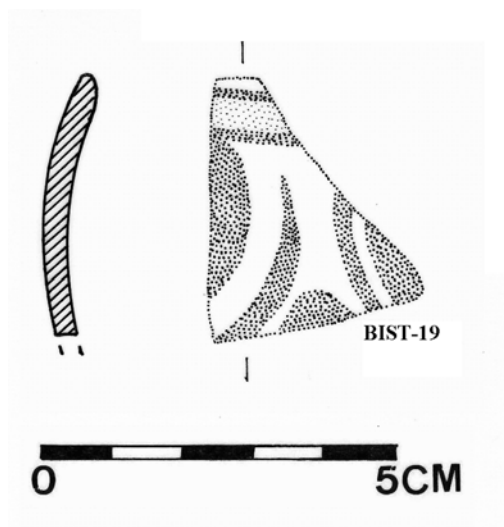
Marca de jogo (BIST-17). Completa. Mostra forma sub-circular. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. A espessura média das paredes é de 0,003 m.



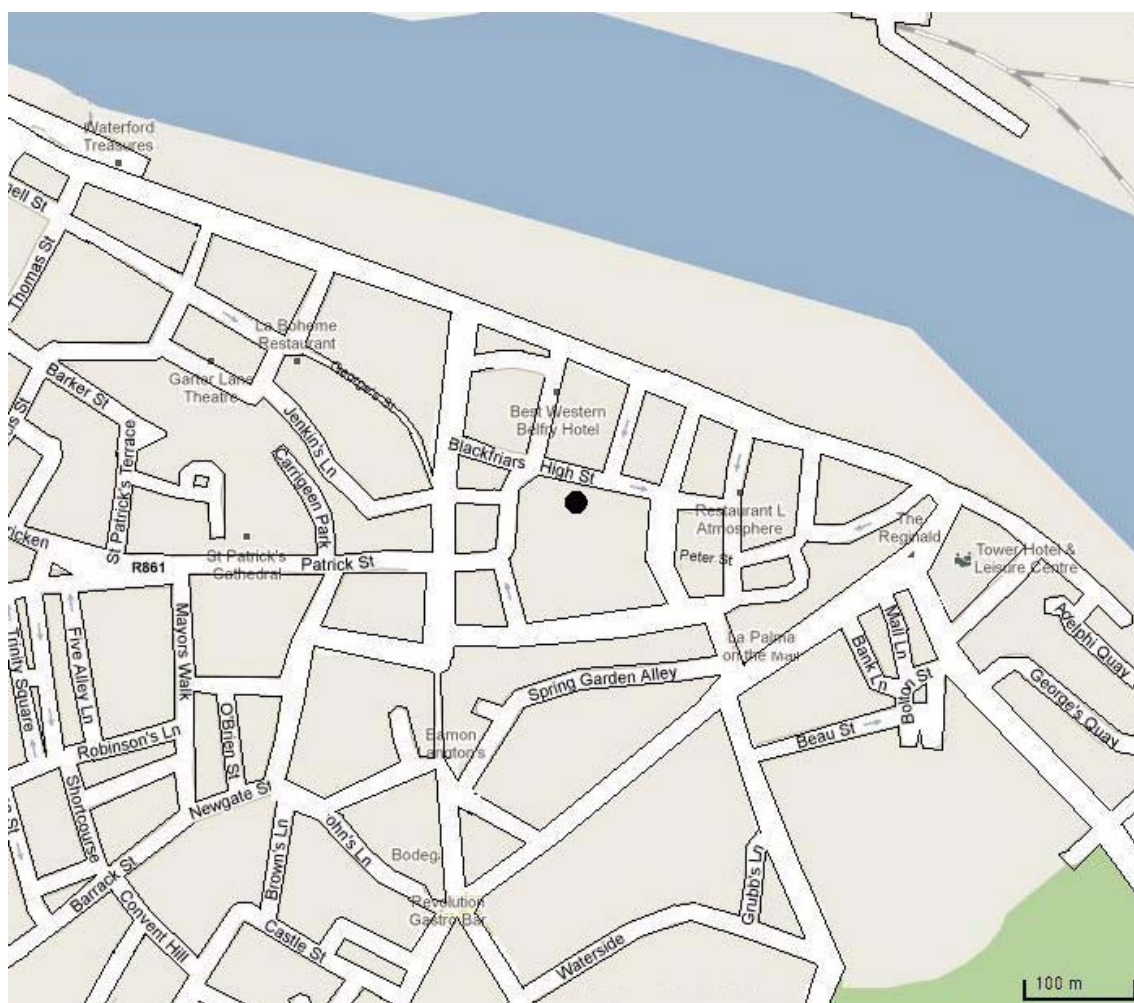
Garrafa (BIST-18). Fragmento correspondendo a porção de parede. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O exterior das paredes apresenta motivos vegetalistas. A espessura média das paredes é de 0,003 m.



Prato (BIST-19). Fragmento contendo porção do bordo, com lábio de perfil semicircular. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, micáceos e quartzosos, contendo elementos não plásticos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo apresenta motivos vegetalistas. A espessura média das paredes é de 0,004 m.



II.2.7. Waterford



Mapa de Waterford com a localização do arqueossítio.

A cidade de Waterford está localizada na costa sul da Irlanda nas margens do rio Suir, a cerca de vinte e sete kms da sua foz. Encontra-se maioritariamente na margem sul, excepto alguns desenvolvimentos industriais, na zona norte (Noland e Power, 1992).

A cidade é um dos centros urbanos mais antigos da Irlanda, fundada no século IX, pelos Vikings. É tomada pelos normandos em 1170 e torna-se um dos pontos mais importantes dos Old English, católicos, que viviam em harmonia com os Gaelic Irish. De facto os problemas da cidade começaram quando se recusaram a reconhecer Henrique VIII como chefe do Estado e da Igreja (Noland e Power, 1992).



Waterford em finais do século XIX (foto Waterford Tresures).

Recebeu a sua primeira carta de direitos em 1205, ganhando alguma autonomia enquanto centro administrativo. Durante a Idade Média a cidade foi a segunda maior da Irlanda, a seguir a Dublin, recebendo as suas muralhas no século XV. Esteve sempre sob o domínio régio inglês. Os seus habitantes mais poderosos eram mercadores e eram eles que governavam a cidade (Power, 1933).

No século XV, a Irlanda afasta o poder inglês, no entanto as relações de Waterford com Chester e Bristol levam a que a soberania inglesa seja respeitada. A cidade, no fim deste século, vai estar economicamente consolidada sobretudo com a produção de lã (Power, 1933).

Em 1603, quando James I chega ao trono, surge uma ideia generalizada pela Irlanda que o catolicismo poderá ser aceite novamente. Perante esta expectativa é celebrada uma missa pública na cidade que tem como consequência um cerco por parte das autoridades inglesas que a tomam e proíbem qualquer manifestação pública de catolicismo. Uma das famílias mais influentes e antigas de Waterford, ligada ao comércio internacional, eram os Wadding, vivendo em High Street, ainda que se desconhecendo o número da porta, e que professavam publicamente o seu catolicismo (Byrne, 2008). Os seus contactos com Portugal eram reconhecidos e tornam-se evidentes quando perante a proibição daquelas manifestações religiosas, Matthew Wadding traz o seu filho Luke, para Lisboa. Após alguns anos na capital portuguesa

segue em direcção ao Porto onde entra num convento de Franciscanos e mais tarde para Matosinhos. Em 1644, Patrick Comerford, primo e amigo de Luke Wadding, que havia estudado nos Açores e em Lisboa, regressa a Waterford mas já como chefe dos Agostinhos de Kells (Byrne, 2008).

Aqui se demonstra que as relações da cidade com Portugal eram muito próximas, não apenas no seu aspecto comercial, mas sobretudo com diversos dos seus habitantes a terem estudado e vivido em Portugal. O comércio entre Lisboa e Waterford encontra-se documentado desde o século XIV. Em 1374 um barco oriundo da capital portuguesa é aprisionado em Waterford por se julgar que o seu mestre é inimigo do rei de Inglaterra. Poucos anos depois, um comunicado real é lançado, proclamando que *“merchants of Portugal and Lisbon may come safely into Ireland with wines and other merchandise... and likewise merchants of Ireland may freely go ... to Portugal and Lisbon”* (O'Neill, 1987).

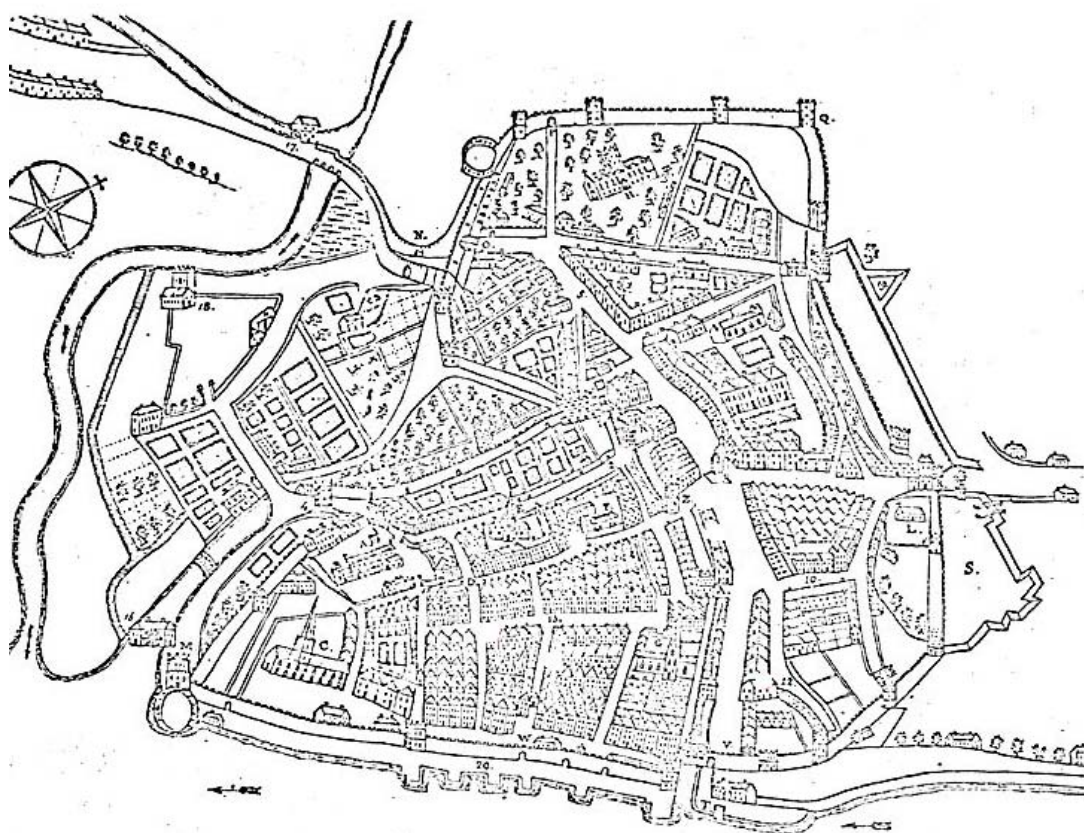
Durante a guerra dos nove anos, a cidade foi ocupada e, apesar de muitos deles serem católicos, tomaram o partido das forças inglesas. No entanto, com a subida ao trono de James I, a cidade recusa-se a deixar-se dominar pelas forças inglesas. Após a rebelião de 1641, passou a apoiar a confederação dos católicos irlandeses. Com a tomada da Irlanda por Cromwell não se rende imediatamente, mas é obrigada a fazê-lo em 1650, depois de um longo cerco (Power, 1933).

Nesta altura os soldados do Parlamento expulsam grande parte dos mercadores católicos da cidade. Muitos deles fugiram para a Península Ibérica e França e voltaram como mercadores de vinho.

A partir de finais do século XVII, o comércio com a Terra Nova levou a um intenso desenvolvimento comercial. É neste momento que os portões da cidade são retirados, pois limitavam o comércio (Power, 1933).

E289 - High Street.

É das ruas mais antigas da cidade tendo, sido designada por Both Street até ao século XVI. O local intervencionado albergava casas de mercadores como revelado num mapa de 1673, onde o local da escavação apresenta edifício residencial, a poucos metros da casa da Alfândega. Os achados, provenientes na sua totalidade do contexto 8, identificado com o interior de estrutura habitacional, tratam-se de fragmentos muito pequenos, porém de excelente qualidade, de produções lisboetas, onde predomina a decoração de influência chinesa. O contexto foi datado entre 1620 e 1650.

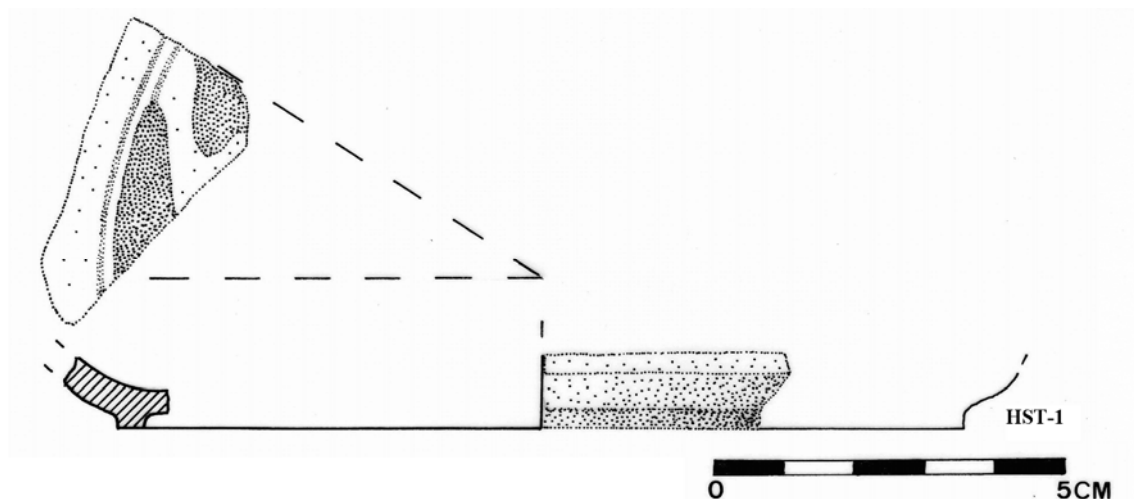


Mapa de Waterford, em 1673 (cortesia Waterford Treasures).

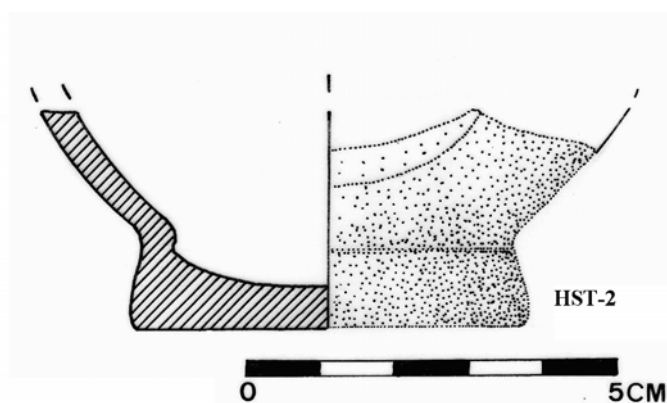
Catálogo

Prato (HST-1). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano, assente em pé baixo e anelar. Foi fabricado com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e

muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do fundo apresenta linha concêntrica ladeando decoração central composta por motivos vegetalistas. O arranque das paredes mostra o motivo das contas. Media 0,121 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.

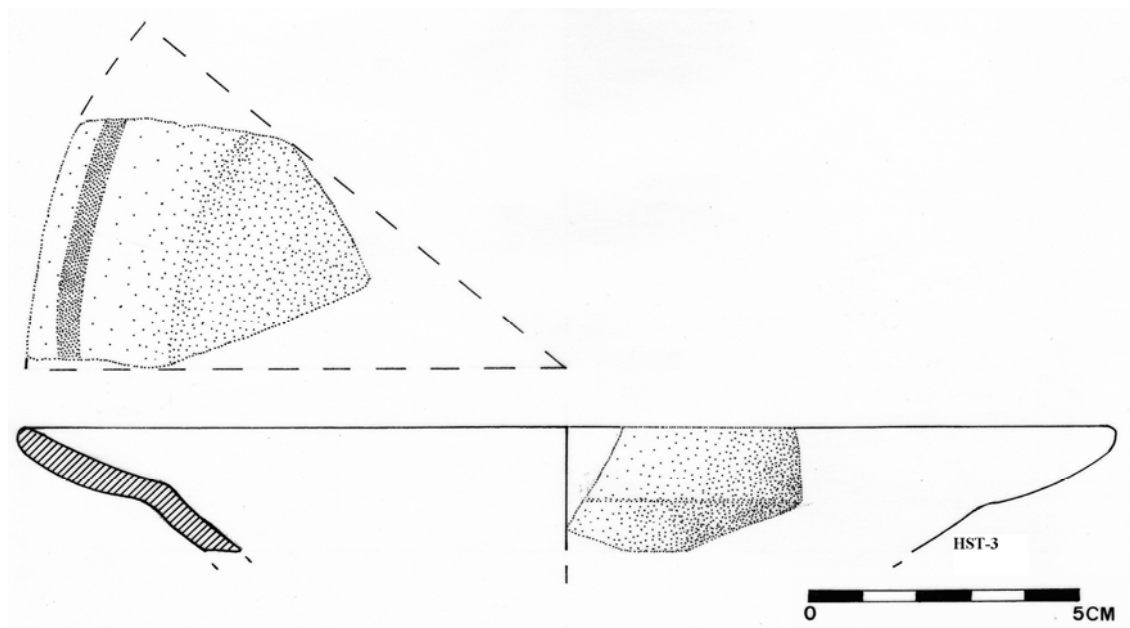


Garrafa (HST-2). Fragmento correspondendo a porção do fundo, plano e corpo globular. Foi fabricada com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. Não apresenta decoração. Media 0,053 m de diâmetro no fundo e a espessura média das paredes é de 0,004 m.

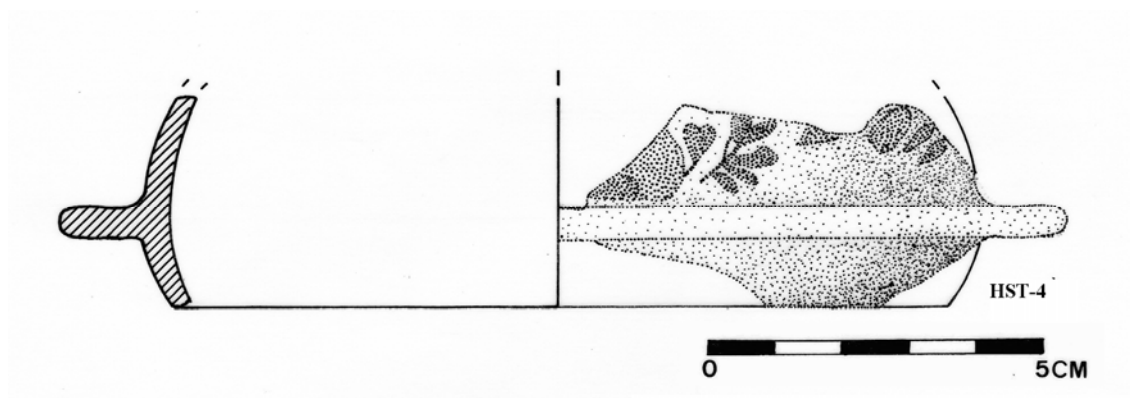


Prato (HST-3). Fragmento correspondendo a porção do bordo, com lábio de secção semicircular e corpo subtruncocônico. Foi produzido com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies

oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior do bordo encontrar-se-ia demarcado por linha concêntrica. Media 0,202 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.

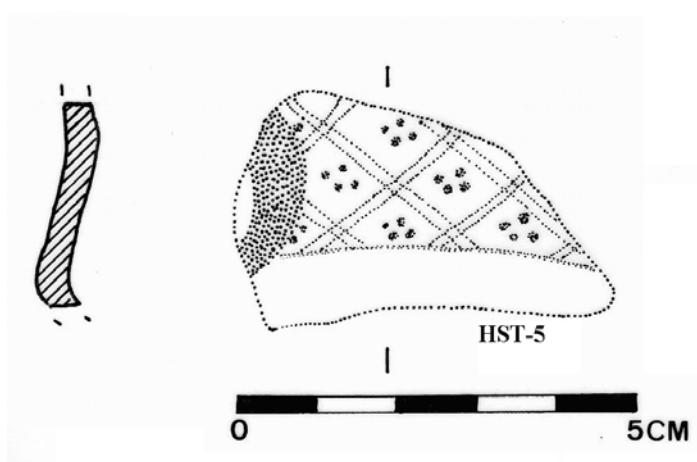


Tampa (HST-4). Fragmento correspondendo a porção do bordo e corpo. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. Mostra decoração vegetalista. Media 0,114 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,005 m.

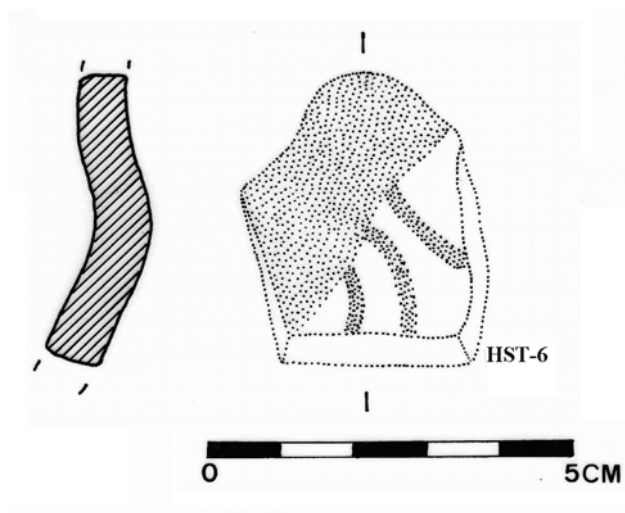


Prato (HST-5). Fragmento correspondendo a porção da parede. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor

creme e com decoração na cor azul de cobalto. Foi decorado com reticulado e pequenos pontos. A espessura média das paredes é de 0,003 m.

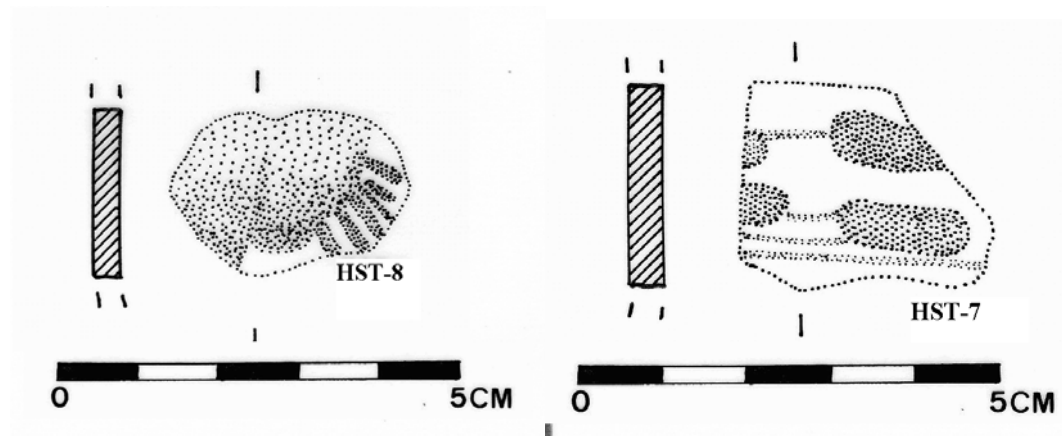


Prato (HST-6). Fragmento correspondendo a porção da parede. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. Mostra vestígios de “aranhão”. A espessura média das paredes é de 0,006 m.

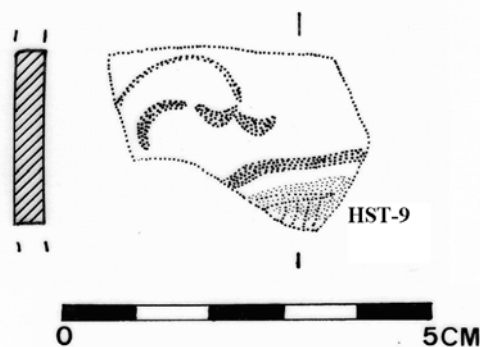


Prato (HST-7). Fragmento correspondendo a porção da parede. Foi produzida com pasta homogênea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. Mostra vestígios de decoração vegetalista. A espessura média das paredes é de 0,003 m.

Prato (HST-8). Fragmento correspondendo a porção da parede. Foi produzida com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. Mostra vestígios de decoração vegetalista. A espessura média das paredes é de 0,003 m.



Prato (HST-9). Fragmento correspondendo a porção da parede. Foi produzida com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. Mostra vestígios de decoração vegetalista. A espessura média das paredes é de 0,003 m.



II.2.8. Wexford

BLC – Ballyhack Castle.

Situado na baía de Waterford, sobre a qual exerce supervisão, esta fortificação foi edificada entre os finais do século XIV e inícios da centúria seguinte, pertença dos cavaleiros hospitalários. No século XV o forte foi transformado em casa fortificada, detida pelo mosteiro de Dunbrody. Ainda que perto de Waterford encontra-se no county Wexford (Noonan, 2001).



Ballyhack Castle, em 1910 (foto Emerald Isle Gifts).

Em 1545 todos os bens do mosteiro em Wexford foram concedidos a Sir Osborne Itchingham, inclusive o castelo, que permaneceu na sua família. Fortes apoiantes do poder inglês, fugiram com a Rebelião em 1641 e o castelo foi atacado no ano seguinte, ficando nas mãos dos irlandeses até 1649, quando tropas de Cromwell o devolveram à família Itchingham (Noonan, 2001).

No verão de 1973, durante a abertura de vala para a instalação de canalização, aquando dos trabalhos de remodelação do edifício, os trabalhadores envolvidos recolheram um conjunto de recipientes cerâmicos que entregaram à administração do monumento, revelando possuir grande número de importações europeias, sobretudo portuguesas. A ausência de estratigrafia levou a que a colecção fosse datada com base

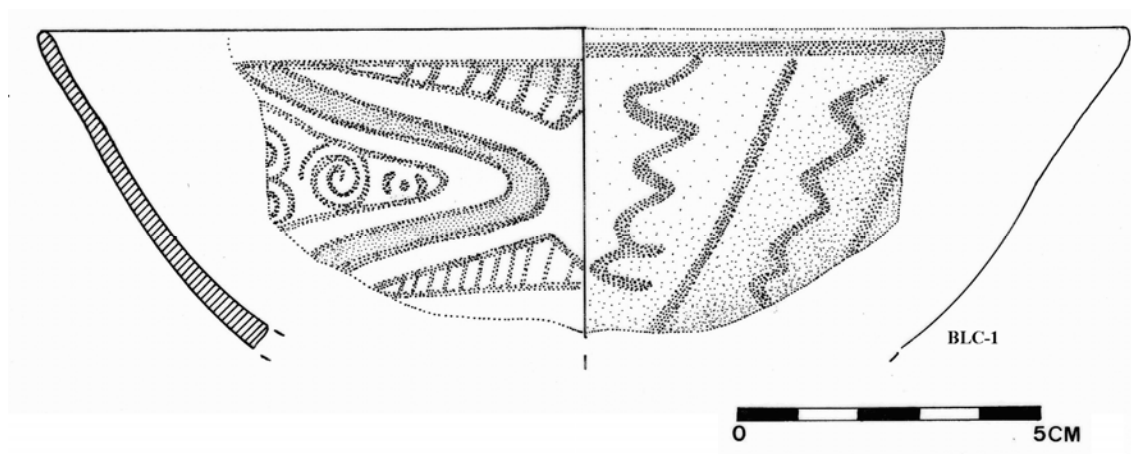
nas evidências cerâmicas, mas também nos diversos cachimbos ali encontrados que puderam atribuir uma cronologia entre 1640 e 1660 (Fanning e Hurst, 1979).

Surgiram muitas importações, sobretudo portuguesas, com Faiança Portuguesa e algumas anforetas, cuja pasta contendo muitas micas, pode sugerir uma produção lusa, mas também pratos de Saintonge. A par das importações, surgem peças em cerâmica comum de produção local, mas igualmente importações inglesas, nomeadamente com peças em London Delftare, Donyatt Type Scraffito e North Devon Slipware. A colecção encontra-se publicada (Fanning e Hurst, 1979), no entanto, as peças portuguesas foram classificadas como holandesas.

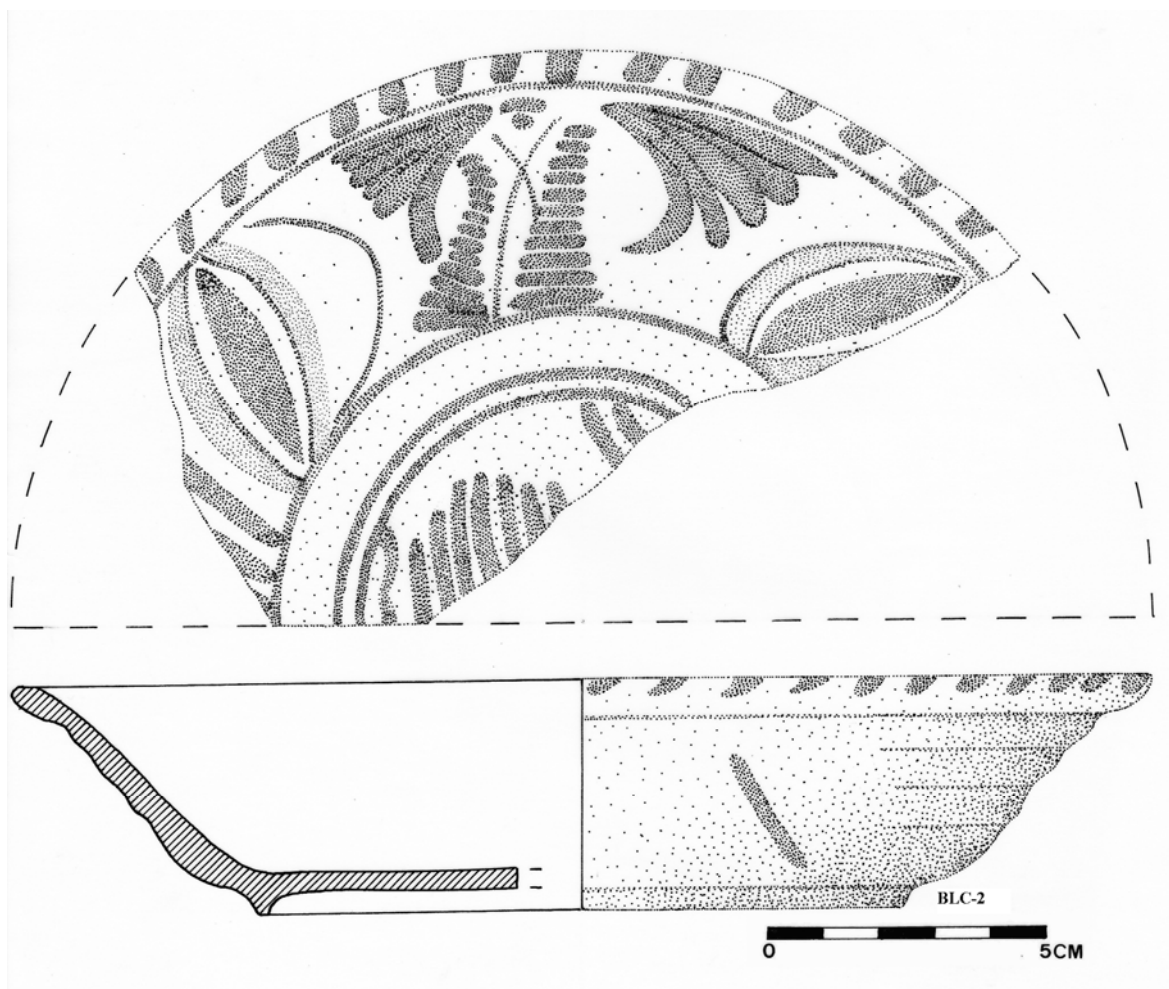
Atendendo à história do local e à datação da colecção, é possível que aquelas peças tenham sido adquiridas algures entre 1649 e 1655 aquando da recuperação da fortificação pela família Itchingham.

Catálogo

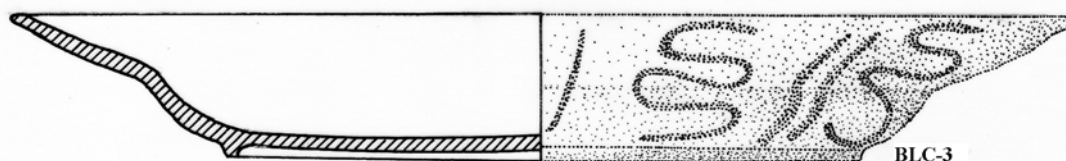
Taça (BLC-1). Fragmento correspondendo a porção do bordo, com lábio de perfil semicircular e corpo troncocónico. Foi fabricado com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor branca e com decoração na cor azul de cobalto. O interior das paredes foi decorado com pequenas espirais inseridas em cartelas subtriangulares. O exterior das paredes mostra linhas verticais que alternam com linhas onduladas. Medida 0,179 m de diâmetro no bordo e a espessura média das paredes é de 0,003 m.



Taça (BLC-2). Fragmento correspondendo a porção do bordo, das paredes e do pé. Mostra forma troncocónica, bordo espessado, com lábio de secção semicircular, fundo plano, assente em pé baixo e anelar. Foi produzida com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto, assim como irregularidades e pequenos defeitos de fabrico. O interior do bordo encontra-se demarcado por linha concêntrica, e, entre esta e outra, que delimita o fundo da taça, desenvolve-se densa decoração, de temática vegetalista. A parte superior do bordo foi decorada por séries de traços curtos e oblíquos. Sobre as paredes exteriores observa-se pincelada, oblíqua, de cor azul de cobalto. Mede 0,046 m de altura máxima, 0,206 de diâmetro no bordo e 0,104 m de diâmetro no pé. A espessura média das paredes é de 0,005 m.



Prato (BLC-3). Fragmentos correspondendo a porção do bordo, corpo e fundo. O bordo é extrovertido com lábio de secção semicircular. O fundo é plano, assente em pé baixo e anelar e o corpo mostra forma troncocónica. Foi produzida com pasta homogénea e compacta, contendo elementos não plásticos, micáceos e quartzosos, de grão fino a finíssimo. As paredes apresentam núcleo de cor branca (10YR 8/2) e ambas superfícies oferecem esmalte, aderente e muito brilhante, de cor creme e com decoração na cor azul de cobalto. O interior das paredes encontra-se dividido em cartelas no interior das quais observamos pequenas espirais. O interior do fundo apresenta coração alado perfurado por seta. Media 0,036 m de altura, 0,210 m de diâmetro no bordo e 0,126 m de diâmetro no fundo. A espessura média das paredes é de 0,004 m.



BLC-3

0

5CM

Capítulo III: Portugal e as Ilhas Britânicas no século XVII

III.1. O Portugal de seiscentos: economia, sociedade, política e cultura

O presente capítulo surge neste trabalho com o intuito de fornecer contextualização ao que ocorria em Portugal aquando da exportação de faiança para as Ilhas Britânicas. Não é nosso objectivo descrever o país político, económico, social e cultural na sua totalidade mas sim evidenciar genericamente o que se passava e de que forma as relações entre Portugal e as Ilhas Britânicas, influenciadas pelo contexto interno, podem ter influído no comércio de faiança.

Politicamente, a primeira metade da centúria de seiscentos ficou marcada pela anexação da Coroa Portuguesa ao reino espanhol, no ano de 1580, como consequência dos acontecimentos que se desenrolavam desde o desaparecimento de D. Sebastião em Alcácer Quibir, levando a que Filipe II, herdeiro legítimo da monarquia portuguesa, devido a laços familiares, se torne Filipe I de Portugal. Esta anexação foi encarada diferentemente por diversas facções, ora apoiando ora opondo-se à presença espanhola em Portugal. Seja como for, a supremacia espanhola manteve-se durante sessenta anos, quando em 1640, apoiado por grupo antagonista ao poder hispânico, D. João IV foi reconhecido como rei de Portugal. A governação filipina, no que concerne ao território nacional, apenas se fazia sentir indirectamente, inicialmente por um conselho de regentes e depois por vice-reis, dependentes da política do monarca instituído. De facto, os reis espanhóis pouco visitaram o nosso país e quando o fizeram, parecem ter ficado impressionados com as recepções, pelo menos, assim o parece com base nas descrições que deixaram. Ficaram os últimos anos do domínio espanhol marcados por elevadas contribuições, que contribuíram para o aumento do descontentamento português (Mattoso, 1994).

As guerras da Restauração (1640-1668) contaram com diversas batalhas, sobretudo na zona de fronteira. Estes acontecimentos marcaram o nosso país e deixaram algumas marcas na nossa faiança. No período em que se desenvolveram os confrontos, surgem diversas decorações com podemos designar como “políticas” com larga incidência de brasões reais e de famílias nobres envolvidas nos confrontos, bem como

datas que marcam acontecimentos políticos. Em 1668 assina-se tratado de paz entre ambos países, reconhecendo a Espanha, a independência portuguesa.

Economicamente o encerramento dos portos portugueses aos mercados do norte da Europa, pelo menos legalmente, diminuiu em certa medida um mercado promissor, sobretudo a nível do vinho, açúcar, azeite e produtos de luxo. Fecharam-se as portas aos ingleses em 1580 e aos holandeses em 1594 (Nabais, 1991, 94). Esta inimizade levou a que Francis Drake atacasse a capital Portuguesa em 1589, sobretudo em consequência dos episódios que culminaram na derrota da Invencível Armada. Inicialmente parece que Filipe I não tinha intenções de acabar com o comércio luso-inglês, mas a guerra não lhe deu outra hipótese (Shillington e Chapman, 1907, 147).

Contudo, a principal influência espanhola não ocorreu definitivamente no território nacional, mas sim no Índico e Atlântico. Os espanhóis, ligados à casa dos Habsburgos e à coroa Austríaca (Filipe II sucedeu a seu pai, o imperador Carlos V, no domínio da Espanha), encontravam-se em guerra com a Holanda e Inglaterra. Portugal, sobretudo os portos de Lisboa e Porto, eram plataformas fundamentais para a manutenção do comércio de produtos orientais com a Europa do Norte, assegurando a quase totalidade das trocas marítimas entre Oriente e Ocidente. Quando Filipe II assume a coroa portuguesa tem como principal determinação o encerramento dos portos portugueses ao comércio com ingleses e holandeses, mas sobretudo com estes últimos. Embora as trocas continuassem de forma ilícita, o seu volume diminuiu consideravelmente. Esta não deve ter sido seguramente a única razão que levou aquelas duas potências nórdicas a arriscarem-se no Índico, mas foi seguramente impulsionador. Por outro lado, os reis espanhóis estavam mais interessados em proteger as suas colónias sul americanas, ignorando a defesa das rotas comerciais orientais, necessárias à economia portuguesa. A paz com Inglaterra firma-se em 1604 após diversos incidentes como o da Invencível Armada em 1588, onde se perderam várias embarcações portuguesas (Bouza Alvarez, 2000).

A tomada das carracas portuguesas no Índico pelos holandeses, em 1602, foi igualmente um ponto de viragem, visto que levou a que aqueles colocassem no mercado europeu, pela primeira vez, sem intermédio português, diversas peças de porcelana chinesa (Matos, 1992). Todavia, holandeses e ingleses já se haviam fixado no Índico, desenvolvendo companhias como a EIC e a VOC, pelo que Portugal já não era um

entreposto incontornável. Após o tratado de paz entre Espanha e Inglaterra em 1604, comerciantes ingleses recebem a liberdade de se movimentarem em portos portugueses e espanhóis (Shillington e Chapman, 1907).

O Índico tinha-se tornado o cenário ideal para a ocorrência de confrontos que não tinham lugar na Europa. Como consequência assiste-se à progressiva perda da importância dos portugueses como peça fundamental no transporte e venda de produtos orientais no espaço europeu, que, ainda assim, se manteria por algumas décadas. Todavia, as tradicionais produções nacionais, bem como os bens oriundos do Brasil, onde os Holandeses chegaram apenas anos depois, parecem não ter sofrido as quebras que se registaram no oriente. Vinho, azeite, madeira, sal, mel, diversos tipos de frutos como figos e laranjas, tabaco, pau-brasil, peles, entre outros, eram produtos essenciais no comércio europeu. As evidências deste intenso comércio podem ser observadas não apenas no registo arqueológico inglês, mas igualmente nos registos documentais de ambos países, na literatura da época, bem como em representações iconográficas (Shaw, 1998). A perda de domínios orientais fez com que a nossa economia mercantil e colonial se virasse para o Brasil.

A economia portuguesa na centúria de seiscentos continuava a assentar, pelo menos na maior parte do país, salvaguardando algumas cidades, numa agricultura insuficiente. A indústria, embora conhecendo alguns incrementos que fizeram com que a produção aumentasse, continuava a não ter capacidade de resposta, não satisfazendo o mercado nacional e, sobretudo, o internacional. Tenha-se em conta que todas as observações aqui efectuadas são anteriores às reformas pombalinas, da segunda metade do século XVIII que, efectivamente, conseguiram dar algum alento ao panorama produtivo português. Salvaguardando raras excepções, tais como, ao que parece, a cerâmica, que constituía cerca de 16% da produção total das produções industriais, a produção tinha de ser complementada com importações (Serrão, 1998, 88).

Ainda que o país estivesse sob domínio político espanhol, a originalidade artística portuguesa manteve-se pelo que foi possível o desenvolvimento e incremento da indústria cerâmica. Ao contrário do que se pensou durante alguns anos, a presença espanhola, ainda que fechando alguns mercados, não aniquilou o desenvolvimento industrial português.

A principal fonte de rendimento do país nesta altura foi, sem contestação, o comércio internacional. Embora já afastado do próspero século XVI, onde a ausência de concorrência no Índico, permitia o monopólio da troca de diversos produtos, como a porcelana ou certas especiarias, a comercialização de produtos orientais continuava a ser altamente proveitosa. Embora activo, os montantes envolvidos no comércio interno não se comparavam com o comércio externo. Os produtos exportados eram colocados na Europa e nas colónias europeias através dos barcos portugueses, permitindo aos mercadores viagens prósperas (Serrão, 1990). A decrescente importância do Índico fez com que a economia marítima se tornasse Atlântica, apostando sobretudo no Brasil, onde se adquiriam mercadorias valiosas e se escoavam as produções da metrópole. Por outro lado, no final da centúria as elevadas remessas de ouro e diamantes daquele território em direcção a Portugal, conseguiram equilibrar temporariamente a balança comercial (Serrão, 1990).

Socialmente, a estrutura portuguesa continuava dividida na tripartida organização medieval entre *bellatores*, *oratores*, e *laboratores*. Porém, esta última classe possuía uma subdivisão. Aos que até então eram identificados como a *arraia miúda*, dedicando a sua existência à produção de bens a partir de actividades como a agricultura, a pesca, a pecuária, a pastorícia e os pequenos mesteres, juntam-se-lhes, através do desenvolvimento das trocas comerciais internacionais, com base no comércio oriental, os que conseguiam adquirir avultados rendimentos, mas que não podiam ser classificados como nobres, tendo em conta a sua ascensão desconhecida. Esta classe irá formar o que timidamente em Portugal se chamou de Burguesia. Ao contrário do que aconteceu no nosso país, classes semelhantes vão conhecer elevado poder em outras nações europeias, como em Inglaterra ou Alemanha, mas em Portugal, muito do monopólio comercial relacionado com as Descobertas manteve-se nas mãos da nobreza. A sua importância económica e até política é incontornável. Todavia, o papel desta emergente classe foi sempre diminuído em relação aos nobres, ascensão social que procurava a todo o custo, comprando mesmo os seus títulos (Godinho, 1980). Imitam o estilo de vida da classe nobiliárquica com a sobrevalorização do núcleo familiar, a aquisição de casas, vestuário e gestos semelhantes, pelo menos a partir do século XVIII, quando as teorias mercantilistas e comerciais começam a ganhar terreno na sociedade (Hespanha, 1994).

Um dos maiores golpes económicos sofridos por Portugal durante a época moderna tratou-se da evasão dos judeus portugueses para outros países na Europa. Durante a centúria de seiscentos, e segundo informações recolhidas através dos trabalhos realizados por Maurice Woolf (1975), que traçou as biografias da maior parte dos mercadores oriundos de Portugal com registo nos London Port Books, grande parte daqueles era de origem judaica. Falsamente convertidos ao cristianismo, continuaram a manter negócios e relações de afectividade com os judeus evadidos do nosso país aquando da sua expulsão em 1496 por ordem de D. Manuel I, que os viu refugiados em locais como os Países Baixos, Alemanha e mesmo Inglaterra. Estes foram os casos de nomes como António da Costa ou Fernando do Mercado que são definidos por Edgar Samuel como homens de coragem por serem dos diversos «mercadores portugueses a viverem em Lisboa que foram identificados como vivendo secretamente como judeus» (Samuel, 1958, 54). Um dos registos da mercadoria a bordo dos seus barcos, datada de 1610, refere que transportaram para o porto de Lisboa, oriundos de Londres, tecidos de diversas naturezas, contas de cristal e âmbar, cordas e chapéus. Quando chegados a Lisboa, carregaram açúcar, tabaco, especiarias, gengibre e pau-brasil, como se confirma através do registo de um carregamento a bordo do navio de António da Costa em 1611 (Woolf, 1975, 41).

Arqueologicamente falando, a presença portuguesa é uma realidade nas Ilhas Britânicas, pelo menos desde o século XIV com o aparecimento de diversos potes de cerâmica destinados à exportação de bens, tais como frutos e azeite. Contudo, e embora possam ser identificados como portugueses, os estudos arqueológicos ingleses colocam estes materiais na categoria gigantesca da Red Iberian Ware, dos quais, o famoso Mérida Type Ware, definido por John Hurst (1977), é apenas uma variante. Southampton, Plymouth, Exeter e Londres são apenas alguns dos locais onde estes materiais foram recolhidos (Brown, 1994; Allan, 1994; Blackmore 1994).

O presente poema, datado dos finais do século XIV, é dos registos literários mais antigos que referem a comercialização de bens com a Inglaterra, embora outras menções, sobretudo aos vinhos do Porto e Madeira, nas obras de Shakespeare, sejam sobejamente conhecidas. No entanto, a variedade de produtos enumerados pelo autor permite-nos aventar acerca do afluente tráfego marítimo que ligava Portugal a Inglaterra, sobretudo a portos como Londres, Bristol, Exeter, Portsmouth, entre outros.

*The marchaundy also of Portyngale
To diverse londes torne into sale
Portyngalers wyth us have trought one hande
Whose marchaundy cometh moche into Englande
They bene our ffrendes wyth there commoditez
And wee English passen into these countrees.
Here londe hathe oyle, wine, osey, wax and grayne
Fygues, reysyns, honey e cordewayne;
Dates and salt, hydes and such marchaundy.
(seg. Shillington e Chapman, 1907, 63)*

Todavia, os bens produzidos em Portugal e exportados não se limitavam aos enunciados anteriormente. O registo arqueológico tem providenciado informações fundamentais acerca da presença de certos bens, que embora não exportados em quantidade suficiente para que fossem dignos de registo, acompanhavam as cargas de barcos portugueses ou que passassem nos nossos portos e depois se dirigiam ao norte da Europa. Cerâmicas de diverso tipo, mobiliário, objectos em marfim ou osso, entre outros bens, encontravam-se no rol destes materiais que, por uma razão ou outra, que exploraremos atempadamente, entravam nos circuitos comerciais.

3.2. Inglaterra

A centúria de seiscentos assiste à génese de Londres como a capital de um grande império ultramarino, o centro do que Wallerstein (1984) designou de economia-mundo. A partir desta cidade, a Inglaterra desenvolve um sistema de trocas que a coloca em contacto a Europa, Índico, Pacífico e Atlântico. Embora seja uma realidade mais efectiva no século XVIII, é durante o século XVII que se iniciam os movimentos continentais que levam à criação do Império onde “o Sol nunca se punha”. A intensificação das trocas comerciais entre países, mas, sobretudo, entre continentes, desenvolveu o que se pode denominar de proto-mercantilismo, teoria comercial que se intensificou no século XVIII. É um período de grandes movimentações políticas, económicas e sociais que importa esclarecer.

É impossível explicarmos o que se passava no século XVII em Inglaterra se não recuarmos pelo menos 50 anos, ao reinado de Henrique VIII e de sua filha Isabel I. O país ainda vive no prolongamento das políticas isabelinas que tanta prosperidade tinham alcançado, sobretudo estabilidade política e económica, suportando um florescente desenvolvimento cultural. No entanto, se internamente o país se encontra estável, a sua política externa mostra-se algo aguerrida. Questões ligadas à religião, comércio, a sucessão do trono inglês e de equilíbrio de poderes na Europa, levam ao início da guerra com Espanha. Filipe II não deixou outra alternativa ao governo isabelino. Aquele monarca ibérico acreditava que o fim do protestantismo inglês era a chave para o fim da oposição nos Países Baixos onde os protestantes eram apoiados pelos seus congéneres britânicos. Desejava mesmo tornar-se rei de Inglaterra e abolir o protestantismo. As relações entre os dois países nem sempre tinham sido assim tão amargas. Filipe II chegou a estar interessado na mão de Isabel, nos primeiros anos do seu reinado. No entanto, com o passar dos anos, e devido à religião e ao facto de os piratas ingleses atacarem os barcos espanhóis, as relações azedaram havendo mesmo conspirações espanholas para a retirar a rainha do trono (Mayer, 2010).

O país era governado pela soberana, Câmara dos Privados e Parlamento. Este último órgão era fundamental à governação pois fazia passar as leis e concedia à monarca os fundos necessários para a governação. Reuniam-se frequentemente, pelo

menos neste reinado, pois Isabel mantinha uma boa relação com aquele órgão (Mayer, 2010).

Economicamente, durante os finais do século XVI, a Inglaterra ainda não tinha demonstrado nenhum interesse no Índico. O comércio de têxteis com a Europa estava assegurado e o pouco intenso, mas frequente, comércio com o Mediterrâneo Oriental, permitia adquirir alguns dos seus bens mais exóticos. A colonização da América do Norte, território completamente desprezado pelas restantes potências europeias, onde nem os piratas iam, permitiu o florescimento das plantações de tabaco e algodão, alcançando uma segurança económica incontestável (Smith, 1998).

Em 1588, Filipe II decidiu lançar uma investida contra a Inglaterra, episódio que a História registou como a Armada Invencível. Algumas centenas de embarcações, ainda que a maior parte delas, pertencendo à frota mercante, zarparam em direcção às Ilhas Britânicas. Esta acção provocou algum receio nas hostes isabelinas, sobretudo devido ao facto de ambos países saberem que a Espanha possuía homens suficientes para conquistar um país. No entanto, essa supremacia era terrestre, enquanto no mar, o poder naval inglês era muito superior. O objectivo era nunca permitir que as tropas espanholas desembarcassem pois, no mar, seriam facilmente derrotadas, o que veio efectivamente a acontecer. O monarca espanhol ainda tentou outra investida em 1597, mas uma tempestade obrigou a armada a voltar a Espanha (Kilfeather, 1967).

Mesmo com alguns problemas internos económicos, nos últimos anos do seu reinado, sobretudo devido a épocas de más colheitas e à peste que grassou nos anos de 1592 e 1602, Isabel conseguiu restaurar na Inglaterra um novo sentimento nacionalista. A sua habilidade nas políticas interna e externa, conseguindo lidar com inimigos em ambas frentes, bem como o alargamento mercantil para fora do seu território, garantiram-lhe sucesso governativo (Mayer, 2010).

O próprio protestantismo, tornado religião oficial por Henrique VIII, e seguidamente abolido por Mary Stuart, foi restaurado com sucesso durante o reinado de Isabel I. No entanto, ao contrário do fanatismo demonstrado pelos seus antecessores, a rainha mostrou-se tolerante, acreditando na convivência entre ambas religiões. De facto, as perseguições religiosas apenas aconteceram quando aqueles grupos se tornavam aguerridos, pondo em causa a estabilidade interna do país, como de resto aconteceu na Irlanda. No entanto, muitas daquelas acções foram impostas pelos seus conselheiros

para quem a diferença entre cristãos e protestantes era uma causa assumida. Aquela religião promovia mesmo o desenvolvimento económico que, ao contrário do cristianismo, não considerava a usura um pecado. No final do seu reinado havia claros sinais de bem-estar, pelo que pode ser afirmado que foi ela que criou as bases institucionais, políticas e económicas, fundamentais para o grande desenvolvimento que o século XVII trouxe (Mayer, 2010).

Ainda que economicamente florescente, a centúria de seiscentos é, em termos políticos, um período conturbado. É uma época agitada, cujas actividades políticas ocorrem sobretudo a nível da capital. Após um século glorioso nas mãos dos Tudor, o final do reino de Isabel I traz ao trono uma nova dinastia, os Stuart. Desde 1603 que Jaime I, sobrinho da anterior rainha, conjugava os tronos da Escócia e Inglaterra. No entanto não foi o facto de a Escócia ter um monarca que tornou este país menos aguerrido, pois as revoltas locais eram frequentes. Inglaterra e Escócia odiavam-se e lutavam pela supremacia da ilha. Governando até 1625, manteve problemática relação com o Parlamento, sobretudo devido aos seus excessivos gastos e à concessão de diversos títulos nobiliárquicos, de modo a criar novos apoiantes (Ashley, 1998).

Sucede-lhe seu filho, Carlos I, nos tronos inglês e escocês. Seguindo o modelo governativo do pai, desenvolve sérios problemas com o Parlamento, chegando mesmo a suspendê-lo durante 11 anos. Carlos chegou mesmo a afirmar: *Lembraí-vos que os parlamentos, na verdade, estão no meu poder para a sua reunião, assento e dissolução. Por isso, conforme eu achar o fruto bom ou mau, eles continuaram ou não.*” (Woodward, 1979, 94) Tamanha afronta não agradou aquela instituição. Por outro lado, a falta de fundos levou a que a coroa apostasse nos impostos sobre comércio e nas possessões ultramarinas para financiar os custos da sua manutenção, o que não agradava à classe mercantil. Londres foi então a cidade de excelência para a fixação da corte inglesa, considerando o seu carácter central, não apenas como capital política, mas igualmente como centro primordial das actividades comerciais, culturais e mesmo sociais. O seu casamento com uma princesa francesa também não melhorou a sua popularidade, pois aquela professava o cristianismo, fazendo aquela religião florescer na corte. A capacidade de Carlos em agradar ao país nunca tinha existido. O povo pedia por novas leis que substituíssem o sistema medieval, os mercadores sustentavam que a legislação apenas defendia quem tinha dinheiro para suportar monopólios, considerando

que esses eram fundamentais à obtenção de dinheiro para os luxos da coroa. Todavia, a instituição responsável pela promulgação legal, o Parlamento, não era reunido pelo monarca, talvez com medo de os enfrentar (Stroud, 1999).

As manifestações de poder por parte do monarca, o desentendimento parlamentar (Carlos I tentou, numa acção impensada, prender cinco parlamentários), a revolta na Escócia que, em 1638, enviou um exército que entrou na Inglaterra, a revolta irlandesa de 1641, contra o elevado número de protestantes no parlamento, aliados a uma certa crise económica, desenvolveram um sentimento de reacção e a Guerra Civil eclodiu, opondo Cavaliers e Roundheads, apoiando, respectivamente o Rei e o Parlamento. Os Roundheads congregavam diversos apoiantes oriundos de uma burguesia em desenvolvimento, que tinha Londres como seu centro, estendendo-se a todo o sul e sudoeste inglês, a partir de onde se desenvolvia o comércio internacional, grande fonte de rendimentos. Aqueles, reagindo negativamente às atitudes de Carlos I apoiaram os republicanos e a guerra civil. O conflito desenvolve-se a partir de 1642, quando os exércitos se defrontam, levando a que o rei se renda três anos depois, sendo executado, por traição, em 1649 (Ashley, 1998). Todo o processo do seu julgamento, condenação e morte foi ilegal, chegando mesmo a chocar algumas camadas sociais.

Em 1645 Cromwell tinha feito a sua primeira aparição, conseguindo aliciar o Parlamento ainda mais contra o rei. No mesmo ano da execução de Carlos I, Oliver Cromwell chega a líder da Nação, lugar que ocupa até 1658, ano da sua morte. Embora pilar fundamental no desenvolvimento deste novo regime (Commonwelth), com o desenrolar do tempo percebe-se que a existência do Parlamento era inconjugável com o novo Poder, e cedo Cromwell assumiu o estatuto de Protector do Reino, dissolvendo aquela instituição e reunindo os mesmos poderes de um rei. Lacey Baldwin Smith conseguiu descrever, de forma sucinta, o que ficou claro neste período: *“os apoiantes de Cromwell foram retirados do Parlamento por uma força militar que eles próprios criaram. O país aprendeu então uma amarga lição. O Parlamento não conseguia existir fora da Coroa assim como esta não podia existir sem o Parlamento A antiga constituição nunca tinha sido Rei e Parlamento, mas Rei no Parlamento; quando um dos elementos dessa mística união era destruído, o outro definhava igualmente”* (Smith, 2000, 240)

Arguto político, foi ainda fundamental na política e comércio externos. Ao contrário dos monarcas antes de si, talvez excluindo Isabel, que tinha dado mostras dessa consciencialização, apercebeu-se que o grande inimigo da Inglaterra era a Espanha e não a França. Aquele país encontrava-se a recuperar de uma guerra civil, pelo que a Espanha, não apenas por exercer influência directa em muitos pontos da Europa, mas sobretudo porque era uma grande potência no comércio mundial, sobretudo devido aos lucros obtidos na exploração de territórios na América do Sul, era o verdadeiro perigo. Mas Cromwell não se deixou abater e consolidou as posições inglesas na Virgínia onde cresceram as plantações de tabaco (desde 1628 que a New England Company fornecia apoio institucional aos barcos que faziam o comércio entre a Terra Nova e o resto do Mundo), fomentou a produção de açúcar em Barbados, anexado em 1625 e, ao momento da Commonwealth, colónia mais populosa que as da América do Norte. Ainda que falhando na conquista de um porto na Jamaica conseguiu manter a sua influência. Apercebendo-se da importância do Mediterrâneo, conquistou Gibraltar, fundamental na passagem segura das embarcações entre o mar europeu e o Atlântico. Por outro lado, o seu acordo de paz com Portugal, a quem forneceram tropas aquando da Restauração em 1640, permitiu a circulação pelo Oriente sem conflitos de maior monta (Davies, 1999).

Ainda que o governo de Cromwell não tenha alcançado a maior das reputações, a verdade é que este período marcou a criação das bases legais, com a promulgação de diversos diplomas de cariz económico, para o desenvolvimento económico-mercantil da centúria seguinte. O país estava internamente unificando, com uma segura política externa, ganhando o respeito das demais nações europeias. Com a morte do Protector do Reino e a sucessão do seu filho, Richard Cromwell, os apoiantes da monarquia vêem a oportunidade de colocar Carlos II no trono e, no ano de 1660, restaura-se a monarquia. Com a morte do Protector do Reino os seus opositores descobriram um elo fraco no seu filho (Wood, 2010).

Os primeiros anos do reino deste monarca são conturbados. São perdidas batalhas com os Holandeses relativamente ao comércio internacional e a capital é abalada por duas catástrofes seguidas, a Peste em 1665 e o Grande Incêndio em 1666. Casou com Catarina de Bragança em 1661, católica, contracto matrimonial que valeu à Inglaterra importantes praças em África e na Índia, fundamentais à consolidação da

presença internacional. A década de 1670 ficou marcada por um acordo com a França na guerra contra os Países Baixos (Ashley, 1998). No entanto, ainda que restaurada a monarquia, o rei passa a ter menos poderes que os seus antecessores. O Parlamento, vacinado pelas acções dos monarcas anteriores, esvazia os poderes mandatários do rei, não lhe dando mesmo hipótese de admitir cristãos nos altos cargos da nação. Obriga ainda a que este encontre soluções financeiras para suportar o seu estilo de vida, não lhe dando mais que uma pensão, que, para os parâmetros da época, não permitia a opulência desejada. Desta forma, através de um acordo com o rei de França, garantindo o apoio contra os Holandeses, bem como, a hipótese de restaurar o cristianismo, quando o momento fosse o mais indicado, conseguiu uma outra pensão que lhe permitia algum desafogo. Oficialmente as relações com a França mantêm-se instáveis até 1697, ainda que o monarca inglês consiga fazer acordos com o rei francês. No entanto, o casamento da sua sobrinha Mary com William d'Orange, levou ao entendimento entre as duas nações protestantes norte europeias, pelo que foi preciso muita perícia política para fazer com que a França o continuasse a suportar (Smith, 1998).

Considerado um personagem de carácter fraco, aguardando sempre o último minuto para tomar qualquer decisão, era visto como um monarca tonto e alegre. Mesmo assim, o seu reinado trouxe esperança ao povo inglês pois cresceu o comércio mundial.

Sucede-lhe o irmão, Jaime II, em 1685, que governa durante três anos num clima de instabilidade política e religiosa. Católico convicto, durante o reinado de Carlos I havia-se oposto a todas as leis anti-cristãs, tais como a Test Act (1673) que proibia todos os não protestantes de ocuparem cargos públicos. Chegou mesmo a desenvolver-se um levantamento protestante que tinha como intenção colocar o duque de Monmouth, filho ilegítimo de Carlos II, no trono. No entanto a revolta foi esmagada e o monarca impiedoso com os seus opositores. A curta duração do seu reinado deve-se, segundo analistas da época, às suas atitudes e políticas religiosas. A maioria dos grandes nomes e grandes fortunas inglesas eram protestantes, pelo que não admitiam tais acções. Até ao momento a linha hereditária tinha sido fundamental na aclamação de reis e rainhas. No entanto, a partir de finais do século XVII, o protestantismo passou a ser um valor fundamental (Macaulay, 1979).

Em 1688, Mary Stuart, filha de James II, casada com Guilherme de Orange, a pedido da facção protestante, entra em Londres, consolidando o seu poder. James II

ainda reuniu um exército com a ajuda dos irlandeses, mas foi derrotado e fugiu para França. Inicialmente o Parlamento defende que Mary deve governar sozinha, sendo o seu marido designado Príncipe Consorte, mas face à oposição daquela a tal determinação, William é aclamado rei por direito de nascimento, considerando que era neto de Carlos I, por parte de uma das suas filhas. Preocupado com as guerras continentais, Guilherme deixa que a esposa governe a Grã-Bretanha, reinado que desenvolve um novo sistema representativo no Parlamento, onde o monarca perde grande parte do seu poder. Assiste-se ao fim das prerrogativas reais, pelo que a monarquia passa a ser, em grande parte, controlada pelo Parlamento. O rei morre em 1702, alguns anos depois de Mary, levando a que a Coroa fosse transferida para Anne Stuart, filha de James II (Ashley, 1998).

Sucede-lhe a dinastia Brunswick, que ocupa o trono até aos inícios do século XX com a morte da rainha Victoria (Clarke, 1998). Em 1713 é proclamada a paz de Utrech na Europa e, sensivelmente por essa data, escoceses e ingleses juntam bandeiras.

Embora sejam três séculos de intensas relações políticas e comerciais com Portugal, essa cronologia, de momento, foge aos parâmetros temporais do nosso estudo, tendo em conta a tipologia das peças exumadas, bem como os contextos onde estas foram recolhidas, que se localizam durante a centúria de seiscentos.

Politicamente conturbado, o século XVII, foi um período de intenso desenvolvimento económico e comercial em todo o país, mas sobretudo na sua capital. É difícil apontar uma razão que explique o despertar dos instintos relativos ao comércio internacional inglês, todavia, a união entre Portugal e Espanha, no ano de 1580, pode estar de alguma forma relacionado. Devido a conflitos religiosos e mercantilistas, Espanha e Inglaterra encontravam-se numa guerra não declarada, cuja manifestação militar máxima se processou em 1588 com a investida desastrosa da Grande Armada, que os britânicos derrotaram (Magalhães, 1997, 479). No entanto foi a diminuição do papel de Lisboa como interposto comercial entre a Grã-Bretanha e o Oriente que levou a que os mercadores e governo ingleses apostassem na tentativa de navegar até ao Índico, procurando directamente os bens exigidos por uma população que, cada vez mais, apreciava o exotismo e a diferença. Os mercadores ingleses passam a adquirir directamente o que, até então, apenas podia ser alcançado através das mãos de portugueses, venezianos e holandeses (Wilson, 1995).

As investidas esporádicas, em finais do século XVI, de alguns mercadores ingleses, começaram a surtir efeitos positivos, levando a que, em 1600, se desenvolvesse uma sociedade organizada de modo a controlar o comércio com o Oriente. Assim nasceu a Companhia das Índias Orientais (Eastern Indian Company), sediada em Londres, e com sucursais no Sul de Inglaterra (Keay, 1991). O desenvolvimento desta instituição levou à criação de infra-estruturas de apoio que, nos últimos anos, têm sido identificadas no registo arqueológico e, dos quais, possuímos referências neste trabalho. Cais, armazéns, portos, edifícios de apoio são encontrados nas margens do Tamisa, cujas evidências sobrevivem nas estruturas de madeira e pedra e nas cerâmicas importadas do Oriente (Divers, 2004).

O século XVII torna a capital do reino britânico uma cidade de intensos contrastes. À tradicional divisão da sociedade entre religiosos, nobreza e povo, emergia agora uma classe mercantil cada vez mais influente e com desejos de mobilidade social. No entanto a classe dos nobres, detentores das movimentações comerciais medievais dentro de Inglaterra e com a Europa, reagia negativamente a esta nova facção social levando a que abandonassem a sua tradicional residência no centro de Londres, deslocando-se para a periferia. Desta forma, a partir de inícios do século XVII a própria cidade desenvolve uma estratificação social com as classes trabalhadoras ao centro, dedicando-se ao comércio e às actividades com este relacionadas e nobreza e clero nas periferias, dedicando-se às suas actividades religiosas e lúdicas (Burke, 1940).

Os registos documentais e arqueológicos referem a capital da Grã-Bretanha como cidade onde tudo se produzia. Desta forma, o comércio exógeno arriscou no que internamente não se conseguia adquirir. Especiarias, sedas e outros têxteis, mobiliário, marfins, chás, entre outros produtos foram os mais requisitados no comércio internacional, pelo menos durante o século XVII, considerando que, a partir do século XVIII, o sistema se desenvolveu noutro sentido. Adquirido a matéria-prima através dos diversos estabelecimentos mundiais, a própria cidade proporcionava a manufatura dos bens, consumidos internamente, ou exportados para a Europa, ou novamente para o mundo, como foi o caso das fábricas de seda em Spitalfields. Contudo a demanda por objectos oriundos de outras partes do mundo sempre despertou um interesse nas comunidades londrinas e, mesmo neste sistema, as importações de objectos exóticos sempre foi apetecível (Hibbert, 1980).

Uma das provas deste comércio de bens exóticos, sobretudo porcelana, para além das diversas referências documentais nos London Port Books a importações de *China Pots* trata-se de uma proclamação de 1630 de Carlos I que tentava prevenir o excesso de trocas não declaradas por membros da Companhia das Índias Orientais. Aplicado a diversos bens, destacamos a referência a «*china dishes and purselains of all sorts*» (Britton, 1987, 12). Esta pequena referência torna-se fundamental por diversos aspectos. Não só nos revela que a aquela cidade, plataforma comercial para o resto do país, na terceira década do século XVII, importava diversos produtos do oriente, incluindo cerâmicas, mas igualmente que, apesar dos esforços oficiais para o controlo comercial, entravam diariamente em Londres diversos produtos não declarados. Contudo, o que aqui mais nos diz respeito trata-se do facto de ser marcada uma diferença entre a porcelana chinesa e outras. Sabendo que, inicialmente, a Faiança Portuguesa era designada como porcelana, não surpreende que esta referência possa indicar a entrada de produções portuguesas e europeias, não declaradas, no mercado britânico.

Neste sentido, são criadas diversas lojas nas zonas mais nobres da cidade que satisfazem a necessidade quotidiana pelos produtos vindos de outras localidades. Um dos locais de destaque para a venda de bens produzidos na cidade e importantes desenvolveu-se em Convent Garden, como podemos observar no quadro de Samuel Scott, pintado no século XVII (Hibert, 1980). Diversos bens, tais como vasilhas de diversos tipos em cerâmica, comum, vidrada e esmaltada, cestos e bens alimentares eram ali comercializados.



Representação de Convent Garden por Samuel Scott. Ao centro ve-se uma bancada vendendo louça azul e branca (seg Burke, 1940).

Torna-se, segundo Christopher Hibbert (1980), o centro da vida comercial e social londrino nos séculos XVII e XVIII, onde ainda hoje subsiste um espírito comercial, com animação de rua, herdeiro de tempos mais recuados. Na centúria de setecentos a cidade já contava com mais de duzentas lojas, tornando-se num intenso centro comercial e social. Existem inclusivamente relatos, alguns bem curiosos, daquele local como o centro da moda londrina à época. Consta que algumas senhoras levavam consigo as suas costureiras para que observassem a indumentária alheira de modo a reproduzirem modelos semelhantes (Burke, 1940). O mesmo era provável relativamente a outros objectos do quotidiano, cuja utilização devia ser difundida através dos encontros sociais e, a partir de certa altura, através da demonstração nas lojas. Acredita-se mesmo que muitas daquelas deviam ditar os gostos e modas do que os seus clientes tinham em casa. Contudo, estas tendências não se limitavam à capital britânica, tendo em conta que Londres, enquanto centro da vida económica e social, ditava os gostos do país, bem como das suas colónias e, não estranho, de muitos locais europeus.

A sociedade inglesa encontrava-se em mutação. A ascensão da burguesia a classe dominante do panorama económico, a partir da centúria de seiscentos, levou ao desenvolvimento de uma nova cultura. Novos mundos são apresentados e, a vida como era concebida antes do conhecimento global, deixa de existir. Em 1662 é criada a Royal Society of London, cujos interesses em torno do mundo natural e do conhecimento adquirido nos locais visitados, reflecte as mudanças sociais e culturais. O gosto pelo exógeno e a curiosidade pelo estrangeiro tornava exigíveis os bens importados de locais tão distantes como a China ou Índia. Durante o século XVI essa procura foi colmatada pelos portugueses, mas durante a centúria de seiscentos os ingleses encarregam-se desses negócios. Contudo, essa independência britânica não foi imediata, pelo que, pelo menos durante a primeira metade daquele século, Portugal continua a ter um papel predominante no comércio que ligava o Oriente à Europa, a par de outros produtos como vinho, fruta, azeite e outros. Este comércio, por oposição ao comércio de bens como as cerâmicas, devido à sua quantidade e frequência, é facilmente identificável e quantificável através dos registos comerciais (Sideri, 1970).

A produção de louça esmaltada neste país não começou antes do século XVI, com os oleiros Jasper e Joris Andreis, filhos de Guido di Luca Savino (que saiu de

Castelo Durante em 1508), oriundos dos Países Baixos que parecem ter-se fixado em Norfolk. Em 1570, um grupo de homens de negócios de Lincolnshire e Northamptonshire, aplicaram a patente para produzir *the arte and science of baken of earthen vessels (...) after the manner of Turkye Italye Spayne and Netherlond with purtraictes and colours* (Tyler, Betts e Stephenson, 2008, 8). No mesmo ano Jasper Andreis solicitou a Isabel I a autorização para se fixar junto ao rio durante 20 anos para produzir *galley pavinge tyles and vessels for potycaries* (Britton, 1987, 20). Nos anos seguintes, são registados pelo menos uma dúzia de oleiros com nomes holandeses fixados em Londres, na zona de Aldgate onde se sabe, através de evidências arqueológicas terem sido realizadas as primeiras produções e onde a indústria permaneceu até cerca de 1620 (Britton, 1987, 27). Por esta época a pressão urbana fez com que a indústria se deslocasse para a margem sul para o rio, em Southwark e mais tarde se expandisse para Lambeth. Já a Faiança Portuguesa se encontrava em plena produção. Para além de Londres também Bristol, Glasgow, Liverpool e Lancaster produziam louça esmaltada desde finais do século XVII, produzindo-se em Belfast desde 1690 e desde 1733 em Dublin.

Londres foi o maior centro produtivo de Inglaterra, sobretudo durante o século XVII e primeira metade do século XVIII, chegando a empregar até cerca de 750 oleiros, aparte do pessoal que trabalhava nas olarias, estimando-se que pudesse chegar aos 3000 indivíduos. Esta produção só começou a decair em finais de setecentos quando as olarias de Staffordshire se sobrepuseram (Weatherill, 1983, 39).

O início do século XVII é assim um período de prosperidade económica que leva a que a classe de Mercadores Aventureiros, como ficaram conhecidos os homens que encabeçavam este comércio, crie fortunas que permitem a ascensão social, introduzindo no país novos elementos culturais. Desenvolve-se uma consciência britânica que torna famoso o ideal de que as viagens mundiais permitiam adquirir as emoções «*de que os sonhos eram feitos*», levando ao desenvolvimento da literatura de viagens e ao imaginário aventureiro (Wilson, 1979, 38). Todavia, o sucesso das duas primeiras décadas daquela centúria conhece um reverso a partir dos anos 30. A concorrência europeia era muito forte e, em períodos de crise, quando o monopólio londrino sofria algum abalo, tal como as modas, também a crise se espalhava a todo o país. Tentando salvaguardar o comércio e a indústria, são promulgadas leis de defesa

conhecidas como Navigation Acts (Shaw, 1998). A primeira é passada em 1651, a segunda em 1661, e a última em 1673, protegendo as importações inglesas e mesmo a produção nacional. Todos os países europeus tentaram desenvolver estas medidas. Era uma acção levada a cabo por países que não possuísem minas de prata ou ouro, internamente ou nas colónias, metais fundamentais na obtenção de crédito ou na aquisição de exércitos ou frotas de guerra. Todos os escritores da época, ainda não bem ambientados com os conceitos mercantilistas que invadiram o século XVIII, apoiavam aquelas medidas e fomentaram a relação entre capital e dinheiro.

O primeiro daqueles documentos determinava que nenhum produto criado ou manufacturado na Ásia, África ou América podia ser transportado para Inglaterra em qualquer outro navio que não inglês e que, qualquer produto fabricado em qualquer país europeu devia ser transportado em navios ingleses ou originários do país produtor. A lei procurava acabar com a supremacia Holandesa no comércio europeu, mas a sua aplicação ficou aquém do esperado. O documento de 1661 rectifica o anterior acrescentando que produtos como o tabaco, açúcar, algodão, lã, madeiras entre outros, não podiam ser exportados das colónias para qualquer outro país que não a Inglaterra. Quando exportados para Grã-Bretanha estes bens pagariam taxas muito elevadas, demovendo os mercadores estrangeiros. Alguns bens foram poupados como foi o caso do vinho da Madeira, que tinha permissão de transporte em barcos lusos, a bordo dos quais, não seria estranha a presença de outros objectos, complementando a carga (Sideri, 1979; Shaw, 1998).

A intenção destas leis passou pela retracção do comércio internacional por parte de outros países, chegando mesmo a proibir a importação de determinados bens produzidos em outros países europeus, ou colónias na sua dependência. O objectivo era colocar a metrópole à frente um grande monopólio internacional.

Contudo, embora conhecendo uma diminuição, o comércio entre Portugal e a Inglaterra manteve-se activo e, muitos mercadores, continuaram a tirar altos dividendos e a colocar produtos nacionais, no mercado londrino. No entanto eram os mercadores ingleses que mais beneficiavam. Como bem elucida Jean O. McLachlan *The typical Mediterranean trades to Spain and Portugal were those where British merchants could be sure of a favorable trade balance which supplied part of the bullion needed to supplement British woollens and colonial produce to carry on the valuable trades to the*

Baltic, Levant and the East Indies (McLachlan, 1940, 5). Desde 1642, com a revalidação da aliança anglo-portuguesa, que os interesses ingleses se começaram a impor na economia Portuguesa. Esta situação foi confirmada pelo Trado de Westminster em 1654 entre D. João IV e Cromwell onde se firmava a paz entre ambas nações e a liberdade de navegação e comércio para os súbditos de ambos países nos territórios do outro país firmante. Os ingleses estariam autorizados a comercializar em todos os territórios do Império Português. Em 1661 o tratado de Whitehall, por ocasião do casamento de D. Catarina com Carlos II de Inglaterra, confirmou a soberania inglesa nos negócios portugueses, sobretudo com a tomada de Tanger e Bombaim que lhes forneceu duas praças fortes nos Norte de África e na Índia conseguindo imiscuir-se nos negócios locais. Destacam-se as palavras de Thomas Maynard, o primeiro cônsul inglês em Portugal, nomeado em 1656 que referiu o comércio com o nosso país como “*the most beneficiallest trade that ever our nation was engaged in*” (Shillington e Shepard, 1907, 177). Como referem Shillington e Shepard *England valued her commerce with Portugal, because it was a trade in which she imported little and exported much* (1907, XI). As perdas de Portugal só foram superadas pelo tratado de Methuen a 27 de Dezembro de 1703, que permitiu aos ingleses encontrarem um mercado definitivo para os seus têxteis e importarem o que sempre vieram buscar a Portugal, o vinho, retirando parte dos impostos que os Ingleses por ele pagavam. Certamente que certos produtos, tal como, os bens de luxo e exóticos não sofreram perdas nos seus lucros com estes tratados, mas numa perspectiva geral, Portugal ficava a perder.

3.3. Irlanda

Os destinos da Inglaterra e da Irlanda cruzam-se quando em, 1155, o Papa Adriano autoriza Henry II a conquistar aquela ilha. Como bases da sua aprovação estão o estado lastimável a que religião e moral tinham chegado, afastadas dos preceitos católicos que então regiam a Europa. Inicialmente o rei mandou apenas alguns contingentes, mas perante o falhanço daqueles, encabeçou ele próprio um ataque que fez cair os exércitos irlandeses (O'Brien e O'Brien, 1972).

As vagas de ocupação normandas foram sucessivas e em cerca de cem anos, castelos de pedra, ao jeito inglês davam a ideia da fixação do povo conquistador. Estes colonos mais antigos, ingleses no trato e comportamento, começaram a ser designados no século XVI por Old English, monarquia à qual eram fiéis. No entanto, os reis irlandeses, sempre se recusaram a aceitar os intrusos, mantendo acesa a chama da resistência, e continuando com os seus estilos de vida semi-nómadas, sem se preocuparem muito com as suas novas maneiras dos invasores, a quem recusavam obediência. Perante esta tensão social a sociedade militarizou-se, pelo que os diferentes senhores foram criando exércitos cujo objectivo era defenderem as suas possessões. Neste sentido, a lealdade da população, longe de ser para com o monarca inglês, era mais para com aqueles que poderiam directamente assegurar a defesa das suas casas. Os senhores mais poderosos tendiam a manifestar o seu poder através de exércitos bem equipados de castelos e torres (Ellis, 2002).

A forma utilizada para colonizar o terreno foi a das plantações, que lançava colonos nas diversas províncias. A primeira foi Munster, seguida pelo Ulster. Inicialmente tratou-se de pequenas comunidades de protestantes que ocupavam os terrenos mais férteis que pertenciam à Coroa, no entanto, com o tempo, foram ocupadas as terras retiradas aos rebeldes católicos. Desde o século XVI, que a colonização das terras confiscadas tinha sido realizada por Henry Sidney, governador da Irlanda nomeado pela rainha Isabel. Aqueles terrenos eram dados a colonos que, por sua conta e risco, se quisessem aventurar na Irlanda, trazendo assim a lei inglesa ao território (O'Brien e O'Brien, 1972).

Durante o século XIV a resistência irlandesa manteve-se, mas a Guerra dos Cem Anos com a França, bem como a Guerra das Rosas, não permitia aos monarcas ingleses despenderem recursos para este território. Foi assim permitida a criação de earldoms (governados por um earl) do modo a definir um controlo mais acentuado no território irlandês. Cada um destes agentes políticos controlava porções de terreno nas quais impunha a lei e recolhia os impostos. Curioso que, ainda que aquelas realidades institucionais tenham sido criadas de modo a defender os colonos ingleses dos resistentes irlandeses, as queixas que esses mesmos colonos apresentavam iam contra as autoridades do earl pelos seus abusos de poder. Os dois earls mais poderosos eram o de Kildare (governando pela família FitzGerald) e o de Ormond (pertença da família Butler), tentando ambos tornar-se o grande protector dos interesses ingleses naquela ilha, sendo geralmente essa função conseguida pela primeira família (Brewer, 2002).

O território assiste a uma pulverização de senhorios, de origem inglesa ou irlandesa, católicos ou protestantes, cada um tentando dominar o máximo de terra possível. Os três mais poderosos eram os de Kildare, Ormond and Desmond que desenvolveram teias que punham os demais sob a sua protecção. O poder monopolizou-se nas mãos dos senhores e a supremacia da Coroa conheceu um retrocesso. Aliás, cada vez que os FitzGerald eram despromovidos como representantes ingleses, utilizavam toda a sua influência para tornar o país ingovernável, o que revela a fraca influência inglesa, ainda que a supremacia, pelo menos teórica, da Coroa, nunca tenha sido colocada em causa. No entanto havia muitos territórios dominados por senhores gaélicos que nunca reconheceram a autoridade inglesa e que controlavam gentes que os consideravam os únicos soberanos (Brewer, 2002).

Até mesmo os padres católicos ou pastores protestantes se colocavam sob a protecção destes senhores, com as suas pequenas igrejas. Com sorte e se soubessem aproximar-se do senhor podiam mesmo vir a ser nomeados para um cargo mais elevado na hierarquia da igreja. Esta aproximação entre poder religioso e político levou a que os senhores conseguissem aumentar ainda mais o seu poder tanto ideológico como material pois, muitas vezes, o abade ou bispo fazia parte do seu séquito (O'Brien e O'Brien, 1972).

Os monarcas ingleses nunca tiveram grande vontade de se imiscuírem nos problemas irlandeses, território de bárbaras e anárquicas maneiras. Ainda que Henrique

VIII se tenha proclamado rei da Irlanda nunca ali impôs a lei inglesa. O mesmo acontecendo com os seus descendentes. Nem mesmo Isabel teve essa vontade, no entanto, o apoio prestado por aquela ilha a Filipe II de Espanha durante o episódio da Grande Armada, obrigou-a a enviar um exército que impusesse a ordem. De facto, ainda que o desejo de tornar a Irlanda uma ilha civilizada fosse grande, percebia-se até que ponto essa acção era impossível. De facto, as únicas vezes em que os monarcas intervieram directamente, foi quando a segurança da supremacia inglesa era posta em causa. Foi o que aconteceu em 1579 quando um dos FitzGerald, exilado na Europa, regressou com um contingente militar de modo a derrubar a autoridade da rainha na Irlanda. Perante esta acção a soberana reuniu um exército de oito mil homens que esmagou a rebelião (Canny, 1989,127). Como consequência destes acontecimentos, todos os apoiantes da revolta viram as suas terras confiscadas e, muitos, as cabeças cortadas. O earl de Desmond perdeu todas as suas terras que foram colonizadas por cerca de quatro mil dos vinte mil ingleses que entraram na Irlanda naquela época. Em 1601, Hugh O'Neill, novo earl de Tyrone, ganhou a simpatia espanhola e reuniu um exército que queria, mais uma vez acabar com a supremacia inglesa. Contudo, mais uma vez, Isabel I esmagou a revolta. Os gastos militares com aquela ilha eram bem maiores que os lucros dali retirados, pelo que sempre foi considerada uma dor de cabeça (Mayer, 2010).

No entanto, a seguir aos períodos de guerra assistia-se a uma apatia política por parte de Inglaterra que permitia aos católicos irlandeses aumentarem a sua influência, tais como os Observant Friars que, desde os finais do século XV, defendiam as populações contra as usurpações senhoriais. No entanto, quando Henry VIII instaura o Protestantismo como religião oficial decidem negar a supremacia da religião inglesa na Irlanda. Chegou mesmo a recomendar-se, após a excomunhão do rei inglês, que os senhores irlandeses fossem fiéis à coroa inglesa nos assuntos temporais, mas recusando a religião oficial. Esta atitude era algo inconcebível numa Europa em que o monarca congregava nas mãos o governo do reino sendo igualmente chefe da igreja, o que levou a que os católicos fossem progressivamente afastados dos cargos de poder na Irlanda (Ellis, 2002).

Estes períodos de conturbação política e, consequentemente, social levaram a rainha inglesa a perceber que os católicos eram um perigo quando ocupando cargos de importância política, pois recusavam-se a aceitar um rei protestante.

Foram travadas quatro guerras na Irlanda, das quais a Inglaterra saiu vencedora. Já com James VI, a região do Ulster foi escolhida como o local para iniciar uma nova colonização. Tal como os reis antes de si, também aquele não aceitava que as rebeliões católicas fossem frequentes, nem sequer via razões para dar apoio a senhores que não aceitassem a Inglaterra como sua soberana. No entanto, a impossibilidade de retirar os autóctones cristãos dali, fez com que ambas religiões iniciassem um período de convivência aguerrida que continua até hoje. No entanto, aparte as conturbações religiosas, a entrada de milhares de colonos ingleses na Irlanda trouxe mão-de-obra especializada e novos conhecimentos, que em muito contribuíram para o desenvolvimento da economia irlandesa. Determinou-se que a educação dos locais seria protestantes e quem se opusesse arriscava-se a não educar os seus descendentes (O'Brien e O'Brien, 1972).

Desde o fim das guerras isabelinas até 1641 foi um período de relativa acalmia no território irlandês, se excluirmos a tensão vivida nas grandes plantações protestantes. No entanto, esta paz foi apenas estabelecida devido ao ambiente político e não porque os cristãos tivessem sido aceites pelo poder inglês. Mas em Outubro daquele ano os católicos irlandeses pegaram em armas contra os protestantes fazendo com que os Old English católicos tomassem o seu partido. Nos dez anos que aquele conflito durou, diversas questões políticas foram levantadas, manifestando os interesses de ingleses, irlandeses e mesmo escoceses que tinham entrado como colonos no Ulster. O que havia começado como uma revolta naquela parte do território cedo se espalhou. Carlos I, ainda que mantendo-se à frente da igreja protestante levantou algumas das imposições e impostos aos católicos. O clima de guerra civil na Inglaterra ajudou a agudizar as relações e por mais simpatia que católicos irlandeses tivessem por católicos ingleses, recusavam-se a assumir um monarca com religião diferente da sua (Brewer, 2002).

Em 1649, Cromwell decide intervir na Irlanda e fica horrorizado com o tratamento ao qual os protestantes haviam sido sujeitos. Não só pôs fim às expectativas de que a Irlanda pudesse alguma vez aclamar o catolicismo como religião oficial, como quase que acabou com o próprio catolicismo na ilha, perseguindo religiosos e

restringindo os simpatizantes daquela religião a uma pequena porção de terreno. Mais uma vez, numa jogada política brilhante, o Protector do Reino decidiu que a Irlanda seria o local ideal para enviar como colonos os veteranos de guerra que, com o fim da Guerra Civil, haviam ficado desocupados. Em 1653 as tropas inglesas haviam dominado todos os focos de revolta e, os terrenos dos revoltosos, dados aos novos colonos. Esta acção prejudicou sobretudo os grandes terratenentes com força política, pois a população não foi prejudicada, apenas mudou de senhor. Como complemento mandou vir de Inglaterra religiosos protestantes e educadores que ensinassem os modos protestantes aos mais novos. Quem se recusasse ou não educava os filhos ou teria de os mandar para outros países (Smith, 1998).

Com o fim da Commonwealth e a reimplantação da monarquia por Carlos II, um simpatizante católico, a situação não se alterou muito e continuaram as políticas de penhora de terras a católicos, sendo, mais tarde, dadas a protestantes. *“Se em 1641 os protestantes possuíam dois quintos do território, em 1665 já possuíam quatro quintos ficando os católicos sobretudo na província de Cannaugth”* (O’Brien e O’Brien, 1972, 68). A única melhoria significativa foi o fim das perseguições religiosas aos católicos.

Ainda que estes conflitos tenham sempre criado ambientes de instabilidade no século XVII, os protestantes foram os grandes responsáveis pelo desenvolvimento económico irlandês. Conseguiram colocar no mercado internacional produtos como têxteis, carne, peles, cereais, manteiga e banha. Este comércio estava nas mãos dos Old English e apenas penetrava no território interno a cavalo e de forma incipiente, sendo dominado pelas cidades costeiras como Dublin, Carrickfergus, Londerry, Galway, Cork, Limerick, Waterford e Wexford. Contudo, cerca de seis sétimos da população vivia ainda da economia rural com a criação de gado e a plantação de cevada, ainda que a batata tenha assumido um papel importante, a partir de finais do século (Smith, 1998).

Os grandes senhores que se instalaram na Irlanda, sobretudo os de origem inglesa, seguindo a fé protestante, mas também alguns católicos, tentaram levar um modo de vida semelhante ao que era desenvolvido na Inglaterra. Muitos deles tomaram nas suas mãos a obrigação de tornar aquela ilha um sítio mais civilizado. Nesta demanda, o primeiro passo foi tornarem as suas casas o mais parecidas possível com o que existia na Inglaterra, como se pode observar pela casa de Sir Arthur Chichester em Carrickfergus, Lord Deputy da Irlanda e um dos principais nomes na colonização do

Ulster. O mesmo acontecia nos earls ou nos pequenos senhorios governados por Old English. Vestiam-se, comportavam-se e adquiriam os mesmos bens que na Inglaterra, revelando ainda os mesmos comportamentos sociais (O'Brien e O'Brien, 1972).

A Irlanda do século XVII, ao contrário de Inglaterra que, cada vez mais ocupava um lugar de destaque no mundo e se tornava um país desenvolvido, era um território ruralizado onde predominavam os costumes medievais de governação territorial. Apenas em algumas cidades surgiam sinais de inovação.

Assiste-se ao desenvolvimento de algumas cidades portuárias onde passavam os produtos que eram exportados ou importados. Dublin, Galway, Cork, Waterford e Carrickfergus são dos portos mais importantes neste período, dominados pelos protestantes. No último quartel do século XVII Dublin assume o seu papel como a cidade principal onde se desenvolvem as principais actividades políticas, económicas e culturais. Instala-se ali uma sociedade ávida por bens de luxo, seguindo os modelos ingleses, pelo que o comércio internacional aporta ali muitos dos seus navios. Dali o país interno era alcançado fazendo uso da rede hidrográfica, por onde eram igualmente escoadas as produções locais (Brewer, 2002).

Todo o panorama de crise religiosa sofre uma mutação quando James II, o primeiro rei católico desde Henry VII, ascende ao trono. De repente, é aprovada uma lei no Parlamento que confisca todos os bens aos protestantes na Irlanda. Algumas cidades protestantes no norte da Irlanda recusaram-se a aceitar a supremacia do novo monarca. No entanto, o curto tempo que aquele monarca reinou, não permitiu que fosse levada a cabo em muitos locais e quando William Orange desembarca na Irlanda os católicos são obrigados a renderem-se. O protestantismo tornou-se a religião oficial e *“no entanto, enquanto a guerra política havia sido perdida, a batalha pelas almas estava ganha. A Irlanda no despoletar do século XVIII era inglesa e protestante na aparência, mas predominantemente católica em religião”* (Canny, 1989, 153).

Capítulo IV: A Produção de faiança em Portugal

IV.1. Matérias-primas

A principal matéria-prima para a produção de cerâmica é o barro ou argila. Este material forma-se através da desagregação ou erosão das rochas feldspáticas, quando sujeitas aos agentes climáticos como a chuva ou o vento. Minerais como o quartzo, feldspatos, micas, anfíbolos, piroxenas, silicatos e óxidos de ferro, constituintes da crosta terrestre, quando expostos à atmosfera, tornam-se instáveis e desagregam-se como consequência dos agentes meteóricos (Meira, 2001). A argila contém ainda sílica, alumínio, ferro, titânio, cálcio, sódio, potássio e, por vezes, até magnésio, variando as proporções destes compostos conforme a sua origem. É, portanto, constituída de materiais geológicos finamente divididos.

Os minerais argilosos seus constituintes têm cristais de pequeníssimas dimensões, em regra com diâmetro esférico equivalente ou inferior a 2 *micron* (Meira, 2001).

As argilas dividem-se em primárias ou residuais e secundárias ou sedimentares. As secundárias são mais abundantes e consequência da decomposição de diversas rochas ao longo de um vasto processo de formação, onde adquirem características de variadas, associadas a materiais orgânicos. Localizam-se sobretudo no leito de rios ou na base de montanhas e, devido à sua composição heterogénea, apresentam diversas cores que variam entre o vermelho, amarelo, verde ou cinzento. A estrutura cristalina destes barros, por oposição aos primários, apresenta-se mais “rolada” ou erodida, atendendo ao seu processo de formação que implicou uma maior deslocação do local de origem das rochas que compõem estas argilas. No vocabulário dos oleiros portugueses do centro do país tratam-se dos barros “gordos”, mais plásticos e com maiores impurezas (Lepierre, 1898), por oposição aos barros “magros”.

Por outro lado, as argilas primárias ou residuais são consideradas menos ricas e mais homogéneas, por se formarem perto do local de origem das rochas que as constituem. A sua tonalidade, atendendo à sua fraca mobilidade, é menos variada e tendencialmente branca ou amarelada, sendo consideradas mais “puras” e possuindo,

efectivamente, menos impurezas, caracterizando-se por uma menor plasticidade. Ao contrário das argilas secundárias sua estrutura cristalina caracteriza-se por ser mais “aguçada”. São exemplo as argilas com elevadas quantidades de caulino ou caulinite, empregues no fabrico de porcelana e faianças finas, bem como as argilas com quantidades elevadas de calcário, ou carbonato de cálcio, denominadas margas, aplicadas à indústria de faiança tradicional.

Na produção de faiança, a elevada percentagem de calcário permite uma melhor relação química entre a argila e o esmalte estanífero evitando o destacamento do revestimento. Em certos centros produtores, na ausência de jazidas onde o barro possuísse percentagens de calcário consideradas ideais, podiam os oleiros recorrer ao seu acréscimo através de conchas, ossos de animais, cal ou cré esmagados, aumentando a sua alvura e assimilação dos vidrados, como foi o caso da produção de *bone china* na Inglaterra do século XIX. As margas, devido à elevada concentração de calcário, eram as mais requisitadas para o fabrico de faiança, pois não criavam antíteses com os vidrados estaníferos, ainda que fossem geralmente misturadas com outras argilas figulinas, que aumentavam a plasticidade das pastas, bem como a sua resistência ao calor. Os óxidos de ferro, presentes nas argilas secundárias, provocam uma adversão química ao vidrado estanífero, dificultando a sua aderência.

Segundo Charles Lepierre, a produção de faiança recorria a margas argilosas, cuja percentagem de calcário rondaria os 40%. Quando demasiado calcárias, as margas seriam misturadas com argila de modo a aumentar a sua plasticidade. Os caulinos foram utilizados em exclusivo, a partir de finais do século XVIII e século XIX, em porcelanas e faianças finas (Lepierre, 1898, 11).

A produção de faiança implicava, assim, a mistura de barros. Segundo aquele autor, que o melhor testemunho deixou sobre a produção de faiança e cerâmica comum no centro do país, relatando muitos métodos tradicionais, em Coimbra “a pasta é obtida pela mistura de argilas figulinas com areia e margas que introduzem na sua composição o elemento cálcio que, segundo a prática ensina, é indispensável nestas louças. O vidrado é plumbífero e tornado opaco pelo óxido de estanho. No caso especial das faianças portuguesas, uma das características é que são quase sempre pintadas, sendo as cores postas em cru sobre o esmalte.” (Lepierre, 1898, 83)

Quando uma olaria, ou centro oleiro, encontrava um barreiro que considerava ideal, iniciava a exploração continuada do local, porque após acertar na composição das pastas, era a forma de evitar mudanças e ter de restabelecer métodos de preparação das pastas. Muitas vezes é possível que, apenas a alguns quilómetros daquela jazida, existissem outras melhores, cujas argilas possuísem melhores características, mas os oleiros tendem a utilizar e esgotar aquelas que melhor conhecem e dominam. O apego das olarias às jazidas pode mesmo provocar certos problemas urbanos. Nas posturas camarárias de Coimbra, surge um documento onde se proíbe a exploração de cerâmica no Olival, por provocar dano à agricultura e população (Carvalho, 1921). Por outro lado, sempre que estes barreiros se encontravam junto a zonas de intenso desenvolvimento urbano, havia a obrigação de entulhar as minas de onde eram extraídas as matérias-primas, como podemos observar na legislação de Lisboa (Langhans, 1943). Privilegia-se sempre mais a proximidade da olaria, minimizando as despesas de exploração e transporte, em detrimento da qualidade dos barros.

Em Lisboa, a principal jazida de extracção de barro localizava-se entre os Prazeres e a Estrela e parece ter sido explorada, pelo menos, desde o século XVII. No entanto, surgem notícias de outros barreiros onde os oleiros extraíam barro, como o da Calçada do Combro (Mangucci, 1996, 155) e o da Calçada de São Gens (Farinha, 1932, 13), ainda que a documentação não especifique se era barro vermelho ou barro branco. No século XVIII, a Real Fábrica do Rato utiliza barro retirado de jazida perto de Sesimbra, de tonalidade amarela clara, por se considerar apropriado para a produção de louça fina. Explorava ainda algumas jazidas junto ao Campo Pequeno e junto ao Colégio dos Nobres, cujo barro servia, apenas à reparação e manutenção das paredes do forno (Esteves, 2003, 142). Num documento de 1833, que relata o estado daquela fábrica, refere-se que a faiança era efectuada através da mistura de quatro qualidades de barro, oriundos de diversas localidades: barro vermelho, que não se sabe de onde era retirado, mas muito possivelmente dos barreiros lisboetas; barro dos Prazeres; barro de Rena, que pela descrição se tratava de margas calcárias; e barro de Leiria (Esteves, 2003, 143). Este barro de Leiria será igualmente utilizado, alguns anos mais tarde, na fábrica das Caldas da Rainha (Fernandes e Rebelo, 2008, 103).

Um documento intitulado *História da fundação, aumento e progresso da casa de provação da Companhia de Jesus*, de 1620, revela que, aquando da construção do

noviciado da Cotovia (actual Museu da Ciência e antiga Escola Politécnica), em 1587, quando os operários começaram a abrir as fundações, encontram as covas feitas pelos oleiros para a extracção do barro (Queirós, 1913, 436).

Não existia barro branco nem em Vila Nova, nem nos arredores do Porto. A jazida mais próxima era, certamente, a de Caminha, utilizada alguns anos mais tarde na fábrica de Massarelos (Lepierre, 1898, 64). Contudo, devido ao seu desconhecimento ou ao elevado custo da sua exploração, o barro branco utilizado nas olarias vilanovences desde os finais do século XVI, e mesmo nas fábricas do século XIX, provinha da capital e, com menos frequência, de Coimbra (Lepierre, 1898, 86). A aquisição de barro por parte dos oleiros nortenhos à capital encontra-se documentada nos registos portuários com a referência a diversas cargas de barro oriundas do sul. A referência mais antiga remonta a 1647, quando a caravela de Manuel Lopes traz barro de Lisboa para António Fernandes, oleiro de Vila Nova (ADP/CABIDO/Lv.122/ 1647/fl.97). No entanto, durante o século XVII, os registos são parcos e teremos de esperar pela centúria seguinte para que estes assentamentos nos forneçam informações recorrentes.

A partir de 1700, sobreviveu, no Arquivo Municipal do Porto o *Livro das Visitações de Saúde*, ou seja, os registos das visitas que os oficiais de saúde faziam a bordo de embarcações procedentes de outros portos, nacionais ou estrangeiros, quando se desconfiava que podiam existir tripulantes doentes a bordo, visto as embarcações serem originárias de portos onde se sabia existirem surtos de peste.

O registo é de tal forma preciso que, em 1709, revela como o Navio Nossa Senhora do Vale e São Lourenço é capturado por corsários franceses. Oriundo da capital, aquele navio trazia a bordo barro para diversos oleiros de Vila Nova, pelo que um mesmo barco podia abastecer várias olarias.

Em 1732, o oleiro António Francisco, casado com Teresa Maria dos Reis, pediu duzentos e dois mil réis ao tanoeiro Domingos de Paiva. No texto da escritura lê-se *lhe mandara vir da corte e cidade de Lisboa quantidade de barro de oleyro para elles trabalharem o dito officio*. Os tanoeiros tinham muitos negócios com Lisboa devido à demanda de vinho exportando aduelas, arcos e cascos (Leão, 1999, 26).

Em Coimbra, as jazidas de barro encontravam-se no Quarto, onde se explorava margas com 45% de calcário, Cruz da Misericórdia, Póvoa, Cioga, Cucos, Nazaré da

Ribeira, Trouxemil e Engote (Lepierre, 1898, 98). Estas jazidas correspondem aos locais de extracção de barro mencionados na documentação dos séculos XVI e XVIII (Carvalho, 1921).

Todavia, outras matérias-primas são empregues na produção de cerâmica. Tão essencial como o barro é a água. A sua relação com as partículas cristalinas do barro permite aumentar ou diminuir a plasticidade, adicionando-a ou retirando-a. No fundo, o próprio conceito da produção cerâmica só é possível através da conjugação entre a argila e a água (Rice, 1987). Esta era ainda empregue para na produção dos vidrados e esmaltes, bem como na manutenção e limpeza das oficinas. Era comum às olarias a existência de um poço no pátio, donde se pudesse adquirir a água.

Após a diluição da argila e a decantação em tanques e durante o amassar das pastas, são adicionados à pasta diversos elementos não plásticos ou elementos desengordurantes que permitem alterar as suas características, tornando-a mais ou menos maleável e permitindo uma maior dureza e resistência a amplitudes térmicas. Possibilitam ainda controlar o retraimento dos recipientes durante a secagem, de modo a que não surjam rachas ou a que a estrutura da vasilha não ceda. Certos elementos podem ainda, devido ao seu comportamento a altas temperaturas, aumentar a resistência térmica da peça, diminuindo o número de acidentes.

Um dos elementos não plásticos mais recorrentes é o quartzo, ou seja, a sílica. Aquele poderia ser adquirido em rocha e depois triturado, mas era mais comum utilizar-se areias, pois aquelas evitavam o moroso e pesado trabalho das mós, além de que, depois de peneiradas, apresentariam a granulometria necessária para serem adicionadas à pasta, reduzindo a quantidade de água, abrandando o encolhimento. Estas areias eram recolhidas ou nas praias ou junto aos rios, dependendo do que fosse mais próximo. Ainda assim, as areias fluviais eram as mais apetecíveis, visto que, devido à erosão da corrente, se apresentavam livres de impurezas e sem sal. Este tipo de matéria-prima estava acessível a todos os três centros produtores de faiança com a proximidade dos rios Tejo, Mondego e Douro.

Os seus objectivos passavam por diminuir o encolhimento da peça durante a secagem, mas também, aumentar a sua resistência térmica durante a cozedura, visto que a sílica resiste a altas temperaturas antes de a sua estrutura sofrer alterações, sobretudo durante a segunda cozedura.

Outro dos elementos não plásticos que observamos na faiança é a cerâmica triturada. Estes vestígios seriam certamente aproveitados das peças que estalavam durante a chacota. Várias vezes observamos, principalmente na faiança produzida em Coimbra, fragmentos de cerâmica vermelha, pelo que é possível que restos de várias produções fossem utilizados. A sua utilidade cumpria a função de resistência térmica pois demonstrava o mesmo comportamento que a argila que estava a ser enchacotada.

É impossível cozer barro sem recurso a um forno, cujo aquecimento é feito com lenha, necessária em grandes quantidades. A utilização de lenha variava, em finais do século XIX, entre 3500 a 3600 quilogramas, nos fornos de Coimbra (Lepierre, 1898). Existiam muitas qualidades e variedades, dependendo do local onde se situava a olaria e dos recursos que aquela unidade tinha para gastar. A designação mais recorrente na gíria oleira, quando se refere a combustível, é a de mato, pelo que desconhecemos a que arbusto ou árvore se refere. No distrito de Bragança, por exemplo, devido à sua disponibilidade, usavam lenha de carvalho, em Abrantes e Coimbra utilizava-se o pinho e no Porto a urze ou chamiça, embora em Miragaia se empregasse carqueja (Lepierre, 1898, 37, 49 e 87). A disponibilidade desta matéria-prima podia mesmo influenciar o tipo de produção. Aquele autor refere que no concelho de Foz Côa se produzia louça comum, mas não telha, devido à falta de lenha, que não existia em quantidade suficiente para aquecer um forno de grandes dimensões (Lepierre, 1898, 38). Em Lisboa utilizava-se o “mato” e o pinho na produção de faiança, mas na produção de louça vermelha, menos cuidadosa, qualquer tipo de lenha podia ser utilizado, tal como tojo, esteva, palha e caruma (Lepierre, 1898, 56).



Carregamento de lenha com destino às olarias de Alicante em finais do século XIX (seg. Seijo Alonso, 1977).

Em 1704 surge uma reclamação à Câmara por parte dos oleiros da cidade de Lisboa que se queixam dos oficiais reais da cidade que sabendo da lenha que os oleiros necessitam para as suas obras lhes vedavam o acesso àquela matéria-prima: *Dizem os Juizes e mais offeciais de todo o offiço de Oleiro desta Cidade que sendo preciso e necessario a seu offiço para cozerem louça o valeremsse de lenha de Toijo e Pinho e padecendo alguas faltas sempre agora de próximo há mais de hum mês a esta parte Chegarão a extremos sendo a causa de lhes impedirem os Almotaceis das Execuções o tirarem Toijo do cais disendo absolutamente que não hão de permitir que os offeçiais de Oleiro levem lenha alguma.* O problema arrastou-se durante mais de um mês, causando grande prejuízo aos oleiros (Langhans, 1943, 345). As dificuldades de abastecimento deviam ser frequentes, pelo que as olarias possuíam um depósito de lenha comumente conhecida como “arrecadação do mato” que preenchiam com grandes quantidades.

Os elementos necessários ao fabrico de peças em chacota são o barro, a água, os elementos não plásticos e a lenha. No entanto, quando falamos de faiança as peças são revestidas com esmalte estanífero. À composição daquele “banho” são necessários chumbo, estanho, sílica e sal ou soda.

O chumbo (do latim *plumbum*) é um elemento químico de símbolo Pb, número atómico 82 (82 protões e 82 electrões), com massa atómica igual a 207,2 u, pertencente ao grupo 14 da classificação periódica dos elementos químicos. À temperatura ambiente, encontra-se no estado sólido. É um metal tóxico, pesado, macio e maleável. Apresenta coloração branco-azulada quando recentemente cortado, porém adquire coloração acinzentada exposto ao ar (Ball, 2002).

É extraído sobretudo de minerais como a galena ou sulfureto de chumbo (PbS) ou dos seus óxidos naturais como a cerusite (PbCO₃) ou Anglesite (PbSO₄). A oxidação destes minerais, através da submissão do chumbo ao calor, recorrendo à técnica descrita no capítulo referente às técnicas de produção, vai originar diversos óxidos, nomeadamente o litargírio (PbO), que se distingue fisicamente por ser um pó amarelo, e o tetróxido de chumbo (Pb₃O₄) ou zarcão que se apresenta sob a forma de um pó alaranjado ou vermelho. Na documentação coimbrã do século XVI, estes óxidos são

conhecidos como alcanfor (Carvalho, 1921). No século XIX, a documentação referente às fábricas de Miragaia, Massarelos, Rato e Caldas da Rainha revela diversas designações dadas aos óxidos utilizados na produção de vidro: “mina de chumbo”, “cal de chumbo”, “zarcão”, “mínio”, “litargírio”, “chumbo rubro”, “verniz”, “chumbo vermelho”, “cinzas de chumbo”, “fezes de ouro”, “massicote” e “chumbo” (Esteves, 2003; Fernandes, 2008a, Fernandes e Rebelo, 2008).

Desconhecemos onde este chumbo era adquirido durante os séculos XVI, XVII e XVIII. Contudo, nas fábricas do século XIX, ele era obtido, em menor quantidade, nas explorações nacionais, em Sever do Vouga e Vila Pouca de Aguiar, e, em maior quantidade, através da importação de Inglaterra. Não raro, todos os pequenos restos de chumbo eram aproveitados pelos oleiros (Lepierre, 1898).

O estanho é um elemento químico de símbolo Sn, número atómico 50 (50 prótons e 50 electrões) e com massa atómica de 118,7 u. Está situado no grupo 14 ou 4A da classificação periódica dos elementos. É um metal prateado, maleável que é sólido nas condições ambientais. Não se oxida facilmente com o ar e é resistente à corrosão. Extrai-se do mineral cassiterita ou óxido de estanho (SnO_2) e oxida-se obtendo dióxido de estanho, na forma de um pó branco ou monóxido de estanho, na forma de um pó cinzento escuro (Ball, 2002).

É um mineral frequente em Portugal, nas zonas da Guarda, Belmonte, Viseu e Bragança, porém, nas olarias do século XIX, importava-se directamente de Inglaterra, possivelmente em simultâneo com o chumbo (Lepierre, 1898).

Havia grandes importações de chumbo na cidade do Porto durante o século XVII e XVIII, demonstrando a elevada produção das olarias. A sua aquisição chega mesmo a provocar um litígio de alguns mercadores estrangeiros contra oleiros vilanovences. Era importado em barras cuja dimensão desconhecemos, mas que seriam calcinados em forno próprio ou à entrada do forno principal (Leão, 1999, 27).

A areia ou sílica (SiO_2), utilizada como elemento não plástico no fabrico da pasta, era ainda elemento fundamental no vidro. Será a sílica que, após submetida a determinadas temperaturas, irá vitrificar formando a camada do vidro. A sílica, quando combinada com o óxido de chumbo, funde em silicato de chumbo (PbSiO_3), o elemento fundamental do vidro transparente, tornado opaco pela adição do estanho.

As jazidas onde esta sílica era recuperada são essencialmente fluviais. Em Lisboa, seriam adquiridas nos areais de Coima, que foram igualmente utilizados durante os séculos XVII e XVIII, na produção de vidros da Real Fábrica de Vidros de Coima. Em Vila Nova, perante a ausência de areias límpidas, tornava-se menos dispendioso importá-las de Lisboa, como surge registado na documentação da fábrica de Miragaia, ainda que não saibamos se era o que acontecia na olaria tradicional dos séculos anteriores. Em Coimbra, eram adquiridas através da exploração de areais do Mondego ou das praias da Figueira da Foz (Lepierre, 1898; Fernandes, 2008).

Estas são as três matérias-primas fundamentais na produção de vidrados. Contudo, o ponto de fusão dos óxidos de chumbo, estanho e mesmo da sílica é muito elevado, rondando os 1800°C, temperatura à qual os corpos cerâmicos entrariam em desagregação. Desta forma, é necessária adição de um fundente que permita baixar a temperatura de fusão dos materiais empregues. O fundente mais utilizado na produção de cerâmica vidrada em Portugal foi o sal marinho, ou cloreto de sódio, cujo ponto de fusão ocorre apenas aos 97,5°C, permitindo baixar a temperatura de fusão dos restantes elementos. Aquele era facilmente adquirido nas salinas de Aveiro, Figueira da Foz e Setúbal. No entanto, podem ser adicionados outros produtos, nomeadamente o carbonato de potássio, extraído das cinzas de arbustos, que reduz igualmente o ponto de fusão.

Após o “banho” dado à peça, era necessário pintá-la. No fabrico de cores eram necessários óxidos de diversos metais que lhe forneciam diferentes tonalidades. A cor mais frequente na Faiança Portuguesa é o azul, seguido pelo violeta, amarelo e verde.

O cobalto é responsável pela produção do azul. É um elemento químico, símbolo Co, número atómico 27 (27 protões e 27 electrões) e massa atómica 59 u, encontrado em temperatura ambiente no estado sólido. É um metal duro, ferromagnético, de coloração branca azulada (Ball, 2002). Não se encontra em estado natural na terra, mas antes associado a outros minerais como o chumbo ou a prata. Curiosamente o seu nome deriva do alemão *kobold*, que significava duende das minas, pois os mineiros medievais acreditavam que um duende roubava a prata e deixava este mineral no seu lugar. Ainda que não saibamos de onde era oriundo o cobalto utilizado na produção portuguesa, é nossa crença que o desenvolvimento da indústria de louça branca e azul na Península Ibérica, a partir do século XVI, tenha levado à exploração do metal em Espanha,

evitando a sua importação do Médio Oriente, como aconteceu durante a ocupação islâmica. Sabe-se que este minério estava espalhado por toda a Espanha com uma grande incidência na zona de Calatrava e Huelva (Rubio Navas, 2003). Na documentação relativa à fábrica de Miragaia, é conhecido como safra, nome que já devia ser utilizado nas olarias dos séculos anteriores (Esteves, 2008a, 55).

O amarelo era adquirido a partir do óxido de antimónio. O antimónio é um metal de cor branca prateada, sólido e quebradiço. A sua fórmula química é Sb e o seu número atómico 51 (Ball, 2002). Era empregue para produzir amarelos e alaranjados. Seria explorado em Portugal, mas no século XIX as olarias compravam-no em Inglaterra (Lepierre, 1898, 108). Em Miragaia, na produção de amarelos, eram igualmente empregues limalha de ferro, pó de tijolo e óxido de zinco, possivelmente escurecendo a tinta (Esteves, 2008a, 53).

O violeta ou castanho empregava o óxido de manganês. O manganês (do francês *manganèse*), é um elemento químico, símbolo Mn, número atómico 25 (25 protões e 25 electrões) e massa atómica 55 u, sólido à temperatura ambiente. É o terceiro metal mais abundante na crosta terrestre, após o alumínio e o ferro e encontra-se amplamente distribuído (Ball, 2002). Os seus óxidos, depois de calcinados apresentam uma tonalidade escura. Na documentação oitocentista da fábrica de Miragaia é designado como morado (Esteves, 2008a, 56).

O verde era adquirido através do óxido de cobre. O cobre é um elemento químico de símbolo Cu (do latim *cuprum*), número atómico 29 (29 protões e 29 electrões) e de massa atómica 63,6 u. À temperatura ambiente o cobre encontra-se no estado sólido (Ball, 2002). Os seus óxidos (CuO) apresentam uma tonalidade verde que era aproveitada na produção de tintas para a faiança, ainda que seja uma cor rara na paleta de cores utilizada até à segunda metade do século XVIII.

Mais tarde, já no século XVIII, com o desenvolvimento da produção industrial nas fábricas de Lisboa e Porto, surgiram outras cores que foram aplicadas à produção de faiança, como os vermelhos, pretos e laranjas que vão necessitar de outros componentes (Esteves, 2008a).

A manufactura de tintas será descrita, tal como os vidrados, no capítulo relativo à técnicas de produção. Não obstante, é possível que as tintas fossem adquiridas já

preparadas, calcinadas e moídas, atendendo às referências de importação de diversas *tintas para oleiros* nos livros de registo do Cabido da Sé do Porto (Leão, 1999, 27) Os oleiros também podiam estar envolvidos no comércio de tintas, pois, em 1686, Domingos Jorge, oleiro de Lisboa, refere que Manuel João, oleiro de Vila Nova, lhe devia 40\$250 reis de barro e azul que lhe mandou para a sua tenda (Leão, 1999, 27).

IV.2. Técnicas de produção

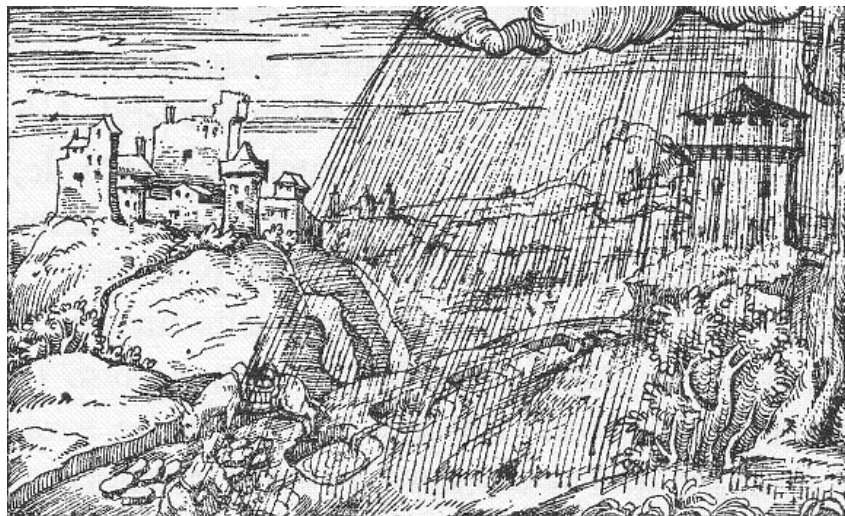
Descrever os processos de fabrico da faiança em Portugal tem necessariamente de reunir aspectos históricos, documentais e arqueológicos. A ausência de tratados portugueses elaborados nos séculos XVI, XVII e XVIII, o apogeu da produção de faiança na Europa, obrigou-nos a procurar descrições destas técnicas noutros centros produtores europeus, designadamente Itália, com recurso ao livro de Cipriano Piccolpasso *Le Tre Libri dell'Arte del Vasaio* (1556), e Países Baixos com o Tratado *De plateelbakker of Delftsch aardewerkmaaker* que, no final do século XVIII, descreveu a organização da faiança de Delft. Estas produções empregavam as mesmas técnicas que a Faiança Portuguesa. Por outro lado, não pudemos ignorar a documentação produzida em cronologias ulteriores, relativa às fábricas do Rato e Miragaia, bem como a algumas olarias regionais. Os princípios que regulamentavam a organização da cadeia operatória, desde a recolha do barro, vitrificação, montagem das peças, cozeduras e afins, podem ser equiparados às produções mais recuadas

A estas informações documentais juntam-se os dados arqueológicos que a escavações de olarias e colecções de faiança oriundas de diversos contextos nos permitiram obter.

O fabrico de Faiança Portuguesa começava fora da olaria, no barreiro. Aqui processava-se a primeira etapa da produção. Como observámos anteriormente, nem todos os barros eram indicados para a execução de peças de louça fina, pelo que os locais onde este se encontrava tinham de ser seleccionados previamente. Muitas vezes a selecção dependia mais da disponibilidade que da qualidade da matéria-prima que, como observamos nas posturas coimbrãs podiam não ser as mais indicadas, levando à quebra frequente das peças (Carvalho, 1921). Encontrando-se o barreiro apropriado, seria explorado intensamente e o barro recolhido por obreiros especializados. Para tal utilizavam-se diversos instrumentos como enxadas, picaretas e pás.

Existem muitas formas através das quais o barro podia ser recolhido. Piccolpasso demonstra-nos uma das mais recuadas recolhas de barro para a produção de cerâmica esmaltada, no século XVI, e o seu tratamento ali logo na jazida. Escavando diversos

“tanques” em zona de barreiro, aproveitavam a força da gravidade e das chuvas para que o barro passasse entre os tanques e decantasse naturalmente.



Técnica de recolha do barro já purificado (seg. Picolpasso, 2006).

Em Portugal, a exploração das jazidas era feita em mina, poço ou vala a céu aberto, podendo atingir profundidades de quatro a cinco metros, tendo a exploração de recorrer a escadas e cestos ou baldes para trazer a argila para a superfície (Lepierre, 1898). Depois de retirado da terra, seria transportado para as olarias em carros de bois ou carroças puxadas por burros, como ainda se verificou até ao século XX nas olarias das Caldas da Rainha (Fernandes e Rebelo, 2008, 103).

Desconhecemos o tamanho destes veículos, mas possivelmente deviam ser puxadas por um único animal. Nesta imagem etnográfica de uma recolha de barro em Espanha, próximo de Alicante, podemos observar que a carroça não seria muito grande. É possível que diversos destes transportes se encontrassem diariamente nos barreiros.



Recolha e transporte tradicional de barro em jazida perto de Alicante em 1940 (seg. Seijo Alonso, 1977).

De facto, a quantidade de barro aqui observada, que permitiria fornecer uma olaria por pouco mais de uma semana, justificando uma constante exploração dos

barreiros. Após descarregado na olaria, em quantidades suficientes para ser utilizado durante vários dias, iniciar-se-iam os processos de fabrico

A mais explorada jazida de barro branco, em Portugal, foi a da zona dos Prazeres, em Lisboa, onde, atendendo à extensa laboração das oficinas, deviam ali circular diariamente diversas carroças que transportavam barro para as olarias. Esta zona de barreiros foi há pouco tempo identificada arqueologicamente e parcialmente escavada. A exploração era feita em minas subterrâneas.

Não se sabe se existiriam posturas municipais que regulamentassem a extracção da matéria-prima. Em 1610 surge uma determinação em que os oleiros não deviam explorar mais barro na Calçada do Combro, visto provocar problemas urbanos, mas não menciona se aquela exploração era autorizada pelas autoridades locais. De qualquer forma, os poderes municipais deviam estar conscientes da exploração dos barreiros, ainda que concedessem aos oleiros a liberdade para os explorar e mesmo comercializar o barro. Em Coimbra, a 26 de Maio de 1569, no regimento dos oleiros e malagueiros, determina-se que o barro seria vendido por cestos com medida e preço que fosse taxado pelos juízes com os almotacés e escrivão da almotaçaria e explorado pelo “carreiro” (Carvalho, 1921, 21). Esta referência revela que todos os oleiros tinham de obedecer àquela determinação camarária. Desconhecemos se esta medida era igualmente tomada em Lisboa ou noutras explorações de argila pelo país, mas é possível que os oleiros efectuassem o pagamento de uma taxa camarária para a exploração das jazidas.

O responsável pela extracção do barro devia estar sob as ordens do mestre oleiro, encarregue da oficina, acompanhando a acção exploratória, delegando-a a algum funcionário que conhecesse a natureza dos barros empregues e o local de recolha. Contudo, não descartamos completamente a hipótese de, com o aumento da produção, a recolha do barro se ter especializado e certos indivíduos, detentores do conhecimento necessário à sua recolha, se tenham estabelecido com essa função, vendendo o barro recolhido às oficinas. Na zona de Évora, ainda no século XIX, existiam carregadores que levavam o barro às olarias daquela cidade, embora Margarida Ribeiro não esclareça se trabalhavam independentemente ou para as ditas olarias (Ribeiro, 1984).

Em Paredes, no distrito do Porto, em finais do século XIX, onde se fabricava louça preta, segundo Charles Lepierre, os barreiros eram comuns, “reunindo-se todos os

oleiros em dias combinados em que procedem à extracção, repartindo-o igualmente.” (Lepierre, 1898, 25).

A ausência de barro no Porto levou a que este tivesse de ser encomendado a partir de Lisboa onde chegava a bordo de diversas embarcações oriundas da capital. Não sabemos quantos agentes poderiam estar envolvidos neste comércio, mas, de certo, os oleiros lisboetas prestavam esse serviço, visto que, no testamento de Domingos Jorge, oleiro na freguesia de Santa Catarina, em 1686 surge a referência a uma dívida de 40\$250 réis de “*barro e azul*” que o falecido havia mandado a “*Manuel João, official de oleiro, morador em Villa Nova do Porto*” (Queirós, 1907).

Na maior parte das vezes, era recolhido seco, sobretudo porque a natureza primária dos barros empregues não torna muito frequente a sua presença junto a cursos de água.

A primeira etapa passava pelo esmagamento do barro, sendo prática comum entre os oleiros desfazerem os torrões de grandes dimensões antes de colocarem os barros secos dentro dos tanques. Desta forma, removeriam as impurezas mais evidentes, principalmente pedras de grandes dimensões, embora esta tarefa pudesse ser executada ainda no barreiro. Esta técnica é prática recorrente nas olarias de barro vermelho. Contudo, a louça branca emprega barros primários, que ao contrário dos barros secundários caracterizam-se por transportarem impurezas dos locais pelos quais viajam antes de serem recolhidos. Os barros brancos, devido às suas condições naturais de jazida possuem menos impurezas pelo que esta tarefa, em certos casos, podia ser dispensada. Charles Lepierre refere este procedimento na produção de louça preta, em Lordelo e Bisalhães, no Distrito de Vila Real. A argila era esmagada dentro de um almofariz de grandes dimensões ou mós e peneirada em crivos. (Lepierre, 1898, 22). O mesmo se fazia com o barro destinado à produção de faiança fina da Fábrica das Caldas da Rainha, sendo possível que fosse este o procedimento em algumas olarias de faiança (Fernandes e Rebelo, 2008, 117), não apenas nacionais como europeias (Amouric e Thiriot, 1995, 379).

Após este processo, o barro seria colocado dentro de água. Tal acção fazia uso de enormes tanques onde o barro era diluído. Este acto não só permitia ao barro diluir, de modo a preparar a pasta, como possibilitava limpar a pasta de todas as suas impurezas, sobretudo elementos vegetais e pétreos que, se permanecessem, podiam ser

as causadoras de a peça quebrar no forno. Não se sabe, ao certo, quanto tempo a pasta ficaria dentro do tanque, mas podia atingir os quatro meses. Acreditava-se que quanto mais tempo lá ficasse, melhor seria a qualidade do produto acabado, pois maior seria a libertação e destruição de impurezas. Durante aquele tempo de “remolha”, o barro seria mexido, “amassado” e batido diversas vezes, com recurso a enxadas, pás, paus curtos e compridos e ainda foices para “cortar “ o barro (Girão, 1905).

Retiradas as impurezas de maior dimensão, o restante seria eliminado aquando da filtragem do barro líquido, pois as impurezas ficavam no fundo ou junto ao crivo. Esta operação era efectuada através de coadores de grandes proporções cujas informações documentais para Delft relatam ser de madeira, cerâmica ou mesmo cobre, passando para outros tanques. Nas olarias portuguesas este coador era conhecido como “gamela”. Em uma das gravuras do livro de Piccolpasso vemos este processo ter início nos barreiros. Não sabemos até que ponto se pode considerar esta técnica como uma regra generalizada a toda a Itália. Por outro lado, é possível que os trabalhadores das olarias, rentabilizando tempo e espaço, abrissem estes tanques nas próprias jazidas e, auxiliados pelas águas das chuvas, iniciassem o processo de limpeza do barro no local onde seria recolhido. Quando os tanques não se encontravam ligados, a transferência de barro era feita com recurso a baldes.

Depois de limpa, a solução aquosa era então deixada secar. A água, ao evaporar, permitia que a partículas argilosas se anexassem, fortalecendo a sua estrutura cristalina e produzissem uma pasta muito fina, o principal composto da faiança. Este repouso da argila permitia a oxidação da pirite, produzindo sulfato ferroso, que, depois de libertado, evitava fusões no forno que prejudicavam a aderência do vidrado. Dentro dos próprios tanques, a argila adquiria diferentes densidades, sendo a mais fina, recolhida das camadas superiores, utilizada para louça de melhor qualidade, enquanto a que se depositava no fundo, empregue na produção de louça mais grosseira. Este processo de evaporação, dependendo da temperatura e humidade atmosféricas, poderia demorar desde um mês (Lepierre, 1898, 99) até oito meses (Fernandes e Rebelo, 2008, 117).

A mistura de diferentes barros, necessários à composição da pasta empregue na formação de objectos, podia ocorrer no tanque, como sucedia em Delft (Jonge, 1979, 11) ou em Londres, onde era misturado “*in a pond or sestron where it is stired and wrought together till it becomes like tick water (...) then it’s put though a fine haire sive and runs*

into a shallow place like a seastron, where it sattles into a bed and the water dryes from it, after which it is carried into the House and wrought up by treading”, ou na altura em que a pasta fosse amassada (Tyler, Betts, Stephenson, 2088, 17). A necessidade de misturar pastas prende-se com a carência de alcançar uma pasta resistente a duas cozeduras, bastante explícito nas posturas coimbrãs quinhentistas (Carvalho, 1921). A explicação para tal mistura tem que ver com o comportamento dos cristais de argila na segunda cozedura, que geralmente reagem de forma divergente ao vidro que recebem. O grau de distensão de ambos os componentes é diferente na sua natureza, pelo que o mais frágil, neste caso, a cerâmica, cede à pressão do esmalte. Misturando diversas qualidades de argila, aumentando a percentagem de sílica e alumínio, presente nas cerâmicas refractárias, aumenta a resistência a altas temperaturas, evitando fracturas (Rice, 1987). Estas podem ser igualmente minoradas com a mistura de margas que, devido ao seu elevado teor de carbonato de cálcio, não só impede que o biscoito abra fendas, mas aumenta o grau de aderência do esmalte à pasta. Esta necessidade era reconhecida desde os primeiros tempos de produção de faiança, mas a verdade é que muitos oleiros no país produziam as pastas ao acaso, confiando na sorte e na experiência dos seus antecedentes, não atendendo a regras químicas. Em Portugal, as pastas são bastante variáveis entre olarias, mesmo recorrendo aos mesmos Barreiros, apresentando inclusive, grande variabilidade também dentro das mesmas olarias (Lepierre, 1898, 3).

Depois de a pasta estar preparada era necessário amassá-la e torná-la homogénea. Este processo, dependendo do montante de barro, podia ser feito com as mãos, em bancadas, ou com os pés, no chão da oficina, como revelam algumas imagens de olarias, em finais do século XVIII e ainda em inícios do século XX.

Este parece ter sido o procedimento comum nas oficinas Europeias, com referências a esta técnica nos tratados *A Arte do Louceiro* e na *Arte da Louça Vidrada* (Silva, 1804; Xavier, 1805). Num documento de 1823, da Real Fábrica do Rato, em que se pede a reparação de um dos tapumes de um tanque, refere-se que “*se continua a pisar o barro de forma antiga, estando exposto a receber a terra, as pedras que vão pegadas aos pés dos trabalhadores empregados naquele laboratório*” (Esteves, 2003, 146). Nada indica que a “pisadura” não tenha sido a técnica utilizada durante os séculos XVI, XVII e XVIII, nas olarias portuguesas, até porque a maior parte dos oleiros que trabalhava nas novas fábricas era oriunda das oficinas (Lepierre, 1898). Seria neste momento que

quaisquer impurezas indesejáveis, que numa remota hipótese pudessem ter permanecido na pasta, seriam encontradas e que os elementos não plásticos, destinados a tornarem a pasta mais resistente, eram adicionados. Surge ainda a possibilidade de a areia e cerâmica esmagada terem sido adicionados dentro dos tanques, quando a pasta ainda se encontrava líquida. No distrito de Braga, em finais do século XIX, a argila era pisada por bois em eira e em Lisboa, uma fábrica tinha uma máquina de amassar barro movida por cavalos (Lepierre, 1898, 87).



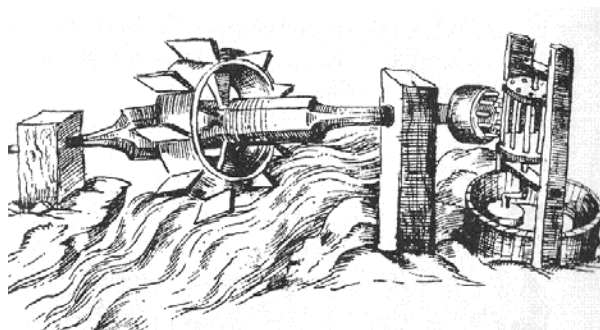
Trabalhadores amassando barro em olaria perto de Alicante (1946) (seg. Seijo Alonso, 1977).



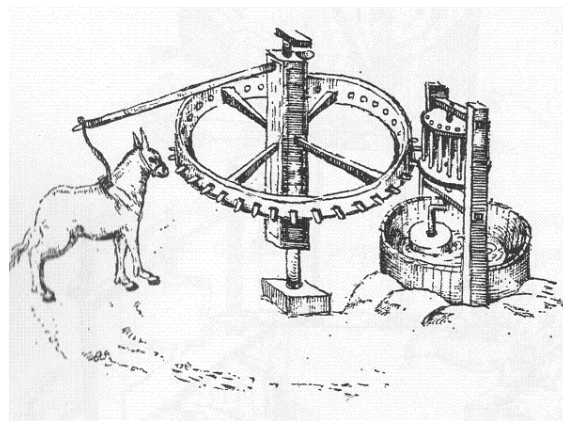
Trabalhador amassando barro em fábrica holandesa em 1794 (seg. Xavier, 1805).

Os elementos não plásticos ou desengordurantes empregues na indústria de faiança em Portugal eram sobretudo os quartzos, micas e cerâmica esmagada. Muitos deles podiam já fazer parte das argilas, aquando da sua recolha, adquiridos durante o seu longo processo de formação. Contudo, muitos seriam adicionados posteriormente. O objectivo da sua aplicação era reduzir a plasticidade e a velocidade de encolhimento da peça, quando esta estivesse no processo de secagem. A diminuição da quantidade de água fazia reduzir o tamanho do objecto e se esse fenómeno ocorresse sem controlo ela quebraria. Esta adição era importante durante o enxugo, mas é durante a chacota que vamos observar a sua verdadeira importância, quando a água no interior dos cristais desaparecer por completo. A presença de elementos como a mica, o quartzo ou a cerâmica esmagada, que se comportam de forma semelhante quando submetidos a temperaturas extremas, mantendo a sua forma, ajuda a peça a manter a sua forma original, sem quebrar (Rice, 1987, 74).

A sua utilização na indústria cerâmica implica que teriam e ser reduzidos a partículas de pequena dimensões com o recurso a grandes almofarizes e mós que seriam movidas sobretudo através de força animal, não se podendo, todavia, descartar a hipótese de força humana, ou a possibilidade de alguns destes moinhos serem movimentados através de energia hidráulica (Amouric e Thiriot, 1995). No livro de Piccolpasso surgem representações destas mós (Figs.7 e 8) e na descrição da fábrica de Miragaia, em 1801, relata-se a existência de uma casa, apartada do corpo principal da fábrica, onde existiam umas mós que laboravam para a fábrica, moendo pedras e óxidos para “vidro”. A presença de diversas mós foi confirmada arqueologicamente aquando da construção de um edifício no local (Fernandes, 2008, 18). Nas tradicionais olarias de faiança as mós teriam aspecto semelhante às apresentadas por Piccolpasso, de forma circular, e seriam movidas maioritariamente por força humana atendendo à ausência de documentação referindo animais. De facto apenas na olaria do Pé de Ferro em Lisboa surge a notícia de duas bestas mal tratadas que poderiam ser usada nesta tarefa (Mangucci, 1996, 166). Nas escavações da Rua Cândido dos Reis, em Gaia, foram identificadas mós circulares bastante desgastadas (Almeida, Neves e Cavaco, 2001).



Mó movida por força hidráulica (seg. Piccolpasso, 2006).



Mó movida por tracção animal (seg. Piccolpasso, 2006).

Seguidamente, depois de dividido em blocos de média dimensão, o barro era batido com recurso a pás de madeira ou mesmo de ferro, de modo a retirar quaisquer bolhas de ar que ainda pudesse conter no seu interior. Após este processo seria deixado a secar podendo ser colocado junto ao forno, recebendo o seu calor ou atirado às paredes da olaria de modo a que aquelas absorvessem a humidade como relatado no tratado de Piccolpasso.

A melhor descrição que existe em Portugal para a produção de louça branca surge no livro de Charles Lepierre, *O Estado da Indústria Cerâmica em Portugal*, onde, relativamente à indústria de cerâmica branca em Coimbra, refere: *“Introduz-se a mistura dos barros num tanque cavado na terra, de cerca de um metro de profundidade, variando a largura e o comprimento em 3 a 4 metros. As paredes são feitas de tijolo; um operário mistura as argilas com água por meio de uma enxada; depois quando a mistura está considerada homogénea, tira-se, para um balde, sobre um peneiro de tela metálica (latão) que retém as partes grosseiras que acompanham a argila; esta manobra efectua-se por meio do sistema muito conhecido chamado de cegonha. As argilas desfeitas e peneiradas são recebidas em tanques colocados à mesma altura mas mais profundos (2 metros em média). Deixa-se depois depositar a pasta.*

Sob influência do calor atmosférico a evaporação da água opera-se em 3 ou 4 meses. Como o peneiro, acima indicado, se acha num dos cantos do tanque, as partes mais próximas do peneiro são as mais grosseiras por se terem depositado em primeiro lugar; as partes mais finas, ao contrário, ficando em suspensão, depositam-se mais acima. Utilizam-se as pastas mais grosseiras para o fabrico de faianças mais ordinárias, a que se dá o nome de ratinhas. Retiram-se as pastas ainda húmidas e submetem-se a uma última pisadura.” (Lepierre, 1898, 99). Ainda que ignorando algumas das etapas de produção, sobretudo no que concerne à adição de elementos não plásticos, a técnica devia ser muito semelhante ao que se passou, desde os finais do século XVI, naquela mesma cidade.



Trabalhador bate no barro, de modo a retirar as bolhas de ar do a seu interior (seg. Xavier, 1805).

Tal como acontecia em Delft, também em Coimbra as argilas de diferentes jazidas eram misturadas logo no primeiro tanque, facilitando a homogeneidade da pasta. Em Lisboa, tendo em atenção que a argila vinha toda do mesmo local não era necessário.

Porém, ao contrário do que ocorria nas oficinas portuguesas, em Delft após a recolha do barro dos barreiros, a limpeza e preparação da pasta eram feitas não em olarias, mas em oficinas especializadas, designadas por “lavandarias de barro”. Em 1732, existiam dezassete destas “lavandarias” (Jonge, 1969). Os barros eram recolhidos e misturados em grandes tanques, depois seriam passados por passadores de cobre ou latão, onde ficariam retidas as impurezas e bocados de rocha. Daqui saía uma pasta muito fina, quase líquida, que seria utilizada nas peças mais finas

Naquela cidade, a pasta empregue nas olarias era feita com quatro qualidades de barro diferentes: 1) Marl, da região de Doornik na Flandres 2) barro de Muhlheim, junto ao rio Ruhr (Alemanha), 3) o chamado barro negro e 4) barro de Delft, enquanto em Londres apenas se utilizavam três variedades, o barro vermelho, o azul e o branco, numa proporção de 3:5:8 (Britom, 1987), pelo que não devemos estranhar a diversidade de barros empregue em Coimbra, que recorria a duas ou três misturas, tal como, mais tarde, na fábrica do Rato. Em Coimbra, as posturas municipais determinavam os locais onde devia ser minerado o barro, bem como a intensa vigilância que os oleiros tinham por parte dos seus juízes na selecção das argilas.

Segundo Charles Lepierre, em Portugal, em 1898, *“mesmo os melhores fabricantes, preparam as suas pastas verdadeiramente ao acaso, como se não houvesse regras definidas que regulem a composição química das faianças, porcelanas, tijolos ordinários ou refractários, etc. De resto, o fabricante e o oleiro português, empregam as argilas quase sem as purificar, tais como a natureza lhas fornece”* (Lepierre, 1898, 4 e 11), pelo que verificamos, atendendo ao que conhecemos da produção de faiança dos séculos XVI a XVIII, que muito do apuro produtivo português se havia perdido em pouco mais de 150 anos.

Depois das misturas e pisaduras, o barro era reservado durante algumas semanas, ou mesmo meses, em local escuro, geralmente uma cave ou despensa. Ainda não se determinou até que ponto esta retenção poderia ou não influenciar a produção cerâmica, no entanto, existem notícias de alguns oleiros que (já no século XIX), defendiam que o barro reservado permitia efectuar peças que na cozedura sofressem menos acidentes

(Lepierre, 1898, 11). A hipótese sugerida aponta para que quaisquer matérias orgânicas quase imperceptíveis que o barro ainda possuísse se deteriorariam com o tempo de resguardo. Este período de reserva implicava que o barro perderia a sua elasticidade, pelo que antes de ser utilizado na formação das pastas teria de ser novamente molhado. O tempo de espera poderia ser preferível pelos oleiros, mas não cremos que o mesmo fosse possível numa indústria de grandes dimensões que necessitaria de barro quotidianamente, pelo que, após a sua limpeza, deveria ir rapidamente para a próxima etapa.

O passo seguinte seria a construção da própria peça, executada pelo oleiro propriamente dito. A documentação relativa à Real Fabrica de Louça do Rato refere que *preparada e pronta a massa, seguem-se outras operações antes que a massa se faça obra, e vem a ser amassar de novo sobre as mesas com as mãos o barro, batê-lo com pedaços de pau, formá-lo em porções de tamanho preciso para as diferentes peças. Tudo isto se faz para que o barro fique bem unido, igual em toda a parte com a devida consistência, e sem ar intermédio. Feito isto fazem-se as peças, ou à mão, ou em roda, ou moldando em formas próprias. Depois de feitas estas cumpre alizá-las com todo o cuidado, e melinde, para o que se levam depois de secas outra vez à roda, e com instrumentos de aço brunem a superfície, e avivam os traços* (Esteves, 2003, 148).

Em Miragaia, os “bolos” de barro que iam à roda eram designados como pélas, que serviriam tanto para a roda, como para os moldes (Fernandes, 2008, 26).



Representação de duas rodas, accionadas com o pé, nas quais se produz um prato e um jarro (seg. Picolpasso, 2006).

As rodas, accionadas ou tangidas pela força do pé, estariam instaladas num compartimento destinado para o efeito. O pedaço de barro seria colocado em cima da roda ao qual o oleiro daria forma com a suas mãos e com a ajuda da força centrípeta da roda. O torno em Portugal era muito semelhante ao modelo que era utilizado na restante Europa. Seria constituído pela cabeça ou prato da roda, onde se colocava o barro, que se ligava à roda de balanço, a qual o oleiro movia com o pé, através de um eixo. “A estabilidade e verticalidade do eixo são mantidas apoiando-se este em dois pontos: um, situado logo abaixo da cabeça da roda, sendo o eixo preso, por intermédio de uma correia ou de uma espécie de braçadeira, a uma trave colocada na horizontal e fixada às paredes da oficina ou à estrutura da roda. O outro ponto que garante a verticalidade e estabilidade do eixo situa-se logo abaixo do sobrado da roda e é constituído por um aguilhão, extremidade inferior e terminal do veio, feito de madeira ou de ferro – a agulha, que encaixa numa chapa de ferro ou de madeira ou num godo de pedra” (Fernandes, 2008, 27).

Tais evidências foram detectadas arqueologicamente nas oficinas de Paterna (Valência), por Mercedes Mesquida (Mesquida Garcia, 2005). Do torno faziam ainda parte o estribo, onde o oleiro descansava os pés, o banco e o tampo da roda, onde se colocavam os pedaços de barro a utilizar ou as peças já executadas, o recipiente da água, o trapo e utensílios como facas, garrotes ou fios, canas, bitolas e teques (Fernandes e Rebelo, 2008, 121).

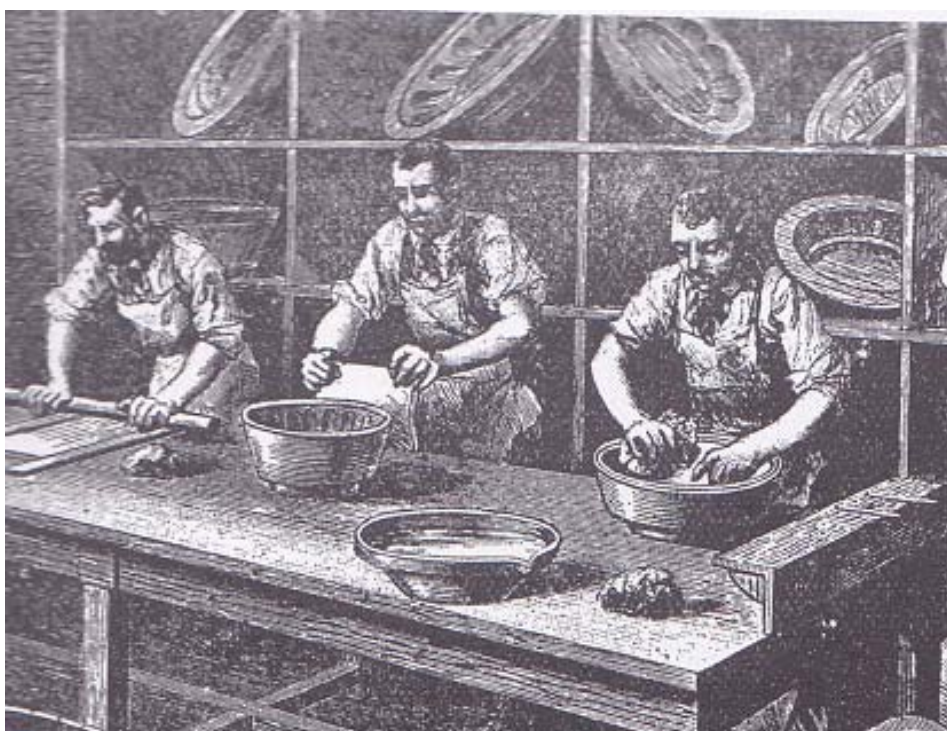


Evidência arqueológica do aguilhão de roda de oleiro, identificado em Paterna (seg. Mesquida Garcia, 2005).

Aqui seriam elaboradas as formas abertas e fechadas, pratos, taças, mangas de farmácia ou mesmo alguns tipos de garrafas e jarras. As formas mais comuns eram aqui executadas, mesmo que depois tivessem de levar alguns apliques como asas ou bicos. Era colocado um pedaço de barro em cima do prato do torno, que podia ser em cerâmica ou madeira e a peça seria levantada com o auxílio das mãos do oficial e a força exercida

pelos pés. Depois de montada, a peça seria deixada a enxugar durante algum tempo e depois descolada do torno através de um arame ou fio.

Formas mais complexas e não circulares, nomeadamente alguns tipos de caixas quadradas e garrafas ou mesmo pratos cuja decoração se encontra moldada ou a aba recortada, eram feitas através de moldagem, recorrendo a moldes de gesso ou, mais raramente, de madeira. O molde era feito com recurso a uma peça já acabada, onde se colocava o gesso por fora copiando a sua forma. Depois de seco estava apto a ser utilizado. Um pedaço de barro era estendido com recurso a um rolo, certificando-se que ficava todo com a mesma espessura. Na Real Fábrica do Rato designava-se este pedaço de barro por *lastra*, que era cuidadosamente colocada sobre o molde com ajuda de uma esponja molhada. Em peças com mais relevos podia ser necessário enchê-las com as mãos ou com recurso a uma esponja com cabo de madeira, alcançando locais onde a mão não chegava. Podia ainda recorrer-se à *barbotina*, ou seja, argila em estado quase líquido para preencher o molde. Depois de secar a peça estava pronta a ir ao forno.



Diferentes técnicas de moldagem (seg. Protes, 1907).

Menos comuns são as formas que seriam esculpidas a partir de pedaços de barro, sobretudo a estatuária que, durante os séculos XVI e XVII, estava intimamente ligada a figuras religiosas, conhecendo-se alguns casos, no entanto, que figuram senhoras, como o caso das campainhas recuperadas em Santa Clara a Velha (Côrte-Real, 2000).

Algumas peças podiam reunir duas das técnicas, como por exemplo uma garrafa feita no torno com uma asa modelada. Os apliques como asas, bicos, pés ou elementos decorativos, cuja forma mais complexa implicaria a sua modelação manual ou em molde, seriam soldados ao corpo da peça depois de montada e após um breve período de secagem. A zona onde o apliance seria colocado era raspada ou utilizava-se barbotina para efectuar a colagem.

Após este processo, a peça seria deixada ao enxugo em cima de tábuas, termo ainda utilizado, em finais do século XIX, pelos oleiros em Viana do Castelo e Miragaia (Lepierre, 1898, 72; Fernandes, 2008, 30), procedimento durante o qual repousaria durante, pelo menos, um dia num ambiente seco, até parte da sua água evaporar, consolidando a sua estrutura. Este tempo podia variar consoante o ambiente e espessura do objecto. Não sabemos se seria o caso da indústria de Faiança Portuguesa, mas em muitas olarias aproveitam-se os dias de sol para diminuir o tempo de secagem, expondo as peças aos seus raios, no exterior da olaria. Todavia, é possível que a delicadeza dos objectos não permitisse esta secagem pois seria demasiado rápida e abriria fendas nas peças. É provável que assim fosse pois, em 1862, nos últimos tempos de laboração da olaria da Rua das Madres, em Lisboa, que se encontrava em funcionamento desde, pelo menos, 1638, surge um processo contra a sua dona, Maria de Jesus Mó, por prejudicar a circulação da via pública pois punha as peças a secar na Rua das Madres (Mangucci, 2003, 426). Ainda que a olaria só produzisse louça vermelha nesta época, é provável que a tradição de secagem tivesse vindo de anteriores administrações.

É possível que algumas peças voltassem ao torno após secarem apenas algumas horas, de modo a corrigir imperfeições ou tornar a suas paredes mais finas, através de um desbaste das mesmas. Retirava excessos de barro e corrigia imperfeições como as estrias da roda.

Ainda que na Faiança Portuguesa não haja registos de as peças terem sido submetidas a engobes de modo a retirar impurezas ou aclarar as pastas antes de receberem o vidrado, sabemos que na cerâmica europeia essa era uma prática utilizada comumente (Xavier, 1905).

Depois de consolidar, o objecto seria submetido à primeira cozedura, também designada de chacota. As peças eram colocadas dentro do forno, possivelmente separadas por trempes, que mais não são que suportes com três apoios que permitem

afastar as peças de modo a que as suas superfícies não se fundam. Seriam assim submetidas a uma primeira cozedura, onde o forno rondaria os 800°C a 900°C, e cozeria entre 12 e 20 horas, dependendo dos locais e oficinas, sendo a estrutura de combustão aquecida gradualmente. O objectivo desta cozedura é retirar a água do interior da estrutura da argila, de modo a que os cristais se consolidem, formando um corpo que pode ser manuseado e submetido a revestimentos e decorações. Este processo iniciava-se pelos 300°C e ficaria completo pelos 800°C, com um ponto crítico aos 573°C, a partir do qual é impossível reverter o processo (Rice, 1987, 87). O controlo da cozedura e temperatura era efectuado pelo forneiro através da coloração das chamas.

As peças, agora em biscoito, demorariam sensivelmente o mesmo tempo a arrefecer, sendo desaconselhável a sua retirada do interior da estrutura de combustão antes do seu arrefecimento, com risco de as mesmas quebrarem devido ao choque térmico. Sabe-se que eram colocadas algumas amostras de cerâmica, em chacota e vidrada, em pontos estratégicos do forno, e retiradas ao longo do processo de cozedura, controlando o processo de cozedura. Tais exemplares foram recolhidos nas escavações da Rua de Buenos Aires, onde pudemos observar pequenos tubos ou “cubijas” de cerâmica que certamente indicavam ao forneiro a evolução da cozedura. Sabe-se ser possível vidrar peças sem recurso a esta primeira cozedura, como ocorreu com a cerâmica ratinha em Coimbra (Lepierre, 1898, 99), porém, isto tornava a peça muito menos resistente, aumentando o número de acidentes.



“Cubija” recolhida nas escavações da Rua de Buenos Aires, em Lisboa (foto T. Casimiro).

O passo seguinte seria a vidragem, onde a peça era emersa num “banho” em que o vidrado de chumbo e estanho se encontrava em suspensão na água em grandes tinhas ou tanques (Xavier, 1805, 23).

A preparação do vidrado ou “banho” requisitava a presença de chumbo, estanho, areia e sal ou soda. O chumbo e a areia funcionavam como elementos vitrificantes, o estanho como opacificante e os restantes elementos como fundentes, atendendo às baixas temperaturas que necessitam para se fundirem. Um dos passos mais importantes passava pela calcinação dos metais necessária à obtenção de óxidos. Aqueles eram colocados em fornos de menores dimensões, ou “forninhos” (Xavier, 1804, 94) embora se saiba que, por uma questão de economia, podia ser realizado durante a cozedura da louça, onde o calor fazia com que a sua oxidação libertasse uma limalha. Este processo nas Caldas da Rainha demorava cerca de 18 horas (Fernandes e Rebelo, 2008), enquanto em Alcobaça entre 5 e 6 horas (Bernarda, 2001), mas não temos indicação das quantidades calcinadas. Os metais eram colocados dentro de cadinhos. Depois, esta limalha seria reduzida a pó em diversas mós, podendo ser aqui adicionada a areia, e a soda, de modo a que todos os elementos fossem moídos com a mesma granulometria. Estas mós eram, como vimos, movidas por força hidráulica, animal ou humana. Após este processo, aquela mistura seria peneirada de forma a evitar impurezas ou grãos de óxido e areia de maiores dimensões (Amouric, Thiriot, 1995).

Desconhece-se ao rigor a proporção de cada um daqueles materiais durante os séculos XVI, XVII e XVIII, no entanto, acredita-se que o *ratio* dos metais andaria pelos 80%-20% para chumbo e estanho, respectivamente. Nos finais do século XVIII e inícios do XIX, utiliza-se, em Coimbra, a mistura de 100 kg de calcina de chumbo, 25 kg de calcina de estanho, 37,5 kg de sal marinho e 125 kg de areia branca” na louça mais fina e 100 kg de chumbo e 7 kg de estanho. A um volume desta mistura junta-se-lhe 2,5 volumes de areia do mar e 16 litros de sal marinho na louça mais grosseira, dita ratinha, muitas vezes vidrada antes da primeira cozedura (Lepierre, 1898, 101 e 43). Mas a composição dos vidrados variava entre oficinas, tentando sempre reduzir-se a quantidade de estanho, o componente mais dispendioso. A mistura permitia à sílica vitrificar devido às temperaturas superiores a 1200°C e o primeiro metal fazia com que esse vidrado aderisse à peça enquanto o estanho opacificava a mistura de branco. A estes dois componentes juntava-se sal ou soda que funcionaria como fundente do

processo, diminuindo a temperatura necessária para a vitrificação da peça, tal como era descrito no *L'art de fabriquer la faïence* (1828).

Sobreviveu até aos nossos dias o Livro de Receitas de vidrados, esmaltes e cores, da fábrica de Miragaia. Ainda que estas remontem à primeira metade do século XIX, é sabido que as técnicas se mantiveram desde as produções artesanais do século XVII, com poucas alterações. As proporções que se utilizavam nesta fábrica eram de oito de chumbo para dois de estanho. A esta mistura de óxidos dava-se o nome de “queima”, à qual se juntava o “massico”, constituído por areia e sal (Esteves, 2008a, 51). Depois de todos os ingredientes combinados, levava-se a mistura ao forno a calcinar dentro de “cadilhos” de barro, pelo que os metais calcinavam, pelo menos, duas vezes.

Na *Arte do Louceiro*, descreve-se o processo de queimar chumbo e estanho para os oleiros parisienses: *“Querendo-se que o esmalte seja branco misturam-se cinco partes de estanho com vinte de chumbo. Fazem-se calcinar em um vaso e barro no forno de calcinação. A fornalha se deve esquentar algumas horas antes de se lançar nela o chumbo, e a chama deve sempre dar sobre o chumbo, para isto deve ser o forno de reverbero. Deve-se mover o metal com uma espátula de ferro até ele se reduzir em cinzas. Então se lança o estanho e se move do mesmo modo, até que este também se converta em cinzas. Aumenta-se o fogo até que as cinzas estejam abrasadas, então se diminui o fogo e se deixam esfriar, movendo-as sempre com a espátula. Misturam-se estas cinzas com igual porção de sal, e de areia. Põe-se tudo em vaso descoberto, e se põe nesta segunda calcinação, todo o sal se evapora, e o peso diminui; porém o sal se ajunta para facilitar a fusão. Pisa-se a matéria calcinada em um gral de ferro, e se liviga cuidadosamente em uma pedra, com uma quantidade de água suficiente para a tornar de uma consistência líquida. Caindo sobre o verniz qualquer bocado de gordura, por pouca que seja, desmancha todo o trabalho, porque os metais tornam a tomar a sua primeira forma e o verniz desaparece de cima dos vasos em que se tinha aplicado. O pó, caindo sobre o verniz, faz no esmalte uns pequenos buracos”* (Silva, 1804, 93-94). Na *Arte da Louça Vidrada* também se descreve este processo, mas com menos pormenor (Xavier, 1805). Existiam várias formas de oxidar os metais. Certas olarias começam pelo chumbo ao qual juntavam o estanho e depois a areia e sal, enquanto outras misturavam todos os elementos inicialmente, calcinando os metais em simultâneo. De modo a aumentar a velocidade de produção de óxidos, os metais são mexidos

constantemente, libertando a superfície metálica da limalha produzida. A moagem era efectuada ao longo da calcinação.

Na eventualidade de se querer conferir alguma tonalidade ao esmalte, como por exemplo o azul, que foi uma das mais comuns, juntava-se uma pequena quantidade de óxido de cobalto a esta mistura.

A esta mescla ou “frita” era adicionada água criando uma solução espessa que aderiria às paredes dos objectos cerâmicos. Antes de mergulhados, deviam ser limpos ou espanados, como nos revela Picolpasso na sua obra.

De acordo com as posturas municipais de Coimbra, todas as peças, antes de serem vidradas, eram submetidas a uma rigorosa observação, por parte dos juizes do ofício, de modo a separar as peças que estavam em perfeitas condições das que possuíam, nem que fossem pequenas fracturas e imperfeições. Esta selecção permitia reduzir os custos de produção, pois qualquer peça não perfeita que fosse ao forno novamente fracturaria (Carvalho, 1921). É sabido que alguns oficiais, menos dotados ou interessados na arte de construir peças, podiam comprá-las já em biscoito e dedicarem-se, exclusivamente, à vidragem e pinturas das peças.

Se o objectivo fosse produzir peças brancas pouco mais havia a fazer que reservá-la durante cerca de um dia ou dois, até o vidrado secar, à espera que fossem ao forno. Contudo, a Faiança Portuguesa distingue-se pela profusa decoração que apresenta, pelo que a maioria era efectivamente decorada. As cores eram alcançadas através da utilização de óxidos de vários metais, que tinham de ser conseguidos através da oxidação dos metais envolvidos. Numa olaria com espaço e condições, este processo desenvolver-se-ia em pequenos fornos, abertos, sobre os quais eram colocados os pedaços de metal aquecidos pela combustão da lenha que ardia na fornalha. Quando estes pequenos fornos não estavam disponíveis, eram os recipientes com os óxidos destinados às cores colocados na câmara de combustão do forno principal. Durante o processo, os metais largavam um género de fuligem, muito brilhante, provocada pela oxidação dos mesmos e que seria transformada em tintas. Neste processo era necessário moer os óxidos até transformá-los numa poeira finíssima, crivada, de modo a misturá-los com água, algum chumbo e sílica, obtida maioritariamente através de areia peneirada em peneiras muito finas, e ainda moída em pó. É também possível que as mós utilizadas nestas funções fossem de menores dimensões que as utilizadas na moagem

dos elementos não plásticos ou vidrados e muito possivelmente accionadas de forma manual. Através do livro de receitas da fábrica de Miragaia, nomeadamente a receita nº 19, ficamos a saber que estes óxidos podiam ir a calcinar uma, duas ou mesmo três vezes: *“Bem mexida a mistura se bota em tigelas bordejadas com areia de Lisboa e cim um bocado de sal espalhado no fundo da tigela para a tinta se não pegar: e se mexem com as matérias acima e se metem a calcinar no resisto do forno grande para ser forno brando, e depois de calcinada, tirada da dita tigela se limpa com um ferro de alguma areia e pontinhas de sal que se lhe fiquem pegadas. Esta tinta se pisa em pó e se torna a calcinar em semelhantes cacos e fogo e depois se torna a pisar, limpar como da primeira vez, e destas cinzas se tiram 2 ½ pesos, e se junta com dois pesos de zarcão. E bem mexidas estas duas cinzas se botam em semelhantes tigelas como acima, e se funde na covija do forno grande por ser fogo mais forte e depois se limpa e se pisa e se mói para usar dela”* (Esteves, 2008a, 53).

Só depois podiam ser empregues na pintura da louça. O processo era muito semelhante ao do próprio vidrado e os óxidos que forneciam as cores eram utilizados em proporções reduzidas pois forneciam cores intensas.

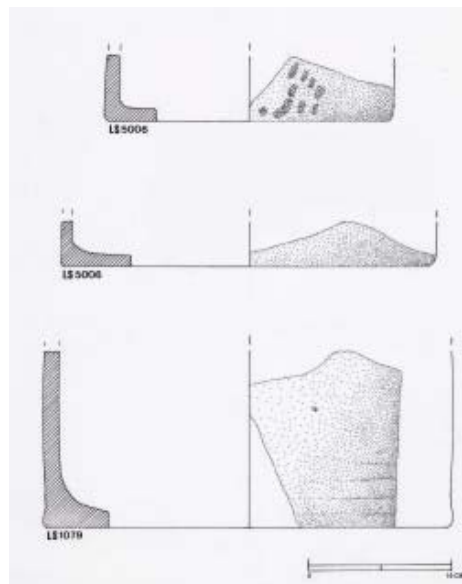
Cor	Óxido	Percentagem
Azul	Cobalto	2 %
Violeta	Manganês	6%
Amarelo	Antimónio	10%
Verde	Cobre ou Crómio	5%
Laranja	Ferro e Antimónio	10%

Ao contrário do que acontecia com a produção em Portugal, a indústria em Delft estava tão desenvolvida que, em 1742 existiam seis moagens que se dedicavam exclusivamente a moer óxidos de cores, bem como óxido de estanho e chumbo para as fábricas, ainda que muitas daquelas estruturas possuísem as suas próprias moagens (Jonge, 1969). Não sabemos até que ponto cada oficina em Portugal possuiria os seus próprios fornos de oxidação de metais ou mós para os moer. De reter que em meados de seiscentos chega um barco ao Porto com *tintas para oleiros* e outro com *azul de oleiros*, pelo que as tintas podiam ser adquiridas prontas a ser empregues na produção (Leão, 1999, 27).

Mesmo que uma oficina não tivesse um forno destinado para o efeito, podia sempre rentabilizar os custos da cozedura do forno principal, pelo que não é de estranhar que em Coimbra, na última década de oitocentos, a calcinação dos óxidos era feita à porta dos fornos ou dentro de casetas, durante o funcionamento daquelas estruturas (Lepierre, 1898).

A pintura podia ser executada a estilo livre, como deveria acontecer com as decorações mais simples, como a linhas concêntricas, semicírculos e muitas das decorações presentes nas abas. Todavia, desenhos mais elaborados teriam de fazer uso de decalque. “*A estampilha era feita em papel resistente, impermeabilizadas com óleo de linhaça e os desenhos seriam recortados à tesoura ou picotados*” (Rosen, 1995). Esta estampilha seria colocada sobre o prato e com o auxílio de pó negro, talvez carvões moídos, e soprada uma pequena porção para cima da peça, marcando o desenho. Após esta operação, o desenho seria pintado com recurso a pincéis. Os pintores de louça franceses e holandeses produziam os seus utensílios de pintura com o pêlo das orelhas de bois, formando-os mais finos ou mais grossos, o mesmo podendo acontecer com os portugueses. Os pintores de louça eram uma classe distinta dentro dos oleiros, sendo claramente distinguidos na documentação do século XVII.

Cada pintor possuiria os seus próprios pincéis, mas também os seus próprios godés. Ainda que as indústrias dos séculos XVIII e XIX estivessem mais bem organizadas, é possível que os godés encontrados na escavação da fábrica de Meillonas (França), com marcas de cor no exterior, bem como com iniciais que poderiam corresponder a diferentes artesãos, existissem também nas oficinas do século XVII (Rosen, 1995). A Faiança Portuguesa recorre sobretudo às cores de “grande fogo”, ou seja, aquelas que se fundem no vidrado durante a cozedura.



Casetas recolhidas na intervenção arqueológica do Largo de Santos, em Lisboa (des. T. Casimiro).

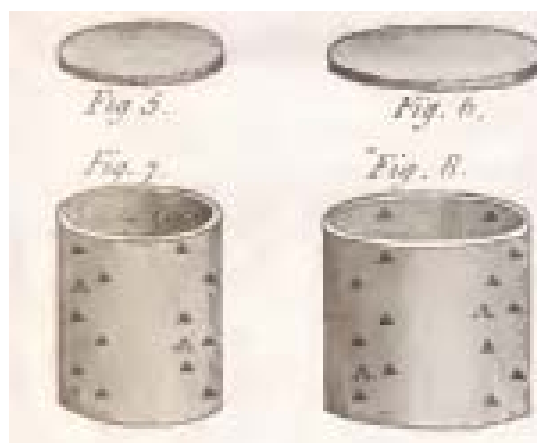
Após a secagem do desenho, as peças seriam levadas ao forno para a sua última cozedura. Em algumas indústrias de louça, após a pintura e antes de serem cozidas,

algumas peças eram submetidas a um banho de vidro de chumbo, incolor, do modo a preservar a pintura, engrossando o esmalte, algo que até ao momento não se identificou na produção de Faiança Portuguesa.

A segunda cozedura era realizada dentro de caixas. Estes utensílios mais não eram que caixas construídas em cerâmica refractária, cujas características construtivas (pastas com mais sílica e calcário) permitiam que aguentassem elevadas temperaturas, conservando as peça que eram guardadas no seu interior durante o processo de cozedura. Em Delft, estas caixas possuíam uma altura de 24 cm e um diâmetro de 23 a 25 cm, atendendo à uniformização das peças.

Peças homólogas, recolhidas nas intervenções arqueológicas de Lisboa, nomeadamente no Largo de Santos (Santos o Velho), no Largo de Jesus (Santa Catarina) e na Rua de Buenos Aires (Estrela) demonstraram algumas diferenças relativamente às peças holandesas, ainda que cumprissem a mesma função.

Em primeiro lugar, o diâmetro das peças identificadas nos arqueossítios mencionados oscilava entre 14 cm e 30 cm, com as paredes apresentando uma espessura média de 8 cm. Seguidamente, demonstram um orifício no fundo das mesmas, que acreditamos ter como finalidade uma maior dispersão do calor do forno, acelerando o processo de cozedura.



Casetas (seg. Xavier, 1805).

Este orifício não surge nas caixas recolhidas na indústria holandesa, por exemplo, mas é visível nas ilustrações de Picolpasso e foi identificado na indústria londrina de *delftware* (Tyler, Betts, Stephenson, 2008).

As caixas apresentavam diversos orifícios triangulares ao longo das suas paredes, onde entravam os cravilhos que teriam a mesma funcionalidade que os trempes, de separação das peças, podendo ambos ser utilizados. Embora só se tenham identificado caixas circulares é bem possível que existam de forma oval para a cozedura de travessas ou quadrangulares para caixas. Na produção de Delft, estas eram seladas

com um prato já cozido por cima, o que podia certamente acontecer também em Portugal, e não com tampas próprias para o efeito, como demonstra o Tratado *A Arte da Louça vidrada* de 1805.

As casetas, com a louça no seu interior, separada através de cravilhos, eram colocadas umas em cima das outras, preenchendo o forno. Existem evidências que muitas peças eram cozidas ao contrário, ou seja, com o pé virado para cima como revelam as marcas do trempe no centro do prato. É possível que esta técnica fosse utilizada de modo a que o vidrado, depois de sujeito a altas temperaturas não estragasse a decoração.

Em 1698, John Dwight descreve este tipo de cozedura: *Lastly the smale ware such as tea, chocolate and coffe cupps with such like, is not burnt or set in the Kiln singly by themselves, but they are put in the case made for that purpose (...) the widness is according to what they have to fill it with, and made about one foot and a half high without a bottom, and little holes in the sides, through which holes they put, three square pegs, upon which the fine ware rests* (Tyler, Betts, Stephenson, 2008, 18).

Esta cozedura exigia mais mestria no controle do forno, pois era o momento em que o esmalte e as tintas, todos originários de óxidos metálicos e comportando-se da mesma forma, se fundiam, dando à peça o seu aspecto uniforme. Rondaria os 900°C a 1000°C e duraria entre dezassete a vinte horas, na qual o esmalte e tintas vitrificariam e agarrariam o biscoito. O seu arrefecimento, entre quarenta a sessenta horas, não podia ser momentâneo, com risco de o choque térmico quebrar os objectos (Tyler, Betts, Stephenson, 2008, 19).

Sabe-se que uma cozedura conteria peças em diferentes estádios de produção, pelo que a câmara poderia estar dividida ou não dividida por estruturas de tijolos separando as zonas mais quentes das que alcançavam temperaturas menores. O mais provável é que as peças fossem arrumadas no forno, tendo em atenção a desigual distribuição do calor. As caixas contendo as peças esmaltadas no seu interior ficariam no fundo, onde estariam sujeitas a temperaturas mais elevadas, atendendo à sua proximidade da fornalha e permitindo a vitrificação do revestimento. Por cima destas eram colocadas as peças que seriam enchacotadas e que não necessitariam de temperaturas tão elevadas. O forno seria carregado na sua máxima capacidade sobrando pouco espaço livre. O arrefecimento demoraria igualmente um dia.

Segundo Lepierre, os fornos de Coimbra podiam cozer até 1200 dúzias de pratos e tigelas, ou seja, até cerca de 14000 peças por fornada. É possível que os fornos dos séculos XVII fossem ligeiramente mais pequenos, como o forno identificado nas escavações da Garagem Avenida, pelo que estimamos que cada fornada devia cozer cerca de 5000 peças.

Embora indesejáveis, não seriam completamente incomuns os casos em que a cozedura, ou por não alcançar as temperaturas desejadas ou por as ultrapassar, devido ao combustível, ou mesmo por as peças não estarem bem secas ou por qualquer reacção química das cerâmicas, correria mal, arruinando a produção e causando um elevado prejuízo. A temperatura do forno era controlada por homens experientes que, através da coloração das chamas ou das peças dentro do forno, conseguiam deduzir se era necessário aumentar ou reduzir o calor lançado para dentro da câmara. Começaria com um forno lento, cerca de quatro a cinco horas, atingindo cerca de 400°C de modo a retirar a restante água das peças. Aquele seria conseguido com lenha grossa que emitiria calor, mas pouca chama. Só depois se reduziria o tamanho da madeira de modo a fazer surgir grandes e quentes chamas. As cozeduras nos fornos de faiança são oxidantes, permitindo a presença de oxigénio, sobretudo na zona mais alta do forno onde estão as peças em biscoito.

Idealmente, uma oficina possuiria dois fornos, um para a enchacotagem e outro para a vidragem, mas nem sempre essa situação se verificava. O mais comum é que na cozedura semanal, fossem colocadas peças em ambos estádios de produção no forno, porém, não descartamos a hipótese de o forno ser aceso duas vezes por semana, a primeira cozendo em chacota e a segunda vitrificando.

Atendendo às informações documentais, cruzadas com as instruções que nos indicam quanto tempo demoraria uma cozedura, é possível que os fornos fossem utilizados uma vez por semana, cozendo até 50 vezes por ano se retirarmos a semana da Páscoa e do Natal.

Mesmo tudo correndo de acordo com o planeado, desde o momento da recolha do barro à cozedura, é possível observar nas peças de Faiança Portuguesa diversos acidentes de cozedura. Um dos mais comuns é a marca dos cravilhos ou tremques no tardo dos pratos, algumas vezes ficando mesmo parte do trempe agarrado à peça, o que se verifica através do vidrado que cola à cerâmica do separador. Em casos mais

extremos, diversas peças podem fundir entre si. Outro acidente trata-se do craquelê do vidrado que se verifica devido à diferente contracção entre o vidrado e a pasta, durante a cozedura, quando a chacota não é bem realizada, podendo mesmo o vidrado “descascar”. Um outro acidente bastante comum observa-se através de pequenos orifícios no vidrado, que mais não são que libertação de ar que tinha permanecido no interior do corpo cerâmico ou no próprio esmalte e que se solta durante a cozedura. Mais raramente assiste-se ao borbulhar do vidrado que ocorre quando o mesmo é submetido a uma temperatura extrema de modo repentino, não permitindo à sílica um processo de fusão evolutivo. Por vezes, uma incorrecta moagem dos vidrados pode igualmente causar acidentes tais como pontos negros.

Alguns acidentes ocorrem ainda mesmo antes de as peças serem vitrificadas. Se a temperatura do forno sobe muito repentinamente e a água é retirada dentro da estrutura muito depressa, levando a um encolhimento repentino da argila, abrem-se fendas na peça, quebrando-a. Um arrefecimento repentino pode ter o mesmo efeito destruidor. Uma peça mal construída e cujas paredes não apresentem espessuras uniformes não permite uma cozedura constante e quebra no forno. Se o forno atingir temperaturas muito superiores a 1200° C, a estrutura cristalina do barro desagrega-se e assiste-se ao fenómeno de vitrificação e desmoronamento das peças.

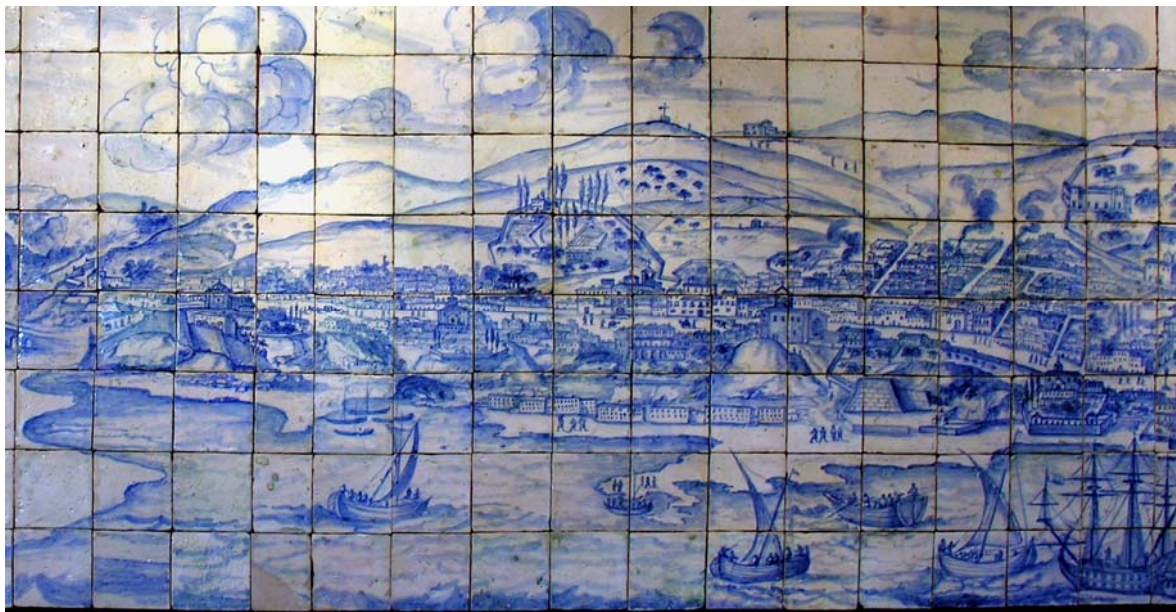
IV.3. A olaria. Localização e organização do espaço

A produção de cerâmica esteve sempre ligada a um espaço físico. A utilização de componentes como barro e água, associados à intensa queima de lenha e à necessidade de espaço para gerir todo esse material levou a que as olarias se organizassem fora do espaço amuralhado das cidades e longe da azáfama quotidiana dos seus habitantes. A identificação dos locais onde a faiança era produzida tem-nos sido fornecida pela toponímia e, acima de tudo, pela documentação dos séculos XVI, XVII e XVIII. Nos últimos anos, informações arqueológicas têm vindo a confirmar os dados recolhidos documentalmente, desde finais do século XIX, por diversos investigadores.

Uma das primeiras preocupações com a escolha da localização dos centros oleiros era a proximidade do barro relativamente à olaria: “a oficina do oleiro aparece onde existem argilas” (Lepierre, 1898, 31), sendo verdade tanto para a faiança como para a cerâmica comum. Em Lisboa, o principal núcleo de olarias de faiança estava na freguesia de Santos-o-Velho (Mangucci, 1996), não sendo o único local na cidade onde se produzia cerâmica. O núcleo mais antigo situava-se na base da colina do Castelo de São Jorge, freguesia dos Anjos. Desde o período medieval que a zona junto à Ribeira de Arroios foi privilegiada para a fixação das olarias, afastando o ofício das áreas políticas e sociais que se localizavam no castelo e nas encostas do mesmo. Essa produção irá continuar durante a Época Moderna, pelo que Lisboa terá assim dois núcleos destinados à produção de cerâmica. A olaria vermelha permanecia no seu tradicional bairro, enquanto as olarias de faiança ocupavam uma nova colina.

O novo sítio das olarias de barro branco permitia um acesso privilegiado aos barreiros, situados entre os Prazeres e a Estrela. Esta deve ter sido a razão que mais peso teve na escolha da localização, pois a distância não ascendia a um quilómetro. Outro factor de ponderação foi a proximidade ao rio. A Faiança Portuguesa tornou-se uma produção de peso na economia nacional e internacional portuguesa, abastecendo o país, bem como as colónias e parceiros comerciais. Desta forma, surgiu a necessidade de colocar as olarias próximo do meio de comunicação mais rentável. Por outro lado, o rio servia igualmente para fazer entrar as grandes quantidades de lenha necessárias à utilização dos fornos. Como podemos observar na grande vista de Lisboa pintada sobre azulejos, em cerca de 1700, efectuada para o palácio dos condes de Tentúgal (Meco,

1989), e hoje no Museu do Azulejo, na zona que corresponde Santos-o-Velho, possivelmente onde este painel foi efectuado, vemos que as olarias estavam muito próximo do rio e da possibilidade de utilizar esse meio de comunicação para fazer sair louça.



Pormenor do azulejo “Grande Vista de Lisboa” mostrando a zona das olarias (foto T. Casimiro).

Em Coimbra, as olarias localizavam-se nas Freguesia de São João de Santa Cruz. Tal como em Lisboa, a sua localização encontrava-se fora do perímetro amuralhado e junto ao rio Mondego. Ainda que em Lisboa os núcleos de produção de louça vermelha e de faiança fossem separados, em Coimbra localizaram-se sempre nestas paróquias. Apesar de no início se terem circunscrito junto às jazidas de barro vermelho, que seria recolhido ali próximo, com o desenvolvimento da indústria de faiança as jazidas ficavam mais afastadas. A documentação refere-nos a sua localização na Póvoa e Truxemil, que podem ocorrer até 10 km de distância. A implementação, bem junto ao Mondego, permitia que o rio levasse não apenas o desperdício das olarias, mas que fizesse chegar rapidamente a lenha necessária. Ao contrário do Tejo, o Mondego não permite a navegabilidade de barcos de grande calado, pelo que, a exportação era efectuada em barcos mais pequenos até ao porto de mar mais próximo, a Figueira da Foz, onde sabemos que esta cerâmica era exportada para diversos locais no mundo. Numa cidade de pequenas dimensões é possível que a pressão urbana fizesse com que a área das olarias fosse habitada por gentes ligadas a outras actividades.

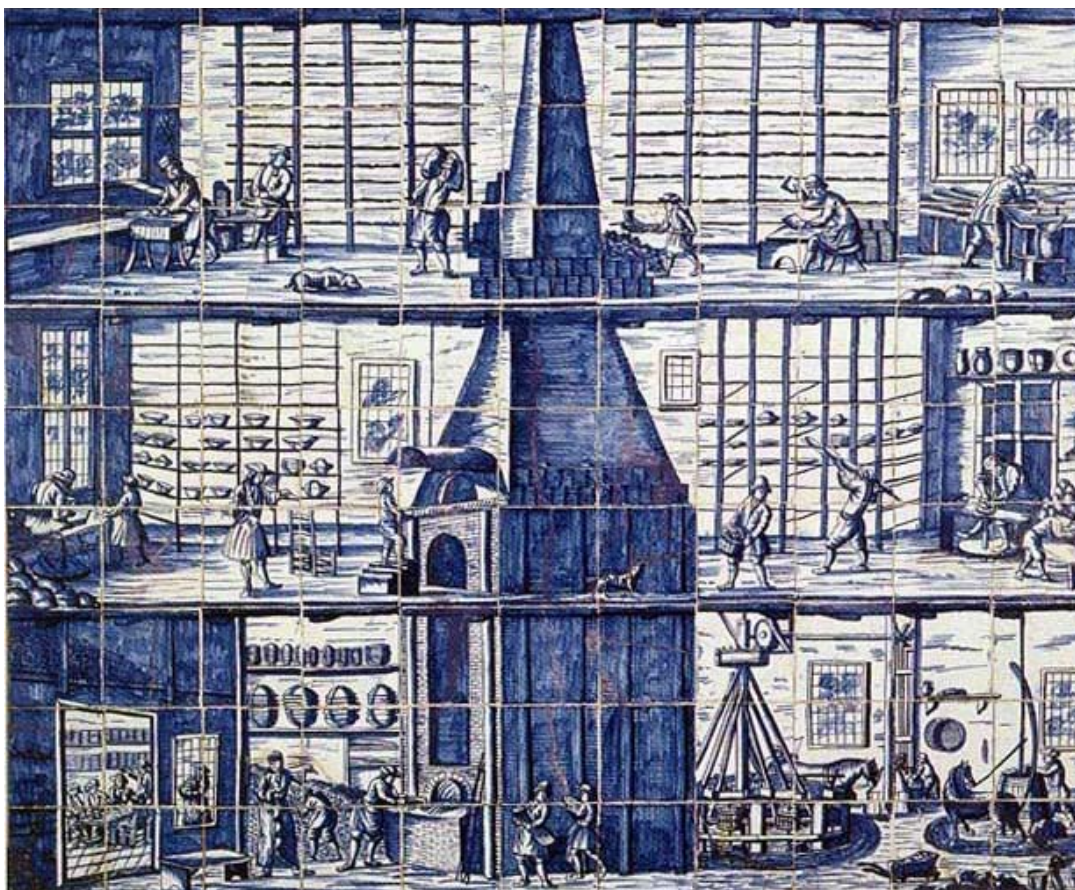
Tal como em Lisboa e Coimbra, também a produção em Vila Nova se orientou em função do rio. A ausência de barro branco nas imediações da cidade do Porto e a necessidade de o importar da capital e, possivelmente, de Coimbra, levou a que estes oleiros se localizassem onde já se fazia louça comum, rapidamente sobrepondo os seus colegas de vermelho. A proximidade do Douro era fundamental, não apenas na aquisição de barro, que chegaria por barco, mas igualmente para a exportação, que sabemos ter atingido proporções internacionais. A localização das olarias na Rua Direita sustenta a importância que esta produção teria na economia daquele lugar, atendendo que era a via mais importante do núcleo populacional e onde os ofícios e lojas se localizavam. Por outro lado esta rua, também conhecida por Coimbrã, era o principal eixo de acesso para entrar e sair da vila, pelo que facilitaria a entrada e saída de mercadorias.

A Arqueologia Portuguesa é ainda parca no que concerne a informações acerca das olarias onde se produzia Faiança Portuguesa. Neste sentido, a compilação de informações que nos permitem perceber como este espaço estava organizado terá de passar necessariamente por informações documentais e tratados que façam referências a estes espaços, bem como pelo estudo de evidências arqueológicas de espaços que produzissem peças utilizando a mesma técnica, ainda que, muitas vezes, de cronologias e países diferentes. Embora a actividade conhecesse algumas diferenças a nível do espaço físico e dimensão da produção, a técnica era a mesma em diferentes centros europeus, pelo que seriam necessárias infra-estruturas que cumprissem as mesmas funções.

Ainda que as primeiras olarias de branco estivessem localizadas no exterior das cidades, raramente foram construídos edifícios de raiz com a finalidade de as albergar. Frequentemente, ocuparam casas pré-existentes. A documentação é bastante profícua no que concerne à descrição destes espaços. Será nos contratos de arrendamento e empraçamento das habitações que vamos retirar a maior parte das informações.

As estruturas obedeciam ao modelo das casas habitacionais portuguesas. Este tipo de habitação, cuja planta já foi identificada por todo o país, designadamente em Évora (Beirante, 1995), Santarém (Cunha, 2006), Aveiro (Barbosa, Casimiro, Manaia, 2009) ou Guarda (Ferreira, 2000), trata-se de casa rectangular, dividida em dois compartimentos, que podia, ou não, possuir primeiro e segundo andar. As suas

dimensões não ultrapassariam os 6 metros de largura, por 10 m de comprimento. De acordo com os padrões actuais, seria, efectivamente, pequena. Quanto ao colocar uma olaria no seu interior, uma destas estruturas dificilmente seria suficiente para albergar tanto equipamento. Por isso, não é raro na documentação surgirem referências a diversas casas, compradas ou alugadas por oleiros. Ainda que não o possamos comprovar arqueologicamente, julgamos que uma olaria ocuparia normalmente duas a três casas. Só desta forma seria possível conter no seu interior todos os apetrechos necessários à produção de cerâmica. Só no século XIX, com o desenvolvimento industrial, vamos assistir à construção de edifícios previamente pensados para serem olarias. A necessidade de ocupar um espaço que se aproximasse da zona de acesso às matérias-primas e das áreas de escoamento do produto levou os oleiros portugueses a adaptar edifícios pré-existentis.



Azulejo holandês onde se retrata uma fábrica de produção de faiança datado de 1737 (seg. Lahaussais, 2008).

Ao contrário do que se passava noutros países, como na Holanda, em Delft, onde um conhecido azulejo retrata uma olaria cuja organização se estabelece em altura, tanto

as olarias, como mais tarde as fábricas portuguesas, tenderão sempre a ocupar o piso térreo dos edifícios. Essa informação é muitas vezes retirada da documentação, a qual revela que os pisos superiores são quase exclusivamente utilizados para habitação, provavelmente do próprio oleiro e do pessoal a trabalhar na sua olaria. Apesar da inexistência de dados documentais, não excluimos a possibilidade de os andares superiores serem utilizados noutras actividades relacionadas com a produção de louça, tais como a sua pintura. Esta actividade, mais delicada e morosa, não beneficiava do contacto com as outras fases de produção, sujas e violentas, pelo que podia ser para ali deslocada. Na olaria da Rua do Olival, o mestre oleiro João Francisco aproveitou a penhora dos bens a Pedro da Silva Rodarte, arrematando um prazo de casas por 480 mil réis. O acto de posse realizou-se a 16 de Março de 1699 e refere *humas propriedades de casas que sam de prazo foreiras ao cabido da Sé desta cidade com suas olarias por baixo e seus quintaes citas atrás das ginellas verdes junto às cercas dos padres marianos* (Mangucci, 1996). Aqui observamos que a olaria se situava, geralmente, no piso térreo da casa, ocupando os seus quintais. Também, a 20 de Maio de 1631, em Vila Nova, Antónia Sobrinha cede, por arrendamento ao oleiro Manuel Fernandes, o Gago, *hua morada de cazas e hu sobrado e hu forno de oleiro na viella que vai pêra o mostr^o da serra junto a crux do sacramento*. Anos mais tarde, em 1660, António Ribeiro vende a Manuel Rodrigues *hua morada de cazas sobradadas com seu forno de olr^o citas na travessa q vay de cabessudo p^a o monte da Serra* (Leão, 1999, 29), pelo que não podemos assegurar que a olaria não ocuparia todo o edifício.

A casa teria de possuir diversos espaços reservados às diferentes fases de produção. Uma das áreas que mais espaço exigiria seria o local onde o barro era armazenado. Em Lisboa este compartimento poderia ser de menores dimensões, devido à proximidade das matérias-primas, mas o mesmo não pode ser dito em relação a Coimbra ou a Vila Nova. No caso da cidade junto ao Mondego, a diversidade de barros destinados à produção de cerâmica, que podia ascender a cinco jazidas distintas, exigia que os oleiros possuíssem algumas reservas nas suas olarias. Por determinação municipal, desde o século XVI, que os oleiros coimbrões não podiam ter barro na rua, junto às suas casas, tendo de o guardar dentro ou nos seus quintais (Loureiro, 1937, 62). Maior ainda seria o compartimento em Vila Nova. O facto de o barro branco empregue nesta área produtiva ser importado de Lisboa leva-nos a crer que o seu acesso não devia ser quotidiano. Atenda-se ao facto de a documentação portuária, ainda que os seus

registos não fossem totalmente eficazes, registar poucos carregamentos de barro para a cidade do Porto, pelo que cremos que se importavam grandes quantidades de uma única vez. Um emprazamento de 1703, relativo a umas casas em Vila Nova, que o Mosteiro da Serra concedeu a Maria de Campos, refere que, virada para a Viela dos Açougues, tinham estas *cazas hua logea que se não pode medir por estar cheia de barro athe o sobrado* (Leão, 1999, 97).

Desconhecemos em que estado este barro seria transportado, ou seja, se em estado bruto, ou já tratado. A existência de alguns tanques numa olaria escavada em Vila Nova permite inferir que havia a necessidade de tratamento, pelo que acreditamos que seria transportado seco, com o aspecto que seria recolhido do barreiro.

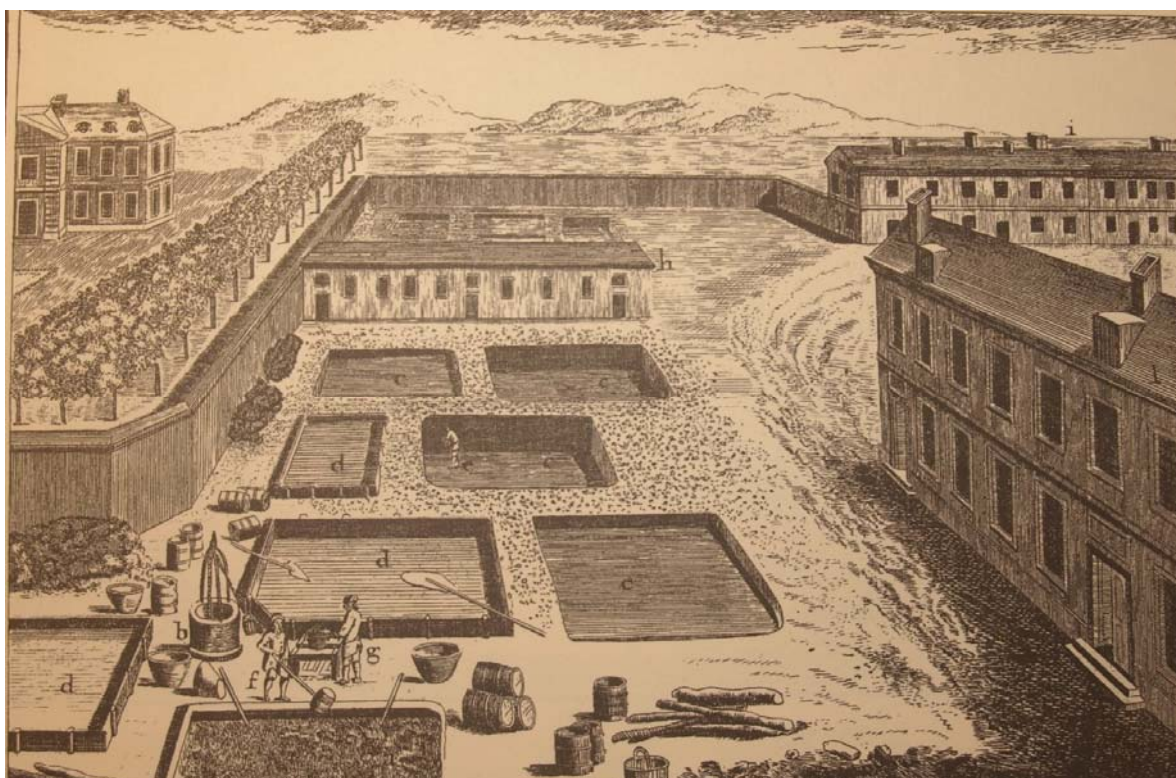
A lenha era requerida em grandes quantidades e seria utilizada sobretudo no funcionamento do forno principal. Atendendo ao tamanho da zona de alimentação dos fornos escavados na margem sul do Tejo (Barreiro e Alcochete), seriam necessários cerca de 3000 kg de lenha para pôr um forno a trabalhar. Ainda que aqueles só cozessem, no máximo, duas vezes por semana existia a necessidade de um compartimento destinado à reserva do combustível. A documentação nem sempre é explícita e só conhecemos um caso onde se fala de uma casa para guardar lenha em Lisboa.

Contudo, nos documentos que relatam a propriedade de diversos oleiros, sobretudo em Lisboa, não é incomum a referência a pardieiros que podiam facilmente servir este propósito. No século XIX, sabemos que as olarias possuíam uma casa do “mato” (Lepierre, 1898). Uma das descrições mais completas que possuímos de olaria é revelada através do tombo dos bens de Adrião Gonçalves, um dos oleiros mais influentes de Lisboa durante a segunda metade do século XVII. À sua morte, em 1695, todos os seus bens foram deixados à Irmandade do Santíssimo Sacramento que os regista: *e logo no ditto dia mez e anno atraz declarado tornamos a ditta Rua das Madres e entramos em outras cazas do ditto defunto e achamos constarem de huma sala com duas ginellas huma de sacada com hombreiras de pedraria e suas grades de ferro e outras de assentos com hombreiras de tijolo e nesta ditta sala há duas portas huma que faz entrada para huma câmara e outra para huma cozinha com sua chaminé. E por baixo destas três cazas há umas logeas com officinas de oleiro que constam de tenda, palheiro e forno, com outra caza mais que serve de ter barro para a dita officina*

de oleiro e por detrás destas cazas de olarias há outras no mesmo chão que fazem frontaria e serventia para a Rua da Madragoa (Mangucci, 1996).

Aqui observamos que a olaria se encontrava, efectivamente, no rés-do-chão com a existência de espaços para produzir louça, forno e palheiro (o que acreditamos que servia para guardar lenha), bem como outra casa para guardar barro. Não obstante essa realidade não ter sido documentada em Portugal, não podemos ignorar a possibilidade de o barro ser guardado em estruturas negativas tipo silos. Esta seria uma forma de rentabilizar o pouco espaço que as casas possuíam. Isto foi documentado etnograficamente no Camboja, onde os oleiros utilizam poços para guardar o barro, pois não apenas reduzem o espaço de trabalho, como permitem que o barro se conserve húmido durante mais tempo depois de limpo.

O tratamento do barro exigia a existência de tanques, estruturas comuns a todas as olarias e fábricas europeias que tratavam com barro branco. Na gravura de uma fábrica, retratada no Tratado *A Arte da Louça Vidrada* (Xavier, 1805) vemos a dimensão a que esses tanques podiam chegar.



Tanques de tratamento de barro branco em fábrica francesa (seg. Xavier, 1805).

Tais tanques foram reconhecidos arqueologicamente na olaria escavada em Gaia (Almeida, Neves e Cavaco, 2001). Supomos que uma olaria de pequenas dimensões teria de possuir pelo menos dois, contíguos, ao mesmo nível, mas, preferencialmente, desnivelados. Um no qual o barro seria colocado seco e coberto com água, de modo a que se dissolvesse e libertasse as impurezas, e outro para onde seria mudado depois de liberto das principais sujidades, até ficar no estado de uma pasta fina e limpa. Porém, para que a olaria se tornasse funcional, estas estruturas teriam de existir em número suficiente para que o barro estivesse sempre disponível. Uma olaria que laborasse quotidianamente teria de ter, no mínimo, quatro tanques, de modo a que, pelo menos num deles, estivesse sempre argila disponível para trabalhar naquele dia. Aqueles seriam quadrados ou rectangulares, oscilando a sua profundidade entre 0,060 m e 1,20 m, escavados no chão ou rocha, normalmente aparelhados com pedra, tábuas ou tijolo (Esteves, 2003, 146). A sua impermeabilização podia ser resolvida ou com o revestimento das paredes com argila mais grosseira ou com tábuas em madeira. Em Inglaterra, durante a revolução industrial, alguns destes tanques chegaram a ser aparelhados em tijolo (Tyler, Betts, Stephenson, 2008).

Embora a água pudesse vir de outros locais, era muito comum às casas medievais e modernas possuírem um poço nas suas traseiras, algo que de facto é comprovado pela documentação escrita e iconográfica, bem como pelas evidências arqueológicas. Na Rua da Madragoa, havia *huas cazas que se comprarão por 750\$ à Sra condessa de Penaguião em Setembro de 1707 que estavam na rua da mandragoa junto as trinas do mocambo desta cidade com seu quintal e posso que servem de olaria. Andam arrendadas em 30\$ com obrigação de o oleiro lhe mandar fazer comcertos miúdos* (Mangucci, 1996, 166).

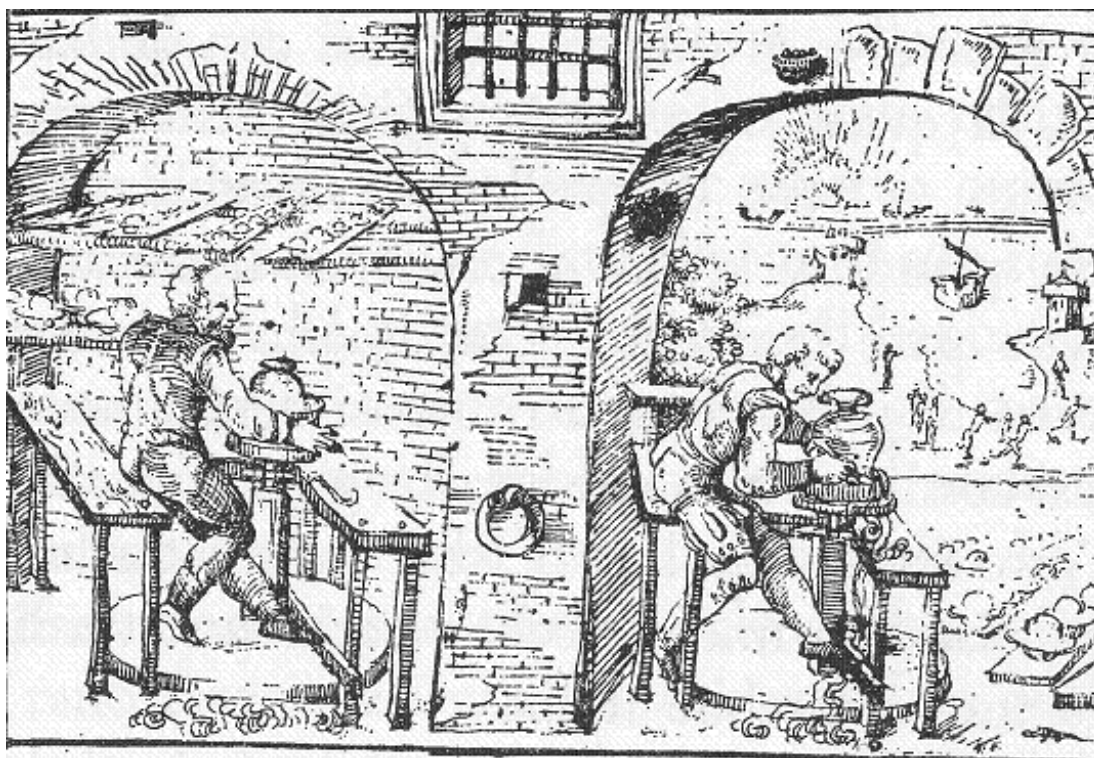
Outro dos espaços fundamentais numa olaria seria o local onde o barro era amassado e misturado com os elementos não plásticos, depois de sair do tanque. A dimensão deste local estaria de acordo com o tamanho da olaria e com a quantidade de peças que produzia. Seria a mistura efectuada no chão, muito possivelmente em local pavimentado com lajes. Não existem referências documentais a este espaço, no entanto, todas as evidências etnográficas e iconográficas que demonstram como funcionava uma olaria ou fábrica, desde o século XVI, revelam que esta seria a forma como o barro seria amassado.

As mós eram necessárias na moagem dos elementos não plásticos e óxidos. A sua dimensão era variável, assim como a sua força motriz. Poderiam ser accionadas por força humana, ou por tracção animal. Contudo, havia a possibilidade de as mós serem movidas por força hidráulica, junto a pequenos ribeiros. Já para unidades fabris mais recentes, sabemos que, em Miragaia, existia uma casa junto ao Douro que albergava as mós que auxiliavam na produção de “vidros e tintas” para a dita fábrica (Fernandes, 2008). Estas mós foram recuperadas na escavação da olaria de Vila Nova, apresentando elevados graus de desgaste (Almeida, Neves e Cavaco, 2001). Podia haver a possibilidade de, numa olaria de dimensões diminutas, serem utilizadas as mesmas mós na moagem dos diferentes óxidos, todavia, acreditamos que cada um deles teria a sua própria mó, atendendo a que a sua mistura podia originar mistura de cores, adulterando os tons que se buscavam.

A documentação revela a utilização de animais nas olarias. Eles seriam necessários no transporte de lenha e barro, mas este não era o único trabalho que um animal desempenhava nestes locais. A sua força na movimentação das mós seria uma realidade constante. É possível que todas as olarias possuíssem, pelo menos, um animal. Esta ilação é retirada de uma petição, de 1704, que os oleiros de Lisboa fazem ao rei, através da Câmara, para que os seus animais não sejam requisitados pelos *Menistros da Justiça para as Conduções que se fazem para a Campanha*. Devido a essas requisições *recebe o povo hum grande damno Como as faltas que se hão de dar de louças que he útil precisa e necessária ao bem comum* (Langhans, 1943, 344). Na olaria do Pé de Ferro, de entre um elevado rol de bens móveis, destacamos, relacionados com a laboração da olaria, *hum escravo per nome António e outro por nome Manuel. Dez dúzias de tábuas do serviço da tenda de oleiro, hum macho muito mal tratado e hum jumento também muito mal tratado* (Mangucci, 1996, 166).

Um dos sítios mais importantes da olaria seria o local onde estavam as rodas de oleiro. Ainda que não tenhamos nenhuma evidência arqueológica destes utensílios em nenhum dos três centros produtores, acreditamos que deveriam pertencer ao estilo de roda movida com o pé, em que o oleiro se encontra sentado. Nesta atribuição não ficámos alheios às rodas representadas no Tratado de Picolpasso, quando refere a zona da olaria destinada às rodas de oleiro e na gravura que apresenta (Figs.10 e 20). Embora o escritor italiano demonstre apenas dois daqueles utensílios, pelo número de oficiais de

oleiro que se encontravam ligados às olarias portuguesas, informações recolhidas por Celso Mangucci, através do Rol dos Confessados da Freguesia de Santos-o-Velho, sabemos que podiam existir até seis oleiros ligados a estas oficinas, pelo que é provável que cada um possuisse a sua própria roda, na qual trabalhava quotidianamente. Destacamos as evidências arqueológicas recolhidas por Mercedes Mesquida nas olarias de Paterna, arrabaldes de Valência. Ainda que anteriores em cerca de um século e meio, a técnica utilizada para construir e esmaltar as peças valencianas devia ser muito semelhante à nossa produção de Faiança Portuguesa, pelo que as evidências encontradas nas escavações daquele complexo industrial podem, de facto, fornecer muitas informações para a identificação e estudo dos nossos espaços de produção (Mesquida Garcia, 2005). As rodas estariam colocadas num compartimento específico, onde de construíam as peças e cujas evidências arqueológicas mais não são do que o suporte do eixo enterrado no chão.



Rodas de oleiro (seg. Picolpasso, 2006).

Aquelas estariam certamente assentes em bancadas de madeira, podendo o oficial trabalhar nelas quando sentado numa cadeira ou banco, accionando-as com a força dos pés, como se vê nas imagens onde aquele instrumento é representado. Em Vila Nova, durante a avaliação de uma olaria com o propósito de pagamento de dívidas, os

avaliadores António Ribeiro, oleiro, e Manuel de Sousa, carpinteiro, avaliaram *hu Rol de couzas a dita tenda e pêra fábrica della assim de taboados como de Rodas varais caixois e forquilhas e todos mais adereços que tudo estava avaliado de per sin*. Esta seria também a divisão onde se produziriam as peças moldadas, geralmente em bancadas, de madeira ou pedra, onde os oleiros poderiam trabalhar com os moldes.

Após a construção das peças, surgia a necessidade de as deixar secar, pelo menos, um dia. Não cremos que existisse um espaço especial para este efeito, mas antes as paredes da própria olaria estariam cobertas por prateleiras que rentabilizariam o espaço.

Depois da chacota, as peças voltariam ao interior da olaria onde seriam submetidas ao “banho” de vidrado. Esta actividade, dependendo da quantidade de peças que cada olaria produzisse diariamente, necessitaria de um local apropriado onde um oficial possuiria a tina de vidrado em estado líquido, na qual mergulharia as peças, necessitando, depois, de um local onde as colocasse a secar cerca de um dia.

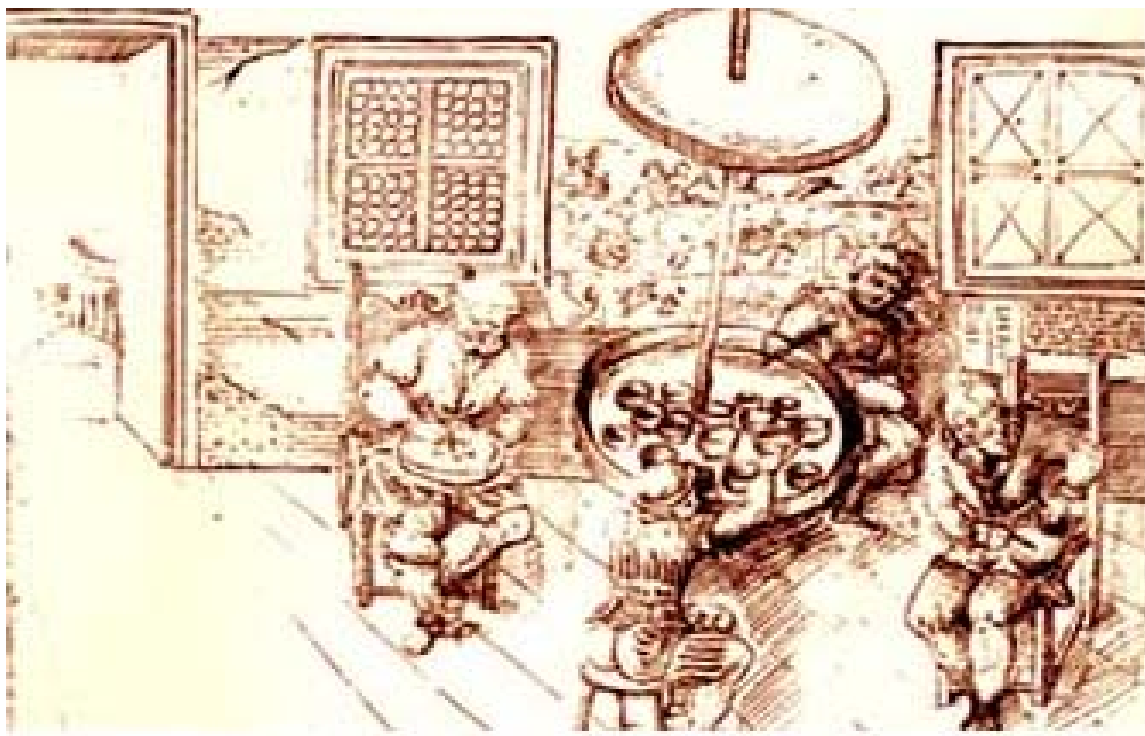


Vidragem das peças (seg. G. Paape, 1794).

Poderiam ser utilizadas as mesmas prateleiras onde tinham sido postas a secar antes da chacota, porém, o mais provável é que tivessem uma zona própria, próximo da zona de vidragem. De notar ainda que esta devia ser uma zona que não entrasse em contacto directo com as demais, pois qualquer acidente onde uma peça fosse incorrectamente mergulhada em vidrado comprometeria a sua viabilidade económica.

Após a secagem do vidrado, as peças seriam decoradas. Há um momento na produção de Faiança Portuguesa, a partir de inícios do século XVIII, em que a decoração começa a tornar-se mais singela e pouco seria o tempo dispendido nesta actividade, no entanto, desde finais do século XVI até aos finais do século XVII, surgem peças extraordinariamente decoradas que poderiam ocupar até um dia de

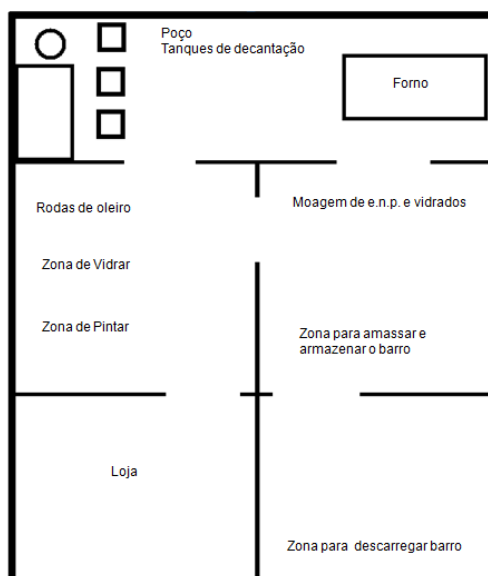
trabalho por parte do pintor de louça. Desta forma, o pintor necessitava de um local específico para trabalhar. Mais uma vez aqui recorremos ao tratado de Picolpasso onde nos mostra quatro indivíduos sentados em torno de uma mesa circular pintando louça. É possível que nem sempre este trabalho fosse feito colectivamente e existissem bancadas junto às paredes, onde os pintores trabalhavam isoladamente, como, de resto, podemos observar na representação de uma fábrica na *Arte da Louça Vidrada*. Existe a probabilidade desta actividade ocupar os andares superiores das casas que albergavam as olarias, quando as mesmas não eram utilizadas para habitação. Esta deslocação para o andar superior seria o mais correcto, visto que falamos de uma actividade delicada, que quanto menos contacto tivesse com os lixos originados na olaria, mais probabilidade tinha de sair bem executada. Após a pintura, a peça teria de secar antes de ir ao forno definitivamente, algo que seria feito em prateleiras.



Pintores de louça executando as suas tarefas (seg. Picolpasso, 2006).

A melhor descrição que possuímos de uma olaria trata-se do tombo dos bens do oleiro Adrião Gonçalves, que, como já mencionámos, deixou todos os seus bens à Irmandade do Santíssimo Sacramento. Uma das suas olarias situava-se na Rua da Oliveira ao Castelo Picão que aparece com a seguinte descrição: *Estamos em humas cazas citas na Rua do Castelo Picão as quais foram do dito defunto Adrião Gonçalves*

que conthem uma sala com duas genelas huma de assentos e pedra pedraria e hombreiras do mesmo e outra e parapeitos com hombreiras de tejo. Nesta sala há duas portas huma dellas faz entrada para huma каза que serve de câmara e nesta há uma ginelinha que serve de lhe dar luz e a outra faz entrada para a cazinha que tem sua genela. Debaixo destas cazas há umas logeas que tem officio de oleiro que conthem huma loge grande com dous partes de tijolo com seu moinho de moer vidro e forno de cozer louça. E assim da dita logea há uma logea que faz entrada para um pateo que tem sua sisterna e sua parreira e na logea dos ditos tendas de oleiros. Asima há uma porta que faz entrada para outras logeas que tem seus moinhos para fazer tintas com seos repartimentos de pedra, os quaes dividem e servem de lenhas e outros despejos. As quaes cazas partem da banda do nascente com cazas de Manoel de Oliveira e do Norte com cazas do Santissimo da freguesia de Santos Velhos e do sul com cazas António Antunes e do Poente com Rua publica de Castello Picam que sendo assim confrontadas achamos renderem trinta mil réis cada anno e pagar de foro quinhentos setenta e cinco reis a Mizericordia desta cidade que todos foram visto e avaliados no estado em que estão havendo respeito ao foro, pelloos ditos mestres em trezentos e cinquenta mil reis (Mangucci, 1996). Nesta olaria é possível que o forno se situasse no quintal, pois devido a um incêndio ocorrido em 1612, tudo se perdeu, excepto o forno e as paredes: *fizeram nelas e no ditos chãos e quintal forno e olarias/ e por incêndio de fogo que nelas se levantou semerão a queimar de modo que somente ficou o dito forno e com paredes em pardieiros...*



Modelo teórico da organização de uma olaria ocupando duas casas (des. T. Casimiro).

O oleiro Jorge Fernandes morre a 14 de Julho de 1630 ficando a viúva, Bárbara Francisca na posse das olarias, decidindo vendê-las a João Rodrigues Carlos, mestre da olaria do Pé de Ferro. O contrato é celebrado a 16 de Janeiro de 1638, *por trezentos e vinte mil reis que overa por há morada de cazas que estam nos arebaldes desta cidade na Rua das Madres a Esperança, freguezia de Sanctos, que são de hum sobrado e nelle tem três cazas e nelle hum forno de louça pintada com sua caza de ojo, com mais duas cazas que servem de per couzas necessarias pera adeministração do ditto forno. São cazas per lenha e as duas mais são de pedra e barro e telhavam com seus engenhos de lavrar de taboas e toda a mais pertença, Sam foreiras emfatiota a capela da Flor da Roza da Villa do Crato que instituio Vasco Alves de Alvarenga* (Mangucci, 1996)

É provável que a maior parte dos fornos se localizasse nas traseiras dos recintos que albergavam as olarias. O pátio seria um excelente local para o colocar. Os lixos provocados por cinzas e acidentes de cozedura não entrariam em contacto com o interior da olaria, bem como o lixo provocado pela lenha. Por outro lado, o calor e fumos expelidos não comprometeriam o ambiente no interior da casa. Surgem notícias, todavia, de olarias que podiam conter o forno no seu interior, possivelmente ao estilo da fábrica que aparece representada no azulejo produzido em Delft no século XVIII, o que exigia a existência de uma chaminé.



Forno utilizado em Castel Durante para a cozedura de louça estanífera (seg. Picolpasso, 2006).

Em 1599, Francisco da Costa, homem notável do Porto, empraza aos oleiros Domingos Gonçalves e Sebastião Ribeiro uma casa e *dentro da dita casa he forno que vay pera a Fervensa* (Leão, 1999, 35)

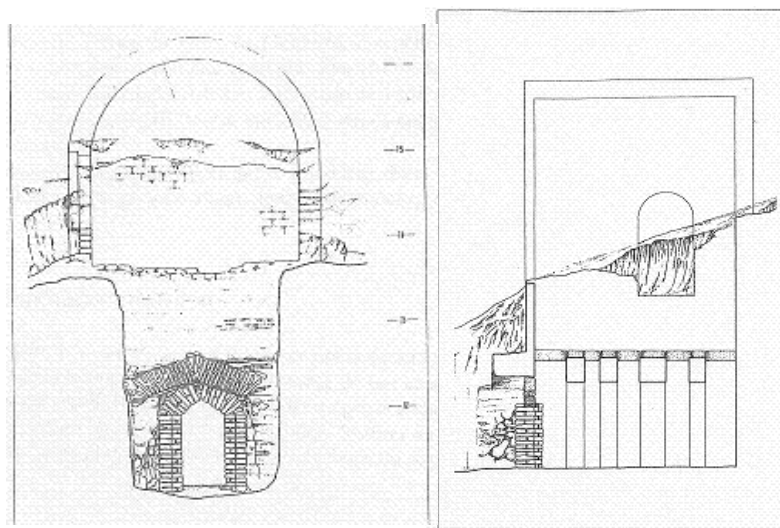
Em Portugal, os fornos que produziram faiança parecem ter tido formas diferentes de acordo com as diferentes localidades do país.

Apesar de em Lisboa nenhum forno ter sido escavado em zonas que possamos conotar com a produção de faiança, sabemos, por informações documentais, que se tratavam de fornos de tipo italiano, ditos de Pisa, que produziam louça de Veneza. Em 1620 Frei Nicolau de Oliveira na obra *Grandezas de Lisboa* refere a existência de 28 fornos de Veneza (Oliveira, 1620, fl 95). Baseados nas informações cedidas por Picolpasso, notamos que se tratavam de fornos rectangulares, de grande capacidade, cuja câmara de cozedura podia ter até dois metros e meio de altura.

Todas estas informações podiam tratar-se apenas de ilações, não fosse o caso dos dois fornos escavados na margem sul do Tejo, no Barreiro e em Alcochete que possuíam características semelhantes às dos fornos italianos. A par destas evidências, sabe-se que a zona possuía uma intensa produção industrial, visto ali terem sido identificados restos de produção oleira em locais como Santo António da Charneca e no Pinhal das Formas (Barros, Cardoso, Gonzalez, 1999). No que concerne ao forno de Alcochete, não foi possível comprovar se, efectivamente, alguma vez foi utilizado na produção de faiança sendo, segundo o arqueólogo que o escavou, utilizado na produção de materiais de construção (Correira, 2005a). O mesmo não pode ser dito para o forno escavado na Mata da Machada. Inserido num espaço industrial, onde foram identificados cerca de três fornos, e ainda que a principal produção tenha sido as formas de pão de açúcar e os prováveis pratos de biscoito, foram exumadas muitas peças em chacota nas lixeiras e dentro dos fornos, tendo o arqueólogo responsável por aquela intervenção datado a última cozedura daquela estrutura de cerca de 1520 ou 1530 (Torres, s.d., 5). A produção identifica-se com a tipologia que tradicionalmente se atribui às peças produzidas em Sevilha, desde finais do século XV. Acreditamos que estamos perante uma das mais antigas evidências de produção de faiança em Portugal, não obstante a mesma ainda se encontrar longe do estilo que irá caracterizar a produção lusa a partir de finais do século XVI. Apenas alguns dos fornos foram identificados e apenas um escavado, mas cremos que se tratava de um grande complexo industrial, situado longe da capital, mas que sustentaria a sua demanda por louça. Ainda assim, o nível da produção seria muito superior às exigências lisboetas, pelo que em pleno século

XVI, quando a aventura ultramarina se encontrava no auge, seria fundamental no suporte das armadas e das novas colónias.

A técnica de construção destes fornos passava pela abertura de um buraco rectangular no chão, no caso da Mata da Machada, escavado no substrato de saibro, onde era colocada a fornalha e parte da câmara de combustão e cuja abertura se orientava a SO. Este compartimento tinha cerca de 7 m² e a câmara de combustão, cerca de 25m². A fornalha era suportada por quatro arcos efectuados em tijolo e revestidos em cal, nos quais assentava a grelha. No que concerne à câmara, possuiria um tecto em abóbada, muito semelhante aos representados por Picolpasso. As paredes do forno eram de tijolo, revestidas a barro cru, que cozeu pela acção do forno (Torres, s.d.).



Forno da Mata da Machada (seg. Torres, s.d.).

Técnica muito semelhante foi utilizada na construção de forno em Alcochete, identificado e escavado em 2004. A fornalha encontrava-se imediatamente por baixo da câmara de combustão, suportando-a com recurso a três arcos e media cerca de 2,50 metros de comprimento por 1,70 m de largura e cerca de 1,50 m de altura. As paredes foram construídas com tijolos de fraca qualidade, provavelmente cozidos aquando do funcionamento do forno, elementos igualmente utilizados na construção da grelha e unidos por argila. A câmara de cozedura encontrava-se muito destruída, mas existe a probabilidade de ter sido em abóbada, facilitando a circulação do ar quente (Correia,

2005a, 72). Ao contrário das evidências materiais recolhidas no forno da Mata da Machada, aqui a recolha de espólio cerâmico pode dizer-se diminuta, onde apenas predominam as telhas de meia cana, fragmentos de duas panelas e uma pequena taça esmaltada, cujas tipologias as colocam em finais do século XVI. Este achado levou o arqueólogo responsável a defender que o forno produziria materiais de construção (Correia, 2005a, 73). Apesar de não podermos descartar esta hipótese há, no entanto, que convir que as suas características estruturais permitiam claramente que ali se produzissem outro tipo de materiais.

Segundo a *Arte do Louceiro*, estes fornos, destinados à produção de faianças, possuíam “registros”, ou seja, aberturas em diferentes partes do forno que se tapavam ou abriam durante a cozedura, de modo a aumentar ou diminuir a temperatura do forno, que podiam existir em vários locais da câmara de cozedura (Silva, 1804, 152).

Restos de fornalha foram identificados no Largo de Jesus, próximo de Santa Catarina, em zona onde ainda se podiam localizar as olarias identificadas documentalmente naquela freguesia. A ausência de grandes quantidades de chacota branca, misturada com muitos fragmentos de vermelho, leva-nos a pensar que podemos estar perante uma oficina que se ocupasse de ambas produções. Tal caso não seria inédito visto que, em finais do século XIX, Charles Lepierre vai identificar esta realidade em Lisboa (Lepierre, 1898, 56)

Em Coimbra, foi identificado, em 2003, base de forno nas escavações da Garagem Avenida (Cruz, 2003). O relatório da intervenção arqueológica não é claro sobre a cronologia daquela estrutura, porém, o seu achado em cotas muito profundas, juntamente com faianças que podem ser datadas de meados de seiscentos, leva-nos a crer que estamos perante uma estrutura contemporânea das produções em estudo. A base rectangular mostra-nos que, naquela cidade, eram utilizados o mesmo tipo de fornos que em Lisboa e de influência italiana. Mais tarde, já nos finais do século XIX, informações recolhidas por Charles Lepierre, revelam que a mesma tipologia ainda estaria em uso. Nesta altura a indústria já se encontraria totalmente desenvolvida, mas as técnicas de olaria ainda se baseavam em muito nos métodos tradicionais, como efectivamente já observámos quando nos referimos à mistura dos barros que os oleiros desta cidade efectuavam. Neste sentido, é aqui referida a utilização de fornos rectangulares na cozedura de louça (Lepierre, 1898).

É provável que a maioria destes fornos não possuísse chaminé. De facto, os que se encontravam fora das localidades, como seria o caso dos fornos escavados ao sul de Lisboa, não necessitariam daquela estrutura de evacuação de fumos. Note-se que a estrutura apresentada por Picolpasso no seu tratado não evidencia a existência de fumeiro. Na verdade, os fornos só as começaram a adoptar devido à proximidade de casas e à inconveniência que os fumos provocavam na população. Em 1572, é solicitada a construção de uma chaminé num forno de Vila Nova onde os caseiros do forno fariam *chaminés e por que não fasa noio ao seu llaranjall* (Leão, 1999, 60). Em Coimbra, a 26 de Julho de 1603, foi determinado que todos os oleiros deviam mandar fazer chaminés nos seus fornos, acima dos telhados das casas, e só estes oficiais podiam coser louça naqueles fornos. Que, dali em diante, *nenhua pessoa de qualquer calidade e condiçãõ que Seia tiuer os ditos fornos adentro dos muros da cidade façãõ aleuantar e aleuantem dentro em quinze dias as ditas chaminés, em altura que não façam o dito prejuizo*. Quem não cumprisse a lei pagava dez cruzados de multa e não podia utilizar os fornos (Carvalho, 1921, 30; Loureiro, 1937, 62).

Em 1666, a má vizinhança provocada pelos fornos de louça é registada num documento relativo à construção de uma destas estruturas em Vila Nova. Francisca Barreto, viúva de André Carneiro da Silva, do Porto, celebra contrato de desistência e obrigação de Maria Luís Oleira, viúva de Manuel Mendes, oleiro, de Vila Nova, *hua morada de cazas com seus quintais no dito lugar de villa nova na rua que vay p^a o mosteiro das freiras, junto dos coais quintais e cazas quisera a dita D^a luís fazer e levantar hum forno p^a lousa e com efeito o principiara, e pella dita franca barreta (sic) achou que o dito forno fazendose lhe puderia fazer muito prejuízo e danno aos ditos quintais e cazas lhe mandara embargar a dita obra*. No mesmo ano, Maria Luís pede desistência daquele embargo, pois comprometeu-se que *o faria per modo e estilo que lhe não fizesse perda nem danno algum aos ditos quintais e cazas* (Leão, 1999, 60).

No que concerne a Vila Nova, todas as informações disponíveis parecem indicar a existência de fornos circulares. Documentalmente, surge contrato de arrendamento, em 1723, na Rua Direita, de *hua caza térrea telhada de telha com dois fornos ambos de fazer louça armados em redondo por parede de pedra*. No que diz respeito à olaria ali escavada em 2001, tentámos por várias vezes contactar os arqueólogos responsáveis pela intervenção, para que confirmassem a tipologia dos fornos, mas todas as tentativas

foram falhadas. Já no século XIX, enquanto os fornos utilizados em Coimbra e Lisboa são rectangulares, as fábricas do Porto e Gaia, nomeadamente Massarelos, cujos fornos ainda resistem, são circulares, obedecendo ao modelo europeu do *bottle kiln*, possivelmente devido à influência inglesa. Estas informações não evidenciam que todos os fornos dispunham da mesma arquitectura, mas supomos que seria a tendência generalizada desde o século XVI.

Os fornos de Vila Nova podiam, certamente, ser de herança medieval, não tendo recebido as influências italianas que verificámos em Coimbra e Lisboa. Os fornos circulares são efectivamente os mais comuns, sobretudo durante a Idade Média, tanto em Portugal como em Espanha. Vejam-se os exemplos daquelas estruturas escavadas em Dénia, cuja produção de louça esmaltada remonta ao século XI (Santonja, 2003), Sintra ou Silves que apresentam construções circulares, ainda que produzindo louça comum (Sabrosa, Cravalho. Julião, 2003; Gomes, 2008). É possível que esta tenha sido prática comum no norte do país, visto que, nos inícios do século XX, os fornos que produziam faiança em Aveiro eram igualmente circulares (Temudo, 1905, 15).

A maioria das informações que dispomos para as olarias portuguesas refere a existência de um forno para quase todas as olarias. Todavia, em Vila Nova, em 1694, Filipe Carneiro e a mulher, Paula Pereira, tomam de aluguer a Marinha de França Calvos, *huma morada de cazas com dous fornos, citas na travessa que vay da Crus do Saqramto e chafariz do dito lugar de villa noua p^a a feruença e Barroqua*. O mesmo acontecia com a olaria que mencionámos na Rua Direita e que possuía dois fornos circulares. A maior parte das olarias devia possuir um único forno para cozer louça. As que possuíam dois podiam, na verdade, ter um para enchacotar e outro para vidrar. Era, no entanto, provável que existissem fornos de menores dimensões. Em 1712, Paula Pereira, viúva do oleiro Filipe Carneiro, remata *hua caza terria com seus fornos de cozer louça citas na mesma viella do cabessudo*. Atenda-se a que a produção de vidrados e tintas necessitava de fornos mais pequenos (forninhos) que os fornos destinados à louça, para a oxidação dos metais, pelo que alguns deles podiam cumprir essa função, não constando nos documentos referentes às olarias, devido às suas pequenas dimensões (Leão, 1999, 59). Em 1668, em Delft, no auge da produção de louça, das 26 olarias de faiança, 13 possuíam um forno, 12 possuíam dois fornos e uma delas, a *De Porceleine Schotel*, tinha três. Cada forno seria cheio uma vez por semana.

De modo a garantir a produção regulada, existiam cotas em Delft para cada forno (Jonge, 1969).

É ainda provável que algumas olarias não possuísem forno algum e recorressem a fornos externos para cozer a sua louça. Não se conhecem documentos que atestem esta hipótese, mas note-se que em finais do século XIX no lugar do Telhado (Fundão) era utilizada esta prática, sendo o uso do forno pago em louça (*pagar a poia*), pelo que o mesmo costume podia ser utilizado por alguns oleiros em Lisboa, Vila Nova ou Porto (Lepierre, 1898, 40).

A maior parte das olarias estaria localizada em casas contíguas, mas não é incomum a informação de que um oleiro poderia conter diversas casas, na mesma rua ou em ruas próximas, pelo que ponderamos a possibilidade de o trabalho na olaria poder ser feito em casas que não possuísem ligação, ainda que isso dificultasse e abrandasse o ritmo de produção. Sabemos que isso aconteceu já em algumas unidades fabris do século XIX, nomeadamente na fábrica de louça de Miragaia, no Porto, onde a produção estava dividida em dois edifícios distintos e algo apartados (Fernandes, 2008). Desta forma, nas olarias mais antigas, não seria de estranhar que a preparação de vidrados e tintas, tendo em conta que seria algo transportado com facilidade, fosse feita noutros locais.

Como parte fundamental de cada olaria existia uma loja. A maioria da produção não devia passar por este espaço, satisfazendo encomendas de palácios, mosteiros, conventos e exportações. Contudo, a louça quotidiana utilizada pelos habitantes das cidades era certamente adquirida nestas lojas. Na olaria da Travessa do Sacramento, em 1697, *os sobrados e lojas que são olarias* pertencem a António Faria, mas quem paga a meia décima é António Manuel de Vilhena (Mangucci, 1996, 163). São uma referência constante em toda a documentação que nomeia estas casas. Tão importante como produzir cerâmica seria vendê-la. Desconhecemos como seria a loja de uma olaria no Portugal dos séculos XVI a XVIII. As nossas induções baseiam-se nas informações que dispomos de outros ofícios, em que conhecemos como se desenvolviam as vendas, e através de algumas parcas informações acerca da venda de louça. cremos que, na parte da frente da casa se abria uma loja onde as peças mais baratas estavam expostas em tabuleiros ou em cestos no chão. No seu interior, em prateleiras, as peças mais caras. A 9 de Julho de 1605, o oleiro domingos Gonçalves, viúvo, e sua filha Antónia Fernandes,

de Vila Nova, vendem a António Sobrinho, também oleiro, *hua tenda de oleiro e o seu alpendre e reção e hu forno de cozer lousa que está tudo cito na travessa da barroqua que daua aos deste lugar para o mostrº da serra a qual temda parte da bamda do mar cõ casas de Ana Jorge entre as taes casas e a dita tenda esta hua serventia que uem do quintal de Joam de Valadares carnº përa a dita trauesa da barroqua e o corredor por cima das paredes da dita serventia tem entestar na parede da dita Ana Jorge e delle domingos Gonçalves, e da banda do monte que he do nacente parte cõ outra tenda de olaria que elle domingos Gonçalves deu a sua filha barbora que ela renunciou nas mãos do senhorio e elle a deu a bastião Ribrº olrº que hora a pesue he pella banda detrás que he do norte parte com o quintal do dito Joam de Valadares carnº e por diante a dita trauesa caminho publico.* A existência de um rossio defronte da loja confirma que ali havia um espaço que podia ser destinado à venda de louça, não podendo ser rejeitada, porém, a probabilidade de servir de estaleiro (Leão, 1999, 28).

Em Coimbra, foi mesmo determinado que a louça só pudesse ser vendida nas olarias e lojas delas e não pela cidade, pois as outras lojas eram necessárias para a venda de outros produtos (Carvalho, 1921).

As vendas seriam asseguradas pela mulher do oleiro. Existe uma gravura de uma loja associada a uma fábrica de Delft, onde observamos duas senhoras a venderem peças. Não é estranho que o mesmo acontecesse em Portugal. De facto, na documentação onde são referidas vendas de louça é muitas vezes dito que a louça só pode ser vendida pelo mestre da olaria ou pela sua mulher, pelo que acreditamos que esta tarefa lhe estava naturalmente assegurada (Carvalho, 1921).



Interior de loja de louça em Delft por J. Kilian (1716).

Por outro lado, sabemos que o oleiro podia mandar um seu representante vender louça, possivelmente de porta em porta.

Tais indicações são-nos dadas através de carta de perdão passada no Porto, em 1662, pelo oleiro Manuel Rodrigues, o Vianês, e sua mulher Isabel Pereira, oleiros em Vila Nova, a João Leite Pereira, moço e filho de Martim Leite, fidalgo da casa real e cavaleiro da Ordem de Cristo, pela violação de Maria, filha de Isabel e enteada do Vianês. *Mandando elles queixozos como costumavão a dita Maria sua filha e enteada com hum sesto de loussa a vender por esta cidade em os dous dias do mês de Junho próximo paçado do prezente anno e paçando ella pella rua de Velmonte aonde o denunciado moraua elle a mandou chamar à rua e indo a sua caza cuydando que hera para lhe comprar loussa pegara della e à forssa a metera em hua câmara donde a leuara de sua virgindade, e ahy a tiuera em seu poder athe os seis dias do dito mês em que ella fora tirada pella justiça de sua caza.* (Leão, 1999, p. 113)

Contudo, sabemos que isto nem sempre ocorria. Em Lisboa, por exemplo, existiam mulheres que vendiam louça na Feira da Ladra e no Terreiro do Paço, embora não saibamos se o faziam em lojas destinadas para o efeito ou na rua (Brandão, 1990, 92). Em Coimbra, a documentação quinhentista está repleta de referências a regateiras de louça que a compravam nas olarias e as vendiam mais cara à população. Ainda que tais determinações não existam tão frequentemente no Porto sabemos que esta classe de mulheres também aí operava (Carvalho, 1921).

Vendia-se por debaixo das varandas no Terreiro do Paço. No século XVII e XVIII, as “loiceiras” tinham os seus bancos naquela praça. Também se vendia no Rossio, pelo menos desde o século XVI, pois, em 8 de Novembro de 1596, morre D. Maria de Brito, natural de Santa Catarina cujo testamenteiro foi João de Andrade, morador no Rossio entre louceiros (Queirós, 1907).

Desconhecemos como a faiança era vendida nas cidades que não a produziam. O mais provável era que fosse transportada em carroças pelo país e vendida em lojas ou nas ruas da cidade, onde podia, efectivamente, chegar a preços mais elevados. Nas localidades mais pequenas, podia mesmo ser vendida de porta em porta. Em 1682, Domingos Delgado e a sua mulher Maria Gonçalves, de Canedo (Feira), compraram *hua pequena de louca para hirem vender pella terra e por outras partes e ganhar a sua vida com ella por seu trato* (Leão, 1999, 113).

Como temos vindo a referir, surgem algumas informações sobre a venda de louça, mas ainda estamos muito aquém do que desejávamos saber, sobretudo a nível de

preços. Das poucas informações que dispomos é a aquisição de louça pelo Convento do Salvador, em Évora, em finais do século XVII e durante o século XVIII. Na documentação publicada por Celso Mangucci, revela-se que a dúzia de “tigelas brancas” oscilava entre 180 e 210 réis (Mangucci, 2006). Naqueles documentos surge ainda a referência a dois vasos de louça branca ao custo de 320 réis. Desconhecemos se as freiras adquiriam aquelas peças sempre nas mesmas olarias e de forma directa, ou se a encomenda era feita a algum comerciante da terra que se deslocava a Lisboa e as adquiria. De qualquer forma, o valor apresenta-se como módico pelo que não podem ser consideradas peças dispendiosas.

A variedade de formas e qualidade das produções revelam que elas deviam possuir valores muito distintos. A qualidade determinaria o preço. Os mais faustosos, destinados ao consumo das elites, podem ser encontrados em sítios arqueológicos identificados ou interpretados como áreas palatinas ou conventuais, onde habitava gente de posses, e deviam ser mais dispendiosos. As peças mais singelas, devido à sua fraca qualidade e modesta decoração, são geralmente encontradas em casas ditas de gente comum, com uma qualidade de vida moderada. Algumas peças imperfeitas, resultado de cozeduras mal conseguidas, podiam ser vendidas a baixo preço nas olarias.

Não sabemos se todas as olarias produziam o mesmo tipo e estilo de peças, mas é provável que alguns oleiros se tenham especializado em determinados produtos, podendo mesmo ser reconhecidos pelo seu trabalho.

IV.4. Organização do ofício

A produção de faiança em Portugal e na Europa envolvia diversos agentes, cada um deles desempenhando tarefas específicas, permitindo o desenvolvimento da cadeia operatória que começava no barreiro e terminava na utilização das peças pelos seus compradores. Quanto mais desenvolvida se encontra a indústria, mais intervenientes surgiam ao longo do processo de fabrico da louça.

A opção de redigir um capítulo em torno da organização do ofício passou pelo facto de considerarmos que ignorar as informações cedidas pelos numerosos documentos que nos deparámos ao longo desta tese, seria ocultar informações úteis, não apenas para nós, mas para futuros investigadores. A documentação portuguesa foi efectivamente a nossa maior fonte de conhecimentos, todavia, foram consultados diversos estudos e fontes estrangeiras que referenciaram obreiros que, na verdade, não sabemos se existiam na produção portuguesa.

A manufatura em Portugal estava dividida entre louça de barro, ou vermelha, louça vermelha vidrada e louça branca. Cada um destes ofícios tinha os seus próprios oficiais, trabalhadores e juizes, distinguindo-os entre si. O *Regimento dos Oleiros e Malagueiros* de 1623, de Coimbra, determinava que “*assim como há três officios de ollaria, s. de louça branca, verde e amarela, e de barro singello, que d’hora em diante haja em cada um destes officios seu juiz para examinar*”, demonstrando que o ofício se encontrava plenamente organizado.

O mestre oleiro era o responsável pelo funcionamento da olaria. Como veremos ele não era certamente o único trabalhador capaz de fazer peças, mas a responsabilidade da produção recaía sobre os seus ombros, pelo que devia controlar todos os momentos da produção. Para abrir tenda era necessário possuir carta de oleiro. Aquele documento era obtido através de um exame realizado pelo oleiro e avaliado pelos juizes do ofício, sendo necessário para os oleiros, tanto de vermelho como de branco. Ainda que tais documentos só tenham sobrevivido em Coimbra, o *Regimento dos oleiros* de 1572 em Lisboa, indica-nos que as cartas eram igualmente requisitados na capital. Não existem razões para pensar que a produção de faiança em Vila Nova não exigia os mesmos documentos. Entenda-se que não era necessário possuí-las para trabalhar como oleiro, e

apenas necessário para os oleiros que queriam desenvolver o seu próprio negócio e abrir uma olaria. Desta forma, é impossível determinar a partir destas cartas quantos oleiros existiam em determinada cidade, podendo sim, dar indicação de quantas olarias se encontrariam em funcionamento.

O exame era vigiado e avaliado pelos juizes do officio. Os regimentos dos oleiros revelam como o mesmo era efectuado. Em 1623, a documentação de Coimbra revela que um oleiro de branco, de modo a ter uma avaliação positiva no seu teste, devia saber fazer “*hua botica com todas as pesas que nella se requerem e mais as pessas que o juiz lhe ordenasse*” (Apêndice 2). Em Lisboa a documentação é mais específica e revela que durante o seu exame, o oleiro deverá saber fazer “*hua almofia de boticário que leve meio lquere de qualquer coisa que lhe borarem/ Item faraa outra almofia grande de pee. /Item faraa hu prato grande que se chama galinheiro./ Item farra hua albarrada de canada de agoa. /Item toda hua botica cõ suas arredomas e botões e panellas que levem ate arroba. /Item saberá enfornar, vidrar e cozer*” (Apêndice 1).

Só através destes procedimentos podiam os juizes avaliar os conhecimentos do candidato. Exceptuando a preparação da pasta, que não é mencionada, o oleiro tinha de dominar a roda e ali construir as peças que lhe eram exigidas, enchacotar, preparar o “banho”, vidrar a peça e proceder à cozedura final. Este exame devia demorar, pelo menos, um dia inteiro. Ainda que, a decoração seja uma das principais características da Faiança Portuguesa, não surgem quaisquer referências a ela nos regimentos. A ausência de alusões prende-se com o facto de, primeiramente, a ornamentação não comprometer a qualidade da louça e, seguidamente, porque a decoração estava ao encargo dos pintores de louça e não dos oleiros.

Os exames seriam feitos nas olarias, possivelmente naquelas que pertenciam aos juizes e a autorização dada exclusivamente aos que fossem considerados *habiles e pertencetes para porem tenda* (Apêndice 2). Após a examinação, o documento de aceitação tinha de ser reconhecido e registado na Câmara, que emitia uma carta de oleiro, tendo o seu registo ficado diversas vezes nos Livros de Vereação da cidade de Coimbra. O oficial que não fosse considerado apto só poderia submeter-se a novo exame seis meses depois, período durante o qual aprenderia a corrigir os seus erros. Cada um destes documentos custava, em Lisboa, 300 reis a oleiros portugueses e 600 reis a oleiros estrangeiros que, pelo que nos revelam os documentos de finais do século

XVI, deviam ser vários na cidade. Se algum oficial se atrevesse a abrir tenda sem ser examinado seria preso por quinze dias e pagaria dois mil reis de multa (Apêndice 1).

Oleiros oriundos de outras cidades podiam solicitar carta às cidades para onde se estabeleciam, tal como aconteceu a Amador Francisco, em Coimbra, cujos exames de oleiro tinham sido feitos em Lisboa, apresentando a passada pela Câmara da capital e ficando o *“Registo de hua carta de examinação da cydade de lisboa concedida a Amador francisco. Senhores Dyouguo ferrnandez e manoell rodriguez Juizes e examynadores do offycy de oleyros desta cidade de Lisboa fazemos saber a Vosas mercês como nos examynamos amador Francisco outro si oleiro pelo acharemos Idoneo e auto (...) do dyto o (...) pertemce (...) namos lhe d (...) vaõgelhos que nam dee tolham (...) asy como a vosas mercês tem manda (...) nosso Regimento e para este pedymos a vosas merces lhe mandem passar provysaõ para em to (...) tempo se saber como foy examynado feyto aos vymte e sete dias do mês de setembro de myl quinhentos setemta anos por mym Antonio rodriguez que ora sirvo de spvaõ no dyto dia mês era atrás declarado. Diogo Fernandes manuell Rodrigues António Pirez. Os vereadores e procurador desra cydade de Lisboa etc fazemos saber como vimos esta examinação atrás scripta e vta damos licença ao dyto amador Francisco oleiro que possa vsar das coisas nella contheudas e mandamos aos que este allvará vyrem que lhe deyxem vsar o dito offycy e este lhe durara em sua vyda oje vymte e oyto de Setembro de j bc setemta anos Antonio Nunez a fez spcrever Dom amtonio dallmeida João de Mendonça Álvaro de morais (...) all carta foy apreSENTada aos sobredytos aos vymte de Dezembro de mill quynhentos setemta e huu anos”* (Carvalho, 1921, 52).

A 11 de Maio de 1577 determinou-se na Câmara de Coimbra que ninguém podia ter tenda ou vender o que fosse ao povo sem ter esta carta. Esta lei é ratificada em 16 de Maio de 1584 e quem não a cumprisse pagava mil reais e a cadeia (Carvalho, 1921, 23). Os juizes do officio passavam a carta, mas não tinha validade antes de a Câmara a aprovar: *“que em xiiij de setembro da dita era (1582) ffoe dada a outra tall carta dexsame e Lca para por tenda a amdre ferrnandez oleiro morador em esta cidade de vsar de todollas coisas do dito officio tirando somente alguidares grandes e asados e ouve juramento segundo costume”* (Carvalho, 1921, 49).

É em Coimbra, graças ao trabalho de Teixeira Carvalho, que melhor conhecemos estes documentos. Eles determinam não apenas quem podia ou não pôr

tenda, mas ainda que tipo de peças cada oleiro executaria. Desta forma, ainda que as especificações não sejam frequentes e a maior parte das cartas seja generalizada ao ofício de oleiro, há indicações de oleiro de vermelho, oleiro de vermelho para toda a obra, malagueiro, oleiros e malagueiro, ou malagueiro de toda a obra que pertence ao dito ofício. A licença implicava ainda outras obrigações: *“Aos dezassete de Janeiro de noventa e seis anos foj passada carta dexaminação em forma há damiaõ pereira morador nesta cidade para servir oficio de oleiro de que foi examinado pollos juizes do dito oficio. O quall se obrigou de servir a cidade e pagar para os jogos e festas della e renunsiar quaesquer preuilegios a que chamar se posa e juiz de seu foro e pormeteu responder perante os oficiais desta Camara conforme aos acordos della. O quall damiam prestou juramento aos santos euãogelhos e pormetteu de servir bem o dito oficio doje em diante em dias de sua uida fazemdo em elle verdade ao pouo e asinou aquy. Damiaõ pereira.”* (Carvalho, 1921, 50).

Após ter em seu poder a carta de examinação, autorizando a abrir tenda, dificilmente um oleiro de branco podia pôr a funcionar sozinho uma unidade de produção de louça branca. O serviço começava no barreiro, com a escolha e recolha das argilas. Esta tarefa seria desempenhada por trabalhadores especializados, sobretudo na produção de faiança. Nas olarias mais pequenas, o oleiro podia encarregar-se, ele próprio, desta tarefa, mas em Lisboa, no século XVII, surge na lista de irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento os nomes de Gregório Gonçalves, *“que tira barro”* e Simão Gonçalves, *“que escolhe barro”* (Mangucci, 1996, 158), pelo que pode indicar os responsáveis pela exploração das jazidas de argila.

Em Coimbra, o regimento dos oleiros e malagueiros de 1569, refere a existência do *“carreiro”* como explorador do barreiro, vendendo barro ao valor e na medida determinada pelos juizes do ofício. Em 1607 surge novamente a referência a este trabalhador, ao determinar-se que *“nenhua pessoa de qualquer calidade que Seia nem pesoas que acaretão baro pêra venderem aos oleiros e para outras obras”* o pudessem fazer nos limites da cidade, tendo de se deslocar aos sítios específicos (Carvalho, 1921). O desenvolvimento da indústria oleira levou a que os donos das oficinas não tivessem tempo para explorar pessoalmente os barreiros pelos que certos trabalhadores se especializaram nestes assuntos. No século XIX são conhecidos, em Barcelos, como barreireiros, ainda que aqueles estiverem ligados especificamente a determinadas oficinas

(Lepierre, 1898, 51). Mesmo em épocas mais recuadas não podemos ignorar a hipótese de alguns trabalhadores ou escravos, recolherem barro que levavam para a olaria onde trabalhavam.

Depois de o barro chegar à oficina, as misturas e a limpeza em tanques era feita por obreiros não especializados. Aqueles eram uma constante na oficina e estavam responsáveis pelas tarefas que não necessitavam de especialização, tais como descarregar barro, carregar lenha ou louça para o forno. Em finais do século XVIII, em Delft, estas tarefas eram executadas por trabalhadores especializados, sobretudo a mistura de barros. É possível que o mesmo ocorresse nas oficinas portuguesas (Fernandes, 2008).

Cremos que a maior parte destas tarefas seria igualmente desempenhada por escravos, ou por aprendizes. Estes pequenos trabalhadores, geralmente aparentados com o dono da oficina, começavam a frequentá-la por volta dos 7 anos, mas só pelos 12 começariam a aprender o ofício. Em Miragaia no século XIX começam antes dos 10 anos de idade, alguns deles mesmo com 5 anos como o caso de José dos Santos, natural do Porto que ali começou a laborar com essa idade (Fernandes, 2008, 41). Permaneciam a trabalhar na fábrica durante alguns anos chegando mesmo a fazê-lo durante 30 anos.

Em Coimbra aprendiam o ofício em seis anos, tendo como mentor um oficial *aprovado*, bem esclarecido no Regimento de 1623. Segundo Santos Simões, no Rol dos Confessados do século XVII de Santos e Santa Catarina, é comum a designação e “*meninos que pintam em casa de pintores de louça e azulejos*” (Simões, 1997, 23). Durante o século XIX surgem muitos operários menores nas fábricas de louça, que seriam remunerados pelo seu trabalho (Lepierre, 1898, 87). Cada um destes aprendizes encontrava-se vinculado à oficina onde trabalhava. Ainda que não saibamos como se processava este vínculo, o Regimento de 1572, diz que nenhum oficial deve ser “*tão ousado q tome he recolha em sua casa aprendiz nem obreiro que estiver cõ outro official em quanto durar o tempo que o tal obreiro ou aprendiz for obrigado a estar cõ o seu amo*” (Apêndice 1).

Os trabalhadores mais especializados da oficina seriam os rodeiros ou oleiros, ou seja, os responsáveis pela montagem da peça no torno. Uma olaria podia possuir até quatro destes trabalhadores, mas o mais comum seriam dois. É possível que aqueles se especializassem em determinados objectos e se um dos trabalhadores efectuasse

garrafas e outras formas fechadas, os restantes podiam fabricar pratos e taças, as formas mais comuns. Esta especialização permitia que se aumentasse a velocidade da produção e, conseqüentemente, a sua rentabilidade. No tratado *De plateelbakker of Delfisch aardewerkmaaker* de G. Paape, os rodeiros encontram-se divididos em oleiros de grande, médio e pequeno, de acordo com o tamanho das peças que produziam. No mesmo documento e no capítulo referente à construção das peças, os modeladores são distinguidos e colocados na mesma categoria dos rodeiros. São ainda mencionados os produtores de caixas, que faziam as casetas no interior das quais as peças vidradas eram cozidas. Não existe nenhuma indicação que nas olarias portuguesas aqueles recipientes fossem feitos por trabalhadores especializados.

A par daqueles o pessoal das olarias contava ainda com os vidradores, ou seja, os responsáveis pela elaboração do “banho” e pela emersão das peças. Ainda que não pareça uma tarefa altamente especializada, seria uma importante etapa na produção, onde quaisquer erros podiam comprometer a qualidade da peça. Depois de vidrada e seca a peça seria pintada, tarefa ao encargo dos pintores de louça. Estes trabalhadores eram claramente distinguidos no seu ofício. Em 1615, um dos irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento era João de Carvalho “*pintor de louça de Veneza*” que para transportar esta designação devia ser um trabalhador altamente especializado e reconhecido (Mangucci, 1996, 158). A decoração mais singela poderia ser executada pelos “*oleiros de louça de Veneza*”, mas existiriam peças que necessitariam de um trabalho mais demorado e requintado, digno de um trabalhador especializado.

A cozedura era controlada pelo forneiro. Este homem seria o responsável pelo enchimento da câmara de cozedura, preparação e escolha da lenha, bem como pelo controle das temperaturas ao longo da cozedura. Nos seus ombros recaía grande responsabilidade, pois variações bruscas de temperatura poderiam comprometer a carga do forno e quebrar grandes quantidades de louça.

Surge na documentação coimbrã a referência a regateiras de louça que mais não eram que mulheres, sem qualquer ligação à olaria, que apregoavam e vendiam louça pelas cidades, por vezes, mais cara que nas olarias. O papel das mulheres na produção oleira era sobretudo de vendedoras. Contudo, elas foram oleiras. Não que se tivessem sentado à roda e construído peças, mas herdaram muitas vezes a olaria do marido, que mantiveram com a ajuda e contratação de outros oficiais. Todavia, os homens sempre

tiveram primazia neste trabalho. Charles Lepierre dá-nos a informação que nas 64 fábricas a produzirem louça em Portugal em 1896, existiam 2081 homens a trabalhar e apenas 168 mulheres (Lepierre, 1898, 19).

Desconhece-se quanto ganhariam cada um dos trabalhadores de uma olaria no nosso país nos séculos XVI a XVIII, no entanto, informações documentais sobre as olarias inglesas do século XVIII, demonstram que os mais bem pagos eram os pintores, seguidos dos rodeiros, forneiros, trabalhadores indiferenciados e aprendizes (Tyler, Betts e Stephenson, 2008). O *De plateelbakker of Delftsch aardewerkmaaker* revela que os rodeiros eram os mais bem pagos, seguidos dos pintores (Jonge, 1969). Não referem estes autores se todos os rodeiros ou pintores receberiam o mesmo ou se seriam distinguidos pelos seus anos de experiência e habilidades.

Ainda que na maior parte das vezes escapem à documentação, sobretudo porque eram considerados como peças, os escravos encontravam-se igualmente presentes na produção de cerâmica. Em 1618, na casa de Romão Duarte, oleiro, morador na Calçada de Agostinho Carvalho, ano em que desposou Bárbara Fernandes, tinha na sua casa e tenda sete criados, dois oleiros e um escravo (Farinha, 1932, 18). Na olaria do Pé de Ferro em Lisboa, no rol dos bens necessários à produção, são mencionados dois escravos, Manuel e António, utilizados na laboração diária (Mangucci, 1996, 166). A sua presença devia ser frequente nestas unidades produtivas, no entanto, sendo considerados bens e não necessariamente pessoas não se encontram registados nem nos registos de baptismo, óbito nem no rol dos confessados pelo que só os encontramos quando surgem descrições dos bens presentes nas olarias.

Uma das funções mais importantes da organização oleira em Portugal era a de juiz do ofício. Como vimos, eram eles os responsáveis pela avaliação e atribuição de cartas de oleiro, que autorizavam a *poer tenda*. Controlavam assim, indirectamente, a qualidade da louça produzida. Mas tinham aqueles homens outras obrigações. Em Lisboa, tinham de visitar todas as olarias pelo menos uma vez por mês, registando anomalias e aplicando penas e coimas. Na execução judicial eram auxiliados pelos almotacés e meirinho da cidade. Tinha a obrigação de controlar a produção da louça, assistindo à mistura do barro, confirmando se os regimentos tinham sido cumpridos, bem como ao desenformar da louça. Eram ainda estes homens responsáveis pela

divulgação das posturas municipais que dissessem respeito ao ofício de oleiro e malagueiro, apregoadas nos terreiros das olarias (Carvalho, 1921, 21).

Eram eleitos todos os anos no mês de Janeiro. Segundo os regimentos de Lisboa e Coimbra existiam os juízes de vermelho, os juízes de louça vidrada verde e amarela e de louça branca. Estes homens, escolhidos entre os oleiros da cidade, não o podiam ser dois anos seguidos, só podendo concorrer novamente três anos depois. A eleição era feita numa casa onde se reuniam todos os oficiais que tivessem carta de examinação. Nesse mesmo dia era igualmente escolhido o escrivão do ofício, entre um dos oleiros de vermelho. Após a reunião os eleitos dirigiam-se à Câmara para que o seu nome ficasse registado nos Livros de Vereação. Estes registos sobreviveram, por exemplo, em Lisboa no ano de 1551 em que foram examinadores do ofício de malagueiro Luís Rodrigues e do ofício de oleiro Gaspar de Coimbra e Pero Vaz (AHML/Livro 1º Vereação, fl. 103). Em Coimbra eram eleitos na Câmara de modo a evitar subornos. Evitando favorecimentos nenhum juiz podiam examinar membros da sua família (*filhos, parentes, cunhados ou criados*), tendo de solicitar outro oficial que o avaliasse (Apêndice 1).

No seguimento do desaparecimento de uns castelos que os oleiros estavam a preparar para a procissão do *Corpus Christi* de 1704, é solicitado à Câmara que os juízes do ofício de oleiro, deviam possuir livros onde registassem não apenas os oleiros que laboravam na cidade, mas igualmente o *inventario dos moveis que o dito officio tem em seu poder* anualmente, evitando o seu desaparecimento. Cada vez que fossem eleitos novos juízes, os do ano transacto tinham de entregar esses mesmos livros com prejuízo de coima (Langhans, 1943, 343).

Os oleiros desempenhavam um papel importante na organização dos mesteres nas cidades portuguesas. Inicialmente D. João I mandou, por carta régia de 1384, que dos ofícios mais importantes da cidade “*viimte e quatro homees, dous de cada mester, tevessem carregado deitar na Camara, pêra touda cousa que se ouvesse de hordenar per boom rregimento e serviço do Meestre, fosse com seu acordo delles*” (Caetano, 1943, LXIII). O nome advinha das congéneres europeias, possivelmente devido ao facto de em algumas cidades, inicialmente, serem uma dúzia os ofícios mais importantes. No entanto, visto que não era de grande interesse que estivessem vinte e quatro homens nas reuniões da Câmara, em 1434 D. Duarte determina que só quatro deles pudessem estar presentes. Precisamente cinquenta anos depois, D. João II determina que entre os vinte e

quatro seja eleito um juiz que por eles fale (Caetano, 1943, LXXV). Mas com os Descobrimentos e o crescer da cidade, rapidamente estes homens deixaram de representar os ofícios que laboravam na cidade, então D. João III, em 1539 dividiu os mesteres em 14 bandeiras em cada uma das quais se agrupavam vários ofícios (Caetano, 1943, LIII). Sendo comum cada uma delas possuir vários ofícios, os oleiros, possivelmente devido ao seu número e influência na cidade, agruparam-se numa única bandeira à qual pertenciam igualmente malagueiros e telheiros, isto é, os ofícios do barro, ainda que, ao contrário de outras bandeiras, não possuísse orago. Passariam mais de três séculos, até 1771, para que os oleiros fossem organizados sob a bandeira de Santa Justa, uma das suas Santas Padroeiras e em nono lugar na organização dos ofícios nas procissões de Lisboa. No entanto só em alvará régio de 21 de Maio de 1787 foi restabelecida oficial a bandeira de Santa Justa e Santa Rufina que albergava oleiros e chocolateiros (Caetano, 1943, LVIII).

Todos os anos eram eleitos os representantes dos ofícios na Casa dos Vinte e Quatro, no qual estava sempre um oleiro. Segundo determinação Camarária de 1704, este homem devia alternar anualmente entre um oleiros de louça vermelha e um oleiro de louça pintada: *“a qual se determinou o tempo e anno em que os suplicantes devião dar homens do dito seu offício para entrar no numero da Casa dos vinte e quatro e por que já estava em pratica hir hum anno homem do offício de louça vermelha que he o cabessa e outro anno homem do Officio dos suplicantes”* (Langhans, 1943, 346).

Ainda que os regimentos sejam a nossa melhor pista para a organização profissional dos oleiros, não nos podemos esquecer que estes homens se organizavam ainda fraternalmente em Irmandades ou Confrarias. Em Lisboa a que albergou mais oleiros produtores de louça branca foi sem dúvida a Irmandade do Santíssimo Sacramento, de onde de resto são oriundos a maior parte dos documentos que nos permitem identificar o quotidiano das olarias. Estas organizações tinham como objectivo a ajuda entre os seus membros em caso de doença ou necessidade da família, pagando-se uma cota anual (Penteado, 2000). Muitas vezes estas organizações solidárias possuíam os seus próprios hospitais que albergavam os seus confrades quando doentes. Até ao século XVI a cidade possuía uma diversidade de hospitais, mas a partir de certa altura os diversos ofícios decidem construir um único hospital que pudesse dar

assistência a todos os doentes. Assim nasceu o Hospital Real Todos os Santos onde se reunia a Casa dos Vinte e Quatro.

Cipriano Picolpasso refere que cada olaria necessitaria de, pelo menos, nove trabalhadores. Um dos mais reconhecidos era o mestre oleiro, responsável pela oficina. Aquele podia não ser o dono da mesma. Há casos em que, por exemplo, a viúva herdava a olaria e necessitava de um mestre com carta para continuar a laborar, contratando alguém e responsabilizando-se ela pela gestão da oficina (Mangucci, 1996). Eram ainda necessários dois oleiros ou rodeiros, que construíam as peças, dois ou três pintores, um forneiro e ainda dois trabalhadores não especializados. É, no entanto, curioso, como através da observação das gravuras presentes no seu livro, notamos a presença de mais trabalhadores do que aqueles que indicou como imprescindíveis.

Com o evoluir da produção as fábricas aumentaram a sua capacidade de trabalho, ampliando necessariamente o número de trabalhadores. No azulejo de Bolsward, datado de 1737 observamos pelo menos 22 trabalhadores e em descrições de manufacturas inglesas, de meados do século XVIII, estavam empregados pelo menos 30 trabalhadores (Lahassois, 2008).

No *Tratado da Majestade, Grandeza e Abastança da cidade de Lisboa*, datado de 1552, refere-se que as 10 casas de louça vidrada ocupavam na sua laboração 210 pessoas. Não querendo estabelecer médias aritméticas, até porque existiriam certamente oficinas maior que outras, calculamos que estes locais deveriam empregar entre 15 a 30 pessoas nas suas actividades diárias, não abandonando a hipótese de existirem pequenas olarias com menos gente e consequentemente, menor produtividade (Brandão, 1992).

Na verdade não sabemos quantas pessoas estão envolvidas na laboração de uma oficina. A única descrição que possuímos para a produção de faiança remonta somente a 6 de Março de 1822 e trata-se do auto de vistoria da fábrica de Miragaia: “*e procedendo-se ao dito exame se achou uma propriedade de Casas Nobre a qual se acha dividida. E para o lado esquerdo consta ser repartida e ocupada na forma seguinte: uma casa de fazer louça, com três rodas, em que se ocupam dois oficiais, um aprendiz e dois trabalhadores. Um grande armazém para depósito de carqueja = uma casa com tendais e lotes para secar louça = duas salas para fazer vidros e tintas = uma abóbada para secar barro, na qual se ocupam quatro homens = um grande telheiro com cinco tanques de barro e casa de pisar o mesmo barro e forno de queimar chumbo e estanho,*

na qual se ocupam três homens. Uma casa com dois fornos para cozer louça em que se ocupam quatro homens = uma segunda casa com 6 rodas e um grande lote para estender a louça na qual se ocupam quatro oficiais, dois aprendizes e dois trabalhadores = um terraço, com dois coadores de barro e dois tanques do mesmo, em que se ocupam um homem = uma casa para pintura de louça na qual se ocupam seis oficiais e três aprendizes = uma grande sala em que se vende louça na qual se ocupam dois caixeiros = dois armazéns para depósito da louça, barros e mais aprestos. Tem mais uma azenha para moer vidro para consumo da Fábrica em uma propriedade da Rua das Bicas da freguesia de Massarelos na qual se ocupam dois homens = faz o total de empregados na mesma: doze oficiais, seis aprendizes, dezanove trabalhadores e dois caixeiros (... ”), contando com 39 trabalhadores (Fernandes, 2008, 21).

Numa olaria tradicional do século XVII esta estaria longe de ser a dimensão do espaço ou o número de trabalhadores. No entanto podemos pelo menos acreditar que existiram pelo menos, para além do mestre, que possuía a carta de examinação, que o autorizava a abrir tenda, entre dois e quatro oficiais ou rodeiros, um ou dois pintores de louça, um forneiro, pelo menos quatro trabalhadores e três aprendizes. Acreditamos que uma olaria de médias dimensões podia ter até cerca de 10 pessoas a trabalhar, não contando com os escravos que nunca eram contabilizados na documentação.

A olaria reproduzia o ambiente familiar. Maior parte dos seus membros era parentes directos, ou membros de outras famílias com relações muito próximas. A família era uma das mais importantes instituições sociais, políticas e culturais da Europa Moderna e as representações sociais e profissionais reflectem essa organização (Hespanha, 1993). De facto, sabemos através da documentação que maior parte dos filhos dos oleiros enveredava por este ofício que aprendia com o seu pai. Era dever do pai relativamente aos filhos “*educar espiritualmente, moralmente e civilmente, fazendo-lhes aprender as letras (pelo menos, os estudos menores), ensinar um ofício e, caso nisso concorressem as qualidades da família e as aptidões do filho, estudos maiores*” (Hespanha, 1993, 958). Os filhos continuam os ofícios dos pais pois a família era “*uma comunhão alargada de pessoas e bens, existindo deveres de cooperação de todos na valorização do património familiar*” (Hespanha, 1993, 962). Estas obrigações ainda que necessárias para os filhos, estendendo-se muitas vezes aos outros membros da casa, nomeadamente parentes e mesmo criados, que tinham obrigação de servir o seu senhor.

Na família Bem, oleiros vilanovences, os dois filhos de Pedro de Bem, Pedro e Francisco já eram oleiros aquando da morte do pai em 1604 ou a família Ribeiro que perpetuam o nome entre pai, filho e neto (Leão, 1993, 49).

No regimento dos oleiros de 1572 quando se menciona que nenhum juiz do ofício pode examinar membros da sua família, especifica-se filhos, parentes, cunhados e criados, demonstrando o alargamento dos eixos familiares. Essa proibição era pertinente, pois aquelas unidades produtivas eram de cariz familiar e encontrava-se envolvida a família nuclear. O pai, que era na maior parte das vezes o mestre oleiro, aos filhos e sobrinhos, que ali aprendiam o ofício, passando pela mulher e filhas, que asseguravam o negócio da venda das louças. A proximidade da oficina da casa onde a família morava, podendo mesmo tratar-se de diferentes pisos no mesmo edifício, ou edificações contíguas, demonstra o cariz familiar das unidades produtivas.

As olarias funcionariam como uma unidade, onde todos os trabalhadores se conheciam e seriam, muitas vezes, ligados por laços de parentesco. Partilhavam alegrias, tristezas e mesmo crenças. “Nos tempos dos artificies de Coimbra, no final, rezava-se um padre-nosso e mandava-se um moço, correndo por toda a fábrica, batendo numa lata para afugentar os maus espíritos, ao mesmo tempo que gritava uma lengalenga. (...) Dizia mais ou menos assim: *“protegei-nos pois a coisa está feita e cremos que falhamos, somos burros como sempre. Que grande prejuízo iremos ter”*. Pela negativa tentava-se ludibriar os *“maus e invejosos espíritos”*, não sem antes se ter rezado um padre-nosso. Por fim havia libações justificadas pelo calor e não só” (Bernarda, 2001).

IV.5. Origens da produção

Desconhece-se a partir de que momento começaram os oleiros portugueses a manufacturar louça revestida a esmalte estanífero. De acordo com alguns autores, esta inovação teve como base a deslocação de alguns oleiros de Málaga, Sevilha e Talavera, em inícios do século XVI, para Lisboa, onde instalaram o seu ofício (Calado, 1993, 76). As primeiras produções vão, na verdade, imitar as peças espanholas, nomeadamente as sevilhanas. É difícil comprovarmos a veracidade daquela migração para cronologias tão recuadas, ainda que não seja uma hipótese de todo infundada, atendendo a que anos mais tarde, em inícios do século XVII, surge a informação documental que oleiros oriundos de Talavera se haviam estabelecido em Lisboa.

O início da produção deve rondar os meados do século XVI, pois a documentação é rica ao mencionar numerosos malagueiros e produção de malegas, termo importado de Espanha acompanhando a louça que se produzia no sul daquele território. Inicialmente a produção vai cingir-se a objectos quotidianos, essencialmente pratos e tigelas, não sendo de excluir, contudo, a existência de pequenos jarros ou garrafas ainda não identificados nos registos arqueológicos. Esta similaridade entre objectos portugueses e sevilhanos faz com que muitas das peças interpretadas como espanholas, encontradas um pouco por todo o mundo, possam realmente ser de origem portuguesa. Só há bem pouco tempo se teve noção, em Portugal, de que as tais peças podiam, de facto, ter sido alvo de produção intensa e consequente exportação.

A realidade arqueológica mais antiga para estas produções em Portugal, remonta aos finais do segundo quartel do século XVI, data em que o forno da Mata da Machada foi abandonado. Segundo o arqueólogo responsável pela intervenção, o Dr Cláudio Torres, aquela estrutura de produção foi abandonada por volta de 1530, datação obtida com base nos numismas recuperados que datam, na sua maioria, do reinado de D. João III, pelo que a produção de louça branca podia ter começado nos primeiros anos do século XVI (Torres, s.d.). Todavia, vários problemas se prendem com esta datação. Primeiro porque aquele forno não produzia exclusivamente louça branca, tendo sido identificados diversos exemplares de louça vermelha, como taças, púcaros, alguidares, panelas e formas de pão de açúcar, daí se desconheça se aquelas eram contemporâneas da louça branca ou se foram das primeiras peças a ser produzidas. Depois porque,

apesar de não representarem a maioria, foram também recolhidos numismas pertencentes ao reinado de D. Sebastião, pelo que a laboração daquele forno pode, na realidade, ter continuado até meados daquele século. A diminuição do número de moedas, a não ser acidental, pode simplesmente indicar a redução da produção e não necessariamente a sua extinção (Torres, s.d).

Esta datação mais tardia da produção de louça branca confirma-se através da documentação, atendendo a que o termo malagueiro e malega, para designar a produção nacional, começa a generalizar-se na documentação relacionada com a produção, somente depois de 1560, de algum modo indicando que, só a partir deste momento, passou a ser um produto recorrente.

O forno da Mata da Machada, apesar de parcamente estudado e publicado (Carmona e Santos, 2005), não oferecendo análises que possam efectivamente ceder uma evolução tipológica das peças de revestimento estanífero, revelou, claramente, uma produção da louça dita malagueira na primeira metade do século XVI.



Prato com fundo em onfalo, recuperado nos caqueiros da Mata da Machada (foto T. Casimiro).

Uma visita nossa às reservas museológicas da Câmara Municipal do Barreiro, onde fomos recebidos pelo Dr. António Camarão, elucidou-nos e, na verdade, surpreendeu-nos acerca das peças que ali eram manufacturadas. Observámos a grande quantidade e variedade de itens ali produzidos que, de facto, podem constituir um dos mais importantes e reveladores espólios cerâmicos de meados do século XVI. Ali verificámos a existência de peças que têm sido identificadas como sevilhanas nos últimos anos, nomeadamente taças carenadas assentes em fundo de pé anelar e pequenos pratos com fundo em ônfalo, em tudo semelhantes às formas importadas do

sul de Espanha (Figs 26 e 27). São formas muito simples, destinadas, exclusivamente, ao consumo de alimentos e não à ostentação, como cremos que muitos exemplares de Faiança Portuguesa mais tardios tenham sido utilizados. De facto, a individualização do consumo de alimentos em recipientes particulares tornou-se comum na Europa central a partir do século XVI, tendência à qual Portugal e Espanha não ficaram indiferentes. O registo arqueológico demonstra esta tendência com o aumento considerável de taças e pratos nos contextos do século XVI, por oposição aos contextos medievais onde predominam as caçoilas e panelas de onde se comia comunitariamente.



Taça carenada, em biscoito, recuperada nos caqueiros da Mata da Machada (foto T. Casimiro).

No Livro de Cozinha da Infanta Dona Maria, escrito em finais do século XVI, surgem referências a numerosos pratos, escudelas e tigelas como forma de servir os alimentos. Essa forma de consumo era já individual, no entanto, o documento não refere se estamos perante louça de barro ou louça branca, pelo que é impossível inferir a utilização daquela no quotidiano de uma cozinha abastada (Gomes, 1996).

No *Sumario em que brevemente se contem Algumas Cousas (assim Eclesiásticas como Seculares) que há na Cidade de Lisboa*, de 1551 Cristovão Rodrigues de Oliveira refere que na cidade existiam 206 oleiros, 16 telheiros, 22 tijoleiros e 32 ladrilhadores (Oliveira, 1938). Apenas um ano depois, em 1552, João Brandão, na *Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa* refere a existência de 60 tendas e casas tudo junto, em cada casa destas fazem louça de barro. Em cada tenda dois, três. Que são todos 180 pessoas e 10 casas onde se faz louça vidrada. Em cada delas três quatro pessoas. Que são por todas 30 pessoas, num total de 210 trabalhadores, referindo ainda a existência

de sessenta fornos de louça *asi de barro como vidrado* (Brandão, 1990), ainda que não especifique se são vidrados verdes, amarelos ou brancos, o que impede conformar se já se produzia louça branca em Lisboa, ainda que a mesma já se produzisse na margem sul do Tejo. Defende-se comumente que o primeiro autor se enganou e ao referir 206 oleiros, querendo referir-se a todo o pessoal que trabalhava nas olarias de Lisboa.

Apesar de já se produzir louça estanífera em Portugal naquela cronologia, ela ainda não era do agrado das comunidades mais abastadas. No livro *Vida do Arcebispo de Braga, D. Frei Bartolomeu dos Mártires* conta-se como, em 1563, o Arcebispo, quando num jantar em Roma, havia aconselhado ao Papa Pio IV o uso de porcelanas de Lisboa em vez dos tradicionais serviços de prata e ouro, pois eram mais limpas e graciosas (Calado, 2003).

Em 1565, o *Livro do Lançamento e Serviço que a Cidade de Lisboa Fez a El Rei Nosso Senhor O ano de 1565* fala-nos de malagueiros de malega branca habitando na zona do actual Santos-o-Novo e Santa Catarina, alguns deles flamengos, bem como de diversos malagueiros em outras zonas da cidade, num total de 63 oleiros (Mangucci, 1996). Acreditamos que esta designação se refere aos oleiros que se dedicavam à produção de louça esmaltada de inspiração sevilhana. A presença de estrangeiros pode indicar que aqueles homens foram, efectivamente, os impulsionadores das produções esmaltadas em Lisboa. A sua chegada a Portugal não deve ser tida como estranha se pensarmos na feitoria que os portugueses possuíam na Flandres desde finais do século XV.

Em 1572, o Regimento dos Oleiros de Lisboa, organizado por Duarte Nunes de Leão, refere a produção de louça de *Talaveira*, referindo-se à louça manufacturada no centro oleiro de Talavera, em Espanha (Apêndice 1). Como se pode verificar no capítulo referente à decoração, na presente dissertação, este foi um dos centros que muito influenciaram a produção lisboeta e mesmo portuguesa, tendo os oleiros portugueses reproduzido muitos dos motivos ali desenhados na louça branca e azul. Cre-se mesmo, a partir da documentação, que alguns oleiros espanhóis possam dali ter imigrado para Lisboa e trazendo consigo os conhecimentos necessários à produção de louça estanífera branca, decorada a azul.

Com base na documentação, acreditamos que deve ter sido em finais da década de 60 do século XVI que se começou a lavar louça azul e branca em Lisboa, bastante

influenciada não apenas pelas produções espanholas, mas também pelas italianas e chinesas. Desconhecem-se as razões que se prendem com o início da produção. É possível que um qualquer oleiro tenha iniciado a produção de louça pintada na sua oficina e, vendo o sucesso que tinha na população local e as potencialidades de exportação, os demais os tenham imitado. Esta “sociabilização do estilo” não seria difícil numa cidade onde a maior parte dos ofícios se organizavam por bairros e a maioria dos oleiros vivia na mesma rua (Alarcão, 1997, 70). Através da imitação, desenvolvia-se assim um tipo de louça e decoração cujo sucesso estendeu a produção a outras áreas do país.

A evolução do estilo da louça estanífera em Portugal, da simples taça carenada ou prato, até aos belos pratos e taças que vemos surgir a partir de 1570, ocorreu com alguma rapidez. Se considerarmos que a produção de louça esmaltada começou por volta de 1540, no espaço de uma geração todo o conceito estético se alterou, tendo as peças singelas quase que desaparecido até finais do século XVII, quando uma mudança cultural e social a faz tornar-se, novamente, simples.

Até a produção ter começado em Portugal, todas as peças esmaltadas que são identificadas em arqueossítios provinham de Itália ou Espanha, mais propriamente Valência, Sevilha e Talavera, encontradas em contextos associados a indivíduos com elevado poder de compra, em cidades com relações comerciais intensas com Espanha e a Europa, ou em ambientes palatinos ou religiosos. A população comum continuava a consumir os seus alimentos em recipientes de barro comum. Desta forma, a produção e divulgação destas louças esmaltadas constituíram uma novidade que a generalidade da população passou a consumir.

O estilo não era funcional, mas sim social. De facto, esta imitação da louça chinesa e europeia foi uma tentativa de garantir um *status* social que era apenas acessível a alguns na sociedade. A adaptação desses símbolos orientais pelos oleiros portugueses e a sua utilização nestes novos produtos demonstra que havia interesse na sua reprodução e aquisição. De certa maneira os oleiros portugueses conseguiram ter algum controle sobre um mercado que, até então, estava completamente orientado para a importação de peças estrangeiras, criando novas formas que as elites estariam dispostas a consumir. A renovada produção portuguesa conseguia colmatar alguma da necessidade de importação e, sobretudo, alargar o consumo de louça decorada a outras

camadas sociais. Os oleiros tentavam então colmatar uma necessidade de mercado que, até ao momento, tinha sido preenchida por importações europeias e orientais.

Não acreditamos que o seu desenvolvimento se tenha prendido, exclusivamente, com a ausência em grandes quantidades de porcelana da China, consequência da presença de ingleses e holandeses no Índico, a partir de inícios do século XVII e com o fim da dinastia Ming. A tentativa de contrafacção surgiu anteriormente, ainda que não possamos descartar a redução do número de porcelanas como um dos impulsionadores do aumento do número de objectos com motivos de influência oriental. Na verdade, a porcelana continuava a entrar no mercado português, embora em menores quantidades, abastecendo as elites endinheiradas, as nobiliárquicas e as burguesas, que possuíam maior poder de compra. A manutenção do *status* social implicava o consumo da peça original e não de imitações mais baratas. A Faiança Portuguesa, com a sua decoração a azul e branco, surge como uma novidade na sociedade portuguesa que entusiasmou as camadas mais elevadas democratizando-se apenas 50 anos após o seu aparecimento e, possivelmente, depois de o mercado das classes mais elevadas estar saturado. A procura, por parte da população portuguesa, principalmente as camadas menos ricas, e da maior parte das comunidades internacionais, europeias e não só, de objectos que, de alguma forma, complementassem o desejo de bens de inspiração oriental pode ter influenciado a escolha dos oleiros na adopção destes motivos. A ausência de porcelana não levou ao desenvolvimento da técnica da faiança, mas certamente influenciou a sua decoração.

Segundo Jan Baart (1988), que acreditamos ter adquirido muitas das suas teorias, através das numerosas conversas que travou com Rafael Salinas Calado, defensor das mesmas especulações (Calado, 1992), a produção de Faiança Portuguesa cresceu e progrediu com base no elevado preço da porcelana que suscitou o desenvolvimento de um produto mais barato, associado ao crescente uso de louça individual de cerâmica na Europa e ainda através do facto de, a partir de 1602, Amesterdão ter ocupado o papel de Lisboa no comércio internacional de porcelana. Segundo cremos, ainda que estes motivos possam efectivamente ter contribuído para que a louça portuguesa imitasse alguns padrões chineses, a produção de faiança começou muitos anos antes da falta de porcelana ter assolado Portugal.

Em 1655, Manuel Severim de Faria refere, em *Notícias de Portugal*, que defende ter sido terminado pelo menos trinta anos antes, ou seja em 1625, que havia

alguns anos que um oleiro vindo de Talavera, chegado a Lisboa e vendo o barro daquela cidade começou a laborar peças como as de Talavera, mas também como as da China, o que teria acontecido, possivelmente, em finais do século XVI. A acreditar neste autor, terá sido por influência directa de Talavera que se começou a produzir faiança azul e branca em Portugal. Mas as evidências arqueológicas confirmam que além de Talavera, também Sevilha e mesmo Valência ocuparam um lugar de destaque nestas influências exógenas. A união ibérica que ocorreu entre 1580 e 1640, bem como as estreitas relações económicas de ambos países, facilitou essa assimilação decorativa.

Tentando reproduzir esteticamente a porcelana, a técnica ficava, contudo, aquém do que se produzia na China. Em Portugal, só se irá produzir porcelana em finais do século XIX e, na Europa, a partir de meados do século XVIII. Curiosamente, o segredo daquela produção foi trazido para o velho continente por um português, Frei Gaspar da Cruz que, em 1569, a relatou no seu *Tratado em que se contam muito por estenso as cousas da China, com suas particularidades, e assy de reyno dormuz*.

Em 1575, surge um interessante documento que relata a denúncia à inquisição de “Filipe de Góis, de 35 anos, Flamengo, homem de boa estatura e barba loura, mestre de louça vidrada, morando então na praia da Boa Vista, onde estão as casas caídas no forno onde se cose louça vidrada. Nesse forno estava Marçal de Matos pintando hum arco para a capella de Nossa Senhora da Conceição, quando lhe ouviu certas afirmações que considerou heréticas e de que o acusou perante a inquisição” (Simões, 1969, 38). Este documento é interessante, primeiramente, pelo facto de comprovar que, em 1575, já a produção de louça se encontrava completamente sedentarizada em Portugal, onde oleiros de diferentes nacionalidades produziam e trabalhavam. Depois, porque nos relata a existência de dois oficiais, um mestre de louça vidrada e um azulejador que pintava um arco para uma igreja. E, além disso, demonstra que um único forno, ainda no século XVI, servia para cozer louça e azulejo, algo que irá ser confirmado 45 anos depois por Frei de Oliveira quando refere que muitos azulejos são cozidos nos fornos de louça. Apresenta-nos ainda a dois indivíduos que laboravam em Lisboa, um deles estrangeiro e o outro possivelmente português. Curioso será lembrar a frequente associação que se faz de Marçal de Matos, claramente produtor de azulejo, à assinatura que existe nos azulejos da Quinta da Bacalhoa (Azeitão), considerados os

exemplares mais antigos do nosso país, datados de 1565 e assinados por Francisco de Matos, possivelmente seu pai ou avô.

A louça esmaltada nunca teve funcionalidade na cozinha, sendo utilizada como louça de mesa, armazenamento ou ainda na higiene pessoal. O registo arqueológico mostra que as primeiras produções foram malgas e pratos. Documentalmente, a primeira descrição de formas que possuímos trata-se do Regimento dos Oleiros, de 1572, onde são referidas *almofias* e pratos *galinheiros*, isto é, formas abertas de servir à mesa e de diferentes dimensões. A estas duas formas são acrescentadas a *albarrada*, para a conservação e transporte de água, bem como as *arredomas*, *boiões* e *panelas de botica* (Apêndice 1). Acreditamos que pudessem existir outras peças que fossem igualmente fabricadas, no entanto, o facto de aquelas serem mencionadas no capítulo referente às peças que um oleiro devia saber fazer aquando do seu exame, pode simplesmente indicar que fossem ou as mais complicadas de executar ou as mais frequentemente lavradas.

A combinação de diversos aspectos sociais, económicos, culturais e tecnológicos estiveram na base do desenvolvimento da indústria de faiança e Lisboa era o local ideal para o seu crescimento. A cidade congregava as características necessárias ao desenvolvimento desta produção, conciliando a existência de matérias-primas com os contactos culturais e comerciais de um mercado interno e externo em plena expansão. Possuía ainda a camada social fundamental à aquisição destas peças, impulsionando o processo.

Relativamente a outras cidades, é difícil estabelecer quando começou a produção, mas, em 1573, o Regimento dos oleiros e malagueiros de Coimbra (Apêndice 3), refere que eram realizadas malegas vidradas por dentro e por fora, da feição de porcelanas, delgadas na borda. Sabemos, através da documentação, que já ali era feita louça branca nesta altura, no entanto desconhece-se se o seu vidrado era já estanífero ou simplesmente plumbífero, deixando ver o corpo cerâmico e dificultando a decoração (Carvalho, 1921). Este documento coimbrão demonstra, igualmente, que o desenvolvimento do ofício de oleiro de louça branca ou malagueira não se fez imediatamente, ao apoiar-se na já desenvolvida indústria de louça vermelha que existia um pouco por todo o reino.

A nova produção portuguesa foi recebida com agrado pelos mercados nacionais e europeus, satisfazendo as elites. Pela primeira vez surgia no velho continente louça azul e branca de excelente qualidade, cujos padrões sugeriam a porcelana chinesa. Este sucesso é bem visível através da carta que, em 1582, D. Filipe II escreve às infantas suas filhas onde lhes fala da nova produção lisboeta, referindo a sua similitude à porcelana da China. Enviando algumas caixas vazias a Madrid, para que lhas devolvessem com pêras, refere *“porque no bayan vacias, embio en la una porcelanas para vuestro servicio y de vuestros hermanos y una Bay dentro dela com outras porcelanas de nueva manera, à lo menos no las he visto sino agora”*, distinguindo estas peças das porcelanas chinesas, comuns na corte espanhola, o monarca refere-se claramente à Faiança Portuguesa, talvez já completamente acessível às populações de Lisboa (Calado, 2003, 8). Naquela data, países como a Irlanda ou os Países Baixos e, possivelmente, outros, estavam a importar Faiança Portuguesa, mostrando que a receptividade estrangeira era garantida.

Em 1595 o Padre Torrejón escreve: *“La vaxille que se hace aqui em Talavera si de barro blanco como como colorado, la diversidad de la hechura de los jarros y taças y de los bucaros e brinquños, la buena traza de los platos y ramilletes al contrahacer las caras de los buhos y perros y todo género de fruta, aceytunas, almendras confitadas, la perfección de las pinturas en todas estas pieças y açulejos, al contrahacer las Porcelanas que traen de la yndia i de Portugal, ymitar la blancura de lo de pisa, a to el mundo es notório que ay tanto primor y destreça y esta en tal grado de perfection, que todos se admiran de ver a lo que en esto ha llegado a descubrir en yngenio humano”* (Sanchez Pacheco, 1993, 308). Não sabemos se o autor se referia a porcelanas ou faiança, mas deve claramente referir-se à produção portuguesa, atendendo que a distingue dos produtos que chegam do Índico.

A confusão entre faiança e majólica parece ter sido comum na Europa. Em 1794, no tratado *De Plateelbakker of Delftsch Aardewerk Makker* (O criador de cerâmica de Delft, numa tradução literal), Gerrit Paape afirmava que *“a faiança de Delft é uma espécie de porcelana inventada nos Países Baixos, em meados do século passado”* (Jonge, 1970, 11). Em 1614 o cónego Baltasar Estaco possuía nos seus bens *“uma dúzia de porcelana da Índia e de Lisboa”* (Sandão, 1965, 42).

Em finais do século XVI, já a produção se encontrava completamente enraizada em Lisboa e estender-se-ia a Coimbra e Vila Nova, donde abasteceria outras zonas do país e mesmo mercados estrangeiros.

Ainda que a Faiança Portuguesa tenha diminuído em muito os custos associados à porcelana chinesa, crê-se que nos primeiros anos da sua produção, não tenha sido assim tão acessível à população em geral. Nos contextos arqueológicos portugueses, datáveis de finais do século XVI, segundo pudemos apurar, a sua presença não é assim tão frequente (Sabrosa, 2008), continuando a predominar a louça malagueira. Nestas cronologias mais recuadas, a produção portuguesa aparece sobretudo em contextos estrangeiros associados a pessoas com largos rendimentos.

Nos inícios do século XVII, a indústria encontrava-se em franca expansão. O levantamento efectuado por Celso Mangucci, relativamente aos oleiros inscritos na Irmandade do Santíssimo Sacramento, entre 1613 e 1626, demonstra que a actividade se encontrava plenamente definida com referências a *oleiros de louça de Veneza*, *oficial de louça pintada de Veneza* e a *pintor de louça de Veneza* (Mangucci, 1996, 158)

IV.6. Os centros produtores. Formas e decorações

Não é objectivo desta tese apresentar uma descrição detalhada das oficinas nacionais que produziram faiança, nem especificar todos os intervenientes nela envolvidos. No entanto, a ausência de estudos sobre as produções portuguesas, que nos permitissem concluir de onde são oriundas as peças encontradas nas Ilhas Britânicas, levou-nos a visitar diversas colecções, sobretudo de locais relacionados com olarias, onde temos a certeza de estar perante a produção local. Durante muitos anos a identificação das peças provenientes das olarias foi feita com base nas evidências arqueológicas identificadas em locais próximos dos centros produtores. Vila Nova baseou-se nas escavações da Casa do Infante, Coimbra de Santa Clara a Velha e Museu Nacional Machado de Castro e Lisboa das diversas intervenções dentro e fora da sua área urbana, tais como em Cascais, Almada, Palmela e Setúbal. Contudo, as cerâmicas recolhidas nestes arqueossítios apresentavam diferenças, não apenas nas pastas e vidrados, como também nas decorações e cedo se percebeu que podiam ser oriundas de diferentes centros oleiros e não necessariamente do que lhes estava mais perto. Esta hipótese encontrava-se corroborada por alguns documentos, sobretudo a norte, visto serem encomendadas “taças de Lisboa” para a cidade do Porto (Leão, 1999).

Sentimo-nos assim compelidos a visualizar directamente o produto das oficinas, tanto quanto nos foi tornado disponível. Após cuidada observação destes materiais, foi-nos possível especificar o que cada oficina produzia, pelo que as escavações em redor dos centros produtores tornaram-se igualmente instrumentos úteis na determinação e classificação das produções.

Alguns autores, sobretudo ligados à História da Arte, acreditam que as peças oriundas dos museus portugueses podem fornecer informações semelhantes (Pais, Pacheco e Coroadó, 2006). Todavia, sentimos que essa metodologia fica aquém das novidades recolhidas através da análise directa dos vestígios das olarias e seus caqueiros, atendendo que as peças museológicas podem ter sido adquiridas em diversas localidades.

Previligiando o abastecimento do país, os centros produtores vão-se localizar nos três maiores meios urbanos. Esta organização tem uma lógica económica, pois não só o

país estava abastecido, como se localizam em áreas que permitiam um excelente escoamento das produções para outras nações ultramarinas.

Da visualização da cerâmica oriunda de Lisboa, Coimbra e Vila Nova foi possível estabelecer as características produtivas de cada um daqueles centros. Às informações retiradas das peças exumadas de escavações arqueológicas, juntamos todas as notícias documentais disponíveis para cada uma daquelas cidades, de modo a traçar um panorama geral da produção.

IV.6.1. Lisboa

Lisboa foi a primeira cidade do reino onde a Faiança Portuguesa começou a ser feita. Deve remontar a meados do século XVI a produção de louça esmaltada dita malagueira, imitação da sevillhana, que recorrentemente entrava nos contextos portugueses.

Em 1500 ainda não se produziam faianças ou azulejos em Portugal. No foral de Lisboa, concedido por D. Manuel àquela cidade, no ano de 1500, no capítulo referente a *malagas e azulejos*, toda a louça mencionada reporta-se a vasilhame que entraria na cidade por terra ou pela foz, não se mencionando o seu fabrico, ao contrário do que acontecia com a louça vermelha ou vidrada, distinguindo claramente *malega de valência* que, pelo seu requinte estético, era reconhecida isoladamente. Em 1501, o sítio das olarias estava afastado da cidade central, situando-se nos *arrealde novo da mouraria*, *homde estão os olleiros*, local onde se encontrava desde, pelo menos, o século XII, continuando a tradição islâmica (Farinha, 1932, 12).

Em 1551 há já referência às Ruas das Olaria de Cima e de Baixo, Lagares das Olarias e Travessa do Forno, na antiga freguesia de Santa Justa, criada em 1147 e extinta em 1563, quando surge a freguesia dos Anjos. Desta forma os locais das olarias tradicionais em Lisboa mantiveram-se até ao século XVI, época em que já se produzia Faiança Portuguesa na cidade (Farinha, 1932, 13). Em 1568, só a rua da Lombarda dava residência a 34 oleiros, possivelmente todos de louça vermelha. Em 1637 existiam 120 oleiros que habitavam a freguesia dos Anjos, pólo que cresceu a partir do antigo núcleo (Farinha, 1932, p. 15).

A produção de louça branca esmaltada encontra-se comprovada arqueologicamente pelo menos, desde 1550, na margem sul do Tejo, período no qual deve ter sido iniciada também em Lisboa. Desde há alguns anos que os arqueólogos acreditavam que aquela louça tinha de ser produzida na capital, ou imediações, atendendo ao elevado número de artefactos que eram recolhidos nos contextos arqueológicos da capital, datados de finais de quinhentos. Ainda que a escavação dos fornos no Barreiro tenha ocorrido há quase 30 anos, só recentemente a sua importância

se começou a fazer notar no meio científico. Afinal o nosso país produzia as cerâmicas que se julgavam importadas.

Produzia-se louça esmaltada nas freguesias de Santos e Santa Catarina. A localização dos fornos naquele local prendeu-se sobretudo com a proximidade das matérias-primas, facilitando a sua aquisição. Por outro lado, a imediação do Tejo facilitava o escoamento da produção. São diversas as referências a covas deixadas no chão devido à extracção de barro. Perto da actual rua D. Pedro V era recolhido barro para olarias, tal como na Calçada do Combro, onde a actividade exploratória foi proibida em 1610, o mesmo tendo acontecido na encosta do castelo em 1563. Mas a terra era rica em barro e esta matéria-prima devia estar acessível por toda a cidade como evidenciam as referências a recolhas no sopé do Monte de S. Gens (Farinha, 1936, 15), e no Campo de Santa Clara, anteriormente conhecido como Campo da Forca. No ano de 1671 *“os Juises do Offiço de Oleiro desta Cidade que elles suplicantes exercitão com todos os mais offeçiais do dito offiço varias obras de Barro e para isso se valião do Campo da forca donde sempre o tirarão e nessa posse estão e porque hora lhe impedem os Almotaçeis o dito exercissio e tirada do barro do dito Sitio e não há outro Citio em que se ache daquella calidade para se poder obrar com ele e com esta falta resultava ao povo grande prejuiso e do mesmo modo ao offiço pello que pedem a vossa Senhoria lhe faça merçe ordenar que não seja perdida a posse da tirada do dito barro de que sempre usarão visto o prejuiso do povo e o offiço que se conçidera”* (Langhans, 1943, 342).

Contudo, o mais importante núcleo de recolha de barro branco situava-se entre a Estrela e os Prazeres. Ainda que as evidências documentais desta extracção só nos cheguem no século XVIII e XIX, através do abastecimento das fábricas lisboetas, evidências arqueológicas recentes indicam-nos que o barro era aqui extraído desde pelo menos meados do século XVII. A empresa de arqueologia Neoépica Lda., pôs a descoberto, em Janeiro de 2010, três fossas cheias de detritos de olarias, nas quais foram identificados restos de produção de louça e azulejo, bem como diversos fragmentos de caixas, dentro das quais se cozia cerâmica. Estes vestígios tratam-se claramente dos entulhos que os oleiros eram obrigados a colocar dentro das covas que deixavam abertas depois da extracção das argilas. A 11 de Dezembro de 1671, em resposta à petição dos oleiros, que os deixassem explorar barro do Campo da Forca, determina a Câmara de

Lisboa que os oleiros “*não levarão carga de Barros sem deitarem outra de emtulhos no mesmo lugar*” (Langhams, 1943, p. 342).

As primeiras produções de louça branca, possivelmente por serem de louça comum nunca foram retratadas na documentação. Em 1552 no livro *Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa*, João Brandão fala que existem nesta cidade sessenta fornos de louça, assim de barro como de vidro. Nesta época já se produziam peças esmaltadas em Lisboa e arredores. Contudo, a sua simplicidade e utilização quotidiana, longe da estética decorativa que vai ter anos mais tarde, poderia fazer com que o autor não as considerasse particularmente dignas de menção. O mesmo já não se pode dizer a partir do momento em que ela começa a ter valor internacional. No mesmo tratado, surgem referências à importação de malega branca de Sevilha e Talavera, bem como outras terras de Castela, referindo que o comércio anual podia rondar os onze mil e quinhentos cruzados. Se a indústria de faiança era já existente, não produzia o suficiente para sustentar o mercado ou ainda não tinha substituído o gosto pela espanhola (Brandão, 1992).

A primeira notícia documental que nos leva a pensar no desenvolvimento desta indústria trata-se do *Sumario em que brevemente contam algumas cousas assi eclesiasticas como seculares que ha na cidade de Lisboa*, de 1554, obra de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, quando refere a existência de 47 debuxadores e 76 pintores ceramistas. Este documento tem a originalidade de afirmar que na cidade existiam 60 fornos, os quais podiam cozer louça até três vezes por mês (Oliveira, 1938).

Em 1565, no *Livro do Lançamento e Serviço que a Cidade de Lisboa Fez a El Rei Nosso Senhor no ano de 1565* referem-se os primeiros oleiros na freguesia de Santos. Referem-se diversos oleiros e malagueiros habitando entre Santos e Santa Catarina, alguns de origem flamenga, nomeadamente João de Góis, Roberto Jacome e Filipe de Góis. Cruzando estas informações, cremo-nos capazes de afirmar que na década de 60 do século XVI, a produção de louça estanífera era uma realidade na capital.

Mesmo com o crescimento deste novo núcleo, a produção de cerâmica vermelha continuou em força na freguesia dos Anjos. Em 1584, o padre Duarte de Semedo escrevia que havia “*uma igreja dedicada a N. Senhora do Monte e a cujas raízes há muitas olarias que trabalham com muita perfeição loiça de barro por ser o de Lisboa muito bom para tais obras*” (Farinha, 1932, 15).

A primeira alusão documental que nos permite afirmar taxativamente a produção de faiança em Lisboa é o Regimento dos Oleiros de 1572. Aqui refere-se o exame de *louça branca de talaveira* e a produção de formas como almofias de boticário e grandes de pé, galinheiros, albarradas, redomas, boiões e painéis de botica. Nesta altura acreditamos que, mais que tentar imitar a porcelana da china, a Faiança Portuguesa teve na sua génese a cerâmica espanhola e italiana. No entanto, rapidamente o método produtivo foi adaptado à contrafacção chinesa.

No rol dos bens inventariados pela inquisição ao cônego Baltasar Estação, em 1618, refere-se a existência de *uma dúzia de porcelanas da Índia e de Lisboa*, distinguindo ambas produções (Baião, 1936, 81).

Em 1619 surge uma das referências mais conhecidas à produção de faiança em Lisboa. Trata-se da visita de Filipe III à capital durante a procissão do *corpus christi*. Para além das devidas actividades religiosas, o dia era marcado por uma grande procissão onde todos os mestres da cidade se organizavam em bandeiras, associadas a um padroeiro. São descritos diversos arcos, como por exemplo, o dos homens de negócios, ingleses, alemães, flamengos italianos, demonstrando a variedade cultural lisboeta, mas igualmente os sapateiros, correeiros, atafoneiros e, entre outros, os oleiros.

Adiante do arco dos atafoneiros *há hua pequena praça, na qual vem parar a padaria, Rua por dõde sua Magestade subio para a See, ao pee da mesma Padaria sae a Rua da Misericordia, em cuja entrada fizerão os Oleiros sua representação; era de hum Arco pelo qual se servia a Rua entre dous altos, & largos pedestaes, sobre os quaes em duas peanhas estavam as Imag~ens de vulto das Santas Justa & Rufina, mui bem ornadas cõ seus vasos de barro nas mãos, & entre elas levantada hua torre sobre o Arco, insígnia que com as Santas tem a bandeira destes officiaes; nas ameas do primeiro andar da torre havia hua traja sustentada de dous mininos, na qual estava escrita esta oitava fallando com sua Magestade*

Inda que tem de barro os fundamentos

Esta torre alterosa, E levantada

Não teme a força de contrarios ventos

Por vos nestas colunas sustentada

Obra que arrima à vos os pensamentos

Não pode facilmente ser quebrada

E o forte mais soberbo, E mais bizarro

Contra vosso poder será de barro

Em dous quadros que ficava, nos pedestais, no da mão direita estava pintada a Natureza coroada de flores; tinha em hua mão hu vaso de barro vermelho, & da outra lhe pegava hum home meio saído da terra, que significava i barro, no pee estava este quarteto.

Para demonstração de mor grandeza

Na perfeição da terra que pisaís

Até o barro humilde dá sinais

De quanto quis honrar a natureza.

Encima deste quadro avia outro pequeno com hum Emblema cujo corpo era duas mãos cheas de agoa aludiendo à que o rústico lavrador offereceo nellas a Xerxes, dizia a letra.

ET TIBI PVRIOR, ET PVULCHRIOR

Para vos mais pura, & mais fermosa

No outro quadro da mão esquerda estava pintada a Arte, à seus pees vários instrumentos mecânicos & entre eles hua roda de Oleiro,, na qual ella tinha posta a mão esquerda, & na direita hu vaso de porcelana da que se faz em Lisboa contrafeita da China, ao pee desta figura avia estoutro quarteto.

Aqui monarca excelso soberano

Vos offerece a Arte peregrina

Fabricado no Reino Lusitano,

O que antes nos vendeu tam caro a China

Encima no quadro pequeno avia outro Emblema, era hua Não da India da qual se descarregavão barcas de porcelana da China, & outros navios estrangeiros que carregavão da nossa, & outros que já carregados della, saião do Porto; era a letra deste Emblema

ET NOSTRA PERERRANT

Também as nossas vão a várias regiões.

Rematavase a torre com hua estatua de hum Anjo, que tinha na mão o escudo das armas de Portugal (Calado, 2003).

Esta notícia esclarece-nos sobre a interpretação que os oleiros faziam da sua própria obra. Tomamos conhecimento da já vasta produção de produtos de inspiração chinesa e a intenção de que havia em criar um substituto para a porcelana. Esta descrição levou a que alguns autores tenham assumido que o desenvolvimento da faiança em Lisboa fez-se como substituto da porcelana (Calado, 1992). Ainda que saibamos que a imitação de porcelanas foi muito importante no crescimento da produção, não cremos que tenha estado na sua génese. Pelas imagens da representação de caravelas, que saiam carregadas de louça, podemos inferir acerca da larga produção pela qual a cidade era responsável. A indústria descrita por Lavanha implicava a excelente organização do ofício, algo que só seria possível com anos de produção e especialização, que se devia processar desde a década de 70 do século XVI.

Rodrigues Lobo refere-se à produção de Lisboa como: *Cuentam de naturaleza/ Y arte infinitos primores/ En los vasos de Lisboa (Que hoy llevan por todo el orbe;/ Los unos por su fineza, /Los outros por sus olores,/ Quel obligan injustamente/ Appetitos de la Corte* (Viterbo, 1922, 8). É possível que aqui estejam referenciadas tanto as peças em faiança como em cerâmica vermelha, conhecidas pelo seu odor e sabor peculiares.

Mas as referências continuam e, em 1620, Frei Nicolau de Oliveira, no *Livro das Grandezas de Lisboa*, fala de oito fornos de louça vidrada, vinte oito de louça de Veneza e quarenta e nove de louça vermelha (Oliveira, 1620, 95) e ainda da existência de 13 fornos de azulejo naquela cidade, ainda que muito fosse cozido nos fornos da louça de Veneza (Oliveira, 1620, 97). Em 1621 o padre António de Vasconcelos confirma estes valores na sua *Descrição de Portugal* onde refere *8 fornos de louça vidrada, 28 de louça de Veneza, 49 de barro vermelho e 13 de azulejo* (Calado, 2003). As poucas informações arqueológicas respeitantes a este fabrico conjunto, revelaram que nos caqueiros onde são recolhidas peças em biscoito de faiança, tendem a aparecer igualmente de azulejo. O recente achado na Rua de Buenos Aires demonstra que efectivamente as olarias combinavam ambas produções. Estas referências demonstram

que em 1620 a louça branca, designada como louça de Veneza, era já produzida em larga quantidade. Aquela designação é ainda hoje discutível. Pode-se acreditar que a majólica veneziana, com os seus tons azuis, inspirava a denominação da nova louça. No entanto, Luís de Oliveira defendeu que este nome não foi adquirido com base na produção, mas sim na estrutura onde as peças eram cozidas. Chamam-se fornos de Veneza por serem construídos pelo sistema veneziano o que de facto pode ter acontecido, visto que os fornos lisboetas eram em tudo semelhantes às estruturas utilizadas em Itália e, nomeadamente Veneza (Oliveira, 1916a).

De facto, alguns autores fizeram o cálculo da produção de cerâmica destes 28 fornos, cujo resultado foi muito superior à cerâmica que poderia ser consumida pela cidade, arredores e sul do país ou mesmo pelas regiões a norte do Tejo, ainda que para esta zona os grandes centros de abastecimento deveriam ser Coimbra e Porto. Desta forma, aposta-se na exportação em grandes quantidades (Calado, 1992). Associando as informações numéricas à imagem das caravelas portuguesas que em 1619 enchiam as ruas de Lisboa, uma boa proporção da produção devia efectivamente ser destinada ao mercado externo.

Em 1655 é publicado o *Notícias de Portugal* de Manuel Severim de Faria, ainda que o autor diga no prólogo que o havia concluído 30 anos antes, no qual escreveu “*poucos anos há que um oleiro, que veio de Talaveira a Lisboa, vendo a bondade do barro da terra, começou a lavrar louça vidrada branca, não só como a de Talaveira; mas como da China; porque na fermusura, e perfeição podiam competir as perçolanas de Lisboa com as do Oriente; e imitandoo outros officiaies, cresceo a mercadoria de maneira, que não somente está o reino cheyo desta louça; mas vay muita de carregação para fora da Barra*”. Esta óptima descrição confirma a recorrente denominação de porcelana dada à louça de Lisboa. Por outro, lado esclarece ainda que as primeiras influências decorativas da faiança foram simultaneamente europeias e chinesas, satisfazendo o mercado nacional e internacional e que Lisboa produzia ambos géneros de louça. Desconhecemos se estes diferentes tipo decorativos eram produzidos por todas as oficinas ou se existiram algumas que produziam peças de influência oriental, enquanto outras apostaram em produções com outros motivos.

Joaquim de Carvalho, na sua obra de referência, *A Cerâmica Coimbrã no século XVI*, defende que o oleiro espanhol que veio de Talavera tratava-se de Francisco de

Matos que, em 1565, assina os azulejos da Quinta da Bacalhoa (Carvalho, 1921, 223). Não existe nenhuma documentação que comprove esta teoria, mas o autor sustenta as suas afirmações comparando estilisticamente peças de Talavera com o *Rapto da Europa* em Azeitão. Acredita aquele autor que o pintor saiu do país para aprender o ofício. Quando voltou, tornou-se um importante azulejador lisboeta, como comprova os azulejos da Igreja de São Roque, por si assinados em 1584.

Em 1572 a louça lisboeta vendia-se em tendas, ou seja no local onde era produzida, mas igualmente no Rossio em dias de feira (3ª feira) e nas três festas do ano, Natal, Páscoa e Pentacoste, bem como nos dois dias anteriores a cada uma das datas referidas. Também se vendiam numas casas no Terreiro do Paço, que encostavam pela parte detrás com a muralha da cidade e que ficavam entre o Arco dos Pregos e o do Açougue. As louceiras tinham, junto às fressureiras, os seus bancos no Terreiro do Paço (Vieira, 1941, 51). Com a morte de Maria Brito descobrimos que se vendia louça permanentemente no Rossio, pois é designado como seu testamenteiro João de Andrade, *morador no Rossio, entre os louceiros*. Outro local de venda foi o largo do Carmo, já no século XVIII, ainda que desconheçamos a natureza da louça que ali se vendia (Sequeira, 1967, 18).

Arqueologicamente, quase todas as intervenções efectuadas em Lisboa ofereceram faiança. No entanto, poucos são os locais onde possa ter sido identificada como vestígios de olarias. Luís Keil refere os milhares de fragmentos, “*provenientes de peças quebradas ou defeituosas, refugos de fornos*” recolhidos por Vergílio Correia “*nas colinas da parte oriental de Lisboa*”, mas o paradeiro desses materiais é desconhecido (Keil, 1938, 45).

A louça de Lisboa era exportada para todo o país, desde a mais rude, designada “*louça ordenaria ou grossa*”, a mais comum, de todos os dias, por oposição à que era exportada para o resto do país e mesmo mundo. No levantamento da freguesia de Santos-o-Velho surge mesmo a designação de *louça de carregaço*, pelo que cremos a faiança exportada era produzida em oficinas especializadas (Mangucci, 1996). Essa seria mais cuidada e mesmo reconhecida como produção de Lisboa, que a distinguia das de Coimbra ou Vila Nova. Tal reconhecimento surge mencionado não apenas em documentos nacionais, como no inventário feito em Santarém, no ano 1700 por ocasião do óbito de D. Ana Oliveira Leite, mulher de Rodrigo Machado Carvalhal, onde surgem

vinte pratos de loiça fina de Lisboa (Sequeira, 1967, 71), mas igualmente nos *Probate Inventories* das colónias inglesas na Nova Inglaterra. Nestes registos de bens surgem dezenas de referências a *Lisbon ware*, *Lizbon ware* ou *Lisborn ware*, quando arrolando os bens existentes nas casas dos colonos (Willcoxon, 1999). Estas referências não nos parecem nada despropositadas até devido ao montante de faiança que tem vindo a ser recolhida nas costas atlânticas dos Estados Unidos ou Canadá, confirmado pela existência de referências à sua exportação marítima pelos registos do Cabido da Sé do Porto (Pendery, 1999).

A capital era a cidade mais importante do reino, possuindo uma produção própria e auto-suficiente. Contudo, se a produção era capaz de colmatar as necessidades desta urbe, bem como as das que a circundavam, a sua distribuição a todas as zonas do país era, evidentemente, impossível. Porém, a novidade produtiva rapidamente se espalhou a outras zonas do país, cuja imensa produção lisboeta não conseguia alcançar. Outras cidades desenvolveram a suas próprias olarias, possivelmente com saberes originários dos mestres que já desenvolviam a técnica em Lisboa.

A produção cresceu de tal forma que em 1672 existiam 11 olarias na freguesia de Santos-o-Velho, número que se crê ter mantido até meados do século XVIII (Mangucci, 1996). Com o crescimento da produção assiste-se à democratização do consumo. O que em finais do século XVI era conotado com a louça de Talavera, Veneza e porcelana da China, cujos preços permitiam apenas o consumo das elites, a partir do segundo quartel do século XVII (ilação retirada das informações fornecidas por contextos arqueológicos, onde este tipo de louça se torna abundante) consegue chegar às camadas menos favorecidas da sociedade. Casas, cozinhas, tabernas, refeitórios de freiras pobres, orfanatos, boticas e hospitais passaram a consumir grandes quantidades de faiança com as suas mais diversas decorações.

É-nos no momento actual da investigação, impossível atribuir produções a oleiros específicos em Lisboa. Esta tentativa foi feita por João Pedro Monteiro que defendeu que as peças contendo as armas de D. João IV e D. Luísa de Gusmão, podem ter sido realizadas na olaria de Luís de Moura, em Santos-o-Velho, atendendo que aquele oleiro, desde 1641 detinha o ofício real de oleiro de azulejo e louça pintada (Monteiro, 2002, 59). Ainda que esta atribuição seja tentadora não existe qualquer confirmação da sua veracidade.

Só recentemente, e através do contributo da arqueologia, tem sido possível determinar as características das produções dos três centros produtores. Estas conclusões foram retiradas através da análise de peças encontradas em arqueossítios relacionados com a produção, ou seja, caqueiros nas proximidades das olarias.

Em Lisboa foram identificados três sítios com vestígios de produção. No Largo de Jesus, freguesia das Mercês, no Largo de Santos, freguesia de Santos-o-Novo e na Rua de Buenos Aires, freguesia da Lapa. Alguns anos antes, durante as obras de construção do restaurante do Museu Nacional de Arte Antiga foram identificados vestígios de manufatura e recolhidos alguns fragmentos em biscoito por Rafael Salinas Calado. Até à identificação destes locais, a caracterização das produções lisboetas baseavam-se nos artefactos recolhidos em escavações pela cidade que, devido à proximidade do centro produtor, seriam certamente produções locais (Sabrosa e Santo, 1992; Fernandes e Carvalho, 2003).

A cerâmica recolhida obedece ao que se esperava das produções lisboetas. Numa análise macroscópica as pastas apresentam uma tonalidade branca amarelada, sobretudo nas peças de boa qualidade, podendo ser algo rosada em algumas peças, possivelmente devido à mistura de barros. É homogénea e compacta e a incidência dos seus elementos não plásticos baixa. Aqueles são quartzosos e micáceos, de reduzidíssimas dimensões, pelo que acreditamos que grande parte seria natural. A aplicação de elementos não plásticos quartzosos ocorria através do emprego de areia que facilitaria o enxugo sem quebrar a peça. Raramente surgem pequenos fragmentos de cerâmica vermelha moída que, pela sua fraca ocorrência, deviam ser acidentais.

Os esmaltes apresentam excelente qualidade, com elevada percentagem de estanho aumentando a sua opacidade, alvura e brilho. Caracterizam-se igualmente por uma espessura generosa e, na maior parte das vezes, elevada aderência. O craquelet é reduzido e largo ou inexistente. Em alguns exemplares notamos um revestimento estanífero de menor qualidade. Estas peças são recuperadas em contextos como lixeiras e casas menos abastadas pelo que é possível que uma produção menos cuidada fosse destinada a gentes com menor poder de compra.

No que concerne aos óxidos utilizados na produção de tintas, a percentagem empregue devia ser um pouco mais reduzida que em Coimbra ou em Vila Nova pois tende a apresentar uma tonalidade ligeiramente mais clara. No entanto, a mesma peça

pode apresentar diferentes tons de azul, pelo que é possível que diversas tintas, como diferentes quantidades de óxidos coloridos podiam ser utilizadas na mesma peça.

O primeiro local onde foram escavados, com metodologia arqueológica, vestígios de olarias, foi no Largo de Jesus, junto à Calçada do Combro, intervencionado em 2005 por Maria João Santos, aquando das obras de requalificação do largo. Não foram identificadas estruturas que se possam conotar com olarias, no entanto, recolheram-se diversos pedaços da fornalha de um forno que ali existiria nas proximidades. A ausência de uma estrutura de produção levou a que não fosse dada a devida importância ao achado como os primeiros vestígios de olaria de branco identificados numa intervenção arqueológica lisboeta (Santos, 2007).

As evidências materiais recolhidas revelaram restos de diversos tipos de cerâmica, desde produções vermelhas comuns, a faiança, com vestígios de biscoito, trempes e caixas de protecção de cerâmica vidrada que evidenciam a produção de cerâmica esmaltada.



Prato em biscoito recolhido no Largo de Jesus (foto L. Sebastian).



Prato esmaltado recolhido no Largo de Jesus (foto L. Sebastian).

As peças exumadas são maioritariamente pratos sub-trococónicos e taças hemisféricas. Aquelas apresentam formas que se enquadram dentro do que geralmente era atribuído às olarias lisboetas ainda que tenham sido identificadas algumas formas que, até ao recentemente, haviam sido classificadas como espanholas, nomeadamente os pratos com fundo em ônfalo e os pratos com bordo côncavo. As decorações surgem em peças com abas divididas em cartelas onde se destacam os reticulados e os crisântemos,

no que comumente se designa por inspiração oriental, sendo os fundos dos pratos preenchidos com paisagens e representações zoomórficas. Surgem ainda peças decoradas com espirais e variados fragmentos com decoração vegetalista de fetos e grandes folhas.



Peças recuperadas no Largo de Jesus mostrando decoração de influência oriental (seg. Santos 2005).

Foram recolhidos alguns exemplares de caixas, dentro das quais era cozida a cerâmica pela segunda vez. Associado aos vestígios de produção foram recuperados diversos trempes, de diversos tamanhos, que deviam ser utilizados dentro das caixas.



Prato decorado com pequenas espirais recolhido no Largo de Jesus (seg. Santos 2005).



Prato decorado com fetos e grandes folhas recolhido no Largo de Jesus (seg. Santos 2005).

A proximidade do Largo de Santos com a zona produtiva Ocidental de Lisboa levou-nos a contactar a ERA – Arqueologia Lda., assim que tomámos conhecimento daquela intervenção através do site da empresa, que em inícios de 2009, procedeu a um acompanhamento naquele local. A falta de conhecimento por parte dos arqueólogos envolvidos da importância daquela zona na produção oleira do século XVII, levou-os a ignorar a quantidade de evidências de caqueiro ali recolhidas. No entanto, a observação dos vestígios permitiu a identificação de diversos fragmentos em chacota e várias caixas onde se cozia louça vidrada.



Taça com decoração de inspiração oriental e prato com pequenas espirais recolhidos no Largo de Santos (fotos T. Casimiro).

Quanto à faiança ali recolhida, ainda que muito fragmentada, ela dá-nos a indicação de se tratar de despejos de finais do século XVII atendendo às peças que se caracterizam por um recurso ao manganês. Predomina a decoração das contas e as faixas barrocas com contornos a vinoso.



Prato com rendas e prato com contas recolhidos no Largo de Santos (fotos T. Casimiro).

No que concerne decoração vegetalista surgem as grandes pétalas e os fetos e ainda alguns fragmentos com rendas. São raras as peças de influência oriental, ou pequenas espirais, limitando-se a pequena taça e parede de prato. As formas correspondem a pratos, taças, covilhetes e um exemplar de gargalo de garrafa, semelhante à peça recolhida na escavação de Narrow Street.

Em inícios de 2010 a empresa Neoépica efectuou um acompanhamento na Rua de Buenos Aires, coordenado por Nuno Neto, onde identificou os vestígios das minas de extracção de barro que era efectuado entre os Prazeres e a Estrela. Sabemos através da documentação que os oleiros, ou pessoas responsáveis pela extracção de argila, eram obrigados a preencher os buracos que deixassem em aberto com entulhos, ou seja, restos de produção das olarias. Fora exactamente esses restos identificados na intervenção arqueológica. Dentro destas minas, depois da extracção da matéria-prima, foram colocados fragmentos de biscoito, louça vidrada, caixas, trempes e cravilhos que não chegaram ao fim do processo de fabrico e, por alguma razão, se quebraram a meio. A colecção encontra-se a ser estudada por Guilherme Cardoso, com o apoio científico de José Meco.



Prato decorado com a espada de Santiago, recolhido na Rua de Buenos Aires (foto L. Sebastian).



Prato decorado com grandes folhas, recolhidos na Rua de Buenos Aires (foto L. Sebastian).

A maioria das peças exumadas encontrava-se ainda em biscoito, pelo que acreditamos que esta devia ser um dos momentos em que muita da louça se quebrava. De facto, após sobreviver a este momento, a segunda cozedura devia ser menos agressiva, atendendo ao facto que as peças estavam acondicionadas dentro de caixas. A maioria das formas identificadas são pratos com forma sub-troncocónica e taças

hemisféricas, ambos com pé baixo e anelar, bem como algumas peças distintas como um prato de pé alto com decoração antropomórfica. Destacamos ainda a enorme quantidade de azulejos em chacota ali identificados pelo que suspeitamos que estamos perante os vestígios de um dos 28 fornos mencionados em *Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa* onde se cozia louça e azulejo.

A natureza das peças revela que estamos perante uma olaria de produção quotidiana, cujo produto abasteceria o mercado lisboeta e regional. Na verdade, não identificámos nada na produção que nos indique tratar-se do que foi designado de louça que “*ia de carregaçam para fora da barra*”. Atendendo à decoração das peças podemos colocá-las nos período entre 1650 e 1670.

Destacam-se pelo seu número os pratos e taças decorados com semicírculos concêntricos, as grandes pétalas e a Cruz de Santiago, comuns neste período produtivo e muito semelhantes ao exemplar que foi recolhido em escavação na Rua dos Bacalhoeiros e em naufrágio junto à Ilha do Sal em Cabo Verde.



Taça com decoração de semicírculos concêntricos, recuperada na Rua de Buenos Aires (foto L. Sebastian).



Pratos fundidos, decorados com grandes pétalas, recolhidos na Rua de Buenos Aires (foto L. Sebastian).

A decoração vegetalista apresenta as grandes pétalas que alternam com flores de crisântemos, mas numa solução já não inspirada nas peças chinesas, mais ao gosto europeu, tal como na Rua dos Bacalhoeiros. Este contexto, escavado em 2006 pelos arqueólogos do Museu da Cidade, mostra peças muito semelhantes a esta oficina pelo que as suas produções deviam ser das mais comuns na capital (Fernandes, Marques, Filipe e Calado, 2006). Apenas um fragmento com rendas foi recolhido na Rua de Buenos Aires, mostrando aquele elemento decorativo ao estilo das produções lisboetas. As rendas são efectivamente um dos motivos através dos quais é possível distinguir os centros produtores entre si, distinguindo-se claramente das produções de Coimbra ou

Vila Nova. De destacar a ausência de aranhões, que sabemos que ainda se fabricavam nesta cronologia, o que nos leva a crer que algumas oficinas se podiam especializar em determinadas decorações enquanto outras se dedicavam a outras.



Taça decorada com teoria de semicírculos, recuperada na Rua dos Bacalhoeiros (foto L. Sebastian).



Prato decorado com grandes pétalas, exumado na Rua dos Bacalhoeiros (foto L. Sebastian).



Prato decorado com grandes folhas, recuperado na Rua dos Bacalhoeiros (foto L. Sebastian).



Prato com rendas, recolhido na Rua dos Bacalhoeiros (foto L. Sebastian).

IV.6.2. Coimbra

A produção de cerâmica em Coimbra encontra-se documentalmente comprovada desde, pelo menos, 1203, com a existência de olarias e fornos junto às portas de Almedina, logo, perto do Mondego (Tavares, 1982). No final da Idade Média, o núcleo das olarias situava-se na freguesia de São João de Santa Cruz, sobretudo nas Rua da Moeda, Rua da Madalena, Rua de Estevão Nogueira e Terreiro das Olarias, como se determina através do *Livro da Repartição das sisas do ramo desta cidade de Coimbra para 1567*, que ali enumera diversos oficiais. No entanto, existiam oleiros noutras freguesias, ainda que, em menor número, nomeadamente em Santa Justa e São Tiago (Carvalho, 1921, 58). Ao contrário do que aconteceu em Lisboa, o local de produção de louça, tanto vermelha como branca, localizou-se exclusivamente num local, onde as olarias já se localizavam pelo menos desde a Idade Média (Tavares, 1982, 14).

O ofício encontrava-se muito bem estruturado. A sobrevivência dos registos camarários mostra isso mesmo, através de diversa legislação. É a única cidade do país onde existe um documento de vereação a explicitar claramente que nenhum oficial mecânico, incluindo oleiros e malagueiros, poderia abrir uma tenda sem ter licença da câmara, que seria obtida através de uma carta de examinação, assinada pelos juízes dos ofícios. Aquele documento seria *perpetuo em dias da vida de cada huu oficial e não serão obrigados a pedir nehua outra licença Em qumto uzare seus officios* (Carvalho, 1921). Todavia, alguns oleiros a trabalharem naquela cidade, haviam adquirido as suas cartas de examinação em Lisboa e só depois se haviam deslocado para aquela cidade, pelo que adquiriram a sua experiência na capital, levando os seus conhecimentos mais a norte e ali incentivando o desenvolvimento da indústria.

Tal como em Lisboa, os ofícios de oleiro e malagueiro eram distintos, possuindo juízes próprios, ainda que, segundo algumas cartas de examinação, um mesmo artesão pudesse reunir ambas funções.

A primeira exactidão documental para a produção de faiança em Coimbra remonta a 1608, quando Pedro Fernandes recebe carta de ofício para produzir *malga branca de Talaveira* (Carvalho, 1921, 125). Já devia a manufactura daqueles objectos ter começado alguns anos antes. Teixeira Carvalho refere que encontrou documento de

1603 onde a produção de faiança é indicada como uma indústria recorrente, mas não indica a sua localização (Carvalho, 1921, 128). Cremos que se tratava de diploma acerca da venda de louça onde se especifica que “*ninguém vendesse lousa vidrada nem de barro nem branca senão os próprios donos e oleyros e malegeiros suas mulheres que a lavravam e faziam*”. Pela primeira vez num documento há a clara distinção entre louça comum, louça vermelha vidrada e louça branca. No mesmo ano, surge uma carta de desistência de um pintor de louça, pelo que vemos que a faiança era já uma produção recorrente (Carvalho, 1921, XXVI).

O ofício de louça vidrada era regulamentado desde meados do século XVI e a produção de louça branca devia ser uma realidade generalizada desde, pelo menos 1584. Em Dezembro daquele ano, a carta de examinação de Brás Miguel refere a sua especialização como malagueiro de verde e amarelo: “*Aos vyme e huu de Dezembro foy passada carta de examynação a Brás Miguel morador nesta cidade para servir o officio de malegueiro das obras que pertencem ao dito officio por quanto foy examinado e isto de malega verde e amarela. E jurou fazer verdade ao povo no dito officio no dito dia mês ano. Bras Miguel*” (Carvalho, 1921, 56). Haveria necessidade de distinguir estas malegas se não se efectuasse já louça branca?

Ainda que não se produzisse faiança é provável que muita da louça vidrada mencionada na documentação fosse efectuada com barro branco, permitindo o aspecto de louça *malagueira*, pois no regimento de 9 de Julho de 1571 determina-se que “*o barro para a louça vidrada fosse uma mistura de duas partes de barro da Póvoa e uma de barro de Treixomil*” (Carvalho, 1921, 53). Esta hipótese avança-se pois a documentação, quando se refere à recolha de barro branco, denomina os locais de Treixomil, Póvia e Adémia. Ainda segundo este documento os oleiros, antes de executar qualquer peça, eram obrigados de chamar os juízes que confirmariam as proporções das misturas na pasta. Atenda-se à data do documento, lavrado apenas um ano antes do regimento dos oleiros de Lisboa, que já organizava o ofício de oleiro de louça branca de Talavera.

No regimento dos malagueiros de 1556, fala-se de louça fabricada com duas partes iguais de barro branco, uma de Trouxemil e outra da Póvoa. Apenas três anos depois, em 1559, um novo regimento menciona que a “*lousa vidrada fosse primeiro cosida em branquo que fosse vidrada a qual louca farião e lavrariam dos baros dos*

sítios de treixomill e da povoa do bordallo misturando o dito baro tanto de huu como de outro”. Mais uma vez aqui se menciona o fabrico de louça branca, com barro de duas jazidas primárias. Num documento de 1609 é acordado que a louça vidrada a verde e amarelo só precisava de uma cozedura, não sendo necessário coze-la em branco, pelo que é possível que a mesma pasta branca fosse utilizada para ambos revestimentos, de chumbo e estanho, sendo a louça estanífera a única que necessitaria de uma segunda cozedura (Carvalho, 1921, XXXI). As mesmas jazidas continuaram a ser utilizadas durante muitos anos. Numa fábrica de faiança de finais do século XIX (Fábrica de Afonso Pessoa) utilizava-se na pasta: 20 partes de margas do Quarto, 13 partes de argilas da Póvoa e 3 volumes de Trouxemil (talvez por ser mais longe). Mas segundo Charles Lepierre, em finais do século XIX muitos oleiros ainda faziam as misturas ao acaso, sem se preocuparem em adquirir argilas das melhores jazidas (Lepierre, 1898, 99).

Todavia, as primeiras referências a louça branca, como bem produzido separadamente, e entendidas por diversos investigadores como faiança, implicando uma técnica diferente da louça que até então se fazia, surgem em inícios do século XVII. Em 1603 diz-se que a louça branca só pode ser vendida por quem a produzisse. Nos anos seguintes, diversas cartas de examinação a malegieiros de louça branca e pintores de louça são registadas nos livros da Câmara, pelo que acreditamos no rápido desenvolvimento da indústria. A primeira carta surge em 1608, aprovando Pêro Fernandes para o ofício de “*malga branca de talaveira*”. Eram fabricantes de faiança em Coimbra em inícios de seiscentos, por exemplo, o dito Pêro Fernandes, Manuel Bernardes, “*malagueiro de louça branca*”, Jerónimo Gomes, “*oleiro de louça branca*”, António Gomes, “*oleiro de louça branca vidrada e pintada*”, Diogo Simões, “*malegro de Málaga branca*”, Diogo da Silva, “*oleiro de louça branca*”, entre outros (Carvalho, 1921).

A referência à pintura de louça começa igualmente a ser frequente e em 1633 passa-se “*Carta de Malagreiro de lloussa branca e pintada de Manuel Gomes desta Cidade*”. Apenas alguns anos depois, em 1647, passa-se “*Carta de Examinasão a António Gomes malageiro oleiro de lousa braqua vidrada e pintada por passe de Tiotonyo da Motta e André Vas oleiros malegieiros juízes e exeninadores dos obreiros do dito ofício e seu termo*” (Carvalho, 1921, 130). Todavia, sabemos que a pintura de

louça raramente era feita pelos oleiros e na divisão do ofício aparece em Coimbra a figura do pintor de louça sendo o primeiro Manuel Antunes, registado em 1628 aquando do seu casamento.

As referências a esta produção tornam-se comuns na documentação, contudo, é no *Regimento dos Oleiros e Malagueiros* de 1623 que se mostra o quão organizada estava a indústria de louça branca e como se distinguia das demais produções oleiras. A primeira determinação deste regimento regulamentou que “*assim como há três officios de ollaria, s. de louça branca, verde e amarela, e de barro singello, que d’hora em diante haja em cada um destes officios seu juiz para examinar*”. Tal como ocorria no regimento de Lisboa, cerca de 50 anos antes, também este documento determinava que tipo de peças deveriam ser feitas por quem requeresse o exame. Parece-nos que o da capital era um pouco mais rigoroso, ainda que o de Coimbra exigisse “*uma botica com todas as peças que n’ella se requerem*”. No entanto a importância deste diploma não se esgota aqui pois dá ainda informações das alfaias que o oleiro devia possuir para abrir tenda, entre as quais destacamos “*moinho, fornalhas, colheres, pisões*” (Apêndice 2).

Coimbra é possivelmente a localidade para a qual mais informações documentais existem que nos permitem compreender a organização da produção oleira, sobretudo para o século XVI. No entanto, estas informações não nos ajudam muito na caracterização da produção de faiança, exceptuando dizer que o ofício de oleiro e mais tarde o de produtor de louça branca, se encontravam excepcionalmente organizados, com visitas frequentes dos juizes às oficinas, controlando a produção, desde o momento das misturas do barro, à primeira e segunda cozeduras.

Devido às más características do barro esta cidade enfrentava o grave problema de muitas fornadas saírem completamente quebradas pelo que as determinações camarárias chegam mesmo a decidir a qualidade dos barros empregues, bem como a sua quantidade, impondo elevadas coimas a quem não as cumprisse, chegando a mil reais e cadeia. Os custos de tais acidentes, atendendo à sua frequência, deviam ser consideráveis para a comunidade, perdendo-se semanas de trabalho. No entanto, os problemas resultantes da cozedura podiam não estar inteiramente ligados ao barro, mas igualmente aos fornos e ao tipo de cozedura.

Data de 21 de Março de 1556, o regimento dos malagueiros, que determinava que “*toda a louça que houvesse de servir ao fogo fosse feita com uma mistura de duas*

partes de barro vermelho e uma de barro áspero; que o barro branco empregado na louça fosse uma mistura de partes iguais do de Troixomil e da Póvoa; que os juízes do ofício assistissem ao desenformar da louça depois da primeira cozedura, verificassem se as misturas dos barros eram feitas como mandava o regimento, obrigassem a cozer a peças que achavam mal cozidas, não deixassem vidrar as peças em que a mistura dos barros não tivesse sido feita conforme o regimento, ou estivessem mal cozidas” (Carvalho, 1921, 19). É difícil aqui determinar se os oleiros de Coimbra já estavam a vidrar peças de barro branco. No entanto, mesmo que o fossem, falamos de peças que seriam muito possivelmente vidradas com vidrado de chumbo que não continha a percentagem necessária de estanho para se tornar opaco, pelo que não podemos engloba-la na designação de faiança, ainda que o seu aspecto visual fosse de alguma forma semelhante (Carvalho, 1921, 20).

A 26 de Maio de 1569 um novo regimento continua com as determinações contra a quebra excessiva de louça. Acreditando-se que o problema residia nas misturas dos barros, determina-se que oleiros e malagueiros não pudessem utilizar barro de São Martinho do Bispo e quem o tivesse em suas casas que se visse livre dele. A louça era feita com mistura de barro vermelho de Alcarraques ou de Antuzede e uma medida de barro branco da Adémia. Determina-se que *“a louça vidrada seria feita com uma mistura de barro branco de Truxemil e da Póvoa do Bordalo (também barro branco) e primeira cozida em branco que vidrada”* (Carvalho, 1921, 21).

A mesma medida continua no regimento de 9 de Julho de 1571 em que a louça vidrada fosse uma mistura de duas partes de barro da Póvoa e uma de barro de Treixomil, sendo os malagueiros obrigados a chamar o juiz para verificar esta mistura antes de lavrar alguma peça. Os documentos generalizam a designação de louça vidrada, mas o barro era branco, pelo que podem de facto estar a referir-se a cerâmica de pasta branca vidrada.

Com o desenvolvimento da indústria de faiança em Lisboa, em finais do século XVI, alguns oleiros certamente que trouxeram esses conhecimentos para a produção coimbrã. Tentando satisfazer a demanda de louça pintada, vão alguns dos oficiais especializar-se a abrir as suas próprias oficinas. Note-se como na taxa dos malagueiros de 1573, na lista aparecem formas tanto de louça vidrada a verde e amarelo como alguidares vidrados, panelas vidradas, asados para cozer, vidrados por dentro, mas

também *maleguas vidradas por dentro e por fora de feição de porçolanas dellguada da borda a sinquo reis o par*. O documento não especifica se aquelas malegas eram brancas, ou verdes e amarelas, apresentando somente a forma das taças, no entanto, é nossa convicção que estamos perante produção de louça branca (Carvalho, 1921, IX).

Ainda que existam dúvidas não confirmadas desta produção, a verdade é que mesmo que ela tenha surgido em finais do século XVI, foi em inícios do século XVII que conheceu um franco desenvolvimento. A partir desta altura multiplicam-se as referências a oleiros que se dedicavam a esta produção, bem como a pintores de louça.

A 11 de Agosto de 1576, surge mais uma pista confirmando que Faiança Portuguesa já se produzia em Coimbra desde finais do século XVI. Aparece uma determinação municipal que obriga ao cumprimento do regimento de 1556. No entanto diz-se aqui que, quando se vidrasse louça com *alcanfor* poderia a cerâmica ser cozida uma única vez pois o vidrado de chumbo ficava melhor assim, que cozido duas vezes (Carvalho, 1921, 23). Isto leva-nos a pensar até que ponto as peças cozidas duas vezes seriam vidradas exclusivamente com chumbo ou podiam levar já estanho. A cronologia corresponde já à produção de cerâmica com revestimento estanífero em Lisboa (Carvalho, 1921, 27). A produção de louça devia ser tal que em 1607 houve a proibição de exploração de barro nos olivais, rossios, caminhos e serventias da cidade.

Os fornos em Coimbra obedeciam ao estilo italiano, rectangulares ou quadrangulares, semelhante ao que foi identificado nas escavações da Garagem Avenida (Cruz, 2003). Ainda que possam ter tido diferentes tamanhos, uma postura municipal de 1608 determinou que todos os fornos ditos pequenos, ou seja, que levassem menos de 50 feixes de lenha, teriam de ser desactivados e os oleiros obrigados a construir fornos maiores. A razão desta lei prende-se com o facto de aquelas estruturas não conseguirem atingir temperaturas suficientes para cozer a louça convenientemente, tornando-a quebradiça (Carvalho, 1921, XXX). A produção deve ter crescido imenso com a introdução da faiança, pois em 1603 surge uma postura municipal ordenando que todos os fornos de olaria possuam chaminés que defumem acima dos telhados das casas, pelo que já deviam ser em número suficiente para incomodar os moradores.

Ainda em finais do século XIX, a planta era quadrada e teriam chaminés laterais. Em 1898 o forno descrito por Lepierre seria quadrado com 2,90 a 3 m de lado, por 2,15 m de altura e “*a fornalha interior abobadada e com uma porta para introdução da*

lenha”. A porta era vedada com uma parede de tijolos durante a cozedura. Cada olaria teria dois fornos, um para chacota e outro para os vidrados que, segundo Lepierre, pode conter 1000 a 1200 dúzias de pratos ou tigelas. A cozedura dura cerca de 22 horas e consome 3500 a 3600 kg de madeira de pinho bravo” (Lepierre, 1898, 104).

Esta cidade teve sempre problemas com os regatões e venda ilegal de louça. A primeira determinação municipal relativa a este problema data de 15 de Março de 1556, embora faça referência a uma postura anterior que não ficou registada nas actas. A 21 de Março de 1579 determina-se que as mulheres a quem se havia proibido a venda de louça se possam desfazer dela até à Páscoa, sem risco de coima. Em 21 de Maio de 1583, nova postura determina que seria proibida a venda de louça, sob pena de três meses de prisão. A 31 de Outubro de 1584, decide-se que a multa de dez cruzados pelos regatões seria metade para a cidade metade para o acusador (Carvalho, 1921, 23). No ano seguinte, propõe-se ainda que só se pode vender louça nas olarias pois as restantes praças e tendas eram necessárias para a venda de outros bens (Carvalho, 1921, 24). O rendimento provindo da venda de louça de porta em porta era de tal forma proveitoso que numa postura de 19 de Fevereiro de 1556 refere-se que muitas pessoas deixavam os seus ofícios para fazerem regatões. Estas pessoas juntavam-se para aumentar o preço da louça, vendendo-a mais cara que nas olarias (Carvalho, 1921, 37). Esta lei foi passada várias vezes ao longo dos séculos XVI e XVII, pelo que devia efectivamente ser uma constante a sua fuga. Isto era válido tanto para a louça produzida em Coimbra, como para a louça importada.

O preço das peças era taxado na taxa dos oleiros como aconteceu em 12 de Novembro de 1572 em Coimbra, ou a taxa dos malagueiros, aprovada a 11 de Setembro de 1573. Esta era uma faceta comum a muitos ofícios e não apenas aos oleiros. Quem não cumprisse os preços aqui determinados pagava mil reais de multa e cadeia (Carvalho, 1921, 22) Existe a possibilidade de a cada ano a taxação ser feita com base nas produções de um único oleiro e oficina, pelo que os restantes teriam de se guiar por ali, como ocorreu a 16 de Novembro de 1583 quando se taxa em oito reais cada peça de bacio e malega do malagueiro Jorge Fernandes. O não cumprimento desta postura dava coimas que podiam ascender a mil reais ou mesmo a vergonha no pelourinho (Carvalho, 1921, 25). As taxas eram estabelecidas pelos vereadores e dois homens de casa ofício,

possivelmente juizes. O preço era determinado consoante o preço dos mantimentos e das matérias-primas (Carvalho, 1921, 35).

Nos últimos anos têm sido efectuadas diversas escavações na zona ribeirinha de Coimbra onde sabemos terem-se localizado as olarias daquela cidade, nomeadamente na Avenida Fernão de Magalhães. Infelizmente, a maior parte delas não foi alvo de um correcto acompanhamento arqueológico, pelo que as informações retiradas têm como fonte alguns arqueólogos que por ali passaram, ao invés de relatórios ou publicações. O caso mais mediático foi talvez o do antigo “Bota-a-baixo”, onde diversos vestígios de olarias foram literalmente destruídos, aquando da construção da Loja do Cidadão. No entanto, existem ainda algumas intervenções das quais podemos efectivamente tirar informações. A Garagem Avenida foi escavada em 2003. Ainda que o acompanhamento arqueológico só tenha começado após o início das obras, estimando-se que cerca de ¼ do local tenha sido destruído, foi reconhecida zona de despejos de olaria seiscentista, com milhares de fragmentos de faiança e chacota. No local identificou-se ainda a base de forno de cerâmica que, pela cronologia apontada no relatório, parece pertencer a finais do século XVII, inserido em pátio que se localizava ao lado de estrutura rectangular, possivelmente uma casa (Cruz, 2003). Foram reconhecidos diversos fragmentos em chacota e mesmo após o “banho” de vidrado, já com a decoração delimitada que, por alguma razão, se partiram, bem como diversos trempes, evidenciando local de produção. A par destes elementos foram recolhidas diversas peças já vidradas.

Até esta descoberta a distinção dos fabricos era feita com base nas escavações efectuadas em locais da cidade nomeadamente o mosteiro de Santa Clara a Velha, com conhecidas intervenções e cujo espólio cerâmico englobava muitas produções locais, ainda que o número de peças oriundas de Lisboa seja igualmente significativo. No entanto, não podemos descurar da importância que estas intervenções tiveram na identificação das produções coimbrãs e sobretudo pelo facto de as mesma se encontrarem expostas em núcleo museológico e de fácil acesso ao público generalista.

Tentando encontrar uma definição para as produções de faiança de Coimbra sentimo-nos tentados a reutilizar a expressão utilizada por Artur Sandão que a caracteriza por uma “robustez descuidada”. De facto, esta será a principal característica

da maior parte das produções daquela cidade, sobretudo quando as comparamos com a louça estanífera produzida contemporaneamente em Lisboa ou Vila Nova.

Ao contrário daquelas duas cidades, que apresentam uma pasta clara e amarelada, a cerâmica de Coimbra oferece pastas rosadas claras ou mesmo escuras, nas peças de menor qualidade. A razão para tal prende-se claramente com a fraca incidência de barreiros de argilas claras que, segundo a documentação provinha exclusivamente de Trouxemil e da Póvoa, a alguns kms de distância. Tentando rentabilizar o barro, juntavam-se-lhe argilas de outras proveniências, mais ricas em óxidos de ferro e menos indicadas para a produção de louça esmaltada. Destaca-se ainda esta cerâmica pelo elevado número de elementos não plásticos, sobretudo quartzosos e cerâmicos, de grandes dimensões. O revestimento da louça apresenta um baixo valor de estanho o que lhe confere uma espessura, brilho e alvura menores, originando um maior “descasque”. Esta qualidade menor origina ainda um craquelê denso, tipo rede.

O azul em Coimbra apresenta-se mais escuro e com menos variedade cromática que nas decorações dos outros centros oleiros. A razão prende-se certamente com uma menor atenção dada ao fabrico das tintas, em que os metais não deviam ser oxidados nem moídos com o mesmo afinco. Ainda que as peças das escavações por nós observadas não tenham mostrado sinais de amarelo na sua coloração, autores existem que acreditam que aquele devia ser de uma tonalidade escura, quase alaranjado (Pais, Pacheco e Coroadó, 2008). Na verdade não cremos que as peças presentes no Museu Nacional Machado de Castro possam comprovar esta teoria, visto que elas podem claramente ser oriundas de Vila Nova ou Lisboa e a sua presença no museu de Coimbra não comprova a sua origem local. No entanto não podemos afirmar taxativamente que esta não era uma cor utilizada nas olarias coimbrãs.

Na verdade, ainda que seja possível estabelecer alguma confusão entre as peças de Lisboa e Vila Nova, as produções de Coimbra são claramente distinguíveis através das características físicas, mas também decorativas. A colecção observada tratou-se do espólio exumado na Garagem Avenida e depositado nas instalações do IGESPAR, em Pombal. Pelas peças recolhidas pudemos datar a colecção como produzida entre 1630 e 1700, ainda que com algumas peças residuais que podem ser datadas dos séculos XVIII e mesmo XIX tais como as pseudo-epígrafes; louça dita do Briosó ou a imitação do estilo inglês *shelledge ware*. Ainda que as peças tenham como indicação nos sacos a

unidade estratigráfica, o relatório não nos ajuda a perceber sobre quais as mais antigas ou mais recentes, o que efectuámos com base em paralelos de intervenções bem datadas, sobretudo em São João de Tarouca (Sebastian e Castro, 2009). As temáticas dos motivos apresentados são em muito semelhantes aos que foram registados nos outros dois centros produtores, no entanto, com muito menos apuro no desenho. Na verdade, é possível que Coimbra fosse buscar a sua inspiração decorativa à capital.

Predominam os pratos subtruncocónicos com pé baixo e anelar ou com fundo em ônfalo e as taças hemisféricas, igualmente assentes em pé anelar.

Os aranhões e crisântemos são semelhantes às produções lisboetas deste período, mas menos requintadas. O mesmo estilo se observa nos brasões com limites menos requintados ou nas legendas.



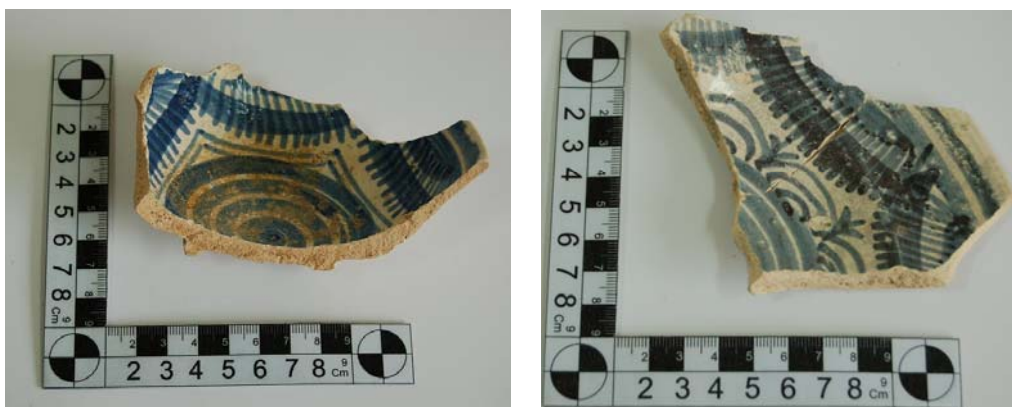
Taça e prato com decoração de inspiração oriental, recolhidos nas escavações da Garagem Avenida (foto L. Sebastian).

A decoração conta ainda com numerosos fragmentos com semicírculos concêntricos, contas e rendas que, ainda que sejam comuns em Lisboa e Vila Nova, mostram características peculiares a este centro.



Prato e taça, decorados com teoria de semicírculos, recolhidos nas escavações da Garagem Avenida (foto L. Sebastian).

Existem certos tipos de decoração vegetalista e geométrica que não identificámos em mais nenhum outro centro produtor pelo que pode ser exclusiva a Coimbra.



Taça e prato com decoração rendas, recolhidos nas escavações da Garagem Avenida (foto L. Sebastian).



Garrafa com decoração de espirais e prato com decoração de contas, recolhido nas escavações da Garagem Avenida (foto L. Sebastian).

Ainda que menos recorrentes surgem alguns fragmentos de cerâmica mais cuidada, sobretudo de inspiração oriental ainda que as características técnicas das peças as afastem das produções lisboetas e vilanovenses pelo que serão claramente coimbrãs.



Prato decorado com grandes pétalas, recolhido nas escavações da Garagem Avenida (foto L. Sebastian).



Pratos com decoração armoriada recuperados nas escavações da Garagem Avenida (foto L. Sebastian).

Distingue-se pela utilização de vidrados crus, cujas características, resultado da sua preparação e matérias-primas utilizadas, confere aos objectos um fundo leitoso, opaco, que os distingue da produção de outras regiões, nomeadamente de Lisboa onde os vidrados são brilhantes.



Pratos com decoração vegetalista, recuperados na escavação da Garagem Avenida (foto L. Sebastian).



Prato e taça, com decoração vegetalista, recuperados na escavação da Garagem Avenida (foto L. Sebastian).

A partir do século XVIII, com as reformas pombalinas, inicia-se a produção de uma cerâmica mais fina em Coimbra, comumente denominada Vandelli. No entanto a antiga produção não desaparece com a continuação através da dita cerâmica *ratinha* que ainda apresenta as influências das peças seiscentistas, pintada livremente à mão.



Prato decorado com grandes folhas e representação zoomórfica, recuperado nas escavações da Garagem Avenida (foto L. Sebastian).

IV.6.3. Vila Nova

Ainda que seja possível que tenha existido produção de louça na cidade do Porto, sobretudo cerâmica comum, o grande centro oleiro daquela região vai certamente desenvolver-se no outro lado do rio em Vila Nova. Satélite económico do Porto, possuía as suas próprias produções e indústrias. A produção oleira não era excepção e distribuíam-se pelas freguesias de Santa Marinha, Mafamude, Oliveira do Douro e Valadares. Já no século XV se produzia ali cerâmica. A 20 de Dezembro de 1460, comparece na Câmara do Porto, o oleiro Martim Gonçalves, vindo de *aalém* que reclama ter sido chamado para besteiro quando, devido ao seu ofício, estava escusado dessa obrigação (Cruz, 1942, 7).

Contudo, será em finais do século XVI que a indústria vai ser impulsionada, em muito devido ao início da produção de louça fina. Acredita-se que aqui esse desenvolvimento se deveu a oleiros de outras partes do país, nomeadamente Coimbra e Lisboa, que trouxeram consigo as técnicas já usadas noutros centros produtores. A título de exemplo sabe-se que Manuel Rodrigues, o Vianês, era já oleiro em Viana da Foz do Lima. Não se sabe em que ano chegou a Vila Nova ou quando ali começou a laborar, mas quando casou com Isabel Pereira em 1659, já exerceria o ofício. No entanto, já nessa altura a indústria se encontrava em pleno funcionamento desde, pelo menos, finais do século XVI. Crispim dos Santos e Manuel Simões, residentes em Vila Nova, respectivamente em 1670 e 1657, ambos oleiros, são oriundos de Coimbra, onde devem ter aprendido o ofício (Leão, 1999, 47).

A produção de louça vai desenvolver-se num dos mais importantes eixos urbanos daquela vila, a Rua Direita ou Coimbrã, actual rua Cândido dos Reis e nas ruas anexas, nomeadamente a travessa da barroca. A presença de casas de oleiros e suas oficinas é bem visível num empraçamento de casas que Domingos Gonçalves, oleiro faz em 1604. “Era uma *temda de oleiro e o seu alpendre e reço e hu forno de cozer lousa que esta tudo sito na travessa da barroqua que dava aos deste lugar para o mostrº da Serra a qual temda pte da banda do mar cõ cazas de Ana Jorge entre as quaes cazas e a ditta teda esta hua seruentia que vai para p quintal de Joam Valadares carneiro pêra a dita travessa da barroqua e o corredor por cima das paredes da dita seruentia te entestar na parede da cada do dita Ana Jorge e delle domingos gonçalves e da banda*

do monte que he da nascente p te com outra temda de olaria que elle domingos gonçalves deu a sua filha Barbara que ella renunciou sua vida nas mãos do senhorio e elle a deu a bastião Ribeiro oleiro a hora da pesue (...)” A casa tinha ainda por vizinho, a nascente, Manuel Ribeiro, oleiro e a poente Pascoal Pereira, oleiro (Leão, 1993, 50). Em 1640, Antónia Sobrinha arrenda ao oleiro Manuel Fernandes o Gago na rua “Coimbram, hua morada de cazas e hu sobrado e hu forno de oleiro na viella q vai para o mosteiro da Serra iunto a Cruz do Sacramento” (Leão, 1993, 50). Em 1660, Miguel de Castro e Simão de Sousa emprazam umas casas sobradadas com quintal e “casa da fornalha em que se coze louça sitas no lugar de villa nova na traueessa que vay para a igreja de Santa Marinha”. Pagavam de forno anual mil e oitocentos reis e mais “hua dúzia de louça fina seis pratos e seis tigellas”.

Em 23 de Abril de 1695 foi assinada carta de doação e nomeação de casas que fez Maria Monteiro a seus sobrinhos na qual constavam duas casas “*umas térreas que servem de fornos de louça; outras de sobrados místicas, na viela que vai do cabeçudo para o caminho da fervença. Os fornos seriam usados para o ofício de olaria e fazendo louças pagando o aluguer justo*” (Leão, 1999, 31).

Todos os oleiros de que temos notícia são moradores na freguesia de Santa Marinha que engloba as principais ruas daquela localidade. Ainda que com uma densa malha urbana e elevado número de casas, Vila Nova foi certamente a melhor escolha para a localização do centro oleiro. A proximidade do rio permitia a importação de matérias-primas e exportação dos produtos acabados e o seu afastamento do Porto, afastava do centro da cidade um ofício sujo e poluidor.

Não havia barro branco na zona do Porto. Vila Nova encontrava-se numa situação privilegiada para o receber através do Douro. Destaca-se entre as diversas entradas de barro no porto uma descarga, em 1647, “*pera oleiros de lousa branca*”, no entanto são frequentes os carregos marítimos de barro da capital para Vila, sobretudo durante o século XVIII, visto que a centúria anterior encontra graves lacunas nos registos portuários. Os Livros das Visitas de Saúde às Embarcações que entram na barra do Porto registam muito destes carregos, alguns deles trazendo exclusivamente barro para oleiros pelo que justificariam a nível económico transportar este bem. Sabe-se através da captura de um destes navios por corsos franceses que estes barcos abasteciam

diversas olarias. Em 1723 há uma desordem no cais aquando da descarga de barro para “oleiros de louça branca” (Leão, 1995, 41).

Porém estas não são as únicas importações que deixam transparecer uma próspera indústria cerâmica. O chumbo era um bem adquirido com frequência na cidade e mesmo que nem sempre essas aquisições fossem destinadas às olarias da área portuense é de notar em 1674 o litígio entre Manuel Rosa e Manuel João, o Mudo, oleiros e Domingas Luís, Fabiana de Almeida e Marinha Antónia, viúvas oleiras e os mercadores estrangeiros João Clavet e João Martins, moradores no Porto, “sobre hua partida de chumbo que dizem lhes estão deitando” (Leão, 1995, 42). De notar ainda a entrada frequente, trazidas por mercadores estrangeiros, de “pedra azul para oleiros ou tinta para oleiros”.

Tal como em Lisboa e Coimbra é difícil determinar quando se iniciou a produção. A primeira notícia de um forno naquela zona remonta a 1605, quando Cristovão Fonseca vende a Manuel Gonçalves, “hu assento de cazas e o seu quintal p’ra trás dellas q estyão citas neste lugar da povoação noua na Rua direita della que se chama assento do oleiro e resto de hu forno de oleiro no dito quintal o que tudo he propriedade do mosteiro das donas de São Domingos de Vila Nova” (Leão, 1995, 42). Segundo Manuel Leão, já em finais de quinhentos, cada olaria possuía o seu próprio forno, e não podemos descartar a hipótese de se produzir louça esmaltada (Leão, 1999, 63). A produção de louça esmaltada era uma realidade nesta cronologia, pois em 1605 já se produzia azulejo. Naquele ano surge uma encomenda a Sebastião Ribeiro, o velho, que recebeu 4\$500 reis por 908 azulejos que fez para o altar do pátio, a cinco réis cada um, pagos pela Santa Casa da Misericórdia. Aquele oficial, cujo óbito se regista em 1637, é igualmente designado como oleiro, pelo que acreditamos que podia efectuar os dois tipos de manufacturas. Tal como em Lisboa, também em Vila Nova os fornos podiam cozer ambos materiais. O fabrico de ambos bens devia ser feito na mesma oficina, como atestam as actividades de José de Almeida e de Manuel João Mudo, pai e filho, oleiros de louça branca, mas igualmente de azulejos. Em finais de seiscentos estes dois homens exportavam centenas de dúzias de louça branca para o Brasil. Paralelamente recebiam encomendas de milhares de azulejos de padrão, pedidos para as igrejas de Vila Nova e do Porto, tal como se verifica no pedido de 1668, feito a Manuel

João pela Santa Casa da Misericórdia, para revestir as paredes da igreja que ficava na Rua de Santa Catarina das Flores (Vila, 1986, 23).

A manufatura de azulejo continua em franco desenvolvimento, pois em 1678 o azulejador Domingos da Rocha compra uma casa junto aos jardins do Marquês de Arronches (Leão, 1991, 23). No entanto, a qualidade daquele revestimento desvia ser inferior ao da capital, devido a técnicas mais desenvolvidas, ou artificies mais especializados, pois muitas vezes preferiam as casas portuenses pedir azulejo a Lisboa. Em 1643, os mordomos da Confraria de Nossa Senhora da Piedade encomendam azulejos à capital. Tragicamente, o barco que os transportou naufragou, perdendo-se a carga. Também a louça de Lisboa era mais apreciada e diversos mercadores portuenses recebiam encomendas de louça da capital. Note-se o caso de Gaspar Fernandes Lopes que recebeu uma encomenda de Baiona para 10 ou 12 dúzias de *tigellas de coroas de Lisboa*. Ainda que desconheçamos que tigelas coroadas são estas, acreditamos tratar-se da faiança com brasões, que tão apreciadas foram durante o século XVII (Leão, 1999). Por outro lado, de destacar que no rico e faustoso dote da filha de Pedro van Justeren, mercador flamengo residente no Porto, constavam louças de Lisboa (Leão, 1991, 23).

No entanto, as provas documentais incontornáveis para a produção de faiança surgem apenas em 1619, quando Baltasar Fonseca é designado como oleiro de louça fina, que acreditamos tratar-se de Faiança Portuguesa. Em 1621, Sebastião Ribeiro é designado como oleiro de louça pintada e em 1637 a mesma designação é dada a Sebastião Jorge. Manuel Roiz, pintor de louça, é preso na cadeia do Porto por pedido de Sebastião Jorge, oleiro de louça pintada, de quem era criado. As referências sucedem-se e em 1716, contrato de arrendamento de umas casas, efectuado por *Manuel Carneiro dos Santos, mestre do lousa branca e sua molher Tomasia Maria, moradores na rua direita*, mostra que a indústria continua ali instalada (Leão, 1999, 55).

Ainda que a produção tenha começado em finais do século XVI, é durante a centúria seguinte que o seu crescimento se torna exponencial. Esta afirmação tem como base não apenas as referências a oleiros de louça branca, mas igualmente o aumento da exportação de louça em direcção às colónias e parceiros comerciais, sobretudo o Brasil e a Galiza, mas com referências para Angola, Barbados, França, Espanha, Génova, Hamburgo, Inglaterra, e Terra Nova. Desde 1647 que os Livros de Portagem do Cabido da Sé do Porto registam a saída de centenas de dúzias de louça, surgindo, a partir de

1653 referências a louça branca e louça de Vila Nova, por oposição à louça de barro ou louça vermelha (Leão, 1999, 98).

Domingas Luís, viúvas do oleiro Manuel Mendes, que mais anos continuou a actividade do cônjuge, passa, em 1660, procuração ao seu irmão António Luís, morador nas Azenhas de Santo Antão, para cobrar a Manuel Louceiro, de Canedo, *ora assistente na villa de Guymarães dez mil nouecentos e oytenta reis q lhe esta a deuer de lousa que leuou de sua olaria de lousa branca* (Leitão, 1999, 113). Ainda que mulheres oleiras devam ter existido em todos os centros produtores, sobretudo aquelas que herdavam a olaria do marido, foi em Vila Nova que elas mais se distinguiram. Nomes como Catarina Sena, Luísa de Sousa, Maria Antónia, Isabel Pereira, a vianesa, Fabiana de Almeida, marinha Antónia, Maria Luís, Maria Ribeiro, Antónia Sobrinha, entre outras, cujo nome desconhecemos e que são mencionados pelo nome dos maridos, como foi o caso da viúva de Manuel Rodrigues Rosa (Leão, 1999).

É de supor que a produção de faiança se fizesse exclusivamente em Vila Nova, contudo não se podem ignorar os trempes identificados nas escavações da casa do Infante. A ausência de chacotas pode indicar que era uma produção de louça vermelha (Real e Reimão, 1996).

Até recentemente, tal como Lisboa, apenas documentação escrita nos permitia identificar áreas de produção que abastecessem aquela zona. Contudo, escavação pôs a descoberto, em Vila Nova de Gaia, no ano de 2001, complexo de estruturas, datadas da segunda metade do século XVII, conotadas com olaria. A intervenção, efectuada na actual Rua Cândido dos Reis, antiga Rua Direita, identificou os muros da casa, forno, lixeira, tanques e zona de preparação e amassar de barro. Entre os achados destacam-se as diversas mós já gastas que deviam moer os óxidos e elementos não plásticos. Os fragmentos recolhidos são essencialmente peças em biscoito e formas já terminadas, que devem ter quebrado no forno, os restos de produção. De destacar que a par das faianças foram encontrados muitos fragmentos de cerâmica comum e vidrados de chumbo o que pode sugerir uma produção conjunta (Almeida, Neves e Cavaco, 2001)

Ainda que carecendo de publicação que sistematize formas e decorações, as poucas informações obtidas através de fotografias e visualização de algumas peças exumadas, permite-nos identificar que tipos de peças eram aqui produzidos. Acreditamos que esta olaria, apenas uma de diversas que, segundo informações da

época, existiam naquela vila, não só alimentava as necessidades da área de influência do Porto, visto que peças semelhantes foram descobertas na Casa do Infante, (Dórdio *et. all.*, 2001), mas igualmente para outros países, a bordo dos navios que dali saíam diariamente carregados de vinho, mas cuja carga, era complementada com artefactos de menores dimensões.

A produção tentava imitar as obras de Lisboa, com os seus estilos e motivos decorativos. No entanto, se existiam algumas decorações que efectivamente conseguiam alcançar este objectivo e, em nosso entender, mesmo superá-lo (como é o caso da decoração das rendas), outras havia que ficavam certamente aquém, sobretudo em representações zoomórficas e antropomórficas.

A produção de louça em Vila Nova era variada, com a produção de diversas formas. Num prazo de arrendamento de uma propriedade na Rua Direita, abaixo do Cabeçudo, em 1723, Martim Afonso Barreto e mulher concedem prazo a Manuel Carneiro dos Santos e mulher Tomásia Maria Carneiro, oleiros de “*huas cazas sobradadas de dois sobrados com sua loge e forno de cozer louça*”. Ficou contratado que *elles cazeiros pagarião mais a elle senhorio de foro cada anno alem dos vinte e oito mil reis duas dúzias de pratos duas dúzias de pires e hua dúzia de covilhetes, e meia dúzia de pratos de meya cozinha tudo louça branca da mais fina que neste lugar se fabrica*”. Num outro documento pagava o aluguer de um forno mil e oitocentos reis ao ano, e mais “*hua dúzia de louça fina seis pratos e seis tigellas*” (Leão, 1999).

Segundo os documentos, as olarias vilanovences estariam a produzir pratos e tigelas de diferentes tamanhos. No entanto, as informações arqueológicas têm fornecido dados importantes que demonstram que tipo de formas eram efectuadas na margem sul do Douro. Nas escavações da olaria de Gaia foram identificados diversos pratos com forma subtruncocónica, tigelas hemisféricas e troncocónicas, covilhetes, garrafas e jarros, bem como algumas figuras

Como foi mencionado não existia argila branca nos arredores do Porto pelo que a argila utilizada nas olarias de Vila Nova era importada de Lisboa e possivelmente de Coimbra, utilizada na louça de menor qualidade. Esta característica faz com que a pasta empregada apresente características muito semelhantes com as das olarias da capital. As características da mistura revelam pasta homogénea e compacta com elementos não

plásticos naturais micáceos e quartzosos, mas com a adição intencional de outros tais como quartzo, através de areia fina, cerâmica branca e vermelha esmagada.

No que concerne o revestimento, os esmaltes apresentam-se de excelente qualidade com elevada percentagem de estanho pelo que a sua espessura, alvura e brilho são elevados não se assistindo a constantes destaques. No entanto, por alguma razão o esmalte e a pasta incompatibilizavam-se, visto que o craquelê destas peças é bastante elevado, mesmo característico deste centro produtor, dando um aspecto “rendilhado” à maioria das peças.



Taças com decoração de influência oriental, recuperadas nas escavações do Campo (seg. Gomes e Botelho, 2001).

No que concerne as cores utilizadas não se conhecem peças produzidas seguramente em Vila Nova que recorram ao amarelo, mas o azul tende a ser mais escuro que o da capital, o que pode implicar diferenças no tratamento dos óxidos ou cores, ou mesmo nas temperaturas de cozedura do forno, visto que esta matéria-prima, tal como o barro, era a mesma utilizada em Lisboa.



Pratos com decoração de rendas, recuperadas nas escavações da Rua Cândido dos Reis (foto L. Sebastian).

Uma das decorações mais utilizadas são claramente as rendas. Aquelas apresentam uma excelente qualidade estética e mestria, diferentes das rendas lisboetas e coimbrãs. Conhecemos exemplares azuis e azuis e manganês. No entanto, surgem outras decorações como os aranhões de inspiração oriental com o centro dos pratos decorado com imagens bucólicas onde figuras zoomorfos tais como coelhos. Outra das decorações registadas neste centro, tratam-se das grandes pétalas, igualmente comuns na cerâmica lisboeta. Registam-se ainda muitas peças com decorações geométricas.



Prato com decoração de grandes pétalas, recuperado na escavação da Rua Cândido dos Reis (foto L. Sebastian).



Prato com decoração vegetalista recuperado nas escavações da Rua Cândido dos Reis (foto L. Sebastain).



Prato com decoração vegetalista recuperado da Casa do Infan Dórdio, Teixeira e Sá, 2001).



Garrafa com decoração de espirais recuperada nas escavações da Rua Cândido dos Reis (seg. Almeida , Neves e Cavaco, 2001).



Prato com decoração geométrica recuperado nas escavações da Rua Cândido dos Reis (foto L. Sebastian).

IV.7. Formas

Não existe uma grande diversidade de formas produzidas em Faiança Portuguesa durante os séculos XVI, XVII e XVIII, no entanto, dentro delas a variabilidade é muita. No fundo a Faiança Portuguesa apresenta mais variabilidade no estilo e decoração do que necessariamente nas formas.

Não só a decoração recebeu influências exógenas, as formas também conheceram influências de outras produções. Como vimos as primeiras produções de louça estanífera em Portugal imitam fielmente as formas das peças espanholas, nomeadamente taças carenadas e pratos com fundo em ônfalo, que dominaram a produção até pelo menos, 1570 quando as formas e decorações conheceram alterações. Note-se como em regimento de 1573, lavrado em Coimbra, se exige aos malagueiros que produzam taças “*de feição de porçolanas dellguada da borda*” (Carvalho, 1921). A partir de finais do século XVI surgem novas formas como pratos subtruncocónicos e taças hemisféricas, ou garrafas periformes, semelhantes às formas de porcelana chinesa que chegavam à Europa nestas cronologias, e que se tornam as formas mais comuns das olarias nacionais. Certas peças apresentam ainda formas de animais tais como o aquamanil em forma de carpa presente na colecção do MNAA que é de clara influência oriental. Contudo, serão as influências europeias que irão dominar as formas fechadas com diversos jarros, jarras e garrafas.

Associado ao conceito de forma surge sempre a função. Dentro de uma casa as mesmas formas podiam possuir diversas funções. Isto é sobretudo frequente na louça comum, mas o mesmo podia ocorrer na faiança. A faiança servia sobretudo à mesa, na higiene pessoal e na botica, predominando as formas abertas como pratos e taças. A partir de meados do século XVII assistimos ao consumo de “colecções” de peças que se podem identificar como os primórdios das baixelas. Longe das variabilidade de peças que vai caracterizar a louça industrial a partir de finais do século XVIII, surgem pratos, taças e travessas com as mesmas soluções decorativas que seriam certamente empregues à mesa na mesma altura.

No entanto, existem certas peças, que pela sua qualidade física e ornamental não eram utilizadas no quotidiano, mas como peças decorativas, apreciadas pelo seu valor

estético. As peças recuperadas nos contextos estrangeiros, devido à sua beleza e ausência de marcas de uso, cumpririam certamente esta função. Note-se que nos Probate Inventories norte americanos as peças portuguesas referenciadas como *Lisbon Ware* são arroladas dentro dos armários, acompanhadas por peças de estanho e outras cerâmicas, claramente não destinadas ao consumo de alimentos (Willcoxon, 1999).

A própria natureza física das peças ajudava a esta distinção. Note-se como a documentação distingue entre a produção de louça fina e a de louça grosseira ou ordinária. Esta podia claramente ser a diferença de nomenclatura entre as peças de elevado valor e que seriam destinadas às classes mais abastadas, e as peças de uso quotidiano.

Durante muitos anos as peças guardadas em museus foram os únicos instrumentos de trabalho com os quais os diversos estudiosos puderam contar. Contudo, nos últimos 30 anos as peças exumadas dos contextos arqueológicos, têm fornecido informações preciosas, enriquecendo o rol de formas conhecidas. O regimento dos oleiros de 1572 fala da produção de mangas de farmácia, de diversos tamanhos, grandes pratos denominados *galinheiros*, garrafas, panelas e *albarradas* que, segundo Santos Simões, se tratam de painéis de azulejos com representações de jarras com flores (Simões, 1990). No entanto, No Elucidário de Viterbo são mencionadas como grandes jarras com duas asas, destinadas a conter águas e flores (Viterbo, 1865). Estas eram as peças que os oleiros necessitavam de executar na perfeição para passarem nos seus exames pelo que deviam ser as mais requisitadas e frequentes ou onde o grau de dificuldade aumentasse. Para além das formas mencionadas no documento, conhecemos pratos, taças, potes e jarras de diferentes tamanhos e formas, garrafas, caixas com tampa, escudelas, terrinas, canecas, bilhas e bacios. Diversas referências confirmam que os oleiros produziam louça e azulejo. Não apenas relembramos o facto de um oleiro para passar no exame ter de saber fazer uma *albarrada*, como a referência de Fr. Nicolau de Oliveira quando menciona que muito do azulejo produzido na cidade era cozido nos fornos de louça de Veneza, talvez por serem oriundo da mesma oficina. O tesoureiro da Irmandade do Santíssimo Sacramento, em 1647, era Luís de Moura *mestre da louça fina e azulejo* (Mangucci, 1996, p. 160).

Ainda que o nosso conhecimento das peças executadas em Faiança Portuguesa seja hoje muito amplo, não descartamos a hipótese de novas formas surgiram que

possam enriquecer ainda mais os nossos conhecimentos. Foram consideradas todas as formas reconhecidas em colecções museológicas, identificadas em escavações arqueológicas ou mencionadas na documentação dos séculos XVI a XVIII. A descrição da forma e função teve como base a utilização que ainda hoje se fazem destas peças, mas igualmente documentação relativa às cronologias em apreço, bem como funcionalidades atribuídas por outros autores que anteriormente se dedicaram a este assunto (Fernandes, 1999; Fernandes, 2001).

Albarrada – é um dos termos presente na documentação mais difícil de definir pois acreditamos que evoluiu ao longo dos tempos. Inicialmente designava uma forma fechada, tipo jarra, com duas asas, cuja função seria conter água, como está explícito no Regimento dos Oleiros de 1572 (Viterbo, , 44). No entanto, a partir do século XVIII, com o incremento da indústria do azulejo passa a designar um painel de azulejos onde aparece representada uma grande jarra com duas asas, contendo flores (Simões, 1965).

Almofia – referenciada no Regimento de 1572 refere-se a forma aberta tipo tigela troncocónica.

Almotolia – forma fechada, bojuda, que se traduz em pequena garrafa, com asa, cuja função principal foi a de servir azeite à mesa.

Aquamanil – recipiente fechado cuja função é conter água. Na Faiança Portuguesa é comum apresentarem a forma de animais ou animais fantásticos como a carpa da colecção do Museu Nacional de Arte Antiga ou a sereia e o cão da colecção Carmona e Costa (Pais, 58).

Arredoma – forma fechada destinada a conter água que se levaria à mesa ou se utilizaria numa botica, mencionada no Regimento dos Oleiros de 1572.

Bacia – forma aberta e redonda, destinada a conter água que lavaria o rosto e as mãos.

Bacia de barba – forma aberta, recortada no bordo, destinada a ser colocada junto ao pescoço, debaixo do queixo, durante a feitura da barba.

Bacios /Vaso de Quarto – forma fechada, destinada a ser utilizada no quarto como vaso sanitário, possuindo uma ou duas asas.

Bilha – forma fechada, bojuda, de corpo globular, gargalo alto, destinada a conter água, com uma asa

Boião e botica – forma fechada, mencionada no regimento dos Oleiros de 1572, cuja função seria a de conter ervas ou unguentos destinadas a serem usadas na indústria farmacêutica.

Bule – recipiente fechado, com corpo globular, boca larga, asa e bico curto, destinado a conter água quente ou chá.

Caixa – forma fechada podendo apresentar uma grande variabilidade de formas desde quadradas, a hemisféricas ou hexagonais destinadas a guardar bens no seu interior. Surgem quase sempre acompanhadas por uma tampa.

Campainhas – formas abertas, no feitio de sinos, no interior das quais esta pendurado um badalo.

Cântaro – forma fechada, com corpo globular, possuindo uma asa cuja função era conservar água. São mais frequentes em cerâmica comum, pois aquela permitia manter a frescura do líquido, e mais raramente em faiança (Carmona e Costa, p. 66);

Covilhete – forma aberta que se traduz numa taça de pequenas dimensões cuja principal função seria a de serem utilizadas para servir doces de leite. São mencionadas nas encomendas do Convento de São Salvador em Évora em inícios do século XVIII (Mangucci, 2007).

Escudela – forma aberta inserida na tipologia das taças, mas apresentando duas pequenas asas laterais.

Especieiro – forma aberta, de pequenas dimensões, cuja função era a de levar especiarias à mesa.

Estatuária – formas exulpidas a partir de um bloco de barro. Era na sua maioria religiosa, com a representação de santos, nossas senhoras e anjos. No entanto, mais raramente, surgem outras formas.

Fruteiras – forma aberta que se traduz por apresentar a mesma tipologia que um prato, ainda que com pé alto, muito destacado.

Galhetas – forma fechada, com pequeno bico, cuja função principal foi a de servir azeite à mesa

Galinheiros – mencionados no Regimento dos Oleiros de 1572, tratam-se de formas abertas, inseridas na categoria dos pratos, mas de grandes dimensões (pratos grandes) – regimento de 1572

Garrafa – forma fechada, de corpo globular ou ovóide e gargalo alto e estreito, destinada a conter líquidos que seriam servidos à mesa. Apresenta uma enorme variabilidade de formas que podem ser hemisféricas, piriformes (Carmona e Costa, p.42), cilíndricas, com carena no bojo (Carmona e Costa (p. 54); cilíndrica com carena no colo (Carmona e Costa, p. 64); tipo cabaça (Carmona e Costa, p 115), de secção quadrangular.

Jarra – forma fechada, de corpo globular, com duas asas, destinada a conter líquidos.

Jarro com bico – forma fechada, de corpo globular, gargalo alto, provido de asa, destinada a conter líquidos que serviriam à mesa ou encheriam as bacias de quarto. (Queirós, 1907, 54). Por vezes surgem associados a pratos que seriam colocados por baixo do mesmo (Carmona e Costa, 72)

Lamparina - recipiente aberto (Miranda, 87)

Malha de jogo – de forma cilíndrica, com contorno circular ou sub-circular e diferentes diâmetros destinadas a serem utilizadas em tabuleiros de jogo.

Manga de farmácia – forma fechada, tipo canudo, destinada a ser utilizada numa farmácia, contendo ervas e produtos medicinais.

Panela de botica – mencionada no Regimento dos Oleiros de 1572 tratava-se de forma fechada, destinada a ser utilizada na farmácia.

Pias de água benta – compostas por um recipiente destinado a conter água benzida que se suporta num espaldar que seria colocado na parede. Muitas das vezes apresenta dois pequenos orifícios que tinham como função a passagem de um arame ou cordel que depois prendia num prego na parede.

Pichéis – forma fechada, contendo uma asa, destinada a servir líquidos à mesa, sobretudo vinho

Pote – forma fechada, bojuda e globular, de diferentes dimensões destinada a conter líquidos ou sólidos no seu interior (Carmona e Costa, p. 50, 79)

Pratos – forma aberta, geralmente sub-troncocónica ou com fundo em ônfalo, de paredes baixas, assente em fundo de pé anelar, destinada a ser utilizada individualmente à mesa, no consumo de alimentos. Apresenta uma enorme variabilidade de diâmetros e o bordo pode ser recortado. As primeiras produções, em meados de quinhentos, apresentam paredes oblíquas e fundo em ônfalo evoluindo para formas subtruncocónicas a partir de finais do século XVI, que perduram até ao século XVIII.

Púcaro – recipiente fechado, com corpo globular e pequenas dimensões, provido de asa, destinado a ser utilizado individualmente no consumo de líquidos, sobretudo água. São muito frequentes em cerâmica comum ainda que se conheçam alguns exemplos em fainaça. Como o exemplar guardado no Museu da Cidade de Lisboa, recolhido nos contextos arqueológicos do Largo de Camões.

Taça – forma aberta, geralmente hemisférica ou carenada, assente em fundo de pé anelar, destinada a ser utilizada individualmente à mesa, no consumo de alimentos, mencionada como malga na documentação do século XVI. Inicialmente apresenta formas semelhantes às produções sevilhanas, com corpo carenado, assente em pé destacado e anelar, evoluindo, em inícios do século XVII para formas hemisféricas que perduram até ao século XVIII quando a produção de formas pequenas e abertas começa a ser dominada pelos covilhetes.

Tampa – de forma hemisférica ou troncocónica, apresenta uma pequena pega no centro superior e surge nas mais diversas dimensões. Serviria para tapar jarros, garrafas, caixas ou mesmo taças.

Terrina – forma fechada, destinada a servir alimentos líquidos, como sopa ou ensopados, à mesa. Era quase sempre acompanhada por uma tampa.

Tigela – forma aberta, geralmente de forma troncocónica, destinada a ser utilizada individualmente à mesa, no consumo de alimentos.

Tinteiro – forma fechada, de diferentes formas que podem variar entre hemisféricas, quadradas e hexagonais, destinadas a conter tinta para escrever.

Travessas – formas abertas, geralmente ovais, destinadas a servir alimentos à mesa.

Xaropeiras – recipientes fechados, com bico, destinados a servir medicamentos a doentes.

IV.8. Decorações

Uma das principais características da Faiança Portuguesa é certamente a sua decoração. Foi sobretudo através da análise estilística, mais que através da sua análise formal, que diversas conclusões têm sido retiradas a nível cronológico e cultural. Como tem sido observado desde os primeiros estudos, a ornamentação recebeu diversas influências exógenas, nomeadamente orientais e europeias que combinou com temas portugueses, em obras peculiares.

As influências estrangeiras na nossa faiança registam-se desde os primeiros momentos da produção. Por ser uma realidade geográfica tão próxima, as peças espanholas foram as primeiras a fornecerem interferências formais, no momento em que a louça esmaltada se distingue pela sua simplicidade decorativa. Esta proximidade cultural levou a que as peças espanholas fossem das primeiras a servirem de inspiração decorativa às produções portuguesas a partir de finais do século XVI.

É possível que estas influências tenham sido trazidas por oleiros espanhóis que, quando a indústria despertou em Lisboa, ali se dirigiram. Recordemos as *Notícias de Lisboa* de Manuel Severim Faria, onde afirma que um oleiro de Talavera veio para Lisboa e começou a fazer louça esmaltada, à semelhança da espanhola e chinesa. Foi certamente aquele oleiro apenas um dos muitos que se conduziram à capital portuguesa, trazendo técnicas e estilos espanhóis. Outros documentos confirmam ainda a presença de mestres flamengos.

Valência, através das olarias de Paterna e Manises, Barcelona, Sevilha, Málaga, Teruel e claro, Talavera, cujas produções sabemos terem sido uma constante no quotidiano dos portugueses, sobretudo nas classes mais abastadas, motivaram o desenvolvimento de alguns dos estilos decorativos na nossa faiança.

As primeiras peças manufacturadas em Portugal foram claramente influenciadas pelas olarias sevilhanas, sobretudo as taças carenadas e pratos com fundo em ônfalo isentos de decoração ou apenas com algumas linhas concêntricas azuis junto ao bordo. Esta imitação foi de tal forma fiel que até recentemente todas as peças exumadas em contextos portugueses até meados do século XVI eram consideradas espanholas. Mas as influências superaram a forma e penetram na decoração. As pequenas espirais, inseridas

em cartelas pseudo-geométricas, são possivelmente o motivo decorativo mais comum, dos que foram importados de Espanha. Aquele já havia sido utilizado na louça islâmica nasari e transportado pelos oleiros islâmicos para as olarias valencianas. No entanto, outros foram utilizados, tais como certos elementos geométricos ou semi-circulares recorrentes na louça do país vizinho.



Pote da colecção do Museu Nacional Machado de Castro e prato produzido em Talavera, finais do século XVI (seg. Caviro, 1984), apresentando a mesma solução decorativa.

A par da decoração espanhola, também de Itália, sobretudo de Montelupo e Veneza, chegaram tendências decorativas através da louça importada, que sabemos ter sido bastante apreciada em Portugal. Não nos podemos esquecer que inicialmente a Faiança Portuguesa era designada como louça de Veneza, possivelmente devido ao facto de terem sido executadas em fornos com as mesmas características. No entanto, a influência italiana está longe de ser exclusiva da tipologia produtiva. Os temas que ocupam o centro dos pratos, nomeadamente as cenas mitológicas tais como as Vénus ou Fortunas a correrem nuas pelos campos, demonstram essa influência, a par de outros como as escamas nas abas dos pratos e as rendas.

Uma das mais reconhecidas influências foi a herança oriental, sobretudo chinesa, visível desde as primeiras produções, mas também persa. A presença portuguesa no Oriente e o papel que a porcelana ocupou nos quotidianos portugueses, durante os séculos XVI e XVII, levou a que a nossa faiança bebesse imensa inspiração da

decoração daquela louça. Como tem vindo a ser comprovado nos contextos arqueológicos, a porcelana chinesa ocupava um lugar de destaque em quase todos os contextos portugueses, desde os palácios e conventos às casas mais modestas (Gomes e Gomes, 2007; Sabrosa, 2008; Casimiro, 2004). Não são estas quantidades de estranhar, uma vez que em 1522 D. João III ordena às naus vindas do Índico, que trouxessem $\frac{1}{3}$ da sua carga em porcelana. Crê-se assim que o número de objectos que chegavam anualmente a Lisboa satisfizesse elites e classe média (Monteiro, 1993, 18). Os portugueses foram assim os primeiros a trazer grandes quantidades de porcelana para a Europa. A importância que a porcelana chinesa ocupava na sociedade portuguesa é claramente identificável através das primeiras porcelanas de encomenda europeias, onde as armas portuguesas e legendas na nossa língua, vão aparecer frequentemente (Calado, 1993, 77). Ainda que esta moda se tenha depois generalizado aos demais países europeus com presença no Oriente foi Portugal de facto o pioneiro.



Travessa em Faiança Portuguesa demonstrando decoração de influência Persa (seg. Sandão, 1965).

A porcelana tornou-se rapidamente num item de utilização quotidiana, sobretudo nas classes mais abastadas. Em 1563, aquando da visita do Arcebispo de Braga, D. Frei Bartolomeu dos Mártires, a Roma, por ocasião do Concílio de Trento e reuniões subsequentes, ficou aquele hospedado em casa do Embaixador português, entre 2 e 9 de Outubro. Em certa ocasião jantou com o Papa Pio IV e notou na quantidade de peças em prata que compunham a baixela do sumo pontífice, recomendando *um género de baixela que, com ser barro, se aventaja tanto à prata em graça e limpeza, que aconselhara eu a todos os príncipes que não usaram outro serviço de desterraram de*

suas mesas a prata. E continúa: Chamamos-lhe em Portugal porcelanas, vêm da Índia, fazem-se na China. Podem-se estimar dos maiores príncipes por delícia e curiosidade, e por tal se têm em Portugal. O Papa recomendou à sua visita que tevesse lembrança, quando se visse em Portugal, de dizer ao Cardeal Infante seu amigo, lhe mandasse destas porcelanas que, como as tevesse, daria de mão à prata (Sousa, 1984, 256-257). Ainda que nesta época já se produzisse em Lisboa cerâmica esmaltada acreditamos, ao contrário de alguns autores, nomeadamente Rafael Salinas Calado, que se tratava efectivamente de porcelana chinesa e não Faiança Portuguesa que sabemos efectivamente muitas vezes ter sido designada como porcelana (Calado, 2003, 7).

A extensa presença da influência chinesa na decoração da nossa faiança está assim relacionada com a presença da porcelana em Portugal que fazia parte do quotidiano de grande parte dos portugueses. Quem sabe se esta tentativa passou a levar “porcelana” a casa de todos? Ainda que a grande quantidade de faiança que aparece nos contextos arqueológicos portugueses seja louça quotidiana, as peças que têm sido exumadas nos contextos estrangeiros, a partir de 1580, demonstram peças portuguesas de uma qualidade extraordinária, que de facto podiam substituir a louça chinesa, não muito frequente em cronologias tão recuadas. A reprodução de motivos chineses parece efectivamente ser mais marcante nas peças destinadas à exportação, satisfazendo o gosto estrangeiro por peças exóticas.



Prato em Faiança Portuguesa de influência Oriental (seg, Moncada, 2008).

Ainda que esta influência não seja exaustiva e partilhe espaço com demais estilos, é efectivamente a mais marcante. No entanto, não podemos considerar que a Faiança Portuguesa assumiu simplesmente a tentativa de imitar a porcelana chinesa, mais do que isso, adaptou-a ao seu próprio estilo. Como defendeu João Pedro Monteiro, as peças resultantes da produção de louça esmaltada seiscentista “não são apenas resultado de uma tentativa de reproduzir temas exóticos, mas antes a apropriação dos mesmos a um substrato cultural português e católico” (Monteiro, 1999, 45).

Os próprios oleiros lisboetas sabiam que a utilização de modelos chineses era desejada na Europa, comprovado pelo verso que apareceu no arco dos oleiros em 1619, no qual aquela classe assume a contrafacção decorativa da porcelana. O propósito desta decoração prendia-se com a satisfação do mercado nacional e internacional que em muito demandava estas peças ao estilo oriental. A influência foi de tal forma visível que não raro se designou a Faiança Portuguesa como porcelana. Recorde-se a carta de Filipe II a suas filhas em 1582 onde menciona as *porcelanas à nova maneira*, sem dúvida as peças já produzidas em Lisboa. É no entanto curioso como anteriormente a esta data, toda a documentação onde aparece referência a louça esmaltada de branco a designe como louça malagueira, de Talavera ou de Veneza, e não porcelana, pelo que inicialmente a principal inspiração pode não ter sido oriental, mas sim europeia.

É difícil dizer com certeza quando a Faiança Portuguesa começou a utilizar os padrões chineses, atendendo que, anteriormente, as peças eram realizadas com influência espanhola. Contudo, podemos certamente apontar as últimas duas décadas do século XVI, ainda antes do declínio da presença portuguesa no Oriente, que se começou a notar com o fim do reinado Wanli (1573-1619). Esta atribuição cronológica baseia-se em achados identificados não apenas em Portugal, mas essencialmente noutros países, nomeadamente nos Países Baixos e Inglaterra, algumas dessas peças integrando a presente dissertação. Datados de 1580, através do contexto, surgiram pratos em Graft e Deventer, que evidenciam claramente essa decoração de influência Wanli (Bartels, 2003). Este país foi de facto um dos grandes consumidores de faiança durante a primeira metade do século XVII, antes de se ter desenvolvido a indústria de Delft. Os oleiros portugueses haviam descoberto uma forma de a imitar, ainda que não perfeita, com uma mestria e estilo singulares, que mais nenhum país europeu conseguiu imitar,

pelo menos nos sessenta anos seguintes (a partir de 1660 os oleiros holandeses vão conseguir imitar a porcelana da china com uma mestria invejável).

A porcelana chinesa era efectivamente o objecto cerâmico de maior demanda em Portugal e na Europa, sobretudo pelas elites. Acredita-se que entre 1604 e 1657, só a Companhia das Índias Orientais holandesa, trouxe mais de 3 milhões de objectos em porcelana, com eles abastecendo o norte da Europa (Matos, 1992, 109). A quantidade de peças que entrou no mercado europeu, pela mão dos holandeses, permitiu que o seu valor baixasse e se tornasse um bem de uso mais generalizado, ainda que reservado a famílias endinheiradas. A generalização da exportação para a Europa leva a que a qualidade destes bens diminua. Ao contrário do que acontecia com as peças que os portugueses traziam para a Europa em finais do século XVI, a produção em larga escala, levou a que as peças apresentassem uma qualidade inferior, onde o esmalte chegou mesmo a ser considerado de fraca qualidade e a decoração quase estandardizada. A esta porcelana dou-se o nome de *kraak* (Matos, 1992, 109).

Quando Portugal começa a produzir faiança, há efectivamente por parte das populações um reconhecimento da imitação da porcelana chinesa. Filipe II refere-se às porcelanas de nova maneira, e Carlos II de Inglaterra, refere como as peças cerâmicas importadas passavam muitas vezes sem serem taxadas solicitando aos mercadores que dessem parte à Alfândega das suas *porcelains of all sorts*, pelo que é evidente que muitos países produziam faiança. Por outro lado, já no século XVIII, quando Gerrit Paape escreve o seu tratado de louça de Delft *De Plateelbakker of Delftich Aaadewerk Maaker* (1794) inicia a obra referindo que a louça de Delft mais não é que “*um tipo de porcelana inventada nos Países Baixos em cerca de meados do século passado*” (Jonge, 1969).

Das inspirações chinesas mais marcantes vai ser a aba dividida em cartelas. Nas primeiras produções dos finais do século XVI, as cartelas são essencialmente preenchidas com elementos vegetalistas como crisântemos e pêssegos. A separação daquelas é muitas vezes feita com laços, ainda que possam aparecer outros motivos. Num segundo momento, surgem os aranhões. Na porcelana chinesa as folhas de artemisia, os leques de palma, as pedras sonoras, as cabaças e os rolos de papel são sempre envoltos em cordões serpenteantes, terminados por borlas, que vão influenciar

os aranhões da nossa faiança, desvirtuando o seu significado e simbologia original, adaptando este elementos à nova cultura europeia.

Mas a inspiração chinesa não acaba na aba. O fundo do prato vai ser fundamental para que o pintor inscreva os motivos que lhe solicitam ou que sabe que serão apreciados no mercado. De estilo chinês surgem as paisagens com montes, rochas, charcos, sebes e riachos, elementos zoomórficos como gazelas, lebres, gamos, charcos com patos, insectos e aves (garças, cisnes, muitas delas em voo picado), acompanhados por camélias, peónias e crisântemos, flores aquáticas, frutos, emblemas búdicos e objectos preciosos. Claro que rapidamente estas cenas adquirem aspectos ocidentais, misturando os estilos e, não raro, encontramos representações antropomórficas europeias envoltas em paisagens orientais.

A Faiança Portuguesa vai acompanhar a evolução da própria porcelana chinesa. Os finais do século XVI vão mostrar decorações cuidadas ao estilo da porcelana que aqui chegava com animais anatomicamente bem delimitados e cartelas com flores cuidadas. Quando a própria porcelana que era exportada se transforma na chamada *kraak*, perdendo parte da sua delicadeza e qualidade, estilizando os seus motivos, a faiança vai imitar estes novos motivos. Nas colecções que conhecemos não há aranhões antes do século XVII, antes da *kraak* os tornar nos elementos decorativos mais comuns da porcelana. Isto por um lado tem uma certa lógica pois a partir dos inícios do século XVII os portugueses adquirem o que era produzido nas oficinas chinesas para o mercado europeu. Ainda que os holandeses se tenham tornado os principais importadores de louça oriental e as quantidades de porcelana com destino a Portugal tenham diminuído, os mercadores portugueses ainda mantinham este negócio. Porém, as oficinas chinesas não produziam exclusivamente para o nosso país e importávamos o produto disponível. É provável que esta diminuição de produtos orientais tenha motivado o desenvolvimento da imitação da decoração oriental, mas não foi a sua impulsionadora. Ao contrário do que se certos autores acreditaram, a influência chinesa existia desde, pelo menos 1570, momento em que os Portugueses ainda se mantinham como a grande potência no Índico.

Cremos assim que a influência oriental e europeia foram empregues simultaneamente e, nos primeiros anos da produção, ela coexistiu. Tal encontra-se de facto comprovado pelas peças recuperadas nos Países Baixos e Irlanda. Todavia,

acreditamos que nas primeiras produções dos finais do século XVI, a tentativa de imitação foi efectivamente maior, tentando-se recriar com mais cuidado as paisagens e cartelas que as porcelanas chinesas e algumas peças japonesas faziam chegar aos europeus.

As importações chinesas abrandaram na Europa a partir de meados do século XVII e só voltaram em 1680, mas com outros motivos e padrões onde a policromia era agora requisitada. A Faiança Portuguesa não se soube adaptar a essas exigências e pode ter sido um dos motivos que levou à sua decadência.

Com o passar dos anos a produção portuguesa vai decaindo, perdendo o seu requinte, e as oficinas norte europeias de louça estanífera passam a fornecer os mercados europeus. A própria Faiança Portuguesa certamente que influenciou as produções daquelas oficinas, que só iriam emergir cerca de 50 anos depois, por volta de 1650. As evidências arqueológicas holandesas comprovam que na primeira metade do século XVII, a louça portuguesa ocupava um lugar de destaque nos contextos abastados holandeses. Não seria de estranhar que na base da imitação da porcelana chinesa, que Delft tão bem fez a partir de 1660, estivesse muita Faiança Portuguesa. Em Portugal, o primeiro autor a defender esta ideia foi Joaquim Vasconcellos (Vasconcelos, 1907). Nos finais dos anos 60, estudiosos portugueses e holandeses fizeram um levantamento da louça e azulejo que se importou em Portugal a partir de 1660, oriunda dos Países Baixos, identificando diversos locais, pelo que a louça e azulejo holandeses eram uma presença constante em Portugal.

No entanto, há um momento em que a Faiança Portuguesa começa a receber influência da cerâmica holandesa, sobretudo em finais do século XVII, quando a nossa faiança perde muito da sua qualidade decorativa, tornando-se quase branca.

IV.8.1. Proposta de terminologia decorativa

Desde as primeiras publicações que diversas designações foram atribuídas aos motivos decorativos que adornam as formas cerâmicas. Numa tentativa de seriar a decoração, Rafael Salinas Calado avançou com a proposta das “famílias decorativas”, nas quais incluiu os aranhões, contas, espirais e geométrico, barrocos e rendas (Calado, 1992), nomenclaturas que aqui mantivemos. Contudo, conhecia este autor apenas as peças dos museus e, na verdade, aquela classificação estava longe de conseguir descrever todas as decorações reconhecidas na Faiança Portuguesa, sobretudo das peças retiradas dos contextos arqueológicos. Esta ausência de uma terminologia exaustiva levou a que muitas decorações fossem descritas utilizando termos genéricos como, decoração vegetalista ou decoração geométrica, sem especificar os motivos.

Na presente proposta nominativa foram considerados todos os elementos decorativos a que tivemos acesso. Peças presentes em museus, colecções privadas e provindas de contextos arqueológicos, na sua maioria, publicados. A grande variedade de motivos decorativos, não nos permitiu, obviamente apresentar todas as variantes que conhecemos. Quando mencionamos representações antropomórficas era-nos impossível demonstrar todas as situações nas quais esses indivíduos se apresentam, ou nos brasões, mostrar todas as variantes das mais diversas famílias e instituições. Contudo, cremos que conseguimos divulgar um completo *corpus* decorativo.

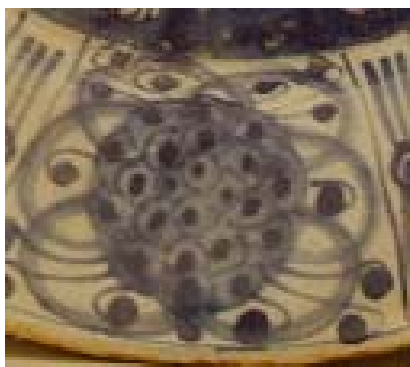
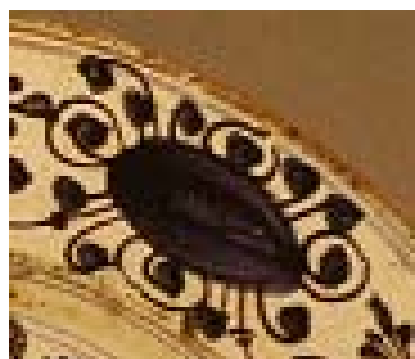
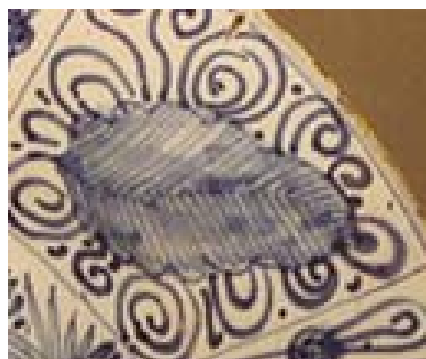
O motivo foi descrito o mais exaustivamente possível, apresentando a sua imagem, apontando o seu significado na cultura que o originou e na qual os oleiros portugueses se inspiraram. Sempre que possível, tentámos estabelecer pontes simbólicas, percebendo se a sua representação na nossa faiança assimilou ou reinterpretou esses símbolos.

VI.1. Aranhões

É possivelmente uma das decorações mais emblemáticas da Faiança Portuguesa, mostrada pela primeira vez por Joaquim de Vasconcelos (Vasconcelos, 1898). De clara importação oriental, tentam reproduzir diversos símbolos chineses presentes na porcelana, nomeadamente o rolos de papel pintado, o livro, a folha de artemisia a cabaça e o leque. No entanto, aqueles, quando pintados pelos artistas chineses possuíam simbologias muito próprias que se vão alterar aquando da sua utilização nas nossas produções. O rolo de papel e o livro são o emblema dos letrados e os depósitos do texto sagrado, logo arquivos da verdade (Matos, 1996, 278) A folha era um dos oito emblemas budistas e simbolizava bons auspícios, afastando a doença (Matos, 1996, 275). A cabaça é emblema de longevidade e o leque, um dos símbolos dos oito imortais taoistas, Zhongli Quan (Matos, 1996, 276).

Nos primeiros momentos da sua utilização na nossa faiança, a reprodução destes motivos é bastante fiel ao original, podendo ser identificados elementos como rolos de papel, livros, cabaças e leques. Contudo, com o passar dos anos, sobretudo a partir de 1640, o seu estilo simplifica-se e passam a representar exclusivamente folhas, já completamente desvirtuadas e longe do original, às quais são acrescentadas “pernas” que, de alguma forma, lembram aracnídeos. Neste sentido, o que ficou conhecido como aranhões mais não é que uma representação mal interpretada destes símbolos chineses.

São geralmente pintados nas abas dos pratos ou paredes de taças, ainda que, menos frequentemente possam surgir ao seu centro. Inicialmente são colocados dentro de cartelas, alternando com outras decorações de inspiração oriental, como pêssegos ou crisântemos e separados por laços, contudo, sensivelmente a partir de 1650 passam a ser representados sem cercadura e delimitados a castanho. No seu conjunto formam uma das mais reconhecidas “famílias decorativas” da Faiança Portuguesa.



Vários exemplos de aranhões provenientes de diversas peças.

VI.2. Contas

São interpretadas como a estilização da cabeça de *ruyi*, símbolo chinês, emblema de longevidade (Matos, 1996, 279) que se adapta aos modelos europeus (Calado, 1992). No entanto, a Faiança Portuguesa reproduziu este motivo como podemos ver nas peças recuperadas nas escavações de Duke's Place (DUK77) e King Street (KIG95), ambas em Londres.

Foram pela primeira vez referenciados por José de Queirós, que os identifica na aba dos pratos (Queirós, 1907, 60), mas não lhes atribui nome. Surgem agrupados em conjuntos de três ou seis elementos, delimitados a azul mais forte ou manganês e preenchidos a azul.

É dos elementos decorativos mais duradouros aparecendo em finais do século XVII e perdurando até finais do século XVIII.



Prato e terrina com decoração de contas (seg. Mangucci, 2006).

VI.3. Rendas

Adquiriram o seu nome por lembrarem as rendas de bilros produzidas no país desde, pelo menos, inícios do século XVI. São motivos semicirculares compostos por duas a cinco linhas concêntricas, atravessadas por linhas radiais, rematadas por pontos ou elementos anelados. Surge a partir de meados do século XVII, sendo um dos motivos mais frequentes até finais daquela centúria, executados nos três centros produtores.

O termo foi desenvolvido pelos historiadores de arte e descrito por Santos Simões e Reinaldo dos Santos, adoptado por autores mais recentes que se têm dedicado ao estudo das faianças (Calado, 1992; Monteiro, 2007). No entanto, apesar da designação, é provável que esta decoração da faiança, que mais tarde passa para as cercaduras dos azulejos, vai buscar inspiração às cerâmicas italianas, decoradas com penas de pavão, desde, pelo menos, finais do século XVI. Esta semelhança já havia sido notada por Virgílio Correia, em *Azulejos Datados*, quando diz ter visto decoração semelhante em Itália (Correia, 1918). Não podemos, contudo, ignorar a sua semelhança às rendas que surgem nos catálogos dos séculos XVI e XVII, a importância do seu consumo nas elites modernas, e compreender porque alguns autores lhe deram a sua designação (Monteiro, 2007).



Prato produzido em Montelupo com decoração de penas de pavão (seg. Mosacchio, 2004).



Prato com rendas exumado em Narrow Street (foto Pre-Construct Archaeology).

VI.4. Espirais

Esta família decorativa, baptizada por Rafael Salinas Calado como espirais e geométrico (Calado, 1992), caracteriza-se por apresentar pequeníssimas espirais que se agrupam dentro de cartelas pseudo-geométricas. São uma clara influência das cerâmicas espanholas e devem ter chegado ao conhecimento dos nossos oleiros através da louça valenciana.

São das primeiras decorações a surgirem na Faiança Portuguesa, registadas desde, pelo menos, 1580, o que não é de estranhar devido às grandes quantidades de louça espanhola que circulavam no nosso país.



Colo e asas de talha com espirais produzido nas oficinas granadinas, século XV (seg. Caviro, 1992).



Prato com espirais pertencente à colecção Miranda (seg. Moncada, 2008).

VI.5. Escamas

É-nos difícil atribuir uma origem cultural a esta decoração, visto que, tanto a porcelana chinesa como a cerâmica europeia, italiana e espanhola, apresentam estes elementos, sobretudo nas abas dos pratos e colos das garrafas.

É possível que os oleiros portugueses as tenham visto em peças de diversas origens e as começaram a reproduzir nos seus trabalhos. Contudo, as oficinas italianas de Deruta utilizaram esta solução decorativa frequentemente, sendo recuperadas nos contextos portugueses.



Caixa com decoração em escamas pertencente à colecção do Museu Nacional de Arte Antiga (seg. Calado, 2005).

VI.6. Desenho miúdo

Por volta de 1640 e com a estilização dos símbolos chineses conhecidos como aranhões, surge uma nova tipologia decorativa na nossa faiança que ficou conhecida como desenho miúdo (Calado, 1992). Através de pincéis muito finos, seriam delimitados pequenos motivos, geralmente a manganês e menos frequentemente a azul-escuro, preenchidos num azul mais claro, que representavam cenas de inspiração oriental ou europeia, delimitadas com muita graciosidade. São representadas paisagens e personagens, encenando acontecimentos e histórias, de reduzido tamanho, que preenchem na íntegra os objectos em faiança.



Prato pertencente à colecção Miranda e taça leiloadada em 2001 pela Cabral Moncada Leilões, decorados com a técnica do desenho miúdo (seg. Moncada, 2008).

VI.7. Monte Sinai

Não podendo ser propriamente incluída nas famílias decorativas, visto que não se trata de um motivo, mas de um estilo, desde cedo que se identificou e reconheceu uma decoração distinta designada por Monte Sinai. Esta ornamentação foi pela primeira vez mencionada por José de Queirós. A designação surgiu da comparação dos azulejos das igrejas da freguesia de Santa Catarina do Monte Sinai, com um tipo de louça com características distintas, encontrando algumas similaridades decorativas, que o fizeram crer que aquelas peças haviam sido produzidas naquela freguesia. Hoje em dia, a dúvida instala-se e ainda que reconheçamos que estamos a falar de uma produção específica, tratando-se muito provavelmente de uma oficina ou mesmo pintor de louça específico, não podemos afirmar taxativamente que a olaria se localizava naquela zona, onde sabemos por evidências documentais e mesmo arqueológicas que se produzia faiança. Contudo, ainda que a intervenção arqueológica no Largo de Jesus, localizada na dita freguesia, não tenha sido extensa, os caqueiros ali identificados não revelaram exemplares da louça dita do Monte Sinai, o que seria de esperar se a olaria ali se localizasse. Não sabemos sequer se os azulejos referenciados por José de Queirós foram produzidos nas imediações das igrejas ou noutra qualquer olaria (Queirós, 1913).

José Queirós generalizou esta produção à segunda metade do século XVII, no entanto, é provável que tenha começado a ser produzida algures a partir de 1670. Na verdade, trata-se de produção de excelente qualidade técnica e decorativa, num período em que se assiste a uma progressiva diminuição da qualidade da louça lisboeta. Nem mesmo as escavações arqueológicas de contextos de finais do século XVII ofereceram grandes quantidades desta cerâmica, pelo que a sua produção devia ser bastante localizada e destinada quase exclusivamente a encomendas de palácios e conventos, visto aqueles serem os contextos que mais exemplares ofereceram. As peças parecem ser mais comuns em museus e colecções privadas que necessariamente nas escavações arqueológicas.

A decoração destas peças caracteriza-se por apresentar um azul forte e intenso e um traço quase que esbatido, sobre esmalte espesso e aderente. Os motivos vegetalistas arrumam-se geralmente nas abas dos pratos ou corpo dos jarros e destacam-se por se inspirarem em crisântemos muito estilizados, inseridos em cartelas suncirculares. O

centro dos pratos apresenta motivos vegetalistas, zoomórficos, sobretudo aves, ou antropomórficos, representando cenas do quotidiano.



Prato pertencente à colecção Miranda (seg. Moncada, 2008) e parto pertencente ao acervo do Museu Nacional Machado de Castro.

VI.8. Vegetalistas

VI.8.1. Folhas

Acanto

O *Acanthus mollis* L. pertence à família das *Acanthaceae*, constante no sul da Europa. É uma planta perene, utilizada como decorativa pelas suas belas folhas. As espigas florais são altas e recobertas de flores tubulares, brancas e purpúreas. As folhas grandes, de um verde brilhante, são denteadas e grossas, com as pontas viradas para baixo. A raiz é carnuda, branca na parte interior e escura por fora. O fruto é constituído por uma cápsula, contendo normalmente 2 a 4 sementes, grandes, castanhas e brilhantes. É utilizado desde a antiguidade devido às suas propriedades medicinais que são analgésicas e antiinflamatórias.

Estas folhas surgem isoladas na decoração da faiança até meados do século XVII. Contudo, sensivelmente a partir de 1660, começam a figurar na aba dos pratos em enrolamentos sucessivos, numa solução que se designou por faixas ou volutas barrocas, de clara inspiração europeia, referenciada, pela primeira vez, por José de Queirós (1907, 60). Rafael Salinas Calado interpretou esta decoração como uma das suas “famílias decorativas” (Calado, 2003). Enquanto solução decorativa é utilizada desde a antiguidade, sobretudo na decoração dos túmulos, simbolizando os seus espinhos as dificuldades vencidas ao longo da vida (Chevalier e Gheerbrant, 1994, 38).

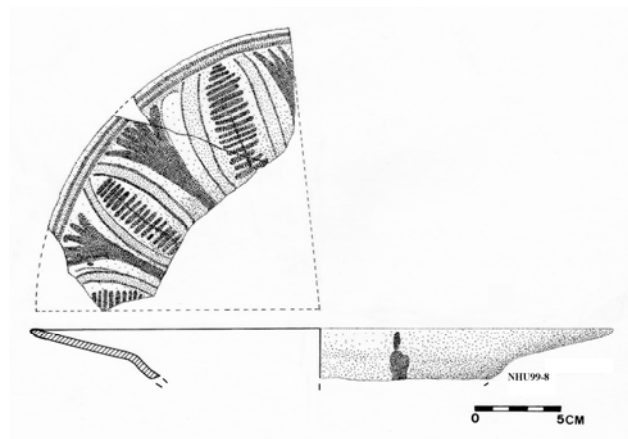


Folha de acanto, pote da colecção do Museu Nacional Machado de Castro (seg. Santos, 1960) e prato pertencente à colecção do Museu de Évora (seg. Mangucci, 2006).

Fetos

Feto é o termo que se refere a algumas plantas que crescem com um tronco, elevando as frondes acima do nível do solo. A maior parte dos fetos arbóreos formam um grupo de grandes fetos pertencendo às famílias *Dicksoniaceae* e *Cyatheaceae* na ordem *Cyatheaales*. Os fetos são plantas vasculares que não produzem sementes e reproduzem-se por esporos que dão origem a um indivíduo, geralmente insignificante e de vida curta (o protalo), que produz gâmetas para dar origem a uma nova planta. As plantas, totalmente desenvolvidas, são formadas por um caule, normalmente um rizoma e as folhas, chamadas frondes neste grupo, são muitas vezes compostas ou recompostas.

Quando representada na faiança, tem sido generalistamente designada como decoração vegetalista, tornando-se comum a partir de 1640, presente nas abas dos pratos.

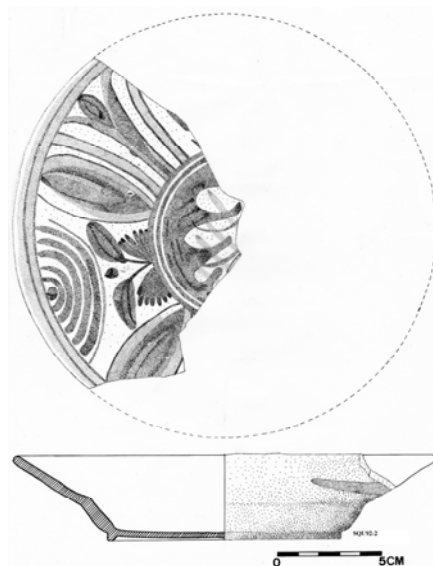


Fetos e prato recuperado nas escavações de Narrow Street (des. T. Casimiro).

Grandes folhas

Em botânica, as folhas são órgãos das plantas especializados em captação de luz e trocas gasosas com a atmosfera, para realizar a fotossíntese e respiração. Salvo raras exceções, associadas a plantas de climas áridos, as folhas tendem a maximizar a superfície em relação ao volume, de modo a aumentar tanto a área da planta exposta à luz, quanto a área da planta onde as trocas gasosas são possíveis por estar exposta à atmosfera. Diferentes de plantas têm folhas diferentes.

Comummente designadas na bibliografia como decoração vegetalista, surgem em inúmeras peças, sobretudo pratos, principalmente a partir de 1640.



Folhas e prato recuperado nas escavações de Spitalfields Market (des. T. Casimiro).

6.8.2. Frutos

Cabaça

É a designação comum dos frutos de plantas da família das *cucurbitáceas*, chamadas de cabaceira, porongueiro e cabaceiro. O fruto seco é amplamente utilizado em diversos países do mundo como vasilha, moringue e amplificador acústico em instrumentos musicais. Desconhece-se a sua origem. Devido ao facto de se conservar durante vários anos depois de seco e por transportar água na china é símbolo de longevidade e ainda, atributo de Li Tieguai, um dos oito imortais.



Cabaça e pormenor prato pertencente à colecção Miranda (seg. Moncada, 2008).

Pêssegos

É o fruto do pessegueiro (*Prunus pérsica vulgaris L.*), uma pequena árvore, nativa da China, de folhas alternas e flores roxas. Durante muito tempo se acreditou que o pessegueiro era originário da Pérsia, daí o seu nome *Prunus persica*. Hoje sabe-se que sua origem é chinesa. Foi levado provavelmente da China à Pérsia e daí se espalhou pela Europa, pois já era conhecido pelo mundo greco-romano no século I a.C. Na simbologia chinesa é emblema de casamento e símbolo de imortalidade (Matos, 1996, 278)



Pêssegos e prato recuperado nas escavações de 250, Bishopgate (des. T. Casimiro).

IV.8.3. Flores

Pétalas

São elementos constituintes da flor, situadas no seu verticilo protector mais interno. São estruturas normalmente membranáceas, amplas, coloridas, e têm muitas funções, entre as quais a atracção de polinizadores.

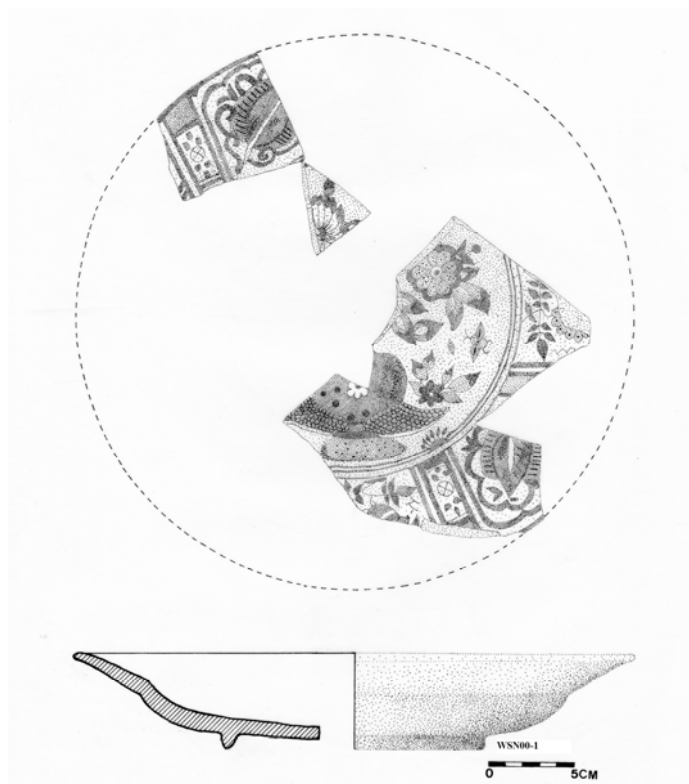
Grandes pétalas que surgem geralmente na aba dos pratos pois o centro do mesmo seria como que a corola da flor, frequentes a partir de meados do século XVII. No entanto esta decoração já foi registada em mangas de farmácia.



Flor e prato recuperado na escavação da Wolster Street (foto T. Casimiro).

Cestos e jarras de flores

Representação comum na porcelana Ming é um tema recorrente na nossa faiança, ainda que o cesto possa, algumas vezes, ser substituído por uma jarra, ao estilo europeu. É um dos símbolos dos oito imortais taoistas, neste caso Lan Caihe (génio de sexo indeterminado) e patrono dos jardineiros (Matos, 1996, 273). Com o passar dos anos os conjuntos de flores passam a figurar sem recurso a vasos ou cestos.



Prato recuperado nas escavações de 25, West Tenter Street (des. T. Casimiro).

Camélia

A *Camellia L.* pertence à família das plantas *Theaceae* e produz a flor designada como camélia. Este género apresenta cerca de 80 espécies nativas das florestas da Índia, Sudeste Asiático, China e Japão. São arbustos ou árvores de porte médio, com folhas coriáceas e lustrosas. Apresentam flores vistosas, brancas, vermelhas, rosadas ou matizadas. No mundo oriental, é emblema de beleza e saúde (Matos, 1996, 273).



Camélia e pormenor de garrafa de colecção da Academia Real de Belas Artes (seg. Baart, 1988).

Cravos

O craveiro (*Dianthus caryophyllus*), é uma planta herbácea, pertencente à família Caryophyllaceae, gênero *Dianthus*, que alcança até um metro de altura. As suas flores são denominadas cravos. Uma característica desta planta, além da forma peculiar de suas flores, é o caule recto, com várias ramificações. As flores apresentam muitas tonalidades, do branco ao vermelho, passando pelo amarelo e pelo rosa.



Cravos e pormenor de prato pertencente à colecção M.P. Miranda (seg. Monteiro, 1994).

Crisântemo

Chrysanthemum, de nome vulgar crisântemo, é um género botânico pertencente à família *Asteraceae*. É uma planta de tradição de cultivo milenar nos países asiáticos. Em grego, crisântemo significa "flor de ouro". Esta planta é cultivada há mais de 2.500 anos na China e é considerado uma das plantas nobres chinesas, símbolo do Outono e de jovialidade (Matos, 1996, 274). É uma das representações mais comuns na Faiança Portuguesa começa por ser representada de forma naturalista e estiliza-se a partir do III período da nossa evolução crono-estilística.



Crisântemos e pormenor de pratos pertencente à colecção do museu de Gdansk e colecção Miranda (seg. Moncada, 2008).

Margarida

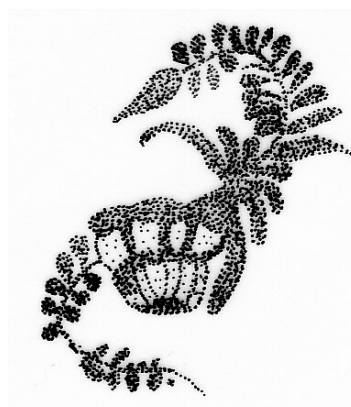
É o nome popular comum a uma grande variedade de plantas da família das *Asteraceae*. É a família botânica com o maior número de espécies entre as *Magnoliophytas*, é também conhecida por *Compositae* ou compostas. São aproximadamente 50 000 espécies divididas em 900 géneros.



Margaridas e pormenor da aba de prato (seg. Santos, 1960).

Peónia

A *Paeonia sp* pertence à família das *Paeoniaceae*. O género *Paeonia* compreende cerca de 80 espécies, entre plantas herbáceas e lenhosas. Ocorrem também diversas variedades resultantes de hibridações e selecções de peónias, principalmente na China, onde ela é uma importante planta ornamental, sendo considerada, inclusive, como símbolo nacional. Rainha das flores simboliza a primavera. Flor do amor, do afecto da beleza. Símbolo de boa sorte e sinónimo de riqueza (Matos, 1996, 277).



Peónia e pormenor de prato recuperado em Lambeth Street (des. T. Casimiro).

Tulipa

A *tulipa L.* é um género de plantas *angiospermas* (plantas com flores) da família das liláceas. Com cerca de cem espécies, as tulipas têm folhas que podem ser oblongas, ovais ou lanceoladas. Do centro da folhagem surge uma haste erecta, com flor solitária formada por seis pétalas. Cores e formas são bem variadas. As tulipas são originárias da Turquia e foram levadas para os Países Baixos em 1560 pelo botânico Conrad Von Gesner. O nome da flor foi inspirado na palavra turco-otomana *tülbend*.



Tulipase prato pertencente à colecção Miranda (seg. Moncada, 2008).

IV.8.4. Árvores

Palmeira

É o nome comum da *Arecaceae*, anteriormente conhecida como *Palmae* ou *Palmaceae*, a única família botânica da ordem *Arecales*. Pertencem a esta família plantas muito conhecidas, como o coqueiro e a tamareira, abrangendo cerca de 205 géneros e 2500 espécies. Distribuem-se pelo mundo todo, mas estão centralizadas nas regiões tropicais e subtropicais. As palmeiras são plantas perenes, arborescentes, tipicamente com um caule cilíndrico não ramificado, atingindo grandes alturas. A sua representação tem como objectivo a demonstração de plantas exóticas em ambientes singulares onde figuram animais como elefantes.



Palmeira, manga de farmácia e pormenor da colecção Francisco Hipólito Raposo (seg. Monteiro, 1994).

Juncos

Juncus L. é um género botânico de plantas floríferas, conhecidas como juncos, pertencente à família *Juncaceae*. Crescem, em geral, nos alagadiços. O junco comum é uma planta verde-escura e flexível, que cresce com frequência nos caminhos húmidos e ambientes molhados como pântanos e lagos. O tamanho habitual é de 1,5 m de altura.



Juncos e prato da colecção do Museu de Viana do Castelo (seg. Santos, 1960).

VI.9. Zoomorfos

VI.9.1. Aves

A sua representação em ambientes bucólicos de inspiração oriental permite-nos inferir que foram sugeridos nas temáticas da porcelana da china onde simbolizavam uma entidade alada que ascendiam aos céus. Na mitologia greco-romana a pertencem a Apolo sendo que uma das suas características seria a capacidade de profetizar (Chevalier e Gheerbrant, 1994, 99).

Cegonhas

A cegonha (*Ciconia spp.*) é uma ave migrante da família *Ciconiidae*. Têm cerca de 1 metro de altura e 3 kg de peso. O seu *habitat* é variado e a alimentação inclui pequenos vertebrados. São animais migratórios e monogâmicos. As cegonhas não têm faringe e por isso não emitem sons vocais, emitem ruídos batendo com os bicos, actividade a que se dá o nome de *gloterar* (Delhoyo, Elliot e Sargatal, 1997). Simbolizam a contemplação filosófica. Na mitologia grega, Antígona, a irmã de Príamo gabou-se a Hera da beleza dos seus cabelos, o que fez com que a deusa invejosa os transformasse em serpentes. Zeus apiedando-se de Antígona, transformou-a posteriormente em cegonha (Chevalier e Gheerbrand, 1994, 181). No mundo oriental é símbolo de imortalidade (Matos, 1996, 274)



Cegonha e prato (seg. Monteiro, 1994).

Cisnes

São aves aquáticas da sub-família *Anatidae*, que inclui também os gansos. No seu conjunto formam o género *Cygnus*, sendo caracterizados pelo longo pescoço e por patas curtas. A sua distribuição geográfica é diversificada, sendo os cisnes do hemisfério norte brancos, enquanto os do hemisfério sul apresentam plumagem por vezes colorida. Os cisnes formam casais monogâmicos e constroem ninhos onde chocam entre 3 a 8 ovos. Se a nidificação falha, é comum os membros do casal procurarem outro parceiro (Delhoyo, Elliot e Sargatal, 1997). Devido à alvura das suas penas é considerado um transportador da luz em diversas civilizações, símbolo de fecundidade e matrimónio (Chevalier e Gheerbrand, 1994, 206)



Cisne e prato pertencente à coleção do Museu Nacional Machado de Castro (seg. Santos, 1960).

Corujas

Designação comum às aves estrigiformes, das famílias dos titonídeos e estrigídeos. Tais aves possuem hábitos crepusculares e nocturnos e voo silencioso devido à estrutura das penas, alimentando-se de pequenos mamíferos (principalmente de roedores), insectos e aranhas. (Delhoyo, Elliot e Sargatal, 1997). A superstição popular diz que adivinham a morte com o seu piar e esvoaçar. Julgava-se também que essas aves gostam de azeite por visitarem as igrejas durante a noite, onde existiam lamparinas de azeite acesas. Na realidade elas procuram os insectos atraídos pela luz das lamparinas. A coruja é ainda considerada o símbolo da inteligência e conhecimento racional desde a Antiguidade, conotada com a deusa Atena (Chevalier e Gheerbrand, 1994, 234).



Coruja, prato e pormenor de prato da colecção museu dos Biscainhos (Trindade, 1994).

Galo

A galinha, bem como o galo, são respectivamente a fêmea e o macho da espécie *Gallus gallus domesticus* da família dos galiformes e fasianídeas. Estas aves possuem bico pequeno, crista carnuda e asas curtas e largas. O galo tornou-se um animal simbólico. Na cultura cristã é um símbolo interessante atendendo à celebração da missa do galo no natal. Seu nome consagra a lenda segundo a qual à meia-noite do dia 24 de Dezembro um galo teria cantado, anunciando a vinda do Messias. Em Portugal é muito conhecida a lenda do Galo de Barcelos que narra a intervenção milagrosa de um galo morto na prova da inocência de um homem erradamente acusado. Está associada ao cruzeiro seiscentista que faz parte do espólio do Museu Arqueológico, situado no Paço dos Condes de Barcelos (Sampaio e Soicasaux, 1927; Cunha, 1932). No mundo chinês é um dos animais do zodíaco representando persistência e bom augúrio, visto a palavra ser homónimo da expressão “boa sorte” (Matos, 1996, 276)



Prato recuperado nas escavações de Ferryland na Terra Nova (foto T. Casimiro).

Gansos

São aves da família *Anatidae*, que inclui também os cisnes. Há mais de 40 variedades de gansos. Os gansos selvagens habitam regiões de clima temperado, migrando para locais mais quentes durante o inverno. Foram domesticados no Antigo Egipto, para produção de carne e penas para fabrico de flechas. Na Grécia antiga representava um aspecto especial da Mãe-Natureza ou a deusa da natureza, Nemesis. Era ainda considerado como sendo um mensageiro do mundo espiritual (Delhoyo, Elliot e Sargatal, 1997). No mundo oriental são emblema de felicidade conjugal (Matos, 1996, 276).



Ganso e pormenor de prato pertencente à colecção do Museu Nacional de Castro (seg. Trindade, 1994).

Garças

Pertencem à família das *Ardeidae*. Vivem aos bandos, frequentam rios, lagoas, charcos, praias marítimas e alimentam-se principalmente de peixes, sapos e outros animais aquáticos. Algumas garças, como a carraceira, alimentam-se de insectos e não possuem relação com ambientes aquáticos (Delhoyo, Elliot e Sargatal, 1997). É considerada como sendo um dos símbolos de Cristo e no Egipto era tida como pássaro sagrado. Emblema de longevidade, tal como a cegonha. Na China eram vistas como mensageiras dos génios, transportando tabuinhas do destino humano nos bicos (Matos, 1996, 276).



Garça e prato pertencente à colecção da Casa Museu Guerra Junqueiro (seg. Calado, 2003).

Papagaio

É uma das muitas aves pertencentes à ordem dos *Psittaciformes*, família *Psittacidae*. Vivem cerca de 100 anos e tem apenas 3 crias durante a vida. Os papagaios têm como característica um bico curvo e penas de várias cores, variando muito entre as diferentes espécies. Animal exótico que habita zonas quentes e tropicais alimentam-se de frutas e sementes (Delhoyo, Elliot e Sargatal, 1997).



Papagaio e pote da colecção do Museu Nacional de Arte Antiga (seg. Santos, 1960).

Pato

É uma ave que pertence a família *Anseridae*. São aves geralmente menores que os anserídeos (gansos e cisnes) e podem ser encontrados tanto em água doce como salgada. Os patos alimentam-se de vegetação aquática, moluscos e pequenos invertebrados e algumas espécies são aves migradoras. Os machos diferenciam-se das fêmeas principalmente pela diferença dos sons emitidos e por possuírem carúnculas ("verrugas vermelhas") na cabeça e ao redor dos olhos. É o único animal que consegue dormir com metade do cérebro e manter a outra em alerta. É dotado de perfeito senso de direcção e comunidade (Delhoyo, Elliot e Sargatal, 1997). Na China são emblema de felicidade conjugal (Matos, 1996, 277)

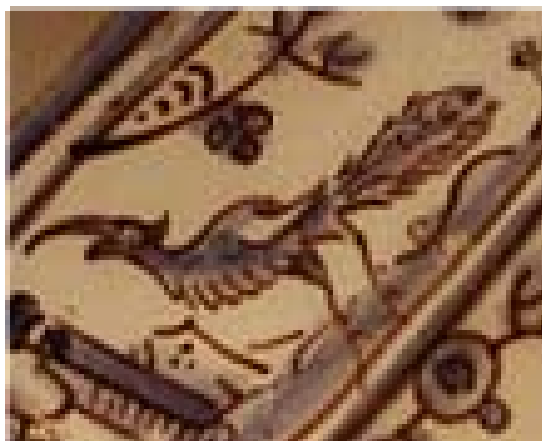


Prato exumado em Hoorn (seg. Bartels, 2003).

Pavão

Aves dos géneros *Pavo* e *Afropavo* da família dos faisões (*Phasianidae*). Os pavões preferem alimentar-se de insectos e outros pequenos invertebrados, mas também comem sementes, folhas e pétalas. Exibem um complicado ritual de acasalamento, do qual a cauda extravagante do macho tem um papel principal. As características da cauda colorida, que chega a ter dois metros de comprimento e pode ser aberta como um leque, não têm qualquer utilidade quotidiana para o animal e são um exemplo de selecção sexual. Quando o processo é bem sucedido, a pavo põe entre 4 a 7 ovos, que chocam

ao fim de 28 dias. A cauda dos pavões gerou o interesse de várias culturas, pela sua exuberância de cores e beleza das penas, e justificou a sua criação em cativeiro. Já foram criadas diversas variedades por selecção artificial que apresentam plumagem branca, negra, púrpura, entre outras cores. Na cultura greco-romana era visto como um símbolo solar (Chevalier e Gheerbrand, 1994, 508).



Pormenor de prato pertencente à colecção Miranda (seg. Moncada, 2008).

VI.9.2. Insectos

Abelha

É a denominação comum de vários insectos pertencentes à ordem *Hymenoptera*, da superfamília *Apoidea*, subgrupo *Anthophila*, aparentados das vespas. O representante mais conhecido é a *Apis mellifera*, oriunda do Velho Mundo, criada em larga escala para a produção de mel, cera e própolis. Os indivíduos adultos alimentam-se geralmente de néctar e são os mais importantes agentes de polinização. As abelhas polinizam flores de cores monótonas, escuras e pardacentas. Uma abelha visita dez flores por minuto em busca de pólen e do néctar. Ela faz, em média, quarenta voos diários, tocando em 40 mil flores. Com a língua, as abelhas recolhem o néctar do fundo de cada flor e guardam-no numa bolsa localizada na garganta. Depois voltam à colmeia e o néctar vai passando de abelha em abelha. Desse modo a água que ele contém se evapora, ele engrossa e se transforma em mel. Uma abelha produz cinco gramas de mel por ano, para produzir um quilo de mel, as abelhas precisam visitar 5 milhões de flores e consomem cerca de 6 a 7 gramas de mel para produzirem 1 grama de cera. Uma colmeia abriga até 80 mil abelhas. Tem uma rainha, cerca de 400 zângãos e milhares de operárias. Se nascem duas rainhas ao mesmo tempo, elas lutam até que uma morra. A abelha-rainha vive até 25 anos, enquanto as operárias não duram mais de um mês e meio. Apenas as abelhas fêmeas trabalham. Os machos podem entrar em qualquer colmeia ao contrário das fêmeas. A única missão dos machos é fecundar a rainha. (Wilson, 2004). Vivem em perfeita organização social, por isso, tornaram-se um símbolo de pureza (por ser um animal que vive entre as flores), disciplina (devido à organização exemplar das colmeias), trabalho (pela actividade incessante das abelhas operárias) e realeza (o poder exercido pela abelha rainha é reconhecido e respeitado por todas as outras). Na Grécia antiga, era o símbolo das sacerdotisas de Éfeso e Elêusis, que se chamavam “abelhas” e que preservavam a virgindade da mesma forma que as abelhas operárias (Chevalier e Gheerbrand, 1994, 33). (Santos, 1960, 92)



Pormenor de prato recuperado em 25,
West Tenter Street (foto T. Casimiro).

Borboletas

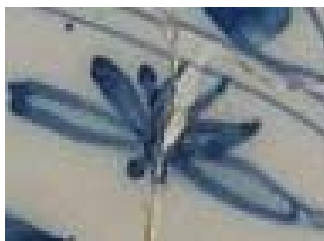
São insectos da ordem *Lepidoptera* classificados nas super-famílias *Hesperioidea* e *Papilionoidea*. Têm dois pares de asas membranosas cobertas de escamas e peças bucais adaptadas a sucção. Distinguem-se das traças devido aos seus hábitos diurnos e à metamorfose que decorre dentro de uma crisálida rígida e pelo abdómen fino e alongado. Quando em repouso, as borboletas dobram as suas asas para cima. Alimentam-se sobretudo do néctar e pólen das flores. O ciclo de vida das borboletas passa pelas etapas de ovo, larva, crisálida e imago (Darby, 1958). A borboleta sempre teve um significado simbólico nas culturas mundiais. Segundo o *Kwaidan: Stories and Studies of Strange Things* (Hern, 1904), no Japão a borboleta é a personificação da alma. Na Grécia Antiga a palavra borboleta era homónima de alma. Segundo Mercia Eliade na *História das Religiões* os Nagas (povo que habita o norte da Índia) acreditam que alguns dos seus antepassados eram borboletas (Eliade, 1980). Na cultura chinesa, duas borboletas voando juntas são símbolo de paixão e amor. O filósofo taoísta Zhuangzi teve um sonho onde era uma borboleta voando sem se preocupar com a humanidade. Quando despertou perguntou-se “Era eu um homem sonhando ser uma borboleta ou serei eu agora uma borboleta que sonha em ser um homem?” (Rabuzzi, 1997). Simbolizam ainda transformação e metamorfose, felicidade conjugal e longevidade (Matos, 1996, 275)



Pormenor de garrafa exumada nas escavações em Naestved na Dinamarca (foto C. Petersen).

Libélula

É um insecto alado pertencente à sub-ordem *Anisoptera*. Possuem corpo fusiforme, com o abdómen muito alongado, olhos compostos e dois pares de asas semi-transparentes. São predadoras e alimentam-se de outros insectos, nomeadamente mosquitos e moscas. Este grupo tem preferência por habitats nas imediações de corpos de água estagnada (poças ou lagos temporários), zonas pantanosas ou perto de ribeiros e riachos. Podem viver até aos 5 anos. Simbolizam a actividade do vento (Corbet e Brooks, 1960).



Pormenor de prato recuperado em 38, North Street em Exeter (foto T. Casimiro).

VI.9.3. Mamíferos

Boi

É o macho da espécie *Bos taurus* da família *Bovidae*, sendo a fêmea conhecida como vaca. É um mamífero, artiodáctilo e ruminante. Seus cornos são ósseos, pelo que se distinguem dos chifres dos outros mamíferos, são em par, não ramificados e permanentes. O gado bovino doméstico descende do auroque na Europa, servindo como animal de carga ou fornecendo carne, leite e peles. É um animal simbólico em muitas culturas, sobretudo na Índia onde é mesmo considerado sagrado e intocável. Em sonhos, o acto de matar um touro simboliza a ascendência da consciência humana sobre as forças emocionais animais. O touro é um símbolo da fecundidade, e Júpiter coabitou com Deméter, a deusa da fecundidade, sob a forma de um touro.



Pormenor de prato pertencente à colecção do museu de Gdansk (foto L.F. Ferreira).

Cabra

Capra aegagrus hircus, é macho adulto dos caprinos, é um mamífero herbívoro ruminante cavicórneo. Na maioria das raças de caprinos, os dois sexos têm chifres e barba. Os chifres podem ser curvos ou em forma de espiral, mas muitos têm um lado interno afiado. O pêlo pode ser comprido ou curto, macio ou áspero, dependendo do habitat e do controle da criação. A cabra procria em 150 dias. Os machos pesam entre 45-55 kg, fêmeas entre 25-35kg, mas isto varia entre as populações. Caprinos geralmente andam em grupos, que podem constituir-se em grandes populações a medida

que se reproduzem. A distância percorrida para busca de alimento pode variar de 100 m até 20 km. Animal doméstico por excelente fornece leite e carne.



Pormenor de prato pertencente à colecção Miranda (seg. Moncada, 2008).

Camelo/Dromedário

O *Camelus* pertence ao género de ungulados artiodáctilos (com um par de dedos de apoio em cada pata) que contém duas espécies: o dromedário (*Camelus dromedarius*), de uma corcova e o camelo bactriano (*Camelus bactrianus*), de dois sacos. Os humanos têm domesticado camelos há milhares de anos. Tanto o dromedário quanto o camelo são usados para obtenção de leite, carne e como animais de carga. São animais herbívoros e podem beber até cerca de 200 litros de água de uma só vez o que os torna úteis enquanto trabalhadores do deserto pois resistem muito tempo sem beber água. São símbolo de perseverança e viagens não esquecendo que os reis magos chegaram em camelos para visitar Jesus (Chevalier e Gheerbrand, 1994, 149).

O *Camelus dromedarius* é um mamífero nativo da região nordeste da África e da porção oeste da Ásia, sendo um típico exemplar da família *Camelidae*. Distingue-se do camelo bactriano, nativo da Ásia Central, pela presença de apenas uma bossa, contra duas do último. A bossa do dromedário não é composta de água (ao contrário da lenda

popular), mas sim de gordura acumulada pelo animal em períodos de alimentação abundante, que lhe permite sobreviver em condições de escassez. Sendo que a água é acumulada em sua corrente sanguínea, onde seus glóbulos vermelhos podem inchar até 250% para acumulá-la. Outras adaptações à vida no deserto incluem: uma pelagem esparsa e suave que permite refrigeração, que varia do branco-sujo ao bege-claro ou castanho-escuro e longos cílios que protegem os olhos do animal durante tempestades de areia (MacDonald, 2001).



Dromedário e pormenor de prato pertencente à colecção Miranda (seg. Moncada, 2008).

Cão

O *Canis lupus familiaris* é um mamífero canídeo e talvez o mais antigo animal domesticado pelo ser humano. Com uma expectativa de vida que varia entre dez e vinte anos, o cão é um animal social. Possui excelente olfacto e audição, é bom caçador e corredor vigoroso, relativamente dócil e leal, inteligente e com boa capacidade de aprendizagem. Animais quadrúpedes e digitígrados, o que lhes garante maior agilidade, são considerados os mais difundidos mamíferos domésticos (Johns, 2008). Da mitologia ocidental à oriental, o cão figura como fera e como divindade. Uma das mais famosas imagens ocidentais é a do Cérbero, besta presente na mitologia greco-romana. Vivia na entrada do reino do deus Hades. Outro conhecido cão mitológico da Grécia, é Argos, cujo dono era Odisseu. Na *Odisseia* de Homero, foi Argos o único a reconhecer o herói quando este retornou para casa, morrendo logo depois disso. No lado oriental da mitologia, este animal aparece como Tien-koan, o cão celestial chinês; é um dos

animais do horócopo chinês simbolizando lealdade e persistência (Chevalier e Gheerbrand, 1994, 160).



Pratos da colecção Miranda (seg. Moncada, 2008) e Museu de Vila Viçosa (seg. Santos, 1960).

Cavalo

O cavalo ou égua (*Equus caballu*) é um mamífero hipomorfo, da ordem dos ungulados. É membro da mesma família dos asnos e das zebras, a dos equídeos. Todos os sete membros da família dos equídeos são do mesmo género, *Equus*, e podem relacionar-se e produzir híbridos, não férteis, como as mulas. Os cavalos têm longas patas de um só dedo cada. São animais sociais, que vivem em grupos liderados por matriarcas. Os cavalos usam uma elaborada linguagem corporal para comunicar uns com os outros. O seu tempo de vida pode ascender aos 30 anos (MacDonald, 2001). Emblema de velocidade e perseverança está relacionado com a realeza chinesa (Matos, 1996, 274).



Pormenor de garrafa pertencente à colecção do museu de Hamburgo (seg. Pais, 2007).

Coelho/lebre

Os coelhos são mamíferos lagomorfos da família dos leporídeos, em geral dos géneros *Oryctolagus* e *Sylvilagus*, herbívoros. Caracterizam-se pela cauda curta e as orelhas e patas compridas. Esses pequenos mamíferos encontram-se facilmente em muitas regiões do planeta. A maior parte das espécies costuma abrir galerias subterrâneas, onde diversas gerações se sucedem nos ninhos, vivendo em comunidade. Símbolo do horóscopo chinês, são um dos doze animais celestes, relacionados com a boa sorte (MacDonald, 2001).

A lebre é um mamífero da família *Leporidae*, pertencente a um dos seguintes géneros *Lepus*, *Caprolagus* ou *Pronolagus*, herbívoros. Podem movimentar-se com grande velocidade. É um animal muito tímido, podendo viver em pares ou solitariamente. A dieta da lebre é muito similar à do coelho. Uma das diferenças entre lebres e coelhos é o fato as crias daquelas já nascem com pequena capacidade motora e visual, enquanto as dos coelhos nascem completamente cegos e ficam no ninho por algumas semanas até poderem sair sozinhos. Os ninhos das lebres são constituídos por depressões rasas ou são áreas aplainadas na erva, diferentemente dos coelhos, que os fazem em tocas no solo. Na cultura chinesa são símbolo de longevidade porque se acredita que na lua tritura os ingredientes do elixir da vida (Matos, 1996, 276).



Prato com representação de coelho, leilado pela Cabral Moncada Leilões.

Corça

Corça ou corço (*Capreolus capreolus*) é um mamífero cetartiodáctilo da família dos cervídeos que ocorre na Europa, Ásia Menor e na região ao redor do Mar Cáspio. A corça é o menor cervídeo europeu, variando de 95 a 135 cm de altura e pesando entre 18 e 30 kg. A pelagem varia de cor e comprimento, sendo curta e avermelhada no Verão, longa e castanha no Inverno. As hastes, presentes só nos machos, são curtas e pontiagudas. São usadas na disputa por fêmeas durante a época de reprodução, no Verão. Aquelas caem no Inverno para crescerem novamente na Primavera. A média de vida de uma corça selvagem é de oito anos, podendo chegar aos 14 anos (MacDonald, 2001). É símbolo de gentileza, pureza e graciosidade, consagradas à deusa Diana (Chevalier e Gheerbrand, 1994, 227). Tal como gamo, na cultura chinesa, é emblema de longevidade e símbolo de prosperidade (Matos, 1996, 276).



Prato com corça (seg. Monteiro, 1994).

Elefante

É o termo genérico e popular pelo qual são denominados os membros da família *Elephantidae*, um grupo de mamíferos proboscídeos elefantídeos, de grande porte, do qual há três espécies no mundo actual, duas africanas (*Loxodonta sp.*) e uma asiática (*Elephas sp.*). São os maiores animais terrestres da actualidade pesando até doze toneladas e medindo em média quatro metros de altura. As suas características mais distintivas são as presas de marfim (MacDonald, 2001). A rainha Maya, mãe de Buda, da mesma forma que Maria recebeu a visita do Espírito Santo quando da concepção de Cristo, sonhou que um elefante branco entrou no seu ventre na noite em que concebeu o Salvador. Um mito antigo conta que houve uma época em que os elefantes podiam voar e mudar de forma como nuvens. As trombas ameaçadoras de um elefante em sonhos podem ter um carácter sexual pelo aspecto fálico e podem ainda estar exprimindo um conflito erótico. Frequentemente, os elefantes são considerados como sendo símbolo da estabilidade (Chevalier e Gheerbrand, 1994).



Manga de farmácia da colecção Francisco Hipólito Raposo (seg. Monteiro, 1994) e pote pertencente à colecção do Museu do Caramulo (seg. Santos, 1960).

Javali

O javali (do árabe *djabali*, significando porco montanhês) é um mamífero artiodáctilo, da família *Suidae* de médio porte e corpo robusto. É a mais conhecida e a principal das espécies de porcos selvagens. Tem ampla distribuição geográfica, sendo nativo da Europa, Ásia e Norte da África. É o antepassado a partir do qual evoluiu o actual porco doméstico (*Sus domesticus* ou *Sus scrofa domesticus*). O corpo do javali é robusto e estreito, com patas relativamente curtas. Tem uma cabeça grande, triangular, com olhos pequenos. A boca é provida de enormes caninos que se projectam para fora e crescem continuamente. Os caninos são usados como armas em lutas entre machos e contra inimigos. Ao contrário de certas raças de porcos domésticos, os javalis são cobertos de pelagem. Os pelos são rijos e nos adultos variam de cor entre o cinza-escuro e o acastanhado. São animais de grandes dimensões, podendo os machos pesar entre 130 e 250 kg e as fêmeas entre 80 e 130 kg. É um animal omnívoro, com preferência por matéria vegetal como raízes, frutos, bolotas, castanhas e sementes (MacDonald, 2001). Desde a Antiguidade Clássica à Idade Média, o javali foi sempre considerado como espécie cinegética de prestígio, especialmente os machos adultos, que eram vistos como o paradigma da coragem e bravura. As referências culturais ao javali são abundantes desde pelo menos a Grécia Antiga. Um dos doze trabalhos de Hércules foi caçar o javali de Erimanto. O javali foi também símbolo de legiões romanas como XX Valeria Victrix, I Italica e X Fretensis. Foi também um animal comum na heráldica medieval europeia (Chevalier e Gheerbrand, 1994, 301).



Garrafa pertencente à colecção do Museu Nacional Soares dos Reis (seg. Santos, 1960) e pormenor de prato pertencente à colecção do Museu dos Biscainhos (seg. Monteiro, 1994).

Leão

É um dos quatro grandes felinos no género *Panthera*, e um membro da família *Felidae*. Com alguns machos ultrapassando os 250 kg em peso, é o segundo maior felino do mundo, depois do tigre. Leões selvagens existem actualmente na África Subsaariana e na Ásia, tendo desaparecido recentemente da África do Norte e do Sudoeste Asiático. Os leões vivem por volta de 10-14 anos. Alimentam-se de carne, caçando mamíferos tais como antílopes e zebras. O leão é apelidado de o "rei dos animais" por se encontrar - em condições naturais e normais - no topo da cadeia alimentar dos animais que habitam em terra seca. Apesar disso, são os felinos mais sociáveis do mundo: um grupo pode possuir até quarenta indivíduos, composto na maioria por fêmeas. Para *sobreviver*, um leão necessita ingerir, diariamente, cerca de 5 quilos de carne, no mínimo, mas caso tenha a oportunidade, consegue comer até 30 quilos de carne numa só refeição. Poucos animais possuem presença tão marcante como símbolo. Sua imagem é normalmente associada ao poder, à justiça e à força, mas também ao orgulho e à autoconfiança. É um animal mencionado na bíblia como representando gente má que Deus destrói apesar da sua força. Simboliza força e poder sobre os fracos. Não esquecer que é ainda um animal exótico proveniente de terras distantes (Chevalier e Gheerbrand, 1994, 401). No mundo oriental simboliza o poder e a sabedoria de buda (Matos, 1996, 276).



Prato recuperado em Amesterdão (seg. Bartels, 2003) e prato da colecção do Museu Nacional machado de Castro (seg. Santos, 1960).

Ouriço

Da família *Erinaceidae*, insectívoros da ordem Erinaceomorpha. Tais animais possuem o dorso coberto por espinhos curtos e lisos, e as partes inferiores por pêlos. São animais principalmente noturnos, que se alimentam de insectos, caracóis, lesmas e de vegetais. Os seus predadores principais são as corujas e os furões. O ouriço conta com a sua coloração como camuflagem, mas quando ameaçado enrola-se numa bola expondo apenas a face coberta de espinhos, com mais de dezasseis mil picos usando-nos para diferentes necessidades: camuflagem, defesa, ataque, transporte de comida. Possuem um focinho pequeno e quatro patas que se mobilizam bastante bem. O ouriço hiberna no inverno durante aproximadamente 3 meses, antes recolhe comida e mantimentos para a sua hibernação. Tem um sentido de visão pouco desenvolvido, ao contrário da audição e do olfacto. É um animal solitário e territorial, de hábitos essencialmente noturnos, podendo ser observado nas últimas horas do dia e ao amanhecer (MacDonald, 2001).



Prato recuperado em Hoorn, nos Países Baixos (seg. Bartels, 2003).

Veados

Os veados são mamíferos da ordem dos artiodáctilos pertencentes, em senso estrito, à família *Cervidae*. Entretanto, várias espécies semelhantes, de outras famílias da mesma ordem, são também chamados veados. São encontrados em todo o mundo, excepto na Austrália (as espécies que lá vivem, embora em estado selvagem, foram introduzidas na colonização). Os machos da maioria das espécies desenvolvem hastes no crânio, que são renovados anualmente. São usados como arma durante a estação de acasalamento, nos combates entre machos. São animais polígamos e herbívoros com alimentação específica devido à pouca especialização do seu estômago, que não digere vegetação fibrosa como erva. Assim, alimentam-se principalmente de rebentos, folhas e frutos. Têm ainda elevados requerimentos nutricionais de minerais que lhes permitam crescer novas hastes todos os anos (MacDonald, 2001).



Prato pertencente à colecção do Museu Nacional de Arte Antiga (seg. Calado, 2005).

VI.9.4. Peixes

São animais vertebrados, aquáticos, que possuem o corpo fusiforme, os membros transformados em barbatanas, sustentadas por raios ósseos ou cartilagosos, as guelras ou brânquias com que respiram o oxigénio dissolvido na água e, na sua maior parte, o corpo coberto de escamas. Na mitologia chinesa são símbolo de felicidade conjugal (Matos, 1994).

Carpa

A carpa-comum (*Cyprinus carpio*) é um peixe teleósteo da família *Cyprinidae*, de coloração cinza prateado. Originária de grandes lagos e rios da Cina e da Europa, onde as populações selvagens enfrentam risco de extinção, é muito difundida como peixe de criação em vários ambientes nos quais pode ser considerada espécie invasora. De boca pequena, sem dentes verdadeiros, rodeada de barbilhões curtos; alimenta-se de vegetais e outras substâncias. É ovíparo e pode ter até 100 centímetros de comprimento. Símbolo de longevidade por se tratar de um peixe resistentes que vive mais anos que os outros peixes, sinal de riqueza, de abundância e supremacia intelectual (Matos, 1996, 274).



Aquamanil da colecção do Museu Nacional de Arte Antiga (seg. Calado, 1992).

6.9.5. Animais fantásticos

Dragões

Do grego (*drákon*, *δράκων*) são criaturas presentes na mitologia dos mais diversos povos e civilizações. São representados como animais de grandes dimensões, normalmente de aspecto reptiliano, muitas vezes com asas, plumas, poderes mágicos ou hálito de fogo. A palavra dragão é originária do termo grego *drakôn*, usado para definir grandes serpentes. Em vários mitos eles são apresentados literalmente como grandes serpentes, como eram inclusive a maioria dos primeiros dragões mitológicos, e em suas formações quiméricas mais comuns. A variedade de dragões existentes em histórias e mitos é enorme, abrangendo criaturas bem mais diversificadas. Apesar de serem presença comum no folclore de povos tão distantes como chineses ou europeus, os dragões assumem, em cada cultura, uma função e uma simbologia diferentes, podendo ser fontes sobrenaturais de sabedoria e força, ou simplesmente feras destruidoras. Na mitologia chinesa é o primeiro dos quatro animais sobrenaturais, que participou na criação do mundo. Símbolo da Primavera é ele que traz a chuva. Personifica o imperador e é associado à felicidade, sabedoria e fertilidade (Matos, 1996, 275)



Prato pertencente à colecção do Museu da Cidade de Lisboa.

Grifo

É uma criatura lendária com cabeça e asas de águia e corpo de leão. Fazia seu ninho perto de tesouros e punha ovos de ouro sobre ninhos também de ouro. Na Grécia acreditava-se que viviam perto dos hiperbóreos e pertenciam a Zeus. Na Idade Média Sir John Mandville escreveu sobre estes animais fabulosos no capítulo XXIX do seu célebre livro de viagens. Em Época Moderna a sua imagem passou a figurar em brasões pois aparentemente possui muitas virtudes e nenhum vício (Chevalier e Gheerbrand, 1994, 358).



Pormenor de prato pertencente à colecção do Victoria & Albert Museum (foto T. Casimiro).

Centauros

Na mitologia grega, os centauros (em grego Κένταυρος *Kentauros*, "matador de touros) são uma raça de seres com o torso e cabeça humanos e o corpo de cavalo. Viviam nas montanhas de Tessália e repartiam-se em duas famílias, os filhos de Íxion e Nefele, que simbolizavam a força bruta, insensata e cega e os filhos de Filira e Cronos, dentre os quais o mais célebre era Quíron, amigo de Hércules, representavam, ao contrário, a força aliada à bondade, a serviço dos bons combates (Chevalier e Gheerbrand, 1994, 181).



Pormenor de prato pertencente à colecção da Casa Museu Guerra Junqueiro (Calado, 2003).

VI.9.6. Caracóis

São os moluscos gastrópodes terrestres de concha espiralada calcária, pertencentes à subordem *Stylommatophora*, que também inclui as lesmas. Com ampla distribuição ambiental e geográfica e respiram através de um pulmão, são essencialmente herbívoros pois comem verduras. Animais de hábitos noturnos e vorazes pois comem uma grande quantidade de alimentos. Mas essa voracidade está directamente relacionada ao clima e às estações do ano: não se alimentam por vários dias em clima seco e quente mas consomem diariamente cerca de 40% de seu peso nos dias frescos. Os caracóis são animais hermafroditas incompletos, ou seja, cada um possui os 2 sexos, mas precisam de um parceiro para realizar a cópula e a fecundação. Eles formam casais e copulam em média 4 vezes por ano num contacto que pode durar até 10 horas. A gestação dura cerca de 16 dias quando então cada parceiro procura um lugar húmido, limpam a superfície e cavam com a cabeça de 5 a 10 cm para aí colocarem os ovos. Cada um deposita, em média, 100 a 300 ovos dependendo da espécie. Na cultura chinesa simbolizam a regeneração periódica (Matos, 1996, 276).



Pormenor de prato recuperado em Amesterdão (seg. Baart, 1988).

6.10. Representações antropomórficas

Representações de cenas do quotidiano, sobretudo ligadas a classes mais abastadas da sociedade ou a grupos específicos, como soldados. Menos comuns são figurações de tarefas quotidianas embora ocorram alguns exemplos. Surgem senhoras, cavaleiros, soldados, fidalgos, nobres, agricultores, deusas e figuras míticas, cenas bíblicas e cenas do quotidiano. Na segunda metade do século XVII são comuns bustos de senhoras.

Estas representações podem ser de indivíduos ocidentais ou, no caso de certas cenas, orientais.



Representações antropomórficas em diversos pratos da colecção do Museu Nacional de Arte Antiga (seg. Calado, 2005) e colecção Miranda (seg. Moncada, 2008)

6.11. Elementos paisagísticos e arquitectónicos

São elementos decorativos na Faiança Portuguesa certos edificios ocidentais e orientais e paisagens que representam ambientes, no quais, muitas vezes, se inserem personagens, na representação de cenas. São comuns pontes, castelos, igrejas. De inspiração oriental surgem muitas vezes as representações de rochas, símbolo de longevidade e perseverança (Matos, 1994).



Pratos da colecção Miranda (seg. Moncada, 2008) e manga de farmácia da Casa Museu Guerra Junqueiro (seg. Calado, 2003).

6.12. Barcos

A ligação de Portugal ao mar e o facto de grande parte da população desempenhar actividades marítimas, fez com que as embarcações fossem tema recorrente na nossa faiança.



Prato da colecção do Museu Nacional Machado de Castro (seg. Santos, 1960) e prato recuperado nas escavações do Mosteiros de São João de Tarouca (seg. Sebastian e Castro, 2009).

7.1.13. Corações

Decoração frequente na Faiança Portuguesa, sobretudo no interior do fundo de pratos, os corações alados, trespassados de setas, representando um amor quebrado surgem com frequência em contextos estrangeiros. Foram interpretados estes pratos como produções destinadas a ofertas de casamentos, ainda que a sua frequência não nos faça acreditar nesta teoria (Queirós, 1907).



Prato recuperado nas escavações de Ferryland na Terra Nova (foto T. Casimiro).

6.14. Legendas

A maior parte delas representam nomes próprios que sabemos serem destinados a utilizadores específicos, tal como D. Thereza Ma, Soror Mariana ou Abreu. Por vezes, em vez do nome podem simplesmente surgir as iniciais do mesmo como S.K. ou L.F. Podem aqueles ser nomes próprios ou familiares, como o caso da família PAS em Amesterdão ou ainda nomes de ordens religiosas tal como a Ordem de São Domingos com as iniciais S.D. O nome estaria sempre colocado em todos os recipientes utilizados por aquela pessoa em particular. Nas escavações de Ferryland, na Terra Nova, são dezenas as peças com atribuídas a Sarah Kirke (S.K) e conhecemos pelo menos dois pratos com decoração semelhante e com o nome de António da Rocha.

Contudo, surgem muitas outras inscrições que representam mensagens ou indicações da funcionalidade do recipiente, tal como os casos do “Amor” ou “Não quero nada do amor”, tema aliás muito recorrente, ou a palavra “barba” numa bacia de barbeiro ou “sangria” num recipiente.

É possível que algumas destas legendas pudessem constituir conjuntos de peças. Conhecemos o prato que possui a legenda “VER”. Ele podia fazer parte de um grupo de cinco peças aludindo aos cinco sentidos. Da mesma forma, o prato com a legenda “VERÃO” podia constituir o quarto elemento de um agregado que representasse as quatro estações.



Prato pertencente à colecção do Museu de Arte Antiga e prato da colecção do Museu Nacional Machado de Castro (seg. Santos, 1960).

6.15. Peças datadas

É nossa crença que estas peças, devido à sua fraca incidência, eram executadas sobretudo por encomenda, representando datas importantes para os seus proprietários. A razão desta ilação prende-se sobretudo com o facto de aparecerem sobretudo em peças de excelente qualidade, dificilmente adquiridas pelas camadas mais desfavorecidas da sociedade. Note-se que, por exemplo, em duas garrafas com as armas portuguesas, uma apresenta a data de 1641, ano seguinte à Restauração e a outra a data de 1655 quando se firmou o tratado de paz entre Portugal e França, ou 1665 quando ocorre a batalha de Montes Claros. Muitas peças datadas têm sido identificadas em outros países contendo datas, geralmente associadas a brasões que podem igualmente indicar acontecimentos simbólicos para essas famílias.



Manga de farmácia da colecção do Museu Nacional de Arte Antiga e garrafa da colecção do Museu Nacional Machado de Castro (seg. Santos, 1960).

6.16. Brasões

A partir do momento em que a Faiança Portuguesa começa a circular no seio das elites, que as suas características lhe conferem a potencialidade de representar brasões de diversas famílias ou ordens religiosas, ao estilo do que tinha acontecido com a louça italiana e espanhola. De facto, este deve ter sido um dos elementos decorativos mais requisitados na louça de exportação, atendo que a maioria das peças que encontramos em museus estrangeiros possui brasões de famílias e cidades exógenos. Peças de alta qualidade, ostentando escudos seriam uma forma de reprodução do nível social, diferente da louça consumida pelas camadas mais baixas da sociedade. Esta devia mesmo ser uma produção específica de determinados centros produtores, pois o mercador portuense Gaspar Fernandes Lopes recebe uma encomenda de Bayonne em França para 10 ou 12 dúzias de “*tigellas de coroas de Lisboa*” que deveriam conter brasões (Leão, 1991, 23). Eles representam não apenas famílias nobres, nacionais e estrangeiras, mas igualmente, a família real e ordens religiosas.

Se inicialmente estas representações estavam reservadas às camadas mais elevadas da sociedade, com a democratização do consumo, as camadas menos desfavorecidas passaram a ter acesso a estes símbolos nobiliárquicos nas suas casas. A partir da segunda metade do século XVII, ela passa a ser comum em todos os contextos arqueológicos, não apenas em Portugal e nas colónias portuguesas, mas igualmente noutros países. Mato Sequeira, na sua obra *Depois do Terramoto*, transcreve um documento, que o autor afirma ter encontrado na Biblioteca dos Condes de Ameal, em que se relata uma *Audiência que Júpiter fez no Monte Olimpo*. Após a comparência de vários artificies apareceram os oleiros “*acusados de muitas famílias ilustres de que eles lhes sevandijavão as suas armas, pondo-lh’as na louça, as quaes se viam pelas tavernas e pedião licen^{ça} para tomarem todos os pratos por perdidos em que se visse as suas armas. Júpiter lhes dice que não se afrontassem por que antes isto lhes servia de credito por mostrar mais domínios das suas casas*” (Sequeira, 1967, 47). O motivo heráldico mais comum foi tratou-se do brasão com o leão rompante, comumente identificado com a família Silva, ainda que pudesse ser conotado com mais famílias, nacionais e estrangeiras.



Taça com o brasão dos Silvas da colecção do Museu Nacional Machado de Castro (seg. Santos, 1960).



Prato da colecção Miranda (seg. Moncada, 2008).

6.17. Geométricos

Não é de todo fácil determinar, se os padrões geométricos utilizados na Faiança Portuguesa tiveram como influência as cerâmicas exógenas que chegavam ao nosso país durante os séculos XV e XVI, ou se os oleiros portugueses a desenvolveram por si próprios. Representações geométricas na cerâmica têm sido comuns em todas as civilizações e a Faiança Portuguesa não foi exceção.

Semicírculos concêntricos

São uma das decorações mais comuns na segunda metade do século XVII, sobretudo a partir de 1640. As primeiras representações apresentam-se sobretudo em taças e de forma mais delicada, perdendo requinte e sendo sobretudo utilizados em pratos.



Taça com semicírculos concêntricos do Museu da Quinta das Cruzes.

Reticulados



Jarro da colecção do Museu Nacional Machado de Castro.

IV.8.2. Evolução Crono-Estilística

A datação das peças em Faiança Portuguesa foi tentada desde a publicação das primeiras peças, em finais do século XIX. Contudo, as indicações cronológicas generalizavam as peças ao século XVII ou XVIII, sem qualquer rigor. A primeira tentativa de uma evolução crono-estilística foi tentada por Reynaldo dos Santos, em 1960. O autor traçou uma evolução dividida em quatro períodos que correspondiam, generalistamente, aos quatro quartéis do século XVII, suportando as suas afirmações com base nas peças datadas que existiam nos museus e colecções privadas do país. A obra de Reynaldo dos Santos auxiliou arqueólogos e historiadores de arte, durante mais de quarenta anos, na datação de cerâmica estanífera, e foi continuada e utilizada por autores como Rafael Salinas Calado (1987, 1992, 2003), Rui Monteiro (1994, 2002) ou Alexandre Pais nos seus estudos de colecções museológicas (Pais, 2007).

O primeiro ciclo de Reynaldo dos Santos corresponde ao primeiro quartel de seiscentos. Defensor da forte influência oriental na faiança, acredita que é neste momento que as peças portuguesas imitam, o mais fidedignamente possível, os símbolos e temas das porcelanas chinesas (Santos, 1960, 25). O mais antigo exemplar datado que se conhece trata-se de uma taça, hoje em exposição no Museu Nacional Soares dos Reis, que apresenta a data de 1621 na parte exterior do fundo. A temática decorativa é efectivamente de inspiração oriental com a representação de crisântemos dentro de cartelas.. Os pratos que tentam imitar na perfeição as produções orientais, com decoração em cartelas e motivos vegetalistas e zoomórficos na zona central também se inserem neste período. Outras peças são inseridas neste grupo, nomeadamente, o prato dos veados do Museu Nacional de Arte Antiga.

O segundo momento desta evolução é conotado com a inserção de elementos portugueses na decoração, criando uma mistura de estilos, a que o autor denomina de “período áureo”. Acreditava que era o ciclo onde se introduz a decoração do manganês e a policromia, através do amarelo. A temática oriental, mais estilizada, resume-se quase exclusivamente à aba, pois é no centro que aparecem as figuras europeias como os temas mitológicos e, sobretudo, os brasões das famílias nobres do reino, particularmente a dos Silvas com o seu leão rompante que, de uma encomenda, passou a produção generalizada e bastante divulgada. Refere ainda o crescente aparecimento de temas

relacionados com a Restauração, tais como soldados e brasões reais, com a data de 1641 (Santos, 1960, 47). Tendendo a colocar todas as peças de inspiração oriental nos dois primeiros ciclos, ignorou que aquelas continuam a ser produzidas pelo menos até 1660. Por outro lado, apercebendo-se da riqueza deste momento, caracterizou-o como o período mais fecundo e mais original da faiança seiscentista (Santos, 1960,77).

No terceiro período, Reynaldo dos Santos sugere que a decoração perdeu o seu primor inicial, tornando-se, maioritariamente, policroma, com recurso ao manganês, que contorna os elementos decorativos, preenchidos a azul ou, mais raramente, a amarelo. Continuam os motivos de inspiração oriental, mas parece que os oleiros já não se recordam do motivo original, repetindo continuamente os ditos aranhões, que já em pouco lembram os motivos chineses que lhes deram origem. A parte central do prato continua a ostentar brasões, mas também motivos zoomórficos e paisagens (Santos, 1960, 47).

O quarto e último período, correspondendo ao último quartel do século XVII, apresenta uma completa ausência de motivos orientais, predominando os motivos barrocos, as contas, cabeças de senhoras quase grotescas, e rendas (Santos, 1960, 47).

Apesar desta divisão cronológica, em voga durante muitas décadas, estar desactualizada à luz dos nossos conhecimentos actuais, destaca-se o facto de Reynaldo dos Santos ter, efectivamente, compreendido quais as peças mais antigas, distinguindo-as das mais recentes. Pecou pelo facto de, através da sua cronologia ser impossível datar peças de uso quotidiano na Faiança Portuguesa, resumindo-se o seu estudo a peças de museu e colecções privadas. Atendamos, no entanto, a que em finais dos anos 50, a arqueologia moderna ainda não tinha produzido informações suficientes para que o autor pudesse recorrer a quaisquer outras informações que não as museológicas.

À luz dos conhecimentos adquiridos nas últimas duas décadas, sobretudo através de resultados obtidos em contextos arqueológicos nacionais e estrangeiros, aquela evolução já não corresponde ou satisfaz a datação das peças que hoje conhecemos, sobretudo peças mais modestas. Com base em estudos publicados e em colecções arqueológicas, e jamais ignorando as peças datadas presentes em museus e em outros conjuntos, foi possível redefinir e apurar com maior pormenor os momentos chave na produção de faiança, dividindo-a em seis períodos que julgamos corresponderem à evolução crono-estilística das produções portuguesas. Como o próprio Rafael Salinas

Calado costumava dizer, cabia aos arqueólogos apurar as datações que os historiadores de arte tinham estabelecido com base nas peças datadas existentes nos museus.

Nem sempre é possível estabelecer um momento político ou cultural para o começo ou fim de um período estilístico. As escolhas decorativas e formais dos oleiros foram, claramente, influenciadas por factores internos e externos, em especial no aparecimento de novos motivos decorativos. De qualquer das formas, também não podemos ignorar a imaginação dos pintores de louça nacionais e o aparecimento de motivos que surgiram da cabeça dos artistas, sem obedecer a modelos pré-definidos.

Partindo das peças que constituem o corpus da presente tese, auxiliadas pelas publicações de contextos arqueológicos nacionais e estrangeiros onde Faianças Portuguesas foram exumadas, bem como por informações fornecidas por outros arqueólogos que escavaram contextos que ainda não foram publicados, tanto em Portugal como noutros países, foi possível estabelecer a presente evolução crono-estilística. Deixamos aqui uma nota em torno da dificuldade que foi encontrar arqueossítios portugueses devidamente publicados, nos quais as faianças fossem seguramente datadas.

Tem sido uma tendência dos mais diversos autores classificarem a Faiança Portuguesa como genericamente pertencendo ao século XVII o que não nos foi muito útil no apuramento de cronologias mais específicas. Destacam-se, neste sentido, as colecções identificadas em Palmela, Almada ou mesmo Lisboa que pouco nos ajudaram no presente estudo evolutivo (Fernandes e Carvalho, 1995; Sabrosa e Santos, 1992; Silva e Guinote, 1998). Por outro lado, devemos indicar as preciosas informações retiradas das publicações de colecções recuperadas em Tarouca, Porto ou Funchal que muito nos auxiliaram (Sebastian e Castro, 2009; Gomes e Gomes, 1995). Os contextos arqueológicos nacionais foram preciosos na datação das peças, contudo, a maior parte das informações foi adquirida em arqueossítios estrangeiros, onde as datações são mais precisas, devido à elevada quantidade de outras importações que acompanham a Faiança Portuguesa.

Apesar de seis períodos terem sido balizados por datas, não acreditamos que estas etapas marquem pontos estanques no tempo, ou seja, ainda que sejam apontadas datações, não podemos afiançar que uma peça produzida em 1631 não possa ainda assim possuir as características do período anterior. Os momentos que definimos

marcam tendências produtivas em que certas decorações predominam, em detrimento de outras. Nem tão pouco esta evolução encerra a chave para a identificação de todos os exemplares de Faiança Portuguesa, existentes em museus ou recuperados em intervenções arqueológicas. Apesar de fornecerem alguns elementos chave para sua atribuição cronológica, é bem possível que alguns tipos decorativos tenham permanecido em diversos períodos.

É curioso observar como a maior parte dos períodos corresponde a 25 ou 30 anos, o que podemos determinar como uma geração. Não é então incongruente defender que cada um destes momentos decorativos podia estar ligado a uma nova geração de oleiros que ocupava o lugar dos seus mestres (pais ou familiares). Como aqui observámos no capítulo dedicado à organização do ofício, a família é um elemento fundamental, e mesmo um modelo da sociedade em geral no Portugal Moderno, pelo que não podemos ignorar essa organização familiar nos próprios períodos que marcam a decoração da Faiança Portuguesa.

É o primeiro momento da produção de louça esmaltada moderna em Portugal. A datação aqui apresentada é oferecida com base na interpretação das evidências arqueológicas do forno da Mata da Machada pelo Dr. Cláudio Torres, a única estrutura que conhecemos ter produzido cerâmica esmaltada durante o século XVI. Acreditamos que aquele forno, ainda que possa, na verdade, ter laborado durante a década de 20, só começou a produzir cerâmica esmaltada alguns anos depois, durante a década de 40 do século XVI. As razões desta afirmação prendem-se com a quantidade de cerâmicas estaníferas exumadas dos contextos quotidianos da cidade de Lisboa e arredores, em meados daquela centúria. Se a produção estivesse instalada em 1530, aquelas peças seriam comuns em todos os contextos arqueológicos da primeira metade do século XVI, quando, de facto, só se tornam comuns a partir de 1560.

Produzia-se cerâmica estanífera na margem sul do Tejo e, segundo a documentação, também em Lisboa, pelo menos desde 1565, tendo demorado ainda alguns anos para que todas as camadas da população a adquirissem. Uma das principais características dos contextos nacionais entre 1550 e 1600 passa pelo predomínio da louça vermelha, tanto na produção como no consumo de alimentos.



Taça carenada, em biscoito, recuperada nos caqueiros da Mata da Machada (foto T. Casimiro).

Esta realidade é observável tanto nos contextos mais modestos como nos mais abastados. Note-se como poucos fragmentos foram recuperados nos sítios arqueológicos da cidade de Lisboa datados da primeira metade do século XVI, nomeadamente os entulhos do terramoto de 1531, onde predominam as cerâmicas comuns, cujas colecções são compostas, na maioria, por panelas, cântaros e taças (Diogo e Trindade, 2000).

Nos ambientes palatinos, tal como o palácio do Corpo Santo, ocupado pela família Corte-Real até aos finais do século XVI, a percentagem de cerâmica esmaltada torna-se, efectivamente, mais comum (Sabrosa, 2008), mas mesmo assim reduzida, quando inserida na totalidade das colecções. Peças semelhantes foram identificadas nos contextos da segunda metade do século XVI, na Casa do Infante, mas desconhecemos se eram produzidas em Portugal ou importadas (Barreira, Dórdio e Teixeira, 1995, 150).

As obras reconhecidas até ao momento são exclusivamente de pratos com fundo em ônfalo e taças carenadas, formalmente semelhante às peças produzidas em Sevilha, desde finais do século XV. A elevada demanda destas peças às oficinas espanholas e o sucesso que tiveram na população portuguesa, pode ter incentivado a sua produção (Figs.).

A data apontada para o final deste período tem como base informações documentais. Em 1565, o *Livro do Lançamento* refere-nos a existência de diversos mestres de malega branca em diversas freguesias da cidade e, em 1572, o Regimento dos oleiros de Lisboa menciona a existência de louça de Talavera. Pelo que conhecemos das produções espanholas efectuadas naquela data, tratava-se de louça azul e branca, muito diferente das peças sevilhanas que imitámos durante a maior parte do século XVI.

Período II – 1570 – 1610

É a primeira fase da produção de louça esmaltada a branco e decorada a azul. Como mencionado, a determinação desta data é feita com recurso a fontes documentais, visto que a nível arqueológico só a partir de 1580 começam as peças azuis a brancas a serem recorrentes.

Os objectos deste período inspiram-se nas produções espanholas, italianas e nas porcelanas Ming que chegaram ao país durante o século XVI e inícios do XVII. Desconhece-se o que impulsionou os artistas lisboetas a iniciarem este tipo de produção, e é comumente aceite que a procura, superior à oferta, de modelos orientais e europeus, possa ter estado na origem da produção de faiança. As primeiras peças registadas nos contextos arqueológicos, inspiradas em objectos de elevado valor, cujo consumo era destinado às elites, leva-nos a crer que as primeiras faianças seriam destinadas às mesmas camadas sociais. Só passadas algumas décadas começa aquela louça a ser utilizada pelas camadas menos abastadas. Este modelo de consumo parece ter sido uma prática comum noutras produções europeias, designadamente italianas, holandesas e inglesas (Tyler, Betts e Stephenson, 2008, 11). As decorações exógenas devem ter sido trazidas por oleiros estrangeiros que se instalaram em Lisboa, principalmente espanhóis e flamengos. Eles são, por exemplo, registados no *Livro do Lançamento*, como Filipe de Góis, flamengo, morador na Pampulha, onde se desenvolverá importante centro de produção de faiança (Monteiro, 2002, 54).

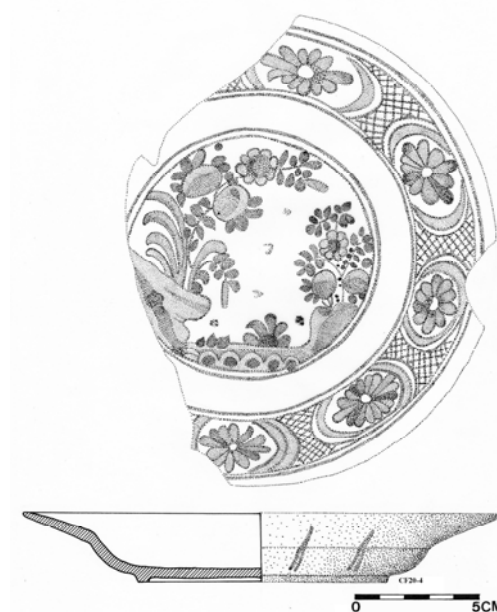
Nestes primeiros anos da produção surgem pratos e taças cujas formas já não imitam os modelos espanhóis, mas sim orientais e italianos. No que respeita à decoração, é o momento em que as peças mais reproduzem influências exógenas. No estilo oriental surgem as paisagens no centro dos pratos muito ao género do que se regista nas importações chinesas



Prato recuperado nas escavações de Deventer, em contexto de 1580 (seg. Bartels, 2003).

recuperadas em finais da segunda metade do século XVI.

As abas surgem divididas em cartelas, no interior das quais são desenhadas flores, como os crisântemos, e frutas, como pêsegos. Caracterizam-se estas decorações por um cuidado redobrado no delinear dos motivos, bem diferente da estilização que veremos nos períodos seguintes. São, de facto, imitações muito precisas das peças chinesas. Uma das principais características deste período passa pela completa ausência dos denominados aranhões, que vão dominar as decorações de influência oriental já a partir do período seguinte e, com maior incidência, no período V e VI.



Prato recuperado nas escavações de Carrickfergus, em contexto de 1580-1610 (des. T. Casimiro).



Pratos recuperados em fossa em Dordrecht em contexto de c. 1580 (seg. Bartels, 2003).

No que concerne às decorações de influência europeia, surgem as primeiras tentativas de imitação das penas de pavão, comuns nas produções italianas, mas que devemos ter imitado das produções espanholas, sobretudo de Talavera. Também de influência hispânica surgem as pequenas espirais dentro de cartelas pseudo-geométricas.

Esta decoração, inicialmente presente nas peças produzidas no reino de Granada, foi certamente buscar inspiração às produções valencianas, comuns nos nossos contextos arqueológicos desde meados do século XV.

São exemplos interessantes deste período as peças encontradas em Deventer ou Dordrecht nos Países Baixos, em contextos datados de 1580 (Bartels, 2003, 75), a colecção recolhida em Carrickfergus, cujo período de deposição não ultrapassa o ano de 1610, e ainda o prato exumado em DUK77. Ainda que não seja possível inseri-las em nenhum contexto arqueológico, algumas das peças presentes na colecção do Museu Nacional de Arte Antiga inserem-se estilisticamente neste período, pelo que cremos terem sido produzidas nesta cronologia. Curiosamente, nestas datações mais recuadas, são mais frequentes nos contextos estrangeiros que nos nacionais.



Prato da colecção do Museu Nacional de Arte Antiga (Calado, 2005).

É o período da consolidação da produção, ou seja, a época em que veremos surgir peças de elevada qualidade decorativa e grandes dimensões e cujo valor devia reservá-las às elites nacionais e à exportação. É o período áureo da Faiança Portuguesa.

As formas predominantes continuam a ser os pratos e taças, mas surgem algumas garrafas e jarros de grandes proporções, mais frequentes no contextos estrangeiros que nos nacionais.

Estilisticamente é o momento em que mais fielmente se copiam os modelos orientais. O centro dos pratos apresenta diversas paisagens bucólicas chinesas com a representação de animais e indivíduos. As abas dividem-se em cartelas, surgindo os primeiros aranhões inspirados nos rolos de papel, folhas de artemísia, leques e cabaças, que imitam com enorme rigor. A par destes elementos, figuram também, dentro das cartelas, flores, como os crisântemos, frutos, tais como pêssegos e romãs, e zoomorfos, maioritariamente aves. As decorações de influência europeia que surgiram no período anterior continuam a ser recorrentes, emergindo, em paralelo, uma grande afluência de brasões nobiliárquicos, o que, mais uma vez, comprova que eram peças destinadas ao consumo das elites. É nesta fase que a decoração começa a misturar diversas influências.

Começam a surgir, nos contextos arqueológicos nacionais, objectos reservados às camadas sociais mais abastadas, sendo recuperados, essencialmente, em palácios, casas abastadas, conventos e mosteiros. As peças recolhidas no contexto D2 da Casa do Infante (Porto), datado de 1628, mostram que já eram peças recorrentes utilizadas numa construção nobre daquela cidade.



Taça datada de 1621 da colecção do Museu Nacional Soares dos Reis, (seg. Santos, 1960).

Predominam peças com decoração geométrica e vegetalista, reconhecendo-se diversos itens decorados com a família das espirais. Demonstram elevada qualidade

produtiva, com pastas compactas e homogêneas e esmaltes brilhantes e aderentes, bem como distinta mestria decorativa (Barreira, Dórdio e Teixeira, 1995, 153). Contudo, destacamos que correspondem apenas a uma pequena amostra quando comparadas com as peças exumadas no contexto D3 do mesmo arqueossítio, datado entre 1656 e 1677, e que analisaremos nos períodos seguintes.

Uma das peças mais emblemáticas deste período é a pequena taça pertencente ao acervo do Museu Nacional Soares dos Reis. Decorada com quatro cartelas, dentro das quais se inscreve decoração de influência oriental, apresenta no exterior do fundo a data de 1621, pelo que se trata da mais antiga datação de que temos conhecimento em peças de Faiança Portuguesa. Pequena taça, com decoração semelhante, foi recuperada nas escavações de Cupids (Newfoundland), em unidade estratigráfica datável entre 1620 e 1630.

Duas garrafas, uma no museu de Copenhaga e outra no Museu de Hamburgo são claramente datáveis deste período (Pais, 2007, 45 e 46). Apresentam decoração de influência europeia, nomeadamente o brasão do Tenente Andersen e uma cena em que um homem mata um cavalo associada à legenda Jacob Semmelhacke, identificação específica de para quem foram produzidas.

A do museu de Copenhaga, datada de 1624, apresenta no colo solução decorativa de influência chinesa, semelhante a travessa da colecção Cabral Moncada que incluimos também neste período e cuja influência ultrapassou as fronteiras chinesas, apresentando dois quadrúpedes afrontados, ao estilo persa. Já a do museu de Hamburgo, datada de 1628, a peça apresenta no colo motivos de xadrez.



Garrafa com a data 1624 da colecção do Museu de Copenhaga (seg. Pais, 2007).

Recuperada em intervenção arqueológica em Naestved, em contexto datado entre 1600 e 1630, surge garrafa igualmente com brasão, mas cujo bojo se encontra decorado com duas cartelas onde se descobre decoração de influência oriental com crisântemos e uma borboleta, de estilo muito naturalista. O seu colo apresenta decoração

semelhante a garrafa muito bojuda guardada no museu de Hamburgo e datada de 1632, com o brasão de Bartel Kunrat.



Garrafas datadas de 1628 e 1632, da colecção do museu de Hamburgo (seg. Pais, 2007.) e garrafa exumada nas escavações de Naestved (foto C. Petersen).

Em termos estilísticos, podem ser incluídos neste período algumas peças presentes em museus e colecções privadas. Prato pertencente à colecção do museu de Gdansk (Polónia), misturando uma cena central claramente europeia, com aba dividida em cartelas. Na colecção Miranda surge prato de grandes dimensões e aba dividida em cartelas com a presença de elementos zoomórficos, romãs e cabaças e indivíduo de tez oriental observando barco ao estilo europeu (Moncada, 2008, 50).

No seu artigo sobre as peças encontradas nos Países Baixos, Michiel Bartels publica duas peças que defende pertencerem a um momento anterior a 1624, recolhidas em zona portuária, cujos contextos foram selados por obras realizadas naquele ano. O estilo decorativo das mesmas permite pensarmos que as mesmas podem ter sido realizadas entre 1620 e 1635. Ainda neste artigo surgem outras peças que o autor aponta para cerca de 1625, mas que acreditamos serem mais tardias, até porque o próprio não define um contexto arqueológico seguramente bem datado para aquelas (Bartels, 2003, 76 e 77).

É a época da explosão criativa da Faiança Portuguesa, mas, de igual modo, da perda de um pouco do seu requinte decorativo. A explicação deste fenómeno passa pela “democratização do seu consumo”. Esta expansão tem de ser vista numa lógica mercantilista que tinha invadido a Europa desde inícios do século XVII. Com a ampliação do mundo comercial, mudou-se a atitude de consumo das sociedades europeias e, naturalmente, da portuguesa. Agora também as camadas mais baixas da sociedade sentem que podem consumir objectos que, antigamente, estavam apenas destinados às elites, também elas podem consumir os símbolos do *status* social.

Surgem, assim, as peças destinadas ao consumo generalizado, utilizadas por camadas menos abastadas da população. É neste período que os três centros produtores, Lisboa, Coimbra e Vila Nova, abastecem intensamente o país e colónias. Os contextos arqueológicos referentes a estas cronologias oferecem elevadas quantidades deste material, superando, por vezes, a louça comum. O crescente consumo e demanda levaram a um decrescimento da qualidade, essencialmente no que toca as pastas e esmaltes. Também a delicadeza decorativa se perdeu, mas por outro lado, e tentando responder ao crescente consumo, aumenta o reportório iconográfico, com o aparecimento de novos elementos decorativos. É nesta fase que surgem as peças com riscas verticais e semi-círculos concêntricos como se identificou no sítio Pentagoet I, ocupado entre 1635 e 1654, que ofereceu um destes pratos (Pendery, 1999, 73). Esta decoração vai ser utilizada durante muitos anos, continuando pelo período V.



Taça com semicírculos concêntricos e prato com grandes folhas recuperados na escavação da Rua dos Bacalhoeiros, em contexto de meados do século XVII (foto L. Sebastian).

As decorações vegetalistas, tais como as grandes pétalas e folhas, generalizam-se e são comuns a quase todos os sítios arqueológicos, tanto nacionais como estrangeiros, tornando-se das decorações mais comuns.

Surgem, ainda que timidamente, as primeiras representações do que ficou conhecido como “rendas”, mas que mais não são que elementos inspirados nas “penas de pavão”, dadas a conhecer na Europa pelas produções italianas. Acreditamos que este motivo tenha surgido por volta de 1645, ainda que o seu *boom* tenha ocorrido a partir de 1650 e durando, sensivelmente, até 1680. Em Jamestown, Virginia, um prato com esta decoração e um coração alado ao centro, foi exumado num contexto 1650-1665 (Wilcoxon, 1999). Surgem ainda alguns exemplos da família das espirais, embora em menor quantidade.

A decoração, maioritariamente de inspiração oriental, já não reproduz fielmente o estilo exótico, como observável no período anterior, mas estiliza-se. Desta forma, a aba, ainda dividida em cartelas, apresenta crisântemos muito estilizados, longe do pormenor decorativo de outrora, alternando com aranhões que já não imitam símbolos chineses, mas passam a apresentar, quase em exclusivo, uma reprodução das folhas de artemísia, tornando-se os rolos de papel quase irreconhecíveis. Prato guardado no museu de Hamburgo, datado de 1637, mostra a estilização da decoração de influência oriental (Keil, 1938), semelhante ao que foi recuperado em diversos arqueossítios londrinos com cronologias entre 1640 e 1660, tais como Lamberth Street ou Magdalen Street.

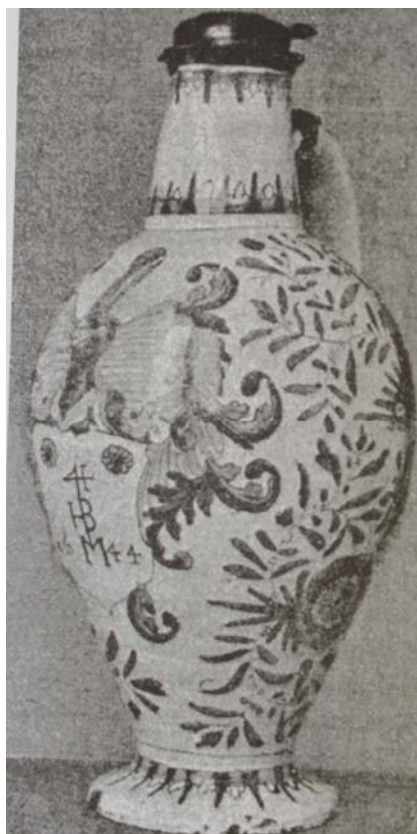


Garrafa com a data 1638 da colecção da Camara Municipal do Porto (seg. Trindade, 1994).

Se estas decorações se uniformizam e perdem pormenor, por um lado, por outro a decoração de influência oriental vai conhecer um novo estilo, denominado por “desenho miúdo” que permitirá a continuação do requinte decorativo de certas peças. Com um pincel muito fino, o pintor delimitava cenas orientais, onde surgem diversas

representações antropomórficas e zoomórficas, que preenchia com tons de azul. O seu rigor e qualidade permitem inferir que seriam peças destinadas a uma camada social mais abastada, possivelmente criando uma alternativa às decorações existentes, agora de fácil acesso a todos. A maioria dessas cenas era delimitada a violeta de manganês. Esta nova cor é, de facto, o grande marco deste período, sensivelmente na década de quarenta. De início é utilizado em quantidades diminutas, no limite do desenho miúdo, começando esta cor a predominar a partir de 1645.

O centro dos pratos tende cada vez menos a apresentar imagens de influência oriental, dedicando-se a representações europeias, como figurações mitológicas de Vénus e Fortunas correndo nuas, cobrindo-se apenas com um véu. Surgem, de igual maneira, diversas representações antropomórficas de senhoras e nobres, nos seus melhores trajes, em cenas quotidianas e lúdicas tais como caçadas, jogos e música.



Garrafa com a data de 1644, pertencente à colecção do Museu de Hamburgo (seg. Pais, 2007).

Aparecem, também, diversas cenas do que têm comumente sido designadas como “temas portugueses”. Readquirindo a sua independência em 1640, o país encontrava-se sob elevada tensão bélica com os espanhóis, pelo que não é incomum a representação de soldados armados e cenas de batalha. Prato já estudado por João Pedro Monteiro e parte do acervo do Museu Nacional de Arte Antiga, insere-se neste período, representando um fidalgo com um bastão na mão, que o autor identifica om representação de D. João IV, monarca da Restauração. Aquela figura, claramente portuguesa, apresenta-se rodeada por aba com decoração de influência oriental, característica deste período IV (Monteiro, 2002).

Propagandeando o poder português, não são incomuns as representações das armas reais que seriam consumidos pela população nacional, mas igualmente exportados, reafirmando a retoma do reino por nobres portugueses. Tal é o caso de prato

de excepcional qualidade, recuperado no solo de Hoorn, em contexto datado de 1650 a 1660, ou em Charlestown, Massachussets, em cronologia semelhante (Baart, 2007, 121; Pendery, 1999). Estas armas surgem, por vezes, associadas a datas, tais como 1641 ou 1655, que representam momentos chave da obtenção do poder, sobretudo batalhas. A garrafa com a data de 1641, da colecção do Museu Nacional de Arte Antiga, apresenta no seu colo algumas folhas de acanto que se tornaram frequentes no período seguinte, sobretudo em faixas, nas abas dos pratos, pelo que podemos estar perante uma das primeiras utilizações desta decoração na Faiança Portuguesa. Note-se que as peças onde estas representações do poder surgem apresentam elevada qualidade física e estética, em nada semelhantes às peças mais singelas destinadas ao consumo da população em geral, pelo que esta propaganda era realizada entre as famílias nobres envolvidas nas guerras da Restauração.



Pratos, da colecção do museu Nacional de Arte Antiga, onde se observa a estilização dos motivos orientais (seg. Calado, 2005).

O contexto D3 da Casa do Infante corresponde a fossa, com a intenção de retirar saibro, aberta durante as obras de remodelação da Alfândega entre 1656 e 1677. As peças recuperadas encaixam-se neste período. Continuam as decorações geométricas e das pequenas espirais, mas surgem alguns elementos vegetalistas como pétalas e folhas, bem como motivos zoomórficos e algumas rendas (Barreira, Dórdio e Teixeira, 1995, 154).

Na Casa de João Esmeraldo, Funchal, o espólio exumado da camada 3 do poço do sector I, ofereceu, de igual modo, peças desta cronologia, onde sobressaem as

decorações vegetalistas, tais como folhas, fetos e grandes pétalas, e também a estilização dos motivos orientais, em que as folhas de artemisia e os crisântemos são os motivos principais. Menos comum é pequena garrafa ali recolhida, muito semelhante às peças exumadas em Credington e Goldsmith Street em Exeter, às quais atribuímos a mesma cronologia (Gomes e Gomes, 1995; Casimiro, 2010).

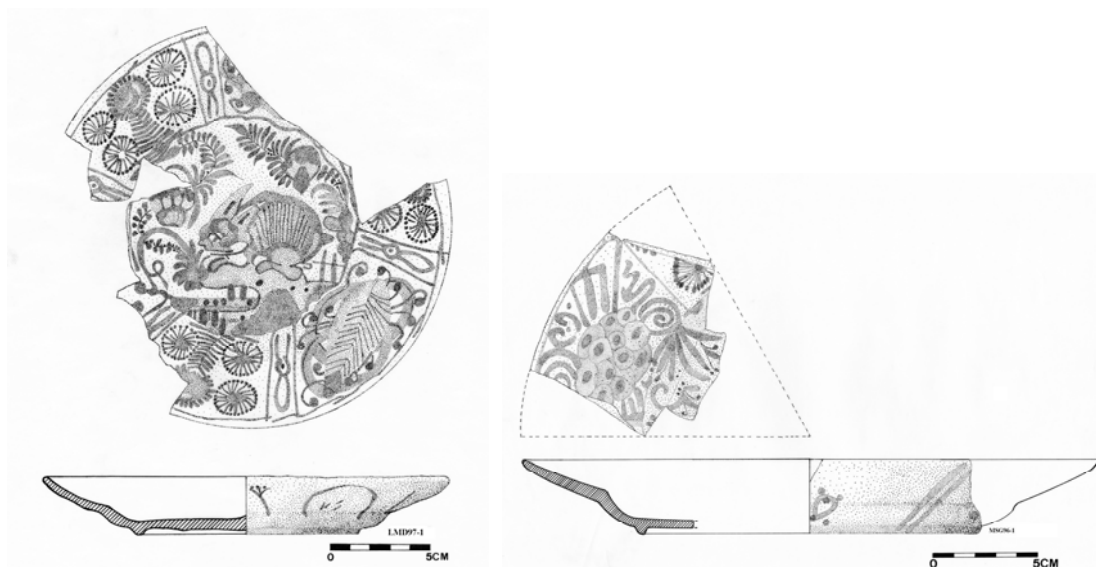
No capítulo das decorações conotadas com peças de consumo quotidiano, a decoração de linhas foi datada de entre 1630 e 1645 em contextos de Jamestown, na Virginia (Willcoxon, 1999). Rendas e semicírculos concêntricos aparecem no Maine, nos sítios de Pernaquid e Arrowsic e em Jamestown, entre 1650 e 1675 (Pendery, 1999, 65).

Um local muito bem datado, é a casa do mercador inglês, o capitão James Garret, ocupada durante a sua estada em Charlestown, onde permaneceu durante a Guerra Civil Inglesa, tendo depois regressado com a sua mulher a Inglaterra em 1656. Surgem aranhões e crisântemos estilizados, rendas, grandes folhas e grandes pétalas e um prato com decoração armoriada delimitada a manganês. Todavia, em sessenta e sete peças, apenas dois fragmentos revelam o uso desta cor, pelo que notamos que era ainda timidamente utilizada (Pendery, 1999, 68). É dentro deste período que aparece a referência a Lisbon Ware nos *Probate Inventories* norte-americanos. Estas referências mostram que era uma louça reconhecida e muito apreciada (Willcoxon, 1999).



Panela, datada de 1648, com brasão estrangeiro, da colecção do Museu de Hamburgo (seg. Pais, 2007).

Um dos mais bem datados exemplares trata-se do Lloyd's Plate, recolhido na plantação de Providence, num contexto perfeitamente datado de 1649. A presença do brasão, tradicionalmente identificado com os Silvas, mas que sabemos terem sido igualmente as armas da família Lloyd, demonstra já a efectiva utilização de decoração de influência europeia e que sabemos ainda mais motivada pela Restauração de 1640. Por outro lado, a ausência de manganês mostra que será apenas no período seguinte que esta cor vai predominar, onde quase todos os brasões passam por ela a ser delimitados.



Pratos exumados em Lambeth Street e Magdalean Street (des. T. Casimiro).

Continuaram a ser produzidos os produtos destinados à exportação, ainda que, também aqueles tenham perdido o seu pormenor ornamental, estilizando a decoração. Passa-se a recorrer quase sempre às mesmas soluções decorativas como é visível nos jarros e garrafas identificados no museu de Hamburgo, British Museum, nas escavações de Bristol, Londres, Galway ou Hoorn, onde as folhas que ladeiam flores de crisântemos ou camélias possuem sempre o mesmo estilo, ausentes das garrafas do período anterior. Também os pés daqueles objectos demonstram a frequência das soluções decorativas, como se observa em peça da Fundação Carmona e Costa, datada de 1658, apresentando o mesmo estilo (Pais, 2007, 58). Decoração semelhante surge ainda em peças datadas de 1643, no Victoria & Albert Museum, em peças com a data de 1644 e 1648, do museu de Hamburgo e em peças do Museu Soares dos Reis, com a data de 1638 (Correia, 2001, 186).

A par das garrafas e jarros, também os pratos continuaram a ser exportados. Com a data de 1643 existe, no museu de Frankfurt, prato policromo de grande requinte decorativo que exhibe ao centro as armas da cidade de Hamburgo. Na aba, decoração de influência oriental mostra aranhões simplificados alternando com flores de grande rigor decorativo, mostrando que o requinte podia ter-se mantido em algumas oficinas. Existe prato no museu Victoria & Albert, onde surge a representação de um frade franciscano ladeado por dois grifos e com a data de 1648, que demonstra a estilização dos aranhões que agora já raramente imitam rolos de papel e focam-se quase exclusivamente nas folhas de artemisia ou no aranhão redondo que alternam com crisântemos também eles estilizados. O prato com o brasão dos Silva, com a data 1649, presente no Museu Nacional de Arte Antiga, demonstra as mesmas soluções decorativas.

Nos contextos internacionais a faiança só começa a desaparecer no período seguinte, pelo que é um momento de grande exportação, na sua maioria, para as colónias portuguesas e norte-americanas.

Período V – 1660 – 1700

A estilização que simplificou as decorações no período IV vai transformar-se num verdadeiro declínio. Por outro lado, a elevada qualidade das pastas e vidrados que caracterizou os períodos anteriores vai igualmente perder-se.

O manganês passa a predominar, delimitando toscamente os motivos decorativos que são preenchidos a azul, principalmente os aranhões, que representam exclusivamente folhas de artemisia e pêssegos que, neste período, substituem os crisântemos. Grande prato com o brasão dos Silvas, datado de 1677, existe no Museu Nacional de Arte Antiga e demonstra claramente estas novas tendências (Queirós, 1907, 52).



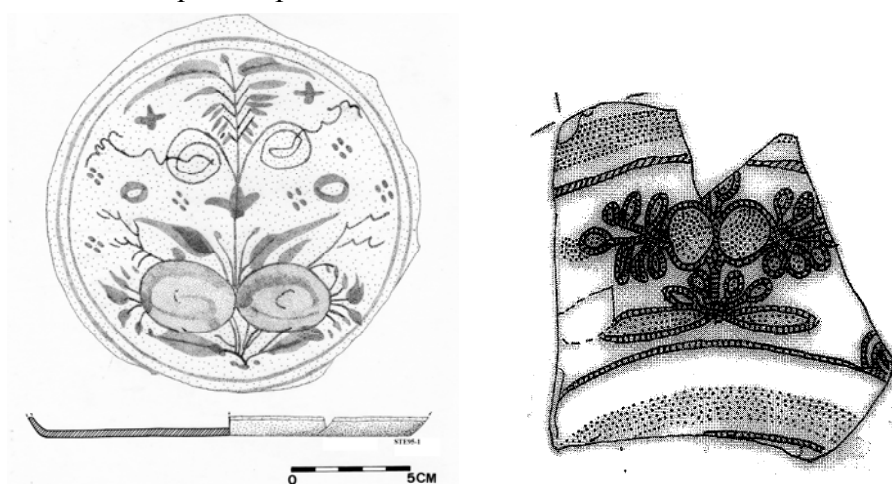
Prato com aranhões da colecção do Museu Nacional de Arte Antiga (seg. Queirós, 1907).

Os aranhões azuis, comuns no período anterior, tendem a desaparecer, sendo cada vez mais raros, ainda que exista um exemplar no Museu Nacional Machado de Castro com a data de 1692 (Pais, Pacheco e Coroadó, 2007, 40).

Aparecem novas decorações como as “contas”, nas abas dos pratos, que se crêem ser influenciadas pelas cabeças de *ruiy* chinesas. Este motivo chinês surge com maior incidência nas porcelanas orientais de meados do século XVII, pelo que é provável que os nossos pintores de faiança se tenham inspirado indirectamente nas produções holandesas que, ainda em 1680, imitavam a porcelana chinesa com grande rigor. Também nas abas dos pratos ou exterior de covilhetes surgem frequentemente as “faixas barrocas”. Esta designação é dada a arrolamentos de folhas de acanto que, ao contrário de no período anterior, já não surgem isoladas, mas como se de grinaldas se tratassem. São muito frequentes as cabeças de senhora, de perfil, revelando grandes toucados, numa solução quase cómica e grotesca.

As rendas ganham nova policromia e passam a surgir em azul e manganês, primando em contextos de entre 1660 e 1680, como identificado em diversas fossas sépticas em Narrow Street, Londres. Em Ferryland, na Terra Nova foi identificada interessantíssima colecção destes materiais com decoração de rendas, oferecendo as características das oficinas de Vila Nova, em estratigrafia datada entre 1660 e 1675. Esta colecção distingue-se pela presença de diversos pratos e taças com as iniciais S. K. que, pela primeira vez na história da Faiança Portuguesa, conseguem ser relacionadas com uma personagem específica, Lady Sarah Kirke, que se sabe ter tido relações com mercadores ingleses que lidavam com mercadorias portuguesas.

As peças azuis e brancas continuam a ser executadas, principalmente no que respeita a produções mais modestas. Predominam os semicírculos concêntricos e as tigelas ou pratos brancos com leteriformes ou Espada de Santiago, mas com menos requinte decorativo que nos períodos anteriores.



Prato exumado em Bishopgate (des. T. Casimiro) e prato recuperado em Pemaquid (seg. Pendery, 1999).

As peças de grande qualidade, destinadas ao mercado externo, são cada vez menos comuns. No entanto, não podemos contornar a existência de jarro no museu de Stuttgartl, com a data de 1666. A utilização do “desenho miúdo” que, como vimos, surgiu no período IV manteve-se, confirmando que estes períodos mostram tendências decorativas que podem ser continuadas. É produção desta fase o que ficou conhecido como “Monte Sinai”. Designação dada por José de Queirós a peças de elevada qualidade física e estética, frequentes nos contextos lisboetas, e que cremos terem sido consumidas pelas elites, visto serem recuperadas maioritariamente em contextos

palatinos e conventuais. As suas características estilísticas são claramente identificáveis e delimitadas no tempo pelo que a oficina em questão deve ter laborado entre 25 a 30 anos.

Um dos achados mais tardios na Nova Inglaterra localiza-se no Maine, em Pemaquid, onde, em contexto datado de entre 1650 e 1675, foi recuperado um prato com dois pêssegos, delimitados em manganês, correspondendo a este momento mais tardio (Pendery, 1999, 72). Peça semelhante foi identificada em Londres, em SQU99.

Este período corresponde ao fim das exportações de Faiança Portuguesa para os parceiros comerciais do nosso país. Com uma progressiva diminuição a partir de 1650, cremos que as exportações devem ter cessado por volta de 1660, sendo as peças recuperadas em contextos mais tardios, nomeadamente 1675, sobrevivências desse período. As razões deste declínio são discutidas em outro capítulo.

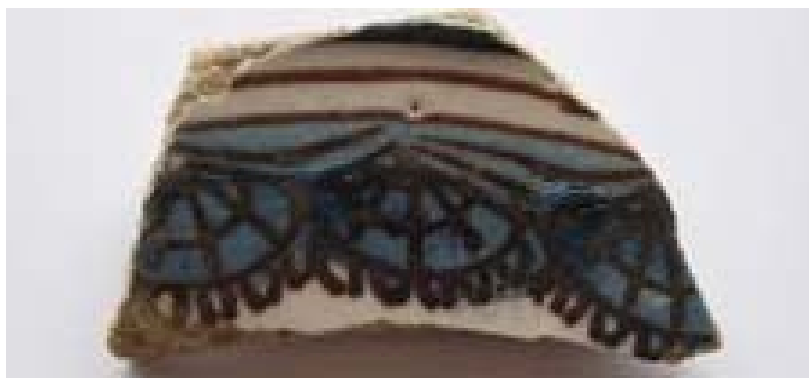


Taças com rendas, exumadas em Ferryland (Terra Nova) e Narrow Street (Londres) com rendas (foto T. Casimiro).

Os naufrágios, por representarem um momento específico, podem-nos dar indicações precisas sobre as cerâmicas que eram utilizadas nesta fase. O Santo António de Tanná naufragou no dia 20 de Outubro de 1697, na costa do Quénia, junto a Forte Jesus. A bordo levava os mais variados utensílios, entre os quais uma grande colecção de faiança. Destacam-se os pratos, taças e jarros.

A decoração distingue-se pelo predomínio da utilização do manganês na delimitação dos motivos decorativos. Predominam os pratos com as abas decoradas com aranhões estilizados, contas e faixas barrocas. Ao centro do fundo ou nas paredes dos

jarros, são frequentes as decorações vegetalistas, zoomórficas e antropomórficas com bustos de senhoras. Surgem ainda pequenas taças, designadas por covilhetes com decoração de faixa barroca (Sansoon, 1981). A mesma tipologia de peças foi recolhida do naufrágio do Sacramento que ocorreu em 1669 (Mello, 1979). Pratos, taças e jarros cuja decoração predominante é, tal como ocorre no naufrágio de Mombassa, elementos decorativos delimitados a manganês e preenchidos a azul. Destacam-se grandes potes com animais delimitados a manganês. Peças com decoração semelhante foram recuperadas em São João de Tarouca e datadas, grosso modo, da segunda metade do século XVII.

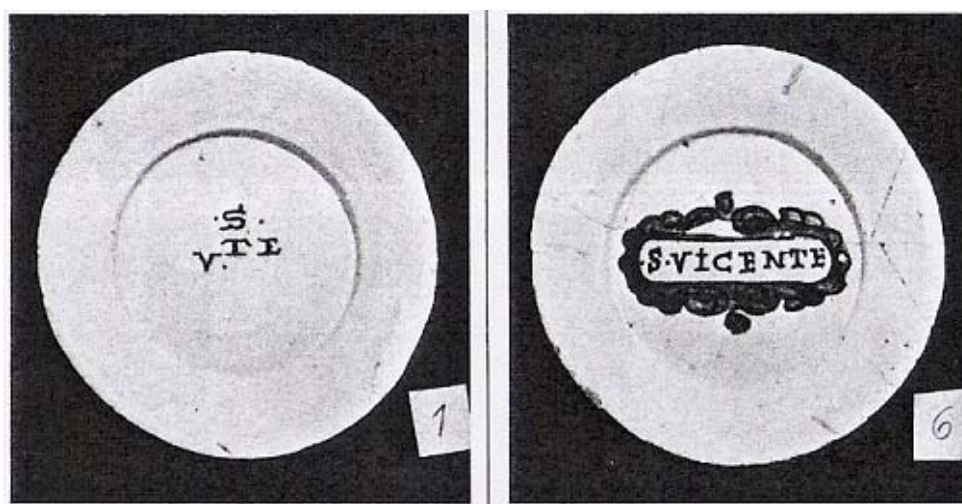


Prato com rendas muito estilizadas recuperado em Borthwick and Paynes Wharf em Londres (foto C. Jarret).

Período VI - 1700 – 1766

Este longo período marca o fim das decorações faustosas na Faiança Portuguesa. Embora se mantenham algumas das soluções decorativas do período anterior, nomeadamente, as contas e as faixas barrocas, a tendência vai ser para simplificar a decoração. Não podemos dizer que as produções de qualidade desapareceram por completo. Até ao aparecimento das fábricas, a partir de 1766, as elites continuaram a necessitar de peças faustosas para o seu consumo, mesmo que muitas delas fossem importadas das fábricas francesas.

Grande parte das peças torna-se completamente branca e geralmente caracterizada como louça malagueira, predominando os pequenos pratos ou covilhetes e as bilhas. Quando decorada surgem, apenas algumas linhas concêntricas junto ao bordo, acompanhado por singelo elemento decorativo ao centro do fundo. Surgem muitas peças com o nome do convento ou ordem que as encomendou no fundo, pelo que predomina a louça conventual. Conventos e mosteiros são, na realidade, os maiores consumidores das olarias (Moncada, 2008, 33). A própria documentação vai revelar este consumo. Celso Mangucci analisou as contas do convento de Salvador, em Évora, e descobriu que, desde a última década do século XVII, as encomendas de louça restringiam-se a louça branca, a maioria tigelas, mas também alguns recipientes maiores (Mangucci, 2006).



Pratos exumados nas escavação do Mosteiros de São Vicente de Fora em contextos de inícios do século XVIII (seg. Ferreira, 1983).

As peças mais emblemáticas desta fase são, a maior parte das vezes, recolhidas nos contextos do terramoto de 1755 que nos mostram o que era utilizado naquele

momento em concreto. Lisboa é um caso emblemático, com diversas peças recolhidas em intervenções arqueológicas pela cidade. Predominam as peças singelas, sendo raras decorações mais requintadas (Casimiro, 2004). Peças com as mesmas características, correspondendo a este período, foram exumadas em São João de Tarouca (Sebastian e Castro, 2009). Enquanto que noutras decorações, nomeadamente nas igrejas, surgem rebuscadas decorações barrocas, a louça é a completa antítese desse movimento.

Um caso de destaque é do prato recolhido nas escavações do Convento de Santa Catarina de Sena (Évora), em 1990, que mostra, ao centro, a data de 1767, rodeada por decoração de contas na aba. A existência de uma peça datada prende-se com o facto de aquela ter sido a data do fim das obras de reconstrução do edifício, após o cataclismo que afectou Lisboa e o país. Além disso esta data é ainda emblemática na produção de louça em Lisboa, pois trata-se do ano em que a Real Fábrica de Louça do Rato começou a produzir louça com características industriais, copiando os modelos franceses, levando ao progressivo declínio das olarias tradicionais, onde o prato exumado foi certamente produzido.

Em Coimbra, surge a chamada louça Brioso, tendencialmente identificada com Manuel da Costa Brioso, membro de uma importante família de oleiros, visto surgirem algumas peças identificadas com o seu nome. De características físicas e estéticas menos requintadas, passam a predominar nos contextos arqueológicos.



Prato com a data de 1767 exumado em Évora (seg. Mangucci, 2006).

Na Casa do Infante, um contexto datado entre 1725 e 1775 ofereceu peças de menor requinte decorativo onde surgem pratos decorados com o que se designou de pseudo-epígrafes (Moncada, 2008). Esta decoração, exclusiva deste período, tem sido conotada com algumas influências espanholas, designadamente de Valência, identificadas em pratos de meados do século XVI. Contudo, acreditamos que aquela solução decorativa representa apenas algumas volutas, não se identificando com a decoração espanhola.

Nos contextos arqueológicos mais tardios é comum encontrarem-se cerâmicas produzidas nas olarias juntamente com as novas louças das fábricas. As classes mais desfavorecidas continuaram a utilizar a louça de produção artesanal, enquanto as elites, na sua procura de distinção social, adoptaram as produções industriais. Os contextos arqueológicos oferecem muitas vezes a mistura destes dois tipos de louça, tal como se registou na Casa do Infante, no Porto onde no período entre 1725 e 1775 surgem peças das olarias já combinadas com produções industriais das fábricas de Gaia e do Porto (Dórdio, Teixeira e Sá, 2001, 153).



Pratos exumados nos contextos da primeira metade do século XVIII no Mosteiro São João de Tarouca (seg. Sebastian e Castro, 2009).

Este período termina, assim, em 1766, não por ser o fim das produções tradicionais, mas por ser o início das produções industriais em Portugal, com a abertura da fábrica de Massarelos, no Porto.

IV.9. O Consumo de faiança

Tratar do consumo de louça em Portugal não é um assunto fácil. Os estudos em torno da cerâmica moderna só agora começam a apresentar resultados sobre que tipo de formas e decoração eram utilizados nos diferentes contextos.

Já aqui foi estabelecido que as primeiras produções executadas em Portugal copiaram os modelos espanhóis de utilização quotidiana. Na verdade aqueles produtos, primeiramente de importação e depois de produção local, eram utilizados para consumo individual de alimentos nos lares portugueses de quinhentos. Não raro encontramos peças brancas esmaltadas com marcas no fundo que podem ir de cruces, a letras passando por alguns traços no bordo ou no fundo. Tratam-se certamente de marcas de propriedade.

Mudanças nos hábitos quotidianos das populações medievais, que abandonam progressivamente o consumo em recipientes colectivos para consumirem alimentos em recipientes individuais, mais limpos, podem ter assim funcionado como um estímulo de desenvolvimento da indústria de faiança, primeiramente em Espanha e depois no nosso país. Novos hábitos de consumo alimentar também estiveram na origem deste desenvolvimento. O consumo de chá, café e mesmo chocolate solicitava a existência de recipientes individuais impermeáveis e resistentes ao calor. Desconhecemos se as peças em Faiança Portuguesa resistiam ao calor da mesma forma que as peças em porcelana. No entanto, a presença de bules leva-nos a suspeitar que as mesmas pudessem ser utilizadas no serviço de líquidos a ferver. Sabemos através de relatos da época que as produções inglesas quebravam quando submetidas a líquidos quentes, mas as portuguesas tinham uma manufactura diferente (Tyler, Betts e Stephenson, 2008).

Os contextos arqueológicos revelam que Portugal teve sempre um mercado para a importação de louça estanífera. Em 1500 o foral de Lisboa refere-nos que a *louça de mallega & de vallença e de outra de barro que aqui fazem que levam para fora do termo por mar e por terra* pagaria apenas uma vez direito de entrada na cidade (Calado, 1992).

No inventário da rainha D. Beatriz, mãe de D. Manuel, em 1507, fala-se de variada louça importada. Entre a louça de botica refere-se “*búrneas de mallega, bacios*

de mallega de Valença, tanfores de mallega, panellas de Valença, craveiro de Valença, potes de malega de Castela, altemias e almofias de Vallença, salsinhas e pratos de Mallega de Valença... arredomas, almotolias verdes, potes de conserva, salsinhas de bordas, bacios de bordas e chãos, azados, alguidares” que podiam ser de produção nacional. Jarros de Rhodes, potes de barro forrados de verga, vasos com enxarope de avenca e bacios de pisa (Sequeira, 1967,12).

O tratado de abastança de 1552 menciona que o comércio anual de louça branca de Sevilha movimentava dez mil cruzados. De Talavera chegavam trezentos carregamentos de louça branca por ano, valendo cada carrada três a quatro mil réis, num total de 2500 cruzados por ano (Brandão, 1992).

As primeiras faianças produzidas em Portugal, a partir de meados do século XVI, têm sido identificadas em contextos que podemos conotar com a presença de camadas sociais de elevado estatuto. Esta realidade não nos surpreende. As primeiras fornadas de um produto novo, ainda dispendioso, estavam longe do poder de compra das camadas mais baixas da sociedade e só poderiam ser consumidos pelas elites. Curiosamente, nas últimas décadas do século XVI, o nosso conhecimento acerca de formas, decorações e consumo de Faiança Portuguesa é retirado sobretudo de peças identificadas em contextos estrangeiros e não necessariamente em Portugal. A razão desta ausência de conhecimentos em território luso prende-se sobretudo com a ausência de contextos escavados nestas cronologias. Os poucos que foram efectivamente escavados revelam no entanto uma fraca quantidade de louça esmaltada, sendo a maioria dela ainda de influência espanhola, com parca decoração. Poderá isto significar que as primeiras produções de louça estanífera em Lisboa, cuja decoração já se inspirava no oriente e nas produções europeias, foi destinada primeiro à exportação e só posteriormente ao consumo interno?

As escavações realizadas no palácio dos Corte-Real, em Lisboa, revelaram diversos fragmentos de pratos e taças esmaltadas, ao estilo sevilhano, identificadas em finais do século XVI e inícios do século XVII (Sabrosa, 2008). Nesta cronologia foram recuperadas peças de elevada qualidade física e estética em locais como os Países Baixos ou na Irlanda (Bartels, 2003). A par deste contexto a recuperação de faiança para inícios do século XVII tem sido uma constante de contextos que podemos conotar com as elites e menos com a população comum, tais como conventos, mosteiros, palácios e

casas nobiliárquicas, nomeadamente Santa Clara-a-Velha, Tarouca ou Casa do Infante, no Porto (Corte-Real, 2000; Castro e Sebastian, 2008 ; Real *et all.*1992).

Eram claramente peças de prestígio. Só desta forma se justifica a presença de brasões de ricas e importantes famílias europeias e mesmo cidades como Hamburgo em objectos portuguesas. A presença de diversas datas pode mesmo representar um momento importante na história daquela família que a levou a encomendar a peça. Não sabemos como as encomendas se processavam, mas é provável que estivessem em contacto com mercadores portugueses, ou estrangeiros com negócios em Portugal que conhecessem os produtos das nossas olarias e os encomendassem. Não acreditamos que aqueles pratos e garrafas, tanto em contextos nacionais como estrangeiros, servissem à mesa todos os dias, a não ser nas casas extremamente abastadas.

Inicialmente a produção devia estar circunscrita apenas a alguns oficiais que dominavam a técnica com uma mestria notável. É impossível não nos render à beleza de algumas das produções portuguesas mais recuadas e pensar como seriam apreciadas na primeira metade do século XVII. Nenhum outro país na Europa conseguia fazer cerâmica branca e azul com aquele primor decorativo naquelas cronologias. O aumento da demanda nacional e das populações levou a que o ofício fosse aprendido por outros mestres, que possuíam um domínio menor, sobretudo da pintura, fazendo peças menos cuidadas e, consequentemente, mais baratas.

Foi crença de diversos investigadores, durante alguns anos, que o objectivo da produção nacional de faiança foi o de substituir a porcelana da china, que diminuiu nos contextos nacionais a partir do século XVII. Ainda que seja verdade e que as porcelanas se tenham tornado menos comuns, o seu consumo continuava. Note-se que em 1620 existiam em Lisboa dezassete *mercadores de porçolanas e outras cousas da Índia* (Oliveira, 1620).

A partir da terceira década do século XVII a Faiança Portuguesa começa a ser recuperada em grandes quantidades nos contextos arqueológicos. Mosteiros, conventos e palácios continuam a ser grandes consumidores, no entanto, passamos a identificar estas produções em todos os contextos arqueológicos nacionais. É o momento em que assistimos a uma intensa divulgação deste bem e ao seu consumo generalizado. As elites continuam a consumi-la, no entanto conseguimos já claramente distinguir entre as

produções menos cuidadas, destinadas às camadas menos abastadas da sociedade, e as produções de elevada qualidade física e estética, dedicadas às camadas mais elevadas.

Passam a ser utilizadas sobretudo nas actividades quotidianas como a alimentação, armazenamento e cuidados com o corpo, substituindo a louça vermelha, comum e vidrada. Não raro, em certos contextos, o número de recipientes em faiança chega mesmo a superar o número de peças em cerâmica vermelha (Sebastian e Castro, 2009). A produção tornou-se de tal forma extensa que estas peças seriam adquiridas a preços modicamente baixos podendo uma habitação possuir algumas dezenas de peças. Em intervenção arqueológica realizada em Lisboa, na Encosta de Santana, junto ao Martim Moniz, foi identificada casa, datada de meados do século XVIII, onde foi recuperado numeroso grupo cerâmico (Casimiro, 2004). Entre as diversas peças, muitas das quais correspondendo a louça de cozinha e armazenamento em cerâmica comum, nomeadamente panelas e cântaros, foi recolhido interessante conjunto em Faiança Portuguesa. Ofereceu sobretudo louça de mesa, com numerosos pratos e taças. Através daquele contexto foi possível inferir que na dita habitação, cujo espólio demonstra que devia ser possuída por gente modesta e sem grandes posses, a preparação e armazenamento dos alimentos era feito em recipientes de barro vermelho, mas o seu consumo, à mesa, era realizado em peças de cerâmica revestidas a vidro estanífero. De facto, este hábito de consumo de alimentos, parece ter sido uma realidade generalizada por todo o país. De acordo com Dr. Luis Sebastian e a Mestre Ana Castro, o mesmo se processava no Mosteiro de São João de Tarouca onde surgem grandes quantidades de pratos e taças, algumas delas mesmo correspondendo a serviços de mesa (Sebastian e Castro, 2009).

Por outro lado, os mais ricos continuavam a preferir louça exógena. A imitação que a faiança fazia das porcelanas e de peças europeias não satisfazia quem, certamente, pretendia o original às cópias. O consumo de louça estrangeira era sobretudo um apanágio das classes mais abastadas e são comuns as importações de louça esmaltada espanhola e italiana. Eram um sinal de *status*, por serem mais raras e mais dispendiosas que as produções nacionais.

São conhecidas evidências arqueológicas de peças espanholas das oficinas Velencianas, Sevilha, Teruel, Talavera, entre outras. De Itália foram importadas peças de Montelupo e Veneza. No Inventário dos Bens da Infanta Beatriz, mãe de D. Manuel,

são referidas diversas peças italianas, de Pisa, o porto de mar das oficinas de Montelupo (Calado, 1992). Na Rua Nova dos Ferros, segundo Luís de Oliveira, vendia-se louça de Veneza (Oliveira, 1916). É possível que a maioria dos barcos que traziam estas peças, tanto para Portugal, como para o resto da Europa, não fosse italiana, mas sim espanhola, fazendo escala na ilha de Maiorca, levando a que aquela louça ficasse conhecida como majólica. Menos frequente nos nossos contextos, mas igualmente registada, são as louças holandesas, imitação das porcelanas chinesas.

Têm sido ainda observados diversos fragmentos de recipientes em grés, de produção alemã, destinados a conter líquidos, sobretudo cerveja.

A 21 de Novembro de 1584, determinou-se em Coimbra que ninguém pudesse vender louça de Talavera ou doutra qualidade senão os que a trouxeram de fora, pelo que a sua importação era comum não apenas em Lisboa, mas em várias localidades do Reino.

Só recentemente começaram a surgir publicações que nos mostram que tipo de peças era consumido pelas classes mais altas e pelas menos abastadas da sociedade portuguesa de seiscentos (Gomes e Gomes, 2007; Fernandes e Carvalho, 2003). O que podemos concluir é que o consumo de ambas era distinto e as peças destinadas às elites eram mais cuidadas que as consumidas pela população comum. Esta distinção torna-se mais fácil a partir de meados do século XVII com o aumento da produção e consumo, distinguindo claramente entre diferentes produções. Essa distinção não ocorria somente no tamanho e qualidade das pastas e esmaltes, mas sobretudo na decoração. A partir de 1640 os contextos revelam peças com claras diferenças estéticas onde podemos distinguir entre objectos produzidos para um consumo generalizado e peças mais cuidadas certamente destinadas à exportação ou consumo das elites.

As peças de melhor qualidade estética e física têm sido identificadas frequentemente fora de Portugal. A razão prende-se com o facto de, enquanto cerâmica de exportação, a Faiança Portuguesa, ser destinada ao consumo de indivíduos de elevada capacidade económica.

Documentalmente, a primeira notícia desta exportação surge em 1619 com a visita de Filipe II a Lisboa, em 1619. Todavia, desde 1580 que a louça portuguesa tem vindo a ser identificada noutros países. As evidências arqueológicas mais recuadas

foram identificadas no norte da Europa, em países como Holanda, Alemanha e Ilhas Britânicas. De facto, se considerarmos que estes países comercializavam intensamente com Portugal desde, pelo menos, o século XIII, é normal pensarmos que seriam os mercados seleccionados para uma nova exportação. Por outro lado, aqueles três países foram o destino da maioria dos judeus portugueses após a expulsão de finais do século XV. Aqueles homens, sobretudo ligados ao comércio internacional e mantendo relações económicas com Portugal, possuíam um perfeito conhecimento das produções cerâmicas portuguesas que podiam, inclusive, utilizar nas suas habitações.

Numa época em que nenhuma outra nação europeia produzia peças azuis e brancas de inspiração oriental e exótica, os mercados europeus eram os destinos ideais para a louça portuguesa de alta qualidade. As produções italianas, ainda que de elevada qualidade, apresentavam temáticas distintas. Existia nos mercados a camada social e o poder monetário suficiente para as adquirir. Todavia, nem apenas a Faiança era exportada. A louça comum, sobretudo a mais fina, era igualmente apreciada no estrangeiro e o seu aparecimento é comum nos mesmos contextos.

A presença de louça em Amesterdão tem necessariamente de ser destacada, não apenas por ter sido dos primeiros locais a serem estudados e interpretados, mas principalmente, devido ao número de peças encontradas. Foram escavados dois quarteirões, com mais de cem casas, do bairro de Vlooyenburch, composto por oito quarteirões, escavado em 1981 e 1982 (Baart, 1988). Aquele bairro caracterizava-se por albergar os judeus da cidade, sobretudo aqueles que tinham fugido da Península Ibérica, aquando da expulsão. A ausência de publicações detalhadas sobre Faiança Portuguesa, naquela altura, levou o arqueólogo responsável pela escavação, Jan Baart, a contactar os museus portugueses na tentativa de interpretação das peças. A sua colaboração com Rafael Salinas Calado foi fundamental no esclarecimento e reconhecimento das peças identificadas.

A presença de peças portuguesas nos Países Baixos, já havia sido confirmada por T. Levie quando estudou os judeus portugueses pobres em Amesterdão. Na casa de Samuel Cardoso, que residia em Vlooyenburch em 1651 constavam *20 stucx kannen als potten van Portegael oertgemerckt* (20 peças tanto potes como jarros de origem portuguesa). No inventário de Abraham Henriques Julião, que mudou o seu nome para Diego Diaz del Campo, morador no mercado de verduras dos judeus, perto da igreja

católica, tinha em 1718 *een kist met portugals aardewerck so heel als gebroke f 6* (uma caixa com cerâmica portuguesa tanto inteira como partida no valor de 6 florins). Esta caixa encontrava-se no sótão da acsa, pelo que já não devia ser usada, possivelmente substituída pela nova louça holandesa (ref.).

Foi a louça portuguesa encontrada nas escavações das casas tanto de judeus ricos como de pobres, enquanto havia casas vizinhas dessas que não ofereceram nenhum fragmento. É possível que o seu consumo nesta cidade estivesse ligado exclusivamente à classe de mercadores judeus (Baart, 1988).

Mas a Holanda é um caso específico, onde muita faiança foi efectivamente encontrada, tanto na zona dos judeus portugueses como em outros locais como Graft que, segundo Ian Baart, ofereceu 45 peças portuguesas só de três quintais. O seu consumo não se encontrava limitado a famílias portuguesas, sendo possivelmente usada quotidianamente por outras pessoas. No entanto não surgem nem nomes nem brasões de famílias holandesas como acontece em Hamburgo ou Gdansk. Os nomes são exclusivos de famílias judias estabelecidas em Amsterdão como o Pas (Baart, 1988). Até ao momento peças foram recuperadas em Amesterdão, Hoorn, Roterdão, Velsen, Haarlem, Vlissingen e Deventer (Bartels, 2003).

Os Países Baixos são claramente um dos locais do mundo onde mais exemplares de faiança foram recolhidos, se excluirmos as colónias portuguesas. Lisboa era um dos portos que mais comercializava com aquela zona europeia, funcionando com plataforma de produtos orientais, para a Península Escandinava, onde a faiança era apreciada. A louça portuguesa é importada em 1580 e 1660, ainda que a partir de 1630 a sua quantidade reduza, possivelmente devido à concorrência da louça holandesa. A interrupção do fornecimento na década de 60 pode relacionar-se com a produção da louça de Delft, de excelente qualidade (Bartels, 2003, 71). Tal como em Inglaterra, também na Holanda estas peças estão conotadas com contextos domésticos de famílias de mercadores abastados, raramente identificada nas classes mais pobres, reconhecendo-se apenas exemplos de duas casas menos abastadas em Amesterdão, escavadas por Jan Baart.

Mas outros países receberam igualmente enormes quantidades de Faiança Portuguesa durante o século XVII, como foi o caso da Alemanha, ainda que as evidências arqueológicas sejam mais parcas. Na verdade, neste país, as peças mais

conhecidas encontram-se em museus, muitas delas ostentando brasões de famílias alemãs, que levaram a interpretações erradas sobre a sua origem. No entanto, peças têm sido recuperadas em intervenções arqueológicas em Lubeck e Hamburgo confirmando que aquelas eram utilizadas no quotidiano das populações locais. Não nos podemos esquecer que, tal como ocorria nos Países Baixos e na Inglaterra, também a Alemanha foi um dos destinos preferenciais dos judeus portugueses durante o século XVI. Uma comunidade de 600 portugueses vivia em Hamburgo, em meados do século XVII, certamente levando consigo o conhecimento da cultura material portuguesa (Koj, 1993). Era uma comunidade rica pelo que a Faiança Portuguesa, quando exportada, era sobretudo destinada às elites. Na verdade, dificilmente grande parte destas peças teria sobrevivido e entrado nos acervos dos museus europeus se não fosse altamente estimada e valorizada.

Mas a Faiança Portuguesa tinha outros mercados. Actualmente, informações arqueológicas têm-nos indicado que era uma importação recorrente nas colónias inglesas da América do Norte. Tal presença não deve ser considerada estranha. Os colonos ingleses ali destacados procuravam manter o estilo de vida e conforto ao qual se tinham habituado no seu país de origem. Desta forma importavam tudo o que lhes permitia manter o seu *status*, nomeadamente mobiliário, têxteis, alimentos e, obviamente, cerâmica (Pendery, 1999; Willcoxon, 1999).

As colónias portuguesas eram o maior consumidor de louça a seguir à metrópole. A presença de colonos portugueses leva a que aqueles queiram, tal como acontecia com os colonos ingleses, manter o mesmo estilo de vida que em Portugal. A quantidade de cerâmica recuperada no Brasil é impressionante e encontra-se praticamente em todos os contextos coloniais dos séculos XVII e XVIII. Como a maior colónia portuguesa no mundo era para aqui que saia a maior parte de faiança e cerâmica oriunda de Portugal. Reproduzir os estilos de vida europeus implicar importar tudo o que ali se consumisse, desde a louça de todos os dias às louças de prestígio.

São conhecidos há mais de quatro décadas os achados do galeão Sacramento, embarcação portuguesa que naufragou na costa da Bahia (Mello, 1979). No entanto a presença de faiança a bordo não nos especifica se aquelas peças seriam utilizadas nos contextos terrestres ou no quotidiano da embarcação. Teríamos de esperar até aos anos 90 para que os arqueossítios terrestres nos pudessem fornecer informações acerca das

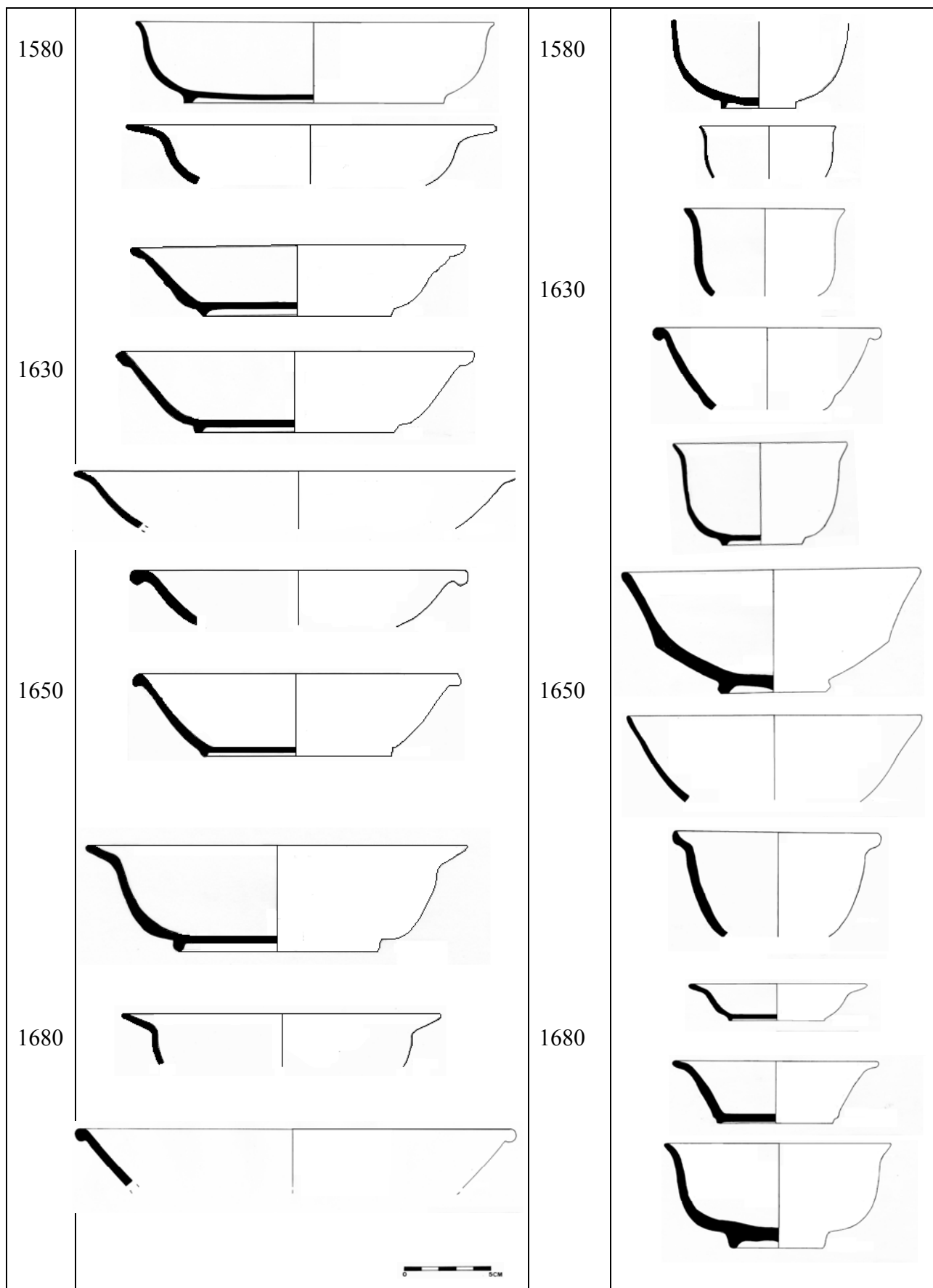
cerâmicas utilizadas nos contextos coloniais portugueses. As escavações de Vila Flor (Albuquerque, 2008) mostraram extensos conjuntos de faiança, bem como as peças recolhidas na Bahia e recentemente em localizações mais para o interior do território brasileiro, afastando-se do litoral (Etchevarne, 2007).

Através dos exemplos apresentados em diversas publicações apercebemo-nos que nas colónias portuguesas, ao contrário do que acontecia nos outros países onde Faiança Portuguesa foi identificada, surge uma enorme quantidade do que podemos designar por louça de utilização quotidiana. Enquanto em países como a Inglaterra, Países Baixos, Alemanha e Canadá, a Faiança Portuguesa prima pela excelente qualidade, no Brasil a louça é semelhante ao que se encontra nos contextos mais modestos portugueses superando esta cerâmica a cerâmica de grande qualidade. É possível, como defende Carlos Etchevarne (2007, 119), que quando saísse de Portugal e chegasse a locais como Salvador, na Bahia, a louça que na metrópole era encarada como quotidiana fosse ali sobrevalorizada e utilizada como bens de prestígio, sendo estimada e mantida durante vários anos. Segundo Éldino Bracante, um prato de porcelana chinesa que chegasse ao Brasil, entre 1600 e 1635, chegava ao preço de 220 réis, enquanto um prato de Lisboa ou do reino, chegava a 50 réis. Entre 1616 e 1623 foram consignados em dois inventários vinte e três pratos de Lisboa, oscilando o preço entre 40 e 80 réis. No período de 1619 a 1635, são arrolados em três inventários trinta e oito peças de louça do Reino, variando o valor entre 40 e 60 réis (Bracante, 1981, 257). Não nos esqueçamos que em finais do século XVII uma dúzia de tigelas de Lisboa custava cerca de 200 réis (Mangucci, 2006), pelo que a louça devia chegar ao Brasil a preços inflacionados. Note-se como bem perto das zonas onde estas peças foram recolhidas estavam localizadas as casas de gente influente na sociedade colonial (Etchevarne, 2007, 120).

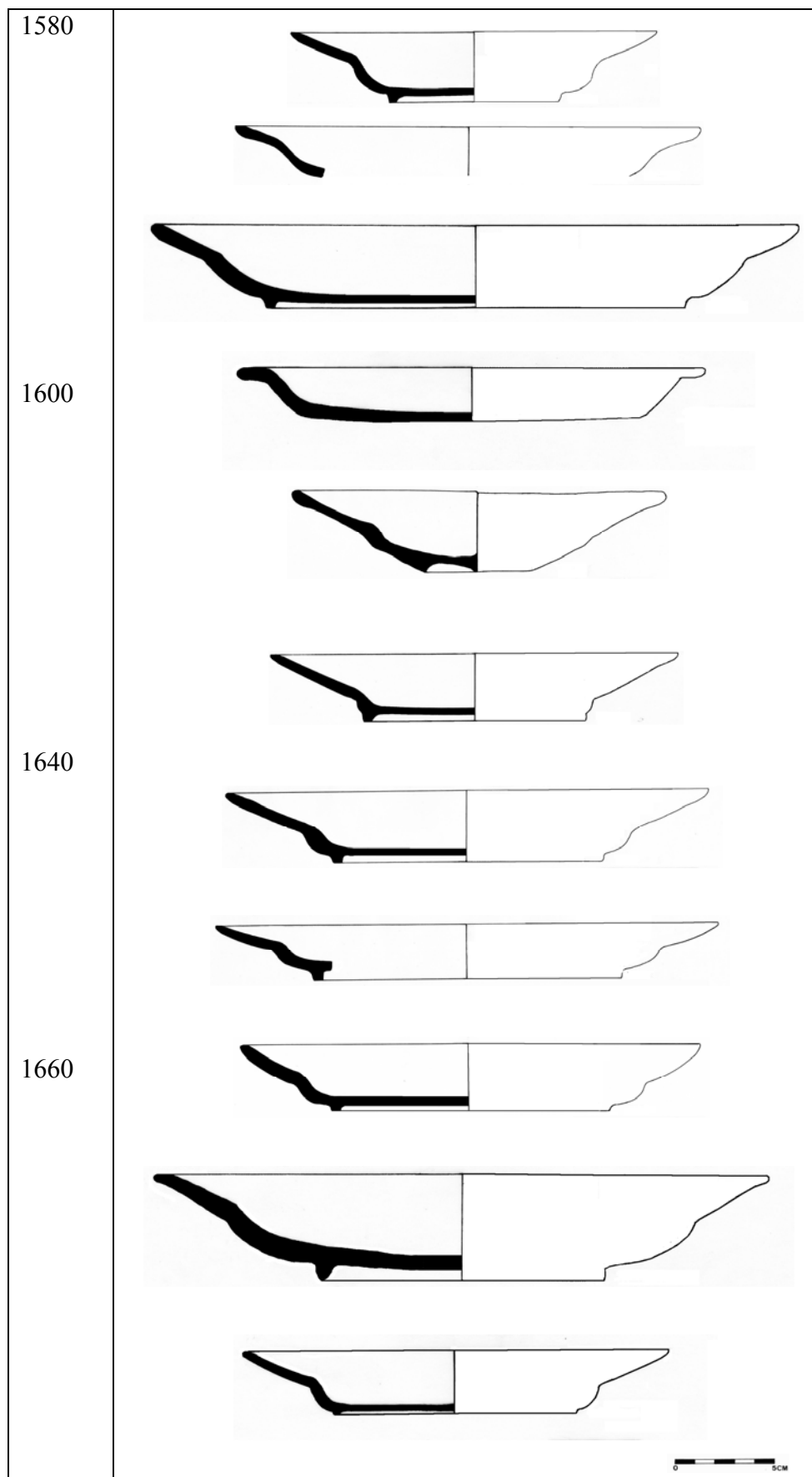
A análise de Faiança Portuguesa em Inglaterra e na Irlanda registou 737 exemplares daquele tipo de material. A distribuição destas peças não é uniforme por todo o território, com cidades a apresentarem maior número de exemplares que outras. Curiosamente, Londres, ao contrário do que seria de esperar através das informações documentais, e por se tratar da capital do reino, ainda que seja a cidade onde maior número de arqueossítios foi registado, não foi de todo a que maior quantidade de exemplares ofereceu, sendo ultrapassada por Plymouth, no sudoeste do país e Carrickfergus, no norte da Irlanda. As faianças foram todas recuperadas em cidades costeiras, cuja análise histórica revela estarem ligadas ao comércio internacional com a Europa, mas também com a Terra Nova e Oriente. As urbes que ofereceram Faiança Portuguesa eram as mais importantes e mais populosas das Ilhas Britânicas durante a centúria de seiscentos. A excepção a estas localidades costeiras surge apenas em dois arqueossítios de Devon, Great Torrington e Credington, onde foram recuperados, respectivamente, dois pratos e um pequeno pote em Faiança Portuguesa (Casimiro, 2010; 2010a).

Num total de 737 exemplares, foram identificados 335 pratos e 217 taças, correspondendo globalmente a todas as formas abertas, sendo aquelas a produção mais frequente, não apenas nas Ilhas Britânicas, mas em todos os locais onde Faiança Portuguesa tem sido recuperada. Estas eram efectivamente as formas mais comuns na produção. As garrafas e jarros são os outros objectos mais recorrentes, com 31 exemplares, seguidas dos potes com 4 exemplos, mangas de farmácia com 3 e tampas com 2. Surgiram ainda duas marcas de jogo, efectuadas com Faiança Portuguesa, curiosamente ambas em contextos irlandeses. São casos isolados uma bacia de barbeiro e uma pia de água benta.

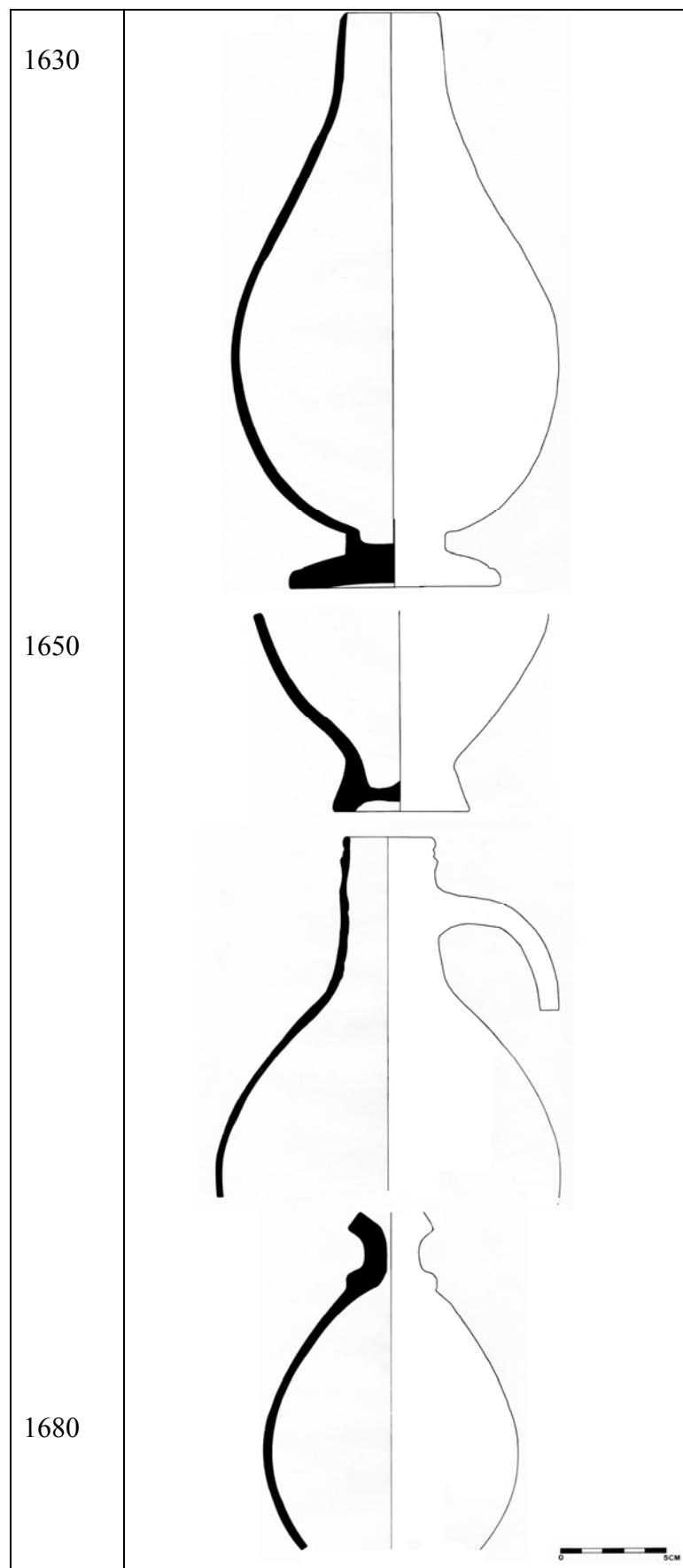
Os contextos apresentam formas muito semelhantes desde finais do século XVI e durante todo o século XVII, pelo que verificámos que a tipologia formal não sofreu grandes alterações ao longo de um século. As taças são hemisféricas ou troncocónicas, inspiradas formalmente nas produções chinesas e italianas. Os pratos são na sua maioria sub-troncocónicos, muito semelhantes às produções chinesas, ainda que outras formas sejam reconhecidas, sobretudo pratos com fundo plano ou em ônfalo. Aqueles, seme-



Quadro evolutivo com as formas das taças recuperadas nas Ilhas Britânicas.



Quadro evolutivo com as formas dos pratos recuperados nas Ilhas Britânicas.



Quadro evolutivo com as formas das garrafas e jarros recuperados nas Ilhas Britânicas

lhantes a produções mais recuadas, nomeadamente de meados do século XVI, são peças produzidas nas oficinas coimbrãs, em meados de setecentos, como atesta a sua decoração de rendas. Coimbra manteve assim a tradição formal daqueles recipientes, o mesmo acontecendo com as taças carenadas, semelhantes às produções espanholas do século antecedente.

Quase todos os locais ofereceram peças de excelente qualidade, onde se destacam as boas propriedades das pastas e vidrados. Na verdade estas peças são de muito melhores características que as que geralmente se encontram em Portugal pelo que cremos estar na presença do que foi designado de cerâmica de *carregaçam*, mas que designaremos de cerâmica de exportação, ou seja, peças destinadas ao comércio global. Estes objectos, quando entrando nos circuitos comerciais europeus, tinham de competir com a excelente qualidade física e estética das produções italianas, espanholas e holandesas. São peças raras nos contextos nacionais, sendo frequentes nos museus e colecções privadas, e raramente recuperadas em contextos palatinos ou religiosos onde se encontrava o maior poder de compra.

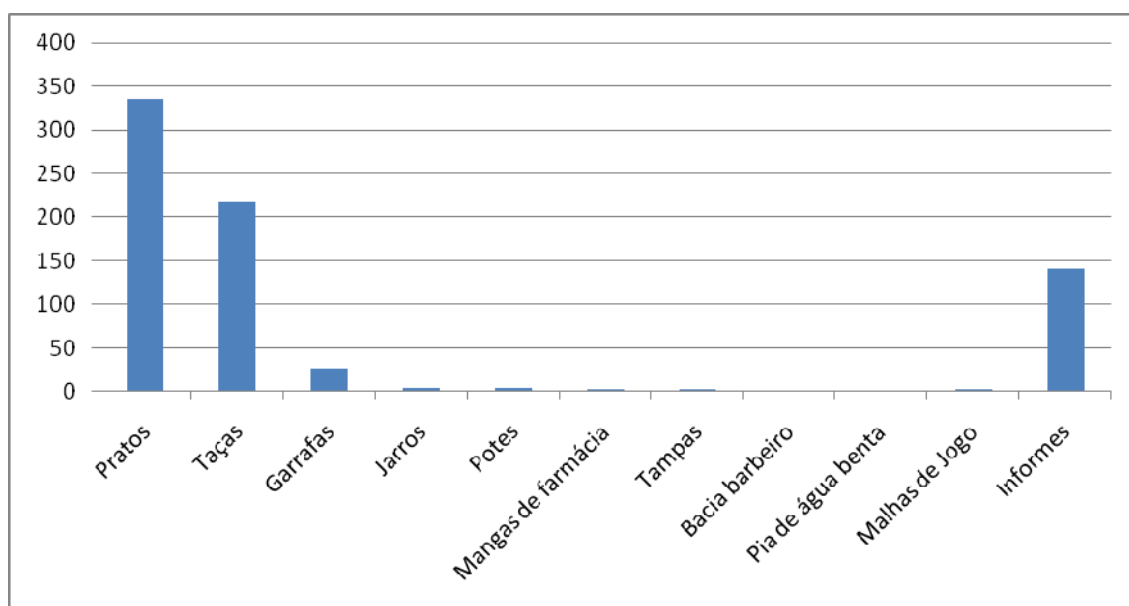


Gráfico mostrando o predomínio das formas abertas.

Londres é efectivamente a cidade onde mais arqueossítios foram registados com Faiança Portuguesa, num total de 113 exemplares, distribuídos por 27 lugares. A maior parte dos locais ofereceu um ou dois objectos, surgindo apenas dois contextos que se distinguem pela quantidade de artefactos, Narrow Street e Wood Warf. Tal como nos

restantes sítios, as peças são sobretudo pratos e taças e a sua decoração, maioritariamente, de inspiração oriental, predominando os aranhões e os crisântemos, inseridos em cartelas. A capital inglesa foi a cidade pela qual iniciámos o nosso estudo, sendo possível concluir que a importância e reconhecimento dado à cerâmica portuguesa pelos londrinos foram extrapolados para as demais cidades inglesas e irlandesas. Esta ilação era expectável, atendendo que se trata da capital do reino, onde se localizava a corte e as elites mais prestigiadas que os demais habitantes daqueles territórios queriam reproduzir.

A maioria dos sítios que ofereceu Faiança Portuguesa em Londres foi conotada com ambientes domésticos. As fossas sépticas, destinadas a despejos quotidianos da casa sobressaem em quantidade, visto grande parte das peças provir desses contextos. Todavia, em dois raros casos, Tobacco Dock (TOC02) e Former York Clinic (BHB00) foram descobertas dentro da própria habitação, em conexão com os demais objectos utilizados naqueles ambientes e onde se identificaram cerâmicas comuns, vidradas e esmaltadas de produção inglesa. Curiosamente estes locais não forneceram mais nenhuma peça de importação.

A existência de lixeiras que recebessem o lixo de Londres data apenas do século XX. Até esse momento, os despejos oriundos das habitações eram esvaziados em fossas sépticas, abertas no chão, geralmente nas traseiras da casa, especificamente para esse efeito. Quando o espaço o permitia, seriam abertas em número suficiente para que os lixos se deteriorassem no seu interior, enquanto as demais receberiam novos detritos. Contudo, atendendo à dimensão dos pátios traseiros das casas londrinas que, devido ao rápido crescimento urbano, contaram desde cedo com a falta de espaço, a maior parte das casas não possuía mais que duas fossas sépticas, cada uma das quais se estima, seriam preenchidas no espaço de seis meses, implicando a sua limpeza bianual. O destino dos seus conteúdos era valas a céu aberto, em zonas menos habitadas, semelhantes às escavadas em West Tenter Street (WSN00) e Bishop Gate (STE95), onde foram identificados alguns fragmentos em Faiança Portuguesa, acompanhados de enormes quantidades de cerâmica de produção local, regional e mesmo algumas importações, sobretudo de garrafas em grés alemãs e cerâmica esmaltada de Delft.

As fossas sépticas, abertas na rocha ou aparelhadas com tijolos ou madeiras, quando a compactação do solo não garantisse a sua viabilidade estrutural, serviam assim

ao despejo dos lixos diários das habitações londrinas. Menos frequentemente podiam receber os despejos de duas ou mais casas. Creamos então que as peças de Faiança Portuguesa, exumadas daquelas estruturas negativas, seriam ali descartadas quando se quebrassem, acompanhando o restante desperdício doméstico.

A análise dos espólios oriundos destes contextos mostrou como se inseria a Faiança Portuguesa nos contextos domésticos londrinos. A cultura material que a acompanha demonstra o ambiente das casas e o potencial económico, social e cultural dos seus habitantes. Se observarmos o mapa da localização destes edifícios, aferimos que se tratam sobretudo de bairros que se destacam por albergarem grande quantidade de mercadores e comerciantes endinheirados, confirmado pelo *Booth's Poverty Map*. Este mapa, elaborado em finais do século XIX, regista geograficamente as camadas sociais da capital inglesa. Mesmo com a diferença de dois séculos, os locais onde a Faiança Portuguesa foi recuperada foram quase inteiramente assinalados com a cor vermelha, correspondendo a uma *well-to-do middle class*, ou amarela *Wealthy upper-middle and upper classes*.

A maioria desses comerciantes e mercadores comercializavam itens relacionados com o trato internacional, com ligações à Europa do Sul, Oriente e colónias norte-americanas. Desconhecemos quem seriam os habitantes daquelas unidades domésticas, mas não podemos descartar a hipótese de as peças portuguesas terem sido adquiridas directamente em Portugal pelos seus habitantes. No entanto, cremos que a louça portuguesa, a par de outras produções europeias e orientais, seria uma presença constante nas lojas inglesas. O século XVII marca um crescimento considerável no número de estabelecimentos comerciais na cidade, onde se sabe que as senhoras com poder de compra se dirigiam para comprar objectos exóticos como tecidos, louças ou mobiliário (Burke, 1940).

Os pratos subtruncocónicos e taças hemisféricas predominam nas formas identificadas. A decoração é sobretudo de inspiração oriental com diversos exemplos de aranhões e flores intercalados no interior de cartelas. Era certamente aquela decoração das mais requisitadas por uma sociedade que se havia habituado ao consumo de bens exóticos, relacionados com o Oriente. Através da observação das pastas, esmaltes e decoração, apercebemo-nos que são maioritariamente produções das oficinas lisboetas, com alguns exemplos de produções vilanovences. Destacam-se os grandes pratos

recuperados em FCC95 e WSN00 de elevada qualidade, destinados certamente a gente muito abastada.

A peça mais recuada foi recuperada em St James Passage Subway (DUK77) em contexto datado de 1600. Pela simplicidade da sua decoração insere-se nesta data, não sendo a sua ornamentação muito comum nos contextos portugueses. No entanto, a precariedade dos nossos conhecimentos, relativamente a estes primeiros momentos produtivos, não nos permite muitas ilações. A peça mais tardia foi recuperada em Borthwick and Paynes Wharf (BPZ06), em contexto de 1720, e trata-se de prato com a decoração de rendas em azul e manganês. O vidrado apresenta boa qualidade, mas a sua estética está longe do primor decorativo desta tipologia decorativa entre 1650 e 1680, época em que a decoração de rendas predomina.

É impossível falar da Faiança Portuguesa em Inglaterra sem mencionar a escavação realizada em Narrow Street (NHU99) e onde foram identificadas 60 recipientes. Perante o panorama generalizado da maioria dos contextos londrinos, onde o número de peças não ultrapassa os três exemplares, este local, pela sua natureza e peças recolhidas, merece algum destaque. Primeiro, devido à composição da classe social que ali habitava, por ser gente relacionada com as actividades marítimas, tais como o comércio, mas sobretudo por ali habitarem homens cuja actividade era o corso e a pirataria. Ao contrário da imagem rude, que comumente atribuímos aos tripulantes de um barco que capturava cargas e pilhava outras embarcações, os itens utilizados nas casas destes homens eram do melhor que se produzia na Europa e mesmo no resto do mundo. Conhecem-se alguns dos nomes dos habitantes deste bairro que podem ser conotados com gente influente e de elevado poder económico que fez fortuna no mar, tal como Thomas Harrison e John Limery.

Foram identificadas grandes quantidades de porcelana chinesa, louça persa, Iznik, italiana, francesa, holandesa, alemã, espanhola e portuguesa. A par da cerâmica destacam-se ainda os vidros de Veneza e da Renânia que constituíam a quase maioria dos recipientes individuais destinados a servir bebidas. Atendendo à natureza das profissões dos seus habitantes, crê-se, desde o momento da escavação, que estas peças não foram adquiridas de forma lícita e sim obtidas nas muitas expedições e pilhagens que os seus habitantes faziam a cidades e barcos. Não existe documentação que nos permita comprovar essa teoria, no entanto, a variedade da cerâmica recuperada mostra

efectivamente que os habitantes deste bairro tinham conhecimento e capacidade de adquirir o que melhor se fazia na Europa e no Oriente.

Muitas das peças foram recuperadas directamente sobre o chão das casas, correspondendo a bens utilizados no momento do seu abandono. Todavia, a maioria dos exemplares foi recolhido dentro de fossas sépticas, cuja funcionalidade já aqui foi evidenciada. Os contextos foram datados entre 1600 e 1680.

No que diz respeito às seis dezenas de peças em Faiança Portuguesa recuperadas muito pode ser dito. Tal como no restante do território inglês, predominam as formas abertas com 33 pratos e 22 taças, mas também quatro jarros e uma garrafa.

Contrariamente aos restantes arqueossítios, onde os objectos exumados não mostram qualquer vestígio de utilização, os recipientes de Narrow Street, sobretudo os pratos e taças, evidenciam um elevado desgaste do fundo e bordo, demonstrando claramente que seriam utilizados quotidianamente na casa, muito possivelmente para dali consumir as refeições. Esta utilização só será vista novamente em Plymouth. As peças recolhidas nos outros sítios londrinos oferecem uma elevada qualidade física e estética, enquanto neste contexto foram recolhidas peças que podemos conotar com a produção comum das oficinas portuguesas, as peças de todos os dias, utilizadas nas casas, colónias e embarcações.

É ainda o único local em todas as Ilhas Britânicas onde podemos indicar com segurança a presença de peças produzidas nas oficinas de Vila Nova. Cerca de metade da colecção apresenta o esmalte espesso e brilhante, craquelê e decoração característica daquele centro produtor, em tudo semelhante às peças recolhidas nas escavações da Rua Cândido dos Reis, onde foi identificada olaria (Almeida, Neves e Cavaco, 2001). A decoração assenta sobretudo em rendas, com diversos pratos e taças, quase que constituindo baixela ou, pelo menos, serviço de mesa, própria daquela oficina. Os pratos mostram aquele motivo na aba e o interior do fundo apresenta-se preenchido com diversos motivos, predominando os arranjos vegetalistas, mas também alguns leteriformes e a presença de Cruz da Ordem de Malta. No que concerne as taças, as rendas preenchem o interior das paredes e o fundo apresenta-se, na maior parte dos casos, sem decoração. Em um dos exemplares surge a palavra “SOL”. Curiosamente apenas um prato está decorado com recurso a manganês, ainda que as cronologias das

peças pertençam a uma época onde já era uma solução decorativa recorrente, pelo que não devia corresponder ao gosto dos seus consumidores.

O restante da colecção é constituído por peças de Lisboa, com esmalte bem aderente, pastas claras e ornamentação cuidada. Predomina a decoração de influência oriental, com diversos pratos e taças, alguns casos de decoração vegetalista, com fetos e grandes folhas, mas também um exemplar de pequenas espirais de influência espanhola. As formas fechadas apresentam decoração de inspiração oriental, exceptuando a garrafa onde podemos observar reticulados e espirais do tipo europeu.

A datação das diversas fossas, onde as peças portuguesas foram recolhidas, corresponde ao período IV da nossa evolução crono-estilística e as peças podem ser incluídas entre 1630 e 1660, ainda que os contextos onde algumas surgiram, correspondam a datações que podem ir até 1680. Esta discrepância cronológica corresponde ao tempo de vida dos objectos, pelo que a data da sua deposição é de pelo menos 20 anos posterior a sua produção.

Ainda que os contextos domésticos tenham sido os que mais objectos ofereceram na cidade, temos ainda de destacar dois outros importantes tipos de sítios, que designámos por industriais e comerciais.

Por industriais entendemos locais onde era produzida louça na cidade de Londres. Em Queensborough House (ABK00) e Platform Wharf (PW86) foram identificados edifícios, fornos e lixeiras, interpretados como lugares onde era produzida louça esmaltada, conhecida como *London delftware*. O primeiro local ofereceu pequena taça, com decoração vegetalista, de inspiração oriental, enquanto no segundo foram recolhidos dois pratos portugueses, de grandes dimensões e excelente qualidade. Um daqueles apresentava decoração de inspiração oriental, com a aba decorada com aranhões e crisântemos, arrumados em cartelas, e o interior do fundo com paisagem onde se destaca a imagem característica da Faiança Portuguesa. O segundo prato, ainda de maiores dimensões, apresenta a decoração das rendas na aba e ao centro, inserido numa cartela, um coração alado, trespassado por setas.

A presença destas peças em ambientes de produção pode ter diversas interpretações. Sabe-se que muitos oleiros, não apenas em Portugal, mas em diversos centros produtores europeus, adquiriam vasilhas em outras olarias que serviam como

modelos às suas construções. Desta forma, conseguiriam competir com o que os seus colegas produziam, aumentando a rentabilidade do negócio. Esta ideia não é de todo despropositada quando pensamos na produção londrina de louça esmaltada. A fábrica localizada em Platform Wharf laborou entre 1638 e 1663 o que corresponde à datação das peças ali exumadas, momento no qual, a indústria de louça londrina procurava reproduzir os padrões orientais da porcelana chinesa e da faiança europeia, sobretudo portuguesa. (Stephenson, 1999). Por outro lado, não podemos ignorar que as unidades produtivas europeias, em qualquer país, surgiam sempre acompanhadas por “tendas”, destinadas à venda de louça. Até que ponto podiam algumas destas casas vender, a par das suas produções, outras importações cerâmicas europeias, complementado o seu negócio? No mesmo arqueossítio foram recuperadas garrafas em grés produzidas na Alemanha, majólicas italianas e louça esmaltada holandesa e espanhola, suportando esta teoria.

Os contextos que designámos por comerciais tratam-se de locais onde a Faiança Portuguesa certamente entrou, aquando da sua circulação enquanto objecto de valor económico. Wood Wharf (HOF04), Borthwick and Paynes Wharf (BPZ06) e Jacob’s Island (JAC96) podem ser inseridos nesta designação. Nos dois primeiros locais foram identificadas estruturas portuárias, aparelhadas em madeira, mandadas construir pela Companhia das Índias Orientais. No seio daquelas foram identificados diversos fragmentos de faiança e cerâmica comum portuguesa, entre cerâmicas de diversas nacionalidades. A presença de faiança nestes contextos demonstra que ali devem ter ido parar aquando da sua chegada a Londres, a bordo de embarcações oriundas de Portugal, carregadas com as caixas e cestos que nos surgem na documentação. Por alguma razão, que certamente se prende com a sua inviabilização comercial, nomeadamente o facto de se terem quebrado a bordo ou durante a descarga, levou a que fossem atiradas borda fora.

A zona de Jacob’s Island foi utilizada, durante o século XVII, para a construção de armazéns onde se guardavam as mercadorias que os barcos da Companhia das Índias Orientais traziam das suas viagens. A peça foi recuperada em camada superficial, dentro de uma destas edificações, pelo que certamente ali foi depositada no decurso do seu trânsito comercial.

A maioria dos objectos recuperados tratam-se de pratos e taças com decoração de inspiração oriental, exceptuando dois exemplos com rendas e o bordo de uma manga de farmácia. Sobressaem os aranhões e crisântemos inseridos em cartelas e as paisagens centrais bucólicas. Estas peças representam o tipo de Faiança Portuguesa que entrava na cidade com o intuito de ser comercializada. Destacamos, a presença de um prato com o brasão do leão rompante, comumente conotado com a família Silva. Tais objectos, pela sua conotação com grupos nobiliárquicos, seriam certamente requisitados por diversas famílias. Por outro lado, o leão surge nas representações heráldicas de diversas famílias europeias, pelo que seria facilmente adquirido por uma destas casas. Em Maryland, Estados Unidos, foi identificado prato com este brasão em propriedade da família Lloyd, cujo brasão era muito semelhante (Pendery, 1999). O mesmo pode ter acontecido em Londres.

Ainda que a capital recebesse diariamente embarcações, com mercadorias que depois seriam enviadas para cidades mais pequenas, sempre que outras urbes mais diminutas possuíssem portos com capacidade para receber barcos de grande calado, seria ali que as embarcações oriundas da Europa atracariam. Actualmente uma cidade de reduzidas dimensões, durante os séculos XVI e XVII Faversham tornou-se num importante porto, sobretudo devido à sua proximidade com o continente, albergando diversos mercadores, que comercializavam maioritariamente com os portos franceses. O prato ali recuperado, mostrando um característico aranhão, obedece aos mesmos requisitos ornamentais que a grande parte das peças recuperadas nas Ilhas Britânicas e possivelmente satisfazendo o gosto por estas peças de uma das inúmeras famílias abastadas que habitava naquela cidade.

O mesmo pode ser dito sobre a peça recolhida em fossa séptica, associada a casa abastada, em Colchester, no centro da urbe. Cidade de intenso desenvolvimento durante o período romano, a Idade Média vai trazer um recuo a este porto, só recuperando com a fixação de uma grande quantidade de holandeses que ali se estabeleceram em finais do século XVI, apostando no comércio de lã e panos. É por esta altura que se intensificam os contactos comerciais com o continente e se regista o aumento do número de importações, satisfazendo a demanda das gentes mais endinheiradas. Infelizmente o objecto em questão encontra-se muito danificado, tendo perdido quase todo o seu

esmalte, sendo apenas possível dizer que oferecia decoração de inspiração oriental, com vestígios de uma cartela.

A cidade que maior número de peças em Faiança Portuguesa ofereceu em território inglês foi certamente Plymouth. Ainda que oito arqueossítios tenham sido identificados, a maior parte dos achados é oriundo de uma única escavação, em Castle Street, interpretada como a lixeira da cidade durante inícios do século XVII. A quantidade de espólio cerâmico, vítreo e osteológico ali recolhido pode certamente ter essa conotação. Escavado nos anos 60, este local não conheceu as metodologias necessárias a uma correcta avaliação estratigráfica, pelo que a datação das peças ali exumadas teve de ser feita com base em paralelos recuperados em outras localidades, inglesas e europeias. Por outro lado, como a escavação não surtiu os resultados desejados pela equipa de arqueologia, os fragmentos identificados não foram integralmente recolhidos, surgindo muitas peças, fracturadas aquando da intervenção, que não possuem colagem.

Foi apurada uma datação entre 1600 e 1650, à qual correspondem as cerâmicas e vidros identificados. As peças portuguesas encontradas correspondem claramente a esta cronologia, apenas com seis exemplares de pratos que podemos efectivamente datar até 1660. Cinco daqueles apresentam rendas e um deles, decoração onde se vê a cabeça de uma lebre, contornada a manganês. Este exemplar é curioso, pois no reverso apresenta dois leteriformes “VO” que deveriam pertencer a um nome ou legenda.

É um conjunto muito interessante, não apenas devido ao elevado número de peças, mas por oferecer objectos de qualidade mediana. Isto é, ao contrário do que acontece com todas as outras colecções das Ilhas Britânicas, exceptuando Narrow Street, onde observamos cerâmica de excelente qualidade, primando pela aderência, brilho e brancura do vidrado e homogeneidade das pastas, mas também pela estética refinada do desenho, ali foram recuperadas formas que podem ser consideradas de cerâmica quotidiana, ou seja, aquela que nos contextos portugueses seria utilizada no dia-a-dia da casa. As peças recuperadas foram na sua maioria produzidas nas oficinas lisboetas e muito semelhantes ao que surge nos contextos portugueses da primeira metade do século XVII, com itens muito semelhantes aos exemplares recolhidos na Casa de João Esmeraldo, Funchal, (Gomes e Gomes, 1995) ou em Palmela (Fernandes e Carvalho, 2003). Foram ainda identificados alguns exemplares que podemos atribuir às oficinas de

Coimbra. As pastas rosadas, os vidrados pouco espessos e o azul de tonalidade mais escura, é semelhante aos exemplares visualizados na escavação da Garagem Avenida, onde foram identificados restos de produção. Peças semelhantes têm vindo a ser ainda recolhidas nos contextos de São João de Tarouca e atribuídos cronologicamente a meados da centúria de seiscentos (Castro e Sebastian, 2008).

A decoração é comum, sobretudo vegetalista, com a presença generalizada de grandes pétalas e grandes folhas, na aba dos pratos e paredes das taças, bem como algumas flores ao centro dos pratos. Combina-se aquela ornamentação com diversos exemplares de decoração geométrica, sobretudo reticulados e teoria de semicírculos. Menos comum, e apenas com poucos exemplares, surgem alguns pratos com as características cartelas onde se inserem aranhões e crisântemos e paisagens ao centro dos pratos.

Não é fácil avançar uma hipótese para a menor qualidade produtiva destes achados, no entanto, não podemos descartar a suposição de ter sido utilizada por comunidade portuguesa ali residente. Esta afirmação pode ser sustentada por diversos factores. Primeiramente, é conhecida a presença de portugueses, sobretudo judeus, ligados ao comércio internacional, a habitarem naquela cidade, havendo mesmo artéria urbana com o nome de Madeira Street, que remonta, pelo menos, ao século XVII. É bem possível que uma comunidade portuguesa ali residente fizesse uso quotidiano de peças importadas do seu país de origem. A confirmar esta teoria estão os milhares de fragmentos de cerâmica comum vermelha portuguesa, exumados do mesmo arqueossítio, entre os quais se identificaram formas como painéis, caçoilas, taças, cântaros e púcaros. Ainda que os mesmos não tenham sido estudados na presente tese, e careçam ainda de uma avaliação e seriação, é uma prova incontornável do conhecimento que a população daquela cidade tinha das produções portuguesas. Era a Faiança Portuguesa e a cerâmica vermelha consumida nos mesmos lares em Plymouth, onde a cultura material contava ainda com a presença de muitos recipientes fabricados em Itália e na Alemanha, mas também produções locais e regionais. Curiosamente, das mais de oitenta mil peças recuperadas em Castle Street, poucas são as evidências de porcelana chinesa. Desconhecemos as razões para esta ausência. Será possível a comunidade portuguesa estar a preencher as necessidades de cerâmica de inspiração oriental com Faiança Portuguesa?

O achado de um único exemplar de pia de água benta pode de facto revelar que estamos perante as evidências materiais de uma comunidade estrangeira. Plymouth foi, durante o século XVII, uma cidade maioritariamente protestante e apoiante fervorosa do Parlamento durante a Guerra Civil. A fé católica era mesmo mal vista aos seus habitantes ingleses, no entanto, bem tolerada entre os residentes oriundos de outras nações, nomeadamente portugueses, espanhóis e franceses. Na verdade, ainda que a Inglaterra sempre tenha sofrido tensões religiosas graves, recebeu sempre de braços abertos os imigrantes e fugitivos religiosos de outras nações. Neste contexto, não nos custa a acreditar que aquela peça fosse utilizada por alguma família católica proveniente do continente Europeu, quiçá portuguesa.

Por outro lado, a documentação portuária portuguesa refere a presença de diversos barcos oriundos de Plymouth que anualmente chegavam aos portos nacionais carregando diversos produtos, entre os quais faiança, que exportavam para outras terras, tais como as colónias inglesas da América do Norte. Ainda que não haja uma confirmação documental para cerâmica levada directamente para Plymouth, sabemos que ela era do conhecimento dos mercadores locais. As evidências de peças produzidas em Coimbra demonstram que quem as utilizava tinha um perfeito conhecimento dos centros produtores portugueses.

Nos estudos em Vila Flor (Brasil), Paulo Tadeu de Albuquerque determinou que existiam dois tipos de faiança. A de consumo quotidiano e que podia ser encontrada em todos os contextos brasileiros e portugueses e a louça de exportação que abastecia as elites brasileiras (Albuquerque, 2008). É possível que o mesmo ocorresse nas Ilhas Britânicas. As comunidades portuguesas ali fixadas consumiam louça de uso quotidiano, semelhante à que se utilizava em Portugal nos contextos domésticos, e a louça de exportação, seria destinada às elites inglesas, a qual identificámos nas restantes cidades inglesas e irlandesas.

Mesmo nos outros arqueossítios identificados em Plymouth a cerâmica distingue-se pela qualidade. Em Woolster Street foram recuperados dez pratos e taças de excelente qualidade, ainda que a cronologia seja mais tardia e predomine a decoração das rendas, tal como em Dung Quay. Em Shepherd's Wharf surgiu excepcional bacia de barbeiro, com decoração de influência oriental, e datada entre 1650 e 1660, com aranhões contornados a manganês, recuperada no interior de armazém que albergava

mercadorias oriundas do comércio internacional. Ainda que a comunidade portuguesa ali residente fosse a maior consumidora de Faiança Portuguesa, certamente que os restantes habitantes, também a utilizariam.

Plymouth é a cidade inglesa que mais objectos ofereceu, inserindo-se administrativamente no county Devon, a província do do país onde mais cidades surgem com a presença de Faiança Portuguesa, num total de nove localidades. Tal como na capital inglesa, as peças foram recuperadas sobretudo em contextos domésticos, relacionados com mercadores e gentes de posses elevadas. Em Exeter foram identificados onze arqueossítios, nove dos quais conotados com casas de gentes endinheiradas. Apenas um dos locais, em Albany Road, foi recuperado prato associado a gentes mais modestas. Cada um destes lugares ofereceu entre uma e três peças, pelo que a quantidade de objectos naquela cidade não é tão elevada como em outros locais. As peças recuperadas apresentam todas excepional qualidade física e estética. As pastas claras e homogéneas, revestidas a vidro espesso, aderente e brilhante revelam tratarem-se de produções das oficinas de Lisboa. A decoração é essencialmente de influência oriental, com a presença de diversos exemplares de pratos e taças inseridos em cartelas e paisagens centrais com flores e pássaros. Dois pratos mostram decoração com pequenas espirais.

Apenas um dos locais desta cidade apresentou uma natureza diferente, inserindo-se no que temos vindo a designar de contexto comercial. A escavação de um único metro quadrado na antiga casa da Alfândega ofereceu, a par de alguma cerâmica local, um grande prato de faiança. A decoração apresenta elementos vegetalistas, identificados como fetos, distinguindo-se do que foi recuperado no resto da cidade. Atendendo a que o edifício não servia à habitação de nenhum dos seus funcionários, sendo utilizado apenas para o registo e armazenamento de mercadorias, é seguro afirmar que a louça portuguesa entrava naquela cidade com o intuito de ser comercializada, ainda que desconheçamos em que quantidades. Note-se que Exeter é das poucas cidades inglesas, exceptuando Londres e Bristol, onde registos portuários mencionam a entrada de louça portuguesa em 1646 e 1655 que combinam com a datação que atribuímos ao prato aqui identificado. Se atendermos ao território de Devon é a cidade que peças de melhor qualidade e maior dimensão apresenta. A razão pode prender-se com o elevado poder económico de parte dos seus habitantes, cuja riqueza provinha, até meados do século

XVI, do comércio de lã. Durante o século XVII, o poder económico dos seus habitantes aumentou ainda mais com o estabelecimento de rotas de comércio fixas com as colónias da Terra Nova, trazendo grandes quantidades de bacalhau para a Europa. Por outro lado, as comunidades destas cidades mais pequenas, tentavam sempre manter-se no mesmo nível que as suas congéneres em Londres, reproduzindo o seu *modus vivendi*. Esta necessidade de ostentação e manutenção do seu *status* social originou a que se consumissem grandes quantidades de bens exóticos, sobretudo cerâmicas e vidros, mas também tecidos, especiarias e frutas, muitos destes oriundos de Portugal.

Devon é a zona do país que mais beneficia do desenvolvimento comercial do país durante o século XVII, estabelecendo relações com diversos mercados internacionais, na Europa, Oriente e nas novas colónias norte americanas. Estes contactos mundiais permitem adquirir uma enorme variedade de produtos, entre os quais cerâmicas, tanto portuguesas como de outras nacionalidades. Faianças Portuguesas foram recuperadas em Exmouth, Bideford, Barnstaple, Great Torrington, Dartmouth, Credinton e Totnes. A maioria dos locais, tal como ocorre nas outras cidades, foram conotados com casas de mercadores ou nobres endinheirados, com grande poder económico e político, visto que as peças encontram-se dentro de casas situadas nas zonas mais distintas das cidades, onde evidências documentais colocam a habitação destes homens. Por vezes, conseguimos mesmo identificar a família que habitava naquelas casas aquando da aquisição das peças de faiança. Em Dartington Hall foi recuperado fragmento de prato, decorado com pequenas espirais, que entrou naquele arqueossítio quando o mesmo era habitado pela família Champernowne que adquiriu a casa no século XVI. O mesmo se passou no Berry Pomeroy Castle pertença da família Seymour, parentes da terceira mulher de Henrique VIII, Jane Seymour, que a possuíram até 1688.

As oficinas lisboetas exportavam em grandes quantidades para esta zona do país, abastecendo diferentes locais. A prova deste abastecimento passa pela semelhança entre as peças recuperadas na Goldsmith Street, em Exeter e em Credinton, arqueossítios separados por cerca de dez quilómetros. A analogia formal e decorativa entre ambos objectos mostra claramente que foram produzidos na mesma oficina e pintadas pela mesma mão, possivelmente importadas no mesmo carregamento.

A maioria das cidades onde peças portuguesas foram identificadas, encontram-se em zonas portuárias. No entanto em Devon, surgem peças em locais mais interiores, nomeadamente Credinton e Great Torrington que se localizam até dez quilómetros afastadas das frentes costeiras. São servidas por pequenos rios que permitem o acesso por barcos de pequenas dimensões, pelo que nunca foram portos onde se localizassem mercadores ligados ao comércio internacional. Aquelas cidades floresceram devido à produção e comércio de lã e panos que eram enviados para Exeter, Bideford e Barnstaple. No primeiro caso, foi identificado pequeno pote, produzido em Lisboa, perto da High Street onde se localizavam as casas dos habitantes mais abastados. Em Great Torrington foi recuperado um dos mais belos exemplares de Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas, de enormes dimensões e beleza. Esta pequena localidade, situada a seis quilómetros da costa, era igualmente um pequeno porto que abastecia de lã as cidades costeiras. Não se conhece ali nenhuma família abastada, pelo que não é fácil inferir porque um dos pratos com melhor qualidade que conhecemos, foi identificado naquela localidade.

É possível que nesta zona do país a Faiança Portuguesa fosse uma produção reconhecida e apetecida pela maioria das pessoas, com poder económico para a adquirir, e uma rede interna de comércio a levasse a localidades interiores. Assim se explica a sua larga dispersão. As peças são, na sua maioria, de inspiração oriental, mostrando que a sua aquisição procurava colmatar a procura de bens de cariz exótico que dominou a população europeia a partir de finais do século XVI.

Bristol foi uma das cidades mais importantes de Inglaterra em Época Moderna, estabelecendo relações comerciais com diversos países europeus e com as colónias norte americanas. A presença de barcos oriundos desta cidade é comum na documentação lusa, levando para aquele centro urbano mercadorias tão variadas como vinho, sal, azeite, fruta, açúcar e claro, cerâmica. Os registos do Livro da Portagem do Cabido da Sé do Porto registaram, a 24 de Maio de 1668, a saída do navio Santa Ana, mestre John Many, com destino a Bristol, levando a bordo “*oito moyos de sal e vinte/ e cinco dúzias de louza e uma caixa de assucar Branco*” (ADP/CABIDO/Lv.152/1668/fl.24v.), despachados por Thomas Mally, certamente inglês, habitante no Porto. No ano de 1669, chega a Bristol o navio Isabella, vindo de

Lisboa, trazendo a bordo “*17 cashes o oyle at 7th 900 milvees and iiic plates*” (E190/1137/2/fl.12v.).

Ainda que surjam referências documentais a louça oriundas de Lisboa e Vila Nova, arqueologicamente, apenas peças produzidas nas oficinas lisboetas foram recuperadas. A escavação de Saint Nicholas identificou habitação, na qual foi recuperada interessante coleção, seguramente datada de meados do século XVII. As taças e pratos, hemisféricas e subtruncocónicos, ofereceram, na sua maioria, decoração de inspiração oriental, com diversos aranhões e pêssegos. Uma escudela mostra bem a confluência de estilos, em que forma europeia apresenta decoração de estilo oriental. Os pratos moderam um pouco esta influência, com a presença de pequenas espirais e decoração vegetalista com fetos, tão comum na cronologia indicada. Este pequeno arqueossítio ofereceu quatro garrafas em faiança, número bastante elevado para um único local. Uma delas trata-se de um dos achados mais interessantes das Ilhas Britânicas pois é a única peça portuguesa datada, encontrada naquelas latitudes. Peças datadas não são assim tão comuns, mesmo nos contextos portugueses e é interessante verificar como a data de 1652 corresponde à datação do contexto, feita com base em numismas e outros materiais. Apresenta igualmente na sua decoração um brasão de pequenas dimensões. Outro fragmento, mostrando bojo de garrafa ou jarro, apresenta vestígios de um outro brasão, ainda que, devido à sua fragmentação, não seja possível identificá-lo.

Aquela decoração heráldica afasta-se por completo dos modelos utilizados em Portugal para representar os brasões, sendo comum nas sociedades norte europeias. Ainda que a decoração esquartelada não seja muito abundante, pode ser conotado com meia dúzia de famílias inglesas, tais como os Brough ou Bathon, em Devon, bem ou com algumas cidades inglesas, nomeadamente Plymouth ou Knustford, perto de Chester.

Esta é uma das provas que as oficinas portuguesas, neste caso específico as lisboetas, produziam faiança com o propósito de abastecer certos mercados estrangeiros. Tais conclusões já tinham sido retiradas através das peças presentes em diversos museus europeus (Keil, 1938), no entanto, são raras em contextos arqueológicos. Conhecem-se nomes de famílias presentes nos pratos identificados nas escavações de Amesterdão, mas os brasões de famílias estrangeiras não são comuns (Baart, 1988).

Aquelas garrafas podem efectivamente ter resultado de uma encomenda específica que celebrava um ano especial na vida de determinada família, que utilizasse aqueles brasões, ou pode ter sido produzida simplesmente para enviar para Inglaterra, onde diversos grupos nobiliárquicos a podiam adquirir, atendendo que possuíam aqueles objectos um brasão muito semelhante ao seu. A insígnia era claramente um símbolo de distinção social das camadas mais elevadas e não cremos que, pelo menos no presente caso, fosse uma peça destinada a qualquer camada social, mas sim às que tinham capacidade económica e social.

As peças recuperadas nesta intervenção fazem-nos supor que foram adquiridas em pelo menos dois momentos diferentes. Num deles foram obtidas as produções de inspiração oriental, visto que as taças e um dos pratos apresentam esta decoração. Deve ter sido igualmente quando foram compradas as garrafas. Num segundo momento, foram obtidos os pratos com decoração vegetalista. Chegámos a esta conclusão não apenas com base na tipologia decorativa das peças, mas sobretudo, quando aliamos as decorações às características físicas daquelas. Na verdade, estamos aqui perante dois tipos de produção. Ainda que todos os objectos apresentem pastas homogéneas e compactas, com esmalte aderente, aquele é bastante mais espesso e brilhante nas peças com decoração de influência chinesa, no prato com as espirais e nas garrafas. As restantes apresentam esmalte mais fino. É possível que o habitante daquela casa as possa ter adquirido numa viagem a Lisboa ou mesmo num qualquer comerciante local, em dois momentos distintos, possivelmente no mesmo ano ou com poucos anos de diferença, produzidas em diferentes oficinas. É nossa convicção que estas peças eram adquiridas nas lojas locais visto sabermos que as cidades inglesas possuíam, desde pelo menos inícios do século XVII, vendedores de produtos exóticos que tinham as suas lojas nas cidades mais importantes de Inglaterra (Burke, 1940).

No que concerne à colecção recuperada na Narrow Quay, encontra-se muito bem datada através de numismas e das obras de remodelação do cais entre 1640 e 1650. Ainda que de menores dimensões que a colecção de Saint Nicholas, é muito semelhante no que concerne a temas e formas com pratos, taças e uma garrafa apresentando decoração de inspiração oriental, pequenas espirais e decoração vegetalista com a presença de fetos e grandes folhas.

Em Quakers Friars North foi identificada uma outra estrutura portuária que ofereceu alguns fragmentos de Faiança Portuguesa também de inspiração oriental. No entanto aquelas não mostram a qualidade nem a beleza das peças recuperados nos outros três arqueossítios.

Ainda que só oferecendo uma peça, a escavação de Greyfriars Building Lewin's Mead, um mosteiro franciscano, revelou-se interessante, pois foi possível datar o esgoto, onde o prato de faiança foi recuperado, entre 1650 e 1660. A peça foi resgatada no seio de uma lixeira onde apareceram cerâmicas oriundas de quase todas as nacionalidades europeias, desde Países Baixos, Alemanha, França, Itália e Espanha, pelo que a peça portuguesa era tida em tão alta conta quanto aquelas, partilhando os mesmos ambientes. Apresenta decoração de rendas na aba e um coração trespassado por setas ao centro, característico das oficinas lisboetas. É curiosa a recolha de uma colecção de tamanha riqueza num mosteiro cujos frades deviam obedecer a votos de pobreza, o que demonstra que, a par dos nobres e burgueses, o clero era dos maiores consumidores de objectos de luxo.

Southampton ofereceu apenas quatro exemplares em Faiança Portuguesa. A razão pela qual uma cidade com tamanha importância e mercadores envolvidos no comércio internacional, ter providenciado poucos fragmentos, pode ser explicada pelo facto de os seus comerciantes, manterem negócios quase exclusivamente com o norte de França e com a Itália, o que explica o elevado número de peças italianas e francesas. Destaca-se a peça resgatada em Upper Bugle Street, não pela sua natureza, mas pelo contexto onde foi recuperada. Localizada dentro de grande edifício, conotado com armazém destinado ao armazenamento de bens oriundos do comércio internacional, ainda que apenas um fragmento de Faiança Portuguesa tenha sido recuperado, foram registadas centenas de peças em cerâmica comum portuguesa (Brown, 2002). Aquela colecção, já estudada por Alejandra Gutierrez (Gutierrez, 2007), apresenta uma larga variedade de formas, desde taças a painéis, passando por alguidares e cântaros. Desconhecemos porque numa cidade onde os achados de cerâmica portuguesa são tão raros, um único local tenha oferecido tantas evidências deste material. Existe sempre a possibilidade de terem chegado a bordo de um único navio e ali terem sido depositadas, arriscando a sua venda nos mercados locais, o que nunca se registou.

Onze peças foram recuperadas nas escavações do Orchard Car Park em Poole. Aquele local foi identificado como lixeira de um bairro de mercadores, sendo todas as evidências exumadas numa única fossa séptica, pelo que a indicação é que foram utilizadas na mesma casa. Curiosamente, na mesma fossa, foram ainda recolhidas diversas peças em cerâmica comum, claramente de produção portuguesa. Das faianças resgatadas apenas três podem ser conotadas com as oficinas de Lisboa, uma das quais um prato de excelente qualidade e decoração cuidada, que podemos classificar como uma das peças de melhor qualidade identificadas nas Ilhas Britânicas, cujos atributos físicos apenas podem ser comparados ao prato de Great Torrington. Apresenta crisântemo inserido em cartela e, pela sua tipologia, podemos imaginar que as restantes teriam, no seu interior, aranhões, de inspiração oriental. O outro prato apresenta ornamentação dentro do mesmo estilo e a taça, decoração vegetalista, com a presença de fetos e grandes folhas.

As restantes peças são todas claramente produções coimbrãs, onde surgem pratos e taças com a típica decoração de rendas daquela cidade, exceptuando duas taças, uma com decoração vegetalista e outra, apenas com duas linhas concêntricas, junto ao bordo. No entanto, mesmo produzidas em Coimbra, onde a qualidade era inferior à de Lisboa, estas peças apresentam boa qualidade. As pastas, ainda que pouco homogêneas, apresentam-se compactas e de tonalidade rosada. Os vidrados são aderentes, ainda que pouco brilhantes. Os tons de azul são escuros e com pouca variedade cromática. Ao contrário da maioria das peças produzidas em Portugal no século XVII, que oferecem fundo plano, assente em pé anelar, as olarias de Coimbra, produziam taças carenadas e pratos com fundo em ônfalo, em uso desde finais do século XVI no nosso país e cuja produção se manteve durante a centúria seguinte.

A análise da faiança em Inglaterra não ficaria concluída sem discutirmos o achado de Aberglasney Abbey, no País de Gales, onde foi recuperado o único exemplar de azulejo identificado nas Ilhas Britânicas. Foi o local da descoberta ocupado pela família Rudd até 1710, gente influente na corte, cujo membro mais distinto foi o bispo Rudd, e vendido para pagar as dívidas da família. Conhecem-se diversas obras de remodelação durante os anos de seiscentos. Trata-se de elemento de barra ou cercadura de padrão, oferecendo decoração fitomórfica, muito comum em Portugal entre 1630 e 1650 correspondendo à classificação B62 de Santos Simões (Simões, 1997, 186), cuja

decoração central desconhecemos, mas que paralelos portugueses indicam tratar-se de padrão geométrico, tipo “tapete”. Eram a produção mais comum das nossas olarias até pelo menos 1670, quando as paisagens começam a sobrepor-se aos padrões e a policromia perde-se em benefício do azul e branco.

Aquele foi recuperado na zona do jardim, em contexto de despejos, aquando da remodelação do edifício, em finais do século XVII, pelo que não sabemos se adornava as paredes deste espaço, dedicado à natureza, ou o interior da casa ou igreja. Ainda que ignorando a sua localização, destacamos a sua presença na habitação de um dos elementos mais elevados do clero inglês e claramente de elevado estatuto social, demonstrando que eram revestimentos importados com o objectivo de adornar as paredes das casas ou igrejas frequentadas pelas elites. Curiosamente, e ainda que só um exemplar seja conhecido, a documentação portuária londrina mostra que diversos carregamentos deste ornamento parietal chegaram a Londres, durante a segunda metade do século XVII, pelo que é provável que os ladrilhos lusos revestissem as paredes de muitas casas e igrejas no país, ainda por identificar. O facto de se tratar de um padrão mostra que mesmo por encomenda, não foi propositadamente executado para aquele cliente, sendo fácil de adquirir em qualquer olaria.

A análise das peças recuperadas na Irlanda tem de ser feita tendo em conta os contextos onde foram recuperadas, pertencentes a habitações ocupadas por mercadores, ligados ao trato internacional, e senhores ingleses. Como podemos ver no capítulo que contextualiza social e politicamente as Ilhas Britânicas, o poder económico e político estava nas mãos dos senhores ingleses. Aqueles, mesmo afastados geograficamente da sua terra natal, tentavam a todo o custo manter o estilo de vida inglês, com acesso a bens comparáveis, sendo alimentos, vestuário, mobiliário ou cerâmica. As suas casas correspondiam ao modelo da casa inglesa, com a mesma estrutura e recheio. Eis porque, a par da Faiança Portuguesa foram recuperadas nos arqueossítios, materiais espanhóis, franceses, holandeses e italianos. Os achados irlandeses apresentam uma excelente qualidade, análogos aos que foram recuperados em Inglaterra. A sua localização restringe-se a cidades portuárias, não se conhecendo nenhum exemplo de penetração no interior do território.

Foi crença de diversos investigadores, durante muitos anos, que os achados de Faiança Portuguesa seriam mais comuns na Irlanda que em Inglaterra (Meenean, 1992).

Esta conclusão foi retirada devido ao facto de os primeiros achados terem sido identificados em solo irlandês, nomeadamente em Wexford e Dunboy Castle. Hoje temos conhecimento que essa não é a verdade e as importações portuguesas eram mais frequentes em solo inglês.

Sabemos ainda que muitos dos mercadores que habitavam as cidades irlandesas, nomeadamente Waterford e Galway, possuíam relações bastante estreitas com a Península Ibérica e com Portugal especificamente, como se observou no caso da família Wadding em Waterford, cujo filho foi mandado estudar para Portugal, tornando-se filiado do clero no nosso país. Ainda que este membro daquela família nunca mais tenha voltado à Irlanda, é possível que tenha mantido boas relações e contacto com os seus parentes, que assim tiveram conhecimento do que se utilizava em Portugal.

A cidade de Galway ofereceu peças extraordinárias, no que concerne a sua qualidade e decoração. Um dos objectos mais marcantes trata-se de garrafa, com a representação de dragão e decoração de inspiração oriental. Esta peça é bastante semelhante, no que concerne a sua tipologia e decoração, às peças presentes no museu de Hamburgo que, durante muitos anos, foram consideradas como produções alemãs. Apresenta excelente qualidade, claramente destinada à exportação como podemos ver pelos exemplares ostentando os brasões de famílias estrangeiras. O dragão aqui ocupa a zona que nas demais peças ostenta brasão. É possível que não tenha sido destinada a uma família em concreto e que seja apenas uma representação de gosto oriental, atendendo que na porcelana os dragões são símbolos do poder imperial. Seria certamente bastante apreciada, atendendo ao seu esmalte aderente e brilhante e à sua decoração cuidada o que revela uma mestria indiscutível do seu pintor.

Outra das peças interessantes exumadas nesta cidade trata-se de fragmento de fundo de prato que possui as letras "...ANDA", que acreditamos serem as últimas letras do nome "FERNANDA". É impossível saber se este prato era de facto utilizado por alguém com este nome, ou se foi adquirido apenas pela sua aparência estética. No entanto, e atendendo às notícias de que existiam diversos mercadores ibéricos com residência na cidade, sentimo-nos compelidos a acreditar na primeira hipótese. Sempre foi crença que estes nomes indicassem a denominação do seu proprietário, no entanto, até recentemente isto não tinha sido comprovado (Baart, 1988). Em escavações recentes na colónia de Ferryland, Terra Nova (Canadá), foram encontradas diversas peças com as

letras S.K. Aquelas seriam apenas consideradas mais uma decoração se não tivéssemos pleno conhecimento do nome da proprietária daquele assentamento, que foi Lady Sarah Kirke. Pela primeira vez foi possível estabelecer uma relação directa entre uma peça com legenda e a sua proprietária, o que nos leva a crer que a maior parte destas peças fosse efectivamente utilizada por alguém com aquele nome.

Todavia, numa aproximação menos recorrente podem aqueles quatro leteriformes corresponder às últimas letras de IRLANDA. Esta interpretação é efectivamente mais arriscada, visto que não conhecemos nenhum exemplo de legenda com a designação de países ou cidades, ainda que a suposição não possa ser colocada de parte. Aquela ilha surge na documentação portuária da Portagem do Cabido da Sé do Porto como “Reino da Irlanda”. As peças exumadas em Galway, claramente produções de Lisboa, são todas de excelente qualidade e eram certamente utilizadas pelas elites mercantis daquela cidade.

A colecção exumada em Carrickfergus tem de ser analisada com cuidado. Primeiramente porque se trata de um contexto bem datado entre 1580 e 1610, as peças mais recuadas identificadas nas Ilhas Britânicas e possivelmente das primeiras exportações que ali foram recuperadas. Permitem estas evidências arqueológicas avançar com algumas conclusões em torno das primeiras produções. Trata-se de colecção apresentando objectos de excelente qualidade, que se caracterizam pela aderência, brilho e alvura do esmalte e pelo tom claro das pastas, bastante homogéneas e compactas com elementos não plásticos quase inexistentes. O azul apresenta-se consistente e de tonalidade clara com a completa ausência de outras cores, nomeadamente amarelo e manganês, como seria de esperar naquele momento cronológico. As características físicas e estéticas apontam para que se tratem de produções das oficinas de Lisboa, ainda que de qualidade superior ao que tem sido recuperado nos contextos lisboetas naquelas cronologias, pelo que cremos estar perante o que temos vindo a designar de cerâmica de exportação. De qualquer forma é impossível saber se Coimbra e Vila Nova estariam já a produzir em finais do século XVI e, se o fizessem, a sua qualidade estaria aquém das peças identificadas no norte da Irlanda.

No que concerne a decoração, os objectos apresentam motivos de influência europeia e oriental. De inspiração chinesa surgem as paisagens bucólicas no centro dos

pratos, os pêssegos e a aba dividida em cartelas onde emergem crisântemos com um aspecto bastante naturalista, característico das primeiras produções. A completa ausência de aranhões na decoração confirma que estamos perante os primeiros momentos da manufatura, onde os rolos de papel e folhas de artemísia, que a porcelana kraak vai generalizar na Europa, ainda não são uma moda que as produções portuguesas queiram reproduzir. Por outro lado são comuns os ziguezagues, os reticulados e as pequenas espirais de influência espanhola. Esta colecção revelou-se bastante importante na compreensão das primeiras produções portuguesas.

Deve ainda ser notado que, neste conjunto, 95% das peças esmaltadas recuperadas nas intervenções arqueológicas daquela cidade são portuguesas e as restantes 5% correspondem a produções inglesas e espanholas. Esta quase completa ausência de peças inglesas explica-se pelo facto de a indústria inglesa se encontrar a dar os primeiros passos naquela época, no entanto, desconhecemos porque recorreram os habitantes de Carrickfergus a importações portuguesas e não de outras oficinas europeias. É provável que esteja relacionado com escolhas estéticas e que a preferência na sua aquisição tenha assentado possivelmente no gosto pelos tons azuis e brancos que evocavam o Oriente. Convém ainda lembrar que, durante a primeira metade do século XVII, Carrickfergus é uma das mais importantes cidades mercantis da Irlanda, abastecendo toda a província do Ulster. Atendendo que aquelas peças foram recolhidas num fosso da muralha, não podemos atribuí-las a um utilizador específico sendo plausível que estivessem armazenadas de modo a vendê-las pela comunidade inglesa da cidade e arredores. Quem nos garante que um qualquer mercador não as adquiriu em Lisboa, com o intuito de com elas abastecer o mercado local e regional?

Apenas outra cidade no norte da Irlanda ofereceu peças em Faiança Portuguesa. Ao contrário de Carrickfergus, que apresenta uma das colecções mais antigas das Ilhas Britânicas, as peças recolhidas em Londerry revelam-se das mais recentes, datadas entre 1670 e 1690. As peças obedecem ao que tem sido identificado nos contextos mais tardios do século XVII em Portugal. Predominam os objectos decorados com teorias de semicírculos e motivos vegetalistas, como os fetos. No entanto, surgem ainda algumas peças com aranhões de influência oriental, possivelmente fabricadas alguns anos antes da sua fragmentação, atendendo que, pelas suas características estilísticas, as podemos colocar no período entre 1635 e 1660. Destacamos ainda a presença de um prato que no

interior do fundo apresenta a cercadura de um brasão, ainda que não consigamos identificar o seu tema. Desta forma, é-nos impossível estabelecer se aquele se tratou de uma encomenda específica, ou se uma peça produzida em Lisboa com um brasão que podia corresponder tanto a uma família portuguesa, como inglesa.

Escavações de reduzidas dimensões no Castelo de Dublin ofereceram onze peças em faiança. Todas elas apresentam uma excelente qualidade decorativa e física, característica das produções lisboetas. Apenas dois fragmentos de taças mostram decoração com teoria de semicírculos. As restantes taças e pratos inserem-se no que temos vindo a designar como cerâmicas de influência oriental, com diversos aranhões e crisântemos inseridos em cartelas. O interior dos fundos apresenta paisagens bucólicas com flores e representações de pássaros. Não diferem estas peças do estilo que identificámos na restante ilha. Aquelas foram certamente adquiridas durante a permanência dos Wentworth, representantes do poder real inglês, ainda que seja difícil saber se foram utilizadas por eles, ou por outra das importantes famílias de mercadores e funcionários do poder real que ali habitavam.

Limerick foi igualmente uma importante cidade mercantil durante o século XVII. Encontrava-se dividida fisicamente entre a *Englishtown* e a *Irishtown*, onde se fixaram, respectivamente, os colonos ingleses e os primitivos habitantes irlandeses. No topo da cidade localizava-se o King John's Castle, sede do poder político e administrativo. A maior parte dos mercadores que ali habitavam era de origem inglesa, próximos das elites políticas. Foi no quarteirão inglês e no castelo que se identificaram as cerâmicas portuguesas, produções das oficinas lisboetas e reproduzindo o estilo oriental.

Ainda que a maioria das peças tenha sido identificada em contextos urbanos, a fortificação conhecida como Dunboy Castle ofereceu quatro fragmentos em Faiança Portuguesa. A sua localização na península Beara serviu o propósito de controlar as importações e exportações com a Europa a partir daquele porto natural, bem como a recolha de impostos dos pescadores irlandeses. As peças identificadas ofereceram decoração de inspiração oriental, com a presença de um crisântemo, bem como um outro prato ornamentado com teoria de semi-círculos correspondendo à segunda fase de ocupação da fortificação, a partir de 1650.

A cidade mais próxima desta fortificação é Cork, centro económico de grande importância durante o século XVII. Apenas dois fragmentos foram ali recuperados,

apresentando decoração vegetalista, característica de meados da centúria. Um deles apareceu em contexto de igreja, mas o outro foi recuperado em casa de mercadores abastados, conhecido como Skiddy's Castle por ter sido pertença de família inglesa, com aquele nome.

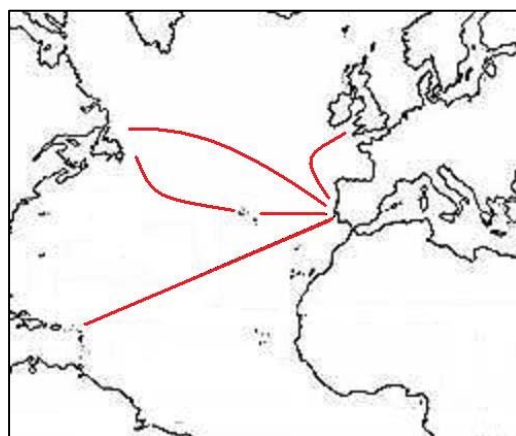
Próximo da baía de Waterford, junto à cidade de Wexford, situa-se o Balyhack Castle. Esta residência senhorial foi ocupada por Sir Osborne Itchingham até meados do século XVII, momento em que foi ocupada pelas forças irlandesas. Foi na primeira metade do século que ali chegaram os dois pratos e taça em Faiança Portuguesa. Aqueles oferecem excelente qualidade física e estética com decorações que podemos localizar entre 1630 e 1650, oriundas das oficinas lisboetas. Apresentam aquelas peças soluções estéticas de inspiração europeia, com pequenas espirais e grandes folhas. O interior dos pratos apresenta feto, num dos casos, e coração alado, trespassado por setas, no outro.

As peças que melhor qualidade exibem nas Ilhas Britânicas tratam-se de dois pratos recuperados nas escavações de Great Torrington e Poole e a garrafa encontrada em Galway. Em ambos casos vemos pratos de forma subtruncocónica que teriam 0,324 m de diâmetro no bordo e 0,228 m de diâmetro no fundo. A sua dimensão, características físicas e decorativas, colocam-nos nas produções mais cuidadas de que temos conhecimento, de melhor qualidade que muitas das peças que ainda hoje vemos nos museus portugueses e que sobreviveram devido à sua qualidade. No primeiro caso, trata-se de prato com vestígios de decoração vegetalista onde podemos observar uma grande folha datada de meados do século XVII, quando a faiança, ainda que mantendo a qualidade de períodos anteriores, aposta em decorações mais europeias, algumas delas mesmo de criação nacional. Curiosamente este prato foi recuperado numa localidade que, no século XVII, albergava pouco mais de meia centena de indivíduos, sendo importante apenas por ter acolhido uma batalha durante a Guerra Civil inglesa, sem nenhuma família importante entre os seus habitantes. No segundo exemplo, observamos fragmento de prato que apresenta decoração de clara inspiração oriental onde, no interior de cartelas, surgem crisântemos estilizados e vestígios da presença de aranhões. Também este prato se pode incluir no período IV da nossa evolução crono-estilística sendo possível datar ambos exemplares entre 1630 e 1660.

No que concerne a garrafa recuperada em Galway, a sua qualidade coloca-a igualmente no conjunto das três peças de melhores características físicas recuperadas nas Ilhas Britânicas. No entanto, a sua qualidade está muito além das características físicas que ostenta e distingue-se pela decoração, onde o dragão representado, quando completo, seria muito semelhante ao que se pode muitas vezes visualizar na porcelana chinesa. Esta peça, combinando uma forma europeia, com decoração de inspiração oriental, foi possivelmente feita algures na década de 20 do século XVII. É nossa crença que estas peças duravam cerca de uma geração até serem descartadas e entrarem no registo arqueológico. O seu “ciclo de vida” duraria assim entre 20 e 30 anos, a não ser que algum acidente as fizesse ser rejeitadas. Desta forma, temos de ter sempre em atenção a datação do contexto quando as analisamos porque nem sempre aquele permite inserir a peça no período em que foi produzida.

Nos contextos portugueses, semelhantes peças são extremamente raras e só recuperadas em alguns ambientes conventuais e palatinos, cujos ocupantes teriam poder de compra para as adquirir. Pratos com qualidade semelhante foram recuperadas em Amesterdão e Hoorn, nos Países Baixos, e as garrafas são comuns nas colecções de museus como o museu de Hamburgo, o British Museum e o Victoria & Albert, tendo um jarro igualmente de excelente qualidade sido recuperado nas escavações de Copenhaga (Bartels, 2003). cremos que estas peças eram propositadamente feitas para exportação até porque não são muito comuns em Portugal e seriam muito apreciadas no estrangeiro, podendo competir com as outras produções europeias.

É impossível ignorar que as cidades que maior quantidade de objectos em cerâmica portuguesa ofereceram, são aquelas que mantinham intensos contactos comerciais com as colónias americanas. Mercadores oriundos de Londres, Bristol, Topsahm, Exeter e Plymouth, são constantes nos registos portuários portugueses e responsáveis pela exportação de milhares de peças para a Terra Nova, Inglaterra a Nova e Barbados.



Mapa demonstrando os locais para onde mercadores ingleses levavam Faiança Portuguesa a bordo dos seus navios.

Estas colónias têm oferecido largas quantidades de cerâmica portuguesa, tanto comum como faiança, confirmando as informações documentais recuperadas em diversos portos (Pendery, 1999).

Os objectos portugueses recuperados nas Ilhas Britânicas, quando combinados com outras produções europeias, preenchem a necessidade de consumo destas classes que possuíam poder de compra para adquirirem bens exóticos, destacando-se a presença de diversos exemplares de porcelana chinesa, a importação mais dispendiosa. Todavia, ainda que algumas peças tenham sido recuperadas em contextos nobiliárquicos, a maioria dos arqueossítios corresponde a habitações de mercadores. Estes homens, ligados ao trato internacional, eram os que melhor conhecimento detinham das produções dos países que visitavam. Por outro lado, são uma classe de grande influência política desde o reinado de Isabel I, ocupando mesmo cargos importantes, sobretudo devido à sua influência económica. Desenvolvem um estilo de vida de riqueza e ostentação como se pode ver nas suas casas (King, 2009).

Cremos que as peças aqui apresentadas eram importadas e utilizadas nos lares como elementos decorativos, até porque só foram identificadas marcas de uso em Narrow Street, Londres e Castle Street, Plymouth, cujos contextos revelaram tratarem-se de locais especiais. Tirando estes dois casos, onde podem ter funcionado como peças utilitárias e quotidianas, era o seu objectivo preencherem o desejo de consumo de bens exóticos e orientais. As louças devem ser assim encaradas não apenas no seu papel funcional e estético, mas também simbólico (Deetz, 1977, 50). A cultura material ajudava a manter o *status quo* nobiliárquico e burguês, aproximando as suas classes.

É curioso tentar perceber qual o papel que a Faiança Portuguesa ocupava no quotidiano das casas inglesas e irlandesas onde foi recuperada. Um dos melhores indícios é-nos dado pelas representações iconográficas. Os quadros a *Cozinha Rica* e a *Cozinha Pobre* de Jan Havicksz Steen, pintados entre 1660 e 1680, podem efectivamente revelar o papel das faianças. Começemos pela *Cozinha Pobre* onde, num ambiente de míngua, se destaca a completa ausência de louça esmaltada e muito pouca quantidade de cerâmica comum, com a presença de recipientes em madeira. Pelo contrário, a *Cozinha Rica* mostra três pratos em louça estanífera. Um deles, completamente branco, encontra-se no chão, onde um gato lambe os restos da refeição. Os outros dois, decorados a azul e branco, acham-se em exposição por cima da lareira,

pelo que serviriam uma função estética. Isto pode efectivamente mostrar-nos que existiam duas categorias de louça esmaltada. A de menor qualidade, destinada ao uso quotidiano e certamente produzida em Inglaterra e outra, decorada e de melhor qualidade que se pode inserir perfeitamente na cerâmica importada. Admitimos que esta mesma relação de valor existia no consumo de faiança em Portugal onde peças importadas e de melhor qualidade seriam vistas como objectos de luxo e com qualidades decorativas e outra, de uso quotidiano, que era utilizada na cozinha e à mesa.



Cozinha Rica, de Jan Havicksz (c. 1660-1680).



Cozinha Pobre, de Jan Havicksz (c. 1660-1680).

A decoração, ainda que variada e mostrando vários exemplares, é sobretudo de influência oriental, com predomínio das peças com paisagens ao centro e aranhões e crisântemos nas abas, separados por cartelas, nas quais se inserem. Destacam-se os pratos e taças recolhidos em Londres, Carrickfergus, Faversham e Exeter. Não cremos que em território inglês estas peças tivessem a intenção de substituir a porcelana chinesa, tal como os oleiros portugueses tentaram que acontecesse em Portugal. Ao contrário do que ocorreu no nosso país, o século XVII conhece um aumento das porcelanas nos contextos arqueológicos ingleses, agora trazidos pelas naus da Companhia das Índias Orientais, que navegavam o Índico. A Faiança Portuguesa, com a sua decoração oriental, tinha como objectivo complementar o recheio das casas com objectos de inspiração oriental, aumentando a oferta cultural de produtos exóticos. Associados a diversos produtos cerâmicos de outras nações europeias e orientais, mobiliário, têxteis, tapetes e marfins, muitos deles adquiridos em Lisboa, criavam um ambiente exótico, ambicionado pela alta sociedade inglesa. Aos bens materiais devemos associar as cores

e cheiros de perfumes, alimentos e especiarias que certamente entravam nas casas inglesas, complementando o ambiente.

É geralmente defendido que a utilização destes elementos pelos oleiros portugueses as havia destituído da sua simbologia. Cremos, todavia, que aquela destituição foi simplesmente do símbolo original, tendo adquirido uma nova simbologia que a conotava com o Oriente e com a presença de símbolos exóticos nas casas europeias, já não através da porcelana chinesa, mas de uma nova produção, mais robusta, mas igualmente fina. Note-se como as peças portuguesas são de tal forma delicadas que visualmente podiam efectivamente competir com as porcelanas da China como o caso do prato recolhido em North Street ou a taça de Trichay Street, ambos arqueossítios em Exeter.

Certos autores defendem que os símbolos de inspiração chinesa podem estar relacionados com uma mensagem política que reflecte a presença dos portugueses no Oriente (Monteiro, 2006). Ainda que essa possa ser uma verdade no que concerne as peças consumidas no nosso país, não cremos que a mensagem passasse para as outras nações europeias. São efectivamente embaixadas exóticas, mas distituídas de qualquer cariz político em outros países que igualmente navegavam o Índico.

No entanto, a Faiança Portuguesa não apresenta exclusivamente decorações com elementos de inspiração oriental. Ainda que menos frequentes, são igualmente constantes pratos com decoração de espirais. Desvirtuadas do seu tema original, elas apresentam algum exotismo, possivelmente conotadas com as peças espanholas de reflexo metálico que ainda existiam nos lares ingleses e algumas vezes recolhidas nos mesmos contextos que a Faiança Portuguesa como no caso de King Street ou Magdalean Street, ambas em Londres. Também a sociedade espanhola sempre exerceu fascínio nas civilizações europeias, sobretudo devido à sua requintada cultura material, ainda antes do deslumbramento pela cultura chinesa.

Cronologicamente, as peças recolhidas em ambos territórios insulares podem ser inseridas entre 1580 (CF20) e 1720 (BPZ06), com uma clara diminuição na importação a partir de 1680. Esta diminuição da exportação de louça portuguesa em direcção aos parceiros comerciais do norte da Europa e colónias inglesas parece ser um fenómeno generalizado a partir de finais do século XVII, o mesmo acontecendo em locais como Amesterdão ou na Terra Nova. Ainda não estão estabelecidas as razões que levaram a

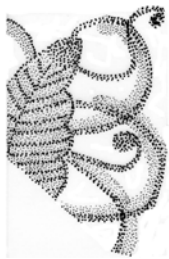

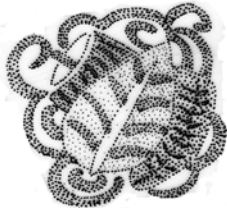

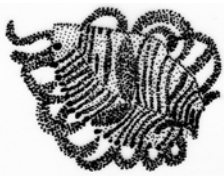






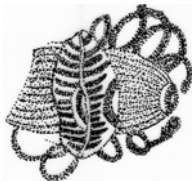


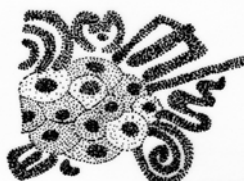

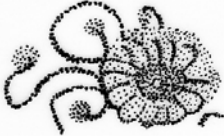

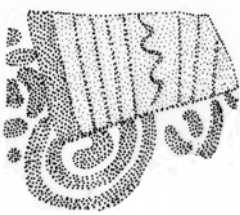

este abrandamento e consequente desaparecimento das exportações, mas parece-nos que temos de conjugar uma série de factores internos e externos que debateremos oportunamente.

Mais frequente que a decoração de influência espanhola são os pratos e taças com a decoração das rendas, uma das mais comuns a partir de 1650. São peças comumente recuperadas em Inglaterra com exemplares em cidades como Londres, Bristol e Plymouth, onde se localizam as colecções mais numerosas. Esta decoração de inspiração europeia fundamenta-se na ornamentação das peças italianas com as penas de pavão. Ainda que não conheçamos nenhum exemplar de penas de pavão exumadas dos contextos arqueológicos ingleses, a presença de cerâmicas italianas é em maior número que a de peças portuguesas. É possível que aquelas rendas fizessem lembrar produções italianas, bem aceites pela sociedade inglesa.

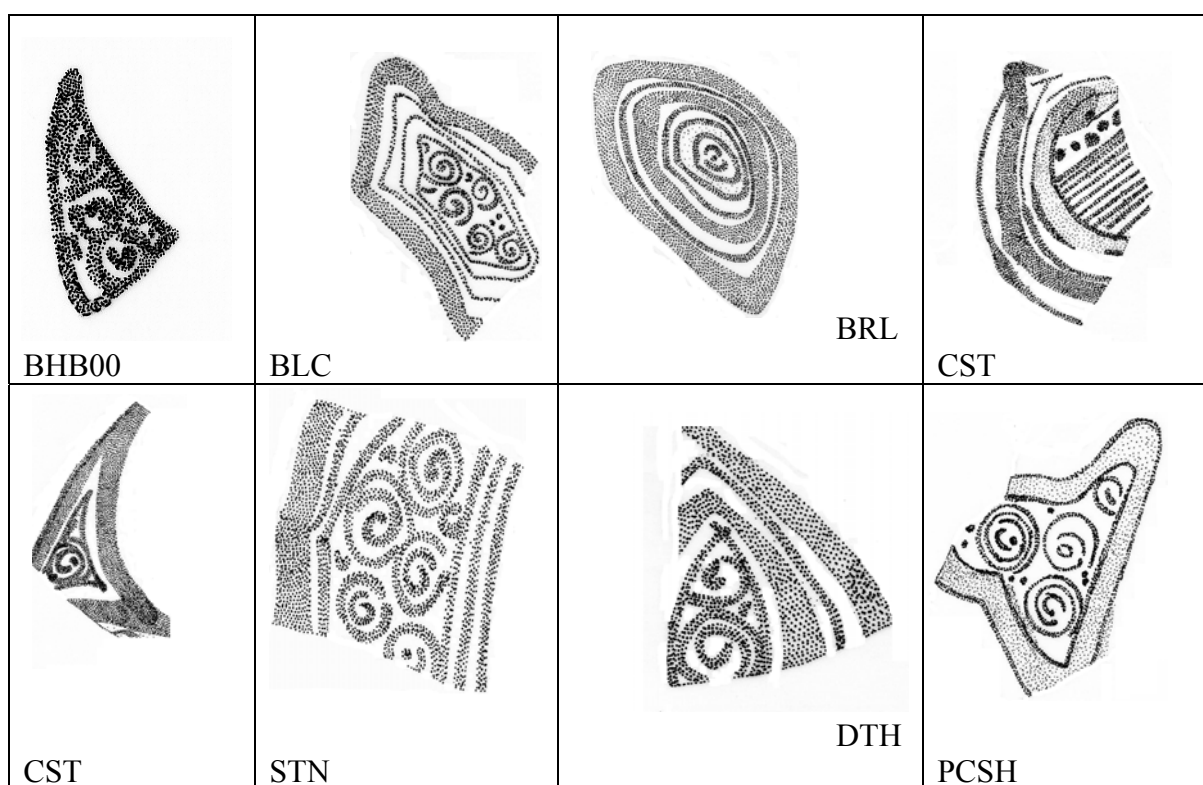
Mas a Faiança Portuguesa não vive exclusivamente de influências exógenas. Ela desenvolve um estilo próprio com elementos decorativos peculiares sobretudo em torno da decoração vegetalista. As grandes pétalas, grandes folhas e fetos são exclusivos à produção portuguesa e não reconhecida em mais nenhuma cerâmica europeia. Podem ainda ser visualizadas pequenas flores e plantas.

Foram ainda recuperados diversos exemplos de faianças com motivos geométricos, predominando as teorias de semicírculos, das decorações mais comuns em Portugal e nas colónias a partir de meados do século XVI.

Apenas um pequeno fragmento de decoração com desenho miúdo foi recuperado, em Londres. A ausência deste tipo de decoração dos contextos internacionais deve certamente estar relacionado com a cronologia em que aquelas peças foram produzidas. No momento em que começam a abundar nos contextos portugueses, em cerca de 1650, existem outras oficinas europeias que produzem motivos chineses mais acessíveis.

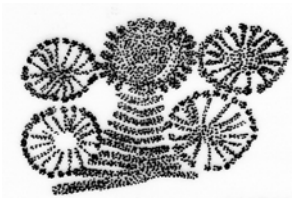

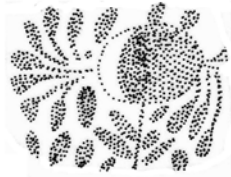

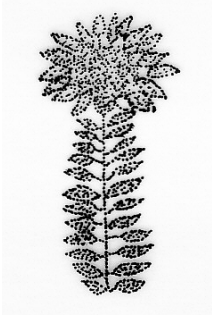








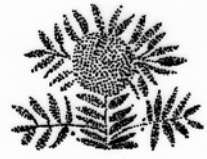



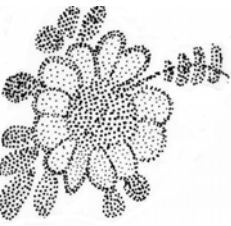

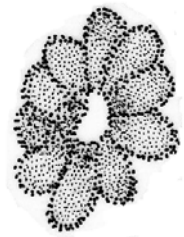
			
DCT	FST	NST	BIG82
			
HOF04	STN	LMD97	RHE01
			
WSN00	SRP98	NST	JAC96
			
HOF04	STN	MSG96	NHU99
			
SJU99	STN	KFBR	STN

Tipos de aranhões recuperados nas Ilhas Britânicas.

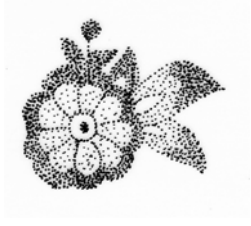















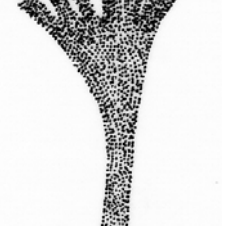


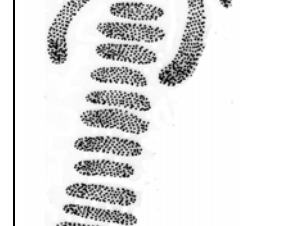


Tipos de pequenas espirais recuperados nas Ilhas Britânicas.

















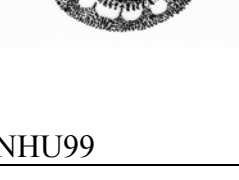

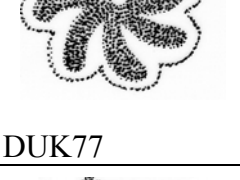





Exemplares produzidos nos três centros produtores foram recuperados. Lisboa foi a cidade que mais manufacturou e exportou para as Ilhas Britânicas, demonstrando uma qualidade superior nas suas produções e realizando peças destinadas à exportação. Cerca de 90% das faianças estudadas na presente dissertação correspondem a peças oriundas das oficinas da capital. Como podemos ver no capítulo referente às produções lisboetas, aqueles objectos distinguem-se pelas pastas homogêneas e compactas, aderência, brilho e alvura dos vidrados. No que concerne a decoração são esteticamente mais requintadas que as produções das restantes oficinas portuguesas. Formas e decorações semelhantes às identificadas em Inglaterra e na Irlanda foram recuperadas nas escavações lisboetas da Rua de Buenos Aires e Largo de Santos, claramente vestígios de olarias.

			
LMD97	DCT	NQY	NHU99
			
SRP98	BIST	NST	CST
			
CF20	CF20	NST	LMD97
			
LMD97	NHU99	TCHST	STN
			
DCT	CF20	KIG95	CF20

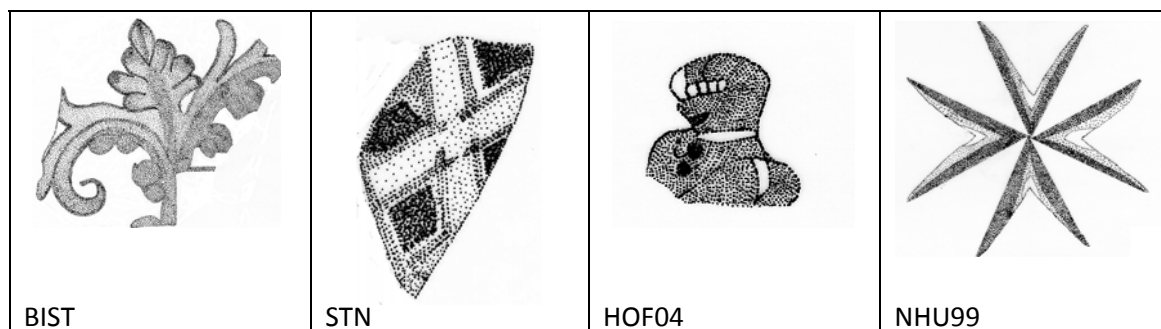
Tipos de motivos vegetalistas presentes na louça recuperada nas Ilhas Britânicas.

			
WSN01	CST	BIST	NST
			
HOF04	HOF04	HOF04	CST
			
WST	WST	FCC95	CST
			
NQY	CST	HOF04	CST
			
NHU99	NQY	NHU99	OCP

Tipos de motivos vegetalistas presentes na louça recuperada nas Ilhas Britânicas.

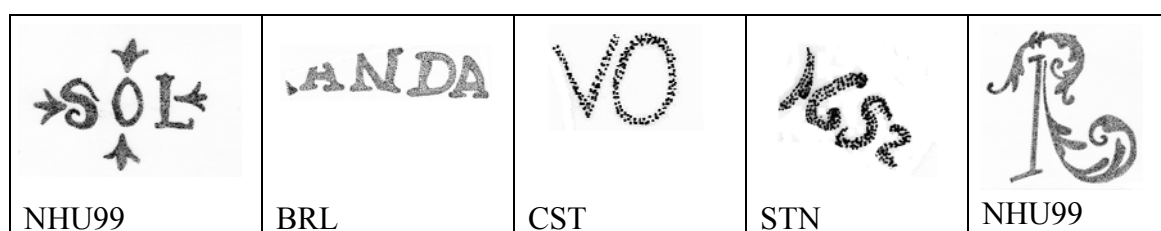
			
NHU99	SQU94	BLC	NHU99
			
CST	NQY	NHU99	NHU99
			
NHU99	CF20	HOF04	STE95
			
NHU99	CF20	DUK77	CST
			
CST	NQY	BLC	CST
			
CST	CF20	WST	QST

Tipos demotivos vegetalistas presentes na louça recuperada nas Ilhas Britânicas.



Tipos de motivos heráldicos presentes na louça recuperada nas Ilhas Britânicas.

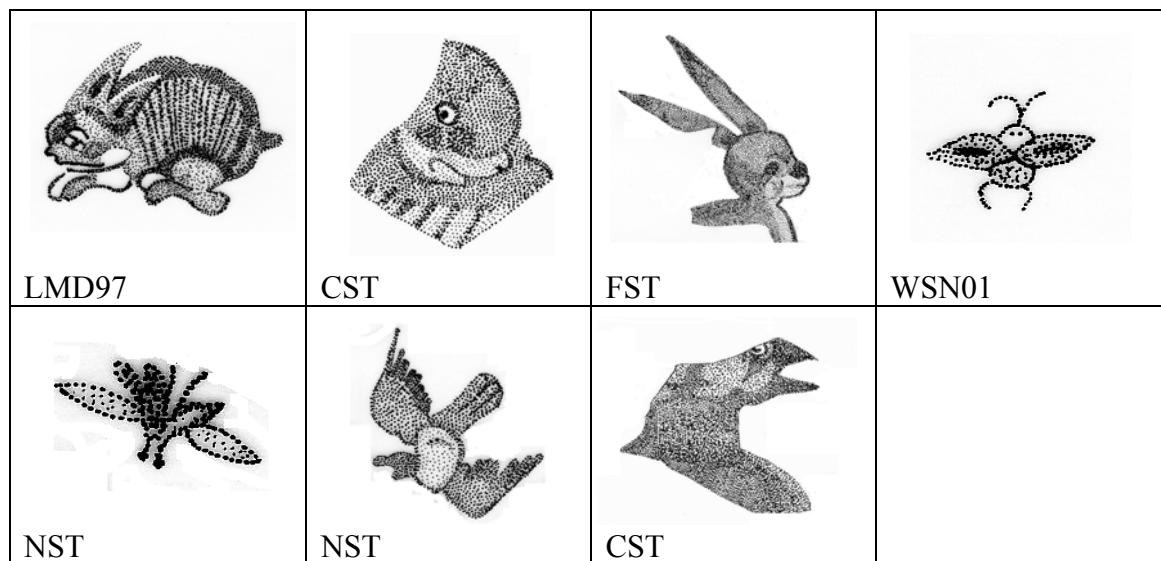
Peças produzidas nas oficinas de Coimbra foram recuperadas em menor quantidade e somente em Plymouth e Poole. A sua identificação foi feita através da comparação com os objectos exumados nas escavações da Garagem Avenida, onde foram reconhecidos restos de produção oleira. Fisicamente apresentam pastas rosadas, pouco homogêneas, mas compactas, com elementos não plásticos de grandes dimensões, nomeadamente pequenos fragmentos de cerâmica vermelha e branca. O vidrado é aderente, mas pouco espesso e sem brilho. A decoração apresenta-se executada com um traço menos cuidado, destacando-se a presença de algumas peças com elementos vegetalistas. Predominam no entanto as rendas características destas oficinas, mais ovaladas que as de Lisboa ou Vila Nova.



Tipos de motivos leteriformes presentes na louça recuperada nas Ilhas Britânicas.

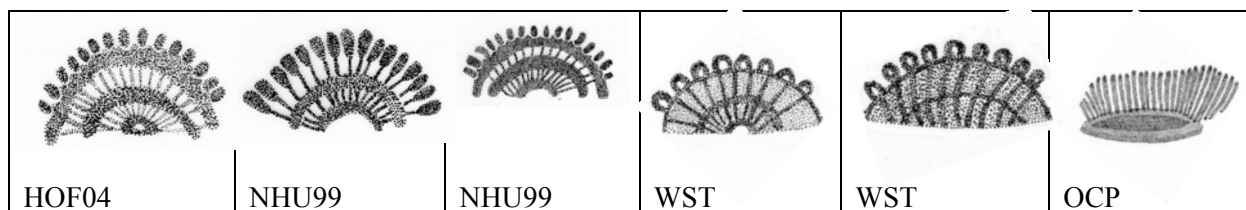
No que concerne as produções de Vila Nova elas só foram recuperadas com certeza em Londres e somente num arqueossítio, Narrow Street. Este peculiar local, conotado com a presença de piratas e corsários, bem como gentes ligadas a todos os aspectos da actividade marítima, lícita e ilícita, forneceu uma das maiores colecções de faiança em Inglaterra. No seio de numerosas peças foram identificadas taças e pratos cuja decoração com rendas sugere ser oriunda das fábricas de Vila Nova. A juntar às características estéticas, semelhantes às peças recolhidas na Rua Cândido dos Reis,

destaca-se um vidrado aderente, mas um pouco menos espesso e brilhante, apresentando um fino craquelê por todo o corpo da vasilha, especificidade cara às oficinas nortenhas.

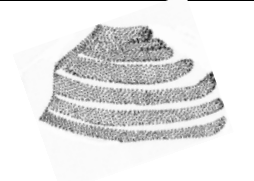



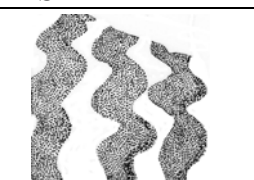
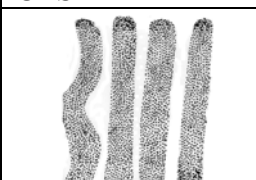

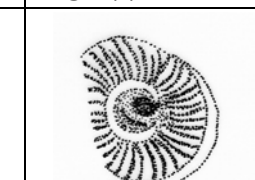
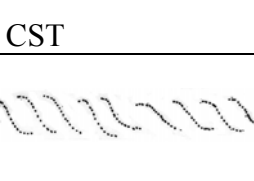

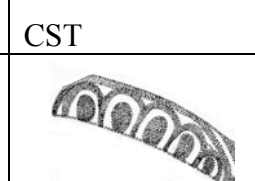



Tipos de motivos zoomórficos presentes na louça recuperada nas Ilhas Britânicas.

Lisboa foi assim a cidade que mais exportou. Não apenas abastecia grande parte do país como suportava o grande mercado externo. É possível que as três cidades possuíssem mercados distintos. Enquanto Vila Nova e Coimbra exportavam sobretudo para as colónias portuguesas ou de outros países, Lisboa apostaria nos mercados mais endinheirados do norte da Europa.



Tipos de rendas recuperadas nas Ilhas Britânicas.

			
BIST	CTS	SQU94	DUK77
			
CST	CST	CST	NHU99
			
SOU	CF20	CF20	CF20

Tipos de motivos geométricos presentes na louça recuperada nas Ilhas Britânicas.

*

* *

Diversa documentação foi analisada na tentativa de encontrar informações escritas que pudessem confirmar a exportação e auxiliar a interpretação dos materiais encontrados nas Ilhas Britânicas. A primeira aproximação foi naturalmente aos arquivos portugueses, nomeadamente nas três cidades que serviam de portos marítimos aos centros produtores. Lisboa, o maior centro oleiro do reino foi a que se revelou mais pobre no que concerne a documentação portuária. O *Livro do marco dos navios* que registava todas as entradas e saídas de navios mercantes da capital e criado no século XV, por iniciativa de D. João II, desapareceu por completo até 1769 estando, a partir deste ano, presente no Arquivo Municipal de Lisboa, ultrapassando, contudo, aquela data, os limites cronológicos deste trabalho.

No que concerne a Figueira da Foz, que servia de porto de mar às produções de Coimbra, os registos da sua Alfândega encontram-se depositados no Arquivo Municipal daquela cidade, aos quais tivemos acesso. Ainda que muita cerâmica seja registada, sobretudo em exportações para a Galiza, não foram identificadas referências de exportação para a Inglaterra. O desaparecimento de alguns exemplares pode

efectivamente estar relacionado com a ausência de informações. Note-se que em 1954 Santos Rocha, na sua publicação *Materiais para a História da Figueira nos séculos XVII e XVIII*, refere a existência de um livro de despesas da Alfândega onde surge uma pequena quantidade de louça exportada para Inglaterra (Rocha, 1954, 63). No entanto, este livro não se encontra actualmente depositado no Arquivo, pelo que cremos que desapareceu ou foi destruído, não se podendo confirmar a veracidade das informações fornecidas por aquele autor.

No Arquivo Distrital do Porto, onde se encontram os *Livros de Portagem do Cabido da Sé do Porto* que registavam as saídas dos navios em direcção ao estrangeiro, os quais pagavam taxa pelo vinho que levavam, as informações foram mais profícuas (Anexo 4). As entradas registam o nome do navio e do seu mestre, o porto de origem e para onde se dirigem e se, eventualmente, fariam alguma escala. Em seguida, surge o nome do comerciante estabelecido no porto que entregou a carga no navio, a dita mercadoria e o pagamento da respectiva portagem. A 24 de Maio de 1668 é registada a saída, em direcção a Bristol de cinco dúzias de louça, a par de outras mercadorias que seguiam na mesma embarcação, nomeadamente sal e açúcar branco (ADP/CABIDO/Lv.152/1668/fl. 24v). A 14 de Julho de 1670, um outro navio, foi para a Cornualha, no sudoeste de Inglaterra, com oitenta dúzias de louça de Vila Nova, mais uma vez entre outros bens, como azeite, presuntos e um carro de louça vermelha de Aveiro: “*Em 14 de julho/ despacho do pataxo per nome gisaidei/ sva de que he mestre João Vitão vizinho/ de ghenac que vaj pera a cornoalha com a/ carga seguinte/ Nicolau Trancalhão vinte e quatro/ pipas e meã de azeite e oitenta du/zias de louca de vila nova e des arrobas/ de presuntos e hũu carro de louca ver/melha d avejro/ jurou o mestre nam levar mais nada/ e assinou/ John Vithbar*” (ADP/CABIDO/Lv.155/1670/fl. 25v). Esta referência mostra-nos que a documentação especificava claramente o tipo de louça que saía em direcção aos portos estrangeiros e que não eram somente vasilhas em faiança, produção de Vila Nova, mas também louça vermelha. Confirmando esta afirmação surge, em 8 de Dezembro de 1685, a exportação para Inglaterra de uma canastra de louça do norte (ADP/CABIDO/Lv.172/1685/fl.52) cuja origem desconhecemos. Em 1687 sai do Porto para Topsham, no sul de Inglaterra e o porto de mar de Exeter, um navio que, entre diversa carga, revela um caixão com louça de Estremoz (ADP/CABIDO/Lv.174/1687/fl.19v). No mesmo ano, a 23 de Junho, sai para

Londres um navio igualmente com um caixão de louça de Estremoz (ADP/CABIDO/Lv.174/1687/fl.34).

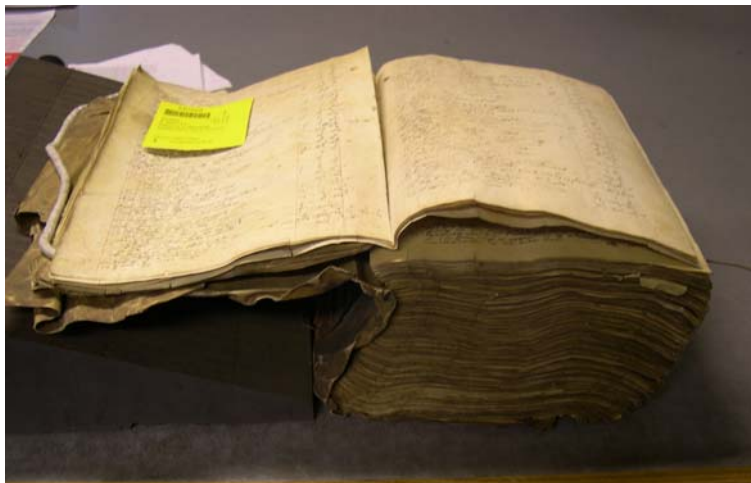
Os navios e mercadores envolvidos no trato de cerâmica para Inglaterra são todos ingleses, habitantes das cidades para onde se dirigem. Quanto aos despachantes, ou seja, os responsáveis por arranjar a mercadoria na cidade do Porto e arredores, de modo a que esteja pronta a enviar a bordo das embarcações, quando aquelas chegassem à cidade, percebemos que são ingleses a residirem na cidade portuguesa. Os nomes de Thomas Mally, Nicolau Trancalhão, Corin Benlarast, Nataniel Roland e Jon Lel mostram bem a sua origem britânica. Por outro lado, estes homens deviam ter-se instalado no Porto para ali recolherem mercadoria que enviavam para as Ilhas Britânicas, pois eles estão envolvidos na maior parte dos despachos para aquele destino.

A exportação para as Ilhas Britânicas desaparece durante o século XVIII, porém é recuperada no século XIX com o desenvolvimento da produção industrial, assistindo-se a uma intensa exportação de “figuras de barro” para cidades como Bristol, Liverpool ou Londres (Leão, 2007).

No entanto, a documentação portuguesa, ainda que fornecendo informações interessantes, não preenchia as necessidades de confirmação documental da louça exportada para Inglaterra. Nesse sentido decidimos pesquisar a documentação portuária inglesa. Os *Port Books*, que registaram os movimentos dos portos ingleses desde o século XIV e até ao século XX, foram bastante proveitosos (Apêndice 5). A documentação é clara acerca dos centros que exportavam louça para Inglaterra. Lisboa, Figueira da Foz e Porto são efectivamente os três núcleos de onde são oriundas as cerâmicas e azulejos portugueses. Predominam as importações de Lisboa, tanto para Londres como para Bristol e Exeter, cidades para as quais conseguimos recolher informações. A documentação não é tão informativa como a portuguesa, mas são arrolados o nome do capitão, o nome do navio e o porto de origem, seguidos pela quantidade de carga e valor do tributo alfandegário.

A referência documental mais antiga remonta a 1637, curiosamente ainda antes da separação das coroas ibéricas, que impedia o comércio de Inglaterra com a Espanha. É aceite comumente pelos investigadores que os livros de registo dos portos ingleses reflectiam as tensões políticas na Europa, pelo que é muito raro encontrar registos de embarcações oriundas de Espanha aquando dos conflitos entre as duas coroas ou de

Portugal em períodos de guerra com a Espanha. Trata-se de 200 pratos importados do Porto, cuja entrada na documentação portuária não refere nenhum imposto (E190/40/6). Desconhecemos a natureza desta produção atendendo que a designação de *plates* é bastante generalista, mas cremos que se tratavam de pratos em faiança, produzidos em Vila Nova, visto aquela forma ser das que mais frequentemente se encontraram em Londres.



Port Book londrino registando as entradas de navios de *denizens*, em 1686 (foto T. Casimiro).

Segundo a documentação, a faiança não era importada enquanto contentor, mas sim enquanto objectos para uso singular, individualizada na carga. Os bens alimentares eram importados em recipientes de cerâmica comum como vemos numa entrada do porto de Londres em 12 de Fevereiro de 1682 em que de Lisboa são importados “*ij chests iiij pots of marmelade cx succads, vij cheeses iiij gallons Orange flower water j busholer, vi wax candles, v^c chocolat xiiij dozen little cups and vj cups with paint*”.

Deixamos aqui uma nota relativa às enormes quantidades de cerâmica comum portuguesa identificada nas Ilhas Britânicas, ainda mais frequente que a faiança. Erradamente designada como *Merida type ware*, por se acreditar que eram produzidas naquela zona, ainda há pouco tempo acreditava-se que seria exclusivamente produzida nas oficinas Alto Alentejanas, quando, na verdade, se registam produções de todo o país (Hurst, 2000). Ela tem sido recuperada em diversos contextos de Época Moderna, mesmo em locais nos quais a Faiança Portuguesa não é abundante, nomeadamente em Southampton, onde milhares de fragmentos foram recuperados em contexto de armazém (Gutierrez, 2007). A mesma devia ser muitas vezes importada enquanto contentor, no entanto a documentação, revela que alguns púcaros eram introduzidos para serem

utilizados enquanto recipientes de água, mantendo a mesma funcionalidade que em Portugal.

Ainda que a documentação nos forneça o valor que as mercadorias pagavam na alfândega ao chegar a Londres, é impossível determinar qual o valor dos objectos de faiança no mercado inglês. Se observarmos os documentos, a cerâmica vinda a bordo do Nash Gromthom de Lisboa, a 12 de Junho de 1678, onde se registaram *iiij chests 20^c plates* (E190/75-1, fl. 135), pagou o mesmo imposto ou subsídio de xvij libras, que a faiança a bordo do Dorandos, também ele oriundo de Lisboa chegando à capital inglesa no dia 1 de Março de 1681 onde se registaram “*6 ch. earthen ware*” (E190/102/1, fl.40). Na verdade não sabemos se ambos transportavam a mesma quantidade visto que os três cestos no primeiro navio, contendo duzentos pratos, podiam transportar o dobro de louça que os seis cestos na segunda embarcação, mas o mais provável é que este bem pagasse imposto, com base na sua natureza e não necessariamente na quantidade.

A Faiança Portuguesa era reconhecida no mercado inglês, sobretudo pelos mercadores, o que se confirma pelas expressões utilizadas para designar as importações portuguesas, presentes na documentação. O termo mais comum é claramente “*earthenware*” (E190/ 56/1/fl.44), “*earthen dishes*” (E 190/52/5) ou “*earthen pots*” (E190/69/1/fl.229), que era uma forma generalista de designar a cerâmica revestida a esmalte estanífero e que aparece na documentação a partir de finais do século XVI, frequente na sociedade inglesa para denominar os produtos produzidos nas fábricas londrinas a partir de finais de setecentos (Tyler, Betts, Stephenson, 2008). No entanto, outras referências mais interessantes surgem na documentação, nomeadamente a designação de “*white plates*” que, em 1666, entram na capital inglesa oriundos do Porto (E 190/51/8, fl. 44), “*dishes*” a 27 de Agosto de 1681 (E190/102/1) um cesto de “*½ single plates*” (E190/75/1/fl.135), o que nos sugere referir-se ao tamanho das peças, que seriam de menores dimensões, ou simplesmente “*white ware*” que, em 1671, chega a Londres de Lisboa. Claramente identificando a produção portuguesa surgem as importações de “*portugall white ware*”, (E190/85/1/fl.184), em 1677, e dois cestos de “*Portuguese Earthenware*”, em 30 de Janeiro de 1675, de Lisboa (E190/64/1/fl.55).

Uma das referências mais interessantes surge a 5 de Abril de 1683 quando do Porto surge um navio que descarrega “*76 harmed plates*” o que nos sugere que se

tratava de louça com decoração armoriada (E 190/114/7, fl. 24). Aquela foi identificada nas escavações de Londres, Bristol e Londerry.

Quando o produto a ser importado não eram faianças, a designação era mais específica e denominavam-se por *cups* (púcaros), como na entrada de “*xiiij dozen little cups*” na cidade de Londres, a 12 de Fevereiro de 1682 (E190/114/8), ou a entrada de 48 *vases* vindos do Porto, que desconhecemos serem de faiança ou cerâmica comum (E 190/131/1).

No que concerne os azulejos, ainda que arqueologicamente a sua existência se limite a um único exemplar, identificado no País de Gales, a documentação prova-nos que muitos mais foram importados, não apenas de Lisboa, mas igualmente do Porto e Coimbra. A primeira referência surge a 27 de Janeiro de 1666 com a entrada de “*xxx^c pantiles*”, oriundos de Lisboa (E 190/51/8). A 31 de Janeiro de 1677, entram na cidade, vindos do Porto “*one box fifty five pantiles*” (E190/78/1). A 28 de Janeiro de 1687, da Figueira da Foz, são descarregados “*lx pantiles*” (E190/90/1). Uma entrada curiosa ocorreu a 29 de Janeiro de 1684, quando são registados “*x chests foot gally tyles*” (E190/131/1), o que pode indicar a exportação de azulejos ou ladrilhos utilizados para cobrir pavimentos, ainda que esta afirmação não possa ser confirmada arqueologicamente. O número concreto de azulejos em cada carga sugere que se tratavam de painéis, destinados a cobrir paredes.

Segundo a documentação, seriam transportados ou em caixas ou em cestos, possivelmente a melhor forma de os acomodar, e contabilizados às dúzias. Não convém esquecer que estamos perante uma cerâmica que circulou no mundo como um subproduto do proto-mercantilismo português, desde finais do século XVI, até meados do século seguinte. Havia produtos mais importantes, mas este estava presente e gerava riquezas no país e nos mercadores que a transportavam. Este secundarismo económico implicava que seriam acomodados no porão dos navios ao lado de outras mercadorias. Aquelas são identificadas na documentação e tratavam-se sobretudo de vinho, açúcar, azeite e frutas, mas igualmente produtos mais exóticos como dentes de elefante ou tapetes.

Os livros de registo do porto de Londres encontram-se divididos. Para todos os anos existem dois livros, um que regista as entradas dos navios dos *denizens* e os navios dos *aliens*, a par dos livros que registavam as saídas de mercadorias, cuja leitura não nos

preocupou na presente dissertação. Os primeiros volumes registavam as movimentações dos habitantes de Londres, ou seja, não apenas naturais da cidade, mas igualmente aqueles que ali haviam declarado residência. Por outro lado, os *aliens* mais não eram que os estrangeiros oriundos de outros países, que ali abarcavam para descarregar as suas mercadorias. Durante a nossa investigação, apercebemo-nos que muitos dos *denizens* que intervêm nas ligações comerciais entre Portugal e Inglaterra são ingleses, nomeadamente Simon Coon, Richard Can ou John Ashby. No entanto, a maioria possui nomes como Antonio Goodin (E190/40/6), Michael Levy (E190/51/8), Isac Alvares (E190/52/5), ou Samuel Miro (E 190/56/1), cujos nomes nos indicam uma ascendência não só portuguesa, como claramente judia. Se nos debruçarmos um pouco com mais atenção nas informações acerca das relações comerciais entre Portugal e Inglaterra durante o século XVII, apercebemo-nos que grande parte delas estava efectivamente nas mãos de judeus de ascendência portuguesa, que haviam fixado residência na capital inglesa, durante o século XVI, aquando da sua expulsão de Portugal. É então muito provável que estes homens, com o seu perfeito conhecimento das produções portuguesas, fossem os agentes do comércio envolvendo cerâmicas. Curiosamente, sabemos que muitos destes judeus tinham relações familiares com judeus de origem portuguesa, que tinham fixado residência em cidades como Amesterdão e Hamburgo, onde conhecemos diversos exemplares de Faiança Portuguesa (Woolf, 1975). Um dos arqueossítios onde faiança foi recuperada (MIR84) tratava-se claramente de local de habitação de judeus. Foi identificado prato, de produção londrina, com a palavra “leite” em hebraico. Desconhecemos se aquela residência pertencia a um judeu português ou de qualquer outra nacionalidade, mas, tal como aconteceu noutras cidades europeias, também em Londres está aquela comunidade conectada à presença de louça portuguesa estanífera.

No que concerne os estrangeiros, surgem alguns portugueses como Domingues Francia (E 190/102/1), Manuel Ricardo ou Timoteo de Faria (E190/114/7), a par de nomes como Jan Eyros, possivelmente holandês (E 190/90/1). Não será de estranhar que os mercadores portugueses, exportando diversos produtos para Inglaterra, complementassem a sua carga com cerâmica.

Avaliando a totalidade das referências a cerâmica portuguesa nos Port Books e comparando-a com a quantidade de peças que eram importadas de outros países

europeus, tais como Alemanha, Holanda, Espanha e Itália, percebemos que, mesmo sendo um produto recorrente, a sua quantidade não competia com o número de importações de outros países europeus. Predominam as importações oriundas dos Países Baixos, seguidas pelas alemãs, pagando menores valores alfandegários. Todavia, ainda que os registos arqueológicos identifiquem mais cerâmica italiana e espanhola que portuguesa, documentalmente as produções lusas superam a presença de peças dos outros países mediterrânicos.

No entanto, apesar de a documentação inglesa portuária fornecer registos acerca de algumas das importações cerâmicas portuguesas que entravam nos portos daquele país, as informações escritas desaparecem quando se trata de avaliar a importância que estas tinham no quotidiano das populações. Muito trabalho foi realizado em torno dos *Probate Inventories*, ou seja, os inventários dos bens que determinados indivíduos possuíam nas suas casas no momento da sua morte. Esta documentação tem-se revelado preciosa no conhecimento da cultura material das casas e da riqueza dos seus ocupantes. Contudo, nunca nenhum deles forneceu alguma indicação acerca da presença de Faiança Portuguesa e a única referência a produções lusas, trata-se do testamento de John Norton que, em 1658, tinha na sua casa, em Southampton, a “*green pancheon made in Portugal*” (Brown, 1995, 432).

Desconhecemos, visto não existirem documentos concretos acerca da sua utilização, se era identificada como louça portuguesa. Sabemos que o era nas colónias americanas, pois aparece nos *Probate Inventories* de Massachusetts como *Lisbon Ware*, inserido no interior de armários, certamente em exposição. Mas em Inglaterra a oferta era muito maior, com diversas produções europeias, e é-nos difícil saber se os seus utilizadores sabiam as suas origens.

Quando entra nos contextos ingleses a Faiança Portuguesa adquire um papel social que cremos estar relacionado com a reprodução de símbolos de poder e capacidade económica. Estas peças, atendendo à sua qualidade e decoração e ao contexto onde são exumadas, nos quais identificamos o que de melhor se produzia na Europa e no Oriente, mostra como eram importantes na manutenção e sobretudo divulgação do *status* social dos seus detentores. O seu consumo não era quotidiano, nem utilitário e marcas de uso aparecem exclusivamente em Narrow Street e Castle Street, pelo que eram peças de ostentação.

Objectos com características semelhantes têm sido recuperados em outros contextos estrangeiros, nomeadamente na Holanda, Polónia e Alemanha e mais raramente, na Dinamarca. Estas semelhanças entre cerâmicas recuperadas em alguns países norte-europeus, leva-nos a pensar em padrões de comércio semelhantes, possivelmente destinadas a camadas sociais comparáveis, nos quais destacamos as classes nobiliárquicas e burguesas.

Conclusões

Foi objectivo desta tese identificar, analisar e interpretar todos os achados em Faiança Portuguesa registados nas Ilhas Britânicas. Foram arroladas 737 peças, espalhadas por vinte e três cidades e setenta e nove arqueossítios. Acreditamos que este número corresponde à maior parte das peças recuperadas. Todavia, só recentemente começaram as cerâmicas estaníferas portuguesas a ser reconhecidas como tal, deixando de ser confundidas com as produções holandesas ou espanholas, pelo que é provável que, peças escavadas há mais de duas décadas, tenham ficado por estudar, guardadas em museus e arquivos, sob a designação de holandesas ou simplesmente *Tin Glaze Ware*.

A exportação de louça estanífera portuguesa para a Inglaterra e Irlanda teve o seu início por volta de 1580, possivelmente antes, ainda que o grande período de exportação se tenha registado entre 1600 e 1665, aumentando momentaneamente após 1640, com a separação das coroas ibéricas. Estes achados foram fundamentais na determinação da nossa evolução crono-estilística (Capítulo VII). A atribuição de datações concretas reúne pela primeira vez informações recolhidas de contextos arqueológicos com as características oferecidas pelas colecções museológicas. A boa datação dos contextos britânicos foi imprescindível neste trabalho, estabelecendo datações concretas.

Como verificámos, a produção de faiança em Portugal deve-se ter iniciado por volta de 1550, com imitações fidedignas das peças espanholas produzidas, sobretudo, em Sevilha, predominando as taças carenadas e pratos com fundo em ônfalo. Não podemos descartar a hipótese de alguma desta louça ter sido exportada para a nossa área de estudo, todavia, o desconhecimento por parte dos arqueólogos ingleses, relativamente a estas exportações, levou a que todas as peças com aquelas características fossem classificadas como espanholas, não se colocando sequer a hipótese de serem produzidas no nosso país. O seu reconhecimento ainda hoje causa grandes dúvidas e só através de análises de identificação de pastas poderá ficar esclarecido.

A própria classificação das peças relativamente aos três centros oleiros foi feita com base em observações macroscópicas de pastas e decorações de peças recuperadas

em Lisboa, Coimbra e Gaia. Estes paralelos são, por ora, a nossa melhor forma de identificação ainda que, num futuro próximo, devido a projecto em curso, análises de ICP vão-nos permitir confirmar essa proveniência.

As vetustas relações e alianças entre Portugal e Inglaterra levaram certamente a que, acompanhando as cargas de navios que, pelo menos desde o século XIV, se encontram registados em documentos portugueses, ingleses e irlandeses, viajassem cerâmicas. Por outro lado, os diversos tratados luso-ingleses de amizade e comércio, permitindo o estabelecimento de mercadores portugueses em Inglaterra, podem ter incrementado ainda mais esse comércio. Eram as Ilhas Britânicas, visto que a Irlanda se encontrava sob o domínio político da coroa inglesa, o destino ideal para a cerâmica portuguesa, lar de uma sociedade com poder de compra que adquiria os mais variados produtos portugueses (Capítulo III).

As evidências da produção lusa foram todas recolhidas em cidades portuárias onde diversos dos seus habitantes estavam envolvidos no comércio internacional. Na verdade, ela foi identificada nos centros urbanos mais importantes de ambos países, durante o século XVII. Aqueles mantinham comprovados contactos com a Península Ibérica, Ilhas do Atlântico e Terra Nova. O Oriente encontrava-se igualmente na escala dos mercadores da maior parte destas urbes. Para além de cidades portuárias destacamos o facto de os achados terem sido recuperados em zonas próximas das frentes ribeirinhas ou marítimas, de resto onde se localizavam as casas e armazéns de diversos mercadores. Se observarmos o mapa das Ilhas Britânicas, notamos ainda que os achados se localizam essencialmente no sul do país onde se encontravam as classes mercantis, cuja presença é menos frequente nas cidades do norte.

Em Inglaterra, a zona que ofereceu mais faiança foi Devon. Esta presença não é de estranhar, atendendo ao elevado número de contactos entre as cidades daquela província e Portugal. Foi a única zona do país onde faianças foram recuperadas no interior do território, em localidades afastadas da costa cerca de 10 km. Esta ausência de faiança no interior é curiosa, visto que os objectos de prestígio chegavam a viajar até 100 km da costa, tal como foi registado com a porcelana chinesa ou majólica italiana.

Os contextos onde a Faiança Portuguesa foi exumada correspondem, na sua maioria, a residências de gente de elevado estatuto social. Uma das classes mais abastadas na Inglaterra do século XVII era, certamente, a dos mercadores. As suas

moradas possuíam no interior peças em Faiança Portuguesa. A funcionalidade daquela era, sem dúvida, decorativa, visto que a maioria não revela nenhum desgaste ou marca, característica de peças de uso quotidiano. Seriam habitações, cujos residentes teriam um acesso privilegiado a estas produções, adquiridas nas suas inúmeras viagens a Portugal. As peças apresentam excepcionais características físicas e estéticas, ao nível do que de melhor se produziria no nosso país, durante a centúria de seiscentos. Estudo desenvolvido por Lorn Weatherill (1988) mostra que as comunidades mercadoras, ligadas ao mar, gastavam mais dinheiro em louça, vidros e livros que a nobreza. Não se sabe as razões porque isto acontecia, mas deve ser o motivo porque nas casas de comerciantes, há mais destas comodidades do que nos espaços e palácios ocupados por nobres.

Mesmo na Irlanda, as evidências de faiança foram, na sua maioria todas recuperadas em casas habitadas por ingleses. Esta ausência de contextos tradicionalmente irlandeses pode estar relacionada com a tentativa de reprodução dos padrões sociais e culturais que a sociedade inglesa ostentava. Mesmo afastados dos centros políticos e culturais, os ingleses a residirem naquela ilha, tentavam manter o mesmo estilo de vida.

Os únicos dois locais onde foram visualizadas marcas de uso nas Ilhas Britânicas foram Narrow Street (NHU99) e Castle Street (CST), respectivamente em Londres e Plymouth. Estas excepções prendem-se, como vimos, com características específicas dos locais e dos seus habitantes que, no primeiro caso teriam um acesso directo a estas produções, que se pensa ocorrer através de pilhagens, e no segundo, poderiam de facto corresponder a comunidades portuguesas, habitando na cidade.

Na verdade, desconhecemos como seriam adquiridas estas peças na Inglaterra e Irlanda. Os registos alfandegários mostram que entravam enormes quantidades de louça portuguesa nos portos ingleses. No entanto, desconhecemos se aquelas chegavam sob a forma de encomendas de alguns comerciantes, que as vendiam nas suas lojas, olarias ou bancadas, ou destinadas a consumidores específicos. Atendendo à recuperação de algumas peças em edifícios identificados como armazéns, é possível que as mesmas fossem adquiridas pelos consumidores particulares em lojas. Note-se que, no quadro de Samuel Scott, representando Convent Garden, se visualiza uma bancada de louça azul e branca, naquele caso, de produção londrina, mas que não implica que as importações

não seriam vendidas da mesma forma. A Faiança Portuguesa estava presente nos circuitos comerciais, a bordo de embarcações e armazéns, ainda que desconheçamos a que valor cada peça seria vendida individualmente.

A análise da documentação revelou-se bastante profícua. Foi possível estabelecer que o mercado inglês adquiria grandes quantidades de cerâmica portuguesa, não apenas vasilhas em faiança, mas também azulejos e cerâmica comum. Chegavam sobretudo a bordo de navios de nacionalidade inglesa, sendo poucos os exemplos de mercadores portugueses envolvidos neste trato, ainda que muitos deles fossem certamente judeus de ascendência lusa.

Atendendo a que a maior parte dos objectos recuperados seria utilizado no adorno do lar, no interior de armários ou sobre prateleiras e mesas, a decoração seria dos aspectos mais importantes. A maioria das peças recolhida apresenta ornamentação de influência oriental. Predominam os aranhões e crisântemos, inseridos em cartelas e decorações centrais com paisagens ao estilo chinês, com exemplos representativos nas peças exumadas em Lamberth Street, Magdalan Street (Londres), Faversham ou Exeter. Todavia, não podemos excluir a presença de peças com decoração vegetalista, tais como as grandes folhas ou pétalas, característica exclusiva das produções portuguesas, ou mesmo a influência europeia nos pratos com pequenas espirais ou rendas. A sua tonalidade azul e branca fazia com que as mesmas não destoassem do conjunto cerâmico, europeu ou oriental, onde aquelas tonalidades imperavam. Ainda que longe das influências exóticas do oriente, aquelas completavam os ambientes.

O século XVII marca um momento na sociedade inglesa, bem com no resto da Europa, onde se começa a desenvolver um gosto pelo excêntrico e exótico. Não obstante a cerâmica seja a evidência mais abundantes nos contextos arqueológicos de cariz doméstico, a sua presença era complementada por peças de mobiliário, têxteis, marfins, essências e alimentos que despertavam o olfacto e paladar.

A produção cerâmica exógena mais comum, recuperada nos contextos arqueológicos das Ilhas Britânicas, é a porcelana chinesa. Devido à sua delicadeza e beleza, era frequentemente requisitada e uma presença constante nos lares ingleses. As restantes produções europeias funcionavam como um complemento às produções orientais, colmatando a demanda pelo exotismo, satisfazendo o gosto pela *chinoiserie*. Ao contrário do que muitos autores defenderam não cremos que a Faiança Portuguesa

tenha tido como objectivo a substituição da porcelana da China. Seria impossível comparar as duas produções. No entanto, os oleiros portugueses perceberam que, ainda que a porcelana abundasse na Europa, ela não era suficiente para colmatar todas as necessidades culturais, sobretudo das classes menos abastadas, que teriam menos facilidade em adquiri-la.

No entanto, atendendo à elevada qualidade das peças recuperadas nas Ilhas Britânicas, não cremos que a Faiança Portuguesa lá chegasse a preços baixos, sobretudo até cerca de 1640, quando a produção se desenvolve e o seu consumo se generaliza. Os recipientes recolhidos apresentam características que as distinguem das produções norte europeias suas contemporâneas, cujas características físicas não se podiam equiparar. De facto, exceptuando as peças italianas, seria difícil encontrar na Europa oficinas que produzissem peças com qualidades semelhantes. Eram claramente objectos de elevado valor que não competiam com as produções orientais, mas complementavam os ambientes domésticos. Como bem escreveu Isabel Maria Fernandes “*A Faiança, a par com as peças de mobiliário, as de vestuário, as jóias e outras – eram a imagem de marca dos seus detentores*” (Fernandes, 1999, 13).

De destacar a quase completa ausência de peças decoradas a manganês, apenas com alguns exemplares em Londres, Plymouth e Londerry. Esta inexistência relaciona-se, primeiramente com a época em que as peças foram importadas. A tonalidade vinosa começa a ser empregue com maior frequência a partir de 1660, sensivelmente quando a Faiança Portuguesa conhece um recuo nas exportações. Depois, porque os tons que o manganês conferia não correspondiam ao que a sociedade inglesa exigia destas produções, ou seja, o seu complemento com as peças orientais, brancas e azuis.

Ainda que universalizando esta tendência de consumo de bens singulares à sociedade inglesa e irlandesa, cada contexto é um caso e devemos sempre singularizar cada ambiente doméstico. Contudo, uma generalização pode ser tomada. Todas elas apresentam uma cultura material que pode classificar os seus ocupantes como pertencentes a classes sociais elevadas. De facto, nos casos em que conhecemos a família que habitou na casa em questão, tal como em Pomeroy Castle ou Dublin Castle, sabemos das suas ligações privilegiadas com a coroa, sendo uma presença constante na corte. Podemos assim incluir a Faiança Portuguesa, a par das outras cerâmicas e objectos, que funcionavam como elementos decorativos, na categoria dos bens que

confirmavam o *status* social dos seus possuidores? Eram certamente símbolos de prestígio que facilitariam aos seus detentores a manutenção dos ambientes culturais que a Europa ambicionava.

É complicado avaliar a importância que esta produção teve nas sociedades inglesa e irlandesa. A cultura material é tão variada e rica que, na verdade, a Faiança Portuguesa não ocupou um lugar de destaque e foi simplesmente mais um complemento ao recheio da casa. Seriam, contudo, reconhecidas como peças portuguesas como nos revela a menção a “*portugall white ware*”, mencionado nos livros de registo de entrada de mercadorias no porto de Londres. No entanto, é possível que ela tenha exercido alguma influência nas produções inglesas, como vemos através das peças recolhidas em contextos industriais e que certamente seriam reproduzidas pelos oleiros. Nesse caso, a faiança entrou indirectamente nos lares ingleses através dos pratos e taças nos quais se consumiam diariamente alimentos ou se ostentavam nas casas.

São peças de prestígio que seriam guardadas, pelo menos, durante uma geração. Não é então de estranhar que formas, que sabemos terem sido produzidos em determinado período, sejam recuperadas em contextos datados, vinte a trinta anos mais tarde.

É inegável, como observámos através da documentação portuária inglesa, que os judeus de ascendência portuguesa estavam envolvidos no comércio de louça. É mesmo provável que eles fossem uma das grandes camadas consumidoras da sociedade. Encontram-se por identificar os bairros judeus das cidades inglesas, mas no único local onde identificámos a sua presença, foi recuperada peça em Faiança Portuguesa (MIR84).

Surgem produções dos três centros oleiros portugueses. Conclui-se que todos eles, e não apenas Lisboa, produziam cerâmicas de melhor qualidade, destinadas ao mercado europeu, revelando a mestria e especialização dos oleiros portugueses. Na verdade, tanto as produções vilanovences como coimbrãs, identificadas nas Ilhas Britânicas, apresentam melhores características físicas e decorativas que as peças recuperadas nos contextos nacionais. Excepção seja feita a certos contextos palatinos e conventuais que apresentam igualmente peças de excelente qualidade. Esta avaliação do local de origem só foi possível depois de terem sido visitadas diversas colecções recolhidas em contexto de olaria dos três centros produtores e cujas características aqui foram apresentadas (Capítulo IV). Conclui-se que Lisboa era o centro que mais

exportava. Esta ilação foi retirada não apenas pelo facto de a grande percentagem das peças exumadas nas Ilhas Britânicas oferecerem características semelhantes ao que foi visualizado nos contextos de olaria lisboetas, mas igualmente através da documentação. Os *Port Books* ingleses mencionam a capital portuguesa como a cidade de onde eram oriundas mais embarcações com cerâmica a bordo, seguida pelo Porto e, finalmente, Figueira da Foz (Apêndice 5).

O estudo da Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas levou-nos à conclusão que, ainda que fosse uma exportação regular, quotidianamente presente nas trocas comerciais, não seria efectuada em largas quantidades. De facto, com base nas evidências arqueológicas e documentais, concluímos que era menos frequente que as suas congéneres holandesas, italianas e sobretudo chinesas. Acreditamos que seria consumida por gentes que tivessem conhecimento do que se produzia em Portugal, ou directamente através das suas viagens, ou indirectamente, informações obtidas por familiares ou outros conhecimentos. Esta seria a razão porque apenas se encontram em cidades costeiras.

Elas complementavam o comércio de produtos regulares que, diariamente, saíam de Portugal em direcção a Inglaterra e Irlanda. Como observámos nos barcos que carregavam mercadorias no Porto ou que chegavam a Londres oriundos de Lisboa, Figueira e Porto, a cerâmica não preenchia os porões das embarcações. Ela rematava a grande e intensa exportação de vinho, aguardente, açúcar, azeite, frutas, cortiça, entre outros produtos. No entanto, este complemento económico não era apanágio exclusivo das produções portuguesas. Em Exeter, John Alllan não identificou nenhum tipo de cerâmica que, por si, preenchesse o porão de um navio. Pelo contrário, todas elas, mesmo os vidrados de grés, as importações mais frequentes, revelaram apenas preencher zonas de cargas, raramente identificando carregamentos que levassem mais de 100 peças (Allan, 1983).

Todavia, não podemos ignorar a hipótese de algumas destas faianças entrarem nos contextos ingleses não através de relações comerciais, mas sim pessoais. O que faz uma peça com as características do prato recuperado em Great Torrington, numa das localidades mais pobres de Devon, na qual é difícil identificar alguma casa ou família com poder de compra suficiente para a adquirir? Será possível que ali tenha entrado através de um processo oblativo, oferecida por um mercador inglês ou português? As

relações políticas e económicas entre Portugal e Inglaterra de certeza que permitiram a criação de laços de amizade entre diversos indivíduos.

Como aqui referimos, a exportação de faiança para a Irlanda e Inglaterra ocorre desde finais do século XVI até inícios do século XVIII. No entanto, tal como aconteceu em outros países, nomeadamente na Holanda ou Terra Nova, o volume de transacções diminui substancialmente a partir de 1665, terminando quase completamente por volta de 1680. Não é fácil perceber as razões porque tal diminuição ocorre, no entanto, têm sido avançadas diversas hipóteses que se prendem com motivos internos e externos.

São conhecidas as leis proteccionistas que foram impostas ao comércio inglês durante a regência de Cromwell, denominadas *Navigation Acts*, promulgadas entre 1651 e 1673, que tentaram promover a indústria inglesa, reduzindo a importações e aumentando as exportações. Aquelas, no que concerne a cerâmica, restringiram a entrada de produções exógenas. No entanto, como refere C. Willcoxon, os *Navigation Acts* foram “*loosely administrated or wholly evaded*” (Willcoxon, 1999) e muita cerâmica continuou a entrar no país, sendo comum a sua presença nos registos portuários.

Por outro lado, a partir de meados do século XVII tanto a indústria inglesa como holandesa vão conhecer um enorme desenvolvimento produtivo. O objectivo cumprido pela Faiança Portuguesa, de complementar a demanda por produtos cerâmicos exóticos, era agora preenchido plenamente pelas produções londrinas e de Delft, certamente a preços mais acessíveis. A diminuição das importações chinesas, entre 1650 e 1680, devido a problemas políticos internos naquele país, fez com que as olarias norte europeias apostassem em imitações fidedignas dos produtos orientais.

Todavia, a maior quebra no consumo de Faiança Portuguesa na Europa deve ter ocorrido devido a uma mudança nos padrões de gosto europeus. Com a recuperação do comércio de louça com a China, em finais do século XVII, a tradicional porcelana azul e branca vai começar a ser substituída pela louça polícroma. Não conseguiram as olarias portuguesas corresponder a esta nova demanda europeia, continuando a produzir louça azul, violeta e branca, menos requisitada. Como mercados permaneceram as colónias portuguesas e o mercado interno.

Contudo, a redução da qualidade produtiva é visível não apenas nas exportações, mas na louça consumida internamente, pelo que os problemas que levaram à sua decadência não podem ser exclusivamente externos. Alguns autores (Pais e Monteiro, 2003) acreditam que o fim da ocupação espanhola em 1640 levou ao afastamento de muitos potenciais consumidores. No entanto, a extinção de alguns mercados, significou a abertura de outros, pelo que não acreditamos que tenha sido uma das principais razões.

Por outro lado, estamos perante uma sociedade que vive as consequências da Contra-Reforma Europeia, adoptando um estilo de vida menos faustoso. A cerâmica começa a tornar-se singela, quase completamente branca, sem sinais de decoração, o que pode de facto indicar que os conventos e mosteiros, símbolos da vida religiosa ideal, ditavam agora as modas e gostos, completamente afastados dos requisitos europeus.

Houve certamente um aumento da concorrência estrangeira, contudo, em vez de se adaptarem às novas exigências mundiais, as olarias portuguesas deixaram-se decair.

Mas não podemos inferir mais do que aquilo que a conjugação de elementos arqueológicos e documentais nos permite e, na verdade, a Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas, não vai além de um sub-produto do proto-mercantilismo português do século XVII. Ainda que um mercado importante para as olarias portuguesas, sobretudo aquelas que se dedicavam à produção de cerâmica destinada à exportação, num cômputo geral a produção e remessa de louça para a Inglaterra e Irlanda não era de todo fundamental na manutenção económica da produção oleira no nosso país. Até para as olarias havia mercados mais importantes, tais como as colónias portuguesas e, pelo que observámos recentemente, as colónias inglesas na América do Norte onde, até ao momento, foram recolhidos milhares de fragmentos. Parece que, e ao contrário do que acontece nas Ilhas Britânicas, era a faiança lusa nos territórios norte-americanos parte fundamental da casa com a sua utilização quotidiana no serviço doméstico, como de resto evidenciam os *Probate Inventories* daqueles territórios.

Cremos desta forma ter contribuído para o estudo das produções nacionais e do impacto que a sua exportação para as Ilhas Britânicas teve não apenas nos contextos ingleses e irlandeses mas igualmente de que forma as olarias portuguesas se preocupavam com os mercados externos. Como escreveu Orser “*parte do objectivo da arqueologia do mundo moderno é fornecer bem localizadas micro informações históricas e culturais acerca do macro processo de globalização, ilustrando e*

interpretando as suas dimensões materiais” (Orser, 2006, 282). Um facto é inegável, a faiança encontra-se distribuída um pouco pelos cinco continentes, surgindo em todos os locais onde os portugueses se fixaram ou mandaram mercadorias, viajando frequentemente com os nossos mercadores e marinheiros, testemunhando a sua presença.

A

ACKROYD, P. (2001) – *London: The Biography*, London: Vintage,

ALARCÃO, J. (1997) – Sobre a variabilidade da cultura material, *Almadan*, II série, nº 6, pp. 69-71.

ALBUQUERQUE, M.; LUCENA, V. (2008) – O estudo da cerâmica arqueológica, in: *Actas das 4as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 355-366.

ALBUQUERQUE, P. (2008) – A Faiança Portuguesa – demarcador cronológico na arqueologia brasileira, in: *Actas das 4as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 221-270.

ALEXANDER, J. (1948) - *The history of Great Torrington in the county of Devon*, Sutton: Advance Studio.

ALLAN, J. (1983) – Some post-medieval documentary evidence for the trade in ceramics. In P. Davey e R. Hodges. *Ceramics and Trade: the production and distribution of later medieval pottery in north-west Europe: papers derived from the proceedings of the Medieval Pottery Research Group's annual conference at Hull, 1980*. Sheffield: Department of Prehistory and Archaeology – University of Sheffield.

ALLAN, J. (1984) – *Medieval and Post Medieval Finds from Exeter, 1971-1980*. Exeter: Exeter City Council.

ALLAN, J. (1994) – Imported Pottery in South-West England, c. 1350-1550, *Medieval Ceramics*, 18, pp. 45-50.

ALLAN, J. e BARBER, J. (1992) – A Seventeenth century pottery group from Kitto Institut, Plymouth. In. D. Gaimster e M. Redknap. *Everyday and Exotic Pottery*

from Europe, c.650-1900, Studies in Honor of John G. Hurst. Exeter: Oxbow Books. pp. 225-247.

ALMEIDA, M.; NEVES, M.; CAVACO, S. (2001) – Uma Oficina de Produção de Faiança em Gaia nos séculos XVII e XVIII. In *Itinerário da Faiança de Porto e de Gaia*. Porto: Museu Nacional de Soares dos Reis, pp. 144-145.

ALVES, M. (1953) – *Estudo sobre a cerâmica popular de Estremoz*. Lisboa: s.n.

ANDRIETTE, E. (1971) – *Devon and Exeter in the Civil War*, Newton Abbot: David and Charles.

AMORIM, I. (1998) – A olaria de Aveiro, no séc. XVIII: continuidade e desenvolvimento. *Olaria*. 2. Barcelos. Museu de Olaria, pp. 70-80.

AMOURIC, H; THIRIOT, J. (1995) – Les Moulins dans l'atelier du poitier, in: *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 369-383.

ANDREWS, R. (1985) – *Trade, Plunder, and Settlement: Maritime Enterprise and the Genesis of the British Empire, 1480–1630*. Cambridge: Cambridge University Press

ANTÓNIO, J. (2006) – Intervenção Arqueológica no Castelo de Alcobaça. Campanhas de 2002-2004. *Almadan*. 14. Almada, pp. 23-32

APPADURAI, A. (1986) – Commodities and the politics of value. In *The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 3-63.

ARRUDA, A.; HENRIQUE, P. (2004) – *António Capucho: retrato do homem através da colecção: cerâmica portuguesa do século XVI ao século XX*, Porto: Civilização.

ASHDOWN-HILL, J. (2009) – *Medieval Colchester's Lost Landmarks*, London: Breedon Books Publishing Co Ltd

ASHELEY, M. (1998) – The Stuarts, in: *The Lives of the Kings and Queens of England*, London: Seven Dials, pp. 216-263.

AUGHTON, P. (2007) – Bristol: A people's history, Bristol: Carnegie Publishing Ltd.

AZINHAL, A. (1964) – *Memórias sobre os barros de Estremoz*. Lisboa: Panorama.

B

BAART, J. (1987) – Faiança Portuguesa Escavada no Solo de Amesterdão, In *Faiança Portuguesa 1600-1660*. Amesterdão: s.n.

BAART, J. (1988) – Faiança Portuguesa, 1600-1660. Um estudo sobre achados e colecções de museus, in: *Portugueses em Amesterdão 1600-1680*. Amesterdão: De Bataafsche Leeuw.

BAART, J. (1990) – Ceramic Consumption and supply in early modddern Amsterdam: local production and long distance trade, in: *Work in Towns. 850-1850*, Leicester: Leicester University Press, pp. 74-85.

BAART, J. (1992) – *Terra Sigilatta* from Estremoz Portugal, in: *Everyday and Exotic Pottery from Europe, c.650-1900, Studies in Honor of John G. Hurst*. Exeter: Oxbow Books, pp. 273-278.

BAART, J. (1994) – Dutch Redwares. *Medieval Ceramics*. 18, pp. 19-27.

BAART, J (2007) – Een Portugese fruitschaal, in: *Hoogteputen uit Hoornse Bodem*, Hoorn: Uniepers Uitgevers.

BAIÃO, A. (1936) – *Episódios dramáticos da inquisição portuguesa*, Lisboa: Seara Nova.

BALL, P. (2002) – *The Ingredients: A Guided Tour of the Elements*, Oxford: Oxford University Press.

BARBOSA, T.; CASIMIRO, T. e MANAIA, R. (2009) – A household pottery group from Aveiro (Portugal). *Medieval Ceramics*, 37, pp.

BARRADAS, J. (1952) – *Manuel Cargaleiro: exposição de cerâmica*. Lisboa: Secretariado Nacional de Informação.

BARREIRA, P.; DÓRDIO, P.; TEIXEIRA, R. (1995) – 200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do século XVI a meados do século XVIII, in: *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 145-184.

BARRET L. (1998) – *Tudor England Observed — the World of John Stow*. London: Sutton Publishing.

BARROS, L. (1984) – Trabalhos arqueológicos nos Paços do Concelho de Almada, *Almadan*, 1ª série, nº 3, pp. 25-27.

BARROS, L.; HENRIQUES, F. (2003) – Rua da Judiaria: um Celeiro nos arrabaldes da vila, in: *Actas das 3as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 135-144.

BARROS, L.; CARDOSO, G. e GONZALEZ, A. (1999) – Primeira notícia do forno de Santo António da Charneca – Barreiro, in *1as Jornadas Arqueológicas e do património da Corda Ribeirinha Sul*. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro.

BARROS, L.; CARDOSO, G.; GONZALEZ, A. (2003) – Primeira notícia do forno da Quinta de Santo António da Charneca, in: *Actas das 3as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 295-310.

BARTELS, M. (2003) – A cerâmica portuguesa nos países baixos(1525-1650) : uma análise sócio-económica baseada nos achados arqueológicos, *Estudos/Património*. nº 5, pp. 70-82

BARTON, K. J. (1964) – The excavation of a Medieval Bastion at St. Nicholas's Almshouses, King Street, Bristol, *Medieval Archaeology*, vol. 8, p. 181- 212.

BASTO, J. (1934) – *A cerâmica portuguesa: conferência realizada na Sociedade de Geografia em 20 de Dezembro de 1934 por convite da Associação Industrial Portuguesa*. Lisboa: Tipographia da Emp. do Anuário Comercial.

BAXTER, J; BAXTER, J. (1980) – *Barnstaple Yesterday*, Bristol: Chard.

BEAME, T. (1852) - *The Rookeries of London: Past, Present, and Prospective*, London: Thomas Bosworth.

BEIRANTE, A. (1995) – *Évora na Idade Média*, Lisboa: Gulbenkian

BERNARDA, J. da (2001) – *A louça de Alcobaça*, Lisboa: Asa.

BILLINGS, M. (1994) – *London: a companion to its history and archaeology*, London: Kyle Cathie.

BINCHY, D. (1921) – An Irish Ambassador at the Spanish Court, 1569-1574, *Irish Quartely Revue*, vol. 14, nº 53, pp. 102-119

BLACKMORE, L. (1994) – Pottery, the port and the populace: the imported pottery of London 1300-1600 (Part 1). *Medieval Ceramics*. 18, pp. 29-44.

BLACKMORE, L. (2006) – Archaeological report from Wood Wharf, Horseferry Place, Thames Street, Greenwich, SE10, London: MOLAS.

BLAIR, I. (2005) – Roman and medieval buildings, an assemblage of rare 18th-century glass, and other finds from 15-17 King Street, London EC2, London Archaeologist, vol. 10, pp. 264-270.

BLOCKLEY, K.; HALFPENNY, I. (2002) – *Aberglasney House and Gardens, archaeology, history and architecture*. Oxford: B.A.R. British Series.

BOLD, J.; GUILLERY, P.; KENDALL, D. (2001) – *Greenwich: an architectural history of the Royal Hospital for Seamen and the Queen's House*, Yale: University Press.

BOOKS, G. (1870) – *The Route Book of Devon; A Guide for the Stranger and Tourist to the Towns, Watering Places, and Other Interesting Localities of This County*, Oxford: Oxford University.

BOOKS, L. (2010) – *Houses in Devon: Woodway House, Moreton House, Berry Pomeroy Castle, Oldway Mansion, Castle Drogo, Dartington Hall, Knightshayes Court*, Exeter: Books LLC.

BORER, M. (1978) – *The City of London-a history*, New York: D.McKay Co.

BOUZA ALVAREZ, F. (1999) – *Cartas para duas infantas meninas: Portugal na correspondência de D. Filipe I para as suas filhas (1581-1583)*, Lisboa: Dom Quixote.

BOUZA ALVAREZ, F. (2000) – *Portugal no tempo dos Filipes: política, cultura, representações (1580-1668)*. Lisboa: Cosmos.

BOWDEN, T. (2006) – *Images of Plymouth (In Old Photographs)*, Plymouth: The History Press Ltd.

BOWSHER, J. (2007) – *30-35 Botolph Lane, 29-31 Monument Street, London EC3*, Londres: Published by Museum of London

BRACANTE, E., (1981) – *O Brasil e a Cerâmica Antiga*. São Paulo: s.n.

BRACKEN, C. W. (1931) – *A History of Plymouth and her Neighbours*, Plymouth: Underhill Ltd.

BRADY, J.; SIMMS, A. (2001) – *Dublin through time and space (c.900-1900)*. Dublin: Four Courts Press.

BRANDÃO, J. (1990) – *Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa em 1552*, Lisboa: Livros Horizonte.

BREWER, P. (2002) – *Ireland. History, people, culture*, Dublin: Running Press.

BRIGHAM, B.; NIELSEN, R. (2006) – *Roman and later development east of the forum and Cornhill: Excavations at Lloyd's Register, 71 Fenchurch Street, City of London*, MoLAS Monograph 30, London: Museum of London Archaeology Service

BRITO, A. (1950) – Estudo sobre a Indústria de Cerâmica. *Boletim da Direcção Geral dos Serviços Industriais*

BRITTON, F. (1987) – *London Delftware*. London: Museum of London.

BROWN, C. G. (1986) – *Plymouth Excavations: The Medieval Waterfront of Woolster Street and Castle Street: Finds Catalogue*, Plymouth Museum Archaeological Series 3.

BROWN, D. (1993) – The imported pottery of late medieval Southampton. *Medieval Ceramics*. 17, pp. 77-81.

BROWN, D. (1995) – Documentary sources as evidence for the exchange and consumption of pottery in 15th century Southampton, in: *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 429-433.

BROWN, D. (2002) – *Pottery in Medieval Southampton c. 1070-1530*. Bootham: Council for British Archaeology.

BROWN, S. (1996) - Berry Pomeroy Castle, *Proceedings Devon Archaeological Society*, nº 56.

BROWN, S. (1997) – *Berry Pomeroy Castle* (guidebook). London: English Heritage.

BURKE, T. (1940) – *The Streets of London Through the Centuries*. London: B. T. Batsford Ltd.

BYRNE, N. (4 Janeiro de 2008) – The Life and Times of Luke Wadding. *The Munster Express*.

C

CAETANO, M. (1959) – A história da organização dos mesteres na cidade de Lisboa, *SCIENTIA IVTIDICA*, t. VIII, nº 39 (4), pp. 3-15.

CALADO, R. (1980) – *Azulejos. Cinco Séculos do Azulejo em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CALADO, R. (1987) – Aspectos da Faiança Portuguesa do século XVII e alguns antecedentes históricos In *Faiança Portuguesa 1600-1660*. Amesterdão: s.n.

CALADO, R. (1988) – *Catálogo da Exposição do Simpósio Internacional de Cerâmica – Alcobaça – 87*. Lisboa: Fundação Gulbenkian.

CALADO, R. (1992) – *Faiança Portuguesa, sua evolução até ao início do século XX*. Lisboa: Correios de Portugal.

CALADO, R. (1992a) – O conhecimento da porcelana da China e o início da produção de faiança portuguesa In *Do Tejo aos Mares da China, uma Epopeia Portuguesa*. Queluz: Palácio Nacional de Queluz/ Musée des Arts Asiatiques – Guimet.

CALADO, R. (1993) – A porcelana da China como fonte de inspiração da decoração da faiança portuguesa no século XVII. *Oceanos*. nº 14.

CALADO, R. (2001) – Breve história da faiança em Portugal, In *Itinerário da Faiança em Porto e Gaia*. Porto: Museu Nacional de Soares dos Reis, pp. 13-26.

CALADO, R. (2003) *Faiança Portuguesa da Casa Museu Guerra Junqueiro, Séculos XVII-XVIII*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

CALADO, R. (2005) – *Faiança Portuguesa. Roteiro Museu Nacional de Arte Antiga*. Lisboa: Instituto Português dos Museus.

CALADO, R.; FERNANDES, I.; REBELO, E.; RAMOS-HORTA, C. (2008) - *A Fábrica de Faianças das Caldas da Rainha. De Bordalo Pinheiro à actualidade: a sua história*. Lisboa: Civilização Editora

CALLIXTO, T. (1972) – *Cerâmica de Alcobaça*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.

Caminhos da Porcelana. Dinastias Ming e Quing, Calvão. (1999) – Lisboa: Fundação Oriente.

CASSON, L.; COWAN, C. (1999) – *48 St John's Square*, London: MOLAS (texto policopiado).

CAPELA, J. (1996) – A produção de cerâmica do Norte (séc. XII-XX). *Olaria*. 1. Barcelos. Museu de Olaria, pp. 3-10.

CARDOSO, G. (2007) – Sondagens arqueológicas no Convento de Nossa Senhora das Neves (Serra de Montejunto, Cadaval) in *Actas do 1º Encontro de Cultura e Património do Cadaval*, Cadaval: Câmara Municipal do Cadaval, pp. 43-82.

CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (1991) – Alguns tipos de cerâmica dos séculos XI a XVI encontradas em Cascais. In *Actas do IV Congresso Internacional de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 45-62.

CARDOSO, G., e RODRIGUES S. (1999) – Tipologia e cronologia de cerâmicas do século XVI, XVII e XVIII encontradas em Cascais. *Arqueologia Medieval*. 7. Mértola. Campo Arqueológico de Mértola. pp. 193-212.

CARDOSO, N. (1932) – *Cerâmica e Tapeçaria*. Lisboa : N. C. Cardoso

CARNEIRO, E. (1962) – Onde vem a confusão entre as louças do Prado e as louças de Barcelos. *Jornal de Barcelos*. Barcelos. nº 646.

CARMONA, R.; SANTOS, C. (2005) – *Olaria da Mata da Machada. Cerâmicas dos Séculos XV-XVI*. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro.

CARNEIRO, E. (1969) – *O Museu de Cerâmica Popular Portuguesa: será uma realidade porque era e é de facto desejado*. Barcelos: Museu de Cerâmica Popular Portuguesa.

CARUS-WILSON, E. (1933) – The overseas trade of Bristol, in *Studies in English Trade in the Fifteenth century*, London: G. Routledge & Sons, Ltd

CARVALHO, F. (1910) – *Algumas horas na minha livraria: artigos, notas e apontamentos: colligidos por Francisco Augusto Martins de Carvalho*. Coimbra: Tipographia. Nacional.

CARVALHO, J. (1921) – *A Cerâmica Coimbrã no século XVI*, Coimbra: Imprensa da Universidade.

CARVALHO, J. (1926) – *Notas de arte e crítica*. Porto: Moreira-Editores

CASIMIRO, T.M. (2004) – As cerâmicas modernas da encosta de Sant'ana (Lisboa), Lisboa: Universidade Nova de Lisboa (texto policopiado).

CASIMIRO, T.M. (2006) – Portuguese faience in London, *London Archaeologist*, Volume 11, No 5, pp. 115-121.

CASIMIRO, T.M. (2009) – A Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas: um projecto de investigação. *Almadan*. 2ª série. nº 16. Adenda electrónica, p. VIII.

CASIMIRO, T.M. (2010) – Portuguese Faience, in: PASSMORE, A., REED, S. e ALLAN, J. *Archaeological Investigations around Crediton Parish Church 1984-2007*, *Proceedings Devon Archaeological Society*, 68.

CASIMIRO, T.M. (2010a) – Portuguese Faience, in: ALLAN, J., *Devon Imported Pots, Proceedings Devon Archaeological Society*, 69.

CASIMIRO, T.M. (2011) – Portuguese faience in the South-West Country, in: *West Country Households*. Exeter: Society for Post-Medieval Archaeology.

CASIMIRO, T. M.; SANTOS, I. (2010) – Faianças no Largo de Santos. (http://www.nia-era.org/component/option,com_myblog/show,0203---Faiancas-do-Largo-de-Santos.html/Itemid,57/)

CASTELO-BRANCO, F. (1990) – *Lisboa Seiscentista*. Lisboa: Livros Horizonte.

CASTRO, A.; SEBASTIAN, L. (2002) – “Mosteiro de S. João de Tarouca: 700 anos de História da cerâmica”. *Estudos / Património*. Lisboa: IPPAR - Departamento de Estudos. 3 p, 165-177.

CASTRO, A.; SEBASTIAN, L. (2003) – “A Componente de Desenho Cerâmico na Intervenção Arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 6 (2): 545-560.

CASTRO, A.; SEBASTIAN, L. (2003a) – “A Faiança de Revestimento dos Séculos XVII e XVIII no Mosteiro de S. João de Tarouca (Intervenção Arqueológica 1998-2001)”. *Estudos / Património*. Lisboa: IPPAR - Departamento de Estudos. 4: 168-179.

CASTRO, A.; SEBASTIAN, L. (2008) – Faiança dos séculos XVII e XVIII no Mosteiro de São João de Tarouca, in: *Actas das 4as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 325-334.

CASTRO, F. (2001) – Caracterização química e micro-estrutural de faianças portuguesas. In *Itinerário da Faiança de Porto e de Gaia*. Porto: Museu Nacional de Soares dos Reis, pp. 167-178.

CASTRO, F. (2004) – Bases de dados analíticos sobre cerâmicas abtigas portuguesas interesse para a investigação arqueológica. *Olaria. Estudos Arqueológicos, Históricos e Etnográficos*, 3, pp. 105-110.

CASTRO, F.; GOMES, P.; TEIXEIRA, F. (2003) – 200 anos de cerâmica na Casa do Infante – Porto (século XVI a meados do século XVIII): identificação visual e química dos fabricos, in *Actas das 3as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 223-230.

Catálogo da exposição de cerâmica ulissiponense: dos fins do século XVI aos princípios do século XIX (1936). Lisboa: Câmara Municipal.

Catálogo da Exposição de Documentos e Obras de Arte Relativos à História de Lisboa. (1947). Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga.

Catálogo ilustrado da Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhol. (1882) – Lisboa: Imprensa Nacional

CATARINO, H. (1992) – Cerâmicas tardo-medievais/modernas do Alto Alentejo: a escavação de um silo na Vila do Crato. In *Actas das 1as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 129-136.

CHAUDHURI, K. (1998) – A recepção europeia da expansão In *História da Expansão Portuguesa (Do Indico ao Atlântico 1570-1697)*. vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 512-533.

CHAUDHURI, K. (1998) – A concorrência holandesa e inglesa. In *História da Expansão Portuguesa (Do Indico ao Atlântico 1570-1697)*. vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 82-106.

CHAVES, L. (1925) – *Os barristas portugueses: (nas escolas e no povo)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

CHEW, S.; PEARCE, J (1999) – A pottery assemblage from a 17th-century revetted channel at 12-26 Magdalen Street. Southwark, *London Archaeologist*, vol.9 (1) pp. 22-29

CLARKE, J. (1998) – The House of Hanover. In *The Lives of the Kings and Queens of England*. London: Seven Dials, pp. 264-319.

CLEARY, R. M.; HURLEY, M. F.; TWOHIG, E. S. (1997) – *Skiddy's Castle and Christ Church, Cork. Excavations 1974-77 by D.C. Twohig*. Cork: Cork Corporation.

CLOUT, H. (1999) – *The Times History of London: An Outstanding Illustrated Survey of One of the World's Greatest Cities*, London: Times Books.

COLLIN, J. (1913) – *Life in Old Dublin*, Dublin: James Duffy and Co.

COLLINGE, C. (1976) – Charles Kingsley in Bideford [1854-1855], *Transactions of the Devon Association*, vol. 108, pp.13-29.

CORBET, P.; BROOKS, S. (1960) – *Dragonflies*, London: Harper Colins.

CORREIA, M.R. (2001) – Coleções de faiança do Porto e Gaia in *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*. Porto: Museu Nacional de Soares dos Reis, pp.183-240.

CORREIA, M (2005) – Um forno de época moderna em Alcochete, *Almadan*, II série, nº 13, p. 139.

CORREIA, M. (2005a) – Um forno de produção cerâmica dos séculos XV e XVI, em Alcochete. *Revista Musa*. 2, pp. 67-73

CORREIA, V. (1918) – Oleiros e Pintores de Louça e Azulejo de Lisboa Olarias (Anjos). *Atlântida*. nº 29, p.531-50

CORREIA, V. (1918) – Azulejadores e pintores de azulejos de Lisboa, olarias de Santa Catarina e Santos. *Águia*. 2ª série, vol. XIII, nº 77-78.

CORREIA, V. (1919) – *Oleiros Quinhentistas de Lisboa*. Porto: Tipographia da Renascença.

CORREIA, V. (1922) – *Azulejos datados*. Lisboa: Imprensa Libanio da Silva

CORREIA, V. (1926) – *Livro dos Regimentos dos officiaes mecanicos da mui nobre e sempre leal cidade de Lixboa (1572)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

CORREIA, V. (1956) – As primeiras faianças e azulejos lisos em Lisboa. In: *Azulejos*, London: The Connoisseur.

CÔRTE-REAL, A. (2001) - Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra: novos dados para o seu conhecimento: operação arqueológica 1995-1999, Coimbra: Universidade de Coimbra (texto policopiado).

COSSINS, J. (2010) – *Reminiscences of Exeter Fifty Years Since*, Exeter: General Books.

COSTELLO, P. (1999) – *Dublin Castle in the life of the Irish Nation*. Dublin: Wolfhound Press Ltd.

COTTER, J. (2000) – *Post-Roman Pottery from Excavations in Colchester*, 1971-85.

COUGHLAN, C. (1975) – *Olde Cork, Historical-Theatrical-Commercial*, Cork: Feehan & Co.

CRUZ, A. (1943) – Oleiros do Porto e Além Rio: subsídios para a história da cerâmica portuense. *Boletim Cultura da Câmara Municipal do Porto*. vol. 5. Porto. Câmara Municipal do Porto, pp. 5-14.

CRUZ, A (1942a) – Oleiros do Porto e Vila Nova. *Boletim Cultura da Câmara Municipal do Porto*. vol. 5. Porto. Câmara Municipal do Porto, pp. 135-144.

CRUZ, M. (2003) – Projecto Garagem Avenida Coimbra. Relatório de Acompanhamento e Escavação arqueológica (texto policopiado).

CULLINGFORD, C. (1988) – *A History of Poole*, Poole: Phillimore & Co Ltd

CUNHA, F. (1932) – *Notas etnográficas sobre Barcelos*

CUNHA, R. (2006) – O sítio e a arquitectura de uma casa quinhentista na Ribeira Santarém: ensaio tipológico das casas urbanas de frente estreita, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, nº 18, pp. 13-36.

D

DARBY, G. (1958) – *What Is A Butterfly*. Chicago: Benefic Press.

DAVIES, I (2006) - *Aberglasney's Georgian Mansion*, South West Wales Diary.

DAVIES, N. (1999) – *The Isles, A History* Oxford: Oxford University Press.

DEAGAN, K. (1987) – *Artifacts of the Spanish Colonies of Florida and the Caribbean, 1500-1800*, vol. 1, *Ceramics, Glassware and Beads*, Washington: Smithsonian Institution Press.

DEFOE, W. (1959) - *A tour through England and Wales*, London: J.M. Dent and Sons Ltd.

DELDERFIEL, E. (1952) – *The North Devon Story*, Exmouth: Raleigh Press.

DELHOYO, J. ELLIOT, A.; SARGATAL, J. (1997) – *Handbook of Birds of the World*, 14 vols, Barcelona: Lynx Edicions.

DESROCHES, J. (1998) – Cerâmicas orientais e porcelanas. In *Naufrágio da Nossa Senhora dos Mártires*. Lisboa: Expo 98.

DIDEROT, D.; D'ALEMBERT, J. B. (1759) – *Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une société de gens de lettres*

DIETZ, B. (1986) – Oversea trade and metropolitan growth. In *London 1500-1700: The Making of the Metropolis*. London: Longman, pp. 115-140.

D'INTINO, R. (1998) – Objectos do Quotidiano. In *Nossa Senhora dos Mártires: a Última Viagem*. Lisboa: Verbo.

DIOGO, A.; TRINDADE, L. (1992) – Cerâmicas de Lisboa provenientes de contextos datados. Materiais de uma lareira destruída pelo terramoto de 1755. In *Actas das 1as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 163-170.

DIOGO, A.; TRINDADE, L. (1995a) – Cerâmicas da época do terramoto de 1755 provenientes de Lisboa. In *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 349-354.

DIOGO, A.; TRINDADE, L. (1995b) – Duas intervenções arqueológicas em Lisboa (Rua da Madalena e Rua do Ouro. *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa. Assembleia Distrital de Lisboa, pp. 63-74.

DIOGO, A.; TRINDADE, L. (1995c) – Intervenção arqueológica na Rua João do Outeiro, nº 36-44, na Mouraria em Lisboa. In *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica*

Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 257-266.

DIOGO, A.; TRINDADE, L. (2001) – Intervenção arqueológica de emergência na Rua dos Correeiros em Lisboa. As sondagens 2,6,7, 9 e 10. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Instituto Português de Arqueologia, pp. 63-74.

DIVERS, D. (2004) – Excavations at Deptford in the Site of the East India Company dockyards at the Trinity almshouses, London. *Post-Medieval Archaeology*. 38, pp. 17-132-

DÓRDIO, P.; TEIXEIRA, R.; SÁ, A. (2001) – Faianças do Porto e Gaia: o recente contributo da arqueologia. In *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*. Porto: Museu Nacional de Soares dos Reis, pp. 117-166.

DOUGLAS, A. (2002) – *Tobacco Dock, 130-162 The Highway*. *Archaeological report*, Londres: Pre-construct Archaeology (texto policopiado).

DREY, R. (1984) – *Les pots de pharmacie du mond entier. Faiences et porcelaines pharmaceutiques. 1150-1850*. Paris: Vilo-la port vert.

E

EDGELEER, A. (1990) – *The Art Potters of Barnstaple*, Alton: Nimrod Press.

ELIADE, M. (1990) – *Tratado de História das Religiões*, Lisboa: Cosmos.

ELLIS, P. (2002) – *Eyewitness to Irish History*. Dublin: John Wiley & Sons Inc.

ESTEVES, L. (2003) – A Tecnologia de uma Fábrica: materiais e produtos na Real Fábrica de Louça, in: *Real Fábrica de Louça ao Rato*, Lisboa: Instituto Português dos Museus, pp. 142-165.

ETCHEVARNE, C. (2007) – A faiança portuguesa do século XVII na Bahia, *Património Estudos*, nº 10, pp. 118-124.

EVAN T. J. (2008) – Alwyn Ruddock: John Cabot and the Discovery of America, *Historical Research* Vol 81, Issue 212, pp. 224–254.

Exposição de cerâmica antiga europeia e oriental: catálogo (1956), Évora. s.n.

Exposição cerâmica para o Natal: do estúdio de cerâmica de arte (1954), Lisboa: SNI.

Exposição de Faianças Portuguesas de Farmácia (1972), Lisboa, XXXII, *Congresso Internacional de Ciências Farmacêuticas*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa.

Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola celebrada em Lisboa em 1882 sob a protecção de Sua Majestade el-Rei o Senhor D. Fernando II (1882), Lisboa: Impr. Nacional.

F

Faianças artísticas, tapeçarias de Arraiolos e arqueologia. Museu Municipal de Portalegre (1952). Coimbra: Tipografia Casa Minerva

Faiança Portuguesa: catalogo-guia, Museu Nacional Soares dos Reis (1949) 2^a ed. Porto: Tipografia Moderna.

FALCÃO, J. (1992) – *O Prato de Faiança Seiscentista Portuguesa do Museu Nacional de Cerâmica de Valência (Espanha)*. Santiago do Cacém Valência: Real Sociedade Arqueológica Lusitana. Ministério da Cultura de España.

FALK, A. (2007) – Portugiesische Fayencen in Lubeck, in: *Archäologie der frühen Neuzeit*, pp. 93-100.

FANNING, T.; HURST, J. (1975) – A mid seventeenth century pottery group and other objects from Ballyhack, Co. Wexford. *Proceedings of the Royal Irish Academy*. vol. 75, pp. 103-121.

FARINHA, A. (1932) – *Noticia Histórica do Bairro das Olarias (Lisboa)*. Cucujães: Escola Tipográfica do Colégio das Missões.

FARREL, A. (1985) – A salvage excavation at 30, High Street, Barnstaple, *Proceedings of the Devon Archaeological Society*, 43

FERNANDES, I. (1995) – Da importância das fontes escritas para o conhecimento das produções cerâmicas, in: *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 475-477.

FERNANDES, I. (1999) – O comer e o beber em louça de barro (do uso das peças: diversa utilização da loiça de barro). In *Actas do IV Congresso de Olaria Tradicional de Matosinhos – olaria e gastronomia*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos, pp. 12-29.

FERNANDES, I. (2001) – Formas e funções da Faiança Portuguesa Oitocentista, in: *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*. Porto: Museu Nacional de Soares dos Reis, pp.29-51.

FERNANDES, I; REBELO, E. (2008) – Modos de fazer faiança caldense: desde a extracção da argila à comercialização da louça, in: *A Fábrica de Faianças das Caldas da Rainha. De Bordalo Pinheiro à actualidade: a sua história*. Lisboa: Civilização Editora, pp. 91-175.

FERNANDES, I. C.; CARVALHO, A. (1995) – Conjuntos cerâmicos pós-medievais de Palmela. In *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 211-256.

FERNANDES, I. C.; CARVALHO, A. (2003) – A loiça seiscentista do Convento de São Francisco de Alferrara (Palmela). In *Actas das 3as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 231-252.

FERNANDES, I. M. (2008) – A Fábrica de louça: análise espacial, processos de fabrico e conspecto social, in: *Fábrica de Louça de Miragaia*, Lisboa: IMC, pp. 17-48.

FERNANDES, I. M. (2008a) – O livro de receitas da fábrica de Miragaia: um mundo colorido, in: *Fábrica de Louça de Miragaia*, Lisboa: IMC, pp. 49-68.

FERNANDES, L.; MARQUES, A.; FILIPE, V.; CALADO, M. (2006) - Intervenção Arqueológica na Rua dos Bacalhoeiros, *Almadan*, 2ª série, nº 14, pp. 60-65.

FERRÃO, J. (1933) – *Rafael Bordalo e a faiança das Caldas*. Gaia: Pátria

FERRÃO, J. (1944) – A Faiança Portuguesa no Museu Soares dos Reis. Uma bilha das Caldas da Rainha. *Museu*, III.

FERREIRA, F. E. (1983) – Escavação do ossário de S. Vicente de Fora : seu relacionamento com a história de Lisboa. *Revista Municipal*. C.M.L., 2ª série, nº 4, p. 5-36.

FERREIRA, F. E. (1994) - Escavação arqueológica da botica do mosteiro de S. Vicente de Fora. In *A botica de S. Vicente de Fora*. Lisboa: Associação Nacional das Farmácias, p. 26-32.

FERREIRA, M. (2000) – Habitação urbana corrente no Norte de Portugal medievo, *Media Aetas*, nº ¾, pp. 13-47

FIELDER, D. (1985) – *History of Bideford*, Chichester: Phillimore.

FIENNES, C. (1698) – *Through England on a Side-Saddle* (http://www.visionofbritain.org.uk/text/contents_page.jsp?t_id=Fiennes).

FITZPATRICK, E.; O'BRIEN, M; WALSH, P. (2004) – *Archaeological Investigations in Galway City, 1987-1998*. Dublin: Wordwell.

FLEMING, G. (1995) – *Plymouth. A Pictorial History*, Plymouth: Phillimore and Co.

FRASER, A. (2005) – *The Gunpower Plot*, London: Phoenix.

FREEMAN, J. (2000) – *Rattenbury's Great House Shepherd's Wharf, Sutton Road, Plymouth, Devon: An Archaeological Excavation*, Exeter: Exeter Archaeology.

FRITZE, R.; ROBISON, W. (1996) – *Historical Dictionary of Stuart England*, Londres: Greenwood Press.

G

GARDINER, J. (ed.) (2000) – *Resurgam!/: archaeology at Stonehouse, Mount Batten, and Mount Wise Regeneration areas, Plymouth*, Plymouth: Plymouth Occasional Papper, nº 5, Museum of Plymouth.

GENT, F. (1982) – *The Trial of the Bideford Witches*, Bideford, s.n.

GILL, C. (1979) – *Plymouth: A New History*. New Abbot: David & Charles.

GIRÃO, L. F. (1905) – *Estudo sobre o estado actual da industria ceramica na 2ª Circumscrição dos Serviços Technicos da Industria*, Lisboa: Imprensa Nacional.

GOGGIN, J. (1968) – *Spanish Majolica in the New World*, Yale: Department of Anthropology of Yale University.

GOMES, C. F. (1988) – *Argilas: o que são e para que servem*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

GOMES, P.; MELO, M.; OSÓRIO, M.; SILVA, A.; TEIXEIRA, R. (2004) – Cerâmicas tardo-medievais e modernas de importação na cidade do Porto, *Olaria. Estudos Arqueológicos, Históricos e Etnográficos*, 3, pp. 89-96.

GOMES, J; VASCONCELOS, J. (1883) – *Exposição Districtal de Aveiro em 1882: relíquias da arte nacional*. Aveiro: Grémio Moderno.

GOMES, L.; BOTELHO, I. (2001) – Faianças do século XVII num arrabalde do Porto, in: *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*. Porto: Museu Nacional de Soares dos Reis, pp. 148-149.

GOMES, M. V. (2008) – Dois fornos de cerâmica de Silves (séculos XVI-XVII) – notícia preliminar, in: *Actas das 4as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 271-292.

GOMES, M.V.; GOMES, R.V. (1984) – Cerâmicas importadas dos séculos XV e XVI encontradas no poço cisterna árabe de Silves In *Actas do 3º Congresso do Algarve*. vol.1 Silves: Racal Clube, pp. 35-44.

GOMES, M. V.; GOMES R. V. (1991) . Cerâmicas vidradas e esmaltadas dos séculos XIV, XV e XVI do poço-cisterna de Silves, in: *Cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 457-490.

GOMES, M.V.; GOMES, R.V. (1995) – Cerâmicas dos séculos XV e XVII da Praça Cristóvão Colombo no Funchal in: *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 315-348.

GOMES, M.V.; GOMES, R.V. (1996a) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas dos séculos IV a XVI do poço cisterna de Silves. *Xelb – Silves nos Descobrimentos*. 3. Silves. Museu Nacional de Arqueologia: Câmara Municipal de Silves, pp. 143-206.

GOMES, M.V.; GOMES, R.V. (1996b) – Faianças do tipo «Santo Domingo Blue on White» do Funchal e de Silves. *Xelb – Silves nos Descobrimentos*. 3. Silves. Museu Nacional de Arqueologia. Câmara Municipal de Silves, pp. 269-284.

GOMES, M.V.; GOMES, R.V. (2007) – Escavações arqueológicas no Convento de Santana, em Lisboa. Resultados preliminares, *Olisipo*, nº 27, II série, pp. 75-92

GOMES, M.V.; GOMES, R.V.; CARDOSO, J.L. (1996) – Aspectos do quotidiano de uma casa em Silves durante o século XV. *Xelb – Silves nos Descobrimentos*. 3. Silves. Museu Nacional de Arqueologia. Câmara Municipal de Silves, pp. 33-78.

GOMES, M.V.; GOMES, R.V.; CORREIA, J.; SERPA, F. (1991) – Escavações na primitiva igreja de Nossa Senhora da Orada – Reguengos de Monsaraz. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 415-423.

GOMES, P. D. (1996) – O Livro de cozinha da Infanta Dona Maria, *Olaria*, nº 1, pp. 93-104.

GOMES, P.; MELO, M.; OSÓRIO, M.; SILVA, A., TEIXEIRA, R. (2004) – Cerâmicas tardo-medievais e modernas de importação na cidade do Porto. *Olaria*.3. Barcelos. Museu de Olaria, pp. 89-96.

GOMES, R. V.; CASIMIRO, T. M. (no prelo) – Post Medieval Archaeology in Portugal. *Journal of Post Medieval Archaeology*.

GOMEZ-CENTURION JIMENEZ, C., 1988, *Felipe II, la empresa de Inglaterra y el comercio septentrional, 1566-1609*, Madrid, Naval.

GONÇALVES, A. A. (1884) – *A cerâmica na exposição distrital de Coimbra*, Coimbra: s.n.

GOOD, G.L. (1987) – The excavation of two docks at Narrow Quay, Bristol, 1978-9. *Post-Medieval Archaeology*. 21, 25-126.

GOOD, G. (1989) – An excavation at the corner of St Thomas Street and Portwall lane, Bristol, 1989. *Bristol and Avon Archaeology*. vol. 8, p. 20-29.

GOWEN, M. (1978) – Dunboy Castle, Co. Cork. *Journal of the Cork Historical and Archaeological Society*, pp. 1-48.

GOUVEIA, A. (2001) – Procissões, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 67-72.

GRADIM, A. (2005) – Um conjunto de faianças da Vila de Alcoutim, *Portugalia*, Nova Série, vol. XXVI, pp. 175-205.

GRANT, A. (1983) – *North Devon Pottery: The 17th century*, Exeter: University of Exeter.

GRAY, T. (2000) – *Exeter: The Traveller's Tales*. Exeter: Mint Press

GRIFFITHS D.; GRIFFITHS, F. (1984) – An excavation at 39 Fore Street, Totnes. *Proceedings of the Devon Archaeological Society*. 42

GUILHERME, A.; CORADO, J.; CARVALHO, M.L. (2009) – Chemical and mineralogical characterization on glazes of ceramics from Coimbra from sixteenth to nineteenth centuries. *Analytical and Bioanalytical Chemistry*, vol. 395, nr 7.

GUILLAUMIN, A.; MOREAU, F.; MOREAU, F. (1979) – *O mundo das plantas*, Lisboa: Verbo.

GUTIERREZ, A., (2000) – *Mediterranean Pottery in Wessex Households (13th to 17th century)*, BAR British Series, 306, Oxford, Archaeopress.

GUTIERREZ, A. (2007) – Portuguese coarsewares in early modern England: reflections in an exceptional pottery assemblage from Southampton. *Post-Medieval Archaeology*. 41(1), pp. 64-79.

H

HANSON, N. (2002) – *The Great Fire of London: In That Apocalyptic Year, 1666*, New Jersey: John Wiley and Sons.

HASLAM, A. (2004) – *Assessment of an archaeological evaluation, excavation and watching brief at Belvedere Road, Faversham, Kent*, London: Pre-Construct Archaeology (texto policopiado).

HARDIMAN, J. (1988) – *History of Galway*. Galway: City Hall Press.

HART, R. (1970) – *English Life in the Seventeenth Century*. London: Wayland Publishers.

HERN, L. (1904) – *Kwaidan: Stories and Studies of Strange Things*, Boston: Houghton, Mifflin and Co.

HESPANHA, A. (1993) – Carne de uma só carne: para a compreensão dos fundamentos histórico antropológicos da família em época moderna. *Análise Social*. vol. 28, pp. 951-973.

HESPANHA, A.(coord.) (1998) – *História de Portugal. O Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa.

HESPANHA, A. (1994) – As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político em Portugal – século XVII, Coimbra: Almedina.

HIBBERT, C. (1980) – *London. The Biography of a City*. London: Penguin Books.

HODKINSON, B. J. (1999) – Summary report on two sites in the medieval town of Limerick. *North Munster Antiquary Journal*. vol. 39, pp. 13-76.

HORSEY, I. (1992) – *Excavations in Poole 1973-1983*. Dorchester: Dorset Natural History and Archaeological Society.

HOSKINS, W. G. (1956) – English Provincial Towns in the Early Sixteenth Century, *Transcriptions of the Republic Historical Society*, série 5, n° 6, pp. 1-9.

HURLEY, M.; SCULLY, O.; McCUTCHEON, S. (1997) – *Late Viking Age and Medieval Waterford. Excavations 1986-1992*. Waterford: Waterford Corporation.

HURST, J. (1977) – Spanish imported pottery into Medieval Britain. *Medieval Archaeology*. 21, pp. 68-105.

HURST, J. (1985) – *Poole Imports. General Comments. Old Orchard Car Park excavation Report*. Poole: Poole Museum.

HURST, J. (1986) *Pottery Produced and Traded in North-West Europe. 1350-1650*. Rotterdam Papers. VI. Rotterdam: Foundation ‘Dutch Domestic Utensils’. Museum Boymans-van Beuningen.

HURST, J. (2000) Imported ceramics studies in Britain. *Medieval Ceramics*. 24, pp. 23-30.

I

INWOOD, S. (1998) – *A History of London*, London: Macmillan.

ISIDRO, S.; SIMAS, F. (1996) – *Dicionário de Marcas de Faiança e Porcelanas Portuguesas*. Lisboa: Estar.

J

JARRET, C. (2002) – Some domestic ceramics from the site of Henry Doulton’s Drain Pipe factory at Lambeth Bridge House, Lambeth Road, Lambeth, London, SE1. *Medieval Ceramics*. vol. 26.

JEFFERY P. (1996) – *The city churches of Sir Christopher Wren*, London: Hambledon Press.

JEREMIAH, J. (2005) – *The Bristol Avon: A Pictorial History*, Bristol: Phillimore & Co. Ltd.

JEWITT, L. (1873) – *A History of Plymouth*, Oxford: Oxford University.

JOHNS, C. (2008) – *Dogs: history, myth, art*. London: The British Museum Press

JOHNSON, N. (1991) – *Eighteenth Century London*. London: Museum of London.

JONES, R. (1986) – *Excavations in Redcliffe 1983-5: survey and excavation at 95-97 redcliff Street*. Bristol: City of Bristol Museum and Art Gallery.

JONGE, C. H. (1969) – *Delft Ceramics*, Londres: Pall Mall.

K

KEIL, L. (1919) – *Faianças e tapeçarias: dissertações de concurso ao lugar de conservador do Museu Nacional de Arte Antiga*. Elvas: Tipografia Progresso

KEIL, L. (1938) – A faiança de Hamburgo e as suas analogias com a cerâmica portuguesa. *Boletim da Academia Nacional de Belas Artes*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.

KEIL, L.; PESSANHA, D. (1947) – *Exposição de Faianças Artísticas Portuguesas (cópias de originais dos séculos XVII a XIX)*. Lisboa: Imp. Barreiro.

KELSO, W. (1979) – Rescue archaeology on the James. Early Virginia country life. *Archaeology*, 32, pp. 15-25.

KENT, O. (2005) – *Pots in Use: Ceramics, behavior and change in the early modern period, 1580-1700*. Phd Thesis, Staffordshire University (texto policopiado).

KILFEATHER, T. (1967) – *Ireland. Graveyard of the Spanish Armada*, Dublin: Anvil Books Ltd.

KILLOCK, D.; MEDDENS, F. (2005), Pottery as Plunder, a 17th century maritime site in Limehouse, London. *Post-Medieval Archaeology*, 36, pp.

KING, C. (2009) – The interpretation of urban buildings: power, memory and appropriation in Norwich merchants' houses, c. 1400-1660, *World Archaeology*, vol. 41 (3), pp. 471-488.

KIRKMAN, J. (1974) – *Fort Jesus. A Portuguese Fortress on the East African Coast*. Oxford: University Press.

KISTE, J. (2009) – *Plymouth History and Guide*, Plymouth: The History Press Ltd.

KOJ, P. (1993) – A bagagem dos primeiros portugueses vindos para Hamburgo, in: *Actas do 4º Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Hamburgo: Universidade de Hamburgo, pp. 1023-1029.

KOWALESKI, M. (1992) – The port towns of fourteenth-century Devon. In *The New Maritime History of Devon; Volume 1: From early times to the late eighteenth century*, London: Conway Maritime Press.

L

LACEY, B. (1988) – The Development of Derry, 600-1600, in *Keimelia: Studies in Medieval Archaeology and History in Memory of Tom Delaney*, Galway, pp. 378-96.

LACEY, B. (1990) – *Siege City: the story of Derry and Londonderry*, Belfast: Common Press.

LAHAUSSOIS, C. (2008) – *Delft – Faïence*, Paris: Réunion des musées nationaux.

LANGHAM, G. (2006) – Excavations at 25, Fore Street, Totnes. Exeter: Exeter Archaeology (texto policopiado).

LANGHANS, F-P. (1942) – As antigas corporações dos ofícios mecânicos e a Câmara de Lisboa, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa

LANGHANS, F-P (1943) – As Corporações dos ofícios mecânicos: subsídios para a sua história, Lisboa: Imprensa Nacional.

LATIMER, J. (1908) – Sixteenth-century Bristol, Bristol: J. W. Arrowsmith

LAVANHA, J.B. (1622) – *Viagem da catolica real magestade del rei D. Filipe II. N. S. ao reino de Portugal e relação do solene recebimento que nele se lhe fes S. Majestade*, Madrid: Tomas Junti.

LEAL, C. C; FERREIRA, M. A. (2007) – Cuidados de higiene e de saúde em uma comunidade monástica do século XVII: o caso do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra. *Portugália*, Nova série, vol. XXVIII.

LEÃO, M. (1991) – Notas sobre a Olaria Gaiense no século XVII. *Boletim do Grupo de Amigos de Gaia*. 36. Gaia, p.21-24

LEÃO, M. (1995) – A Olaria Vilanovence no século XVII. *Boletim do Grupo de Amigos de Gaia*. 40. Gaia, p.37-48.

LEÃO, M. (1993) – Oleiros Quinhentistas de Vila Nova. *Boletim do Grupo de Amigos de Gaia*. 46. Gaia, p.47-52

LEÃO, M. (1999) – *A Cerâmica em Vila Nova de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

LEÃO, M. (2004) – A louça de Ovar e Aveiro na Barra do Douro. *Olaria*. 3. Barcelos. Museu de Olaria, pp. 31-40.

LEÃO, M. (2007) – *Cerâmica saída da barra do Douro no século XIX*, Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

LEGG, R. (2005) – *The Book of Poole Harbour and Town*, Poole: Halsgrove.

LEITE, C. (1993) – *Hospital Real de Todos os Santos. Séculos XV a XVIII*. Lisboa, Museu da Cidade.

LENNON, C. (1994) – *Sixteenth Century Ireland*, Dublin: Gill & MacMillan.

LEPIERRE, C. (1899) – *Estudo chimico e tecnologico sobre a cerâmica portuguesa moderna*. Lisboa: Imprensa Nacional.

LIMA, A. (1995) – Representação de objectos cerâmicos na pintura medieval e moderna, in: *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 473-474.

LIMA, T. (2008) – O significado social da louça doméstica no Brasil Império (século XIX) e no Brasil Colónia (séculos XVII e XVIII): algumas possibilidades e muitos limites, in: *Actas das 4as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 292-324.

LOGUE, P.; O'NEILL, J. (2006) – Excavations at Bishop's Street Without: 17th Century Conflict Archaeology in Derry City. *Journal of Conflict Archaeology*. vol. 2, pp. 49-75

LOPES, S. (1939) – Cerâmica Brasonada. *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*

LOUREIRO, J. (1937) – *A Casa dos Vinte e Quatro de Coimbra: subsídios para a sua história*, Coimbra: Biblioteca Municipal.

LOVATT, A. (1989) – Excavation of a medieval and later features at New Street, Bideford. *Proceedings of the Devon Archaeological Society*. 47.

LUCENA, J. (1933) – A cerâmica na história. *Cerâmica e Edificação*, 50.

M

MACAULAY, L. (1979) – *The History of England*, Londres: Penguin.

MACDONALD, D. (2001) – *The New Enciclopedia of Mammals*, Oxford: University Press.

MAGALHÃES, J. C. (1967) – *História do Pensamento Económico em Portugal. Da Idade Média ao Mercantilismo*. Coimbra: Coimbra Editora Lda.

MANGUCCI, A. (1996) – Olarias de louça e azulejo da freguesia de Santos-o-Velho dos meados dos séculos XVI aos meados do século XVIII. *Almadan*. Almada. Centro de Arqueologia de Almada, pp. 155-168.

MANGUCCI, A. (2003) – A pesquisa e a análise de documentos como contributo para o estudo das olarias de Lisboa, in: *Actas das 3as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 425-436.

MANGUCCI, C. (2003a) – A Estratégia de Bartolomeu Antunes, mestre ladrilhador do Paço (1688-1753), *Almadan*, II série, nº 12, pp. 135-141.

MANGUCCI, A. (2006) – Da louça ordinária e não tão ordinária que se fazia em Lisboa em 1767. *Cenáculo. Boletim on-line do Museu de Évora*, p.1-8.

MARKEN, M. (1994) – *Pottery from Spanish Shipwrecks, 1500-1800*, Gainesville: University Press of Florida.

MARQUES, A.; FERNANDES, L. (2006) – Palácio dos Marquesses de Marialva. Intervenção arqueológica. *Património Estudos*, nº 9, pp. 195-206.

MARTIN, C. (1979) – Spanish Armada Pottery. *The International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration*. 8, pp. 279-302.

MARTÍNÉZ-CAVIRÓ, B. (1984) – *Cerâmica de Talavera*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones científicas instituto Diego Valazquez.

MARTÍNÉZ-CAVIRÓ, B. (1991) – *Cerâmica Hispanomusulmana Andalusi e Mudéjar*. Madrid: Editiones El Viso.

MATOS, A. (1933) – Cerâmica Armoriada. *Cerâmica e Edificação*, 50

MATOS, M. (1992) – Kraakporselein,. In *Do Tejo aos Mares da China, uma epopeia portuguesa*. Queluz: Palácio Nacional de Queluz/ Musée des Arts Asiatiques.

MATOS, M. (1994) – A porcelana chinesa: referência essencial na faiança portuguesa de seiscentos. In *A Influência Oriental na Cerâmica Portuguesa do século XVII*. Lisboa: Museu Nacional do Azulejo.

MATOS, M. (1996) – *Cerâmica Chinesa da Casa Museu Dr. Anastácio Gonçalves*. Lisboa: Instituto Português dos Museus.

MATTOSO, J. (1994) - *História de Portugal - No Alvorecer da Modernidade - Vol. III (1480 - 1620)*, Lisboa: Editorial Estampa.

MAYER, G. (2010) – *The Tudors: The Complete Story of England's Most Notorious Dynasty*, London: Delacorte Press.

MAYHEW, H. (1965) – *London Labour and the London Poor*, Oxford: University Press.

McKEE, A. (1963) – *From Merciless Invaders: The Defeat of the Spanish Armada*, London: Souvenir Press.

McLACHLAN, J. (1940) – *Trade and Peace with Old Spain, 1667-1750*, Cambridge: Cambridge University Press.

MEENAN, R. (1992) – A survey of late medieval and early post-medieval Iberian pottery from Ireland. In *Everyday and Exotic Pottery from Europe, c.650-1900, Studies in Honor of John G. Hurst*. Exeter: Oxbow Books, pp. 186-193.

MECO, J. (1989) – *O Azulejo em Portugal*, Lisboa: Alfa.

MEIRA, A. (1953) – Cerâmica Portuguesa. Bibliografia e notas. *Douro Litoral, Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História*. 5ª série. V-VI, pp. 50-79.

MEIRA, J. M. (2001) – Argilas: o que são, suas propriedades e classificações, in: *Comunicações Técnicas*. Lisboa: Visa Consultores.

MELO, A. (1886) – *Apontamentos para a história da cerâmica em Coimbra*. Coimbra, Portugal.

MELLO, U. (1979) – The shipwreck of the galleon Sacramento – 1668 of Brazil. *The International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration*. vol. 8, pp. 211-228.

MESQUIDA GARCIA, M. (2002) – *La cerámica de Paterna Reflejos del Mediterráneo*. Valencia: Museo de Bellas Artes de Valencia

MESQUIDA GARCIA, M. (2005) – Paterna centro productor de cerámica dorada en la Edad Media, in *Actas del VI Congreso Iberico de Arqueometria*, Girona: Universidad de Girona, pp. 7-20.

MITCHELL, V.; SMITH, K. (1992) – *Branch Lines to Exmouth*. Midhurst: Middleton Press.

MOITA, I. (1992) - *V Centenário do Hospital de Todos os Santos*, Lisboa: Correios de Portugal.

MONCADA, M. (2008) - *Faiança Portuguesa século XVI a século XVIII*, Lisboa: Scribe.

MONTEIRO, J. (1994) – A influência oriental na cerâmica portuguesa do século XVII. In *A Influência Oriental na Cerâmica Portuguesa do século XVII*. Lisboa: Museu Nacional do Azulejo.

MONTEIRO, J. (2002) – Um prato da Restauração e a opção pelo Oriente na faiança portuguesa do século XVII, *Oceanos*, 7, pp. 54-64.

MONTEIRO, P. (2007) – Rendas de cobalto, motivo decorativo na faiança do século XVII, *Revista de Artes Decorativas*, nº 1, Porto: Citar, pp. 183-192.

MONTEYNE, J. (2007) – *The printed image in early modern London*, Londres: Ashgate.

MOREIRA, R.; CURVELO, A. (1998) – A circulação das formas. Artes portáteis, arquitectura e urbanismo. In *História da Expansão Portuguesa (Do Indico ao Atlântico 1570-1697.*, vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 532-550.

MOSELEY, B. (2010) – *The Encyclopaedia of Plymouth History*, Plymouth: Plymouth Press.

MONTE, G. (1984) – *A olaria eborense: séculos XIV a XIX*. Évora: Gráfica Eborense.

MULLINS, P. (2007) – Ideology, Power, and Capitalism: The Historical Archaeology of Consumption. In *A Companion to Social Archaeology*. London: Blackwell Publishing, pp. 195-211.

MUSACCHIO, J. (2004) – *Marvels of Maiolica. Italian Renaissance Ceramics from the Corcoran Gallery of Art Collection*, Charlestown, Bunker Hill.

N

NABAIS A.; RAMOS, P. (1991) – Referências históricas do Porto de Lisboa, Lisboa: Administração do Porto de Lisboa.

NEVES, M. J.; ALMEIDA, M.; BASÍLIO, L.; DIAS, G.; FERREIRA, M. T.; GONÇALVES, F. (2006) – “Casa do Mosteiro” (Celas, Coimbra). *Almadan*. 14. Almada, pp. 38-47.

NOLAN, W; POWER, T. (1992) - *Waterford History & Society: Interdisciplinary Essays on the History of an Irish County*, Waterford: Geography Publications.

NOONAN, D. (2001) – *The Daily Telegraph Castles & Ancient Monuments of Ireland: A Unique Guide to More Than 150 Historic Sites*, Dublin: Aurum Press.

O

O’BOAILL, R. (1993) – Recent excavations in Medieval Carrickfergus. *Carrickfergus and District Historical Journal*. vol. 7, pp. 54-62.

O’BOAILL, R. (1998) – Further excavations in Medieval Carrickfergus. *Carrickfergus and District Historical Journal*. vol. 9, pp. 25-32.

O'BOAILL, R. (2007) – *Carrickfergus Castle. Historic Monument*. Belfast: Environment & Heritage Service.

O'BRIEN, M. C. e O'BRIEN, C. C. (1972) – *A Concise History of Ireland*. Norwich: Jarrold and Sons Limited.

O'NEILL, T. (1987) – *Merchants and Mariners in Medieval Ireland*. Dublin: Irish Academic Press.

OLIVEIRA, C. R (1938) – *Sumario em que brevemente se contem Algumas Cousas (assim Ecclesiáticas como Seculares) que há na Cidade de Lisboa*, Lisboa, 3ª ed. Org. por Austo Vieira da Silva.

OLIVEIRA, F. N. (1620) – *Livro de Grandezas de Lisboa*. Lisboa: Impressão Régia

OLIVEIRA, L. (1916) – *Subsídios para a historia da ceramica portuguesa: considerações sobre a escola de azulejos dos noviços no Convento das Freiras de S. Thiago de Palmella*. Porto: Oficinas do Convento do Porto.

OLIVEIRA, L. (1916a) – *Considerações sobre as primitivas faianças portuguesas: faianças lisbonenses dos séculos XVI e XVII*. Lisboa : Imprensa Comercial

OLIVEIRA, L. (1920) – *Exposição retrospectiva de ceramica nacional em Vianna do Castello no anno de 1915*. Porto: "O Commercio do Porto".

OLIVER, G. (1861). *History of the City of Exeter*, Exeter: William Roberts.

O'NEILL, T. (1987) – *Merchants and Mariners in Medieval Ireland*. Dublin: Irish Academic Press.

ORSER, C. (2006) – The Archaeologies of Recent History: Historical, Post Medieval and Modern World. In *A Companion to Archaeology*. London: Blackwell Publishing, pp. 272-290.

ORTIGÃO, R. (1891) – *A fábrica das Caldas da Rainha*, Porto, Tipografia Ocidental

ORTON, C. (1988) – Post-Roman Pottery. In *Excavations in Southwark 1973-76, Lambeth 1973-79*. London: Museum of London. Department of Greater London Archaeology, pp. 295-364.

ORTON, C; TYERS, P.; VINCE, A. (2003) – Pottery in Archaeology.
Cambridge: Cambridge University Press.

O’SULLIVAN, A.; BREEN, C. (2007) – *Maritime Ireland. An Archaeological
of Coastal Communities*, Stroud: Tempus.

P

PAIS, A. (2007) – A policromia na faiança portuguesa de exportação do século XVII, *Revista de Artes Decorativas*, nº 1, Porto: Citar, pp. 33-64

PAIS, A.; MONTEIRO, J. (2003) – *Faiança Portuguesa na Fundação Carmona e Costa*. Lisboa: Assírio & Alvim.

PAIS, A.; MONTEIRO, J.; HENRIQUE, P. (2003) – *Real Fábrica de Louça ao Rato*, Lisboa: Instituto Português dos Museus.

PAIS, A. N.; PACHECO, A.; COROADO, J. (2007) – *Cerâmica de Coimbra. Do século XVI-XX*. Coimbra: Edições Inapa.

PARTHESIUS, R.; MILLAR, K.; JEFFERY, B. (2005) Preliminary Report on the Excavation of the 17th-Century Anglo-Dutch East-Indiaman *Avondster* in Bay of Galle, Sri Lanka. *International Journal of Nautical Archaeology*. vol. 34 (2), p. 216 .

PARVAUX, S. (1968) – *La Céramique Populaire du Haut Alentejo*. Paris : Presses Universitaires de France.

PEARCE, J. e SCHOFIELD, J. (1998) – A rare delftware Hebrew plate and associated assemblage from an excavation in Mitre Street, City of London. *Post-Medieval Archaeology*, 32.

PEIXOTO, R. (1900) – *As olarias de Prado*. Porto: Imprensa Moderna.

PENDERY, S. (1999) – Portuguese tin-glazed earthenware in seventeenth century New England: a preliminary study. *Historical Archaeology*. 33, pp. 58-77.

PENTEADO, P. (2000) – Confrarias, in: *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa: Circulo de Leitores, pp. 459-470.

PEREIRA, G. (1886) – *Estudos Eborenses*. Evora: Minerva Eborensis

PEREIRA, P. (1993) – *Hospital Real de Todos os Santos: séculos XV a XVIII: catálogo*. Lisboa: Câmara Municipal.

PEVSNER, N. (1962) – London I: The Cities of London and Westminster.

PERCIVAL, A. (1985) – *The Great Explosion at Faversham*, Faversham: City Council.

PHILLIPS, A. (2004) – *Colchester: a history*, Colchester: Phillimore & Co Ltd.

PHILLIPS, B.; PHILLIPS, H. (1868) – A short account of the Parish of Bermondsey, with notes on its boundaries, collected by B. & H. L. P., and intended to commemorate the perambulation of the Parish On Holy Thursday, London: John Fenton.

PICCOLPASSO, C. (2006) – *Les trois livres de l'art du potier: qui traitent non seulement de la pratique mais aussi brièvement de tous ses secrets, matière toujours tenue cachée jusqu'à aujourd'hui*, Casteldurante, Revue de la céramique et du verre, trad. Jean Marie Lhôte.

PICKARD, C. (2000) – *Former York Clinic, 117 Borough High Street and Nag's Head Yard Workshop. Archaeological report*, Londres: Pre-construct Archaeology (texto policopiado).

PIERCY, R. (1998) – A escavação do Santo António de Tanna, um navio português naufragado no porto de Mombaça. *Almadan*. II série. nº 7, pp. 135-140.

PONSFORD, M.W. (1973) – *Greyfriars Building Lewin's Mead – excavation report*. Bristol Museum

PONTE, S.; MIRANDA, J. (2002) – Tomar arqueológica: o sonho e a realidade. In *Actas do 3º Encontro de Arqueologia Urbana*. Almada: Câmara Municipal de Almada, pp. 37-43.

POPE, P. (2004) – *Fish into Wine: The Newfoundland Plantation in the Seventeenth Century*, Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press.

POTTER, M. (2006) – *The Government and the People of Limerick. The History of Limerick Corporation/City Council 1197–2006*, Limerick: Limerick County Council.

PORTER, R. (2000) – *London: A social history*, London: Penguin.

PORTUGAL, M. (1939) – *As Letras Portuguesas na Nossa Faiança*. Lisboa: s.n.

POWER, P (1933) – *A short history of County Waterford*, Waterford: Waterford News.

PROSTES, P. (1907) – *Indústria Cerâmica*, Lisboa: Bibliotheca de Instrução e Educação Profissional.

Q

QUEIROZ, J. (1907) *Cerâmica Portuguesa*. Lisboa: Typografia do Anuário Commercial.

QUEIROZ, J. (1913) *Olarias do Monte Sinai*. Lisboa: Typografia Castro Irmão.

QUEIROZ, J. (1948) – *Cerâmica Portuguesa e outros Estudos*. Lisboa: Editorial Presença.

R

RABUZZI, M. (1997) – Butterfly etymology. *Cultural Entomology*, nº 4

RAPOSO, M. (1985) – *A Representação de Objectos de Uso Doméstico na Pintura da Primeira Metade do Século XVI em Portugal*, Dissertação de Mestrado em História de Arte na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (texto policopiado). Lisboa.

RANCE, A. (1986) – *Southampton. An Illustrated History*. Southampton: Milestone.

RAU, V. (1954) – Subsídios para o estudo do movimento dos portos de Faro e Lisboa durante o século XVII. *Anais*. II série. vol. 5. Lisboa, p. 199-268.

RAU, V. (1961) – Fontes para o Estudo da Economia Marítima Portuguesa, In: *Estudos de História Económica*. Lisboa: Edições Ática, p.65-87.

RAU, V. (1984) – *Estudos sobre História Económica e Social do Antigo Regime*, Lisboa: Editorial Presença.

REAL, M.; REIMÃO, R. (1996) – As origens da produção de faiança na cidade do Porto. *Olaria*. 1. Barcelos. Museu de Olaria, pp. 79-86.

REAL, M.; GOMES, P.; TEIXEIRA, R.; MELO, R. (1995) – Conjuntos cerâmicos da intervenção arqueológica na Casa do Infante: Porto. Elementos para uma sequência longa – séculos XIV a XIX In *Actas das Ias Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 171-186.

REGO, M.; MACIAS, S. (1994) – Cerâmicas do século XVII do Convento de Santa Clara (Moura). *Arqueologia Medieval*. 3. pp. 171-186.

REIMÃO, R. (1998) – 1808: produção e comércio de cerâmica no Porto e em Gaia. *Olaria*. 2. Barcelos. Museu de Olaria, pp. 63-69.

RIBEIRO, E. (1927) – *Anatomia da cerâmica portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

RIBEIRO, V. (1911) – Ceramistas no século XVIII. *Archivo historico portuguez*, Vol. IX. Lisboa

RICE, P. (1987) – *Pottery Analysis. A Sourcebook*. Chicago: University of Chicago Press.

RIGBY, J. (2006) – Princesshay-Exeter, Exeter: Exeter City Council.

ROCHA, A. S. (1954) – *História, topografia e etnografia: materiais para a história da Figueira nos séculos XVII e XVIII*. Figueira da Foz: s.n.

ROSAS, L.; PEREIRA, M. (1991) – Arte e Nacionalidade – Uma proposta de Yriarte a propósito da Exposição de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola de 1882, *Revista da Faculdade de Letras*, nº 8, pp. 327-338.

ROSEN, J. (1995) – *La Faience en France. Du XIVe au XIXe siècle. Histoire et Technique*. Paris : Editions errance.

ROTH, C. (1978) – *History of Jews in England*, Oxford: Oxford University Press.

RUBIO NAVAS, J. (2003) – Monografía sobre recursos minerales de cobalto en España, Madrid: Instituto Geológico y Minero de España.

S

SABROSA, A. (2008) – As Faianças da Casa Côrte-Real, Largo do Corpo Santo, Lisboa, In *Actas das 4as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela pp. 109-142.

SABROSA, A.; CARVALHO, E.; JULIÃO, T. (2003) – Um forno medieval no Palácio da Vila (Sintra), *Almadan*, II série, nº 12, pp. 196-197.

SABROSA, A. e SANTO, P. (1992) – Almada medieval/moderna – um projecto de investigação. *Almadan*. nº 1. 2ª série. Almada. Centro de Arqueologia de Almada, pp. 5-12.

SAMPAIO, A. (1931) – - *Cerâmica portuguesa*, Lisboa: Empreza do Diário de Notícias

SAMPAIO, J.; SOICASAU, A. (1927) – *Barcelos: resenha histórica-pitoresca-artística*,

SAMUEL, E. (1958) – Portuguese Jews in Jacobean London. *Transactions of the Jewish Historical Society of England*. vol. XVIII, pp. 32-54

SAMUEL, E. (1961) – The First Fifty Years, in Three Centuries of Anglo-Jewish History. London: Vivian D. Dipman.

SANCHÉZ PACHECO, T. (1993) – *Summa Artis: Cerámica Española*, 42, Madrid:

SANDÃO, A. (1965) – *Faiança Portuguesa dos séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Civilização.

SANDÃO, A. (1966) – Singularidades da Faiança Portuguesa. *Colóquio*, nº 37, pp. 42-46.

SANDÃO, A. (1967) Cerâmica da Antiga Botica Portuguesa. *Colóquio*, nº 45, pp. 10-14.

SANDELL, E. (1980) – *Southampton through the ages: a short history*, Southampton: Southampton Museum.

SANTONJA, J. (2003) – La producción cerâmica en Daniya – Dénia – en el siglo XI, in: *Actas das 3as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 61-78.

SANTOS, A. V. (1951) – *A cerâmica em Portugal*. 1951

SANTOS, M. (2005) – *Sondagens arqueológicas no Largo de Jesus (freguesia das Mercês, Lisboa)*. Relatório Final (texto policopiado).

SANTOS, M. (2007) – Largo de Jesus. Contributo para a História Incógnita de Lisboa Antiga. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 10(1), pp. 381-399.

SANTOS, R. (1956) – A Faiança do século XVI nos primitivos portugueses. *Panorama*. 4.

SANTOS, R. (1960) – *Faiança Portuguesa, Séculos XVI e XVII*. Porto: Galaica.

SANTOS, R. (1970) – Oito séculos de arte portuguesa, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.

SANTOS, V. (2006) – Copa e área de serviço do Palácio dos Marqueses de Marialva, *Património Estudos*, nº 9, pp. 207-212.

SASSON, H. (1981) – Ceramics from the wreck of the portuguese ship at Mombassa. *Azania*. nº 16, pp. 97-130.

SAXBY, D. (2010) – Jacob's Island, bounded by Mill Street, George Row, Jacob Street and Bermondsey Wall West, SE1, Londres: MOLAS.

SAYER, K. (2004) – *Former London City Mission, Paradise Street, SE16*, *Archaeological report*, Londres: Pre-construct Archaeology.

SCHOFIELD, J. (2002) – *London Waterfront Tenements*, Londres: Museum of London.

SCHOFIELD, H.; LEA, R. (2005) – *Holy Trinity Priory, Aldgate, City of London*, *MOLAS Monograph 24*, Londres: MOLAS

SEBASTIAN, L.; e CASTRO, A. S. (2009) A Faiança Portuguesa no Mosteiro de S. João de Tarouca: metodologia e resultados preliminares. *Almadan*. 2ª série. nº 16. Adenda electrónica, p. IX.

SEIJO ALONSO, F. (1977) – *Cerámica Popular en la Región Valenciana*. Alicante: Villa.

SEQUEIRA, A. (1921) – *Collections "Comte de Ameal": catalogue descriptif*. - Lisbonne: Empresa de Móveis

SEQUEIRA, M. (1967) – Subsídios da Faiança nacional como prolegómenos à Real Fábrica de Louça. In: *Depois do terramoto: subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa

SERRÃO, J. (1994) – *O tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil: 1580-1668: estudos históricos*. Lisboa: Colibri.

SERRÃO, J. (1990) – O Quadro Económico. In *História de Portugal. O Antigo Regime*, Lisboa: Editorial Estampa, pp. 67-112.

SHAW, L. (1989) – *Trade, Inquisition and the English Nation in Portugal, 1650-1690*. Manchester: Carcanet.

SHAW, L. (1998) – *The Anglo-Portuguese Alliance and the English Merchants in Portugal. 1654-1810*. Aldershot: Ashgate.

SHILLINGTON, V.; CHAPMAN, A. (1907) – *The Commercial Relations of England and Portugal*. London: George Routledge & Sons Ltd.

SIDERI, S. (1970) – *Trade and Power. Informal Colonialism in Anglo-Portuguese Relations*. Rotherdam: Rotherdam University Press.

SILVA, J. F. (1804) – *Arte do louceiro, ou tratado sobre o modo de fazer as louças de barro mais grossas : traduzido do francez*, Lisboa: Impressão Régia

SILVA, M. (1950) – Elementos para o estudo da influência oriental na decoração da cerâmica portuguesa (séculos XVI-XVIII) In *XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*. tomo VIII. 7ª secção. Lisboa: Ciências Históricas e Filosóficas.

SILVA, M. (1998) – *Faianças Portuguesas: Coleção António Espírito Santo*. Lisboa: Fundação Ricardo Espírito Santo Silva.

SILVA, R. e GUINOTE, P. (1998) – *O Quotidiano de Lisboa dos Descobrimentos – Roteiro Arqueológico e Documental dos Espaços e Objectos*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

SIMÕES, J. S. (1971) – *Cerâmica decorativa moderna portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

SIMÕES, J. S. (1997) – *Azulejaria em Portugal no século XVII*. 2 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Simpósio Internacional de Cerâmica: Alcobaça 87. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SIMPSON, M.; DICKSON, A. (1981) – *Excavations in Carrickfergus, County Antrim, 1972-79: A summary report on the excavations directed by the late T.G. Delaney*, *Medieval Archaeology* 25, pp. 78-89.

SMITH, D. (1998) – *A History of the Modern British Isles, 1603-1707*, London: Blackwell.

SMITH, T. (1906) – *Itinerary of John Leland*. Carbondale: Southern Illinois University Press.

SOMBART, W. (1967) – *The Quintessence of Capitalism: A Study of the History and Psychology of the Modern Business Man*. New York: Howard Fertig.

SOUSA, F. L. (1984) – *A Vida de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, Lisboa, ed. mod.

SOUSA, J. (1976) – A propósito da cerâmica armoriada. *Armas e Troféus*. nº 2. Braga: Oficina Gráfica Livreira Cruz

SOUSA, J.; SÃOPAYO, M. (1962) – *Louça Brasonada, Subsídios para a sua História*. Porto: Livraria Fernando Machado.

SPELLISSY, S. (1998) – *The History of Limerick City*. Limerick: The Celtic Bookshop.

- STAPF, S. (1997) – *Faiança Portuguesa, Faiança de Estremoz*. Toledo.
- STEAD, P. M. (2003) – Excavation of the Medieval and Later Waterfront at Dung Quay, Plymouth. *Proceedings of the Devon Archaeological Society*. 61.
- STENTON, D. (1970) – *Preparatory to Anglo-Saxon England Being the Collected Papers of Frank Merry Stenton*, Oxford: Oxford University Press.
- STEVENSON, R. (1999) – Platform Wharf imported pottery: potters' inspiration or stock-in-trade?. *Medieval Ceramics*. vol.23, pp. 152-153.
- STEVENSON, R. (2001) – A find of *terra sigillata* at Pier Head, Blackwall, London. *Society for Post-Medieval Archaeology Newsletter*.
- STODDART, E. (2001) – Picking up the pieces: seventeenth century tin glaze earthenware from Ferryland, Newfoundland. In *A Collection of Papers presented in the 33rd annual meeting of the Canadian Archaeological Association*. Ontario: Ontario Archaeological Society, pp. 1-7.
- STROUD, A. (1999) – *Stuart England*, Londres: Routledge.
- STUART, R. (2004) – *Shipyards, Granaries and Wharves, Maritime Rotherhithe, History Walk B*. Londrs: Southwark Council.
- SULLIVAN, T. (1978) – T. D. Sullivan, *Bantry, Berehaven and the O'Sullivan Sept*, Cork: Tower Books.
- SWEETMAN, P. (1980) – Archaeological excavations at King John's Castle, Limerick. *Proceedings of the Royal Irish Academy*. vol. 80, pp. 217-227.
- SYDENHAM, J. (1986) – *The History of the Town and County of Poole*. Poole: Poole Historical Trust.

T

- TAVARES, P. (1982) – A cerâmica Coimbra no século XVII. In *A cerâmica em Coimbra*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.

TEAGUE, D.; HAMMETT, E. (2000) – Barnstaple. A History and Celebration, Barnstaple: Francis Frith.

TEICHNER, F. (1995) – A ocupação do centro de Évora da época romana à contemporânea. Primeiros resultados da intervenção do Instituto Arqueológico Alemão (Lisboa). In *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 17-32.

TEIXEIRA, R.; DORDIO, P. (1998) – Como por ordem em 500 000 fragmentos de cerâmica? Ou discussão da metodologia de estudo da cerâmica na intervenção arqueológica da Casa do Infante (Porto). *Olaria*. Barcelos. 2. Museu de Olaria, pp. 115-124.

THOMAS, C. (1994) - *Spitalfields Market (former), Spitalfields Residential Development, Spital Square, Lamb Street, Nantes Passage, Folgate Street, E1, Archaeological report*, London: MOLAS (texto policopiado).

THOMAS, C. (2004) - *Spitalfields (Ramp), Spital Square, 280 Bishopgate, E1. Archaeological report*, Londres, MOLAS (texto policopiado).

THOMSON, J. (1994) - *Victorian London Street Life in Historic Photographs*, London: Dover Publications.

TOLMAN, T.; LEWINGTON, R. (2001) – *Collins Butterfly Guide: The Most Complete Field Guide to the Butterflies of Britain and Europe*, Londres: Harper Colin.

TORRES, C. (s.d.) – *Um forno cerâmico dos séculos XV e XVI na Cintura de Lisboa. Mata da Machada – Barreiro*. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro.

TORRES, C. (1985) – A cintura industrial da Lisboa de quatrocentos. Uma abordagem arqueológica. In *1383-85 e a Crise Geral dos séculos XIV e XV*.

TRINDADE, L.; DIOGO, D. (1997) – Intervenção arqueológica na Travessa da Madalena, nº 18 (Lisboa). *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*. 3. Lisboa. Assembleia Distrital de Lisboa, pp. 67-80.

TYLER, H. (2004) - Two centuries of rubbish: excavations at an 18th and 19th century site at 12–18 Albert Embankment, Lambeth, *Surrey Archaeological Collections*, 91, pp. 105–136.

TYLER, K; BETTS, I; E STEPHENSON, R. (2008) – *London's Delftware Industry. The tin-glazed pottery industries of Southwark and Lambeth*, Molas Monograph, 40, London: Museum of London.

V

VALENTE, V. (1931) – *Jerónimo Rossi: fidalgo ceramista*. Gaia: Pátria

VALENTE, V. (1936) – *Uma dinastia de ceramistas: elementos para a história das fábricas de loiça de Massarelos, Miragaia, Cavaquinho e Santo António do Vale de Piedade*. Porto: Imprensa Moderna.

VALENTE, V. (1949) – *Cerâmica Artística Portuguesa dos séculos XVIII e XIX*. Porto: Livraria Fernando Machado.

VASCONCELOS, C. (1921) – *Algumas palavras a respeito dos púcaros de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade

VASCONCELOS, J. (1875) – *Conde de Raczynski (Athanasivs): esboço biographico*, Porto: Imp. Portuguesa.

VASCONCELOS, J. (1883) – *Exposição de Cerâmica. Sociedade de Instrução do Porto*. Porto: Sociedade de Instrução do Porto.

VASCONCELOS, J. (1883) – *História de Arte em Portugal*. Porto: Typographia Elzeviriana.

VASCONCELOS, J. (1884) – *Cerâmica Portuguesa: série III*. Porto: Typographia Elzeviriana.

VASCONCELOS, J. (1907) – *Indústria de Cerâmica*. Lisboa: Livraria Aillaud e Bertrand.

VASCONCELOS, J. (1907) – *Catálogo de cerâmica portuguesa: antiga colecção A. M. Cabral*, Porto: Typografia Universal.

VASCONCELOS, J. (1924) – *A Fábrica da Vista Alegre: apêndice ao livro do seu centenário, 1824-1924*. Lisboa: Fábrica da Vista Alegre.

VEECKMAN, J. (1994) – Iberian Unglazed Pottery from Antwerp (Belgium). *Medieval Ceramics*. 18, pp. 9-18.

VENN, T. (1955) – “An Introduction to Crediton”. *Report & Transactions of the Devonshire Association*, 87, pp. 25-29.

VIEIRA, A. (1941) – *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

VILA, R. (1986) – Vila Nova de Gaia – Centro de Azulejaria. *Boletim do Grupo de Amigos de Gaia*. 22. Gaia, p.21-24

VINCE, A. (1984) – A note on the petrology of the Spanish and Portuguese tin-glazed wares. In *Medieval and Post Medieval Finds from Exeter, 1971-1980*. Exeter: Exeter City Council.

VINCE, A. G. (1985) – The processing and analysis of the medieval pottery from Billingsgate Lorry Park 1982, in Herteig, A E (ed) *Bergen 1983, Conference on Waterfront Archaeology in North European Towns* 2, 157-68, Historisk Museum, Bergen.

VINCE, A. (1995) – Trade in pottery around the northern sea. *Medieval Ceramics*. 19, pp. 3-9.

VITERBO, J. (1865) – *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam*, Lisboa: A. J. Fernandes Lopes.

VITERBO, F. (1922) – A cerâmica lisbonense nos princípios do século XVII. *Arqueologia e História*. I, pp. 7-10.

VITERBO, F. (1988) – Dicionário histórico e documental dos arquitectos engenheiros e construtores portugueses ou a serviço de Portugal, Lisboa: INCM.

VITORINO, P. (1930) – *Cerâmica portuense*. Gaia: Apolonio.

W

WEATHERILL, L. (1983) – The growth of the pottery industry in England, 1660-1815, *Post Medieval Archaeology*, 17, pp. 15-46.

WEATHERILL, L. (1983) – Consumer Behavior and Material Culture in Britain, 1660-1760, London: Routledge.

WEATHERILL, L; EDWARDS, R. (1971) –Pottery making in London and Whitehaven in the late 17th century, *Post Medieval Archaeology*, 5, pp. 160-181.

WEDDELL, P. (1980) – Excavations at 3-5 Lower Fore Street, Exmouth. *Proceedings of Devon Archaeological Society*, n° 38, pp. 91-115.

WHITE, W. (1850) - *Gazetteer and Directory of Devon*, Sheffield.

WIGGINS, K. (2000) – *Anatomy of a Siege. King John's Castle*. Limerick: Wordwell.

WILCOXEN, Charlotte (1999) – Seventeenth-century Portuguese Faiança and its Presence in Colonial America, *Northeast Historical Archaeology*. Society for Historical Archaeology. 28: 1-20.

WILKINSON, P. (2006) – *The Historical Development of the Port of Faversham 1580-1780*. A comprehensive historical and archaeological investigation into the maritime organization of the port, London: Archaeopress.

WILLIAM, N. (1955) – The London port books. *Transactions of the London and Middlesex Archaeological Society*. vol. 18, pp. 13-26.

WILSON, B. (2004) – *The Hive: The Story of the Honeybee*. London, Great Britain: John Murray.

WILSON, C. (1979) – *England's apprenticeship. 1603-1763*. London: Longman.

WOOD, M. (2010) – The Story of England, Londres: Viking.

WOODWARD, E. (1979) – *A History of England*. Londres: Methuen Co Ltd

WOOLF, M. (1975) – Foreign trade of London Jews in the seventeenth century. *Transactions of the Jewish Historical Society of England*. vol. XXIV, pp. 38-58.

X

XAVIER, A. V. (1805) – *Arte da louça vidrada*, Lisboa : Impressão Régia.

Y

YOUNGS, S. (1985) – Medieval Britain and Ireland in 1984. *Medieval Archaeology*. vol. 29, p. 161.

Sítios na internet

Post Card Even

<http://postcard-heaven.co.uk>

London Archaeological Archive and Research Centre

<http://www.museumoflondonarchaeology.org.uk/English/ArchiveResearch/>

My art prints

<http://www.myartprints.com>

Pre Construct Archaeology

<http://www.pre-construct.com/>

Aberglasney house and gardens

<http://www.aberglasney.org/>

Francis Frith photos

<http://www.francisfrith.com>

Faversham market town of kings

http://www.faversham.org/pages/gallery_folder.aspx?i_PageID=1814&i_PageIndex=24&i_FolderID=36

London's Guide

http://london.lovesguide.com/george_botolph.htm

Old picture postcards

<http://www.oldpicturepostcards.co.uk/poole.htm>

Dunboy Castle

http://en.wikipedia.org/wiki/Dunboy_Castle

Emerald Isles Gifts

<http://www.emerald-isle-gifts.com>

Apêndice 1

Regimento dos Oleiros da Cidade de Lisboa (1572) (seg. Correia, 1926).

1º - No mes de Janeiro de Cada hũ anno os officiaes do officio dos oleiros assi de louça vermelha como de vidrada, e telheiros serão chamados pelo mordomo de seu officio e se ajuntarão em cada hũa casa que elles para isso ordenarem e os juízes que então acabão cõ seu escrivão darão juramento dos Santos Evangelhos a todos os que presentes forem que bem e verdadeiramente sem odio nem affeição dee cada hũ sua voz a dous homes que aquelle anno hão de servir de juízes e examinadores do dito officio. E tendo assi dado juramento aos ditos officiaes os ditos Juizes com o seu Escrivão se apartarão para hũ cabo da dita casa onde terão posta hũa mesa, e ahy perguntarão a cada hũ dos ditos officiaes per si sob cargo do dito Juramento que receberão a quaes dão a sua voz para aquelle anno vindouro de juízes e examinadores do dito officio e o q. cada hũ disser em segredo o escrivão o escreverá.

E pela mesma manr.^a elegerão hũ Juiz do officio de louça verde vidrada e outra de louça branca vidrada para aquelle anno, outrossi servirem de examinadores dos ditos officios, e assi elegerão Juiz do Corpo dos telheiros para examinador do dito officio. E acabado assi de perguntar os ditos officiaes elles Juizes alimparão a pauta cõ o dito escrivão. E em outro papel poerão per letra aquelles officiaes que mais votos tiveram para aquelle ano servirem de Juizes e examinadores dos ditos officios.

2º - E pela mesma maneira e no dito dia q. elegerem os ditos Juizes e examinadores elegerão outro official do corpo dos oleiros de louça vermelha por escrivão para servir aquelle anno cõ os Juizes. E depois de os ditos Juizes e escrivão serem eleitos irão a Camara para lhe ser dado Juramento dos Sanctos Evangelhos que be e verdadeiramente sirvão seus cargos, e para os assentarem no livro da Camara como he costume. E aquelles Juizes examinadores e escrivão q cõ esta solenidade não forem eleitos não usarão dos ditos cargos sob pena de qualqr que o cõtr.^o fizer do tronco pagar mil rs a metade para as obras da cidade e a outra para quem o accusar.

3º - E os officiaes que sairem por examinadores hũ anno não servirão o mesmo cargo dahi a três annos cõtados do dia em q acabare seu anno salvo se no officio dos vidreiros e telheiros houver tão poucos officiaes que seja necessário fazer se delles

eleição antes do dito tempo. E pela mesma maneira o que sair por escrivão salvo não havendo outra pessoa do dito offiço que saiba escrever por que então poderaa servir ate outra eleição em q o aja.

4º - E nenhua pessoa assi natural como estrangeiro que dos ditos offiços quizer usar e poer tenda o poderaa fazer sem primº ser examinado pelos examinadores que para isso são eleitos. O qual exame se faraa em casa do Juiz do offiço de que o exame se faz a que elles serão presentes, para que vejão se o tal offiçal faz obra conveniente per que mereça ser aprovado. E sendo o examinado de louça vidrada seraa presente o Juiz do seu officio cõ os dous da louça vermelha. E sendo telheiro pela mesma maneira.

5º - E o official que se examinar quizer de louça vermelha saberaa muj bem lavrar e temperar o barro e conservalo cõ sua area segundo convem a qualquer lavor.

Item saberaa enfornar de todo e cozer a louça, como deve para desengano do pouo.

Item saberaa muj bem fazer talhas de agoa que serão Igoaes da grossura do barro e tenham bõs fundos e cheos.

Item saberaa fazer cantaros e potes para ter agoa de meo almude e atenores e quartões que será tudo muito bem feito e acabado e como cumpre saber qualqr bõ official.

Item saberaa fazer quaesquer panelas e azados que lhe forem demandados.

Item saberaa fazer muj bem almotalias pucaros e candieiros e quasquer outras cousas meudas que lhe forem demandadas.

6º - E o que se quizer examinar de louça vidrada verde saberaa fazer alguidares grandes e pequenos e frigideiras e tijellas de fogo.

Item panellas de mea arroba cada hua.

Item panellas mais pequenas e de toda a sorte

Item almotolias grandes e pequenas.

Item saberaa fazer tachos.

Item enfusas de toda a sorte

Item pratos de toda a sorte.

Item faraa canos para telhados de cinco palmos.

Item faraa hu feruidor.

Item faraa malegas grandes que chamão vermelha.

Item faraa escudelas de feição de porcelana

Item saberaa enfornar, vidrar, e cozer.

Item saberaa fundir o chumbo em hua fornalha de modo que se faça em poo muito meudo e se pineire.

Item saberaa moer a area que se lhe bota e peneirala.

Item saberaa deitar lhe o cobre por seu peso.

7º - E o que se quiser examinar de louça branca de talaueira saberaa fazer hũ almofia de boticairo que leve meo lquere de qualquer cousa que lhe botarem.

Item faraa outra almofia grande de pee.

Item faraa hũ prato grande que se chama galinheiro.

Item hũa albarrada de canada de agoa.

Item toda hua botica cõ suas arredomas e botões e panellas que levem ate arroba.

Item saberá enfornar, vidrar e cozer.

8º - E o que houver de examinar de telheiro e tijoleiro saberaa lavrar e cozer e tomar fogo como cumpre a hu bõo offiçial.

9º - E aos que forem examinados na maneira sobredita e forem havidos por habiles e pertencetes para poerem tenda lhes passarão sua carta de examinação assinada por todos os examinadores e feita pelo escrivão de seu cargo. A qual leuarão da Camara para laa ser vista e confirmada e se registrar no livro en q as tas cartas se registrão.

10º - Da qual se examinação o offiçial que assi examinar pagaraa trezentos rs. E sendo estrangeiro seisçentos rs de que serão as duas partes para as desp.^{as} do dito offiçio e a terça parte para os examinadores e o escrivão levaraa da carta dez rs.

11º - E qualquer official dos ditos officios que daqui em diante tenda poser sem primr.º ser examinado da manr.^a sobredita seraa preso e da cadea onde jaraa quinze dias pagaraa dous mil rs a metade para a cidade e a outra para quem o accusar. E a mesma

penna hauera qualqr offiçial não sendo examinado que tomar obra dos ditos offiços para fazer fora da tenda do offiçial examinado.

12º - E quando algu offiçial dos ditos offiços se poser a examinar se não souber fazer as sobreditas peças os ditos examinadores o não examinarão e lhe mandarão que vaa aprender e do dia que se poser a tal examinação a seis meses o não tornarão a examinar. E passados os ditos seis meses então se poderaa poer outra vez aa examinação. E sendo apto lhe passarão sua carta e não o sendo o tornarão outra vez a mandar aprender outros seis mezes. E assi o farão tantas vezes quantas acharem que não sabe fazer como deve as peças da sua examinação. E os examinadores que o assi não fizeram e antes do dito tpo o tornarem a examinar pagarão dous mil rs a metade para as obras da Cidade e a outra a quem o accusar.

13º - E sendo caso que os ditos examinadores fauoravelmente ou por peita ou por qualqr respeito ou malícia derem por sufficientes aquelles que o não forem e lhes derem lugar q ponhão tenda, da cadea onde estarão trinta dias pagaraa cada hũ quatro mil a metade para as obras da Cidade e a outra para quem os accusar.

14º - E os examinadores dos ditos offiços não examinarão seus filhos, parentes cunhados ou criados. E quando qualquer dos sobreditos se quizer examinar faraa a petição aa Camara para lhe ser ddo hu dos Juizes do anno passado qual a cidade bem parecer para o examinar em lugar do examinador suspeito. E qualquer dos examinadores que o contr.º fazer pagaraa dous mil rs. a metade para a Cidade e a outra metade para quem o accusar, e a tal examinação não será valiosa.

15º - E serão avisados os ditos examinadores que nenhu per si soo examine offiçial algu senão sendo ambos juntos, sob a mesma pena.

16º - E mandão que nenhũ oleiro seja tão ousado q desenforme forno algũ de louça nem de bula cõ elle tanto que for cozido sem primeiro Ir chamar os ditos Juizes do offiço para elles Irem ver o tal forno se a louça é feita desenganadamente como lhe manda seu regimento por serem Informados que os ditos oleiros muitas vezes faze a louça de maneira que tanto que a poem no fogo estala assi por ser mal cosida como por ter pouca areia. E da louça que os ditos Juizes acharem que he feita como não deue e mal cozida farão auto e o trarão a câmara para se mandar o que for Justiça e qualquer dos ditos oleiros que abrir forno sem ir chamar ao menos hũ dos ditos Juizes do tronco

onde estaraa cinco dias pagaraa dous mil rs a metade para as obras da Cidade e a outra metade para quem o accusar. Assi por desenfornar sem o fazer a saber como por lhe ser achada louça feita contra ser regimento em prejuízo do pouo. E sob a mesma pena os mesmos Juizes farão esta diligencia ttantas vezes quantas souberem que os fornos da louça são cozidos, ou os vierem chamar para os verem, e assi buscarão as casas dos oleiros para verem se tem louça escondida que seja como não deue.

17º - Item mandão que nenhua pessoa q louça vender a venda no resio desta cidade saluo nos dias de feira, e en as tres festas do anno – SS natal, pascoa, e Pentecostes, porq nos dous dias antes de cada hua das ditas festas e poderão vender no dito resio e fazendo o contrario serão presos e da Cadeia pagarão mil rs a metade para a Cidade e a outra para quem o accusar.

18º - Item mandão que todo o oleiro que fazer louça vidrada se a não exacotar lhe seja quebrada a obra que lhe for achada e do tronco pague mil rs a metade para a Cidade e a outra para quem o accusar.

19º - Item Mandão que nenhum telheiro assi desta cidade como do termo que tijolo fizer faça em cada fornada mais tijolo rebatido que a terça parte d'elle, e a demasia seraa daluenaria e forcado, sob pena de qualquer que fazer mais tijolo rebatido que a terça parte da cadea onde estaraa dez dias pagar dous mil rs a metade para as obras da Cidade e a outra para quem o acusar.

20º - Item Mandão que o tijolo daluenaria seia de palmo e quarto de craveira e a sua anchura per meada. E o tijolo mazaril seia de palmo e meo e sua anchura per meada e o tijolo de portal Seia de palmo e quatro dedos de craueira de longo e hu palmo de ancho, e que a grossura de todo o tijolo Seia pela marca e vitola que estaa na Camara desta Cidade, e que o contr.º fazer da cadea pagaraa vinte cruzados a metade para a Cidade e a outra metade para quem o acusar.

21º - E sob a mesma pena mandão que toda a telha que se fazer Seia de dous palmos e meio de longo e hum palmo em boca conforme ao padrão da cidade.

22º - Item mandão que nenhum official Seia ousado fazer telha ou tijolo amassado cõ agoa salgada nem o traga a vender a esta cidade, e o que contrario fazer da cadea pagaraa a mesma pena de vinte cruzados a metade para as obras da Cidade e a

outra para quem o accusar, por não ser obra duravel e ser grande engano po pouo, e a mesma pena haverá quem fazer telha ou tijolo cõ agoa dos tanques.

23º - Item Mandão que nenhum obreiro dos ditos officios laure por peças ssomente por Jornal como sempre se costumou, porque doutra maneira he prejuizo do pouo, e qualquer obreiro que lhe for prouado que fez o contrario e laurou por peças, e não por Jornal pagara quinhentos rs e os mestres das tendas que nellas consentirem laurar os ditos obreiros por peças encorrerão em pena de mil rs, e os Juizes do dito officio pagarão outros mil rs sendo lhes prouado q o souberão e não acudirão a isso. E mandão os ditos Juizes que quando examinarem algum official lhe dem Juramento dos sanctos evangelhos que usem deste cargos como se nelle contem.

24º - Item mandão aos telheiros que cada anno facao entre si mordomo q teraa o Cuidado de arrecadar por seu officio o que cada hũ for taxado para despesa da festa do Corpo de Deos, e assi de quaesquer outra pessoas que pelo tempo em diante occorrere. E o dinheiro que assi arrecadarem entregarão aos mordomos dos oleiros como a cabeça do officio, e os que forem examinados se Irão assentar no liuro do dito officio dos oleiros, e esto cõpirão sob pena de dous mil rs para as obras da cidade.

25º - E declarão que os oleiros não seruirão, no dia de corpo de deos mais que cõ doze castellos, e cõ seus oir nossa Snora de Agosto como he costume nos outros officios.

26º - E os juizes dos oleiros terão cargo de trinta em trinta dias vizitar as tendas dos officiaes e fazer correição cõ o escrivão e assi todas as mais vezes que lhes parecer e visitarão outrosi cõ cada hum dos Juizes da louça vidrada e branca e dos telheiros os officiaes dos ditos officios, e as obras que acharem que não são feitas como deuem tomarão e levarão aos almotacees para se fazer nisso o que for Justiça e se dar o castigo ao official cõforme aa culpa que lhe for achada. E esta diligencia farão sem odio nem affeição nem outro algu modo ou espécie de malícia. E os Juizes que nas ditas obras engano e falsidade achare e a dissimularem per qualquer via que Seia e não fizerem diligencia para se fazer a dita execução cõtra os culpados pagarão dez cruzados a metade para as obras da cidade e a outra para quem o accusar.

27º - E mandão aos officiaes dos ditos officios que quando quer que os ditos Juizes chegarem as suas tendas para lhas visitarem lhes obedeção e lhes mostrem as obras de seus officios que quiserem para verem se há alguas malfeitas e como não

deuem para se fazer nellas execução sob pena de qualquer que desobediete for a cidade lhe dar por isso o castigo que lhe bem parcer da desobediência que o tal official cometter cõtra os ditos Juizes ou qualquer delles o dito escrivão faraa auto e leuara a Camara para regimeto lhes acudão cõ diligencia, e fação nisso justiça.

28º - E qualquer official que for chamado per parte dos ditos Juizes e examinadores para algũ ajuntamento ou para ver algumas obras sobre que aja diferença e for revel e não vier não tendo licita excusa de impedimento pagaraa duzentos rs a metade para a cidade e a outra para as despesas do offiçio os quais officiaes serão chamados e requeridos pelo mordomo que servir no tal tempo como he costume no dito offiçio. E o mordomo que deixar algu official por chamar pagaraa cinquenta rs por cada hu. e qualqr porteiro do concelho que for requerido pelos ditos Juizes para fazer alguma oenhora sobre a execução das ditas penas o faraa cõ diligencia sob pena de ser castigado.

29º - E nenhu offiçal dos ditos offiços seraa tão ousado q tome he recolha em sua casa aprendiz nem obreiro que estiver cõ outro official em quanto durar o tempo que o tal obreiro ou aprendiz for obrigado a estar cõ o seu amo nem lhe fallaraa nem mandara fallar per outrem. Sob pena de qualqr que o contr.º fazer pagar dous mil rs a metade para a cidade e a outra para quem o accusar e o tal obreiro ou aprendiz tornaraa para casa do seu amo.

30º - E per este mandão aos almotacees das execuções meirinho da cidade e alcaides della que hora são e ao diante forem que sendo requeridos pelos ditos Juizes por alguma cousa que seia necessaria para comprimento e execução do que toca a este regimeto lhes acudão cõ diligencia, e fação nisso Justiça.

31º - E mandão outrosi a qualquer porteiro do concelho e homes dos alcaides desta cidade que sendo requeridos pelos ditos examinadores para fazerem alguma execução de sença ou mandado de almotações ou qualquer outra cousa que outrosi toque a cõprimento e execução deste regimento o cumprão e lhes seião obedientes. E não o fazendo assi a cidade lhes daraa por isso o castigo que merecerem.

Apêndice 2

Regimento dos oleiros de Coimbra (1623) (seg. Carvalho, 1921).

Aos oito dias do mez de Julho de mil seiscentos e vinte e tres annos n'esta cidade de Coimbra e torre de camara d'ella aonde estavam juntos Jorge d'Andrade Correa, Juiz de Fora com alçada por sua Magestade n'esta cidade e termos, Francisco de Moraes e João Ferraz Velho vereadores e Lopo d'Andrade procurador geral da cidade e Francisco de Mariz um dos mesteres da meza todos juntos fizeram vereação e ouviram partes. Diogo de Carvalho Pinto o escrevi.

N'esta camara se fez um regimento para os olleiros e malegueiros estando os mais d'elles presentes, que o aceitaram e o theor d'elle irá lançado n'este livro. Andrade Moraes, Ferraz Velho, Francisco de Maris, Andrade.

Primeiramente assentaram que assim como há tres officios de ollaria, s. de louça branca, verde e amarella, e de barro singello, que d'hora em deante haja em cada um dos ditos officios seu juiz para examinar com algum adjunto cada um em seu officio, como se costuma e que n'estes exames sennão entremettam de um officio para outro.

Que todos os aprendizes para se examinarem tenham seis annos inteiros aprendido com official aprovado e mostrem certidão d'elle na forma costumada, e antes pedirá licneça à camara para o examinarem, e o juiz que sem ella o fizer pagará seis mil reis para a camara e accusador e de cada exame levará duzentos reis e o escrevão um tostão.

Quando alguém se examinar fará as peças seguintes, s. no officio de olleiro um cantaro, uma talha, um alguidar de sacco de pão, em presença do juiz, e as mais peças que elle ordenar; no officio de verde e amarelo fará uma fornada, em que irão um alguidar grande, e um tenor de almude; e no de branco fará uma botica com todas as peças que n'ella se requerem.

Que ninguem possa pôr tenda sem ter as alfaias necessárias para o seu officio, s. no de louça branca, verde e amarella terão moinho, fornalhas, colheres, pisões e mais as peças necessarias em cada um dos officios de olleiros.

Nos officios de vidro se lançará a cada arroba de vidro seis arrates de areia, antes mais que menos, e quando algum se examinar o juiz estará presente a ver-lhe para a tempera do vidro e os terá preparados sem lhe faltar nada.

Para louça singella o barro será terçado com areia, e não se colherá senão em Antezude ou em Alcarraques.

Que de São Martinho não venha barro para louça alguma vidrada branca nem vermelha.

Que ninguem possa coser louça na caldeira; e os que fizerem telha e tijollo o farão de muito bom barro e a ca quatro carros de barro se ha de misturar um de lodo, não mais: e serão obrigados a ter formas de tëlha e tijôlo de alvenaria e forçado e a aferil-as cada anno com o aferidor da cidade.

Que não possam cozer louça em forninho pequeno sem licença do juiz do officio.

Que ninguem poderá desenfornar fornada alguma sem primeiro chamar o juiz do seu officio, o qual verá se a louça esta cosida como convem, e achando que o não está o fará coser quanto for necessario.

Quando os juizes novos tomarem juramento, que os velhos lhe leam o regimento de seus officios; quando algum se examinar tomará juramento de guardar este regimento alem do mais que no velho se contem.

Quando ficar de algum dos ditos officiais molher viúva, que d'hoje em diante não possa ter tenda aberta sem ter n'ella official examinado e approvedo no officio que usar.

Que ninguém faça louça com agoa suja, nem da runa, nem do charco e que tudo cumprirão com pena de seis mi, réis, metade para o accusador e outra para a cidade.

Apêndice 3

Regimento dos oleiros e malagueiros de Coimbra (1573) (seg. Carvalho, 1921).

Aos vimte E seis dias do mes de mayo de mill quinhentos sassenta E nove Anos em esta cidade De Coimbra E tore de va^{ção} della omde estavam Diogo de Castilho vereador e Juiz pela ordenação e Jorge Barbosa E Ant^o Ltam E o Dtor P^o Barbosa vereadores E Simão Trauacos procurador Da cidade estamdo presentes Jmo Frco e P^o Pdores dos vimte e quatro dos mesteres e estado asi todos Juntos fizerão vação e ouuyrão ptes Po cabrall o spvj.

Regimento acerca de como os oLejros e male^{gros} hão

J nesta câmara praticarão que jha grande Dissolução Amtre os oLejros e male^{gros} na louça que lavravão a quall logo quebraua. como a punha em quallquer seruiço das casas Do que todo o pouo se queixava por a muita perda que nisto Recebia cada huu em sua casa E querendo acudir a jso tomarão enformação a maneira E Regimento que se teria para que a dita Lousa não quebrasse E auida enformação deste caso p pás que bem emtenDião este negocio acharão que a dita lousa quebrava por jncôvenientes que nyso avia de que vsavão os Ditos oLejros e maleg^{ros} e para boõ Regimento do povo e proveito delle asentarão e mãoDarão que do pregão deste em diamte nenhuu olejro nem maleg^{ro} com pena de dez cruzados E da cadea lavre obra Allgua de lousa cõ ho baro do sitio e barejras de são Martinho do bispo por que este tall não presta pêra outro Efeito nem seruico se não pêra a telha E tijolo e sob a dita pena os ditos olejros nem maleg^{ros} ho levarão nem mandarão leuar a dentro a suas casas senão aos Resios e lugares pcos onde costumão fazer e lavrar a dita telha e tijolo nem os carejros E outras partes lhe levarão o dito baro do ditio sitio se não Aos lugares omde fazem o dito tijollo e não a suas casas nem Aos ditos olejros lhes sera achado Dentro em suas casas o dito baro pêra que não tenham ocasião de ho misturarem cõ baro do sitio dallquaraques de que se lavra a lousa sob pena de quem o cont^{ro} fizer ou se lhe provar quallquer cousas Do sobredito pagar a dita pena.

Item E asi mamdarão que toda a lousa vidrada fosse primeiro cosida em branquo que fosse vidrada aquell louca farião e lavrarião Dos baros dos sítios de treixomill e da povoa do bordallo misturamdo o dito baro tamto de huu como do outro por que por o

exame que Era feito no dito baro de mistura tinhão enformação que se temperava huu cõ o outro e Cõ isso serja o povo mjlor seruido Sob pena de que o contrario fizer encore na dita pena.

Item mandarão mais sob a dita pena que nenhum maleg^{ro} nem outra quallquer pêra que niso tratar enforne fornada De lousa Depois De A ter vidrado Antes que ha meta no forno sem primeiro ser vista pello juiz do officio pêra ver E examinar Se estaa vidrada em cru o quall exame será assi feito peramte huu dos allmotaceis Da cidade cõ ho scripvão da almotacaria della os quaes lhes verão as casas pêra verem se tem outra louca mais que posão vidrar.

Item que nenhuu olejro nem outra parte sob a dita pena lavre nem faça lousa allgua Senão cõ baro dallquaraques misturado cõ ho baro Dademea .ss. duas caradas de baro vermelho Dallquaraques ou dantoSede cõ hua carada de baro branquo Dademea.

Item todo o olejro quamdo amassar baro pêra lavrar lousa o mostrara ao Juiz do officio pêra ver e examinar se leva Mistura allgua do baro do sitio de São Martinho que não serve senão pêra tijolo como Atras se cotem.

Item mandarão mais sob as ditas penas que os officiais do dito officio venhão eleger Juizes para os ditos officios servirem em cada huu Anos os quaes virão eleger nesta câmara pera nella lhes ser tomados seus votos e se eleger sem sobornos Juizes de boas cõsciencias e Autos pera o tall cargo.

Item E asi mais mandarão que Sob a dita pena nenhuu carejro que caretar o dito baro ho tragua senão pêra o vender per medida o quall venderão por cestos que sejam marquados e o preso per que o dito baro se haa de vender os Juizes do dito officio cõ os allmotaceis escrivão dallmotacaria lhes porão seus presos Justos E por os ditos presos de almotacaria venderão o dito baro sob pena de quem o cõtrario fizer encorrerem nas ditas penas de que mandarão fazer estas declarasõys de Acordos digo estas declarasõis De Acordos que asinarão Po carall o screvi cõ A Antrelinha em cru pás e nos Riscados bem cosida Antre Pº caral escrevi.

Apêndice 4

Referências à exportação de louça para Inglaterra e onde estão envolvidos mercadores ingleses nos *Livros da Portagem do Cabido da Sé do Porto*.

ADP/CABIDO/Lv.152/1668/fl. 24v.

Em 24 de maio

Despacho do navio *per* nome *Santa/ Anna* mestre João Mees de Bristol/ para donde vaj com a carga *seguintte/*

Thomas mally oito moyos de sal e vinte/ e cinco dúzias de louza e uma caixa de assucar *Branco/*

jurou o dito mestre não levar mais carga e sinou/

John Many

ADP/CABIDO/Lv.155/1670/fl. 25v.

Em 14 de julho/

despacho do pataxo *per* nome gisaidei/ sva de *que* he mestre João Vitão vizinho/ de ghenac que vaj *pera* a cornoalha com a/ carga *seguinte*

Nicolau Trancalhão vinte e quatro/ pipas e meã de azeite e oitenta du/zias de louca de vila nova e des *arrobas/* de presuntos e hũu carro de louca ver/melha d avejro/

jurou o mestre *nam* levar mais nada/ e assinou

John Vithbar

ADP/CABIDO/Lv.172/1685/fl. 52

Em 8 de dezembro/

Despacho do na/vio *per* nome/ maria mestre João /Lho inglês que/ vaj *pera* a mesma tera

Corim Benlarast dois milhei/ros de adualha e hũa canastra /de louça do norte/

Jurou o mestre não levar mais /nada

John Larapon

ADP/CABIDO/Lv.174/1687/fl. 19v.

Em 13 de março/

Despacho do Pataxo Sanfim/ mestre Guilherme Goden/ veio de Tapsham para a mesma
com o seguinte

Nataniel Roland e *Companhia* vinte e oito caixas/ de cera com setecentos e vinte
arrobas /trinta pipas de azeite, quinze sacos de sumagre/ com cento e cinte *arrobas* três
almudes de azeite com dezoito/ botijas doze presuntos dous barris com oito almudes/ de
vinho quatro caixas de assucar *branco* hũa/ caixom de louça de stremos, dez caixas de
doce de doce (*sic*) com quarenta *arrates*/ seis pipas de vinho maduro com setenta barris
oito *mílheiros*/ de limão cinco *mílheiros* de laranja azeda/ pagou da malatosta do vinho
setenta *reais*

Jurou o mestre não levar mais nada e sinou/

William Godden

ADP/CABIDO/Lv.174/1687/fl. 34

Em 23 de junho/

Despacho da pinaça Jonas mestre guilherme vivian/ veio de Londres *pera* o mesmo
porto/ *com o seguinte*

Joam Lel cento e sessenta *mílheiros* de limam com/ trezentos e trinta e hũa caixoens e
hũa caixam/ de louça de stremos, hũa pipa de vinho maduro com nove/ barris e seis
barris de ghado/

Jurou o mestre não levar mais nada e assinou/

William Vivian

ADP/CABIDO/Lv.136/1655/fl.9

Em 24 de Março/

Despacho do navio per nome a'/pra de *que* he mestre Daniel ginchy/ ingres *pera* as Barbadas com/ o *seguinte*/

Gualter maynostte setentta *pipas* de uinho de que deo de ma/latostas oitocentos e quarenta/ reais e duas *pipas* d azeite e dois/ caixoes de presuntos com 90 *arrobas* e seis caixas com 320 vaj de pano de *linho*/ e hua barqua de louça vermelha d Ovar e quinhentas/ formas e hua trouxinha/ ao Comoros e sehuas e duas *pipas* de alhos/

jurou o mestre não levar mais nada e signou/

Daniel gyychy

ADP/CABIDO/Lv.136/1655/fl.9

Despacho do navio Per nome Pen/ba de *que* he mestre João Darrete/ *que* vaj *pera* as Barbadas com ho/ *seguinte*

Bacharte PAXay sincoenta e coatro *pipas* de vinho de que deu/ de malatostas de que deu mil *reais* e vinte/ e duas *pipas* de azejte em boti/jas e dois moios de sal e duas/ caixas de pano de linho com/ 2v 250 *varas* dois caixoes de pre/suntos com 25 *arrobas* dois caixoes de/alhos e seis caixoes de louca ver/melha e vinte dúzias de lou/ca Branca e mais dojs caixas/ de louca vermelha de lasco *que*/ deu seiscentos e sincoenta reais.

jurou o ditto mestre nam levar mais nada e hasinou

John Bartholomew

ADP/CABIDO/Lv.139/1656/fl.2

Em 8 de janeiro/

Despacho do navio per nome/ *prehança* de que he mestre dieguo/ smite inglês para as Barbadas/ com o *seguinte*/

Burgaste Pixy trinta e sete/ *pipas* de vinho digi quarenta/ *com* vaj de que deu de malatostas quinhentos *reais* e duas/ *pipas* de azeite hũu moio de sal/ des milheiros de louca/

jurou o dito mestre não levar/ mais nada e assinou

Robert Pampista Smyth

ADP/CABIDO/Lv.139/1656/fl.4v.

Em 20 de março/

Despacho do navio Per nome/ *apreads* de Cornby de que he mestre António Mayhonostre *pera* as Barbadas/

Burgaste Pixy sinco *caixas* com 50 *arrobass* de/presuntos seis pacotes/ com 560 *varas* de pano de *linho*/

goalter majnastre onze moios/ de sal ojtenta e seis *pipas* de *vinho*/ de que deu de malatostas mil/ e trinta *reais* e cento e trinta e sete/ *arrobass* de presuntos e trezentas *varas* de pano de *linho* baixo seis *pipas*/ de Azeite em botijas sinco/ carros de alhos seis canastras/ de louca vermelha de avejro/ seis caixoens de louca de villa/ nova com cem dúzias mais/ nove *arrobass* de presuntos/

jurou o dito mestre nao/ levar mais nada e asinou

Anthony Maynorts

ADP/CABIDO/Lv.165/1680/fl.31v.

Em 8 de Agosto/

Despacho do navio Ramo de Thira mestre João Brun/ *que* vejo de Tapasão e vai *pera* a terra nova com a carga *seguinte*/

Item Leadepio de esquinha (...) cinco moyos/ de sal e cinco *pipas* de vinho e treze *pipas* d azeite e trinta duzeas de louca e duas *caixas* de *branco*/

jurou o mestre nam levar mais nada e signou/

John Brown

ADP/CABIDO/Lv.165/1680/fl. 41

Em 25 de *outubro*/

Despacho da sumagua *per* nome Del/fim mestre Samuel Testo que vejo de su/ga da terra nova *que* vai para a terra nova com o *seguinte*/

Guilherme Adão dois moyos de sal/ e meio milheiro d arcos e seis caixos de louca e dois carros de louca verme/lha e hũa pipa d azeite e hũa/ *caixa* de assucar *branco*

Jurou o meste não levar mais nada e asinou/

Samuell Test

ADP/CABIDO/Lv.166/1681/fl. 33v

Despacho do navio Raquel de *que* é mestre/ Roberto Curo de Samallo que vai *pera* a terra nova/ leva o *seguinte*

Pêro Goldeu trinta e oito moyos/ de sal e duas pipas d azeite hũa pipa de vinho e hũa *caixa* d acucar/ branco e dois caixos de louca e dous pacotes de pregos

Jurou o mestre não levar mais nada e sinou/

Robert Court

ADP/CABIDO/Lv.166/1681/fl. 38v

Despacho da fragata fidelidade mestre/ Jorge Lou *que* vejo da terra nova para donde/ vai com a carga *seguinte*/

Guilherme Adão dezasseis moyos de sal e des carros/ de louca d aveyro e sete pipas d azeite e desasseis caixos de louca branca/ e cinco *caixas* d açúcar *branco* e cinco *arrobas* de groselhas/

Jurou o mestre não levar mais nada he sinou/

George Loard

ADP/CABIDO/Lv.170/1682/fl. 35

Despacho do Pataxo ventureiro mestre Roberto/ Glaque veyo de Inglaterra que vai pera a terra nova/ com escala pela ilha da madeira e leva o *seguinte*/

Guilherme Adão trinta pipas de vinho/ e tres pipas d azeite em cinco barris e desasseis carros de louça/ e quatro pacotes de pano de *linho* (...)

ADP/CABIDO/Lv.172/1685/fl. 31

Despacho da sumaca renovação mestre Guilherme Ray/ vejo de Londres pera a terra nova com o *seguinte*/

João Esteves vinte e sete moios de sal quinze pipas de vinho duas caixas/ de assucar branco com dezoito *arrobas* de presuntos/ e três canastras, dous caixoens e cento e vinte dúzias de louça branca e duas pipas de azeite com/ duzentas e cincoenta botijas pagou malatostas das pipas de vinho trezentos e sessenta *reais*/

Henrique vintag pagou de malatostas do anno passado centro e trinta *reais*/

Jurou o mestre não levar mais nada e sinou/

William Ray

ADP/CABIDO/Lv.179/1691/fl.19

Em 27 de abril

Despacho do navio Santiago mestre nicolao Bardin veio de Londres pera a terra nova e leva o seguinte

Roim Vander dorso e Companhia Requim sessenta e sete moios de sal, duas pipas de vinagre tres canastras com duzentos pares de çapatos e dous alqueires de cortiça e quatro *arrobas* de presuntos duas caixas de *branco* quatro barris com setenta e cinco alqueires de feijam e quarenta de bico do preto, dous carros de louça branca grossa.

ADP/CABIDO/Lv.183/1695/fl.47

Despacho do navio/ *per* nome esperança/ mestre Ricardo Corge/ veio de Londres e vai pera/ Inglaterra a nova com/ a carga *seguinte*

Carlos Malome e *Companhia* des pipas de azeite e sete caixas de assucar branco/ cem dúzias de louça de Vila nova/

Jurou o mestre não levar/ mais carga e sinou

Richard Younger Junior

ADP/CABIDO/Lv. 155/1670/fl. 38 v

Despacho do navio [...] de que é mestre J[...] vizinho de Londres *que*/ vai *pera* a ilha da madeira com a carga *seguinte*/

Nicolau Tas[...]lham quatro carros de louca d Aveiro dezoito caixas/ de louca branca de Vila nova com quatrocentas/ dúzias e hũa pipa de azeite/

jurou o mestre nam levar mais nada e sinou/

John Syant

ADP/CABIDO/Lv.156/1673/fl.24v.

Em 25 de dezembro

Despacho do navio *per* nome Saint/ James de he mestre Ricardo ond/ vejo de inglaterra e vai *pera* a ilha da/ madeira leva a carga *seguinte*

Nicolau bravalhão cem carros de louça de aveyro e duas mil formas de barro/ e vinte e cinco pipas de azeite e quatro/ milheiros de arcos e dezoito caixoes de louça branca com trezentas e trinta/ dúzias

(...)

jurou o mestre não levar mais nada e sinou

Richard Hond

ADP/CABIDO/Lv. 165/1680/fl.41

Despacho do Pataxo per nome Reca/dacam mestre Artur Smite vejo de/ Londres vaj
pera a Ilha da ma/deira com o seguinte/

Guilherme Adão vinte carros de louça vermelha e des caixoens/ de louca branca com
quatrocentas dúzias e trezentas dúzias de chapeos de boga e hūu fardo com pano de
linho e hūu fondo com presuntos e dous milheiros de doces/

jurou o mestre não levar mais nada e asinou

Artur Smith

ADP/CABIDO/Lv.170/1682/fl.44

Despacho do Pataxo Flor do Mam mestre bernardo/ Convento veio de Londres para a
ilha da madeira com o seguinte/

David Botsloi e *Companhia* sete milheiros e meio d arcos/ e três caixoens de louca e
cincoenta dúzias de louça branca de villa nova

Jurou o mestre não levar mais nada e signou

Bernard Convent

ADP/CABIDO/Lv.185/1699-1700/fl.8v

Despacho da fragata Lellos mestre cristovam monz/ veio de Inglaterra nova e vai para a
ilha da madeira com o seguinte/

Timóteo Ayres e *Companhia* mil e duzentos alqueires/ de sal e três carros de louça
vermelha de Avey/ro trinta *arrobas* de presuntos e hūa pipa de vinho e cem/ varas de
pano de linho de malatostas doze *reais*/

Jurou o mestre não levar mais carga algũa e assinou/

Christopher Monk

ADP/CABIDO/Lv.170/1682/fl.34

Em 20 de iulho

Despacho do navio saudade/ mestre Samuel hille veyo de Lon/dres e vai pera a ilha do faial/com o seguinte/

guilherme Adão corenta/ mojos de sal e dês pipas/ d azeite com quinhentas boti/jas e oito bar/ris e cinco carros de louca com des caixoens/ com quinhentas dúzias e cinco pipas e três canas/tras com desasseis e des e sessenta e dous milheiros d arcos pagou malalostas duzentas e quarenta *reais*/

nataniel manuell duas caixas de louca *branca* com sessenta dúzias pagou pello mestre setenta e duas *reais*.

pero baldim oito carros de louca

jurou o mestre não levar mais nada he sinou

Samuel Lyu

ADP/CABIDO/Lv.182/1685/fl. 229

Despacho do navio a Bragista, inglês que vai desta cidade pera a ilha terceira

António Francisco cinco mil novecentos e oitenta moios de sal, quarenra/ e dous carros de louca vermelha d Aveiro, oitenta dúzias de louca Bran/ca de villa nova.

Apêndice 5

Referência à importação de louça portuguesa nos *Port Books* ingleses

Londres

E190/40/6

London vj Aprill 1637

In the Christo Maior master a

António Goodin ij^c plates

A referência anterior revela a entrada de açúcar branco do Porto. É comum nestas entradas, quando se omite o porto de origem ser o mesmo que o precedente, pelo que cremos tratarem-se de pratos oriundos daquela cidade do norte.

E190/51/8 fl 5

London xvii January 1666

Andrew murfad in Lisbon

2. xxx^c pantiles - - - - - X

E 190/51/8 fl. 44

Michael Levy per Lemos a Port

clxij onions and White plates - - - - - viij^c - - ij

E190/52/4

Xxij May 1669

Simon Coon in navo sua a St Anto

8. iiij fflandres tiles

E190/52/5

Primo September 1668

Isac Alvares in James at in Jno Johnsom a Lisbon

6. 1 box oh earthen dishes

E190/56/1 fl. 32

London xx January 1671

John Ashby in Ruho partindge a Lisbon

(...) xx boxes china ware (...)

E190/56/1 fl. 44

London xi february 1671

Richard Can in navo sua a Lisbon

18. ij chests of Eartehn ware at xx - - - - - xx - - - - - xx

E190/56/1 fl. 94

London xxvj March 1671

Stephen Boanaft in Rich Women a Lisbon

2. j chest White ware xii^c chests White sugar - - - - - xvj - - - - - iij

E 190/56/1 fl. 99 v

London xxix March 1671

Theodore Carrow in Ruth Warner a Lisbon

75. 1 box of Earthen Ware at l^c - - - - - iij^c - - - - - xij^c

E190/56/1 fl. 134

London xxv Aprill 1671

Samuel Miro in John Simond a Lisbon

23. 1 chest of Earthenware at vij - - - - - x - - - - -vij

E 190/64/1 fl. 18v

London viij January 1675

Theodore Rnoenos Master in Fran Witham a Lisbon

53. ij chests buckets and Earthenware j box aweet matts ij boxes origines j box
oyle ij gallons liquor j case bottle sweet water

free for Lord Troter

E 190/64/1 fl. 55

London xxx January 1675

Richard March in ffrances Wilthow a Lixboa

48. ij chests Port. Earthenware at ij - - - - - x - - - - -ij

E190/65/1

Jar Lunds Maggis in *Captain* Wills Raw a Lixboa

53. ij Chests Bodnastts Earthen Wares v Boxes Sweets/ Mdatos vj Sun^o Box ij
Box as Oringos j barr oyle ij / Bottolles or jarrs of Lignon j Lilloll of sweet Wallors / 1
ffardoll q xx dyards Hourd Cloath all fardo of Costom / *per* White Tres Water Datois

E190/69/1 fl. 178 v

London xxij May 1677

John Graves in Chan cotton dollar a Lixboa

47. 1 box Earthen ware at iij^c - - - - - iij^c - - - - -x^c

E190/69/1 fl. 229

London xx^o July 1677

Rheenos Matio Master Captain Salmon a Lisbon

100. iiij chests earthen pots viij boxes sweet meets iij lamos a box of bacon iiij
Bond sausages ij tons if cheese i^c café bottles.

Free for Lord Trereso Wart

E190/75/1 fl. 135

London 29th April 1678

Robert Whiting in Robert Eduylor a porto

j chest ½ single plates - - - - - v - - - - - viij ob

London 12 Junii 1678

Cco Alcon in Nash Gromthom a Lixa

8. iij chests 20^c plates - - - - - iij - - - - - xvij

E190/78/1 fl. 60

London xxxj January 1677

William Unberland im William Seal a Porto

25. One box qt fifty five pantiles

E190/85/1 fl. 184

George Willowghby in ffrances Appolby a Lisbone

ij brushols pease figs, i chest portigall white ware at ijc iiij bund matts at xc
subsidy xbij: ic

E190/90/1

xxiiij january 1687

Jan Eyros in Jn° footchor a ffigueira

lx ix p ixiii pantiles

E190/92/1

London iij June 1680

José Dolli in Theodoro foramore a Lisbon

Lxxxx & flower brasco at xxij ps Earthenware at xxx ½ ton bacon

London xx August 1680

Theodore Cluttor boosle in Peter Sucher a Lisbon

Earthen ware val at iii &

E 190/93/1

xxiiij february 1679

Albert Williams in Vond Doncalf ab oPorto

j pantiles

E190/102/1

Primo march 1681

Domingues ffrancia in navo Dorandos a Lisbon

15. & ch. earthen ware al xvij

xxvij august 1681

William Birclain *Captain* Trolacony a Lisbon

22. j box ap ix doz dishes White port poms

London xxiiij December 1681

In Hoathen in William Dorandos a Lisbon

Earthen ware at iij

E190/114/7

London iv Aprill 1683

Timoteo De Faria in Nash Wakeman a Lixboa

5. 1 chest Earthen ware at v^c - - - - - viij - - - - j

(...)

Manuel Ricardo Luna ad in Walter Lyle a Lixboa

12. ij chests Earthenware at x - - - - -xij - - - - - iiij

London v Aprill 1683

Manuel Ricardo Luna in Walter Lyle a Lisbon

Damian predict

Lxxvj harmed plates - - - - -x - - - - - xij

E190/114/8

London xii ffebruary 1682

Port Enbaissador in Edmund Dawson a Lisbon

ij chests iiij pots xlvj marmelada cx succads, vij cheeses iiij gallons Orange
flower water j busholer, vi wax candles, v^c chocolat xiiij dozen little cups and vj cups
with paint at xviiij^c - - - - - xviiij - - - - x

E190/131/1

xxix january 1684

Allan Aesworth in Geo Littlefame a ffigueira

53. 1 box Earthenware at ij - - - iij - - - x

Samuel Sale out of Lisbon

54. x chests foot gally tyles

London iij May 1685

Jno Southern in ffrances Ravo a Port

68. xii Cash swroring Earth xiit

London vij May 1685

Pholl Hublon in navo sua a Port

64. Ij Chests xlviiij vazes

E190/143/1

London xj ffebruary 1685

Thimothy Fernand In Jacobs Sand a St. Maria

4. j box j barrel of Earthenware vallued at xxxc

E190/158/1 – fl 340 v

London xxv September 1696

John Tyler in navo sua a Lisbon

1 chest 25 baskets White sugar j chest Earthenware vala t iij - - - - - viij - - - - - x

Bristol

E190/1137/2 fl 12v

In the Isabella of Bristol from Lisbon

1. Jon Waweu 17 cashes o oyle at 7th 900 milvees iiii plates

Exeter

E 190/953/1 fl. 9 v

v April 1655

In the Hoston of Sivonray William Boaven master and merchant

Ffifteen dozenn of earthen ware twenty busholl of Portugall salt

Xxv May 1655

In the Hopewalt bagland Hepon Oliver John Boel Thirty busholle of Portugal
Salt double wine and ffifteen dozen of Earthenware.

Apêndice 6: Quadro com os nomes dos oleiros presentes na documentação

Lisboa

Adrião Gonçalves	Mestre oleiro de louça pintada	16-05-1661 02-02-1668 21-09-1693 02-05-1695	R. do Castelo Picão	Compra a olaria do Castelo Picão Compra a olaria da R. das Madres a Maria Gaspar Testamento. Casado com Francisca Simões Óbito. Um dos oleiros mais abastados de Lisboa Os seus bens vão para a Irmandade do Santíssimo Sacramento
Agostinho Baptista Soares	Mestre oleiro	1750 1750		Arrenda a olaria do Castelo Picão (Santos) Admissão na Irmandade do Santíssimo Sacramento
Agostinho Carvalho	Oleiro	1618 1633	Calçada de Agostinho Carvalho, anterior calçada abaixo	Casou com Bárbara Fernandes Moram na sua casa a mulher, dois filhos, duas criadas, uma cunhada, um tio, dois oleiros, cinco criados e um escravo.
Agostinho Davenes	Pintor de louça	09-12-1670	Rua da Madragoa	Testemunha do testamento de António Pereira, oleiro
Agostinho Martins	oleiro	30-01-1688	N. Sra do Monte das Olarias	Testemunha do testamento de João de Castro, oleiro
Agostinho Santos	oleiro	1733		Filho de João Francisco e mulher Maria Josefa ficam na olaria
Alberto da Costa	Mestre oleiro	1694 05-10-1706 1712	R. do Pé de Ferro R. do Acipreste	Arrenda a olaria da R. do Acipreste / R. Pé de Ferro (Santos) Óbito. Viúva Isabel Rodrigues A viúva ainda paga a Irmandade do Santíssimo Sacramento
Aleixo Francisco	Pintor de louça	1701 1703	Mocambo R. do pé de Ferro	Testemunha do testamento de Maria Carvalha, mulher de António Álvares da olaria da R. das Madres Testemunha do testamento de António Álvares da olaria da R. das Madres
Álvaro Carrasco	oleiro	23-06-1613	Rua do bispo irlandês	Admissão na Irmandade Santíssimo Sacramento
Álvaro da Silva	oleiro	1763 1764	R. da Bela Vista	Testemunha do testamento de Francisco Sales, oleiro Trabalha na olaria da R. da Madragoa
Amaro da Silva	Oleiro	30-08-1718	Tr. do Corvo	Testemunha do testamento de Teresa Josefa
Amaro Gil	oleiro	1676 1694 1698 1699	R. das Madres Rua do Guarda Mor Rua da Oliveira	Trabalha na olaria da R. das Madres de Adrião Gonçalves Dirige e paga a meia décima da olaria da Rua do Guarda-Mor Irmão da Irmandade do Santíssimo Sacramento Casado com Maria João
Amaro Gil		1699		Trabalha na olaria da R. da Oliveira
André Alves Roxo	Ladrilhador	15-10-1684 21-10-1684	R. Ferosa	Testamento. Casado com Jerónima Serrã Óbito. Sepultado no Convento N. S. Jesus

André Gonçalves	oleiro	10-04-1687	Tr. da Cruz	Testemunha do testamento de Paula Andrade, mulher de oleiro
Antão Borges	Mestre oleiro	21-05-1680 13-09-1680	Às olarias ao pé do Monte	Testamento. Casado com Maria Ferreira viúvo de Joana Gracias Óbito. Sepultado em São Roque.
António Álvares	Oleiro	17-11-1627	Olarias de cima	Testemunha do testamento de Sebastião Fernandes, oleiro.
António Álvares	Mestre do ofício de louça pintada	1695 1697 1701 1702 1702		Membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento Morre uma sua escrava Barbosa Morre sua esposa Maria Carvalha Morre António Oliveira seu aprendiz Casa com Maria dos Santos Óbito
António Álvares	Pintor de louça	08-05-1703 1701	R. da Madragoa	Testemunha do testamento de Maria Carvalha, mulher de António Álvares da olaria da R. das Madres
António Antunes	Mestre ladrilhador	1676 1693 1694 1696 1699 1702 02-03-1706 17-01-1709	R. do Pé de Ferro R. do Pé de Ferro R. do Pé de Ferro R. do Pé de Ferro R. do Campo às Inglesas	Admissão na Irmandade do Santíssimo Sacramento Testemunha do testamento de Adrião Gonçalves Proprietário e residente da Olaria do Pé de Ferro Azulejos para a Igreja de São Pedro em Elvas Casado com Inês da Costa Testamento da irmã Simoa dos Santos Morre Inês Costa Óbito
António Antunes	Oficial de oleiro	06-05-1673 06-05-1673 30-01-1681	Freguesia de Santo André	Testamento. Casado com Maria Jerónima Viúvo de Andreza Duarte Óbito. Sepultado em São Roque
António Antunes	Oficial de oleiro	30-10-1711		Testemunha do testamento de Miguel Azevedo, oleiro
António Borges	oleiro	12-08-1659	Às olarias. Freguesia dos Anjos	Testemunha do testamento de Francisco Martins, oleiro
António Braz	Oleiro	12-08-1659	Às olarias. Freguesia dos Anjos	Testemunha do testamento de Francisco Martins, oleiro
António Correia	moço	1699	R do Pé de Ferro	Trabalha na olaria do Pé de Ferro para António Antunes
António da Costa	Oficial de oleiro	1762		Trabalha na olaria da Rua do Olival
António da Costa	Oficial de oleiro	09-09-1712	Tr. do Benedito	Recebe 50 réis de Catarina Pereira, viúva de Domingos Jorge
António da Cruz	oleiro	10-04-1687	Tr. dos Veras	Testemunha do testamento de Paula Andrade, mulher de oleiro
António da Mata	Oleiro	14-02-1718	Olarias aos Anjos	Testemunha do testamento de Maria de Jesus
António da Silva	oleiro	30-01-1668	Ao pé do caracol de N. Sra da Graça	Testemunha do testamento de João de Castro, oleiro
António da Silva	Oleiro	19-02-1705	Atrás dos lugares das olarias. Anjos	Testemunha do testamento de Manuel Borges, oleiro
António da Silva Pepino	Mestre ladrilhador	14-07-1694	Mocambo (Santos)	Testemunha do testamento de Manuel Nunes Guizado, oleiro
António de Araújo	Oficial de oleiro	30-10-1711		Testemunha do testamento de Miguel Azevedo, oleiro

António de Gouveia	Oleiro	1729			Trabalha na olaria do Castelo Picão (Santos)
António de Oliveira	Oleiro	12-03-1617		Porta Grande	Admissão na Irmandade Santíssimo Sacramento
António de Sousa	Mestre oleiro	1752 1762		Ao Castelo Picão	Trabalha na olaria da R. da Oliveira para Isabel de Santiago Arrenda a olaria da R. da Oliveira
António de Sousa	Oficial de oleiro	1729			Trabalha na olaria da R. do Acipreste/R. Pé de Ferro (Santos) para António Rodrigues de Almada
António de Sousa	Pintor de louça	12-06-1701		R. das Olarias	Testemunha do testamento de Antónia Antunes, viúva de oleiro
António de Sousa	Pintor de louça	19-01-1711		R. Larga das Olarias	Testemunha do testamento de Manuel Dias de Oliveira, oleiro
António Dias	oleiro	23-10-1613 20-01-1614		Rua de São Bento	Admissão na Irmandade Santíssimo Sacramento A sua olaria serve de referência a uma morada na R. do Guarda Mor
António Dias		1668		R. das Madres	Testemunha da compra da olaria da R. das Madres por Adrião Gonçalves
António Dias	Pintor de louça	09-12-1670		R. das Madres	Testemunha do testamento de António Pereira, oleiro
António Dias	oleiro	15-10-1707		Anjos	Testamenteiro do testamento de Lourenço João, oleiro
António do Vale	Oleiro	11-08-1665			Testemunha do testamento Ageda Agostinho mulher de oleiro
António Domingo	oleiro	18-10-1719			Mencionado no testamento de seu irmão José da Costa.
António dos Santos	Oficial de oleiro	30-10-1711			Testemunha do testamento de Miguel Azevedo, oleiro
António Duarte		1695 1700		R. da Oliveira	Arrenda a olaria da R. da oliveira à Irmandade do Santíssimo S. Mordomo da Irmandade do Santíssimo Sacramento
António Duarte	Oleiro	04-12-1605		Anjos	Casa com Maria Duarte
António Fernandes	Oficial de louça pintada de Veneza	17-06-1626		Janelas Verdes à Jerónima de Paz	Admissão na Irmandade Santíssimo Sacramento
António Fernandes	Oleiro de louça de Veneza	05-01-1611 16-06-1614 1618		Rua de São Bento Rua do Pé de Ferro	Compra casas térreas na Rua Pé de Ferro Admissão na Irmandade Santíssimo Sacramento Vende a casa na Rua Pé de Ferro casado com Catarina Francisca
António Ferreira	Oficial de oleiro	1712 1719-1723			Aprendiz de Bernardo Francisco na olaria da R. da Madragoa Trabalha na olaria da R. do Guarda Mor
António Ferreira	oleiro	15-11-1718		R. da Oliveira	Testemunha do testamento de Isabel Rodrigues, viúva de oleiro
António Francisco	oleiro	10-04-1687		Tr. dos Veras	Testemunha do testamento de Paula Andrade, mulher de oleiro
António Gomes	Oficial de oleiro	12-08-1717		R. do Acipreste	Testemunha do testamento de Gonçalves da Costa, pedreiro
António Gonçalves	Oleiro	1699 26-12-1701 17-02-1719			Dirige a olaria da R. do Guarda Mor com a ajuda de dois moços Testemunha do casamento de Bernardo Francisco, oleiro Óbito
António Gonçalves	oleiro	1762			Arrenda a olaria à Porta Grande (Janelas Verdes)
António Gonçalves	Oficial de oleiro	1762			Trabalha na olaria à Porta Grande (Janelas Verdes)

António Gonçalves	Oficial de oleiro	1760			Trabalha na olaria do Castelo Picão
António Gonçalves	Oficial de oleiro	1760			Trabalha na olaria do Castelo Picão
António Gonçalves	Oficial de oleiro	1762			Trabalha na olaria da R. do Quelhas para António Rodrigues de Almada
António Gonçalves	Oleiro	30-08-1718		Tr. do Forno	Testemunha do testamento de Teresa Josefa
António Gonçalves	oleiro	18-10-1719		Tr. de frente da Bica dos Anjos	Testamenteiro de José da Costa
António João	oleiro	15-01-1617 23-06-1923		Rua do Olival Janelas Verdes	Morte de sua esposa Admissão na Irmandade Santíssimo Sacramento
António Jorge	Pintor de azulejo	09-09-1700		Aos pais de S. Bento	Testemunha do testamento de Tomé Jorge
António M. Vilhena	oleiro	1697			Pagou a meia décima da olaria da Tr. do Sacramento
António Machado	oleiro	15-10-1707		Por cima da Igreja dos Anjos	Testemunha do testamento de Lourenço João, oleiro
António Martins	Oleiro	19-02-1705		Atrás dos lugares das olarias. Anjos	Testemunha do testamento de Manuel Borges, oleiro
António Matos	Pintor de louça	21-05-1680		Às olarias ao pé do Monte	Testemunha do testamento de Antão Borges, oleiro
António Mendes	oleiro	11-01-1675		Tr. do Benedito. Santa Catarina	Herdeiro de Luísa dos Mártires sua tia.
António Pedroso	Oficial de oleiro	1762			Trabalha na olaria da Rua do Olival
António Pereira	Oficial de oleiro	09-12-1670 21-09-1693 25-03-1696		R. das Madres	Testamento. Casado com Francisca Ramos Testemunha do testamento de Adrião Gonçalves, oleiro Óbito. Sepultado em Santos-o-Velho
António Pinheiro	oleiro	06-10-1702		R. da Oliveira	Testemunha do testamento de Simoa dos Santos, irmã de oleiro
António Rodrigues	Oleiro	12-08-1659		Às olarias. Freguesia dos Anjos	Testemunha do testamento de Francisco Martins, oleiro
António Rodrigues	oleiro	29-12-1695		Às olarias	Mencionado no testamento de Catarina Vale, mulher de oleiro
António Vicente	Oleiro	1635 1665		R. da Oliveira R. do Acipreste	Testemunha a compra da olaria do Castelo Picão por J. Antunes Compra casas na R. de São Bento
Apolinário da Silva	Oficial de ladrilhador	14-07-1694		Mocambo (Santos)	Testemunha do testamento de Manuel Nunes Guizado, oleiro
A ^{to} Rodrigues de Almada	Mestre oleiro	1729 1732 1762		R. da Bela Vista	Arrenda a olaria da R. do Acipreste/R. Pé de Ferro (Santos) Admissão na Irmandade do Santíssimo Sacramento Proprietário da olaria da R. do Quelhas
Bartolomeu Antunes	ladrilhador	1688 1711 1716 1728 1736 1753		Calçada do Monte	Baptizado na Igreja de Nossa Senhora do Socorro Irmandade de São José dos Carpinteiros Casa com Maria Catarina Coloca os azulejos do Palácio de Xabregas Coloca azulejos na igreja da Oliveira Óbito
Belchior de Sequeira	Oleiro	14-02-1718		Olarias aos Anjos	Testemunha do testamento de Maria de Jesus
Belchior Lopes	Ladrilhador	28-02-1649		Campo do Curral. Freguesia Santana	Testamento da mulher Simoa Jorge. Sepultado Santana

Benta Francisca	Mulher de António Gonçalves	1719			Dirige a olaria da R. do Guarda Mor com a morte do marido
Bento de Matos	Pintor de louça	21-05-1680		Às olarias ao pé do Monte	Testemunha do testamento de Antão Borges, oleiro
Bernardo Francisco	Mestre oleiro	26-12-1701			Casa-se com Mariana dos Santos. Filho Francisco de Sales
		1712			Arrenda a olaria da R. Madragoa
		25-05-1716			Morre Mariana dos Santos
		1719			Casa-se com Felícia Caetana Bernarda
		1735		Rua do Guarda Mor	Integra a Irmandade do Santíssimo Sacramento
		25-01-1743		Rua das Trinas	Óbito
Bernardo José	Pintor de azulejos	1763			Trabalha na olaria da R. da Madragoa
Bernardo José	Oficial de oleiro	1760			Trabalha na olaria do Castelo Picão
Bernardo Pereira	Oficial de oleiro	1699			Trabalha na olaria da R. da Oliveira
Bertolo José	Oficial de oleiro	1762			Trabalha na olaria da R. das Madres pertença de Isabel dos Reis
Caetano José	oleiro	1763		Calçado do Monte, às Olarias	Testemunha do testamento de Francisco Sales, oleiro
		1764			Trabalha na olaria da R. da Madragoa
Carlos Rodrigues	oleiro	05-05-1616		Rua de São Bento	Já pertence à Irmandade do Santíssimo Sacramento
Carlos Rodrigues	oleiro	1616		R. de São Bento	Arrenda a olaria do Pé de Ferro (Santos)
Cláudio Gonçalves	oleiro	22-07-1708			Baptizado. Filho de António Gonçalves da olaria R. Guarda Mor
		1743			Admissão na Irmandade do Santíssimo Sacramento
		31-05-1764			Óbito
Clemente Carvalho	Oficial de oleiro	1762			Trabalha na olaria da R. da Oliveira para António de Sousa
Cosmo Rodrigues	Oleiro	17-11-1627			Testemunha do testamento de Sebastião Fernandes, oleiro.
Diogo da Maia	oleiro	1612		Anjos	Testemunha de um casamento
Diogo Dias	oleiro	30-08-1603			Criado de Simão Nunes
					Testemunha do testamento de Catarina Pereira
Dionísio Gomes	oleiro	06-10-1702		R. da Oliveira	Testemunha do testamento de Simoa dos Santos, irmã de oleiro
Domingos Dinis	oleiro	1674			Pagou a meia décima da olaria da Rua do Olival
Domingos Antunes	Ladrilhador	13/10/1685			Casa com Josefa Rodrigues
		1688		Chafariz de Arroios	Baptiza o filho Bartolomeu, futuro ladrilhador
		1702			Coloca azulejos no mosteiro da Congregação em Estremoz
		18/12/1715			Óbito
Domingos Carvalho	oleiro	1673			Mordomo da Irmandade do Santíssimo Sacramento
		1674			Arrenda a olaria da Rua do Guarda-Mor
		1703			Ainda pertence à Irmandade do Santíssimo Sacramento
Domingos Correia	oleiro	05-11-1718			Mencionado no testamento do Irmão Manuel Correia
Domingos da Cruz	Ladrilhador	04-07-1693		Carreira dos Cavalos	Testamento. Casado com Natária da Silva

			08-07-1693			Óbito. Sepultado no Convento dos Capuchos de S. P. Alcântara
Domingos de Carvalho	oleiro		1672-1674	R. do Guarda Mor		Trabalhava na olaria do Pé de Ferro – Bela Vista (Santos)
Domingos Dias	oleiro		1671 1672	À Porta Grande		Mordomo da Irmandade do Santíssimo Sacramento
Domingos Dinis	Oficial de oleiro		1762			Arrenda a olaria à Porta Grande (Janelas Verdes)
Domingos Dinis	oleiro		15-11-1718	R. da Oliveira		Trabalha na olaria da Rua do Olival
Domingos do Souto	Oleiro de louça de Veneza		30-10-1613	Acima do Mosteiro das Inglesinhas		Testemunha do testamento de Isabel Rodrigues, viúva de oleiro
Domingos Duarte	Mestre ladrilhador		1702 1702			Admissão na Irmandade Santíssimo Sacramento
Domingos Duarte	Mestre ladrilhador		1707			Trabalha na olaria Pé de Ferro-Bela Vista
						Casado do Isadora da Silva sobrinha de Simoa dos Santos
						Empresta 150 mil réis e Francisco Duarte da olaria do Pé de Ferro-Bela Vista
Domingos Duarte	Ladrilhador		1728			Coloca os azulejos do Palácio de Xabregas com Bartolomeu Antunes
Domingos Fernandes	oleiro		1564-1566 1575 27-05-1580	Proprietário da casa Janelas Verdes		Examinador do ofício
						Bens avaliados 40 mil réis. Casado com Francisca Fernandes morre
Domingos Fernandes	Oleiro		17-11-1627			Testemunha do testamento de Sebastião Fernandes, oleiro.
Domingos Francisco	Oleiro de louça pintada		14-07-1694	Mocambo (Santos)		Testemunha do testamento de Manuel Nunes Guizado, oleiro
Domingos Francisco	Oficial de oleiro		14-11-1703	R. Larga das Olarias		Testemunha do testamento de António Rodrigues
Domingos Francisco	Oleiro		19-02-1705	Atrás dos lugares das olarias. Anjos		Testemunha do testamento de Manuel Borges, oleiro
Domingos Francisco	Oleiro		22-09-1706	Tr. de Santos		Testemunha do testamento de Alberto da Costa, oleiro
Domingos Gonçalves	Oficial de oleiro		1762			Trabalha na olaria da R. do Quelhas para António Rodrigues de Almada
Domingos João da Costa	Oleiro		15-10-1710	Anjos		Testemunha do testamento de José da Costa
Domingos Jorge	oleiro		1711	R. da Oliveira		Testemunha do testamento de Maria da Conceição mulher do oleiro Mateus Luís
Domingos Jorge	oleiro		03-02-1686 03-02-1686 03-02-1686 03-02-1686 12-07-1688 09-09-1712	Tr. do Benedito. Santa Catarina		Testamento. Viuvo de Maria de Sousa. Casado Catarina Pereira Declara que possui as olarias onde vive na Tr. do Benedito Deve-lhe Manuel João (Porto) 40 réis por barro e azul Deve-lhe João Fragoso, morador em Santos, 7.5 réis de barro Óbito. Sepultado em São Roque
Domingos Leitão	Oleiro de louça de Veneza		26-09-1615	Rua da Oliveira com outros irmãos		Testamento de Catarina Pereira, viúva de Domingos Jorge
Domingos Maia	oleiro		1604	Anjos		Admissão na Irmandade Santíssimo Sacramento
Domingos Martins	ladrilhador		27-12-1663 14-06-1664	R. Direita de São Miguel		Óbito
						Testamento
						Óbito. Sepultado na Igreja de São Miguel.

Domingos Mendes	Pintor de louça	1637			Testemunha da compra Luís de Moura
Domingos Rodrigues	oleiro	30-01-1668		Ao pé do caracol de N. Sra da Graça	Testemunha do testamento de João de Castro, oleiro
Domingos Rodrigues	Oleiro	19-02-1705		Atrás dos lugares das olarias. Anjos	Testemunha do testamento de Manuel Borges, oleiro
Domingos Tavares	Oficial de oleiro	1760			Trabalha na olaria do Castelo Picão
Domingues de Azevedo	Oleiro	14-02-1718		Olarias aos Anjos	Testemunha do testamento de Maria de Jesus
Estevão Ribeiro	Oleiro de louça de Veneza	07-11-1613		Travessa em frente de Santos	Admissão na Irmandade Santíssimo Sacramento Casado com Mariana Antunes
Felipe dos Santos	Oficial de oleiro	1762			Trabalha na olaria da R. da Oliveira para António de Sousa
Felipe Gonçalves		1668		R. da Madragoa	Testemunha da compra da olaria da R. das Madres por Adrião Gonçalves
Félix Francisco	Oleiro	20-08-1711		Às olarias	Testemunha do testamento de Isabel Francisca
Ferreira Álvares	Oleiro de louça de Veneza	17-05-1614		Acima da Cruz da Esperança	Admissão na Irmandade Santíssimo Sacramento
Filipe de Góis	Mestre de louça vidrada	1575		Casas de Afonso Barreira Pampulha	Denunciado à inquisição Fazenda avaliada em 8 mil reis
Filipe Neri	Oficial de oleiro	30-10-1711			Testemunha do testamento de Miguel Azevedo, oleiro
Francisco	Aprendiz	1719		Rua da Oliveira	Trabalha na olaria do Castelo Picão (Santos)
Francisco Álvares	Oleiro de louça de Veneza	1614		Santos	Admissão na Irmandade Santíssimo Sacramento
Francisco da Costa	Mestre de louça pintada	17-12-1648		São Pedro de Alfama	Testamento. Casado com Ana. Sepultado em N. S. Remédios
Francisco da Costa	oleiro	27-07-1703		Junto à Igreja de S. Miguel	Testemunha do testamento de Pascoa Garcia
Francisco da Cruz	oleiro	30-01-1668		Ao pé do caracol de N. Sra da Graça	Testemunha do testamento de João de Castro, oleiro
Francisco da Mata	Oleiro	14-02-1718		Olarias aos Anjos	Testemunha do testamento de Maria de Jesus
Francisco da Rocha	Oficial de oleiro	1760			Trabalha na olaria do Castelo Picão
Francisco da Silva	Oleiro	20-08-1711		Às olarias	Testemunha do testamento de Isabel Francisca
Francisco de Sales		13-02-1702 1733 1734 1743 01-04-1751 18-01-1763		Rua da Oliveira Rua da Oliveira	Baptizado. Filho de Bernardo Francisco, oleiro Trabalha na olaria do Castelo Picão Casa com Marcelina Maria Caetana Toma conta da olaria da R. da Madragoa com a morte do pai Admissão na Irmandade do Santíssimo Sacramento Óbito
Francisco dos Santos	Oficial de oleiro	1762			Trabalha na olaria da R. da Oliveira para António de Sousa
Francisco dos Santos	Mestre oleiro	09-09-1712		Tr. do Benedito	Testemunha do testamento de Catarina Pereira, viúva de oleiro
Francisco Duarte	Oficial de oleiro	27-10-1699 1701 22-09-1706			Casa-se com Helena da Cruz filha de António Antunes da Olaria do Pé de Ferro. Trabalha na olaria do Pé de Ferro – Bela Vista (Santos) Testemunha do testamento de Alberto da Costa oleiro da olaria da R.

			09-06-1707 03-09-1708			do Acipreste/R. Pé de Ferro (Santos) Celebra contrato de 150 mil réis com Domingos Duarte para adquirir a olaria do Pé de Ferro-Bela Vista Óbito
Francisco Fernandes	Oleiro de louça de Veneza		16-06-1614	Rua da Oliveira indo para S. Bento	Admissão na Irmandade Santíssimo Sacramento	
Francisco Fernandes	Oleiro de louça de Veneza		22-11-1613	Junto ao Bispo Irlandês	Admissão na Irmandade Santíssimo Sacramento Filho de António Fernandes carpinteiro	
Francisco Gonçalves	Oleiro de louça pintada		14-07-1694	Mocambo (Santos)	Testemunha do testamento de Manuel Nunes Guizado, oleiro	
Francisco Luís André	oleiro		15-11-1718	R. da Oliveira	Testemunha do testamento de Isabel Rodrigues, viúva de oleiro	
Francisco Martins	Mestre ladrilhador				Trabalha na olaria da R. da Madragoa	
Francisco Martins	Mestre oleiro		12-08-1659 14-08-1659	Ás olarias. Freguesia dos Anjos	Testamento. Casado com Maria dos Santos Óbito. Sepultado no mosteiro de São Roque	
Francisco Monteiro	Oleiro		12-08-1659	Ás olarias. Freguesia dos Anjos	Testemunha do testamento de Francisco Martins, oleiro	
Francisco Pedroso	Oficial de oleiro		1710		Trabalha na olaria do Castelo Picão (Santos)	
Francisco Ribeiro	Oleiro de louça de Veneza		17-06-1626	Rua de Fernão Vieira	Admissão na Irmandade Santíssimo Sacramento	
Francisco Rodrigues	Ladrilhador		28-02-1649	Carreira dos Cavalos	Testemunha do testamento de Simoa Jorge, mulher de oleiro	
Gabriel Figueira	azulejador		03-08-1612		Recebe encomenda de Coimbra para 14000 azulejos pintados	
Garcia Fernandes	oleiro		1566	Em casa de mestre Felipe Pampulha	Bens avaliados em 6 mil reis	
Gaspar da Maia	Oleiro		1609	Anjos	Casamento	
Gaspar Nunes	oleiro		19-01-1617	Santos	Admissão na Irmandade Santíssimo Sacramento	
Gonçalo Domingos	oleiro		1590		Morre a mulher Joana Marques	
Gregório Gonçalves	Que tira barro		15-05-1616	Tr. Henrique Rodrigues R. São Bento	Admissão na Irmandade Santíssimo Sacramento	
Guilherme del Barco	azulejador		18-04-1701	Santos	Casa com Maria Teresa Baptista	
Inácio da Costa	Mestre de louça pintada		1671		Mordomo da Irmandade do Santíssimo Sacramento	
Isidoro Gonçalves	moço		1723-1752		Trabalha na olaria da R. do Guarda Mor para Benta Francisca	
Jerónimo Antunes	Mestre de louça fina		1635		Adquire a olaria do Castelo Picão (Santos)	
Jerónimo Fernandes	oleiro		1566	Casas de Afonso Barreira Pampulha	Bens avaliados em 5 mil reis	
João André	Oleiro		15-10-1710	Anjos	Testemunha do testamento de José da Costa	
João Antunes	Ladrilhador		15-10-1684		Arrenda casas de André Alves Roxo na R. das Madres (Santos)	
João Antunes	Mestre do officio azulejador		18-01-1701	Santo André	Testamento e óbito. Casado com Francisca de Sampaio	
João Araújo	Oleiro de louça de Veneza		17-06-1626	Rua do Pé de Ferro	Admissão na Irmandade Santíssimo Sacramento	
João Baptista	Oleiro de louça pintada		14-07-1694	Mocambo (Santos)	Testemunha do testamento de Manuel Nunes Guizado, oleiro	
João Barques	Pintor de louça		15-09-1645		Óbito	
João Benedito	Oleiro		12-09-1630		Morre sua mulher Antónia André	
João Carvalho	Pintor de louça de Veneza		24-08-1615	Rua do Guarda Mor	Admissão na Irmandade Santíssimo Sacramento	

João Correia	Oleiro	17-11-1627			Testemunha do testamento de Sebastião Fernandes, oleiro.
João Correia	oleiro	09-09-1712		olarias	Catarina Pereira viúva de Domingos Jorge, perdoa dívida à nora
João da Costa		20-09-1699 1700 1716 28-02-1717		R. da Oliveira	Filho do oleiro Alberto Costa da olaria da R. do Acipreste. Casa-se com Joana Maria Admissão na Irmandade do Santíssimo Sacramento Arrenda a olaria da R. da Oliveira Óbito
João da Costa Labanha	Mestre oleiro	1742 1749 1762			Casado com Maria Tomásia da Paiva Admissão na Irmandade do Santíssimo Sacramento Arrenda a olaria da Rua do Olival
João da Fonseca	Oleiro	1729			Trabalha na olaria do Castelo Picão (Santos)
João da Fonseca	Oficial de oleiro	1762			Trabalha na olaria da R. da Oliveira para António de Sousa
João da Rocha	Oficial de oleiro	1710			Trabalha na olaria do Castelo Picão (Santos)
João da Rosa	Oleiro de louça branca	08-06-1601		Em casa de Mem Álvares	Embargado casamento com Leonor Nunes. Estava vivo seu marido
João de Araújo	oleiro	15-11-1718		R. da Oliveira	Testamenteiro do testamento Isabel Rodrigues, viúva de oleiro
João de Carvalho	Pintor de louça de Veneza	1615			
João de Castro	oleiro	30-01-1688 06-01-1688		N. Sra do Monte das Olarias	Testamento. Casado com Antónia Antunes Óbito. Sepultado no convento do Desterro.
João de Castro	Mestre oleiro	12-06-1701		Calçada N. Sra. do Monte	Mencionado no testamento da viúva, Antónia Antunes
João de Góis	Mestre de malega branca	1565 1573 1575		Casas de Isabel Gomes em Santos	Fazenda avaliada em 3 mil reis Com Luiza da Silva baptiza Ambrósio Irmandade do Santíssimo Sacramento
João de Matos	Aprendiz de António Álvares	1701			Testemunha do testamento de Maria Carvalha, mulher de António Álvares da olaria da R. das Madres
João de Oliveira	Oficial de oleiro	1710			Trabalha na olaria da R. das Madres para a viúva de Manuel Dias
João de Simas	Mestre ladrilhador	11-09-1704		R. da Atalaia	Testemunha no testamento de José Lopes
João Dias	Oficial de oleiro	1760			Trabalha na olaria do Castelo Picão
João Dias	Oleiro	11-08-1665			Testemunha do testamento Ageda Agostinho mulher de oleiro
João do Couto	oleiro	27-04-1646		R. São Bento	Óbito
João Duarte	oleiro	1703		Rua da Oliveira	Testemunha do testamento de António Álvares da olaria da R. das Madres
João Fernandes	moço	1723-1748 1740 1746			Trabalha na olaria da R. do Guarda Mor para Benta Francisca Trabalha na olaria da R. da Madragoa com Bernardo Francisco Trabalha na olaria da R. da Madragoa com Francisco de Sales
João Ferreira	Ladrilhador	24-09-1673		R. da Rigueira. Freguesia do Salvador	Testamento. Casado com Domingas Rodrigues

			12-12-1679			Óbito. Sepultado no Convento do Salvador
João Fragoso	oleiro		03-02-1686	Santos		Deve a Domingos Jorge, oleiro, 7,5 réis por barro
João Francisco	Mestre oleiro		1699 1704 1710 1732			Adquire a olaria da Rua do Olival Membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento Casado com Faustina Maria Óbito
João Francisco	Oficial de oleiro		1762			Trabalha na olaria da Rua do Olival
João Francisco	oleiro		09-09-1712			Perdoado da dívida a Catarina Pereira, viúva de Domingos Jorge
João Garcia	oleiro		21-08-1598			Morre em sua cãs Luís Meirinho
João Gonçalves	oleiro		10-04-1687	R. Direita acima da Igreja dos Anjos		Testemunha do testamento de Paula Andrade, mulher de oleiro
João Pereira	Oficial de oleiro		1760			Trabalha na olaria do Castelo Picão
João Rodrigues	Oleiro de louça de Veneza		17-06-1626	Cruz de São Bento		Admissão na Irmandade Santíssimo Sacramento
João Rodrigues Carlos	Mestre de louça fina		1638 1638 28-05-1662	Rua da Oliveira Rua da Oliveira		Arrendatário d a olaria da R. do Pé de Ferro (Santos) Compra a olaria da R. das Madres (Santos) Óbito
João Roiz	oleiro		06-06-1623	R. dos Calafates		Óbito
Joaquim de Brito	Pintor de Azulejo		1753			Através do testamento de Bartolomeu Antunes sabe-se que pintou alguns dos azulejos do Hospital de São José
Joaquim José	Mestre oleiro		1764			Arrenda a olaria do Pé de Ferro
Joaquim Rodrigues	Oficial de oleiro		1762			Trabalha na olaria da R. das Madres pertença de Isabel dos Reis
Jorge Álvares	oleiro		26-09-1615	Rua de São Bento		Admissão na Irmandade Santíssimo Sacramento Genro de António Dias
Jorge de Matos	oleiro		12-08-1659	As olarias. Freguesia dos Anjos		Testemunha do testamento de Francisco Martins, oleiro
Jorge Fernandes	Oleiro de louça de Veneza		07-11-1613	Junto às casas que foram de Isabel de Jesus (Rua das Madres)		Admissão na Irmandade Santíssimo Sacramento
Jorge Fernandes	Mestre de louça de Veneza		1609 21-08-1610 1613 14-07-1630			Morre a sua sogra Compra a olaria da R. das Madres Admissão na Irmandade do Santíssimo Sacramento Óbito
José	moço		1716			Trabalha na olaria da R. do Acipreste/R. Pé de Ferro (Santos) para Luís Francisco
José António da Nazaré	oleiro		1763	R. do Meio		Testemunha do testamento de Francisco Sales, oleiro
José da Costa	oleiro		14-11-1714	Bairro das Olarias		Testemunha no testamento de Catarina Francisca
José da Costa	Oleiro		30-08-1718	Bombarda		Testemunha do testamento de Teresa Josefa
José da Fonseca	Pintor de louça		1637			Testemunha da compra Luís de Moura

José da Silva	Pintor de louça branca	08-11-1703	Calçada do Monte às olarias	Testemunha do testamento de Inácio Carvalho de Azevedo
José da Silva Pepino	Mestre ladrilhador	1744		Trabalha na olaria da R. da Madragoa
José de Almeida	Pintor de louça branca	08-11-1703	Calçada do Monte às olarias	Testemunha do testamento de Inácio Carvalho de Azevedo
José de Medeiros	Oleiro	1729		Trabalha na olaria do Castelo Picão (Santos)
José de Sousa	Pintor de louça	19-01-1711	R. Larga das Olarias	Testemunha do testamento de Manuel Dias de Oliveira, oleiro
José Domingues	aprendiz	1760		Trabalha na olaria do Castelo Picão
José dos Santos Pinheiro	Pintor de Azulejo	1753		Credor de Bartolomeu Antunes
José Francisco	Mestre de louça fina	1635		Com a mulher Bárbara Gomes vendem as olarias do Castelo Picão (Santos)
José Gomes	oleiro	21-09-1693	Mocambo (Santos)	Testemunha do testamento de Adrião Gonçalves, oleiro
José Gomes	oleiro	06-10-1702	R. Pé de Ferro	Testemunha do testamento de Simoa dos Santos, irmã de oleiro
José Machado	Oficial de oleiro	1760		Trabalha na olaria do Castelo Picão
José Matias	Vendedor de louça	1763		Tinha loja no terreiro do paço
José Nogueira	Oficial de oleiro	1701	R. Nova dos Fornos	Testemunha do testamento de Maria Carvalho, mulher de António Álvares da olaria da R. das Madres
		1703	R. Direita Cruz da Esperança	Testemunha do testamento de António Álvares da olaria da R. das Madres
José Pinheiro	Pintor de Azulejo	1753		Através do testamento de Bartolomeu Antunes sabe-se que pintou alguns dos azulejos do Hospital de São José
José Ribeiro	Oleiro	20-08-1711	Às olarias	Testemunha do testamento de Isabel Francisca
José Rodrigues	Oficial de oleiro	1762		Trabalha na olaria da Rua do Olival
Joseph Francisco	oleiro	10-04-1687	R. Direita acima da Igreja dos Anjos	Testemunha do testamento de Paula Andrade, mulher de oleiro
Leonardo Mendes	oleiro	30-08-1603		Obreiro de Simão Nunes
				Testemunha do testamento de Catarina Pereira
Lourenço da Cruz	Oficial de louça pintada de Veneza	17-06-1626	Defronte de Santos	Admissão na Irmandade Santíssimo Sacramento
Lourenço João	oleiro	15-10-1707	Por cima da Igreja dos Anjos	Testamento. Viúvo de Catarina de Torres
Luís Álvares	ladrilhador	03-06-1594	Aos Fieis de Deus	Morre sua mulher Maria Álvares
Luís de Araújo	Pintor de louça	12-06-1701	R. das Olarias	Testemunha do testamento de Antónia Antunes, viúva de oleiro
Luís de Moura	Mestre de louça fina e azulejo	1637 1641 1647 1658	Santos o Velho	Compra casas térreas na R. Pé de Ferro
			Rua de São Bento	Ofício real de oleiro de louça pintada e azulejo
Luís de Oliveira	azulejador	09-09-1712	R. da Paz	Tesoureiro da Irmandade Santíssimo Sacramento
Luís de Souza	Oficial de oleiro	1699		Testemunha do testamento de Catarina Pereira, viúva de oleiro
				Trabalha na olaria da R. das Madres para Manuel Dias

Luís Dias	Pintor de louça	1637	Testemunha da compra Luís de Moura	Testemunha da compra Luís de Moura
Luís Francisco	Mestre oleiro	1716	Casa-se com Alberta Maria filha do oleiro Alberto da Costa obtendo a olaria da R. do Acipreste/R. Pé de Ferro (Santos)	Casa-se com Alberta Maria filha do oleiro Alberto da Costa obtendo a olaria da R. do Acipreste/R. Pé de Ferro (Santos)
Luís Francisco	oleiro	25-06-1716		Óbito
Luís Gomes	Oficial de oleiro	19-01-1711	R. Larga das Olarias	Testemunha do testamento de Manuel Dias de Oliveira, oleiro
Luís Pereira	Oleiro	30-10-1711		Testemunha do testamento de Miguel Azevedo, oleiro
Manuel Antunes	pobre	19-02-1705	Atrás dos lugares das olarias, Anjos	Testemunha do testamento de Manuel Borges, oleiro
Manuel Alves	oleiro	1762		Trabalha na olaria da R. das Madres pertença de Isabel dos Reis
Manuel Antunes	oleiro	1763	R. da Oliveira	Testemunha do testamento de Francisco Sales, oleiro
Manuel Baptista	oleiro	1764		Trabalha na olaria da R. da Madragoa
Manuel Borges	oleiro	12-06-1701		Mencionado no testamento da irmã, Antónia Antunes
Manuel Coelho	Ladrilhador	03-02-1686		Testemunha do testamento de Domingos Jorge, oleiro
Manuel Correia	Oleiro	19-02-1705	Atrás dos lugares das olarias, Anjos	Testamento. Casado com Úrsula dos Reis
Manuel Borges de Palma	Mestre ladrilhador	22-02-1705		Óbito. Sepultado em São Roque
Manuel Coelho	oleiro	1741	Santos	Admissão na Irmandade do Santíssimo Sacramento
Manuel Correia	Oficial de oleiro	1747		Fornece azulejos para quinta de João. Mendonça Corte Real
Manuel da Assunção	oleiro	1762		Arrenda a olaria do Pé de Ferro
Manuel da Costa	oleiro	12-06-1701	Calçada de Agostinho Carvalho	Testemunha do testamento de Antónia Antunes, viúva de oleiro
Manuel da Costa	Oficial de oleiro	1760		Trabalha na olaria do Castelo Picão
Manuel da Costa	oleiro	11-08-1665	R. Direita dos Anjos para o Campo	Testamento da mulher Ageda de Santo Agostinho
Manuel da Fonseca	Pintor de azulejo	09-09-1665		Óbito da mulher sepultada na Igreja dos Anjos
Manuel da Mata	Moço	1703	R. do Acipreste	Testemunha do testamento de António Álvares da olaria da R. das Madres
Manuel da Silva	Ladrilhador			Trabalha na olaria do Castelo Picão (Santos)
Manuel de Campos	Oleiro	1729		Trabalha na olaria da R. da Oliveira para António de Sousa
Manuel de Faria	Pintor de louça	09-09-1712	R. de São Bento às Trinas	Testemunha do testamento de Catarina Pereira, viúva de oleiro
Manuel de Faria	Oleiro	1729		Trabalha na olaria do Castelo Picão (Santos)
Manuel de Oliveira	Oleiro	28-02-1649	R Direita de Cima da Igreja de S. José	Testemunha do testamento de Simoa Jorge, mulher de oleiro
Manuel de Oliveira	Oleiro	21-05-1680	Às olarias ao pé do Monte	Testemunha do testamento de Antão Borges, oleiro
Manuel de Oliveira	Mestre oleiro	03-02-1686		Testemunha do testamento de Domingos Jorge, oleiro
Manuel de Oliveira	Oleiro	1729		Trabalha na olaria do Castelo Picão (Santos)
Manuel de Oliveira	Oleiro	19-02-1705	Atrás dos lugares das olarias, Anjos	Testemunha do testamento de Manuel Borges, oleiro
Manuel de Oliveira	Oleiro	1729		Trabalha na olaria do Castelo Picão (Santos)
Manuel de Oliveira	Mestre oleiro	1672		Arrenda a olaria da R. da Oliveira (Santos)
Manuel de Oliveira	Mestre oleiro	1674		Adquire a olaria do Pé de Ferro – Bela Vista (Santos)

		1695 19-05-1705 24-10-1706		Pertence à Irmandade do Santíssimo Sacramento Vende a olaria Pé de Ferro – Bela Vista a Francisco C. Andrade Óbito
Manuel de Oliveira	oleiro	29-12-1695	Aos poyares de São bento	Mencionado no testamento de Catarina Vale, mulher de oleiro
Manuel de Sousa	Oleiro	1729		Trabalha na olaria da do Castelo Picão (Santos)
Manuel de Souza	oleiro	1735 1744	R. das Madres	Admissão na Irmandade do Santíssimo Sacramento Transfere-se para a Olaria da R. da Oliveira
Manuel Dias	Pintor de louça oleiro	1670 1693 1695 1695 1699 1703 19-08-1707 1710	R. da Madragoa R. do Pé de Ferro	Testemunha do testamento de António Pereira Testemunha do testamento de Adrião Gonçalves Arrenda a olaria da R. das Madres Pertence à Irmandade do Santíssimo Sacramento Casado com Maria Gonçalves Testamenteiro do testamento de António Álvares da olaria da R. das Madres Óbito A viúva dirige a olaria
Manuel Dias	Pintor de louça	09-12-1670	Rua da Madragoa	Testemunha do testamento de António Pereira, oleiro
Manuel Dias	Pintor de louça	12-06-1701	R. das Olarias	Testemunha do testamento de Antónia Antunes, viúva de oleiro
Manuel Dias de Oliveira	Oleiro de louça branca	19-01-1711	R. Larga das Olarias	Testamento. Casado com Maria Francisca
Manuel Dinis	oleiro	15-11-1718	R. da Oliveira	Testemunha do testamento de Isabel Rodrigues, viúva de oleiro
Manuel dos Santos	Oficial de oleiro	1762		Trabalha na olaria da R. do Quelhas para António Rodrigues de Almada
Manuel dos Santos	Oleiro de louça pintada	14-07-1694	Mocambo (Santos)	Testemunha do testamento de Manuel Nunes Guizado, oleiro
Manuel dos Santos	Oleiro de louça vermelha	30-10-1711		Testemunha do testamento de Miguel Azevedo, oleiro
Manuel Fernandes	oleiro	26-04-1626	R. do Teixeira	Óbito
Manuel Ferreira	oleiro	15-10-1684		Recebe pelo óbito de André Alves Roxo uma dívida por azulejos
Manuel Ferreira	Oleiro	22-09-1706	R. dos Marcos	Testemunha do testamento de Alberto da Costa, oleiro
Manuel Francisco	Mestre de louça pintada	03-03-1667	Travessa da Cruz	Testamento. Casado com Barbara Faria
Manuel Francisco	oleiro	09-12-1702	Caracol da Graça	Testemunha do testamento de Maria Pereira
Manuel Francisco	oleiro	14-11-1714	Bairro das Olarias	Testemunha no testamento de Catarina Francisca
Manuel Francisco Andrade	oleiro	15-11-1718	R. da Oliveira	Testemunha do testamento de Isabel Rodrigues, viúva de oleiro
Manuel Gomes	Aprendiz	1729		Trabalha na olaria da R. do Acipreste/R. Pé de Ferro (Santos) para António Rodrigues de Almada
Manuel Jorge	Oleiro	09-09-1712		Viúvo de Catarina Pereira (testamento)
Manuel Luis	Mestre ladrilhador	1715-1717		Fez azulejos para o palácio de Santos na olaria da R. Madragoa

Manuel Luís	Oleiro	12-08-1659 21-08-1690	Às olarias. Freguesia dos Anjos R. Larga das Olarias	Testemunha do testamento de Francisco Martins, oleiro Testamento de Iria Ferreira sua mulher
Manuel Machado	oleiro	10-04-1687	Tr. dos Curas	Testemunha do testamento de Paula Andrade, mulher de oleiro
Manuel Martins	oleiro	10-04-1687	R. Direita acima da Igreja dos Anjos	Testemunha do testamento de Paula Andrade, mulher de oleiro
Manuel Martins	oleiro	08-11-1703	Calçada do Monte às olarias	Testemunha do testamento de Inácio Carvalho de Azevedo
Manuel Martins	Oleiro	20-08-1711	Às olarias	Testemunha do testamento de Isabel Francisca
Manuel Martins	oleiro	14-11-1714	Bairro das Olarias	Testemunha no testamento de Catarina Francisca
Manuel Martins	Oleiro	14-02-1718	Olarias aos Anjos	Testemunha do testamento de Maria de Jesus
Manuel Nunes	Oficial de oleiro	1762		Trabalha na olaria da R. do Quelhas para António Rodrigues de Almada
Manuel Nunes Guizado	Mestre do ofício de louça pintada	1672 14-07-1694 02-09-1694	Rua da Madragoa Mocambo (Santos o Velho)	Tesoureiro da Irmandade do Santíssimo Sacramento Testamento. Viúvo de Francisca da Silva Óbito. Sepultado no Convento de S. Bento da Saúde
Manuel Pinheiro	oleiro	14-11-1714	Bairro das Olarias	Testemunha no testamento de Catarina Francisca
Manuel Ramos	Pintor de azulejo	09-09-1712	R. da Cruz de Jesus	Testemunha do testamento de Catarina Pereira, viúva de oleiro
Manuel Rodrigues	ladrilhador	06-10-1702	R. de João Brás	Testemunha do testamento de Simoa dos Santos, irmã de oleiro
Manuel Rodrigues	Oleiro	19-02-1705	Atrás dos lugares das olarias. Anjos	Testemunha do testamento de Manuel Borges, oleiro
Manuel Rodrigues	oleiro	22-09-1706	R. da Oliveira	Testemunha do testamento de Alberto da Costa, oleiro
Manuel Rodrigues	oleiro	14-11-1714	Bairro das Olarias	Testemunha no testamento de Catarina Francisca
Manuel Rodrigues Pereira	Pintor de azulejos	1715-1717		Fez azulejos para o palácio de Santos na olaria da R. Madragoa
Manuel Sequeira	Oficial de ladrilhador	03-02-1686	Santarém	Deve a Domingos Jorge, oleiro, 24 réis.
Manuel Simões	Aprendiz	1710		Trabalha na olaria do Castelo Picão (Santos)
Manuel Tavares	Oficial de oleiro	1762		Trabalha na olaria à Porta Grande (Janelas Verdes)
Manuel Velho	oleiro	23-06-1613	Janelas Verdes	Admissão na Irmandade Santíssimo Sacramento Casado com a viúva de Simão Tinoco
Manuel Vicente	oleiro	1677 1694	Rua da Oliveira Rua da Oliveira	Admissão na Irmandade do Santíssimo Sacramento Arrenda a olaria da R. da Oliveira
Marçal de Matos	Pintor de azulejos			
Margarida Fernandes	oleira	26-01-1599	Janelas Verdes	Óbito
Mateus Luís	oleiro	1694 1699 1703 1706	Reside na olaria à Porta Grande	Arrenda a olaria à Porta Grande (Janelas Verdes) Morre Cipriana dos Santos sua esposa É membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento Muda-se para a olaria da R. do Acipreste com a morte do pai, o oleiro Alberto Costa
		1711	R. do Pé de Ferro	Morre Maria da Conceição segunda esposa

			28-03-1712			Óbito
Mem Álvares	Oleiro		28-12-159			Há um óbito na sua casa
Miguel Azevedo	Mestre oleiro de louça branca		30-10-1711		Às olarias	Testamento. Casado com Bernita Maria
Miguel de Azevedo	Ladrilhador		06-01-1656		Vila Galega. Santa Engrácia	Casado com Maria Franca. Sepultado em Santos o Velho
Nicolau Dias	oleio		1711		Rua da Madragoa	Testemunha do testamento de Maria da Conceição mulher do oleiro Mateus Luís
Nicolau Dias	Pinto de louça		1701		R. da Madragoa	Testemunha do testamento de Maria Carvalha, mulher de António Álvares da olaria da R. das Madres
Nicolau Freitas	Pintor de azulejo		1753			Através do testamento de Bartolomeu Antunes sabe-se que pintou alguns dos azulejos do Palácio das Necessidades
Nome	Ofício		Data		Morada	Observações
Pantalião de Sousa	Mestre oleiro		1710 1711 1731 1735		R. das Madres	Trabalha na olaria R. das Madres para a viúva de Manuel Dias Casa-se com Isabel Rodrigues Têm dois filhos: Manuel de Sousa e João Baptista Pertence à Irmandade do Santíssimo Sacramento
Pascoal C. da Costa	oleiro		1694 1699 1703 1710		Rua do Olival (na olaria)	Pagou a meia décima da olaria da Rua do Olival Testemunha da compra da olaria Membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento Casado com António Velosa
Pascoal de Chaves	oleiro		14-08-1713 04-22-1718		R. da Madragoa	Testamento. Casado com Catarina de Sena Óbito. Sepultado em Nossa Senhora de Jesus
Pascoal Gomes	Aprendiz		1716			Trabalha na olaria da R. do Acipreste/R. Pé de Ferro (Santos) para Luís Francisco
Pedralvares	oleiro		08-07-1579 20-12-1579		Janelas Verdes	Morre a mulher Vitória Fernandes Óbito
Pedro Alvares	oleiro		08-07-1579			Morre sua mulher
Pedro António	oleiro		1763		R. de Nossa Sra dos Remédios	Testemunha do testamento de Francisco Sales, oleiro
Pedro Cordeiro	Oleiro		30-08-1718		Caracol da Graça	Testemunha do testamento de Teresa Josefa
Pedro da Costa	oleiro		1711		Anjos	Testemunha do testamento de Maria da Conceição mulher do oleiro Mateus Luís
Pedro da Costa	oleiro		06-10-1702		Cl de Agostinho Carvalho às olarias	Testemunha do testamento de Simoa dos Santos, irmã de oleiro
Pedro da Costa	Oleiro		22-09-1706		Às olarias	Testemunha do testamento de Alberto da Costa, oleiro
Pedro da Costa	oleiro		15-11-1718		R. da Oliveira	Testemunha do testamento de Isabel Rodrigues, viúva de oleiro
Pedro de Matos	oleiro		1763 1764		Senhor Jesus dos Navegantes	Testemunha do testamento de Francisco Sales, oleiro Trabalha na olaria da R. da Madragoa

Pedro Fernandes	malagueiro				Bens avaliados em 4 mil reis
Pedro Fernandes	Forneiro		15-10-1710	Anjos	Testemunha do testamento de José da Costa
Pedro Gonçalves	oleiro		23-06-1613	Porta Grande	Admissão na Irmandade Santíssimo Sacramento
Pedro Neto	oleiro		10-04-1687	Tr. dos Curas	Testamento da mulher Paula de Andrade
Pedro Partucho	oleiro		15-01-1614	R. do Pé de Ferro	Óbito
Pedro Pertuxo	oleiro		23-06-1613 15-12-1613	Rua de São Bento Rua do Pé de Ferro	Admissão na Irmandade Santíssimo Sacramento Óbito
Pedro Pinheiro de Carvalho	Oleiro		29-12-1695	Rua da Oliveira ao Boi Ferosso	Testamento da mulher Catarina do Vale
Pedro Rodrigues	oleiro		1763 1764	R. do Acipreste	Testemunha do testamento de Francisco Sales, oleiro Trabalha na olaria da R. da Madragoa
Rodrigo Mateus	moço		1699		Trabalha na olaria da R. das Madres para Manuel Dias
Romão Duarte	Oleiro		1633-1637	R. Larga das Olaria	Casado com Bárbara do Canto
Romão Duarte	Oleiro		1686	Calçada de Agostinho Carvalho	
Romão Duarte	Oleiro		1715		Procurador dos misteres do município de Lisboa
Roque do Souto	oleiro		1676		Pagou a meia décima 1672-74 da olaria da Tr. do Sacramento Está na olaria do Pé de Ferro-Rua do Acipreste.
Salvador Martins	Oleiro		1635	R. da Oliveira	Testemunha a compra da olaria do Castelo Picão por J. Antunes
Sebastião de Almeida	Pintor de Azulejo		1753		Através do testamento de Bartolomeu Antunes sabe-se que pintou alguns dos azulejos do Palácio das Necessidades
Sebastião Fernandes	oleiro		17-11-1627	Olarias de baixo	Óbito. Casado com Maria Prestes. Sepultado na Igreja de Santos
Sebastião Fernandes	Oleiro		17-11-1627		Testemunha do testamento de Sebastião Fernandes, oleiro.
Sebastião Gomes Ferreira	Pintor de azulejos		1742 1744	Rua do Olival (olaria) Travessa das Inglesas	Trabalha na olaria da Rua do Olival com o sogro Valentim
Sebastião Lourenço	Oleiro		1672-1674		Arrenda a olaria da R. do Acipreste/R. Pé de Ferro (Santos)
Sebastião Nunes	ladrilhador		17-05-1614	Marco (Santos)	Admissão na Irmandade Santíssimo Sacramento
Sebastião Rodrigues	oleiro		06-10-1702	R. das Parreiras	Testemunha do testamento de Simoa dos Santos, irmã de oleiro
Sebastião Rodrigues	Oleiro		22-09-1706	R. das Parreiras	Testemunha do testamento de Alberto da Costa, oleiro
Semeão Dias	Oleiro		11-08-1665		Testemunha do testamento Ageda Agostinho mulher de oleiro
Silvestre Fernandes	oleiro		30-08-1603		Criado de Simão Nunes Testemunha do testamento de Catarina Pereira
Simão Gonçalves	Que escolhe barro		15-05-1616	Janelas Verdes	Admissão na Irmandade Santíssimo Sacramento
Simão Gonçalves	oleiro		20-12-1718	Tr. defronte da Bica dos Anjos	Testemunha do testamento do Padre João Domingues Miranda
Simão Nunes	Oleiro de louça vermelha		30-08-1603 09-10-1630	Rua da Amoreira	Testamento da mulher Óbito da mulher Catarina Pereira
Simão Rodrigues			1610		Juiz de louça branca

		21-01-1614			Morre sua esposa Antónia de Moura
Simão Tinoco	oleiro	1565 12-03-1599 13-01-1609		Em casa de mestre Felipe Pampulha Morador às Janelas Verdes	Bens avaliados em 3 mil reis Morre sua esposa Morre Inês Rodrigues sua mulher
Simplício Antónimo	Oficial de oleiro	1729			Trabalha na olaria da R. do Acipreste/R. Pé de Ferro (Santos) para António Rodrigues de Almada
Teotónio Gonçalves	Oleiro de louça pintada	14-07-1694		Mocambo (Santos)	Testemunha do testamento de Manuel Nunes Guizado, oleiro
Tomás da Costa	Mestre oleiro	1719		Rua da Oliveira	Casa-se com a viúva de João da Costa da olaria do Castelo Picão (Santos) e adquire-a por casamento
Tomás da Costa	oleiro	1711		R. da Madragoa	Testemunha do testamento de Maria da Conceição mulher do oleiro Mateus Luís
Tomás Pereira	Oficial de oleiro	1762			Trabalha na olaria da R. da Oliveira para António de Sousa
Valentim Almeida	Pintor de azulejos	1742 1744		Rua do Olival (olaria) Travessa das Inglesas	Trabalha na olaria da Rua do Olival com o genro
Valentim de Almeida	Pintor de Azulejo	1753			Através do testamento de Bartolomeu Antunes sabe-se que pintou alguns dos azulejos do Palácio das Necessidades
Valentim José	oleiro	1762			Arrenda a olaria do Pé de Ferro-Bela Vista (Santos)
Veríssimo	moço	1699			Trabalha na olaria da R. das Madres para Manuel Dias
Veríssimo da Costa	aprendiz	1716			Trabalha na olaria da R. do Acipreste/R. Pé de Ferro (Santos) para Luís Francisco
Veríssimo Rodrigues	oleiro	1701		Beco do Benedito	Testemunha do testamento de Maria Carvalha, mulher de António Álvares da olaria da R. das Madres
Veríssimo Rodrigues	oleiro	22-09-1706		Tr. do Benedito	Testemunha do testamento de Alberto da Costa, oleiro
Vicente de Freitas	Oleiro	21-05-1680		As olarias ao pé do Monte	Testemunha do testamento de Antão Borges, oleiro
Vicente Gomes		1668		R. do Castelo Picão	Testemunha da compra da olaria da R. das Madres por Adrião Gonçalves
Vicente Gonçalves	oleiro	11-12-1714		Beco de João do Monte às olarias	Testamento de sua mulher Inocência Maria
Vicente Martins	Oficial de oleiro	30-10-1711			Testemunha do testamento de Miguel Azevedo, oleiro

Agostinho de Paiva	Mestre de tendas de louça branca	1701 1722 1724 16-06-1727		Encomenda de azulejos para os Gerais da Universidade Azulejos para a Sé de Viseu Azulejos para a Sé Velha de Coimbra Doa ao filho as suas casas e tendas de oleiro
Agostinho Fernandes		10-01-1573		Recebe carta de oleiro
Agostinho Martins	oleiro	09-09-1591		Óbito. Enterrado na Igreja de Santa Justa
Agostinho Martins	Oleiro	09-09-1591		Óbito
Álváro Gonçalves	oleiro	1567	Terreiro das Olarias	Paga 600 réis de sisa
Álvaro Luís	Oleiro de barro vermelho	24-07-1537		Recebe carta de oleiro
Amador Francisco		20-12-1571 19-07-1576		Recebe carta de oleiro, rectificação de Lisboa Óbito. Enterrado junto à porta da igreja de São João
Amaro Fernandes	oleiro	15-07-1573		Testemunha de casamento
Amaro Mota	oleiro	05-05-1642		Padrinho de baptismo
Amaro Pires	Oleiro	10-05-1577		Óbito. Enterrado em São João de Santa Cruz
Amaro Pires	oleiro	1567	Terreiro das Olarias	Paga 720 réis de sisa
Amaro Pires	oleiro	10-05-1577		Óbito
André Dias	Malagueiro	17-01-1559		Juiz do officio de malagueiro
André Domingos	oleiro	13-03-1602		Padrinho de baptismo
André Fernandes	Oleiro	13-09-1532		Recebe carta de oleiro. Podia fazer tudo menos alguidares e asados
André Fernandes	oleiro	10-11-1606		Padrinho de baptismo
André Fernandes	malagueiro	08-02-1631		Testemunha de casamento
André Martins	Malagueiro			Examinador do officio de malagueiro
André Roiz	oleiro	29-05-1603		Padrinho de baptismo
André Vaz	Malagueiro	16-09-1647		Examinador do officio de malagueiro
António Afonso	oleiro	1567	R. da Moeda	Paga 600 réis de sisa
António Afonso	oleiro	1567		Paga sisas
António Bernardes	Malagueiro	1567	R. Estevão Nogueira	Paga 700 réis de sisa
António Carvalho	Oleiro e malagueiro de louça branca			
António de Paiva	ladrihador	1654		Assenta os azulejos da sala dos actos grandes
António Dias	malagueiro	05-10-1561	Santa Cruz	Testemunha de Casamento
António Esteves		28-11-1534		Recebe carta de oleiro
António Esteves	oleiro	1567	R. da Moeda	Paga 1000 réis de sisa

António Esteves	Malagueiro	17-01-1559			Juiz do officio de malagueiro
António Fernandes	Oleiro	18-11-1532			Recebe carta de oleiro
António Fernandes	Malagueiro	23-09-1577			Recebe carta de oleiro e malagueiro
António Fernandes	oleiro				
António Fernandes	Malagueiro	1567		Terreiro das Olarias	Paga 800 réis de sisa
António Fernandes	oleiro	1567		R. Estevão Nogueira	Paga 700 réis de sisa
António Fernandes	Oleiro	19-02-1585			Testemunha de casamento
António Gomes	Malagueiro e oleiro de louça branca e pintada	16-09-1647			Recebe carta de malagueiro
António Gomes	Pintor de louça				
António Gomes Figueira	oleiro	1719			Casa com Maria Teresa filha de Basílio do Rego
					Oriundo de Lisboa casado com Helena de Paiva de Paiva baptiza o filho Elias
António Gonçalves	Malagueiro	06-07-1567			Testemunha de casamento
António Gonçalves	oleiro	1615			Padrinho de baptismo
António João	Pintor de louça				
António Jorge	Oleiro de branco				
António Leal	oleiro	1580			Casado com Catarina Roiz
António Moreira	oleiro	10-03-1596			Padrinho de baptismo
António Pinto	Pintor de louça				
António Pinto	Pintor de louça				
António Pires	malagueiro	11-09-1573 23-09-1577			Juiz do officio de malagueiro Juiz do officio de malagueiro
António Pires	Malagueiro	17-05-1578			Testemunha
António Pires	oleiro	14-09-1560 1567		R. da Moeda	Recebe carta de oleiro Paga 1000 réis de sisa
António Pires	malagueiro	1577			Juiz do officio de malagueiro
António Rodrigues		1571 16-02-1577			Padrinho de baptismo Recebe carta de oleiro
António Rodrigues	Oleiro e malagueiro	17-05-1578			Testemunha
António Rodrigues	Malagueiro	1567		Terreiro das Olarias	Paga 600 réis de sisa
António Roiz	malagueiro	24-09-1579			Testemunha de casamento
António Simões	Malagueiro	1567		R. do Arco de Jorge Vaz	Paga 1000 réis de sisa
António Simões	Pintor de louça	05-01-1648			Casado com Maria Ferreira, baptizou a filha Maria
Baltasar de Coimbra	Oleiro	1560			Juiz do officio

Bartolomeu Fernandes	Oleiro	1567	R. de Mestre Fernando	Paga 600 réis de sisa
Basílio do Rego	Azulejador	07-10-1616		Padrinho de baptismo
Bento de Paiva	Mestre oleiro	1698 1701 1722-1724 15-01-1734		Natural de Lisboa e casado com Mariana de Seça Testemunha no casamento do irmão Coloca azulejos nos gerais da Universidade Revestimento das paredes cãs casas do Cabido em Coimbra Óbito
Bento do Rego	Azulejador			
Bento Luíz	Oleiro da universidade	1654		Recebe encomenda de 5000 azulejos azuis
Bento Rodrigues	Pintor de louça	29-03-1603		Desiste do privilégio de memposteiro
Bernardo do Rego	Azulejador			
Brás João	Oleiro	1609		Padrinho e baptismo
Brás Miguel	Malagueiro de verde e amarelo	01-12-1584		Carta de examinação
Clemente de Paiva	oleiro	22-05-1717 09-05-1724 17-01-1596	Rua da Gala	Casado com Ana Pereira arrenda casas na R. da Moeda Arrenda uma morada com fornos de oleiro na Rua da Gala Recebe carta de oleiro
Damião Pereira	Oleiro de louça branca			
Diogo da Silva	Pintor de louça	29-04-1645		Casado com Francisca dos Anjos, baptiza o filho António
Diogo da Silva	Oleiro	08-09-1576		Óbito
Diogo Lopes	oleiro	08-09-1576		Óbito
Diogo Simões	Malagueiro	30-06-1626		Juiz do ofício de malageiro
Diogo Simões	Malegro de malega branca	30-06-1626		Recebe Carta de oleiro
Diogo Vaz		19-02-1574 18-11-1585		Recebe carta de oleiro O filho António entra para moço do coro da Sé
Domingos Afonso	Malagueiro	09-11-1598		Padrinho de baptismo
Domingos da Cruz	Oleiro de louça branca			
Domingos Dias	Oleiro	09-04-1553		Baptiza o filho Manuel
Domingos Dias	oleiro	09-04-1553		Padrinho de baptismo
Domingos Fernandes		06-09-1552 28-04-1568		Casado com Maria Alvares, baptiza a filha Luísa Casado com Maria Jorge, baptiza o filho Francisco
Domingos Fernandes	Oleiro	21-12-1554		Casado com Isabel Rodrigues que é madrinha de um baptismo
Domingos Fernandes	oleiro	1567	Terreiro das Olarias	Paga 400 réis de sisa
Domingos Fernandes	oleiro	1567	R. Estevão Nogueira	Paga 600 réis de sisa
Domingos Fernandes	oleiro	21-12-1554		Casado com Isabel Rodrigues, baptiza um filho

Domingos Fernandes	Oleiro	28-04-1568			Casado com Maria Jorge baptiza um filho
Domingos Fernandes	oleiro	08-05-1580			Testemunha de casamento
Domingos Fernandes	oleiro	29-04-1585			Testemunha de casamento
Domingos Francisco	malagueiro	14-02-1641			Padrinho de baptismo
Domingos Gonçalves		18-08-1573			Recebe carta de oleiro
Domingos Gonçalves	oleiro	11-08-1585			Testemunha de casamento
Domingos João	Oleiro	1567		R. de Mestre Fernando	Paga 320 réis de sisa
Domingos João de Paiva	oleiro	1693			Padrinho do casamento de Gonçalo Correia Briosso
Domingos Leal	Oleiro	24-01-1631			Casa-se
Domingos Lopes	Oleiro de louça branca				
Domingos Roiz	malagueiro	20-06-1627			Padrinho de baptismo
Domingos Simões	Oleiro	1672		Coimbra	Passa Procuração a oleiros do Porto
Elias Gomes	Oleiro				Casado com Maria de Paiva
Faustino Fernandes	Oleiro de louça branca				
Fernandes Pascoal	Oleiro	18-07-1584 08-10-1598			Testemunha de casamento Óbito
Fernandes Tomé	oleiro	18-07-1583 14-10-1583			Testemunha de casamento Óbito
Fernão Martins	Oleiro	1567		R. de Mestre Fernando	Paga 240 réis de sisa
Fernão Pires	oleiro	11-09-1590		Zouparia do Monte	Recebe carta de oleiro para fazer telha e tijolo
Francisco Anes	Malagueiro	1567		R. Estevão Nogueira	Paga 1080 réis de sisa
Francisco Anes	malagueiro	24-08-1562		Santa Cruz	Testemunha de Casamento
Francisco Anes	malagueiro	20-05-1581			Testemunha de casamento
Francisco Cordeiro	Oleiro, mestre de tenda	1730			
Francisco Domingos	Malagueiro	1601			Padrinho de baptismo
Francisco Fernandes	malagueiro	18-01-1553 08-06-1565 07-11-1572 23-09-1577 11-01-1578			Casado com Gutomar Dias, baptiza a filha Maria Baptiza a filha Jerónima Recebe carta de oleiro Juiz do ofício de malagueiro Morre a mulher, enterrada em Santa Cruz
Francisco Fernandes	Oleiro	30-11-1568 08-05-1597			Casado com Isabel Fernandes, baptizam Catarina Óbito
Francisco Fernandes	oleiro	1567		Terreiro das Olarias	Paga 400 réis de sisa
Francisco Fernandes	Oleiro	1590			Juiz do ofício de lavrar telha e tijolo
Francisco Fernandes	oleiro	23-11-1596			Testemunha de casamento

Francisco Fernandes	Oleiro	30-11-1568 1597		Padrinho de baptismo Óbito. Casado com Isabel Fernandes
Francisco Fernandes	oleiro	1604		Padrinho de baptismo
Francisco Ferreira	oleiro			Oriundo de Lisboa casado com Comba de Paiva
Francisco Luís	Oleiro	21-11-1595		Óbito. Enterrado em Santa Justa
Francisco Luís	oleiro	21-11-1595		Óbito
Francisco Luís, o Gago	oleiro	1567	R. Estevão Nogueira	Paga 240 réis de sisa
Francisco Matias	malagueiro	24-01-1677		Casado com Maria Gomes testemunha de casamento
Francisco Santos Gouveia	Pintor de azulejo	1739		Padrinho do baptismo do filho de Sebastião Rodrigues, oleiro
Gaspar de Coimbra	Oleiro	29-02-1533		Recebe carta de oleiro
Gaspar Esteves	oleiro	1567	R. da Madalena	Paga 300 réis de sisa
Gaspar Fernandes	Oleiro	17-05-1578		Testemunha
Gaspar João, o moço	oleiro	17-06-1595	Cioga do Monte	Recebe carta de oleiro para fazer telha e tijolo
Gomes Fernandes	Oleiro	17-05-1578		Testemunha
Gomes Fernandes	oleiro	1567	R. Estevão Nogueira	Paga 1000 réis de sisa
Helena de Paiva	Oleira	1719 1742		Casada com António Gomes Figueira, baptiza o filho Elias Óbito
Inês Pires	Oleira	04-08-1546		Madrinha de baptismo em São João de Santa Cruz
Isabel Batista	oleira	24-08-1640	Freguesia de Santa Justa	Óbito
Isabel Dias	Oleira	08-02-1596		Óbito
Isabel Pires	oleira	1546		Viúva de Pero Anes
Jacinto Cordeiro	Oleiro, mestre de tenda	1730		
Jerónimo de Oliveira	Pintor de louça	1643		Óbito
Jerónimo Gomes	Oleiro de lousa branca			
Jerónimo Gomes	Malagueiro	06-07-1633		Examinador do ofício de malagueiro
Jerónimo Gonçalves	Malagueiro	11-09-1573	Coimbra	Juiz do ofício de malagueiro
Jerónimo Gonçalves	Malagueiro	1567	R. Estevão Nogueira	Paga 1500 réis de sisa
Jerónimo Gonçalves	Malagueiro	1577		Juiz do ofício de malagueiro
Jerónimo Gonçalves	oleiro	11-09-1581		Testemunha de casamento
João Baptista		19-02-1574		Recebe carta de oleiro
João Baptista	Oleiro	20-06-1598		Óbito. Enterrado em Santa Cruz
João Correia	Pintor de louça	03-05-1639		Casado com Maria Gaspar, baptiza o filho Jerónimo
João da Costa	Malagueiro de branco			
João da Silva	Malagueiro de louça branca			
João de Carvalho		1723		Natural de Santos-o-Velho, baptiza a filha Mariana em Coimbra

João de Coimbra	oleiro	1525			Examinador do ofício
João de Paiva	oleiro	05-01-1678			Fiador de António Simões para boticário da Universidade
João Esteves	Oleiro de barro vermelho de toda a obra	13-07-1537			Recebe carta de oleiro
João Fernandes	Oleiro	17-01-1559			Juiz do ofício de oleiro
João Fernandes	Oleiro	03-03-1635			Padrinho de baptismo
João Ferreira	Malagueiro				Examinador do ofício de malagueiro
João Gomes	Malagueiro				Examinador do ofício de malagueiro
João Gomes	Malageiro de louça branca	1612			Padrinho de um baptismo
João Gomes	Malagueiro de louça branca e pintada	22-01-1612			Padrinho de baptismo
João Gonçalves	Oleiro de toda a obra	18-10-1555 04-07-1572 22-01-1583			Baptiza o filho Francisco Recebe carta de oleiro Óbito.
João Gonçalves	oleiro	1567		Terreiro das Olarias	Paga 600 réis de sisa
João Gonçalves	Oleiro de toda a obra	1572			Recebe carta de ofício
João Gonçalves	malagueiro	21-04-1560			Testemunha de casamento
João Gonçalves	malagueiro	21-04-1560 22-01-1583		Santa Cruz	Casamento Óbito
João Lopes	Oleiro	16-02-1555			Casado com Catarina Jorge, madrinha de um casamento
João Lopes	Malagueiro	1567		Terreiro das Olarias	Paga 1080 réis de sisa
João Lopes	malagueiro	1569			Testemunha de casamento
João Pires	Oleiro	1567		R. de Mestre Fernando	Paga 120 réis de sisa
João Roiz	oleiro	23-11-1596			Testemunha de casamento
João Roiz	malagueiro	08-06-1626			Testemunha de casamento
João Simões	Malagueiro				Examinador do ofício de malagueiro
Jorge de Coimbra	Oleiro	04-03-1525			Examinador do ofício
Jorge Fernandes	malagueiro	16-11-1563		Coimbra	Apresenta as suas peças em vereação sendo taxadas a oito reais cada
Jorge Gonçalves	Mestre de assentar azulejos	10-08-1613		Montarroio	Recebe por assentar os azulejos da capela de São Miguel
Jorge Pires	Malagueiro	1567		Terreiro da Freiria	Paga 80 réis de sisa
Jorge Pires	oleiro	1567		R. do Almoxarife	Paga 1400 réis de sisa
Jorge Roiz	malagueiro	24-08-1562			Padrinho de um baptismo
Jorge Roiz	malagueiro	24-08-1562			Testemunha de Casamento
José Carvalho	Malagueiro				Examinador do ofício de malagueiro

José Carvalho	Pintor de louça					
José de Góis	ladrilhador	09-05-1724				Testemunha no arrendamento de fornos na R. de Gala por Clemente de Paiva
José do Rego	Azulejador					
José Fernandes	Pintor de louça					
José Gomes	Malagueiro de louça branca					
José Rodrigues	Oleiro de branco, verde e amarelo e vermelho					
José Rodrigues Cortiça	Oficial pintor de louça	09-05-1724	Rua das Padeiras			Testemunha no arrendamento de fornos na R. de Gala por Clemente de Paiva
José Simões	Oficial pintor de louça	09-05-1724	Rua das Padeiras			Testemunha no arrendamento de fornos na R. de Gala por Clemente de Paiva
Leonardo João	oleiro	11-09-1581				Padrinho de baptismo
Luís Fernandes	Malagueiro	03-06-1612				Padrinho de baptismo
Luís Gonçalves	Oleiro	15-08-1549				Casado com Inês Jorge baptiza a filha Catarina
Luís Gonçalves	oleiro	15-08-1549				Casado com Inês Jorge baptiza um filho
Manuel Antunes	Pintor de louça	22-11-1628	São Tiago			Casamento
Manuel Bernardes	oleiro	1567	R. Estevão Nogueira			Paga 200 réis de sisa
Manuel Bernardes	Malagueiro de louça branca	1609				
Manuel Bernardo	malagueiro	23-01-1594				Padrinho de baptismo
Manuel Correia	Oleiro de louça branca					
Manuel da Costa Brioso	oleiro	1708 1758 1773				Baptismo Casa com Engrácia Maria, viúva do oleiro Agostinho de Paiva Óbito
Manuel de Cravalho	Oleiro, mestre de tenda	1746				Óbito
Manuel Dias	oleiro	1691				Casa com Maria João
Manuel Diogo	oleiro	05-05-1642				Padrinho de baptismo
Manuel Domingos	Malagueiro de branco					
Manuel Domingos	malagueiro	1642				Padrinho de baptismo
Manuel Fernandes		12-12-1558				Recebe carta de oleiro
Manuel Fernandes	Mestre assentador de azulejos	1654				Assenta os azulejos da sala dos actos grandes
Manuel Fernandes	malagueiro	21-06-1596				Padrinho de baptismo
Manuel Francisco	oleiro	21-12-1596				Padrinho de baptismo
Manuel Francisco	Malagueiro	00-05-1601				Padrinho de baptismo
Manuel Francisco Domingos	Malagueiro de branco	1642				Padrinho de baptismo

Manuel Gomes	Malagueiro de louça branca e pintada	06-07-1633			Recebe carta de malagueiro
Manuel Gomes	Pintor de louça				
Manuel Gomes	Malagueiro de louça pintada	1599			Óbito
Manuel Gonçalves	Oleiro	1599	São João de Santa Cruz		Morre a mulher, Joana da Rocha devido à peste
Manuel Gonçalves	Oleiro de louça vidrada de branco, verde e amarelo				
Manuel Gonçalves	oleiro	23-01-594			Padrinho de baptismo
Manuel João	Oleiro	02-09-1632			Óbito
Manuel João	Malagueiro de louça branca				
Manuel João Perdigão	oleiro	11-11-1674			Óbito
Manuel João, o branco	oleiro	05-07-1673			Óbito
Manuel Leal	Pintor de louça	1690 18-06-1698			Casamento com Maria de Paiva Óbito
Manuel Leal	Mestre de olaria branca	1715 1730 1732 13-15-1733			Casado com Teresa Duarte, baptiza um filho Padrinho de baptismo de Miguel Costa Brioso Padrinho de baptismo de Manuel da Costa Arrenda uns terrenos à Universidade
Manuel Lucas	Oleiro, mestre de tenda	1728			
Manuel Luis	oleiro	31-01-1678			Fiador de Domingos Esteves, hipotecou a sua olaria
Manuel Marques	Pintor de louça				
Manuel Oliveira Raimão	oleiro				Natural de Aveiro
Manuel Rodrigues	Malagueiro de toda a obra que pertence ao dito ofício	20-02-1592			Recebe carta de oleiro
Manuel Rodrigues	Oleiro de louça branca				
Manuel Rodrigues Porto	Malagueiro				Examinador do ofício de malagueiro
Manuel Roiz	Oleiro de louça branca	27-11-1630			Testemunha de casamento. Casado com Lucinda Cruz
Manuel Roiz	Malagueiro	31-10-1628			Testemunha de casamento
Manuel Silva	Pintor de óleo e azulejo	1710 1715 1722 1733	R. da Moeda		Casado com Jerónima Teles Padrinho do casamento de Manuel Leal Juntamente com Bento Paiva revestem as paredes da sé de Viseu Padrinho do baptismo da filha de Manuel Leal
Manuel Simões	oleiro	31-01-1678			A sua casa estava junto à olaria de Manuel Luiz
Manuel Simões	oleiro	16-11-1627			Padrinho de baptismo
Manuel Vieira	Oleiro	08-03-1553			Baptiza a filha Antónia

Manuel Vieira	oleiro		08-03-1553			Padrinho de baptismo
Marcos Fernandes			10-05-1559			Recebe carta de oleiro
Marcos Fernandes	oleiro		26-06-1569			Casado com Catarina Fernandes, baptiza a filha Maria
Maria Brás	oleira		1567	R. da Moeda		Paga 700 réis de sisa
Maria Ferreira	Oleiro		1601			Recebeu da sé de Coimbra por telha
Mateus Pires	Oleiro		31-01-1678			A sua casa estava junto à olaria de Manuel Luiz
Mateus Pires	Oleiro		06-01-1556			Casado com Isabel Pires, baptiza o filho António
Mateus Pires	oleiro		26-04-1597			Óbito. Morreu a tirar barro em São Martinho do Bispo
Mendo Pires	Oleiro		1567	Terreiro das Olarias		Paga 1000 réis de sisa
Miguel Fernandes	Oleiro		04-03-1525			Recebe carta de oleiro
Miguel Fernandes	Oleiro		09-12-1567			Casado com Brites Negroa, baptiza a filha Isabel
Miguel Ramos	Oleiro, mestre de tenda		17-09-1570			Baptiza a filha Joana
Miguel Simões	Malagueiro		22-04-1583			Óbito
Pascoal Fernandes	Oleiro		1572			Juiz do ofício
Pascoal Fernandes	oleiro		1567	R. Estevão Nogueira		Paga 700 réis de sisa
Pascoal Fernandes	Oleiro, mestre de tenda		1729			
Pascoal Fernandes	Malagueiro					Examinador do ofício de malagueiro
Pascoal Fernandes	Oleiro		08-10-1598			Óbito. Enterrado em Santa Cruz
Pascoal Fernandes	oleiro		1567	R. do Arco de Jorge Vaz		Paga 800 réis de sisa
Pascoal Fernandes	Oleiro		1590			Juiz do ofício de lavar telha e tijolo
Pedro Anes	Oleiro		04-09-1548			Casado com Antónia Fernandes, baptiza a filha Policena
Pedro Anes	Oleiro		13-11-1552			Casado com Isabel Pires, baptiza o filho Jerónimo
Pedro Anes	Oleiro		23-07-1563			Óbito. Enterrado em Santa Cruz
Pedro Anes, o moço	oleiro		1567	R. Estevão Nogueira		Paga 700 réis de sisa
Pedro Anes, o velho	oleiro		1567	Terreiro das Olarias		Paga 360 réis de sisa
Pedro Fernandes	Malagueiro		15-03-1597			Recebe carta de malagueiro
Pedro Fernandes	Malagueiro		15-03-1597			Recebe carta de oleiro
Pedro Fernandes	Malagueiro de Málaga branca de talavera		25.11-1608			Recebe carta de malagueiro
Pedro Gonçalves	Oleiro		1629			Óbito
Pedro Gonçalves	Oleiro		28-12-1551			Casado com Filipa Lopes que é madrinha de baptismo
Pedro Gonçalves	Oleiro		06-01-1563			Óbito
Pedro Jorge	Oleiro		17-01-1559			Juiz do ofício de oleiro
Pedro Jorge	Oleiro		04-03-1525			Examinador do ofício
Pedro Jorge	Oleiro		15-12-1549			Padrinho de baptismo em São João de Santa Cruz

Pedro Jorge	oleiro	1567	R. Estevão Nogueira	Paga 600 réis de sisa
Pero Anes	oleiro	23-06-1597		Óbito
Pero Fernandes	Malagueiro de malga branca	22-09-1629		Padrinho de baptismo
Pêro Gonçalves	oleiro	06-01-1563		Óbito. Casado com Filipa Lopes
Pires Mateus	oleiro	1573		Examinador do ofício
Rafael Luis	Oleiro	17-05-1578		Testemunha
Rafael Luís	Oleiro	14-01-1603		Referido no testamento da mulher, Teodora Francisca, viúva
Rafael Luís	oleiro	14-01-1603		Óbito. Casado com Teodora Francisca
Rodrigo Fernandes	Oleiro	25-09-1591		Óbito. Enterrado e, Santa Justa
Salvador Carvalho	Pintor de louça			
Salvador de Sousa	Pintor de louça	02-05-1632		Casa-se
Salvador de Sousa Carvalho	oleiro			Casa com uma neta de Basílio do Rego
Sebastião Fernandes	Oleiro e malagueiro	17-01-1559		Recebe carta de oleiro
Sebastião Fernandes	Oleiro	27-04-1592		Casa com Maria Dias
Sebastião Fernandes	oleiro	27-04-1592		Casa com Maria Dias
Sebastião Francisco	oleiro	1567	R. Lopo Martins	Paga 400 réis de sisa
Sebastião Rodrigues	Oleiro de branco	1739		Natural de Lisboa baptiza um dos filhos em Coimbra
Simão Fernandes	Oleiro nas peças costumadas ao ofício	16-09-1554 05-09-1560 21-09-1586		Baptiza o filho António Baptiza o filho Simão Recebe carta de oleiro
Simão Fernandes		16-04-1587		Recebe carta de oleiro
Simão Fernandes	Oleiro	31-03-1578		Óbito
Simão Fernandes	Oleiro	12-04-1587		Casamento
Simão Fernandes	oleiro	1567	R. da Madalena	Paga 600 réis de sisa
Simão Fernandes	Oleiro	12-01-1586		Testemunha de casamento
Simão Fernandes	oleiro	31-01-1578		Óbito
Simão Fernandes	oleiro	12-04-1587		Testemunha de casamento
Simão Francisco	Malagueiro de louça branca			
Simão Francisco	Oleiro malagueiro louça branca	17-2-1624		Padrinho de baptismo
Simão Lopes	Malagueiro	02-06-1576		Recebe carta de oleiro
Simão Pires	Oleiro	24-01-1548 04-09-1591		Baptiza o filho Pedro Óbito
Simão Pires	oleiro	1567	R. Lopo Martins	Paga 800 réis de sisa

Simão Pires	oleiro	04-01-1591		Óbito
Simão Rodrigues		11-09-1590		Recebe carta de oleiro
Simão Rodrigues	Oleiro			Baptiza um filho de nome Francisco
Simão Roiz	Oleiro	11-09-1590		Padrinho de baptismo
Teotónio da Mota	Malagueiro	16-09-1647		Examinador do ofício de malagueiro
Tomé Fernandes	Oleiro	21-04-1578 14-10-1583		Casado com Jerónima Gonçalves, baptiza uma filha
Tomé Fernandes	oleiro	1567	R. da Moeda	Óbito
				Paga 1000 réis de sisa

Nome	Função	Data	Morada	Observações
António Fernandes	Oleiro	1622 1647 1650 1658	Vila Nova Viel do cabeçudo	Fiador de Gonçalo Vieira, mestre de pedraria A caravela de Manuel Lopes traz barro de Lisboa Avaliador da tenda de Catarina Sena, oleira Mordomo da confraria do Santíssimo
Domingos Alves Oliveira	Oleiro	1695 1700 1700 1701 1702 1702 1704 1709 1709 1710 1710 1714 1717 1720 1736 1736 1737	do cabeçudo para baixo	Despacha 50 dúzias de louça para o Brasil Casado com Maria de França. Filho de José de Almeida, oleiro Recebe doação de uma propriedade na viela de Santa Marinha Compromete-se com a renda de um fidalgo de Campo de Belo Representa os moradores do Cabeçudo no senado da Câmara Passa procuração de carácter geral com outros oleiros Move causa contra João Gomes Oliveira Casa com Apolónia Carneiro filha de Filipe Carneiro, oleiro Dono do barro que ia a bordo de navio aprisionado Baptiza a filha Josefa Arrenda um quintal na Barroca Dá dote á filha Eufémia de Oliveira para casar com Paulo da Silva Com outros organizam defesa contra decisão da Câmara do Porto Contrato no qual seu filho Francisco entra nos carmelitas descalços Testamenteiro do testamento de Paula Pereira, sua sogra Vende casas sobradas em Santa Marinha Óbito
Francisco Ferreira Lima	Oleiro	1680 1684 1684 1685 1687 1687 1688 1689 1689 1689 1691 1693	 R. Direita	Casa com Mónica Gomes e baptiza Manuel Assina uma petição a respeito da falecida madrastra Mariana Silva Contrai empréstimo de 100 mil réis Baptiza Francisco Baptiza Simão Empresta dinheiro a um familiar no Canedo, vila da Feira Passa declaração ao Brasil para cobrar dinheiro dos seus negócios Baptiza António Eleito ouvidor de Vila Nova Contrai empréstimo de 100 mil réis para desempenhar a casa Baptiza João Arrenda um terreno por detrás da sua casa

		1693 1695 1695 1700 1701 1702 1702 1704 1705 1709 1710 1717 1718		do cabeçudo para baixo	<p>Baptiza Custódio</p> <p>Traz causa com Antónia Maria de Lisboa</p> <p>Paga multa de 1000 réis por não apresentar carta de ofício</p> <p>Paga mil réis de décima. Tinha casas próprias e outras alugadas</p> <p>Arrenda novo terreno por detrás de sua casa</p> <p>Passa procuração a apelar ao porto de Lisboa</p> <p>Passa procuração de carácter geral com outros oleiros</p> <p>Mesário da Confraria do Santíssimo Sacramento</p> <p>Assina com outros contra Jerónimo Maia devido a águas que escorriam R. Direita abaixo vindas da Quinta do Maravedi</p> <p>Dono do barro que ia a bordo de navio aprisionado</p> <p>Assina contrato com outros na R. Direita</p> <p>Morre a mulher</p> <p>Óbito</p>
Luísa de Sousa, viúva	Oleiro			Vila Nova, do cabeçudo para baixo	Dono do barro que ia a bordo de navio aprisionado
Maria Antónia	Oleiro	1709		Vila Nova, do cabeçudo para baixo	Dono do barro que ia a bordo de navio aprisionado
Manuel Rodrigues Vianês		1637 1637 1648 1659 1659 1662 1668 1703			<p>Estava na cadeia. Era de Viana do Castelo.</p> <p>Criado de Sebastião Jorge</p> <p>Testemunha de testamento</p> <p>Casa com Isabel Pereira, viúva de Mateus António</p> <p>Paga foro com a mulher Isabel Francisca</p> <p>Sua enteada, Maria foi violada no Porto quando vendia louça</p> <p>Óbito</p> <p>Morre sua mulher Isabel Pereira, vianessa</p>
António Francisco	Mestre oleiro	1732			Casado com Maria dos Reis. Pede 202 mil réis para comprar barro
Catarina Sena	oleira	1607 1650		Vila Nova	<p>Baptiza a sua filha com Duarte Mendes. Padrinho António Ribeiro</p> <p>A sua tenda é avaliada por António Fernandes, oleiro e doada ao seu genro</p>
Isabel Pereira Vianessa		1659 1662 1673 1676 1703		Santa Marinha	<p>Casa com Manuel Rodrigues o Vianês</p> <p>Sua filha Maria foi violada no Porto quando vendia louça</p> <p>Toma prazo de casas na R. Direita</p> <p>Pede 25 mil réis ao ferreiro da Bandeira para empregar em cabedal na sua olaria</p> <p>Óbito</p>

Crispim dos Santos			1670 1671 1671 1675 1675 1684	Rua Direita	Natural de Coimbra Tesoureiro da Confraria do Santíssimo Sacramento Casamento com Maria Francisca Recebe herança dos pais falecidos em Coimbra Junta-se aos moradores protestando contra o Juiz da Alfândega Pertence à Confraria do Santíssimo Sacramento Testemunha do testamento de Mariana da Silva
	Manuel Simões		1657 1669 1670 1673		Natural de Coimbra Casamento com Catarina Roiz Eleito do concelho Tesoureiro da Confraria do Santíssimo Sacramento Morte de Catarina Roiz Compra casa de dois sobrados na R. Direita de Vila Nova
Domingos Simões Manuel João, o mudo	oleiro		1687	Vila Nova	Passa procuração a João Francisco Lima, oleiro
	Oleiro		1644 1645 1647 1661 1665 1668 1669 1671 1672 1674 1674 1676 1679 1684 1685 03-02-1686 1690 1693		Casa com Maria de Almeida Baptizam o filho Manuel que morre em 1672 Rendeiro do Mosteiro de Pedroso Arrenda um forno a João Frutuoso Compra casa e quintal na R. Direita através de empréstimo É louvado de uma olaria. Compra casas sobradadas na R. Direita Compra ¼ do casal da Costa e um casal em Avintes Empresta 30 mil réis a kavradores de Mafamude Eleito procurador de Vila Nova Mercadores estrangeiros moveram uma causa contra ele e outros oleiros por uma partida de estanho Eleito ouvidor de Vila Nova Empresta 25 mil réis a Domingos André Empresta 20 mil reis a António Lopes Compra casas na R. Direita, junto a Manuel R. Rosa, oleiro Domingos lorge, oleiro em Lisboa, deve-lhe 20200 réis Deve a Domingos Jorge, oleiro de Lisboa 40250 mil réis por barro e azul que lhe mandou de Lisboa Óbito A viúva dá dote à filha
Manuel Rodrigues Rosa	Oleiro		1674	Vila Nova	Mercadores estrangeiros moveram uma causa contra ele e outros oleiros por uma partida de estanho

		1682		Arrenda a Maria Ribeiro um forno na Tr. do Cabeçudo
Domingas Luís	Viúva de oleiro	1660	Vila Nova	Passa procuração ao irmão para cobrar a Manuel Louceiro, 10980 réis de <i>lousa que leuou de sua olaria de lousa branca</i>
		1666		Problemas com os fumos de uns fornos
		1674		Mercadores estrangeiros moveram uma causa contra ele e outros oleiros por uma partida de estanho
		1673		Nova procuração para quitação de dívidas
		1675		Toma posse de um terreno ao pé do seu forno
		1682		Tem um forno na R. Direita
		1682		Óbito
Fabiana de Almeida	Viúva de oleiro	1674	Vila Nova	Mercadores estrangeiros moveram uma causa contra ele e outros oleiros por uma partida de estanho
Marinha Antónia	Viúva de oleiro	1686	Vila Nova	Já tinha falecido. Viúva de Manuel Carneiro dos Santos
		1674		Mercadores estrangeiros moveram uma causa contra ele e outros oleiros por uma partida de estanho
Domingos Gonçalves	oleiro			
Sebastião Ribeiro	oleiro	1605	Vila Nova	É caseiro com Bárbara Gonçalves e Domingos Gonçalves de uma casa com forno no centro de Vila Nova
Cristóvão Gonçalves	oleiro	1599	Vila Nova	Desde 1571 que arrenda uma porção de uma casa com forno no centro de Vila Nova
António Sobrinho	oleiro	1605	Vila Nova	Compra a Domingos Gonçalves uma tenda de oleiro
Manuel Fernandes, o gago	oleiro	1626	Vila Nova	Casado com Catarina Carneiro, vendem casas na R. Direita
		20-05-1631		Arrenda uma olaria a Antónia Sobrinho
		1634		O arrendamento é renovado
		1640		O arrendamento é renovado
		1680		Assina como testemunha
		1685		Mandou para o Brasil dois caixões com 64 dúzias de louça
		1699		Mandou para o Pará 70 dúzias de louça de Vila Nova
António Fernandes	oleiro	1650	Vila Nova	Avaliador da tenda de Catarina Sena, oleira
António Ribeiro	oleiro	1660		Vende a Manuel Rodrigues, oleiro, uma tenda de oleiro
		1679		Recupera uma olaria abandonada
Manuel Rodrigues	oleiro	1660		Compra a António Ribeiro, oleiro, uma tenda de oleiro
Manuel de Carvalho	Obreiro de olaria	1661		Perde a olaria para António Fernandes, pedreiro, por conta de um empréstimo que não foi pago

Maria Luís, viúva de Manuel Mendes	oleira	1666			Contrato de compromisso que o forno que possuía não ia causar dano à população envolvente
Maria Ribeiro, viúva de Pantaleão Ribeiro	oleira	1682			Cede por arrendamento a Manuel Rodrigues Rosa um forno que tem na travessa do cabeçudo.
António Vieira	oleiro	1695	Vila Nova		Ganha uma olaria da tia da mulher, viúva de Manuel Rodrigues Rosa
Manuel Carneiro dos Santos	Mestre oleiro de louça branca	1716 1723 1733	Vila Nova		Arrendam casa com forno na Rua Direita Arrenda fornos na Rua Direita pagos em réis e louça Recebe um forno de doação da sua mãe
Marcelino dos Santos	oleiro	1726			Referido num documento em que a sua viúva fala das olarias que tiveram no caminho da Fervença
Filipe Carneiro	oleiro	1684 1687 1689 1690 1692 1694 1694 1694 1696 1696 1697 1698 1698 1699 1700 1706 1709 1710 1710	R. Direita		Casa com Paula Pereira e baptiza Catarina Eleito procurador de Vila Nova Baptiza Filipe Baptiza João Baptiza António Toma de aluguer tenda e forno por 7250 réis anuais Baptiza Manuel Contrai empréstimo de 200 mil réis para investir na olaria Eleito ouvidor de Vila Nova Arrenda casa na viela dos Açougues Recebe herança do Pe Manuel Carvalho Empresta 40 mil réis a Teresa Nogueira e reforça no ano seguinte Baptiza Ambrósio Paga o empréstimo que contraiu em 1694 Pagam 1000 réis de multa por não apresentar carta de oleiro Dota a filha Catarina para casar Dono do barro que ia a bordo de navio aprisionado Assina contrato com outros oleiros para interesses comuns Óbito
António Pereira Chaves			Tr. Da Serra		
Manuel Rodrigues	oleiro		Vila Nova		Filho do Vianês
André Fernandes o Mexedo	oleiro	1626			Arrenda uma olaria pagando por ano 1800 réis hua dúzia de louça fina seis pratos e seis tigellas. Óbito. Casado com Isabel Antónia
Pedro de Bem	oleiro	1644 1576	Rua Direita à Cruz do		Compra umas casas sobradadas junto à Cruz do Sacramento

		1586 1587 1592 1597 1600 1604	Sacramento	Casado com Maria Sobrinha, baptizam António Testemunha de casamento. Baptiza Gonçalo Eleito ouvidor de Vila Nova Compra terreno em Vila Nova perto de sua casa Baptiza Margarida e Estevão Óbito
Francisco Sobrinho		1609 1609 1613 1618 1618 1619	Rua Direita à Cruz do Sacramento	Toma de arrendamento ao cunhado Gonçalo Cordeiro a igreja de Perosinho Declara a pertença de bens preciosos (sedas orientais) Empresta a Pedro do Couto 100 mil réis para negócios Casa com Ana de Sousa Compra uma casa em Miragaia Óbito
António Sobrinho		1604 1605 1608 1610 1613 1617 1619 1627		Testemunha de um testamento Compra tenda de oleiro a Domingos Gonçalves Casado com Francisca Pinheiro, baptiza o filho Pedro Baptiza o filho Bento Baptiza a filha Maria Compra uma casa na R. do Souto Porto Morre Francisca Pinheiro Casa com Cecília Nunes. Morre nesse dia
António de Bem		1587 1593 1597 1599 1602 1603		Irmão de Pedro de Bem Casado com Isabel Vaz, baptizam o filho António Baptiza a filha Benta Baptiza a filha Paula Baptiza o filho Francisco Possui casas na Rua dos Marinheiros Óbito
Antónia Sobrinha		1632 1633 1634 1640 1646		Herda da avó os bens do oleiro António Sobrinho Compra um foro em Barcelos Casa com Manuel Fernandes Calvos Arrenda a Manuel Fernandes o gago uma olaria Óbito
Domingos de Bem		1599		Casado com Francisca Fernandes, baptizam a filha Maria
Estevão de Bem		1600 1624		Baptizado em Santa Marinha. Filho de Pedro de Bem Óbito

Pedro de Bem Sobrinho		1617 1637			Testamento Óbito
Domingos Mendes		1685			Testemunhas do testamento de Pedro Bem Sobrinho
Manuel João		1685			Testemunhas do testamento de Pedro Bem Sobrinho
Veríssimo Monteiro		1685			Testemunhas do testamento de Pedro Bem Sobrinho
Francisco Gonçalves		1685			Testemunhas do testamento de Pedro Bem Sobrinho
António Ribeiro	oleiro	1590 1599 1603 1604 1605 1606 1607 1610 1617 1629		Abaixo da cruz do sacramento	Padrinho de baptismo em Santa Marinha Casa com Catarina Fernandes Comprou metade de casas caídas, na rua de Baixo Testemunha de testamento Baptiza o filho António Baptiza outro filho de nome António Padrinho da filha de Catarina de Sena e Duarte Mendes, oleiros Eleito ouvidor de Vila Nova Compra umas casas na R. Direita que vai para a Bandeira Não se sabe quando morre mas Catarina Fernandes é viúva
Duarte Mendes	oleiro	1607			Baptiza uma filha com Catarina de Sena
António Rodrigues	oleiro	1594		Guindais	Referido no testamento da mulher
Cristóvão Gonçalves	oleiro	1552 09-07-1571 1581		R. Direita	Aparece no registo paroquial de Santa Marinha Testamento de sua mulher Beatriz Martins Testemunha de vários documentos notariais
Domingos Gonçalves		1586 1588 1596 1599 1605			Fiador dos rendeiros da Igreja de Santa marinha hipotecando a sua casa e forno Assina como testemunha Vende a Pedro Teixeira metade de umas casas Compra casa e forno a Francisco Costa com sua filha Barbara. Vende a António Sobrinho, oleiro, uma tenda de oleiro
Gonçalo Martins		1549 1551 1559 1573			Eleito almotacé de Vila Nova Eleito almotacé de Vila Nova Eleito almotacé de Vila Nova Confinante num prazo de uma casa na R. Direita de Vila Nova
Gonçalo Pires		1598 1601 1602 1605 1609			Casado com Beatriz Gonçalves, crismam a filha Maria Passa procuração para Viana a Porto pois estava no Brasil Recebe 17 mil réis de Manuel Cardoso Faz testamento. Testamenteira Beatriz Gonçalves Crisma outra filha de nome Maria

		1645			Guindais	Testamento da mulher Beatriz Gonçalves
Gregório Fernandes		1594				Baptiza o filho Nicolau
		1609				Está casado com Inês Antónia, sua segunda mulher
		1621				Morre a mulher Inês Antónia
	oleiro	1552				Testemunha de testamento
João Nunes	oleiro	1553			R. Direita	Testemunha de testamento
Pantaleão Ribeiro	oleiro	1600				Casado com Catarina Fernandes, baptiza a filha Maria
Sebastião Pires	oleiro	1576				Testemunha de um testamento. Irmão de Pedro de Bem
		1587				Sua filha Maria Ribeira casa com Jorge Monteiro
		1595				Óbito. Casado com Francisca Ribeiro
	Oleiro	1601			Pedroso	É mandatado de sua mulher Brites Monteiro para receber herança
Sebastião Ribeiro, filho		1602				Baptiza Manuel
		1604				Baptiza Maria
		1607				Baptiza Luísa
		1609				Compra a herança paterna aos irmãos Francisca, Manuel e Gonçalo
		1610				Arrenda casas em Vila Nova
		1612				Compra e arrenda terrenos e moinhos a Catarina Monteiro
		1615				Rendeiro do casal de Jaca em Pedroso
		1615				Tutor de um menor. Compra pensão de um prédio a Maria Barbosa
		1617				Confinante na Rua Direita.
		1617				Baptiza Margarida. Padrinhos António e Margarida Sobrinha
		1618				Concede um empréstimo a um conterrâneo preso.
		1618				Rendeiro do Morgado de Fernedo
		1620				Renova o prazo do casal de Jaca em Pedroso
		1621				Baptiza António
		1621				Prazo fateusim sobre casas na r. das Aldas no Porto
		1624				Compra casal de Ordonhe no concelho da Feira
		1627				O filho Pe Manuel Monteiro torna-se abade na Sé
		1628				Mordomo da Confraria do Santíssimo Sacramento
		1630				A mulher passa-lhe procuração pois é achada mentecapta
		1631				Rectifica contas comuns com o oleiro Bernardo Soares
		1636				Passa procuração ao filho abade para efeitos de cobrança
		1636				Testemunha do sobrinho Manuel Ribeiro, oleiro
		1639				Referem-se casas na R. Direita que foram de Bastião Ribeiro oleiro
Simão Gonçalves	oleiro	1594				Casado com Isabel Fernandes baptizam o filho Manuel
António Alves	oleiro					Testemunha de documentos notariais

António Barbosa	oleiro	1702 1705 1709 1713		1702 1705 1709 1713	Casa com Ana da Costa Baptiza o filho Inácio Baptiza a filha Maria Óbito
António de Barros		1668 1688		1668 1688	Casado com Maria da Rocha baptizam a filha Luzia Óbito
António de Carvalho		1664		1664	Casado com Maria Fernandes baptizam o filho Manuel Óbito
António Correia		1652		1652	Casado com Maria Helena Rodrigues
António Fernandes		1622 1629 1652 1653 1658		1622 1629 1652 1653 1658	Casado com Maria Francisca dá fiança a Gonçalo Vieira pedreiro Fiador de Gonçalo Vieira, pedreiro pelo chafariz da Rua Chã Padrinho de Baptismo Casa com Francisca Ribeiro Mordomo da confraria do Santíssimo Sacramento
António Fernandes		1664 1675		1664 1675	Casa com Pascoa de Oliveira Óbito
António Fernandes		1666 1676 1694	Pedroso	1666 1676 1694	Casa com Maria Vieira Testemunha de testamento Testemunha de testamento
António Ferreira Soares	oleiro	1705-1723 1718 1720 1724 1727 1732 1732 1734 1742 1750	Viel dos açougues R. Direita acima do cabeçudo Tr. Do Sacramento	1705-1723 1718 1720 1724 1727 1732 1732 1734 1742 1750	Baptiza cinco filhas e um filho Irmão da Confraria do Santíssimo Sacramento Testemunha de testamento Autoriza um seu vizinho a subir ao telhado do seu armazém Óbito da mulher Ana Ferreira Move causa contra Domingos Araújo A segunda mulher Maria Gomes compra casal em Perosinho Passa procuração à vila de Feira A mulher faz doação a uma prima do casal em S. Vicente de Pereira Óbito
António Francisco		1718 1718 1719 1721 1722 1723 1724	Viel do Sacramento	1718 1718 1719 1721 1722 1723 1724	Casou com Teresa Maria dos Reis, irmã de Francisco Lima, oleiro Baptizou a filha Pudenciana Aceitou procuração de cunhado de Arouca para agenciar assuntos Vende a moradia onde vive na Viela do Sacramento Intervém num desacato em Valadares impedindo o ouvidor de prender um dos arruaceiros. Foi perdoado pelo ouvidor. É preso por dívidas e tem de pedir empréstimo para sair da prisão Pede empréstimo de 400 mil réis à Congregação de O. Do Douro

			1729 1731			Reclama doação feita por menor de Arouca residente na sua casa Vendeu sua residência ao pasteleiro José Santos, preto forro
António Gonçalves			1626			Almotacé de Gaia
António Gonçalves, o gaita	oleiro		1658 1675 1675 1683 1683 1689			Casou com Isabel Ferreira Pede um empréstimo de 156 mil réis para reconstrução da casa Pede 25 mil réis para empregar em cabedal na sua tenda de oleiro Dotam a filha Maria para a casar Perde a sua casa por uma questão de dívidas Óbito
Isabel Pereira	oleira		1689			Morre o marido António Gonçalves, o gaita, continua o ofício Arrenda uma casa de dois sobrados na Travessa do Sacramento
António Gonçalves			1719 1727 1730 1737	R. de Baixo Na volta		Casa com Maria Gomes Testemunha de testamento Testemunha de testamento Testemunha de testamento
António João	oleiro		1656 1660			Casa com Maria da Rocha Baptizam a filha Márcia
António João	Oleiro de barro vermelho		1656 1656 1662	Junto à Igreja de Santa Marinha		Casado com Mariana Pinto Passa procuração ao marido para receber herança de uma tia Por a herança ainda não estar tratada passa nova procuração
António Lopes	Trabalhador de oleiro		1713	Em casa do oleiro Francisco Ferreira Lima		Óbito.
Francisco Ferreira Lima			1713			Morte do seu trabalhador António Lopes
António Monteiro			1618 1628 1628 1636			Casado com Maria Ferreira é padrinho de baptismo O seu irmão Francisco abusa de uma sua criada Recebe procuração de Domingos Francisco, mercador de Coimbra Óbito
António Pereira	Oleiro jornaleiro		1684 1694 1697 1702 1714	R. Direita Viel dos Açougues		Casado com Maria dos Santos, baptizam um filho Testemunha de um testamento Testemunha de um testamento Foi considerado demasiado pobre para a décima Óbito
António Ribeiro			1611 1627 1629 1650			Casado com Beatriz Monteiro são padrinhos de baptismo Crismam a filha Maria Recebe da mãe recebe o casal de Figueiredo Avaliador

			1660 1661 1661			Vende um forno oleiro Avaliador Óbito
Manuel Carneiro	oleiro		1661			Herda a olaria do pai, António Ribeiro
António Ribeiro	oleiro		1692 1698 1720	Fervença		Casado com Ana Gomes dá quitação de empréstimo Admissão na Confraria do Santíssimo Sacramento Óbito dele e da mulher
António Ribeiro Ferreira			1706 1744			Vivia do seu ofício e pagou 200 réis de décima Passa procuração ao irmão para cobrar uma dívida de 1900 réis a Miguel Gomes, oleiro em Lisboa
António dos Santos			1712			Casado com Maria dos Santos baptizam um filho
António Vieira			1694 1695 1703 1703 1704			Irmão da Confraria do Santíssimo Sacramento Casa com Francisca Monteiro Trespasa uma dívida Multado em mil réis porque não apresentou carta de oleiro Óbito
Baptista Francisco			1651 1667			Casado com Maria Nunes, baptizam a filha Maria Testemunha de testamento
Bernardo Soares			1629 1633 1679 1679 1681 1682 1683 1733 1733	Acima da Ermida de São Roque R. do Loureiro		Casou com Catarina Fernandes em segundas núpcias Padrinho de Maria filha de Nicolau Luís Procurador de António do Couto, sua tia Vende casas térreas acima da Cruz do Loureiro Vende casa na Bandeira Vende casa de sobrado, com loja e quintal, na Rua Direita Dotam a filha Maria para casar com Manuel Rodrigues Óbito. Nasceram dois filhos gémeos póstumos Morre a mulher Catarina Fernandes
Maria Pereira	oleira		1686			Passa com a irmã, Catarina Fernandes, viúva de Bernardo Soares, uma procuração
Domingos Mendes	oleiro		1686			A filha, Catarina Fernandes era casada com Bernardo Soares
Manuel Ferreira	Oleiro		1730	Caminho Novo (Miragaia)		Neto de Bernardo Soares
Bernardo Soares	oleiro		1677 1699 1727 1733 1734			Baptizado pelo pai, homónimo e Catarina Fernandes Entra para a Confraria do Santíssimo Sacramento Passa procuração a Lisboa reclamando pagamento de alferes Casado com Engrácia Gomes vende pardieiros em S. Roque Doação reciproca

		1741 1742			Mordomo da Confraria de Nossa Sra. Do Rosário Óbito
Cristóvão de Castro	oleiro	1692			Casado com Maria dos Santos baptizam a filha Maria
Cristóvão Fernandes	oleiro	1648			Casado com Maria Antónia baptiza o filho André
Cristóvão Francisco	oleiro	1652			Casado com Maria Antónia baptizam o filho António
Cristóvão Gonçalves	Trabalhador de oleiros	1639 1640			Testemunha de testamento Testemunha de testamento
Cristovão Ribeiro	oleiro	1655 1655			Casa com Maria Fernandes Ratifica escritura de venda
Custódio da Fonseca	oleiro	1612 1617 1620			Casa com Fabiana Almeida Baptiza a filha Beatriz Baptiza a filha Fabiana
Domingos Afonso	Trabalhador de oleiro	1660		Natural de Refojos do Lima	Casado com Maria Gonçalves vende os bens que tem na sua terra
Domingos António	Trabalhador de oleiro	1699		Alheira	Morrer de acidente. Casado com Isabel Fernandes
Domingos Carneiro	oleiro	1733		R. Direita	Aceitou procuração. Filho de Paula Pereira e Filipe Cameiro
Domingos Carvalho	oleiro	1728 1731			Perdoa agressão por ocasião do Entrudo Casado com Maria Alves, baptiza Ana
Domingos Fernandes	oleiro	1645 1653 1682 1693		Viel dos Açougues	Eleito almotacé de Gaia Casado com Luísa Gomes baptiza António Testemunha de um testamento Óbito
Domingos Gonçalves	oleiro	1599 1602 1604			Toma prazo a Francisco Costa de casas e forno de oleiro Casado com Maria Vaz baptiza Úrsula Baptiza Pantaleão
Domingos Gonçalves	oleiro	1627 1680		Na viela que vai da Cruz do Sacramento à Igreja	Casa com Maria Vieira Toma prazo de casas
Domingos Lourenço	oleiro	1657			Casado com Maria Soares baptizou a filha Antónia
Domingos Mendes	oleiro	1601 1607 1609			Casou com Catarina de Sena Baptiza Maria Baptiza Domingos
Domingos Mendes	oleiro	1639 1640 1675			Casa com Cecília de Castro Entrou para a Confraria do Santíssimo Sacramento Óbito. Viúvo e pobre.
Domingos Mendes	oleiro	1686			Já morto é mencionado em procuração em que se referem as filhas
Domingos Rodrigues	Oleiro	1657 1658			Casou com Catarina de Sousa Baptiza o filho Manuel

	Oficial de oleiro	1661 1672 1687			Trabalha na olaria de Manuel Rodrigues Testemunha de um testamento Morre na Baía no Brasil
Domingues Rodrigues	oleiro	1704			Casado com Luísa Domingues baptiza uma filha
Domingos da Silva	oleiro	1708 1713 1717	Fervença		Casado com Ana da Silva baptiza Helena Entra para a Confraria do Santíssimo Sacramento Morre sua mulher
Domingos de Sousa	oleiro	1663			Casou com Maria Francisca
Domingos Sousa Oliveira	oleiro	1707			Casa com Catarina Lopes. Óbito
Estevão de Castro	oleiro	1692			Casado com Maria dos Santos baptiza Maria
Félix de Castro	oleiro	1684			Óbito
Paula Pereira	oleira	1710 1711 1712 1714 1721 1728 1732 1733 1736	Tr. Da Serra		Viúva de Filipe Carneiro continua a actividade do marido O filho menor recebe fiança no valor de 150 mil réis Mandata o genro para renatar uma casa e fornos em Vila Nova Cobra dívida já executada em Barcelos Compõem-se com um vizinho por motivo de obras Vende casas sobradas na viela da Serra Passa procuração ao genro para receber uma dívida em Esposende Dota o filho Manuel Carneiro dos Santos, oleiro, para casar Óbito
Francisco Álvares	oleiro	1666	R. do Loureiro		Casado com Maria Gonçalves baptizam Francisco
Francisco Carvalho	oleiro	1642 1644 1649			Casado com Francisca Ribeiro presta fiança pelo cunhado Cristóvão Testemunha de um testamento Óbito. Declarado pobre
Francisco Ferreira o Fanha	oleiro	1697			Testemunha de um testamento
Francisco Ferreira	oleiro	1692			Óbito. Casado com Antónia Soares
João Francisco Lima	oleiro	1670 1672 1674 1676 1676 1680 1680 1681 1682			Tomou prazo de casas sobradas à Cruz do Sacramento Recebe procuração do oleiro Domingos Simões, oleiro de Coimbra Com outros moradores reclama excessos da Alfândega do Porto Aceita trespasse feito por Maria Mendes e filhos Mordomo da Confraria do Santíssimo Sacramento Um dos rendeiros do morgado dos Ferreiras. Casado com Jerónima Ferreira. Filho Francisco F. Lima, oleiro Manda para o Brasil oito caixões de louça com 400 dúzias Empresta 93 mil réis a Maria Gonçalves, viúva

		1682 1682 1683 1684 1685		Cruz do Sacramento	Manda cinco caixões de louça de Vila Nova para o Brasil Tomou de prazo um prédio arruinado no qual o caseiro faria obras Faz testamento. Casado com Mariana Silva em segundas núpcias, filha do oleiro Crispim dos Santos. Morre a mulher Mariana da Silva Óbito
Manuel da Silva	Obreiro	1702			Trabalha na olaria de Francisco Ferreira Lima
Manuel Gomes	Obreiro	1702			Trabalha na olaria de Francisco Ferreira Lima
Francisco Ferreira Lima	Mestre de tenda de oleiro	1685 1718 1719 1719 1720 1720 1721		Cabeçudo	Baptizado com o mesmo nome do pai Casa com Francisca Dias Pereira Morre Francisca Dias Pereira Contraí empréstimo Compra um quintal Casa com Margarida Teresa dos reis Óbito
Francisco Gonçalves		1617 1622 1626			Testemunha de testamento Casa com Jerónima Francisca e baptiza Maria Óbito
Francisco Gonçalves		1632 1637 1640 1647			Casa com Madalena Antónia e baptiza António Testemunha de testamento Baptiza Catarina Óbito
Francisco Pereira		1661 1674 1675 1692 1695		R. Direita	Casado com Antónia Soares baptiza Francisco Toma prazo e umas casas Testemunha de testamento Óbito A viúva dá dote à filha Margarida Soares
Sebastião Ribeiro		24-11-1637			Óbito
Sebastião Ribeiro		16-12-1637			Óbito
Domingos Alves Oliveira	Oleiro de louça fina	1771		Santo Ovídio	Ligado ao fabrico industrial
Francisco Pereira	obreiro	1702			Trabalha na olaria de Francisco Ferreira Lima
Francisco Ribeiro	oleiro	1620			Casado com Ana Maria baptiza João
Francisco Rodrigues	oleiro	1697 1697 1700 1702			Casa com Catarina Gomes Baptiza Manuel Admissão na Confraria do Santíssimo Sacramento Trabalha na olaria de Francisco Ferreira Lima

		1722			Testemunha de um testamento
Gonçalo Cerqueira	oleiro	1692 1693			Casado com Ana Pereira baptiza André Com a mulher, dá quitação de partilhas
Gonçalo Ribeiro	oleiro	1608 1614 1672	R. da Volta		Casado com Ana Vaz baptiza Manuel Recebe procuração de Ana Jorge, segunda mulher Confinante na R. da Volta
Gregório Fernandes	oleiro	1621	Guindais		Óbito. Casado com Inês Antónia
Gregório Fernandes	oleiro	1677	Junto a S. Roque		Casado com Maria Ferreira baptiza Valentim
Gualter Gonçalves	oleiro	1664 1670 1672 1686			Testemunha de casamento Mordomo da Confraria do Santíssimo Sacramento Casa com Clara Ribeiro Casa com Angélica Jesus
Inácio Ribeiro	oleiro	1701 1714			Casado com Maria Francisca, baptiza a filha Maria Óbito
João de Barros o Novo	oleiro	1710			Morre a filha Maria Antónia
João de Basto	oleiro	1689 1691 1691 1694 1695 1699 1712			Casa com Domingas da Silva Baptiza o filho Manuel Manda para o Brasil quatro caixões com 82 dúzias de louça branca Presta fiança pelos filhos menores de Luísa de Sousa Despacha para a Baía 115 dúzias de louça de Coimbra Morre a mulher, Domingas da Silva Morre a filha Maria
João Coelho	oleiro	1666			Testemunha de um testamento
João do Couto	oleiro	1672 1677			Testemunha de um testamento Óbito
João do Couto	oleiro	1691			Testemunha de um testamento
João Fernandes	oleiro	1650 1690 1691			Casado com Maria Gomes, baptiza a filha Maria Óbito
João Francisco	oleiro	1671 1672 1676 1715			Nasce um filho póstumo, Lourenço, de Engrácia mãe solteira Procurador de Vila Nova Ouvidor de Vila Nova
João Gonçalves	oleiro	1603			Tem uma dívida com Maria Martins, viúva de Domingos Fonseca Casado com Helena Rodrigues baptiza o filho António
João Gonçalves	oleiro	1694			Casado com Maria Francisca baptiza a filha Maria
João Pires	oleiro	1598			Testemunha de testamento Jurado de Santa Marinha

João Ribeiro	oleiro	1648 1650 1668 1695			Casado com Maria Francisca Baptiza a filha Maria Testemunha de um testamento Admissão na Confraria do Santíssimo Sacramento
João Ribeiro	Oleiro	1690 1691 1693			Casado com Isabel Ribeiro Baptiza Manuel Óbito
João Rodrigues	oleiro	1561			Vende um pardieiro no Codeçal
João Rodrigues	oleiro	1649 1680 1686			Casa com Joana Ferreira e baptiza a filha Maria Passa procuração ao Brasil para receber herança Manda para a Baía nove canastras com dez dúzias de louça
Jorge Fernandes	oleiro	1647 1651			Admissão na Confraria do Santíssimo Sacramento Passa fiança ao rendeiro de Pedroso
José de Almeida		1648 1676 1691 1693 1694 1714			Baptizado, filho de Manuel João, o mudo e de Maria de Almeida Eleito procurador de Vila Nova Passa procuração para ser rendeiro de Paramos Recebe dote da mãe, embora já casado com Maria de Sousa Óbito Morre a viúva
José Almeida Alves	oleiro	1694 1695			Filho de José de Almeida e Maria de Sousa Encarregado das cobranças de Manuel João, o mudo Passa procuração para causa que quer mover contra Domingos Francisco, louceiro de Braga
José Carneiro	oleiro	1619 1673			Casado com Maria do Couto baptiza Leonor. Padrinho Sebastião Ribeiro, oleiro Testemunha de casamento
José Carneiro	oleiro	1681 1681 1682 1684 1690 1692		R. Direita	Casa com Antónia do Espírito Santo Arrenda umas casas sobradadas em Vila Nova Admissão na Confraria do Santíssimo Sacramento Casado com Antónia Soares baptiza o filho Manuel Confinante na R. Direita Óbito
José Carneiro		1700 1734			Filho do oleiro Manuel Carneiro e Maria Pinto Casa com Isabel Carneiro Óbito
José Chamorro		1666			Casa com Maria Vieira Valadares

		1672 1680			Baptiza a filha Rosa Admissão na Confraria do Santíssimo Sacramento
José Ferreira		1686 1696 1702			Trabalha na olaria de Manuel João, o mudo Morre a mulher, Engrácia Baptista Óbito, como pobre
José Mendes		1662			Filho de Manuel Mendes e Domingas Luís Parte da comissão que construiu uma capela em Santa Marinha
José Pereira		1699 1702 1707			Casado com Maria da Glória, baptiza a filha Leonarda Casado com Maria de Oliveira, baptiza o filho Pedro Vende direito de uma casa que tinha na R. Direita
José Ribeiro		1703			Casado com Maria Ribeiro, baptiza a filha Maria
José Rodrigues		1704 1706 1707			Casado com Maria da Silva baptiza o filho Pedro Casado com Maria do Pilar, baptiza a filha Josefa Admissão na Confraria do Santíssimo Sacramento
José Salgado		1667 1676 1677 1681 1681		Junto ao ribeirão	Casa com Marinha Soares Compra um quintal Eleito ouvidor de Vila Nova Faz doação a Domingos da Silva, seu parente, de uma terra Compra quintal na viela de Santa Marinha
José de Sousa		1691 1691			Óbito, fica viúva Luzia de Castro Nasce postumamente a filha Engrácia
Lourenço Fernandes		1689 1692 1693 1695 1697			Manda para a baía quatro caixões de louça de Vila Nova Estava preso por se recusar a casar com Luísa de Castro Casa com Luísa de Castro Admissão na Confraria do Santíssimo Sacramento Óbito
Lourenço Nunes		1698			Assina como testemunha
Lourenço Pereira		1707 1709 1716		Meeiros	Casado com Isabel Ferreira é perdoado de uma agressão Baptiza o filho António Óbito. Homem pobre que vivia do seu ofício
Luís Gonçalves		1665 1668 1669 1701 1705		Viela da Serra	Casou com Sebastiana Ribeiro Baptiza a filha Helena O filho Inácio casa com Maria Francisca Óbito. Entrevado e pobre Morre a viúva Sebastiana Ribeiro
Manuel de Almeida		1699			Casado com Isabel Coelho

		1699 1700 1725		Crisma os filhos Miguel, Maria, Francisco e Tomásia Expulso da Confraria do Santíssimo Sacramento. Cotas atrasadas Baptiza a filha Inácia
Manuel de Bastos	Oleiro	1667 1667 1683 1690	R. do Pinheiro	Casado com Maria Tomé Compra a Amaro Gonçalves uma casa na R. do Pinheiro Dá casa de dote à filha Maria de Bastos para casar Óbito
Manuel Carneiro		1658 1660 1673 1674 1688		Filho do oleiro António Ribeiro. Casa com Maria Pinto Baptiza a filha Maria Casa com Ana Ferreira Subscreve petição contra o juiz da Alfândega do Porto Óbito
Manuel Carneiro dos Santos		1686		Casado com Fabiana de Almeida. Mencionado na profissão do corpus christi da filha, Mariana de Serafins
Manuel Carneiro dos Santos		1703 1719 1723 1726 1735 1735 1739	R. Direita	Casa com Tomásia Maria Carneiro. Filho de Filipe Carneiro Recebem por parte de um armazém Toma prazo de casa onde existiam fornos de olaria Padrinho de baptismo Resolve um problema com um vizinho Mordomo da Confraria do Santíssimo Sacramento Morre a mulher Tomásia Maria
Manuel Carvalho o Golegã		1688 1710		Óbito. Casado com Maria Antónia A viúva continua a função
Manuel Carvalho		1644 1645 1661 1667 1673 1673 1676 1678 1685 1686 1701		Casa com Fabiana Almeida Pinto Baptiza o filho Manuel Toma de António Fernandes tenda de oleiro à Cruz do Sacramento Recebe doação Toma prazo de casa e loja na R. Direita junto a Manuel João, oleiro Admissão na Confraria do Santíssimo Sacramento Mordomo na Confraria do Santíssimo Sacramento Eleito ouvidor de Vila Nova Assina arrendamento de medidas de pão Memposteiro pequeno dos cativos Subscreve procuração com outros oleiros
Manuel da Costa		1732		Casado com Ana Ferreira, baptiza o filho Manuel. Padrinho Manuel Carneiro dos Santos, oleiro

Manuel Fernandes	1656 1657			Casado com Luísa Gomes assinam acordo de partilhas Padrinho de baptismo
Manuel Rodrigues	1656		R. Direita	Testemunha das partilhas de Manuel Fernandes
Manuel Fernandes	1703			Óbito. Solteiro, natural de Arouca
Manuel Fernandes	1717 1725			Casado com Maria Fernandes baptizam a filha Maria Mordomo da Confraria do Senhor Jesus
Manuel Ferraz	1722 1727 1730			Aparece como testemunha Morre a mulher, Ana dos Santos Casado com Maria Rodrigues, baptiza a filha Ana
Manuel Ferreira	1645			Casado com Filipe Gonçalves vende propriedade em Arouca
Domingos Gonçalves	1645			Trabalha na olaria de Manuel Ferreira
Manuel da Fonseca	1650			Casado com Úrsula Fernandes baptiza a filha Maria
Manuel Francisco	1646 1653 1691			Casa com Maria Álvares Baptiza o filho Domingos. Padrinho Manuel João Depõe na inquirição do Pe Manuel Barbosa Queirós
Manuel F. dos Santos				Irmão da Confraria do Santíssimo Sacramento
Manuel Gomes	1702 1718 1719			Assina como testemunha Admissão na Confraria do Santíssimo Sacramento Casado com Constantina Dias baptiza o filho Manuel
Manuel Gonçalves	1611			Mordomo da Confraria do Santíssimo Sacramento
Manuel Gonçalves	1671 1672 1696		Junto à fonte de Santa Marinha	Admissão na Confraria do Santíssimo Sacramento Compra uma casa Casado com Isabel da Costa, contrapõe um vizinho por obras
Manuel João	1611			Casou com Maria da Rocha
Manuel João	1626 1637 1640 1657			Casou com Maria de Barros Crisma a filha Maria Baptiza o filho Manuel Óbito
Manuel João	1640 1660 1663 1664 1672 1695		R. Direita	Nascimento. Filho de Manuel João e Maria de Barros Casa com Maria Francisca Passa procuração a António Gonçalves, cunhado e oleiro Baptizam a primeira filha Maria Toma de arrendamento o prédio onde vive O casal é dado como falecido no dote da filha Francisca Monteiro que casa com o oleiro António Vieira.
Manuel João	1667	Oleiro de barro vermelho		Óbito

Manuel João		1699			Casado com Micaela Rodrigues baptiza o filho Luís
Manuel João, o cortiço	oleiro	1692			óbito
Manuel Mendes		1634 1635 1645 1659			Dotado de dinheiro para casar com Domingas Luís Baptiza a filha Maria Ouvidor de Vila Nova óbito
Domingos de Sousa	Aprendiz	1645			Trabalhava na olaria de Manuel Mendes
Manuel de Paiva	Aprendiz	1645 1652			Trabalhava na olaria de Manuel Mendes Pai da filha de Domingas Lopes, solteira
Manuel Mendes	Oleiro	1655			Casado com Leonor de Barros
Manuel Pereira	Oleiro	1680 1689		R. Direita	Casado com Luísa de Castro baptiza o filho Manuel Óbito
Manuel Pereira	oleiro	1703			Casado com Maria da Cruz baptiza a filha Catarina
Manuel Pereira da Rosa	oleiro	1716 1718			Casa com Maria Gomes Baptiza o filho Francisco
Manuel Pinheiro	oleiro	1725 1729			Toma de arrendamento terreno agrícola Vende casas térreas onde vivia. Pobre
Manuel Rebelo	oleiro	1698 1723 1729 1741			Casou com Ana Ferreira Morre a mulher Casado com Francisca da Cruz baptiza a filha Isabel Óbito
Manuel Ribeiro	oleiro	1624			Óbito. São herdeiros Sebastião Ribeiro e António Ribeiro, oleiros
Manuel Ribeiro	oleiro	1655 1662 1675 1684 1695		Cruz do Sacramento	Casa com Maria Fernandes Casa com Mariana Madalena Toma prazo das casas onde vive Óbito A viúva fez doação de um prédio
Manuel Ribeiro	oleiro	1691			Casado com Guiomar Pereira baptiza a filha Luísa
Manuel Ribeiro	malagueiro	1629			Comprou em Coimbra tendas de oleiro ao fundo da R. da Moeda
Manuel Ribeiro		1699 1703 1704 1705			Morre a mulher, Joana Ribeiro Casa com Helena da Silva, já viúva de Vitoriano Pereira Baptizam o filho António Óbito. Oleiro e soldado
Manuel Ribeiro					Filho de João Ribeiro, oleiro
Sebastião Jorge	Oleiro de louça pintada	1637		Viana do Castelo	Um seu criado, Manuel Rodrigues, estava na cadeia
Manuel Rodrigues Viana		1702			Assina procuração com outros oleiros

		1702			Multado por não apresentar carta de oleiro
Manuel Rodrigues Rosa		1651	18-01-1687		Casa com Maria Monteiro. Padrinho Manuel Mendes, oleiro
		1659			Padrinho de casamento
		1660			Passam procuração a Pe Mateus Ferreira por dívida de 4400 réis
		1668			Empresta 150 mil réis ao arrais João da Costa
		1674			Empresta 300 mil réis ao tanoeiro António Gomes
		1674			Procuração de carácter colectivo com outros oleiros
		1681			Como mercador entra em negócio de loja com 4 mil cruzados
		1682			Toma arrendamento à viúva de Pantaleão Ribeiro de forno de louça na vuela do Cabeçudo por 21 mil réis ao ano
					Óbito
		1695			A viúva manda dois caixões de louça com cem dúzias para o Brasil
		1695			A viúva assina transacção sobre casas onde há olarias
		1702			A viúva contrai empréstimo
		1705			A viúva morre
Manuel dos Santos		1686			Casado com Luísa de Sousa baptiza a filha Maria
Manuel da Silva		1686			Casado com Joana de Moraes, baptiza o filho Francisco
		1687			Concedem um casal em Ordonhe
Manuel da Silva		1700			Casa com Maria do Pilar
		1702			Baptiza o filho Manuel
		1705			Óbito
Manuel da Silva		1708		R. Direita	Morre a mulher, Catarina do Espírito Santo
Manuel da Silva		1666			Casado com Catarina Domingues baptiza a filha Maria
		1676			Obreiro na tenda de Francisco Ferreira Lima
		1680			Admissão na Confraria do Santíssimo Sacramento
					Óbito
Manuel da Silva		1712			Casa com Luísa da Silva
Manuel da Silva		1719		R. do Pinheiro junto a Fervença	Casa com Isabel Francisca de Oliveira e baptiza Manuel
Manuel Simões		1657	R. Direita		Casou com Catarina Rodrigues
		1661			Baptiza a filha Maria
		1666			Eleito ouvidor de Vila Nova
		1670			Tesoureiro da Confraria do Santíssimo Sacramento
		1673			Arrenda a casa onde vive na R. Direita
		1673			Compra uma casa na R. Direita
		1673			Morre a mulher
		1689			No hospital de Coimbra morre o seu filho António

Manuel Soares		1679 1682 1700	R. dos Marinheiros	Casado com Antónia de Oliveira, baptiza a filha Maria Compra foros na R. dos Marinheiros Casa com Antónia Francisca
Manuel Soares Rosa		1681 1686 1692		Admissão na Confraria do Santíssimo Sacramento Casado com Ana Ferreira baptiza o filho Henrique Óbito
Manuel Sousa e Oliveira		1717		Óbito. Casado com Maria da Fonseca que morre em 1719
Manuel Taveira		1620 1622		Passa procuração ao irmão o oleiro Baltasar da Fonseca Casado com Ana dos Mártires baptiza o filho António
Baltasar da Fonseca	Oleiro	1620	Santo Ildefonso	Recebe procuração do irmão Manuel Taveira, oleiro
Manuel Vieira	Oleiro	1697 1698 1708 1716	Fervença	Casa com Catarina do Espírito Santo Baptiza o filho José Morre a mulher Óbito
Marcelino dos Santos	Oleiro	1682 1690 1692 1693 1694 1710 1726		Casa com Luísa de Sousa, filha de Domingues R. Viana, oleiro Toma prazo de casas de sobrado na R. Direita Baptiza a filha Maria Óbito A viúva presta fiança pelos dois filhos menores, foi testemunha João de Bastos, oleiro Assina contrato com outros oleiros para interesses comuns Morre Luísa de Sousa
Matias Gomes	Oleiro	1705	R. Direita	Testemunha de testamento
Miguel Gomes	Oleiro	1744		Pedem-lhe o reembolso de 1900 réis que devia
António Ribeiro Ferreira	oleiro	1744		Pede o reembolso de 1900 réis a Miguel Gomes, oleiro
Nicolau de Azevedo		1710 1756		Casado com Brizida Vaz é perdoado Óbito
Pantaleão Gonçalves	oleiro	1708 1718 1725		Admissão na Confraria do Santíssimo Sacramento Casa com Mariana Ferreira Padrinho de baptismo
Pantaleão Pereira	Oleiro	1642 1669		Casado com Maria Francisca baptiza um filho Óbito
Pantaleão Ribeiro	Ribeiro	1600		Casado com Catarina Fernandes baptiza a filha Maria
Pantaleão Ribeiro	Oleiro	1671 1676 1682		Testemunha de testamento no Porto Recebe parte da herança do Pe Manuel Monteiro Já falecido pois a viúva, Maria Ribeiro dá forno de arrendamento

		1684			Sua primeira mulher, Isabel Pereira, vende forno
Pedro de Bairros	Oleiro	1662			Óbito. Viúva Isabel Gomes
Sebastião Ribeiro	Oleiro	1605 1617 1637 1644			Produz azulejos para a Santa Casa da Misericórdia Casado com Bernarda Botelho, baptiza a filha Margarida Óbito A sua filha vende fornos que herdou
Sebastião Ribeiro		1618 1643 1652 1655			Casado com Maria João baptiza o filho Manuel. Foram padrinhos António Ribeiro e Madalena Sobrinho, ambos oleiros Vendeu a Isabel João um terço do casal da Granja Morre a mulher Óbito
Sebastião Rodrigues	Oleiro	1655			Contrai empréstimo
Simão Gomes	Oleiro e soldado	1708			Óbito
Simão Gonçalves	Oleiro	1707			Óbito
Teodósio de Sousa	Oleiro	1692			Óbito. Casado com Mariana Costa
Tomás Moreira	Oleiro	1649 1656 1661 1666			Casou com Maria Páscoa de Oliveira Baptiza o filho Tomás Baptiza o filho Geraldo Escrição da Confraria do Santíssimo Sacramento
Veríssimo Monteiro	Oleiro	1617 1630 1631 1637 1642 1643 1654 1680			Testemunha de um testamento Casou com Jerónima Fernandes Baptiza o filho Manuel Admissão na Confraria do Santíssimo Sacramento Casa com Maria Pinheiro Baptiza a filha Maria Morre Maria Pinheiro Óbito
Vitoriano Fernandes		1726			Óbito. Casado com Maria da Piedade
Vitoriano Ferreira		1701 1703			Nasce a sua filha Agostinha, filha de mãe incógnita A sua viúva casa com Manuel Ribeiro
Madalena Sobrinha	Oleira	1624 1629			Herdeira do irmão Estevão com a irmã Margarida Óbito
Margarida Sobrinha	Oleira	1615 1624 1628 1667			Madrinha de Baptismo Herdeira do irmão Estevão com a irmã Madalena Casada com Manuel Marinho que estava no Brasil Óbito

António Lopes	Oleiro de barro vermelho	1656			Passa procuração à mulher, Mariana Pinto para receber herança
José Salgado	Oleiro de louça vermelha	1676		Junto ao ribeirão	Compra quintal a António Vaz
Domingos da Rocha	Mestre de pedraria e azulejo	1678			Compra casa
André Alvares	oleiro	1598			Mencionado num emprazamento
Baltasar Fonseca	oleiro	1619			Mencionado como oleiro de louça fina
Fernão de Leão	oleiro	1546		Rua da Lada	Aparece num testamento